Deutsche Bank

Relatório Anual de 2024

Deutsche Bank

Resumo financeiro

	2024	2023
Objetivos do Grupo		
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[1]	4,7%	7,4%
Taxa de crescimento anual composta das receitas a partir de 2021[2]	5,8%	6,6%
Rácio custo/rendimento[3]	76,3%	75,1%
Rácio de capital Common Equity Tier 1	13,8%	13,7%
Demonstração de resultados		
Receitas líquidas totais, em mil milhões de euros.	30,1	28,9
Provisão para perdas de crédito, em mil milhões de euros.	1,8	1,5
Despesas (excluindo juros), em mil milhões de euros.	23,0	21,7
Custos não operacionais, em mil milhões de euros	2,6	1,1
Custos ajustados, em mil milhões de euros[4]	20,4	20,6
Lucro antes das provisões, em mil milhões de euros[5]	7,1	7,2
Lucros (prejuízos) antes dos impostos, em mil milhões de euros	5,3	5,7
Lucros (prejuízos), em mil milhões de euros.	3,5	4,9
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank, em mil milhões de euros	2,7	4,2
Balanço[6]		
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1.387	1.312
Ativos líquidos (ajustados), em mil milhões de euros[4]	1.083	1.029
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros	485	479
Média de empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros	479	483
Depósitos, em mil milhões de euros	666	622
Provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros	5,7	5,2
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	66	64
Volume de financiamento sustentável (por ano), em mil milhões de euros[7]	93	64
Recursos[6]		
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	357	350
dos quais: RWA relativos ao risco operacional, em mil milhões de euros	58	57
Exposição de alavancagem, em mil milhões de euros	1.316	1.240
Capital próprio tangível dos acionistas (valor contabilístico tangível), em mil milhões de euros[4]	59	58
Ativos líquidos de alta qualidade (HQLA), em mil milhões de euros	226	219
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	89.753	90.130
Agências	1.307	1.432
Rácios		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[1]	4,2%	6,7%
Provisão para perdas de crédito como pontos base da média de empréstimos	38,2	31,1
Alavancagem operacional[8]	(1,7)%	(0,3)%
Margem da taxa de juro líquida	1,3%	1,4%
Rácio empréstimos/depósito	72,7%	77,0%
Rácio de alavancagem	4,6%	4,5%
Rácio de cobertura de liquidez	131%	140%
Informações relacionadas com ações		
Resultados por ação básicos	1,40 €	2,07 €
Resultados por ação diluídos	1,37 €	2,03 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação[4]	33,41 €	31,64 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível[4]	29,90 €	28,41 €
Dividendo por ação (em relação ao exercício anterior)	0,45 €	0,30 €

[1] Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte “Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório
[2] Período de doze meses até ao final do respetivo período de referência, em comparação com o ano completo de 2021
[3] Despesas totais (excluindo juros) como uma percentagem do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros
[4] Para mais informações, consulte “Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório
[5] Definido como receitas líquidas menos gastos operacionais (excl. juros)
[6] No final do período
[7] As atividades de financiamento e investimento SAG sustentáveis são definidas no "Quadro de Financiamento Sustentável" e "Quadro de Investimento SAG do Deutsche Bank", disponível em investor-relations.db.com; nos casos em que não for possível concluir a validação dos Quadros antes do final do trimestre de referência, os volumes são divulgados após a conclusão da validação nos trimestres seguintes
[8] A alavancagem operacional é calculada como a diferença entre a variação anual em percentagem das receitas líquidas reportadas e a variação anual em percentagem dos gastos operacionais (excl. juros) reportados

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Índice

Grupo Deutsche Bank

I Carta do Diretor-Geral
V Conselho de Administração
VI Mensagem do presidente do Conselho de Fiscalização
VIII Relatório do Conselho de Fiscalização
XVIII Conselho de Fiscalização
XIX Comités
XX Estratégia

1 — Relatório da Gestão Combinado

2 Análise operacional e financeira
38 Perspetivas
44 Riscos e oportunidades
59 Relatório de Risco
190 Declaração de Sustentabilidade
368 Colaboradores
370 Controlo interno sobre o relato financeiro
372 Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
376 Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
377 Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

2 — Demonstrações financeiras consolidadas

386 Demonstração consolidada dos resultados
387 Demonstração consolidada do rendimento integral
388 Balanço consolidado
389 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
390 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
392 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
431 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
438 Notas ao balanço consolidado
491 Notas adicionais
548 Confirmações

3 — Relatório de Remunerações

562 Remuneração do Conselho de Administração
588 Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
593 Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos
596 Relatório do auditor independente
598 Remuneração dos colaboradores (não auditada)

4 — Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

613 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão
615 Conselho de Administração
621 Conselho de Fiscalização
636 Operações com partes relacionadas
637 Honorários e serviços do auditor externo

5 — Tabelas do Artigo 8.º

639 Divulgações tabulares em conformidade com o Artigo 8.º do Regulamento Taxonomia

6 — Informações adicionais (não-auditadas)

695 Medidas financeiras não-GAAP
702 Declaração de aval
703 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
704 Impressão/Publicações

Grupo Deutsche Bank

I Carta do Diretor-Geral
V Conselho de Administração
VI Mensagem do presidente do Conselho de Fiscalização

VIII Relatório do Conselho de Fiscalização
XVIII Conselho de Fiscalização
XIX Comités
XX Estratégia

Confidencial

Carta do Diretor-Geral

Caros Acionistas,

Mais uma vez, olhamos para mais um ano conturbado – e mais uma vez podemos dizer, no final do ano, que o Deutsche Bank superou com sucesso todos os desafios. Em 2024, demonstrámos resiliência perante várias contrariedades. Demonstrámos claramente a força operacional do nosso banco, registámos as receitas mais elevadas desde 2015 e continuámos a investir, lançando assim as bases para um crescimento contínuo ao longo desta trajetória nos próximos anos.

Para tal, no ano passado, refletimos em profundidade, em todo o banco, sobre quem somos, o que queremos alcançar para os nossos clientes e acionistas e como lá chegar. Definimos uma identidade comum, refletimos sobre o tipo de cultura que procuramos para nos podermos superar todos os dias e formulámos o nosso propósito que compromete todos os membros do banco com o sucesso duradouro e a segurança financeira dos nossos clientes, no país e no estrangeiro. Este objetivo está subjacente ao que queremos representar como Global Hausbank: queremos colocar os nossos clientes no centro de tudo o que fazemos e envolvermo-nos com eles em parcerias duradouras e de confiança, nas quais ambos crescemos e nos desenvolvemos.

Estamos convencidos de que a nossa experiência e as nossas soluções serão muito procuradas no atual ambiente geopolítico e económico difícil em que vivemos. Este facto já era evidente em 2024 e reflete-se no crescimento das nossas receitas: em termos anuais, as receitas aumentaram 4%, para 30,1 mil milhões de euros. Este é o quinto aumento anual consecutivo. Crescemos mais rapidamente do que o mercado em áreas-chave, ganhando quota de mercado. E estamos a ver os nossos investimentos orientados para os nossos principais pontos fortes a darem cada vez mais frutos.

A nossa força operacional também se reflete no nosso lucro anual. Em comparação com 2023, o lucro antes de impostos caiu 7% para 5,3 mil milhões de euros. No entanto, se excluirmos os custos não diretamente relacionados com as operações comerciais, os resultados antes de impostos aumentaram para 7,9 mil milhões de euros.

O aumento considerável dos custos não operacionais, que - em 2,6 mil milhões de euros - mais do que duplicaram em comparação com 2023, deveu-se principalmente a cerca de 2 mil milhões de euros em custos relacionados com litígios, que absorvemos em 2024. A consequência foi um aumento global de 6%, em termos homólogos, dos gastos operacionais excluindo juros, para 23 mil milhões de euros.

Este facto não deve fazer esquecer a nossa disciplina contínua no que respeita às despesas. Os custos ajustados para o ano inteiro foram 1% inferiores aos do ano anterior, apesar da inflação persistente e de alguns itens específicos no quarto trimestre do ano passado, e apesar dos nossos investimentos nas nossas atividades e controlos. Em 2024, contratámos 1300 especialistas em tecnologia e adicionámos 400 funções orientadas para o cliente, apoiando a melhoria dos custos e o crescimento. Também investimos mais 1,2 mil milhões de euros em controlos, elevando o total desde 2019 para mais de 6,5 mil milhões de euros.

A nossa posição de capital também era forte em 2024, com o nosso rácio CET1 no final do ano passado a situar-se em 13,8%, apesar dos processos judiciais que o afetaram ao longo do ano. Esta é também uma excelente notícia para os nossos acionistas, uma vez que nos dá margem para aumentar as nossas distribuições, como planeado. Iremos propor um dividendo de 68 cêntimos por ação à Assembleia Geral Anual de 22 de maio de 2025. Trata-se, como prometido, de um aumento de 50% em relação ao ano passado. Além disso, estamos a readquirir ações adicionais no valor de 750 milhões de euros. No seu conjunto, tencionamos distribuir inicialmente 2,1 mil milhões de euros em 2025. E procuraremos fazer ainda mais por si, de acordo com o nosso desempenho. Estamos firmemente empenhados no nosso compromisso de distribuir um total de, pelo menos, 8 mil milhões de euros no período de cinco anos de 2021 a 2025 e estamos confiantes de que iremos ultrapassar este objetivo.

Crescimento dos setores de atividade em 2024

Um olhar sobre as nossas divisões de negócios mostra que a nossa força operacional é muito sólida e alargada. Mais uma vez, em 2024, cada um dos nossos quatro pilares de atividades contribuiu com uma parte significativa das receitas do banco, com cerca de três quartos provenientes de áreas de negócio mais previsíveis. Num ambiente de estabilização das taxas de juro, reduzimos ainda mais a nossa dependência das receitas de juros. A margem financeira representa apenas 43% das receitas totais do banco, que é exatamente como planeámos.

Especificamente, as quatro áreas de negócio desenvolveram-se da seguinte forma:

No Corporate Bank, as receitas diminuíram 3% para 7,5 mil milhões de euros, mas mantiveram-se a um nível muito elevado, após um aumento de mais de 20% no ano anterior. Como esperado, as margens dos depósitos normalizaram-se na sequência da alteração do contexto das taxas de juro. No entanto, a divisão conseguiu compensar largamente esta situação através de um crescimento anual de 5% dos rendimentos líquidos de serviços e comissões, e de um aumento de 8% do volume de depósitos.

As receitas do Investment Bank aumentaram 15% para 10,6 mil milhões de euros em 2024. Um fator determinante foi o aumento de 9% das receitas da nossa atividade de Fixed Income & Currencies (FIC). Os nossos investimentos estratégicos dos últimos anos deram frutos neste domínio, bem como na atividade de Geração e Consultoria, onde as receitas foram 61% superiores às do ano anterior.

Apesar da estabilização do ambiente das taxas de juro, as receitas do nosso Private Bank diminuíram apenas ligeiramente em termos homólogos para 9,4 mil milhões de euros. A margem financeira diminuiu 6%, parcialmente compensada pelo crescimento das receitas de depósitos na área de Personal Banking. Os ativos sob gestão aumentaram 55 mil milhões de euros para 633 mil milhões de euros em 2024 – o seu valor mais elevado de sempre – com entradas líquidas de 29 mil milhões de euros como um dos principais fatores. Criámos assim uma base sólida para receitas adicionais no futuro.

O mesmo se aplica a Asset Management, cujas receitas aumentaram 11% para 2,6 mil milhões de euros em 2024. Os ativos sob gestão aumentaram 115 mil milhões de euros, ultrapassando pela primeira vez 1 bilião de euros. Este valor inclui entradas líquidas de 26 mil milhões de euros, nomeadamente graças ao crescimento da nossa atividade com produtos de investimento passivos (X-trackers). Globalmente, as comissões de gestão aumentaram 7% para 2,5 mil milhões de euros, enquanto as comissões de desempenho e de transação aumentaram 16% para 148 milhões de euros.

A sustentabilidade continua a ser uma das principais prioridades da gestão

Em 2024, as quatro áreas de atividade centraram-se, mais uma vez, no nosso diálogo intensivo com os clientes sobre a sua transição para uma empresa mais sustentável. É indiscutível que transformar a economia global desta forma exige enormes investimentos – não só porque temos de combater as alterações climáticas, mas também porque as empresas e os prestadores de serviços financeiros têm de proteger os seus próprios modelos de negócio dos riscos associados ao aumento previsto das temperaturas globais. É por isso que a sustentabilidade continua a ser uma das principais prioridades de gestão para nós no Deutsche Bank. Continuamos a perseguir os nossos objetivos de sustentabilidade e o nosso compromisso de emissões líquidas nulas.

2024 foi um ano particularmente bom para nós do ponto de vista da sustentabilidade. Facilitámos 93 mil milhões de euros em financiamento sustentável e volumes de investimento SAG, o segundo maior volume desde que iniciámos esta medição, em 2020. Ao mesmo tempo, aperfeiçoámos a nossa abordagem à redução das emissões que financiamos com os nossos empréstimos às empresas. Definimos objetivos de emissões líquidas nulas para oito setores com elevada intensidade de carbono na carteira de empréstimos a empresas do Banco até ao final de 2050. A mais recente adição foi o setor da aviação.

Os nossos progressos, não só no domínio do ambiente, mas também em termos de indicadores de desempenho social e de governação empresarial, foram reconhecidos por cinco agências de referência durante o ano. Por exemplo, a nossa Avaliação de Sustentabilidade Empresarial da S&P Global Sustainable obteve 67 pontos num total de 100, contra 54 no ano anterior. Além disso, no final de dezembro, o Deutsche Bank regressou aos prestigiados índices Dow Jones Sustainability Index (DJSI) World e DJSI Europe.

A luta contra a criminalidade financeira é cada vez mais urgente

Os riscos climáticos são apenas um dos vários tipos de riscos não financeiros que o nosso banco tem de gerir. Outro grande risco diz respeito à ameaça cada vez maior dos criminosos financeiros. Para fazer face a estas ameaças, temos de expandir continuamente as nossas competências na luta contra a criminalidade financeira e melhorar constantemente os nossos sistemas e controlos de defesa.

Ao longo do ano passado, voltámos a fazer progressos significativos neste domínio e estamos em estreito diálogo com as nossas entidades reguladoras para corrigir as deficiências que ainda subsistem. A equipa de liderança sénior do Deutsche Bank está a dedicar a máxima atenção a esta tarefa.

Para prevenir a má conduta e evitar ameaças de criminosos, é crucial a competência e a cooperação de todos os colegas do Deutsche Bank. É por isso que investimos não só em sistemas, mas também em oportunidades de aprendizagem regulares para o pessoal. Com atividades em quase 60 países, empregamos pessoas com perfis, formações e competências muito diferentes, o que constitui uma vantagem para o nosso banco.

Esta diversidade beneficia-nos em muitas áreas da nossa atividade. É por isso que continuamos empenhados em promover um local de trabalho justo e inclusivo. Naturalmente, também garantiremos que atuamos sempre de acordo com as leis e os regulamentos relevantes em todo o mundo e de que teremos em consideração a sua evolução.

São os nossos excelentes colaboradores que fazem o sucesso do nosso banco, hoje e no futuro. É por isso que investimos na sua educação e formação e num ambiente de trabalho que os motiva a dar o seu melhor. Juntos, todos trabalhamos para sermos o banco que queremos ser e para atingirmos o objetivo que todos ambicionamos: ser o líder na Europa e a primeira escolha dos nossos clientes.

Perspetivas: idealmente posicionados para o sucesso futuro – em 2025 e além

Temos os pré-requisitos para atingir este objetivo. Num ambiente geopolítico que, provavelmente, continuará a ser volátil e caracterizado por conflitos durante algum tempo, podemos tirar partido dos nossos pontos fortes enquanto Global Hausbank. E com o trabalho bem-sucedido no ano de transição de 2024, em que ultrapassámos questões importantes de legado e tornámos o nosso banco ainda mais sólido, começámos 2025 numa posição de força.

Este é um marco crucial no nosso caminho. No final do ano, seremos julgados pelo êxito da nossa estratégia de transformação e crescimento. A principal medida é a nossa rendibilidade dos capitais próprios tangíveis, e estamos convencidos de que a aumentaremos para mais de 10% este ano, como planeado, aumentando as receitas para cerca de 32 mil milhões de euros e mantendo a nossa disciplina de custos. Esperamos que os nossos custos não operacionais sejam significativamente mais baixos em 2025. Pretendemos manter os custos ajustados essencialmente estáveis ao nível do ano anterior, financiando novos investimentos na nossa atividade através das medidas de eficiência anunciadas. E embora tenhamos agora como objetivo um rácio custo/rendimento ligeiramente mais elevado, inferior a 65% no final deste ano, a nossa atenção ao controlo dos custos mantém-se inalterada.

Dito isto, 2025 não é apenas o ano em que temos de provar o nosso valor. É também o ano em que queremos lançar as bases para concretizar as nossas ambições nos próximos anos – em termos de receitas, lucros, distribuições aos nossos acionistas e, acima de tudo, em termos da força e qualidade da nossa oferta aos clientes.

Estamos convencidos de que, a partir da nossa posição, podemos conseguir muito mais se aperfeiçoarmos ainda mais o nosso perfil comercial e continuarmos a trabalhar para nos tornarmos mais eficientes. Dois aspetos são objeto de especial atenção:

- Continuaremos a otimizar o nosso modelo operacional e as nossas estruturas organizacionais, a fim de tornar os nossos processos, decisões e controlos ainda mais eficientes, oferecendo ao mesmo tempo aos nossos clientes uma experiência bancária ainda melhor. Tecnologias como a inteligência artificial e a automatização podem desempenhar um papel importante se as adaptarmos ainda mais rapidamente e as utilizarmos para criar produtos inovadores para os nossos clientes. Além disso, em resultado da transformação bem-sucedida dos últimos anos, o nosso banco atingiu agora um nível de maturidade que nos permite transferir mais responsabilidades para as empresas. Este é outro fator que nos tornará mais eficientes.
- No futuro, afetaremos capital precisamente às áreas em que este cria o maior valor. Já estamos a gerar rendimentos particularmente bons em muitas áreas do nosso banco. No entanto, existe a possibilidade de continuarmos a concentrar-nos nos nossos pontos fortes, avaliando ao mesmo tempo com maior rigor se faz sentido redistribuir partes do capital investido ou mesmo abdicar de uma ou outra área para utilizar melhor os nossos recursos noutras áreas. Para tal, será necessário avaliar todas as áreas de negócio e todas as equipas de forma mais coerente e medi-las com base no valor acrescentado que criam para os acionistas.

O Conselho de Administração tem uma agenda clara, e já começámos a tomar medidas para a implementar e explorar melhor o nosso grande potencial no futuro. Podemos melhorar ainda mais a nossa oferta aos clientes e criar oportunidades de receitas adicionais. Em combinação com novos ganhos de eficiência, isto cria a possibilidade de uma rendibilidade de capitais próprios tangíveis que excede claramente o objetivo de mais de 10% para 2025. Isto permitir-nos-á aumentar continuamente as distribuições e tornar as nossas ações mais atrativas para os investidores.

Estamos determinados a aproveitar estas oportunidades: para os nossos clientes, para os nossos colaboradores e para vocês, os nossos acionistas. É isto que fazemos todos os dias – e com profunda dedicação.

Obrigado por depositar a sua confiança no Deutsche Bank.

Com os melhores cumprimentos,

Christian Sewing

Conselho de Administração

Christian Sewing, *1970
desde 1 de janeiro de 2015
Diretor-geral (CEO) da

James von Moltke * 1969
desde 1 de julho de 2017
Presidente
Diretor Financeiro e responsável pela divisão de Asset Management

Fabrizio Campelli, *1973
desde 1 de novembro de 2019
Diretor do Corporate e Investment Bank

Bernd Leukert, *1967
desde 1 de janeiro de 2019
Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação

Alexander von zur Mühlen, *1975
desde 1 de agosto de 2020
Diretor-Geral Ásia-Pacífico, Europa, Médio Oriente e África (EMEA) e Alemanha

Laura Padovani, *1966
desde 1 de julho de 2024
Diretora de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira

Claudio de Sanctis, *1972
desde 1 de julho de 2023
Diretor do Private Bank

Rebecca Short, *1974
desde 1 de maio de 2021
Diretor de operações

Stefan Simon, * 1969
desde 1 de agosto de 2020
Diretor Administrativo e
Diretor das Américas (até 30 de junho de 2024)
Diretor-Geral Américas e
Diretor Jurídico (desde 1 de julho de 2024)

Olivier Vigneron, *1971
desde 20 de maio de 2022
Diretor de Risco

Conselho de Administração no ano em análise:

Christian Sewing
Diretor-geral (CEO) da

James von Moltke Presidente

Fabrizio Campelli

Bernd Leukert

Alexander von zur Mühlen

Laura Padovani
(desde 1 de julho de 2024)

Claudio de Sanctis

Rebecca Short

Stefan Simon

Olivier Vigneron

Mensagem do presidente do Conselho de Fiscalização

Caros Acionistas,

No ano passado, o Deutsche Bank continuou a registar progressos sólidos num ambiente incerto e volátil. Obtivemos bons resultados operacionais e alcançámos importantes marcos estratégicos. Em resultado da continuação da dinâmica positiva nas quatro áreas de atividade, as receitas ultrapassaram os 30 mil milhões de euros. Construímos posições fortes nos segmentos de negócio em que nos concentramos, o que nos dá uma base sólida para um maior crescimento. Os nossos clientes valorizam o aconselhamento e as soluções que lhes oferecemos enquanto Global Hausbank, no país e no estrangeiro.

Enquanto Conselho de Fiscalização, acompanhámos de perto a evolução do Banco e colaborámos com o Conselho de Administração em questões fundamentais, incluindo a afetação de capital, a gestão dos riscos financeiros e não financeiros e as medidas de eficiência. Prestámos especial atenção ao reforço duradouro da rentabilidade, a fim de atingir os objetivos de crescimento do Banco. Tivemos também de lidar com custos de litígio de quase 2 mil milhões de euros, contribuindo para um nível extraordinariamente elevado de custos não operacionais; paralelamente, isto significa que o banco melhorou significativamente o seu perfil de risco.

Um marco significativo foi o lançamento da nossa estrutura "This is Deutsche Bank", incluindo um objetivo claro que sublinha que o sucesso duradouro e a segurança financeira dos clientes estão sempre no centro de tudo o que fazemos. O quadro abrange toda a nossa estratégia e a nossa cultura corporativa ambiciosa e sublinha a nossa ambição de sermos um parceiro fiável que oferece aos nossos clientes soluções personalizadas para os desafios que enfrentam. O Conselho de Fiscalização tem estado estreitamente envolvido neste processo e continuará a estar, à medida que consolidamos o nosso objetivo e a nossa cultura no trabalho diário dos nossos colaboradores e no desenvolvimento estratégico do banco. Estamos convencidos de que esta é a melhor forma de criar valor sustentável para os nossos acionistas.

Uma ênfase ainda maior no sucesso contínuo reflete-se também no novo sistema de remuneração do Conselho de Administração, que foi apoiado por uma grande maioria na Assembleia Geral Anual do ano passado e foi aplicado pela primeira vez em 2024. O número de objetivos e métricas foi significativamente reduzido e a componente de longo prazo da remuneração variável já não será medida pelos resultados dos anos anteriores; em vez disso, o novo sistema olha para o futuro, para a forma como o desempenho em relação aos objetivos financeiros e SAG evolui nos próximos três anos. Simultaneamente, tornámos o sistema mais transparente e mais simples, especialmente quando se trata de objetivos a curto prazo. A aplicação do novo sistema de remuneração pela primeira vez este ano prova que este conduz a bons resultados.

No ano passado, o Conselho de Fiscalização decidiu igualmente efetuar duas alterações ao Conselho de Administração. Em julho, Laura Padovani foi nomeada nova Diretora de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira, a fim de continuar a desenvolver os controlos do banco, que tinham sido foram reforçados nos últimos anos. Em dezembro, nomeámos Marcus Chromik como novo Diretor de Risco, sucedendo a Olivier Vigneron, cujo contrato expira em maio de 2025. Damos especial atenção à combinação correta de conhecimentos, competências e experiência entre os membros do Conselho de Administração. Ao mesmo tempo, o Conselho de Fiscalização está a trabalhar ativamente para criar um Conselho de Administração diversificado em termos de género, nacionalidade, idade e antecedentes. É particularmente importante para nós aumentar a percentagem de mulheres em posições de liderança, tanto no Conselho de Administração como nos níveis inferiores, assegurando simultaneamente o cumprimento das leis e regulamentos em todos os mercados em que operamos.

Também se registaram progressos decisivos nos domínios da digitalização e dos requisitos regulamentares, que o Conselho de Fiscalização apoiou no âmbito do seu mandato. O banco continuou a modernizar as suas tecnologias de informação, tanto para aumentar a eficiência e a segurança, como para se adaptar a novas ou crescentes ameaças à cibersegurança. Simultaneamente, foram implementados com êxito novos requisitos regulamentares. No Comité de Estratégia e Sustentabilidade, centrámo-nos nos progressos estratégicos e na estratégia de sustentabilidade do Banco, que continua a ser um elemento importante do nosso modelo de negócio.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os meus colegas do Conselho de Fiscalização pelo seu empenho e cooperação profissional, especialmente aos meus suplentes Frank Schulze e Norbert Winkeljohann. No ano passado, houve apenas uma alteração no nosso Conselho de Fiscalização: em janeiro de 2024, Birgit Laumen renunciou ao seu mandato, tendo Florian Haggenmiller sido nomeado pelo tribunal como seu sucessor. Informá-los-emos sobre as próximas eleições para representantes dos acionistas este ano, quando publicarmos a ordem de trabalhos da nossa Assembleia Geral Anual. À semelhança de muitas outras empresas do índice alemão DAX, este ano voltaremos a realizar esta última virtualmente, o que dará ao maior número possível de acionistas a oportunidade de participar, independentemente da sua localização. Em resposta aos pedidos dos acionistas, alterámos o formato virtual da AGA, permitindo que todas as perguntas sejam feitas em direto durante o evento. Serão fornecidos mais pormenores quando a Assembleia Geral Anual for oficialmente convocada.

O ano de 2025 reveste-se de particular importância para o Deutsche Bank. Por um lado, trata-se de atingir os objetivos financeiros que o Conselho de Administração estabeleceu para si próprio. Por outro lado, tal como já foi anunciado, é importante definir o rumo para a próxima fase do desenvolvimento do banco. O Conselho de Administração já está a trabalhar neste sentido e apresentará mais pormenores no decurso do ano. Acompanhar de perto este processo será também uma prioridade para nós no Conselho de Fiscalização. A nossa atenção centra-se na forma como o banco pode criar ainda mais valor para os seus clientes, a fim de assegurar um sucesso sustentável para os nossos acionistas. O Deutsche Bank está no caminho certo e tem potencial para alcançar muito mais nos próximos anos.

Gostaria de vos agradecer, enquanto nossos acionistas, pela vossa confiança, pelo vosso apoio e pelo vosso interesse contínuo no nosso banco. O vosso empenho é muito importante para nós. Aguardamos com expetativa a continuação do nosso diálogo e o acompanhamento do desenvolvimento do nosso banco em conjunto convosco.

Atenciosamente,

Alex Wynaendts

Presidente do Conselho de Fiscalização

Relatório do Conselho de Fiscalização

No exercício financeiro de 2024, o Conselho de Fiscalização desempenhou todas as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação e requisitos regulamentares, bem como as que decorrem dos estatutos e termos de referência.

O Conselho de Administração informou-nos regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre todos os assuntos relevantes para o nosso banco e, em particular, sobre as políticas comerciais e a estratégia, juntamente com os temas fundamentais relativos à administração e cultura da empresa, ao planeamento corporativo e ao controlo, conformidade e sistemas de remuneração, cibersegurança e sustentabilidade. Prestou-nos contas sobre o desenvolvimento financeiro, a situação dos ganhos e de risco, a liquidez, capital e gestão do risco do banco, os recursos organizacionais e técnicos, bem como as atividades, transações e eventos que foram de importância significativa para o banco. Participámos em decisões de suma importância para o banco. Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração forneceu-nos, de acordo com os nossos pedidos, informação detalhada sobre várias áreas temáticas, por exemplo: O desenvolvimento estratégico, o combate à criminalidade financeira e o desenvolvimento contínuo dos controlos associados, a capitalização do banco, os progressos na correção das medidas de execução regulamentares e as conclusões críticas relacionadas, bem como interações importantes com várias entidades reguladoras. O Conselho de Administração informou-nos sobre a estratégia de sustentabilidade e a apresentação de relatórios nos termos da Diretiva relativa à apresentação de relatórios sobre a sustentabilidade das empresas (CSRD), bem como sobre os progressos realizados no plano de transição para a carteira de empréstimos a setores com utilização intensiva de CO2. Foram igualmente abordados os riscos e oportunidades não financeiros.

Além das questões regulamentares, o Conselho de Fiscalização continuou a centrar-se no Private Bank, em especial no que se refere aos progressos realizados e às medidas tomadas para melhorar o serviço aos clientes. Além disso, a promoção de um Conselho de Administração e de uma força de trabalho diversificados foi muito importante para o Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização lamenta a evolução inesperada e desfavorável do litígio relativo ao processo de aquisição do Postbank, que remonta a 2010. A decisão negativa do Tribunal Regional Superior de Colónia resultou em custos de litígio significativos e imprevistos em 2024. O Conselho de Fiscalização reconhece a dedicação e os esforços do atual Conselho de Administração na obtenção de uma resolução significativa para estes litígios legais com muitos queixosos, atenuando assim o impacto desta questão antiga nos resultados financeiros.

O Presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités mantiveram debates regulares com o Conselho de Administração entre as reuniões. Foram também consultados sobre as ordens de trabalho das reuniões dos respetivos comités a que presidem, e discutiram temas de grande importância para o Conselho de Fiscalização. Além disso, as próximas decisões foram deliberadas e preparadas em discussões realizadas regularmente entre o Conselho de Administração e o Presidente do Conselho de Fiscalização, bem como os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização. Além disso, o Conselho de Administração convidou-nos para um evento de informação sobre temas atuais. A nossa cooperação com o Conselho de Administração caracterizou-se pelo facto de nos termos concentrado em trabalhar em conjunto, de forma responsável e num espírito de confiança mútua, para o desenvolvimento bem sucedido da empresa.

Tiveram lugar 55 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Estas foram realizadas sob a forma de reuniões com participação física, videoconferências ou reuniões híbridas (com participação presencial e virtual). Quando as reuniões foram convocadas por videoconferência, foi também disponibilizada uma sala para todos os membros participarem nas instalações do banco. Entre as reuniões, as resoluções foram adotadas, quando necessário, através do processo de votação por circulação.

Reuniões do Conselho de Fiscalização

Realizámos um total de oito reuniões, incluindo seis reuniões regularmente agendadas. Uma reunião foi presencial, três reuniões foram realizadas por videoconferência e cinco reuniões foram realizadas sob a forma de reuniões híbridas.

Também no ano passado, centrámo-nos em particular nos desenvolvimentos geopolíticos e económicos e nos seus efeitos no Banco. Discutimos a evolução do setor bancário, tanto na Europa como nos EUA. Em várias reuniões, debatemos em profundidade com o Conselho de Administração a situação do processamento no Private Bank. Em várias reuniões, centrámo-nos na implementação efetiva e no desenvolvimento da estratégia do banco. Juntamente com o Conselho de Administração, deliberámos sobre estes relatórios e sobre os relatórios regulares de progresso relativos a cada uma das divisões empresariais, áreas de infraestruturas e regiões. Além disso, debatemos regularmente temas e procedimentos regulamentares que afetam o nosso banco em todo o mundo, casos de litígio significativos e os progressos realizados ao nível da remediação das conclusões. Além disso, reformulámos o sistema de remuneração e decidimos submetê-lo à aprovação da Assembleia Geral em maio de 2024, onde foi aprovado por uma larga maioria.

Na nossa primeira reunião, em 31 de janeiro, abordámos os resultados financeiros reais apresentados, bem como os índices previstos e as estimativas dos analistas. Os desvios foram discutidos em pormenor. Além disso, deliberámos sobre a proposta preliminar do Conselho de Administração relativa aos dividendos, tendo igualmente em conta os requisitos regulamentares para o financiamento do capital, e abordámos o planeamento para 2024-2026 e a carteira de investimentos para 2024. O Conselho de Administração informou-nos sobre a evolução da atividade da DWS, bem como sobre as medidas tomadas pela sua administração relativamente às investigações em curso na DWS. Além disso, abordámos, em conjunto com o Conselho de Administração, o tema "pessoas-chave e planeamento da sucessão". O Conselho de Administração informou-nos sobre o estado da correção dos requisitos regulamentares, sobre o estado do plano de implementação da sustentabilidade e sobre a situação no Private Bank, as medidas tomadas, o estado da integração das plataformas de TI do Postbank e do Deutsche Bank e os progressos na correção das deficiências nos serviços aos clientes. Tomámos conhecimento do projeto da declaração sobre o governo da sociedade, nos termos das Secções 289f e 315d do Código Comercial Alemão (HGB), com aprovação. Tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações, bem como as consultas subsequentes com o responsável de remunerações do banco e consultores em remunerações externos e independentes, determinámos o nível da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2023. Neste contexto, discutimos também os níveis de desempenho dos respetivos membros do Conselho de Administração para 2023 e as regras do plano para o ano de 2024, e definimos os objetivos para o Conselho de Administração, juntamente com os critérios de medição relevantes para o período de desempenho de 2024. Debatemos a proposta de reformulação e consequente simplificação do sistema de remuneração. Além disso, debatemos a avaliação anual da estrutura, dimensão, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, em conformidade com a Secção 25g (11) da Lei Bancária Alemã (KWG). Deliberámos sobre a divulgação do nome dos nossos peritos financeiros e de remuneração no Conselho de Fiscalização.

Na nossa reunião extraordinária de 22 de fevereiro, abordámos, no que diz respeito à remuneração do Conselho de Administração, os objetivos a curto prazo para 2024 e os objetivos a longo prazo para o período 2024-2026.

Na nossa reunião em 13 de março, após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comité de Auditoria, aprovámos as Demonstrações financeiras consolidadas e as Demonstrações financeiras anuais para 2023 e concordámos com a proposta do Conselho de Administração de apropriação de lucros distribuíveis. Analisámos o sistema de contabilidade financeira, o sistema de controlos internos e o sistema de gestão do risco e discutimos as avaliações do Conselho de Administração e do auditor relativamente à respetiva adequação e eficácia. Com base na recomendação do Comité de Auditoria, determinámos que não há objeções a levantar relativamente ao relatório não financeiro separado do Grupo, em conformidade com a Secção 315c do Código Comercial Alemão (HGB), em conjugação com as Secções 289c a 289e do HGB, bem como com o Regulamento Taxonomia da União Europeia (UE) e os atos delegados adotados neste contexto, também com base nos resultados finais das nossas próprias inspeções. O Conselho de Administração informou-nos sobre a atual conjuntura e evolução do mercado, o estado de correção das medidas de aplicação da regulamentação e as conclusões críticas relacionadas. O Conselho de Administração apresentou-nos um relatório sobre a estrutura dos sistemas de remuneração e o Relatório de Recursos Humanos para 2023. Também discutimos e aprovámos o Relatório do Conselho de Fiscalização. Além disso, abordámos os temas da Assembleia Geral, incluindo a proposta relativa ao sistema de remuneração do Conselho de Administração, e aprovámos as propostas para a ordem de trabalhos. Além disso, os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização adotaram as resoluções necessárias para exercer os direitos dos acionistas nas subsidiárias do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, em conformidade com a Secção 32 da lei alemã de codeterminação (MitbestG). Tomámos nota do relatório do Conselho de Administração sobre as mudanças nos conselhos consultivos regionais na Alemanha, de acordo com a Secção 8 dos Estatutos da Associação.

Na nossa reunião de 15 de maio, abordámos a Assembleia Geral pendente e adotámos a resolução sobre o Presidente da Assembleia Geral. O Conselho de Administração informou-nos sobre os temas atuais relacionados com a aquisição do Postbank, incluindo os efeitos e medidas relacionados, e sobre a evolução atual do mercado. O Conselho de Administração informou-nos, entre outros aspetos, sobre a evolução da atividade da DWS, as investigações em curso na DWS, bem como sobre a situação atual e a evolução da correção das medidas de aplicação da regulamentação e as conclusões críticas relacionadas.

Na nossa reunião extraordinária de 30 de junho, nomeámos a Sra. Laura Padovani, uma candidata interna, como membro do Conselho de Administração para o período de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2027, e abordámos também as condições do seu contrato de serviço. O Conselho de Administração foi alargado para dez membros e a percentagem de mulheres aumentou para 20%. Além disso, ajustámos as responsabilidades funcionais do Conselho de Administração. O Conselho de Administração informou-nos sobre as mudanças de pessoal nos níveis abaixo do Conselho de Administração para reforçar a área da Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira. Também emitimos o mandato de auditoria para o exercício de 2024 à EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft.

Na nossa reunião de 25 de julho, abordámos a questão da remuneração do Conselho de Administração e procedemos aos ajustes necessários dos objetivos, com base numa recomendação do Comité de Controlo de Remunerações, tendo em conta a alteração das áreas de responsabilidade funcional ao nível do Conselho de Administração. O Conselho de Administração informou-nos sobre as reações do mercado e das partes interessadas à publicação do Relatório Intercalar e apresentou uma panorâmica da execução dos objetivos estratégicos. O Conselho de Administração informou sobre os resultados do inquérito aos colaboradores, bem como sobre as alterações em relação ao ano anterior e as causas subjacentes. O Conselho de Administração informou-nos sobre os atuais desenvolvimentos na DWS, o desenvolvimento da sua atividade, a sua governação e as medidas tomadas pela sua administração relativamente às investigações em curso. Além disso, o Conselho de Administração informou-nos sobre a evolução atual dos processos judiciais significativos, bem como sobre a situação da correção das medidas de aplicação da regulamentação e das conclusões críticas relacionadas. O Conselho de Administração apresentou-nos uma atualização sobre a cibersegurança. Além disso, os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização adotaram as resoluções necessárias para exercer os direitos dos acionistas nas subsidiárias do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, em conformidade com a Secção 32 da lei alemã de codeterminação (MitbestG). Abordámos a revisão anual e os ajustamentos exigidos nas nossas políticas e procedimentos internos.

Na nossa reunião de 22 e 23 de outubro, decidimos aprovar a Declaração de Conformidade nos termos da Secção 161 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG). Juntamente com o Conselho de Administração, deliberámos amplamente sobre o desempenho comercial no terceiro trimestre, bem como sobre a estratégia do Grupo e as estratégias comerciais das divisões de negócios. O Conselho de Administração informou-nos sobre o modelo de negócio operacional, incluindo o impacto nos custos, e sobre a estratégia tecnológica alinhada com a estratégia de negócio do banco. O Conselho de Administração apresentou-nos uma visão panorâmica da evolução registada na sequência do inquérito aos colaboradores e informou-nos sobre o programa "This is Deutsche Bank" e o estado da sua implementação.

Na nossa reunião de 12 de dezembro, nomeámos o Dr. Marcus Chromik como membro do Conselho de Administração para o período de 1 de maio de 2025 a 30 de abril de 2028. O Conselho de Administração apresentou-nos uma perspetiva preliminar sobre o desenvolvimento da atividade no quarto trimestre e no ano completo de 2024 e informou-nos sobre os progressos realizados na correção da carteira de ações de execução regulamentar em curso e de conclusões externas críticas em 2024. O Conselho de Administração também nos informou sobre a estratégia preliminar e o plano de capital para o período de 2025 a 2027.

Comités do Conselho de Fiscalização

Os membros de cada um dos comités e as alterações ocorridas durante o exercício são especificados na Declaração de Governo da Sociedade, no Relatório Anual.

O Comité do Presidente reuniu-se onze vezes durante o período abrangido pelo relatório. Cinco reuniões foram realizadas no local e seis foram realizadas por videoconferência. Realizaram-se cinco reuniões ordinárias e seis reuniões extraordinárias (duas das quais em conjunto com o Comité de Nomeação). O Comité do Presidente debruçou-se em profundidade sobre questões do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, além da governação empresarial e dos temas em curso entre as reuniões do Conselho de Fiscalização, e preparou as reuniões do Conselho de Fiscalização em plenário. Tal incluiu a preparação de alterações relacionadas com o pessoal do Conselho de Administração, em consulta com o Comité de Nomeações, incluindo o ajustamento das áreas de responsabilidade funcional, a revisão e as alterações, na medida do necessário, dos contratos de prestação de serviços do Conselho de Administração, bem como dos nossos termos de referência e dos documentos internos do Conselho de Fiscalização, além dos preparativos para a Assembleia Geral. Em várias reuniões realizadas no início do ano, o Comité abordou a situação do processamento de serviços no Private Bank. Outros tópicos abordados incluíram as funções de direção externa dos membros do Conselho de Administração, a assunção de custos e serviços/benefícios de apoio para (antigos) membros do Conselho de Administração, os custos para os consultores do Conselho de Fiscalização e o auto-compromisso voluntário dos membros do Conselho de Fiscalização de investir uma parte da sua remuneração do Conselho de Fiscalização em ações do banco. Além disso, o Comité do Presidente abordou, por delegação do Conselho de Fiscalização, a emissão pelo banco de Instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1).

Em 2024, o Comité de Risco reuniu-se seis vezes – duas reuniões presenciais, três reuniões híbridas e uma por videoconferência. Tal como em anos anteriores, o Comité de Risco centrou-se em temas recorrentes, como a declaração anual de apetência pelo risco do Grupo, a resolução e a recuperação, bem como o processo interno para assegurar a adequação dos fundos próprios e uma posição de liquidez apropriada. Outro tema que voltou a merecer a atenção do Comité foi o risco não financeiro (RNF), que foi abordado ao longo do ano, em geral, e mais especificamente através de várias análises aprofundadas. Os tópicos abordados incluíram a taxonomia de risco relevante, o desenvolvimento de um método para lidar com cenários de stress e métricas para a avaliação alargada do risco não financeiro (NFR), incluindo métricas para a avaliação do crime financeiro e dos riscos de conformidade. O Comité prosseguiu a avaliação dos riscos específicos das atividades do Private Bank, do Corporate Bank e do Investment Bank. Além disso, abordou as repercussões dos desenvolvimentos políticos e económicos em curso, como a situação política e económica da Alemanha, as eleições nos Estados Unidos e os conflitos no Médio Oriente, bem como os impactos no banco da evolução do setor imobiliário comercial. Além disso, o Comité acompanhou as principais iniciativas de transformação do Banco relacionadas com a função de Risco. O Comité centrou-se numa série de outras prioridades regulamentares, incluindo o Processo de Análise e Avaliação para fins de Fiscalização (SREP) e questões relacionadas com o risco climático. Mais recentemente, o Comité avaliou as políticas e os procedimentos de gestão do risco e os riscos de concentração do banco. Além disso, o Comité abordou os impactos do quadro de remuneração face à situação do banco em termos de capital, risco, liquidez e rentabilidade. O Conselho de Administração informou sobre a sua atenção à gestão dos riscos cibernéticos.

O Comité de Auditoria reuniu-se cinco vezes em 2024. Foram realizadas três reuniões presenciais, uma reunião híbrida e uma por videoconferência. O Comité apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento do processo de informação financeira e debruça-se intensivamente sobre as demonstrações financeiras anuais e consolidadas, os relatórios de resultados intercalares e trimestrais, bem como o relatório não financeiro separado. As áreas de enfoque incluíram a evolução do setor bancário em todo o mundo, o reconhecimento de provisões para perdas de crédito e questões jurídicas, bem como os novos requisitos da Diretiva relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas (CSRD) para os aspetos ambientais, sociais e de governação (SAG). Além disso, o Comité especificou a aplicação dos requisitos previstos no regulamento da UE relativo à resiliência operacional no setor financeiro (Digital Operational Resilience Act (DORA)) como um domínio adicional de incidência da auditoria. Além disso, o Comité debruçou-se regularmente sobre o acompanhamento da eficácia das funções de controlo (em especial, a conformidade, a função de combate ao branqueamento de capitais e a auditoria do Grupo). O acompanhamento do Conselho de Administração na remediação de conclusões relacionadas com os processos Know-Your-Customer (KYC) foi outro ponto fulcral do trabalho do Comité, além do programa de gestão de conclusões para a redução acelerada das conclusões críticas. Além disso, o Comité assegurou que era mantido informado sobre os desenvolvimentos relacionados com a insolvência da Wirecard, com eventuais implicações para a independência do auditor das nossas demonstrações financeiras anuais e consolidadas.

O Comité de Nomeações reuniu-se seis vezes no total durante o período abrangido pelo relatório, incluindo duas reuniões extraordinárias com o Comité do Presidente. Foram realizadas quatro reuniões presenciais, uma reunião híbrida e uma por videoconferência. O Comité de Nomeações abordou amplamente os aspetos relativos ao planeamento da sucessão do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, tendo em consideração os requisitos legais e regulamentares e os princípios da diversidade. Neste contexto, abordou, em consulta com o Comité do Presidente, a nomeação da Sra. Laura Padovani como membro do Conselho de Administração e como Diretora de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira, juntamente com os ajustamentos relacionados com as áreas de responsabilidade funcional no Conselho de Administração, bem como a nomeação para o Conselho de Administração, com efeitos a partir de 1 de maio de 2025, do Dr. Marcus Chromik, que assumirá a responsabilidade funcional pela área de Risco como sucessor do Sr. Olivier Vigneron. Além disso, o Comité abordou o seguimento das nomeações para os comités do Conselho de Fiscalização depois de a Sra. Laumen ter deixado o Conselho de Fiscalização como representante dos colaboradores e a subsequente nomeação pelo tribunal do Sr. Haggenmiller como membro do Conselho de Fiscalização. Tendo em vista as próximas numerosas eleições para o Conselho de Fiscalização em 2025, o Comité também abordou os vários critérios e as competências e conhecimentos necessários para os candidatos adequados. Além disso, o Comité abordou os programas de indução para os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, a formação para o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, os tópicos de adequação contínua ("fit and proper"), bem como a revisão regular das nossas políticas e procedimentos internos. Outros tópicos incluíam a promoção da diversidade no banco e ao nível do Conselho de Administração, bem como a avaliação anual do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, em conformidade com o n.º 11 do artigo 25.º-D da Lei Bancária Alemã (KWG).

O Comité de Controlo de Remunerações reuniu-se seis vezes em 2024. Três reuniões foram realizadas no local, uma reunião foi realizada por videoconferência e duas foram realizadas sob a forma de reuniões híbridas. Nas suas reuniões, o Comité abordou, em particular, o acompanhamento da conceção dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e dos colaboradores e, juntamente com o Comité de Risco, avaliou os efeitos dos sistemas de remuneração e da remuneração variável para o exercício de 2024 sobre a situação em termos de risco, capital e liquidez. O Comité apresentou propostas ao Conselho de Fiscalização para especificar o montante da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e os seus objetivos para 2024, bem como para determinar a remuneração variável do Conselho de Administração para o ano de 2023. Além disso, abordou o desenvolvimento das propostas iniciais de objetivos para o ano de 2025, que também tiveram em consideração os resultados da avaliação dos aspetos ambientais, sociais e de governação (SAG). Tendo em conta as alterações relacionadas com o pessoal do Conselho de Administração, o Comité abordou igualmente o ajustamento correspondente dos objetivos individuais. Além disso, abordou desenvolvimentos regulamentares e conclusões regulamentares sobre tópicos relativos à remuneração e abordou, também com o apoio de consultores externos, a examinação da existência das condições prévias para a suspensão, perda de direitos ou claw-back de elementos da remuneração variável de (antigos) membros do Conselho de Administração. Na medida do necessário, adotou resoluções e elaborou recomendações sobre propostas de resolução para o plenário do Conselho de Fiscalização. Outro ponto central foi a abordagem do relatório sobre a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, que deveria ser submetido à aprovação da Assembleia Geral e posteriormente publicado juntamente com o parecer do auditor. Além disso, o Comité acompanhou a identificação dos Responsáveis pelos Riscos Materiais e a determinação do montante total da remuneração variável para o exercício de 2023, bem como as decisões sobre a remuneração dos responsáveis pelas funções de Conformidade e Risco. O Comité de Controlo de Remunerações também se debruçou sobre a revisão do sistema de remuneração do Conselho de Administração, que foi submetido à aprovação da Assembleia Geral de 2024. O novo sistema, bastante mais simples, foi criado para alinhar mais estreitamente a base da avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração com os interesses dos acionistas. A partir de 2024, a componente variável da remuneração a longo prazo deixou de ser medida com base no desempenho da empresa nos anos anteriores, mas sim na evolução dos objetivos financeiros e ambientais, sociais e de governação (SAG) em cada período de três anos seguinte. O Comité analisou igualmente a utilização e a eficácia das medidas disponíveis no sistema de remuneração para lidar com as infrações aos regulamentos legais, bem como as regras, políticas e procedimentos internos e externos.

O Comité de Supervisão Regulamentar reuniu-se seis vezes em 2024. Cinco reuniões foram realizadas no local e duas foram realizadas por videoconferência. O Comité de Supervisão Regulamentar foi informado pelo Conselho de Administração, numa base contínua, sobre os contactos com as entidades reguladoras com uma relevância significativa para as atividades do negócio do banco e, especialmente, sobre auditorias especiais, queixas substanciais e outras medidas excecionais por parte das autoridades reguladoras bancárias alemãs e estrangeiras, na medida em que não estejam relacionadas com relatórios financeiros ou questões de auditoria. O Conselho de Administração informou, em todas as reuniões, sobre a situação da correção das medidas de aplicação da regulamentação e dos resultados críticos relacionados. Além disso, o Comité foi informado, nas suas reuniões, sobre os inquéritos internos importantes e a sua evolução. Paralelamente, o Comité de Supervisão Regulamentar continua a ocupar-se dos controlos preventivos de conformidade e dos casos de litígio com maior risco do ponto de vista do banco.

O Comité de Estratégia e Sustentabilidade realizou cinco reuniões, incluindo uma reunião extraordinária. Uma reunião foi realizada no local, uma ocorreu na forma de reunião híbrida e três foram realizadas por videoconferência. Nas suas reuniões, o Comité debruçou-se intensamente sobre a transformação estratégica do banco e obteve regularmente relatórios sobre esta matéria do Conselho de Administração. Neste contexto, os pontos focais específicos foram os progressos estratégicos realizados em 2024, o caminho para alcançar os objetivos financeiros para 2025 e o planeamento para os anos seguintes. Neste contexto, o Comité abordou a estratégia de sustentabilidade, o progresso das principais iniciativas de transformação, bem como o desenvolvimento contínuo do modelo operacional do banco. Outro ponto central do trabalho do Comité foi a estratégia de sustentabilidade. Esta ação envolveu, entre outros aspetos, a análise dos progressos na implementação da estratégia de sustentabilidade, o planeamento dos volumes de financiamento e investimento sustentáveis, bem como o desenvolvimento contínuo da estratégia de sustentabilidade com base nas estratégias do Grupo e das divisões de negócio. O Comité deliberou igualmente sobre as estratégias para o mercado doméstico do Banco, a Alemanha, e para a região das Américas. Outros tópicos de relatório e discussão foram a estratégia da DWS, a estratégia de digitalização, o programa de centralização no cliente e os investimentos nas divisões de negócios do banco.

O Comité de Tecnologia, Dados e Inovação reuniu-se quatro vezes. Duas reuniões foram realizadas no local e duas reuniões foram realizadas por videoconferência. Os temas sobre os quais o Comité se debruçou em 2024 incluíram, em particular, as TI e a cibersegurança, bem como a estratégia tecnológica a nível do Grupo e a sua implementação nas divisões empresariais e áreas da infraestrutura. Neste contexto, o Comité recebeu relatórios sobre os progressos realizados na modernização e simplificação da infraestrutura de TI e do panorama de aplicações do Banco e debateu a importância da tecnologia para as divisões de negócio e as áreas de infraestrutura. No que se refere aos tópicos de TI e cibersegurança, o Comité recebeu relatórios sobre a atual situação de segurança do banco, bem como uma visão externa do mercado sobre a segurança da informação. Neste contexto, o Comité debateu as atuais macrotendências, bem como os princípios e objetivos da segurança da informação e da gestão do risco da computação em nuvem. Além disso, o Comité abordou em pormenor os fatores de risco informáticos significativos para o banco e discutiu as medidas e os progressos realizados na redução desses riscos. Além disso, o Comité discutiu questões regulamentares relacionadas com a tecnologia e as infraestruturas e recebeu relatórios sobre a migração para a nuvem, a gestão de dados do banco e a implementação de programas tecnológicos fundamentais para todo o banco. O Comité discutiu também os custos da área tecnológica do banco, incluindo os principais fatores de custo e as ações para otimizar a base de custos. Adicionalmente, o Comité abordou ainda as inovações relacionadas com a inteligência artificial e a aprendizagem automática, bem como a sua governação, implementação responsável e utilização no banco.

As reuniões do Comité de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias.

Participação em reuniões

Durante o período abrangido pelo relatório, os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comités dos quais eram membros, conforme se segue: A participação foi presencial ou por videoconferência. Não se registou nenhum caso de participação por telefone.

N.º de reuniões/Participação em %	Conselho de Fiscalização				Comité do Presidente				Comité de Risco				Comité de Auditoria				Comité de Nomeações			
Wynaendts, Alex (Presidente)	8	/	8	100%	11	/	11	100%	6	/	6	100%					6	/	6	100%
Bleidt, Susanne	7	/	8	88%									5	/	5	100%				
Clark, Mayree	8	/	8	100%					6	/	6	100%					6	/	6	100%
Duscheck, Jan	8	/	8	100%					6	/	6	100%								
Eifert, Manja	8	/	8	100%									5	/	5	100%				
Fieber, Claudia	8	/	8	100%									4	/	4	100%				
Gabriel, Sigmar	7	/	8	88%																
Haggenmiller, Florian (desde 16 de janeiro de 2024)	8	/	8	100%																
Heider, Timo	8	/	8	100%	11	/	11	100%									6	/	6	100%
Schulze, Frank	8	/	8	100%	11	/	11	100%									6	/	6	100%
Siebert, Gerlinde M.	8	/	8	100%					6	/	6	100%	4	/	5	80%				
Slyngstad, Yngve	7	/	8	88%																
Szukalski, Stephan	8	/	8	100%					6	/	6	100%								
Thain, John	8	/	8	100%																
Togel, Jurgen	8	/	8	100%																
Trogni, Michele	8	/	8	100%					6	/	6	100%								
Valcarcel, Dagmar	7	/	8	88%									5	/	5	100%				
Weimer, Theodor	7	/	8	88%									5	/	5	100%				
Winkeljohann, Norbert	8	/	8	100%	10	/	11	91%	6	/	6	100%	5	/	5	100%	6	/	6	100%
Witter, Frank	8	/	8	100%									5	/	5	100%				
Total				97%				98%				100%				97%				100%

N.º de reuniões/Participação em %	Comité de Controlo de Remunerações				Comité de Supervisão Regulamentar				Comité de Estratégia e Sustentabilidade				Comité de Tecnologia, Dados e Inovação				Total			
Wynaendts, Alex (Presidente)	6	/	6	100%	6	/	6	100%	5	/	5	100%	4	/	4	100%	52	/	52	100%
Bleidt, Susanne													4	/	4	100%	16	/	17	94%
Clark, Mayree									5	/	5	100%					25	/	25	100%
Duscheck, Jan	6	/	6	100%	6	/	6	100%					4	/	4	100%	30	/	30	100%
Eifert, Manja													4	/	4	100%	17	/	17	100%
Fieber, Claudia									4	/	5	80%	1	/	1	100%	17	/	18	94%
Gabriel, Sigmar					4	/	6	67%									11	/	14	79%
Haggenmiller, Florian (desde 16 de janeiro de 2024)									5	/	5	100%	4	/	4	100%	17	/	17	100%
Heider, Timo	6	/	6	100%	5	/	6	83%	5	/	5	100%					41	/	42	98%
Schulze, Frank									5	/	5	100%					30	/	30	100%
Siebert, Gerlinde M.																	18	/	19	95%
Slyngstad, Yngve													4	/	4	100%	11	/	12	92%
Szukalski, Stephan					6	/	6	100%									20	/	20	100%
Thain, John									4	/	5	80%					12	/	13	92%
Togel, Jurgen	6	/	6	100%					5	/	5	100%					19	/	19	100%
Trogni, Michele									5	/	5	100%	4	/	4	100%	23	/	23	100%
Valcarcel, Dagmar	6	/	6	100%	6	/	6	100%									24	/	25	96%
Weimer, Theodor																	12	/	13	92%
Winkeljohann, Norbert	6	/	6	100%													41	/	42	98%
Witter, Frank																	13	/	13	100%
Total				100%				92%				96%				100%				97%

Governo da Sociedade

A composição do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités está em conformidade com os requisitos da legislação, assim como com as normas de governação regulamentares. O Banco Central Europeu analisou e confirmou as habilitações profissionais e a fiabilidade pessoal dos nossos membros no âmbito da sua avaliação da adequação. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual. Adicionalmente, houve uma avaliação do conhecimento, competências e experiência de todo o Conselho de Fiscalização que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva). A Equipa Comum de Supervisão do Banco Central Europeu e o Comité de Nomeações controlam continuamente a idoneidade dos membros do Conselho de Fiscalização.

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e – como exigido – numa base ad hoc, entre as reuniões, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todas as questões e riscos relevantes para o desempenho das suas funções. A cooperação nos comités foi marcada por uma atmosfera aberta e de confiança.

Os presidentes dos comités reportaram regularmente nas reuniões do Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités individuais. De forma regular, antes das reuniões do Conselho de Fiscalização, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado. No início ou no fim das reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités houve debates regulares nas “Sessões Executivas” sem a participação do Conselho de Administração.

O Presidente do Conselho de Fiscalização e alguns dos presidentes dos comités participaram regularmente em debates com representantes de vários reguladores e informaram-nos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivos comités e sobre a cooperação com o Conselho de Administração.

Em conjunto com o Departamento de Relações com Investidores do Banco, o Presidente do Conselho de Fiscalização manteve conversações com investidores, consultores e associações de acionistas. Os temas das discussões foram os tópicos da governação e estratégia na perspetiva do Conselho de Fiscalização, em particular no que se refere a competências e conhecimentos especializados, composição e planeamento da sucessão para o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, o novo sistema de remuneração, bem como tópicos gerais sobre a remuneração do Conselho de Administração, a partilha de experiências com formatos de assembleias gerais, os processos de controlo do banco e a perspetiva do Conselho de Fiscalização sobre a implementação das estratégias empresariais e ambientais, sociais e de governação (SAG) do banco.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho Fiscal em plenário, abordámos a avaliação prevista na lei do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização para o exercício financeiro de 2024, que também inclui a autoavaliação de acordo com o Código de governo das sociedades alemão. O debate final dos resultados teve lugar numa reunião plenária do Conselho de Fiscalização a 13 de março de 2025, e os resultados foram apresentados num relatório final.

Para mais informações, por exemplo, sobre os peritos financeiros do Comité de Auditoria, os peritos em matéria de remuneração e a independência de cada um dos membros, consultar a secção "Conselho de Fiscalização" da Declaração sobre o Governo da Sociedade.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), emitida pela última vez pelo Conselho de Administração em outubro de 2023, foi reemitida em outubro de 2024. O texto da declaração de conformidade, juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado no Relatório Anual e no nosso sítio Web em https://www.db.com/ir/en/documents.htm. As nossas declarações de conformidade e declarações sobre o governo da sociedade dos últimos cinco anos, pelo menos, estão também disponíveis aí, juntamente com as versões atualmente em vigor dos termos de referência do Conselho de Fiscalização e respetivos comités do Conselho de Administração.

Formação e medidas de formação contínua

Realizámos várias sessões de formação em 2024, tal como em anos anteriores, conduzidas por especialistas externos e internos. A formação incidiu sobre temas como a evolução macroeconómica e o seu impacto no banco, o combate à criminalidade financeira, o intercâmbio de informações e a delimitação de responsabilidades entre o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, bem como outros temas legais e regulamentares relevantes para o Conselho de Fiscalização. Além disso, recebemos uma perspetiva do ambiente global e regulamentar no setor dos serviços financeiros para o ano de 2024 (incluindo áreas temáticas como o combate ao crime financeiro, a resiliência operacional, a digitalização e a inteligência artificial, os ativos digitais, as questões ambientais, sociais e de governação (SAG), bem como a recuperação e a resolução).

Além disso, realizámos uma sessão de formação, em particular para os membros do Comité de Auditoria, sobre os requisitos da Diretiva relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas (CSRD).

Para o novo membro que entrou para o Conselho de Fiscalização, o Sr. Haggenmiller, foram desenvolvidos e realizados cursos de iniciação extensivos, adaptados individualmente a este membro, para facilitar a sua entrada em funções.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

Esforçamo-nos continuamente por identificar e prevenir, o mais cedo possível, potenciais conflitos de interesses por parte dos nossos membros e providenciar a sua atenuação. Além disso, o desempenho de mandatos externos pelos membros do nosso Conselho de Fiscalização noutras empresas e órgãos de gestão é regularmente analisado para detetar potenciais conflitos de interesses.

No ano em análise, não foram identificados e comunicados quaisquer conflitos de interesses.

Demonstrações Financeiras Anuais, Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o Relatório de Gestão e o Relatório de Compensação combinado

A EY auditou as demonstrações financeiras anuais, incluindo o relatório de contabilidade e o relatório de gestão combinado das demonstrações financeiras anuais, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do exercício financeiro de 2024 e emitiu, em cada caso, um parecer de auditoria sem reservas em 10 de março de 2025. Os relatórios de auditoria foram assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Mai e Sr. Lösken.

Além disso, a EY efetuou uma análise de garantia limitada da declaração de sustentabilidade do presente relatório anual e emitiu um parecer separado sem reservas. A EY emitiu um parecer separado sem reservas para o Relatório de Remuneração.

O Comité de Auditoria examinou os documentos para as Demonstrações Financeiras Anuais e Demonstrações Financeiras Consolidadas para 2024, bem como a Declaração de Sustentabilidade para 2024 na respetiva reunião em 11 de março de 2025. Representantes da EY apresentaram o relatório final sobre os resultados de auditoria. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação do Comité de Auditoria e após apreciação dos documentos das Demonstrações Financeiras Anuais e Demonstrações Financeiras Consolidadas, assim como dos documentos da Declaração de Sustentabilidade, e na sequência de uma extensa discussão sobre o Conselho de Fiscalização, bem como com os representantes do auditor, tomámos nota dos resultados das auditorias com aprovação. Determinámos que, também com base nos resultados finais das nossas apreciações, não há qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração. Deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de afetação de lucros distribuíveis.

Questões pessoais

Birgit Laumen demitiu-se do seu mandato como representante dos colaboradores no Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2024. O Sr. Florian Haggenmiller foi nomeado pelo tribunal como seu sucessor, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2024.

Já no período de referência de 2023, tínhamos decidido prolongar a nomeação de Rebecca Short para o Conselho de Administração por três anos, ou seja, com efeitos a partir de 1 de maio de 2024 e até 30 de abril de 2027. Em 30 de junho de 2024, nomeámos Laura Padovani como membro do Conselho de Administração e Diretora de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira, com efeitos a partir de 1 de julho de 2024, por um período de três anos até 30 de junho de 2027. Além disso, em 12 de dezembro de 2024, nomeámos o Dr. Marcus Chromik como membro do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 1 de maio de 2025, por um período de três anos até 30 de abril de 2028. Assumirá as funções do atual Diretor de Risco, Olivier Vigneron, que não prorrogará o seu contrato de trabalho que termina em 19 de maio de 2025.

Todas as resoluções foram baseadas nas recomendações do Comité de Nomeações e do Comité do Presidente.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como aos membros que abandonaram os seus cargos no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio construtivo que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Adicionalmente, também gostaríamos de expressar o nosso enorme agradecimento aos colaboradores do banco pela sua grande dedicação pessoal.

Frankfurt am Main, 12 de março de 2025

O Conselho de Fiscalização

Alexander Wynaendts

Presidente

Conselho de Fiscalização

Alexander Wynaendts -
Presidente
Haia
Países Baixos

Frank Schulze*
– Vice-presidente
Hanau
Alemanha

Professor Dr. Norbert Winkeljohann
– Vice-presidente
Osnabrück
Alemanha

Susanne Bleidt*
Bell
Alemanha

Mayree Clark
Nova Canaan
EUA

Jan Duscheck*
Berlim
Alemanha

Manja Eifert*
Berlim
Alemanha

Claudia Fieber*
Berlim
Alemanha

Sigmar Gabriel
Goslar
Alemanha

Florian Haggenmiller*
desde 16 de janeiro de 2024
Kempten (Allgäu)
Alemanha

Timo Heider*
Emmerthal
Alemanha

Birgit Laumen*
até 12 de janeiro de 2024
Alfter
Alemanha

Gerlinde M. Siebert*
Frankfurt am Main
Alemanha

Yngve Slyngstad
Oslo
Noruega

Stephan Szukalski*
Ober-Morlen
Alemanha

John Alexander Thain
Rye
EUA

Jürgen Tögel*
Horgau
Alemanha

Michele Trogni
Riverside
EUA

Dr. Dagmar Valcarcel
Madrid
Espanha

Dr. Theodor Weimer
Wiesbaden
Alemanha

Frank Witter
Braunschweig
Alemanha

* Representantes dos colaboradores

Comités

Comité do Presidente

Alexander Wynaendts
- Presidente

Timo Heider*

Frank Schulze*

Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Nomeações

Alexander Wynaendts
- Presidente

Mayree Clark
Timo Heider*

Frank Schulze*

Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Auditoria

Frank Witter
- Presidente

Susanne Bleidt*

Manja Eifert*

Claudia Fieber*
(desde 31 de janeiro de 2024)

Birgit Laumen*
(até 12 de janeiro de 2024)

Gerlinde M. Siebert*

Dr. Dagmar Valcarcel

Dr. Theodor Weimer

Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Risco

Mayree Clark
- Presidente

Jan Duscheck*

Gerlinde M. Siebert*

Stephan Szukalski*

Michele Trogni

Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Alexander Wynaendts

Comité de Supervisão Regulamentar

Dr. Dagmar Valcarcel
- Presidente

Jan Duscheck*

Sigmar Gabriel

Timo Heider*

Stephan Szukalski*
Alexander Wynaendts

Comité de Controlo de Remunerações

Professor Dr. Norbert Winkeljohann
- Presidente

Jan Duscheck*

Timo Heider*

Jürgen Tögel*

Dr. Dagmar Valcarcel

Alexander Wynaendts

Comité de Estratégia e Sustentabilidade

John Alexander Thain
- Presidente

Mayree Clark
Claudia Fieber*

Florian Haggenmiller*
(desde 31 de janeiro de 2024)

Birgit Laumen*
(até 12 de janeiro de 2024)

Frank Schulze*

Jürgen Tögel*
Michele Trogni

Alexander Wynaendts

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni
- Presidente

Susanne Bleidt*

Manja Eifert*

Claudia Fieber*
(até 31 de janeiro de 2024)

Florian Haggenmiller*
(desde 31 de janeiro de 2024)

Yngve Slyngstad
Alexander Wynaendts

Comité de Mediação

Alexander Wynaendts
- Presidente

Timo Heider*

Frank Schulze*

Professor Dr. Norbert Winkeljohann

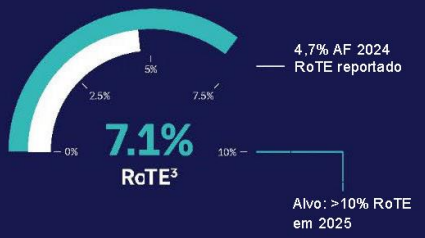
* Representantes dos colaboradores

Resultados do exercício resilientes, refletindo o forte desempenho operacional contínuo

FY 2024

Dinâmica de crescimento

- Forte crescimento do franchise nas quatro divisões, plena confiança na capacidade de atingir a ambição de ~32 mil milhões
- A dinâmica das receitas é apoiada pelo crescimento das receitas não relacionadas com juros e por áreas de investimento específicas, compensando a normalização da margem bruta de autofinanciamento
- 75% de receitas provenientes de fluxos mais previsíveis, incluindo o Corporate Bank, o Private Bank, Asset Management e o financiamento FIC
- Crescimento sustentado das receitas, com um CAGR do Grupo[2] de 5,8%, em linha com o objetivo atualizado de 5,5% a 6,5%
- O ano fiscal de 2024 registou um RoTE de 4,7%

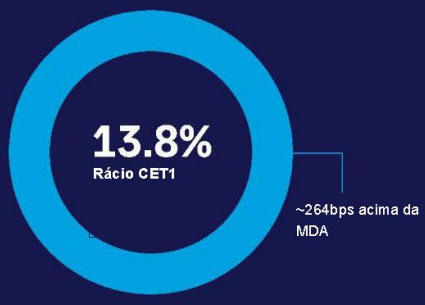


Execução disciplinada

- Custos operacionais em conformidade com as orientações, investindo simultaneamente no crescimento da atividade; absorção de rubricas de custos não operacionais significativas e melhoria do desempenho futuro, bem como do perfil de risco
- Crescimento incremental do franchise em 2025 a ser alcançado com custos operacionais estáveis
- A redefinição do objetivo do rácio custo/rendimento (CIR) para um valor inferior a 65% reflete os investimentos destinados a impulsionar o progresso contínuo além de 2025

Resiliência

- Posição de capital robusta, com um rácio CET1 de 13,8% no final de 2024, apesar da absorção de encargos com litígios e da dedução de capital para a recompra de ações de 750 milhões de euros anunciada
- O objetivo é operar com uma reserva de 200 pontos percentuais acima do limiar de MDA previsto para o banco, à medida que o Deutsche Bank reforça os fundos próprios e absorve as alterações regulamentares



Sustentabilidade

- Aumento contínuo dos volumes de financiamento sustentável em 93 mil milhões de euros em 2024 para 373 mil milhões de euros acumulados desde 2020

[1] Com uma potencial vantagem decorrente dos efeitos da conversão cambial

[2] Taxa de crescimento anual composta desde 2021

[3] Para uma descrição desta e de outras medidas financeiras não-GAAP, consulte "Uso de medidas financeiras não-GAAP" nas páginas 15 a 22 do Suplemento de Dados Financeiros do quarto trimestre de 2024

Estratégia

Global Hausbank

O roteiro estratégico e financeiro do Deutsche Bank até 2025 tem como objetivo posicionar o Deutsche Bank como um *Global Hausbank*, dedicado ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos seus clientes no país e no estrangeiro, e alcançar as metas financeiras e os objetivos de capital do banco para 2025. A estratégia de *Global Hausbank* é sustentada por três temas-chave: gestão de risco, sustentabilidade e tecnologia, os quais se tornaram ainda mais importantes tendo em conta os atuais desafios geopolíticos e macroeconómicos.

Indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank para 2025

Metas financeiras e objetivos de capital para 2025

Objetivos financeiros:
– Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 10% para o Grupo
– Taxa de crescimento anual composta de receitas entre 2021 e 2025 de 5,5% a 6,5%
– Rácio custo/rendimento inferior a 65% (redefinido de 62,5%)

Objetivos de capital:
– Rácio de capital Common Equity Tier 1 de aproximadamente 13%
– Rácio de reembolso total de 50% a partir de 2025

O Deutsche Bank reafirma os seus objetivos financeiros, incluindo o objetivo do rácio custo/rendimento, que foi redefinido de menos de 62,5% para menos de 65% no início de 2025, bem como os seus objetivos de capital para 2025. Todas as projeções prospetivas abaixo são baseadas nas taxas de câmbio estrangeiras de 31 de janeiro de 2025.

A rentabilidade do capital próprio médio tangível após impostos e os custos ajustados são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informação financeira suplementar (não auditada): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com os valores IFRS em que as mesmas se baseiam.

Progresso na implementação da estratégia

Em 2024, o Deutsche Bank fez progressos em todas as dimensões da sua estratégia acelerada de *Global Hausbank* através de uma execução disciplinada, impulsionando o crescimento das receitas, bem como a eficiência operacional e de capital. O banco manteve uma disciplina rigorosa em relação aos custos ajustados, continuando a investir na plataforma do banco. Além disso, o banco deixou para trás custos específicos de litígios antigos e outras rubricas excecionais.

Relativamente ao crescimento das receitas, as receitas líquidas aumentaram para 30,1 mil milhões de euros em 2024, face a 28,9 mil milhões de euros, ou seja, 4%, em comparação com 2023, em conformidade com a orientação do banco de cerca de 30 mil milhões de euros para 2024. O crescimento anual composto das receitas desde 2021 foi de 5,8% até ao final de 2024, em comparação com 6,6% em 2023, em conformidade com o intervalo de objetivos do banco de 5,5% a 6,5%. Em 2025, o banco espera que a dinâmica contínua do franchise e o potencial de crescimento em todas as suas atividades impulsionem o crescimento das receitas, apoiado por investimentos no âmbito dos programas de eficiência do banco. Prevê-se que este crescimento resulte tanto da margem financeira como das receitas não relacionadas com juros, refletindo a diversificação das atividades do banco, que permite que cerca de 75% das receitas previstas provenham de fluxos de receitas mais previsíveis. O Deutsche Bank confirma o seu objetivo de receitas de cerca de 32 mil milhões de euros a nível do Grupo em 2025, o que se traduz em cerca de 32,7 mil milhões de euros às taxas de câmbio de janeiro de 2025.

Os custos não relacionados com juros em 2024 ascenderam a 23,0 mil milhões de euros, face a 21,7 mil milhões de euros, ou seja, 6%, em comparação com o ano anterior, e incluíram 2,6 mil milhões de euros de custos não operacionais relacionados com litígios, bem como encargos com reestruturação e indemnizações. Os custos ajustados foram de 20,4 mil milhões de euros em 2024, contra 20,6 mil milhões de euros, ou seja, 1% em comparação com o ano anterior. O Deutsche Bank fez mais progressos no seu programa de eficiência operacional de 2,5 mil milhões de euros durante 2024. As medidas incluíram a otimização da plataforma do banco na Alemanha, a redução do número de efetivos, nomeadamente em funções não relacionadas com os clientes, a otimização das TI e da infraestrutura, bem como a automatização contínua dos processos "front-to-back". O banco espera que a grande maioria destas medidas tenha um impacto positivo na taxa de execução dos custos ajustados em 2025. Prevê-se que os custos não operacionais em 2025 diminuam, uma vez que os encargos com litígios, reestruturação e indemnizações deverão normalizar. Consequentemente, o banco tem agora como objetivo um rácio custo/rendimento inferior a 65% em 2025, ligeiramente mais elevado do que o objetivo inicial, a fim de apoiar o crescimento e a dinâmica empresarial durante e após 2025.

No que respeita à eficiência dos fundos próprios, o programa de eficiência dos fundos próprios do Deutsche Bank proporcionou reduções cumulativas de 24 mil milhões de euros em termos de RWA, o que se aproxima do seu objetivo de 25 a 30 mil milhões de euros até ao final de 2025. O banco pretende atingir o limite superior do seu objetivo até ao final de 2025. As eficiências de capital contribuíram para que o rácio CET1 do banco no final de 2024 fosse de 13,8%, o que inclui as recompras de ações de 750 milhões de euros autorizadas para 2025. O banco planeia continuar a progredir em termos de eficiência de capital em 2025.

O Deutsche Bank anunciou planos para 2,1 mil milhões de euros de novas distribuições de capital aos acionistas em 2025. O banco recebeu autorização da autoridade de fiscalização para novas recompras de ações no valor de 750 milhões de euros e planeia propor dividendos para 2024 no valor de 1,3 mil milhões de euros, ou seja, 0,68 euros por ação, na sua Assembleia Geral Anual de maio de 2025, o que representa um aumento de 50% em relação aos 0,45 euros por ação para 2023. Estas medidas aumentariam as distribuições cumulativas de capital aos acionistas para 5,4 mil milhões de euros desde 2022, excedendo o objetivo de 5 mil milhões de euros do programa de transformação do banco lançado em 2019. O banco reafirma a sua ambição de ultrapassar o seu objetivo de distribuição de capital de 8 mil milhões de euros para os exercícios de 2021-2025, a pagar em 2022-2026. O Deutsche Bank continuará a visar um rácio de reembolso de 50% após 2025, através de recompras de ações e dividendos em dinheiro, com os dividendos em dinheiro a crescerem mais moderadamente em comparação com os aumentos registados nos últimos anos.

Conduzir a próxima fase da evolução do Deutsche Bank

Além de 2025, o Deutsche Bank já começou a trabalhar na sua próxima fase de evolução e a implementar medidas para elevar o banco ao próximo nível de desempenho, visando um perfil de rendimentos ainda mais equilibrado e uma atividade mais orientada para a tecnologia com os clientes do banco, com uma infraestrutura mais simples.

O Deutsche Bank pretende aumentar ainda mais o valor para os acionistas, concentrando-se mais na afetação de capital e na otimização de RWA, tanto a nível das empresas como dos clientes. O banco vê potencial para um maior crescimento das receitas na melhoria contínua da produtividade dos recursos em toda a carteira, através da fixação de preços e da reafetação de capital a franchises de elevado retorno. Além disso, o banco esforça-se por melhorar a rendibilidade das atividades de menor retorno através de melhorias de eficiência "front-to-back" e de medidas de eficiência de capital. Pode ser considerada uma redução do capital afetado e potenciais saídas selecionadas para áreas em que não seja possível obter melhorias de rendimento. O Deutsche Bank também planeia reformular o seu modelo operacional alvo, permitindo ao banco gerir a sua plataforma com um número mais reduzido de efetivos e simplificando a estrutura organizacional. Prevê-se que estas medidas, associadas a uma maior racionalização dos processos, contribuam para aumentar a eficiência operacional.

A próxima fase do Deutsche Bank inclui também uma agenda de gestão que enfatiza o reforço da gestão do risco e da responsabilidade e a evolução da sua cultura através de um quadro orientado para um objetivo chamado *"This is Deutsche Bank".* Com os investimentos, o banco acredita que está bem posicionado para fazer crescer o modelo de *Global Hausbank*, torná-lo mais eficiente e gerar mais capital para aplicação nos negócios e distribuição aos acionistas.

O Deutsche Bank pretende fornecer oportunamente mais pormenores sobre as suas aspirações estratégicas e ações além de 2025.

Sustentabilidade

A sustentabilidade tem sido um aspeto fundamental da estratégia do Deutsche Bank desde 2019. Em 2024, o banco continuou a centrar-se nos quatro pilares da sua estratégia de sustentabilidade: Financiamento Sustentável, Políticas e Compromissos, Pessoas e Operações Próprias, e Liderança de Opinião e Envolvimento das Partes Interessadas.

O Deutsche Bank estabeleceu objetivos ambiciosos para maximizar a sua contribuição para a consecução dos objetivos do Acordo Climático de Paris e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU). Os principais objetivos relacionados com as questões de sustentabilidade são os seguintes:

- O banco pretende atingir volumes de financiamento e investimento sustentáveis acumulados de 500 mil milhões de euros entre janeiro de 2020 e o final de 2025 (excluindo a DWS)
- O Deutsche Bank está empenhado em atingir zero emissões líquidas até 2050. Para tal, o banco estabeleceu objetivos de emissões líquidas nulas para oito setores com elevada intensidade de carbono na sua carteira de empréstimos a empresas, com objetivos intermédios até ao final de 2030 e objetivos finais até ao final de 2050
- O banco planeia obter 100% da sua eletricidade a partir de fontes renováveis até 2025
- De acordo com os requisitos da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs (AktG) para estabelecer objetivos para a representação de mulheres nos dois níveis de gestão abaixo do MB, o Deutsche Bank pretende que, até 2025, as mulheres representem, pelo menos, 35% dos cargos de diretor-geral, diretor e vice-presidente

Em 2024, o Deutsche Bank registou novos progressos na implementação da sua agenda de sustentabilidade, que foi reconhecida pelas principais agências de notação de SAG. O Deutsche Bank recebeu classificações SAG mais altas do CDP, MSCI, S&P Corporate Sustainability Assessment (CSA), ISS ESG e Sustainalytics.

O Deutsche Bank publicou o seu Quadro de Financiamento Sustentável revisto, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024. Este quadro inclui critérios atualizados utilizados para classificar os financiamentos como sustentáveis. Com o Quadro de Instrumentos Sustentáveis atualizado, que abrange agora ativos ecológicos e sociais, o Deutsche Bank está posicionado para emitir obrigações sociais, após o que o banco emitiu a sua primeira obrigação social de 500 milhões de euros com uma carteira de encomendas superior a 6,6 mil milhões de euros em julho de 2024.

Para mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank, bem como da DWS, que define a sua própria estratégia de sustentabilidade, consulte os capítulos "Governação" e "Estratégia de Sustentabilidade" na Declaração de Sustentabilidade deste relatório.

Uma clara dinâmica em todas as divisões, com vista a um crescimento sustentável e a uma maior rendibilidade

Corporate Bank

— No coração do Global Hausbank, com uma rede global e um franchise de clientes reforçado, evidenciado por um aumento de ~40% nos negócios incrementais ganhos com clientes multinacionais desde 2022

— Receitas de depósitos resilientes, refletindo a disciplina de preços e o crescimento do volume

— Crescimento de 5% nos fluxos de receitas geradoras de taxas em todas as regiões em 2024, numa base anual

Investment Bank

— Continuação do objetivo de ser o principal banco de investimento global fora dos EUA

— Cristalizar os benefícios dos investimentos recentes e de um maior envolvimento dos clientes em O&A, ao mesmo tempo que se baseia na dinâmica de um aumento significativo das receitas e do crescimento da quota de mercado em 2024

— Maior desenvolvimento da profundidade das relações com os clientes no âmbito FIC e da plataforma de negócios mais alargada, incluindo um enfoque nos EUA.

Private Bank

— Dois negócios distintos que atraem mais de 80 mil milhões de euros de NNA a partir de 2022; expansão da WM e melhoria da eficiência na PeB com cerca de 400 sucursais e uma redução de cerca de 11% de ETI desde 2021

— Concentrou-se no envolvimento digital dos clientes e em campanhas bem sucedidas de Fresh Money em PeB e continuou a otimização da rede de agências e a evolução bem sucedida da experiência do cliente

— Uma combinação bem diversificada de receitas em WM&PB, centrada em empresários familiares UHNW no mercado nacional e internacional, bem como nos clientes privados na Europa

Asset Management

— Gestor de ativos líder na Alemanha e na Europa, com AUM superiores a 1 bilião de euros pela primeira vez, 115 mil milhões de euros mais elevados do que no final de 2023

— Entradas líquidas de 42 mil milhões de euros em investimentos passivos em 2024

— Introduziu produtos inovadores em várias classes de ativos, lançando 28 novos produtos

Totais do grupo: contributos das divisões excluindo Corporate & Other

Segmentos da atividade do Deutsche Bank

Corporate Bank

A banca de empresas é uma parte integrante do negócio do Deutsche Bank. As capacidades do Corporate Bank em Cash Management, Trade Finance e Lending, bem como Foreign Exchange, em estreita colaboração com o departamento de câmbios do Investment Bank, permitem ao segmento de negócio satisfazer as principais necessidades dos seus clientes. Enquanto banco líder ao serviço de empresas multinacionais e alemãs no país e no estrangeiro (fonte: EUROMONEY), o Corporate Bank ajuda os clientes a otimizar o seu capital de operacional e liquidez, a garantir cadeias de abastecimento e canais de distribuição globais e a gerir os seus riscos.. Além disso, o Corporate Bank atua como prestador de serviços especializados a Instituições financeiras, oferecendo serviços de Correspondent Banking e de serviços fiduciários e de agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários. Por último, o segmento de negócio presta serviços bancários a pequenas empresas e empresários na Alemanha, através de um conjunto de produtos normalizado.

O Corporate Bank definiu uma série de iniciativas específicas para capitalizar as suas competências centrais nestas diferentes áreas e aumentar as suas receitas, a fim de alcançar os seus objetivos. Em particular, os investimentos do segmento de negócio em novas iniciativas e a experiência na gestão de situações complexas para os clientes, tais como as incertezas associadas ao aumento das tensões geopolíticas, o menor crescimento económico em alguns dos principais países em atividade, bem como a incerteza em torno das políticas dos bancos centrais, permitem ao Corporate Bank prestar os seus serviços de aconselhamento e de soluções.

Em 2024, o Corporate Bank continuou a progredir na prossecução dos objetivos estratégicos do segmento de negócio, nomeadamente através do aumento das comissões e das receitas de taxas em todas as regiões. A margem financeira das atividades de depósito manteve-se estável, uma vez que a normalização das margens de depósito em curso foi parcialmente compensada pelo aumento dos volumes de depósito e pela cobertura de juros. O Corporate Bank foi galardoado com o prémio "World's Best Bank for Corporates" nos Euromoney's Awards for Excellence 2024 e também foi nomeado "Best Bank for Corporates in Germany". Além disso, o Corporate Bank Alemanha foi reconhecido pelo inquérito da revista FINANCE 2024 como o melhor banco na banca de empresas, o primeiro Hausbank, o primeiro em Cash Management/Payment Transactions e em Trade and Export Finance. O segmento acredita que estes prémios são um reconhecimento das relações profundas do Corporate Bank com os clientes e da oferta de soluções centradas no cliente.

Em termos prospetivos, espera-se que o Corporate Bank continue a atuar como parte integrante da estratégia do Global Hausbank e contribua para os objetivos do Deutsche Bank para 2025. O segmento vê oportunidades de crescimento em todos os principais grupos de clientes (Corporate, Institucional e Business Banking), a partir dos pontos fortes do Corporate Bank existentes e de novos produtos. O Corporate Bank tem por objetivo oferecer uma gama completa de soluções de consultoria e de financiamento para os tesoureiros das empresas e pretende continuar a ser o parceiro de confiança da economia alemã, com base na sua posição de líder do Corporate Bank no seu mercado nacional. O segmento está também empenhada em interligar instituições financeiras em todo o mundo, uma atividade em que é um dos líderes de mercado (fonte: análise comparativa de pares SWIFT Euro). A rede global do segmento em 140 países, combinada com um profundo conhecimento local, um conjunto abrangente de produtos e uma oferta personalizada aos clientes, deverá continuar a oferecer vantagens competitivas em relação aos seus pares.

Como parceiro de transição, o Corporate Bank procura ajudar os seus clientes em todas as cadeias de valor do setor a atingir os seus objetivos estratégicos, oferecendo um vasto conjunto de soluções financeiras sustentáveis e conhecimentos de sustentabilidade alinhados com o setor. Além disso, o Corporate Bank visa permitir o desenvolvimento acelerado das energias renováveis e das infraestruturas através das suas capacidades de financiamento de ativos e de projetos para setores emergentes de transformação da energia, como o hidrogénio, a captura de carbono e as soluções de baterias e de armazenamento, bem como o desenvolvimento de capacidades de financiamento, impulsionando a transformação da eficiência energética.

As iniciativas do Corporate Bank terão como objetivo o crescimento das receitas com os clientes empresariais nos domínios da gestão de tesouraria e do financiamento e concessão de empréstimos comerciais, incluindo o crescimento da sua atividade baseada em comissões com clientes institucionais e a expansão da atividade no domínio dos valores mobiliários e dos serviços fiduciários e de agência.

À medida que o segmento procura desenvolver a sua atividade com clientes a nível mundial, o Corporate Bank compromete-se a aplicar princípios sólidos de gestão do risco para manter a sua carteira de empréstimos de elevada qualidade e padrões de crédito rigorosos. Do mesmo modo, o segmento compromete-se a manter uma disciplina de custos contínua, apoiada na tecnologia e na otimização dos processos "front-to-back", bem como na estratégia de automatização e localização, e em novos investimentos para apoiar o crescimento do negócio em 2025 e posteriormente.

Investment Bank

O Investment Bank é um pilar fundamental da atividade do Deutsche Bank. Em Fixed Income & Currencies (FIC) e Geração e Consultoria (O&A), é oferecida aos clientes empresariais e institucionais uma gama abrangente de serviços que englobam financiamento, market making/provisão de liquidez, soluções de gestão de risco, consultoria e emissão de dívida e ações. A nível regional, o segmento de negócio engloba a Europa, as Américas e a APAC/MEA.

Em 2024, o Investment Bank registou um desempenho robusto, com um aumento das receitas de 15% em comparação com 2023, ao mesmo tempo que aumentou significativamente a rendibilidade dos capitais próprios do segmento de negócio. Este desempenho reflete a execução das prioridades estratégicas, a melhoria da oferta de serviços aos clientes e o desenvolvimento do franchise nos últimos anos.

Os conjuntos de honorários do mercado de O&A melhoraram significativamente em 2024, com um crescimento anual de aproximadamente 25%. Esta situação, combinada com os benefícios de investimentos significativos na plataforma ao longo de 2023, conduziu a ganhos de quota de mercado nas principais atividades de O&A (fonte: Dealogic). À medida que as contratações estratégicas de quadros superiores se vão integrando nas nossas atividades existentes, a produtividade continua a melhorar, pelo que se espera um maior crescimento da quota de receitas em 2025 e nos anos seguintes. Este trabalho será apoiado pela equipa de Estratégia e Análise de Clientes, que reforçou as relações com os clientes através de um exercício de reordenamento de toda a base de clientes, assegurando a capacidade de acompanhar de perto o desempenho ao nível mais granular, à medida que o mercado evolui para 2025.

A concentração contínua no desenvolvimento da profundidade das relações com os clientes, ao mesmo tempo que se investe em toda a plataforma, especialmente nos EUA, conduziu à continuação do desenvolvimento do franchise FIC. A tendência a longo prazo de crescimento das receitas e da quota de mercado foi alargada. Foi implementada uma plataforma madura e diversificada para responder às necessidades da base de clientes. Este facto é exemplificado por vários exemplos de desenvolvimentos em toda a empresa, como por exemplo o lançamento do HausFX, que reúne o conjunto de soluções de fluxo de trabalho FIC e proporciona aos clientes a capacidade de simplificar a atividade operacional associada à execução de operações cambiais. O investimento em tecnologia permite melhorar a oferta ao cliente e desenvolver processos internos mais eficientes, assegurando a otimização do custo marginal de entrega à medida que as receitas aumentam.

Em 2025, a estratégia do Investment Bank centra-se em ser o principal banco de investimento global fora dos EUA. O segmento acredita que os benefícios contínuos de investimentos anteriores, juntamente com outras áreas de investimento direcionado, permitirão uma oferta melhorada aos clientes, aprofundando ainda mais as relações. O resultado será um negócio mais diversificado – que enfatiza a eficiência do capital e a disciplina de custos, impulsionando o retorno para os acionistas.

À medida que o franchise de O&A evolui, o segmento prevê que a diversificação das receitas fará com que a proporção das receitas de consultoria estratégica em relação às receitas totais aumente. Este objetivo será impulsionado, em especial, pelo desenvolvimento do franchise M&A. O segmento espera que este facto, combinado com a oferta bem estabelecida de originação de dívida e com a melhoria esperada na originação de ações, conduza a um maior crescimento das receitas. No âmbito de FIC, a estratégia existente prossegue – promover as atividades existentes e adjacentes, as Américas, a profundidade e amplitude das relações com os clientes e um franchise de Financiamento líder. Tal como no caso de O&A, espera-se que estas medidas sustentem a ambição de crescimento da empresa e que, em conjunto com a focalização na eficiência do modelo operacional, conduzam a uma alavancagem operacional. Prevê-se que os recursos continuem a ser afetados aos domínios de maior rendimento em que foi identificada uma vantagem competitiva. Em todo o Investment Bank, foi criado um programa dedicado à centralização no cliente para otimizar a afetação de recursos, com vista a identificar novas áreas de colaboração com outros segmentos de negócio, assegurando que os clientes recebem todo o conjunto de produtos oferecidos pelo Deutsche Bank.

Por último, a vertente de sustentabilidade continua a ser uma prioridade em todo o Investment Bank, uma vez que o segmento de negócio continua a apoiar os seus clientes a nível mundial. Em 2024, o Deutsche Bank atuou como Joint Lead Manager na emissão de obrigações verdes do KfW a cinco anos, no valor de 3 mil milhões de euros, cujas receitas serão utilizadas para financiar novos projetos verdes elegíveis. Adicionalmente, o banco atuou como joint bookrunner na reabertura de 1,3 mil milhões de dólares da República da Colômbia para a emissão de obrigações sociais em USD com vencimento em 2035 e 2053 ao abrigo do seu Quadro de Obrigações Verdes, Sociais e Sustentáveis. A Colômbia tornou-se o segundo emitente soberano da América Latina a aceder aos mercados de capitais internacionais com uma obrigação com o rótulo SAG em 2024.

Private Bank

Em 2024, o Private Bank reformulou a sua atividade de acordo com dois sectores principais de clientes, o Personal Banking e a Wealth Management & Private Banking, reforçando a sua dedicação a longo prazo a uma estratégia centrada no cliente. Esta configuração permite um serviço ao cliente mais direcionado, aperfeiçoando o modelo de negócio em torno de clientes pessoais e privados, indivíduos abastados, empresários, escritórios familiares e clientes comerciais nos mercados internacionais. Profundamente comprometido com mais de 20 milhões de clientes em mais de 60 mercados a nível mundial, o Private Bank é um forte pilar do Grupo Deutsche Bank.

O negócio de Personal Banking está posicionado como o franchise líder de mercado na Alemanha através das suas duas principais marcas, Deutsche Bank e Postbank. O Postbank oferece aos clientes de retalho alemães soluções bancárias diárias com a sua proposta de valor "mobile-first", enquanto a marca Deutsche Bank se centra na consultoria de investimento prestada através de canais digitais, remotos e físicos.

Em 2024, a atualização da aplicação móvel do Postbank acelerou significativamente a dinâmica do envolvimento digital dos clientes na Alemanha, contribuindo para o êxito de novas campanhas de depósito e para o crescimento da atividade comercial nas plataformas online. Os esforços contínuos para otimizar a rede de agências foram complementados pela evolução bem-sucedida da experiência do cliente nas agências, destacada pela abertura das novas agências de aconselhamento do Postbank e pela implantação de coaches digitais para orientar os clientes na transição digital. A nível internacional, o Personal Banking centrou-se na expansão do setor dos clientes afluentes, ao mesmo tempo que inovou a proposta de valor para o cliente através de serviços digitais mais amplos e de uma presença mais reduzida nas sucursais, reforçada pelo lançamento de novas sucursais emblemáticas.

O Private Bank decidiu reorientar a presença da sua marca no setor do crédito hipotecário e do financiamento ao consumo na Alemanha, descontinuando a marca DSL Bank durante o ano de 2025. Isto permitirá reduzir ainda mais a complexidade e os custos. Até à data, as hipotecas do DSL Bank têm sido distribuídas principalmente através de plataformas parceiras. Esta medida está em conformidade com a ambição do Private Bank de otimizar a sua carteira de franchises no sentido de privilegiar as atividades de capital leve, a fim de melhorar a rentabilidade e a eficiência do capital do segmento.

O negócio de Wealth Management & Private Banking manteve uma combinação de receitas bem diversificada entre regiões, centrando-se em empresários familiares com património líquido muito elevado (UHNW) no mercado nacional e internacional, bem como em clientes privados na Europa. Pretendendo ser o *Global Hausbank* e o parceiro de eleição dos empresários familiares, está empenhado em criar um valor duradouro e em assegurar a preservação do património ao longo das gerações.

Em 2024, o segmento de negócio continuou a centrar-se na captação e na prestação de serviços a clientes com um património líquido muito elevado, o que resultou numa forte captação de ativos em todas as regiões e num crescimento significativo das entradas líquidas de novos ativos. Na Alemanha, o segmento de negócio estabeleceu uma equipa dedicada à cobertura de patrimónios líquidos ultraelevados no início de 2024, concentrando-se simultaneamente em pilotos de aconselhamento remoto e em novos Centros de Private Banking do Deutsche Bank para melhorar o envolvimento com os clientes do Private Bank. O franchise acelerou a colaboração "One-Bank" entre o Private Bank e o Corporate Bank, com referências bem-sucedidas de clientes que geraram novos fluxos de ativos. Nos mercados internacionais, os clientes UHNW e os Family Offices continuaram a ser uma prioridade, com lançamentos de produtos específicos que inovaram a oferta de soluções de investimento, especialmente em investimentos alternativos. Em Itália, Espanha e Bélgica, a atividade aumentou a penetração das principais soluções de gestão discricionária de carteiras e reforçou a colaboração "Bank for Entrepreneurs" entre Wealth Management e o Business Banking.

A evolução contínua da proposta de Wealth Management & Private Banking foi também reconhecida no setor, com o Private Bank a ganhar 15 prémios "Best Private Bank" 2024 da Euromoney, incluindo nas categorias "Best for Entrepreneurs", "Best for UHNW" e "Best for Transformation", a par de distinções regionais e específicas do mercado.

Em 2025, o Private Bank continuará a sua transformação do negócio de Personal Banking, desenvolvendo ainda mais os canais digitais e remotos, ao mesmo tempo que otimiza a sua presença física, encerrando agências tradicionais ou convertendo-as em locais de referência. O crescimento será impulsionado pela atualização da oferta com novos modelos de contas digitais e soluções de Discretionary Portfolio Mandate (DPM), bem como pela focalização contínua na captação de depósitos. Em Wealth Management & Private Banking, a expansão da atividade nos principais mercados continuará a ser uma prioridade fundamental, apoiada pela inovação dos produtos e por uma maior ênfase nas soluções DPM, com base na oferta fundamental de sustentabilidade.

No domínio da sustentabilidade, o Private Bank avançou com a estratégia anunciada através do lançamento de produtos bem sucedidos, do reconhecimento de prémios e de iniciativas internas de sensibilização para a sustentabilidade, incluindo ações de formação e sessões de informação para toda a empresa. O Private Bank melhorou a sua carteira de produtos de sustentabilidade, promoveu colaborações temáticas estratégicas e concentrou-se no reforço da proposta de valor global em matéria de sustentabilidade para apoiar os clientes nos seus percursos de transição sustentável.

Asset Management

A divisão de Asset Management é constituída principalmente pelo DWS Group GmbH & Co. KGaA, um gestor de ativos global com capacidades de investimento diversificadas que abrangem estratégias ativas e passivas tradicionais, bem como soluções alternativas.

A estratégia da DWS é composta por quatro elementos estratégicos: Crescimento, Valor, Construção e Redução, que estão alinhados com as suas capacidades e perspetivas de crescimento do mercado. O objetivo é manter a posição de liderança do mercado na Alemanha, potenciando a experiência e as relações com os clientes já estabelecidas, além de expandir as parcerias existentes e desenvolver novos canais de distribuição, a fim de conquistar uma maior quota de mercado. A DWS vê um potencial de mercado adicional especialmente nos investimentos alternativos e nos fundos passivos, representados pela marca Xtrackers.

A estratégia de crescimento baseia-se no potencial das atividades de Passivos e Alternativos. O segmento de Passivo da DWS, representado pela marca Xtrackers, regista um potencial de crescimento sustentado e rentável. Com base no franchise e na atividade europeia, a DWS decidiu investir num plano de crescimento nos EUA que inclui ETF sustentáveis, temáticos e com gestão ativa. Além disso, a DWS vê uma forte procura de mandatos na Ásia-Pacífico, pelo que planeia expandir o seu negócio de mandatos personalizados. Em 2024, a DWS expandiu com sucesso a oferta Xtrackers no segmento europeu de OICVM, lançou mais ETF passivos nos Estados Unidos e criou uma equipa de gestão de carteiras em Hong Kong. A escala está a tornar-se cada vez mais importante para os gestores de ativos e para o franchise DWS. Em 2024, a DWS atingiu um marco importante ao ultrapassar pela primeira vez 1 bilião de euros de ativos sob gestão (AuM). A DWS continuará a analisar ativamente as iniciativas de crescimento orgânico e inorgânico.

Em Alternativos, a DWS espera que o crescimento seja impulsionado por uma maior procura por parte de investidores institucionais e de retalho. Espera-se que a vantagem competitiva da DWS nos mercados de empréstimos, resultante das suas parcerias de distribuição para clientes de retalho, permita alocações a alternativas. A DWS centra-se na expansão das ofertas no setor imobiliário e das infraestruturas, ao mesmo tempo que desenvolve a plataforma de dívida. Durante o ano de 2024, a DWS capitalizou o mercado de crédito privado em expansão, reforçou o negócio de crédito imobiliário nos EUA e estabeleceu uma plataforma europeia de crédito alternativo, enquanto o negócio de infraestruturas continua bem posicionado para captar alocações crescentes.

A estratégia de Valor tem como objetivo manter a liderança nos mercados maduros de Ativos, especificamente Ações e Rendimento Fixo, e expandir as soluções de Ativos Múltiplos. No âmbito de Ações, a DWS pretende expandir seletivamente a plataforma. Dado o ambiente de mercado em mutação e as taxas de juro mais elevadas, a DWS continua a centrar-se mais no rendimento fixo e nos investidores institucionais. No que respeita aos Ativos Múltiplos, o objetivo é reforçar as capacidades de soluções e melhorar a plataforma de investimento modular para atingir economias de escala. Com a crescente importância das soluções de pensões, da consultoria de investimento e dos serviços de CIO subcontratados, a DWS procura expandir as suas atuais ofertas neste segmento.

A ênfase da estratégia de Construção nas tendências de digitalização visa centrar-se na gestão de ativos como um serviço e nos ativos digitais. A gestão de ativos como serviço baseia-se na convicção de que os fundos de investimento serão distribuídos por meios digitais, pelo que a DWS tenciona melhorar a integração dos seus serviços nas ofertas dos parceiros de distribuição. Numa economia cada vez mais tokenizada, a estratégia de Ativos Digitais da DWS visa utilizar a nova infraestrutura de blockchain, criar produtos inovadores e chegar a mais clientes. Em 2024, a DWS criou uma empresa comum com o objetivo de emitir uma moeda estável regulamentada e dominada pelo euro e lançou os seus primeiros produtos ETC (Exchange-Traded Certificate) de criptomoeda para proporcionar aos investidores europeus uma exposição fiável à Bitcoin e à Ethereum.

A estratégia de Redução pretende reafetar recursos financeiros para financiar os domínios da Construção e Crescimento. A DWS analisa continuamente as medidas para aumentar a eficiência. Em 2024, a DWS otimizou a sua carteira de produtos através da fusão ou encerramento de vários fundos.

Para mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade da DWS, consulte a secção "Estratégia de Sustentabilidade" na Declaração de Sustentabilidade deste relatório.

1

Relatório da Gestão Combinado

2 Análise operacional e financeira
- 2 Resumo executivo
- 6 Grupo Deutsche Bank
- 12 Resultados das operações
- 33 Posição financeira
- 36 Liquidez e recursos de capital

38 Perspetivas

44 Riscos e oportunidades

59 Relatório de Risco
- 62 Visão geral do risco e do capital
- 65 Estrutura do risco e do capital
- 74 Gestão do risco e do capital
- 121 Desempenho do risco e do capital

190 Declaração de Sustentabilidade
- 192 Informações gerais
- 253 Informação ambiental
- 286 Informação social
- 325 Informação sobre a governação
- 349 Informações adicionais

368 Colaboradores

370 Controlo interno sobre o relato financeiro

372 Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

376 Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

377 Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

Análise operacional e financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas. A análise operacional e financeira do Deutsche Bank inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações relacionadas" das demonstrações financeiras consolidadas. As declarações prospetivas são divulgadas na secção de "Perspetivas" do presente relatório.

Sumário Executivo

Economia global

Crescimento económico (em %)[1]	2024[2]	2023[3]	Principal fator responsável
Economia global	**3,2**	3,2	A economia mundial registou um crescimento robusto em 2024. No entanto, a dinâmica de crescimento variou consoante as regiões. Enquanto o crescimento económico na Europa foi fraco, a economia dos EUA cresceu fortemente. Além disso, a Ásia, incluindo a Índia, registou uma expansão dinâmica. Devido à descida da inflação, muitos bancos centrais começaram a baixar as taxas de juro
Dos quais: Países desenvolvidos	1,5	1,6	O dinamismo económico nas economias desenvolvidas variou a nível regional. Enquanto o crescimento económico nos EUA se expandiu visivelmente, a dinâmica na Europa foi comparativamente fraca, e ainda mais fraca no Japão. Na Europa e nos Estados Unidos, os bancos centrais começaram a flexibilizar a sua política monetária. No Japão, por outro lado, registou-se um ligeiro aumento da restritividade
Mercados emergentes	4,3	4,3	Os mercados emergentes registaram um crescimento robusto, impulsionado pelo bom desempenho da Ásia. No entanto, o crescimento nos mercados emergentes europeus foi moderado, refletindo o impacto atual das repercussões geopolíticas e a fraqueza de alguns dos principais parceiros comerciais industrializados. Em muitas regiões, uma inflação moderadamente baixa deu margem aos bancos centrais para reduzirem as taxas de juro diretoras
Economia da área do euro	**0,7**	0,4	O crescimento tem sido, em grande medida, impulsionado pelas exportações. Apesar da descida da inflação e do aumento dos salários, a retoma do consumo baseado nos rendimentos reais tem tardado a concretizar-se. O enfraquecimento da inflação permitiu ao BCE iniciar um ciclo de redução das taxas de juro
Dos quais: Economia alemã	(0,2)	(0,3)	A economia alemã registou mais um ano de ligeira contração, uma vez que os motores económicos internos e externos continuaram fracos. O consumo privado estagnou, apesar da descida da inflação e do forte crescimento dos salários. O enfraquecimento da posição competitiva afetou a indústria transformadora e, consequentemente, o comércio externo. O mercado de trabalho deu sinais de abrandamento
Economia dos Estados Unidos	**2,8**	2,9	A economia dos EUA registou uma forte expansão, apesar da política monetária restritiva. A inflação enfraqueceu e o mercado de trabalho ficou mais equilibrado, de modo que a Reserva Federal pôde começar lentamente a reduzir as taxas de juro diretoras na segunda metade do ano
Economia do Japão	**(0,2)**	1,5	A fraca procura de exportações afetou consideravelmente a economia japonesa. A dinâmica económica interna não conseguiu compensar as contrariedades. Em resultado do aumento da inflação, o Banco do Japão começou a aumentar as taxas de juro diretoras
Economia asiática[4]	**5,2**	5,3	A zona económica asiática beneficiou dos contributos do crescimento da China e da Índia, bem como da evolução positiva de outras economias da região. O enfraquecimento da inflação apoiou o consumo privado das famílias
Dos quais: Economia chinesa	5,0	5,4	A economia da China enfrentou as contrariedades de um setor imobiliário fraco, mas beneficiou de um apoio orçamental mais forte no segundo semestre do ano. Os parceiros comerciais mais fracos limitaram a dinâmica do comércio externo. O Banco Popular da China afrouxou a política monetária através de várias medidas

[1] Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário
[2] Fontes: Deutsche Bank Research
[3] Alguns dados económicos para 2023 foram revistos pelas autoridades estatísticas públicas devido aos efeitos económicos da pandemia. Como resultado, estes dados podem diferir dos anteriormente publicados.
[4] Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Vietname; exclui o Japão

Setor bancário

31 dez 2024

Crescimento em relação ao ano anterior (em %)	Empréstimos a Empresas	Empréstimos a Retalho	Depósitos de empresas	Depósitos a Retalho	Principal fator responsável
Zona Euro	0,6	0,3	3,5	4,2	Após uma ligeira contração no início de 2024, o crédito às empresas e às famílias recuperou ligeiramente nos últimos meses, em linha com a descida moderada das taxas de juro. Tanto os depósitos de empresas como os de retalho ganharam uma dinâmica razoável ao longo do ano
Dos quais: Alemanha	0,1	0,8	3,6	5,7	Ao contrário da UE no seu conjunto, os empréstimos às empresas na Alemanha estagnaram em 2024, principalmente devido à fraca macroeconomia. Durante o ano, o crescimento dos empréstimos a retalho caiu para o nível mais lento desde 2010, mas desde então tem vindo a estabilizar. A qualidade dos ativos tem vindo a deteriorar-se, com os empréstimos improdutivos a aumentarem em linha com os números da insolvência. De acordo com o inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito, houve sinais de uma ligeira viragem na procura de crédito nos últimos meses. A expansão dos depósitos, por outro lado, acelerou significativamente, tanto nas empresas como nas famílias
EUA	1,3	2,0	2,5[1]	2,5[1]	Os empréstimos a retalho abrandaram no decurso do ano, em resultado de taxas de juro consideravelmente mais elevadas, enquanto o crédito às empresas continuou a expandir-se ligeiramente. Do mesmo modo, as taxas mais elevadas contribuíram para uma recuperação moderada do total de depósitos, após dois anos de contração
China	9,1	3,4	(0,4)	10,4	Os empréstimos às famílias perderam ainda mais dinamismo, com o crescimento anual a atingir o nível mais fraco de que há registo (desde 2007). O crédito às empresas também abrandou, mas manteve-se mais robusto. Os depósitos evoluíram em sentido contrário: os fluxos de entrada de clientes particulares abrandaram, mas mantiveram-se relativamente fortes, enquanto os depósitos de empresas diminuíram

[1] O total de depósitos nos EUA discriminado por segmentos não está disponível.

O conjunto global de comissões do setor de Originação e Consultoria em 2024 aumentou 25%, ultrapassando 80 mil milhões de euros, o que representa o segundo maior aumento percentual desde 2021. Embora a dimensão do crescimento tenha sido significativa, esperava-se um aumento após o declínio significativo do conjunto de taxas registado nos dois anos anteriores – 2022 caiu 34% em relação ao pico de 2021, 2023 caiu mais 13%. O conjunto de honorários de Fusões e Aquisições em 2024 excedeu 30 mil milhões de euros, um aumento de 10% em relação a 2023 e 30% superior à média pré-COVID-19. Em contrapartida, embora os mercados de capitais de ações tenham registado um crescimento anual significativo, o conjunto de comissões ainda é inferior aos níveis anteriores à COVID-19 e prevê-se um novo crescimento em 2025, especialmente no mercado das ofertas públicas iniciais. As emissões de dívida com efeito de alavanca nos mercados de capitais em 2024 atingiram níveis recorde, uma vez que os elevados custos do crédito diminuíram ligeiramente e os patrocinadores regressaram ao mercado. O mercado da dívida com grau de investimento igualou os níveis recorde de emissão de 2020 e registou um aumento de 30% em relação a 2023. No domínio do rendimento fixo, os conjuntos de receitas mantiveram-se em níveis elevados e o Deutsche Bank considera que um quarto trimestre invulgarmente forte poderá ter aumentado os níveis ainda mais do que em 2023. Prevê-se que a atividade cambial se mantenha praticamente inalterada nas dez moedas mais transacionadas a nível mundial, com os conjuntos de receitas de taxas a diminuírem em relação aos fortes níveis do ano anterior, devido a vários fatores, incluindo a incerteza contínua quanto às alterações no ambiente das taxas de juro mundiais. Os conjuntos de receitas dos mercados emergentes parecem ter aumentado em 2024, ao passo que, no âmbito do crédito, o desempenho também deverá ser superior ao do ano anterior, uma vez que o ambiente favorável para a negociação secundária, com a tendência geral para a redução dos spreads, se manteve e a procura de financiamento por parte dos clientes permaneceu forte.

Desempenho do Deutsche Bank

O lucro líquido do Deutsche Bank foi de 3,5 mil milhões de euros em 2024, contra 4,9 mil milhões de euros em 2023. Esta evolução anual reflete tanto os litígios como os encargos de reestruturação e indemnização em 2024 e a não recorrência de 1,0 mil milhões de euros de ajustamentos de avaliação dos ativos por impostos diferidos (DTA), que tiveram um impacto positivo em 2023. A provisão para perdas de crédito foi de 1,8 mil milhões de euros em 2024, acima dos 1,5 mil milhões de euros em 2023, ou 38 pontos base dos empréstimos médios, em conformidade com as orientações fornecidas pelo banco após o terceiro trimestre de 2024. O Deutsche Bank anunciou planos para 2,1 mil milhões de euros de novas distribuições de capital aos acionistas em 2025. O banco recebeu autorização da autoridade de fiscalização para novas recompras de ações no valor de 750 milhões de euros em 2025 e planeia propor dividendos para 2024 no valor de 1,3 mil milhões de euros, ou seja, 0,68 euros por ação, na sua Assembleia Geral Anual de maio de 2025, o que representa um aumento de 50% em relação aos 0,45 euros por ação para 2023. Estas medidas aumentariam as distribuições cumulativas de capital aos acionistas para 5,4 mil milhões de euros desde 2022, excedendo o objetivo de 5 mil milhões de euros do programa de transformação do banco lançado em 2019. O banco reafirma a sua ambição de ultrapassar o seu objetivo de distribuição de capital de 8 mil milhões de euros para os exercícios de 2021-25, a pagar em 2022-26.

O lucro antes de impostos foi de 5,3 mil milhões de euros para todo o ano de 2024, uma diminuição de 7% em relação a 2023. As receitas cresceram 4% em termos anuais para 30,1 mil milhões de euros. Os custos não relacionados com juros foram de 23,0 mil milhões de euros, um aumento de 6%, e incluíram 2,6 mil milhões de euros de custos não operacionais relacionados com litígios, bem como encargos com reestruturação e indemnizações. Os custos ajustados, que excluem os custos não operacionais, diminuíram 1% para 20,4 mil milhões de euros. O rácio custo/rendimento foi de 76%, em comparação com 75% em 2023. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas após impostos (RoE) foi de 4,2%, em comparação com 6,7% no ano anterior. A rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas após impostos (RoTE) foi de 4,7% em 2024, em comparação com 7,4% em 2023. A evolução anual de ambos os rácios refletiu os encargos com litígios, reestruturação e indemnizações em 2024 e a não recorrência dos ajustamentos de avaliação dos DTA, que tiveram um impacto positivo em 2023.

Indicadores-chave de desempenho

Objetivos financeiros	Metas financeiras e objetivos de capital para 2025	Situação no final de 2024	Situação no final de 2023
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	acima de 10%	4,7%	7,4%
Taxa de crescimento anual composta das receitas a partir de 2021[2]	5,5% a 6,5%	5,8%	6,6%
Rácio custo/rendimento[3]	Inferior a 62,5%[4]	76,3%	75,1%
Objetivos de capital			
Rácio de capital Common Equity Tier 1[5]	~ 13%[6]	13,8%	13,7%
Rácio de reembolso capital[7]	50%[8]	37%	21%

[1] Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório
[2] Período de doze meses até ao final do respetivo período de referência, em comparação com o ano completo de 2021
[3] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.
[4] Rácio alvo até 31 de dezembro de 2024; redefinido no início de 2025 para um valor inferior a 65%
[5] Para mais informações sobre o cálculo deste rácio, consulte o Relatório de Risco do presente relatório
[6] Rácio-alvo, mantendo uma reserva de 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) previsto para o banco
[7] Distribuições sob a forma de dividendos pagos em ações ordinárias e recompra de ações para cancelamento executadas no período de referência em relação ao resultado líquido do período anterior atribuível aos acionistas do Deutsche Bank
[8] Relativamente ao exercício financeiro de 2024 e seguintes

As receitas líquidas foram de 30,1 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 4% em relação ao ano anterior. As comissões líquidas e as receitas de taxas cresceram 13% para 10,4 mil milhões de euros, enquanto a margem financeira em segmentos-chave da carteira bancária permaneceu resiliente, refletindo volumes de depósitos mais elevados e a expansão da margem dos empréstimos. O crescimento anual composto das receitas desde 2021 foi de 5,8% até ao final de 2024, em conformidade com o intervalo de objetivos do banco de 5,5% a 6,5% para o período de 2021 a 2025.

A provisão para perdas de crédito foi de 1,8 mil milhões de euros em 2024, ou seja, 38 pontos base dos empréstimos médios, em consonância com as orientações fornecidas pelo banco após o terceiro trimestre de 2024, refletindo fatores adversos específicos, incluindo eventos cíclicos no setor imobiliário comercial, determinados eventos de crédito a empresas de maior dimensão e efeitos temporários na sequência da integração do Postbank. Em 2023, a provisão para perdas de crédito foi de 1,5 mil milhões de euros, ou seja, 31 pontos de base dos empréstimos médios.

Os gastos operacionais (excl. juros) ascenderam a 23,0 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 6% em termos homólogos. Esta evolução foi impulsionada principalmente por um aumento dos custos não operacionais para 2,6 mil milhões de euros, face a 1,1 mil milhões de euros em 2023, relacionados com litígios, bem como com encargos de reestruturação e indemnizações. Os custos ajustados foram de 20,4 mil milhões de euros, menos 1% do que no ano anterior. O aumento das despesas com indemnizações e benefícios foi largamente compensado pela redução dos custos com tecnologia e serviços profissionais durante o ano. Em 2025, o banco espera reduzir as despesas não relacionadas com juros. Prevê-se que os custos não operacionais em 2025 diminuam, uma vez que os encargos com litígios, reestruturação e indemnizações deverão normalizar. Prevê-se que os custos ajustados permaneçam essencialmente estáveis em

relação a 2024, criando uma alavancagem operacional significativa. O banco está no bom caminho para atingir o seu objetivo de 2,5 mil milhões de euros em poupanças de custos decorrentes do seu programa de eficiência operacional, que compensam os investimentos adicionais destinados a apoiar o crescimento do negócio e o aumento do retorno para os acionistas além de 2025. Refletindo tanto as eficiências operacionais como os investimentos adicionais, o banco tem agora como objetivo um rácio custos/rendimentos inferior a 65% em 2025, ligeiramente acima do seu objetivo inicial de menos de 62,5%.

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 1,8 mil milhões de euros em 2024, em comparação com um benefício fiscal de 787 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva de 34% em 2024 refletiu os custos acima mencionados relativos a encargos com litígios e a não ocorrência de 1,0 mil milhões de euros de ajustamentos de avaliação dos DTA, que tiveram um impacto positivo em 2023.

O rácio Common Equity Tier 1 era de 13,8% no final de 2024, tendo subido ligeiramente face aos 13,7% no final de 2023. A geração de capital orgânico compensou os impactos combinados de dividendos, recompra de ações e crescimento do negócio durante o ano. As medidas de eficiência de capital, que fazem parte da execução acelerada do Deutsche Bank da sua estratégia *Global Hausbank*, proporcionaram reduções de RWA de 24 mil milhões de euros durante 2024, perto do objetivo do banco para o final de 2025 de 25 a 30 mil milhões de euros.

Os custos ajustados e a rendibilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Grupo Deutsche Bank

Organização do Deutsche Bank

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, o Deutsche Bank é o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras do mundo em total de ativos: 1,387 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. Nessa data, o banco empregava 89.753 empregados internos equivalentes a tempo inteiro e operava em 56 países com 1.307 agências, das quais 67 % estavam localizadas na Alemanha.

Cadeia de valor do Deutsche Bank

O modelo de negócio do Deutsche Bank considera os impactos, riscos e oportunidades em relação a questões ambientais, sociais e de governação ("SAG") ao longo da cadeia de valor do banco, que inclui a sua cadeia de valor a montante, as suas próprias operações e a sua cadeia de valor a jusante.

A cadeia de valor a montante do banco inclui fornecedores de capital, tais como os acionistas, obrigacionistas e depositantes do banco, bem como fornecedores de bens e serviços, tais como fornecedores de serviços bancários, dados e tecnologia, consultores e assessores, serviços de mão de obra e gestão de instalações, entre outros.

As operações do Deutsche Bank são conduzidas pelas divisões de negócio e pelas funções de infraestrutura do banco, que operam em entidades jurídicas e sucursais em diferentes localizações geográficas, tal como descrito no "Modelo organizacional do Deutsche Bank". As operações próprias incluem também os recursos humanos e a representação dos colaboradores através do conselho de trabalhadores.

A cadeia de valor a jusante do Deutsche Bank inclui os clientes de retalho, empresariais e institucionais dos segmentos do banco e é detalhada mais adiante em "Modelo organizacional do Deutsche Bank".

Além disso, parcerias como joint ventures, empresas de fintech, alianças intersetoriais e canais de distribuição, bem como recursos e o ambiente financeiro, geográfico, geopolítico e regulamentar em geral, têm impacto em toda a cadeia de valor do banco.

Recursos intangíveis

Os recursos intangíveis mais importantes para o modelo de negócio do Deutsche Bank, de um ponto de vista económico, são as relações com os clientes e a força de trabalho. Outros recursos intangíveis importantes são a marca do banco e os seus dados e software. Se exigido pelas IFRS, alguns destes importantes recursos intangíveis são reconhecidos no balanço, tal como descrito nas demonstrações financeiras.

Os impactos, riscos e oportunidades dos temas materiais do banco em relação à sustentabilidade são descritos na "Declaração de Sustentabilidade".

Modelo organizacional do Deutsche Bank

Em 31 de dezembro de 2024, o banco estava organizado nos seguintes segmentos:

- Corporate Bank
- Investment Bank
- Private Bank
- Asset Management
- Corporate & Other

O Deutsche Bank possui um nível organizacional regional e nacional para facilitar uma implementação consistente de estratégias globais.

O banco tem operações ou transações com clientes reais e potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

- Subsidiárias e agências
- Escritórios de representação
- Um ou mais representantes designados para servir os clientes

As alienações ou despesas de capital relativas às divisões estão incluídas na visão geral da divisão corporativa.

Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui segmentos de negócio e funções de infraestrutura que operam em entidades jurídicas e agências e em localizações geográficas.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração gere o Deutsche Bank Group de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as entidades e sucursais.

O Conselho de Administração decide sobre todas as questões previstas na lei e nos Estatutos e assegura o cumprimento dos requisitos legais e das diretrizes internas (conformidade), tomando igualmente as medidas necessárias para garantir a elaboração e a aplicação de diretrizes internas adequadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controlo e gestão do risco, bem como controlo empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco.

A atribuição de responsabilidades funcionais a cada um dos membros do Conselho de Administração é descrita no seu Plano de Atribuição de Funções, que estabelece o quadro para a delegação de responsabilidades à direção abaixo do Conselho de Administração. O Conselho de Administração aprova a responsabilidade individual dos titulares de cargos seniores em oposição à tomada de decisões conjuntas nos comités. Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração reconhece a importância de dispor de informações completas e sólidas sobre todas as atividades, a fim de tomar decisões bem informadas. Os fóruns de governação são estabelecidos em todo o banco com o objetivo de fornecer as informações necessárias para apoiar os responsáveis no seu processo de tomada de decisões.

Corporate Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Corporate Bank está focado principalmente em atender clientes corporativos, incluindo o "Mittelstand" alemão, clientes comerciais e de banca empresarial de maior e menor porte na Alemanha, e empresas multinacionais. A divisão também presta às instituições financeiras determinados serviços bancários de transação. O Corporate Bank regista as receitas com base em três categorias de clientes: Serviços de Tesouraria de Empresas, Serviços a Clientes Institucionais e Business Banking.

Não houve gastos de capital significativos ou alienações desde 1 de janeiro de 2022.

Produtos e serviços

O Corporate Bank é um fornecedor global de soluções de gestão de risco, gestão de tesouraria, crédito, financiamento de transações, serviços fiduciários e de agente, bem como serviços de valores mobiliários. Os serviços de gestão de tesouraria incluem pagamentos integrados e soluções de câmbio. A oferta de financiamento e de concessão de empréstimos comerciais abrange desde a atividade documental e de garantia até ao financiamento e concessão de empréstimos comerciais estruturados. Os serviços fiduciários e de agência abrangem os certificados de depósito, Corporate Trust e a custódia de documentos. Com foco nos departamentos financeiros de clientes corporativos e comerciais e instituições financeiras na Alemanha e em todo o mundo, os seus conhecimentos especializados holísticos e a nossa rede global permitem oferecer soluções integradas.

Além da gama de produtos Corporate Bank, as nossas equipas de cobertura proporcionam aos clientes o acesso aos conhecimentos especializados do Investment Bank.

Canais de Distribuição e Marketing

A função de cobertura de empresas do Corporate Bank centra-se em clientes empresariais internacionais de média e grande dimensão e está organizada em três unidades: Cobertura Global, Cobertura MidCorps e Soluções de Gestão do Risco. A Cobertura inclui os generalistas multiprodutos que cobrem o nível de sede e subsidiárias através de equipas de cobertura global, regional e local para empresas multinacionais. A Cobertura MidCorps inclui generalistas multiproduto com um foco especial em empresas de média dimensão. As Soluções de Gestão do Risco incluem especialistas em produtos de divisas, mercados emergentes e taxas. Esta unidade é gerida regionalmente na Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África, nas Américas e na Europa para assegurar uma ligação estreita com os clientes.

As empresas são servidas a partir das três categorias de clientes do Corporate Bank. Os Serviços de Tesouraria Empresarial abrangem clientes corporativos médios e grandes em duas marcas, o Deutsche Bank e o Postbank, e oferecem toda a gama de soluções em numerário, financiamento comercial, empréstimos e gestão do risco para tesoureiros empresariais. Os Serviços de Clientes Institucionais incluem a Gestão de Caixa para Clientes Institucionais, Serviços Fiduciários e de Agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários. A Banca Empresarial abrange pequenas empresas e clientes empresariais e oferece um conjunto de produtos em grande parte normalizado, além de ofertas de parceiros bancários contextuais selecionados (por exemplo, soluções de contabilidade).

Investment Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Investment Bank combina as áreas de Fixed Income & Currencies e Geração e Consultoria do Deutsche Bank, bem como a área de Research do Deutsche Bank. O Investment Bank concentra-se nos seus pontos fortes tradicionais nestes mercados, reunindo a experiência da banca grossista em matéria de gestão de riscos, vendas e negociação, banca de investimento e infraestruturas. Isto permite ao Investment Bank alinhar os recursos e capital ao longo do seu perímetro de clientes e produtos para apoiar eficazmente as metas estratégicas do banco.

Em abril de 2023, o Deutsche Bank anunciou que tinha chegado a um acordo sobre uma oferta em numerário para a aquisição da Numis Corporation Plc ("Numis"). Em 13 de outubro de 2023, o Deutsche Bank concluiu a transação e adquiriu uma participação de 100% na Numis por um preço de compra em numerário de 397 milhões de libras esterlinas. Após a atribuição inicial do preço de compra, foi identificado um goodwill de 233 milhões de euros relacionado com a transação. O Deutsche Bank atribuiu o goodwill identificado à unidade geradora de caixa (UGC) do Investment Bank. Dado o valor da UGC Banco de Investimento, o goodwill foi considerado em imparidade e anulado no quarto trimestre de 2023.

Não se registaram alienações significativas desde 1 de janeiro de 2022.

Produtos e serviços

Fixed Income & Currencies está dividido em duas subcategorias: "Fixed Income & Currencies: Financing", o negócio de Financing, que fornece soluções de financiamento abrangentes e personalizadas em todos os sectores e classes de ativos, e "Fixed Income & Currencies: Ex-Financing", que reúne vendas institucionais, negociação e estruturação de conhecimentos especializados em divisas, taxas, mercados emergentes e negociação de crédito. O negócio de Fixed Income & Currencies opera a nível mundial e fornece liquidez a clientes empresariais e institucionais, serviços de criação de mercado e uma gama de soluções especializadas de gestão de riscos numa vasta gama de produtos de Fixed Income & Currencies. A aplicação da tecnologia e a inovação contínua dos processos do ciclo de vida das transações está a permitir ao Deutsche Bank aumentar a automatização/suporte eletrónico para responder aos requisitos dos clientes e aos requisitos regulamentares.

A área de Geração e Consultoria é responsável pelo negócio de Geração de Dívida, Fusões e Aquisições da divisão, e por uma plataforma focada na criação e consultoria de capital próprio. É composta por equipas de cobertura regionais e centradas na indústria, colideradas a partir dos centros do banco na Europa, nos EUA e na Ásia-Pacífico. Isto facilita o fornecimento de um conjunto de produtos e serviços financeiros aos clientes empresariais do banco.

Canais de Distribuição e Marketing

A cobertura dos clientes do Investment Bank é fornecida principalmente por três grupos que trabalham em conjunto entre si: O Grupo de Clientes Institucionais, que acolhe a equipa de vendas de dívida, a Cobertura de Banca de Investimento no âmbito da Geração e Consultoria e as Soluções de Gestão do Risco no Corporate Bank, que abrangem os mercados de capitais e as soluções de tesouraria. A estreita cooperação entre estes grupos ajuda a criar sinergias reforçadas, levando a um aumento das vendas cruzadas de produtos/soluções aos clientes.

Private Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Private Bank serve clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. As atividades internacionais também se centram em clientes comerciais em mercados selecionados. O Private Bank está organizado de acordo com os setores de clientes Wealth Management & Private Banking e Personal Banking.

Esta abordagem focada no cliente reflete o objetivo de servir os clientes de uma forma mais direcionada e eficaz em todo o Private Bank. O segmento Wealth Management & Private Banking combina a cobertura de clientes de banca privada, de clientes com elevado património líquido e de clientes com património líquido muito elevado, bem como de clientes empresariais em empresas internacionais selecionadas. O setor de clientes de Personal Banking inclui clientes de retalho e clientes afluentes, bem como clientes da banca comercial em Itália e Espanha (ou seja, todos os clientes de pequenas empresas e clientes corporativos de pequena dimensão que não estão abrangidos como parte do setor de clientes do segmento Wealth Management & Private Banking).

Em agosto de 2021, o Deutsche Bank SpA assinou um acordo para vender a sua unidade Deutsche Bank Financial Advisors em Itália ao Zurich Insurance Group (Zurich Itália). A transação foi fechada após a aprovação regulamentar em 17 de outubro de 2022.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2022.

Produtos e serviços

A gama de produtos do Private Bank inclui serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e depósito, assim como consultoria para investimento. Estas ofertas incluem uma gama de produtos SAG, que permitem aos clientes aceder a produtos de empréstimo e investimento compatíveis com SAG, em conformidade com os valores relacionados com a sustentabilidade e de acordo com estratégias, pontuações e critérios de exclusão SAG especificados.

O segmento Personal Banking Alemanha segue uma abordagem diferenciada e focada no cliente, com duas marcas principais fortes e complementares: Deutsche Bank e Postbank. A marca Deutsche Bank centra-se no fornecimento aos seus clientes privados de produtos e serviços bancários e financeiros que incluem soluções de consultoria sofisticadas e individuais. O foco da marca Postbank reside no fornecimento de produtos convencionais e serviços diários da banca de retalho aos clientes de retalho, apoiados por capacidades bancárias diretas. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, a banca de retalho na Alemanha também oferece serviços postais e de encomendas nas agências da marca Postbank. Nos mercados internacionais de Itália, Espanha, Bélgica e Índia, o banco oferece aos clientes de retalho e afluentes serviços bancários diários, bem como soluções sofisticadas de consultoria de investimento.

Wealth Management & Private Banking oferece aos seus clientes de banca privada, de elevado património líquido e de ultra elevado património líquido, a nível mundial, serviços personalizados e sofisticados de planeamento, gestão e investimento do património, financiamento de interesses pessoais e empresariais e resposta às necessidades institucionais e empresariais.

Canais de Distribuição e Marketing

O Private Bank aposta numa abordagem omnicanal e os clientes podem escolher de forma flexível entre diferentes possibilidades de acesso a serviços e produtos.

Os canais de distribuição incluem redes de agências, apoiadas por centros de aconselhamento e de atendimento ao cliente, terminais de autoatendimento, bem como ofertas digitais, incluindo serviços bancários online e móveis. O Private Bank também tem colaborações com consultores financeiros independentes e outros parceiros de vendas e cooperação, incluindo várias cooperações com parceiros Business-to-Business-to-Consumer na Alemanha. Para a categoria de clientes Wealth Management & Private Banking, o Private Bank tem uma abordagem de equipa de cobertura distinta de clientes, com diretores de relacionamento e investimento apoiados por executivos de serviços ao cliente que auxiliam os clientes com serviços de gestão de património e produtos de arquitetura aberta. Além disso, na Alemanha, a Deutsche Oppenheim Family Offices AG fornece serviços a escritórios familiares, fundos discricionários e soluções de consultoria.

A expansão das capacidades digitais continua a ser um forte foco em todas as empresas, à medida que é possível observar uma mudança significativa no comportamento do cliente em relação aos canais digitais. O Private Bank continuará a otimizar o seu mix omnicanal no futuro, a fim de proporcionar aos clientes o acesso mais conveniente aos produtos e serviços.

Asset Management

Visão geral da divisão corporativa

Com 1,0 bilião de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2024, a divisão de Asset Management, que opera sob a marca DWS, aspira a ser um gestor de ativos líder. A DWS atende uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no mercado doméstico do banco, na Alemanha. Estes clientes incluem grandes instituições governamentais, empresas e fundações, bem como investidores individuais. Enquanto gestora de ativos regulamentados, a DWS atua como fiduciária dos clientes e está consciente do seu impacto na sociedade. O investimento responsável tem sido uma parte importante do património da DWS há mais de vinte anos, e a empresa está empenhada em agir e investir no melhor interesse dos seus clientes.

O Deutsche Bank retém 79,49% de participação de capital na DWS e a gestão de ativos continua a ser um negócio essencial para o Grupo. As ações da DWS estão cotadas na bolsa de valores de Frankfurt.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2022.

Produtos e serviços

A DWS oferece aos particulares e às instituições acesso a capacidades de investimento em todas as principais classes de ativos em ações ativas, rendimento fixo, numerário, ativos múltiplos e investimentos sistemáticos e quantitativos, bem como investimentos passivos, incluindo a gama Xtrackers e investimentos alternativos. Os investimentos alternativos incluem imóveis, infraestrutura, ativos imobiliários líquidos e investimentos sustentáveis. Além disso, as estratégias de solução da DWS são direcionadas às necessidades dos clientes que não podem ser atendidas apenas pelas classes de ativos tradicionais. Tais serviços incluem soluções de seguros e pensões, gestão de ativos-passivos, soluções de gestão de carteiras e assessoria na alocação de ativos.

Canais de Distribuição e Marketing

As ofertas de produtos DWS são geridas por uma plataforma de investimento global e distribuídas na região EMEA, nas Américas e na Ásia-Pacífico através de uma rede de distribuição global. A DWS também alavanca canais de distribuição de terceiros, incluindo outras divisões do Grupo Deutsche Bank.

Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam atividades de controlo e serviço para empresas, incluindo as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos inter-divisionais, direção e controlo, bem como as tarefas relacionadas com a gestão do risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade associadas a um membro dedicado do Conselho de Administração:

- Diretor Geral (CEO)
- Diretor Financeiro
- Departamento de Risco
- Diretor de Operações
- Conformidade e combate à criminalidade financeira
- Área Jurídica e Group Governance
- Tecnologia, Dados e Inovação

A infraestrutura também inclui Comunicação e Responsabilidade Social Corporativa, Gabinete de Sustentabilidade, Auditoria do Grupo, Aprovisionamento Global, Imobiliário Global, Recursos Humanos e Relações com Investidores.

No primeiro trimestre de 2023, o banco introduziu uma metodologia de gestão de custos baseada em drivers para a alocação de custos originados nas respetivas funções de infraestruturas, que visa proporcionar transparência sobre os drivers dos custos de infraestruturas e associa os custos mais estreitamente ao consumo de serviços por segmentos. Durante o ano de 2023, os custos relativos às funções de infraestruturas foram imputados utilizando uma abordagem do tipo "real face ao planeado", com exceção dos custos de desenvolvimento tecnológico que foram imputados às divisões com base nas despesas efetivas. A partir de 2024, todos os custos de infraestruturas foram imputados às divisões com base nos custos efetivos e no consumo de serviços, em apoio à orientação contínua do banco para a disciplina de custos.

Despesas de capital e alienações significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2022, não houve ofertas públicas de aquisição por parte de terceiros relativamente às ações do Deutsche Bank.

Resultados operacionais

Resultados operacionais consolidados

A discussão e análise que se segue deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada e condensada dos resultados

em milhões de euros				Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023		Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022	
(exceto se indicado em contrário)	2024	2023	2022	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	13.065	13.602	13.650	(536)	(4)	(48)	(0)
Provisão para perdas de crédito	1.830	1.505	1.226	325	22	280	23
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	**11.235**	12.097	12.425	(861)	(7)	(328)	(3)
Comissões líquidas e receitas de honorários[1]	10.372	9.206	9.838	1.166	13	(632)	(6)
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados[1]	5.987	4.947	2.999	1.040	21	1.948	65
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	48	(0)	(216)	49	N/S	216	(100)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	(11)	(96)	(2)	85	(89)	(94)	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	12	(38)	152	49	N/S	(190)	N/S
Outro resultado	619	1.259	789	(640)	(51)	469	59
Rendimento total excluindo juros	**17.027**	15.277	13.560	1.750	11	1.717	13
Memo: Total de receitas líquidas[2]	**30.092**	28.879	27.210	1.214	4	1.669	6
Remunerações e benefícios	11.731	11.131	10.712	601	5	418	4
Despesas gerais e administrativas	11.243	10.112	9.728	1.131	11	384	4
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	68	(233)	N/S	165	N/S
Atividades de reestruturação	(3)	220	(118)	(223)	N/S	338	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**22.971**	21.695	20.390	1.276	6	1.305	6
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**5.291**	5.678	5.594	(387)	(7)	84	2
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	1.786	787	(64)	1.000	127	851	N/S
Lucros (prejuízos)	**3.505**	4.892	5.659	(1.387)	(28)	(767)	(14)
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	139	119	134	19	16	(15)	(11)
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	3.366	4.772	5.525	(1.406)	(29)	(753)	(14)
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	668	560	500	108	19	60	12
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	2.698	4.212	5.025	(1.514)	(36)	(813)	(16)

N/S – Não significativo
[1] Para mais pormenores, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" do presente relatório
[2] Total de receitas líquidas definido como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito mais receitas não relacionadas com juros

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros				Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023		Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022	
(exceto se indicado em contrário)	2024	2023	2022	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de juros e rendimentos similares	49.358	44.074	24.299	5.284	12	19.775	81
Total de gasto de juros	36.292	30.472	10.649	5.820	19	19.823	186
Rendimento de juros líquido	**13.065**	13.602	13.650	(536)	(4)	(48)	(0)
Ativos remunerados médios[1]	996.118	970.924	982.709	25.194	3	(11.785)	(1)
Passivos remunerados médios[1]	797.143	735.576	725.268	61.567	8	10.308	1
Rendimento de juros bruto[2]	4,95%	4,52%	2,33%	0.43ppt	10	2.19ppt	94
Taxa de juros bruta paga[3]	4,54%	4,12%	1,27%	0.42ppt	10	2.85ppt	N/S
Diferencial da taxa de juro líquida[4]	0,40%	0,40%	1,06%	0.00ppt	0	(0,66) pp	(62)
Margem da taxa de juro líquida[5]	1,31%	1,40%	1,39%	(0,09) pp	(6)	0.01ppt	1

N/S – Não significativo
pp – pontos percentuais
[1] Saldos médios do ano calculados com base nos saldos de final de mês
[2] O rendimento de juros bruto como a taxa média de juro dos ativos remunerados médios
[3] A taxa de juros bruta paga como a taxa média de juro paga pelos passivos remunerados médios
[4] O diferencial da taxa de juro líquida como a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios
[5] Margem financeira líquida como margem financeira em percentagem dos ativos remunerados médios

2024

A margem financeira foi de 13,1 mil milhões de euros em 2024, uma diminuição de 536 milhões de euros em comparação com 2023, principalmente devido a uma nova normalização do ambiente das taxas de juro e à descontinuação da remuneração de reserva mínima. A margem financeira incluiu despesas com juros de 144 milhões de euros ao abrigo do programa Targeted Long-Term Refinancing Operation III (ORPA direcionada III) em 2024, enquanto 2023 incluiu custos com juros de 741 milhões de euros ao abrigo deste programa. Globalmente, a margem de juro líquida do banco situou-se em 1,3% em 2024, uma descida de 9 pontos base face ao ano anterior.

2023

A margem financeira foi de 13,6 mil milhões de euros em 2023, uma diminuição de 48 milhões de euros em comparação com 2022, principalmente devido às taxas de juro mais altas dos depósitos, que foram parcialmente compensadas pelos benefícios das taxas de juro mais altas dos empréstimos. A margem financeira incluiu despesas com juros de 741 milhões de euros ao abrigo do programa Targeted Long-Term Refinancing Operation III (ORPA direcionada III) em 2023, enquanto 2022 incluiu receitas de juros de 211 milhões de euros ao abrigo deste programa. Globalmente, a margem de juro líquida do banco situou-se em 1,4% em 2023, mais 1 ponto de base do que no ano anterior.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros				Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023		Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022	
(exceto se indicado em contrário)	2024	2023	2022	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de negociação	5.894	4.878	2.782	1.016	21	2.096	75
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	(65)	217	(61)	(282)	N/S	278	N/S
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	158	(148)	277	306	N/S	(426)	N/S
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**5.987**	**4.947**	**2.999**	**1.040**	**21**	**1.948**	**65**

N/S – Não significativo

2024

Os resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados ascenderam a 6,0 mil milhões de euros em 2024, em comparação com 4,9 mil milhões de euros em 2023, refletindo um aumento de 1,0 mil milhões de euros, ou seja, 21%. Este aumento deveu-se essencialmente ao impacto positivo das coberturas de taxas de juro no segmento Corporate & Other. Asset Management beneficiou de ajustamentos de avaliação positivos, principalmente em fundos garantidos, que tiveram uma compensação correspondente em outros rendimentos. Estes ganhos são parcialmente compensados por variações na avaliação de mercado dos produtos derivados no Investment Bank.

2023

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram os 4,9 mil milhões de euros em 2023, face aos 3,0 mil milhões de euros de 2022. O aumento de 1,9 mil milhões de euros, ou seja, 65%, deveu-se aos impactos positivos das coberturas de taxas de juro no segmento "Empresas e outros" e a um aumento na gestão de ativos decorrente dos ajustes de avaliação dos fundos garantidos, que tiveram uma compensação correspondente em outros resultados. O Investment Bank beneficiou da não repetição de perdas de exercícios anteriores relativas a compromissos de empréstimos e a atividades de cobertura em 2023. Estes fatores foram parcialmente compensados por decréscimos no Private Bank, principalmente devido a menores impactos da avaliação a preços de mercado das atividades de cobertura, que tiveram um efeito de compensação parcial em outros resultados, e por perdas de reavaliação no Corporate Bank, em comparação com ganhos no ano anterior.

Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As atividades de negociação e gestão do risco do banco incluem instrumentos de taxas de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte da margem financeira. As atividades de negociação do banco podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta a margem financeira e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa.

em milhões de euros				Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023		Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022	
(exceto se indicado em contrário)	2024	2023	2022	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	13.065	13.602	13.650	(536)	(4)	(48)	(0)
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	5.987	4.947	2.999	1.040	21	1.948	65
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**19.052**	18.549	16.649	504	3	1.899	11
Discriminação por divisão corporativa [1]							
Corporate Bank	4.919	5.067	3.720	(147)	(3)	1.346	36
Investment Bank	8.395	8.102	8.265	293	4	(163)	(2)
Private Bank	5.998	6.377	6.610	(379)	(6)	(233)	(4)
Asset Management	269	(11)	(250)	280	N/S	239	(95)
Corporate & Other	(529)	(986)	(1.696)	457	(46)	710	(42)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**19.052**	18.549	16.649	504	3	1.899	11

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.
[1] Esta discriminação reflete a margem financeira e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados; para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consulte a Nota 4 "Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

2024

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 19,1 mil milhões de euros em 2024, face aos 18,5 mil milhões de euros em 2023. O aumento de 0,5 mil milhões em relação ao ano anterior deveu-se sobretudo a ganhos líquidos mais elevados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas. O Investment Bank registou um aumento de 0,3 mil milhões de euros, devido sobretudo a uma margem financeira mais elevada, parcialmente compensada por ganhos líquidos mais baixos em ativos/passivos financeiros, principalmente devido a uma menor avaliação a preços de mercado dos derivados em FIC Ex-Financing. A margem financeira e os ganhos (perdas) líquidos em Asset Management aumentaram 0,3 mil milhões de euros, refletindo um ajustamento de avaliação mais favorável, principalmente nos fundos garantidos, com compensação em outros rendimentos. No Private Bank, a margem financeira e os ganhos (perdas) líquidos diminuíram 0,4 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento dos custos de financiamento e das atividades de cobertura, parcialmente compensados pelo crescimento dos depósitos e dos empréstimos. No Corporate Bank, a margem financeira e os ganhos (perdas) líquidos diminuíram 0,1 mil milhões de euros, principalmente devido a menores receitas de juros e a custos de financiamento mais elevados. O aumento global foi predominantemente suportado pelo segmento Corporate & Other, que registou uma melhoria de cerca de 0,5 mil milhões de euros, beneficiando sobretudo dos impactos positivos das coberturas de taxas de juro.

2023

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 18,5 mil milhões de euros em 2023, face aos 16,6 mil milhões de euros em 2022, o que representa um aumento de 1,9 mil milhões de euros. Este impacto foi em grande parte atribuível a um aumento global da margem financeira e a impactos positivos das coberturas de taxas de juro. No Corporate Bank, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados aumentaram 1,3 mil milhões de euros, principalmente devido a uma margem financeira mais elevada, impulsionada por uma conjuntura de taxas de juro mais favorável e pela continuação da disciplina de fixação de preços. O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados no Investment Bank diminuiu 0,2 mil milhões de euros, devido a uma menor margem financeira, parcialmente compensada por ganhos de marcação a mercado em derivados no segmento FIC. O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados no Private Bank diminuiu 0,2 mil milhões de euros em comparação com 2022, devido ao impacto da avaliação a preços de mercado das atividades de cobertura, com um efeito de compensação em outros proveitos, parcialmente compensado por receitas de juros mais elevadas decorrentes de uma conjuntura de taxas de juro mais favorável. O movimento global

foi apoiado por impactos positivos em Corporate & Other, no montante de aproximadamente 0,7 mil milhões de euros, incluindo benefícios das coberturas de taxas de juro, bem como em Asset Management, no valor de 0,2 mil milhões de euros, principalmente devido a uma variação mais favorável do justo valor das garantias.

Provisão para perdas de crédito

2024

A provisão para perdas de crédito foi de 1,8 mil milhões de euros em 2024, acima dos 1,5 mil milhões de euros em 2023 e 38 pontos base dos empréstimos médios, em conformidade com as orientações fornecidas pelo banco após o terceiro trimestre. O aumento deveu-se a acontecimentos cíclicos no setor imobiliário comercial, a certos acontecimentos de crédito a empresas de maior dimensão e a efeitos temporários na sequência da integração do Postbank. As carteiras mais amplas tiveram um desempenho globalmente em linha com as expetativas, apesar da conjuntura macroeconómica e de taxas de juro difícil.

2023

A provisão para perdas de crédito foi de 1,5 mil milhões de euros em 2023, acima dos 1,2 mil milhões de euros em 2022, ou seja, 31 pontos base dos empréstimos médios, refletindo as condições macroeconómicas e de taxa de juro que continuaram a ser difíceis para partes da carteira de crédito durante o ano. Em particular, o setor do imobiliário comercial, e mais concretamente o sector dos escritórios, foi afetado por uma alteração da procura impulsionada pela pandemia da COVID-19 e ficou ainda mais pressionado pelos aumentos das taxas de juro, que conduziram a maiores riscos de refinanciamento. As provisões para crédito malparado relacionadas com a Fase 3 ascenderam a 1,5 mil milhões de euros, distribuídas por várias regiões e segmentos, incluindo uma parte notável de 400 milhões de euros relacionada com o imobiliário comercial, afetando especialmente o Investment Bank. As provisões da Fase 1 e da Fase 2 para empréstimos produtivos foram libertadas em 33 milhões de euros, devido a uma melhoria das perspetivas macroeconómicas em comparação com 2022 e aos benefícios das alterações relacionadas com o modelo.

As secções "Resultados de Operações dos Segmentos" e "Relatório de Risco" disponibilizam mais detalhes sobre a provisão para perdas de crédito.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros				Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023		Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022	
(exceto se indicado em contrário)	2024	2023	2022	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Resultado líquido de serviços e comissões[1]	10.372	9.206	9.838	1.166	13	(632)	(6)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	48	(0)	(216)	49	N/S	216	(100)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	(11)	(96)	(2)	85	(89)	(94)	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	12	(38)	152	49	N/S	(190)	N/S
Outro resultado	619	1.259	789	(640)	(51)	469	59
Rendimento total não decorrente de juros remanescente total	**11.040**	10.330	10.561	710	7	(231)	(2)
[1] inclui:							
Rendimento líquido de serviços e comissões de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	317	280	300	37	13	(19)	(6)
Comissões de ativos geridos	4.022	3.700	3.792	322	9	(93)	(2)
Comissões de outros títulos	433	441	490	(8)	(2)	(49)	(10)
Total	**4.772**	4.421	4.582	351	8	(161)	(4)
Comissões líquidas, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários							
Comissões de subscrição e consultoria	1.669	1.105	1.283	564	51	(179)	(14)
Comissões de corretagem	455	366	540	89	24	(174)	(32)
Total	**2.124**	1.471	1.824	653	44	(353)	(19)
Comissões líquidas por outros serviços aos clientes	3.476	3.314	3.432	162	5	(119)	(3)
Total de resultados líquidos de serviços e comissões	**10.372**	9.206	9.838	1.166	13	(632)	(6)

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Resultado líquido de serviços e comissões

2024

Os resultados líquidos de serviços e comissões foram de 10,4 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 1,2 mil milhões de euros, ou 13%, em comparação com 2023. Este aumento deveu-se ao aumento das comissões de subscrição e de consultoria na área de Geração e Consultoria do Investment Bank e a uma contribuição particularmente forte da atividade de Trade Finance no Corporate Bank. Além disso, o aumento das comissões de gestão em Asset Management, devido ao aumento dos ativos sob gestão, contribuiu para este aumento.

2023

Os resultados líquidos de serviços e comissões foram de 9,2 mil milhões de euros em 2023, o que representa uma diminuição de 632 milhões de euros, ou 6%, em comparação com 2022. A diminuição deveu-se a uma redução das comissões de intermediação e das receitas de transações, bem como a alterações das condições contratuais no Private Bank e a uma redução das receitas de comissões no Investment Bank, principalmente devido à diminuição das atividades de Fusões e Aquisições. Além disso, o decréscimo também se deveu à redução das comissões de gestão resultante de condições de mercado desfavoráveis, associada à compressão das margens na gestão de ativos.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

2024

Os resultados líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de 48 milhões de euros em 2024 (0) milhões de euros em 2023, principalmente impulsionados por uma venda de obrigações e títulos da reserva estratégica de liquidez.

2023

Os resultados líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de (0) milhões de euros em 2023 e de (216) milhões de euros em 2022, tendo o resultado em 2022 sido impulsionado por uma venda de obrigações e títulos da reserva estratégica de liquidez.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado

2024

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado ganhos foram de (11) milhões de euros em 2024, em comparação com (96) milhões de euros em 2023, impulsionados por vendas principalmente relacionadas com a carteira "Deter para recolher".

2023

Os resultados líquidos com ativos financeiros ao custo amortizado foram de (96) milhões de euros em 2023, em comparação com (2) milhões de euros em 2022, devido a perdas realizadas na alienação de empréstimos detidos na carteira de títulos a receber.

Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

2024

Os resultados líquidos de investimentos pelo método de equivalência patrimonial foram de 12 milhões de euros em 2024, em comparação com (38) milhões de euros em 2023, um aumento de 49 milhões de euros, principalmente relacionado com uma avaliação em alta dos ativos de empréstimo subjacentes na Harvest Fund Management Company Limited.

2023

Os resultados líquidos de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial foram de (38) milhões de euros em 2023, em comparação com 152 milhões de euros em 2022, uma diminuição de 190 milhões de euros, principalmente relacionada com a avaliação em baixa dos ativos de empréstimo subjacentes na Huarong Rongde Asset Management Company Limited, bem como com um ganho na saída em 2022 que não se repetiu em 2023.

Outro resultado

2024

Os outros resultados foram de 619 milhões de euros em 2024, em comparação com 1,3 mil milhões de euros em 2023. Esta diminuição esteve essencialmente relacionada com os movimentos do mercado na carteira de cobertura em comparação com os ganhos em 2023.

2023

Os outros resultados foram de 1,3 mil milhões de euros em 2023, em comparação com 789 milhões de euros em 2022. Esta melhoria esteve sobretudo relacionada com ganhos nas carteiras de cobertura e com a não recorrência de ganhos com a alienação de ativos detidos para venda, incluindo um ganho com a venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália, bem como com atividades de reestruturação relacionadas com a Sal. Oppenheim reconhecidas em outras receitas em 2022. Esta situação foi parcialmente compensada por um impacto desfavorável dos ajustes de avaliação do justo valor das garantias na gestão de ativos, que teve uma compensação correspondente nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros				Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023		Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022	
(exceto se indicado em contrário)	2024	2023	2022	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Remunerações e benefícios	11.731	11.131	10.712	601	5	418	4
Despesas gerais e administrativas[1]	11.243	10.112	9.728	1.131	11	384	4
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	68	(233)	N/S	165	N/S
Atividades de reestruturação	(3)	220	(118)	(223)	N/S	338	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**22.971**	21.695	20.390	1.276	6	1.305	6
N/S – Não significativo							
[1] inclui:							
Tecnologias de informação	3.610	3.755	3.680	(145)	(4)	76	2
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.624	1.478	1.429	147	10	49	3
Regulamentares, impostos e seguros[2]	1.028	1.399	1.285	(371)	(27)	114	9
Serviços profissionais	763	899	858	(136)	(15)	41	5
Serviços bancários e operações subcontratados	964	964	881	1	0	82	9
Serviços de Dados de Mercado e Investigação	400	374	378	26	7	(4)	(1)
Despesas de deslocação	153	143	110	10	7	33	30
Despesas de *marketing*	149	203	165	(54)	(26)	37	23
Outras despesas[3]	2.552	899	943	1.654	184	(44)	(5)
Despesas totais gerais e administrativas	**11.243**	10.112	9.728	1.131	11	384	4

[2] Inclui taxas bancárias de 172 milhões de euros em 2024, 528 milhões de euros em 2023 e 762 milhões de euros em 2022.
[3] Inclui despesas relacionadas com litígios de 2,035 milhões de euros em 2024, 311 milhões de euros em 2023 e 413 milhões de euros em 2022. Para mais pormenores, consulte a Nota 27 "Provisões" do presente relatório

Remunerações e benefícios

2024

As remunerações e benefícios registaram um aumento de 601 milhões de euros, ou 5%, para 11,7 mil milhões de euros em 2024, em comparação com os 11,1 mil milhões de euros em 2023. O aumento foi impulsionado principalmente por uma maior compensação relacionada com o desempenho, crescimento salarial e aumentos na força de trabalho interna relacionados com os investimentos direcionados do banco como parte da estratégia de *Global Hausbank*, bem como custos de indemnização mais elevados.

2023

As remunerações e benefícios registaram um aumento de 418 milhões de euros, ou 4%, para 11,1 mil milhões de euros em 2023, em comparação com os 10,7 mil milhões de euros em 2022. Este aumento deveu-se principalmente ao crescimento dos salários, ao aumento do pessoal externo e ao aumento dos custos de indemnização resultantes da execução acelerada da estratégia de *Global Hausbank* do banco.

Despesas gerais e administrativas

2024

As despesas gerais e administrativas aumentaram 1,1 mil milhões de euros, ou 11%, para 11,2 mil milhões de euros em 2024, face a 10,1 mil milhões de euros em 2023. O aumento foi impulsionado por um aumento de outras despesas, principalmente devido ao aumento dos custos com litígios relacionados com a questão do litígio da aquisição do Postbank e com as questões da hipoteca cambial polaca, bem como com a reversão do ativo de indemnização da RusChemAlliance. Esta situação foi parcialmente compensada por uma diminuição das taxas bancárias de 355 milhões de euros em 2024, por menores honorários de serviços profissionais e por menores despesas com tecnologias de informação, principalmente relacionadas com menores custos com fornecedores e menores custos com plataformas informáticas.

2023

As despesas gerais e administrativas aumentaram 384 milhões de euros, ou 4%, para 10,1 mil milhões de euros em 2023, face aos 9,7 mil milhões de euros verificados em 2022. O aumento foi impulsionado por despesas mais elevadas em tecnologia da informação, principalmente relacionadas com o aumento dos custos com fornecedores e software, bem como com impostos operacionais mais elevados. Esta situação foi parcialmente compensada por despesas com litígios mais baixas, que diminuíram 103 milhões de euros, relacionadas com a libertação de uma provisão para litígios e uma diminuição das taxas bancárias de 235 milhões de euros.

Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

2024

A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 0 milhões de euros em 2024, em comparação com 233 milhões de euros em 2023, relacionada com a imparidade de goodwill da Numis no Investment Bank.

2023

A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 233 milhões de euros 2023, relacionada com a imparidade de goodwill da Numis no Investment Bank, em comparação com 68 milhões de euros em 2022 relativos a uma aquisição histórica de um ativo intangível não amortizado associado a contratos de retalho de fundos mútuos dos EUA em Asset Management.

Reestruturação

2024

As atividades de reestruturação representaram uma libertação de (3) milhões de euros em 2024, em comparação com encargos de 220 milhões de euros em 2023. A evolução em ambos os períodos foi essencialmente impulsionada pelo Private Bank, no contexto da execução das iniciativas estratégicas.

2023

As atividades de reestruturação representaram encargos de 220 milhões de euros em 2023, em comparação com uma libertação de (118) milhões de euros em 2022. Os encargos foram suportados principalmente pelo Private Bank, no contexto da execução de iniciativas estratégicas.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2024

A despesa com impostos sobre o rendimento foi de 1,8 mil milhões de euros em 2024, em comparação com 787 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva em 2024 de 34% foi principalmente afetada por custos de litígio que não são dedutíveis de impostos.

2023

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 787 milhões de euros em 2023, em comparação com um benefício fiscal de 64 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva de 14% em 2023 beneficiou de ajustes positivos na avaliação de ativos por impostos diferidos no final do ano no valor de 1,0 mil milhões de euros, refletindo, em grande medida, o forte desempenho contínuo no Reino Unido.

Resultados líquidos

2024

O lucro líquido em 2024 foi de 3,5 mil milhões de euros, em comparação com 4,9 mil milhões de euros no ano anterior. A diminuição do lucro líquido deveu-se principalmente ao já referido aumento das despesas de litígios e ao aumento das despesas com o imposto sobre o rendimento em comparação com 2023.

2023

O lucro líquido em 2023 foi de 4,9 mil milhões de euros, em comparação com 5,7 mil milhões de euros no ano anterior. A diminuição do lucro líquido deveu-se principalmente ao já referido aumento das despesas com o imposto sobre o rendimento em comparação com 2022, incluindo os já referidos ajustes de avaliação dos ativos por impostos diferidos no final do exercício.

Resultados de operações dos segmentos

A secção seguinte apresenta uma análise dos resultados dos segmentos de negócio. Consulte a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações associadas" das demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

– alterações no formato de divulgação por segmento do banco
– a estrutura dos sistemas de relatórios de gestão do banco

A informação por segmentos do Deutsche Bank segue a estrutura organizacional refletida nos sistemas internos de informação de gestão do Grupo, que constituem a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a afetação de recursos aos mesmos. A segmentação baseia-se na estrutura do Grupo em 31 de dezembro de 2024. Os comparativos dos anos anteriores foram alinhados com a apresentação do ano em curso.

						2024
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage-ment	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	7.506	10.558	9.386	2.649	(6)	30.092
Provisão para perdas de crédito	347	549	851	(1)	83	1.830
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.603	2.682	2.934	919	3.593	11.731
Despesas gerais e administrativas	3.481	3.979	4.372	904	(1.494)	11.243
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	(1)	(0)	(3)	0	0	(3)
Despesas totais (excluindo juros)	5.084	6.661	7.304	1.823	2.099	22.971
Participações minoritárias	0	5	0	194	(199)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.075	3.343	1.231	632	(1.989)	5.291
Ativos (em mil milhões de euros)[2]	280	756	324	11	17	1.387
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	117	110	257	0	0	485
Adições a ativos não correntes	12	3	160	30	1.884	2.091
Depósitos (em mil milhões de euros)	313	22	320	0	11	666
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.682	23.672	13.990	5.329	10.089	64.763
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	78	130	97	18	34	357
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[3]	11	15	14	5	13	58
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	339	593	336	10	38	1.316
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	26.317	20.107	37.072	5.169	1.088	89.753
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	11,7%	9,1%	5,2%	8,0%	N/S	4,2%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	12,6%	9,4%	5,2%	18,0%	N/S	4,7%
Rácio custo/rendimento[6]	67,7%	63,1%	77,8%	68,8%	N/S	76,3%
[1] inclui:						
Rendimento de juros líquido	4.960	3.398	5.786	25	(1.104)	13.065
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(1)	(46)	21	36	2	12
[2] inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	90	379	102	451	6	1.028

N/S – Não significativo

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[5] A rendibilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 34% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; para a rendibilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

[6] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage-ment	Corporate & Other	Total consolidado
						2023
Receitas líquidas[1]	**7.718**	**9.160**	**9.571**	**2.383**	**47**	**28.879**
Provisão para perdas de crédito	**266**	**431**	**783**	**(1)**	**26**	**1.505**
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.530	2.526	2.805	891	3.378	11.131
Despesas gerais e administrativas	3.122	4.091	4.696	934	(2.731)	10.112
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	0	0	0	233
Atividades de reestruturação	(4)	(3)	228	0	(1)	220
Despesas totais (excluindo juros)	**4.648**	**6.847**	**7.730**	**1.825**	**646**	**21.695**
Participações minoritárias	**0**	**3**	**0**	**163**	**(166)**	**0**
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**2.804**	**1.879**	**1.058**	**396**	**(459)**	**5.678**
Ativos (em mil milhões de euros)[2]	264	658	331	10	49	1.312
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	117	101	261	0	0	479
Adições a ativos não correntes	13	89	90	73	1.853	2.118
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	18	308	0	7	622
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.547	23.544	13.219	5.157	9.543	63.011
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	69	140	86	15	40	350
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[3]	6	22	8	3	19	57
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	307	546	339	10	39	1.240
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	25.439	20.063	38.411	4.963	1.254	90.130
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	16,6%	4,8%	4,8%	5,1%	N/S	6,7%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	17,8%	4,9%	5,2%	12,0%	N/S	7,4%
Rácio custo/rendimento[6]	60,2%	74,7%	80,8%	76,6%	N/S	75,1%
[1] inclui:						
Rendimento de juros líquido	5.115	3.013	6.156	(124)	(557)	13.602
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(6)	(70)	(5)	42	2	(38)
[2] inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	91	413	84	420	5	1.013

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[5] A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

[6] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage-ment	Corporate & Other	Total consolidado
						2022
Receitas líquidas[1]	**6.337**	**10.016**	**9.152**	**2.608**	**(902)**	**27.210**
Provisão para perdas de crédito	**335**	**319**	**583**	**(2)**	**(9)**	**1.226**
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.416	2.379	2.783	899	3.235	10.712
Despesas gerais e administrativas	2.790	4.061	4.193	883	(2.199)	9.728
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	68
Atividades de reestruturação	(19)	15	(113)	0	(2)	(118)
Despesas totais (excluindo juros)	**4.187**	**6.455**	**6.863**	**1.850**	**1.035**	**20.390**
Participações minoritárias	**0**	**15**	**0**	**174**	**(190)**	**0**
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**1.816**	**3.228**	**1.705**	**585**	**(1.739)**	**5.594**
Ativos (em mil milhões de euros)[2]	258	677	333	10	60	1.337
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	122	103	265	0	(1)	489
Adições a ativos não correntes	3	4	177	41	2.267	2.494
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	16	317	0	(1)	621
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.668	22.478	12.945	5.437	7.465	59.994
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	74	139	88	13	46	360
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[3]	5	23	8	3	19	58
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	321	530	344	9	36	1.240
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	22.621	17.946	37.710	4.778	1.876	84.930
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	10,3%	9,3%	8,6%	7,3%	N/S	8,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	11,1%	9,6%	9,2%	17,0%	N/S	9,4%
Rácio custo/rendimento[6]	66,1%	64,4%	75,0%	70,9%	N/S	74,9%
[1] inclui:						
Rendimento de juros líquido	3.628	3.467	5.222	(65)	1.399	13.650
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	4	50	27	66	6	152
[2] inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	90	501	99	415	20	1.124

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[5] A rendibilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de (1)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para a rendibilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

[6] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Receitas líquidas							
Serviços de Tesouraria Empresarial	4.223	4.399	3.827	(176)	(4)	572	15
Serviços de Clientes Institucionais	1.956	1.895	1.580	62	3	314	20
Banca para empresas	1.326	1.424	930	(98)	(7)	494	53
Total de receitas líquidas	**7.506**	7.718	6.337	(212)	(3)	1.381	22
Dos quais:							
Rendimento de juros líquido	**4.960**	5.115	3.628	(154)	(3)	1.487	41
Resultado líquido de serviços e comissões	**2.434**	2.328	2.356	106	5	(28)	(1)
Rendimentos restantes	**111**	275	354	(164)	(59)	(79)	(22)
Provisão para perdas de crédito	**347**	266	335	81	30	(68)	(20)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.603	1.530	1.416	73	5	114	8
Despesas gerais e administrativas	3.481	3.122	2.790	359	12	332	12
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(1)	(4)	(19)	4	(86)	15	(77)
Despesas totais (excluindo juros)	**5.084**	4.648	4.187	436	9	461	11
Participações minoritárias	**0**	0	0	0	N/S	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**2.075**	2.804	1.816	(729)	(26)	988	54
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro)[1]	7.943	7.682	7.332	261	3	350	5
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro)[1]	8.089	7.976	7.114	113	1	862	12
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro)[1]	10.285	9.781	8.175	504	5	1.606	20
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	26.317	25.439	22.621	878	3	2.818	12
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1,2]	280	264	258	16	6	6	2
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	78	69	74	9	13	(5)	(7)
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[1,3]	11	6	5	5	94	0	5
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	339	307	321	33	11	(14)	(4)
Depósitos (em mil milhões de euros)[1]	313	289	289	23	8	1	0
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)[1]	117	117	122	(0)	(0)	(5)	(4)
Rácio custo/rendimento[4]	67,7%	60,2%	66,1%	N/S	7.5ppt	N/S	(5,8) pp
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[5,6]	11,7%	16,6%	10,3%	N/S	(4,8) pp	N/S	6.2ppt
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[5,6]	12,6%	17,8%	11,1%	N/S	(5,3) pp	N/S	6.8ppt

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[1] No final do ano

[2] Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

[5] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[6] Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2024, 2023 e 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

2024

Os resultados antes de impostos foram de 2,1 mil milhões de euros em 2024, o que representa uma descida de 26% em relação a 2023, principalmente devido ao aumento das despesas não relacionadas com juros. A rendibilidade após impostos dos capitais próprios médios foi de 11,7%, face a 16,6% no ano anterior, com uma rendibilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios de 12,6%, face a 17,8%. O rácio custo/rendimento foi de 68%, contra 60% em 2023.

As receitas líquidas foram de 7,5 mil milhões de euros, 3% inferiores em termos homólogos, uma vez que a normalização das margens dos depósitos foi compensada, em grande medida, por volumes de depósitos mais elevados e pelo crescimento dos rendimentos líquidos de serviços e comissões. As receitas dos Serviços de Tesouraria de Empresas foram de 4,2 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 4% em termos homólogos, devido a margens de depósito mais baixas, compensadas sobretudo por volumes de depósitos mais elevados e pelo crescimento dos rendimentos líquidos de serviços e comissões. As receitas dos Serviços a Clientes Institucionais aumentaram 3% em termos homólogos para 2,0 mil milhões de euros, impulsionadas pelo crescimento dos Serviços de Valores Mobiliários e dos Serviços Fiduciários e de Agência. As receitas de Business Banking ascenderam a 1,3 mil milhões de euros, uma descida de 7% em termos homólogos, devido à normalização das margens dos depósitos.

As provisões para perdas de crédito ascenderam a 347 milhões de euros em 2024, ou seja, 30 pontos de base dos empréstimos médios, face a 266 milhões de euros no ano transato, principalmente devido a certos eventos de crédito empresarial de maior dimensão.

As despesas não relacionadas com juros ascenderam a 5,1 mil milhões de euros, um aumento de 9% em termos homólogos, devido a uma rubrica de litígio, enquanto os custos ajustados aumentaram 2% em termos homólogos para 4,6 mil milhões de euros, devido a uma maior afetação dos custos dos serviços internos e a investimentos em front office.

2023

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de 2,8 mil milhões de euros para o exercício completo de 2023, face a 1,8 mil milhões de euros em 2022, impulsionado por receitas mais elevadas e uma menor provisão para perdas de crédito, parcialmente compensadas por gastos operacionais (excl. juros) mais elevados. A rentabilidade das participações de capital dos acionistas médias (após impostos) foi de 16,6%, um aumento face ao valor de 10,3% registado no ano anterior. A rendibilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 17,8%, face a 11,1% no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 60%, uma descida face aos 66% registados em 2022.

As receitas líquidas foram de 7,7 mil milhões de euros, 22% mais elevadas em termos homólogos, impulsionadas pelo aumento das taxas de juro e pela continuação da disciplina de fixação de preços, enquanto os rendimentos líquidos de serviços e comissões permaneceram essencialmente estáveis. As receitas dos Serviços de Tesouraria de Empresas ascenderam a 4,4 mil milhões de euros, um aumento de 15% em termos anuais, as receitas dos Serviços a Clientes Institucionais aumentaram 20% em termos anuais para 1,9 mil milhões de euros e as receitas de Business Banking ascenderam a 1,4 mil milhões de euros, um aumento de 53% em termos homólogos.

A provisão para perdas de crédito em 2023 foi de 266 milhões de euros, ou 23 pontos de base dos empréstimos médios, em comparação com provisões de 335 milhões de euros, ou 28 pontos de base dos empréstimos médios, em 2022. A redução reflete a libertação das provisões das fases 1 e 2, devido à melhoria das perspetivas macroeconómicas e a alterações do modelo.

As despesas não relacionadas com juros ascenderam a 4,6 mil milhões de euros, um aumento de 11% em termos homólogos, principalmente devido ao aumento dos custos não operacionais, das dotações de custos de serviços internos e dos custos diretos não relacionados com compensações.

Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Receitas líquidas							
Fixed Income & Currencies (FIC)	8.610	7.893	8.861	717	9	(968)	(11)
Fixed Income & Currencies: Financiamento	3.205	2.867	2.953	339	12	(86)	(3)
Fixed Income & Currencies: Ex-financiamento	5.405	5.026	5.909	378	8	(882)	(15)
Geração e consultoria	2.012	1.246	998	765	61	249	25
Geração de dívida	1.290	843	412	447	53	431	105
Geração de ações	187	102	101	84	82	1	1
Consultoria	535	301	485	234	78	(184)	(38)
Investigação e outras	(64)	21	157	(85)	N/S	(136)	(87)
Total de receitas líquidas	**10.558**	9.160	10.016	1.398	15	(856)	(9)
Provisão para perdas de crédito	**549**	431	319	119	28	112	35
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.682	2.526	2.379	155	6	147	6
Despesas gerais e administrativas	3.979	4.091	4.061	(111)	(3)	30	1
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	0	(233)	N/S	233	N/S
Atividades de reestruturação	(0)	(3)	15	3	(98)	(18)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**6.661**	6.847	6.455	(186)	(3)	391	6
Participações minoritárias	**5**	3	15	2	52	(12)	(79)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**3.343**	1.879	3.228	1.463	78	(1.348)	(42)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro)[1]	4.869	4.843	4.333	26	1	510	12
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro)[1]	3.129	3.120	2.811	9	0	309	11
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro)[1]	12.109	12.101	10.802	8	0	1.299	12
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	20.107	20.063	17.946	44	0	2.117	12
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1,2]	756	658	677	98	15	(18)	(3)
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	130	140	139	(10)	(7)	0	0
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[1,3]	15	22	23	(7)	(32)	(2)	(7)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	593	546	530	46	8	17	3
Depósitos (em mil milhões de euros)[1]	22	18	16	4	23	1	9
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)[1]	110	101	103	9	9	(2)	(2)
Rácio custo/rendimento[4]	63,1%	74,7%	64,4%	N/S	(11,6) pp	N/S	10.3ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[5,6]	9,1%	4,8%	9,3%	N/S	4.3ppt	N/S	(4,5) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[5,6]	9,4%	4,9%	9,6%	N/S	4.4ppt	N/S	(4,6) pp

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[1] No final do ano

[2] Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

[5] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[6] Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2024, 2023 e 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

2024

Os resultados antes de impostos foram de 3,3 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 78% em termos homólogos, com um crescimento das receitas de Fixed Income and Currencies (FIC) e de Geração e Consultoria, combinado com a não repetição de uma imparidade do goodwill em 2023, parcialmente compensada por uma maior provisão para perdas de crédito em 2024. A rendibilidade após impostos dos capitais próprios médios foi de 9,1%, face a 4,8% em 2023, e a rendibilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 9,4%, face a 4,9%. O rácio custo/rendimento foi de 63%, uma descida face aos 75% registados em 2023.

As receitas líquidas cifraram-se em 10,6 mil milhões de euros, um aumento de 15% em relação ao ano anterior, refletindo ganhos de quota de mercado num conjunto crescente de comissões de Geração e Consultoria, bem como a solidez de FIC. FIC ex. As receitas de financiamento ascenderam a 5,4 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 8% em termos homólogos, beneficiando da robustez da atividade de negociação de créditos e de um maior envolvimento dos clientes em termos mais gerais. As receitas do Financiamento FIC cresceram 12% para 3,2 mil milhões de euros, devido ao aumento da margem financeira e das comissões e taxas. As receitas de Geração e Consultoria aumentaram 61% em termos homólogos para 2,0 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento da quota de mercado em cerca de 50 pontos de base, combinado com o crescimento do conjunto de comissões do setor durante o ano (fonte: Banco de Portugal): Dealogic).

A provisão para perdas de crédito foi de 549 milhões de euros no exercício, ou 52 pontos base dos empréstimos médios, e significativamente mais elevada em termos homólogos, refletindo o aumento das provisões de Fase 3, principalmente em CRE.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 6,7 mil milhões de euros em 2024, uma descida de 3% em termos homólogos, refletindo principalmente a não repetição de uma imparidade do goodwill em 2023. Os custos ajustados mantiveram-se essencialmente estáveis em 6,4 mil milhões de euros, com o impacto anual dos investimentos estratégicos no segundo semestre de 2023 e o impacto cambial adverso amplamente compensados por uma redução das taxas bancárias.

2023

O lucro antes de impostos em 2023 foi de 1,9 mil milhões de euros, menos 1,3 mil milhões de euros, ou 42%, em comparação com 2022. Esta evolução reflete uma diminuição nas receitas de FIC, em comparação com um ano anterior muito forte, custos mais elevados resultantes de investimentos estratégicos na atividade, incluindo a aquisição da Numis, e um aumento da provisão para perdas de crédito. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas, depois de impostos, foi de 4,8%, face a 9,3% no ano anterior. A rentabilidade após impostos do capital próprio dos acionistas tangível médio foi de 4,9%, face a 9,6% no ano anterior. O rácio custo/rendimento em 2023 era de 75%, em comparação com 64% em 2022.

As receitas líquidas foram de 9,2 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 856 milhões de euros, ou seja, 9% em termos homólogos. As receitas de FIC ascenderam a 7,9 mil milhões de euros, menos 968 milhões de euros, ou 11%, em comparação com 2022, o que constituiu o melhor desempenho das receitas de FIC numa década. As receitas em Taxas de Juro, Mercados Emergentes e Taxas de Câmbio foram todas significativamente inferiores, refletindo níveis reduzidos de volatilidade e atividade no mercado. As receitas da atividade de negociação de créditos foram significativamente mais elevadas devido à melhoria do desempenho do fluxo de crédito na sequência de investimentos na atividade. As receitas de financiamento foram robustas e mantiveram-se essencialmente estáveis em relação ao ano anterior.

As receitas de Geração e Consultoria ascenderam a 1,2 mil milhões de euros, um aumento de 249 milhões de euros, ou seja, 25% em termos homólogos. Esta evolução deveu-se principalmente ao facto de não se terem verificado reduções significativas dos empréstimos alavancados nos mercados de capitais de dívida alavancada. As receitas da dívida com grau de investimento foram inferiores, refletindo uma diminuição do conjunto de comissões do setor (fonte: Dealogic). As receitas de consultoria foram significativamente inferiores devido à redução do número de transações anunciadas para 2023. As receitas de Geração de Ações mantiveram-se essencialmente estáveis em relação ao ano anterior.

As receitas de Investigação e outras foram de 21 milhões de euros, em comparação com 157 milhões de euros positivos em 2022. O decréscimo homólogo foi substancialmente impulsionado por uma perda de 47 milhões de euros relacionada com o impacto dos ajustes de avaliação da dívida em determinados passivos derivados, face a um ganho de 49 milhões de euros no ano anterior.

A provisão para perdas de crédito foi de 431 milhões de euros, ou seja, 42 pontos base do crédito médio, um aumento de 112 milhões de euros em termos homólogos, devido ao aumento dos níveis de imparidades de nível 3, principalmente em relação ao setor dos imóveis comerciais.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2023 ascenderam a 6,8 mil milhões de euros, um aumento de 391 milhões de euros ou 6% em termos homólogos, devido principalmente a uma imparidade de goodwill decorrente da aquisição da Numis, bem como a investimentos estratégicos realizados em toda a atividade e em consonância com a estratégia anteriormente comunicada.

Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Receitas líquidas:							
Personal Banking	5.304	5.570	5.005	(267)	(5)	566	11
Wealth Management & Private Banking	4.082	4.000	4.147	82	2	(147)	(4)
Total de receitas líquidas	**9.386**	9.571	9.152	(185)	(2)	419	5
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	5.786	6.156	5.222	(370)	(6)	934	18
Resultado líquido de serviços e comissões	2.956	2.852	3.155	104	4	(303)	(10)
Rendimentos restantes	643	563	775	80	14	(212)	(27)
Provisão para perdas de crédito	**851**	783	583	68	9	201	34
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	2.934	2.805	2.783	130	5	22	1
Despesas gerais e administrativas	4.372	4.696	4.193	(324)	(7)	503	12
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(3)	228	(113)	(231)	N/S	341	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**7.304**	7.730	6.863	(426)	(6)	866	13
Participações minoritárias	**0**	0	0	(0)	(45)	(0)	(12)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**1.231**	1.058	1.705	173	16	(648)	(38)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro)[1]	16.961	18.403	18.853	(1.442)	(8)	(450)	(2)
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro)[1]	7.917	7.802	8.018	115	1	(216)	(3)
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro)[1]	12.193	12.205	10.839	(12)	(0)	1.366	13
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	37.072	38.411	37.710	(1.339)	(3)	701	2
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1,2]	324	331	333	(7)	(2)	(2)	(1)
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	97	86	88	11	13	(1)	(2)
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[1,3]	14	8	8	7	88	0	0
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	336	339	344	(2)	(1)	(6)	(2)
Depósitos (em mil milhões de euros)[1]	320	308	317	13	4	(10)	(3)
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)[1]	257	261	265	(4)	(1)	(4)	(1)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)[4]	633	578	543	55	10	35	6
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	29	23	31	6	26	(8)	(26)
Rácio custo/rendimento[5]	77,8%	80,8%	75,0%	N/S	(2,9) pp	N/S	5.8ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[6,7]	5,2%	4,8%	8,6%	N/S	0.4ppt	N/S	(3,8) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[6,7]	5,2%	5,2%	9,2%	N/S	0.1ppt	N/S	(4,0) pp

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[1] No final do ano

[2] Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] Os Ativos sob Gestão incluem ativos detidos em nome de clientes para fins de investimento e/ou ativos de clientes que são aconselhados ou geridos pelo Deutsche Bank. São geridos numa base discricionária ou consultiva ou são depositados no banco. Os depósitos são considerados Ativos sob Gestão caso sirvam fins de investimento. Em Personal Banking, isto inclui depósitos a prazo e depósitos de poupança. Em Wealth Management & Private Banking (excluindo Business Banking), parte-se do princípio de que todos os depósitos de clientes são detidos no banco essencialmente para fins de investimento, pelo que são classificados como Ativos sob Gestão. No âmbito da atividade do Private Bank "Wealth Management & Private Banking", os clientes privados beneficiam de uma gama de produtos mais vasta, com maior ênfase no aconselhamento em matéria de investimento. Consequentemente, a partir de 2024, os depósitos à ordem do Private Bank na Alemanha foram reclassificados para Ativos sob Gestão, assegurando um tratamento coerente no âmbito do segmento "Wealth Management & Private Banking". Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento qualificados como Ativos sob gestão que são geridos pela DWS, estes ativos são reportados como Ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

[5] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

[6] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[7] Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2024, 2023 e 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

2024

O Private Bank registou um lucro antes de impostos de 1,2 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 173 milhões de euros ou 16% em termos homólogos, refletindo gastos operacionais (excl. juros) ligeiramente mais baixos. A rendibilidade após impostos dos capitais próprios médios aumentou para 5,2%, face a 4,8% em 2023, enquanto a rendibilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios permaneceu inalterada em 5,2%. O rácio custo/rendimento, de 78%, melhorou em relação aos 81% do ano anterior.

As receitas líquidas foram de 9,4 mil milhões de euros em 2024, uma diminuição de 2% em termos homólogos. A margem financeira diminuiu 6% num contexto de normalização das taxas de juro, o que foi parcialmente compensado pelo crescimento dos produtos de investimento, refletindo a estratégia do Private Bank de crescimento das receitas não provenientes de juros.

Em Personal Banking, as receitas líquidas desceram 5% em termos homólogos para 5,3 mil milhões de euros em 2024, refletindo a continuação de custos de financiamento mais elevados, incluindo o impacto das reservas mínimas, determinados custos de cobertura e uma maior afetação de tesouraria central neutra para o Grupo ao segmento. Estes impactos foram parcialmente compensados pelo crescimento das receitas de depósitos durante 2024.

No domínio de Wealth Management & Private Banking, as receitas líquidas aumentaram 2% em termos homólogos para 4,1 mil milhões de euros em 2024. As receitas mais elevadas dos produtos de investimento, bem como as receitas ligeiramente mais elevadas dos empréstimos, foram parcialmente compensadas por receitas mais baixas dos depósitos.

A provisão para perdas de crédito foi de 851 milhões de euros, ou 33 pontos base dos empréstimos médios, em comparação com 30 pontos base dos empréstimos médios no ano anterior. O aumento refletiu principalmente a continuação dos efeitos transitórios elevados da integração do Postbank. Globalmente, a qualidade das carteiras do segmento mantém-se muito sólida.

Os gastos operacionais (excl. juros) ascenderam a 7,3 mil milhões de euros em 2024, uma descida de 6% em termos homólogos, incluindo menores custos diretos de reestruturação e de indemnização e a não recorrência de provisões para processos judiciais individuais. A melhoria do custo ajustado em 4%, para 7,0 mil milhões em 2024, reflete o investimento normalizado e os benefícios das iniciativas de transformação, incluindo a redução da força de trabalho e o encerramento de 125 sucursais em 2024, bem como custos regulamentares mais baixos, parcialmente compensados pelos impactos da inflação.

Os ativos sob gestão ascendiam a 633 mil milhões de euros no final de 2024, um aumento de 55 mil milhões de euros durante o ano. O aumento foi apoiado principalmente por entradas líquidas de 29 mil milhões de euros, bem como por 20 mil milhões de euros de movimentos de mercado positivos e 9 mil milhões de euros de movimentos cambiais positivos.

2023

O Private Bank registou um lucro antes de impostos de 1,1 mil milhões de euros em 2023, em comparação com 1,7 mil milhões de euros no ano anterior, o que representa uma descida de 38%. A evolução anual reflete custos e receitas não operacionais significativos. Os custos não operacionais foram de 468 milhões de euros em 2023, em comparação com um benefício de 147 milhões de euros em 2022. Além disso, as receitas de 2022 incluíram 430 milhões de euros em rubricas específicas que não se repetiram em 2023. Estas rubricas tiveram impacto nos principais rácios, com o rácio custos/proveitos a aumentar para 81%, face a 75% no ano anterior, enquanto a rentabilidade após impostos dos capitais próprios médios diminuiu para 4,8%, face a 8,6% em 2022, e a rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios dos acionistas diminuiu para 5,2%, face a 9,2% no ano anterior. Excluindo os custos não operacionais e as rubricas específicas de receitas, o resultado antes de impostos teria aumentado 35% em relação ao ano anterior.

As receitas líquidas ascenderam a 9,6 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 5% em relação ao ano anterior, ou um aumento de 10% se forem ajustadas para ter em conta a não recorrência dos já referidos 430 milhões de euros de rubricas específicas do ano passado. Estas incluem uma mais-valia de cerca de 310 milhões de euros resultante da venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália e os efeitos positivos da venda da Sal. Oppenheim. O crescimento das receitas foi impulsionado pelo aumento da margem financeira dos produtos de depósito, parcialmente compensado por menores receitas de comissões e menores receitas de empréstimos num ambiente de subida das taxas de juro. O Private Bank atraiu entradas líquidas para ativos sob gestão no valor de 23 mil milhões de euros em 2023, com entradas líquidas tanto em produtos de investimento como em depósitos. A evolução dos empréstimos refletiu uma menor procura por parte dos clientes, principalmente no que se refere aos empréstimos hipotecários na Alemanha e à desalavancagem dos clientes na região APAC.

Em Personal Banking, as receitas líquidas aumentaram 11% para 5,6 mil milhões de euros, uma vez que a margem financeira mais elevada proveniente de produtos de depósito mais do que compensou o impacto de receitas de comissões mais baixas devido a alterações nas condições contratuais e regulamentares.

Em Wealth Management & Private Banking, as receitas líquidas cifraram-se em 4,0 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 4% em termos homólogos, ou um aumento de 6% se ajustado ao impacto das rubricas específicas acima mencionadas, de receitas não recorrentes de cerca de 50 milhões de euros na sequência da alienação de atividades em Itália. O aumento das receitas de depósitos foi compensado pela diminuição das receitas de empréstimos e investimentos, principalmente na APAC.

Os ativos sob gestão no Private Bank ascendiam a 578 mil milhões de euros no final do ano, um aumento de 35 mil milhões de euros durante o ano. O aumento deveu-se principalmente a entradas líquidas de 23 mil milhões de euros e a um impacto benéfico de 19 mil milhões de euros decorrente de níveis de mercado mais elevados, parcialmente compensado por um impacto negativo de 4 mil milhões de euros decorrente de variações cambiais.

A provisão para perdas de crédito foi de 783 milhões de euros, ou 30 pontos de base dos empréstimos médios, em comparação com 583 milhões de euros, ou 22 pontos de base dos empréstimos médios no ano anterior. O aumento refletiu sobretudo um ambiente

macroeconómico mais difícil, impactos mais elevados das perdas com nomes individuais no International Private Bank e efeitos de atrasos operacionais temporários relacionados com a migração informática do Postbank, enquanto a provisão para perdas de crédito em 2022 beneficiou de libertações na sequência da venda de empréstimos não produtivos. A evolução da carteira global continuou a refletir a elevada qualidade da carteira de empréstimos, em especial nas atividades de retalho, e a disciplina de risco rigorosa que se mantém.

Os gastos operacionais (excl. juros) ascenderam a 7,7 mil milhões de euros, um aumento de 13% em termos homólogos, impulsionados predominantemente pelos já referidos 468 milhões de euros em custos não operacionais, incluindo reestruturação e indemnizações no valor de 346 milhões de euros e encargos com litígios no valor de 123 milhões de euros, em comparação com libertações de custos não operacionais no valor de 147 milhões de euros em 2022. Os custos ajustados, que excluem estas rubricas, aumentaram 4%, refletindo sobretudo os investimentos nas funções de controlo do Grupo, as iniciativas estratégicas, o aumento da imputação de custos internos, a correção dos serviços do Postbank e os impactos da inflação. Estas foram parcialmente atenuadas pela continuação das poupanças dos programas de transformação e pela redução dos encargos regulamentares.

Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023: em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023: em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022: em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022: em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.479	2.314	2.458	164	7	(143)	(6)
Comissões de desempenho e transação	148	128	125	20	16	2	2
Outros	23	(59)	24	82	N/S	(84)	N/S
Total de receitas líquidas	**2.649**	2.383	2.608	267	11	(225)	(9)
Provisão para perdas de crédito	**(1)**	(1)	(2)	0	(23)	1	(50)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	919	891	899	28	3	(8)	(1)
Despesas gerais e administrativas	904	934	883	(29)	(3)	51	6
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	68	0	N/S	(68)	N/S
Atividades de reestruturação	0	0	0	(0)	(43)	(0)	(15)
Despesas totais (excluindo juros)	**1.823**	1.825	1.850	(1)	(0)	(26)	(1)
Participações minoritárias	**194**	163	174	32	20	(12)	(7)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**632**	396	585	236	60	(188)	(32)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro)[1]	2.069	2.062	2.059	7	0	3	0
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro)[1]	2.506	2.325	2.225	181	8	100	4
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro)[1]	594	576	494	18	3	82	17
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	5.169	4.963	4.778	206	4	185	4
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1,2]	11	10	10	0	2	0	2
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	18	15	13	3	22	2	18
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[1,3]	5	3	3	1	35	0	2
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	10	10	9	0	4	0	3
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)[4]	1.012	896	821	115	13	75	9
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	26	28	(20)	(3)	(9)	48	N/S
Rácio custo/rendimento[5]	68,8%	76,6%	70,9%	N/S	(7,8) pp	N/S	5.6ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[6,7]	8,0%	5,1%	7,3%	N/S	2.9ppt	N/S	(2,2) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[6,7]	18,0%	12,0%	17,0%	N/S	6.1ppt	N/S	(5,1) pp

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[1] No final do ano

[2] Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] Ativos sob Gestão (AuM): os ativos a) que o segmento gere numa base de aconselhamento discricionário ou não discricionário, incluindo os casos em que é a sociedade gestora e a gestão da carteira é externalizada a um terceiro; e b) que um terceiro detém ou gere e em relação aos quais o segmento presta, com base num contrato, aconselhamento de natureza contínua, incluindo uma avaliação, monitorização e/ou revisão regular ou periódica. Os AuM representam tanto investimentos coletivos (incluindo fundos de investimento e fundos negociados em bolsa) como mandatos de clientes individuais. Os AuM são mensurados ao valor corrente de mercado com base nas regras regulamentares locais aplicáveis aos gestores de ativos em cada data de relato, que podem diferir das regras de justo valor aplicáveis ao abrigo das IFRS. Os níveis mensuráveis estão disponíveis diariamente para a maioria dos produtos de retalho, mas podem ser atualizados apenas mensalmente, trimestralmente ou mesmo anualmente para alguns produtos. Embora os AuM não incluam os investimentos do segmento contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, incluem o capital de arranque e qualquer capital comprometido sobre o qual o segmento recebe comissões de gestão. Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento qualificados como Ativos sob gestão que são geridos pela DWS, estes ativos são reportados como Ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

[5] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

[6] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[7] Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2024, 2023 e 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

2024

Os resultados antes de impostos foram de 632 milhões de euros, um aumento de 60% em relação a 2023, impulsionados principalmente por receitas mais elevadas e despesas não relacionadas com juros estáveis. A rentabilidade das participações de capital dos acionistas médias (após impostos) foi de 8,0%, um aumento face ao valor de 5,1% registado no ano anterior. A rendibilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 18,0%, face a 12,0% no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 69%, uma descida face aos 77% registados em 2023.

As receitas líquidas em 2024 foram de 2,6 mil milhões de euros, um aumento de 11% em relação a 2023. As comissões de gestão ascenderam a 2,5 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 7% em relação ao ano anterior, impulsionado por produtos ativos e passivos, que resultam do aumento dos ativos médios sob gestão. As comissões de desempenho e de transações aumentaram 16%, para 148 milhões de euros, devido sobretudo a uma comissão de desempenho significativa de Ativos Múltiplos. As outras receitas aumentaram 82 milhões de euros, passando para 23 milhões de euros, devido à redução dos encargos de financiamento de tesouraria, parcialmente compensada pelo resultado desfavorável do justo valor das garantias.

Os gastos operacionais (excl. juros) ascenderam a 1,8 mil milhões de euros em 2024, essencialmente sem alteração face ao exercício anterior. Os custos ajustados aumentaram 1%, principalmente devido a remunerações e benefícios mais elevados, devido à remuneração variável e ao aumento do número de colaboradores, bem como a custos de serviços bancários mais elevados, impulsionados por um aumento dos ativos sob gestão, parcialmente compensados por custos de TI e honorários de serviços profissionais mais baixos, resultantes da adoção de uma abordagem híbrida à transformação da plataforma. Os custos não operacionais foram significativamente mais baixos devido a menores custos de litígio e indemnizações por despedimento em comparação com 2023.

Os fluxos líquidos foram positivos em 26 mil milhões de euros, principalmente nos produtos Passivos, Investimentos Sistemáticos e Quantitativos (SQI) e Numerário. Esta situação foi parcialmente compensada por saídas líquidas de fundos em Ativos Múltiplos, Ações, Alternativos e Rendimento Fixo. Os produtos SAG atraíram entradas líquidas de 6 mil milhões de euros em 2024, principalmente para a Xtrackers.

Os ativos sob gestão aumentaram 115 mil milhões de euros, ou seja, 13%, para 1,012 mil milhões de euros em 2024, devido à evolução positiva do mercado, às entradas líquidas e às variações cambiais.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2024, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**107**	**204**	**76**	**66**	**85**	**247**	**111**	**896**
Fluxos de entrada	14	42	7	14	717	124	10	929
Fluxos de saída	(19)	(43)	(19)	(12)	(715)	(82)	(13)	(903)
Fluxos líquidos	(5)	(1)	(11)	2	2	41	(3)	26
Impacto cambial	1	6	0	0	4	11	3	26
Desempenho	13	6	3	5	1	35	1	64
Outros	0	0	(4)	3	0	1	(0)	(0)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**116**	**215**	**64**	**77**	**93**	**335**	**111**	**1.012**
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	68	11	31	33	6	16	45	26

2023

O lucro antes de impostos foi de 396 milhões de euros, o que representa uma redução de 32%, devido principalmente à diminuição das receitas. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas, depois de impostos, foi de 5,1%, face a 7,3% no ano anterior. A rentabilidade após impostos do capital próprio dos acionistas tangível médio foi de 12,0%, face a 17,0% no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 77%, contra 71% em 2022.

As receitas líquidas em 2023 ascenderam a 2,4 mil milhões de euros, menos 9% do que em 2022, em resultado de outras receitas significativamente mais baixas, impulsionadas por custos de financiamento mais elevados e menores rendimentos de investimento, bem como de comissões de gestão ligeiramente mais baixas devido à evolução negativa do mercado, à composição das entradas líquidas em Alternativos e à compressão das margens noutras classes de produtos. As comissões de desempenho e de transação mantiveram-se essencialmente estáveis em comparação com o ano de 2022.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,8 mil milhões de euros em 2023, o que representa uma descida de 1%. Os custos ajustados aumentaram 3%, principalmente devido a custos de TI mais elevados para apoiar a transformação e a custos de serviços bancários mais elevados, impulsionados por um aumento dos ativos sob gestão no negócio de Passivos, enquanto a remuneração e os benefícios permaneceram essencialmente estáveis. Os custos não operacionais foram significativamente mais baixos devido a uma imparidade de 68 milhões de euros de um ativo intangível não amortizado relacionado com contratos de retalho de fundos de investimento nos Estados Unidos no ano anterior.

Os fluxos líquidos foram positivos em 28 mil milhões de euros, principalmente nos produtos nas áreas de Passivos, Numerário e Multi-ativos. Esta situação foi parcialmente compensada por saídas líquidas de fundos em ações e investimentos sistemáticos e quantitativos (SQI), enquanto os fluxos líquidos em investimentos alternativos e em rendimento fixo se mantiveram essencialmente estáveis. Os produtos SAG atraíram entradas líquidas de 5 mil milhões de euros em 2023, principalmente para a Xtrackers.

Os ativos sob gestão aumentaram 75 mil milhões de euros, ou seja, 9%, para 896 mil milhões de euros em 2023, principalmente devido à evolução positiva do mercado e às entradas líquidas, enquanto as variações cambiais tiveram um impacto negativo.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2023, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**99**	**194**	**68**	**64**	**80**	**199**	**118**	**821**
Fluxos de entrada	13	37	15	10	608	93	14	788
Fluxos de saída	(15)	(36)	(11)	(11)	(602)	(71)	(13)	(760)
Fluxos líquidos	(2)	0	4	(2)	6	21	0	28
Impacto cambial	(1)	(3)	(0)	(0)	(2)	(4)	(2)	(12)
Desempenho	11	12	3	5	1	31	(5)	57
Outros	0	0	1	(1)	0	0	0	1
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**107**	**204**	**76**	**66**	**85**	**247**	**111**	**896**
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	69	11	30	31	4	17	47	27

Corporate & Other

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Receitas líquidas	**(6)**	47	(902)	(54)	N/S	950	N/S
Provisão para perdas de crédito	**83**	26	(9)	57	N/S	35	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3.593	3.378	3.235	215	6	143	4
Despesas gerais e administrativas	(1.494)	(2.731)	(2.199)	1.237	(45)	(532)	24
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	0	(1)	(2)	1	N/S	1	(40)
Despesas totais (excluindo juros)	**2.099**	646	1.035	1.453	N/S	(388)	(38)
Participações minoritárias	**(199)**	(166)	(190)	(33)	20	24	(12)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**(1.989)**	(459)	(1.739)	(1.530)	N/S	1.280	(74)
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	36.269	35.917	32.186	352	1	3.731	12
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	34	40	46	(6)	(15)	(6)	(13)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	38	39	36	(1)	(3)	3	7

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.
[1] No final do ano

2024

No conjunto do ano, o segmento "Corporate & Other" registou um prejuízo antes de impostos de 2,0 mil milhões de euros, devido sobretudo a questões de contencioso pendentes, incluindo o litígio relativo à aquisição do Postbank e as hipotecas cambiais polacas. Este valor representa um aumento face ao prejuízo antes de impostos de 459 milhões de euros no exercício anterior.

As receitas líquidas para o ano inteiro foram negativas em 6 milhões de euros, em comparação com 47 milhões de euros positivos no ano anterior. As receitas relacionadas com a avaliação e as diferenças temporais foram positivas em 600 milhões de euros em 2024, em comparação com 792 milhões de euros positivos em 2023, tendo a variação homóloga sido impulsionada principalmente por movimentos do mercado. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram negativas em 102 milhões de euros em 2024, contra 242 milhões de euros negativos em 2023.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram negativos em 2,1 mil milhões de euros no conjunto do ano, devido às questões relacionadas com litígios herdados do passado, em comparação com 646 milhões de euros negativos no ano anterior. Os custos associados às atividades dos acionistas foram de 648 milhões de euros no conjunto do ano, em comparação com 582 milhões de euros no ano anterior.

As participações minoritárias são revertidas em Corporate & Other após dedução do resultado da divisão antes de impostos. Estes valores foram positivos em 199 milhões de euros para o ano inteiro, principalmente relacionados com a DWS.

2023

O segmento Corporate & Other registou perdas antes de impostos de 459 milhões de euros em 2023, em comparação com perdas antes de impostos de 1,7 mil milhões de euros em 2022, refletindo receitas mais elevadas e menores gastos operacionais (excl. juros).

As receitas líquidas foram positivas em 47 milhões de euros em 2023, em comparação com 902 milhões de euros negativos em 2022. As receitas relacionadas com a avaliação e as diferenças temporais foram positivas em 792 milhões de euros em 2023, em comparação com 119 milhões de euros negativos em 2022, tendo a melhoria homóloga sido impulsionada por movimentos do mercado e pela reversão de perdas de períodos anteriores. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram de 242 milhões de euros negativos em 2023, face a 311 milhões de euros negativos em 2022.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 646 milhões de euros em 2023, uma redução de 388 milhões de euros, ou 38%, em comparação com 2022. A redução foi impulsionada principalmente por libertações positivas de litígios no valor de 37 milhões de euros em 2023, em comparação com um encargo de 261 milhões de euros em 2022. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, foram de 582 milhões de euros em 2023 face a 510 milhões de euros em 2022.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos no segmento Corporate & Other. Estes foram de 166 milhões de euros em 2023, em comparação com 190 milhões de euros em 2022, principalmente relacionados com a DWS.

Posição Financeira

Ativos

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 dez 2024	31 dez 2023	Variação absoluta	Variação em %
Caixa, banco central e saldos interbancários	153.654	184.556	(30.903)	(17)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	40.846	14.764	26.083	177
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	545.849	465.252	80.597	17
Dos quais: Ativos detidos para negociação	139.772	125.275	14.497	12
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	291.754	251.856	39.898	16
Dos quais: Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	114.324	88.047	26.278	30
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	42.090	35.546	6.544	18
Empréstimos pelo custo amortizado	478.921	473.705	5.216	1
Restantes ativos	125.817	138.507	(12.691)	(9)
Dos quais: Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	60.690	72.566	(11.876)	(16)
Total do ativo	**1.387.177**	1.312.331	74.847	6

Passivo e capital próprio

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 dez 2024	31 dez 2023	Variação absoluta	Variação em %
Depósitos	666.261	622.035	44.226	7
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	3.742	3.042	701	23
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	412.395	366.475	45.920	13
Dos quais: Passivos detidos para negociação	43.498	44.005	(506)	(1)
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	276.395	238.260	38.135	16
Dos quais: Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	92.047	83.727	8.321	10
Outros empréstimos a curto prazo	9.895	9.620	274	3
Dívida a longo prazo	114.899	119.390	(4.491)	(4)
Restantes passivos	100.553	116.951	(16.397)	(14)
Dos quais: Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	63.755	81.539	(17.784)	(22)
Total do passivo	**1.307.745**	1.237.513	70.232	6
Total do capital próprio	**79.432**	74.818	4.614	6
Total do passivo e do capital próprio	**1.387.177**	1.312.331	74.847	6

Movimentos nos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2024, o balanço total de 1,4 biliões de euros foi ligeiramente superior em comparação com o final do ano de 2023.

Os saldos de caixa, dos bancos centrais e interbancários diminuíram € 30.9 billion, em resultado de um aumento de 52,7 mil milhões de euros dos fundos de bancos centrais vendidos, dos títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e dos títulos obtidos por empréstimo em todas as categorias de medida aplicáveis, devido sobretudo ao aumento das atividades de negociação das empresas e dos fluxos de clientes.

Os ativos detidos para negociação registaram um aumento de € 14.5 billion, , essencialmente devido a um aumento das posições obrigacionistas na carteira de títulos de dívida do banco, em virtude dos fluxos de clientes e do posicionamento das mesas, bem como a um aumento dos empréstimos negociados.

Os valores de mercado positivos e negativos dos instrumentos financeiros derivados aumentaram € 39.9 billion e € 38.1 billion, respetivamente, sobretudo devido ao aumento da volatilidade dos produtos cambiais provocado pela incerteza política no final do ano e pela valorização do dólar americano face ao euro.

Os ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente avaliados pelo justo valor através dos resultados aumentaram € 26.3 billion, devido ao já referido aumento dos títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda mensurados em ativos financeiros não negociáveis obrigatoriamente avaliados pelo justo valor através dos resultados.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral aumentaram € 6.5 billion, impulsionados por um aumento das detenções de títulos do Estado, em linha com a iniciativa do Banco de otimizar o retorno da liquidez.

Os empréstimos ao custo amortizado aumentaram € 5.2 billion, devido a um impacto significativo dos movimentos cambiais e ao crescimento da atividade de Fixed Income & Currencies no Investment Bank, que foi parcialmente compensado por uma menor geração de hipotecas no Private Bank.

Os valores a pagar relacionados com corretagem e títulos diminuíram € 11.9 billion e € 17.8 billion, respetivamente, principalmente devido a uma diminuição dos valores a pagar decorrentes da liquidação pendente de transações regulares.

Os depósitos aumentaram € 44.2 billion, principalmente devido ao crescimento da atividade de Corporate Cash Management no Corporate Bank, bem como ao aumento das entradas no Private Bank e Global Emerging Markets no Investment Bank.

Os passivos financeiros designados pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos aumentaram € 8.3 billion, principalmente devido a um aumento da dívida a longo prazo, impulsionado por novas emissões na atividade FIC do Investment Bank.

A dívida a longo prazo ao custo amortizado diminuiu € 4.5 billion, principalmente devido a reembolsos do financiamento TLTRO que foram parcialmente compensados por novas emissões.

O movimento global do balanço incluiu um aumento de 31,4 mil milhões de euros, devido a variações cambiais sobretudo motivadas pela valorização do dólar dos Estados Unidos face ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

Liquidez

Os ativos líquidos totais de alta qualidade (HQLA), tal como definidos pelo Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e alterados pelo Regulamento (UE) 2018/1620, aumentaram para 226 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, em relação aos 219 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. O aumento do HQLA deve-se principalmente ao aumento dos depósitos e da emissão de dívida de longo prazo, largamente compensado pelo restante reembolso das ORPA direcionadas e pelo crescimento dos ativos em todas as empresas. O rácio de cobertura de liquidez era de 131% no final do quarto trimestre de 2024, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 53 mil milhões de euros em comparação com 140% no final do quarto trimestre de 2023, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 62 mil milhões de euros.

Ações

O capital próprio total em 31 de dezembro de 2024 era de 79,4 mil milhões de euros, em comparação com 74,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 4,6 mil milhões de euros. Esta variação deveu-se a uma série de fatores, incluindo o lucro atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e componentes adicionais de capital próprio reportados para o período de 3,4 mil milhões de euros, a emissão de instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1) tratados como capital próprio de acordo com as IFRS no valor de 3,0 mil milhões de euros, bem como ganhos líquidos não realizados em outro rendimento integral acumulado de 530 milhões de euros, líquidos de impostos, principalmente decorrentes de conversão cambial de 928 milhões de euros, líquidos de impostos, resultantes principalmente do fortalecimento do dólar americano em relação ao euro. Isto foi parcialmente compensado pelos impactos negativos dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral de 272 milhões de euros, líquidos de impostos, e da variação do risco de crédito próprio dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados de 126 milhões de euros, líquidos de impostos. Outros fatores que contribuíram para esta evolução foram as ações próprias distribuídas ao abrigo de planos de remuneração base em ações, no valor de 444 milhões de euros, e os ganhos de remensuração relacionados com planos de benefícios definidos, no valor de 148 milhões de euros, líquidos de impostos. Estes efeitos positivos foram parcialmente compensados por aquisições líquidas de ações próprias no valor de 1,1 mil milhões de euros, dividendos pagos aos acionistas do Deutsche Bank no valor de 883 milhões de euros, cupões pagos sobre componentes adicionais de capital próprio no valor de 574 milhões de euros, bem como por uma variação dos interesses que não controlam no valor negativo de 156 milhões de euros.

Em 31 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG aprovou um programa de recompra de ações no valor máximo de 675 milhões de euros, que teve início em 4 de março de 2024 e foi concluído em 11 de julho de 2024. Neste período, o Deutsche Bank AG recomprou 46,4 milhões de ações ordinárias. A recompra destas ações reduziu o capital próprio total em 675 milhões de euros.

Em 5 de março de 2024, o Deutsche Bank AG cancelou 45,5 milhões das suas ações ordinárias, concluindo o seu programa de recompra de ações de 2023. A anulação reduziu o valor nominal das ações em 117 milhões de euros. As ações anuladas tinham sido detidas em ações ordinárias em tesouraria, pelo seu custo de aquisição de 450 milhões de euros. A diferença entre as ações ordinárias ao preço de custo e o seu valor nominal reduziu o capital adicional realizado em 333 milhões de euros. As ações já tinham sido deduzidas do capital próprio total reportado em 31 de dezembro de 2023. Por conseguinte, a anulação não reduziu o capital próprio total em 2024.

Fundos Próprios

O capital Common Equity Tier 1 conforme o CRR/CRD do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2024 aumentou 1,4 mil milhões de euros para 49,5 mil milhões de euros, em comparação com 48,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. Os ativos ponderados pelo risco (RWA) aumentaram 7,7 mil milhões de euros para 357,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 349,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. O rácio de capital CET 1 em 31 de dezembro de 2024 aumentou para 13,8%, em comparação com 13,7% em 31 de dezembro de 2023.

A 31 de dezembro de 2024, o capital Tier 1 do Banco totalizava 60,8 mil milhões de euros, sendo composto por um capital CET 1 de 49,5 mil milhões de euros e num capital Tier 1 adicional de 11,4 mil milhões de euros. O capital Tier 1 foi 4,4 mil milhões de euros mais elevado do que no final de 2023, motivado por um aumento no capital AT1 de 3,1 mil milhões de euros e por um aumento no capital CET 1 de 1,4 mil milhões de euros. O rácio de capital Tier 1 em 31 de dezembro de 2024 aumentou para 17,0%, em comparação com 16,1% em 31 de dezembro de 2023.

O capital total em 31 de dezembro de 2024 ascendia a 68,5 mil milhões de euros, em comparação com 65,0 mil milhões de euros no final de 2023. O aumento do capital total foi impulsionado por um aumento do capital Tier 1 de 4,4 mil milhões de euros, que foi parcialmente compensado por uma diminuição do capital Tier 2 de 0,9 mil milhões de euros desde o final do ano de 2023. O rácio de capital total em 31 de dezembro de 2024 aumentou para 19,2% em comparação com 18,6% em 31 de dezembro de 2023.

Liquidez e recursos de capital

Para uma análise pormenorizada da gestão do risco de liquidez do Banco, consulte o Relatório de Risco do presente relatório anual.

Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's Deutschland GmbH ("Moody's"), S&P Global Ratings UK Limited ("S&P"), Fitch Ratings - uma filial da Fitch Ratings Ireland Limited ("Fitch"), e DBRS Ratings GmbH ("Morningstar DBRS", juntamente com a Moody's, S&P e Fitch, as "agências de notação").

A Moody's, a Fitch e a Morningstar DBRS estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC"). Relativamente à S&P, as notações de crédito são aprovadas pela sede da na Irlanda (S&P Global Ratings Europe Limited), em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC.

Desenvolvimento nas notações de crédito

As agências de notação reconheceram os progressos contínuos realizados pelo banco ao longo de 2024, nomeadamente no que se refere às receitas, apesar de um contexto de taxas de juro em mutação, e à rendibilidade antes das provisões. Este facto refletiu-se na revisão positiva das perspetivas pela Morningstar DBRS, bem como nas afirmações de notação e perspetivas pela Moody's, S&P e Fitch ao longo do ano. O processo de litígio do Postbank e as provisões relacionadas não tiveram qualquer impacto na sua opinião sobre a fiabilidade creditícia do banco.

Em 11 de junho de 2024, a Moody's confirmou as notações do Deutsche Bank, bem como a perspetiva estável. A afirmação reflete os progressos contínuos do banco no sentido de atingir os seus objetivos a médio prazo, em particular, ao ser capaz de manter uma melhoria da rentabilidade operacional através do crescimento das receitas e da eficiência dos custos. A Moody's também destacou os rácios de capital estabilizados do Deutsche Bank, a base de depósitos de elevada qualidade, bem como a sua avaliação da apetência pelo risco prudente e bem controlada do banco, o que, na sua opinião, deverá resultar numa qualidade de ativos sólida e relativamente estável ao longo do ciclo.

Em 21 de junho de 2024, a Fitch confirmou as notações do Deutsche Bank, bem como a perspetiva positiva. A Fitch salienta que as notações refletem o modelo de negócio reestruturado e bastante diversificado do Deutsche Bank, enquanto a sólida apetência pelo risco, a qualidade dos ativos, o financiamento e a liquidez do banco sustentam as notações. A agência de notação espera que a rendibilidade do Deutsche Bank continue a melhorar, graças a uma execução estratégica consistente nos próximos dois anos.

Em 26 de junho de 2024, a Morningstar DBRS reviu a sua perspetiva sobre os ratings do Deutsche Bank de estável para positiva. A alteração das perspetivas reflete os progressos contínuos do Deutsche Bank na implementação do seu programa de transformação estratégica e no cumprimento dos seus objetivos de rentabilidade a médio prazo. Na opinião da Morningstar DBRS, o Deutsche Bank simplificou e reorientou o seu mix de negócios para fontes de receita mais previsíveis, concentrando-se em áreas-chave de crescimento. A Morningstar DBRS considera que o Deutsche Bank está numa boa posição para atingir o seu objetivo de receitas para 2025 e também tem em conta os progressos feitos pelo banco em termos de custos, o que deverá ajudar a melhorar a eficiência operacional. A Morningstar DBRS destaca igualmente o franchise global do Deutsche Bank e a sua posição de liderança na Alemanha, bem como o elevado grau de diversificação do negócio. Os autores do relatório registam o sólido perfil de financiamento do banco, as fortes almofadas de liquidez e os sólidos níveis de capital, com amplas reservas em relação aos requisitos regulamentares e apoiados por uma sólida geração de capital interno.

Em 10 de dezembro de 2024, a S&P confirmou as notações do Deutsche Bank, bem como a perspetiva estável. A S&P salienta que a afirmação reflete a melhoria contínua da capitalização do Deutsche Bank, apoiada pela execução da estratégia do banco centrada num franchise em crescimento, bem como na dinâmica das receitas e na disciplina de custos. A S&P afirma que a realização de novos progressos no sentido dos seus objetivos de desempenho para 2025 reforçaria a capacidade de resistência do Deutsche Bank. A agência de notação refere ainda que o sólido perfil de financiamento e liquidez sustenta as notações. A S&P prevê que a qualidade dos ativos do Deutsche Bank se mantenha sólida, apesar dos recentes desenvolvimentos económicos e geopolíticos.

Os impactos potenciais das reduções de notações

O Deutsche Bank calcula o impacto potencial contratual e hipotético de uma redução de um nível e de dois níveis pelas agências de notação (Moody's, S&P e Fitch) sobre a sua posição de liquidez, e inclui este impacto no respetivo teste de esforço de liquidez diário e nos cálculos de rácio de cobertura de liquidez. Os resultados do LCR e dos testes de esforço de liquidez por cenário são divulgados em separado.

Em termos de obrigações contratuais, o impacto hipotético em saídas de esforço de liquidez de derivados de uma redução de notação de crédito em 1 nível nas três agências de notação Moody's, S&P e Fitch totaliza aproximadamente 0,2 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais. O impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 2 níveis totaliza aproximadamente 0,3 mil milhões de euros, principalmente motivada pelo aumento de derivados contratuais e/ou requisitos de margem.

A análise acima assume uma redução simultânea pelas três agências de notação Moody's, S&P e Fitch que iria reduzir consequentemente a capacidade de financiamento do Deutsche Bank nos montantes referidos. Esta análise contratual específica é integrada no cenário de testes de esforço de liquidez idiossincrático do banco.

O impacto efetivo de uma redução de nível do Deutsche Bank é imprevisível e pode variar dos potenciais impactos de financiamento e liquidez descritos acima.

Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Sénior preferencial/ Depósitos[1]	Sénior não preferencial[2]	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque	A1 (cr)	A1	Baa1	P-1
Standard & Poor's, Nova Iorque	-	A	BBB	A-1
Fitch Ratings, Nova Iorque	A (notação de contraparte de derivados)	A	A-	F1
Morningstar DBRS, Toronto	AA (baixo)	A	A (baixa)	R-1 (baixa)

[1] Definida como notação bancária sénior não garantida na Moody's, como dívida sénior não garantida na Standard & Poor's, como dívida sénior preferencial na Fitch e como dívida sénior na Morningstar DBRS. Todas as agências fornecem notações separadas para depósitos e dívida "sénior preferencial", mas no mesmo nível de notação.
[2] Definida como notação de dívida sénior júnior na Moody's, como dívida subordinada sénior na Standard & Poor's e como dívida sénior não preferencial na Fitch e na Morningstar DBRS
[3] F1 atribuído a depósitos e dívida sénior não garantida "preferencial". F2 atribuído para a notação de incumprimento do emitente a longo prazo

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente e as agências de notação devem ser consultadas para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os títulos do Deutsche Bank.

Divulgação tabelar de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2024.

Obrigações contratuais em milhões de euros	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Pagamento devido por período Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo[1]	131.223	24.847	41.428	28.243	36.706
Títulos fiduciários preferenciais[1,2]	302	302	0	0	0
Passivos financeiros de longo prazo designados ao justo valor através de resultados[3]	22.266	4.000	4.729	7.823	5.713
Futuras saídas de caixa não refletidas na mensuração de passivos de locações[4]	4.771	30	182	293	4.267
Passivos por locação[1]	5.664	615	967	967	3.116
Obrigações de aquisição	3.765	817	1.328	825	795
Depósitos de longo prazo[1]	26.407	0	12.593	3.392	10.422
Outros passivos de longo prazo	1.690	1.593	19	12	65
Total	**196.089**	32.204	61.246	41.554	61.085

[1] Inclui pagamentos de juros.
[2] Data de pagamento contratual ou primeira data de compra.
[3] Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.
[4] Para mais detalhes, consulte a Nota 22 "Locações".

As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 22, "Locações", Nota 26, "Depósitos" e Nota 30, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Perspetivas

A secção seguinte fornece uma visão geral das perspetivas do Deutsche Bank para o Grupo e as divisões para o exercício financeiro de 2025. As perspetivas para a economia global e o setor bancário no capítulo seguinte refletem as expetativas gerais do Grupo relativamente à evolução futura da economia e da indústria. Os pressupostos económicos utilizados nos modelos do banco são definidos separadamente nas respetivas secções.

Economia global

Perspetivas da economia global

Crescimento económico (em %)[1]	2025[2]	2024	Principal fator responsável
Economia global			Prevê-se que a economia mundial se expanda a um ritmo semelhante ao do ano passado. O aumento emergente das barreiras comerciais é suscetível de travar uma dinâmica mais forte e de limitar a descida da inflação.
PIB	**3,2**	3,2	
Inflação	**4,0**	6,4	
Dos quais:			
Países desenvolvidos			É provável que a dinâmica de crescimento dos países desenvolvidos seja impulsionada pela recuperação contínua de várias regiões-chave. O aumento dos direitos aduaneiros poderá limitar a recuperação. Prevê-se que a inflação continue a normalizar-se inicialmente.
PIB	1,8	1,5	
Inflação	2,5	2,7	
Mercados emergentes			O crescimento nos mercados emergentes poderá ser travado em resultado do aumento das barreiras comerciais. É provável que a procura de exportação dos países industrializados enfraqueça, pelo menos no segundo semestre do ano. Prevê-se que a inflação continue a normalizar.
PIB	4,1	4,3	
Inflação	4,9	8,8	
Economia da área do euro			É pouco provável que haja fortes motores de crescimento, uma vez que os principais Estados-Membros adotam uma política orçamental mais restritiva e a Alemanha continua a ser prejudicada por uma competitividade mais fraca. Os direitos aduaneiros dos EUA ameaçam reduzir ainda mais a dinâmica. É provável que o enfraquecimento da inflação permita ao BCE efetuar novos cortes nas taxas de juro.
PIB	**0,8**	0,7	
Inflação	**2,0**	2,4	
Dos quais: Economia alemã			A economia alemã deverá registar uma ligeira expansão, impulsionada apenas pelas despesas de consumo privado e público. O arrefecimento do mercado de trabalho poderá travar a recuperação do consumo privado. As desvantagens competitivas estruturais e as crescentes barreiras comerciais são também suscetíveis de limitar o crescimento. Com a provável descida notória das taxas de juro, a construção poderá ganhar ímpeto.
PIB	0,5	(0,2)	
Inflação	2,2	2,2	
Economia dos Estados Unidos			Prevê-se que a dinâmica de crescimento subjacente se mantenha sólida. O mercado de trabalho e, por conseguinte, o consumo privado, deverão manter-se robustos. As reduções de impostos são suscetíveis de impulsionar a economia de forma positiva. Os aumentos previstos dos direitos de importação poderão, em última análise, ser inflacionistas. É pouco provável que a Fed volte a reduzir as taxas de juro diretoras, o que deverá limitar ainda mais o crescimento.
PIB	**2,6**	2,8	
Inflação	**2,8**	3,0	
Economia do Japão			Prevê-se uma nova recuperação da economia japonesa, impulsionada pela procura interna. Devido ao crescimento dos salários, prevê-se que a inflação se mantenha elevada. Espera-se que o Banco do Japão continue a aumentar cautelosamente as taxas de juro diretoras.
PIB	**1,3**	(0,2)	
Inflação	**2,9**	2,7	
Economia asiática[3]			É provável que as taxas de crescimento ligeiramente inferiores nas principais economias resultem numa dinâmica um pouco menor na Ásia em geral. Embora a procura interna nos países em causa esteja a recuperar, é provável que os impulsos económicos externos enfraqueçam.
PIB	**5,0**	5,2	
Inflação	**1,9**	1,8	
Dos quais: Economia chinesa			Prevê-se que a economia chinesa registe uma expansão robusta, impulsionada pela procura interna, apoiada por novas medidas de política orçamental. Isto também deverá estabilizar ainda mais o setor imobiliário. Em consequência do aumento dos direitos aduaneiros, nomeadamente por parte dos EUA, é provável que as exportações chinesas enfraqueçam, limitando assim a dinâmica de crescimento.
PIB	4,8	5,0	
Inflação	0,7	0,2	

[1] Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário
[2] Fontes: Deutsche Bank Research
[3] Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Tailândia e Vietname; exclui o Japão.

Há uma série de riscos para as perspetivas económicas globais do banco. Os riscos geopolíticos continuam elevados na Ucrânia e no Médio Oriente. Uma das principais fontes multidimensionais de incerteza da política económica será a generalização das tarifas comerciais e os países que as introduzem. Isto diz respeito tanto ao nível absoluto, como ao calendário de aplicação e ao âmbito dos bens afetados.

Setor bancário

Prevê-se que o setor bancário mundial funcione num ambiente favorável em 2025. Com um crescimento económico mundial estável e uma nova descida moderada das taxas de juro, o crescimento dos empréstimos poderá aumentar a partir de níveis baixos, enquanto as margens de juro poderão ficar sob alguma pressão. No entanto, as receitas globais poderão manter uma dinâmica positiva. Espera-se que a situação favorável nos mercados de capitais continue, o que deverá beneficiar as atividades de banca de investimento e de negociação. Prevê-se que a qualidade dos ativos dos bancos se mantenha em grande medida sólida e que a rendibilidade se mantenha elevada. Juntamente com uma forte capitalização, os retornos de capital dos bancos para os acionistas, tanto sob a forma de dividendos como de recompra de ações, deverão, por conseguinte, continuar a ser substanciais.

Após mais de uma década de regulamentação crescente, o enfoque político está agora a deslocar-se gradualmente para o reforço da competitividade, o que poderá conduzir a iniciativas de flexibilização das regras ou a reduções fiscais em algumas jurisdições. Os fortes lucros e as avaliações mais elevadas do mercado bolsista poderão apoiar a consolidação do setor para acelerar o crescimento, especialmente a nível interno. Os principais riscos para o setor bancário incluem riscos geopolíticos elevados, o potencial para uma correção das elevadas valorizações do mercado bolsista e o risco de uma deterioração significativa da qualidade do crédito, caso as taxas de juro não desçam tanto quanto o esperado ou os incumprimentos do setor privado exijam um aumento das provisões para perdas com empréstimos.

Prevê-se que os bancos na Europa enfrentem contrariedades mais fortes do que os seus pares nos EUA, devido à descida das taxas de juro e das margens. A atividade económica moderada nas principais economias deverá limitar o crescimento do volume de negócios. No entanto, as receitas de honorários e comissões poderão compensar parcialmente a diminuição das receitas de juros, uma vez que a atividade no mercado de capitais poderá aumentar. Além disso, as iniciativas políticas para promover a União dos Mercados de Capitais parecem estar a ganhar mais força do que em anos anteriores e poderão conduzir a progressos significativos em algumas áreas, como a titularização. Prevê-se que o rendimento líquido nominal se mantenha próximo do seu máximo histórico.

Os bancos norte-americanos poderão beneficiar substancialmente do ímpeto da nova administração para a desregulamentação da economia real e do sistema financeiro, embora a sua extensão seja incerta e quaisquer alterações, caso se concretizem, possam levar algum tempo a refletir-se em resultados. Uma redução dos requisitos de capital em comparação com os previstos até à data na aplicação da versão final de Basileia III e uma supervisão menos rigorosa do mercado de capitais, incluindo dos criptoativos, poderão apoiar o crescimento do setor bancário e do mercado financeiro. De forma mais imediata, um menor peso das perdas não realizadas nas carteiras de títulos, quer através da venda de obrigações quer devido à descida das taxas de juro, reforçaria provavelmente a confiança dos investidores nos balanços dos bancos.

Os bancos na China podem continuar a sofrer com o abrandamento económico e, em particular, com a crise no setor imobiliário, bem como com cortes adicionais nas taxas de juro e com as potenciais ramificações de uma guerra comercial com os EUA. No entanto, as medidas de mitigação adotadas pelo governo, como o estímulo fiscal e uma política monetária mais expansionista, deverão fortalecer a economia e também o desempenho dos bancos. É provável que os bancos japoneses beneficiem de uma subida lenta das taxas, além de uma recuperação do crescimento económico.

Após a eleição do Parlamento Europeu em 2024, a recém-nomeada Comissão Europeia continuará a debater em 2025 temas que não tenham sido encerrados no ano anterior, incluindo a Estratégia de Investimento na Distribuição, o euro digital, o financiamento aberto, a revisão do quadro dos serviços de pagamento e o regulamento relativo aos índices de referência.

Nos Estados Unidos, espera-se que a maior parte da atenção se centre na questão de saber se e quando as agências norte-americanas, sob a nova administração presidencial dos Estados Unidos, irão implementar o pacote final de Basileia III no quadro dos Estados Unidos. Se vier a ser implementado, é incerto em que medida será diferente da proposta existente de 2023, que aumentaria os requisitos de capital para os bancos com mais de 100 mil milhões de dólares americanos em ativos e eliminaria grande parte da diferenciação entre os requisitos das instituições, aquelas que não são bancos importantes do ponto de vista sistémico global dos EUA, com base na dimensão e complexidade.

Grupo Deutsche Bank

O roteiro estratégico e financeiro do Deutsche Bank até 2025, designado por estratégia Global do Hausbank, define as metas financeiras e os objetivos de capital do banco para 2025.

Os indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank são apresentados na tabela que se segue.

Indicadores-chave de desempenho

Objetivos financeiros	31 dez 2024	Metas financeiras e objetivos de capital para 2025
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos)[1]	4,7%	acima de 10,0%
Taxa de crescimento anual composta das receitas entre 2021 e2025[2]	5,8%	5,5% a 6,5%[3]
Rácio custo/rendimento[4]	76,3%	Inferior a 65%[5]
Objetivos de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1[6]	13,8%	~ 13,0%[7]
Rácio de reembolso capital[8]	37%	50%[9]

[1] Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório
[2] Período de doze meses até ao final do respetivo período de referência, em comparação com o ano completo de 2021
[3] Rácio-alvo aumentado para 5,5 a 6,5% entre 2021 e 2025 no início de 2024
[4] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros
[5] Reposição abaixo de 62,5% com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025
[6] Para mais informações sobre o cálculo deste rácio, consulte o Relatório de Risco do presente relatório
[7] Rácio-alvo, mantendo uma reserva de 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) previsto para o banco
[8] Distribuições sob a forma de dividendos pagos em ações ordinárias e recompra de ações para cancelamento executadas no período de referência em relação ao resultado líquido do período anterior atribuível aos acionistas do Deutsche Bank
[9] Relativamente ao exercício financeiro de 2024 e seguintes

O Deutsche Bank reafirma os seus objetivos financeiros a atingir até 2025 de uma rendibilidade após impostos sobre o capital próprio tangível médio superior a 10%, um objetivo de crescimento anual composto das receitas entre 5,5% e 6,5% para o período de 2021 a 2025 e um objetivo de rácio custos/rendimentos que foi redefinido de menos de 62,5% para menos de 65% no início de 2025. O banco confirma igualmente os seus objetivos de capital de um rácio de fundos próprios CET 1 de cerca de 13% e de um rácio de reembolso de 50% a partir do exercício de 2024. Todas as projeções prospetivas abaixo são baseadas nas taxas de câmbio estrangeiras de 31 de janeiro de 2025.

Em 2025, prevê-se que as receitas do Deutsche Bank sejam superiores às do ano anterior. O Deutsche Bank confirma o seu objetivo de receitas de cerca de 32 mil milhões de euros a nível do Grupo em 2025, o que se traduz em cerca de 32,7 mil milhões de euros às taxas de câmbio de janeiro. Este desenvolvimento é impulsionado pela resiliência e pelo potencial de crescimento das atividades do banco e pela dinâmica contínua da atividade. Prevê-se que este crescimento resulte tanto da margem financeira como das receitas não relacionadas com juros, refletindo a diversificação das atividades do banco, que permite que cerca de 75% das receitas previstas provenham de fluxos de receitas mais previsíveis. Prevê-se que as receitas do Corporate Bank sejam mais elevadas em 2025, devido ao aumento das comissões líquidas e das receitas de honorários. Espera-se que as receitas do Investment Bank sejam mais altas em 2025, impulsionadas pelos benefícios dos investimentos feitos em Geração e Consultoria, que devem impulsionar a melhoria das receitas, enquanto a FIC deve registar um crescimento sustentado do desenvolvimento contínuo da plataforma FIC. Prevê-se que as receitas líquidas do Private Bank sejam ligeiramente superiores, beneficiando do crescimento das receitas dos produtos de investimento e de receitas de depósitos ligeiramente superiores. Em Asset Management, prevê-se que as receitas sejam mais elevadas devido ao aumento das comissões de gestão decorrentes do aumento dos ativos sob gestão, bem como das comissões de desempenho.

O Deutsche Bank está a gerir a base de custos do Grupo no sentido do nosso objetivo de relação custo/rendimento. Prevê-se que os gastos operacionais (excl. juros) em 2025 sejam inferiores em comparação com 2024, principalmente devido a custos não operacionais significativamente mais baixos, uma vez que se espera que os encargos com litígios, reestruturação e indemnizações se normalizem. O banco continua altamente concentrado na disciplina de custos e na concretização das iniciativas em curso. Prevê-se que os custos ajustados se mantenham essencialmente estáveis. Espera-se que os investimentos contínuos em oportunidades de crescimento empresarial e em tecnologia, controlos e medidas de correção regulamentar, bem como a persistência da inflação, sejam largamente compensados pelos benefícios obtidos pelo banco com as medidas de eficiência estrutural, bem como pelos custos mais baixos da contribuição bancária e da proteção dos depósitos. Estas medidas incluem a otimização da plataforma na Alemanha, a atualização da arquitetura tecnológica, a reformulação dos processos "front-to-back" e medidas para aumentar a eficiência das infraestruturas. Consequentemente, o banco tem agora como objetivo um rácio custo/rendimento inferior a 65% em 2025, ligeiramente mais elevado do que o objetivo inicial, a fim de apoiar o crescimento e a dinâmica empresarial durante e após 2025.

Prevê-se que a provisão para perdas de crédito seja, em média, de cerca de 350 a 400 milhões de euros por trimestre em 2025. O banco espera uma normalização parcial da provisão para perdas de crédito em 2025, uma vez que as contrariedades transitórias registadas ao longo de 2024 deverão diminuir. Estas incluem eventos cíclicos no setor do CRE, certos acontecimentos de crédito a empresas de maior dimensão e efeitos temporários na sequência da integração do Postbank. Embora os riscos económicos e geopolíticos continuem a gerar incerteza, o banco mantém-se confiante nas suas expetativas em matéria de provisões para crédito, apoiado pela elevada qualidade das carteiras de crédito globais do banco, incluindo na Alemanha. O Deutsche Bank continua empenhado em aplicar normas de subscrição rigorosas e um quadro rigoroso de gestão do risco. Estão disponíveis detalhes mais pormenorizados sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas na secção "Relatório de Gestão Combinado: Relatório de Risco".

Espera-se que o rácio Common Equity Tier 1 (rácio CET 1) até ao final do ano 2025 permaneça essencialmente inalterado em comparação com 2024. O rácio CET 1 pro-forma do banco em 31 de dezembro de 2024 era de 14,0% após os impactos da adoção do CRR3, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2025. Isto reflete uma melhoria de cerca de 14 pontos de base em comparação com o rácio CET 1 comunicado ao abrigo do CRR 2. Durante o primeiro trimestre de 2025, espera-se que o rácio CET 1 seja afetado em cerca de 20 pontos de base, devido ao aumento de 5 mil milhões de euros dos ativos ponderados pelo risco operacional. Numa base líquida, prevê-se que os ativos ponderados pelo risco se mantenham essencialmente estáveis devido ao crescimento eficiente do capital das empresas e apesar do impacto pró-forma do CRR3. O Deutsche Bank pretende manter um rácio de capital Common Equity Tier 1 de cerca de 13%, ou seja, operar com uma reserva de 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) previsto para o banco. Prevê-se que a exposição à alavancagem seja ligeiramente superior, enquanto o rácio de alavancagem deverá permanecer essencialmente estável no final de 2025, em comparação com o final de 2024. A adoção do CRR3 aumentou o rácio de alavancagem pro-forma do banco em 31 de dezembro de 2024 em cerca de 6 pontos base, para 4,7%, devido a uma menor exposição à alavancagem de determinadas rubricas extrapatrimoniais.

O Deutsche Bank planeia aumentar de forma sustentável os dividendos em numerário e, ao longo do tempo, devolver o capital excedentário aos acionistas através da recompra de ações, em relação às necessidades de apoio ao crescimento rentável e às futuras alterações regulamentares. Desde o exercício de 2024 e anos subsequentes, o banco tem como objetivo um rácio de reembolso de 50% do resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank, através de uma combinação de dividendos em dinheiro e recompra de ações. Estas distribuições aos acionistas estão sujeitas à autorização dos acionistas e aos requisitos da lei alemã das sociedades e, no caso de recompra de ações, requerem adicionalmente uma aprovação regulamentar prévia. O banco recebeu a aprovação das autoridades de supervisão para uma recompra de ações no valor de 750 milhões de euros, que pretende concluir materialmente até ao terceiro trimestre de 2025, tendo concluído 675 milhões de euros em recompras de ações em 2024. O Deutsche Bank planeia propor um dividendo relativo ao exercício de 2024 de 0,68 euros por ação, ou seja, cerca de 1,3 mil milhões de euros, acima dos 0,45 euros por ação para 2023, na Assembleia Geral Anual do banco em maio de 2025. Para o exercício de 2025, o Deutsche Bank tem como objetivo um dividendo em numerário de 1,00 euros por ação, sujeito a um limite de 50% do rácio de distribuição em relação ao lucro líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank. O Deutsche Bank continuará a visar um rácio de reembolso de 50% após 2025, através de recompras de ações e dividendos em dinheiro, com os dividendos em dinheiro a crescerem mais moderadamente em comparação com os aumentos registados nos últimos anos. O banco estabeleceu um objetivo de distribuição de capital de 8 mil milhões de euros para os exercícios de 2021-2025, a pagar em 2022-2026, e acredita que está posicionado para ultrapassar este objetivo com base na realização dos objetivos financeiros do banco.

Devido à natureza da atividade do banco, o Deutsche Bank está envolvido em processos litigiosos, de arbitragem e regulamentares e em investigações na Alemanha e em algumas outras jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Estas questões estão sujeitas a muitas incertezas. Apesar de o Deutsche Bank ter resolvido um conjunto de questões de litígio importantes e de ter alcançado progressos relativamente a outras, prevê a continuação de dificuldades neste contexto de contencioso e execução. Para 2025, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígio está sujeita a muitas incertezas, o Deutsche Bank espera atualmente despesas de litígio líquidas significativamente inferiores aos níveis observados em 2024. Para mais pormenores, consulte o capítulo "Provisões" do presente relatório.

Para uma análise dos riscos e oportunidades para as perspetivas do Deutsche Bank, consultar a secção "Riscos e oportunidades" do presente relatório.

Os custos ajustados, bem como a rendibilidade após impostos do capital próprio tangível médio, são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Segmentos da atividade do Deutsche Bank

Corporate Bank

O Corporate Bank espera que a continuação dos progressos nas suas iniciativas e o crescimento do volume de negócios apoiem o desempenho em 2025. Prevê-se que as receitas sejam mais elevadas do que no ano anterior, devido ao aumento das comissões líquidas e das receitas de honorários, enquanto as receitas líquidas de juros deverão manter-se resistentes.

Prevê-se que as receitas dos Serviços de Tesouraria de Empresas sejam mais elevadas em 2025, em comparação com 2024, apoiadas pela dinâmica contínua do fluxo e dos negócios estruturados em Trade Finance e pelo crescimento esperado dos volumes de depósitos de Corporate Cash Management. Prevê-se que as receitas dos Serviços a Clientes Institucionais sejam ligeiramente superiores, impulsionadas pelo crescimento dos Serviços Fiduciários e de Agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários. Em Business Banking, as receitas deverão manter-se essencialmente estáveis, uma vez que o crescimento das comissões e o aumento dos volumes de depósitos deverão compensar a normalização em curso das margens dos depósitos.

Prevê-se que a provisão para perdas de crédito seja inferior em 2025, em comparação com o ano anterior, que foi afetado por determinados eventos de crédito empresarial de maior dimensão.

As despesas não relacionadas com juros deverão ser ligeiramente inferiores, impulsionadas por custos não operacionais mais baixos, enquanto os custos ajustados deverão manter-se essencialmente estáveis, refletindo os investimentos em front office compensados por medidas estratégicas de eficiência.

Prevê-se que os RWA no Corporate Bank permaneçam essencialmente estáveis em 2025, uma vez que se espera que os aumentos das atividades de empréstimo sejam compensados por mudanças favoráveis do modelo.

Investment Bank

Prevê-se que as receitas do Investment Bank sejam mais elevadas em 2025 do que no ano anterior. O segmento espera que os benefícios dos investimentos efetuados em Geração e Consultoria ao longo de 2023 se cristalizem e impulsionem a melhoria das receitas, enquanto a FIC deverá aproveitar a dinâmica de um desempenho muito forte em 2024, tanto na negociação como no financiamento.

Prevê-se que as receitas de FIC sejam ligeiramente superiores em comparação com 2024. Relativamente a Taxas, esperamos beneficiar de um ambiente de mercado melhorado, que foi evidente no quarto trimestre de 2024, enquanto cresce seletivamente através de investimentos orientados em linha com a procura dos clientes e as oportunidades de mercado. A atividade cambial procurará desenvolver a tecnologia no mercado à vista, expandir a sua oferta de metais preciosos e beneficiar da nova liderança na atividade a prazo. O segmento de Mercados Emergentes Globais continuará a desenvolver as suas capacidades onshore, por exemplo, com base no desempenho na América Latina em 2024 e nas soluções de fluxo de trabalho dos clientes a nível global, ao mesmo tempo que expande seletivamente a sua oferta de produtos. A Credit Trading pretende aproveitar a dinâmica de um desempenho muito forte em 2024 e continuar a desenvolver a sua atividade de fluxos nos EUA. A atividade de financiamento continuará a otimizar a utilização eficaz dos recursos e procurará manter a sua posição como um dos principais franchisings a nível mundial.

Prevê-se que as receitas de Geração e Consultoria sejam significativamente mais elevadas em 2025, em comparação com o ano anterior, devido ao facto de os benefícios dos investimentos do período anterior terem atingido a sua produtividade total, em combinação com o crescimento esperado pelas tendências do setor. No âmbito de Geração de Dívida, a empresa espera que os Mercados de Capitais de Dívida Alavancada se baseiem na recuperação verificada no ano anterior, enquanto a Dívida de Grau de Investimento também procurará manter o seu forte desempenho em 2024, em que ambas as atividades ganharam quota de mercado em grupos de comissões crescentes. A atividade de Consultoria planeia aproveitar a dinâmica do ano anterior muito forte, que também incluiu ganhos materiais de quotas, e beneficiar plenamente das contratações específicas efetuadas em 2023, a maioria das quais estará em plena produtividade. A divisão de Geração de Ações continuará a oferecer uma oferta competitiva em todos os produtos, com especial incidência nas Ofertas Públicas Iniciais.

Prevê-se que as provisões para perdas de crédito sejam inferiores em 2025, em comparação com o ano anterior. Esta redução é impulsionada pelos níveis mais baixos esperados de imparidades no sector do CRE, onde os dados de mercado indicaram sinais de estabilização no segundo semestre de 2024.

Em 2025, espera-se que os gastos operacionais (excl. juros), bem como os custos ajustados, se mantenham essencialmente estáveis em comparação com o ano anterior. O custo das iniciativas estratégicas de crescimento e dos investimentos em tecnologia, o impacto da conversão cambial e a inflação persistente deverão ser compensados por custos não operacionais mais baixos e pela redução das taxas bancárias.

Para 2025, espera-se que os RWA no Investment Bank sejam mais elevados em comparação com 2024, devido ao aumento dos RWA de risco de crédito para apoiar o crescimento das receitas, à normalização dos RWA de risco de mercado a partir de níveis baixos no final de 2024 e aos impactos do modelo, principalmente devido à implementação de requisitos regulamentares.

Private Bank

Em 2025, prevê-se que as receitas do Private Bank sejam ligeiramente superiores em comparação com 2024, impulsionadas pelo crescimento das receitas de produtos de investimento, apoiadas por entradas líquidas contínuas de ativos sob gestão, bem como por receitas de depósitos ligeiramente superiores. As receitas dos empréstimos deverão manter-se essencialmente estáveis.

Em Personal Banking, prevê-se que as receitas líquidas se mantenham essencialmente estáveis em comparação com o ano anterior. Prevê-se que o aumento das receitas de depósitos e de produtos de investimento seja parcialmente compensado pela diminuição das receitas de outros serviços bancários, enquanto as receitas de empréstimos deverão manter-se essencialmente estáveis.

Em Wealth Management & Private Banking, prevê-se que as receitas líquidas sejam mais elevadas em comparação com 2024, devido ao aumento das receitas dos produtos de investimento, apoiadas pelo crescimento contínuo da atividade, enquanto as receitas de crédito deverão ser ligeiramente superiores e as receitas de depósitos permanecerão essencialmente estáveis.

O Private Bank pressupõe entradas contínuas dos ativos sob gestão em 2025, prevendo-se que os volumes correspondentes de ativos sob gestão sejam mais elevados em comparação com o final de 2024. No entanto, a evolução global dos volumes dependerá em grande medida dos parâmetros do mercado, incluindo os índices de ações e as taxas de câmbio.

Em 2025, prevê-se que as provisões para perdas de crédito sejam inferiores às do ano anterior, que incluíam efeitos transitórios da carteira de encomendas do Private Bank.

Prevê-se que as despesas não relacionadas com juros sejam ligeiramente inferiores, em comparação com 2024, impulsionadas por custos não operacionais significativamente mais baixos. Prevê-se que os custos ajustados sejam ligeiramente inferiores em 2025, refletindo a continuação das poupanças resultantes de iniciativas estratégicas, bem como a redução dos custos de proteção dos depósitos. Espera-se que os benefícios das reduções de efetivos sejam compensados por impactos inflacionistas nas remunerações.

Prevê-se que os RWA se mantenham essencialmente estáveis em comparação com 2024, uma vez que os RWA de risco operacional mais elevados e o crescimento de negócios selecionados são compensados pela implementação de requisitos regulamentares.

Asset Management

Asset Management é constituído principalmente pelos resultados financeiros consolidados da DWS Group GmbH & Co. KGaA, da qual o Deutsche Bank AG detém uma participação maioritária.

A divisão prevê que as receitas líquidas totais sejam superiores para todo o ano de 2025, em comparação com 2024. Prevê-se que as comissões de gestão sejam mais elevadas, beneficiando do nível mais elevado de ativos sob gestão, apesar da compressão das margens prevista para todo o setor. Prevê-se que as comissões de desempenho e de transação sejam mais elevadas em 2025, devido à melhoria das comissões de desempenho no negócio de Alternativos. Prevê-se que as outras receitas sejam significativamente mais elevadas devido aos resultados favoráveis da evolução do justo valor das garantias e ao aumento dos rendimentos e ganhos de investimento.

Prevê-se que as despesas não relacionadas com juros e os custos ajustados se mantenham essencialmente estáveis em 2025, em comparação com 2024, uma vez que o segmento espera que as poupanças efetuadas através de medidas de eficiência sejam largamente compensadas pelo financiamento das ambições de crescimento.

Prevê-se que os ativos sob gestão sejam ligeiramente superiores no final de 2025 em comparação com o final de 2024, impulsionados pelas entradas líquidas previstas nas classes de produtos Ativos, Passivos e Alternativos. Os fluxos líquidos deverão ser reforçados por parcerias estratégicas e inovações de produtos.

Prevê-se que os ativos ponderados pelo risco se mantenham essencialmente estáveis em relação a 2024, uma vez que a redução dos ativos ponderados pelo risco de crédito decorrente da aplicação dos requisitos regulamentares deverá ser compensada pelo crescimento da atividade.

Corporate & Other

Prevê-se que o segmento "Corporate & Other" gere, em comparação com 2024, uma perda antes de impostos significativamente menor, de cerca de 0,8 mil milhões de euros em 2025, principalmente devido à não recorrência de questões de contencioso herdadas.

O segmento "Corporate & Other" continuará a registar as despesas dos acionistas, determinados impactos de financiamento e liquidez, a reversão de interesses não controladores registados nos segmentos de negócio, principalmente da DWS, e diferenças de avaliação e de calendário.

Prevê-se que os ativos ponderados pelo risco sejam inferiores em 2025, devido a alterações do modelo, incluindo os impactos da aplicação de requisitos regulamentares.

Riscos e oportunidades

A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que o Deutsche Bank antecipa nas suas "Perspetivas".

As aspirações do Grupo estão sujeitas a vários fatores externos e internos, alguns dos quais não pode influenciar. A realização bem-sucedida dos objetivos estratégicos do banco para 2025 pode ser afetada negativamente pela redução da capacidade de geração de receitas de algumas das principais atividades do banco, caso se cristalizem os riscos negativos. Estes riscos incluem, mas não se limitam a, um ambiente macroeconómico difícil na Europa, em particular na Alemanha, e o potencial para um ressurgimento de pressões inflacionistas com impacto nas perspetivas das taxas de juro. Uma série de tendências geopolíticas pode exacerbar estes riscos, incluindo a potencial imposição generalizada de tarifas comerciais pela nova administração dos EUA. Outros fatores de risco incluem os eventos cibernéticos, as atuais contrariedades colocadas pelas reformas regulamentares e os efeitos nos processos judiciais e regulamentares do banco. Em 2024, o foco manteve-se nos impactos das taxas de juro mais elevadas nas carteiras do banco, incluindo o imobiliário comercial, onde as condições de mercado estabilizaram, mas não se espera uma recuperação significativa até ao segundo semestre de 2025. As carteiras de retalho e de empresas do banco na Alemanha também enfrentaram crescentes dificuldades, mas a qualidade permanece globalmente resistente. Estas tendências podem continuar a gerar elevados níveis de incerteza e a ter impacto nas operações, nos planos estratégicos e nos objetivos financeiros do Grupo.

Podem surgir oportunidades se as condições macroeconómicas, a inflação e o ambiente das taxas de juro melhorarem para além dos níveis atualmente previstos, que sugerem um crescimento do PIB ligeiramente mais forte, embora ainda fraco, na Europa, mas um abrandamento moderado nos EUA e na China em 2025, em comparação com o ano passado. Um melhor ambiente macroeconómico poderá conduzir a um aumento das receitas e apoiar a capacidade do Grupo para atingir os seus objetivos financeiros para 2025. Além disso, o ambiente de crédito poderá melhorar ainda mais devido à estabilização do crescimento europeu e ao crescimento sólido ainda esperado nos EUA, bem como à continuação da flexibilização da política monetária pelos principais bancos centrais em 2025, o que poderá resultar numa diminuição das perdas de crédito esperadas em relação aos níveis atualmente previstos. Simultaneamente, níveis potencialmente mais elevados de inflação e de taxas de juro, bem como a volatilidade do mercado, poderão conduzir a um aumento das receitas provenientes dos fluxos de negociação e a um aumento da margem financeira e das margens de crédito. Em tempos de volatilidade ou de incerteza, o Deutsche Bank poderá também beneficiar do facto de ajudar os seus clientes a navegar nesses mercados financeiros. Ao concentrar-se e investir nas áreas de pontos fortes do Deutsche Bank, a implementação da estratégia do banco pode criar novas oportunidades se for implementada em maior medida ou em condições mais favoráveis do que as atualmente previstas.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

A atividade económica mundial expandiu-se a um ritmo robusto em 2024, impulsionada principalmente pela economia dos EUA, que superou as expetativas. Em contrapartida, o desempenho económico na maior parte da Europa continuou a ser difícil, especialmente na Alemanha. Em 2025, a economia dos EUA está a caminhar para um crescimento ligeiramente mais lento, mas sólido, impulsionado pela esperança de cortes nos impostos e desregulamentação sob a nova administração dos EUA. O crescimento na zona euro deverá aumentar moderadamente, mas a Alemanha deverá ficar para trás, com setores selecionados, como o setor automóvel, a registarem um fraco crescimento da procura e riscos estruturais elevados a médio prazo. A incerteza política na zona euro é elevada, com as recentes eleições alemãs realizadas em fevereiro e as conversações de coligação em curso, o que poderá conduzir a uma desilusão quanto às reformas estruturais. O novo governo minoritário em França ainda não desenvolveu uma estratégia credível de consolidação orçamental para estabilizar o elevado rácio da dívida pública, apesar da forte resistência política. Além disso, as economias europeias enfrentam riscos externos negativos decorrentes de potenciais tarifas comerciais dos EUA e da China, onde a atividade interna carece de dinamismo e o setor imobiliário, altamente endividado, ainda não deu sinais de viragem.

Com a inflação global e a inflação subjacente a aproximarem-se dos objetivos dos bancos centrais, o BCE e a Fed baixaram as suas taxas diretoras em 100 pontos base cada no segundo semestre de 2024. No entanto, a pressão inflacionista permanece elevada, especialmente nos EUA, num contexto de um mercado de trabalho firme. Além disso, se a nova administração dos EUA reduzir os impostos, impuser tarifas mais elevadas e diminuir a migração, tal aumentará provavelmente o risco de inflação e de taxas de juro mais elevadas. Além disso, as pressões sobre a cadeia de abastecimento mundial resultantes das atuais tensões geopolíticas poderão também alimentar a inflação. As perspetivas para as taxas de juro tornaram-se mais incertas e os mercados preveem menos cortes nas taxas nos EUA do que há alguns meses atrás. Se a inflação exceder as expetativas atuais, a Fed e outros bancos centrais poderão ser forçados a retomar o endurecimento das políticas e aumentar o risco de uma recessão económica cíclica, incluindo o aumento do desemprego e dos incumprimentos.

A inflação e o aumento da taxa de juro poderão travar as despesas dos consumidores e os investimentos dos clientes privados. Por conseguinte, poderá registar-se uma redução temporária das novas operações de financiamento ao consumo e/ou de crédito hipotecário privado. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a dificuldades de pagamento por parte dos Clientes Particulares devido à redução do rendimento ajustado à inflação e pode levar a um aumento da exposição ao incumprimento com o respetivo impacto nas provisões para perdas de crédito.

A subida das taxas de juro pode conduzir a riscos de refinanciamento e a potenciais descidas de rating para empresas, PME, clientes comerciais e clientes privados. Além disso, a inflação, as taxas de juro e a volatilidade do mercado podem conduzir a uma redução do preço dos ativos de colaterais, com riscos relacionados com os valores de recuperação em caso de liquidação e, por conseguinte, os respetivos impactos mais elevados nas provisões para perdas de crédito. A redução do preço dos ativos de garantia pode também conduzir a um risco de refinanciamento potencialmente mais elevado.

Uma conjuntura de taxas de juro persistentemente mais elevadas do que o esperado também aumentaria o risco de correções em bolsas altamente valorizadas de mercados de ativos de risco, por exemplo, o segmento tecnológico dos mercados de ações dos EUA. Um período prolongado e mais grave de volatilidade poderá ter um impacto negativo nas condições monetárias e de crédito a nível mundial e no ambiente empresarial do Deutsche Bank.

Os mercados de imóveis comerciais permanecem sob pressão devido ao impacto do aumento das taxas de juro, dos custos dos empréstimos e das condições rigorosas de concessão de empréstimos, o que conduz a uma pressão contínua sobre os valores das garantias, em especial no setor dos escritórios, e pode resultar em provisões para perdas de crédito superiores às previstas. Dados recentes sugerem que os preços dos imóveis do CRE e as condições mais gerais do mercado estão a estabilizar-se. A viragem no ciclo monetário pode ajudar a apoiar o sentimento do mercado e a aliviar as condições de refinanciamento a partir do segundo semestre de 2025, embora o risco de refinanciamento permaneça elevado a curto prazo. Prevê-se que o processo de ajustamento no setor dos escritórios se mantenha nos próximos anos.

Os mercados de capitais privados, que incluem certas atividades de instituições financeiras não bancárias e o crédito privado em geral, podem também ser afetados negativamente por taxas de juro mais elevadas do que o previsto e por um sentimento mais fraco dos investidores. O setor das instituições financeiras não bancárias é extremamente vasto, com diversos perfis de risco e vulnerabilidades. A falência de uma ou de várias instituições financeiras não bancárias de maior dimensão pode conduzir a perdas diretas para os bancos, incluindo o Deutsche Bank e outros credores/fornecedores de capital. A instabilidade generalizada do mercado, com o aumento das taxas, a aversão ao risco, a falta de liquidez do mercado e o abrandamento económico, aumentam a probabilidade de ocorrência de falências, à medida que os rendimentos diminuem e os investidores reafetam o capital. As abordagens internas de gestão do risco são proporcionais ao perfil de risco das exposições subjacentes ao risco de contraparte e ao risco de concentração e, embora o Deutsche Bank não tenha registado quaisquer perdas dignas de nota no passado, poderá vir a registá-las no futuro.

As atividades do Deutsche Bank relacionadas com as criptomoedas e as exposições diretas ao risco são extremamente limitadas e o risco de contágio mais vasto para os mercados financeiros é ainda considerado limitado. Apesar dos riscos atualmente colocados pelos ativos criptoativos, o banco está ciente da inovação que está a ocorrer neste espaço.

De um modo geral, quer isoladamente, quer em combinação com outros fatores de risco, como a potencial escalada dos riscos geopolíticos (ver adiante), os riscos supramencionados podem conduzir a uma deterioração da qualidade da carteira do Deutsche Bank e a perdas de crédito superiores às previstas, bem como a um aumento das exigências de capital e de liquidez, à medida que os clientes recorrem às linhas de financiamento. Uma maior volatilidade nos mercados financeiros poderia conduzir a um aumento das margens de avaliação, a um aumento no risco do mercado de RWA e a reservas de avaliação elevadas. Os impactos negativos na apetência dos investidores podem também afetar a capacidade do Grupo para distribuir e reduzir o risco dos compromissos no mercado de capitais, o que pode resultar em perdas e tornar a fixação de preços e a cobertura mais difíceis e dispendiosas. A maior volatilidade nos mercados de capitais, num contexto macroeconómico difícil, poderá também conduzir a um aumento dos riscos inerentes a vários riscos não financeiros, incluindo o processamento de transações e a fraude interna e externa. Isto também aumenta o risco de acontecimentos idiossincráticos com as contrapartes, tanto direta como indiretamente, por exemplo, falhas nas operações da Lombard ou de financiamento de títulos.

Uma parte substancial dos ativos e passivos no balanço do Grupo inclui instrumentos financeiros que são escriturados pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado destas alterações, o Grupo incorreu em perdas no passado e poderá incorrer em mais perdas no futuro. O Grupo está exposto a riscos relacionados com os movimentos das taxas de câmbio, sobretudo em relação ao USD e à GBP. O banco também contabiliza uma parte substancial dos ativos e passivos a custos amortizados. O justo valor destes ativos pode ser inferior ao seu valor contabilístico e pode resultar em perdas realizadas se o ativo for vendido antes do vencimento.

O Grupo está exposto a riscos de pensões que podem afetar significativamente a mensuração das obrigações do Deutsche Bank com pensões, incluindo riscos de taxas de juro, inflação e longevidade que podem afetar significativamente os seus ganhos.

Se vários riscos negativos se materializarem simultaneamente e/ou ocorrerem em combinação com um abrandamento económico mais pronunciado, o impacto negativo no ambiente empresarial do Deutsche Bank poderá ser mais grave do que o atualmente previsto e afetar a capacidade do banco para cumprir os seus objetivos financeiros para 2025.

Geopolítica

Vários riscos e acontecimentos políticos e geopolíticos podem afetar negativamente o ambiente de negócios do Deutsche Bank, incluindo uma atividade económica mais fraca, correções do mercado financeiro, riscos de conformidade ou um ambiente de taxas de juro mais baixas, que podem reduzir a capacidade do banco para atingir os seus objetivos financeiros para 2025.

É dada especial atenção às futuras políticas da nova administração dos EUA em matéria de comércio internacional e energia. Existe o risco de algumas destas políticas poderem resultar num aumento da inflação e das taxas de juro e na incerteza quanto às perspetivas dos principais riscos geopolíticos. Por exemplo, a administração dos EUA considerou a possibilidade de aplicar tarifas adicionais aos bens importados, especialmente aos provenientes de parceiros comerciais importantes como o Canadá, o México e a China, o que, a ser aplicado, poderia ter um impacto negativo no crescimento e alimentar a inflação nos EUA. Isto, por sua vez, poderia afetar as provisões para perdas de crédito. Além disso, a administração dos EUA propôs reduzir o financiamento e os subsídios para iniciativas de energia limpa, o que pode ter impacto nas empresas ativas no setor das energias renováveis.

A guerra em curso na Ucrânia e o risco potencial de redução do apoio militar dos EUA continuam a aumentar a preocupação dos europeus e podem conduzir a uma maior incerteza e a perturbações da atividade. . Entretanto, o risco de um conflito no Médio Oriente continua elevado, apesar do frágil cessar-fogo temporário acordado entre Israel e o Hamas, e do facto de o Irão e os seus representantes terroristas terem sido enfraquecidos pelos ataques militares de Israel e pelo colapso do regime de Assad na Síria. Embora a reação do mercado se mantenha contida até à data, uma nova escalada poderá ter impactos negativos, incluindo o aumento dos preços do petróleo, a volatilidade dos mercados e a perturbação da cadeia de abastecimento, o que, por sua vez, poderá ter impacto no perfil de risco do Deutsche Bank.

No meio da guerra em curso na Ucrânia, as potenciais sanções adicionais, bem como as contramedidas do governo russo, continuam a aumentar a complexidade das operações e a criar situações de conflito de leis. Num contexto de sanções difíceis, os bancos podem também estiveram envolvidos em disputas económicas de e com contrapartes que podem resultar em custos ou perdas que não ocorreriam no decurso normal da atividade. Embora tenha sido evitado um impacto adverso imediato nos ativos na Rússia, as recentes decisões judiciais russas contra vários bancos ocidentais representam um risco de queda.

Adicionalmente, as tensões entre os EUA e a China continuam elevadas em muitas áreas, incluindo questões comerciais e tecnológicas, Hong Kong, Taiwan, direitos humanos, tarifas e segurança cibernética. Por ocasião da tomada de posse do novo presidente eleito de Taiwan, no ano passado, a China efetuou exercícios militares em grande escala nas imediações de Taiwan, continuando assim a exercer pressão sobre a ilha, ao mesmo tempo que afirmava agressivamente as suas reivindicações territoriais no Mar do Sul da China. Embora o banco não considere um conflito militar entre a China e Taiwan como cenário de base a curto prazo, os potenciais impactos negativos de uma escalada são significativos e podem afetar de forma substancial e adversa os resultados operacionais e os objetivos financeiros previstos pelo Deutsche Bank. As tensões geopolíticas poderão conduzir a uma maior polarização económica e à fragmentação do comércio mundial, com a possível emergência de blocos distintos liderados pelos apoiantes da China e dos EUA. De um modo geral, os potenciais impactos negativos poderão afetar negativamente os resultados operacionais e os objetivos financeiros previstos pelo Deutsche Bank.

Em muitos países democráticos, os desafios políticos internos resultam da crescente polarização política, do aumento do descontentamento social e do aumento da inflação. Estes desafios, incluindo as recentes eleições na Alemanha, podem impedir os processos de tomada de decisões políticas, impedir as reformas estruturais necessárias e conduzir a resultados económicos negativos que podem ter um impacto direto ou indireto no perfil de risco e nos resultados financeiros do banco.

Estratégia

A estratégia de *Global Hausbank* do Deutsche Bank inclui metas e objetivos financeiros para o Grupo até ao final de 2025. Embora o Grupo planeie e se adapte continuamente a situações em mudança, o banco corre o risco de que uma deterioração significativa do ambiente operacional macroeconómico, uma mudança adversa na confiança do mercado no setor bancário e/ou no comportamento dos clientes, bem como uma maior concorrência, inflação ou custos inesperados possam levar o banco a não atingir os seus objetivos financeiros para 2025. Como tal, o Deutsche Bank pode incorrer em perdas inesperadas, incluindo imparidades e provisões, registar uma rentabilidade inferior à prevista ou uma erosão do capital ou da base de liquidez do banco e da sua situação financeira geral, o que terá um efeito adverso significativo nos resultados de exploração e na cotação das ações do Deutsche Bank. Isto também inclui o risco de o Deutsche Bank não poder efetuar as distribuições de dinheiro e as recompras de ações desejadas, sujeitas à aprovação regulamentar, à autorização dos acionistas e ao cumprimento dos requisitos da legislação societária alemã. Nos casos em que os objetivos reflitam também os compromissos assumidos com os reguladores, a sua falta pode também desencadear a adoção de medidas por parte desses reguladores ou agências de notação. Nestas situações, o Grupo teria de tomar medidas para garantir o cumprimento dos seus objetivos

mínimos de capital ou de liquidez. Estas ações ou medidas podem ter efeitos adversos na atividade do Deutsche Bank, nos resultados das suas operações, nos seus planos estratégicos ou no cumprimento das suas metas financeiras e objetivos de capital para 2025.

O Deutsche Bank opera em mercados altamente competitivos em todos os setores de atividade. A capacidade de mobilizar capital e financiar investimentos é um importante fator de sucesso. O Grupo acompanha e reage continuamente à evolução da concorrência para proteger a sua posição no mercado e aproveitar as oportunidades de crescimento. Neste contexto, os concorrentes incluem grandes bancos internacionais, bancos nacionais de menor dimensão, bem como concorrentes emergentes não bancários. A fusão ou aquisição de concorrentes importantes poderá ter um impacto no modelo de negócio do Deutsche Bank e nas oportunidades de crescimento não orgânico no futuro.

Em 2024, as taxas de rotatividade dos colaboradores excederam o nível do ano anterior, principalmente nas regiões da Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África e nas Américas. De um modo geral, a evolução das taxas de rotação pode ter impacto nas operações e nas estruturas de custos do banco. A inflação e o aumento dos custos dos colaboradores equivalentes a tempo inteiro constituem um risco adicional além das taxas de rotação dos colaboradores.

O Deutsche Bank tem por objetivo manter um rácio CET 1 não inferior a 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) do banco, sendo possível alguma variabilidade em 2025. A evolução do rácio de fundos próprios do Grupo reflete, entre outros aspetos: o desempenho operacional das atividades operacionais do banco; a dimensão dos custos de reestruturação e a concretização dos benefícios associados às iniciativas de mudança, incluindo, por exemplo, os programas de otimização "front-to-back"; os custos relacionados com potenciais litígios e ações de aplicação da regulamentação; o crescimento da utilização do balanço das atividades principais; as alterações nas contas de impostos e pensões do banco; os impactos em outro rendimento integral; e as alterações na regulamentação e nas normas técnicas regulamentares.

O Grupo celebra contratos e cartas de intenção no contexto da sua evolução em curso, bem como no decurso normal dos negócios. Quando estes são de natureza preliminar ou condicional, o Grupo está exposto ao risco de não resultar na execução do acordo final ou na consumação do acordo proposto, colocando em risco os benefícios associados a tais acordos.

Os resultados financeiros do banco podem ser afetados negativamente se os benefícios previstos de fusões e aquisições, joint ventures, parcerias estratégicas, poupanças de custos planeadas e outros investimentos não se concretizarem. Ao mesmo tempo, qualquer processo de integração exigirá tempo e recursos significativos, e o banco pode não ser capaz de gerir o processo com sucesso.

Tudo o que foi acima exposto poderia ter um impacto significativo no rácio CET 1 do Grupo, bem como noutros rácios visados. Por conseguinte, é possível que o banco fique aquém, por exemplo, do objetivo do rácio CET 1 de, pelo menos, 200 pontos de base acima do limiar de MDA do banco, que não cumpra o objetivo do rácio custo/rendimento ou o objetivo de rendibilidade após impostos dos fundos próprios tangíveis médios, conforme salientado na secção "Estratégia" do presente relatório.

Liquidez e financiamento

O Deutsche Bank manteve a notação de grau de investimento com todas as principais agências de notação de crédito até ao ano 2024.

Em 2024, as pressões inflacionistas abrandaram a nível mundial, levando muitos bancos centrais a começar a reduzir as taxas de juro. No entanto, o ritmo dessa redução varia em função de outros fatores económicos que afetam as diferentes jurisdições e que, por sua vez, podem afetar a oferta de liquidez e os custos de financiamento nas diferentes jurisdições em que o banco opera.

Simultaneamente, uma nova desaceleração do ambiente macroeconómico, em especial na Alemanha e em outras jurisdições europeias, poderá conduzir a uma diminuição dos níveis de depósitos e do crescimento dos empréstimos. Este efeito pode levar a que os clientes se afastem dos depósitos à ordem para os depósitos a prazo, em busca de melhores taxas na atual conjuntura, o que pode ser ainda mais exacerbado pelas pressões concorrenciais sobre os preços exercidas por outras instituições que aceitam depósitos.

Riscos adicionais de liquidez, devido a desenvolvimentos negativos no setor financeiro em geral, podem também ocorrer devido à retirada de depósitos não segurados por sistemas de garantia de depósitos ou resultar na transferência de depósitos para outros produtos de investimento. Em tempos de incerteza económica ou de tensão no mercado, a banca digital permite que os depositantes transfiram rapidamente fundos por via digital para outros participantes no mercado, conduzindo a uma saída de depósitos mais rápida e em maior escala. Este risco pode ser exacerbado pela aplicação do regulamento relativo aos pagamentos imediatos, que poderá conduzir a fluxos de saída acelerados fora do horário normal de expediente, para além de necessidades acrescidas de liquidez intradiária. Além disso, taxas de juro mais elevadas poderão fomentar a concorrência de preços entre os bancos para os depósitos de retalho, aumentando os custos de financiamento do Deutsche Bank, bem como exercer uma maior pressão sobre o volume dos depósitos de retalho do Deutsche Bank, que são uma das principais fontes de financiamento do banco.

Além disso, estas perceções podem afetar os preços a que o Deutsche Bank pode aceder aos mercados de capitais para obter o financiamento necessário para apoiar as suas atividades. Outro impacto poderá ser a expetativa de alguns participantes no mercado de que os títulos resgatáveis, normalmente de Tier 2 e de Tier 1 adicional, mas também a dívida sénior, serão resgatados na primeira data de resgate disponível. No caso de o banco decidir não exercer a opção de compra, poderá haver um impacto negativo na curva de financiamento do Deutsche Bank devido a uma combinação de insatisfação dos investidores e potencial sinalização de dificuldades financeiras. A magnitude do impacto nos spreads de financiamento depende de uma série de fatores, incluindo, entre outros, o spread de redefinição e o cupão do título, em comparação com as condições atuais do mercado. Tais acontecimentos podem resultar na

incapacidade de refinanciar ativos no balanço, atividades comerciais nas respetivas moedas ou manter níveis adequados de capital. Em consequência, o banco pode ser forçado a liquidar os ativos que detém a preços reduzidos ou em condições desfavoráveis e a reduzir as suas atividades, nomeadamente as atividades de concessão de crédito. Tal poderá ter um efeito adverso na atividade e situação financeira do Deutsche Bank, bem como nos nossos resultados operacionais.

Do mesmo modo, o risco de liquidez pode resultar de um menor valor e negociabilidade dos ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) do Deutsche Bank. Além disso, o risco de liquidez pode afetar o montante das receitas disponíveis para cobrir as saídas de caixa durante um evento de esforço. Podem ser incorridas margens de avaliação (haircuts) adicionais para além de valores de ativos já em imparidade. Além disso, os valores mobiliários podem perder a sua elegibilidade como garantia necessária para aceder às facilidades do Banco Central, bem como o seu valor no mercado de recompra/financiamento por grosso. Simultaneamente, a posição de liquidez do Grupo pode também ser prejudicada em situações em que a sua contraparte, por exemplo, num contrato de derivados, não cumpra a sua obrigação de prestar garantias, caso em que o banco tem de cobrir o défice através de outros meios. O impacto de tais situações pode ser ainda mais acentuado na medida em que as exposições do banco a determinadas contrapartes ou mercados sejam significativas.

Embora o ambiente de liquidez do banco tenha sido relativamente estável, a continuação das incertezas no ambiente geopolítico e económico poderá ter um impacto adverso nos níveis de spread de crédito do Deutsche Bank, nos indicadores de liquidez ou na notação do banco no futuro. Em 31 de dezembro de 2024, o banco demonstrou uma forte liquidez e métricas de financiamento que estavam bem acima dos requisitos regulamentares e da apetência interna pelo risco, proporcionando uma base sólida para manter a estabilidade, se necessário, em futuros períodos de volatilidade ou stress do mercado.

Atrasos no Private Bank

Após a conclusão da migração de dados do Postbank, em julho de 2023, o Deutsche Bank deparou-se com problemas operacionais e com o atraso de clientes, o que levou a atrasos no processamento de pedidos de informação e a um aumento dos custos de crédito. Os atrasos residuais já foram resolvidos e o banco envidou novos esforços para melhorar com êxito os seus processos de serviço em 2024. Os novos pedidos de entrada de clientes são agora geralmente processados dentro dos níveis de serviço definidos.

Reformas, avaliações e processos de fiscalização regulamentar

As reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta às debilidades identificadas durante a última crise do setor financeiro, juntamente com um aumento do controlo regulamentar e discricionário, irão impor custos materiais ao banco, criar incertezas significativas e podem afetar adversamente os planos de negócios do Grupo, assim como a capacidade do banco para executar os seus planos estratégicos a médio prazo. Essas alterações que requeiram que o banco mantenha um maior capital podem afetar significativamente o modelo de negócio do banco, a sua condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial mais em geral. Esta situação pode ocorrer de forma mais geral no que respeita ao Reino Unido. O facto de o Reino Unido não pertencer à União Europeia permite-lhe ser mais ágil na orientação futura do seu quadro regulamentar e de supervisão. Uma vez que o Deutsche Bank está estabelecido no Reino Unido como uma sucursal, não poderá beneficiar, de um modo geral, das melhorias introduzidas no quadro do Reino Unido.

Os supervisores podem também impor sobretaxas de capital ou ajustes regulamentares, por exemplo, em resultado do Processo regular de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) realizada pelo BCE anualmente. Tais ajustes podem, por exemplo, refletir riscos adicionais decorrentes de deficiências no ambiente de controlo do Grupo relativamente ao tratamento de carteiras, produtos ou transações específicos. Na sequência do SREP de 2024, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos de fundos próprios prudenciais a manter a partir de 1 de janeiro de 2025, segundo a qual o requisito de Pilar 2 do Deutsche Bank ascende a 2,90%, um aumento de vinte e cinco pontos base em comparação com o requisito de Pilar 2 do banco aplicável em 2024. A decisão do BCE relativa ao SREP inclui também um requisito do Pilar 2 para o rácio de alavancagem de 10 pontos de base, inalterado em relação ao SREP do ano anterior e com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025. Além disso, a decisão inclui as conclusões que o BCE retira de testes de esforço regulamentares realizados pela EBA ou pelo BCE. Os resultados do teste de esforço da ABE a nível da UE, lançado em 20 de janeiro de 2025, serão publicados no início de agosto. O BCE avalia o desempenho de cada banco de um ponto de vista qualitativo para informar a decisão sobre o nível do Requisito de Pilar 2 e um resultado quantitativo que é um aspeto na avaliação do nível de orientação de Pilar 2. O BCE já utilizou estes poderes nas suas decisões do SREP no passado e pode continuar a fazê-lo para abordar as conclusões das inspeções no local. Em casos extremos, o BCE pode mesmo suspender determinadas atividades ou a autorização para operar nas suas jurisdições e impor multas monetárias por incumprimento das regras aplicáveis.

Os reguladores em todo o mundo também podem impor sobretaxas de capital para enfrentar os riscos macroeconómicos, através da utilização de instrumentos macroprudenciais. Estes incluem aumentos de reservas de CET1 que poderiam aplicar-se a todo o grupo ou apenas para atividades locais a nível nacional ou para tipos específicos de exposições (por exemplo, hipotecas). A utilização destes instrumentos é regida pelo quadro macroprudencial aplicável na UE ou qualquer outra jurisdição relevante, e é tipicamente decidida pelas autoridades macroprudenciais nacionais, como o BaFin, frequentemente com base na análise dos riscos macroeconómicos pelo Banco Central.

Prevê-se que várias alterações futuras aos instrumentos macroprudenciais tenham impacto na atividade do Deutsche Bank. A Comissão Europeia tinha anunciado anteriormente uma revisão do regime macroprudencial da UE para 2022-2023. Estas revisões não foram efetuadas dentro do prazo previsto. A Comissão Europeia continuará a analisar estas questões em 2025 e existe sempre a possibilidade de uma proposta legislativa. Essas reformas podem resultar num aumento do nível de requisitos de capital do banco, incluindo reservas de capital, requisitos de capital adicionais para titularizações, um aumento dos ativos ponderados pelo risco ou outros requisitos regulamentares relacionados com as transações dos bancos com vários tipos de contrapartes, incluindo Intermediários Financeiros Não Bancários (IFNB).

Em julho de 2024, as regras prudenciais da UE (Regulamento e Diretiva relativos aos requisitos de capital - CRR3 e CRD 6) foram publicadas no Jornal Oficial da UE. A reforma implementa as reformas finais de Basileia III do Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB). Estas reformas alteram a forma como os bancos da UE calcularão os seus ativos ponderados pelo risco. A maior parte das reformas será aplicada a partir de janeiro de 2025, com exceção das regras relativas ao risco de mercado (que implementam a Revisão Fundamental da Carteira de Negociação - FRTB), que foram adiadas pela Comissão Europeia, através de um ato delegado, para janeiro de 2026. O limite mínimo de produção, que limita os ativos ponderados pelo risco do modelo interno a 72,5% dos ativos ponderados pelo risco do método normalizado, será plenamente aplicável em janeiro de 2030. A versão final de Basileia III aumentará os RWA do banco e os requisitos de capital associados. A reforma está também a ser implementada, com diferentes calendários, em todas as principais jurisdições. No início de 2024, a EBA procedeu a uma consulta sobre alterações à sua norma técnica de regulamentação (RTS) relativa à avaliação prudente. Esta norma estabelece os requisitos que as instituições que operam na UE devem aplicar para a avaliação dos seus ativos e passivos avaliados pelo justo valor para efeitos prudenciais. A EBA está a analisar os comentários recebidos, o que, dependendo da sua opinião final, pode levar a um aumento dos nossos requisitos de CET1. A EBA também consultou sobre a alteração das suas RTS relativas a elementos extrapatrimoniais. Esta abordagem também analisa o tratamento dos pagamentos de estorno. À semelhança do RTS sobre avaliação prudente, a EBA está a analisar os comentários e o banco espera que um RTS final seja publicado no terceiro trimestre de 2025. Este facto fornecerá mais orientações sobre o tratamento prudencial do risco de estorno.

Em abril de 2023, a Comissão Europeia emitiu uma proposta legislativa para a reforma do quadro de gestão de crises e de seguro de depósitos da UE, com alterações a todas as diretivas e regulamentos relevantes, incluindo a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancárias, o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução e a Diretiva de Sistema de Garantia de Depósitos. O objetivo da proposta legislativa é, entre outros, harmonizar e regulamentar melhor a gestão de crises e a resolução de crises dos bancos de pequena e média dimensão da UE, que está atualmente sujeita a um certo grau de discricionariedade nacional. Na sua proposta legislativa, a Comissão inclui várias alterações que poderão ter impacto no Deutsche Bank e nos seus clientes, incluindo uma alteração na hierarquia de insolvência dos créditos de todos os depositantes, incluindo os que não estão cobertos por sistemas de garantia de depósitos. Além disso, as propostas preveem uma maior possibilidade de as autoridades utilizarem os fundos do sistema nacional de garantia de depósitos para contribuir para a resolução de um banco, dando assim também acesso ao Fundo Único de Resolução. Esta proposta legislativa da Comissão Europeia seguiu o processo colegislativo regular da UE, com a participação dos 27 Estados-Membros da UE e do Parlamento Europeu. A finalização das diretivas e do regulamento revistos poderá ocorrer em 2025 ou num ano posterior, dependendo da capacidade dos colegisladores para chegarem a um compromisso, e poderá diferir significativamente da proposta inicial da Comissão.

Em 12 de dezembro de 2024, foi alcançado um acordo provisório entre os colegisladores sobre o regulamento revisto relativo aos índices de referência da UE, que reduzirá significativamente o âmbito de aplicação do regulamento, centrando-se apenas na supervisão dos índices de referência críticos e significativos, bem como dos índices de referência alinhados com o Acordo de Paris ou com a Transição Climática e de alguns índices de referência de mercadorias. Devido à inclusão de uma isenção para determinados índices de referência cambiais de países terceiros (spot FX), os regulamentos revistos relativos aos índices de referência da UE contribuirão para uma redução da carga regulamentar para os utilizadores comunitários de índices de referência.

A Estratégia de Investimento de Retalho, uma proposta da Comissão Europeia de 24 de maio de 2023, que contém uma série de medidas e alterações ao atual quadro legislativo para reforçar a participação dos investidores e a confiança dos consumidores, continua em processo legislativo, tendo o Parlamento e o Conselho finalizado as respetivas posições. Prevê-se que as trilogias comecem no início de 2025.

A Diretiva e o Regulamento revistos relativos aos mercados de instrumentos financeiros (MiFID II/R) entraram em vigor em 28 de março de 2024. A ESMA e a Comissão Europeia prosseguiram os trabalhos técnicos sobre os requisitos de transparência e o sistema "Consolidated Tape" (CTS), que tiveram início em 2024 e continuarão até 2025.

Em junho de 2023, a Comissão Europeia publicou dois pacotes legislativos, um relacionado com a introdução de um euro digital e o outro com o acesso a dados financeiros e pagamentos. O Parlamento Europeu e os Estados-Membros da UE vão agora debater ambos os pacotes. Ambos os textos estão ainda a ser discutidos a nível do Parlamento Europeu e dos Estados-Membros.

Em 2024, o ambiente regulamentar para as finanças SAG e sustentáveis continuou a evoluir. A nível da UE, foi finalizado o regulamento relativo aos fornecedores de notação SAG, bem como a Diretiva relativa à diligência devida em matéria de sustentabilidade das empresas (CSDDD). A CSDDD exige, por exemplo, a elaboração de um plano de transição e inclui obrigações de diligência devida para que as empresas e os bancos evitem e atenuem os riscos para os direitos humanos e o ambiente nas suas cadeias de valor. A aplicação do regulamento relativo à desflorestação, que apoia produtos e cadeias de abastecimento sem desflorestação, deveria ter sido aplicável no final de 2024, mas foi adiada por um ano. A prevenção do greenwashing continua a ser um tema relevante. Em junho, as três Autoridades

Europeias de Supervisão, nomeadamente a ABE, a AEVMM e a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma, publicaram os seus relatórios finais sobre o greenwashing no setor financeiro. O Reino Unido anunciou em novembro que iria retomar os trabalhos sobre a regulamentação do financiamento sustentável, incluindo propostas para uma taxonomia verde e um regulamento de classificação SAG.

Além disso, o financiamento de transição continua a ser uma prioridade para os reguladores. A AEVMM e a ABE salientaram a necessidade de prosseguir os trabalhos sobre este tema. A revisão do mercado de financiamento da transição do Reino Unido publicou um relatório final que estabelece um quadro para a expansão do mercado de financiamento da transição e o governo britânico lançou um Conselho de Financiamento da Transição. Em janeiro de 2024, o BCE alargou a sua estratégia climática e anunciou um plano para o clima e a natureza, com o objetivo de analisar a forma como a perda e a degradação da natureza representam riscos para a economia.

Além disso, o Deutsche Bank pode ser afetado por futuras decisões do Tribunal de Justiça da UE no que respeita aos termos e condições relacionados com os compromissos de pagamento irrevogáveis para com o FUR. Se uma decisão do tribunal tiver um impacto negativo no atual tratamento contabilístico desses compromissos de pagamento irrevogáveis, tal poderá resultar numa perda contabilística e ter um efeito adverso significativo nos resultados das operações do banco. O Deutsche Bank atualiza o BaFin sobre o estado das discussões e o nosso trabalho interno para continuar a compensar os nossos clientes.

No que respeita às CCP indianas, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha publicou uma declaração em fevereiro de 2023, dando às instituições de crédito alemãs, incluindo o Deutsche Bank, a possibilidade de permanecerem membros das seis CCP indianas até 31 de outubro de 2024. A BaFin, bem como a AMF e a ACPR francesas concederam uma prorrogação indefinida deste prazo, dando tempo aos bancos europeus, juntamente com as autoridades europeias e indianas competentes, para continuarem a trabalhar na procura de uma solução. Isto permite que os bancos europeus, incluindo o Deutsche Bank, efetuem quaisquer alterações necessárias para que os clientes possam continuar a ser servidos posteriormente ao prazo.

As autoridades de supervisão podem também impor outras sobretaxas de capital, como o aumento das reservas macroprudenciais de capital, incluindo o amortecedor de capital contracíclico e a reserva de risco sistémico.

Em resumo, prevê-se que tanto o ambiente regulamentar como o legislativo sejam dinâmicos e possam ter impacto nas receitas e nos custos do Deutsche Bank (por exemplo, os custos para garantir o cumprimento contínuo e futuro). Além disso, a perspetiva de flexibilização das condições regulamentares em certas regiões não europeias pode representar uma desvantagem concorrencial para o Grupo.

Processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais

O Deutsche Bank está sujeito a uma série de procedimentos legais e regulamentares e a inspeções fiscais. O resultado destes processos é difícil de prever e pode afetar de forma substancial e adversa os resultados planeados de operações do banco, bem como a sua condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que aquilo que o banco espera, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios do Deutsche Bank, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspetivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, o Deutsche Bank poderá não conseguir alcançar os seus objetivos estratégicos ou poderá ter de os alterar.

De modo mais geral, o banco opera num contexto litigioso, alta e continuamente regulamentado, que o expõe potencialmente a passivo e outros custos, cujos montantes podem ser consideráveis e difíceis de estimar, bem como a sanções regulamentares e legais e a prejuízos na reputação. O banco continua a manter um diálogo regular com as respetivas autoridades de supervisão que esperam que o banco introduza melhorias de controlo a um ritmo mais rápido e com maior qualidade. O Deutsche Bank compreende estas críticas e está empenhado em corresponder a estas expetativas.

Os mais recentes desenvolvimentos geopolíticos nos EUA e noutros países podem aumentar a complexidade e os custos de cumprimento de leis e regras em constante mudança, potenciais conflitos de leis, uma vez que vários regimes regulamentares podem entrar em diferença acentuada em várias jurisdições, e riscos legais à medida que são feitas novas aplicações de leis pré-existentes, como a aplicação da lei antitrust tradicional no contexto de iniciativas SAG multipartidárias. Se algum dos procedimentos legais for resolvido contra o banco, ou quaisquer investigações resultarem na constatação de que o Banco não cumpriu a lei aplicável, o Deutsche Bank poderá ficar exposto a danos materiais, multas, limitações de negócios, organismos de reparação, ações judiciais, ou outros efeitos adversos significativos na sua condição financeira, bem como o risco para a sua reputação e potencial perda de negócios devido à atenção extensiva dos meios de comunicação social. As declarações de culpa ou condenações relativamente ao banco ou às respetivas filiais em processos criminais, ou ordens regulamentares ou de execução, liquidações ou acordos aos quais o banco ou as respetivas filiais estejam sujeitos, poderão ter consequências com efeitos adversos em alguns dos seus negócios.

Conformidade e combate aos crimes financeiros

A luta contra a criminalidade financeira e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis são essenciais para garantir a estabilidade dos bancos, como o Deutsche Bank, e a integridade do sistema financeiro internacional.

Um contexto de controlo interno robusto e eficaz e infraestruturas adequadas (incluindo pessoas, políticas e procedimentos, testes de controlo, sistemas informáticos e dados) são necessários para assegurar que o banco conduza os seus negócios e realize os seus processos gerais em conformidade com as leis, regulamentos e expetativas de supervisão associadas.

Os processos de controlo de conformidade e de vigilância do banco, bem como outros processos de controlo interno que visaram garantir a boa conduta dos seus negócios e serviços, bem como prevenir abusos de mercado, abusos de informação interna e violações de conduta estão sujeitos a revisões regulamentares e/ou a inquéritos em determinadas jurisdições.

Além disso, os processos e controlos de Combate ao Branqueamento de Capitais (AML) e Conheça o seu Cliente (KYC) do banco, destinados a impedir a utilização indevida dos seus produtos e serviços para cometer crimes financeiros, continuam a ser objeto de revisões regulamentares, investigações e ações de execução em várias jurisdições. O banco aumenta constantemente a eficácia do seu ambiente de controlo interno e melhorar a sua infraestrutura para os requisitos regulamentares revistos e para colmatar as lacunas identificadas pelo banco e/ou pelos reguladores e monitores.

Em setembro de 2018, a BaFin ordenou ao Deutsche Bank que implementasse salvaguardas internas e cumprisse as obrigações gerais de diligência devida para prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. Em fevereiro de 2019, a BaFin prorrogou a ordem no que respeita à revisão dos seus processos de gestão do risco a nível do grupo no domínio da banca correspondente e ajustou-os conforme necessário. Em abril de 2021, a BaFin alargou ainda mais a sua ordem, exigindo salvaguardas internas adicionais e o cumprimento sustentável das obrigações de diligência devida, incluindo as relativas às relações de correspondência. A ordem de abril de 2021 foi posteriormente alargada para incluir melhorias nos sistemas de monitorização de transações do Banco.

Em 2023, a BaFin emitiu uma ordem adicional instruindo o Deutsche Bank a implementar melhorias específicas nos sistemas de processamento de dados para monitorização das transações e alertou para potenciais sanções financeiras em caso de incumprimento.

Para acompanhar a aplicação das medidas ordenadas, a BaFin nomeou um Representante Especial em 2018, cujo mandato foi prolongado na sequência da prorrogação de cada ordem, a fim de assegurar o acompanhamento contínuo e a avaliação dos progressos. Este mandato terminou em 30 de outubro de 2024. O banco continua a cooperar plenamente com a BaFin e continua empenhado em investir os recursos necessários para aplicar as restantes medidas dentro dos prazos estabelecidos.

Em julho de 2023, o banco celebrou uma Ordem de Consentimento e um Acordo Escrito com a Reserva Federal, resolvendo discussões regulamentares anteriormente divulgadas relativas à adesão a ordens e acordos anteriores relacionados com sanções e embargos e cumprimento de AML, uma relação anterior de correspondente bancário e acordos e obrigações de correção relacionados com questões de gestão de riscos. Tanto a Ordem de Consentimento como o Acordo Escrito exigem que o banco cumpra e efetue determinados compromissos de reparação. Na medida em que o Banco não cumpra esses compromissos, poderá enfrentar ações regulamentares adicionais, incluindo novas sanções pecuniárias civis e restrições comerciais.

A guerra na Ucrânia continua a conduzir a um elevado aumento das sanções impostas pelos países do G7 contra indivíduos, entidades, bens e setores industriais russos, bem como contra os seus facilitadores em países terceiros. Especificamente, os anos de 2023 e 2024 foram caracterizados por sanções em resposta às medidas tomadas pela Rússia para evitar o efeito das sanções, tais como as sanções secundárias da UE ou dos EUA, que permitem que sejam tomadas medidas contra instituições financeiras estrangeiras se estas realizarem determinadas transações com setores-alvo, pessoas designadas ou produtos russos. Além disso, a UE exige que as entidades da UE mandatem as suas filiais fora da UE para não tomarem qualquer medida que comprometa o efeito das sanções da UE contra a Rússia. Juntamente com os novos e abrangentes requisitos de informação da UE, estas medidas aumentam a carga operacional e o risco regulamentar para os bancos com clientes que têm operações comerciais na Rússia ou com entidades na Rússia. Do mesmo modo, a UE reforçou as sanções contra a Bielorrússia. A Regra de Investimento Externo dos EUA foi publicada no quarto trimestre de 2024 e, com a próxima Administração dos EUA, existe o potencial para novas sanções, além das medidas comerciais contra a China em 2025.

O Deutsche Bank gere estas sanções com comunicações reforçadas, orientação e apoio operacional liderados pela equipa de Sanções e Seleção da AFC. Além disso, o DB atualizou a sua política de sanções, exigindo assim uma nova redução da exposição a países como a Rússia e a Bielorrússia. A política de sanções entrará em vigor no primeiro trimestre de 2025. Adicionalmente, as transações são filtradas, os dados do cliente e da contraparte são analisados, o comércio de instrumentos financeiros sancionados é restringido, os bens e mercadorias (como o petróleo) sujeitos a restrições de financiamento do comércio são analisados numa abordagem baseada no risco e são tomadas outras medidas, como a rejeição ou o congelamento de uma transação, a restrição das atividades do cliente, o abandono de uma relação com o cliente ou a obtenção das autorizações regulamentares necessárias. Tendo em conta a potencial escalada das tensões geopolíticas entre os EUA e a China, o DB está a rever as declarações de apetência em vigor e a governação para supervisionar esta atividade. Para tal, é necessário incorporar as recentes considerações da regra de investimento de saída dos EUA.

Políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco

O Deutsche Bank dedicou recursos significativos ao desenvolvimento das suas políticas, procedimentos e métodos de gestão de risco, incluindo em relação ao mercado, crédito, liquidez, risco operacional, bem como risco de reputação e risco de modelo. Contudo, tais recursos podem não ser totalmente eficazes na mitigação da exposição do banco ao risco em todos os contextos económicos ou de mercado ou contra todos os tipos de risco, incluindo os riscos que o banco não consegue identificar ou antecipar. Quando o Grupo utiliza estes modelos para calcular os ativos ponderados pelo risco para fins regulamentares, as potenciais deficiências podem também levar os reguladores a impor uma recalibração de parâmetros de entrada ou uma revisão completa do modelo.

Não obstante, as técnicas e estratégias de gestão do risco não foram, e poderão continuar a não ser no futuro, totalmente eficazes na mitigação da exposição ao risco do banco em todos os contextos económicos de mercado ou contra todos os tipos de riscos, incluindo riscos que não o banco não consegue identificar ou antecipar. Para gerir o risco, algumas das ferramentas e indicadores quantitativos do banco baseiam-se na nossa utilização de comportamentos de mercado historicamente observados. O banco aplica ferramentas estatísticas e outras a estas observações para chegar a uma quantificação das suas exposições ao risco. Numa crise financeira, os mercados financeiros podem registar níveis sem precedentes de volatilidade (mudanças rápidas na direção do preço) e a discriminação de correlações historicamente observadas (na medida em que os preços se deslocam em paralelo) em classes de ativos, compostos por uma liquidez extremamente limitada. Num ambiente de mercado tão volátil, as ferramentas e os indicadores de gestão do risco do banco podem não conseguir prever exposições importantes ao risco. Adicionalmente, o modelo quantitativo do Deutsche Bank não considera todos os riscos e faz vários pressupostos relativamente ao contexto em geral, que podem não ser confirmados pelos eventos. Consequentemente, surgiram, e poderiam continuar a surgir, exposições ao risco decorrentes de fatores que o banco não antecipava ou avaliou incorretamente nos seus modelos estatísticos. Esta situação limitou e poderá continuar a limitar a capacidade do banco para gerir os seus riscos, especialmente à luz dos desenvolvimentos geopolíticos, muitos dos quais são atualmente imprevisíveis. Por conseguinte, as perdas do banco foram e podem ser no futuro significativamente maiores do que as medidas históricas indicam.

Além disso, a abordagem mais qualitativa do banco para gerir os riscos não considerados pelos métodos quantitativos também pode revelar-se insuficiente, expondo o banco a perdas materiais não antecipadas. E se os clientes já existentes, os potenciais clientes ou as contrapartes acreditarem que a gestão do risco do banco é inadequada, poderiam recorrer à concorrência ou procurar limitar as suas transações com o banco. Este facto pode prejudicar a reputação do banco, bem como as suas receitas e lucros. Consulte o "Relatório de Gestão: Relatório de Risco" no Relatório Anual de 2024 para uma discussão mais detalhada das políticas, procedimentos e métodos que o banco utiliza para identificar, monitorizar e gerir os seus riscos.

Gestão de fornecedores terceiros

As instituições financeiras dependem de prestadores de serviços terceiros para uma série de serviços, alguns dos quais apoiam as suas operações críticas. Estas dependências aumentaram nos últimos anos como parte da tendência crescente de digitalização do setor dos serviços financeiros, que pode trazer múltiplos benefícios, incluindo flexibilidade, inovação e maior resiliência operacional. No entanto, se não for corretamente gerida, a interrupção de serviços críticos ou de prestadores de serviços pode colocar em risco as instituições financeiras e, em alguns casos, a estabilidade financeira.

O quadro regulamentar para a gestão do risco de terceiros continua a evoluir e torna-se cada vez mais complexo, uma vez que as autoridades reguladoras procuram dar resposta a vários objetivos. Há duas áreas principais de enfoque, incluindo a forma como as instituições financeiras gerem os seus riscos de terceiros e a forma de abordar os riscos sistémicos causados pela concentração de serviços prestados por terceiros críticos.

O Deutsche Bank tem uma abordagem bem estabelecida em relação à Gestão de Risco de Terceiros; desde uma política e procedimento claros até ao processo centralizado de risco para as empresas utilizarem quando se envolvem com terceiros. Para responder às crescentes exigências regulamentares, o Deutsche Bank está a melhorar continuamente o ambiente de controlo do banco. Em 2024, o banco concluiu um projeto de transformação fundamental que permitiu melhorar a eficiência, adotar uma abordagem mais proporcionada, monitorizar em tempo real e melhorar a cultura de sensibilização para proteger o banco do risco de terceiros.

Ao recorrer a prestadores de serviços terceiros, o banco continua a ser totalmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações regulamentares, incluindo a capacidade de supervisionar a externalização de funções críticas ou importantes. O banco pode enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se terceiros não prestarem serviços conforme acordado com o banco e/ou em conformidade com os requisitos regulamentares.

À semelhança das ameaças à cibersegurança do Deutsche Bank, um ciberataque bem sucedido a um fornecedor terceiro pode ter um impacto negativo significativo no banco, que pode resultar na divulgação ou utilização indevida de informações de clientes e de propriedade, danos ou incapacidade de acesso a sistemas de tecnologias da informação, perdas financeiras, custos adicionais, obrigações de notificação de violação de dados pessoais, danos à reputação, insatisfação dos clientes e potenciais sanções regulamentares ou exposição a litígios

Nas situações em que o Deutsche Bank é o terceiro prestador de serviços, o banco pode estar exposto a riscos financeiros, como perda de receitas, custos e despesas associados ao cancelamento do contrato de prestação de serviços, caso o Deutsche Bank deixe de poder beneficiar da relação.

Goodwill e outros ativos intangíveis

O Goodwill é revisto anualmente para efeitos de imparidade, ou com maior frequência se houver indícios de que possa ter ocorrido uma imparidade.

Outros ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Estes ativos são objeto de um teste de imparidade ou as respetivas vidas úteis são reconfirmadas pelo menos anualmente. Isto inclui os testes em relação às imparidades de software.

A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis tem tido e poderá continuar a ter um efeito material adverso na rentabilidade e nos resultados de operações do banco.

Obrigações com pensões

O Deutsche Bank patrocina vários planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, incluindo planos de benefício definido. Para mais pormenores sobre os planos de benefícios dos colaboradores do Deutsche Bank, consulte a Nota 33 - "Benefícios dos Colaboradores" nas demonstrações financeiras consolidadas.

O banco desenvolve e mantém diretrizes de governação e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o banco relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, spread de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.). Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento. Nos seus principais países de pensões, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do banco referem-se a possíveis alterações nos spreads de crédito, taxas de juro, inflação dos preços, risco de longevidade e de liquidez, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada. De modo geral, o banco procura minimizar o impacto das pensões na sua posição financeira dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos.

O objetivo de investimento do banco no financiamento dos planos e das suas obrigações relativamente aos mesmos consiste em proteger o banco de impactos adversos dos seus planos de pensões de benefício definido nos principais indicadores financeiros. O banco procura afetar os ativos do fundo de pensões de acordo com a exposição dos fatores de risco de mercado das responsabilidades com pensões às taxas de juro, aos spreads de crédito e à inflação, pelo que os ativos do fundo de pensões refletem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações com pensões.

Se os fatores que determinam as responsabilidades do banco em matéria de pensões evoluírem de forma adversa, se os seus pressupostos relativamente a variáveis-chave se revelarem incorretos ou se o financiamento das responsabilidades em matéria de pensões não cobrir suficientemente essas responsabilidades, o banco poderá ter de efetuar contribuições adicionais ou ficar exposto a perdas atuariais ou contabilísticas relativamente aos seus planos de pensões.

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV), um plano multiempregador de prestações definidas, juntamente com outras instituições financeiras. Em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro. O Grupo pode ser exposto a um risco financeiro significativo se os riscos residuais relacionados com este plano de benefícios definidos multiempregador se materializarem.

Ativos por impostos diferidos

O banco reconhece os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores contabilísticos da demonstração financeira dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficientes receitas tributáveis disponíveis para permitir a utilização da totalidade ou de parte dos ativos por impostos diferidos, o banco terá de reduzir os valores escriturados. Trimestralmente, o banco reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, que pode variar de período para período e requer um julgamento significativo por parte da gestão. Além disso, os ativos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas no período em que o ativo é realizado, com base nas taxas de imposto e leis fiscais que foram decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço. Se, por exemplo, os EUA decretassem uma redução da taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, o que, no futuro, teria um impacto positivo na taxa de imposto efetiva do banco, os ativos por impostos diferidos do banco nos EUA teriam de ser remensurados à taxa de imposto mais baixa. As reduções no montante de ativos por impostos diferidos decorrentes de uma alteração na estimativa ou numa alteração nas taxas de imposto tiveram e poderão ter novamente no futuro efeitos adversos na rentabilidade do banco, no capital e na sua condição financeira.

Tecnologia, Dados e Inovação

A inovação digital pode oferecer oportunidades de entrada no mercado aos novos concorrentes, como por exemplo operadores da indústria, empresas globais de tecnologia e empresas de tecnologia financeira. Como tal, o banco prevê que os seus negócios tenham uma necessidade aumentada de investimentos nos recursos de processos e produtos digitais para permanecer competitivo e atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado.

Através da sua parceria estratégica com a Google, o Deutsche Bank está a migrar aplicações para a Nuvem Pública com o objetivo de melhorar a flexibilidade e a resiliência das TI. A transformação tecnológica requer uma governação, um planeamento e um financiamento sólidos e continua a ser uma área de interesse regulamentar significativo neste programa. Além disso, o banco tem de garantir a adoção de normas aplicáveis em matéria de privacidade e segurança dos dados para proteger as informações dos clientes e do banco. Se não o fizer, pode comprometer a confiança do cliente, conduzir a perdas financeiras e resultar em sanções regulamentares, litígios e obrigações de indemnização.

O banco avalia e monitoriza continuamente as ameaças emergentes relacionadas com a segurança das operações e da informação do banco. Isto inclui a identificação e a resposta a incidentes ao longo da cadeia de fornecimento do banco, incluindo fornecedores terceiros e terceiros. As violações de segurança que afetam a cadeia de abastecimento do banco podem não só afetar o banco, mas também ter consequências graves em todo o setor. Além disso, o Deutsche Bank acompanha ativamente as ameaças que têm o potencial de explorar as vulnerabilidades de segurança e as atividades dos intervenientes dos Estados-nação, bem como as tendências e os desenvolvimentos, como os riscos cibernéticos relacionados com as tecnologias de Inteligência Artificial e as potenciais ameaças que a Computação Quântica representa para a encriptação. Continuamos também a observar atentamente os cenários de ataque comuns, incluindo ransomware, negação de serviço e ataques à cadeia de abastecimento. O Deutsche Bank mantém um seguro para eventos cibernéticos. Não é possível garantir que essa cobertura seja adequada para cobrir todas as perdas ou responsabilidades decorrentes de um evento cibernético.

As estratégias e os controlos de atenuação são continuamente adaptados para fazer face a estes riscos em evolução e ao panorama global de ameaças à segurança. Para mais pormenores e informações, consultar o capítulo sobre segurança da informação no relatório de risco.

O Deutsche Bank está a melhorar continuamente a sua estratégia de gestão de dados, centrando-se nos principais processos e conjuntos de dados, como dados transacionais, de clientes e de referência. Isto inclui o desenvolvimento e a implementação de princípios de arquitetura empresarial em toda a sua infraestrutura tecnológica central. Este aspeto é fulcral para a estratégia mais vasta do Deutsche Bank em matéria de tecnologia e dados, que procura potenciar o crescimento e a eficiência da atividade, ao mesmo tempo que melhora o ambiente de controlo. As entidades reguladoras estão ativamente envolvidas no acompanhamento dos progressos do banco nesta área.

As grandes transformações tecnológicas nas áreas de negócio e de infraestruturas do banco são executadas através de iniciativas específicas. Estas iniciativas visam reduzir os custos de TI e comerciais, melhorar os controlos e impulsionar o crescimento das receitas, oferecendo novas funcionalidades aos clientes ou visando o seu crescimento. No entanto, existem riscos na execução destes programas, como limitações financeiras e de talento, dependências em relação a outros programas e resultados essenciais, prazos de execução alargados ou impactos adversos relacionados com alterações no ambiente de controlo e problemas de funcionalidade nas aplicações atualizadas ou nas suas tecnologias subjacentes. Estes riscos são cuidadosamente geridos para atenuar o risco de não se obterem plenamente os benefícios esperados.

Aspetos ambientais, sociais e de governação

Os impactos do aumento das temperaturas globais e as mudanças políticas, tecnológicas e comportamentais associadas, necessárias para limitar o aquecimento global a um máximo de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, conduziram ao aparecimento de fontes de riscos financeiros e não financeiros. Estes incluem os impactos dos riscos físicos decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e os riscos de transição, uma vez que os setores com utilização intensiva de carbono são confrontados com custos mais elevados, uma procura potencialmente reduzida e um acesso restrito ao financiamento. O aparecimento mais rápido do que o atualmente previsto de riscos climáticos transitórios e/ou físicos e de outros riscos ambientais pode conduzir a um aumento das perdas de crédito e de mercado, bem como a perturbações operacionais devido a impactos nos fornecedores e nas próprias operações do banco. O Deutsche Bank integrou as considerações relativas aos riscos climáticos e ambientais nos seus quadros de risco e de controlo, a fim de garantir a identificação, o acompanhamento e a gestão dos riscos.

Os fenómenos meteorológicos extremos aumentaram em frequência e gravidade. Casos recentes de inundações repentinas em Espanha, furacões na América do Norte e incêndios florestais na Califórnia evidenciam a tendência crescente de fenómenos climáticos prejudiciais. Embora os impactos tenham sido contidos, futuros fenómenos meteorológicos extremos poderão conduzir a provisões mais elevadas para perdas de crédito, perdas de propriedade, aumento dos custos dos seguros e riscos de resiliência operacional. Os eventos climáticos extremos podem também afetar as capacidades de geração de receitas e os custos do Deutsche Bank, ao passo que as quedas e a volatilidade do mercado podem ter um impacto negativo no valor dos instrumentos financeiros, gerar volatilidade na avaliação do banco e diferenças temporais e resultar em imparidades de ativos não financeiros.

Além disso, as instituições financeiras estão a enfrentar um maior escrutínio das questões relacionadas com o clima e a sustentabilidade por parte de governos, reguladores, acionistas e outros organismos (incluindo organizações não governamentais). Os bancos têm de navegar num ambiente político cada vez mais complexo e heterogéneo, com desafios liderados pelos EUA aos seus esforços de colaboração para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, levando a acusações de práticas ilegais e violações antitrust, com potenciais restrições no acesso a determinados clientes e potenciais litígios. A Net Zero Banking Alliance está no centro das atenções, tendo-se assistido à saída de parceiros norte-americanos em resposta a estas preocupações. Em contrapartida, muitas organizações e indivíduos esperam que os bancos apoiem a transição para uma economia com menos carbono, limitem os riscos relacionados com a natureza, como a biodiversidade e a perda de habitats, e protejam os direitos humanos. Este maior escrutínio inclui requisitos de divulgação SAG mais extensos e prescritivos, como a Diretiva relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas (CSRD). O aparecimento de normas regulamentares e/ou de divulgação de informações SAG significativamente divergentes entre jurisdições poderá conduzir a custos de conformidade mais elevados e a riscos de incumprimento dos requisitos. É de salientar a interligação entre a transição, outros riscos ambientais e sociais, em que o apoio à transição pode levar a um aumento da procura de minerais de transição que são obtidos através da extração mineira.

O Deutsche Bank é classificado por vários fornecedores de notação SAG, sendo estas notações cada vez mais utilizadas como critérios para determinar a elegibilidade para investimentos sustentáveis e para avaliar a gestão dos riscos e oportunidades SAG. As metodologias e pontuações utilizadas pelos diferentes fornecedores podem conduzir a divergências significativas nos resultados. Se a notação do banco for inferior à dos seus pares ou se deteriorar significativamente, tal poderá ter um impacto negativo na sua reputação e reduzir a procura de ações/dívida por parte dos investidores. A melhoria das classificações pode ter o efeito contrário.

Os dados, metodologias e normas da indústria para medir e avaliar os riscos climáticos e outros riscos ambientais estão ainda a evoluir ou, em certos casos, ainda não estão disponíveis. Este facto, combinado com a falta de divulgação exaustiva e coerente de informações sobre o clima e outros riscos ambientais por parte dos seus clientes, significa que o banco, à semelhança do setor em geral, depende fortemente de estimativas de substituição e/ou de abordagens próprias para a divulgação das suas próprias informações sobre a gestão dos riscos climáticos e ambientais. O elevado grau de incerteza que esta situação cria aumenta o risco de terceiros poderem afirmar que as divulgações do banco relacionadas com a sustentabilidade constituem *greenwashing*. Positivamente, o reforço dos requisitos de divulgação para os nossos clientes reduzirá a dependência de estimativas de proxy e/ou abordagens proprietárias no futuro.

Embora o Deutsche Bank continue empenhado nos objetivos e ambições delineados no seu Sustainability Deep Dive, o banco pode enfrentar contrariedades para atingir o seu objetivo de 500 mil milhões de euros em volumes cumulativos de financiamento e investimento sustentável até ao final de 2025. Se as ambições ou os objetivos não forem atingidos, tal poderá ter impacto, nomeadamente, nas receitas e na reputação do banco. Além disso, a escassez de ativos verdes e sociais pode reduzir a capacidade do Deutsche Bank para emitir financiamentos conformes. Além disso, a concorrência no financiamento de ativos verdes e sociais pode reduzir a capacidade do Deutsche Bank para emitir financiamentos elegíveis para inclusão. Além disso, uma economia em transição a um ritmo mais lento pode resultar em desvios significativos das trajetórias de emissões líquidas alinhadas com zero do banco em relação aos seus objetivos. Esta situação viria a reduzir o risco de transição a curto e médio prazo, mas aumentá-lo-ia significativamente a longo prazo. O banco continua a considerar os seus objetivos líquidos nulos como um dos principais instrumentos de gestão dos riscos climáticos e alargou recentemente o seu quadro de objetivos líquidos nulos de modo a incluir o setor da aviação comercial. Algumas jurisdições começaram a desenvolver medidas anti-SAG, incluindo a exigência de que as instituições financeiras que desejem fazer negócios com elas certifiquem a sua não adesão a aspetos da agenda de transição. O não cumprimento destes requisitos pode resultar na cessação de negócios existentes e na incapacidade de realizar novos negócios com essas jurisdições, enquanto o cumprimento pode levar a riscos reputacionais e potenciais processos.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Se as condições económicas, como o crescimento do PIB, os níveis de desemprego, a conjuntura das taxas de juro e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhorarem além dos níveis atualmente previstos, tal poderá resultar em receitas mais elevadas. Estes impactos podem ser apenas parcialmente compensados por custos adicionais, melhorando assim a capacidade do Grupo para atingir os seus objetivos financeiros. Simultaneamente, a subida potencial da inflação e das taxas de juro, e o aumento da volatilidade do mercado, podem representar uma série de oportunidades, como o aumento das receitas provenientes de fluxos comerciais mais elevados no contexto do reposicionamento das carteiras de clientes privados, empresariais e institucionais, o aumento da margem financeira, bem como o aumento das margens sobre os empréstimos concedidos em todo o balanço do Grupo.

Em particular, poderão surgir oportunidades se o ambiente macroeconómico no nosso mercado doméstico, a Alemanha, melhorar na sequência da eleição antecipada do Bundestag em fevereiro de 2025. Se o próximo governo federal conseguir uma flexibilização do travão constitucional da dívida e/ou a implementação de reformas estruturais que favoreçam o crescimento, por exemplo, para reduzir os preços da eletricidade ou a carga administrativa e fiscal das empresas, as perspetivas de crescimento económico da Alemanha melhorarão a médio prazo. Alguns efeitos positivos iniciais sobre o ambiente empresarial do banco (por exemplo, decorrentes de despesas orçamentais adicionais ou de uma maior confiança) poderão eventualmente materializar-se a curto prazo durante 2025.

Uma parte substancial dos ativos e passivos do balanço do Grupo é constituída por instrumentos financeiros escriturados ao justo valor, sendo as variações do justo valor reconhecidas na demonstração de resultados. Se as condições de mercado melhorarem ou as taxas de juro descerem, tal poderá resultar num aumento do justo valor de determinados instrumentos financeiros. Como resultado dessas alterações, o Grupo pode realizar ganhos no futuro.

Geopolítica

Embora o aumento dos riscos geopolíticos crie incertezas que minam as perspetivas de crescimento global e conduzam a uma maior fragmentação do ambiente empresarial, o Deutsche Bank poderá beneficiar do apoio prestado aos seus clientes no sentido de reduzir o risco das suas cadeias de abastecimento e reequilibrar a sua presença global, caso a fragmentação da ordem do comércio internacional acelere. Se o risco geopolítico diminuir inesperadamente, as perspetivas de crescimento global poderão melhorar para além dos pressupostos do banco, com implicações positivas para as receitas e os indicadores de risco.

Alteração regulamentar

As alterações regulamentares podem encorajar os bancos a fornecer melhores produtos ou serviços que podem oferecer oportunidades para diferenciação no mercado. Por exemplo, à medida que os padrões de informação continuam a desenvolver-se e a melhorar para o financiamento sustentável, o mercado pode evoluir para adotar iniciativas financeiras sustentáveis de forma mais ampla. Como os clientes e o mercado adotam iniciativas relacionadas a finanças sustentáveis, o Grupo pode ter a oportunidade de diferenciar ainda mais o banco através da melhoria dos serviços prestados aos seus clientes.

Estratégia

A estratégia global do Deutsche Bank para o Hausbank define a abordagem do banco para melhorar substancialmente os retornos para os acionistas ao longo do tempo e a melhor forma de utilizar o balanço, bem como outros recursos, de uma forma que seja consistente com a carteira de clientes e a apetência pelo risco do banco. Como tal, a implementação da estratégia do Grupo poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Tal inclui benefícios potenciais decorrentes de condições macroeconómicas, de mercado e geopolíticas melhores do que o previsto ou de alterações vantajosas no ambiente concorrencial, como o recuo de concorrentes tradicionais e emergentes não bancários em mercados selecionados.

Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados do Deutsche Bank e as eficiências de custos puderem ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações. Os progressos poderão ser ainda mais estimulados se os mercados reagirem favoravelmente à subida de notação do Deutsche Bank e ao desempenho sustentado das receitas. Tal poderá, por sua vez, reduzir os custos de financiamento e amplificar ainda mais a rentabilidade do banco.

O banco espera prosseguir a estratégia do Grupo e tornar-se o primeiro ponto de contacto para todos os seus clientes, respondendo a todas as suas necessidades financeiras - como o seu "Global Hausbank". O Deutsche Bank espera que o seu legado de mais de 150 anos, a sua rede global, a sua experiência de mercado, a sua extraordinária gestão de riscos e a sua vasta gama de produtos apoiem o crescimento e os investimentos orientados, com o objetivo de se tornar sustentavelmente rentável, aumentando simultaneamente a eficiência operacional e mantendo a disciplina de capital.

No âmbito do Corporate Bank, o Deutsche Bank vê oportunidades multifacetadas num franchise líder de mercado que tira partido da presença global e do modelo de cobertura do Corporate Bank. O Deutsche Bank espera aumentar as receitas combinando soluções de gestão do risco com capacidades de plataforma de tesouraria e estabelecendo o Corporate Bank como um parceiro-chave para apoiar a transformação energética dos seus clientes, com base na sua posição na Europa e expandindo ainda mais para a APAC.

O Investment Bank continua a ser um líder mundial em produtos de rendimento fixo e de financiamento, e o Deutsche Bank está concentrado em consolidar esta posição e manter a quota de mercado conquistada. Para alcançar este objetivo, combinado com a força da plataforma de Geração e Consultoria, o foco da divisão está orientado para o investimento específico em áreas de crescimento em atividades existentes e adjacentes para melhorar e diversificar a oferta de produtos. Entretanto, o Investment Bank continua a concentrar-se na otimização dos custos e do capital em toda a carteira, bem como em melhorias adicionais do ambiente de controlo. Além disso, um maior enfoque na eficiência da cobertura de clientes da divisão pretende aumentar a força e a profundidade das relações em toda a base global de clientes.

Para o Private Bank, o foco continua a ser o retalho alemão, o retalho internacional e os clientes empresariais, bem como a procura do crescimento, predominantemente nas áreas de consultoria. No que respeita às atividades de Wealth Management, o Grupo vê oportunidades de crescimento particularmente na EMEA e APAC.

No que diz respeito a Asset Management, que inclui as entidades jurídicas da DWS, a DWS continua a executar a estratégia declarada publicamente, que visa manter a liderança em classes de ativos maduras e crescer seletivamente noutras regiões e produtos, a fim de cimentar o seu estatuto de líder na gestão de ativos. As áreas de crescimento incluem oportunidades de receitas provenientes de novas transferências de ativos para investimentos passivos e produtos alternativos.

O Deutsche Bank continua a focar-se na sustentabilidade em todo o banco e tem visto oportunidades de crescimento neste espaço em todos os negócios fundamentais, à medida que a resposta dos clientes às alterações climáticas ganha mais força. Dada a forte apetência dos clientes, o Deutsche Bank continua a ver o financiamento sustentável como uma oportunidade fundamental e uma área de investimento. Como parte dos esforços mais amplos para desenvolver uma estratégia de apetência pelo risco para gerir o risco climático, o banco vê oportunidades de apoiar os seus clientes, por exemplo, no desenvolvimento de estratégias de descarbonização credíveis e apoio à sua transição.

Os investidores privados e institucionais, incluindo clientes e não clientes do banco, consideram cada vez mais os riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governação como significativos para os retornos a longo prazo, e o banco acredita que este se tornará um diferenciador fundamental. No que a isto diz respeito, a inclusão de fatores SAG nos processos de investimento ou no processo de tomada de decisões para a concessão de mandatos de negócio nos nossos negócios continua a crescer. Como tal, o Deutsche Bank pretende desenvolver e fornecer produtos financeiros ou possibilidades de investimento que possam ajudar o banco e os nossos clientes a alcançar os seus objetivos comuns de SAG e avançar a estratégia holística de SAG. De um modo mais geral, o banco acredita que o avanço das atividades de SAG pode conduzir a oportunidades de receitas adicionais, mas também a uma melhor marca e perceção das partes interessadas.

Além disso, uma cultura de risco e de controlo partilhada e forte a nível de toda a empresa, possibilitada pela tecnologia, pela análise e pela profunda especialização do banco em matéria de risco, pode, em parte, proporcionar a vantagem competitiva necessária para apoiar a estratégia de crescimento das atividades do Deutsche Bank.

De um modo geral, o Deutsche Bank tem oportunidades para ganhar quota de mercado e aumentar a sua base de clientes, apoiando as suas necessidades de financiamento, consultoria e gestão do risco.

Tecnologia, Dados e Inovação

A inovação digital oferece ao Deutsche Bank várias oportunidades de receitas, desde o aumento das vendas com os clientes atuais até à aquisição de novos clientes, através da expansão da carteira de produtos do próprio banco e da participação em parcerias de produtos com terceiros, que podem potencialmente reduzir o tempo de colocação no mercado. O alcance global do Grupo permite escalar os produtos de forma rápida e eficiente em várias áreas geográficas. Simultaneamente, os clientes do banco beneficiarão do facto de os produtos e serviços serem desenvolvidos e colocados no mercado mais rapidamente no futuro.

A parceria estratégica em curso do banco com a Google Cloud demonstra o seu empenho em adotar novas tecnologias. Espera-se que as migrações de aplicações para o Google Cloud, por exemplo, a plataforma financeira SAP HANA que inclui o livro-razão do banco, tragam uma série de benefícios, incluindo desempenho, escalabilidade, estabilidade e segurança do ambiente de nuvem.

O banco está a colaborar com a Google, a Microsoft e outros fornecedores de tecnologia na adoção precoce de novas tecnologias de IA e na "IA responsável" para o setor bancário. O banco está a avaliar essas tecnologias de forma prudente e responsável, para garantir que compreende e atenua os riscos que possam surgir antes de as implementar em produção. O alcance global do banco permite-lhe dimensionar produtos de forma rápida e eficiente em todas as geografias, enquanto os seus clientes beneficiarão do facto de novos produtos e serviços serem desenvolvidos e introduzidos no mercado mais rapidamente no futuro. A abordagem do Deutsche Bank consiste em maximizar os benefícios da IA sem comprometer o risco. Criou um Fórum de Supervisão da Inteligência Artificial para garantir a monitorização e a avaliação de risco adequadas das soluções de IA e o seu alinhamento com os objetivos estratégicos do banco. Em 2024, o banco já implementou uma série de soluções de IA, incluindo uma solução de processamento de documentos que utiliza a IA generativa para reduzir significativamente o tempo de tratamento de documentos. Foi implementada uma outra solução GenAI, denominada "dbLumina", para permitir que os especialistas na matéria possam selecionar, aperfeiçoar e controlar os conteúdos de grandes massas de conhecimento de uma forma consistente e fiável. Além de implementar soluções de IA específicas, o banco está também a adotar soluções de IA mais genéricas com uma implementação controlada do Microsoft Copilot.

Além disso, a tecnologia está a criar novos conjuntos de ativos e dinheiro digitais, como as moedas digitais dos bancos centrais, os depósitos simbólicos, as moedas estáveis e os títulos eletrónicos. Estas podem facilitar transações financeiras mais baratas, mais rápidas e mais eficientes, ao mesmo tempo que criam novos casos de utilização. O Deutsche Bank está em discussões muito ativas sobre as soluções de moeda digital dos bancos centrais, tanto por grosso como a retalho, a nível mundial, mas sobretudo na Europa. Participou nos ensaios de liquidação de moeda do banco central por grosso com o BCE. Está também a colaborar com o Banco de Pagamentos Internacionais para explorar os benefícios que a tokenização pode proporcionar aos pagamentos transfronteiriços por grosso.

O Deutsche Bank analisa as oportunidades de aproveitar os benefícios da tecnologia de ativos digitais subjacentes para responder às necessidades dos clientes no âmbito dos quadros regulamentares e de apetência pelo risco do banco. Ao manter uma abordagem cautelosa e altamente seletiva, o banco pretende tirar partido das novas tecnologias de uma forma que beneficie os clientes de forma segura, mas esta abordagem pode também levar à perda de oportunidades.

Aspetos ambientais, sociais e de governação

A transição para uma economia de carbono mais baixo apresenta múltiplas oportunidades para apoiar os clientes nos seus percursos para emissões líquidas nulas através da disponibilização de financiamento sustentável e de conhecimentos especializados em matéria de transição. Em 2023, o Deutsche Bank publicou o seu Plano de Transição Inicial, que consolida numa única publicação as definições, metodologias, objetivos e realizações do banco no seu caminho para emissões líquidas nulas até 2050. Globalmente, juntamente com a gestão ativa da pegada de carbono do Grupo através do seu regime de objetivo de emissões líquidas nulas, isto pode conduzir tanto a oportunidades de receitas como a uma melhor perceção das partes interessadas.

Relatório de Risco

61 Introdução

62 Visão geral do risco e do capital
62 Indicadores de risco fundamentais
63 Perfil de risco

65 Quadro de risco e de capital
65 Princípios de gestão do risco
66 Governação do risco
68 Apetência pelo risco e capacidade de risco
69 Plano de risco e de capital
70 Testes de esforço
71 Sistemas de medição e relatório do risco
73 Planeamento de recuperação e resolução

74 Gestão do risco e de capital
74 Gestão de capital
74 Definição de limites para recursos
75 Identificação e avaliação do risco
75 Gestão do risco de crédito
94 Gestão do risco de mercado
101 Gestão do risco operacional
106 Gestão do risco de liquidez
111 Gestão do risco empresarial
114 Gestão do risco do modelo
115 Gestão do risco de reputação
116 Segurança da informação

121 Desempenho de capital e risco

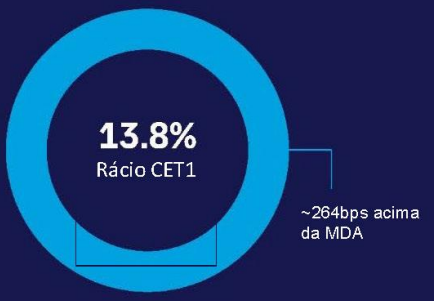
121 Capital, Rácio de alavancagem, TLAC e MREL
138 Exposição ao risco de crédito
173 Exposições ao risco de mercado relacionado com a negoc
176 Exposições ao risco de mercado não relacionado com a n
178 Exposição ao risco operacional
179 Exposição ao risco de liquidez

Sólidos indicadores de capital e de risco

Resiliência

— Posição de capital robusta, com um rácio CET1 de 13,8% no final de 2024, apesar da absorção de encargos com litígios e da dedução de capital para a recompra de ações de 750 milhões de euros anunciada

— O objetivo é operar com uma reserva de 200 pontos percentuais acima do limiar de MDA previsto para o banco, à medida que o Deutsche Bank reforça os fundos próprios e absorve as alterações regulamentares



Rácio de endividamento essencialmente estável

— A exposição à alavancagem aumentou 6% em termos homólogos, principalmente exposições a operações de financiamento de títulos, em linha com o balanço crescimento do balanço e maiores compromissos e garantias; efeitos mais do que compensados pela geração de capital orgânico, resultando globalmente num rácio de alavancagem ligeiramente superior em 8bps

Eficiência do capital crescente

— Os ativos ponderados pelo risco aumentaram cerca de 2%, principalmente devido aos ativos ponderados pelo risco de crédito, devido, entre outros fatores, ao crescimento da atividade e a aperfeiçoamentos dos modelos internos

— Realização de reduções totais equivalentes de RWA provenientes de medidas de eficiência de capital de cerca de 24 mil milhões de euros, perto do objetivo para o final de 2025 de 25-30 mil milhões de euros

Provisão para perdas de crédito estabilizada

— As provisões para o ano inteiro foram elevadas e afetadas por efeitos temporários no Private Bank, na sequência da integração do Postbank, por um pequeno número de eventos empresariais e pelos impactos cíclicos da CRE

— Os impactos dos riscos macroeconómicos e geopolíticos na nossa carteira de crédito são acompanhados de perto; os principais indicadores de qualidade são globalmente estáveis, não se observando atualmente qualquer deterioração estrutural da qualidade dos ativos subjacentes

Liquidez e base de financiamento sólidas

— Liquidez e base de financiamento sólidas, com um rácio de cobertura de liquidez (LCR) em 131% (e Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) em 121%), ambos muito acima dos requisitos regulamentares e dentro dos objetivos do banco

Introdução

Divulgações em conformidade com a IFRS 7

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações. Também considera a classificação subjacente e os requisitos de mensuração e imparidade na IFRS 9, podendo consultar-se mais detalhes na secção "Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos", na secção "Qualidade dos ativos", na secção "Redução do risco de crédito" e na Nota 1 "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas. As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um sombreado azul claro ao longo deste Relatório de Risco.

Desde 30 de junho de 2020, o Grupo aplica os regimes transitórios em relação à IFRS 9 como previsto no atual CRR/CRD para todas as medidas CET1.

Em 2024, o Deutsche Bank implementou um novo sistema de dados de referência do cliente e concluiu a integração do Postbank na plataforma do Deutsche Bank. Ambas as medidas conduziram a alinhamentos e aperfeiçoamentos de processos, alterando consequentemente a apresentação de determinadas posições em risco de clientes por área geográfica e setor (NACE). Os alinhamentos e aperfeiçoamentos dos processos não tiveram qualquer impacto no total das posições em risco dos clientes do Grupo em 31 de dezembro de 2024.

Divulgações de acordo com o Pilar 3 do Quadro de Capital de Basileia III

As divulgações do Deutsche Bank, de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia através do Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR"), incluindo emendas recentes; e apoiadas pela Orientação da EBA "Projeto final de implementação de normas técnicas sobre a divulgação pública pelas instituições das informações referidas nos Títulos II e III da Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013" e diretrizes relacionadas, aplicáveis às divulgações de Pilar 3, são publicadas no relatório adicional do Pilar 3 do Grupo, que pode ser encontrado no site do Deutsche Bank.

Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação"

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. O Deutsche Bank adere às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também no seu Relatório Pilar 3 adicional.

Divulgação de informações na sequência de alterações ao regulamento relativo aos requisitos de capital

Durante o ano de 2024, os colegisladores da UE finalizaram, adotaram e publicaram o pacote abrangente de reformas no que diz respeito às regras bancárias da União Europeia que implementam o conjunto final de reformas globais de Basileia III, alterando a forma como os bancos calculam os seus RWA (Regulamento (UE) 2024/1623 (CRR3)), aplicável a partir de 1 de janeiro de 2025. Inclui, entre outras coisas, um limite mínimo de produção introduzido gradualmente até 2030, estabelecendo um RWA mínimo que acabará por ser fixado em 72,5% do RWA calculado de acordo com o método normalizado, alterações aos métodos normalizado e baseado em notações internas para determinar o risco de crédito, alterações ao ajustamento da avaliação do crédito, uma revisão dos métodos para os riscos operacionais e reformas ao quadro de risco de mercado, tal como estabelecido na Revisão Fundamental da Carteira de Negociação (FRTB, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2026). A aplicação das alterações ao CRR afeta, entre outros, os ativos ponderados pelo risco e os fundos próprios regulamentares do Deutsche Bank.

Visão geral do risco e do capital

Indicadores de risco fundamentais

A secção seguinte apresenta divulgações qualitativas e quantitativas sobre crédito, mercado, liquidez e outras métricas de risco e os seus desenvolvimentos nos doze meses findos a 31 de dezembro de 2024. As divulgações de acordo com o Pilar 3 do Quadro de Capital de Basileia III, que são implementadas na União Europeia pelo Regulamento de Requisitos de Capital (CRR) e apoiadas pelas Normas técnicas de execução da EBA ou Orientação da EBA, são publicadas no relatório separado do Pilar 3 do Grupo.

Os seguintes rácios de risco principais selecionados e as métricas correspondentes fazem parte da gestão holística do risco do banco em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1, rácio de adequação de capital económico, rácio de alavancagem, capacidade total de absorção de perdas, requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis, rácio de cobertura de liquidez, rácio de posição de liquidez líquida em esforço e financiamento estável líquido servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco, testes de esforço e práticas de planeamento de recuperação e resolução, os quais são revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, pelo menos anualmente.

Rácio de Common Equity Tier 1 (CET1)	
31/12/2024	13,8%[1]
31/12/2023	13,7%
Rácio de adequação de capital económico (ECA)	
31/12/2024	199%
31/12/2023	205%
Rácio de alavancagem	
31/12/2024	4,6%[1]
31/12/2023	4,5%
Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)	
31/12/2024 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	33,2%
31/12/2024 (baseado na exposição à alavancagem)	9,0%
31/12/2023 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	32,6%
31/12/2023 (baseado na exposição à alavancagem)	9,2%
Rácio de cobertura de liquidez (LCR)	
31/12/2024	131%
31/12/2023	140%

Ativos ponderados pelo risco (Risk-weighted assets - RWA)	
31/12/2024	357,4 mil milhões de euros[1]
31/12/2023	349,7 mil milhões de euros
Capital económico (EC)	
31/12/2024	24,2 mil milhões de euros
31/12/2023	23,3 mil milhões de euros
Exposição à alavancagem	
31/12/2024	1316 mil milhões de euros[1]
31/12/2023	1240 mil milhões de euros
Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)	
31/12/2024	37,5%
31/12/2023	35,2%
Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)	
31/12/2024	56,3 mil milhões de euros
31/12/2023	57,7 mil milhões de euros
Rácio de financiamento estável líquido (NSFR)	
31/12/2024	121%
31/12/2023	121%

[1] A partir do terceiro trimestre de 2024 o Deutsche Bank adotou o tratamento temporário dos ganhos e perdas não realizados mensurados ao justo valor através de OCI, de acordo com o artigo 468.º CRR; sem a aplicação desta regra o rácio CET1 teria sido de 13.5% com respetivo capital CET1 de 48,4 mil milhões de euros e RWA de 358,6 mil milhões de euros e, além disso, o rácio de alavancagem teria sido de 4,6% com respetivo capital Tier1 de 59,8 mil milhões de euros e exposição de alavancagem de 1315 mil milhões de euros

Além disso, o Deutsche Bank avalia regularmente os impactos potenciais dos riscos no balanço e na rentabilidade através de revisões de carteira e testes de esforço. Os testes de esforço também são usados para testar a resiliência dos planos estratégicos do Deutsche Bank.

Os resultados destes testes indicam que o capital e as reservas de liquidez atualmente disponíveis, em combinação com as medidas de mitigação disponíveis, são suficientes para resistir a períodos de esforço potencial.

O Grupo concluiu que os riscos, tal como descritos acima ou nas secções seguintes, aos quais o Deutsche Bank está exposto, incluindo potenciais impactos na estratégia empresarial, fornecem uma imagem verdadeira e justa do perfil de risco.

Para obter detalhes adicionais, consulte as secções "Perfil de risco", "Apetência pelo risco e capacidade de risco", "Plano de risco e de capital", "Testes de esforço", "Planeamento de recuperação e resolução", "Gestão do risco e de capital", "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL", "Rácio de cobertura de liquidez" e "Testes de esforço e análise de cenários".

Perfil de risco

O mix de atividades de negócio do Deutsche Bank resulta numa diversidade de riscos assumidos. O Grupo mede os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total, que capta o perfil de risco das divisões e tem em conta os efeitos de risco transversal ao nível do Grupo.

O perfil de risco do Corporate Bank resulta sobretudo dos produtos e serviços oferecidos nos Serviços de Tesouraria Empresarial (incluindo Trade Finance, Lending e Corporate Cash Management), Estratégia de Empréstimos a Empresas e Business Banking. A procura de capital económico nestes segmentos decorre, em grande medida, do risco de crédito.

O perfil de risco do Investment Bank é dominado pelas suas atividades de financiamento e trading, as quais originam todos os principais tipos de risco. O risco de crédito no Investment Bank está amplamente distribuído pelas unidades de negócio, mas com maior destaque no Fixed Income & Currencies e Leveraged Debt Capital Markets. O risco de mercado decorre principalmente das atividades de negociação e criação de mercado.

O perfil de risco do Private Bank inclui riscos de crédito decorrentes da atividade com clientes de retalho alemães e internacionais, clientes empresariais e clientes de Wealth Management, bem como riscos de mercado não relacionados com a negociação decorrentes da modelação de depósitos de clientes e do risco de spread de crédito.

A Asset Management, enquanto gestor de ativos fiduciário, investe dinheiro em nome dos clientes. Como tal, os principais fatores de risco são não financeiros. A procura de capital económico para o risco de mercado é impulsionada principalmente por riscos de mercado não relacionado com a negociação, que surgem em produtos de garantia e coinvestimentos nos fundos.

O perfil de risco de Corporate & Other inclui uma série de fatores de risco diferentes, incluindo os relacionados com a Tesouraria, determinadas rubricas corporativas e carteiras antigas. A procura de capital económico inclui principalmente o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de taxa de juro na Tesouraria, o risco cambial estrutural, o risco de pensões e o risco de compensação de ações, o risco de crédito decorrente dos investimentos de Tesouraria, o risco estratégico decorrente dos riscos fiscais e os riscos de ativos de software e o risco operacional das carteiras antigas.

A tabela abaixo mostra a posição de risco global do Deutsche Bank, medida pela procura de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico nas datas especificadas. A posição de risco económico global do Deutsche Bank também considera normalmente os benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

Perfil de risco das divisões do Deutsche Bank medido pelo capital económico

							31 dez 2024
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	3.455	4.512	2.164	46	2.329	12.507	52
Risco de mercado	1.040	2.086	1.561	304	3.676	8.667	36
Risco operacional	863	1.182	1.155	376	1.069	4.645	19
Risco estratégico	0	0	0	0	1.936	1.936	8
Vantagem de diversificação[1]	(715)	(1.007)	(803)	(190)	(814)	(3.530)	(15)
Total CE	**4.643**	**6.772**	**4.077**	**536**	**8.196**	**24.225**	**100**
Total de EC em %	19	28	17	2	34	100	N/S

[1] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico

							31 dez 2023
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	2.612	4.395	2.182	48	2.639	11.875	51
Risco de mercado	801	2.009	1.346	217	3.955	8.328	36
Risco operacional	445	1.729	613	278	1.507	4.572	20
Risco estratégico	0	0	0	0	1.874	1.874	8
Vantagem de diversificação[1]	(460)	(1.197)	(589)	(130)	(1.009)	(3.385)	(15)
Total CE	**3.399**	**6.936**	**3.551**	**413**	**8.967**	**23.265**	**100**
Total de EC em %	15	30	15	2	39	100	N/S

[1] Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico

Em 31 de dezembro de 2024, a procura de capital económico do Deutsche Bank ascendia a 24,2 mil milhões de euros, um valor 1,0 mil milhões de euros ou 4% superior aos 23,3 mil milhões de euros de procura de capital económico em 31 de dezembro de 2023. Esta evolução deveu-se principalmente a um aumento da procura de capital económico para o risco de crédito e o risco de mercado.

A procura de capital económico para risco de crédito totalizava 12,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, um valor 0,6 mil milhões de euros ou 5% superior em comparação com o final do ano de 2023. O aumento deveu-se principalmente a uma alteração na composição da carteira de empréstimos do Corporate Bank.

A procura de capital económico para risco de mercado totalizava 8,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, um valor 0,3 mil milhões de euros ou 4% superior em comparação com o final do ano de 2023. O aumento deveu-se principalmente a um maior risco comportamental de taxa de juro decorrente de pressupostos de modelização em carteiras de depósitos sem prazo de vencimento e a um aumento da exposição cambial estrutural em USD, parcialmente compensado por uma diminuição da exposição ao risco de taxa de juro em Tesouraria.

Principais temas de risco

Os desenvolvimentos mais recentes e as principais incertezas durante 2024 fazem parte das atividades de gestão do risco de crédito e do quadro de governação em curso no banco. Estas atividades incluem, entre outras, análises regulares de riscos emergentes (entre outros, Alemanha e Médio Oriente), bem como análises aprofundadas da carteira, gestão diária do risco ao nível de mutuários individuais e validações regulares de modelos. As carteiras que foram identificadas para um acompanhamento reforçado e uma avaliação do risco de desenvolvimentos negativos para o Grupo em 2024 incluem CRE, Automóveis e setores ou clientes considerados vulneráveis à transição climática e aos riscos físicos.

Os mercados de imóveis comerciais (CRE) continuam a enfrentar contrariedades devido aos impactos das taxas de juro mais elevadas, à diminuição da liquidez do mercado combinada com condições de empréstimo mais rigorosas e às mudanças estruturais no setor das empresas. No contexto atual, o principal risco para a carteira CRE do Deutsche Bank está relacionado com o refinanciamento e a prorrogação dos empréstimos que se vencem, em especial nos EUA, onde o Grupo continua a trabalhar proativamente com os mutuários para fazer face aos próximos vencimentos e estabelecer condições para alterações e prorrogações dos empréstimos.

A indústria automóvel enfrenta um ambiente económico difícil na Europa, incluindo potenciais tarifas americanas, além dos objetivos de transição para os veículos elétricos (VE) e da concorrência da China. Até à data, o difícil contexto do setor tem tido um impacto limitado na carteira de empréstimos do Deutsche Bank ao setor automóvel e aos fornecedores, tendo-se observado apenas moderadas migrações no sentido da descida da notação de risco numa pequena carteira que representa 1.5 % da carteira de empréstimos do Grupo.

A transição climática e os riscos físicos representam riscos crescentes para as carteiras setoriais e regionais do banco. A gestão da transição climática e dos riscos físicos é uma componente fundamental da gestão de riscos e da estratégia de sustentabilidade mais alargada do Deutsche Bank, em que as avaliações de materialidade para 2024 e os resultados dos testes de resistência às alterações climáticas concluem que os potenciais impactos do risco de crédito estão bem contidos a curto prazo.

Para mais pormenores, consultar a secção "Áreas de incidência em 2024".

Quadro de risco e de capital

Princípios de gestão do risco

O modelo de negócio do Deutsche Bank implica, por inerência, a assunção de riscos. Os riscos podem ser financeiros e não financeiros e incluir riscos patrimoniais e extrapatrimoniais. O objetivo do Deutsche Bank é criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O quadro de gestão do risco contribui para isso, alinhando a gestão de risco planeada e efetiva com a apetência pelo risco, tal como expresso pelo Conselho de Administração, estando ao mesmo tempo em linha com o nosso capital e liquidez disponíveis.

O quadro de gestão do risco do Deutsche Bank é constituído por várias componentes, que incluem os mecanismos de controlo interno estabelecidos. São definidos princípios e normas para cada componente:

- As estruturas organizacionais devem seguir o modelo de três linhas de defesa ("3LoD") com uma definição clara de funções e responsabilidades para todos os tipos de risco.
  - A 1.ª linha de defesa (“1st LoD”) refere-se àquelas funções no banco cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros, e que detêm e são responsáveis por estes riscos. A 1.ª LoD gere estes riscos dentro da apetência pelo risco definida, estabelece uma governação de risco e uma cultura de risco adequadas e adere aos quadros de tipo de risco definidos pela 2.ª Linha de Defesa ("2nd LoD")
  - A 2.ª LoD refere-se às funções do Banco que definem o quadro de gestão do risco para um tipo de risco específico. A 2.ª LoD avalia e questiona de forma independente a implementação do quadro do tipo de risco e a adesão à apetência pelo risco, e atua como consultor à 1.ª LoD sobre a forma de identificar, avaliar e gerir os riscos.
  - A 3.ª Linha de Defesa ("3rd LoD") é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno
- Todos os colaboradores devem atuar como gestores de risco em coerência com a apetência pelo risco do banco, normas e valores de gestão do risco
- A apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração deve ser em cascata e cumprida em todas as dimensões do Grupo, com consequências adequadas em caso de violação
- Os riscos devem ser identificados e avaliados
- Os riscos devem ser geridos ativamente, incluindo a redução adequada dos riscos e sistemas de controlo interno eficazes
- Os riscos devem ser medidos e comunicados utilizando dados precisos, completos e em tempo real, através de modelos aprovados
- Devem ser realizados testes de esforço regulares contra cenários adversos e deve ser estabelecido um planeamento adequado de resposta a crises

O Grupo promove uma forte cultura de risco em que todos os colaboradores devem compreender plenamente e ter uma visão holística dos riscos que podem resultar das suas ações, compreender as consequências e geri-las adequadamente em relação à apetência pelo risco do banco. O banco prevê que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o Código de Conduta do banco. Para promover este objetivo, as políticas do Deutsche Bank exigem que os riscos assumidos (incluindo contra a apetência pelo risco) devem ser tidos em consideração durante a avaliação comportamental e nos processos de remuneração do banco. Esta expetativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e cursos de formação obrigatórios para todos os colaboradores do DB. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

O sistema de gestão de riscos e de controlo interno do Deutsche Bank é descrito com mais pormenor no relatório do Deutsche Bank sobre o Pilar 3 (especificamente na secção "Objetivos e políticas de gestão de riscos, Risco empresarial"). O sistema de gestão de riscos e de controlo interno abrange igualmente os objetivos relacionados com a sustentabilidade (tal como descritos na "Declaração de Sustentabilidade").

O Conselho de Administração é da opinião de que foi estabelecido um quadro de gestão do risco e um sistema de controlo interno que são, na sua totalidade, adequados e eficazes para o modelo de negócio e o perfil de risco do banco.

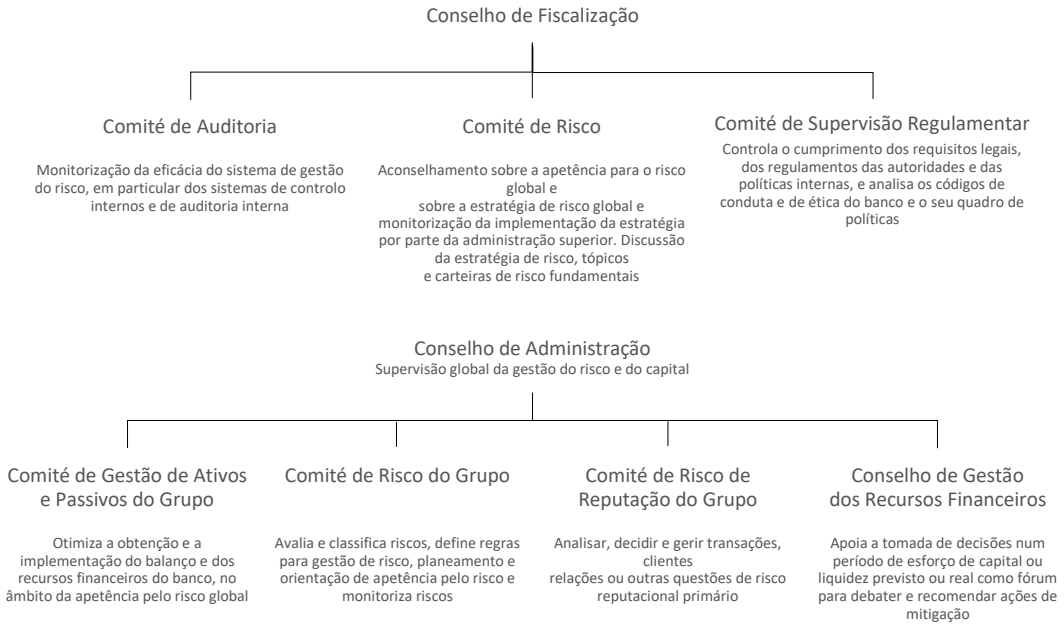
Governação do risco

As operações do Deutsche Bank são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que o banco exerce a sua atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (BCE) e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as principais entidades de supervisão do Deutsche Bank, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diversos níveis de gestão garantem uma governação do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank é informado regularmente sobre a situação, a gestão e o controlo dos riscos, incluindo os riscos para a reputação e os casos de litígios importantes, tendo criado vários comités para tratar de assuntos específicos (para uma descrição pormenorizada destes comités, consultar o "Relatório do Conselho de Fiscalização", bem como o capítulo "Conselho de Fiscalização" na "Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289f e 315d do Código Comercial Alemão")
  - Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração informa sobre as exposições ao risco atuais e futuras, as carteiras, a apetência e a estratégia de risco e as questões consideradas relevantes para a avaliação e supervisão da situação de risco do Deutsche Bank AG; informa também sobre os empréstimos que exigem uma resolução do Conselho de Fiscalização, nos termos da lei ou dos Estatutos; o Comité de Risco presta aconselhamento sobre questões relacionadas com a apetência global pelo risco, a posição de risco agregada e a estratégia de risco e mantém o Conselho de Fiscalização informado sobre as suas atividades
  - O Comité de Supervisão Regulamentar, entre outras responsabilidades, monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as políticas da própria empresa; analisa também os códigos de conduta e de ética do banco, bem como o seu quadro de políticas e, a pedido, apoia o Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do banco; o Conselho de Administração informa o comité sobre os contactos com os reguladores com uma relevância significativa para a atividade do negócio
  - O Comité de Auditoria, entre outras matérias, apoia o Conselho de Fiscalização no controlo da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, bem como na correção, por parte do Conselho de Administração, das deficiências identificadas
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Deutsche Bank Group, em conformidade com a lei, os Estatutos e o seu mandato, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas relacionadas com a empresa; o Conselho de Administração é responsável por assegurar uma organização empresarial adequada, incluindo uma gestão de riscos apropriada e eficaz, bem como o cumprimento dos requisitos legais e das orientações internas; o Conselho de Administração instituiu o Comité de Risco do Grupo como fórum central para a análise e decisão sobre riscos importantes e questões relacionadas com o capital; o Comité de Risco do Grupo é descrito mais pormenorizadamente a seguir

Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O Comité de Risco do Grupo tem várias funções e competências específicas, incluindo a aprovação de modelos de risco e de capital novos ou alterados e a análise do inventário de riscos, das carteiras de risco de alto nível, da evolução da exposição ao risco e dos resultados dos testes de esforço internos e regulamentares a nível do Grupo; além disso, o Comité de Risco do Grupo analisa e recomenda elementos para aprovação do Conselho de Administração, como os princípios fundamentais de gestão do risco, a declaração de apetência pelo risco do Grupo, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, os parâmetros globais de apetência pelo risco e os indicadores de recuperação e de escalonamento; o Comité de Risco do Grupo também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento do risco e do capital a nível do Grupo
- O Comité de Risco Reputacional do Grupo tem a responsabilidade de analisar, decidir e gerir todas as transações, relações com clientes ou outras questões de risco reputacional primário escaladas em conformidade com as políticas e o quadro de risco reputacional subjacentes, incluindo dos Comités Regionais de Risco Reputacional
- O Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros é um órgão de governação ad-hoc, presidido pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor de Risco, com autoridade delegada pelo Conselho de Administração, para supervisionar a gestão de crises financeiras no banco; o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros constitui um fórum único para supervisionar a execução do plano de financiamento de emergência e do plano de recuperação do Grupo; o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros recomenda medidas de atenuação a tomar em caso de stress de capital ou de liquidez, previsto ou efetivo; especificamente, o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros está encarregado de analisar a posição de capital e de liquidez do banco, em antecipação de um cenário de stress, recomendando propostas para questões relacionadas com o capital e a liquidez e supervisionando a execução das decisões
- O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo foi estabelecido pelo Conselho de Administração com o mandato de otimizar a origem e a implementação do balanço do banco e os recursos financeiros no âmbito da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração

O Diretor de Risco do Deutsche Bank, que é membro do Conselho de Administração, tem a responsabilidade a nível do Grupo e supradivisional, de estabelecer um quadro de gestão do risco com identificação, mensuração, monitorização, mitigação e relato adequados de riscos de liquidez, crédito, mercado, negócio, modelo e não financeiros (incluindo riscos operacionais e reputacionais). No entanto, os quadros para determinados riscos são estabelecidos por outras funções, de acordo com o plano de afetação de negócios.

O Diretor de Risco tem responsabilidade direta pela gestão da função do Departamento de Risco. Os deveres de controlo e gestão do risco na função do Departamento de Risco são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco estabelecida pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões e respetivas unidades de negócio
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão
- Estabelecer e aprovar limites de risco
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão

Os Diretores de Risco de cada divisão empresarial, bem com em cada região, tendo uma visão holística do respetivo negócio, desafiam e influenciam as estratégias das divisões e das regiões, a consciência e a propriedade do risco, bem como o cumprimento da apetência pelo risco.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões de negócio, as funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que o banco assume.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado e dos tipos de risco que o Deutsche Bank está disposto a assumir para alcançar os seus objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que o Deutsche Bank pode assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos processos de planeamento de negócio através do plano e da estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco, do risco-retorno e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, o contexto de negócios e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a capacidade e apetência pelo risco, são determinados diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e são definidos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. O Deutsche Bank atribui indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais o Deutsche Bank está exposto e que funcionam como indicadores da saúde financeira. Adicionalmente, o quadro de governação da gestão de risco e recuperação está associado ao quadro de apetência pelo risco.

Os relatórios relativos ao perfil de risco em comparação com a apetência pelo risco e estratégia de risco do Deutsche Bank, e a monitorização das mesmas, são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco pretendida for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos órgãos de governação apropriados.

Plano de risco e de capital

Plano estratégico e de capital

O Deutsche Bank realiza anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do futuro direcionamento estratégico enquanto Grupo e para as áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intra-anual do desempenho. Dessa forma, o Grupo procura identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os principais objetivos de resultados do Deutsche Bank (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são definidos e discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste passo do processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são questionados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão, compostos por um plano operacional discriminado mensalmente para o primeiro ano; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os respetivos diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e acordados objetivos coerentes com a orientação estratégica do banco. A fase ascendente inclui a preparação de planos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. Os testes de esforço complementam o plano estratégico para avaliar a resiliência do plano face a condições de mercado adversas.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é, além disso, apresentado ao Conselho de Fiscalização.

O Plano Estratégico e de Capital foi concebido para reforçar a visão do Grupo de ser um banco alemão líder, com fortes raízes europeias e uma rede global, e tem como objetivo assegurar:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco
- conformidade com os requisitos regulamentares
- uma posição sólida de capital e liquidez
- estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco
- avaliar a adequação de capital no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar)
- aplicar análises de testes de esforço apropriadas para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com o objetivo de evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos do Grupo. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que o Grupo também cumpre os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo (SREP) relacionados com o rácio de solvabilidade, tal como expressos pelo nosso supervisor interno.

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank consiste em várias componentes bem estabelecidas que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos aos quais o banco está continuamente exposto:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação dos riscos constitui a base do ICAAP e resulta num inventário dos riscos para o Grupo; todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade; para mais informações, consulte a secção "Identificação e avaliação do risco"
- Procura de capital/medição do risco: Os modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital regulatório e económico que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez; para mais informações, consulte as secções "Perfil de risco" e "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL"
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição dos recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas; para mais informações, consulte as secções "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL" e "Adequação de capital económico"
- Apetência pelo risco: O Deutsche Bank estabeleceu um conjunto de declarações qualitativas, indicadores quantitativos e limiares que exprimem o nível de risco que o Deutsche Bank está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos; a ultrapassagem dos limiares está sujeita a um quadro de governação específico que desencadeia medidas de gestão destinadas a salvaguardar a adequação dos fundos próprios; para mais informações, consulte as secções "Apetência e capacidade de risco" e "Principais indicadores de risco"
- Planeamento de capital: Os limiares de apetência pelo risco para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos no plano do capital para proteger a adequação de capital numa base prospetiva; para mais informações, consulte a secção "Plano estratégico e de capital".
- Testes de esforço: Os valores do plano de capital são também considerados em vários cenários de teste de esforço para comprovar a resiliência e a viabilidade global do banco; os indicadores de adequação dos fundos próprios regulamentares e económicos são também sujeitos a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários hipotéticos de esforço e para detetar vulnerabilidades em situações de esforço; para mais informações, consulte a secção "Testes de esforço"
- Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação dos fundos próprios seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma declaração anual específica sobre a adequação dos fundos próprios (CAS); a avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação dos fundos próprios do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e a medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação dos fundos próprios numa base prospetiva

Como parte do respetivo ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva interna normativa e uma perspetiva interna económica. A perspetiva interna normativa refere-se a uma avaliação plurianual da capacidade de cumprir todos os requisitos legais relacionados com o capital e as exigências de supervisão. A perspetiva económica interna refere-se a um processo interno utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas centram-se na manutenção da continuidade do Deutsche Bank numa base permanente, num cenário de base e num cenário adverso.

Testes de esforço

O Deutsche Bank implementou um quadro de teste de esforço para satisfazer os requisitos de testes de esforço internos e externos. Os testes de esforço internos são baseados em métodos desenvolvidos internamente e envolvem vários casos de utilização de gestão do risco (tipo de risco específico, bem como risco transversal). Os testes de esforço internos são parte integrante do quadro de gestão do risco do Deutsche Bank, complementando as medidas de risco tradicionais. O quadro de testes de esforço para riscos cruzados, o Group Wide Stress Test Framework (GWST), serve uma série de processos de gestão do banco, em particular o processo de planeamento estratégico, o ICAAP, o quadro de apetência pelo risco e a afetação de capital tangível às unidades de negócio. É realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do plano de capital do banco em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Os testes de esforço regulamentares, como por exemplo o teste de esforço da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o teste CCAR (Comprehensive Capital Analysis and Review) baseado nos EUA, seguem rigorosamente os processos e as metodologias previstas pelas autoridades reguladoras.

Os testes de esforço internos do Deutsche Bank são realizados regularmente para avaliar o impacto de crises económicas graves, bem como de eventos adversos específicos do banco, no perfil de risco e na posição financeira do banco. O quadro de testes de esforço do banco compreende abordagens regulares baseadas nas sensibilidades e em cenários que abordam diferentes gravidades e localizações regionais importantes. Todos os tipos de riscos importantes são incluídos nas atividades de teste de esforço. Estas atividades são complementadas por análises pessimistas específicas da carteira e do país, bem como por mais requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. As metodologias aplicadas são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Gestão do risco do modelo), para assegurar que captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Além disso, o quadro de stress a nível do grupo é objeto de análises regulares por parte da função de auditoria do grupo Deutsche Bank.

A fase inicial do teste de esforço do risco transversal do Deutsche Bank consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela ERM Risk Research, em colaboração com especialistas empresariais através de um fórum de governação formal, o Grupo de trabalho

de conceção de cenários. A ERM Risk Research monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade e definem a narrativa segundo a qual a posição de solvência do banco é avaliada. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos modelos internos de testes de esforço do banco, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como o rácio de CET 1, o Capital total, o rácio de adequação de capital económico, o rácio de MREL e o rácio de alavancagem em esforço. Também são considerados os impactos do esforço no rácio de cobertura de liquidez (LCR) e noutros indicadores de liquidez. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é de um a cinco anos, dependendo do caso de utilização e dos pressupostos do cenário. O Grupo de Trabalho de Testes de esforço (STWG) analisa os resultados finais dos testes de esforço, seguidos de apresentações selecionadas ao Comité de Risco Empresarial (ERC). Depois de comparar estes resultados com a apetência pelo risco definida pelo banco, pode ser desenvolvida e aplicada uma estratégia de mitigação específica para remediar os impactos do esforço em caso de violação dos limites da apetência pelo risco. Os resultados do esforço são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco.

Os testes de esforço ao nível do grupo realizados em 2024 indicaram que a capitalização do banco, aliada às medidas de mitigação disponíveis, conforme definido no Plano de Recuperação do Grupo, é adequada para alcançar os níveis de saída de esforço definido internamente.

O teste de esforço inverso de risco transversal alavanca o quadro GWST e é tipicamente realizado anualmente para desafiar o modelo de negócio do Deutsche Bank ao determinar cenários que pudessem fazer com que o banco se tornasse inviável. Este teste de esforço inverso baseia-se num cenário macroeconómico hipotético melhorado por eventos idiossincráticos com base nos principais riscos monitorizados para cada tipo de risco. Comparando o cenário de inviabilidade com o ambiente económico atual, considera-se que a probabilidade de ocorrência de um tal cenário hipotético de stress é extremamente baixa. Assim sendo, o banco considera que a continuidade das suas atividades não está em risco.

Em 2024, o banco realizou testes de esforço plurianuais como parte do processo de planeamento estratégico anual para 2024, utilizando dois cenários adversos do mapa térmico, nomeadamente um cenário de "forte desaceleração liderada pela UE" e um cenário de "choque ascendente nas taxas de juro e na inflação".

Além do GWST, que inclui todos os tipos de risco importantes e os principais fluxos de receitas, o Deutsche Bank dispõe de programas de teste de esforço individuais para todos os indicadores de risco relevantes em linha com os requisitos regulamentares. Os programas de teste de esforço relevantes são descritos nas secções acerca dos métodos individuais de gestão do risco.

A principal filial do Deutsche Bank nos EUA, a DB USA Corporation, também participou num importante teste de esforço regulamentar em 2024, ou seja, o teste de esforço CCAR baseado nos EUA, implementado nos termos da Lei Dodd-Frank dos EUA. No contexto do teste de esforço CCAR, a Reserva Federal (FRB) divulgou o esgotamento do capital de stress para a DB USA Corporation e a DWS USA Corporation; o resultado deste teste demonstrou que cada entidade permanece muito bem capitalizada mesmo depois de suportar um ambiente hipotético de stress grave.

Em 2024, o Banco continuou a melhorar as suas capacidades internas de teste de esforço climático, alargando o seu quadro de modo a incluir cenários de risco físico e de risco de transição a longo prazo nas carteiras globais. Além disso, todos os tipos de risco relevantes com exposição material ao risco climático estão agora abrangidos. Os resultados do teste de esforço são integrados em processos relevantes, incluindo a apetência pelo risco, o planeamento de negócios e o ICAAP.

Sistemas de medição e relatório do risco

Vista geral

Os sistemas de medição do risco do Deutsche Bank servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em todos os tipos de riscos. A infraestrutura de risco incorpora as entidades jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, limiares ou objetivos destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas no âmbito da função de Diretor Financeiro e CRO assumem a responsabilidade pela medição, análise e comunicação do risco, promovendo simultaneamente a qualidade e integridade suficientes dos dados relacionados com o risco e tendo em conta, quando relevante, os princípios para a agregação eficaz de dados sobre o risco e a comunicação do risco, de acordo com o regulamento n.º 239 do Comité de Supervisão Bancária de Basileia ("BCBS 239"). Os sistemas de gestão do risco do Grupo são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

A comunicação do Deutsche Bank é uma parte integrante da estrutura de gestão do risco do Deutsche Bank e, como tal, está em consonância com a configuração organizacional que fornece informações consistentes ao nível do Grupo e para entidades jurídicas importantes, bem como discriminações por tipos de risco, divisão e unidades de negócio importantes.

Os princípios a seguir indicados orientam as práticas de "mensuração e comunicação dos riscos" do Deutsche Bank:

- O Deutsche Bank monitoriza os riscos assumidos em relação à apetência pelo risco em vários níveis do Grupo, por exemplo, ao nível do Grupo, das divisões, das unidades de negócio importantes, das entidades jurídicas importantes, dos tipos de risco, das classes de ativos materiais, da carteira e das contrapartes.
- A comunicação dos riscos tem de ser precisa, clara, útil e completa, bem como transmitir dados de risco reconciliados e validados para comunicar informações de forma concisa, com vista a garantir que, para os riscos financeiros e não financeiros significativos, o perfil de risco do banco seja claramente compreendido
- Os comités de risco sénior, tais como o Comité de Risco da Sociedade e o Comité de Risco do Grupo, e o Conselho de Administração, responsáveis pela gestão do risco e capital, recebem relatórios com regularidade (bem como relatórios ad-hoc conforme necessário)
- As equipas dedicadas no Deutsche Bank gerem de forma pró-ativa os riscos financeiros e não financeiros significativos e têm de garantir que as informações de gestão exigidas existem para permitir a identificação e a gestão pró-ativas dos riscos e evitar concentrações excessivas num tipo de risco específico e entre riscos (perspetiva de risco transversal)

Ao aplicar os princípios suprarreferidos, o Deutsche Bank mantém uma base comum para todos os relatórios de risco e visa reduzir os esforços segregados de relato, de modo a permitir ao Deutsche Bank o fornecimento de informações consistentes, apenas distintas devido à granularidade e ao foco no público-alvo.

Indicadores de risco fundamentais

O Banco identifica um grande número de indicadores nos seus sistemas de medição do risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de riscos e tipos de risco importantes. O Deutsche Bank designa um subconjunto desses indicadores como "Indicadores de risco fundamentais" que representam os indicadores mais críticos, para os quais o Banco aplica uma apetência, um limite, um limiar ou um objetivo ao nível do Grupo, e/ou são apresentados sistematicamente à direção para discussão ou tomada de decisões. Os Indicadores de risco fundamentais identificados incluem os indicadores de adequação de capital e liquidez; pode encontrar mais detalhes na secção "Indicadores de risco fundamentais".

Relatórios de risco fundamentais

Embora sejam utilizados vários relatórios no Banco, o Deutsche Bank designa um subconjunto desses relatórios como "Relatórios de risco fundamentais", os quais são essenciais para apoiar o quadro de gestão do risco do Deutsche Bank através do fornecimento de informações de risco à direção e, deste modo, permitir que os órgãos de governo relevantes monitorizem, realizem e controlem adequadamente as atividades de assunção de risco do Banco. Para assegurar que os Relatórios de riscos principais satisfazem os requisitos dos destinatários, as funções que produzem relatórios verificam regularmente se os Relatórios de riscos principais são claros e úteis.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação do Deutsche Bank informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O relatório mensal sobre o perfil de risco e de capital é um relatório transversal, que proporciona uma visão global do perfil de risco do Deutsche Bank e é utilizado para informar o CEI, o Comité de Risco do Grupo, bem como o Conselho de Administração e, subsequentemente, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização; o perfil de risco e de capital inclui sínteses específicas por tipo de risco e por atividade, bem como tópicos de risco a nível da empresa; inclui também atualizações sobre os principais indicadores de apetência pelo risco do Grupo e outros indicadores de controlo do tipo de risco da carteira, bem como atualizações sobre a evolução dos principais riscos, destacando áreas de particular interesse com atualizações sobre as correspondentes estratégias de gestão do risco
- O Relatório Semanal de Risco é um resumo semanal que abrange questões de alto nível sobre as principais áreas de risco e é apresentado todas as sextas-feiras aos membros do Comité de Risco Empresarial, do Comité de Risco do Grupo e do Conselho de Administração e, subsequentemente, aos membros do Comité de Risco do Conselho de Fiscalização; o Relatório Semanal de Risco caracteriza-se pela natureza ad-hoc dos seus comentários, bem como pela cobertura de temas, e centra-se em métricas de risco mais voláteis
- O Deutsche Bank realiza vários testes esforço macroeconómicos em todo o Grupo. Um cenário mensal de apetência pelo risco serve para definir e monitorizar regularmente a apetência do banco por perdas em situações de stress; além disso, existem cenários de atualidade que são comunicados e discutidos no Comité de Risco Empresarial e encaminhados para o Comité de Risco do Grupo, se tal for considerado necessário; os principais indicadores de desempenho em situação de stress são comparados com os limiares de apetência pelo risco do Grupo

Embora os relatórios suprarreferidos sejam utilizados ao nível do Grupo para monitorizar e analisar o perfil de risco do Deutsche Bank de forma holística, existem outros relatórios de gestão normalizados e pontuais complementares, incluindo para Tipos de Risco ou Carteiras de Foco, que são utilizados para monitorizar e controlar o perfil de risco.

Planeamento de recuperação e resolução

Na UE, o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução (Regulação SRM) e a Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos (BRRD) visam reduzir a probabilidade de uma outra crise financeira, aumentar a resiliência das instituições em esforço e, por fim, apoiar a estabilidade de longo prazo dos sistemas financeiros sem expor o dinheiro dos contribuintes a perdas.

Em conformidade com as disposições do Regulamento SRM e do BRRD (que foram implementadas principalmente na Alemanha pela Lei Alemã de Recuperação e Resolução (Sanierungs- und Abwicklungsgesetz, SAG), o Deutsche Bank mantém um quadro de planeamento de recuperação e resolução concebido para identificar e gerir o impacto de eventos adversos de forma atempada e coordenada.

O Banco mantém um plano de recuperação do grupo que especifica as medidas destinadas a restabelecer a posição financeira na sequência de uma deterioração significativa da sua situação financeira. O plano de recuperação do grupo é atualizado pelo menos uma vez por ano e aprovado pelo Conselho de Administração.

O plano de resolução do grupo, por outro lado, é preparado pelas autoridades de resolução, e não pelo próprio banco. O Deutsche Bank trabalha em estreita colaboração com o Conselho Único de Resolução e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin), que estabelecem o plano de resolução do grupo para o Deutsche Bank, o qual se baseia, atualmente, numa recapitalização com um único ponto de entrada de banco aberto como a estratégia de resolução preferencial. No âmbito da estratégia de único ponto de entrada, a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG, seria recapitalizada através de uma depreciação e/ou conversação em capital de instrumentos de capital (Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional, Tier 2) e outros passivos elegíveis para estabilizar o grupo. No prazo de um mês a contar da aplicação da ferramenta de recapitalização para recapitalizar uma instituição, a BRRD (conforme transposta para a SAG) exige que a instituição em causa prepare um plano de reorganização do negócio que aborde as causas de incumprimento e vise recuperar a viabilidade de longo prazo da instituição. Para apoiar e melhorar ainda mais a continuidade operacional do banco para fins de planeamento da resolução, o Deutsche Bank completou os preparativos adicionais, nomeadamente acrescentando cláusulas de suspensão de rescisão aos acordos financeiros dos clientes regidos por legislação não comunitária e incluindo disposições de continuidade nos principais acordos de serviço. Os contratos financeiros e acordos de serviços regidos pela legislação da UE já estão cobertos por leis estatutárias que impedem a rescisão apenas devido a qualquer medida de resolução.

A BRDD obriga os bancos nos Estados-Membros da UE a manter requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis para tornar a resolução credível ao estabelecer uma capacidade de absorção de perdas e de recapitalização suficiente. Além dos MREL, o Deutsche Bank, como banco de importância sistémica global, está sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais, que estabelece requisitos rigorosos para o montante e a elegibilidade dos instrumentos a serem mantidos para efeitos de recapitalização. Em particular, os instrumentos de TLAC têm de ser subordinados (incluindo a dívida sénior designada como não preferencial, mas também na forma de instrumentos de capital regulamentar) a outros passivos sénior. Isto garante que uma recapitalização seria aplicada, em primeiro lugar, aos instrumentos de TLAC e capital, que têm de ser esgotados antes de uma recapitalização poder afetar outros passivos sénior (preferenciais) tais como obrigações "plain vanilla" preferenciais sénior, instrumentos de dívida que são estruturados, depósitos e derivados.

Nos Estados Unidos, o Deutsche Bank AG é obrigado, ao abrigo do Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor de 2010 (Lei Dodd-Frank), conforme alterada, a preparar e enviar periodicamente ao Conselho da Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) um plano de resolução completo ou específico (o Plano de Resolução dos EUA) num calendário prescrito por essas agências. O Plano de Resolução dos EUA deve demonstrar que o Deutsche Bank AG tem a capacidade de executar e implementar uma estratégia para a resolução ordenada das suas entidades e operações relevantes nos EUA. Para as sociedades sedeadas no estrangeiro sujeitas a estes requisitos de plano de resolução, tais como o Deutsche Bank AG, o Plano de resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou cujas atividades são realizadas na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos. O Plano de Resolução dos EUA do Deutsche Bank descreve a estratégia de ponto de entrada único para as entidades e operações relevantes do Deutsche Bank nos EUA e prescreve que a DB USA Corporation, uma das holdings intermediárias do banco, forneceria um suporte de liquidez e de capital às suas subsidiárias de entidades importantes dos EUA e asseguraria a sua dissolução solvente fora dos procedimentos de resolução aplicáveis.

O Deutsche Bank apresentou o seu primeiro plano de resolução "direcionado" nos EUA em 17 de dezembro de 2021, que descrevia os principais elementos da estratégia de resolução do Deutsche Bank nos EUA, como estratégias de capital, liquidez e recapitalização, bem como a forma como o Deutsche Bank integrou as lições aprendidas com a sua resposta à pandemia de COVID-19 no seu processo de planeamento da resolução. Em 16 de dezembro de 2022, o Federal Reserve Board (FRB) e o FDIC (Agências) anunciaram os resultados da sua análise do Plano de Resolução do Deutsche Bank para 2021 nos EUA, bem como de outros bancos, e não encontraram quaisquer lacunas ou deficiências no plano do Deutsche Bank. Na sua carta de resposta ao Deutsche Bank, as Agências assinalaram áreas em que a realização de novos progressos ajudará a melhorar a resolubilidade. Em julho e em agosto de 2024, o FDIC e o FRB, respetivamente, finalizaram orientações conjuntas que alteraram os requisitos de planeamento da resolução para determinados requerentes estrangeiros, incluindo o Deutsche Bank, e prorrogaram o prazo de apresentação do plano de resolução até 1 de outubro de 2025. O Deutsche Bank tenciona abordar as áreas de melhoria identificadas na carta de resposta e nas orientações atualizadas no âmbito da apresentação do plano de resolução dos EUA.

Gestão do risco e de capital

Gestão de capital

A Tesouraria do Deutsche Bank gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a estratégia de capital do Deutsche Bank, desenvolvida pelo Comité de Risco do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. O banco está totalmente empenhado em manter a sólida capitalização do Deutsche Bank, tanto do ponto de vista económico como regulamentar, tendo em conta os fundos próprios contabilísticos baseados nas normas contabilísticas IFRS, o capital regulamentar e económico, bem como os requisitos específicos de capital das agências de notação. O banco controla e ajusta continuamente a procura e a oferta global de capital do Deutsche Bank, a fim de alcançar sempre um equilíbrio adequado.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as emissões do Deutsche Bank abaixo do par.

O Tesouro gere a sensibilidade do rácio CET 1 e do capital do Deutsche Bank em relação às oscilações das taxas de câmbio de divisas em relação ao euro. Para este efeito, a Tesouraria desenvolve e executa estratégias de cobertura adequadas dentro dos limites de uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração. O capital investido nas filiais e sucursais estrangeiras do Deutsche Bank não está coberto, está parcialmente coberto ou está totalmente coberto. Deste modo, a Tesouraria pretende equilibrar os efeitos das variações cambiais sobre o capital, as rubricas de dedução do capital e os ativos ponderados pelo risco em moeda estrangeira. Além disso, a Tesouraria contabiliza também os custos de cobertura associados e as implicações nos ativos ponderados pelo risco de mercado.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no plano estratégico anual do Deutsche Bank com as ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem do banco. Como parte do processo trimestral do Deutsche Bank, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura de capital (definido como a soma dos RWA e de determinados equivalentes de RWA de rubricas de dedução de capital e determinados equivalentes de RWA de rubricas de requisitos de amortecedor de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem) do Deutsche Bank, consoante o que represente a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill, outros ativos intangíveis e rubricas de dedução de capital regulamentar relacionados com o negócio incluídos na procura total de capital são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das subsidiárias do Deutsche Bank, bem como algumas agências do banco, estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Ao elaborar, implementar e testar a posição de capital e de liquidez do Deutsche Bank, o banco tem em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das agências e subsidiárias do Deutsche Bank em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimento do Grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria é membro do Comité de Pensões do Deutsche Bank e está representada nos Comités de Investimento relevantes que supervisionam a gestão dos ativos dos maiores fundos de pensões do Deutsche Bank na Alemanha. Estes comités de investimento definem a estratégia de investimento para estes fundos, em conformidade com o objetivo de investimento do banco de proteger a base de capital e a capacidade de distribuição do banco.

Identificação e avaliação do risco

Os riscos para as atividades do Deutsche Bank e para as funções de infraestrutura, incluindo em condições de esforço, são regularmente identificados. Esta avaliação incorpora os dados da primeira e da segunda linha de defesa, sendo os riscos identificados avaliados em termos de materialidade com base na sua gravidade e probabilidade de materialização. A avaliação dos riscos é complementada por uma visão dos riscos emergentes, através da aplicação de uma perspetiva prospetiva. Este processo de identificação e avaliação do risco resulta no inventário de risco que capta os riscos materiais para o Grupo, e nos casos relevantes, entre empresas, entidades e agências.

As atualizações regulares do inventário de riscos do Grupo são comunicadas ao Comité de Risco Empresarial para análise e aprovação. O inventário é igualmente discutido no Comité de Risco do Grupo e comunicado ao Conselho de Administração. O inventário tem impacto nos principais processos de gestão do risco, incluindo o desenvolvimento de cenários de esforço personalizados para o perfil de risco do Deutsche Bank e as informações sobre a definição e monitorização da apetência pelo risco. Os riscos no inventário também são mapeados para riscos na taxonomia de tipo de risco do Grupo, onde também é fornecida uma avaliação de materialidade correspondente.

Gestão do risco de crédito

Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que o Deutsche Bank se refere coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que o Deutsche Bank pretende distribuir. Reflete o risco de perda devido a uma deterioração da qualidade creditícia de uma contraparte ou ao facto de uma contraparte não cumprir os termos de qualquer contrato com o Deutsche Bank ou não cumprir o acordado.

Com base na Taxonomia do Tipo de Risco, o risco de crédito está agrupado em quatro categorias principais, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de transação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação e risco de concentração. Isto é complementado por uma avaliação regular da identificação e materialidade dos riscos.

- O risco de incumprimento/migração como principal elemento do risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento
- O risco de transação/liquidação é o risco que resulta de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial
- O risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado
- Risco de concentração é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou produto específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou produto

O Deutsche Bank gere o risco de crédito de acordo com a filosofia e princípios que se seguem:

- O risco de crédito só é aceite:
  - para clientes adotados
  - após a conclusão da diligência devida conduzida pelas respetivas equipas de originação como 1.ª LoD
  - Os novos produtos e as alterações aos produtos existentes têm de ser avaliados no âmbito do quadro de aprovação de novos produtos (NPA) do Grupo DB
  - Se tiver sido atribuída uma notação em conformidade com os processos acordados e aprovados
  - Se todas as exposições ao crédito relevantes estiverem corretamente refletidas nos sistemas de risco relevantes
  - Se tiverem sido considerados planos para uma cessação ordenada das posições de risco
- O risco de crédito é assumido no âmbito da apetência pelo risco aplicável
- A responsabilidade na demonstração de resultados por exposições ao crédito cabe à divisão originadora do Grupo
- O risco assumido tem de ser adequadamente compensado
- O risco deve ser continuamente monitorizado e gerido na 1.ª e 2.ª LoD
- As normas de crédito são aplicadas de forma coerente em todas as divisões do Grupo, a fim de manter um perfil de risco favorável, em conformidade com a apetência pelo risco
- As garantias ou outros instrumentos de atenuação do risco, de cobertura ou de transferência de notação, que podem constituir uma fonte alternativa de reembolso, não substituem as normas de subscrição e, durante o processo de crédito, deve ser efetuada uma avaliação exaustiva da capacidade de serviço da dívida de uma contraparte
- O Deutsche Bank esforça-se por assegurar, garantir ou cobrir diretamente o risco de tesouraria e as exposições a prazos mais longos; esta abordagem não inclui, em geral, transações de curto prazo de menor risco e instrumentos de apoio a produtos específicos de financiamento ao comércio ou outros produtos de menor risco, sempre que a margem permita uma cobertura adequada das perdas
- O Deutsche Bank mede e consolida globalmente todas as exposições e facilidades para o mesmo devedor.
- O Deutsche Bank criou, no âmbito da gestão do risco de crédito, equipas especializadas, se for caso disso, para a atribuição de notação interna aos clientes, para a análise e aprovação de transações ou para a cobertura de clientes com créditos reestruturados; para

efeitos de aprovação de transações, as equipas estruturadas de gestão do risco de crédito estão alinhadas com os respetivos produtos ou riscos específicos para determinar os conhecimentos especializados de produtos adequados.
– Sempre que necessário, o Deutsche Bank estabelece processos para gerir as exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica ou regional

Para cumprir os requisitos do artigo 190.º do CRR, o Deutsche Bank atribuiu os vários requisitos de controlo dos processos de crédito às unidades mais adequadas para realizar tais controlos

Os riscos climáticos e ambientais são integrados nas diferentes fases do ciclo de vida do crédito, incluindo a aprovação da transação/integração do cliente, classificação do risco e notações de crédito, análise e monitorização da carteira e avaliação das garantias.

Os riscos climáticos e ambientais são incorporados no processo de aprovação de crédito para clientes empresariais através de requisitos reforçados de diligência devida. Os novos pedidos de empréstimo (definidos como aumentos, renovações/prorrogações de prazo) acima de determinados limites de prazo e de notação a clientes empresariais em setores com elevada intensidade de carbono, bem como em setores vulneráveis a riscos climáticos, físicos e naturais (ou "outros riscos ambientais"), requerem uma avaliação específica do risco climático por parte dos serviços de atendimento ao cliente e uma análise por parte da Gestão do Risco de Crédito. Nas secções seguintes do presente capítulo, são apresentadas mais informações sobre os controlos e processos adicionais relativos à apetência e à gestão dos riscos ambientais na carteira de empréstimos do banco.

Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e outros componentes-chave como limites de crédito, conforme mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do banco e estabelece – entre outras – as bases para a determinação do limite de crédito ao nível de uma contraparte individual, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação da procura de capital regulamentar para risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente, sustentada pela monitorização contínua de contrapartes. A notação de crédito é uma condição prévia para o estabelecimento/aprovação de qualquer limite de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes específicas de notação para corresponderem melhor às características respetivas das classes de exposição, incluindo tipos de produto específicos, governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das carteiras não retalho do banco é atribuída uma notação de crédito pela função de Gestão do risco de crédito independente do Deutsche Bank utilizando, parcialmente, sistemas parcialmente automatizados ou semi-automatizados de notação de crédito. Dada a natureza basicamente homogénea da carteira de retalho, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela Enterprise Risk Management (ERM) Risk Research.

A análise da notação de crédito do Deutsche Bank baseia-se numa combinação de fatores qualitativos (incluindo ambientais) e quantitativos. Ao classificar uma contraparte, o Deutsche Bank aplica metodologias de avaliação internas e scorecards, bem como a sua escala de notação de 21 graus.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de Gestão do Risco de Crédito, antes de os modelos serem utilizados para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alterados. Separadamente, para todas as alterações de modelos e para novos modelos, é necessária a aprovação da Gestão do Risco do Modelo. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo comité de Risco do grupo. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar adicional. A validação do modelo é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de gestão do risco do modelo. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas são comunicados ao RCRMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações.

O Deutsche Bank mede os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens “avançadas”, de “fundação” e “padrão”, das quais as duas primeiras são aprovadas pelo regulador do banco.

O método IRB avançado (método IRB) é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar os modelos de notação de crédito internos do Deutsche Bank e suas as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (probability of default – PD), a perda em caso de incumprimento (loss given default – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (exposure at default – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos (SFT), o Deutsche Bank recorre ao método de modelo interno (IMM), em conformidade com o regulamento CRR para calcular a EAD. O banco dispõe de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos seus sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As metodologias de notação interna do Deutsche Bank visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a estimativas internas incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar. O método IRB básico continua em vigor para algumas exposições decorrentes do ex-Postbank.

O Deutsche Bank aplica o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. O Deutsche Bank atribui determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Além da procura de capital regulamentar supramencionada, o Deutsche Bank determina a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

O Deutsche Bank calcula o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos do risco de crédito. Em consonância com os requisitos de fundos próprios económicos do banco, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O capital económico para risco de crédito do Deutsche Bank é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação das perdas da carteira é então efetuada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta os efeitos da migração da notação e da maturidade, bem como a volatilidade da LGD. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do próprio fator alfa do banco, ao derivar a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. O Deutsche Bank afeta as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, como um componente importante para a carteira de crédito do banco, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, o Deutsche Bank estabelece limites e exposições ao crédito. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que o Deutsche Bank está disposto a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, o Deutsche Bank considera a sua qualidade creditícia acima de outras tendo por referência a sua notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas adequadas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, o Deutsche Bank analisa os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos acordos jurídicos do banco com a contraparte.

IFRS 9 Imparidade

No capítulo seguinte, o Grupo apresenta uma panorâmica do quadro de imparidade da IFRS 9 e da forma como este está integrado nas atividades de gestão do risco de crédito do Deutsche Bank. A divulgação apresenta uma descrição do modelo e da metodologia IFRS 9 do Grupo, das alterações implementadas em 2024, bem como dos principais pressupostos do modelo. Este capítulo também destaca as incertezas observadas em 2024 e no final do ano, juntamente com o impacto de alterações razoáveis nos principais pressupostos do modelo do Grupo.

Estas atividades e avaliações de gestão do risco de crédito estão integradas no quadro geral de controlo e de governação do banco para o risco de crédito, que inclui a estimativa das perdas de crédito esperadas ao abrigo da IFRS 9 e a governação em torno dos modelos utilizados. Estas atividades incluem, entre outras, análises regulares de riscos novos e emergentes, bem como análises aprofundadas da carteira, gestão diária do risco ao nível de mutuários individuais, bem como validações regulares de modelos. São fornecidas explicações adicionais sobre as sobreposições de gestão aplicadas à provisão para perdas de crédito, sobre a forma como são efetuadas as revisões dos pressupostos e dados relevantes para o cálculo de ECL e sobre a forma como, no âmbito das revisões do modelo, é avaliada a potencial imprecisão do modelo e a necessidade de quaisquer sobreposições. O Grupo apresenta igualmente os antecedentes das sobreposições de gestão registadas no final de 2023, ao longo de 2024 e no final de 2024. A fim de proporcionar uma transparência adicional sobre o impacto de alterações razoáveis aos principais pressupostos, as sensibilidades do modelo são apresentadas numa secção separada que conclui com os principais fatores dos resultados do modelo IFRS 9.

Descrição do modelo e da metodologia da IFRS 9

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da abordagem de imparidades do banco, o Grupo refere-se a estes instrumentos como ativos financeiros.

O Grupo determina a sua provisão para perdas de crédito em conformidade com a IFRS 9 tal como se segue:

- A Fase 1 reflete os ativos financeiros em que é assumido que o risco de crédito não aumentou de forma significa após o seu reconhecimento inicial
- A Fase 2 contém todos os ativos financeiros que não se encontram em incumprimento, mas que sofreram um aumento significativo relativo ao risco de crédito desde o reconhecimento inicial
- A Fase 3 consiste em ativos financeiros considerados com em situação de incumprimento, de acordo com as políticas do Deutsche Bank, que se baseiam no Regulamento de Requisitos de Capital (CRR), artigo 178.º. O Grupo define estes ativos financeiros como em imparidade, não rentáveis e em incumprimento
- O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando informações quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação do risco de crédito e em informações prospetivas
- Os ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") são ativos para os quais, no momento do reconhecimento inicial, existem provas objetivas de imparidade e que o Grupo adquiriu com desconto.

A abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9 é uma parte integral dos procedimentos de gestão do risco de crédito do Grupo A estimativa de ECL é realizada através do cálculo automático, baseado em parâmetros das ECL, usando o modelo ECL do Grupo ou determinada pelos colaboradores de crédito. Em ambos os casos, o cálculo é realizado para cada ativo financeiro de forma individual. Da mesma forma, a determinação da necessidade de transferência entre fases é realizada com base em cada ativo individual. O modelo ECL do Grupo é utilizado para calcular a provisão para perdas de crédito para todos os ativos financeiros na Fase 1 e na Fase 2, bem como para a Fase 3 na carteira homogénea (ou seja, empréstimos a retalho e a pequenas empresas com características de risco de crédito semelhantes). Para os ativos financeiros da carteira não homogénea do banco na Fase 3 e para os ativos POCI, a provisão para perdas de crédito é determinada individualmente por colaboradores de crédito.

O Grupo utiliza três grandes componentes para medir as ECL: as probabilidades de incumprimento (PD), as perdas em caso de incumprimento (LGD) e a exposição em caso de incumprimento (EAD). O Grupo alavanca os parâmetros existentes utilizados para determinação da procura de capital nos termos da abordagem baseada no método IRB de Basileia (IRBA) e das práticas de gestão do risco internas, tanto quanto possível, para calcular as ECL. Estes parâmetros são ajustados sempre que necessário para garantir o cumprimento dos requisitos da norma IFRS 9 (por exemplo, a utilização de notações em pontos específicos do tempo e a remoção de complementos de crise nos parâmetros regulamentares). Incorporar previsões de variáveis económicas futuras na medição das ECL também influencia a provisão para perdas de crédito. Para calcular as ECL na duração, o cálculo do Grupo obtém as probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões económicas.

Em 2023, o Grupo concluiu três vagas de migração dos clientes do Postbank para os sistemas informáticos do Deutsche Bank, o que resultou num alinhamento a nível do Grupo do modelo e das metodologias de imparidade da IFRS 9, tendo sido em grande medida desativados modelos específicos anteriormente aplicados ao Postbank. A última vaga da migração informática teve lugar no terceiro trimestre de 2024 e incluiu as carteiras de crédito hipotecário da BHW e de "factoring" do Postbank. A migração conduziu a um aumento imaterial das perdas de crédito esperadas.

Determinação da fase e aumento significativo no risco de crédito

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são refletidos na Fase 1, a menos que os ativos financeiros sejam POCI. Se existir um aumento significativo no risco de crédito, o ativo financeiro é transferido para a Fase 2. O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando indicadores relacionados com a notação e com os processos. A transferência de ativos financeiros para a Fase 3 baseia-se no facto de o mutuário estar em incumprimento. Se um mutuário estiver em incumprimento, todos os ativos financeiros do mutuário são transferidos para a Fase 3.

Indicadores da Fase 2 relacionados com a notação: O Grupo compara o histórico dos PD de um mutuário na data do relatório com as expectativas do histórico dos PD na data do reconhecimento inicial para determinar se houve uma alteração significativa nos PD do mutuário e, consequentemente, em qualquer uma das suas transações no âmbito da imparidade da IFRS 9. Com base no comportamento de migração historicamente observado e numa amostragem de diferentes cenários económicos, obtém-se uma distribuição do histórico dos PD. Um percentil desta distribuição, definido para cada classe de contraparte, é escolhido como o limiar do histórico dos PD. Se o histórico remanescente dos PD de uma transação, de acordo com as expectativas atuais, exceder este limiar, considera-se que o ativo financeiro sofreu um aumento significativo do risco de crédito e é transferido para a Fase 2. Os percentis utilizados para definir os limiares da Fase 2 são determinados através de pareceres de especialistas, são revistos anualmente e não foram alterados desde a implementação da IFRS 9. Os limiares aplicados variam em função da qualidade do crédito original do mutuário, do histórico decorrido, do histórico restante e da classe da contraparte. A administração acredita que a abordagem definida e os percentis representam um indicador significativo de que um ativo financeiro sofreu um aumento significativo no risco de crédito. Em 2024, o Grupo iniciou uma análise da adequação da abordagem quantílica, que ainda está em curso. Foi desenvolvida uma abordagem alternativa que está atualmente a ser testada. Os impactos preliminares iniciais parecem ser neutros. Como medida provisória, o Deutsche Bank decidiu introduzir o triplo do aumento da probabilidade de incumprimento (PD) como um fator de desencadeamento adicional da Fase 2, que entrou em vigor em agosto de 2024 e apenas conduziu a um impacto imaterial nas perdas de crédito esperadas.

Os indicadores relacionados com os processos da Fase 2 são derivados através da utilização dos indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião do banco, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem a adição dos mutuários a uma lista de observação do Grupo, a transferência para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência. Enquanto a condição para um ou mais indicadores relacionados com o processo ou com a notação estiverem preenchidas e o mutuário do ativo financeiro não cumprir a definição de incumprimento, o ativo permanecerá na Fase 2. Se os indicadores da Fase 2 deixarem de ser cumpridos e se o ativo financeiro não tiver entrado em situação de incumprimento, o ativo financeiro é transferido novamente para a Fase 1. No caso de ativos financeiros reestruturados, o período probatório é de dois anos antes de o ativo financeiro ser reclassificado para a Fase 1, o que está em conformidade com as orientações regulamentares.

Em caso de incumprimento do mutuário, todas as transações do mutuário são atribuídas à Fase 3. Se numa data posterior o mutuário já não se encontrar em incumprimento, são aplicados os critérios de cura de acordo com as orientações regulamentares (incluindo períodos de carência), que são de pelo menos três meses ou um ano no caso de reestruturações em dificuldades. Uma vez cumprido o período ou critério de cura regulamentar, o mutuário deixará de ser classificado como em incumprimento e será transferido novamente para a Fase 2 ou para a Fase 1.

O cálculo das ECL para a Fase 3 distingue entre transações nas carteiras homogénea e não homogénea, bem como ativos financeiros POCI. Para as transações que se encontrem na Fase 3 e numa carteira homogénea, o Grupo utiliza uma abordagem automatizada baseada em parâmetros para determinar a provisão para perdas de crédito por transação. Para estas transações, os parâmetros LGD são, em grande medida, modelados para serem dependentes do tempo, ou seja, consideram a expectativa de recuperação decrescente como à medida que o tempo decorre após o incumprimento. A provisão para perdas de crédito para os ativos financeiros das carteiras não homogéneas do banco na Fase 3, bem como para os ativos POCI, é determinada pelos colaboradores de crédito e tem de ser aprovada ao longo de uma hierarquia de autoridades estabelecida até ao Conselho de Administração, inclusive. Isto permite aos colaboradores de crédito considerar a informação atualmente disponível e as expectativas de recuperação específicas para os mutuários e os ativos financeiros na data do relatório.

Técnicas de estimação dos fatores-chave de cálculo

O primeiro fator-chave de cálculo da ECL do Grupo é a PD de um ano para mutuários que deriva dos sistemas internos de notação de crédito do banco. O Grupo atribui uma PD a cada exposição ao crédito do mutuário com base numa escala principal de notação de crédito de 21 níveis para a totalidade da exposição do Grupo.

As notações de crédito atribuídas ao mutuário são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes, incluindo o comportamento geral, dados financeiros e externos (por exemplo, entidade especializada em crédito). Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos baseados em especialista são geralmente aplicados a mutuários nas classes de exposição "Governos centrais e Bancos centrais", "Instituições" e "Corporativos", com exceção dos segmentos "Corporativos", para os quais estão disponíveis dados suficientes para modelos de pontuação estatísticos. Para estas, e para o segmento de retalho, são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação de crédito quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística.

As PD de um ano são expandidas para curvas de PD de vários anos utilizando matrizes cíclicas e previsões macroeconómicas. Com base em cenários económicos centrados em torno da previsão de base macroeconómica, as matrizes cíclicas são primeiro transformadas em matrizes de migração de notação de crédito referentes a pontos temporais, geralmente para um período de dois anos. O cálculo das matrizes pontuais fornece a ligação entre as variáveis macroeconómicas e o comportamento de incumprimento e de notação dos mutuários, que é derivado de séries temporais através de técnicas de regressão que envolvem variáveis macroeconómicas (MEV) e dados históricos de notação e incumprimento. Numa etapa final, as curvas de PD plurianuais derivam de matrizes de pontos temporais de migração de notação de crédito para períodos em que estão disponíveis previsões razoáveis e suportáveis e extrapoladas com base em matrizes cíclicas de migração de notação de crédito para além desses períodos.

O segundo fator-chave de cálculo da ECL é o parâmetro LGD, que é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento por parte do mutuário. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento do mutuário. Os modelos de LGD aplicados nas Fases 1 e 2, que se baseiam em modelos de LGD regulamentares mas ajustados aos requisitos da IFRS 9 (ou seja, remoção de complementos de crise e remoção de custos indiretos de reestruturação), asseguram que os principais fatores de risco de perda (ou seja, diferentes níveis e qualidade de garantia e tipos de cliente ou produto ou antiguidade da instalação) sejam refletidos como fatores de risco nas estimativas de LGD. Nos modelos LGD do banco, o Grupo atribui parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (haircuts).

As informações prospetivas (FLI) são igualmente incorporadas nas projeções de LGD em termos de fatores de majoração de LGD FLI para as posições em risco nas fases 1 e 2, com base em previsões para os principais MEV. Os ajustamentos LGD são quantificados em relação a médias históricas de longo prazo, que representam um ponto de referência neutro ao longo de um ciclo económico.

A definição de LGD para carteiras homogéneas em incumprimento depende parcialmente do tempo após o incumprimento e é calibrada com base na experiência de perda e recuperação de várias décadas do Grupo utilizando métodos estatísticos ou, para carteiras menos significativas, certos parâmetros de cálculo do modelo de LGD (por exemplo, taxas de cura) são determinados pelo parecer de peritos.

O terceiro fator-chave de cálculo é a exposição em caso de incumprimento ao longo da duração de um ativo financeiro, que é modelada tendo em conta os perfis de reembolso esperados (por exemplo, amortização linear, anuidades, estruturas de empréstimo de um só pagamento). As opções de pagamento antecipado são modeladas para algumas carteiras. O banco aplica fatores de conversão de crédito (CCF) específicos para calcular um valor de EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de um mutuário, esperado no momento do seu incumprimento. Quando uma transação envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de um mutuário. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior ao saldo pendente atual. Caso uma operação envolva uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de incumprimento. As calibrações desses parâmetros baseiam-se em dados históricos internos e, ou se baseiam em análises empíricas, ou são apoiadas pelo parecer de peritos, e consideram as características específicas dos mutuários e dos tipos de produtos. Quando os valores CCF de fiscalização têm de ser aplicados para fins regulamentares, são utilizadas estimativas internas para a IFRS 9.

Duração esperada

A IFRS 9 requer a determinação das ECL na duração, para as quais a duração esperada de um ativo financeiro é um fator-chave de cálculo. As ECL na duração representam eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um ativo financeiro. O Grupo mede as ECL tendo em consideração o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de prorrogação do mutuário) durante o qual o Grupo está exposto a risco de crédito.

Descobertos a retalho, facilidade de cartão de crédito e determinados instrumentos renováveis corporativos normalmente incluem um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado. A duração esperada destas facilidades à vista excede a sua vida contratual à medida que são geralmente canceladas apenas quando o Grupo toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. A duração esperada é estimada tendo em consideração as informações históricas e as ações de gestão do risco de crédito do Grupo, como reduções ao limite de crédito e o cancelamento de facilidades. Sempre que estas facilidades forem sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, a duração para calcular as ECL é de 12 meses. Para as facilidades não sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, o banco aplica uma duração para calcular as ECL de 24 meses.

Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, em conformidade com a IFRS 9 o Grupo aplica uma aproximação da taxa de juro efetiva (EIR), que é normalmente a taxa de juro contratual. A taxa de juro contratual é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, reconhecimento de juros e para desconto da ECL e não difere significativamente da EIR.

Consideração das garantias colaterais no cálculo das perdas de crédito esperadas ao abrigo da norma IFRS 9

O modelo ECL projeta o nível de garantias colaterais para cada ponto no tempo na duração de um ativo financeiro. Na data do relatório, o modelo utiliza o processo de distribuição de garantias existente aplicado no modelo de capital económico do Deutsche Bank. Neste modelo, o valor de liquidez de cada garantia colateral elegível é atribuído aos ativos financeiros relevantes para distinguir entre as partes colaterais e não colaterais de cada ativo financeiro. No cálculo da ECL, o Grupo aplica subsequentemente os LGD acima mencionados para as exposições garantidas e não garantidas, para obter a ECL para a parte garantida e não garantida da exposição separadamente.

Para garantias pessoais (por exemplo, garantias), o modelo ECL assume que o nível relativo de garantia permanece estável ao longo do tempo. No caso de um empréstimo de amortização, a exposição em risco e os valores de garantia diminuem em conjunto ao longo do tempo. Para garantias físicas (por exemplo, bens imobiliários), a ECL assume que o valor da garantia absoluto permanece constante. No caso de um empréstimo de amortização, a parte de garantia da exposição aumenta ao longo do tempo e o valor do empréstimo diminui em conformidade.

Alguns contratos de garantias financeiras são integrais aos ativos financeiros com garantia. Nestes casos, as garantias financeiras são consideradas como garantia colateral para o ativo financeiro e o benefício da garantia é utilizado para mitigar o ECL do ativo financeiro com garantia.

Informações prospetivas

Ao abrigo da norma IFRS 9, a provisão para perdas de crédito baseia-se em informações prospetivas razoáveis e passíveis de comprovação disponíveis sem custos ou esforços excessivos, as quais têm em consideração eventos no passado, as condições atuais e as previsões das condições económicas futuras.

Para incorporar as informações prospetivas na provisão para perdas de crédito do Grupo, o banco utiliza dois elementos essenciais:

- Como cenário base, o Grupo utiliza previsões macroeconómicas externas baseadas em inquéritos (por exemplo, visões consensuais sobre o PIB e as taxas de desemprego); além disso, o modelo de expansão de cenários, que foi inicialmente desenvolvido para testes de esforço, é usado para prever variáveis macroeconómicas que não são cobertas por dados de consenso externo; pressupõe-se que todas as previsões refletem a evolução mais provável das respetivas variáveis; o Grupo atualiza regularmente as suas previsões de fatores macroeconómicos durante cada trimestre e revê aspetos de potencial imprecisão do modelo (por exemplo, parâmetros MEV fora do intervalo histórico utilizado para calibração do modelo, se não estiverem ainda incluídos no modelo) como parte de um quadro de monitorização MEV para avaliar a necessidade de sobreposições
- As técnicas estatísticas são então aplicadas para transformar as projeções do cenário base numa distribuição probabilística das variáveis macroeconómicas; estes cenários especificam desvios em comparação com as previsões de base; a distribuição de cenários é então utilizada para derivar curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, as quais são aplicadas no cálculo das ECL e na identificação de uma deterioração significativa na qualidade creditícia dos ativos financeiros, tal como descrito acima nos indicadores da Fase 2 relacionados com a notação

O Fórum de Risco e Provisão para Perdas de Crédito Financeiro do Grupo monitoriza trimestralmente o impacto das informações prospetivas, incluindo as últimas variáveis macroeconómicas, e determina se são necessárias sobreposições adicionais. Embora as taxas de juro e a inflação não sejam incluídas separadamente nos MEV, o impacto económico destes riscos reflete-se nas taxas de crescimento do PIB, no desemprego, nas ações e nos spreads de crédito, à medida que as taxas e a inflação mais elevadas são filtradas por estas previsões. Em 31 de dezembro de 2024, considerou-se que os dados de consenso aplicados no modelo ECL refletiam os mais recentes desenvolvimentos macroeconómicos e, após consideradas todas as incertezas relevantes nos MEV, não foram necessárias sobreposições adicionais.

Tal como descrito anteriormente, a abordagem do Grupo para refletir as informações prospetivas no cálculo das perdas de crédito esperadas consiste em incorporar previsões para os próximos dois a três anos nas projeções de PD e LGD. Para períodos para além dos abrangidos em termos de previsões económicas razoáveis e sustentáveis, a reversão para o comportamento historicamente observado de incumprimentos, migrações de notação e recuperações é utilizada para a medição de ECL.

Os quadros abaixo contêm informações prospetivas relevantes por variável macroeconómica incluída no modelo IFRS 9 do Grupo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Informações prospetivas aplicadas

	31 de dezembro de 2024[1] [2]	
	Ano 1 (média 4 trimestres)	Ano 2 (média 4 trimestres)
PIB - EUA	2,23%	2,04%
PIB - Zona Euro	1,04%	1,19%
GDP - Alemanha	0,38%	1,14%
PIB - Itália	0,74%	1,02%
PIB - Ásia em desenvolvimento	4,53%	4,26%
PIB - Mercados emergentes	4,11%	3,81%
Desemprego - EUA	4,29%	4,20%
Desemprego - Zona Euro	6,46%	6,42%
Desemprego - Alemanha	3,46%	3,40%
Desemprego - Itália	6,50%	6,76%
Desemprego - Espanha	11,12%	10,93%
Desemprego - Japão	2,48%	2,40%
Preços imobiliários - Índice CRE EUA	312,27	316,81
Preços imobiliários - Índice CRE Zona Euro	107,75	108,39
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação EUA	325,05	333,47
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação Alemanha	152,78	158,19
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação Itália	103,82	104,92
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação Espanha	1.959,68	2.000,70
Ações - S&P500	6.109	6.436
Ações - Eurostoxx50	4.965	5.162
Ações - DAX40	20.131	20.968
Ações - MSCI EAFE	1.069	1.112
Ações - MSCI Ásia	1.602	1.630
Ações - Nikkei	38.972	39.582
Crédito - Índice de Alto Rendimento	312,32	358,66
Crédito - Elevado rendimento CDX	332,33	374,29
Crédito - CDX IG	56,50	64,29
Crédito - Mercados emergentes CDX	177,90	202,59
Crédito - ITX Europa 125	62,15	68,66
Matérias-primas - WTI	70,46	65,85
Matérias-primas - Ouro	2.588,02	2.612,91

[1] MEV a partir de 5 de dezembro de 2024, que praticamente não sofreu alterações até 31 de dezembro de 2024
[2] O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2024 até ao terceiro trimestre de 2025, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2025 até ao terceiro trimestre de 2026

	31 de dezembro de 2023[1] [2]	
	Ano 1 (média 4 trimestres)	Ano 2 (média 4 trimestres)
PIB - EUA	1,75 %	1,31 %
PIB - Zona Euro	0,13 %	1,08 %
GDP - Alemanha	0,12 %	1,30 %
PIB - Itália	0,33 %	1,03 %
PIB - Ásia em desenvolvimento	4,94 %	4,37 %
PIB - Mercados emergentes	4,08 %	4,01 %
Desemprego - EUA	4,19 %	4,40 %
Desemprego - Zona Euro	6,67 %	6,64 %
Desemprego - Alemanha	3,12 %	3,13 %
Desemprego - Itália	7,75 %	7,68 %
Desemprego - Espanha	11,96%	11,67%
Desemprego - Japão	2,58%	2,42%
Preços imobiliários - Índice CRE EUA	353,41	347,99
Ações - S&P500	4.514	4.621
Ações - MSCI Ásia	1.293	1.297
Ações - Nikkei	33.188	34.051
Crédito - Índice de Alto Rendimento	404,65	418,52
Crédito - Elevado rendimento CDX	451,57	466,40
Crédito - CDX IG	70,04	72,12
Crédito - Mercados emergentes CDX	195,16	192,83
Crédito - ITX Europa 125	73,09	72,21
Matérias-primas - WTI	82,52	83,56
Matérias-primas - Ouro	1.957,34	1.958,16

[1] MEV a partir de 6 de dezembro de 2023, que praticamente não sofreu alterações até 29 de dezembro de 2023
[2] O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2023 até ao terceiro trimestre de 2024, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2024 até ao terceiro trimestre de 2025

Sensibilidade do modelo

O Grupo identificou três pressupostos-chave incluídos no modelo IFRS 9. Estes incluem variáveis macroeconómicas prospetivas, os critérios quantitativos para determinar se um mutuário incorreu num aumento significativo do risco de crédito e é transferido para a Fase 2, e a fixação de LGD em carteiras homogéneas na Fase 3. A seguir, o banco apresenta uma análise de sensibilidade sobre o impacto potencial se estes pressupostos fundamentais aplicados no modelo ECL se desviassem das expetativas de base do banco.

Variáveis macroeconómicas

A sensibilidade do modelo de ECL em relação a potenciais alterações nas projeções para MEV chave é apresentada nas tabelas abaixo, que fornecem impactos de ECL para as Fases 1 e 2 de desvios ascendentes e descendentes aplicados separadamente a cada grupo de MEV em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. A magnitude dos desvios é selecionada no intervalo de um desvio padrão, que é uma medida estatística da dispersão dos valores de uma variável aleatória. Cada um destes grupos é composto por MEV da mesma categoria:

- Taxas de crescimento do PIB: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Ásia em Desenvolvimento, Mercados Emergentes
- Taxas de desemprego: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Japão, Espanha
- Ações: S&P500, Eurostoxx50, DAX 40, Nikkei, MSCI Asia, MSCI EAFE
- Spreads de crédito: ITX Europe 125, High Yield Index, CDX IG, CDX High Yield, CDX Emerging Markets
- Imobiliário: Índice CRE Zona Euro, Índice de preços da habitação EUA, Índice de preços da habitação Alemanha, Índice de preços da habitação Itália, Índice de preços da habitação Espanha
- Matérias-primas: Preço do petróleo WTI, preço do ouro

Embora as taxas de juro e a inflação não estejam incluídas no conjunto de MEV acima referido, os efeitos adversos associados a alterações nestes fatores de risco manifestam-se normalmente noutras previsões económicas incorporadas no modelo ECL, tais como um menor crescimento do PIB, um maior desemprego ou maiores margens de crédito

Adicionalmente, a análise de sensibilidade inclui apenas o impacto do grupo de MEV agregado (ou seja, as correlações potenciais entre diferentes grupos de MEV ou o impacto das sobreposições de gestão não são tidas em consideração). A quantificação das perdas de crédito esperadas para a Fase 3 não segue um processo baseado em modelos para várias carteiras, pelo que é excluída dos quadros seguintes.

Em comparação com 31 de dezembro de 2023, observam-se sensibilidades mais elevadas aos preços imobiliários a partir de 31 de dezembro de 2024, uma vez que as sensibilidades a partir de 31 de dezembro de 2024 incluem efeitos do modelo FLI LGD, que entrou em funcionamento em 2024. As sensibilidades mais baixas em relação ao PIB devem-se a ajustamentos metodológicos na especificação dos montantes dos choques. Anteriormente, o Grupo aplicava montantes de choque às projeções da taxa de crescimento do PIB para o primeiro e o segundo ano, mas, no futuro, apenas para o primeiro ano. Isto assegura que os retornos dos níveis de MEV são agora consistentemente deslocados apenas para o primeiro ano em todos os grupos de MEV.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Nível do Grupo

	31 de dezembro de 2024			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(66,4)	(1) pp	71,8
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(44,9)	0,5 pp	49,0
Preços dos bens imobiliários[2]	5%	(13,9)	(5)%	16,0
Ações	10%	(14,1)	(10)%	17,8
Spreads de crédito	(40)%	(20,7)	40%	24,2
Matérias-primas[1]	10%	(7,7)	(10)%	8,7

[1] Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto. 1 pp (ponto percentual), por exemplo, o PIB muda de 3% para 4% // 1% (variação percentual), por exemplo, o preço dos imóveis muda de 100 para 101

[2] Para um teste de esforço mais severo relacionado com a carteira de CRE, que também tem em consideração a exposição existente e potencial na Fase 3, remete-se para a secção sobre Imóveis comerciais acima

	31 de dezembro de 2023			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(80,4)	(1) pp	88,9
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(43,1)	0,5 pp	45,9
Preços imobiliários	5%	(5,9)	(5)%	6,2
Ações	10%	(9,0)	(10)%	12,2
Spreads de crédito	(40)%	(20,5)	40%	22,8
Matérias-primas	10%	(8,5)	(10)%	9,2

Ao nível das divisões, a análise de sensibilidade abaixo foi realizada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente, e revelou que as taxas de crescimento do PIB, os spreads de crédito e os preços das matérias-primas eram os fatores dominantes para o Investment Bank, enquanto a sensibilidade do modelo para o Corporate Bank e o Private Bank está principalmente associada a alterações nas taxas de crescimento do PIB e nas taxas de desemprego. A tabela de sensibilidade do modelo para o Private Bank mostra apenas taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego como as principais MEV relevantes para as carteiras subjacentes.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Corporate Bank

	31 de dezembro de 2024			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(18,2)	(1) pp	20,3
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(12,6)	0,5 pp	14,2
Preços dos bens imobiliários[2]	5%	(2,1)	(5)%	2,2
Spreads de crédito	(40)%	(4,5)	40%	5,0
Matérias-primas[1]	10%	(2,8)	(10)%	3,1

[1] Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto.
[2] Para um teste de esforço mais severo relacionado com a carteira de CRE, que também tem em consideração a exposição existente e potencial na Fase 3, remete-se para a secção sobre Imóveis comerciais acima

	31 de dezembro de 2023			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(18,1)	(1) pp	20,7
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(10,4)	0,5 pp	11,0
Preços imobiliários	5%	(1,5)	(5)%	1,6
Spreads de crédito	(40)%	(3,8)	40%	4,4
Matérias-primas	10%	(2,6)	(10)%	2,9

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Investment Bank

	31 de dezembro de 2024			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(26,4)	(1) pp	28,9
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(11,0)	0,5 pp	12,1
Preços dos bens imobiliários[2]	5%	(8,6)	(5)%	10,2
Ações	10%	(4,7)	(10)%	5,9
Spreads de crédito	(40)%	(13,5)	40%	16,2
Matérias-primas[1]	10%	(4,6)	(10)%	5,3

[1] Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto.
[2] Para um teste de esforço mais severo relacionado com a carteira de CRE, que também tem em consideração a exposição existente e potencial na Fase 3, remete-se para a secção sobre Imóveis comerciais acima

	31 de dezembro de 2023			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(30,6)	(1) pp	33,5
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(6,7)	0,5 pp	7,5
Preços imobiliários	5%	(4,0)	(5)%	4,2
Ações	10%	(3,3)	(10)%	4,4
Spreads de crédito	(40)%	(13,6)	40%	14,7
Matérias-primas	10%	(5,5)	(10)%	5,9

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Private Bank

	31 de dezembro de 2024			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(18,3)	(1) pp	19,3
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(19,5)	0,5 pp	20,6

	31 de dezembro de 2023			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(24,4)	(1) pp	26,3
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(22,4)	0,5 pp	23,3

Impacto das perdas de crédito esperadas na duração para os mutuários da Fase 1

Conforme descrito acima, o Grupo utiliza uma combinação de critérios quantitativos e qualitativos para determinar o aumento significativo no risco de crédito que exige, para os mutuários afetados, uma mudança para ECL na duração (Fase 2). Se, para todos os mutuários da Fase 1, o Deutsche Bank registar perdas de crédito esperadas na duração, a provisão do Grupo para perdas de crédito no valor de € 6.2 billion em 31 de dezembro de 2024 e de € 5.7 billion em 31 de dezembro de 2023 aumentaria aproximadamente 34 % no final do ano de 2024 e 38 % no final do ano de 2023, respetivamente.

Definição de LGD da Fase 3

A provisão do Grupo para perdas de crédito na Fase 3 para as carteiras homogéneas ascende a € 3.0 billion em 31 de dezembro de 2024 e a € 2.2 billion em 31 de dezembro de 2023. O fator-chave na determinação da provisão de ECL é a estimativa da perda em caso de incumprimento, que difere por carteiras individuais. A perda em caso de incumprimento é influenciada pelas taxas de recuperação, recebimentos da venda de garantias, bem como pelas taxas de sanação. Alguns dos fatores que determinam a existência de diferentes carteiras incluem elementos de apreciação por parte de peritos e, em particular, as taxas de cura previstas. Se a LGD para todas as carteiras homogéneas aumentasse 1%, a ECL da Fase 3 aumentaria, em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente € 26 million (dos quais € 17 million na Alemanha, € 5 million em Itália e € 2 million em Espanha) e aproximadamente € 22 million em 31 de dezembro de 2023 (dos quais € 14 million na Alemanha, € 5 million em Itália e € 2 million em Espanha).

Sobreposições de gestão aplicadas ao resultado do modelo IFRS 9

O Grupo revê regularmente a metodologia e os processos da IFRS 9, os principais dados para o cálculo de ECL e discute as alterações futuras do modelo, as potenciais imprecisões do modelo ou outras incertezas das estimativas, por exemplo, no ambiente macroeconómico, para determinar se são necessárias sobreposições significativas. Além disso, são efetuadas análises regulares dos riscos em evolução ou emergentes, especialmente no atual ambiente geopolítico. As medidas aplicadas incluem inquéritos e entrevistas a clientes, juntamente com a análise de carteiras de empresas, regiões e setores. Além disso, o Grupo revê e valida regularmente os principais dados e pressupostos dos modelos (incluindo os dos modelos de Feeder) e garante que, nos casos em que é aplicada uma apreciação especializada, esta está em conformidade com o quadro de gestão de riscos do Grupo. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou quaisquer deficiências do modelo que exigissem uma sobreposição adicional, exceto no que se refere às alterações relacionadas com o modelo ECL, para as quais foram registadas sobreposições.

No final do ano de 2024, as sobreposições de gestão IFRS9 do Grupo ascendiam a € 124 million, em comparação com € 84 million no final do ano de 2023 (o que resultou num aumento da Provisão para Perdas de Crédito em ambos os períodos). No segundo trimestre de 2024, o Grupo reduziu a sua cobertura de gestão relativa ao FLI na sequência da implementação do modelo de refinamento relacionado que levou ao aumento esperado da ECL. Além disso, o Grupo introduziu duas novas sobreposições na sequência de uma análise do desempenho do modelo, a fim de antecipar os impactos esperados de um aperfeiçoamento do modelo relacionado com o risco de refinanciamento, que é o principal contribuinte para o montante total da sobreposição, representa uma alteração na estimativa e está previsto para uma futura implementação técnica, bem como de uma recalibração dos parâmetros de PD prevista para o primeiro semestre de 2025.

Apreciação global de ECL

Para garantir que o modelo ECL do Deutsche Bank tinha em conta as incertezas do ambiente macroeconómico ao longo de 2024, o Grupo continuou a analisar os riscos emergentes, avaliou os potenciais impactos de base e negativos e exigiu medidas para gerir a estratégia de crédito e a apetência pelo risco do banco. O resultado dessas análises concluiu que o banco provisionou adequadamente as perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Os resultados das análises acima referidas e o desenvolvimento dos principais indicadores da carteira são regularmente discutidos no Fórum de Apetência e Gestão do Risco de Crédito e no Comité de Risco do Grupo. Sempre que necessário, são tomadas ações e medidas para atenuar os riscos. As notações dos clientes são revistas regularmente para refletir os últimos desenvolvimentos macroeconómicos e, quando são identificados riscos potencialmente significativos, os clientes são transferidos para a lista de observação (Fase 2), podem ser negociadas medidas de carência e são revistos os limites de crédito e as garantias. Em termos gerais, o Grupo acredita que, com base nas suas atividades diárias de gestão do risco e nas revisões regulares dos riscos emergentes, forneceu adequadamente a sua provisão de ECL.

Resultados do modelo da IFRS 9

A provisão para perdas de crédito foi de 1,8 mil milhões de euros em 2024, acima dos 1,5 mil milhões de euros em 2023 e 38 pontos base dos empréstimos médios, em conformidade com as orientações fornecidas pelo banco após o terceiro trimestre. O aumento deveu-se a eventos cíclicos no setor do imobiliário comercial, a certos eventos de crédito empresarial de maior dimensão e a efeitos temporários na sequência da integração do Postbank. As carteiras mais amplas tiveram um desempenho globalmente em linha com as expetativas, apesar da conjuntura macroeconómica e de taxas de juro difícil.

No que respeita aos riscos climáticos, as estimativas de exposições mais elevadas ao risco de transição e ao risco físico e o seu impacto na perda de crédito esperada (ECL) não resultaram em qualquer ajustamento das provisões para perdas de crédito para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Para mais informações sobre a provisão para perdas de crédito relacionadas com os segmentos, consultar a secção Resultados das operações por segmento.

Para obter detalhes sobre a política contabilista do Grupo relacionada com a norma IFRS 9 Imparidade, consulte a Nota 1 – Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas das demonstrações financeiras consolidadas.

Gestão e mitigação de risco de crédito

Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relevantes para o crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito que são organizadas por tipo de contraparte (tais como instituições financeiras, empresas ou particulares), por área económica (mercados emergentes, por exemplo) ou por produto, e apoiadas por equipas de analistas de notação de crédito, sempre que considerado necessário. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado devido a produtos e processos normalizados. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados nestes processos de crédito altamente automatizados no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente às contrapartes que lhes foram atribuídas. No Deutsche Bank vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco/perda.

Nos casos em que o Deutsche Bank identifica contrapartes cuja qualidade creditícia esteja a deteriorar-se ou possa vir a deteriorar-se até ao ponto de apresentarem um risco acrescido de incumprimento/perda, a respetiva contraparte é geralmente colocada na lista de observação. O Deutsche Bank pretende identificar essas contrapartes numa fase inicial, a fim de garantir que as exposições de crédito com riscos acrescidos sejam geridas de forma eficaz e que os instrumentos de gestão do risco do Banco sejam aplicados de forma adequada, com o objetivo de minimizar as perdas potenciais. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce do risco é um princípio da cultura de crédito do Deutsche Bank e destina-se a sensibilizar a gestão para estas posições. Os riscos ambientais são agora considerados como potenciais fatores de desencadeamento para a inclusão discricionária na lista de observação de grupos ou contrapartes que enfrentam riscos climáticos e ambientais sem uma estratégia adequada de atenuação dos riscos.

Os limites de crédito para contrapartes individuais são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito, aplicando os poderes de crédito atribuídos a colaboradores de crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do risco de crédito e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas por assinatura eletrónica, segundo o princípio dos quatro olhos, pelos respetivos titulares de poderes de crédito e são arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos com caráter pessoal, em função das habilitações e experiência profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Quando o poder de crédito é insuficiente para estabelecer os limites de crédito necessários, a transação é remetida para um titular de poder de crédito com o respetivo poder de crédito ou, se exceder o poder pessoal mais elevado, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte atribuindo notações internas e o alinhamento da exposição com as diretrizes do Banco de risco de concentração de contrapartes, o Deutsche Bank também utiliza várias técnicas de proteção e redução do risco de crédito para otimizar a exposição ao crédito e reduzir potenciais perdas de crédito. Estas técnicas são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável
- Garantias, nas suas várias formas, para reduzir as perdas através do aumento da recuperação das obrigações; os princípios fundamentais da gestão das garantias incluem a eficácia e a aplicabilidade jurídicas, avaliações prudentes e realistas das garantias, redução do risco e dos fundos próprios regulamentares, bem como a eficiência dos custos
- Transferências de risco, que transferem o risco de incumprimento de um devedor para um terceiro, incluindo a cobertura executada pela equipa ou entidade de Strategic Corporate Lending (SCL) do banco; podem também ser utilizados outros instrumentos de redução do risco, como titularizações, etc.
- Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados e de transações de financiamento de títulos (por exemplo, acordos de recompra)
- Cobertura do risco de contraparte dos derivados, incluindo CVA, utilizando principalmente contratos CDS através da sala de Gestão da carteira de contraparte do banco

Garantias

O Deustche Bank aceita regularmente a receção de garantias de clientes sujeitos a risco de crédito ou o seu fornecimento por terceiros acordados por contratos legalmente eficazes e executórios, documentados por um parecer jurídico escrito e fundamentado. A garantia é uma proteção de crédito sob a forma de ativos (financiados) cedidos ou penhorados ou obrigações (não financiadas) de terceiros que serve para mitigar o risco inerente de perda de crédito numa exposição, substituindo o risco de incumprimento da contraparte ou melhorando as recuperações em caso de incumprimento. Geralmente, o Deutsche Bank aceita todos os tipos de garantias colaterais elegíveis para os respetivos negócios, mas podemos limitar os tipos de garantias aceites para negócios ou regiões específicos, conforme habitual no respetivo mercado, ou motivados por objetivos de eficiência. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, esta não substitui a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e uma avaliação rigorosa da capacidade de pagamento da dívida por parte da contraparte, em conformidade com o artigo 194.º, n.º 9, do CRR.

O Deutsche Bank distingue os dois tipos de abordagens de proteção de crédito seguintes:

- Proteção de crédito financiada, como garantias financeiras e outras garantias colaterais, o que permite ao Deutsche Bank recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, títulos (ações, obrigações), penhores de garantias ou cessões de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, ativos móveis (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários; todas as garantias colaterais financeiras são reavaliadas e medidas com regularidade, na sua maioria diariamente, em relação à respetiva exposição ao crédito; o valor de outras garantias colaterais, incluindo, imóveis, é monitorizado com base em processos estabelecidos que incluem revisões ou reavaliações regulares por peritos internos e/ou externos
- Proteção de crédito não financiada, como garantias que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros não correlacionados. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco (não financiadas). As garantias e cartas de conforto fortes fornecidas por membros correlacionados do grupo de clientes (geralmente a empresa-mãe) também podem ser aceites e consideradas em abordagens de notação aprovadas; as garantias colaterais com uma notação non-investment grade do garante estão limitadas

Os processos do Deutsche Bank procuram assegurar que as garantias aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Isto inclui processos para assegurar, em geral, documentação juridicamente eficaz e executável para ativos ou garantias realizáveis e mensuráveis que são avaliados dentro do processo de integração por avaliadores internos dedicados ou equipas com as devidas habilitações, competências e experiência ou avaliadores externos adequados mandatados em processos regulamentados. As avaliações aplicadas seguem métodos ou modelos de avaliação geralmente aceites e incluem a identificação de riscos climáticos, físicos e de transição relevantes. A correção contínua dos valores é monitorizada através de revisões frequentes e orientadas por eventos específicos do tipo de garantia, considerando parâmetros de risco relevantes. As reavaliações são aplicadas em casos de deterioração material provável identificada e o controlo futuro pode ser ajustado respetivamente. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (haircuts) aplicáveis. O Deutsche Bank tem margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, o Deutsche Bank procura evitar características de risco de "correlação desfavorável" (wrong-way), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. Se, de qualquer forma, forem aceites garantias com um risco de correlação significativo, o impacto potencial no seu valor é considerado de forma prudente na avaliação. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos de proteção de crédito não financiada, como garantias, está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes relevantes para o crédito.

A avaliação de garantia é considerada no âmbito de um cenário de liquidação. O valor de liquidação é igual aos proveitos esperados da monetização/realização de garantias num cenário de base, em que é alcançado um justo valor através de uma preparação cuidadosa e da liquidação disciplinada da garantia. A garantia pode movimentar-se em valor ao longo do tempo (valor dinâmico) ou não (valor

estático). O valor de liquidez dinâmico geralmente inclui uma margem de segurança ou de avaliação face ao valor realizável, de modo a contabilizar a liquidez e os aspetos de viabilidade comercial.

O Grupo Deutsche Bank atribui um valor de liquidez a garantias colaterais elegíveis com base em, entre outros:

- o valor de mercado e/ou o valor de financiamento, o valor nocional ou valor nominal de uma garantia como ponto de partida;
- o tipo de garantia; a discrepância de divisas, caso exista, entre a exposição segurada e a garantia; e uma discrepância na maturidade, caso exista;
- o ambiente jurídico ou a jurisdição aplicável (garantias onshore ou offshore);
- a liquidez e a volatilidade do mercado em relação às cláusulas de rescisão acordadas;
- a correlação entre o desempenho do mutuário e o valor da garantia, por exemplo, no caso de penhora das ações ou dos títulos do mutuário (neste caso, geralmente uma correlação integral resulta na inexistência de qualquer valor de liquidez);
- a qualidade das garantias físicas e o potencial de litígio ou os riscos ambientais; e
- a avaliação específica de um determinado tipo de garantia (0 – 100%) que reflita os riscos de cobrança (ou seja, os riscos de preços ao longo do período de liquidação médio e o processamento/a utilização/os custos de vendas), conforme especificado nos documentos respetivos

As definições da avaliação de garantias são geralmente baseadas nos dados de recuperação históricos internos e/ou externos disponíveis (também poderão ser usadas as opiniões de peritos, sempre que tal for apropriado). Também poderão incorporar um componente prospetivo, na forma do levantamento e na previsão de avaliação fornecida por peritos no âmbito da Gestão do risco. Considerando os recebimentos esperados da liquidação dos diferentes tipos de garantias, as respetivas flutuações de valor, os custos de liquidação específicos do mercado e os haircuts aplicados no tempo variam entre 0 e 100%. Sempre que os dados forem insuficientes ou inconclusivos, terão de ser aplicados métodos de avaliação mais conservadores do que o habitual. As definições de avaliação são revistas, pelo menos, anualmente. As receitas historicamente validadas da liquidação de garantias também estão implícitas, respetivamente, nos atuais cálculos de perdas por incumprimento, em que são aplicados os valores de mercado das garantias em vez dos valores de liquidação.

Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do processo de gestão do risco global do banco, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações (transferências de riscos significativos). As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e/ou pelo Strategic Corporate Lending em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O Strategic Corporate Lending gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, parte da carteira de empréstimos com alavancagem e da carteira de médias empresas alemãs nas divisões do Corporate Bank e Investment Bank do banco.

Atuando como uma referência de preços central, o Strategic Corporate Lending fornece aos negócios uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O Strategic Corporate Lending centra-se em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

- reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
- gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização (transferência de riscos significativos) através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, subparticipações e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável tanto a derivados negociados em bolsa como a derivados OTC (compensados ou não). A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos (por exemplo, transações de recompra, empréstimo de títulos e empréstimo com imposição de margens), quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente, de acordo com a lei aplicável e a KOD de Compensação de Contratos Financeiros e de Garantias do banco – Jurídico (coletivamente, "Política de Compensação"). Embora a compensação entre produtos derivados e operações de financiamento de títulos possa ser utilizada em certos casos, o banco não recorre à compensação entre produtos para efeitos regulamentares.

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das Contrapartes Centrais (CCP), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se legalmente exigido ou se disponível, e na medida acordada com as contrapartes do banco, o Deutsche Bank utiliza também a compensação das CCP para as suas transações de derivados OTC.

A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission, CFTC) exigem uma compensação de CCP nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice, sujeito a exceções limitadas face a determinadas contrapartes. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às CCP e aos repositórios de transações (EMIR) e os Regulamentos Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na UE para determinadas transações de derivados OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início com alguns derivados de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e com determinados derivados de crédito com base no iTraxx e derivados de taxa de juro adicionais em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2, do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transações intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O banco pediu com sucesso a isenção de compensação para várias das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2024, o banco está autorizado a utilizar as isenções intragrupo da obrigação de compensação do regulamento EMIR para várias relações intragrupo bilaterais. O âmbito das isenções é diferente, uma vez que nem todas as entidades efetuam tipos de transações relevantes sujeitos à obrigação de compensação. Das relações intragrupo, algumas são relações em que ambas as entidades estão estabelecidas na União Europeia (UE), para as quais foi concedida uma isenção total, e a maior parte são relações em que uma das entidades está estabelecida num país terceiro ("relação de país terceiro"). As relações com países terceiros requeriam pedidos repetidos para cada nova classe de ativos sujeita à obrigação de compensação; o processo teve lugar ao longo do exercício de 2017. Devido ao "Brexit", o estatuto de algumas entidades do grupo mudou, de uma entidade da UE para uma entidade de um país terceiro, mas não houve impacto para o banco no que respeita às isenções de compensação. Devido às alterações do EMIR que entram em vigor em 24 de dezembro de 2024, existem algumas alterações aos requisitos de isenção intragrupo, mas, por uma questão de princípio, o Deutsche Bank poderá continuar a utilizar as isenções de compensação pré-existentes.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o risco de liquidação do banco. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os derivados do banco compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o risco de crédito do banco. Nos seus processos de medição do risco e de avaliação do risco, o Deutsche Bank aplica uma compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que acredita que as provisões de compensação com vencimento antecipado da CCP relevantes são legalmente válidas e executórias e foram aprovadas em conformidade com a Política de Compensação do banco.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, o Deutsche Bank procura regularmente celebrar com as contrapartes do banco contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. – ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. A compensação de pagamentos pode ser acordada periodicamente com as contrapartes do banco para várias transações com as mesmas datas de pagamento (por exemplo, transações cambiais) nos termos dos contratos-tipo, o que pode reduzir o risco de liquidação do banco. Nos seus processos de medição e avaliação do risco, o Deutsche Bank aplica a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que tenha concluído que o contrato-tipo é legalmente válido e aplicável em todas as jurisdições relevantes e o reconhecimento da compensação com vencimento antecipado tenha sido aprovado de acordo com a Política de Compensação do banco.

Além disso, o Deutsche Bank subscreve anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o risco de crédito do banco relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se o Deutsche Bank considerar que o anexo é executável, reflete essa consideração na sua medição da exposição.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. O Deutsche Bank também celebra contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas ao Deutsche Bank. O Deutsche Bank analisa e monitoriza as suas potenciais obrigações de pagamento contingentes resultantes de uma descida de notação no âmbito da sua abordagem de teste de esforço e rácio de cobertura de liquidez para o risco de liquidez de forma contínua. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da notação de crédito do banco.

A Lei Dodd-Frank e as normas CFTC nesse âmbito, incluindo a norma CFTC §23.504, bem como o regulamento EMIR e o Regulamento Delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivados OTC não compensada. Alguma documentação é também exigida pelas regras relativas a margens dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos EUA. Ao abrigo das regras de margem dos reguladores prudenciais dos EUA, é exigido ao Deutsche Bank que declare e recolha a margem inicial das suas exposições a derivados com outros corretores de derivados, bem como com as contrapartes do banco que (a) sejam "utilizadores finais financeiros", na aceção das regras de margens dos Estados Unidos, e (b) tenham um valor nocional agregado diário médio de swaps não compensados, swaps baseados em valores mobiliários não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais que excedam 8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que o Deutsche Bank declare e recolha a margem de variação para os seus derivados com outros corretores de derivados e determinadas contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial, mas sem um limiar para a margem de variação, com um montante de transferência mínimo combinado de 500 000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margens dos Estados Unidos estão em vigor para bancos de grandes dimensões desde setembro de 2016, com requisitos de margem variável adicionais a entrar em vigor em 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados progressivamente de setembro de 2017 a setembro de 2022.

Ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, o qual implementa os requisitos relativos a margem do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência mínimo não superior a 500 000 euros. No caso de elevadas exposições a derivados que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial foram originalmente sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2021. No entanto, as alterações legislativas publicadas em 17 de fevereiro de 2021 prolongaram os prazos até 2022. Ao abrigo do Artigo 31 do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, uma entidade da UE pode decidir não realizar a troca de margem com contrapartes em algumas jurisdições de não compensação, desde que determinados requisitos sejam cumpridos. Nos termos do artigo 11.º, n.os 5 a 10, do regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O banco irá recorrer a esta isenção. O banco pediu com sucesso a isenção de garantia para algumas das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2023, o banco tem autorização para utilizar isenções intragrupo da obrigação de garantia do regulamento EMIR para várias relações intragrupo bilaterais, as quais foram publicadas em db.com/legal-resources/european-market-infrastructure-regulation/intra-group-exemptions-margining. Para algumas relações intragrupo adicionais, a isenção relativa a margens do regulamento EMIR poderá ser utilizada com base no Artigo 11 (5) do EMIR, ou seja, sem a necessidade de qualquer pedido ou publicação, uma vez que ambas as entidades estão estabelecidas no mesmo Estado-Membro da UE. Para as filiais de países terceiros, a isenção intragrupo estava original limitada até 30 de junho de 2022, ou quatro meses após a publicação de uma decisão de equivalência pela Comissão da UE, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do EMIR, a menos que, no caso de ser aplicável uma decisão de equivalência, seja efetuado e concedido um pedido de isenção de acompanhamento. Em 13 de fevereiro de 2023, foi publicada no Jornal Oficial uma alteração ao Regulamento (UE) 2016/2251, que diz respeito à prorrogação da data de fim da isenção até 30 de junho de 2025. Com a entrada em vigor das alterações ao EMIR em 24 de dezembro de 2024 (Regulamento (UE) 2024/2987), a chamada "decisão de equivalência" deixou de ser um requisito para uma isenção de margem. Por uma questão de princípio, o Deutsche Bank poderá continuar a utilizar as isenções de margem pré-existentes.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. O risco de concentração pode também ocorrer em carteiras de garantias (por exemplo, vários créditos e valores a receber contra terceiros) que são considerados de forma conservadora no âmbito do processo de avaliação e/ou inspeções no local, quando aplicável. O Deutsche Bank utiliza várias ferramentas e indicadores para monitorizar as suas atividades de redução do risco de crédito e concentrações potenciais.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A carteira de Gestão do risco empresarial (ERM) estabelece o quadro para a gestão dos riscos de concentração a nível da carteira. Isto inclui a definição estratégica, monitorização, revisão, reporte e controlo das apetências pelo risco de crédito através de várias dimensões, tais como o Grupo Deutsche Bank, a divisão Corporate, a Unidade de negócio, entidade jurídica, agência, classe de ativos, país e indústria que têm de ser considerados no contexto das aprovações de crédito. A Carteira ERM é também responsável pela calibração e monitorização da grelha de concentração de contrapartes, que fornece orientações aos responsáveis pelo crédito sobre o dimensionamento dos limites ao nível das contrapartes. Além disso, a Carteira ERM também proporciona uma visão abrangente e holística do perfil de risco do banco em todos os tipos de risco.

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A estrutura de gestão da carteira do Deutsche Bank integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da sua carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

Os riscos emergentes e a evolução da carteira são debatidos no fórum mensal de gestão do risco de crédito e da carteira, que inclui a representação de gestores de risco de crédito de topo, incluindo o diretor da gestão do risco de crédito, bem como do ERM Portfolio.

Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, o Deutsche Bank agrupou as suas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. As carteiras são revistas regularmente, pelo menos, numa base anual. As revisões destacam a evolução do setor e os riscos para a carteira de crédito do banco, examinam os riscos de concentração transversais, avaliam o perfil de risco/retorno e incorporam os resultados de um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Por último, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito e a apetência pelo risco dos respetivos setores. A definição da apetência pelo risco do setor tem em consideração a apetência pelo risco de crédito a nível do grupo.

No quadro de gestão de risco de setor de atividade, os limiares são estabelecidos pelo ERM para limites de crédito para contrapartes na subcarteira de cada indústria. Para efeitos de gestão do risco, a agregação de limites entre setores industriais segue uma visão interna de risco que não tem de ser congruente com a visão baseada no código NACE (Nomenclature des Activities Economiques dans la Communate Europeenne) aplicada noutros pontos do presente relatório. São preparados resumos regulares da carteira industrial para que o Comité de Risco da Sociedade discuta os desenvolvimentos do risco recentes e acorde ações de gestão do risco quando necessário.

Além do risco de crédito, o quadro de risco setorial do banco inclui limites para posições de crédito negociadas, enquanto os principais riscos não financeiros relevantes para a indústria são tidos em conta.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional e nacional é uma parte integrante do quadro de gestão do risco de crédito do banco. Para tal, são aplicados limiares de risco de país a países da Ásia não japonesa, da Europa Central e Oriental, do Médio Oriente e África e da América Latina, bem como a países selecionados dos mercados desenvolvidos (com base em classificações internas de risco de país). Estes limites são fixados para todas as contrapartes com base no "país de risco" específico que lhes é atribuído, o qual reflete o principal risco (macro) económico da contraparte, os lucros do balanço, a jurisdição ou outras dependências financeiras. O país de risco está normalmente alinhado com o "país de domicílio" da contraparte.

As carteiras por país são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar consoante a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. Estas revisões avaliam, entre outros fatores, a evolução e as perspetivas dos principais riscos macroeconómicos e políticos; a composição da carteira, a qualidade e as concentrações de riscos cruzados em condições normais e de stress. Com base nisto e tendo em conta a apetência e a estratégia de risco do Grupo, são definidas a apetência e as estratégias de risco por país pela ERM.

Além dos limiares por país, são fixados limiares de risco de desvio para controlar a exposição ao risco de desvio país a país. Como tal, para efeitos de gestão do risco, a agregação de exposições entre países segue uma visão de risco interna que pode diferir da visão da exposição geográfica aplicada noutro ponto do presente relatório. Além do risco de crédito, o quadro de risco de país do banco inclui limiares para posições de negociação que medem o valor de mercado agregado das posições de risco de crédito negociadas. Para mercados emergentes, são também definidos limiares de risco de mercado para medir o impacto dos resultados em cenários de esforço específicos por país nas posições de negociação em toda a carteira do banco. São ainda definidos limites para capital e exposição de financiamento intragrupo de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças. Os principais riscos não financeiros são considerados e tidos em conta na fixação dos limiares financeiros, sempre que necessário. As notações de risco de país do Deutsche Bank representam um instrumento fundamental da sua avaliação do risco de país. Estes incluem:

– Notação soberana (definida e gerida pela ERM Risk Research): Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira
– Notação de risco de transferência (definida e gerida pela ERM Risk Research): Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos, anualmente.

Gestão dos riscos climáticos e ambientais

O banco criou um quadro específico para a gestão dos riscos climáticos e ambientais. O quadro estabelece os principais requisitos em matéria de governação, identificação do risco e avaliação da materialidade, apetência pelo risco, monitorização do risco, controlos e testes de esforço.

As concentrações de riscos climáticos e ambientais são acompanhadas, através de relatórios específicos, pelos principais comités do Banco (por exemplo, o Comité de Risco Corporativo e o Comité de Risco do Grupo), e são geridas através de:

– Limiares de apetência pelo risco em torno dos objetivos de descarbonização do banco, estabelecidos para oito setores prioritários (Petróleo e gás a montante, Produção de energia, Automóveis - Veículos ligeiros, Aço, Extração de carvão, Cimento e Aviação) e as emissões globais financiadas da carteira de empréstimos a empresas
– Indicadores de Alerta precoce, estabelecidos para diferentes carteiras (Empresas, Soberanos e Fis) para riscos relacionados com a transição climática, o clima físico e a natureza

As novas transações com um impacto significativo nas emissões financiadas e/ou nos objetivos de emissões líquidas nulas do banco são analisadas pelo Fórum Net-Zero do Grupo, composto por representantes de topo das áreas de negócio, de risco e do Gabinete de Sustentabilidade. A análise dos membros do fórum inclui uma avaliação das divulgações de sustentabilidade, estratégias de transição, objetivos de descarbonização e governação dos clientes. As novas transações têm de se enquadrar no âmbito da apetência interna do Deutsche Bank pelo risco setorial, alinhada com os objetivos de zero emissões líquidas. Em 2024, as métricas de apetência pelo risco setorial a nível do Grupo foram transmitidas em cascata às divisões, para reforçar a sua responsabilidade e apoiar as suas estratégias empresariais. Neste contexto, foram criados fóruns Net-Zero específicos no Corporate Bank e no Investment Bank.

Gestão do risco específico de produtos/classe de ativos

Em complemento da abordagem do risco de contraparte, do setor e do país, o Deutsche Bank dispõe de um quadro para gerir determinadas concentrações de risco por classe de ativos e estabelece limites ou limiares, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. Para efeitos da gestão interna do risco da carteira do DB, as classes de ativos são grupos de exposições financeiras que apresentam um desempenho e comportamentos semelhantes, tanto em condições normais de funcionamento como em situações de stress grave. As posições em risco numa classe de ativos terão normalmente uma caraterística comum ou uma sensibilidade aos mesmos fatores económicos e/ou de mercado e aos desenvolvimentos empresariais, legais e regulamentares. Quando essa caraterística ou sensibilidade é desencadeada, as transações na classe de ativos podem reagir e ter um desempenho semelhante. Trata-se de carteiras que a Divisão de Risco do Banco considera terem um potencial de tail-risks considerável e que requerem um acompanhamento adicional. A apetência pelo risco de crédito a nível do grupo é tida em conta na definição dos limites ou limiares de risco por classe de ativos.

Os negócios de Private Bank e alguns negócios de Corporate Bank do banco são geridos através de estratégias específicas de produtos que definem a apetência pelo risco relativamente a carteiras com características de risco de crédito semelhantes, como carteiras de retalho de créditos hipotecários e de consumo, bem como de produtos para clientes empresariais. As análises de risco são realizadas ao nível da carteira, incluindo uma maior discriminação por unidades de negócio, bem como por países/regiões. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

Subscrição de transações nos mercados de capitais

O banco centra-se especificamente nas transações com riscos de subscrição em que subscreve compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem o compromisso de fornecer empréstimos bancários para sindicação no mercado de capitais de dívida e empréstimos intercalares para a emissão de títulos. Os riscos inerentes de não ser bem-sucedido na distribuição das facilidades ou na colocação das notas incluem um atraso na distribuição, o financiamento de empréstimos subjacentes, bem como um risco na definição de preços, uma vez que alguns compromissos de subscrição estão adicionalmente expostos ao risco de mercado sob a forma de spreads de crédito alargados. Sempre que aplicável, o Deutsche Bank cobre dinamicamente este risco de spread de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Uma importante classe de ativos, na qual o Deutsche Bank está ativo em termos de subscrição, consiste nos empréstimos de alavancagem, os quais são principalmente executados através da divisão de Leveraged Debt Capital Markets. O modelo de negócio consiste numa abordagem focada em comissões à distribuição de compromissos de subscrição, principalmente sem financiamento, no mercados de capitais. Os riscos suprarreferidos relativos à distribuição e ao movimento de spreads de crédito aplicam-se a esta divisão. No entanto, são geridos com base num conjunto específico de limites nocionais e de risco de mercado. Estes últimos requerem que o negócio também garanta a cobertura das subscrições face a oscilações do mercado. O modelo baseado em comissões da divisão Leveraged Debt Capital Markets inclui uma abordagem restritiva às concentrações de risco de nome individual retidas no balanço do Deutsche Bank, o que resulta numa carteira global diversificada sem quaisquer concentrações materiais. A carteira no balanço a longo prazo resultante é também sujeita a um limite de crédito completo e a um quadro de cobertura.

O Deutsche Bank também desenvolve uma importante atividade de subscrição através do seu gabinete de Debt Capital Markets, que se centra no apoio a empresas com grau de investimento e com notações cruzadas, geralmente no âmbito do financiamento de transações de fusões e aquisições. Estas exposições são normalmente empréstimos intercalares de 12 a 24 meses, que se espera sejam reembolsados por empréstimos em consórcio e/ou emissões nos mercados de capitais por parte do mutuário. O Deutsche Bank não assume o risco de colocação no mercado nem o risco de fixação de preços relativamente a estas exposições, mas enfrenta o risco de financiamento e o risco de crédito durante o período de vigência do compromisso, que são geridos através de limites de subscrição nocionais para o Grupo e de um quadro de concentração do sector.

Gestão do risco de mercado

Quadro de risco de mercado

A grande maioria dos negócios do Deutsche Bank está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das posições de negociação e investimento do Grupo. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos spreads de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado. O risco de mercado pode afetar as opiniões contabilísticas, económicas e regulamentares da exposição.

A Gestão do Risco de Mercado faz parte da função de risco independente do Deutsche Bank e está localizada dentro do grupo da Gestão do Risco de Mercado e Avaliações. Um dos principais objetivos da Gestão do Risco de Mercado é garantir que a exposição ao risco das unidades de negócio se encontra dentro dos limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

O Grupo diferencia três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes da divisão do Investment Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de movimentos do mercado, principalmente fora das atividades das unidades de negociação, na carteira bancária e em elementos extrapatrimoniais; inclui o risco de taxa de juro, o risco de spread de crédito, o risco de investimento e o risco cambial, bem como o risco de mercado decorrente dos regimes de pensões, dos fundos garantidos e da compensação por ações; o risco de mercado não relacionado com a negociação inclui também o risco decorrente da modelização dos depósitos dos clientes, bem como dos produtos de poupança e de empréstimo

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o risco de mercado do Grupo. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as unidades de negócio.

Medição do risco de mercado

O Grupo tem o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Os riscos do mercado são medidos através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de apetência pelo risco do banco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às divisões corporativas e às suas unidades de negócio individuais, com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. O Deutsche Bank dispõe igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites de áreas de negócio, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.

Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não deverá ser excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O valor em risco do Grupo para as atividades comerciais baseia-se num modelo de simulação histórica (abordagem de modelo interno) que utiliza predominantemente a reavaliação total, embora algumas carteiras continuem a ser baseadas numa abordagem de sensibilidade. A abordagem é utilizada tanto para a gestão do risco como para os requisitos de capital.

O VaR de gestão do risco é calibrado a um nível de confiança de 99 % e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para efeitos de capital regulamentar, o modelo VaR é calibrado a um intervalo de confiança de 99% e um período de carência de dez dias.

O cálculo usa uma técnica de simulação histórica que utiliza um ano de dados históricos de mercado como dados de cálculo e correlações observadas entre os fatores de risco durante este período de um ano.

O modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de swap/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são também considerados no cálculo do VaR. A lista de fatores de risco incluída no modelo VaR é revista regularmente e melhorada como parte das avaliações de desempenho do modelo em curso.

O modelo incorpora tanto os impactos lineares como, especialmente para os derivados, os impactos não lineares predominantemente através de uma abordagem de reavaliação completa, mas também utiliza uma abordagem baseada na sensibilidade para determinadas carteiras. A abordagem de reavaliação completa utiliza as alterações históricas aos fatores de risco como dados para as funções de preços. Embora esta abordagem seja dispendiosa em termos de cálculo, dá uma visão mais precisa do risco de mercado para posições não lineares, especialmente em cenários de esforço. A abordagem baseada na sensibilidade utiliza sensibilidades para fatores de risco subjacentes, em combinação com alterações históricas desses fatores de risco.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O VaR permite ao Grupo aplicar uma medida consistente a todas as nossas exposições ao valor justo. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os resultados de negociação diários.

Ao utilizar resultados de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos do mercado pode não ser um bom indicador de potenciais acontecimentos futuros, em especial os de natureza extrema; esta limitação "retrospetiva" pode fazer com que o VaR subestime as perdas potenciais futuras (como na crise do crédito financeiro de 2008/09), mas também pode fazer com que seja sobrestimado imediatamente após um período de tensão significativa (como na pandemia de COVID-19)
- O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia
- Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que não sejam totalmente captados no modelo VaR (parcialmente captados ou não captados de todo)

O processo de captar e avaliar sistematicamente os riscos atualmente não captados no modelo do VaR do banco foi desenvolvido e melhorado. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no modelo interno do banco. Os riscos não incluídos no VaR são monitorizados e avaliados regularmente, através do quadro Risco não incluído no VaR (RNIV). Este quadro é coerente com a abordagem de simulação histórica que, por sua vez, produz uma estimativa mais precisa da contribuição destes elementos em falta e da sua potencial capitalização.

O Deutsche Bank está empenhado no desenvolvimento contínuo dos modelos de risco internos e recursos substanciais são afetados à respetiva revisão, validação e melhoria.

Valor em risco em situação de esforço

O valor em risco em situação de esforço (SVarR) calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. O Grupo calcula uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O VaR em esforço é calculado com um período de carência de dez dias. O cálculo do SVaR utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da simulação histórica.

O processo de seleção do período de esforço para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na comparação do VaR calculado utilizando janelas de tempo históricas em comparação com o SVaR atual. Se uma janela histórica produzir um VaR superior ao SVaR atual, esta é investigado mais aprofundadamente e a janela de SVaR pode ser subsequentemente atualizada em conformidade. Este processo decorre numa base trimestral.

Durante 2024, o processo de seleção do período de esforço para o Grupo foi conduzido conforme descrito acima. Consequentemente, a janela SVaR utilizada em vários períodos em 2024 incluiu a crise financeira de 2008/09, a crise soberana europeia de 2011/12 e a crise da COVID-19 de 2019/20.

Requisitos de capital para riscos adicionais

Os requisitos de capital para riscos adicionais captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. O Grupo utiliza uma simulação de Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira ao longo de um horizonte de capital de um ano sob uma abordagem de posição constante e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo um abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação, as maturidades, as notações com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

Método padrão do risco de mercado

O Método Padrão do Risco de Mercado ("MRSA") é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos (testes de esforço da carteira, testes de esforço específicos individuais e cenários de risco de evento), contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo. Estes testes de esforço abrangem um vasto conjunto de gravidades concebidas para testar a estabilidade dos ganhos e a adequação de capital do banco.

Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação

O modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação do Deutsche Bank – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio. As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro SVaR, enquanto os Testes de esforço específicos ao negócio estão concebidos para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum. A CE baseada no SVaR utiliza o quadro de SVaR Monte Carlo.

Capital económico do risco de incumprimento negociado

O Capital económico do risco de incumprimento negociado capta as exposições a crédito relevantes nas nossas carteiras de negociação e bancárias ao justo valor. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através da gestão de risco de mercado, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação atual e o Valor de mercado equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Além disso, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a utilização de limites para cada proprietário do negócio.

Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

O Deutsche Bank determinou o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,7 mil milhões de euros. O montante de 31 de dezembro de 2023 era de 1,7 mil milhões de euros. Não se registaram alterações significativas em relação ao ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2024, a redução da perda esperada decorrente da subtração do valor do ajuste adicional era de 96 milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades fora das unidades de negociação, na carteira bancária, incluindo regimes de pensões e garantias, e de considerações sobre o diferente tratamento contabilístico das transações. Os principais fatores de risco de mercado a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são o risco de taxa de juro (incluindo o risco de opcionalidade incorporada e alterações nos padrões comportamentais para determinados tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial (incluindo o risco cambial estrutural), o risco de ações (incluindo o risco relacionado com a compensação de ações e os investimentos em ações públicas e privadas, bem como em ativos imobiliários, infraestruturas e fundos).

Quanto aos riscos de mercado relacionados com a negociação, o quadro de apetência pelo risco e limite do Grupo também é aplicado para gerir a nossa exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação. A nível do grupo, as que são captadas pelo Conselho de Administração estabelecem limites para as exposições de captura de capital económico de risco de mercado a todos os riscos de mercado em todas as classes de ativos, bem como os limites baseados nos ganhos e no valor económico para o risco de taxa de juro nas carteiras bancárias. Esses limites são em cascata por gestão do risco de mercado até ao nível das divisões ou da carteira. O quadro-limite para a exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação é ainda complementado por um conjunto de testes de esforço específicos do negócio, limites de valor em risco e sensibilidade monitorizados diariamente ou mensalmente, dependendo da medida de risco utilizada.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) é o risco atual ou potencial, quer para o capital quer para os ganhos do Grupo, resultante de várias variações nas taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Grupo. Este inclui risco de diferenças que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base que descreve o impacto de alterações relativas nas taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados em instrumentos financeiros.

O Grupo gere as respetivas exposições ao IRRBB utilizando o valor económico e medidas baseadas nos lucros. A função de Tesouraria do Grupo está mandatada para gerir centralmente o risco de taxa de juro, com a Gestão de Risco de Tesouraria a atuar como 2.ª Linha de Defesa (LoD), avaliando e desafiando de forma independente a implementação do quadro e o cumprimento da apetência pelo risco. A Auditoria do Grupo, em sua função de "3.ª LoD", é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno. O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo ("ALCo") supervisiona e orienta a posição de risco de juro estrutural do Grupo, com particular ênfase nos riscos da carteira bancária e na gestão da margem financeira. O ALCo monitoriza a sensibilidade dos recursos financeiros e as métricas associadas aos parâmetros-chave do mercado, tais como curvas de taxas de juro, e supervisiona o cumprimento dos limites de recursos financeiros das divisões/do negócio.

As medidas baseadas no valor económico analisam a alteração no valor económico da carteira bancária de ativos, passivos e exposições extrapatrimoniais resultante de variações nas taxas de juro, independentemente do tratamento contabilístico. Assim, o Grupo mede a alteração no valor económico de capital (ΔEVE) como a diminuição máxima do valor económico da carteira bancária no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela EBA, além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco. Para a comunicação de cenários internos de esforço e apetência pelo risco, o Grupo aplica algumas hipóteses de modelização diferentes, tal como utilizadas nesta divulgação. Ao agregar o valor económico de capital ΔEVE através de diferentes divisas, o DB adiciona alterações negativas e positivas sem aplicar fatores de ponderação para alterações positivas. Além disso, o Grupo está a utilizar pressupostos de modelos comportamentais quanto à duração da taxa de juro do capital próprio, bem como depósitos sem prazo de vencimento de instituições financeiras.

As medidas baseadas nos lucros analisam a alteração esperada no rendimento de juros líquido (NII) resultante dos movimentos das taxas de juro ao longo de um horizonte temporal definido, em comparação com um cenário de referência definido. Por conseguinte, o Grupo mede o rendimento de juros líquido ΔNII como a redução máxima no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela EBA, além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco, em comparação com um cenário de curva de mercado implícito, ao longo de um período de 12 meses.

O Grupo emprega técnicas de mitigação para cobrir o risco de taxa de juro decorrente de posições não relacionadas com a negociação dentro de determinados limites. A taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação é gerida através dos mercados e investimentos de tesouraria. Por conseguinte, o Grupo utiliza derivados e aplica diferentes técnicas de contabilidade de cobertura, tais como contabilidade de cobertura do justo valor ou contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas no contexto da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juro de referência.

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto.

A função de gestão do risco do modelo realiza uma validação independente de modelos utilizados para a medição do IRRBB, tal como para todos os modelos de risco de mercado, em consonância com o quadro de governação do risco ao nível do grupo do Deutsche Bank.

O cálculo do VaR e das sensibilidades do risco de taxa de juro é realizado diariamente, ao passo que a medição e o reporte da taxa de juro de valor económico e o risco dos ganhos são realizados mensalmente. O Grupo utiliza, geralmente, os mesmos indicadores nos sistemas de gestão internos aplicáveis às divulgações no presente relatório.

Os pressupostos-chave de modelação do Deutsche Bank aplicam-se às posições nas divisões do Private Bank e Corporate Bank. Essas posições estão sujeitas a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos respetivos depósitos, bem como a produtos de crédito. O Grupo testa regularmente os pressupostos e atualiza-os quando necessário, seguindo um processo de governação definido. Em particular, o Grupo alterou os seus pressupostos durante a fase inicial de subida das taxas de juro, em que se observou uma reavaliação mais lenta dos depósitos do que o previsto.

O Grupo gere a exposição ao risco de taxa de juro dos depósitos sem prazo de vencimento através de uma abordagem de carteira de replicação para determinar a maturidade média de fixação de novos preços da carteira. Para efeitos de criação da carteira de replicação, a carteira de depósitos sem prazo de vencimento é agregada por dimensões tais como a divisão, a divisa, o produto e a localização geográfica. As principais dimensões que influenciam a maturidade de fixação de novos preços são a elasticidade das taxas de depósito face a taxas de juro do mercado, a volatilidade dos saldos dos depósitos e o comportamento observável do cliente. Para o período de relato, a maturidade média de fixação de novos preços atribuída em todas essas carteiras de replicação é de 2,40 anos, utilizando o Deutsche Bank 15 anos como a maturidade de fixação de novos preços mais longa.

Nos produtos de crédito e em alguns dos produtos de depósito a prazo, o Deutsche Bank considera o comportamento de pré-pagamento/retirada antecipado dos seus clientes. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas.

Além disso, o Grupo geralmente calcula os indicadores relacionados com o IRRBB nas divisas contratuais e agrega os indicadores resultantes para efeitos de relato. Ao calcular os indicadores baseados no valor económico, a margem comercial é excluída para os componentes materiais do balanço.

Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto ao risco de spread de crédito na carteira bancária (CSRBB), principalmente devido a obrigações detidas pelo Tesouro para atividades de gestão de reservas de liquidez e de risco de taxa de juro de ativos e passivos. O risco de spread de crédito na carteira bancária é gerido pelos negócios, com a Gestão do Risco de Mercado a agir como função de supervisão independente, assegurando que a exposição está dentro da apetência pelo risco aprovada. O perímetro para a medição e monitorização da exposição à CSRBB vai além do justo valor dos ativos e passivos e inclui também posições contabilizadas pelo custo amortizado cujo preço está ligado a uma referência de mercado observável. O cálculo das sensibilidades do spread de crédito e do valor em risco para a exposição ao spread de crédito material é, em geral, realizado diariamente, sendo a medição e a comunicação de capital económico e os testes de esforço específicos da CSRBB realizados mensalmente.

Risco cambial

O risco cambial decorre das posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, que são expressas em divisas distintas da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação do Investment Bank, sendo consequentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma divisa, para que apenas subsista um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e comunicação geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial aberto não relacionado com a negociação resulta da conversão cambial do capital local para a moeda de relato do Grupo e de posições de cobertura de capital relacionadas. Assim, são assumidas posições longas abertas posições para um número selecionado de moedas relevantes por forma a imunizar a sensibilidade do rácio de capital do Grupo contra alterações nas taxas de câmbio.

Risco de capital e de investimento

O risco de capital não relacionado com a negociação decorre predominantemente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária e dos nossos planos de remuneração em capital.

As participações de investimento de capital do Deutsche Bank não consolidadas na carteira bancária são categorizadas em ativos de investimento estratégicos e alternativos. Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a franquia de negócio do banco e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os principais investimentos são investimentos diretos em capital privado, imobiliário, capital de risco, fundos de cobertura ou fundos mutualistas, ao passo que os ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários são de natureza não estratégica.

As propostas de investimento para investimentos estratégicos, bem como a monitorização dos progressos e do desempenho em relação a objetivos assumidos são avaliadas pelo Comissão de Investimento do Grupo. Consoante a sua dimensão, os investimentos estratégicos podem exigir a aprovação da Comissão de investimentos do Grupo, do Conselho de Administração ou do Conselho de Fiscalização.

A Gestão de risco de crédito em investimentos de capital é responsável pela governação e monitorização relacionadas com o risco das atividades de ativos alternativos. A revisão dos compromissos de investimento em capital novos ou aumentados é tarefa do Grupo de Aprovação do Compromisso de Investimento em capital, criado pelo Comité de Risco Empresarial como fórum de gestão do risco para investimentos de ativos alternativos. O Grupo de Aprovação do Compromisso de Investimento em capital aprova os investimentos sob a sua autoridade ou recomenda decisões acima da sua autoridade ao Conselho de Administração para aprovação. O Conselho de Administração também fixa limites de investimento para divisões e várias carteiras de risco, mediante recomendação do Comité de Risco Empresarial.

As participações de investimentos de capital são incluídas em testes de esforço regulares a nível do grupo e nos cálculos mensais de capital económico de risco de mercado.

Risco de pensões

O Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes de planos de pensões de benefícios prestação definida para colaboradores atuais e antigos. Os riscos de mercado nos planos de pensões materializam-se devido a um potencial declínio no valor de mercado dos ativos do plano ou a um aumento do valor atual das responsabilidades com pensões de cada um dos planos de pensões. A Gestão do Risco de Mercado é responsável por uma medição, monitorização, informação e controlo regulares dos riscos de mercado do lado do ativo e do passivo dos planos de pensões de prestação definida. Assim, os riscos de mercado nos planos de pensões incluem, mas não estão limitados ao risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de spread de crédito, risco de ações e risco de longevidade. Para mais detalhes sobre as obrigações com pensões de prestação definida do Grupo e a sua gestão, consulte a Nota 33 "Benefícios de colaboradores" na secção "Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas".

Outros riscos na carteira bancária

Os riscos de mercado do negócio de Asset Management resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos fundos do banco.

Capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão de capital económico do risco de mercado negociado ou através da utilização de modelos de risco de mercado não negociado específicos de cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

Gestão do risco operacional

Quadro de gestão do risco operacional

O Deutsche Bank aplica a definição de risco operacional do conjunto único de regras da Autoridade Bancária Europeia: Por risco operacional entende-se o risco de perdas decorrentes de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. O risco operacional inclui riscos jurídicos, mas exclui riscos de negócio e de reputação, e está incorporado em todos os produtos e atividades bancários." O risco operacional forma um subconjunto dos riscos não financeiros do banco.

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que o banco está disposto a aceitar em consequência da sua atividade. O banco assume riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de eventos de risco operacional (tais como violações de leis ou regulamentos e conduta imprópria), noutros casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora da apetência pelo risco, têm de ser tomadas medidas de redução do risco, incluindo a reparação dos riscos, o seguro dos riscos e a cessação da atividade.

O Quadro de Gestão do Risco Operacional é um conjunto de ferramentas e processos inter-relacionados que são utilizados para identificar, avaliar, mitigar e monitorizar os riscos operacionais do banco. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva com base no risco à gestão da maioria dos riscos operacionais materiais do banco. As componentes do Quadro de Gestão do Risco Operacional incluem a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, as políticas e os procedimentos para processos de gestão do risco operacional, incluindo as respetivas ferramentas e o modelo de capital de risco operacional do banco.

Estrutura organizativa e de governo

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das divisões e cargos da infraestrutura do banco, onde estes riscos são gerados, o Quadro de Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM) supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do Quadro de Gestão do Risco Operacional em todo o banco. A NFRM faz parte da função de risco do Grupo, o Gabinete de Risco, dirigido pelo Diretor de Risco.

O Diretor de Risco nomeia o diretor do NFRM, responsável pela conceção, supervisão e manutenção de um Quadro de Gestão do Risco Operacional do Grupo eficaz, eficiente e conforme às regulamentações, incluindo o modelo de capital de risco operacional. O diretor da NFRM monitoriza e desafia a implementação do Quadro de Gestão do Risco Operacional a nível do Grupo, além de monitorizar os níveis de risco globais face à apetência pelo risco operacional do banco.

O Comité de Risco Não Financeiro é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, estabelecendo uma perspetiva transversal e holística dos principais riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões e relativas a políticas incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacional que possam ter impacto no perfil de risco das divisões e cargos da infraestrutura. Vários subfóruns com participantes da 1.ª e 2.ª LoD apoiam o Comité de Risco Não Financeiro para cumprir eficazmente o respetivo mandato. Adicionalmente ao Comité de Risco Não Financeiro ao nível do Grupo, as divisões estabeleceram fóruns de risco não financeiro da 1.ª LoD para a supervisão e gestão dos riscos operacionais nos vários níveis da organização.

A governação dos riscos operacionais segue a abordagem 3LoD do banco para gerir todos os seus riscos, quer sejam financeiros ou não financeiros. O Quadro de Gestão do Risco Operacional estabelece os padrões de governação do risco operacional, incluindo as funções centrais da 1.ª e 2.ª LoD e as respetivas responsabilidades, para assegurar uma gestão de risco eficaz e uma contestação independente apropriada:

Requisitos de risco operacional para a 1.ª LoD: Os proprietários do risco, como a 1.ª LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e efetuam a respetiva gestão face a uma apetência pelo risco definida.

Os proprietários do risco são as funções do banco cujas atividades geram – ou estão expostas a – riscos operacionais. Enquanto diretores de divisões e cargos da infraestrutura, eles determinam a estrutura organizacional adequada para identificar o perfil de risco operacional, gerir ativamente estes riscos na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais para garantir que estes se mantêm dentro da apetência pelo risco e estabelecer e manter os controlos da 1.ª linha de defesa.

Requisitos de risco operacional para a 2.ª LoD: Os Controladores do Tipo de Risco atuam como as funções de controlo da 2.ª LoD para todos os tipos de subrisco sob o tipo de risco principal “Risco operacional”.

Os Controladores do Tipo de Risco estabelecem o quadro e definem as declarações de apetência pelo risco ao nível do Grupo para o tipo de risco operacional específico que supervisionam. Os Controladores do Tipo de Risco definem os padrões mínimos de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco nos seus processos diários, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os Controladores do Tipo de Risco fornecem uma supervisão independente do risco operacional e monitorizam o perfil do tipo de risco em relação à apetência pelo risco definida. Como

especialistas em tipos de risco, os Controladores do Tipo de Risco definem o tipo de risco e a sua taxonomia e apoiam e facilitam a implementação do quadro do tipo de risco na 1.ª LoD. Para manter a sua independência, as funções de Controlador do Tipo de Risco estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura.

Os requisitos do risco operacional para a NFRM como o Controlador do Tipo de Risco para o tipo de risco principal "Risco operacional": Como função de Controlador do Tipo de Risco/controlo de risco para o risco operacional, a NFRM estabelece e mantém o Quadro de Gestão do Risco Operacional abrangente e determina o nível adequado de capital para sustentar o risco operacional do Grupo.

- Como segunda função de controlo de risco do LoD, o NFRM define a abordagem do banco à apetência pelo risco operacional e monitoriza a sua adesão e consequências em caso de riscos operacionais fora da apetência pelo risco definida. O NFRM supervisiona os planos de atenuação dos riscos e de controlo para que o risco operacional do banco se enquadre na sua apetência pelo risco definida, sempre que necessário; também estabelece e comunica regularmente o perfil de risco operacional do banco, incluindo os riscos operacionais que não se enquadram na apetência pelo risco definida.
- Como especialista na matéria para risco operacional, a NFRM fornece perspetivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco (1.ª linha de defesa) e facilita a implementação de padrões de gestão e controlo do risco em todo o banco
- A NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar o nível adequado de capital necessário para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração; isto inclui o cálculo e a afetação da procura de capital para o risco operacional e a perda esperada ao abrigo do Método de Medição Avançada (AMA)

Gestão do risco operacional

Para gerir o vasto leque de tipos de subriscos subjacentes ao risco operacional, o Quadro de Gestão do Risco Operacional fornece um conjunto de ferramentas e processos que se aplicam a todos os tipos de risco operacional em todo o banco. Estas ferramentas e processos permitem ao banco determinar o perfil de risco operacional em relação à sua apetência pelo risco para o risco operacional, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Em 2024, o banco continuou a amadurecer a gestão do Risco Operacional. Isto foi conseguido através do reforço da granularidade da avaliação de riscos e controlos, da migração do repositório central de controlos para uma aplicação mais eficiente e da melhoria do quadro de apetência pelo risco.

Recolha de dados de perdas: Os dados relativos aos eventos de risco operacional externos (com um impacto na demonstração de resultados ≥ 10.000 €) são validados de forma independente e atempada. Os eventos materiais de risco operacional levam a ensinamentos retirados bem definidos e análises de comparação, os quais são realizados na 1.ª LoD, em estreita colaboração entre parceiros de negócio, controlo do risco e outras funções de infraestrutura. As avaliações dos ensinamentos retirados analisam os motivos dos eventos importantes de risco operacional, identificam as respetivas causas principais e documentam as medidas de correção adequadas para reduzir a probabilidade da respetiva recorrência. As análises de comparação têm em conta as conclusões do processo de ensinamentos retirados e procuram analisar a existência noutras áreas do banco, mesmo que ainda não tenham resultado em problemas ou perdas, de riscos semelhantes e deficiências no controlo identificados numa análise de ensinamentos retirados. Tal permite que sejam tomadas medidas de prevenção.

Análise de cenários: O perfil de risco operacional é complementado e ainda mais reforçado pela incorporação da análise de cenários exploratórios nas atividades diárias de gestão do risco. A análise de cenários é utilizada como uma ferramenta de identificação e gestão do risco que permite aos proprietários do risco e aos controladores do tipo de risco explorar a exposição potencial ao risco como base para identificar potenciais lacunas no perfil de risco operacional existente nos bancos. Além disso, é utilizada como um contributo para o cálculo do capital de risco operacional do banco. As histórias dos cenários baseiam-se em perdas internas, análises de riscos emergentes, principais riscos e concentrações de riscos e nas conclusões, bem como na análise de eventos externos de perda de risco operacional entre pares. As informações de eventos de perda atuais e potenciais futuros são utilizadas de forma sistémica para identificar suscetibilidades temáticas e procuramos ativamente reduzir a probabilidade de incidentes semelhantes, por exemplo, através de análises profundas ou revisões do perfil de risco. Em 2024, foi testada a nova abordagem "Cenário estruturado", que permite uma melhor quantificação dos potenciais riscos operacionais.

Avaliação e controlo de risco: O processo de avaliação e controlo do risco é composto por várias avaliações ascendentes dos riscos gerados pelas divisões e funções de infraestrutura, pela eficiência dos controlos implementados para a respetiva gestão e pelas medidas de correção necessárias para colocar os riscos dentro da apetência pelo risco. O processo de avaliação e controlo do risco é realizado a nível empresarial global e, como tal, abrange todas as jurisdições. Foi concebido para ajudar a Direção a determinar se os riscos operacionais estão a ser geridos e controlados adequadamente através de uma abordagem de avaliação dinâmica que abrange todos os tipos de risco aplicáveis da Taxonomia do tipo de risco não financeiro (NFRTT) do Grupo. O processo de avaliação e controlo do risco coloca uma maior ênfase na avaliação e mitigação dos riscos que estão fora da apetência e dos riscos que conduzem a uma conduta antiética e inadequada no mercado dentro do banco. Em 2024, a granularidade das RCA foi melhorada para fornecer informações específicas sobre os riscos e garantir um perfil de risco mais exato para comparação com a apetência pelo risco definida.

Principais riscos: O processo de comunicação dos Principais riscos é um processo regular para identificar os riscos que suscitam maior preocupação no Grupo e nas divisões, para além de assegurar que existe uma atividade de correção proporcional associada para mitigar o risco. Os relatórios sobre os Principais riscos associados fornecem uma perspetiva prospetiva do impacto dos programas de redução dos principais riscos, que incluem medidas de correção e melhorias de controlo planeadas, indicando o calendário previsto para a redução. Os relatórios também contêm os riscos emergentes e os assuntos que podem influenciar a população de principais riscos no futuro. O processo de identificação dos principais riscos está intimamente ligado à avaliação e controlo do risco e à apetência pelo risco, consumindo a exposição ao risco do primeiro e os níveis de apetência do segundo para ajudar a documentar a população de principais riscos. Em 2024, o processo de comunicação dos Principais riscos foi desativado e integrado no processo de apetência pelo risco.

Avaliação de riscos de transformação: Para identificar e gerir adequadamente os riscos decorrentes de iniciativas de mudança material no seio do banco, está em vigor um processo de avaliação do risco de transformação para avaliar o impacto da transformação (incluindo as futuras joint ventures e investimentos estratégicos do banco) no perfil de risco e no ambiente de controlo do banco. A avaliação considera os impactos nos tipos de risco financeiro e não financeiro e é obrigatória para um subconjunto de iniciativas, categorizadas como resultados principais (normalmente inclui iniciativas regulamentares, migrações tecnológicas, iniciativas de correção, alterações estratégicas e organizacionais).

Apetência pelo risco: A apetência pelo risco não financeiro reflete o montante do risco não financeiro que o banco está disposto a aceitar para prosseguir a sua estratégia. A estrutura de apetência pelo risco não financeiro fornece uma abordagem comum para definir o nível de apetência pelo risco em toda a empresa e monitorizar a exposição face a essa apetência. O perfil de risco operacional é monitorizado regularmente em função da apetência pelo risco definida pelo banco, para alertar atempadamente a organização para problemas iminentes. Em 2024, o conceito de zonas de risco residual foi reforçado com a introdução das condições de operação em que o 1.º LOD deve operar. Isto permite uma articulação mais precisa da apetência pelo risco para um determinado tipo de risco, incluindo requisitos definidos de gestão de violações e consequências.

Conclusões e gestão de problemas: Os resultados e o processo de gestão de emissões permitem mitigar os riscos associados a fragilidades e deficiências de controlo conhecidas, e permite à administração tomar decisões baseadas no risco sobre a necessidade de remediação adicional ou aceitação do risco. Os resultados do processo de gestão de resultados devem ser capazes de demonstrar às partes interessadas internas e externas que o banco está a identificar ativamente os seus pontos fracos de controlo e a tomar medidas para gerir os riscos associados dentro de níveis aceitáveis de apetência pelo risco.

Adesão ao quadro: A monitorização da adesão ao Quadro de risco operacional é uma atividade fundamental para supervisionar, monitorizar e testar a conformidade com os requisitos dos componentes do Quadro OR pelas principais partes interessadas no 1.º e 2.º LOD. Os resultados da Adesão ao Quadro de risco operacional visam identificar proativamente as melhorias de implementação exigidas aos utilizadores do Quadro OR e destacar potenciais melhorias na conceção do Quadro. Em 2024, a gestão das consequências da adesão ao quadro foi reforçada, pelo que as deficiências de adesão material identificadas através de análises de adesão ao quadro resultarão em questões de risco identificadas contra a 1ª ou 2ª função de LoD responsável, a menos que já exista uma constatação para remediar adequadamente a deficiência identificada.

Quadros do tipo de risco operacional

O risco operacional é um tipo de risco na taxonomia de tipos de risco do Grupo. Juntamente com o risco de reputação, constitui o risco não financeiro. O Quadro de Gestão do Risco Operacional é um conjunto de ferramentas e processos interrelacionados que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e mitigar os riscos operacionais do Grupo Deutsche Bank, de acordo com uma definição regulamentar e industrial do conceito de risco operacional. Aplica-se aos subtipos de risco operacional a um nível mais granular e permite ao banco agregar e monitorizar o seu perfil de risco operacional. Estes tipos de subriscos operacionais são controlados por várias funções de infraestrutura e incluem o seguinte:

- O departamento de conformidade realiza uma função independente de segunda linha que protege a licença do banco para operar, promovendo e fazendo cumprir a lei, além de conduzir a uma cultura de conformidade e conduta ética no banco. O Departamento de Conformidade assiste, analisa e desafia as divisões de negócio e trabalha com outras funções de infraestrutura e reguladores para estabelecer e manter uma abordagem baseada no risco para a gestão dos riscos de conformidade do banco, de acordo com o apetite de risco do banco e para ajudar o banco a detetar, mitigar e prevenir violações de leis, regras e regulamentos, bem como de políticas internas. O Departamento de Conformidade desempenha as seguintes atividades principais: envolvimento e gestão da regulamentação em colaboração com o Grupo de Gestão de Regulamentação e Exames; identificação e avaliação de leis, regras e regulamentos novos e alterados; atuação como consultor de confiança através de uma análise e contestação independentes; realização de controlos de segunda linha; identificação, avaliação, atenuação, monitorização e comunicação do risco de conformidade; os resultados destas avaliações e controlos são regularmente comunicados ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização.
- Os riscos de criminalidade financeira são geridos pela função de Combate à Criminalidade Financeira (AFC) através da manutenção e desenvolvimento de um programa específico; o programa de AFC baseia-se em requisitos regulamentares e de supervisão; a divisão de AFC definiu papéis e responsabilidades e estabeleceu funções específicas para a identificação e gestão dos riscos de criminalidade financeira resultantes do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo, do cumprimento de sanções e embargos, da facilitação da evasão fiscal, bem como de outras atividades criminosas, incluindo a fraude, o suborno, a corrupção e outros crimes; a AFC atualiza a sua estratégia de prevenção da criminalidade financeira através do desenvolvimento regular de políticas, processos e controlos internos, da avaliação dos riscos específicos da instituição e da formação do pessoal
- A Área Jurídica e Group Governance é uma função de infraestrutura totalmente independente, mandatada para fornecer aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração e às divisões e outras funções de infraestrutura, e a apoiar o Conselho de Administração na definição e proteção do quadro de Governação do Deutsche Bank, bem como na gestão do Risco Jurídico e de Governação do banco. O departamento jurídico detém o monopólio do aconselhamento jurídico, da contratação e do controlo dos consultores externos.
  A independência do departamento jurídico e de governação do grupo é assegurada através de
  - uma linha direta de reporte ao Conselho de Administração, e não a qualquer outra divisão empresarial
  - um sistema de incentivos e de compensação autónomo em que a avaliação do desempenho está ligada principalmente à gestão do risco e não às receitas da empresa
- Os processos de aprovação de novos produtos e de revisão sistemática de produtos do Deutsche Bank constituem um quadro de controlo concebido para gerir os riscos associados a novos produtos e serviços e à gestão do seu ciclo de vida; estes processos são supervisionados pela Governação de Produtos, no âmbito da função de Risco Não Financeiro; os produtos e serviços existentes são revistos em ciclos de um a três anos, a fim de avaliar se continuam a ser adequados à sua finalidade e se são coerentes com as características e objetivos dos respetivos mercados-alvo; cada produto ou serviço deve ser patrocinado por um Diretor executivo da empresa, que é o responsável máximo pelo mesmo; as infrações aos requisitos de aprovação de novos produtos são abrangidas pelo processo de gestão das consequências de sinais de alerta do banco
- **A função da NFRM inclui a função*** de supervisão de segunda linha dos controlos sobre as atividades de processamento de transações, bem como os riscos de infraestrutura para evitar a interrupção da tecnologia ou dos processos, manter a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, registos e segurança da informação, e garantir que as divisões de negócio e as funções de infraestrutura dispõem de planos sólidos para recuperar processos e funções de negócio críticos em caso de interrupção, incluindo falhas técnicas ou de edifícios, ou os efeitos de um ciberataque ou de uma catástrofe natural, bem como qualquer risco de segurança física; o controlador do tipo de risco da NFRM gere igualmente os riscos decorrentes dos compromissos assumidos com fornecedores internos e externos do banco, através da disponibilização de um quadro abrangente de gestão do risco de terceiros

Medição dos riscos operacionais

O Deutsche Bank calcula e mede os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando o Método de Medição Avançada (AMA). O cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), complementados com dados de cenários, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O modelo de abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no perfil de perda histórico.

No seio do modelo de abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, tendo em consideração os ajustes qualitativos e após a dedução das perdas esperadas.

Os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional é derivado do percentil 99,9%. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. O NFRM estabelece e mantém a abordagem de quantificação da procura de capital e garante que estão implementados os processos de desenvolvimento, validação e alteração adequados, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

Com a entrada em vigor do Regulamento Europeu sobre Requisitos de Fundos Próprios (CRR3), o requisito de fundos próprios regulamentares deixará de se basear na metodologia AMA a partir de 2025. Em vez disso, será utilizado o Método de Medição Normalizada para o risco operacional. O Deutsche Bank continuará a aplicar a metodologia AMA para calcular o seu requisito de capital económico.

Fatores da evolução do capital de risco operacional

De acordo com o cálculo do capital AMA, a procura de capital para o risco operacional do Deutsche Bank é impulsionada predominantemente por eventos de perdas internas históricas.

Tendo em conta a relevância dos riscos jurídicos no perfil de risco operacional do banco, é dedicada especial atenção à gestão e medição dos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o banco, mas também a atividade bancária no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Concetualmente, o banco avalia o risco operacional, incluindo o risco jurídico, determinando as perdas de riscos operacionais anuais que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas resulta de uma componente que, devido aos critérios IFRS, é refletida nas demonstrações financeiras do banco e de uma componente para além do montante refletido como provisões nas demonstrações financeiras do banco.

As perdas legais que o banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37.

As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas demonstrações financeiras do banco como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são consideradas como "procura de capital regulamentar ou económico".

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas que cobrem os riscos de saídas superiores à provisão e os ajustamentos considerados remotos ou relacionados com questões ainda desconhecidas. Essas previsões podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

As previsões jurídicas são incluídas nos "Dados de perdas relevantes" utilizados no modelo AMA. O intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da potencial incapacidade do Grupo Deutsche Bank de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou sem incorrer em custos excessivos. A taxonomia de risco do Grupo distingue dois aspetos do risco de liquidez: Risco de liquidez a curto prazo e risco de financiamento estrutural, ambos integrados num quadro de gestão do risco de liquidez abrangente. O objetivo do quadro consiste em garantir que o Grupo dispõe de uma governação e de controlos sólidos para cumprir as suas obrigações de pagamento (incluindo as intradiárias) em qualquer momento, incluindo períodos de stress, e para gerir os seus riscos de liquidez e de financiamento no âmbito da apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração, aquando da execução do plano estratégico. O quadro considera todos os fatores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

Quadro de risco de liquidez e de financiamento

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Grupo e a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Risco do Grupo (GRC). O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco pelo menos anualmente. A apetência pelo risco é aplicada ao nível do Grupo e a entidades de liquidez específicas definidas internamente, por exemplo, o Deutsche Bank AG, para monitorizar e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Grupo.

O Quadro de gestão do risco de liquidez define a organização das funções de gestão de liquidez em alinhamento com a estrutura de três linhas de defesa, que é descrita na "Política de gestão de risco". As Divisões corporativas e a Tesouraria constituem a primeira linha de defesa, responsável pela execução das medidas necessárias para gerir da forma mais eficaz a liquidez do Grupo e orientar as atividades comerciais. O CRO compreende a segunda linha de defesa, responsável pela definição do quadro de gestão do risco de liquidez, fornecendo supervisão independente do risco, desafio e validação das atividades conduzidas pela primeira linha de defesa, incluindo o estabelecimento da apetência pelo risco. A Auditoria do Grupo constitui a terceira linha de defesa, responsável pela supervisão das atividades da primeira linha de defesa e da segunda linha de defesa.

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo é o órgão de governação de tomada de decisão do Grupo, mandatado pelo Conselho de Administração para otimizar a origem e a implementação do balanço e dos recursos financeiros do Grupo em linha com a apetência pelo risco e estratégia de risco do Conselho de Administração. O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo tem a responsabilidade global de definir, aprovar e otimizar a estratégia de financiamento do Grupo. No que diz respeito à segunda linha de defesa, o Comité de Risco do Grupo é mandatado pelo Conselho de Administração com autoridade para tomar decisões relativas a tópicos importantes relacionados com o risco. Além disso, analisa e recomenda itens para aprovação pelo Conselho de Administração, incluindo princípios-chave de gestão do risco, a declaração de apetência pelo risco do Grupo, o plano de recuperação, o plano de financiamento de contingência, parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e indicadores de recuperação e de escalada.

Os princípios de gestão do risco de liquidez do Grupo estão documentados na "Política de gestão do risco de liquidez do Grupo" e o enquadramento é descrito nos documentos "Enquadramento global do risco de liquidez" e "Enquadramento global do risco de financiamento". Tanto a política como os documentos de enquadramento aderem e articulam a forma como as oito práticas fundamentais de gestão do risco são aplicadas ao risco de liquidez, em que as práticas-chave incluem a governação do risco, a organização do risco (3 linhas de defesa), a cultura do risco, a apetência e a estratégia do risco, a identificação e avaliação do risco, a atenuação e os controlos do risco, a medição e a comunicação do risco, o planeamento e a execução do esforço. As funções e responsabilidades individuais relevantes para cada uma destas práticas estão definidas e documentadas na Matriz de Responsabilidade Global para o risco de liquidez, que proporciona maior clareza e transparência sobre as funções e responsabilidades de todas as partes interessadas envolvidas. Todos os procedimentos adicionais e documentos de apoio (tanto globais como locais) emitidos pelas funções de gestão do risco de liquidez definem em maior detalhe os requisitos específicos para as práticas de risco de liquidez. Todos estes procedimentos estão subordinados à "Política de Gestão do Risco de Liquidez do Grupo" e estão sujeitos às normas nela estabelecidas.

De acordo com o Processo de análise e avaliação para fins de supervisão do Banco Central Europeu (e o requisito revisto do Processo de autoavaliação da adequação da liquidez interna emitido em novembro de 2018), o Grupo implementou um Processo de autoavaliação da adequação da liquidez interna, que é avaliado, documentado e revisto, pelo menos, anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração.

Como parte de um processo de planeamento estratégico anual, a Tesouraria projeta o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento, incluindo a exposição ao dólar dos Estados Unidos, com base nas atividades de negócio antecipadas, de modo a assegurar que o plano estratégico pode ser executado em conformidade com a apetência pelo risco do Banco.

Apetência pelo risco e definição de controlos

A apetência pelo risco de liquidez do Grupo, que é definida através de princípios qualitativos e de métricas de apoio quantitativas, está definida na “Declaração de apetência pelo risco” e está sujeita às normas estabelecidas na “Política de apetência pelo risco”. Esta Declaração de apetência pelo risco é ainda apoiada pelo quadro de controlos do risco de liquidez, que consiste em "limites-chave" baseados na apetência pelo risco, bem como num conjunto de limites adicionais, limiares e indicadores de alerta precoce.

O Deutsche Bank implementou um quadro específico de apetência pelo risco que abrange o Pilar 1 regulamentar, bem como métricas internas de stress (Pilar 2), assegurando assim que a posição de liquidez do Grupo é equilibrada numa base consolidada a nível do Grupo, bem como entre as principais entidades de liquidez e entre moedas.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência pelo risco através de uma série de indicadores relevantes e implementa várias ferramentas, incluindo limites de risco a nível da empresa, transmitindo ainda mais aspetos da apetência pelo risco a nível da divisão, assegurando a facilidade de cumprimento dos limites de risco a nível da empresa. Como tal, a Tesouraria trabalha em estreita colaboração com a Gestão do risco de liquidez, no âmbito da sua autoridade delegada, e com as divisões para identificar, analisar e monitorizar as características do risco de liquidez subjacentes às carteiras de negócios. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares sobre as alterações na posição de liquidez do Grupo decorrentes de atividades de negócio e eventos do mercado.

Além disso, o Grupo garante, ao nível de cada Entidade relevante em termos de liquidez, que todas as métricas de liquidez locais são geridas em conformidade com a apetência pelo risco definida. Os excedentes de liquidez locais são agrupados em hubs do Deutsche Bank AG e as carências de liquidez locais podem ser satisfeitas através do apoio destes hubs. As transferências de capacidade de liquidez entre entidades estão sujeitas ao quadro de aprovação de financiamento entre empresas que envolve a função de direção de liquidez do Grupo, bem como os gestores de liquidez locais, tendo em conta o cumprimento das métricas do Pilar 1, incluindo o rácio de cobertura de liquidez (LCR), o rácio de financiamento estável líquido (NSFR), bem como a posição de liquidez líquida em esforço (sNLP), que é uma métrica do Pilar 2. Qualquer excedente disponível que reside em entidades com restrições à transferência de liquidez para outras entidades do Grupo, por exemplo, devido a requisitos regulamentares de empréstimo, é tratado como retido e, como tal, não é considerado no cálculo do excedente de liquidez do Grupo consolidado.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho do Banco face às principais métricas de liquidez, incluindo a apetência pelo risco e indicadores internos e de mercado, através de um painel de liquidez semanal.

Monitorização e gestão do risco de liquidez

As equipas do Departamento de Relatório e análise de tesouraria e liquidez (LTRA) e de Relatórios globais têm, em conjunto, a responsabilidade global pela produção precisa e atempada do relatório de liquidez regulamentar externa (Pilar 1) e do relatório de gestão interno (Pilar 2) do risco de liquidez do Grupo. Além disso, a divisão de Relatório e análise de tesouraria e liquidez é responsável pelo desenvolvimento de sistemas de informação de gestão e análise relacionada para apoiar o quadro de risco de liquidez e a sua governação para a Tesouraria e a Gestão do risco de liquidez.

Rácio de cobertura de liquidez

O LCR, que é também um limite fundamental da regulação e da apetência pelo risco, destina-se a promover a resistência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de alta qualidade que podem ser utilizados para aumentar a liquidez num cenário de esforço, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições contratuais e modeladas prescritas ao longo de um horizonte de 30 dias, numa base de divisa consolidada.

Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

É também calculada e monitorizada uma posição de teste de esforço de liquidez interna (sNLP) para ajudar na orientação da liquidez. As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez interno (sNLP) e o LCR incluem o horizonte temporal da apetência pelo risco (oito semanas versus 30 dias, respetivamente), diferenças de classificação e margem de avaliação entre os títulos de dívida no âmbito do sNLP e os ativos líquidos de alta qualidade do LCR, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de empréstimos). O teste de esforço de liquidez do Grupo também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, que não são explicitamente refletidos no LCR.

Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido é um indicador regulamentar e de apetência pelo risco para avaliar o perfil de financiamento estrutural do Banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o montante de Financiamento Estável Disponível (a parte do capital e do passivo que se espera que seja uma fonte estável e/ou consistente de financiamento), relativamente ao montante de Financiamento Estável Exigido para diferentes tipos de ativos no balanço (com níveis de Financiamento Estável Exigido, uma função das caraterísticas de liquidez dos vários ativos detidos).

Com base na apetência pelo risco, foi estabelecido um limite do NSFR para o Grupo, bem como para todas as principais Entidades de liquidez e entidades relevantes em termos de liquidez sujeitas a um requisito regulamentar respetivo para garantir a conformidade continuada.

Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes internos de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são utilizados para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Estes complementam o processo de gestão de caixa operacional. A estratégia de liquidez a longo prazo baseada em informação de fluxo de caixa modelada contratual e comportamental é representada por uma métrica de longo prazo conhecida como matriz de financiamento (consulte a secção de Gestão do risco de financiamento e diversificação do financiamento abaixo para obter mais informação).

O processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria em função da respetiva apetência pelo risco. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados de testes de esforço. A Gestão do Risco de Liquidez é responsável pela definição dos cenários de esforço. De acordo com a Política e o Procedimento de Gestão do Risco de Modelo, a Gestão do Risco de Liquidez e a Gestão do Risco de Modelo efetuam a validação independente dos modelos de risco de liquidez. As equipas do Departamento de Relatório e análise de tesouraria e liquidez e de Relatórios globais são responsáveis pela implementação destas metodologias e pela realização do cálculo do teste de esforço em conjunto com a Tesouraria, a Gestão do risco de liquidez, a Análise Estratégica do Grupo e o Departamento de Informática.

Os testes de esforço e a análise de cenários são utilizados para descrever e avaliar o impacto de eventos de esforço súbitos e graves sobre a posição de liquidez do Grupo. O Deutsche Bank selecionou quatro cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço do Grupo. Estes cenários são concebidos para captar potenciais resultados que podem ser encontrados pelo Grupo. O cenário mais grave avalia as potenciais consequências de um evento de esforço combinado extensivo a todo o mercado e idiossincrático, incluindo reduções na notação de crédito do Deutsche Bank. Em cada um dos cenários, é considerado o impacto de um evento de esforço de liquidez em diferentes horizontes temporais e em múltiplos fatores de risco de liquidez, cobrindo todas as linhas de negócio e áreas de produtos, e, com isso, todas as carteiras e o balanço. Os resultados desta análise de cenários alimentam o teste de esforço a nível do grupo, realizado pela gestão do risco empresarial, que analisa o risco de liquidez em conjunto com os outros tipos de risco definidos e avalia o seu impacto e interação com as posições de capital e de liquidez.

Além disso, são incluídos na análise os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo levantamentos de facilidades de concessão de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual. Subsequentemente, as contramedidas, que são as medidas que o Grupo tomaria para contrabalançar os fluxos de saída ocorridos durante um evento de esforço, são tomadas em consideração. Estas contramedidas incluem a utilização da reserva de liquidez do Grupo e a geração de liquidez a partir de outros ativos livres de encargos e comercializáveis sem causar qualquer impacto material no modelo de negócio do Grupo.

O teste de esforço é realizado a nível global e para entidades relevantes para a gestão do risco de liquidez. A análise de esforço abrange um horizonte de esforço de oito semanas, que é considerado o período de tempo mais crítico durante uma crise de liquidez, exigindo que a liquidez seja ativamente avaliada e orientada a nível do Grupo. Além do teste de esforço de divisas consolidado, são realizados testes de esforço adicionais para divisas importantes, nomeadamente, EUR e USD. A nível mundial, bem como nos EUA, os testes de esforço de liquidez abrangem também um período de doze meses, tendo sido igualmente estabelecido um limite-chave para a apetência pelo risco. A análise ad-hoc pode ser conduzida para refletir o impacto de potenciais eventos negativos que possam afetar o Grupo, como eventos climáticos ou relacionados com aspetos de SAG. São aplicados pressupostos de esforço relevantes para refletir os fluxos de liquidez dos fatores de risco e dos produtos no balanço e fora do balanço. O conjunto de cenários e pressupostos para testes de esforço é revisto regularmente e atualizado quando são feitas melhorias nas metodologias de testes de esforço.

Gestão do risco de financiamento e diversificação do financiamento

Gestão do financiamento

Em conformidade com as diretrizes regulamentares, o Deutsche Bank desenvolveu um conjunto de indicadores internos para medir os seus riscos de financiamento inerentes. Estes são considerados para efeitos de gestão e orientação do risco, além dos requisitos do Pilar 1.

O Grupo depende de uma vasta gama de fontes de financiamento, incluindo depósitos, financiamento por grosso não garantido, emissões nos mercados de capitais e financiamento garantido. Estas fontes de financiamento protegem a posição de liquidez do Grupo de duas formas. Em primeiro lugar, uma vez que os eventos de esforço podem ter um impacto diferente nos mercados de financiamento, a manutenção de uma carteira de financiamento bem diversificada reduzirá o impacto médio destes eventos. Em segundo lugar, em caso de dificuldades de liquidez, o acesso a uma vasta gama de fontes de financiamento melhora significativamente a capacidade do Grupo para aceder a diferentes mercados de financiamento. A diversificação dos produtos é complementada por limiares de risco que foram fixados para controlar a concentração de prazos e de contrapartes, tanto para as fontes de financiamento garantidas como não garantidas.

A estabilidade da posição de financiamento do Deutsche Bank Group pode ser afetada negativamente por várias formas de riscos setoriais, que frequentemente manifestam tendências estruturais de médio a longo prazo com um impacto potencialmente significativo a longo prazo na economia e nos balanços dos bancos. O Deutsche Bank realiza análises ad hoc sobre esses riscos emergentes para avaliar o impacto dessas tendências na sua posição de financiamento, a fim de garantir que sejam tomadas medidas de atenuação atempadamente, quando tal for considerado necessário. Além disso, a Tesouraria avalia mensalmente a informação atual de acesso ao mercado nos seus mercados de financiamento significativos, sendo os resultados compilados e apresentados ao Comité de Ativos e Passivos do Grupo.

O instrumento do Deutsche Bank para o acompanhamento e a gestão do perfil de financiamento do Grupo num horizonte temporal superior a um ano é a Matriz de Financiamento. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas de base. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez ao longo do tempo. O perfil de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de liquidez ou, no caso de produtos sem maturidade, a maturidade é substituída por pressupostos de modelização de base.

Emissão nos mercados de capitais

O principal objetivo da emissão de dívida é obter financiamento a médio prazo da forma mais rentável possível. A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas e títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Grupo e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos uma vez por ano, após aprovação pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos, a Tesouraria envia um plano de financiamento a longo prazo anual ao Comité de Risco do Grupo para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A carteira de emissão nos mercados de capitais do Grupo é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

O Deutsche Bank detém uma licença para emitir obrigações hipotecárias Pfandbriefe e mantém um programa de emissão de obrigações cobertas estruturadas. Em 2024, a plataforma Pfandbrief foi enriquecida para suportar Pfandbriefe resgatáveis, o que alarga ainda mais a largura de banda oferecida aos investidores. Além disso, o Grupo continua a gerir um programa com o objetivo de emitir obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas). Em 2023, o Deutsche Bank diversificou ainda mais a sua base de investidores através de transações inaugurais na China. A emissão das chamadas obrigações Panda foi alargada até 2024. Desde 2020, o Grupo mantém o seu quadro de obrigações verdes, que o banco oferece emissões de notas verdes a investidores institucionais e de retalho. Além disso, foram executadas várias obrigações estruturadas verdes, primeiros depósitos verdes e primeiros acordos de recompra (repos) verdes. Em 2024, o quadro de sustentabilidade foi enriquecido para apoiar também os ativos sociais. Esta foi utilizada pela primeira vez em julho de 2024 através da emissão da primeira obrigação social do DB.

Atenuação do risco

Ativos líquidos de alta qualidade

Os ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) são um cálculo do Pilar 1 que alimenta o LCR e é um limite fundamental para a apetência pelo risco. Os HQLA incluem caixa e seus equivalentes disponíveis e títulos líquidos de alta qualidade não onerados (incluindo obrigações governamentais e obrigações garantidas pelo governo), representando a contramedida mais prontamente disponível e mais importante num evento de esforço.

A grande maioria dos HQLA do Grupo é detida centralmente nas principais divisas nas contas em bancos centrais da empresa-mãe e das agências no estrangeiro nos locais-chave em que estamos ativos e numa carteira de reservas de liquidez estratégica detida pela Tesouraria, estabelecida exclusivamente para servir de atenuante durante períodos de esforço.

Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Geralmente, os empréstimos são onerados para apoiar a emissão garantida a longo prazo nos mercados de capitais, tais como obrigações cobertas ou outras estruturas de autotitularização, enquanto o financiamento da dívida e do inventário de ações numa base garantida é uma atividade regular para o negócio do Banco de Investimento. Além disso, em conformidade com normas técnicas da Autoridade Bancária Europeia quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos penhorados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados ativos onerados. Os ativos a receber de margens de derivados considerados como onerados de acordo com as diretrizes da Autoridade Bancária Europeia são também incluídos.

Preços de transferência de fundos

A FTP é uma ferramenta de afetação de custos e de orientação empresarial para gerir os custos e benefícios (remuneração) associados ao financiamento e ao risco de liquidez contingente, alinhada com a apetência de risco da empresa. A FTP aplica-se a todas as divisões corporativas e entidades com rubricas do balanço que exijam uma gestão ativa e financiamento do Grupo e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo de fornecimento de ativos líquidos de alta qualidade adequados.

No âmbito deste quadro, os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio do Grupo com base nas taxas que refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Grupo para o risco de liquidez.

Detalhes adicionais estão incluídos na Nota 4, “Segmentos de negócio e informações conexas” das demonstrações financeiras consolidadas.

Planeamento do financiamento de contingência

O Plano de Financiamento de Contingência do Grupo Deutsche Bank descreve como o Deutsche Bank responderia a um evento de esforço de liquidez real ou previsto. Especifica as provisões, os procedimentos e os planos de ação para fazer face a eventuais perturbações da capacidade do Banco se financiar. Abrange as ações que podem ser tomadas para angariar dinheiro e/ou recuperar as métricas de liquidez do Banco em caso de incumprimento. O Plano de financiamento de contingência define os mecanismos de governação para a sua ativação e apresenta o quadro dos indicadores de liquidez que permitem ao Banco identificar atempadamente a deterioração das circunstâncias do mercado e determinar rapidamente as medidas a tomar, incluindo a comunicação e a coordenação durante um evento de esforço de liquidez. O Deutsche Bank criou o Conselho de Gestão de Recursos Financeiros, que é responsável pela supervisão do capital e liquidez em cenários de contingência, recuperação e resolução de uma situação de crise definida.

Gestão do risco empresarial

A gestão do risco empresarial (ERM) proporciona uma visão holística do perfil de risco do Banco em todos os tipos de risco, negócios e áreas geográficas. As principais responsabilidades incluem:

- Definir a política de gestão do risco global, incluindo o estabelecimento de normas de gestão do risco.
- Definir e monitorizar a apetência pelo risco global do Banco e transmiti-la às dimensões dos negócios e das entidades.
- Fornecer informações através de análises de riscos e tendências emergentes, testes de esforço prospetivos, concentração de carteiras, análises aprofundadas e relatórios de eventos ad hoc.
- Desenvolver e gerir o quadro de gestão dos riscos climáticos.
- Fornecer relatórios e análises de risco às principais partes interessadas, incluindo a direção e as entidades reguladoras.
- Atuar como função de controlo do risco de crédito

Risco estratégico

O risco estratégico é o risco de uma queda nos lucros planeados (excluindo outros riscos materiais) devido a planos de negócios incorretos, a execução ineficaz do plano ou incapacidade de responder eficazmente a desvios significativos do plano. O risco estratégico advém da exposição do banco ao ambiente macroeconómico, às mudanças no cenário competitivo e aos desenvolvimentos regulatórios e tecnológicos. Além disso, pode ocorrer devido a erros no posicionamento estratégico, à incapacidade do banco em executar a sua estratégia planeada e/ou à incapacidade de abordar eficazmente o desempenho abaixo do esperado face às metas planeadas.

O plano estratégico é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização. O plano é desafiado num processo iterativo no que diz respeito aos seus pressupostos, credibilidade e integridade. Durante o ano, a execução de estratégias empresariais é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho em relação aos objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

O risco estratégico é medido através de um modelo de risco dedicado que quantifica as perdas potenciais causadas por quebras inesperadas de receitas antes de impostos que não podem ser compensadas por reduções de custos em condições de mercado extremas mas plausíveis ao longo de um período de 12 meses. A apetência pelo risco estratégica é também estabelecida para o Grupo através de métricas específicas.

A Gestão do Risco Empresarial é a função independente de controlo do risco estratégico. Foi implementado um quadro que inclui a definição da apetência pelo risco e o acompanhamento da adesão, em conformidade com as normas de controlo estabelecidas pela função de gestão do risco empresarial.

Risco de capital

O risco de capital é definido como o risco de que o Deutsche Bank tenha um nível ou composição de oferta de capital insuficiente para apoiar as suas atividades comerciais atuais e planeadas e os riscos associados durante condições normais e de esforço. A ERM tem em conta os recursos de capital disponíveis ao definir a apetência global pelo risco do banco e ao transmiti-la em cascata às Direções de Negócio.

O quadro de risco de capital do Grupo consiste em vários elementos que visam assegurar que o Deutsche Bank mantém, numa base contínua, uma capitalização adequada para cobrir os riscos a que está exposto. O quadro está fortemente integrado no processo de planeamento estratégico de todo o banco e estreitamente ligado ao processo interno de avaliação da adequação de capital do Deutsche Bank (ver secção "Processo de avaliação da adequação capital interno" para mais detalhes). A Tesouraria, juntamente com as divisões, são os principais gestores de risco dos riscos associados e representam a 1.ª LoD. A Gestão do Risco de Tesouraria (TRM) atua como a segunda LoD para o risco de capital.

A Tesouraria gere o risco de capital ao nível do grupo e localmente em cada região, conforme aplicável. Isto inclui a gestão de emissões e recompras de instrumentos de capital (ver secção sobre "Gestão de capital" para mais detalhes). Além disso, os limites por divisão dos principais recursos de capital são aprovados pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo para assegurar o alinhamento com a nossa apetência pelo risco de capital (ver secção sobre "Definição de limites para recursos" para mais detalhes).

A TRM estabelece o quadro de risco de capital, avalia o perfil de risco de capital e proporciona um desafio independente. Isto inclui a fixação de limiares de apetência pelo risco para rácios de capital chave. As violações dos limiares estão sujeitas a um quadro de governação específico que desencadeia ações de gestão até à execução do plano de recuperação do Deutsche Bank. Os limiares também estabelecem limites ao plano de capital e estão totalmente integrados na avaliação regular do risco de capital sob cenários de esforço.

Risco de concentração da carteira

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, de mercado, operacionais e estratégicos), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações inter-riscos). Estes ocorrem no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos, A gestão e a monitorização de concentrações de risco é alcançada através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, da seguinte forma:

- As concentrações intrarrisco são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas funções de risco individuais (gestão do risco da empresa, do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional e do risco de liquidez). Este processo é apoiado pela apetência pelo risco, incluindo a definição de limites em diferentes níveis e/ou de gestão, de acordo com cada tipo de risco
- As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco. Os efeitos de diversificação entre crédito, risco de mercado, risco operacional e risco estratégico são medidos através de um modelo de risco dedicado que quantifica a vantagem de diversificação causada por correlações não perfeitas entre estes tipos de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco é o Comité de Risco do Grupo (GRC).

Risco ambiental, social e de governação

Os impactos do aumento da temperatura média global, e o maior foco nas alterações climáticas e a transição da sociedade, dos reguladores e do setor bancário para uma economia net-zero levaram ao aparecimento de novas e crescentes fontes de riscos financeiros e não financeiros. Estes incluem os riscos físicos decorrentes de eventos climáticos extremos, a crescer em frequência e gravidade, bem como os riscos de transição, uma vez que se espera que os setores intensivos em carbono sejam confrontados com uma tributação mais elevada, procura reduzida e acesso restrito ao financiamento. Estes riscos podem ter impacto no Deutsche Bank numa vasta gama de tipos de riscos financeiros e não financeiros. As instituições financeiras enfrentam também um maior escrutínio sobre o clima e questões mais amplas relacionadas com ESG por parte dos governos, reguladores, acionistas e outros organismos, levando a riscos reputacionais se o Grupo não apoiar a transição para uma economia de carbono mais baixo, para proteger a biodiversidade e os direitos humanos, entre outros temas.

A estratégia de risco do Deutsche Bank reconhece o tópico SAG como um tema que representa um vasto leque de áreas de preocupação relacionadas com fatores ambientais, sociais ou de governação que abrangem vários cenários ou riscos. Deve ser assegurado que todos os riscos não financeiros relacionados com os SAG são identificados e adequadamente avaliados, de modo a incluir os potenciais impactos induzidos por fatores SAG; o banco deve também assegurar que os controlos são eficazes e que quaisquer potenciais deficiências são prontamente escaladas e tratadas. O Deutsche Bank está a rever e a melhorar regularmente os seus quadros de gestão do risco SAG, em conformidade com as orientações regulamentares, e a garantir que os riscos SAG são ativamente geridos e que o risco de greenwashing é atenuado. As limitações em termos de dados, metodologias e normas da indústria para medir e avaliar os riscos climáticos e outros riscos ambientais continuam a conduzir a um maior grau de incerteza nas divulgações relacionadas com o clima. As medidas anti-SAG já estabelecidas em algumas jurisdições são agora reforçadas e, se forem tomadas, podem resultar na perda de negócios existentes e na incapacidade de realizar novos negócios nessas jurisdições, enquanto o cumprimento pode levar a riscos de reputação.

A gestão dos riscos decorrentes de fatores ambientais assenta, antes de mais, nos objetivos de descarbonização líquida zero do Deutsche Bank para oito sectores: Petróleo e Gás (a montante), Produção de Energia, Sector Automóvel (veículos ligeiros), Aço, Extração de Carvão, Cimento, Transporte Marítimo e Aviação Comercial. As vias para atingir estes objetivos estão integradas no quadro de gestão do risco do banco. Os riscos ambientais são avaliados através de uma avaliação anual da materialidade climática e ambiental e de um teste de esforço interno, em todas as empresas, carteiras e tipos de risco (Crédito, Mercado, Liquidez, Reputacional e Operacional); são monitorizados através de relatórios específicos discutidos em comités de risco de alto nível e geridos através de limiares de apetência pelo risco, requisitos e exclusões de políticas (quadro de política ambiental e social) e indicadores de alerta precoce (EWI) das carteiras. Os riscos climáticos e ambientais são incorporados no processo de aprovação de crédito para clientes empresariais através de requisitos reforçados de diligência devida. Os novos pedidos de empréstimo acima de determinados limiares baseados no prazo e na notação de risco a clientes empresariais de sectores com elevada intensidade de carbono, bem como a clientes de sectores vulneráveis a riscos climáticos, físicos e naturais (ou "outros riscos ambientais"), exigem uma avaliação de risco específica por parte do Front Office e uma análise pela Gestão do Risco de Crédito. De um modo geral, estes riscos estão integrados no modelo de negócio e no planeamento financeiro do banco através dos orçamentos de carbono atribuídos às atividades do banco, decorrentes dos seus objetivos de descarbonização, e através da inclusão dos riscos ambientais no Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP).

O Comité de Sustentabilidade do Grupo atua como o principal órgão de governação e de tomada de decisões em matéria de sustentabilidade no Deutsche Bank. Isto inclui a avaliação dos impactos materiais, bem como dos riscos e oportunidades para o Banco. O comité também define os objetivos de zero emissões líquidas para o banco.

O Conselho de Administração delegou decisões relacionadas com a sustentabilidade neste comité, que é presidido pelo Diretor Geral e pelo Diretor de Sustentabilidade (Vice-Presidente). Recebe atualizações mensais sobre as emissões financiadas e o alinhamento líquido zero.

O Comité de Risco do Grupo, presidido pelo Diretor de Risco e criado pelo Conselho de Administração, tem por mandato supervisionar várias questões relacionadas com o risco e o capital. Isto inclui a responsabilidade de desenvolver o quadro de risco climático do banco. O Comité aprova a apetência do Banco pelo risco climático e ambiental, incluindo a apetência pelo desvio das vias de redução linear de descarbonização de emissões líquidas nulas. Vários outros comités do Comité de Risco do Grupo são responsáveis pelo desenvolvimento e gestão de elementos específicos do risco climático e ambiental.

O Comité de Riscos Empresariais e o Fórum Net Zero recebem, além dos relatórios trimestrais, relatórios flash mensais sobre as principais métricas (ou seja, a medição do alinhamento com os objetivos de descarbonização e o consumo dos orçamentos de carbono das divisões).

Gestão do risco do modelo

Introdução

O risco do modelo é o potencial de consequências adversas de decisões baseadas em modelos incorretos ou os respetivos resultados mal utilizados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a reputação. O Deutsche Bank reconhece que a utilização de modelos pode afetar outros tipos de risco e que o risco do modelo é um risco distinto que pode aumentar ou diminuir o risco agregado através de outros tipos de risco.

O Deutsche Bank utiliza modelos para uma ampla gama de atividades de tomada de decisão, tais como: subscrição de créditos; avaliação de exposições, instrumentos e posições; mensuração do risco; gestão e salvaguarda dos ativos de clientes, e determinação da adequação de capital e reservas. O termo "modelo" diz respeito a um sistema, abordagem ou método quantitativo ou qualitativo que aplica a apreciação de peritos, teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas. Os modelos são representações simplificadas de relações do mundo real, e são baseados em suposições e no julgamento. Assim, o banco está exposto ao risco do modelo, que deve ser identificado, medido e controlado de forma adequada.

A supervisão da gestão do risco do modelo é fornecida por todos os níveis de gestão, incluindo o Conselho de Administração. A gestão do risco do modelo é sustentada por um quadro concebido e monitorizado por uma função de controlo da 2.ª linha de defesa independente do criador, proprietário e utilizador dos modelos.

Quadro e governação da gestão do risco do modelo

O risco de modelo é um dos riscos de nível 1 do Banco e é supervisionado pelo Diretor de Risco através da fixação de um limite quantitativo
e qualitativo de apetência pelo risco, e gerida através de:

- A Política e o procedimento de risco do modelo, e documentos de suporte alinhados com a apetência pelo risco, requisitos regulamentares e melhores práticas da indústria, com funções e responsabilidades claras para as partes interessadas.
- Inventários de todos os modelos, apoiando componentes do quadro de risco do modelo em curso, incluindo avaliações do risco e certificações.
- Controlos-chave para os modelos, desde o desenvolvimento até à desativação, incluindo validação, aprovação, implementação e monitorização.
- Os modelos são avaliados quanto à sua materialidade, complexidade, incerteza e fiabilidade e, no seu conjunto, é-lhes atribuído um nível de risco, que é utilizado para identificar os que apresentam um risco mais elevado para o Deutsche Bank.
- É aplicada uma abordagem baseada no risco para gerir os modelos por nível.
- Validações independentes, e aprovações independentes subsequentes, verificam que os modelos foram adequadamente concebidos e implementados para o âmbito e finalidade pretendidos, e que os respetivos controlos estão em vigor para assegurar que continuam a funcionar como esperado durante a sua utilização.
- Os controlos identificam as limitações e fraquezas dos modelos, resultando em conclusões e controlos compensatórios, que podem ser condições de utilização, tais como ajustamentos ou sobreposições.
- Governação do risco do modelo, incluindo fóruns seniores para monitorização e comunicação de tópicos relacionados com o risco do modelo, bem como atualizações mensais ao Conselho de Administração sobre as métricas da apetência pelo risco do modelo e atualizações periódicas do risco do modelo ao Conselho de Fiscalização.

Gestão do risco de reputação

No processo de gestão do risco do Grupo, o risco de reputação é definido como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do Deutsche Bank e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com o Código de Conduta do Deutsche Bank.

O Deutsche Bank tem uma apetência limitada por transações ou relações que impliquem um risco significativo para a sua reputação ou em áreas que apresentem um risco inerentemente mais elevado para a sua reputação, como os setores da defesa, dos jogos de azar ou do entretenimento para adultos, ou em que existam certas preocupações ambientais. O risco de reputação não pode ser excluído, uma vez que pode ser impulsionado por alterações imprevisíveis na perceção das suas práticas pelas várias partes interessadas (por exemplo o público, clientes, acionistas e reguladores).

O quadro de risco de reputação (o quadro) existe para gerir o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação, antes do evento e, assim, para evitar danos à reputação do Deutsche Bank sempre que possível. O Quadro fornece normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Os impactos de reputação que podem surgir como consequência de uma falha de outro tipo de risco, controlo ou processo são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado e não são, por isso, abordados nesta secção.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes, incluindo, entre outras, potenciais problemas com o perfil da contraparte, o objetivo comercial/substância económica da transação ou produto, indústrias de alto risco, considerações ambientais e sociais, e a natureza da transação ou produto ou a sua estrutura e termos.

A modelação quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no quadro de capital económico do banco, sobretudo no âmbito do risco estratégico.

Governança e Estrutura Organizacional

O quadro é aplicável a todas as unidades de negócio e regiões. As questões específicas da DWS são analisadas pelo Comité de Risco Reputacional da DWS e, se necessário, encaminhadas para o Conselho Executivo da DWS. As decisões estão sujeitas às políticas internas de Governação Corporativa da DWS e do Deutsche Bank. Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a reputação do banco, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as Divisões de Negócio do Deutsche Bank como principais detentores do risco. Cada Divisão de Negócios tem um processo estabelecido através do qual são avaliadas as questões considerados como constituindo um risco de reputação moderado ou superior. Trata-se do processo de avaliação do risco de reputação da unidade.

O Processo de Avaliação de Riscos para a Reputação da Unidade é obrigado a encaminhar quaisquer questões relativas a um risco de reputação significativo para o respetivo Comité Regional de Risco de Reputação. O Quadro também estabelece uma série de questões que são consideradas como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de risco de reputação e que são, portanto, referências obrigatórias para os Comités Regionais de Risco de Reputação. Os Comités Regionais de Risco de Reputação, que são Comités de 2.ª LoD e se reúnem numa base ad hoc, conforme necessário. O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) analisa casos com impacto em todo o Grupo e, em circunstâncias excecionais, os que não puderam ser resolvidos a nível regional. O Diretor da NFRM é responsável por assegurar a supervisão, a governação e a coordenação da gestão do risco para a reputação do Deutsche Bank.

Segurança da informação

O Deutsche Bank opera num contexto com níveis de digitalização cada vez maiores e num panorama de ameaças em constante evolução relacionadas com a segurança da informação. No meio de desenvolvimentos, ameaças e desafios contínuos, o Deutsche Bank tem a responsabilidade de preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados dos clientes e parceiros comerciais, bem como dos seus próprios ativos de informação, incluindo as informações dos colaboradores do banco. Fazê-lo de forma coerente e eficaz é essencial para manter a confiança das várias partes interessadas e preservar os seus interesses.

Devido à natureza dinâmica e complexa do contexto atual, o Deutsche Bank monitoriza continuamente o panorama das ameaças à segurança. O banco observa atentamente os desenvolvimentos tecnológicos, o panorama geopolítico e os impactos económicos que conduzem aos riscos de segurança e avalia a sua relevância para potenciais impactos no Deutsche Bank e no ecossistema financeiro em geral. O Deutsche Bank ajusta as suas capacidades de segurança em conformidade para salvaguardar a sua capacidade de fornecer produtos e serviços aos clientes e proteger as operações contínuas das atividades do banco.

Esta secção fornece uma visão abrangente da abordagem do Deutsche Bank à segurança da informação, descrevendo os esforços contínuos do banco para proteger os dados e os serviços de forma sólida, incluindo a sua estrutura de governação da segurança, a estratégia de segurança e a gestão dos riscos de segurança.

Governação

A responsabilidade pelas questões de segurança no Deutsche Bank cabe ao Departamento de Segurança. O Diretor de Segurança do Grupo (CSO) tem autoridade delegada pelo Conselho de Administração, incluindo a aprovação das políticas de segurança e da estratégia de segurança para o Grupo Deutsche Bank. O CSO depende diretamente do Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação, que é membro do Conselho de Administração. O Conselho de Administração é responsável pela aplicação do quadro de segurança da informação, com a supervisão do Conselho de Fiscalização. Existem vários mecanismos para que o CSO possa, se necessário, transmitir as questões de segurança diretamente ao Conselho de Administração.

O CSO do Deutsche Bank desempenhou várias funções no domínio da segurança da informação durante mais de 20 anos. Entre as suas funções, conta-se a de Diretor de Segurança da Informação (CISO)/Diretor de Segurança (CSO) de três grandes instituições financeiras europeias e o cargo de sócio de uma empresa global de estratégia e consultoria, que lidera o trabalho de segurança para clientes de serviços financeiros.

O Diretor de Segurança do Grupo é apoiado por titulares de funções de segurança a vários níveis de antiguidade em todo o banco, para ajudar a garantir que os requisitos de segurança são cumpridos numa perspetiva regional, de divisão e técnica. Todas as atividades de segurança da informação são supervisionadas por dois fóruns de governação específicos, presididos pelo CSO: o Conselho de Segurança Informática do Grupo (interface com as unidades de TI do banco) e o Comité de Segurança da Informação do Grupo (interface com as divisões comerciais e de infraestruturas do banco). A função independente de Gestão do Risco para a segurança da informação está representada em ambos os fóruns. Ambos os fóruns prestam aconselhamento sobre a estratégia de segurança e supervisionam os progressos e o desempenho dos principais resultados em matéria de segurança da informação, o estado de correção das conclusões das auditorias relacionadas com a segurança da informação e os incidentes de segurança da informação, bem como a postura do Grupo Deutsche Bank em relação aos objetivos definidos. Em caso de problemas críticos, são atribuídas aos membros ações específicas de acordo com a sua responsabilidade.

Os indicadores de segurança e os relatórios fornecidos aos fóruns de governação relevantes do banco apoiam a sensibilização adequada para os riscos de segurança e a tomada de decisões. O quadro de métricas abrangente mantido pelo Departamento de Segurança é sustentado por um vasto conjunto de dados que permite várias visualizações específicas. O Conselho de Administração recebe trimestralmente um relatório sobre a postura de risco de segurança da informação, bem como informações ad hoc, se necessário. Além disso, o CSO fornece atualizações regulares sobre tópicos importantes relacionados com a segurança ao Comité do Conselho de Fiscalização responsável pela tecnologia, dados e inovação.

Estratégia

O Departamento de Segurança desenvolve a estratégia de segurança do banco a nível do grupo e supervisiona a sua implementação e operacionalização a nível global através da estrutura organizacional, da governação e das políticas de segurança implementadas. A estratégia de segurança, que é revista regularmente, incorpora a evolução do panorama de ameaças, a tecnologia, o ambiente regulamentar, a estratégia empresarial e de TI do banco e outros parâmetros internos e externos. A abordagem proporciona controlos de segurança abrangentes e estratificados. O Departamento de Segurança trabalha em estreita colaboração com as divisões do banco para permitir o alinhamento com a abordagem de segurança desde a conceção em todos os programas e iniciativas do banco. Os investimentos em segurança são priorizados e ajustados por uma perspetiva orientada para as ameaças, aproveitando a revisão e avaliação regulares da maturidade da implementação da segurança do banco.

Um elemento-chave da estratégia de segurança do banco consiste em promover a responsabilidade e a sensibilização ativa do pessoal do Deutsche Bank. Ao integrar estes princípios nas práticas quotidianas, o Deutsche Bank pretende introduzir alterações comportamentais a longo prazo que ajudem a reduzir os riscos e a melhorar a segurança global. A campanha de sensibilização e cultura de segurança do banco, "Missão Segurança", comunicada a todos os colaboradores a nível mundial, reforça estes esforços. Outra forma de o banco reforçar a cultura de segurança é através da realização periódica de simulações e exercícios de teste, incluindo simulação de phishing e formação obrigatória.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

Impactos, riscos e oportunidades

Os clientes esperam aceder aos serviços do seu banco de forma segura, em qualquer altura e em qualquer lugar e através de variados canais. No âmbito das suas relações comerciais com o banco, os clientes confiam ao Deutsche Bank dados sensíveis. O Deutsche Bank tem a responsabilidade de preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados dos clientes e parceiros comerciais, bem como dos seus próprios ativos de informação, incluindo as informações dos colaboradores do banco. Fazê-lo de forma coerente e eficaz é essencial para manter a confiança destas partes interessadas e preservar os seus interesses. Por conseguinte, o banco continua a investir na redução dos riscos de segurança. Com base em processos rigorosos de gestão do risco, o Deutsche Bank ajusta as suas capacidades de segurança para salvaguardar a sua capacidade de fornecer produtos e serviços aos clientes e proteger as operações contínuas das atividades do banco. Os serviços estáveis e resistentes apoiam a confiança das partes interessadas, ajudam a aumentar as oportunidades de negócio e as receitas e protegem o valor da marca.

A frequência e a complexidade crescentes dos ciberataques recentes resultaram num perfil de risco elevado para muitas organizações em todo o mundo, incluindo o Deutsche Bank. O banco monitoriza continuamente o panorama das ameaças à segurança e observa atentamente os desenvolvimentos tecnológicos, o panorama geopolítico e os impactos económicos que conduzem aos riscos de segurança, avaliando a sua relevância para potenciais impactos. Os ciberataques sofisticados e muitas vezes com motivações financeiras, incluindo o ransomware, podem ser observados como ameaças persistentes em todos os sectores e prevê-se que se tornem ainda mais frequentes. Os ataques à cadeia de abastecimento, o número crescente de vulnerabilidades de software crítico potencialmente exploradas por agentes de ameaças (explorações de dia zero) e uma superfície de ameaça em expansão introduzida, por exemplo, por formas remotas de trabalho, constituem ameaças adicionais.

As áreas de incidência em 2024 continuaram a incluir o risco da cadeia de abastecimento e cenários de ataque comuns, como o ransomware ou a negação de serviço, bem como riscos emergentes, como a inteligência artificial e a computação quântica. A atual agitação geopolítica continua a impulsionar a atividade de ciberataques em vários tipos de agentes de ameaças. Os ataques de negação de serviço distribuído (DDoS) estão a aumentar em termos de ocorrência, frequência e intensidade.

Os avanços tecnológicos colocam exigências em matéria de privacidade e segurança dos dados. À medida que a utilização da inteligência artificial se generaliza, aumentam também os riscos para a cibersegurança, como a utilização criminosa de deepfakes e ataques mais sofisticados de engenharia social.

Os fornecedores de software ou de soluções tecnológicas de terceiros continuarão a ser um alvo importante para os agentes de ameaças, que veem esses ataques à cadeia de abastecimento como meios para comprometer ou perturbar um maior número de clientes e ativos a jusante, amplificando o impacto dos seus ataques.

A não incorporação e supervisão dos requisitos de segurança no quadro do banco, de modo a melhor abordar os riscos associados e a subsequente implementação adequada, pode conduzir a violações da confidencialidade e integridade da informação e à indisponibilidade da informação e/ou dos serviços. Adicionalmente, o Deutsche Bank poderá enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no seu ambiente de controlo, incluindo erros no desempenho dos processos ou controlos de segurança, bem como a perda de dados, o que poderá perturbar o negócio e levar a perdas materiais.

As violações de segurança podem ocorrer devido ao acesso não autorizado a redes ou recursos, ao acesso não autorizado ou à perda/destruição de informações confidenciais, à exposição não intencional de vulnerabilidades na infraestrutura do banco, à introdução de vírus informáticos ou malware, a falhas tecnológicas ou a outras formas de ataques ou incidentes de cibersegurança, incluindo violações da segurança de sistemas informáticos de terceiros.

No caso de um ataque bem-sucedido, poderá haver impacto nas partes interessadas do Deutsche Bank e no ecossistema financeiro em geral, devido ao comprometimento de dados, à disseminação não intencional de malware, à indisponibilidade de serviços e à inacessibilidade de sistemas e/ou dados. Isto abrange sistemas de tecnologia da informação internos e de terceiros.

Um ciberataque bem-sucedido pode ter um impacto negativo significativo, direto ou indireto, no banco, que pode resultar na divulgação ou utilização indevida de informações de clientes e de propriedade, danos ou incapacidade de acesso a sistemas de tecnologia da informação, incumprimento estatutário ou regulamentar e perdas financeiras. As potenciais consequências vão desde danos à reputação e insatisfação do cliente através do incumprimento contratual (por exemplo, se os serviços não forem prestados conforme acordado) a custos de correção (como a investigação e o restabelecimento dos serviços), aumento dos custos de cibersegurança (como pessoal adicional, tecnologia ou fornecedores terceiros) e potenciais penalizações e multas, obrigações de notificação de violação de dados pessoais e exposição a litígios.

O Deutsche Bank mantém um seguro como atenuante de risco adicional para o risco cibernético. A cobertura de seguro do banco foi concebida para incluir a atenuação do impacto financeiro de incidentes de segurança, mas pode não cobrir totalmente todas as perdas potenciais, incluindo danos à reputação ou custos indiretos associados a um evento cibernético. Apesar das medidas de segurança adotadas pelo banco, não é possível garantir que as suas políticas, controlos ou cobertura de seguro cibernético sejam suficientes para evitar ou atenuar totalmente o impacto de futuros incidentes cibernéticos, o que poderá ter um efeito adverso significativo na sua situação financeira.

Políticas e gestão do risco

As políticas e os controlos do banco apoiam a redução do risco e a atenuação de potenciais impactos negativos. O risco de segurança da informação é gerido como um risco operacional no âmbito do quadro de gestão do risco não financeiro do banco. O Departamento de Segurança é responsável pelas questões de segurança e executa-as no âmbito do quadro de gestão do risco não financeiro e utiliza os resultados dos seus vários instrumentos, enquanto a gestão do risco não financeiro assegura a supervisão, a análise e a contestação. As medidas para uma maior redução dos riscos residuais materiais podem incluir alterações de políticas ou emendas de políticas a nível da divisão ou do grupo, bem como um investimento prioritário e uma implementação acelerada de atividades de atenuação dos riscos.

Os riscos de segurança são avaliados numa base contínua, através da análise de eventos internos e externos, de eventos em instituições congéneres, da monitorização do ambiente de ameaças e da discussão em vários fóruns. O processo anual de avaliação do risco e do controlo avalia cenários de risco como a interrupção do serviço, a utilização indevida do sistema, a distorção de dados, a destruição de ativos ou de dados, a divulgação de dados, o roubo financeiro e a não adesão ou não conformidade com as políticas e leis regulamentares. Aproveita os quadros de avaliação de ameaças padrão do setor, como o MITRE, e fornece a base para a avaliação de cenários de risco relevantes para o sector financeiro.

A análise exaustiva inclui as partes interessadas potencialmente afetadas, incluindo clientes e fornecedores, bem como o cenário de ameaças externas. O processo tem em conta dados contextuais e controlos, como eventos importantes, avaliações de ameaças, conclusões, análise de cenários, métricas de controlo, ensinamentos retirados, eventos em instituições de pares, comparação, expectativas regulamentares e atividades de correção ao avaliar os conjuntos de controlo e as posições de risco residual. Em caso de novos desenvolvimentos, são efetuadas análises de risco adicionais. Os resultados são avaliados em função das capacidades de controlo do banco para fazer face a esses riscos.

No âmbito do processo de avaliação e controlo do risco anual, os especialistas na matéria de segurança interna fornecem uma avaliação do risco, apoiados por outros departamentos, como o Jurídico, de Compliance ou de Privacidade de Dados do Grupo, conforme necessário. Essa avaliação é revista e contestada por peritos em matéria de risco para chegar a uma posição final de risco residual. Adicionalmente, especialistas de topo em segurança da informação de todas as divisões e funções avaliam a exposição do Grupo, com base na sua experiência divisional ou funcional. Essas avaliações divisionais e funcionais são também revistas e contestadas por peritos em matéria de risco para chegar a uma posição final de risco residual para as divisões e funções.

Um sistema abrangente de gestão da segurança da informação (ISMS) é crucial para uma organização que lida com grandes quantidades de ativos financeiros e dados sensíveis. Em consonância com as suas políticas de gestão do risco não financeiro, o quadro de políticas de segurança globalmente aplicável do Deutsche Bank define os princípios fundamentais e os fundamentos da gestão da segurança. O quadro político é revisto anualmente e quaisquer alterações são aprovadas pelo CSO. É gerido a nível central e aplicada globalmente em todos os grupos de produtos e divisões de negócios e de infraestruturas. Define também as funções, responsabilidades e obrigações do pessoal-chave identificado para gerir o risco de segurança da informação. O quadro está alinhado com a estratégia de segurança e estabelece medidas para gerir e resolver as violações da segurança da informação, bem como os respetivos procedimentos de comunicação.

O ISMS do banco foi certificado por um organismo de certificação acreditado de acordo com a norma ISO 27001, para todos os domínios de segurança da informação definidos nessa norma, desde 2012. Para manter a certificação ISO 27001, o banco efetua um processo de recertificação completo de três em três anos, sendo que o último teve lugar em 2024. Com a última recertificação, o Deutsche Bank atualizou o seu ISMS para a versão 2022 da norma ISO 27001. Além disso, o banco efetua uma auditoria de controlo anual destinada a garantir a conformidade entre os intervalos de certificação.

A dependência de produtos e serviços de terceiros pode expor o banco a riscos cibernéticos e afetar a sua postura de risco, uma vez que estes podem ser alvos privilegiados de ataques à segurança da informação. Os riscos de segurança da informação de terceiros são geridos pelo Deutsche Bank através de uma combinação de capacidades, implementando uma abordagem abrangente para mitigar estes riscos e cobrir os requisitos regulamentares (incluindo o regulamento DORA da UE). Os principais componentes incluem o programa global de gestão de riscos de terceiros do banco, que foi concebido para identificar, monitorizar e mitigar os riscos associados a compromissos com terceiros. Em combinação, o banco exige a adesão a uma política de segurança da informação com objetivos de controlo específicos para terceiros, que incluem requisitos de notificação de incidentes. Para garantir a adesão, a postura de segurança da informação de terceiros é reavaliada periodicamente (definida pelo grau de importância do fornecedor). Em resposta a ameaças e incidentes específicos, está a ser desenvolvido um trabalho proativo de envolvimento e sensibilização com estas partes. Isto é complementado por avaliações de segurança, que também incluem avaliações no local de terceiros. Estas medidas contribuem coletivamente para a supervisão do banco e apoiam o alinhamento dos serviços de terceiros com os requisitos de segurança do banco.

Para obter mais pormenores sobre a Gestão de Terceiros do banco, consultar o capítulo Gestão da cadeia de abastecimento na Declaração de Sustentabilidade.

Ações e recursos

Para fazer face à evolução do cenário de ameaças, o Deutsche Bank dispõe de uma série de métodos e controlos de prevenção. Estes incluem, por exemplo, a segurança da rede, a gestão da identidade e do acesso, a segurança dos pontos terminais e dos dados (incluindo a classificação dos dados e a prevenção de fugas), a informação sobre ameaças, a ciber-higiene e as soluções de cifragem. Estes controlos preventivos são apoiados por um sistema de deteção orientado para as ameaças e um processo robusto de resposta a incidentes.

O banco revê e melhora continuamente os seus controlos de segurança da informação através de vários níveis de tecnologia, incluindo bases de dados, infraestruturas, dispositivos e aplicações. Isto é complementado por controlos organizacionais, formação e sensibilização para a segurança. O objetivo desta abordagem estratificada é reforçar a proteção completa, utilizando múltiplas oportunidades de deteção, prevenção, resposta e recuperação das ameaças cibernéticas.

O Deutsche Bank utiliza vários mecanismos para identificar as áreas que devem ser melhoradas e nas quais deve ser reforçado o controlo. Estas incluem testes de segurança, gestão de problemas de segurança e ensinamentos retirados. A função independente de auditoria do Grupo Deutsche Bank está mandatada para avaliar regularmente os controlos de segurança no âmbito do seu plano de auditoria. Além disso, a auditoria anual regular realizada pelo auditor externo do Banco tem em conta os controlos de gestão da identidade e do acesso. O programa global de segurança da informação do banco é avaliado regularmente por organizações terceiras.

O banco partilha ativamente as melhores práticas de segurança e informações sobre ameaças com organizações de segurança nacionais e internacionais, autoridades governamentais e organizações pares. Estas relações ajudam a garantir que a tecnologia e os procedimentos de segurança do banco refletem as melhores práticas financeiras atuais do setor e acompanham o ritmo do ambiente de ameaças.

À medida que a digitalização avança, aumenta a necessidade de melhorar a literacia em matéria de segurança da informação. O Deutsche Bank aborda esta questão educando e informando os clientes através de materiais informativos e eventos para clientes, destacando as ameaças à segurança da informação e as medidas de proteção do banco. Inclui também a resposta a pedidos de informação de clientes sobre questões de segurança da informação através da sua função de relações com os clientes.

O Deutsche Bank também exige uma formação anual obrigatória em matéria de segurança da informação para todos os colaboradores e contratantes elegíveis. Esta formação abrange o conteúdo da política de segurança da informação, o processo de comunicação de incidentes de segurança ou quaisquer outras preocupações relacionadas com a segurança, bem como ameaças importantes e atuais à segurança. Para dar resposta a este último aspeto e para cumprir as normas internas, a formação é atualizada pelo menos uma vez por ano. Para os colaboradores do Deutsche Bank, a não conclusão desta formação e a conclusão tardia podem ter consequências disciplinares. Em 2024, foi alcançada uma taxa de conclusão da aprendizagem de 99,65% para a formação obrigatória em segurança da informação baseada em e-Learning, em comparação com 99,94% em 2023.

A gestão de incidentes de segurança do Deutsche Bank cobre diariamente os eventos de segurança que podem afetar o banco, os seus clientes e parceiros de negócios ou os colaboradores. Os Centros de Operações de Ameaças Cibernéticas, localizados na Ásia-Pacífico, Europa e EUA, apoiam a deteção de ameaças a nível global e do grupo e a resposta a incidentes, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Os processos de gestão e de elaboração de relatórios associados, realizados com a participação de peritos na matéria, como os diretores de segurança da informação das divisões, os responsáveis pela conformidade, os responsáveis jurídicos, as comunicações do Grupo e a privacidade dos dados do Grupo, foram concebidos para permitir uma resposta rápida e eficaz aos ciberataques e às ameaças à segurança da informação. O objetivo é minimizar o risco de impacto no Deutsche Bank e utilizar as informações obtidas com o tratamento de incidentes para melhorar continuamente os processos do banco.

Tal como em anos anteriores, em 2024 o Deutsche Bank sofreu ataques a sistemas informáticos, incluindo ataques que tinham por objetivo obter acesso não autorizado a informações confidenciais da empresa ou de clientes, danificar ou interferir com os dados, recursos ou atividades comerciais da empresa, ou de outra forma explorar vulnerabilidades na infraestrutura, incluindo ataques ocorridos na cadeia de abastecimento do banco. No entanto, o banco não registou qualquer efeito material na sua estratégia de negócio, resultados operacionais ou situação financeira em resultado de um incidente de segurança da informação, incluindo tentativas de ciberataques.

Por conseguinte, o banco continua a investir na redução dos riscos de segurança. Tal como nos anos anteriores, em 2024 o Deutsche Bank adaptou as suas capacidades de segurança através de vários programas de segurança física e da informação. A título de exemplo, o banco reforçou ainda mais a segurança do seu perímetro e alargou a sua oferta de formação abrangente em matéria de segurança do pessoal, incluindo o lançamento de uma academia de segurança.

Desempenho de capital e risco

Capital, rácio de alavancagem e MREL

Fundos Próprios

O cálculo dos fundos próprios do Deutsche Bank inclui os requisitos de capital exigidos pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito" (CRR) e à "Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito" (CRD), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção refere-se à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz" ou "KWG"), que não inclui companhias de seguros e empresas fora do setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2024, abrange capital Tier 1 e Tier 2. O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 e capital Tier 1 adicional.

O capital CET 1 consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a filtros prudenciais e ajustamentos regulamentares, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem ganhos de titularização sobre a venda, coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e ajustamentos de valor adicionais. Os ajustamentos regulamentares dos fundos próprios CET 1 incluem, por exemplo, ativos intangíveis (que excedem o seu valor prudencial), a adoção do tratamento temporário de ganhos e perdas não realizados medidos pelo justo valor através de OCI, em conformidade com o artigo 468.º do CRR, que se aplica até ao final do ano 2025, ativos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura, montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas, ativos líquidos de fundos de pensões de benefícios definidos, participações cruzadas recíprocas no capital de entidades do setor financeiro e investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, Tier 2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens que não são deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais, tais como perpétuos sem incentivos para resgate, e a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos.

O capital Tier 2 é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão no capital Tier 2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Instrumentos de capital

O Conselho de Administração foi autorizado pela Assembleia-Geral Anual de 2023 a comprar, até 30 de abril de 2028, ações até 10% do capital social no momento em que esta deliberação foi tomada ou, se inferior, do capital social no respetivo momento em que a autorização foi exercida. À data da Assembleia-Geral Anual de 2023, isto correspondia a um volume de até 204,0 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 102,0 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2023 e a Assembleia-Geral Anual de 2024, foram adquiridas 40,3 milhões de ações para efeitos de compensação em ações no mesmo período ou em períodos futuros. Destas, 22,9 milhões de ações foram adquiridas através do exercício de opções de compra. Além disso, foram adquiridas 16,1 milhões de novas opções de compra para efeitos de compensação de ações em períodos futuros. Além disso, no mesmo período, foram adquiridas 71,1 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. Desse modo, 45,5 milhões de ações adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações no valor de 450 milhões de euros em 2023 foram canceladas no início do ano de 2024. O número de ações detidas em Tesouraria, após a entrega de ações para compensação de ações e cancelamento de ações, ascendia a 31,6 milhões na Assembleia Geral Anual de 2024. Deste modo, 25,6 milhões de ações dizem respeito a ações recompradas para cancelamento no âmbito do programa de recompra de ações de 675 milhões de euros em 2024. O volume remanescente de 6,0 milhões de ações refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

A Assembleia Geral Anual de 16 de maio de 2024 concedeu ao Conselho de Administração a aprovação para comprar, até 30 de abril de 2029, ações até 10% do capital social no momento em que esta resolução foi tomada ou, se inferior, do capital social no respetivo momento em que a autorização foi exercida. Na Assembleia-Geral Anual de 2024, isto correspondia a 199,5 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 99,7 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituíram as autorizações do ano anterior. Entre a data da Assembleia Geral Anual de 2024 e 31 de dezembro de 2024, foram compradas 20,9 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. O número de ações detidas em Tesouraria resultantes de recompras era de 49,6 milhões a 31 de dezembro de 2024. Deste modo, 46,4 milhões de ações dizem respeito a ações recompradas para cancelamento no âmbito do programa de recompra de ações de 675 milhões de euros em 2024. O volume remanescente de 3,1 milhões de ações refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovado na Assembleia-Geral Anual de 2021, e a 31 de dezembro de 2024, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações).

Desde a Assembleia Geral Anual de 2022, o Conselho de Administração está autorizado a emitir obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumpram os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente a 9,0 mil milhões de euros até 30 de abril de 2027. O Deutsche Bank emitiu 4,25 mil milhões de euros de novos títulos AT1 ao abrigo desta autorização, dos quais 3,0 mil milhões de euros de novos títulos AT1 foram emitidos em 2024.

O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e Tier 2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Os instrumentos AT1 e Tier 2 emitidos através de entidades com fins especiais são de anterioridade até 31 de dezembro de 2021. Em 2024, só existem regimes transitórios para instrumentos AT1 e Tier 2 que continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025, mesmo que não satisfaçam certos novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019. O Deutsche Bank tinha um número imaterial de instrumentos que se qualificaram durante 2024.

Com base no atual CRR, o montante reconhecido como capital regulamentar AT1 ascendeu a 11,4 mil milhões de euros. O montante nominal correspondente dos instrumentos AT1 em circulação era de 11,6 mil milhões de euros em dezembro de 2024. Em 2024, o banco emitiu novos títulos AT1 com um montante nominal de 3,0 mil milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante reconhecido como Tier 2 regulamentar ascendia a 7,7 mil milhões de euros. O montante nominal correspondente dos instrumentos de Tier 2 em circulação era de 11,8 mil milhões de euros em dezembro de 2024. Em 2024, vencem os instrumentos de nível 2 com um valor nominal de 104,4 milhões de euros. Não se registaram novas emissões de instrumentos de Tier 2 em 2024.

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de RWA. O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00 %, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50 % de capital Tier 1 adicional e até 2,00 % de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. O Deutsche Bank cumpre os requisitos mínimos de adequação de capital regulamentares em 2024.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital ficaram totalmente em vigor a partir de 2024. Estes requisitos de reservas têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50%. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2024, o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,49 %.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2024, o amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank é de 0,22%.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela BaFin de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de reservas para G-SII de 1,50% de capital CET 1 de RWA em 2024 com base nos indicadores publicados em 2020. Esta avaliação foi confirmada pelo FSB em 2024. Além disso, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha anunciou que o requisito de reserva G-SII para o Deutsche Bank permanecerá inalterado para os anos de 2025 e 2026

Além disso, o Deutsche Bank foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, de acordo com o Deutsche Bundesbank, como “outra instituição de importância sistémica global” (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% em 2023 que não foi cumprido a nível consolidado e permaneceu inalterado para 2024 e 2025. Deve ser aplicada a mais elevada das reservas para instituições sistemicamente importantes (reserva G-SII ou reserva O-SII).

De acordo com o SREP do Pilar 2, o BCE pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2).

Em dezembro de 2023, o BCE informou o Deutsche Bank da sua decisão, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024, de que o requisito do Pilar 2 do banco foi alterado em comparação com 2023. Isto resulta no requisito do Pilar 2 do BCE para 2,65% dos ativos ponderados pelo risco. Em 31 de dezembro de 2024, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 11,20%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 13,20% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 15,86%. Este requisito de capital de CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 1,49%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico de 0,49% e o amortecedor de risco sistémico de 0,22% (ambos sujeitos a alterações ao longo do ano), bem como o mais alto do nosso amortecedor G-SII/O-SII de 2,00%. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,50%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,66%. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2023, o BCE comunicou ao Deutsche Bank uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de Pilar 2, correntemente designado por orientação de Pilar 2. O complemento de capital previsto para a orientação de Pilar 2 é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de Pilar 2, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de Pilar 2 não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

Em 10 de dezembro de 2024, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2025, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025, na sequência dos resultados do SREP de 2024. A decisão fixou o requisito de Pilar 2 do BCE em 2,90% dos ativos ponderados pelo risco, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025, dos quais pelo menos 1,63% devem ser cobertos por capital de CET 1 e 2,18% por capital de Tier 1.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de amortecedor de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação do Pilar 2) aplicáveis ao Deutsche Bank para os anos de 2024 e 2025.

Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2024	2025
Pilar 1		
Requisito mínimo de CET 1	4,50%	4,50%
Requisito de amortecedor combinado	5,21%	5,23%
Amortecedor de conservação de capital	2,50%	2,50%
Reserva contracíclica[1]	0,49%	0,51%
Reserva de risco sistémico[2]	0,22%	0,22%
Máximo de:	2,00%	2,00%
Amortecedor G-SII	1,50%	1,50%
Amortecedor O-SII	2,00%	2,00%
Pilar 2		
Complemento SREP de capital total de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,65%	2,90%
dos quais cobertos por capital CET 1	1,49%	1,63%
dos quais cobertos por capital Tier 1	1,99%	2,18%
dos quais cobertos por capital Tier 2	0,66%	0,72%
Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2[3]	**11,20%**	11,36%
Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2	**13,20%**	13,41%
Requisito de capital total do Pilar 1 e 2	**15,86%**	16,13%

[1] O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato; a taxa do amortecedor contracíclico para 2025 foi calculada como 0,51% com base em alterações conhecidas ao amortecedor contracíclico em 2025. O amortecedor contracíclico está sujeito a alterações da carteira do Deutsche Bank e a novas alterações das taxas do amortecedor contracíclico ao longo do ano

[2] A taxa do amortecedor de risco sistémico para 2025 foi calculada em 0,22% com base em alterações conhecidas do amortecedor de risco sistémico em 2025. O amortecedor de risco sistémico está sujeito a alterações da carteira do Deutsche Bank e a novas alterações das taxas do amortecedor de risco sistémico ao longo do ano

[3] O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP, do requisito de reserva de risco sistémico, do requisito de amortecedor de conservação de capital e do requisito de amortecedor contracíclico, bem como do mais elevado entre o requisito G-SII/O-SII

Desenvolvimento de fundos próprios

O capital CET 1 do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2024 ascendia a 49,5 mil milhões de euros, um aumento de 1,4 mil milhões de euros em comparação com 48,1 mil milhões de euros no final de 2023. O capital AT1 era de 11,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 3,1 mil milhões de euros em comparação com 8,3 mil milhões de euros no final de 2023. Os capital Tier 1 era de 60,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 56,4 mil milhões de euros no final de 2023. O capital Tier 2 ascendia a 7,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, uma diminuição de 0,9 mil milhões de euros em comparação com 8,6 mil milhões de euros no final de 2023. O capital total ascendeu a 68,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 3,5 mil milhões de euros em comparação com 65,0 mil milhões de euros no final de 2023.

O capital CET 1 aumentou 1,4 mil milhões de euros durante 2024. Esta evolução incluiu um lucro líquido de 3,4 mil milhões de euros para o exercício de 2024, reduzido por deduções regulamentares relativas a futuras distribuições aos acionistas e a pagamentos de cupões AT1 no valor de 2,6 mil milhões de euros, o que está em conformidade com a Decisão (UE) (2015/656) do BCE relativa ao reconhecimento de lucros intercalares ou de final de exercício no capital CET 1, de acordo com o artigo 26 do Regulamento (EU) N.º 575/2013 (ECB/2015/4). Além disso, o capital CET 1 aumentou 1,0 mil milhões de euros devido à adoção do tratamento temporário dos ganhos e perdas não realizados medidos pelo justo valor através de OCI, em conformidade com o artigo 468.º do CRR, à redução dos ativos por impostos diferidos em 0,7 mil milhões de euros e à redução dos filtros prudenciais em 0,3 mil milhões de euros, que inclui correções de valor adicionais, bem como ganhos e perdas decorrentes de variações do risco de crédito próprio em passivos avaliados pelo justo valor. O aumento foi parcialmente compensado por recompras de ações concluídas no valor de 0,7 mil milhões de euros durante o ano e por um aumento de 0,7 mil milhões de euros na dedução para perdas esperadas, que se deve principalmente à alteração dos modelos do Método das Notações Internas na sequência da aprovação do modelo pelo BCE.

O aumento de capital AT1 de 3,1 mil milhões de euros deveu-se sobretudo à emissão de dois novos instrumentos de capital AT1 durante o ano, no montante de 1,5 mil milhões de euros cada.

A diminuição de 0,9 mil milhões de euros de capital Tier 2 deveu-se principalmente à amortização de 1,0 mil milhões de euros e à variação de 0,4 mil milhões de euros do valor contabilístico dos juros corridos e da cobertura de justo valor. Esta situação foi parcialmente compensada por 0,4 mil milhões de euros decorrentes de efeitos cambiais.

Modelo de fundos próprios (incluindo RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2024 CRR/CRD	31 dez 2023 CRR/CRD
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas		
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	44.130	44.908
Lucros não distribuídos	19.978	16.509
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(1.229)	(1.760)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis[1]	801	3.493
Outros	1.020	973
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**64.700**	64.124
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares		
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.680)	(1.727)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	95	(126)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.277)	(5.014)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(3.463)	(4.207)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(3.037)	(2.386)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.173)	(920)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	0	(0)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10%/15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10%/15%) (montante negativo)	0	0
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos do artigo 468.º do CRR	1.012	0
Outros ajustamentos regulamentares[2]	(1.721)	(1.679)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**(15.244)**	(16.058)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**49.457**	48.066
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	11.508	8.578
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	0	0
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	**11.508**	8.578
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares		
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(130)	(250)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR		
Outros ajustamentos regulamentares	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	**(130)**	(250)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	**11.378**	8.328
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	**60.835**	56.395
Capital Tier 2 (T2)	**7.676**	8.610
Total do capital (TC = T1 + T2)	**68.511**	65.005
Total dos ativos ponderados pelo risco	**357.427**	349.742
Rácios de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,8	13,7
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,0	16,1
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	19,2	18,6

[1] Os lucros do exercício são reconhecidos nos termos da Decisão do BCE (UE) 2015/656, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); os lucros do exercício em curso de 3,4 mil milhões de euros, reduzidos por deduções relativas a cupões AT1 no valor de 475 milhões de euros e por deduções relativas à anunciada distribuição aos acionistas em relação ao exercício de 2024 no valor de 2,1 mil milhões de euros, que inclui um dividendo previsto de 1,3 mil milhões de euros (68 cêntimos por ação) e a recompra de ações aprovada pelo BCE no valor de 750 milhões de euros

[2] Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (dezembro de 2023: 1,4 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,3 mil milhões de euros (dezembro de 2023: 0,3 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial das exposições não produtivas

Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	31 dez 2024	CRR/CRD 31 dez 2023
Total do capital acionista por balanço contabilístico	**66.276**	64.486
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(24)	(35)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	0
Lucros não distribuídos	(24)	(35)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	0
Total do capital acionista por balanço regulamentar	**66.252**	64.451
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	1.020	973
Dedução de cupões AT1 e de distribuição dos acionistas[1]	(2.565)	(1.279)
Instrumentos de capital não elegíveis para CET 1 nos termos do CRR 28(1)	(7)	(21)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**64.700**	64.124
Filtros prudenciais	**(1.585)**	(1.853)
Dos quais:		
Ajustamentos de valor adicionais	(1.680)	(1.727)
Qualquer aumento em capital que resulte de ativos titularizados	0	(0)
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa e resultados de passivos designados ao justo valor, resultantes de alterações da própria situação de crédito	95	(126)
Ajustamentos regulamentares	(13.659)	(14.205)
Dos quais:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.277)	(5.014)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(3.463)	(4.207)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(3.037)	(2.386)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.173)	(920)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	0	0
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos do artigo 468.º do CRR	1.012	0
Outros[2]	(1.721)	(1.679)
Capital Common Equity Tier 1	**49.457**	48.066

[1] Os lucros do exercício são reconhecidos nos termos da Decisão do BCE (UE) 2015/656, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); as deduções do exercício em curso incluem deduções relativas a cupões AT1 no valor de 475 milhões de euros e deduções relativas à anunciada distribuição aos acionistas em relação ao exercício de 2024 no valor de 2,1 mil milhões de euros, que inclui um dividendo previsto de 1,3 mil milhões de euros (68 cêntimos por ação) e a recompra de ações aprovada pelo BCE no valor de 750 milhões de euros

[2] Os montantes negativos do défice de perdas esperadas foram divulgados separadamente no ano em curso, tendo sido apresentados como parte de "Outros Ajustamentos Regulamentares" no ano anterior e incluem deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (dezembro de 2023: 1,4 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,3 mil milhões de euros (dezembro de 2023: 0,3 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial das exposições não produtivas

Desenvolvimento de fundos próprios

em milhões de euros	doze meses terminados 31.12.2024	CRR/CRD doze meses terminados 31.12.2023
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura	**48.066**	48.097
Ações ordinárias, efeito líquido	(115)	(69)
Capital realizado adicional	(430)	(332)
Lucros não distribuídos	3.341	4.794
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	(232)	(150)
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	530	(445)
Dedução de cupões AT1 e de distribuição dos acionistas[1]	(2.565)	(1.279)
Ajustamentos de valor adicionais	47	300
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(263)	11
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	744	(962)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(651)	(1.920)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(253)	230
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	0	0
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	1.238	(208)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho	**49.457**	48.066
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura	**8.328**	8.518
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	2.950	0
Instrumentos vencidos e adquiridos	0	0
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	100	(190)
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho	**11.378**	8.328
Capital Tier 1	**60.835**	56.395
Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho	**7.676**	8.610
Total do capital regulamentar	**68.511**	65.005

[1] Os lucros do exercício são reconhecidos nos termos da Decisão do BCE (UE) 2015/656, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); as deduções do exercício em curso incluem deduções relativas a cupões AT1 no valor de 475 milhões de euros e deduções relativas à anunciada distribuição aos acionistas em relação ao exercício de 2024 no valor de 2,1 mil milhões de euros, que inclui um dividendo previsto de 1,3 mil milhões de euros (68 cêntimos por ação) e a recompra de ações aprovada pelo BCE no valor de 750 milhões de euros

Cobertura mínima das perdas para a exposição em incumprimento (Non Performing Exposure - NPE)

Em abril de 2019, a UE publicou o Regulamento (UE) 2019/630 que altera o CRR (Regulamento (UE) n.º 575/2013) para uma reserva prudencial de proteção para riscos de incumprimento (NPE). Este regulamento resulta numa dedução do Pilar 1 do capital CET 1 quando não é cumprido um requisito mínimo de cobertura de perdas. É aplicado às exposições originadas e em incumprimento após 25 de abril de 2019.

Além disso, em março de 2018, o BCE publicou a sua "Adenda às Orientações do BCE aos bancos sobre empréstimos em incumprimento: expectativas de supervisão para o provisionamento prudencial de exposições em incumprimento" e, em agosto de 2019, a sua "Comunicação sobre as expectativas de cobertura de supervisão para as NPE".

As orientações do BCE emitidas são aplicáveis a todos os novos empréstimos em situação de incumprimento após 1 de abril de 2018 (ECB - novo NPE após 1 de abril de 2018) e, à semelhança das regras da UE, exige que os bancos tomem medidas caso não seja cumprido um requisito mínimo de cobertura por imparidade. No âmbito das discussões anuais do SREP, o BCE pode impor medidas de Pilar 2 aos bancos, caso o BCE não esteja confiante com as medidas tomadas pelo banco individual.

Para o final do ano de 2020, o banco introduziu um quadro para determinar o provisionamento prudencial de exposição em incumprimento como medida de Pilar 2, como solicitado nas orientações do BCE anteriormente mencionadas e na recomendação SREP.

Para a expetativa de cobertura mínima de perdas para NPE decorrentes de clientes em incumprimento antes de 1 de abril de 2018 (BCE – Stock NPE), foi prevista uma trajetória de integração progressiva para uma expectativa de cobertura de 100% com um aumento anual de 10%. Numa primeira fase, os bancos foram atribuídos a três grupos comparáveis com base nos rácios líquidos de NPL do banco no final de 2017 e, numa segunda fase, foi efetuada uma avaliação da capacidade relativamente ao impacto potencial para cada banco individual com um horizonte de final de 2026. O Deutsche Bank foi atribuído ao Grupo 1 que requer uma aplicabilidade total de cobertura mínima de perdas de 100% até ao final do ano de 2024 para empréstimos garantidos e até ao final do ano de 2023 para empréstimos não garantidos, respetivamente.

O desencontro entre os requisitos mínimos de cobertura de perdas para a exposição em incumprimento e as reservas de risco registadas em conformidade com a IFRS 9 para ativos em incumprimento (Fase 3) elevava-se a 302 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 e foi deduzido do CET 1. Este CET 1 adicional pode ser considerado como reserva de perdas regulamentares adicionais e conduz a uma redução de 2,7 mil milhões de euros em RWA.

Cobertura das perdas de exposição em incumprimento

				31 dez 2024
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Valor de exposição[1]	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	4.107	696	1.818	48
Investment Bank	9.602	3.355	4.986	171
Private Bank	8.139	1.224	3.674	53
Asset Management	0	0	0	0
Corporate & Other	969	58	177	29
Total	22.817	5.334	10.654	302

[1] Valor de exposição em conformidade com o artigo 47.º-C do CRR

				31 dez 2023
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Valor de exposição[1]	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	3.745	650	1.299	51
Investment Bank	9.415	3.684	4.753	223
Private Bank	6.621	1.428	3.169	43
Asset Management	0	0	0	0
Corporate & Other	491	59	98	4
Total	20.271	5.820	9.319	322

[1] Valor de exposição em conformidade com o artigo 47.º-C do CRR

Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos por tipo de risco e por divisão corporativa. Inclui os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos.

Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e divisão corporativa

						31 dez 2024
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	67.115	95.869	82.655	13.683	17.633	276.955
Risco de liquidação	0	4	0	0	11	15
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	29	2.907	161	0	334	3.431
Risco de mercado	248	16.270	27	31	2.390	18.965
Risco operacional	10.784	14.775	14.438	4.700	13.363	58.061
Total	78.176	129.825	97.281	18.414	33.732	357.427

						31 dez 2023
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	63.156	94.246	78.422	11.652	18.314	265.789
Risco de liquidação	0	1	13	0	0	14
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	82	4.654	110	0	429	5.276
Risco de mercado	181	19.019	22	28	2.260	21.510
Risco operacional	5.568	21.611	7.659	3.475	18.839	57.153
Total	68.987	139.532	86.226	15.155	39.842	349.742

Os RWA do Deutsche Bank foram de 357,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, face a 349,7 mil milhões de euros no final do exercício de 2023. O aumento de 7,7 mil milhões de euros deveu-se aos ativos ponderados pelo risco de crédito e aos ativos ponderados pelo risco operacional, parcialmente compensados pelos ativos ponderados pelo risco de mercado e pelos ativos ponderados pelo risco de ajustamento da avaliação do crédito. Os RWA relativos ao risco de crédito aumentaram 11,2 mil milhões de euros, principalmente devido ao crescimento do negócio, ao aperfeiçoamento dos modelos internos, aos movimentos cambiais, ao aumento das posições de capital em fundos garantidos e ao aumento dos RWA relativos a ativos por impostos diferidos. Estes aumentos foram parcialmente compensados por reduções dos ativos ponderados pelo risco de crédito resultantes de medidas de eficiência de capital, especialmente no Corporate Bank e no Investment Bank. Os ativos ponderados pelo risco operacional (RWA) do Deutsche Bank aumentaram 0,9 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento das perdas internas, bem como à evolução negativa das perdas externas que alimentam o modelo de capital. Os ativos ponderados pelo risco de mercado (RWA) diminuíram 2,5 mil milhões de euros, principalmente devido à componente "valor em risco", em virtude da menor volatilidade global do mercado e da redução dos níveis de risco, o que também resultou numa redução das componentes "valor em risco sob tensão" (SVaR) e "requisitos de capital para riscos adicionais". Os ativos ponderados pelo risco (RWA) do ajustamento da avaliação do crédito diminuíram 1,8 mil milhões de euros, principalmente devido a uma alteração dos níveis de risco e a uma redução decorrente de alterações dos dados de mercado.

As tabelas que se seguem apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos ativos ponderados pelo risco observadas para o risco de crédito e para os ajustamentos da avaliação do crédito, bem como para o risco de mercado e risco operacional no período de relato. Apresentam igualmente os movimentos correspondentes nos requisitos mínimos de capital, que correspondem a 8% dos ativos ponderados pelo risco.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em milhões de euros	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano	**265.789**	**21.263**	269.214	21.537
Dimensão da carteira	4.944	396	(3.694)	(296)
Qualidade da carteira	(7.793)	(623)	(886)	(71)
Atualizações do modelo	3.668	293	298	24
Metodologia e política	3.443	275	5.831	466
Aquisições e alienações	0	0	571	46
Variações cambiais	5.410	433	(4.174)	(334)
Outros	1.494	119	(1.371)	(110)
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano	**276.955**	**22.156**	265.789	21.263

Dos quais: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito da contraparte

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em milhões de euros	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano	**19.868**	**1.589**	23.589	1.887
Dimensão da carteira	(1.194)	(96)	(4.664)	(373)
Qualidade da carteira	(47)	(4)	1.278	102
Atualizações do modelo	186	15	0	0
Metodologia e política	0	0	312	25
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	657	53	(646)	(52)
Outros	0	0	0	0
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano	**19.470**	**1.558**	19.868	1.589

As alterações orgânicas na dimensão e composição da carteira do Grupo são tidas em conta na categoria "Dimensão da carteira". A categoria “Qualidade da carteira” representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura e compensação de garantias colaterais. As “atualizações do modelo” incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa como, por exemplo, a aplicação de regulamentos novos, são considerados na secção “Metodologia e política”. “Aquisições e alienações” apresentam movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

Os RWA relativos ao risco de crédito aumentaram 11,2 mil milhões de euros, ou seja, 4,2%, desde 31 de dezembro de 2023, devido principalmente às categorias "movimentos cambiais", "dimensão da carteira", "atualizações de modelos", "metodologia e política", bem como "outros", tendo sido parcialmente compensados pela categoria "qualidade da carteira". O aumento da categoria "dimensão da carteira" reflete o crescimento do negócio do Deutsche Bank em 2024 e o aumento das participações em fundos garantidos, parcialmente compensado por medidas de eficiência de capital sob a forma de titularizações sintéticas no Corporate Bank, no Private Bank e no Investment Bank. Além disso, os RWA relativos ao risco de crédito aumentaram na categoria "atualizações de modelos" em comparação com 2023, devido principalmente a um aperfeiçoamento do modelo interno para o cálculo da perda em caso de incumprimento e a uma margem de conservadorismo aplicada a um input importante do modelo. A categoria "metodologia e política" reflete principalmente os impactos da introdução de novos modelos devido a alterações regulamentares, incluindo os impactos de uma adoção antecipada das regras em conformidade com o CRR3, que foi parcialmente compensada pelos impactos da correção das obrigações regulamentares. Além disso, o aumento na categoria "outros" reflete um aumento dos RWA para ativos por impostos diferidos e investimentos em entidades do setor financeiro. Os aumentos acima referidos foram parcialmente compensados por diminuições na categoria "qualidade da carteira", que se deve principalmente a reduções dos ativos ponderados pelo risco resultantes de medidas de eficiência dos fundos próprios, parcialmente compensadas por deteriorações da notação das contrapartes.

Os RWA relativos ao risco de crédito de contraparte diminuíram 0,4 mil milhões de euros, ou 2,0%, desde 31 de dezembro de 2023, principalmente devido à diminuição da categoria "dimensão da carteira", refletindo uma alteração na carteira de derivados com ponderações de risco reduzidas, que mais do que compensou o aumento das exposições. Além disso, as posições em risco para as SFT diminuíram. Estas reduções foram parcialmente compensadas por aumentos nas categorias "movimentos cambiais" e "atualizações de modelos", que refletem uma atualização da determinação dos parâmetros de entrada.

Com base no quadro regulamentar CRR/CRD, o Deutsche Bank é obrigado a calcular os RWA utilizando o CVA, que tem em consideração a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivados OTC e transações de financiamento de títulos. O Deutsche Bank calcula a maioria do CVA com base no seu próprio modelo interno, conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em milhões de euros	RWA de CVA	Requisitos de capital	RWA de CVA	Requisitos de capital
Saldo de RWA para CVA, início do exercício	**5.276**	**422**	6.184	495
Variações dos níveis de risco	(1.205)	(96)	170	14
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(640)	(51)	(656)	(52)
Atualizações do modelo	0	0	(683)	(55)
Metodologia e política	0	0	261	21
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	0
Saldo de RWA para CVA, fim do exercício	**3.431**	**274**	5.276	422

A evolução dos RWA para CVA é repartida por várias categorias: “Variações dos níveis de risco”, que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; “Calibrações e alterações em dados de mercado”, que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; “Atualizações do modelo”, que se refere a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para os RWA para CVA; “Metodologia e política”, que está relacionado com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam apresentadas na categoria "Aquisições e alienações".

Em 31 de dezembro de 2024, os RWA relativos ao CVA ascendiam a 3,4 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1,8 mil milhões de euros (-35%) em comparação com 31 de dezembro de 2023. Este valor inclui uma diminuição de 1,2 mil milhões de euros em termos de variações dos níveis de risco e de 0,6 mil milhões de euros em termos de alterações dos dados de mercado.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

					31 dez 2024	
em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total RWA	Total de requisitos de capital
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	3.750	7.090	7.129	3.542	21.510	1.721
Variações dos níveis de risco	(307)	(513)	(860)	(194)	(1.874)	(150)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(767)	(336)	0	330	(773)	(62)
Atualizações/alterações do modelo	29	(37)	0	0	(8)	(1)
Metodologia e política	0	0	0	0	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	109	109	9
Outros	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	2.705	6.204	6.268	3.787	18.965	1.517

					31 dez 2023	
em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total RWA	Total de requisitos de capital
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	7.413	12.221	3.639	2.857	26.131	2.091
Variações dos níveis de risco	(1.901)	(1.724)	3.647	72	95	8
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(393)	(10)	0	(53)	(456)	(36)
Atualizações/alterações do modelo	77	(663)	(158)	0	(745)	(60)
Metodologia e política	(1.446)	(2.735)	0	722	(3.459)	(277)
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	(57)	(57)	(5)
Outros	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	3.750	7.090	7.129	3.542	21.510	1.721

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos modelos internos do banco para o valor em risco (VaR), valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais (IRC), bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão (MRSA), que está incluído na categoria "Outros". O MRSA é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria “Alterações e recalibrações dos dados de mercado”. As alterações dos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria “Atualizações do modelo”. Na categoria “Metodologia e política” são comunicadas alterações aos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica “Aquisições e alienações”. Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2024, os RWA para o risco de mercado eram de 19,0 mil milhões de euros, uma diminuição de 2,5 mil milhões de euros, ou -12%, desde 31 de dezembro de 2023. A diminuição deveu-se a uma redução dos RWA de valor em risco devido à retirada do período de elevada volatilidade do mercado do segundo trimestre de 2023 do período histórico de observação do VaR e a uma redução dos RWA de valor em risco sob tensão devido à redução global dos níveis de risco no quarto trimestre de 2024 no âmbito da atividade de negociação de títulos de rendimento fixo e divisas. Do mesmo modo, a redução dos ativos ponderados pelo risco incremental deve-se à diminuição dos níveis de risco nas atividades de negociação de títulos de rendimento fixo e de divisas.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em milhões de euros	RWA para risco operacional	Requisitos de capital	RWA para risco operacional	Requisitos de capital
Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício	**57.153**	**4.572**	58.349	4.668
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	1.352	108	(1.577)	(126)
Evolução da perda esperada	(211)	(17)	150	12
Componente prospetiva de risco	(37)	(3)	130	10
Atualizações do modelo	(174)	(14)	0	0
Metodologia e política	(23)	(2)	100	8
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício	**58.061**	**4.645**	57.153	4.572

As alterações nos eventos de perda internos e externos estão refletidas na categoria "Alterações no perfil de perda". A categoria "Evolução da perda esperada" baseia-se nos planos de negócio das divisões e nas perdas históricas, bem como é deduzida do valor do capital AMA dentro de certos limites. A categoria "Componente prospetivo de risco" reflete o ajustamento qualitativo e, como tal, a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional através de métricas de apetência pelo risco não financeiro e de classificação de avaliação e controlo do risco (RCA), focando-se na conjuntura de negócios e fatores de controlo interno. A categoria "Atualizações do modelo" abrange aperfeiçoamentos do modelo, tais como a implementação de alterações de modelo. A categoria "Metodologia e política" representa alterações originadas por fatores externos, como, por exemplo, complementos regulamentares. A categoria "Aquisições e alienações" representa variações significativas de exposição que poderão facilmente ser atribuídas a negócios novos ou alienados.

O aumento global dos RWA para o risco operacional em 0,9 mil milhões de euros durante 2024 foi principalmente impulsionado pelo aumento das perdas internas, bem como pela evolução adversa das perdas externas que alimentam o nosso modelo de capital.

Capital económico

Adequação de capital económico

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank visa manter a viabilidade do banco continuamente. A adequação de capital interno é avaliada de uma perspetiva económica como o rácio da nossa oferta de capital económico dividido pela procura de capital económico conforme indicado na tabela abaixo.

Total de oferta e procura de capital económico

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 dez 2024	31 dez 2023
Componentes da oferta de capital económico		
Capital próprio dos acionistas	65.535	64.486
Participações minoritárias[1]	957	899
Dedução de cupões AT1	(475)	(381)
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	(36)	(45)
Resultados pelo justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio	131	(82)
Ajustamentos de avaliação adicionais	(1.680)	(1.727)
Ativos intangíveis	(3.847)	(3.692)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias	(4.073)	(4.737)
Défice para perda esperada	(3.037)	(2.386)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(1.174)	(947)
Outros ajustamentos	(4.182)	(3.782)
Oferta de capital económico	**48.119**	47.607
Componentes da procura de capital económico		
Risco de crédito	12.507	11.875
Risco de mercado	8.667	8.328
Risco operacional	4.645	4.572
Risco estratégico	1.936	1.874
Vantagem de diversificação	(3.530)	(3.385)
Total de procura de capital económico	**24.225**	23.265
Rácio de adequação de capital económico	**199%**	205%

[1] Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária

O rácio de adequação de capital económico era de 199% em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 205% em 31 de dezembro de 2023. A diminuição global deveu-se a um aumento da procura de capital económico para o risco de crédito e o risco de mercado, que é explicado na secção "Perfil de risco". Esta situação foi parcialmente compensada por um aumento da oferta de capital económico.

O aumento da oferta de capital económico em 0,5 mil milhões de euros em comparação com o final de 2023 foi impulsionado principalmente por um resultado líquido positivo de 3,4 mil milhões de euros, ajustamentos de conversão cambial de 0,9 mil milhões de euros e menores deduções de capital para ativos por impostos diferidos IFRS excluindo diferenças temporárias de 0,7 mil milhões de euros. Estes aumentos foram parcialmente compensados por deduções relativas a futuras distribuições aos acionistas e a pagamentos de cupões AT1 no valor de 2,6 mil milhões de euros, bem como por uma dedução de capital mais elevada relativa ao défice de perdas esperadas no valor de 0,7 mil milhões de euros, devido sobretudo à alteração dos modelos do Método das Notações Internas, na sequência da aprovação do modelo pelo BCE. Além disso, a oferta de capital económico diminuiu devido a recompras de ações concluídas no valor de 0,7 mil milhões de euros em 2024, a um aumento das perdas não realizadas de 0,4 mil milhões de euros e a uma maior dedução de capital dos ativos dos fundos de pensões de benefícios definidos de 0,2 mil milhões de euros.

Rácio de alavancagem

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD

O rácio de alavancagem não baseado no risco atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de "proteção" não baseada no risco.

Foi introduzido um requisito mínimo de 3% de rácio de alavancagem, com efeito a partir de 28 de junho de 2021. A partir de 1 de janeiro de 2023, aplica-se um requisito adicional de rácio de alavancagem de 50% da taxa de amortecedor G-SII aplicável. Este requisito adicional equivale a 0,75% para o Deutsche Bank. Além disso, o Banco Central Europeu estabeleceu, pela primeira vez, um requisito do Pilar 2 para o rácio de alavancagem; a partir de 1 de janeiro de 2024, este requisito é de 0,10%. Isto resulta num rácio de alavancagem global de 3,85%. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2023, o BCE comunicou ao Deutsche Bank uma expetativa individual, no sentido de manter um complemento de capital Tier 1 de Pilar 2 relativamente ao rácio de alavancagem, correntemente designado por orientação de Pilar 2. O complemento de capital previsto para a orientação de Pilar 2 é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de Pilar 2, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de Pilar 2 não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

O Deutsche Bank calcula a sua exposição de rácio de alavancagem em conformidade com os artigos 429.º a 429.º-G do CRR.

A exposição total ao rácio de alavancagem do Grupo inclui os derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando a versão modificada do método padrão para o risco de crédito da contraparte (SA-CCR), que compreende o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. O valor nocional efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nocional reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nocional efetivo de uma proteção de derivado de crédito comprada no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

O componente de SFT inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial segue o método padrão para o risco de crédito com fatores de conversão de risco de crédito (CCF), dependendo da categoria de risco (0% para risco baixo, 20% para risco médio/baixo, 50% para risco médio ou 100% para risco total). Para a determinação da exposição ao efeito de alavancagem, é aplicado um limite mínimo de 10%, o que conduz a um CCF de 10% para a categoria de baixo risco.

O componente das exposições patrimoniais (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados, SFT e compras e vendas regulares que aguardam liquidação). O valor da exposição das compras e vendas regulares que aguardam liquidação é determinado como compensação entre esses valores a receber e a pagar, em que as vendas e compras regulares relacionadas são ambas liquidadas numa base de entrega mediante pagamento.

Os ativos podem ser excluídos da medida de exposição ao rácio de alavancagem se tiverem sido deduzidos na determinação do capital Tier 1. Os ajustamentos regulamentares correspondentes são refletidos nos montantes de ativos deduzidos na determinação do componente de capital de Tier 1.

As tabelas que se seguem apresentam a exposição de rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem. Para mais informações sobre o capital Tier 1, consulte também a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	**1.387**	1.312
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	2	2
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(156)	(122)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	4	4
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	158	127
Outros ajustamentos	(79)	(83)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	**1.316**	1.240

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2024	31 dez 2023
Total de exposições a derivados	137	131
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	152	99
Total de exposições extrapatrimoniais	158	127
Outros ativos	883	897
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1	(13)	(14)
Capital Tier 1	60,8	56,4
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.316	1.240
Rácio de alavancagem (em %)	4,6	4,5

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2024

Em 31 de dezembro de 2024, o rácio de alavancagem era de 4,6% em comparação com 4,5% em 31 de dezembro de 2023. Isto tem em conta um capital Tier 1 de 60,8 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1315,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 (56,4 mil milhões de euros e 1240,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, respetivamente).

Durante o ano de 2024, a exposição ao efeito de alavanca aumentou 75,6 mil milhões de euros, passando para 1315,9 mil milhões de euros, em grande parte devido às operações de financiamento de títulos (SFT), que aumentaram 52,7 mil milhões de euros, em grande medida em linha com a evolução do balanço (para mais informações, consultar a secção "Movimentos nos ativos e passivos" do presente relatório). Além disso, as exposições ao efeito de alavancagem extrapatrimoniais aumentaram 30,7 mil milhões de euros, o que corresponde a montantes nocionais mais elevados para compromissos de empréstimos irrevogáveis e garantias financeiras, incluindo os impactos da adoção antecipada das regras relativas aos compromissos nos termos do n.º 10 do artigo 5.º do CRR3. Além disso, a exposição ao efeito de alavancagem relacionada com os derivados aumentou 5,6 mil milhões de euros. Os montantes dos ativos deduzidos na determinação dos fundos próprios de Tier 1 aumentaram 0,9 mil milhões de euros, devido sobretudo ao tratamento temporário dos ganhos e perdas não realizados medidos pelo justo valor através de OCI, em conformidade com o artigo n.º 468, que se aplica até ao final de 2025. Estes aumentos foram parcialmente compensados pela exposição ao efeito de alavancagem das rubricas de ativos não relacionadas com derivados e SFT (outros ativos), que diminuiu 14,3 mil milhões de euros, refletindo em grande medida a evolução do balanço: a diminuição de 31,0 mil milhões de euros de numerário do banco central/interbancários foi parcialmente compensada por aumentos líquidos de 5,9 mil milhões de euros nos ativos de negociação não derivados, de 4,1 mil milhões de euros nos empréstimos e de 4,1 mil milhões de euros nos valores a receber de transações regulares não liquidadas; as restantes rubricas de ativos não descritas separadamente aumentaram 2,6 mil milhões de euros.

A evolução da exposição ao efeito de alavancagem em 2024 inclui um impacto cambial positivo de 32,4 mil milhões de euros, principalmente devido ao fortalecimento do dólar americano em relação ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento dos itens de exposição à alavancagem discutidos nesta secção.

Para os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis e Capacidade total de absorção de perdas

Requisitos MREL

O requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) foi introduzido através do Regulamento da União Europeia, o qual estabeleceu regras homogéneas e um procedimento homogéneo para a resolução de instituições de crédito (Regulamento do mecanismo único de resolução, ou Regulamento MUR) e da diretiva da União Europeia que estabeleceu um quadro para a recuperação e resolução de instituições de crédito (Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias, ou BRRD), conforme implementadas na lei alemã pela Lei alemã de recuperação e resolução.

O nível de MREL atualmente requerido é determinado pelas autoridades de resolução competentes para cada banco supervisionado individualmente, dependendo da respetiva estratégia de resolução preferencial. No caso do Deutsche Bank AG, o MREL é determinado pelo Conselho Único de Resolução. Embora não exista um nível mínimo estatutário de MREL, o MUR, o BRRD e um regulamento delegado definem os critérios que a autoridade de resolução tem de ter em consideração ao determinar o nível requerido de MREL. São fornecidas orientações através de uma política MREL publicada anualmente pelo CUR. Qualquer rácio MREL vinculativo determinado pelo CUR é comunicado ao Deutsche Bank através da Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha (BaFin).

Como resultado da sua revisão anual regular, o CUR atualizou os requisitos obrigatórios do rácio de MREL do Deutsche Bank AG no segundo trimestre de 2024, aplicável imediatamente. O requisito do rácio de MREL numa base consolidada é agora de 25,77% do RWA e 6,95% do LRE, dos quais 19,39% do RWA e 6,95% do LRE devem ser satisfeitos com fundos próprios e instrumentos subordinados.

Os requisitos combinados de reservas de 5,21% em 31 de dezembro de 2024 devem ser cumpridos para além dos requisitos de MREL com base no RWA e do MREL subordinado.

Requisitos TLAC

Desde 27 de junho de 2019, o Deutsche Bank, enquanto banco de importância sistémica global, também esteve sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC). O requisito de TLAC foi implementado através de alterações ao Regulamento de Requisitos de Capital e à Diretiva de Requisitos de Capital, fornecidos em junho de 2019 com a publicação do Regulamento (UE) 2019/876 e da Diretiva (UE) 2019/878.

Este requisito de TLAC baseia-se em denominadores baseados no risco e não baseados no risco e fixados no maior dos 18% dos RWA, mais os requisitos de reservas combinados e 6,75% do LRE desde 1 de janeiro de 2022.

Desenvolvimento do rácio de MREL

Em 31 de dezembro de 2024, o MREL disponível era de 133,9 mil milhões de euros, o que corresponde a uma proporção de 37,45% do RWA e 10,17% do LRE. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente de MREL de 23,1 mil milhões de euros acima dos requisitos MREL do Deutsche Bank de 110,7 mil milhões de euros (ou seja, 30,98% do RWA, incluindo o requisito de reservas combinadas). Em comparação com 31 de dezembro de 2023, o excedente aumentou, uma vez que um maior requisito de MREL e um maior RWA foram mais do que compensados por uma maior capacidade de MREL.

118,5 mil milhões de euros do MREL disponível do Deutsche Bank eram fundos próprios e passivos subordinados, o que corresponde a um rácio de subordinação do MREL de 33,15% do RWA e 9,0% do LRE, uma margem de 27,0 mil milhões de euros acima do requisito de subordinação do Deutsche Bank de 91,5 mil milhões de euros (ou seja, 6,95% do LRE). Em comparação com 1 de dezembro de 2023, o excedente manteve-se estável.

Desenvolvimento do rácio de TLAC

Em 31 de dezembro de 2024, o TLAC era de 118,5 mil milhões de euros e os rácios TLAC correspondentes eram de 33,15% do RWA e 9,0% do LRE. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente de TLAC de 29,7 mil milhões de euros acima dos requisitos TLAC de 88,8 mil milhões de euros (ou seja, 6,75% do LRE). Em comparação com 31 de dezembro de 2023, o excedente manteve-se estável.

Divulgação do MREL e TLAC

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 dez 2024	31 dez 2023
Elementos de capital regulamentar do TLAC/ MREL		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	49.457	48.066
Instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	11.378	8.328
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL		
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos ao TLAC/MREL	7.676	8.610
Ajustamentos aos instrumentos de capital Tier 2 (T2) para TLAC/MREL	628	2.478
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	8.304	11.088
Elementos do total do capital regulamentar do TLAC/MREL	**69.139**	67.483
Outros elementos do TLAC/MREL		
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	49.352	46.624
Participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)	**118.491**	114.106
Inclusão de participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
Fundos próprios disponíveis e passivos elegíveis subordinados (MREL subordinado)	**118.491**	114.106
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	8.939	5.538
Estruturados preferenciais sénior	6.441	3.609
Mínimo disponível de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)	**133.871**	123.253
Ativos ponderados pelo risco ("Risk-weighted assets" - RWA)	357.427	349.742
Exposição a rácio de alavancagem (LRE)	1.315.906	1.240.318
Rácio de TLAC		
Rácio de TLAC (como percentagem do RWA)	33,15	32,63
Requisitos TLAC (como percentagem dos RWA)	23,21	23,14
Rácio de TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	9,00	9,20
Requisitos TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	6,75	6,75
Excedente do TLAC acima da exigência dos RWA	35.538	33.167
Excedente do TLAC acima da exigência dos LRE	29.667	30.385
Subordinação de MREL		
Rácio de subordinação de MREL (como percentagem do RWA)	33,15	32,63
Requisito de subordinação de MREL (como percentagem do RWA)	24,60	24,68
Rácio de subordinação de MREL (como percentagem do LRE)	9,00	9,20
Requisito de subordinação de MREL (como percentagem do LRE)	6,95	6,92
Excedente de subordinação MREL em relação ao requisito RWA	30.570	27.781
Excedente de subordinação MREL em relação ao requisito LRE	27.036	28.276
Rácio de MREL		
Rácio de MREL (como percentagem do RWA)	37,45	35,24
Requisitos MREL (como percentagem dos RWA)	30,98	30,35
Rácio de MREL (como percentagem do LRE)	10,17	9,94
Requisitos MREL (como percentagem dos LRE)	6,95	6,92
Excedente do MREL acima da exigência dos RWA	23.146	17.098
Excedente do MREL acima da exigência dos LRE	42.415	37.424

Fundos próprios e passivo elegível

Para efeitos do cumprimento dos requisitos MREL e TLAC, o Deutsche Bank tem de garantir a manutenção de instrumentos de passivo elegíveis suficientes. Os instrumentos elegíveis para MREL e TLAC são os instrumentos de capital regulamentares (fundos próprios) e um passivo que cumpra determinados critérios, o qual é designado passivo elegível.

Os fundos próprios utilizados para MREL e TLAC incluem o montante total de instrumentos de capital Tier 2 com um prazo residual superior a 1 ano e inferior a 5 anos, os quais são refletidos no capital regulamentar apenas numa base pro-rata.

Os passivos elegíveis são passivos emitidos com base na entidade de resolução Deutsche Bank AG que cumprem os critérios de elegibilidade, os quais devem garantir que são estruturalmente adequados como capital de absorção de perdas. Como resultado, os passivos elegíveis excluem depósitos que se encontrem abrangidos por um sistema de proteção de depósitos de seguros ou que sejam preferenciais ao abrigo da legislação alemã de insolvência (por exemplo, depósitos de privados bem como de pequenas e médias empresas). Entre outros, os passivos garantidos e os passivos de derivados são também geralmente excluídos. Os instrumentos de dívida com características de derivados incorporadas podem ser incluídos em determinadas condições (por exemplo, um capital conhecido e fixo ou crescente). Além disso, os passivos elegíveis têm de ter um período de tempo restante até atingirem a maturidade de pelo menos um ano e têm de ser emitidos ao abrigo da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou têm de incluir uma cláusula de recapitalização nos respetivos termos contratuais, de modo a tornar a conversão efetiva. O CUR concedeu um período de transição para passivos emitidos ao abrigo da lei britânica em ou antes de 15 de novembro de 2018, que não incluem uma cláusula de recapitalização executória e efetiva, mas que ainda podem ser incluídos nos passivos elegíveis após o Brexit até 28 de junho de 2025.

Além disso, os passivos elegíveis têm de ser subordinados para serem contabilizados em relação ao TLAC e aos requisitos de subordinação de MREL. Com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, a Lei Bancária Alemã introduziu uma nova classe de títulos de dívida subordinada classificados como não preferenciais sénior abaixo dos restantes passivos sénior do banco (mas com primazia sobre os passivos subordinados contratualmente do banco, como os classificados como instrumentos Tier 2). No seguimento de um esforço de harmonização por parte da União Europeia, que resultou na implementação na Alemanha a 21 de julho de 2018, os bancos passaram a ser autorizados a decidir agora se a emissão específica de uma dívida sénior elegível é enquadrada na categoria não preferencial ou preferencial. Quaisquer instrumentos de dívida sénior não preferencial emitidos pelo Deutsche Bank AG ao abrigo das regras têm a mesma prioridade com os seus restantes instrumentos de dívidas em circulação que foram classificados como sénior não preferencial ao abrigo das regras anteriores. Todas estas emissões sénior não preferencial cumprem os critérios de subordinação TLAC e MREL.

Exposição ao risco de crédito

O Deutsche Bank define a sua exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, tal como definido no "Quadro do risco de crédito".

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de crédito (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. O Grupo aplica margens de avaliação (haircuts) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelece limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

						31 dez 2024
			Aumentos de crédito			
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito[1]	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito[2]	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado[3]						
Caixa e saldos do banco central	147.511	147.511	–	0	–	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.169	6.169	–	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	40.802	40.802	–	40.580	–	40.580
Títulos obtidos por empréstimo	44	44	–	32	–	32
Empréstimos	484.603	484.603	–	264.252	44.211	308.463
Outros ativos sujeitos a risco de crédito[4,5]	82.015	76.685	24.794	1.668	270	26.732
Total de ativos financeiros ao custo amortizado[3]	**761.144**	**755.814**	**24.794**	**306.532**	**44.481**	**375.807**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[6]						
Ativos detidos para negociação	134.118	–	–	1.207	612	1.819
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	291.754	–	229.560	45.613	115	275.288
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	113.433	–	1.638	103.339	292	105.269
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	88.736	–	1.638	87.091	0	88.729
Títulos obtidos por empréstimo	15.913	–	–	15.671	0	15.671
Empréstimos	1.954	–	–	485	272	757
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	–	–	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**539.304**	**–**	**231.198**	**150.159**	**1.019**	**382.376**
Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	42.090	42.090	0	4.077	1.168	5.244
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	2.786	2.786	–	2.455	0	2.455
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	–	0	0	0
Empréstimos	5.068	5.068	–	454	1.168	1.621
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	**42.090**	**42.090**	**–**	**4.077**	**1.168**	**5.244**
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[7]	73.468	73.467	–	4.410	9.227	13.637
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[7]	269.699	268.373	–	21.737	8.227	29.964
Total de extrapatrimoniais	**343.167**	**341.840**	**–**	**26.147**	**17.455**	**43.602**
Exposição máxima ao risco de crédito	**1.685.705**	**1.139.745**	**255.993**	**486.915**	**64.122**	**807.029**

[1] Não inclui derivado de crédito nocional vendido (€ 597,925 million) e proteção de crédito derivado nocional adquirido
[2] A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente
[3] Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito
[4] Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados
[5] Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade
[6] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas
[7] Os números são refletidos nos valores nocionais

						31 dez 2023
			Aumentos de crédito			
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito[1]	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito[2]	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado[3]						
Caixa e saldos do banco central	178.424	178.424	–	0	–	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.144	6.144	–	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	14.725	14.725	–	13.761	–	13.761
Títulos obtidos por empréstimo	39	39	–	33	–	33
Empréstimos	478.879	478.879	–	260.047	42.191	302.239
Outros ativos sujeitos a risco de crédito[4,5]	82.826	77.520	24.037	914	644	25.594
Total de ativos financeiros ao custo amortizado[3]	**761.036**	**755.731**	**24.037**	**274.755**	**42.835**	**341.626**
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[6]						
Ativos detidos para negociação	122.841	–	–	1.458	951	2.408
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	251.856	–	195.499	40.036	12	235.547
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	87.153	–	1.931	76.894	92	78.917
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	65.937	–	1.931	63.877	0	65.807
Títulos obtidos por empréstimo	13.036	–	–	12.863	0	12.863
Empréstimos	812	–	–	89	72	160
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	75	–	–	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**461.925**	**–**	**197.430**	**118.388**	**1.055**	**316.872**
Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	35.546	35.546	0	2.744	988	3.732
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.805	1.805	–	1.740	0	1.740
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	–	0	0	0
Empréstimos	4.867	4.867	–	16	976	991
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	**35.546**	**35.546**	**–**	**2.744**	**988**	**3.732**
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[7]	65.131	64.798	–	4.127	7.136	11.263
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[7]	255.409	254.016	–	21.736	6.779	28.515
Total de extrapatrimoniais	**320.540**	**318.814**	**–**	**25.863**	**13.915**	**39.777**
Exposição máxima ao risco de crédito	**1.579.048**	**1.110.090**	**221.466**	**421.750**	**58.792**	**702.008**

[1] Não inclui derivado de crédito nocional vendido (€ 540,063 million) e proteção de crédito derivado nocional adquirido
[2] A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nocional do subjacente
[3] Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito
[4] Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados
[5] Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade
[6] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas
[7] Os números são refletidos nos valores nocionais

O aumento global da exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2024 foi de € 106.7 billion, impulsionado principalmente por aumentos de 39,9 mil milhões de euros em valores de mercado positivos de instrumentos financeiros derivados, 26,1 mil milhões de euros em fundos de bancos centrais vendidos e títulos adquiridos, 22,8 mil milhões de euros em títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda ao justo valor através de resultados, 22,6 mil milhões de euros em exposições extrapatrimoniais, 11,3 mil milhões de euros em ativos de negociação, 6,5 mil milhões de euros em ativos financeiros ao justo valor através de OCI e 5,7 mil milhões de euros em empréstimos ao custo amortizado. Estes aumentos foram parcialmente compensados por uma diminuição de numerário e saldos dos bancos centrais de 30,9 mil milhões de euros.

Os ativos detidos para negociação incluem, em 31 de dezembro de 2024, obrigações negociadas no valor de € 120.0 billion (€ 112.5 billion em 31 de dezembro de 2023), mais de 82% das quais com notação investment-grade (mais de 85% em 31 de dezembro de 2023).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos

Estados Unidos. Adicionalmente, o banco tem agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das principais categorias de exposição ao crédito do Deutsche Bank, designadamente, Empréstimos, Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis, Passivos contingentes, produtos do mercado de balcão (OTC), Títulos de dívida e Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- "Empréstimos" são créditos brutos conforme reportados no nosso balanço patrimonial ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de resultados e empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito; isto inclui os "empréstimos negociados" comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade; do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação
- Os "compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos revogáveis e irrevogáveis
- Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações)
- Os "derivados OTC" são as exposições de crédito do banco decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que o Grupo tenha assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário; no balanço do banco são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em ambos os casos apenas aplicando garantias em numerário recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS
- Os "títulos de dívida" incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, tal como reportado no nosso balanço no âmbito das categorias de contabilidade pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, e inclui também a categoria pelo justo valor através dos resultados; isto inclui as "obrigações negociadas", que consistem em obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e detidos para venda a curto prazo; do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de revenda, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas, aplicando apenas as garantias recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a principal exposição ao crédito do Grupo: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber e posições de titularização tradicionais.

Salvo indicação em contrário, as tabelas abaixo refletem a exposição ao crédito antes da consideração das garantias e da atenuação do risco ou das melhorias estruturais, exceto no que se refere aos derivados OTC, em que são pós-reforços de crédito

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

31 dez 2024

	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Corporate Bank	116.674	212	508	4.110	170.667	67.067	47
Investment Bank	110.077	11.068	1.443	958	61.692	3.268	24.030
Private Bank	257.476	6	0	0	37.110	2.815	391
Asset Management	1	0	0	0	130	9	0
Corporate & Other	375	93	3	0	100	309	2.431
Total	**484.603**	**11.380**	**1.954**	**5.068**	**269.699**	**73.468**	**26.899**

31 dez 2024

	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Corporate Bank	266	14	0	9.033	0	0	368.598
Investment Bank	5.369	122.813	1.268	31.813	104.248	0	478.047
Private Bank	409	1	1	0	0	0	298.209
Asset Management	0	4.526	82	0	0	0	4.748
Corporate & Other	15.595	390	32.885	0	401	2.786	55.368
Total	**21.638**	**127.744**	**34.236**	**40.846**	**104.649**	**2.786**	**1.204.970**

[1] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 15.6 billion em 31 de dezembro de 2024
[2] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 60.7 million em 31 de dezembro de 2024

[3] Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.2 billion em 31 de dezembro de 2024
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura
[5] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 41.6 million em 31 de dezembro de 2024
[6] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 25.6 million em 31 de dezembro de 2024
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

31 dez 2023

	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Corporate Bank	116.732	456	303	4.393	158.490	59.781	55
Investment Bank	100.645	7.614	582	474	56.939	2.169	18.991
Private Bank	261.250	0	0	0	39.515	3.128	301
Asset Management	3	0	0	0	99	9	0
Corporate & Other	248	165	3	0	365	44	3.208
Total	478.879	8.235	887	4.867	255.409	65.131	22.555

31 dez 2023

	Títulos de dívida		Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Corporate Bank	294	19	0	595	0	0	341.118
Investment Bank	4.611	114.741	1.520	14.169	74.878	0	397.332
Private Bank	447	1	1	0	0	0	304.644
Asset Management	0	4.483	82	0	0	0	4.675
Corporate & Other	16.495	1.242	27.271	0	4.096	1.805	54.941
Total	21.847	120.485	28.874	14.764	78.973	1.805	1.102.711

[1] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 13.4 billion em 31 de dezembro de 2023
[2] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 44.2 million em 31 de dezembro de 2023
[3] Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.3 billion em 31 de dezembro de 2023
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura
[5] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 39.5 million em 31 de dezembro de 2023
[6] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 1.5 million em 31 de dezembro de 2023
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

O total das principais exposições de crédito do Deutsche Bank aumentou 102,3 mil milhões de euros em termos homólogos, dos quais 80,7 mil milhões de euros correspondem a um aumento no Investment Bank, devido principalmente ao aumento dos acordos de recompra e dos acordos de recompra, em virtude do aumento das atividades de negociação das empresas e dos fluxos de clientes, bem como do crescimento dos empréstimos, e 27,5 mil milhões de euros a um aumento no Corporate Bank, devido ao crescimento das exposições extrapatrimoniais em virtude de operações novas e refinanciadas. Foram observados aumentos das exposições em todos os produtos incluídos nas principais exposições de crédito por divisões de negócio, exceto no caso do Private Bank, onde se verificou uma diminuição de 6,4 mil milhões de euros.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

Os quadros abaixo fornecem uma visão geral da exposição ao crédito do banco por setor, com base no código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores e não tem de ser congruente com uma visão interna baseada no risco aplicada noutros pontos do presente relatório.

							31 dez 2024
				Empréstimos		Fora do balanço	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Agricultura, exploração florestal e pesca	336	0	0	0	239	24	1
Indústria mineira e de extração de minérios	1.885	2.392	66	0	5.934	1.275	145
Indústria	26.634	525	5	1.195	56.933	14.331	1.205
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.346	632	0	38	8.870	4.489	150
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	595	0	0	3	1.013	264	50
Construção	4.330	244	0	30	3.039	3.244	13
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	21.405	165	103	809	18.290	6.339	180
Transporte e armazenamento	4.766	416	63	103	5.373	1.201	164
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.665	64	0	19	1.314	150	2
Informação e comunicação	8.930	757	16	237	16.501	3.014	384
Atividades financeiras e de seguros[8]	126.640	3.944	1.177	1.589	95.492	34.889	22.093
Atividades imobiliárias[9]	49.859	1.005	136	535	7.868	399	326
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.276	133	0	214	5.754	2.129	161
Atividades de serviços administrativos e de apoio	8.921	319	95	161	5.025	493	138
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	5.740	458	14	24	7.438	120	286
Educação	295	17	0	0	99	55	55
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.130	29	0	12	1.850	91	46
Artes, entretenimento e atividades de lazer	820	4	0	15	1.166	83	17
Outras atividades de serviços	6.214	260	280	81	7.013	628	1.305
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	199.811	0	0	0	20.488	246	174
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	5	17	0	0	1	3	4
Total	484.603	11.380	1.954	5.068	269.699	73.468	26.899

							31 dez 2024
			Títulos de dívida	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	2	0	0	0	0	602
Indústria mineira e de extração de minérios	41	553	2	0	0	0	12.293
Indústria	23	1.389	50	43	42	0	102.375
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	71	915	28	0	0	0	19.541
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	0	143	1	0	0	0	2.070
Construção	264	344	285	0	0	0	11.793
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	0	612	3	0	0	0	47.904
Transporte e armazenamento	159	461	3	0	0	0	12.710
Atividades de serviços de alojamento e restauração	5	90	1	0	0	0	4.311
Informação e comunicação	31	1.048	0	0	0	0	30.918
Atividades financeiras e de seguros[8]	5.379	29.863	5.671	40.437	104.150	2.786	474.108
Atividades imobiliárias[9]	198	1.277	181	324	7	0	62.114
Atividades profissionais, científicas e técnicas	48	256	105	0	0	0	15.075
Atividades de serviços administrativos e de apoio	19	471	4	0	16	0	15.661
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	14.160	83.873	27.354	0	110	0	139.577
Educação	0	262	14	0	0	0	797
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	103	289	0	0	1	0	6.550
Artes, entretenimento e atividades de lazer	0	19	0	0	0	0	2.124
Outras atividades de serviços	433	3.514	13	42	207	0	19.991
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	220.720
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	704	2.362	522	0	117	0	3.735
Total	21.638	127.744	34.236	40.846	104.649	2.786	1.204.970

[1] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 15.6 billion em 31 de dezembro de 2024
[2] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 60.7 million em 31 de dezembro de 2024
[3] Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.2 billion em 31 de dezembro de 2024
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura
[5] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 41.6 million em 31 de dezembro de 2024
[6] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 25.6 million em 31 de dezembro de 2024
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo
[8] Inclui a exposição a empresas, incluindo holdings, no valor de 108 mil milhões de euros, títulos garantidos por ativos no valor de 49 mil milhões de euros, bancos no valor de 66 mil milhões de euros, seguros no valor de 9 mil milhões de euros, intermediários financeiros no valor de 15 mil milhões de euros e setor público no valor de 17 mil milhões de euros, todos com base na classificação interna dos clientes
[9] A carteira de imóveis comerciais sem recurso, segundo a definição do Deutsche Bank, é de 36 mil milhões de euros

							31 dez 2023
				Empréstimos		Fora do balanço	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Agricultura, exploração florestal e pesca	384	2	0	0	224	32	1
Indústria mineira e de extração de minérios	2.774	230	126	0	4.893	1.409	47
Indústria	28.397	285	5	1.877	53.572	13.809	1.303
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.081	307	75	272	6.475	2.967	142
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	486	0	0	0	523	148	38
Construção	4.257	217	1	20	2.965	3.060	7
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	21.030	233	79	784	16.540	6.247	599
Transporte e armazenamento	4.924	616	13	63	6.088	1.108	173
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.862	3	0	0	1.015	138	10
Informação e comunicação	7.589	372	21	100	13.244	3.209	289
Atividades financeiras e de seguros[8]	110.901	3.840	276	1.281	90.138	28.491	18.175
Atividades imobiliárias[9]	49.267	1.302	103	122	7.061	183	304
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.889	68	0	0	6.190	2.213	172
Atividades de serviços administrativos e de apoio	8.911	148	169	157	5.007	577	486
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	5.731	364	10	27	6.759	123	303
Educação	279	2	0	0	72	55	68
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.390	42	0	0	1.725	127	53
Artes, entretenimento e atividades de lazer	1.017	22	0	33	1.402	102	49
Outras atividades de serviços	4.727	183	10	130	4.534	850	165
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	210.981	0	0	1	26.981	282	140
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	2	29
Total	478.879	8.235	887	4.867	255.409	65.131	22.555

							31 dez 2023
			Títulos de dívida	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7]			Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[6]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	0	0	0	0	0	643
Indústria mineira e de extração de minérios	46	486	2	0	0	0	10.012
Indústria	0	1.481	54	0	0	0	100.783
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	175	776	20	0	0	0	15.289
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	29	26	0	0	0	0	1.250
Construção	130	387	133	0	0	0	11.177
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	0	458	2	0	0	0	45.973
Transporte e armazenamento	66	481	15	0	0	0	13.548
Atividades de serviços de alojamento e restauração	5	90	0	0	0	0	3.124
Informação e comunicação	95	531	0	0	0	0	25.449
Atividades financeiras e de seguros[8]	4.639	25.416	4.789	14.695	76.785	1.805	381.232
Atividades imobiliárias[9]	227	1.159	546	69	0	0	60.343
Atividades profissionais, científicas e técnicas	49	151	111	0	0	0	15.843
Atividades de serviços administrativos e de apoio	51	436	8	0	0	0	15.950
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	15.907	83.791	22.725	0	2.154	0	137.893
Educação	0	160	9	0	0	0	645
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	99	95	11	0	0	0	6.543
Artes, entretenimento e atividades de lazer	0	58	0	0	0	0	2.683
Outras atividades de serviços	124	3.028	151	0	34	0	13.936
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	238.385
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	205	1.476	298	0	0	0	2.010
Total	21.847	120.485	28.874	14.764	78.973	1.805	1.102.711

[1] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 13.4 billion em 31 de dezembro de 2023
[2] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 44.2 million em 31 de dezembro de 2023
[3] Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.3 billion em 31 de dezembro de 2023
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura
[5] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 39.5 million em 31 de dezembro de 2023
[6] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 1.5 million em 31 de dezembro de 2023
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo
[8] Inclui a exposição a empresas, incluindo holdings, no valor de 96 mil milhões de euros, títulos garantidos por ativos no valor de 44 mil milhões de euros, bancos no valor de 55 mil milhões de euros, seguros no valor de 13 mil milhões de euros, intermediários financeiros no valor de 10 mil milhões de euros e setor público no valor de 16 mil milhões de euros, todos com base na classificação interna dos clientes
[9] A carteira de imóveis comerciais sem recurso, segundo a definição do Deutsche Bank, é de 38 mil milhões de euros

Todas as exposições de crédito estão sujeitas aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos “Princípios de gestão do risco de crédito” do banco, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos/classe de ativos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de vender ou distribuir parte do risco a terceiros, estão sujeitas a revisão e aprovação por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (dependendo da dimensão) por um comité de subscrição e/ou pelo Conselho de Administração. Coloca-se grande ênfase na estruturação e na definição de preços dessas transações, de modo a que a redução do risco possa ser alcançada em tempo real e – nos casos em que o Deutsche Bank assume o risco de preço de mercado – para atenuar esse risco de mercado.

A exposição ao crédito do Grupo relativamente às dez maiores contrapartes representava 11% da exposição total de crédito agregado do banco nestas categorias em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 12% em 31 de dezembro de 2023. As dez principais exposições a contraparte eram contrapartes com boa notação ou transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A exposição a empréstimos de custo amortizado do Grupo dentro das categorias acima é principalmente para mutuários de boa qualidade creditícia. Além disso, com o foco no Corporate Bank e no Investment Bank, a exposição a empréstimos está sujeita a uma maior redução do risco do banco, por exemplo, através da unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas.

A exposição do Deutsche Bank a empréstimos familiares está principalmente associada às carteiras do Private Bank.

A exposição a empréstimos de custo amortizado do banco de 49,9 mil milhões de euros para atividades imobiliárias, tal como acima referido, baseia-se na classificação do código NACE e inclui financiamentos com e sem recurso, em várias partes do grupo e segmentos de clientes. Este valor inclui 24,0 mil milhões de euros de empréstimos que se baseiam na definição do Deutsche Bank de empréstimos CRE sem recurso. Para mais informações sobre empréstimos CRE sem recurso, ver a secção Áreas de enfoque.

Os créditos imobiliários comerciais do Grupo, sobretudo com origem nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. O Deutsche Bank origina empréstimos a taxa fixa e variável e adquire seletivamente (geralmente com desconto substancial) empréstimos sub/não rentáveis vendidos por instituições financeiras. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. Orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que os rácios LTV geralmente inferiores a 75%. se mantenham alinhados com a origem do empréstimo Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos por uma equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados. O Deutsche Bank origina empréstimos para distribuição no mercado bancário ou através de titularização. Neste contexto, o Deutsche Bank retém frequentemente uma parte dos empréstimos em consórcio, enquanto as posições titularizadas podem ser inteiramente vendidas (exceto quando a regulamentação exige a retenção do risco económico). As exposições intermédias (mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior só são retidas em casos excecionais. O banco também participa em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de operações imobiliárias.

As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e eventos idiossincráticos que afetem as propriedades subjacentes. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A exposição do Deutsche Bank a atividades financeiras e de seguros é de 474,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, o que também inclui exposições a títulos garantidos por ativos, bancos, seguros, intermediários financeiros, setor público, bem como a empresas, incluindo sociedades gestoras de participações sociais. As exposições são geridas através de quadros de gestão de risco personalizados, de aprovações de transações comerciais e de métricas relevantes de apetência pelo risco. Os empréstimos totais em todas as categorias de medição aplicáveis ascendeu a 133,4 mil milhões de euros, o total de operações de recompra e tipo recompra em todas as categorias de medição aplicáveis ascendeu a 147,4 mil milhões de euros e as atividades extrapatrimoniais ascenderam a 130,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, e estavam principalmente associados a carteiras do Investment Bank e do Corporate Bank, que eram maioritariamente detidas na América do Norte e na Europa.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

31 dez 2024

	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Europa	326.256	3.420	702	1.843	146.860	42.033	15.611
Dos quais:							
Alemanha	215.983	304	353	512	72.341	15.761	4.393
Reino Unido	11.044	365	23	163	12.589	4.418	3.594
França	4.319	69	39	33	6.967	2.111	746
Luxemburgo	17.119	944	14	131	8.737	546	1.780
Itália	23.190	229	24	69	4.424	5.302	266
Países Baixos	9.593	265	4	332	9.452	2.964	1.460
Espanha	15.580	109	40	123	3.833	4.633	169
Irlanda	6.483	271	195	61	5.057	295	568
Suíça	6.050	19	0	196	8.562	2.548	434
Polónia	2.890	0	0	15	2.358	181	5
Bélgica	1.991	33	0	80	1.685	1.582	181
Federação Russa[8]	102	0	0	12	1	21	0
Ucrânia[8]	98	172[9]	0	0	0	5	0
Outros Europa[8]	11.813	639	10	116	10.855	1.665	2.016
América do Norte	108.465	3.262	931	2.324	110.332	14.856	5.890
Dos quais:							
EUA	95.186	2.986	507	2.095	102.989	13.462	4.923
Ilhas Caimão	5.969	151	319	87	2.770	660	515
Canadá	1.491	121	33	118	2.584	223	202
Outros países da América do Norte	5.819	4	72	24	1.989	511	250
Ásia e Pacífico	40.066	1.433	309	611	9.941	15.232	5.155
Dos quais:							
Japão	1.744	151	42	77	532	645	598
Austrália	3.404	238	0	9	2.918	1.371	512
Índia	9.001	24	25	0	1.405	3.789	104
China	4.245	4	95	24	443	1.852	754
Singapura	5.146	95	17	129	1.136	2.128	291
Hong Kong	3.062	90	0	87	723	366	229
Outros países da Ásia e Pacífico	13.466	831	130	285	2.783	5.082	2.666
Outras áreas geográficas	9.816	3.265	11	289	2.567	1.348	244
Total	484.603	11.380	1.954	5.068	269.699	73.468	26.899

em milhões de euros	pelo custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	Títulos de dívida pelo justo valor através de OCI[6]	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7] ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	31 dez 2024 Total
Europa	10.408	57.024	15.388	27.957	34.516	283	682.300
Dos quais:							
Alemanha	321	7.899	1.887	2.033	855	0	322.643
Reino Unido	487	12.141	1.983	12.407	14.163	0	73.376
França	1.511	7.855	3.888	4.077	8.058	0	39.672
Luxemburgo	0	2.699	472	127	3.615	0	36.184
Itália	4.914	8.038	985	4.144	1.425	0	53.011
Países Baixos	87	2.014	33	0	71	0	26.276
Espanha	1.489	4.096	359	1.388	33	0	31.853
Irlanda	1.326	1.695	8	29	1.065	0	17.053
Suíça	0	1.657	1	2.658	280	0	22.404
Polónia	0	262	3.554	0	84	0	9.349
Bélgica	0	4.197	1.572	0	5	0	11.325
Federação Russa[8]	0	3	0	0	0	0	138
Ucrânia[8]	0	165	13	0	0	0	454
Outros Europa[8]	273	4.304	634	1.094	4.861	283	38.562
América do Norte	7.227	34.972	12.695	8.205	52.388	0	361.546
Dos quais:							
EUA	6.854	33.637	12.499	4.991	39.389	0	319.517
Ilhas Caimão	373	370	0	3.032	9.388	0	23.634
Canadá	0	872	195	0	3.575	0	9.415
Outros países da América do Norte	0	93	0	182	36	0	8.979
Ásia e Pacífico	3.844	28.246	5.995	3.839	17.524	1.006	133.202
Dos quais:							
Japão	6	2.985	964	178	8.815	0	16.736
Austrália	2.526	2.374	311	212	2.720	0	16.596
Índia	658	6.630	75	0	0	681	22.391
China	0	4.400	274	0	952	0	13.042
Singapura	61	946	738	0	711	0	11.397
Hong Kong	9	559	553	0	329	0	6.007
Outros países da Ásia e Pacífico	584	10.353	3.081	3.449	3.997	326	47.032
Outras áreas geográficas	160	7.501	158	845	222	1.497	27.923
Total	**21.638**	**127.744**	**34.236**	**40.846**	**104.649**	**2.786**	**1.204.970**

[1] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 15.6 billion em 31 de dezembro de 2024
[2] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 60.7 million em 31 de dezembro de 2024
[3] Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.2 billion em 31 de dezembro de 2024
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura
[5] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 41.6 million em 31 de dezembro de 2024
[6] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 25.6 million em 31 de dezembro de 2024
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo
[8] Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia
[9] Exposição a empréstimos de negociação na Ucrânia motivados por financiamento, materialmente garantidos por um banco de desenvolvimento supranacional. A exposição líquida considerando uma estrutura mais ampla de mitigação do risco é demónima

em milhões de euros	Empréstimos				Fora do balanço		31 dez 2023 Derivados OTC
	pelo custo amortizado[1]	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI[2]	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados[4]
Europa	332.859	2.906	516	1.698	148.778	39.716	14.813
Dos quais:							
Alemanha	225.639	321	70	409	76.810	16.532	4.146
Reino Unido	8.323	239	97	252	13.175	3.102	4.834
França	4.587	76	75	317	7.868	1.876	694
Luxemburgo	18.056	612	23	142	8.493	641	970
Itália	23.490	138	32	16	4.842	5.021	219
Países Baixos	8.996	248	8	252	9.279	2.863	1.463
Espanha	16.073	230	24	91	3.738	4.330	219
Irlanda	5.273	331	184	87	4.237	351	542
Suíça	6.827	37	1	0	8.206	2.558	355
Polónia	2.617	0	0	16	2.569	176	6
Bélgica	1.742	23	0	58	1.551	623	144
Federação Russa[8]	243	6	0	7	26	21	0
Ucrânia[8]	8	208[9]	0	0	3	5	0
Outros Europa[8]	10.984	435	2	50	7.981	1.617	1.222
América do Norte	101.306	2.325	238	2.378	95.768	12.172	4.745
Dos quais:							
EUA	89.570	2.202	178	2.247	89.460	10.754	3.269
Ilhas Caimão	4.985	50	0	0	2.383	787	963
Canadá	1.396	49	3	106	2.048	226	324
Outros países da América do Norte	5.356	24	56	24	1.877	405	188
Ásia e Pacífico	35.807	1.746	123	597	9.031	12.093	2.745
Dos quais:							
Japão	1.404	328	34	10	481	451	459
Austrália	3.203	250	0	0	2.652	830	153
Índia	7.576	78	88	23	921	3.774	53
China	4.254	1	0	22	413	1.442	762
Singapura	3.789	362	0	189	1.558	1.357	157
Hong Kong	2.259	64	0	82	836	607	242
Outros países da Ásia e Pacífico	13.323	662	1	271	2.170	3.632	919
Outras áreas geográficas	8.906	1.259	10	193	1.831	1.151	252
Total	478.879	8.235	887	4.867	255.409	65.131	22.555

em milhões de euros	pelo custo amortizado[5]	pelo justo valor através dos resultados	Títulos de dívida pelo justo valor através de OCI[6]	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[7] ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	31 dez 2023 Total
Europa	9.661	52.205	12.884	6.021	17.184	395	639.636
Dos quais:							
Alemanha	830	10.114	1.388	348	1.351	0	337.957
Reino Unido	219	10.475	1.504	461	3.773	0	46.454
França	0	7.756	2.901	657	5.100	0	31.906
Luxemburgo	0	2.180	537	9	206	0	31.870
Itália	4.890	7.953	1.030	2.251	1.688	0	51.571
Países Baixos	0	2.289	27	0	99	0	25.526
Espanha	1.487	3.144	358	1.587	35	0	31.318
Irlanda	1.563	1.269	7	0	960	0	14.804
Suíça	0	1.289	1	0	225	0	19.499
Polónia	0	473	2.899	0	98	0	8.852
Bélgica	0	1.759	1.606	0	11	0	7.517
Federação Russa[8]	0	31	0	0	0	0	333
Ucrânia[8]	0	73	7	0	0	0	305
Outros Europa[8]	672	3.401	619	707	3.638	395	31.724
América do Norte	9.433	32.184	11.503	5.855	47.782	0	325.688
Dos quais:							
EUA	9.415	31.042	11.320	2.979	14.357	0	266.793
Ilhas Caimão	0	495	0	2.876	33.284	0	45.823
Canadá	0	546	183	0	54	0	4.936
Outros países da América do Norte	18	101	0	0	88	0	8.137
Ásia e Pacífico	2.428	31.297	4.295	2.620	13.860	858	117.499
Dos quais:							
Japão	22	3.017	485	431	8.818	0	15.941
Austrália	1.725	2.387	315	0	284	0	11.800
Índia	414	5.858	62	0	0	279	19.126
China	0	7.977	98	0	1.365	0	16.334
Singapura	0	1.396	665	0	683	0	10.156
Hong Kong	9	738	463	0	124	0	5.424
Outros países da Ásia e Pacífico	258	9.922	2.206	2.189	2.587	579	38.718
Outras áreas geográficas	325	4.799	191	268	148	552	19.887
Total	21.847	120.485	28.874	14.764	78.973	1.805	1.102.711

[1] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 13.4 billion em 31 de dezembro de 2023
[2] Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 44.2 million em 31 de dezembro de 2023
[3] Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.3 billion em 31 de dezembro de 2023
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura
[5] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 39.5 million em 31 de dezembro de 2023
[6] Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 1.5 million em 31 de dezembro de 2023
[7] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo
[8] Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia
[9] Exposição a empréstimos de negociação na Ucrânia motivados por financiamento, materialmente garantidos por um banco de desenvolvimento supranacional. A exposição líquida considerando uma estrutura mais ampla de mitigação do risco é demónima

As tabelas acima fornecem uma visão geral da exposição de crédito do Deutsche Bank por região geográfica, alocada com base no país de domicílio da contraparte. A visão do domicílio pode diferir de qualquer visão interna baseada no risco aplicada noutro ponto do presente relatório

Em termos regionais, as maiores concentrações de risco de crédito do Grupo no âmbito dos empréstimos situam-se no seu mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do negócio de financiamento hipotecário e crédito à habitação.

No âmbito dos derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte.

Classificação da exposição ao crédito

O Deutsche Bank também classifica a sua exposição ao crédito ao longo das divisões de negócio, o que está em linha com os mandatos do Diretor de Risco alinhados em termos de divisão. A secção abaixo apresenta a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank em conjunto. A secção seguinte fornece a exposição ao crédito para o Private Bank.

Exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank

As tabelas seguintes apresentam a principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Consulte a secção "Medição do risco de crédito" para mais informações sobre as notações internas do banco.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores brutos

31 dez 2024

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	ao justo valor através dos resultados[2]
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	18.371	177	84	209	28.227	6.007	10.133
iA	> 0,04 ≤ 0,11	47.908	60	542	1.167	69.746	32.937	7.440
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	66.741	3.207	131	2.537	88.790	22.201	4.101
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	64.486	4.983	561	1.080	34.521	6.015	2.202
iB	> 2,27 ≤ 10,22	21.094	713	399	10	8.865	2.244	104
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	8.153	2.141	235	65	2.210	931	97
Total		226.751	11.280	1.951	5.068	232.359	70.335	24.077

31 dez 2024

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	694	64.329	192	17.775	39.458	–	185.657
iA	> 0,04 ≤ 0,11	2.469	14.985	46	7.374	8.817	–	193.490
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	1.021	19.851	149	7.506	13.055	–	229.290
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	1.319	22.194	431	7.390	41.123	–	186.303
iB	> 2,27 ≤ 10,22	90	643	402	686	1.795	–	37.044
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	42	825	47	115	0	–	14.862
Total		5.635	122.827	1.268	40.846	104.248	–	846.645

[1] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano
[2] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores líquidos

31 dez 2024[1]

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	10.671	99	84	64	26.953	5.128	4.893
iA	> 0,04 ≤ 0,11	36.198	60	392	953	67.092	29.677	4.140
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	30.736	2.869	56	1.836	82.049	17.106	2.948
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	27.152	4.122	480	520	30.381	4.366	1.889
iB	> 2,27 ≤ 10,22	6.049	503	189	10	8.258	1.290	103
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.285	1.570	57	55	2.127	348	96
Total		115.091	9.223	1.258	3.438	216.860	57.915	14.069

31 dez 2024[1]

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	694	64.254	192	7	261	–	113.301
iA	> 0,04 ≤ 0,11	2.469	14.985	46	106	13	–	156.131
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	562	19.756	136	6	35	–	158.096
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	860	21.684	334	0	1.087	–	92.874
iB	> 2,27 ≤ 10,22	20	537	362	0	0	–	17.321
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	42	711	47	0	0	–	9.338
Total		4.647	121.927	1.117	119	1.396	–	547.060

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS
[2] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

As tabelas seguintes apresentam a principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank para 2023 por tipos de produtos e por bandas de notação interna.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores brutos

31 dez 2023

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	ao justo valor através dos resultados[2]
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	21.676	149	14	188	24.401	4.461	7.388
iA	> 0,04 ≤ 0,11	38.612	344	167	663	65.969	29.510	5.409
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	72.532	922	307	3.546	84.267	19.602	3.807
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	54.351	3.566	50	369	29.111	5.248	1.978
iB	> 2,27 ≤ 10,22	21.562	1.268	62	35	9.262	2.492	413
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	8.645	1.822	284	65	2.420	636	51
Total		217.378	8.070	884	4.867	215.429	61.950	19.046

31 dez 2023

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.085	60.918	71	1.267	24.801	–	146.419
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.614	18.476	23	4.244	7.727	–	172.758
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	1.181	18.180	180	2.467	9.207	–	216.197
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	836	16.009	962	2.840	30.237	–	145.555
iB	> 2,27 ≤ 10,22	150	755	282	3.947	2.907	–	43.136
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	39	421	1	0	0	–	14.385
Total		4.905	114.760	1.520	14.764	74.878	–	738.451

[1] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano
[2] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores líquidos

31 dez 2023[1]

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	13.529	149	14	30	22.874	3.766	4.817
iA	> 0,04 ≤ 0,11	28.218	38	167	663	64.306	27.109	3.424
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	35.191	426	242	2.842	78.680	15.924	2.855
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	21.830	2.947	24	256	25.986	3.611	1.833
iB	> 2,27 ≤ 10,22	6.239	831	45	5	8.674	1.234	374
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.155	1.387	70	65	2.336	365	50
Total		109.162	5.778	562	3.861	202.856	52.009	13.352

31 dez 2023[1]

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.085	60.918	71	50	0	–	107.303
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.614	18.476	23	105	16	–	144.160
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	600	17.959	180	0	4	–	154.903
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	263	15.640	345	0	6	–	72.739
iB	> 2,27 ≤ 10,22	59	380	282	1.445	1.845	–	21.414
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	33	400	1	0	0	–	8.861
Total		3.653	113.773	903	1.600	1.870	–	509.380

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS
[2] Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

As tabelas acima mostram um aumento global na exposição bruta do Corporate Bank e do Investment Bank em 2024 de 108,2 mil milhões de euros, ou 15%. Os acordos de recompra e as operações equiparadas a acordos de recompra aumentaram 55,5 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento das atividades de negociação das empresas e dos fluxos de clientes. Numa perspetiva regional, o aumento foi principalmente atribuível a contrapartes domiciliadas no Reino Unido e nos Estados Unidos da América. As posições extrapatrimoniais aumentaram 25,3 mil milhões de euros, principalmente devido a novos compromissos assumidos durante o período. Os empréstimos aumentaram 13,8 mil milhões de euros, principalmente no Investment Bank. Os títulos de dívida ao justo valor através de resultados aumentaram 8,1 mil milhões de euros, principalmente devido aos fluxos de clientes e ao posicionamento de sucursais e o aumento de 5,0 mil milhões de euros nos derivados OTC deve-se sobretudo ao aumento dos produtos derivados de divisas.

O Grupo utiliza as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas de exposição "líquida" apresentam a evolução das exposições do banco ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank líquidas de garantias colaterais, garantias e coberturas.

Redução do risco relativamente à exposição ao crédito

A unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas ("SCL") contribui para reduzir o risco das exposições de crédito empresarial do banco. O valor nocional das atividades de redução de risco da SCL aumentou de 37,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, para 43,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

No fim do exercício de 2024, o SCL reduziu o risco de crédito de 38,4 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 32,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023.

O SCL detinha também derivados de crédito com um valor nocional subjacente de 4,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. A posição totalizava 5,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. Os derivados de crédito utilizados nas atividades de gestão de carteira do banco são contabilizados pelo justo valor.

O banco efetua coberturas adicionais noutras atividades e a nível do grupo para reduzir os riscos de concentração de uma única entidade e gerir o seu capital de forma eficiente. É provável que estas coberturas aumentem a médio prazo, à medida que o banco avança nas próximas fases da sua estratégia. O Banco também recorre a seguros de risco privados e à cobertura de agências de crédito à exportação para gerir exposições não garantidas.

Exposição ao crédito do Private Bank

Exposição ao crédito do Private Bank, exposição ao crédito na Fase 3 e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros		dos quais empréstimos da carteira em milhões de euros		Exposição ao crédito de Fase 3 em milhões de euros		Custos de crédito líquidos em % da exposição total[1]	
	31 dez 2024	31 dez 2023	31 dez 2024	31 dez 2023	31 dez 2024	31 dez 2023	31 dez 2024	31 dez 2023
Financiamento ao consumo	40.098	41.341	25.571	25.707	1.689	1.728	1,26%	0,97%
Hipotecas	162.057	169.260	159.510	164.892	2.212	1.620	0,09%	0,08%
Finanças empresariais	15.878	16.469	12.420	13.314	1.058	1.052	0,63%	0,55%
Wealth Management	79.592	76.179	59.894	56.581	3.134	2.155	0,13%	0,20%
Outros	583	1.396	81	757	24	34	(0,01 %)	0,26%
Total	**298.209**	304.644	**257.476**	261.250	**8.118**	6.589	**0,29%**	0,26%

[1] Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição total nessa data de balanço.

O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. A área de negócio de financiamento ao consumo não tem garantias; o risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. São estipulados vários requisitos para a concessão de empréstimos, incluindo (mas não se limitando a) a notação do cliente, os montantes máximos dos empréstimos e os prazos máximos, e são adaptados às circunstâncias individuais do mutuário (por exemplo, para empréstimos ao consumo, o montante máximo do empréstimo e o prazo máximo têm em conta, entre outros, o rendimento líquido do cliente). Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste no financiamento de imobiliário, sobretudo propriedades residenciais (principalmente ocupadas pelo próprio) vendidas através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha e Itália. O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. Com base nos critérios e processos de subscrição e na carteira diversificada do banco (clientes/propriedades) com as respetivas garantias, a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco, enquanto a de financiamento ao consumo é categorizada como sendo de alto risco.

O financiamento às empresas representa produtos de crédito para pequenas empresas, SME até grandes empresas. Os produtos incluem contas correntes e linhas de crédito para empréstimos de investimento ou relacionados com instalações, factoring, leasing e derivados. Os clientes encontram-se principalmente em Itália e Espanha, mas o crédito pode também ser alargado a subsidiárias no estrangeiro, principalmente na Europa.

A divisão Wealth Management oferece globalmente soluções personalizadas de gestão de património e serviços de banca privada, incluindo gestão de carteira discricionária e soluções de investimento alternativas e tradicionais, complementadas por gestão do risco estruturada, planeamento de património, empréstimos e serviços a escritórios familiares para indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). A exposição total da divisão Wealth Management é dividida em Lombard Lending (em relação a garantias/títulos líquidos imediatamente disponíveis no mercado) e Structured Lending (em relação a garantias menos líquidas). Embora o nível de risco de crédito para a carteira Lombard seja determinado pela avaliação da qualidade das garantias subjacentes, o nível do risco de crédito para a carteira Structured é determinado pela avaliação da qualidade do cliente e das garantias. Os produtos variam desde empréstimos Lombard segurados e empréstimos hipotecários até contas correntes (apenas na Europa), linhas de crédito e outros empréstimos e, de forma menos significativa, derivados e contingências.

Rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo do Private Bank [1]

	31 dez 2024	31 dez 2023
≤ 50%	65%	65%
> 50 ≤ 70%	16%	16%
> 70 ≤ 90%	10%	11%
> 90 ≤ 100%	3%	3%
> 100 ≤ 110%	2%	2%
> 110 ≤ 130%	2%	2%
> 130%	1%	1%

[1] Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor subjacente do imóvel.

Os rácios LTV do Grupo são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor determinado dos respetivos imóveis. Estes valores são monitorizados e atualizados, se necessário, numa base regular. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV.

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante da gestão do risco do Grupo no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos riscos de crédito do Grupo. Regra geral, o Grupo tende a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições, por exemplo em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2024, 65% da exposição do Grupo relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, em comparação com os 65% registados em 31 de dezembro de 2023.

Domínios de enfoque em 2024

Como já foi referido na secção "Principais temas de risco", o Deutsche Bank identificou o setor imobiliário comercial, a indústria automóvel e o risco climático como áreas de incidência do Grupo em 2024.

Imóveis comerciais

Os mercados de imóveis comerciais (CRE) continuam a enfrentar contrariedades devido aos impactos das taxas de juro mais elevadas, à redução da liquidez do mercado combinada com condições de empréstimo mais rigorosas e às mudanças estruturais no setor das empresas. A tensão do mercado tem sido mais pronunciada nos EUA, onde os índices de preços dos imóveis mostram um declínio mais acentuado dos valores dos ativos CRE em relação aos picos recentes, em comparação com a Europa e a APAC. Especialmente no segmento de empresas, a fraqueza do mercado é mais evidente nos EUA, o que se reflete numa atividade de arrendamento moderada e em taxas de disponibilidade mais elevadas do que na Europa. Dados recentes do mercado indicam uma estabilização em alguns mercados. Por exemplo, uma curva importante do índice de preços CRE nos EUA estabilizou no último ano, indicando que os valores do mercado imobiliário nos EUA atingiram o seu ponto mais baixo numa média alargada, embora ainda se possa observar algum declínio de valor em submercados fracos de escritórios. Na Europa, estão a surgir sinais de estabilização, sobretudo nos setores do imobiliário residencial, logístico e hoteleiro.

No contexto atual, o principal risco para a carteira está relacionado com o refinanciamento e a prorrogação dos empréstimos vencidos, que são negativamente afetados pelo impacto de taxas de juro mais elevadas nos valores das garantias e no serviço da dívida. Os empréstimos CRE têm frequentemente uma parte significativa do seu capital a pagar na maturidade. Nas atuais condições de mercado, os mutuários podem ter dificuldade em obter um novo empréstimo para reembolsar a dívida vencida ou para satisfazer as condições que permitem a prorrogação dos empréstimos. Este risco é ainda mais acentuado para os empréstimos no segmento de escritórios, devido ao aumento da incerteza quanto às perspetivas de arrendamento de imóveis de escritórios. O Deutsche Bank está a acompanhar de perto a carteira CRE para detetar o desenvolvimento de tais riscos.

O Grupo continua a trabalhar de forma proativa com os mutuários para fazer face aos próximos vencimentos e estabelecer termos para alterações e extensões de empréstimos, que em muitos casos são classificados como "de carência", desencadeando a classificação de Fase 2 ao abrigo da IFRS 9, mas que nem sempre são consideradas modificações ao abrigo das IFRS (ver secção modificação de ativos e passivos financeiros). No entanto, em certos casos, não é possível chegar a acordo sobre as extensões ou alterações dos empréstimos, e a incapacidade do mutuário para reestruturar ou refinanciar conduz ao incumprimento. Este facto resultou em níveis mais elevados de ECL da Fase 3 em 2023 e 2024. De um modo geral, mantém-se a incerteza no que respeita a futuros incumprimentos e ao calendário de uma recuperação total dos mercados de CRE.

A carteira de CRE é constituída por acordos de empréstimo originados em várias partes do banco e segmentos de clientes. A carteira de CRE, de acordo com a definição de CRE do Grupo, inclui exposições reportadas ao abrigo das principais categorias de exposição de crédito por sectores industriais para a NACE de atividades imobiliárias e exposições reportadas ao abrigo de outras classificações da NACE, incluindo atividades financeiras e de seguros.

No âmbito da carteira de CRE, o Grupo distingue entre financiamento com recurso e sem recurso. Os financiamentos de CRE com recurso têm normalmente um perfil de risco inerente mais baixo, com base no recurso a entidades ou indivíduos com qualidade creditícia, para além da garantia hipotecária. As exposições a CRE com recurso variam entre empréstimos com recurso garantido para propriedades comerciais ou empresariais a empresas imobiliárias, clientes de Wealth Management, bem como outros clientes privados e empresariais.

Os financiamentos sem recurso dependem de fontes de reembolso que são normalmente limitadas aos fluxos de caixa gerados pelo imóvel financiado e a capacidade de refinanciar esses empréstimos pode ser limitada pelo valor do imóvel subjacente e pelo fluxo de rendimento gerado por esse imóvel na altura do refinanciamento.

A totalidade da carteira de empréstimos para CRE está sujeita a testes de esforço periódicos no âmbito do quadro de Group Wide Stress Test do Deutsche Bank. Além disso, o Deutsche Bank recorre a testes de esforço de carteira personalizados para determinados subsegmentos da carteira de empréstimos para CRE, a fim de obter uma visão mais abrangente dos potenciais riscos de perda. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo efetuou um teste de esforço da carteira personalizado num subconjunto da carteira de financiamento sem recurso considerado de risco mais elevado, com base na sua maior sensibilidade aos atuais fatores de esforço do mercado de CRE, incluindo taxas de juro mais elevadas, diminuição dos valores das garantias e risco elevado de refinanciamento devido a estruturas de empréstimos com uma elevada proporção do saldo do capital em dívida a pagar na maturidade.

Em 31 de dezembro de 2024, a carteira sem recurso sujeita a testes de esforço da carteira personalizados, também designada por carteira de CRE de risco mais elevado ou carteira de CRE sujeita a testes de esforço, ascendia a € 29.3 billion da carteira de CRE sem recurso de € 36.5 billion , excluindo apenas as subcarteiras com fatores de risco menos afetados, como centros de dados e habitação social municipal, que beneficiam de fortes fundamentos de procura subjacentes. A redução na carteira de CRE sem recurso e na carteira de CRE testada sob tensão desde 31 de dezembro de 2023 foi de € 1.7 billion e € 1.9 billion, respetivamente, impulsionada principalmente por reembolsos e vendas de empréstimos parcialmente compensados por novas origens de empréstimos.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral das atividades imobiliárias do Grupo e de outros sectores industriais (classificação NACE) que contribuem para a carteira de CRE sem recurso e sujeita a testes de esforço do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente.

Visão geral da carteira de CRE

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em milhões de euros	Quantia escriturada bruta[1]	Provisão para perdas de crédito[2]	Quantia escriturada bruta[1]	Provisão para perdas de crédito[2]
Atividades imobiliárias[3]	49.859	664	49.267	460
da qual: sem recurso	23.979	547	25.073	382
da qual: carteira sujeita a testes de esforço	20.361	527	21.331	364
Outros setores industriais[3] sem recurso	12.484	248	13.119	225
da qual: carteira sujeita a testes de esforço	8.944	126	9.879	114
Total da carteira de CRE sem recurso	**36.463**	**795**	38.192	606
da qual: carteira sujeita a testes de esforço	29.305	653	31.210	478

[1] Empréstimos pelo custo amortizado
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país
[3] Setor industrial por código NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne)

A tabela seguinte apresenta a carteira de CRE sem recurso por fases da IFRS 9, bem como a provisão para perdas de crédito registada em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Carteira de CRE sem recurso

em milhões de euros	31 dez 2024 Quantia escriturada bruta[1]	31 dez 2023 Quantia escriturada bruta[1]
Exposição por fases		
Fase 1	24.095	27.325
Fase 2	9.132	7.661
Fase 3	3.236	3.206
Total	**36.463**	**38.192**
	2024	2023
Provisão para perdas de crédito[2]	500	445

[1] Empréstimos pelo custo amortizado
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui provisões para risco do país

O aumento homólogo das exposições de Fase 2 e Fase 3 reflete a deterioração dos mercados de CRE, que conduziu a um número mais elevado de empréstimos adicionados à lista de observação e às medidas de carência, bem como ao aumento dos incumprimentos.

A tabela seguinte apresenta a carteira de CRE sujeita a testes de esforço por IFRS 9, fases, região, tipo de imóvel e valor do ativo (LTV) médio ponderado, bem como a provisão para perdas de crédito registada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente.

Carteira de CRE sujeita a testes de esforço

em milhões de euros	31 dez 2024 Quantia escriturada bruta[1]	31 dez 2023 Quantia escriturada bruta[1]
Exposição por fases		
Fase 1	18.756	21.568
Fase 2	7.713	6.889
Fase 3	2.836	2.753
Total	**29.305**	**31.210**
dos quais:		
América do Norte	54%	56%
Europa Ocidental (incluindo a Alemanha)	39%[2]	36%
Ásia e Pacífico	7%	7%
da qual: escritórios	42%	42%
América do Norte	24%	23%
Europa Ocidental (incluindo a Alemanha)	17%[3]	17%
Ásia e Pacífico	2%	2%
da qual: residencial	12%	14%
da qual: hotelaria	10%	10%
da qual: retalho	10%	9%
LTV médio ponderado, em %		
Investment Bank	66%	66%
Corporate Bank	56%	53%
Outros negócios	71%	68%
	2024	2023
Provisão para perdas de crédito[4]	492	388
dos quais: América do Norte	400	298

[1] Empréstimos pelo custo amortizado
[2] A Alemanha representa cerca de 8 % do total da carteira de CRE sujeita a testes de esforço
[3] Os empréstimos para escritórios na Alemanha representam 10 % do total de empréstimos para escritórios da carteira de CRE sujeita a testes de esforço
[4] A provisão para perdas de crédito não inclui provisões para risco do país

O LTV médio no segmento de empréstimos para escritórios nos EUA era 81 % em 31 de dezembro de 2024, mantendo-se inalterado face a 31 de dezembro de 2023. Os cálculos do LTV baseiam-se nos últimos valores avaliados externamente, que são adicionalmente sujeitos a ajustamentos internos intercalares regulares. Embora o Grupo esteja a atualizar os valores das garantias de CRE, quando aplicável, esses valores e os seus pressupostos subjacentes estão sujeitos a um maior grau de flutuação e incerteza no atual ambiente de maior volatilidade do mercado e de reduzida liquidez do mercado. A continuação das atuais condições de mercado em esforço poderá ter um impacto negativo adicional nos valores dos imóveis comerciais e nos rácios LTV.

A classificação por fases e os níveis de provisionamento baseiam-se principalmente na avaliação do Grupo da capacidade do mutuário de gerar fluxos de caixa recorrentes, da sua capacidade de obter refinanciamento na maturidade do empréstimo e numa avaliação do valor da garantia do imóvel financiado. O Deutsche Bank monitoriza ativamente estes fatores para detetar potenciais sinais de deterioração, a fim de assegurar um ajustamento atempado da classificação de empréstimos do mutuário. Quando um empréstimo é considerado em imparidade, o Grupo calcula as provisões para perdas de crédito necessárias utilizando vários cenários potenciais para a resolução do empréstimo, ponderados pelas suas probabilidades esperadas e tendo em conta a informação disponível nesse momento. Essas avaliações são inerentemente subjetivas no que diz respeito à ponderação de cenários e estão sujeitas a vários pressupostos, incluindo fluxos de caixa futuros gerados por um imóvel e potenciais proveitos de liquidação do imóvel. Estes pressupostos estão sujeitos a incertezas que são exacerbadas no atual ambiente de mercado volátil, de tal forma que uma evolução diferente dos pressupostos iniciais poderia ter um impacto futuro material nas provisões calculadas. Existe uma incerteza adicional no sector dos escritórios devido ao impacto incerto a longo prazo dos regimes de teletrabalho na procura de espaço para escritórios. O Grupo continua a ser muito seletivo em relação aos novos negócios, concentrando-se em tipos de imóveis mais resistentes, como os industriais ou logísticos.

Embora os bancos centrais tenham começado a reduzir as taxas de juro de curto prazo, o Grupo espera que as atuais condições do mercado de CRE se mantenham, a curto prazo, em especial no setor dos escritórios, o que poderá resultar numa maior deterioração da qualidade dos ativos e em provisões para perdas de crédito elevadas, o que se reflete nas orientações comunicadas para as provisões para perdas de crédito para 2025.

Desde o início da deterioração do mercado de CRE, o Grupo pretende avaliar o risco de perdas de crédito adicionais na sua carteira sem recurso de maior risco através de um teste de esforço temporário e personalizado, centrado na avaliação dos movimentos dos valores dos imóveis como a base para identificar potenciais perdas numa carteira. Os valores em esforço são obtidos através da aplicação de uma descida observada no índice de mercado "peak-to-trough" (um índice de mercado do valor do imóvel comercial para os valores avaliados) mais uma margem de avaliação adicional, diferenciada por tipo de propriedade e região. Implicando um cenário de liquidação, a análise de esforço pressupõe a ocorrência de uma perda num empréstimo quando o valor do imóvel em esforço é inferior ao saldo do empréstimo em dívida, ou seja, o LTV em esforço é superior a 100 %.

Com base nos pressupostos do teste de esforço e utilizando como ponto de partida a carteira CRE testada de € 29.3 billion em 31 de dezembro de 2024, o esforço poderia resultar, na pior das hipóteses, em aproximadamente € 1.2 billion de perdas de crédito, ao longo de vários anos, com base no respetivo perfil de maturidade. A provisão registada para a carteira sujeita a teste de esforço era de € 0.7 billion em 31 de dezembro de 2024. Num cenário de stress normalizado, tendo em conta as tendências e informações recentemente observadas, incluindo indicações de estabilização dos mercados de CRE, o banco esperaria provisões adicionais de € 0.5 billion durante o período acima referido.

O teste de esforço personalizado tem numerosas restrições, incluindo, mas não se limitando à falta de diferenciação com base no desempenho individual dos ativos, na localização específica ou no interesse pelo ativo, fatores que podem ter um impacto significativo nas potenciais perdas por esforço. Além disso, as perdas por esforço calculadas são sensíveis a uma potencial deterioração adicional dos valores do índice "peak-to-trough" e aos pressupostos sobre as margens de avaliação incrementais, pelo que as perdas incrementais por esforço podem alterar-se no futuro. As alterações dos pressupostos subjacentes podem conduzir a uma gama mais vasta de resultados de esforço e, por conseguinte, a abordagem de esforço personalizada do Grupo deve ser encarada como um dos múltiplos cenários possíveis. Embora o teste de esforço vise avaliar as perdas potenciais num cenário adverso, o Deutsche Bank considera que, com base na informação atualmente disponível, a estimativa de perdas de crédito esperadas relacionadas com a carteira CRE do Grupo está dentro de um intervalo razoável e representa, assim, a melhor estimativa do banco, tendo em conta a fase avançada do atual ciclo de baixa, que aponta para a estabilização, uma vez que os valores imobiliários se ajustaram aos choques das taxas de juro mais elevadas e às tendências de trabalho à distância

Automóveis

O ambiente da indústria automóvel representa um risco crescente para a carteira de automóveis e fornecedores do Deutsche Bank, que é acompanhada de perto devido ao ambiente económico difícil na Europa, à transição para os veículos elétricos (VE) e à concorrência da China.

As perspetivas da indústria automóvel continuam a ser pouco animadoras. Embora os registos de automóveis tenham estabilizado durante 2024, a tendência continua a ser negativa nos principais mercados, Alemanha, França e Itália, enquanto os EUA e a China apresentaram um sólido crescimento do volume em 2024. No entanto, as perspetivas continuam a ser difíceis, especialmente para as empresas domiciliadas na UE, devido aos riscos dos fabricantes de automóveis que enfrentam potenciais multas da UE, uma vez que as vendas de veículos elétricos estão muito abaixo dos objetivos estabelecidos, às potenciais tarifas de importação dos EUA que afetam as vendas no mercado principal dos EUA, à concorrência da China e ao persistente excesso de capacidade em todo o mundo.

O difícil ambiente da indústria teve um impacto limitado na carteira de automóveis e fornecedores do Deutsche Bank até agora, com apenas moderadas migrações de classificação para baixo observadas em toda a carteira global com 68 % de clientes classificados como grau de investimento, uma diminuição de 6 % pontos ano a ano.

O Grupo sente-se confortável com a dimensão e composição da carteira, em que o setor automóvel em geral representa 1.5 % dos empréstimos do Deutsche Bank ao custo amortizado, com a carteira principal centrada em Fabricantes de Equipamento Original (OEM) de forte qualidade e em fornecedores de maior dimensão. As carteiras de maior risco, incluindo os fornecedores mais pequenos, são acompanhadas de perto e geridas com rigor. Além disso, registaram-se aumentos limitados das provisões para perdas com empréstimos nas contrapartes domiciliadas na Alemanha, onde a maior parte das provisões se refere a casos históricos da fase 3. As exposições no setor dos Automóveis foram objeto de uma análise proativa ao longo dos últimos 18 meses, com a inclusão de clientes de maior risco nas listas de observação. O banco considera que os atuais desafios macroeconómicos e setoriais se refletem adequadamente nas notações, nas avaliações e nas provisões para perdas de crédito.

A informação que se segue baseia-se numa classificação interna do risco industrial, alinhada com o setor da contraparte, que não é totalmente congruente com a NACE aplicada noutras partes do presente relatório, por exemplo, na secção "Qualidade dos ativos".

Carteira de empréstimos no setor automóvel do Grupo

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em euros	Valor contabilístico bruto	Provisão para perdas de crédito	Valor contabilístico bruto	Provisão para perdas de crédito
Posições em risco/provisões por fases				
Fase 1	5.402	5	5.768	4
Fase 2	1.374	9	984	10
Fase 3	291	173	439	124
Total	**7.068**	**188**	7.191	139
dos quais: Alemanha[1]	2.421	133	2.774	119

[1] País de domicílio da contraparte

Risco climático

Antecedentes e definições

A transição climática e os riscos físicos representam riscos crescentes para as carteiras setoriais e regionais do banco.

Os riscos de transição, definidos como os riscos decorrentes das mudanças políticas, tecnológicas e comportamentais necessárias para descarbonizar a economia global, deverão conduzir a um abandono progressivo das tecnologias baseadas em combustíveis fósseis a favor das fontes de energia renováveis. Esta situação irá gerar riscos acrescidos para as empresas com modelos de negócio intensivos em carbono que não consigam executar planos de transição credíveis. O Deutsche Bank está exposto a riscos de transição através dos seus empréstimos e outras atividades comerciais com clientes e ativos físicos com utilização intensiva de carbono.

Os riscos físicos, definidos como o potencial de danos físicos e perdas financeiras e não financeiras associadas devido ao aumento das temperaturas, estão a aumentar em frequência e intensidade. O Deutsche Bank está exposto a riscos físicos através dos seus empréstimos e outras atividades comerciais com clientes e ativos físicos em regiões vulneráveis a eventos agudos (por exemplo, incêndios florestais, furacões) e crónicos (por exemplo, subida do nível do mar).

Identificação, avaliação e gestão do risco

A gestão da transição climática e dos riscos físicos é uma componente essencial da gestão do risco e da estratégia de sustentabilidade mais alargada do Banco. Os riscos climáticos são integrados nos quadros de risco e na apetência do banco, dando prioridade aos clientes e às carteiras com maior vulnerabilidade, com base numa vasta gama de abordagens de identificação e classificação dos riscos climáticos, incluindo concentrações de risco. Todos os setores económicos são incluídos na análise e os sectores com elevada intensidade de carbono são objeto de uma atenção especial.

Anualmente, é efetuada uma avaliação exaustiva da materialidade climática, que avalia os potenciais impactos numa série de cenários e prazos. É apresentada uma descrição pormenorizada na secção "Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades" do capítulo "Alterações climáticas" da Declaração de Sustentabilidade. A avaliação utiliza uma série de abordagens de estimativas quantitativas, incluindo estimativas de emissões e de intensidade de emissões, estimativas de perda de risco físico numa série de cenários de temperatura diferentes e cartões de pontuação de risco físico e de transição do cliente. A avaliação da materialidade baseia-se na migração das notações internas para as posições em risco relativas a empréstimos a empresas e no impacto no valor das garantias para as posições em risco relativas a imóveis. O Banco efetua também testes de resistência anuais aos riscos climáticos e físicos numa série de cenários e períodos de tempo.

Os resultados destas avaliações são utilizados para quantificar potenciais riscos negativos e para identificar clientes em carteiras de maior risco que são sujeitos a uma diligência reforçada como parte do processo de aprovação de crédito do banco. As avaliações de risco são integradas no processo interno de notação de crédito e são consideradas como potenciais fatores de desencadeamento da inclusão na lista de observação. Estão em vigor requisitos específicos para acordos de seguro para empréstimos imobiliários. Para gerir os riscos da transição climática, foram estabelecidos objetivos de emissões líquidas nulas para os principais setores com utilização intensiva de carbono, tendo sido instituída uma governação específica para analisar as transações com um impacto significativo nos parâmetros dos objetivos. O Plano de Transição Inicial, publicado em outubro de 2023, contém uma apresentação e uma discussão pormenorizadas dos objetivos líquidos nulos do Banco.

Análise de impacto prospetiva

Com base na avaliação da materialidade para 2024 e nos resultados do teste de resistência às alterações climáticas, o Grupo conclui que os potenciais impactos do risco de crédito estão bem contidos, tanto a curto (1-2 anos) como a médio prazo (3-5 anos), de acordo com os atuais pressupostos políticos, e também num cenário em que todos os compromissos assumidos pelos governos sejam cumpridos. O primeiro cenário é considerado o mais provável de ocorrer a curto e médio prazo, enquanto o segundo é considerado menos provável de se concretizar no atual ambiente geopolítico.

A avaliação da materialidade para 2024 conclui que os riscos a longo prazo são potencialmente materiais em todos os cenários, mas com um elevado grau de incerteza quanto aos resultados, refletindo o horizonte temporal muito longo, até 25 anos, e com base em vários pressupostos conservadores, incluindo um balanço estático.

Os riscos para a carteira seriam significativamente mais elevados num cenário desordenado de emissões nulas, em que, após um período prolongado de inação, os governos introduzissem impostos climáticos punitivos e outras políticas com um período de implementação muito curto. O Deutsche Bank considera que é extremamente improvável que este cenário se concretize a curto ou médio prazo, pelo que o risco se reflete no nosso cálculo do capital económico e não nas perdas de crédito esperadas.

Tanto a avaliação da materialidade como o teste de esforço climático personalizado têm várias limitações, incluindo, mas não se limitando a, elevados níveis de incerteza sobre a evolução das políticas a médio e longo prazo, dificuldade em prever com precisão a localização e a gravidade dos eventos de risco físico e pressupostos sobre as capacidades de adaptação dos nossos clientes. A utilização de múltiplos cenários foi concebida para atenuar estas incertezas.

Com base nestas estimativas, o Deutsche Bank considera que as estimativas de perdas de crédito esperadas para exposições a riscos físicos e de transição mais elevados se encontram dentro de intervalos razoáveis e não requerem qualquer medida corretiva adicional.

Foi efetuada uma análise de sensibilidade no âmbito do teste de resistência às alterações climáticas, que se baseia em intervalos razoáveis de variação potencial dos preços do carbono e dos preços da energia. Verificou-se que os impactos da ECL no horizonte de um ano variavam entre um número de um dígito para um cenário de políticas atuais e um número baixo de dois dígitos para um cenário de transição atrasada. Estas estimativas estão alinhadas com os resultados da avaliação da materialidade.

Conclusão

Para garantir que o modelo de perdas de crédito esperadas (ECL) do Deutsche Bank tinha em conta as incertezas do ambiente macroeconómico ao longo de 2024, o Grupo analisou os riscos emergentes para avaliar o seu potencial negativo e gerir a estratégia de crédito e a apetência pelo risco do banco numa base contínua. De um modo geral, o Deutsche Bank considera que as medidas tomadas em resultado destas análises foram designadas para garantir que o banco estava adequadamente provisionado para as suas perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2024.

Qualidade dos ativos

Esta secção descreve a qualidade dos instrumentos de dívida sujeitos a imparidades, os quais ao abrigo da norma IFRS 9 consistem em instrumentos de dívida medidos ao custo amortizado, instrumentos financeiros escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), bem como compromissos de crédito extrapatrimoniais, como compromissos de empréstimos e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente “Ativos financeiros”).

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante da exposição e da provisão para perdas de crédito por classe de ativo financeiro, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

	31 dez 2024					31 dez 2023				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Custo amortizado[1]										
Valor contabilístico bruto	676.154	63.836	15.214	609	755.814	686.421	55.704	12.799	806	755.731
Provisão para perdas de crédito[2]	438	736	4.412	213	5.799	447	680	3.960	198	5.285
dos quais empréstimos										
Valor contabilístico bruto	412.480	56.540	14.974	609	484.603	412.663	52.834	12.576	806	478.879
Provisão para perdas de crédito[2]	411	718	4.326	213	5.668	424	673	3.874	198	5.170
Justo valor através de OCI										
Justo valor	36.828	5.176	86	0	42.090	34.424	1.076	46	0	35.546
Provisão para perdas de crédito	12	16	10	0	38	13	13	22	0	48
Fora do balanço										
Valor nocional	313.625	25.983	2.225	7	341.840	292.747	23.778	2.282	8	318.814
Provisão para perdas de crédito[3]	106	82	173	0	361	117	88	187	0	393

[1] Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos por: empréstimos pelo custo amortizado, numerário e saldos do banco central, saldos interbancários (s/ bancos centrais), recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e determinadas subcategorias de outros ativos
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de € 14 million em 31 de dezembro de 2024 e de € 4 million em 31 de dezembro de 2023
[3] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de € 2 million em 31 de dezembro de 2024 e de € 9 million em 31 de dezembro de 2023

Ativos financeiros ao custo amortizado

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do desenvolvimento dos ativos financeiros ao custo amortizado e da respetiva provisão para perdas de crédito em cada um dos períodos de relato relevantes, discriminados por fases de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Desenvolvimento das exposições no atual período de relato

	31 dez 2024				
	Valor contabilístico bruto				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	686.421	55.704	12.799	806	755.731
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	74.160	934	2.151	(33)	77.212
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(11.473)	9.079	2.394	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	0	9	(55)	0	(46)
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(86.710)	(2.906)	(2.598)	(180)	(92.394)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	157	0	157
Taxas de câmbio e outras alterações	13.756	1.016	367	16	15.154
Saldo, fim do período de relato	676.154	63.836	15.214	609	755.814

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade mantiveram-se praticamente inalterados em 2024:

As posições em risco na Fase 1 diminuíram 11 mil milhões de euros, ou seja, 2%, principalmente devido a uma redução em numerário e nos saldos dos bancos centrais, parcialmente compensada pelo aumento dos títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda.

As posições em risco na Fase 2 aumentaram 8 mil milhões de euros, ou seja, 15%, devido sobretudo a um grande cliente único no segmento Corporate & Other e a um aumento no segmento do Private Bank , principalmente devido a impactos temporários residuais na sequência da integração do Postbank.

As posições em risco da Fase 3 aumentaram 2 mil milhões de euros, ou 16%, em 2024, devido sobretudo a novos incumprimentos no Private Bank e em Corporate & Other. Estes últimos estavam relacionados com a carteira CRE.

Desenvolvimento das exposições no período de relato anterior

					31 dez 2023
					Valor contabilístico bruto
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	**721.546**	**45.335**	**11.379**	**1.041**	**779.300**
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	17.219	10.074	2.498	99	29.890
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(4.513)	3.111	1.402	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	0	8	(40)	0	(32)
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(41.331)	(2.182)	(2.397)	(315)	(46.226)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	93	0	93
Taxas de câmbio e outras alterações	(6.499)	(641)	(136)	(18)	(7.295)
Saldo, fim do período de relato	**686.421**	**55.704**	**12.799**	**806**	**755.731**

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuíram 24 mil milhões de euros ou 3%, em 2023, motivados pela Fase 1:

As exposições da Fase 1 diminuíram 35 mil milhões de euros, ou 5%, principalmente devido a uma redução na caixa e nos saldos de bancos centrais e de empréstimos pelo custo amortizado.

As exposições da Fase 2 aumentaram 10 mil milhões de euros, ou 23%, motivadas principalmente por empréstimos pelo custo amortizado.

As exposições da Fase 3 aumentaram mil milhões de euros, ou 10%, em 2023, principalmente devido a novos incumprimentos de grandes clientes individuais no Private Bank, bem como na carteira de CRE no Investment Bank.

Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

					31 dez 2024
					Provisão para perdas de crédito[2]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3[4]	Total
Saldo, início do exercício	**447**	**680**	**3.960**	**198**	**5.285**
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(150)	194	1.814	3	1.861
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	128	(128)	0	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	(2)	(7)	0	0	(9)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período[3]	0	0	(1.229)	0	(1.229)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	157	0	157
Taxas de câmbio e outras alterações	15	(3)	(290)	11	(267)
Saldo, fim do período de relato	**438**	**736**	**4.412**	**213**	**5.799**
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(24)	59	1.814	3	1.852

[1] Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024
[3] Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito
[4] O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizados no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2024 e de 0 milhões de euros em 2023

A provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentou 513 milhões de euros, ou 10%, em 2024, motivada pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 diminuíram 9 milhões de euros, ou seja, 2%, principalmente devido à redução da exposição no Private Bank, quase compensada pelos aumentos no Corporate Bank e no Investment Bank.

As provisões da Fase 2 aumentaram 56 milhões de euros, ou seja, 8%, devido sobretudo ao Private Bank e ao Corporate Bank.

As provisões da Fase 3 aumentaram 466 milhões de euros, ou 11%, em 2024, devido a encargos adicionais na carteira CRE e no Corporate Bank, bem como a novos incumprimentos no Private Bank. Estes últimos foram compensados em grande medida pelas vendas de créditos não produtivos.

O índice de cobertura da Fase 3 do Grupo (definido como Provisão para perdas de crédito na Fase 3 (excluindo POCI) em percentagem dos ativos financeiros a custo amortizado na Fase 3 (excluindo POCI)) foi de 29% no exercício corrente, comparado com 31% no ano anterior.

Devido a recalibrações do modelo, bem como a maiores quantidades de novos incumprimentos, as saídas líquidas da Fase 1 devidas a alterações na fiabilidade creditícia aumentaram em 2024 numa base anual. As entradas líquidas na Fase 2 devidas a alterações da fiabilidade creditícia aumentaram em 2024, o que se deveu principalmente a recalibrações do modelo e a reclassificações da Fase 2 na

carteira CRE. Em 2024, as entradas líquidas da Fase 3 (excluindo POCI) aumentaram em comparação com 2023. O aumento das transferências para a Fase 3 devido à fiabilidade creditícia em 2024 resultou de novos incumprimentos no Private Bank e em Corporate & Other, tal como referido anteriormente.

Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

	31 dez 2023				
	Provisão para perdas de crédito[2]				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3[4]	Total
Saldo, início do exercício	533	626	3.656	180	4.995
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(195)	294	1.647	32	1.778
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	170	(150)	(20)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	(57)	(53)	0	0	(110)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período[3]	0	0	(1.145)	(52)	(1.197)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	93	0	93
Taxas de câmbio e outras alterações	(3)	(38)	(271)	38	(273)
Saldo, fim do período de relato	447	680	3.960	198	5.285
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(83)	92	1.627	32	1.668

[1] Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023
[3] Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito
[4] O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2023 e de 46 milhões de euros em 2022

A provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentou 291 milhões de euros, ou 6%, em 2023,motivada pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 diminuíram 86 milhões de euros, ou 16%, motivadas por alterações positivas não recorrentes do modelo ECL e uma melhoria das perspetivas macroeconómicas.

As provisões da Fase 2 aumentaram 54 milhões de euros, ou 9%, devido às sobreposições acima referidas, principalmente relacionadas com as alterações previstas no modelo ECL (informação prospetiva sobre LGD), que conduziram a um aumento da provisão para perdas de crédito.

As provisões da Fase 3 aumentaram 323 milhões de euros, ou 8%, principalmente devido às novas provisões e à libertação da sobreposição existente relacionada com as recalibrações de parâmetros necessárias devido à nova definição de incumprimento no Private Bank (que, na primeira aplicação, levou a uma diminuição da provisão para perdas de crédito), como referido no Relatório Anual de 2023.

O índice de cobertura da Fase 3 do Grupo (definido como Provisão para perdas de crédito na Fase 3 (excluindo POCI) em percentagem dos ativos financeiros a custo amortizado na Fase 3 (excluindo POCI)) foi de 31% no exercício corrente, comparado com 32% no ano anterior.

Devido a alterações positivas não recorrentes do modelo ECL, as transferências líquidas para a Fase 1 decorrentes de alterações na qualidade creditícia aumentaram em 2023, em termos homólogos. As saídas líquidas da Fase 2 devidas a alterações da fiabilidade creditícia aumentaram em 2023, principalmente em resultado da melhoria do ambiente macroeconómico. Em 2023, as saídas líquidas da Fase 3 (excluindo POCI) aumentaram em comparação com 2022. O montante imaterial de saídas líquidas da Fase 3 devido à qualidade creditícia em 2023 resultou da libertação de uma sobreposição, tal como referido no Relatório Anual de 2023.

Ativos financeiros ao custo amortizado por divisão

	31 dez 2024									
	Quantia escriturada bruta[1]					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	115.541	12.770	3.015	0	131.326	86	121	1.006	0	1.212
Investment Bank	179.230	12.380	3.462	609	195.682	138	112	714	213	1.176
Private Bank	224.098	30.564	7.864	0	262.526	205	489	2.583	0	3.277
Asset Management	1.213	11	0	0	1.224	(0)	0	0	0	0
Corporate & Other	156.072	8.111	873	0	165.057	9	14	110	0	133
Total	676.154	63.836	15.214	609	755.814	438	736	4.412	213	5.799

[1] Os números do valor contabilístico bruto por divisão são relatados após uma realocação dos saldos das divisões para Corporate & Other

	31 dez 2023									
	Quantia escriturada bruta[1]					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	105.812	13.706	2.812	0	122.329	67	110	876	0	1.053
Investment Bank	150.562	13.309	3.127	806	167.804	119	108	536	198	962
Private Bank	233.744	26.815	6.400	0	266.960	249	445	2.497	0	3.191
Asset Management	1.224	8	0	0	1.232	(0)	0	0	0	(0)
Corporate & Other	195.079	1.866	460	0	197.406	11	16	51	0	79
Total	686.421	55.704	12.799	806	755.731	447	680	3.960	198	5.285

[1] Os números do valor contabilístico bruto por divisão são relatados após uma realocação dos saldos das divisões para Corporate & Other

Ativos financeiros ao custo amortizado por setor da indústria

A tabela abaixo fornece uma visão geral da qualidade dos ativos do Grupo por setor e tem por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

	31 dez 2024									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	360	55	12	0	427	0	1	5	0	6
Indústria mineira e de extração de minérios	1.687	234	4	0	1.926	3	5	3	0	11
Indústria	21.327	4.382	1.303	32	27.044	23	39	534	2	597
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3.898	407	210	0	4.515	6	8	77	0	92
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	527	63	5	0	595	1	1	3	0	4
Construção	3.643	713	207	45	4.609	5	8	81	13	106
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	18.487	2.453	709	23	21.672	16	26	334	3	378
Transporte e armazenamento	4.145	829	259	24	5.257	4	4	45	(0)	53
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.224	386	63	0	2.673	3	5	25	(0)	32
Informação e comunicação	8.220	977	212	0	9.409	11	14	55	0	79
Atividades financeiras e de seguros	344.869	15.962	2.213	133	363.176	130	110	580	50	870
Atividades imobiliárias	35.812	10.860	3.604	173	50.448	18	48	512	88	666
Atividades profissionais, científicas e técnicas	5.279	861	223	1	6.364	4	10	89	1	104
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.864	1.265	117	24	9.269	8	6	39	8	61
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	23.217	1.018	641	0	24.876	10	3	31	0	44
Educação	251	38	7	0	295	0	0	2	0	3
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.695	453	115	0	4.264	4	10	15	0	29
Artes, entretenimento e atividades de lazer	716	95	11	0	822	0	1	4	0	6
Outras atividades de serviços	16.190	810	419	113	17.532	13	6	144	30	193
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	173.031	21.971	4.879	42	199.924	180	431	1.835	18	2.464
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	711	5	0	0	716	0	0	0	0	0
Total	676.154	63.836	15.214	609	755.814	438	736	4.412	213	5.799

	31 dez 2023									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	288	77	20	0	384	0	1	4	(0)	6
Indústria mineira e de extração de minérios	2.538	277	8	0	2.823	2	3	4	0	9
Indústria	23.474	4.061	1.445	44	29.024	27	48	456	2	533
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.253	206	73	0	4.532	3	3	16	0	23
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	491	21	5	0	517	1	0	3	0	5
Construção	3.248	893	213	60	4.414	5	9	80	12	107
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	17.237	3.407	698	25	21.366	16	31	351	3	402
Transporte e armazenamento	4.083	1.075	165	24	5.346	6	10	30	(0)	46
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.471	320	76	3	1.869	2	3	26	(0)	31
Informação e comunicação	7.398	814	89	0	8.302	10	11	28	0	49
Atividades financeiras e de seguros	342.352	12.189	1.691	351	356.583	96	90	491	92	769
Atividades imobiliárias	37.907	8.954	2.630	185	49.675	19	49	321	75	464
Atividades profissionais, científicas e técnicas	5.887	918	179	1	6.985	6	12	75	1	94
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.980	1.107	351	24	9.463	7	11	114	9	141
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	26.536	489	742	0	27.767	15	1	28	0	45
Educação	226	46	11	0	283	0	1	2	0	3
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.986	482	34	0	4.503	5	7	14	0	25
Artes, entretenimento e atividades de lazer	769	229	31	1	1.030	1	5	3	0	10
Outras atividades de serviços	8.436	648	225	86	9.395	11	6	119	6	143
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	187.649	19.492	4.113	3	211.257	212	379	1.792	(2)	2.381
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	213	0	0	0	213	0	0	0	0	0
Total	686.421	55.704	12.799	806	755.731	447	680	3.960	198	5.285

Ativos financeiros ao custo amortizado por região

	31 dez 2024									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	251.984	24.236	4.579	0	280.799	205	447	2.181	(2)	2.831
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	158.729	13.601	3.525	321	176.177	117	186	1.114	154	1.572
Europa Oriental	8.996	804	205	0	10.004	4	12	38	0	54
América do Norte	178.548	15.549	4.888	62	199.047	51	70	619	11	752
América Central e América do Sul	5.445	459	73	0	5.978	4	2	19	0	25
Ásia e Pacífico	61.195	8.423	979	114	70.711	41	15	281	(3)	333
África	4.159	530	604	0	5.293	10	3	33	0	46
Outros	7.098	234	361	113	7.806	6	2	127	52	186
Total	676.154	63.836	15.214	609	755.814	438	736	4.412	213	5.799

em milhões de euros	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
										31 dez 2023
Alemanha	291.826	21.499	3.653	0	316.978	214	390	1.936	(4)	2.537
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	134.376	15.228	3.410	560	153.573	116	179	1.076	194	1.564
Europa Oriental	8.768	1.058	396	0	10.221	4	11	47	0	62
América do Norte	175.011	12.133	3.442	89	190.674	51	74	445	12	582
América Central e América do Sul	3.936	261	80	5	4.282	2	1	16	0	19
Ásia e Pacífico	52.290	5.031	909	92	58.322	28	23	317	1	370
África	4.099	187	717	0	5.003	8	1	30	0	39
Outros	16.116	307	192	62	16.677	23	0	94	(5)	113
Total	686.421	55.704	12.799	806	755.731	447	680	3.960	198	5.285

Ativos financeiros ao custo amortizado por classe de notação

em milhões de euros	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
										31 dez 2024
iAAA–iAA	226.138	7.186	0	0	233.324	2	0	0	0	2
iA	110.279	2.061	0	10	112.351	10	1	0	0	11
iBBB	179.697	7.150	0	0	186.847	54	12	0	0	66
iBB	135.762	20.146	0	0	155.908	246	111	0	0	358
iB	23.090	21.692	0	0	44.782	115	351	0	0	467
iCCC e inferior	1.188	5.601	15.214	599	22.603	11	260	4.412	213	4.896
Total	676.154	63.836	15.214	609	755.814	438	736	4.412	213	5.799

em milhões de euros	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
										31 dez 2023
iAAA–iAA	244.750	518	0	0	245.268	2	0	0	0	3
iA	101.538	2.359	0	9	103.907	8	1	0	0	9
iBBB	186.168	8.446	0	0	194.614	66	16	0	0	82
iBB	122.823	18.153	0	0	140.976	173	78	0	0	251
iB	28.531	20.040	0	0	48.571	165	294	0	0	459
iCCC e inferior	2.611	6.188	12.799	797	22.395	32	290	3.960	198	4.481
Total	686.421	55.704	12.799	806	755.731	447	680	3.960	198	5.285

Os compromissos do Grupo para empréstimo de fundos adicionais a devedores com ativos financeiros de Fase 3 ao custo amortizado ascendiam a € 710 million em 31 de dezembro de 2024 e a € 816 million em 31 de dezembro de 2023.

Garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na fase 3

em milhões de euros	31 dez 2024			31 dez 2023		
	Valor contabilístico bruto	Garantias	Garantias	Valor contabilístico bruto	Garantias	Garantias
Ativos financeiros ao custo amortizado (Fase 3)[1]	**15.214**	**6.242**	**1.368**	12.799	4.451	1.435

[1] Fase 3, excluindo ativos POCI

Em 2024, as garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 aumentaram € 1.7 billion, ou 29%, sobretudo impulsionadas pelo Private Bank.

O Grupo não reconheceu uma provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 de € 1.6 billion em 2024 e 408 milhões de euros em 2023, devido à garantia total destes ativos.

Ativos modificados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é considerado modificado quando os seus fluxos de caixa contratuais são renegociados ou de outra forma modificados. A renegociação ou a modificação poderá levar, ou não, ao desreconhecimento do instrumento financeiro antigo e ao reconhecimento do novo. Esta secção abrange ativos financeiros modificados que não foram desreconhecidos.

Nos termos da IFRS 9, quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original (EIR). Em ativos financeiros modificados, para determinar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, reflete-se a comparação de:

– Probabilidade de incumprimento (PD) do período restante à data de relato com base nos termos modificados; com
– A PD estimada do período restante com base nos dados aquando do reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais.

A tabela seguinte fornece a visão geral dos ativos financeiros modificados ao custo amortizado discriminados em fases da IFRS 9.

Ativos modificados ao custo amortizado

	31 dez 2024					31 dez 2023				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Valor contabilístico do custo amortizado antes da modificação	0	726	132	0	858	0	1.072	220	0	1.292
Resultados da modificação líquidos reconhecidos	**0**	**9**	**(55)**	**0**	**(46)**	0	5	(40)	0	(35)

Em 2024, o banco observou uma diminuição de 434 milhões de euros nos ativos modificados ao custo amortizado devido a modificações relacionadas com clientes, impulsionadas pelo Investment Bank e pelo Private Bank.

Em 2024, o Grupo não observou quaisquer valores de ativos modificados que tenham sido atualizados para a Fase 1. O banco não observou qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas Fases 2 e 3.

Em 2023, o Grupo não observou quaisquer valores de ativos modificados que tenham sido atualizados para a Fase 1. O banco não observou qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas Fases 2 e 3.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O justo valor dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) sujeito a imparidades ao abrigo da IFRS 9 foi de € 42 billion em 31 de dezembro de 2024, comparativamente a € 36 billion em 31 de dezembro de 2023. A provisão para perdas de crédito sobre estes ativos permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (€ 38 million em 31 de dezembro de 2024 e € 48 million em 31 de dezembro de 2023). Por não ser materialmente relevante, não é fornecida qualquer discriminação adicional relativa aos ativos financeiros ao FVOCI.

Compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante nominal e da provisão para perdas de crédito da classe de ativos financeiros extrapatrimoniais do Grupo, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Desenvolvimento do montante nominal no atual período de relato

	31 dez 2024				
	Montante nominal				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	292.747	23.778	2.282	8	318.814
Movimentos incluindo novos negócios	14.542	(662)	(25)	(0)	13.855
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(2.108)	2.215	(107)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	8.444	652	76	(0)	9.171
Saldo, fim do período de relato	313.625	25.983	2.225	7	341.840
dos quais: Garantias financeiras	61.279	11.752	436	0	73.467

Desenvolvimento do montante nominal no período de relato anterior

					31 dez 2023
					Montante nominal
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	**296.062**	**18.478**	**2.625**	**8**	**317.173**
Movimentos incluindo novos negócios	4.062	2.510	(235)	0	6.337
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(3.040)	3.094	(54)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	(4.337)	(304)	(54)	0	(4.696)
Saldo, fim do período de relato	**292.747**	**23.778**	**2.282**	**8**	**318.814**
dos quais: Garantias financeiras	58.405	5.991	401	0	64.798

Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

					31 dez 2024
					Provisão para perdas de crédito[2]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	**117**	**88**	**187**	**0**	**393**
Movimentos incluindo novos negócios	(22)	3	(19)	0	(38)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	10	(9)	(0)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	1	(1)	5	0	6
Saldo, fim do período de relato	**106**	**82**	**173**	**0**	**361**
dos quais: Garantias financeiras	67	49	99	0	214
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(13)	(6)	(20)	0	(38)

[1] O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de € 2 million em 31 de dezembro de 2024

Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

					31 dez 2023
					Provisão para perdas de crédito[2]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	**144**	**97**	**310**	**0**	**551**
Movimentos incluindo novos negócios	(39)	(3)	(118)	0	(160)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	11	(4)	(7)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	1	(2)	3	0	2
Saldo, fim do período de relato	**117**	**88**	**187**	**0**	**393**
dos quais: Garantias financeiras	84	37	113	0	233
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(28)	(7)	(125)	0	(160)

[1] O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de € 9 million em 31 de dezembro de 2023

Ações judiciais

Os ativos sujeitos a atividade de execução consistem em ativos que foram total ou parcialmente abatidos e o Grupo continua a tentar a recuperação do ativo. Esta atividade de execução inclui, por exemplo, casos em que o banco continua a dedicar recursos (por ex., o nosso Departamento Jurídico/unidade de reestruturação de CRM) no sentido da recuperação, quer pela via legal, quer por agentes de recuperação terceiros. A atividade de execução aplica-se igualmente a casos em que o banco mantém ações judiciais pendentes ou ainda a decorrer. Isto verifica-se independentemente de se prever recuperar os montantes e do prazo da recuperação. Poderá ser prática comum, em determinadas jurisdições, que os casos de recuperação se prolonguem por vários anos.

Os montantes pendentes relativos a ativos financeiros que foram abatidos durante o período de relato e ainda sujeitos a atividade de execução ascenderam a € 222 million e € 334 million no exercício de 2023 e 2024, respetivamente, principalmente relacionados com o Corporate Bank.

Ativos renegociados e com período de carência pelo custo amortizado

Por razões económicas ou jurídicas, o banco pode celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e de cada transação e tomando em consideração as circunstâncias e os factos específicos do cliente. Nos empréstimos ao consumo, o banco oferece carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das estratégias de gestão do risco do Grupo e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de ativos com período de carência pelo custo amortizado, o Grupo segue a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013). Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, o Grupo relata o empréstimo como tendo um período de carência; remove o ativo do relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de dois anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontre em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

Ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

	31 dez 2024						31 dez 2023					
	Em cumprimento		Em incumprimento			Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado	Em cumprimento		Em incumprimento			Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2	Fase 3		Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2	Fase 3	
Alemães	174	2.248	0	4	1.056	3.481	426	2.356	0	7	812	3.600
Não alemães	93	7.049	0	16	4.687	11.845	639	4.399	0	194	3.632	8.864
Total	**267**	**9.297**	**0**	**20**	**5.742**	**15.326**	1.065	6.755	0	201	4.444	12.464

Evolução de ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Saldo no início do período	**12.464**	11.143
Classificados como de carência durante o exercício	8.572	4.007
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(6.020)	(2.500)
Reconhecimento de perdas	(211)	(80)
Taxa de câmbio e outros movimentos	521	(106)
Saldo no fim do exercício	**15.326**	12.464

Os ativos com período de carência ao custo amortizado aumentaram € 2.9 billion, ou 23%, em 2024, em grande parte devido a exposições imobiliárias em várias divisões.

Os ativos com período de carência ao custo amortizado aumentaram em € 1.3 billion, ou 12%, em 2023. Esta evolução deveu-se a um aumento no Investment Bank.

Garantias colaterais obtidas

O Grupo obteve garantias colaterais no balanço apenas em determinados casos, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. De um modo geral, o banco não ocupa os imóveis obtidos para as suas atividades.

Garantias colaterais obtidas durante o período de relato

em milhões de euros	2024	2023
Imóveis comerciais	251	0
Imóveis residenciais[1]	3	3
Outros	0	11
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	**254**	**14**

[1] O valor contabilístico de imóveis residenciais excluídos ascendeu a € 17 million em 31 de dezembro de 2024 e € 30 million em 31 de dezembro de 2023

O aumento de 240 milhões de euros das garantias obtidas em 2024 diz respeito a um pequeno número de imóveis comerciais executados nos EUA.

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2024 e 2023, o Grupo obteve € 4 million de garantias relacionadas com estes trusts.

Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

O banco definiu um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivados OTC com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, o banco dispõe geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das suas transações de derivados nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivados relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivados com pouca antecedência.

Os contrato-tipo e os acordos de garantia associados para transações de derivados OTC executadas com os clientes do banco resultam normalmente em que a maior parte da exposição ao crédito é garantida por garantia. Também fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão padronizados ou específicos, o que permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento.

Os direitos de rescisão contratual do banco são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a liquidação e negociações. Nos casos em que a decisão de encerrar as transações de derivados resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, o banco reestrutura a obrigação, transformando-a num crédito não derivado, e este é gerido através do processo de cálculo regular. Como tal, o banco normalmente não apresenta para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4, do CRR, o banco tem um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. O banco utilizou ainda o processo estabelecido para calibrar o seu próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos derivados e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivados do Private Bank Germany é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Exposição a crédito decorrente de derivados

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (“CCP”), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, o banco também recorre a serviços CCP para transações de derivados OTC ("compensação de produtos do mercado de balcão") e beneficia, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivados OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivados OTC, bem como regras relativas ao registo, capital, margem, normas de conduta empresarial, manutenção de registos e outros requisitos para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da CFTC requerem uma compensação de OTC nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. Os requisitos de margem para transações de derivados não compensados nos EUA começaram em setembro de 2016. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (“EMIR”) introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivados OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivados negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações de derivados OTC uniformizados teve início em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados na UE tiveram início em fevereiro de 2017. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação na UE a partir de fevereiro de 2017 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas à margem EMIR para requisitos de derivados não compensados.

A CFTC adotou regras que implementam as disposições mais significativas da Lei Dodd-Frank. Mas recentemente, em setembro de 2020, a CFTC emitiu uma regra final sobre a aplicação transfronteiriça das regras de swap dos EUA, que se baseia em e, em alguns casos, substitui a orientação transfronteiriça da CFTC a partir de 2013 e nas respetivas cartas de não interferência. Em outubro de 2020, também de acordo com a Lei Dodd-Frank, a CFTC finalizou regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes.

A SEC também finalizou regras relativas a registo, reporte de negociação, capital, margem, técnicas de mitigação de risco, normas de conduta empresarial, reconhecimento e verificação do mercado, manutenção de registos e relato financeiro e requisitos transfronteiriços para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. O cumprimento destes requisitos foi geralmente exigido a partir de novembro de 2021.

Finalmente, os reguladores prudenciais dos EUA (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de Divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) adotaram regras finais que estabelecem requisitos de margem para swaps não compensados e swaps baseados em valores mobiliários que são aplicáveis aos corretores de swaps e aos corretores de swaps baseados em valores mobiliários que estão sujeitos aos regulamentos prudenciais dos EUA (como o Deutsche Bank) em vez das regras de margem da CFTC e da SEC. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação para derivados não compensados nos Estados Unidos a partir de setembro de 2016 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas aos requisitos de margem dos reguladores prudenciais dos Estados Unidos. Os requisitos de margem inicial adicionais para contrapartes menores foram implementados de forma faseada, de setembro de 2017 a setembro de 2022, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas.

A tabela seguinte mostra uma discriminação dos montantes nocionais e valores de mercado brutos para os ativos e passivos de transações cambiais e de derivados OTC tendo por base o canal de aprovação

Valores nocionais de derivados tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31 dez 2024

	Distribuição de maturidades do valor nocional						
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	15.951.107	14.364.208	9.997.538	40.312.853	122.114	111.053	11.061
Bilateral (Amt)	2.396.075	2.537.847	1.557.885	6.491.807	98.528	88.114	10.414
CCP (Amt)	13.555.032	11.826.361	8.439.653	33.821.046	23.586	22.939	647
Produtos negociados em bolsa	3.292.886	498.496	590	3.791.972	239	268	(29)
Total relacionadas com taxas de juro	19.243.992	14.862.704	9.998.128	44.104.825	122.353	111.321	11.032
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	7.718.689	1.225.352	508.959	9.453.000	147.876	144.688	3.188
Bilateral (Amt)	7.496.403	1.209.689	508.809	9.214.900	144.648	141.847	2.800
CCP (Amt)	222.287	15.664	150	238.100	3.228	2.841	388
Produtos negociados em bolsa	78.320	0	0	78.320	384	477	(93)
Total relacionadas com câmbios	7.797.010	1.225.352	508.959	9.531.321	148.260	145.165	3.095
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	22.675	9.048	15.544	47.268	1.332	2.741	(1.409)
Bilateral (Amt)	22.675	9.048	15.544	47.268	1.332	2.741	(1.409)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	174.707	28.489	2.348	205.544	1.818	1.827	(9)
Total relacionadas com ações/índices	197.382	37.537	17.892	252.812	3.150	4.568	(1.418)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	278.974	896.712	73.668	1.249.354	15.609	14.322	1.288
Bilateral (Amt)	87.962	96.506	28.063	212.531	3.366	2.186	1.180
CCP (Amt)	191.012	800.206	45.605	1.036.823	12.243	12.136	107
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	278.974	896.712	73.668	1.249.354	15.609	14.322	1.288
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	11.316	34.566	1.448	47.330	226	160	66
Bilateral (Amt)	11.316	34.566	1.448	47.330	226	160	66
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	(0)
Produtos negociados em bolsa	34.816	2.645	0	37.461	168	169	(1)
Total relacionadas com matérias-primas	46.132	37.211	1.448	84.791	394	329	65
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	155.359	7.012	151	162.521	2.339	2.355	(16)
Bilateral (Amt)	155.313	7.012	151	162.476	2.336	2.313	23
CCP (Amt)	45	0	0	45	3	42	(39)
Produtos negociados em bolsa	18.687	0	0	18.687	31	24	7
Total Outras	174.045	7.012	151	181.208	2.370	2.379	(9)
Negócio OTC total	24.138.119	16.536.899	10.597.308	51.272.326	289.497	275.319	14.177
Negócio bilateral total	10.169.744	3.894.668	2.111.900	16.176.312	250.436	237.362	13.075
Negócio CCP total	13.968.376	12.642.231	8.485.408	35.096.014	39.060	37.958	1.103
Total negócio em bolsa	3.599.416	529.630	2.938	4.131.984	2.640	2.766	(126)
Total	27.737.535	17.066.528	10.600.247	55.404.310	292.137	278.085	14.052
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	–	–	–	–	27.392	–	–

	31 dez 2023						
	Distribuição de maturidades do valor nocional						
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	17.224.862	13.754.903	9.568.113	40.547.878	124.837	112.997	11.840
Bilateral (Amt)	2.037.922	2.251.346	1.446.299	5.735.567	103.140	92.035	11.105
CCP (Amt)	15.186.940	11.503.557	8.121.813	34.812.311	21.696	20.961	735
Produtos negociados em bolsa	1.916.294	403.196	47	2.319.537	418	493	(75)
Total relacionadas com taxas de juro	19.141.156	14.158.099	9.568.160	42.867.415	125.255	113.490	11.764
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	6.609.578	1.055.879	427.832	8.093.289	108.652	105.818	2.834
Bilateral (Amt)	6.443.644	1.046.148	427.719	7.917.512	107.415	104.614	2.801
CCP (Amt)	165.933	9.730	113	175.777	1.237	1.204	33
Produtos negociados em bolsa	11.265	0	0	11.265	1	17	(16)
Total relacionadas com câmbios	6.620.842	1.055.879	427.832	8.104.553	108.653	105.835	2.818
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	17.014	7.937	647	25.599	1.209	2.574	(1.365)
Bilateral (Amt)	17.014	7.937	647	25.599	1.209	2.574	(1.365)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	164.955	25.648	1.523	192.126	2.391	2.103	288
Total relacionadas com ações/índices	181.970	33.586	2.170	217.726	3.600	4.677	(1.077)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	200.396	855.230	71.584	1.127.210	13.895	13.379	517
Bilateral (Amt)	72.835	94.804	33.716	201.355	3.142	2.715	427
CCP (Amt)	127.561	760.426	37.868	925.854	10.754	10.664	90
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	200.396	855.230	71.584	1.127.210	13.895	13.379	517
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	7.150	31.576	2.037	40.764	203	140	63
Bilateral (Amt)	7.150	31.576	2.037	40.764	203	139	64
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	1	(1)
Produtos negociados em bolsa	25.369	1.347	0	26.716	141	139	2
Total relacionadas com matérias-primas	32.519	32.923	2.037	67.479	344	279	65
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	57.766	3.924	102	61.791	971	819	152
Bilateral (Amt)	57.750	3.924	102	61.776	956	819	137
CCP (Amt)	15	0	0	15	15	0	15
Produtos negociados em bolsa	11.008	21	0	11.029	27	33	(6)
Total Outras	68.774	3.945	102	72.820	998	852	146
Negócio OTC total	24.116.765	15.709.449	10.070.316	49.896.530	249.766	235.726	14.041
Negócio bilateral total	8.636.315	3.435.736	1.910.521	13.982.573	216.064	202.895	13.169
Negócio CCP total	15.480.450	12.273.713	8.159.794	35.913.958	33.702	32.830	872
Total negócio em bolsa	2.128.891	430.212	1.570	2.560.673	2.979	2.786	193
Total	26.245.656	16.139.661	10.071.885	52.457.203	252.745	238.511	14.234
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	–	–	–	–	23.312	–	–

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos investimentos em participações divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. O Deutsche Bank gere as suas posições respetivas dentro do risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da exposição de capital

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Ações de negociação	2.753	1.984
Ações não negociáveis[1]	2.052	2.008
Exposição total do capital próprio	**4.806**	3.992

[1] Inclui fundos de investimentos em participações no montante de 70 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 e 113 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição do grupo a ações de negociação no Investment Bank era de 2,4 mil milhões de euros, em comparação com 1,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. O movimento é impulsionado principalmente por novos negócios no negócio de financiamento FIC.

Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco de Simulação Histórica calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as unidades de negociação do Grupo.

Valor em risco das unidades de negociação, por tipo de risco[1]

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial[2]		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Médio	31,4	40,7	(41,2)	(46,3)	26,9	27,5	22,9	38,6	10,2	7,8	11,6	12,1	1,0	0,9
Máximo	60,6	74,3	(27,2)	(21,2)	55,1	40,1	35,5	68,4	15,6	14,9	19,0	17,4	1,8	2,8
Mínimo	19,0	23,2	(56,2)	(64,9)	13,4	15,7	17,6	21,9	6,2	4,5	6,3	8,2	0,3	0,2
Final do período	24,9	39,0	(48,3)	(31,9)	31,3	20,3	19,5	28,4	10,8	11,0	10,1	10,9	1,5	0,3

[1] Valores para 2024 em 31 de dezembro de 2024. Valores para 2023 em 31 de dezembro de 2023
[2] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos

Evolução do valor em risco de simulação histórica por tipos de risco em 2024

O valor em risco médio de negociação 1d ao longo de 2024 foi de 31 milhões de euros, tendo diminuído 9,2 milhões de euros (-23%) em comparação com a média para 2023; tal deveu-se principalmente à retirada do período de alta volatilidade do mercado do primeiro semestre de 2023 do período histórico de observação do VaR e à redução dos níveis de risco nas atividades de negociação de divisas e de rendimento fixo.

Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (spot value) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

Valor dos requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)[1,2,3]

	Total		Negociação de crédito		Taxas globais		Mercados emergentes		Outros	
em milhões de euros	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Médio	604,9	563,3	191,8	(15,0)	210,1	363,4	205,9	228,1	(2,9)	(13,2)
Máximo	755,5	904,6	247,3	121,4	375,7	892,5	350,1	349,9	49,5	32,0
Mínimo	501,5	330,3	95,3	(130,9)	125,4	198,7	142,9	122,4	(54,2)	(80,6)
Final do período	501,5	570,3	176,5	90,8	125,4	198,7	229,5	284,5	(29,9)	(3,6)

[1] Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2024 e a 31 de dezembro de 2023, respetivamente
[2] As discriminações de linhas de negócio foram atualizadas em 2024, no sentido de melhorar a reflexão da estrutura de negócios atual no relatório
[3] Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses

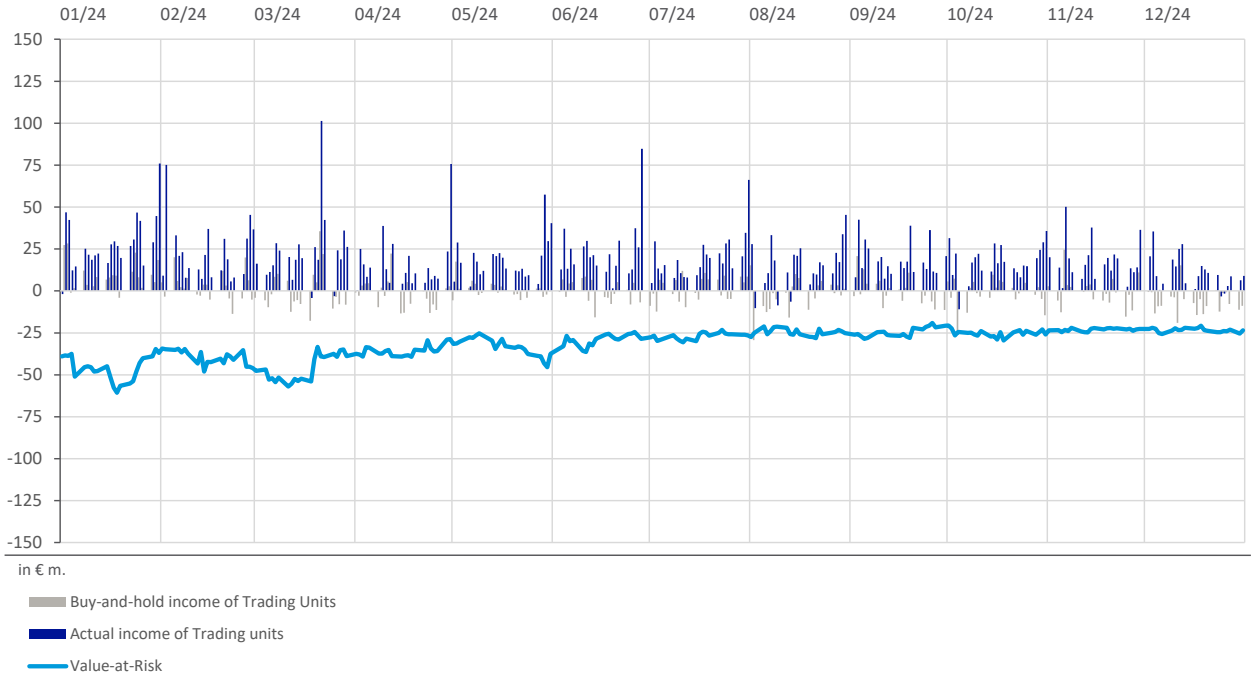
Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2024 eram de 501 milhões de euros, tendo aumentado 69 milhões de euros (-12%) face ao final de 2023. Esta alteração deveu-se à redução do risco nas atividades "Global Rates" e "Emerging Markets".

Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2024, o Grupo observou dois valores atípicos em que a perda do Grupo numa base de compra e manutenção excedeu o valor em risco das carteiras de negociação. Os valores atípicos registados em agosto de 2024 e outubro de 2024 foram motivados por uma maior volatilidade do mercado decorrente da divulgação de dados macroeconómicos e das medidas dos bancos centrais em matéria de política de taxas de juro.

O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo "comprar e manter" e efetivas das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das posições de negociação com as receitas "comprar e manter", dado que "comprar e manter" é a parte relevante dos resultados diários para comparação com o valor em risco do dia anterior, que exclui novas transações, reservas e quaisquer resultados de transporte que normalmente fazem parte da receita efetiva. Os números são apresentados em milhões de euros. O gráfico mostra que as unidades de negociação alcançaram receitas do tipo “comprar e manter” positivas para 49% dos dias de negociação em 2024, apresentando também os valores discrepantes globais registados em 2024.

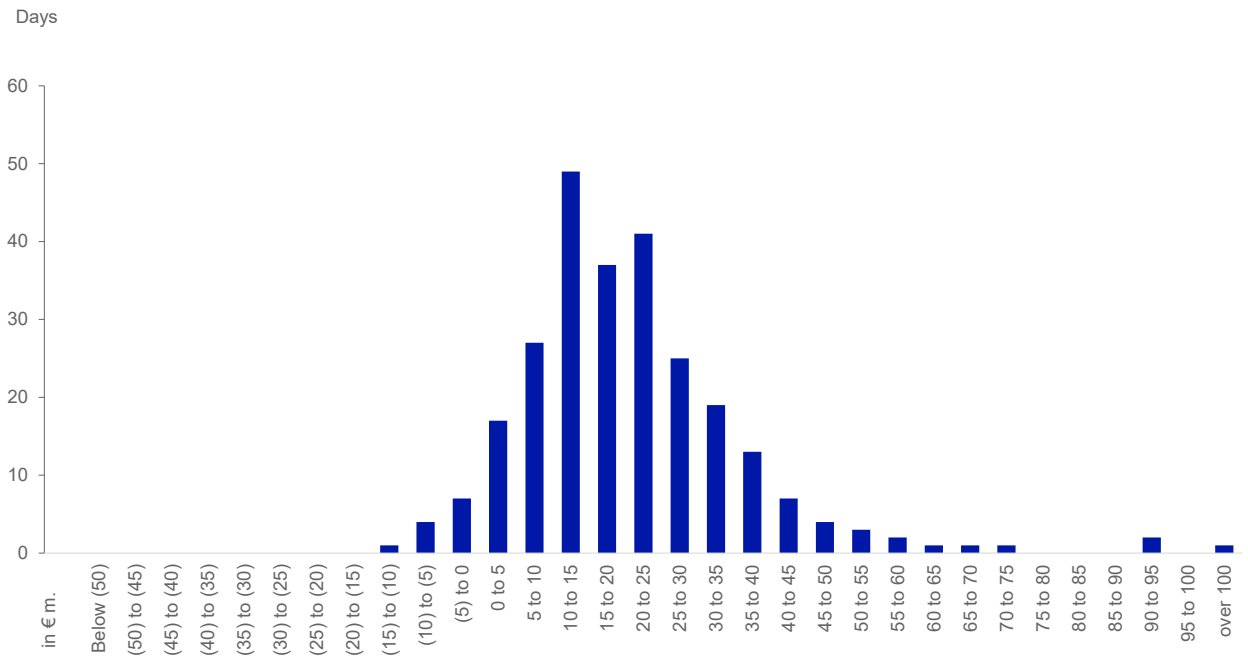
MR4 na UE – Comparação das estimativas de VaR com os resultados



Receitas diárias das unidades de negociação do Deutsche Bank

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das unidades de negociação do Grupo. A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo "comprar e manter", reservas, carry e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que o Grupo alcançou cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das unidades de negociação do Grupo em 2024



As unidades de negociação obtiveram um resultado positivo para 95% dos dias de negociação em 2024, em comparação com 93% em 2023.

Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

Utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação

A tabela seguinte apresenta a utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação por tipo de risco:

Utilização de capital económico por tipo de risco.

	Utilização de capital económico	
em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Risco de taxa de juro	2.770	2.980
Risco de spread de crédito	184	60
Risco de capital e de investimento	1.172	1.044
Risco cambial	1.665	1.273
Risco de pensões	944	1.106
Risco de fundos garantidos	100	59
Total das carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	**6.835**	6.523

Os valores de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação totalizava € 6.8 billion em 31 de dezembro de 2024, € 0.3 billion acima da nossa utilização de capital económico no final de 2023. O aumento do capital económico deveu-se sobretudo a posições estruturais mais elevadas tomadas para proteger o rácio de capital do banco contra variações das taxas de câmbio, parcialmente compensadas pela redução da exposição ao risco de taxa de juro.

- Risco de taxa de juro; encargo de capital económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária, incluindo o risco de diferenças, o risco de base e o risco de opção, tal como o risco de alteração no comportamento do cliente incluído em depósitos sem prazo de vencimento modelados ou no risco de pré-pagamento; no total, a utilização de capital económico a 31 de dezembro de 2024 foi de € 2.8 billion, face a € 3.0 billion em 31 de dezembro de 2023
- Risco de spread de crédito; encargo de capital económico para as carteiras da carteira bancária sujeita a risco de spread de crédito; a utilização de capital económico foi de € 184 million em 31 de dezembro de 2024, face a € 60 million em 31 de dezembro de 2023
- Risco de capital e de investimento; encargo de capital económico relativo ao risco acionista decorrente de uma posição estrutural curta no preço das ações do próprio banco, resultante dos planos de compensação em ações do Grupo, e das participações de investimento não consolidadas, como investimentos estratégicos e ativos alternativos; a utilização de capital económico foi de € 1.2 billion em 31 de dezembro de 2024, face a € 1.0 billion em 31 de dezembro de 2023
- Risco cambial; o risco cambial surge predominantemente da posição estrutural do Grupo assumida para proteger a sensibilidade do rácio de capital do banco contra alterações nas taxas de câmbio. A utilização de capital económico era de € 1.7 billion em 31 de dezembro de 2024, face aos € 1.3 billion em 31 de dezembro de 2023
- Risco de pensões; este risco decorre das obrigações de benefícios definidos do Grupo, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de spread de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico era de € 0.9 billion em 31 de dezembro de 2024, face aos € 1.1 billion em 31 de dezembro de 2023
- Risco de fundos garantidos; risco decorrente de produtos de fundos garantidos oferecidos pela nossa divisão de gestão de ativos que oferecem uma garantia parcial ou total sobre o investimento dos clientes. O risco materializa-se se o valor do fundo de investimento subjacente na data da garantia for inferior ao montante garantido. A utilização de capital económico era de 100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, face aos 59 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A tabela seguinte apresenta o impacto na margem financeira do Grupo na carteira bancária, bem como a alteração do valor económico para as posições da carteira bancária decorrente de alterações nas taxas de juros no âmbito de seis cenários padrão definidos pela EBA:

Risco de taxa de juro ao valor económico e margem financeira na carteira bancária por cenário da EBA

	Delta de EVE		Delta NII[1]	
em mil milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023	31 dez 2024	31 dez 2023
Curva paralela ascendente	(5,8)	(5,1)	0,2	0,3
Curva paralela descendente	1,3	1,8	(0,7)	(0,3)
Critério para acentuação da curva	(0,8)	(0,8)	(0,1)	0,1
Critério para nivelamento da curva	(0,7)	(0,3)	(0,0)	(0,1)
Curva das taxas de curto prazo ascendentes	(2,1)	(1,6)	0,0	(0,0)
Curva das taxas de curto prazo descendentes	0,6	0,8	(0,6)	(0,1)
Máximo	**(5,8)**	(5,1)	**(0,7)**	(0,3)

em mil milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Capital Tier 1	**60,8**	56,4

[1] O delta do rendimento de juros líquido (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas implícitas do mercado. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a DWS. Os valores não incluem os efeitos de Mark-to-Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura

A perda máxima do valor económico de capital foi de (5,8) mil milhões de euros em dezembro de 2024, em comparação com (5,1) mil milhões de euros em dezembro de 2023. Em dezembro de 2024, a perda máxima do EVE representa 9,6% do capital Tier 1.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) devido a uma mudança paralela de +200 pontos base da curva de rendimentos em todas as moedas, conforme definido pelo BaFin, foi de (5,8) mil milhões de euros em dezembro de 2024, representando 8,4% do Capital Total.

A variação do valor económico das perdas patrimoniais no cenário de taxas de juro "curva paralela ascendente" deveu-se a alterações do modelo e a posições de risco adicionais para estabilizar e proteger a margem financeira, bem como a atividades de reequilíbrio relacionadas com as posições de risco de taxa de juro na carteira de tesouraria do Banco.

A perda máxima de um ano na receita líquida de juros para o cenário de taxa de juros "curva paralela descendente" foi de (0,7) mil milhões de euros em dezembro de 2024, em comparação com (0,3) mil milhões de euros bilhões em dezembro de 2023.

O aumento da perda máxima da margem financeira no cenário "curva paralela ascendente" deveu-se principalmente ao risco adicional de queda decorrente dos pressupostos do modelo comportamental aplicado aos depósitos do Private Bank e do Corporate Bank do Deutsche Bank, a alterações no ambiente das taxas de juro, bem como ao resultado da estratégia de cobertura do risco de margem financeira do Deutsche Bank.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as posições da carteira bancária do Deutsche Bank resultante de choques de descida e subida de taxas de juro por divisa:

Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

	31 dez 2024	
em mil milhões de euros	Curva paralela ascendente	Curva paralela descendente
EUR	(5,1)	1,2
USD	(0,7)	0,4
Outros	(0,0)	(0,3)
Total	**(5,8)**	**1,3**

Exposição ao risco operacional

Risco operacional – perfil de risco

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)[2]

em milhões de euros	2024	2023[1]
Clientes, produtos e práticas comerciais	1.909	676
Execução, entrega e gestão de processos	163	127
Fraude externa	52	106
Outras	22	55
Catástrofes naturais e segurança pública	18	11
Fraude interna	18	(332)
Grupo	**2.182**	644

[1] Os prejuízos do exercício anterior foram revistos para ter em conta a captura subsequente de prejuízos e a reclassificação
[2] As perdas são registadas após a compensação dos seguros

Em 31 de dezembro de 2024, as perdas por risco operacional aumentaram, em termos homólogos, de 644 milhões de euros para 2,2 mil milhões de euros. Esta evolução deveu-se a um aumento das despesas de contencioso de 2,0 mil milhões de euros, principalmente devido à provisão para o litígio relativo à aquisição do Postbank, bem como à reversão do ativo de indemnização da RusChemAlliance e da provisão para a hipoteca cambial polaca, e não é considerada representativa de uma deterioração do ambiente de controlo. Os prejuízos não jurídicos diminuíram, em termos anuais, de 214 milhões de euros em 2023 para 175 milhões de euros em 2024.

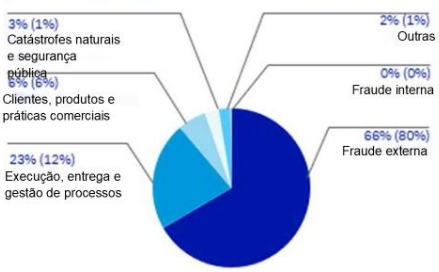
Perdas por risco operacional por tipo de evento[1]

O diagrama "Distribuição de perdas por risco operacional" resume o valor dos lançamentos de perdas por risco operacional líquidas por tipo de evento em 2024, face à média do período comparativo de cinco anos de 2019 a 2023. O tipo de evento "Clientes, Produtos e Práticas Comerciais" constitui a parte mais significativa das perdas operacionais, com uma quota de 88%, em grande parte constituída por provisões de processos de contencioso antigos devido a acordos alcançados e ao aumento das reservas de contencioso para processos não resolvidos.

O diagrama "Frequência de perdas operacionais" resume os eventos de risco operacional por tipo de evento (com base numa contagem de eventos em que as perdas foram reconhecidas pela primeira vez em 2024), em relação à média do período comparativo de cinco anos de 2019 a 2023. A "Fraude Externa" continua a ser o tipo de evento mais frequente, com 66%, com uma redução notável em relação à média de cinco anos, levando a um aumento da percentagem de eventos noutras categorias.

Distribuição das perdas operacionais2

Frequência das perdas operacionais3



[1] Os prejuízos do exercício anterior foram revistos para ter em conta a captura subsequente de prejuízos e a reclassificação
[2] A distribuição de perdas por risco operacional baseia-se na data de lançamento
[3] A frequência das perdas por risco operacional baseia-se na primeira data de lançamento
[4] Embora o banco procure garantir a captação abrangente de todos os eventos de perda por risco operacional com um impacto líquido na perda por risco operacional de 10.000 euros ou mais, os totais apresentados nesta secção poderão estar subestimados devido à deteção e inscrição tardias dos eventos de perda.

Exposição ao risco de liquidez

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

Vários temas macroeconómicos surgiram durante 2024 e pesaram nos mercados, incluindo as preocupações relacionadas com o CRE em fevereiro, a turbulência política em França em junho, uma subida inesperada das taxas do Banco do Japão no final de julho, bem como dados económicos fracos dos EUA em agosto, que colocaram os investidores numa atitude de desinteresse pelo risco. Apesar de terem tido efeitos negativos, estes acontecimentos não foram suficientemente importantes para compensar a apreciação do risco. Neste contexto, o Banco navegou bem nos mercados e concluiu com êxito a sua atividade de emissão com 18 mil milhões de euros, em conformidade com a orientação de terminar o ano no limite superior de um intervalo de 13 a 18 mil milhões de euros.

Em contraste com os receios do mercado, os mercados de crédito registaram um desempenho construtivo, apesar das múltiplas perturbações, com os índices mais amplos a serem negociados de forma mais restritiva do que no final do ano de 2023. Na sequência de subidas de notação em 2023, os spreads do banco subiram no primeiro semestre de 2024, tendo-se mantido praticamente estáveis no segundo semestre. De resto, não se registaram anomalias idiossincráticas, o que conduziu a níveis mais elevados. Os spreads de CDS e EUR do banco tiveram um bom desempenho este ano e os spreads de USD do banco tiveram um desempenho ainda melhor.

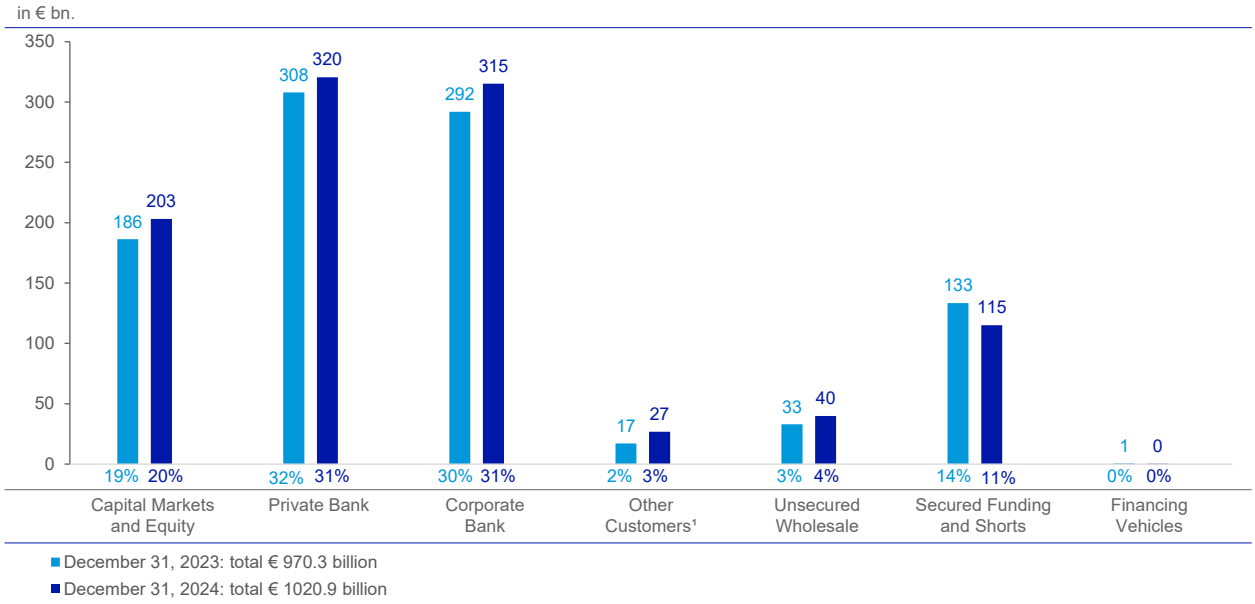
O volume total de emissão de 18 mil milhões de euros está repartido da seguinte forma: 3,0 mil milhões de euros em emissões de capital, 6,9 mil milhões de euros de financiamento sénior não preferencial e 8,1 mil milhões de euros de financiamento sénior preferencial. Do ponto de vista das divisas, o volume total de emissões divide-se da seguinte forma: Euros (9,6 mil milhões de euros), dólares americanos (6,2 mil milhões de euros), ienes japoneses (0,6 mil milhões de euros) e outras moedas agregadas (1,6 mil milhões de euros). A base de investidores do Grupo para emissões em 2024 foi a seguinte: gestores de ativos e fundos de pensões (62%), bancos (11%), clientes de retalho (8%), companhias de seguros (7%), outros investidores institucionais (7%), governos e agências (2%) e outros (3%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (16%), resto da Europa (44%), EUA (23%), Ásia e Pacífico (14%) e Outros (3%). O spread médio da emissão da taxa Euribor a 3 meses/RFR (taxa sem risco) foi de 110 pontos base para o ano inteiro. O prazo médio foi de 5,6 anos. o Grupo emitiu os seguintes volumes em cada trimestre: T1: 5,1 mil milhões de euros, T2: 5,6 mil milhões de euros, T3: 5,6 mil milhões de euros e T4: 1,7 mil milhões de euros.

O plano de emissões do Deutsche Bank para 2025 é de 15 a 20 mil milhões de euros, em linha com o plano do ano passado. A atenção centrar-se-á nas obrigações sénior não preferenciais e nos instrumentos de capital. As emissões preferenciais sénior serão principalmente em formato não benchmark. O Grupo também planeia angariar parte deste financiamento em dólares americanos e poderá celebrar swaps cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. O Banco tem maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 12 mil milhões de euros. Além disso, o Banco emitiu títulos estruturados com um volume de 10 mil milhões de euros em 2024 e prevê cerca de 9 mil milhões de euros em 2025. Esta atividade é conduzida pela divisão FIC e não faz parte do plano de emissão da Tesouraria.

Diversificação de financiamento

Em 2024, o valor total de financiamento externo aumentou 50,6 mil milhões de euros, de 970,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 para 1020,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. Os financiamentos do Corporate Bank aumentaram 23,3 mil milhões de euros, com maior incidência nos depósitos à ordem. No Private Bank, o crescimento de 12,6 mil milhões de euros foi impulsionado principalmente pelos depósitos a prazo. A carteira de financiamento por grosso sem garantia aumentou 6,5 mil milhões de euros, dos quais 3,6 mil milhões de euros de depósitos do Investment Bank. Além disso, os mercados de capitais e de ações aumentaram 16,8 mil milhões de euros, devido a um aumento de 1,6 mil milhões de euros em ações e de 15,2 mil milhões de euros em emissões de dívida de longo prazo. O financiamento garantido e as posições vendidas a descoberto diminuíram 18,3 mil milhões de euros, devido a pré-pagamentos de 15,0 mil milhões de euros das ORPA direcionadas (Targeted Longer-Term Refinancing Operations) e a reduções de 3,3 mil milhões de euros nas operações de recompra. O crescimento adicional de 9,9 mil milhões de euros na rubrica Outros clientes deveu-se principalmente ao aumento da dívida a longo prazo, devido ao crescimento das estruturas do ETF.

Composição das fontes de financiamento externas



[1] Outros Clientes incluem depósitos fiduciários, notas de X-markets e margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida)
Referência: Reconciliação para o balanço total de 1387,2 mil milhões de euros (1312,3 mil milhões de euros): Derivados e saldos de liquidação de 288,8 mil milhões de euros (266,5 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) de 42,2 mil milhões de euros (40,2 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento de 35,3 mil milhões de euros (35,4 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente.

Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais[1]

31 dez 2024

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	829	697	1.294	1.277	4.098	56	0	4.153
Depósitos de outros clientes grossistas	3.106	7.919	4.698	5.396	21.119	2.231	1.013	24.363
CD e PC	1.107	3.623	2.647	3.688	11.064	10	117	11.190
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos “plain vanilla” não preferenciais sénior	239	1.467	1.788	5.190	8.685	12.054	33.279	54.018
Instrumentos “plain vanilla” preferenciais sénior	171	360	1.681	1.712	3.923	4.442	7.930	16.294
Estruturados sénior	239	793	1.029	1.381	3.442	2.187	20.094	25.723
Obrigações/ABS cobertos	765	343	225	757	2.091	3.301	10.163	15.554
Passivos subordinados	0	1.264	3.945	1.190	6.399	4.239	12.991	23.630
Outros	49	0	0	0	49	0	7	57
Total	**6.505**	**16.468**	**17.307**	**20.591**	**60.870**	**28.519**	**85.593**	**174.982**
Dos quais:								
Garantidos	765	343	225	757	2.091	3.301	10.163	15.554
Sem garantia	5.740	16.124	17.081	19.834	58.779	25.218	75.430	159.428

[1] Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas
Volume de emissões no mercado de capitais reportado após eliminação da dívida própria

O volume total de passivos por grosso não garantidos, de veículos de papel comercial garantido por ativos (ABCP) e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo de um ano totalizava 61 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, devendo ser considerado no contexto do total dos nossos ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) de 226 mil milhões de euros.

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
								31 dez 2023
Depósitos de bancos	1.942	1.419	692	402	4.455	558	103	5.117
Depósitos de outros clientes grossistas	9.838	4.740	3.475	1.984	20.038	422	633	21.093
CD e PC	1.085	2.143	2.041	1.623	6.891	84	0	6.976
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	91	1.173	2.852	4.146	8.261	7.700	36.328	52.289
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	198	442	1.293	718	2.650	3.494	5.325	11.470
Estruturados sénior	121	458	748	1.275	2.603	2.919	12.401	17.923
Obrigações/ABS cobertos	21	2.065	235	750	3.070	1.867	13.063	18.000
Passivos subordinados	10	15	291	94	410	5.887	14.039	20.336
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	**13.306**	**12.454**	**11.627**	**10.992**	**48.380**	**22.931**	**81.892**	**153.204**
Dos quais:								
Garantidos	21	2.065	235	750	3.070	1.867	13.063	18.000
Sem garantia	13.285	10.389	11.392	10.242	45.309	21.065	68.829	135.203

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

em milhões de euros	em EUR	em USD	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em USD	em GBP	noutras moedas	Total
	31 de dezembro de 2024					31 de dezembro de 2023				
Depósitos de bancos	629	2.583	40	902	4.153	666	2.409	108	1.934	5.117
Depósitos de outros clientes grossistas	7.722	13.836	264	2.542	24.363	8.857	9.128	248	2.860	21.093
CD e PC	3.695	7.230	0	266	11.190	3.776	2.816	0	383	6.976
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	23.485	24.503	2.167	3.862	54.018	22.309	23.199	3.611	3.171	52.289
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	8.919	5.390	15	1.970	16.294	6.445	4.424	8	593	11.470
Estruturados sénior	10.704	12.250	50	2.719	25.723	8.278	7.502	43	2.100	17.923
Obrigações cobertas/ ABS	14.822	732	0	0	15.554	17.710	290	0	0	18.000
Passivos subordinados	12.553	9.938	952	187	23.630	9.845	9.380	932	179	20.336
Outros	8	0	0	49	57	0	0	0	0	0
Total	**82.536**	**76.461**	**3.489**	**12.495**	**174.982**	**77.886**	**59.148**	**4.949**	**11.220**	**153.204**
Dos quais:										
Garantidos	14.822	732	0	0	15.554	17.710	290	0	0	18.000
Sem garantia	67.714	75.729	3.489	12.495	159.428	60.176	58.858	4.949	11.220	135.203

Ativos líquidos de alta qualidade

Composição dos HQLA do Grupo por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em mil milhões de euros	Valor de mercado	Valor de acordo com o artigo 9.º do CRR	Valor de mercado	Valor de acordo com o artigo 9.º do CRR
Numerário disponível e reservas do banco central	124	124	156	156
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	97	97	133	133
Subsidiárias	26	26	23	23
Títulos líquidos de alta qualidade (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	106	102	66	63
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	98	94	54	51
Subsidiárias	8	8	12	12
Total HQLA	**230**	**226**	222	219
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	195	191	187	184
Subsidiárias	34	34	35	35

Em 31 de dezembro de 2024, o HQLA do Grupo aumentou para 226 mil milhões de euros, em comparação com 219 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. Esta evolução deve-se principalmente ao aumento dos depósitos e à emissão de dívida de longo prazo, largamente compensados pelo reembolso das ORPA direcionadas e pelo aumento dos ativos detidos por empresas.

Rácio de cobertura de liquidez

O rácio de cobertura de liquidez era de 131% no final de 2024, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 53 mil milhões de euros em comparação com 140% no final de 2023, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 62 mil milhões de euros. O crescimento significativo dos depósitos e a atividade de novas emissões foram mais do que compensados pelo aumento dos ativos das empresas, pelo reembolso das ORPA direcionadas e pelo aumento das saídas modeladas ao abrigo de compromissos e garantias.

O LCR médio ponderado a doze meses do Grupo foi de 134%. Este foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 435.º do CRR.

Componentes do LCR

	31 dez 2024	31 dez 2023
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Total do valor ponderado ajustado (média)	Total do valor ponderado ajustado (média)
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	**12**	12
Ativos líquidos de alta qualidade	**224**	215
Total de saídas de caixa líquidas	**167**	157
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em %	**134%**	137%

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (matriz de financiamento de moedas agregadas, em USD e em GBP) estavam em linha com os objetivos no final do exercício de 2024 e 2023.

Testes de esforço e análise de cenários

No final de 2024, a posição de liquidez líquida do Grupo em situação de esforço era de 56 mil milhões de euros em comparação com os 58 mil milhões de euros no final de 2023, com a alteração do cenário de liquidez excedentária mínima a refletir a introdução de um horizonte de apetência pelo risco de 12 meses no âmbito do cenário de risco sistémico de mercado.

Resultados diários globais dos testes de esforço em todas as moedas

	31 dez 2024			31 dez 2023		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez
Risco de mercado sistémico	208	265	56	123	242	119
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	34	174	140	38	180	142
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	142	241	99	161	259	97
Combinado[3]	216	275	59	203	261	58

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio
[3] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

Resultados diários globais dos testes de esforço em EUR

	31 dez 2024			31 dez 2023		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez
Combinado[3]	91	104	13	90	116	25

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio
[3] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

Resultados diários globais dos testes de esforço em USD

	31 dez 2024			31 dez 2023		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez
Combinado[3]	80	102	22	91	102	11

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio
[3] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

Resultados diários globais dos testes de esforço em GBP

	31 dez 2024			31 dez 2023		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento[1]	Compensação do défice[2]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento	Compensação do défice	Posição líquida de liquidez
Combinado[3]	5	10	5	4	5	1

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio
[3] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

A tabela seguinte apresenta o montante necessário para satisfazer os requisitos de garantias colaterais de obrigações contratuais em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em milhões de euros	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivados contratuais	182	309	402	526
Outros requisitos de financiamento ou de margem	0	0	0	0

Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido foi de 121% no final de 2024, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 110 mil milhões de euros, em comparação com 121% no final de 2023, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 107 mil milhões de euros.

	31 dez 2024	31 dez 2023
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Total do valor ponderado ajustado	Total do valor ponderado ajustado (média)
Financiamento estável disponível (ASF)	**625**	605
Financiamento estável requerido (RSF)	**515**	499
Rácio de financiamento estável líquido (NSFR) em %	121%	121%

Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do Grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Por este motivo, são excluídas as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 20, "Ativos penhorados e recebidos como garantia" das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 37, "Informações sobre subsidiárias" das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados onerados. Os saldos apresentados incluem igualmente ativos de margem de derivados a receber, tal como onerados ao abrigo das orientações relevantes da ABE.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados pelo justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico patrimonial e extrapatrimonial ou pelo justo valor e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte "Ativos líquidos de alta qualidade" para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em "Outros ativos" pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

	31 dez 2024			
	Valor contabilístico			
			Ativos desonerados	
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	179	80	99	0
Instrumentos de capital	4	0	4	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	154	14	139	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	41	0	0	41
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]				
Ativos detidos para negociação	12	0	12	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	292	0	0	292
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	105	0	0	105
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3	0	3	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral[2]	8	0	5	3
Empréstimos	517	48	41	427
Outros ativos	75	40	0	35
Total	1.389	183	303	903

[1] Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo
[2] Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados acima, em separado)

	31 dez 2024			
	Justo valor das garantias recebidas			
			Ativos desonerados	
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	479	366	110	3
Títulos de dívida	473	363	110	0
Instrumentos de capital	1	1	0	0
Outras garantias recebidas	6	2	0	3

	31 dez 2023			
	Valor contabilístico			
			Ativos desonerados	
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	167	84	83	0
Instrumentos de capital	3	0	3	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	184	12	172	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	15	0	0	15
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]				
Ativos detidos para negociação	9	0	9	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	252	0	0	252
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda[1]	79	0	0	79
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1	0	1	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral[2]	7	0	5	2
Empréstimos	528	57	14	457
Outros ativos	69	36	0	34
Total	1.314	189	287	838

[1] Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo
[2] Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados acima, em separado)

	31 dez 2023			
	Justo valor das garantias recebidas			
			Ativos desonerados	
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	379	325	49	6
Títulos de dívida	370	321	48	0
Instrumentos de capital	1	1	0	0
Outras garantias recebidas	8	3	0	6

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo ≤ 1 ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31 dez 2024

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central[1]	133.755	10.423	3.118	131	20	46	0	0	0	147.494
Saldos interbancários (sem bancos centrais)[1]	4.590	1.238	156	85	49	37	0	0	6	6.160
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	640	3.564	8.696	14.690	3.143	1.329	5.591	3.151	0	40.803
Com bancos	597	468	3.838	6.228	1.995	0	4.322	2.710	0	20.158
Com clientes	43	3.096	4.859	8.462	1.147	1.329	1.269	440	0	20.645
Títulos obtidos por empréstimo	0	32	0	0	0	0	11	0	0	44
Com bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com clientes	0	32	0	0	0	0	11	0	0	44
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	448.881	71.938	9.475	3.531	1.783	3.041	2.121	1.603	3.476	545.849
Ativos detidos para negociação	137.706	0	0	0	0	2.026	0	0	40	139.772
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	131.418	0	0	0	0	0	0	0	0	131.418
Ações e outros títulos de rendimento variável	2.753	0	0	0	0	2.026	0	0	40	4.819
Outros ativos detidos para negociação	3.535	0	0	0	0	0	0	0	0	3.535
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	291.753	0	0	0	0	0	0	0	0	291.754
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	19.422	71.938	9.475	3.531	1.783	1.015	2.121	1.603	3.436	114.324
Títulos comprados com acordos de revenda	8.109	68.159	6.241	3.022	1.564	248	995	398	0	88.736
Títulos obtidos por empréstimo	11.200	2.070	2.620	0	0	0	22	0	0	15.913
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	30	445	601	480	214	107	999	1.003	2.549	6.429
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	82	1.264	12	29	5	660	104	202	887	3.246
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	27	83	29	22	12	91	64	55	383
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	0	3.735	2.896	1.703	1.601	605	4.266	7.189	20.096	42.090
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.355	1.275	0	0	0	153	0	3	2.786
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	2.004	1.039	1.345	904	541	3.440	5.098	19.865	34.236
Empréstimos	0	376	582	358	696	65	673	2.091	227	5.068
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	14.095	34.800	23.242	23.857	16.390	13.804	41.424	109.587	201.722	478.921
A bancos	226	2.085	1.135	987	346	725	126	840	1.907	8.376
A clientes	13.869	32.715	22.107	22.870	16.045	13.079	41.297	108.748	199.815	470.545
Retalho	2.381	3.837	2.317	1.965	1.185	1.159	5.716	23.646	154.729	196.935
Grandes empresas e outros clientes	11.488	28.878	19.791	20.905	14.859	11.920	35.582	85.101	45.086	273.610
Outros ativos financeiros	59.501	8.436	1.191	1.508	512	1.701	1.928	4.848	13.121	92.745
Total de ativos financeiros	**661.461**	**134.193**	**48.857**	**45.534**	**23.519**	**20.576**	**55.432**	**126.442**	**238.476**	**1.354.488**
Outros ativos	**9.083**	**247**	**5**	**4.574**	**13**	**4.923**	**267**	**1.248**	**12.328**	**32.689**
Total do ativo	**670.544**	**134.440**	**48.862**	**50.107**	**23.532**	**25.499**	**55.699**	**127.690**	**250.804**	**1.387.177**

[1] As posições "Caixa e saldos do banco central" e "Saldos interbancários (sem bancos centrais)" incluem 379 milhões de euros em numerário detidos nos bancos russos, predominantemente no Banco Central da Rússia

31 dez 2023

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central[1]	164.942	11.301	1.905	185	39	45	0	0	0	178.416
Saldos interbancários (sem bancos centrais)[1]	4.599	653	42	63	78	100	0	0	606	6.140
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	16	2.010	3.388	514	1.434	901	4.180	2.282	0	14.725
Com bancos	7	393	1.250	93	936	862	2.389	2.282	0	8.212
Com clientes	10	1.617	2.138	421	497	39	1.791	0	0	6.513
Títulos obtidos por empréstimo	0	33	0	0	0	0	6	0	0	39
Com bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com clientes	0	33	0	0	0	0	6	0	0	39
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	390.279	51.826	11.152	3.130	563	2.655	700	1.287	3.660	465.252
Ativos detidos para negociação	123.907	0	0	0	0	1.353	0	0	16	125.275
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	120.731	0	0	0	0	0	0	0	0	120.731
Ações e outros títulos de rendimento variável	1.968	0	0	0	0	1.353	0	0	16	3.336
Outros ativos detidos para negociação	1.207	0	0	0	0	0	0	0	0	1.207
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	251.855	0	0	0	0	0	0	0	1	251.856
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	14.517	51.826	11.152	3.130	563	1.302	626	1.287	3.643	88.047
Títulos comprados com acordos de revenda	5.331	48.697	7.987	2.242	299	550	161	669	0	65.937
Títulos obtidos por empréstimo	9.159	2.001	1.859	0	0	0	17	0	0	13.036
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	12	521	1.301	861	264	136	386	580	2.373	6.434
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	16	607	5	27	0	616	62	38	1.270	2.640
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	74	0	1	75
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	337	211	104	55	38	18	79	46	889
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	36	3.590	1.514	1.106	666	482	2.314	8.761	17.077	35.546
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.805	0	0	0	0	0	0	0	1.805
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	1.476	980	771	475	336	1.548	6.337	16.951	28.874
Empréstimos	36	309	534	335	190	146	767	2.424	126	4.867
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	15.107	37.104	31.048	17.534	12.418	14.272	38.335	91.628	216.259	473.705
A bancos	227	537	348	332	41	1.535	862	519	801	5.202
A clientes	14.880	36.567	30.700	17.201	12.377	12.736	37.473	91.108	215.459	468.502
Retalho	2.375	5.803	4.879	1.721	1.302	2.170	4.786	16.929	168.184	208.148
Grandes empresas e outros clientes	12.505	30.763	25.822	15.480	11.075	10.567	32.688	74.180	47.275	260.354
Outros ativos financeiros	68.187	9.243	3.875	2.729	778	1.445	1.136	4.225	15.204	106.823
Total de ativos financeiros	**643.167**	**116.096**	**53.134**	**25.365**	**16.030**	**19.936**	**46.691**	**108.263**	**252.853**	**1.281.535**
Outros ativos	**9.124**	**269**	**1**	**4.169**	**2**	**4.185**	**194**	**2.080**	**10.771**	**30.796**
Total do ativo	**652.291**	**116.366**	**53.135**	**29.534**	**16.032**	**24.121**	**46.885**	**110.342**	**263.624**	**1.312.331**

[1] As posições "Caixa e saldos do banco central" e "Saldos interbancários (sem bancos centrais)" incluem 614 milhões de euros em numerário detidos nos bancos russos, predominantemente no Banco Central da Rússia

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do passivo com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31 dez 2024

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	373.816	64.076	93.692	69.346	21.845	18.207	9.612	5.538	10.130	666.261
A pagar a bancos	53.385	1.721	10.520	11.102	6.515	1.033	1.927	2.984	8.731	97.920
A pagar a clientes	320.430	62.355	83.171	58.244	15.330	17.174	7.685	2.553	1.399	568.341
Retalho	135.531	16.455	44.218	34.930	8.890	6.577	1.389	491	22	248.504
Grandes empresas e outros clientes	184.900	45.899	38.953	23.314	6.440	10.596	6.296	2.062	1.377	319.838
Passivos detidos para negociação	319.893	0	0	0	0	0	0	0	0	319.893
Títulos para negociação	41.864	0	0	0	0	0	0	0	0	41.864
Outros passivos detidos para negociação	1.635	0	0	0	0	0	0	0	0	1.635
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	276.395	0	0	0	0	0	0	0	0	276.395
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	32.343	24.338	11.059	4.417	539	304	3.310	10.009	5.713	92.032
Títulos vendidos com acordos de recompra	30.294	23.772	10.739	3.254	302	0	760	0	0	69.121
Dívida a longo prazo	2.023	335	228	1.043	136	235	2.543	9.947	5.713	22.203
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	26	232	91	120	101	69	6	62	0	708
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	454	0	0	0	454
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	357	621	342	197	77	16	16	65	1.690
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.227	0	0	0	0	0	0	0	0	1.227
Títulos vendidos com acordos de recompra	268	23	1.017	175	0	0	715	289	25	2.513
A pagar a bancos	88	2	917	152	0	0	605	158	9	1.929
A pagar a clientes	180	21	101	23	0	0	111	131	16	583
Títulos cedidos por empréstimo	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
A pagar a bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A pagar a clientes	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Outros empréstimos a curto prazo	1.345	3.380	2.372	1.845	227	726	0	0	0	9.895
Dívida a longo prazo	0	1.474	4.280	5.971	5.079	3.825	18.543	42.140	33.587	114.899
Títulos de dívida – sénior	0	1.315	2.873	4.081	4.764	3.158	14.957	36.395	15.067	82.611
Títulos de dívida subordinados	0	0	1.248	1.635	0	0	2.000	2.436	4.307	11.626
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	159	158	254	315	667	1.545	3.289	14.190	20.578
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	0	0	0	42	20	22	85
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	287	0	0	0	0	0	287
Outros passivos financeiros	72.776	526	665	881	137	256	1.988	1.360	2.508	81.098
Total de passivos financeiros	**801.670**	**94.174**	**113.705**	**83.264**	**28.024**	**23.849**	**34.185**	**59.352**	**52.028**	**1.290.251**
Outros passivos	**17.494**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**17.494**
Total do capital próprio	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**79.432**	**79.432**
Total do passivo e do capital próprio	**819.164**	**94.174**	**113.705**	**83.264**	**28.024**	**23.849**	**34.185**	**59.352**	**131.460**	**1.387.177**
Compromissos assumidos fora do balanço	42.360	11.136	16.635	22.017	18.465	29.279	45.442	122.123	35.709	343.167
Bancos	1.038	1.584	2.164	2.827	2.766	2.080	3.213	4.697	6.169	26.540
Retalho	13.776	455	642	134	79	1.502	279	891	2.977	20.734
Grandes empresas e outros clientes	27.546	9.097	13.829	19.057	15.620	25.697	41.950	116.535	26.563	295.893

31 dez 2023

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	346.071	55.380	93.682	61.316	23.849	18.642	7.724	5.065	10.305	622.035
A pagar a bancos	48.482	1.741	10.139	8.791	5.902	478	3.126	3.398	8.977	91.034
A pagar a clientes	297.589	53.639	83.543	52.525	17.947	18.164	4.598	1.667	1.328	531.001
Retalho	130.097	9.882	47.506	34.857	8.635	7.031	1.272	502	43	239.826
Grandes empresas e outros clientes	167.492	43.758	36.036	17.669	9.312	11.133	3.326	1.166	1.285	291.176
Passivos detidos para negociação	282.264	0	0	0	0	0	0	0	0	282.264
Títulos para negociação	43.114	0	0	0	0	0	0	0	0	43.114
Outros passivos detidos para negociação	890	0	0	0	0	0	0	0	0	890
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	238.260	0	0	0	0	0	0	0	0	238.260
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	33.974	24.883	11.547	3.081	217	499	1.727	5.770	2.025	83.722
Títulos vendidos com acordos de recompra	32.183	24.790	11.422	2.748	58	301	537	339	0	72.377
Dívida a longo prazo	1.618	6	43	275	139	89	1.147	5.368	2.024	10.709
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	173	87	82	58	20	109	43	62	1	636
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	484	0	0	0	484
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	40	92	10	9	4	14	12	70	252
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.057	0	0	0	0	0	0	0	0	1.057
Títulos vendidos com acordos de recompra	274	288	295	302	0	0	2	773	48	1.981
A pagar a bancos	63	265	7	302	0	0	2	771	0	1.410
A pagar a clientes	211	23	287	0	0	0	0	2	48	571
Títulos cedidos por empréstimo	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
A pagar a bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A pagar a clientes	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Outros empréstimos a curto prazo	1.479	2.973	2.345	1.522	493	808	0	0	0	9.620
Dívida a longo prazo	0	435	15.286	6.016	3.601	5.604	17.936	41.861	28.652	119.390
Títulos de dívida – sénior	0	378	3.991	4.487	858	5.408	14.665	35.848	16.050	81.685
Títulos de dívida subordinados	0	10	9	0	26	8	2.703	4.356	4.051	11.163
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	47	11.287	1.529	2.680	161	568	1.594	8.529	26.394
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	0	37	27	0	62	22	149
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	289	0	0	0	0	0	289
Outros passivos financeiros	89.980	754	635	1.837	173	308	733	1.209	2.478	98.108
Total de passivos financeiros	**755.102**	**84.754**	**123.882**	**74.374**	**28.342**	**26.349**	**28.136**	**54.689**	**43.578**	**1.219.206**
Outros passivos	**18.307**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**18.307**
Total do capital próprio	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**74.818**	**74.818**
Total do passivo e do capital próprio	**773.409**	**84.754**	**123.882**	**74.374**	**28.342**	**26.349**	**28.136**	**54.689**	**118.396**	**1.312.330**
Compromissos assumidos fora do balanço	42.501	10.875	21.158	15.720	14.318	24.459	37.389	113.593	40.527	320.540
Bancos	1.016	1.177	2.354	2.242	2.090	2.278	2.289	2.820	5.829	22.095
Retalho	14.707	1.354	1.206	503	718	2.281	971	583	4.940	27.262
Grandes empresas e outros clientes	26.778	8.344	17.597	12.976	11.510	19.899	34.130	110.190	29.758	271.182

Declaração de Sustentabilidade

192 Informações gerais
192 Base geral para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade
194 Governação
201 Dupla avaliação da materialidade
207 Estratégia de sustentabilidade
214 Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião
219 Financiamento sustentável
238 Diligência devida SAG
247 Gestão da cadeia de abastecimento

253 Informação ambiental
253 Divulgações ao abrigo do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)
256 Alterações climáticas

286 Informação social
286 Força de trabalho própria
313 Centralidade no cliente

325 Informação sobre a governação
325 Cultura, integridade e conduta
330 Combate à criminalidade financeira
335 Comportamento anticoncorrencial
338 Impostos
340 Políticas públicas e regulamentação
345 Proteção de dados
348 Segurança da informação

349 Informações adicionais
349 Relatório de garantia limitada do auditor independente sobre a declaração de sustentabilidade do grupo
352 Lista dos requisitos de divulgação cumpridos
363 Quadro de todos os pontos de dados decorrentes de outra legislação da UE

Sustentabilidade

A sustentabilidade, que inclui as dimensões Ambiental, Social e de Governação (SAG), tem sido uma parte central da estratégia do Deutsche Bank desde 2019. É um dos três pilares temáticos que sustentam a estratégia empresarial do Deutsche Bank e apoiam a sua visão de ser o Global Hausbank: o campeão europeu e a primeira escolha dos seus clientes. O banco considera que é da sua responsabilidade apoiar e, sempre que possível, acelerar a transformação histórica para uma sociedade e uma economia mais sustentáveis. O banco integrou a sustentabilidade na sua governação e operações, bem como nos seus produtos e serviços.

Ambiental

O Deutsche Bank considera que é da sua responsabilidade acelerar a transição para uma economia sustentável com baixas emissões de carbono

Social

O Deutsche Bank atribui a mesma importância a considerações de carácter social, como a igualdade de oportunidades, a inclusão e a orientação para o cliente

Governação

O Deutsche Bank está empenhado em proteger os ativos e os dados dos clientes, em prevenir a criminalidade financeira e em respeitar as regras de concorrência leal

2050
zero emissões líquidas, incluindo objetivos para os oito setores com maior intensidade de carbono na carteira de empréstimos a empresas

~70%
Pontuação do Culture Pulse Index em 2024

>99%
taxa de conclusão das ações de formação obrigatórias, como a luta contra a criminalidade financeira, o código de conduta e as intervenções

Volumes de financiamento sustentável[1]

€373bn
volumes acumulados desde 2020

€500bn
objetivo até 2025

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Classificações e avaliações SAG selecionadas 2024

CDP Alterações climáticas	Classificação empresarial ISS SAG	Classificaçõe s MSCI SAG	S&P Global CSA	Classificação de risco SAG da Sustainalytics
B	**C+**	**AA**	**67**	**24.8**
2023: B	2023: C+	2023:A	2023:54	2023: 27.9
Escala[2]: A a D-	Escala[2]: A+ a D-	Escala[2]: AAA a CCC	Escala[2]: 100 a 0	Escala[2]: 0 a 100
Média do setor: B	Classificação em decil[3]: 1/10	Média do setor[4]: -	Média do setor: 28	

[1] Financiamento sustentável e volumes de investimento SAG (excluindo Asset Management (DWS))
[2] Do melhor para o pior
[3] Uma classificação em decil de 1 indica um desempenho elevado relativamente aos seus pares do setor
[4] A avaliação é explicitamente relativa aos padrões e ao desempenho dos pares da empresa no setor, pelo que não existe uma média do setor

Informações gerais

Base para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade

Base geral para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade

ESRS 2 BP-1
A Declaração de Sustentabilidade do Grupo Deutsche Bank para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que é combinada com a Declaração de Sustentabilidade da sociedade-mãe, foi elaborada de acordo com o artigo 315.º-C, n.º 1, em conjugação com os artigos 289.º-C a 289.ºE do Código Comercial Alemão (HGB). Uma vez que a Diretiva Europeia relativa ao Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD) não tinha sido transposta para o direito alemão em 31 de dezembro de 2024, o banco aplicou as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) como quadro de relato, tal como permitido pelo artigo 315.º-C, n.º 3 do HGB, em conjugação com o artigo 289.º-D do HGB e, nessa base, divulga a governação, a estratégia, o impacto, a gestão de riscos e oportunidades, as métricas e os objetivos para questões materiais de sustentabilidade.

Além disso, a Declaração de Sustentabilidade cumpre as obrigações de divulgação nos termos do artigo 8.º, n.^{os} 1 e 3, do Regulamento Taxonomia (Regulamento (UE) 2020/852) e as respetivas especificações nos artigos 4.º e 10.º, n.º 5, do Ato Delegado relativo à Divulgação de Informações (Regulamento Delegado (UE) 2021/2178).

A Demonstração de Sustentabilidade foi elaborada numa base consolidada e o perímetro de consolidação é o mesmo que o das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. O Banco não identificou quaisquer subsidiárias não incluídas nas demonstrações financeiras do Grupo que necessitem de ser incluídas na Declaração de Sustentabilidade. Salvo indicação em contrário, a informação divulgada relativamente ao Grupo Deutsche Bank aplica-se igualmente ao Deutsche Bank AG . As especificidades de certas subsidiárias consolidadas, como, por exemplo, a DWS Group GmbH & Co. KGaA, são destacadas separadamente quando necessário. O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e o seu componente mais importante.

A administração do Deutsche Bank AG é responsável pela definição da estratégia de sustentabilidade, bem como pela governação relacionada, tanto para o Deutsche Bank AG como para o Grupo Deutsche Bank. Para mais informações, consultar as secções "Estratégia de sustentabilidade" e "Governação" da presente Declaração de Sustentabilidade. O Deutsche Bank AG tem sede na Alemanha e, através de sucursais no estrangeiro, opera a nível mundial. Para mais detalhes sobre a distribuição regional dos efetivos do Deutsche Bank AG, consultar o capítulo "Informação autónoma da sociedade-mãe (HGB)" no Relatório de Gestão Combinado.

Os tópicos materiais relacionados com a sustentabilidade e os seus impactos, riscos e oportunidades em relação à cadeia de valor a montante, às operações próprias e a jusante do banco, tal como descrito em "Grupo Deutsche Bank" no "Relatório de Gestão Combinado", foram determinados pelo resultado da dupla avaliação da materialidade, tal como exigido pela ESRS 1 – Requisitos gerais. Pode ser encontrada uma descrição pormenorizada do processo de avaliação da materialidade no capítulo "Dupla avaliação da materialidade".

Os tópicos materiais de sustentabilidade na Declaração de Sustentabilidade estão estruturados nas secções "Informação Ambiental", "Informação Social" e "Informação sobre Governação". Os seguintes capítulos abrangentes estão incluídos nas "Informações Gerais", uma vez que abrangem as questões ambientais, sociais e de governação (ESG) de forma holística e estão sujeitos a vários requisitos das ESRS: "Governação", "Avaliação da dupla materialidade", "Estratégia de sustentabilidade", "Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião", "Financiamento sustentável", "Devida diligência ESG" e "Gestão da cadeia de abastecimento" ("cadeia de valor a montante"). O "Financiamento Sustentável" faz parte do modelo de negócio do Deutsche Bank e inclui, pela sua natureza, elementos ambientais, sociais e de governação. Dado que as ESRS não preveem uma norma temática para o Financiamento Sustentável, este tópico é tratado como um tópico específico da entidade sujeito às divulgações da ESRS 2. A "Gestão da cadeia de abastecimento" abrange todos os tópicos materiais identificados da cadeia de valor a montante do Deutsche Bank e, por conseguinte, está sujeita a vários requisitos das ESRS. Por conseguinte, o capítulo inclui todas as divulgações materiais relativas à norma transversal ESRS 2 e às normas temáticas ESRS E1 e ESRS G1.

O banco divulga informações comparativas relativas aos valores registados no período de referência anterior. Nos casos em que a informação comparativa foi alinhada com a apresentação no ano corrente, tal é mencionado no respetivo capítulo.

Nos casos em que o banco utilizou a opção de omitir informações ou assuntos confidenciais ou sensíveis no decurso da negociação, de acordo com a ESRS 2 – Divulgações gerais, BP-1 5(d) e (e), este facto é divulgado no capítulo relevante da Declaração de Sustentabilidade.

As políticas mencionadas no presente relatório estão disponíveis internamente no "Portal de Políticas" do Deutsche Bank.

A Declaração de Sustentabilidade de 2024 está sujeita a um compromisso de garantia limitada, conforme divulgado no Relatório do Auditor Independente.

Divulgação de informações em circunstâncias específicas

ESRS 2 BP-2
Qualquer desvio em relação aos horizontes temporais de médio ou longo prazo (tal como definido na norma ESRS 1 – Requisitos gerais, Secção 6.4) é descrito no capítulo concreto da presente Declaração de Sustentabilidade em que os horizontes temporais desviantes foram aplicados, incluindo as razões para esse desvio.

Nos casos em que a informação contida na Declaração de Sustentabilidade utilizou pressupostos e estimativas que conduziram a um certo nível de incerteza na medição, por exemplo, ao medir as emissões financiadas nas carteiras de clientes, estes são descritos em pormenor nos capítulos específicos dos tópicos relevantes desta Declaração de Sustentabilidade.

Quaisquer alterações na apresentação das informações sobre sustentabilidade resultantes de alterações de estimativas, correções ou reformulações de informações de períodos anteriores, sempre que tais informações sejam fornecidas, são explicadas ou indicadas em nota de rodapé à divulgação relevante.

A Declaração de Sustentabilidade está em conformidade com os requisitos de divulgação das ESRS, tal como enumerados no índice de conteúdo das ESRS do presente relatório.

Adicionalmente, a Declaração de Sustentabilidade contém igualmente informações decorrentes de outras legislações da UE, tal como incluídas no "Quadro de pontos de dados decorrentes de outras legislações da UE".

Além disso, os tópicos materiais específicos para os quais não existe uma ESRS específica estão sujeitos à ESRS 2 "Divulgações Gerais". As métricas e os objetivos para estes tópicos são comunicados de acordo com as normas de relato de sustentabilidade geralmente aceites da Global Reporting Initiative (GRI), tal como permitido pela ESRS 1 – Requisitos gerais. Este facto encontra aplicação no que respeita aos seguintes tópicos específicos das entidades:

- Proteção de Dados: GRI 404-2, GRI G4 FS4 e GRI 418-1
- Segurança da Informação: GRI 404-2
- Impostos: GRI 207-4

O banco utilizou a opção de incorporar por referência os seguintes requisitos de divulgação das ESRS, de acordo com a ESRS 2, BP-2 §16. Por conseguinte, as seguintes informações não estão incluídas na Declaração de Sustentabilidade, mas noutras secções do Relatório Anual, com as respetivas referências à Declaração de Sustentabilidade:

- O modelo de negócio e a cadeia de valor do Deutsche Bank são descritos na secção "Grupo Deutsche Bank" do Relatório Anual, no "Relatório de Gestão Combinado"
- A função do Conselho de Supervisão e do Conselho de Administração é descrita na secção "Governo da Sociedade" do "Relatório de Gestão Combinado"
- A governação, a estratégia, os impactos, os riscos e oportunidades, as métricas e os objetivos relacionados com o tópico material "Segurança da informação" são divulgados na secção "Segurança da informação" do Relatório de Riscos do "Relatório de Gestão Combinado"

O Grupo utilizou as seguintes opções de integração progressiva, enumeradas na ESRS 1, Anexo C, que são aplicáveis ao Deutsche Bank:

- ESRS 2 SBM-3 Par. 48 (e) Impactos materiais, riscos e oportunidades – Efeitos financeiros previstos
- ESRS E1-9 Efeitos financeiros previstos do risco relacionado com o clima: aplicação parcial da opção de integração progressiva, incluindo descrição qualitativa nos primeiros três anos de aplicação

As divulgações sobre os efeitos financeiros das questões de sustentabilidade são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, se exigido pelas IFRS. No que respeita aos riscos climáticos, as estimativas de exposições mais elevadas ao risco de transição e ao risco físico e o seu impacto na perda de crédito esperada (ECL) não resultaram em qualquer ajustamento das provisões para perdas de crédito para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esta situação é descrita na área de incidência Risco Climático do Relatório de Risco.

Acontecimentos após o período de relato

ESRS 1.7
Após a data de relato, não ocorreram quaisquer factos relevantes que tenham tido um impacto significativo na Declaração de Sustentabilidade do Banco.

Governação

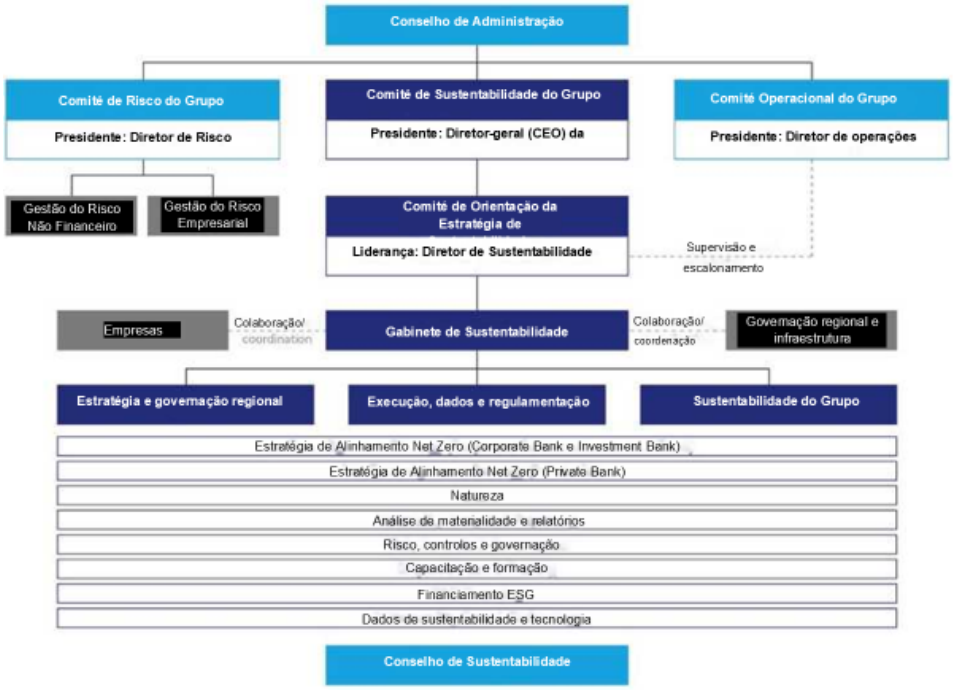
Governo da Sociedade

ESRS 1 relacionada com a ESRS 2 GOV-1, ESRS 2 GOV-2
Para informações sobre a função e as informações prestadas ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, bem como sobre as questões de sustentabilidade por eles abordadas, consultar a Declaração sobre o Governo da Sociedade constante do presente relatório.

Governação da Sustentabilidade

ESRS 2 GOV-1, ESRS 2 GOV-2
A sustentabilidade tem sido uma prioridade estratégica para a administração do Deutsche Bank desde que o banco anunciou a sua estratégia "Competir para Vencer" em julho de 2019. Isto reflete-se na evolução da sua governação, que vai desde o Conselho de Fiscalização e o Comité de Sustentabilidade do Grupo à liderança empresarial de topo, passando pelas principais infraestruturas e funções de controlo, bem como pelas equipas especializadas.

Em linhas gerais, a estrutura de governação é a seguinte:



Estrutura Central (Conselho de Administração, Conselho de Fiscalização, Gabinete de Sustentabilidade)

O Deutsche Bank tem a ambição de estar entre os líderes em sustentabilidade no sector financeiro, contribuindo assim para uma economia mais compatível com o ambiente, socialmente responsável e mais bem gerida. O Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, enquanto sociedade-mãe do Grupo Deutsche Bank, assume a responsabilidade final pelas questões relacionadas com a sustentabilidade.

O Conselho de Administração delegou as decisões relacionadas com a sustentabilidade no Comité de Sustentabilidade do Grupo, um dos oito comités do Conselho de Administração do Banco. Foi criado como um órgão de decisão para questões relacionadas com a sustentabilidade em todo o Grupo Deutsche Bank (excluindo a DWS). Gere as suas tarefas ao nível do Grupo, supervisiona e alinha a estratégia de sustentabilidade do banco de forma holística em todos os segmentos de negócio. O Comité de Sustentabilidade do Grupo é presidido pelo Diretor Executivo, sendo o Diretor de Sustentabilidade adjunto. O comité é composto por membros do Conselho de Administração e pelos diretores dos segmentos de negócio, bem como por altos representantes das funções de infraestrutura relevantes, na qualidade de membros com direito de voto. Está previsto que se reúna trimestralmente.

As suas principais tarefas incluem:

- Supervisão da implementação da estratégia de sustentabilidade em todos os segmentos de atividade
- Alinhamento da estratégia de sustentabilidade com a estratégia empresarial do banco

O Comité de Sustentabilidade do Grupo reuniu-se quatro vezes em 2024.

Vários outros comités do Conselho de Administração centram-se na abordagem do Deutsche Bank em relação à sustentabilidade e estão a integrar o tema na sua matriz de governação global. Os membros do Gabinete do Diretor de Sustentabilidade, bem como da função de Risco Climático e Ambiental no âmbito da Gestão do Risco Empresarial, são membros com direito de voto, a fim de garantir que as questões relacionadas com a sustentabilidade são devidamente consideradas nas decisões desses comités, especificamente:

- O Comité de Risco do Grupo tem, entre outras, duas responsabilidades fundamentais. Em primeiro lugar, desenvolver o Quadro de Gestão dos Riscos Climáticos do banco. Em segundo lugar, fornecer atualizações mensais ao Conselho de Administração sobre o perfil de risco de transição climática, bem como sobre a situação em relação à apetência pelo risco.
- O Comité de Risco de Reputação do Grupo funciona como plataforma de escalonamento a nível do Grupo para questões relacionadas com transações, clientes ou outros riscos de reputação principais, incluindo questões relacionadas com a sustentabilidade
- O Comité de Cultura, Integridade e Conduta supervisiona a implementação e gestão do quadro de cultura, integridade e conduta, incluindo questões relacionadas com a sustentabilidade
- O Comité de Investimento do Grupo avalia as decisões de investimento estratégico e acompanha a evolução e o desempenho dos investimentos aprovados, incluindo questões relacionadas com a sustentabilidade

As funções do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (supervisionar e aconselhar o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG) incluem também questões relacionadas com a sustentabilidade.

Vários dos comités permanentes do Conselho de Supervisão do Deutsche Bank desempenham um papel importante no que diz respeito à sustentabilidade no Deutsche Bank. O mais relevante é o Comité de Estratégia e Sustentabilidade do Conselho de Fiscalização. Os seus principais objetivos incluem aconselhar e acompanhar o Conselho de Administração no que respeita à definição de estratégias de negócio orientadas para o desenvolvimento sustentável do banco, respeitando os princípios de uma gestão sólida e responsável, cumprindo as responsabilidades sociais do banco e protegendo o ambiente.

Além disso, os seguintes comités do Conselho de Fiscalização ocupam-se regularmente de questões relacionadas com a sustentabilidade:

- O Comité de Controlo de Remunerações do Conselho de Fiscalização, na sua capacidade de definir e avaliar objetivos para o Conselho de Administração, associou a remuneração variável do Conselho de Administração a critérios financeiros e não financeiros de áreas relacionadas com a sustentabilidade. No âmbito desta função e a fim de estabelecer uma ligação estreita e visível entre a estratégia de sustentabilidade e a remuneração do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização decidiu, numa fase inicial, refletir os objetivos estratégicos sustentáveis do banco no sistema de remuneração
- O Comité de Fiscalização supervisiona, e, nessa qualidade, recebe informações atualizadas sobre os aspetos de divulgação de informação do Deutsche Bank. Isto inclui o controlo da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular do sistema de controlo interno, incluindo as questões relacionadas com a sustentabilidade e o sistema de auditoria interna. Em 2024, foi dado um enfoque específico ao progresso da implementação das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), dada a sua missão de apoiar o Conselho de Fiscalização
- O Comité de Risco é responsável pela supervisão e aconselhamento da apetência global pelo risco e da estratégia do banco, o que inclui a supervisão da Estratégia de Sustentabilidade do banco

Para mais informações sobre a função e as informações prestadas ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, bem como sobre as questões de sustentabilidade abordadas por estes órgãos, consultar a Declaração sobre o Governo da Sociedade no presente relatório.

O Deutsche Bank AG mantém um Gabinete de Sustentabilidade, cujo responsável responde perante o Diretor-Geral do Deutsche Bank AG. O Deutsche Bank é responsável pela sustentabilidade e assegura a coerência em todo o banco. O Gabinete de Sustentabilidade assume a responsabilidade, nomeadamente, por:

- Desenvolver a estratégia de sustentabilidade da sociedade e coordenar a sua implementação
- Definir e criar as estruturas regionais de governação da sustentabilidade de forma alinhada
- Implementar o programa de transformação estratégica
- Promover as políticas e os compromissos do banco em matéria de sustentabilidade, incluindo os direitos humanos e o seu controlo
- Validar transações ESG e realizar diligências ambientais e sociais
- Identificar e interpretar os principais regulamentos e normas de sustentabilidade a nível mundial para garantir a coerência a nível do grupo
- Facilitar o diálogo com as partes interessadas externas, incluindo a gestão das notações ESG

No final de 2024, o Gabinete de Sustentabilidade era composto por três áreas:

- A equipa de Estratégia e Governação Regional, que é responsável pelo desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade empresarial do banco e pela correspondente estrutura de governação regional. A subequipa de governação regional foi criada com o mandato de definir e implementar estruturas regionais de governação da sustentabilidade de uma forma globalmente alinhada.
- A equipa de Execução, Dados e Regulamentação, que é responsável pela condução do programa de transformação estratégica.
- O departamento de Sustentabilidade do Grupo, que é responsável pelo desenvolvimento do quadro de sustentabilidade do banco, supervisionando a adesão às políticas e compromissos de sustentabilidade de todo o grupo e o diálogo com as partes interessadas externas, incluindo a gestão da notação ESG. No início de 2025, este último foi criado como um quarto pilar no âmbito do Gabinete de Sustentabilidade.

O Gabinete de Sustentabilidade dirige e coordena vários fóruns e comités dedicados à implementação da estratégia de sustentabilidade do banco.

No centro do seu trabalho está o Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade. O Comité supervisiona a implementação da estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank (o "Programa de Sustentabilidade") como um dos "Resultados Principais" do banco (prioridades "mudar o banco") e é presidido pelo Diretor de Sustentabilidade, sendo o Vice-Presidente o Diretor Financeiro de Investment Bank, Corporate Bank e ESG. O Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade é composto pelos chefes das equipas ESG das divisões e por especialistas em ESG. As escaladas são comunicadas ao Comité de Sustentabilidade do Grupo ou ao Comité Operacional do Grupo, que é responsável por apoiar a execução da estratégia global do banco e as iniciativas de mudança de forma mais eficaz. Em 2024, o Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade reuniu-se sete vezes.

O Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade é composto por várias vertentes de trabalho transdisciplinares. Todos eles têm objetivos e planos de implementação documentados, que são acompanhados e monitorizados centralmente pelo Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade.

- O Financiamento ESG conceptualiza e implementa a Gestão de Ativos e Passivos no domínio ESG e a potencial expansão do quadro (por exemplo, o Quadro de Instrumentos Sustentáveis)
- A área de Capacitação e Formação desenvolve e implementa um conceito para formações relacionadas com a sustentabilidade e comunicação global entre divisões (incluindo uma abordagem de envolvimento)
- A área de Dados e Tecnologia de Sustentabilidade cria uma base tecnológica e de dados de sustentabilidade integrada e automatizada
- A área de Risco, Controlos e Governação concebe e implementa um quadro de gestão do risco ESG, bem como uma governação da sustentabilidade a nível do grupo, em conformidade com as melhores práticas e as expectativas regulamentares
- A estratégia de zero emissões líquidas – Corporate Bank e Investment Bank operacionaliza o compromisso de zero emissões líquidas e os objetivos de descarbonização, desde o diálogo de transição com os clientes à orientação da carteira
- A estratégia de zero emissões líquidas – Private Bank operacionaliza o compromisso de zero emissões líquidas e os objetivos de descarbonização, centrando-se no financiamento e nos investimentos imobiliários, bem como na expansão de parcerias e na viabilização de vendas
- A natureza cria uma base para a forma como os aspetos relacionados com a natureza podem ser incorporados na gestão do risco dos produtos relacionados com a natureza e considerados como parte da Diligência Devida ESG. Além disso, o grupo de trabalho está incumbido de assegurar que o banco pode, no futuro, apresentar relatórios sobre a sua pegada ecológica
- Análise da materialidade e elaboração de relatórios: definir a materialidade estratégica e a abordagem de avaliação do impacto das atividades do banco, apoiar o Gabinete Financeiro na aplicação da Diretiva relativa ao Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD)/Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) e promover a integração dos indicadores-chave de sustentabilidade na gestão do desempenho do banco

O Deutsche Bank alcançou todos os objetivos-chave relevantes estabelecidos até ao final de 2024.

Outro fórum é o Conselho de Sustentabilidade, que tem por objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos entre os promotores da sustentabilidade do Deutsche Bank, a fim de apoiar a mudança em todo o banco e identificar novos temas. O conselho é presidido pelo Diretor de Sustentabilidade e reuniu-se quatro vezes em 2024.

Além disso, são criados dois fóruns a nível transacional/do cliente:

- o Fórum Net Zero do Grupo (Corporate Bank e Investment Bank)
- o Fórum de Governação do Financiamento Sustentável.

O Fórum Net Zero (identificado como Fórum Net Zero do Grupo desde 2024) é presidido pelo Diretor de Sustentabilidade e pelo Diretor de Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais e tem como membros os responsáveis pelas divisões ESG e os responsáveis pela Cobertura das áreas de Corporate Bank e Investment Bank, o Gabinete de Risco e o Gabinete de Sustentabilidade. Em 2024, foram criados fóruns Net Zero divisionais para refletir as especificidades das divisões e permitir uma gestão descentralizada a este nível. Tanto os fóruns Net

Zero divisionais como o do Grupo debatem transações em sectores abrangidos pelos objetivos de Zero Emissões Líquidas do Deutsche Bank que possam ter um impacto significativo nas emissões financiadas e/ou nos objetivos de descarbonização do banco. Além disso, consideram a avaliação das estratégias de transição dos clientes nas suas recomendações.

O Fórum de Governação do Financiamento Sustentável. é presidido pelo Diretor de Sustentabilidade do Grupo. É responsável pela interpretação das definições e classificações de produtos do Quadro de Financiamento Sustentável. Os membros podem ser consultados relativamente a operações específicas de financiamento sustentável, bem como a clientes, critérios de financiamento sustentável gerais ou específicos de produtos para atividades ou sectores selecionados. Se necessário, as recomendações do fórum são apresentadas ao Comité de Sustentabilidade do Grupo ou ao Comité de Risco de Reputação do Grupo.

Em complemento ao Gabinete de Sustentabilidade, os segmentos de negócio e as funções de infraestruturas do banco criaram equipas de especialistas em ESG para promover a implementação da estratégia de sustentabilidade a nível das divisões e permitir uma resposta rápida às oportunidades e riscos de negócio emergentes.

Como tal, cada divisão de negócio nomeou um gestor sénior responsável pela sustentabilidade, que é também membro dos respetivos comités executivos divisionais e dirige os fóruns de sustentabilidade divisionais.

No âmbito das funções de infraestrutura do Deutsche Bank, foram criadas equipas específicas para garantir que as questões relacionadas com a sustentabilidade são devidamente tratadas:

- A área de Recursos Humanos criou um cargo sénior específico centrado na Experiência das Pessoas e na Cultura Sustentável, abrangendo a Perceção Comportamental, a Mudança Cultural, a Diversidade, a Equidade e a Inclusão, bem como o Bem-Estar
- A área de Aprovisionamento Global criou uma função de sustentabilidade para orientar a gestão dos fornecedores, com especial incidência na gestão da cadeia de abastecimento e no cumprimento dos direitos humanos
- A área de Imobiliário Global criou uma equipa de sustentabilidade que promove a redução das emissões próprias do Deutsche Bank (Âmbito 1 e 2) e efetua os respetivos relatórios
- A área de Tecnologia, Dados e Inovação criou uma equipa dedicada que é responsável pelo fornecimento de dados de sustentabilidade e pela disponibilização da respetiva infraestrutura de TI, bem como pela descarbonização das operações da própria tecnologia. Trabalha em estreita colaboração com o grupo de trabalho "Dados e Tecnologia" do Comité de Estratégia para a Sustentabilidade
- A área de Finanças dirige a equipa de elaboração de relatórios de sustentabilidade do Deutsche Bank, que é responsável e gere todo o processo da Declaração de Sustentabilidade do Deutsche Bank, incluindo a criação e implementação de um Sistema de Controlo Interno adequado para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade
- A função de Risco do Deutsche Bank, que trabalha para integrar o risco ESG em todos os quadros de tipo de risco e para melhorar a modelização e assegurar o desenvolvimento da arquitetura estratégica como parte da sua avaliação dinâmica do risco, criou equipas dedicadas no âmbito da Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM), bem como da Gestão do Risco Empresarial (ERM). A NFRM centra-se na manutenção e desenvolvimento de quadros ESG de Gestão do Risco Operacional (ORM). No âmbito da NFRM, a equipa de Risco de Reputação criou uma função específica centrada na supervisão da sustentabilidade.
- O departamento de Conformidade realiza várias atividades relacionadas com a sustentabilidade, incluindo:
  - Revisão da carteira de políticas detidas pela função para garantir a conformidade com os requisitos regulamentares ESG, com a implementação das alterações necessárias incorporadas no ciclo anual de revisão das políticas
  - O estabelecimento de um novo requisito para a avaliação das questões regulamentares de sustentabilidade transversais de maior prioridade por uma equipa central de Regulamentação ESG do Gabinete de Sustentabilidade, em que a interpretação e as avaliações de impacto são obrigatoriamente assinadas pelo Departamento Jurídico e de Conformidade
  - Formação dos responsáveis pela Conformidade sobre os princípios fundamentais da sustentabilidade e o papel da área de Conformidade no contexto do seu mandato no âmbito do Deutsche Bank
  - Fornecimento de contributos relevantes para a revisão e melhoria do ambiente de controlo dos materiais de marketing, que a função levou a cabo enquanto responsável pelo Programa de Sustentabilidade de todo o banco
  - Uma análise da gestão do risco de *Greenwashing* nas suas manifestações no âmbito dos tipos de Risco de Conformidade e das normas mínimas de controlo conexas no âmbito dos Tipos de Risco

Na sua qualidade de Terceira Linha de Defesa, a função de Auditoria Interna do Deutsche Bank (Auditoria do Grupo) presta uma garantia independente e objetiva ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG sobre a adequação da conceção, a eficácia operacional e a eficiência, entre outros, dos processos de gestão do risco do banco, que incluem os riscos climáticos e ambientais. A Auditoria do Grupo atua também como um interlocutor e consultor independente e prospetivo da administração do Banco.

Governação da sustentabilidade na DWS

A governação da sustentabilidade na DWS começa com o Conselho Executivo da DWS, que tem a responsabilidade geral de gerir as atividades comerciais da DWS. Isto inclui a responsabilidade pela gestão dos riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade.

Para permitir um foco em temas de sustentabilidade, o Conselho Executivo da DWS delegou a sua responsabilidade pela implementação da estratégia de sustentabilidade ao Comité de Sustentabilidade do Grupo DWS, que informa o Conselho Executivo da DWS regularmente e conforme necessário.

O comité está mandatado para implementar a estratégia de sustentabilidade aprovada pelo Conselho Executivo da DWS a nível fiduciário e corporativo em todas as áreas de negócio e infraestruturas e entidades legais.

Configuração Regional

O banco criou Responsáveis de ESG em duas das suas regiões, Américas e Ásia-Pacífico. O seu mandato consiste em coordenar a estratégia empresarial regional de sustentabilidade no local e em prestar aconselhamento em matéria de sustentabilidade e apoio às transações aos clientes do banco. Além disso, o banco tem Coordenadores de Sustentabilidade em localizações-chave na Europa (por exemplo, Itália e Espanha), África/Médio Oriente (por exemplo, Emirados Árabes Unidos), América do Sul (por exemplo, Brasil) e Ásia-Pacífico (por exemplo, China e Singapura) para alinhar iniciativas e requisitos de sustentabilidade a nível global.

Os Responsáveis Regionais de ESG e os Coordenadores de Sustentabilidade alinham-se com a equipa de Estratégia e Governação Regional do Gabinete de Sustentabilidade no que respeita a iniciativas e questões de sustentabilidade; os temas relacionados com a sustentabilidade são discutidos em fóruns específicos (por exemplo, China, Brasil, EUA, Luxemburgo) ou em reuniões de governação de topo (por exemplo, Hong Kong, Itália, Espanha).

Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos

ESRS E1 relacionada com a ESRS 2 GOV-3

Principais caraterísticas dos regimes de incentivos

O sistema de remuneração do Conselho de Administração está alinhado com a estratégia empresarial, bem como com o desenvolvimento sustentável e a longo prazo do Deutsche Bank e fornece incentivos adequados para uma realização consistente dos objetivos estabelecidos. Através da composição da remuneração total, que inclui componentes de remuneração fixas e variáveis, através da avaliação do desempenho ao longo de períodos de curto e longo prazo e através da consideração de parâmetros de desempenho relevantes e desafiantes, a implementação da estratégia do Grupo e o alinhamento com o desempenho sustentável e a longo prazo do Grupo são recompensados de uma forma clara e compreensível. A estrutura das metas e objetivos compreende portanto uma mistura equilibrada de parâmetros e indicadores financeiros e não financeiros.

Estrutura da remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Fiscalização fixa um objetivo de remuneração para cada membro do Conselho de Administração. De acordo com a recomendação do Código Alemão de Governação das Sociedades, o Conselho de Fiscalização também determina o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável, bem como o rácio entre a remuneração variável a curto e a longo prazo

O sistema de remuneração do Conselho de Administração consiste em componentes de remuneração fixa e variável. A remuneração fixa é composta pelo salário base, benefícios adicionais e contribuições para os regimes de pensões da sociedade. A remuneração variável divide-se em Incentivos a Curto Prazo (STI) e Incentivos a Longo Prazo (LTI). No âmbito dos STI, são definidos no início do período três a cinco objetivos para medir o desempenho individual e da divisão durante um período de um ano, os quais são divulgados retrospetivamente. No que se refere aos LTI, são definidos e divulgados *ex ante* quatro objetivos idênticos para todos os membros do Conselho de Administração. Os STI são determinados após um ano, enquanto os LTI só são determinados após um período de avaliação de três anos.

Objetivos e indicadores de desempenho relacionados com a sustentabilidade

O Deutsche Bank esforça-se por contribuir para um panorama empresarial amigo do ambiente, socialmente inclusivo e bem governado, bem como por apoiar os seus clientes na respetiva transformação ecológica. Não só os serviços de consultoria e os produtos, mas também o ambiente de trabalho e a cultura do Deutsche Bank devem assentar neste compromisso. As políticas e procedimentos do Deutsche Bank estão em conformidade com as leis e regulamentos de todos os mercados em que opera, incluindo as leis antidiscriminação como a 2. Lei Alemã relativa às Quotas de Género (Zweites Führungspositionen-Gesetz – FüPoG II).

Para o plano de LTI 2024-2026, o Conselho de Fiscalização centra-se nos objetivos ESG, que representam 20% do total dos LTI para este período:

- Objetivo ambiental: o objetivo de impulsionar a gestão dos riscos climáticos está associado aos objetivos de redução de carbono divulgados para sectores com elevada intensidade de carbono definidos, que foram publicados aquando da definição das trajetórias-alvo de redução de CO2 para as principais indústrias. Esta métrica mede o desempenho em relação à trajetória publicada, acrescido de um desvio permitido (apetência pelo risco).
- Objetivo social: o objetivo de aumentar a diversidade de género, em conformidade com a segunda lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetzt – FüPoG II), centra-se na representação feminina nos dois níveis abaixo dos cargos do Conselho de Administração (MB-1) e do Conselho de Administração (MB-2), o que combate a discriminação no âmbito da sucessão do Conselho de Administração e promove a igualdade de oportunidades.

– Objetivo de governação: o objetivo de governação da sociedade consiste no grau de gestão do risco de controlo (CRMG) e nos progressos realizados nas atividades de remediação em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais/"Conheça o Seu Cliente". A CRMG mede o ambiente de controlo com base no desempenho de cada uma das divisões, incluindo conclusões críticas e em atraso, mas também em questões culturais como a aceitação do risco autoidentificado. Globalmente, o objetivo sublinha a importância de o Deutsche Bank combater a criminalidade económica e prevenir as atividades de branqueamento de capitais, bem como de cumprir os requisitos regulamentares e de promover uma cultura empresarial saudável.

Os objetivos do incentivo à aprendizagem ao longo da vida serão avaliados no final do período de avaliação, em 2026, em função das seguintes metas e limites:

KPI* de incentivo a longo prazo	Ponderação	Limite inferior (0%)	Objetivo (100%)	Limite superior (150%)
Finanças do Grupo	*25%*			
RoTE	15%	<9% A 9%: 33% de concretização	11%	12%
TBVPS	10%	<6,5%	8,5%	9,5%
RTSR	*15%*			
RTSR	15%	< média Na média: 50% de concretização	Percentil 70	Percentil 90
ESG	*20%*			
Ambiental - Promover a gestão dos riscos climáticos	8%	< 50%	70%	85%
		dos dados pré-definidos dos objetivos de redução estabelecidos para os setores industriais com elevada intensidade de carbono atingem o limiar		
Social - Diversidade de género	4%	< 30%	32,5%	35%
Governação - Grau de Controlo-Gestão de Riscos e atividades de Remediação Anti-Branqueamento de Capitais/"Conheça o Seu Cliente"	8%	< 1,5	3	5
		0%	100%	150%

O cálculo entre o limite inferior e o objetivo, bem como entre o objetivo e o limite superior, é linear

Nível de aprovação

O Conselho de Fiscalização é responsável pelas decisões sobre a conceção do sistema de remuneração, bem como pela fixação dos montantes individuais de remuneração e dos procedimentos para a atribuição da remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização nas suas tarefas e prepara propostas de deliberação do Conselho de Fiscalização.

O sistema de remuneração do Conselho de Administração foi alterado pelo Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024 e aprovado pela Assembleia Geral em 16 de maio de 2024. O novo sistema apresenta uma estrutura simplificada e uma maior transparência e assegura um maior alinhamento dos incentivos do Conselho de Administração com o desempenho em relação aos objetivos financeiros.

Controlos Internos sobre o Relato Financeiro

ESRS 2 GOV-5

Disposições gerais

O Deutsche Bank reconhece a importância de estabelecer um quadro rigoroso para a gestão do risco e os controlos internos relativos aos relatórios de sustentabilidade. Esta estrutura visa assegurar a integridade e fiabilidade das informações divulgadas na Declaração de Sustentabilidade, através da incorporação de controlos e procedimentos de divulgação para evitar distorções materiais. O Conselho de Administração do Deutsche Bank é responsável pela criação e manutenção de um controlo interno adequado sobre os relatórios de sustentabilidade. O quadro de controlo interno relativo aos relatórios de sustentabilidade é da responsabilidade do Diretor Financeiro e foi criado para garantir a fiabilidade das informações divulgadas na Declaração de Sustentabilidade. O Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank no controlo da eficácia do processo de elaboração da Declaração de Sustentabilidade e dos respetivos controlos internos.

Processos de gestão do risco e de controlo interno

Os principais riscos inerentes aos relatos de sustentabilidade decorrem da possibilidade de a Declaração de Sustentabilidade não apresentar uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais ou da possibilidade de a publicação da Declaração de Sustentabilidade não ser realizada em tempo útil. Este facto pode reduzir a confiança das partes interessadas ou causar danos à reputação e pode ter consequências legais ou regulamentares. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando uma ou mais divulgações contêm distorções (ou omissões) significativas. Uma distorção é considerada material se puder influenciar as decisões económicas que os utilizadores da Demonstração de Sustentabilidade tomam.

Para atenuar os riscos associados dos relatórios de sustentabilidade, o Deutsche Bank estabeleceu controlos internos sobre o relato de sustentabilidade, incluindo procedimentos de validação e revisão a vários níveis ao longo de todo o processo de elaboração dos relatórios, a fim de garantir a fiabilidade das informações divulgadas na Declaração de Sustentabilidade. Uma componente fundamental da avaliação do risco de distorção material é a utilização de uma classificação de risco que considera o impacto e a probabilidade. Ao estabelecer controlos internos sobre o relato de sustentabilidade, o banco deu prioridade à exaustividade e à exatidão como objetivos para garantir a integridade e a fiabilidade da sua Declaração de Sustentabilidade.

O sistema de controlo interno do relato de sustentabilidade abrange todas as fases do processo de relato, desde o tratamento e recolha de dados à sua divulgação. Este processo envolve a colaboração entre departamentos com funções e responsabilidades claras para assegurar uma implementação consistente em todas as operações do banco. As componentes deste quadro incluem controlos de prevenção, de deteção e de recorreção. Os controlos de prevenção são integrados nas fases iniciais da recolha de dados no âmbito das respetivas funções que contribuem para a Declaração de Sustentabilidade. Os controlos de deteção incluem análises independentes pelas funções de controlo. Os controlos de correção abordam os problemas detetados através de auditorias, assegurando uma correção rápida e uma melhoria contínua.

Nenhum sistema de controlo, incluindo os controlos internos sobre os relatórios de sustentabilidade, por muito bem concebido e operado que seja, pode dar garantias absolutas de que os objetivos desse sistema de controlo são atingidos. Assim, os controlos de divulgação e os procedimentos ou sistemas de controlos internos do relato de sustentabilidade podem não impedir todos os erros.

Medição da eficácia do sistema de controlo interno relativo ao relato de sustentabilidade

Para aumentar a eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato de sustentabilidade, o quadro é revisto e alargado anualmente, aplicando os controlos que o banco considera necessários para mitigar o risco para um nível tolerável, em conformidade com a apetência pelo risco do banco. Os principais controlos são:

- Controlos de quatro olhos com uma clara separação de funções entre o produtor e o revisor, bem como revisões pela Administração Sénior
- Exaustividade da documentação de controlo, bem como desempenho de controlo adequado que abranja todas as fases do processo (de ponta a ponta) aquando da compilação do conteúdo da Declaração de Sustentabilidade, incluindo documentação de fontes de dados, reconciliações, controlos analíticos ou controlos de inventário

As provas de controlo provêm de procedimentos integrados nas tarefas diárias do pessoal ou de políticas e procedimentos relevantes. As informações obtidas a partir de outras fontes são também uma componente crucial da avaliação, uma vez que têm o potencial de chamar a atenção da administração para problemas de controlo adicionais ou de fundamentar as conclusões. Essas fontes de informação podem incluir:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas
- Relatórios externos de auditoria
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros

As eventuais conclusões dos controlos internos do Deutsche Bank sobre o processo de relato de sustentabilidade são comunicadas oportunamente às respetivas funções, a fim de garantir uma correção adequada e, assim, melhorar o processo de relato. Além disso, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, bem como outros órgãos de supervisão, incluindo o Comité de Auditoria, são informados de quaisquer potenciais conclusões.

Em 31 de dezembro de 2024, a administração foi informada dos resultados da eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato de sustentabilidade. Não foram identificadas questões suscetíveis de comprometer a exaustividade e a exatidão das informações prestadas na Declaração de Sustentabilidade.

Dupla avaliação da materialidade

Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades

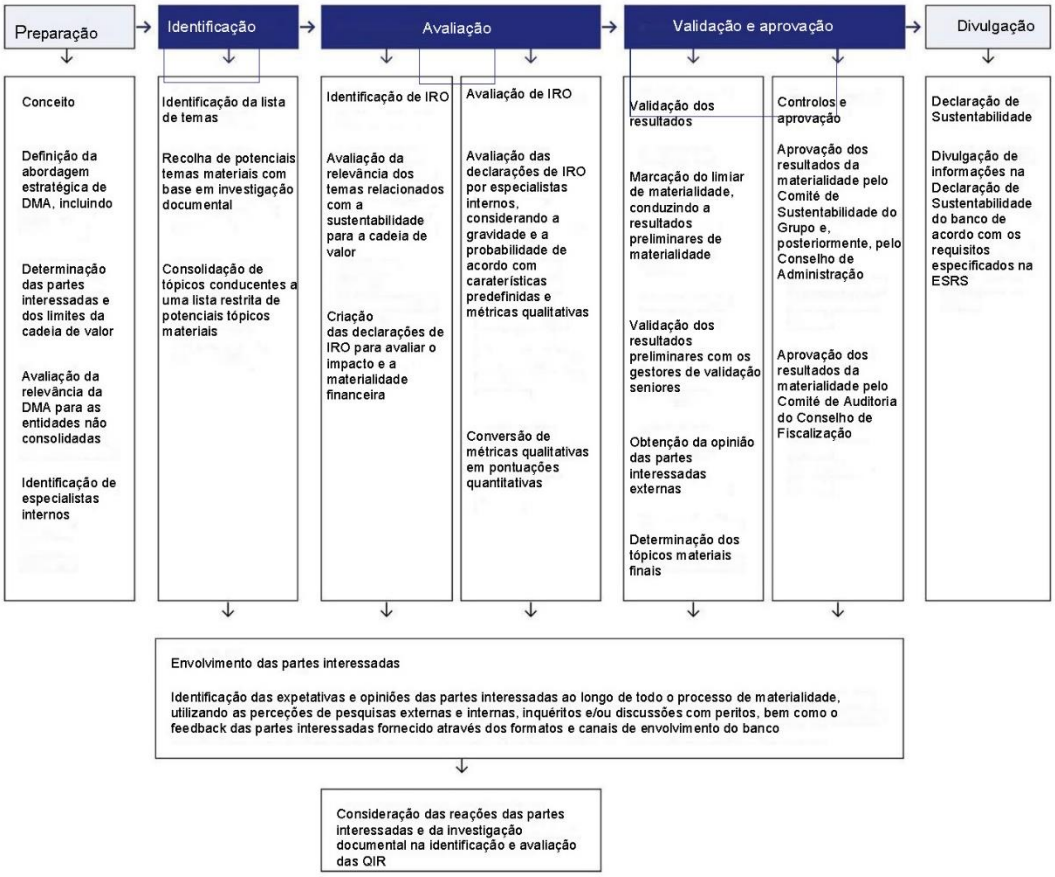
ESRS 2 IRO-1, ESRS 2 IRO-2, ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 SBM-1

Em 2024, o Deutsche Bank efetuou uma dupla avaliação da materialidade (DMA, a avaliação) em conformidade com os requisitos de relato da Norma Europeia de Relato de Sustentabilidade (ESRS). Em conformidade com os requisitos de relato, a DMA inclui as perspetivas de impacto e de materialidade financeira. A avaliação foi efetuada numa base consolidada. O perímetro de consolidação corresponde ao das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. O Banco não identificou quaisquer subsidiárias não incluídas nas demonstrações financeiras do Grupo que necessitem de ser incluídas na DMA. Os limites da avaliação foram ainda determinados pela cadeia de valor do banco, ou seja, as operações do próprio banco, bem como a sua cadeia de valor a montante e a jusante. No que respeita à sua cadeia de valor a montante e a jusante, o banco limitou a DMA aos seus fornecedores e clientes diretos. A cadeia de valor do banco é descrita no capítulo "Grupo Deutsche Bank" do Relatório de Gestão Combinado do presente relatório. O banco atribuiu os requisitos de divulgação definidos nas ESRS aos respetivos tópicos materiais. Juntamente com os resultados da DMA, estes definem a informação divulgada nesta Declaração de Sustentabilidade. Para a divisão Asset Management do Deutsche Bank, foi também tida em conta a DMA realizada pela DWS. Esta avaliação é efetuada pela DWS principalmente para cumprir os seus próprios requisitos regulamentares de relato. O resultado de ambas as avaliações foi conciliado.

Processo de dupla avaliação da materialidade

A responsabilidade pela implementação da DMA do Deutsche Bank cabe ao Gabinete de Sustentabilidade do banco. Em conformidade com os requisitos definidos na norma ESRS 1, a avaliação da materialidade do Deutsche Bank inclui as seguintes etapas do processo.

Processo de dupla avaliação da materialidade



Identificação da lista de temas

A fim de determinar os temas para a DMA, o Deutsche Bank começou por elaborar um catálogo exaustivo de temas relacionados com a sustentabilidade ("lista exaustiva"). Todos os temas das ESRS e os temas materiais do banco da sua última avaliação de materialidade foram incluídos na lista longa. O banco enriqueceu ainda mais a lista com temas de vários quadros e normas sectoriais agnósticos e específicos do sector, regulamentação relacionada com a sustentabilidade e princípios voluntários, notações ESG, publicações de organizações não governamentais e uma referência entre pares. O banco determinou a frequência de ocorrência de um tema nas fontes pesquisadas para obter uma melhor compreensão da relevância de um tema e consolidou temas correspondentes. Este processo conduziu a uma lista condensada (lista restrita) de 14 temas potencialmente materiais com 33 subtemas, incluindo todos os temas das ESRS, bem como outros temas específicos das entidades.

Identificação de impactos, riscos e oportunidades (IRO)

O Deutsche Bank apresentou uma definição para cada tema da lista restrita que reflete o conteúdo das respetivas ESRS, com adaptações ao contexto do banco. Além disso, a relevância de cada tema para a cadeia de valor foi pré-avaliada através do seu mapeamento com a cadeia de valor do banco ao nível dos subtemas. Foi documentada uma justificação para os temas que não foram considerados desencadeadores de impactos, riscos e/ou oportunidades (IRO) materiais a um determinado nível da cadeia de valor. As razões para não identificar os IRO incluíram, por exemplo, a falta de relevância do modelo de negócio ou a irrelevância de um tema das ESRS para um nível específico da cadeia de valor do banco. Esta última foi aplicada para a ESRS S1 no que respeita às operações do próprio banco. Para os restantes temas, as declarações IRO foram criadas ao nível do subtema e, quando apropriado, ao nível do sub-subtema, com base em pesquisa documental, pareceres de peritos do Gabinete de Sustentabilidade do banco e contributos de peritos na matéria.

Avaliação de IRO

O Deutsche Bank envolveu várias partes interessadas internas no processo de DMA com responsabilidades claramente atribuídas, utilizando diferentes formatos de envolvimento, consoante a fase do processo e a maturidade de um tema. Em geral, os peritos internos avaliaram o impacto e a materialidade financeira de um tema com base em declarações de IRO pré-definidas, exceto no caso de temas relacionados com a natureza e com os direitos humanos. Estes temas foram debatidos em workshops com participantes do grupo de trabalho para a Natureza do banco, bem como do seu Fórum dos Direitos Humanos, a fim de ter em conta a natureza transversal e a compreensão ainda em evolução dos temas no sector financeiro. Os contributos dos workshops foram consolidados e transferidos para a lista de declarações de IRO. No processo de avaliação estiveram envolvidos especialistas em todos os segmentos de negócio e funções de infraestruturas do banco.

O Deutsche Bank desenvolveu uma metodologia para avaliar o impacto e a materialidade financeira com base nas caraterísticas de gravidade e probabilidade. Em conformidade com a norma ESRS 1, o banco considerou a escala e o âmbito dos fatores para determinar a gravidade dos impactos. Para os impactos negativos, foi também tida em conta a sua irremediabilidade. A avaliação da gravidade financeira incluiu os efeitos financeiros e para a reputação, bem como os desenvolvimentos regulamentares. Na medida do possível, o banco aplicou os processos e instrumentos de gestão do risco existentes. Por exemplo, o banco definiu métricas qualitativas em escalas de seis etapas, tanto para a gravidade como para a probabilidade, aproveitando a grelha de gestão do risco não financeiro do banco. O banco não deu prioridade aos riscos relacionados com a sustentabilidade em detrimento de outros tipos de riscos, mas levou a cabo os processos de avaliação da materialidade relevantes para determinar a abordagem de gestão do risco a seguir. O banco aplicou a sua metodologia DMA a temas específicos das ESRS e da entidade.

Validação dos resultados

Para determinar os resultados preliminares da avaliação, o banco traduziu as avaliações qualitativas em pontuações quantitativas. O limiar de materialidade foi fixado em 3, no mínimo, numa escala de cinco pontos, incluindo um corredor de limiar de materialidade de 1,5 a 3.

A fim de proporcionar um espetro mais alargado de perspetivas sobre a materialidade dos temas para o Deutsche Bank, o banco contactou partes interessadas externas, incluindo clientes, investidores, uma organização não governamental centrada no sector financeiro e representantes de associações empresariais. Além disso, os resultados preliminares da avaliação foram discutidos em entrevistas de validação estruturadas com sete gestores de validação seniores, concentrando-se em temas posicionados no corredor do limiar de materialidade. Por fim, o conjunto final de temas materiais foi determinado por peritos do banco do Gabinete de Sustentabilidade, tendo em conta a opinião maioritária resultante das entrevistas de validação. Numa fase posterior, o banco verificou se os riscos inerentes identificados no âmbito da sua DMA também seriam considerados materiais do ponto de vista dos riscos residuais. O Deutsche Bank não identificou quaisquer atividades comerciais, relações comerciais, produtos ou serviços que pudessem estar associados a potenciais riscos residuais não financeiros significativos, que fossem altamente suscetíveis de ter ou vir a ter no futuro um impacto negativo grave em temas não financeiros importantes.

Controlos e aprovação

O Deutsche Bank estabeleceu controlos internos e um processo de aprovação abrangente para garantir a solidez do seu processo de DMA e a adequação dos resultados. Por exemplo, o banco definiu funções e responsabilidades claras para cada etapa do processo, aplicou o princípio dos quatro olhos e realizou verificações de conteúdo e plausibilidade pelo Gabinete de Sustentabilidade. O processo de aprovação envolve gestores de topo e vários órgãos de governação do banco para garantir uma supervisão adequada dos resultados da DMA. Em primeiro lugar, os Altos Responsáveis pela Confirmação assinaram formalmente os resultados da avaliação dos temas da sua competência. Em segundo lugar, o Comité de Sustentabilidade do Grupo do banco, que atua como o principal órgão de governação e de tomada de decisões do banco em matéria de sustentabilidade, aprovou o conjunto final de temas materiais. Por último, os resultados da materialidade foram apresentados e aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização.

Pontos de vista das partes interessadas

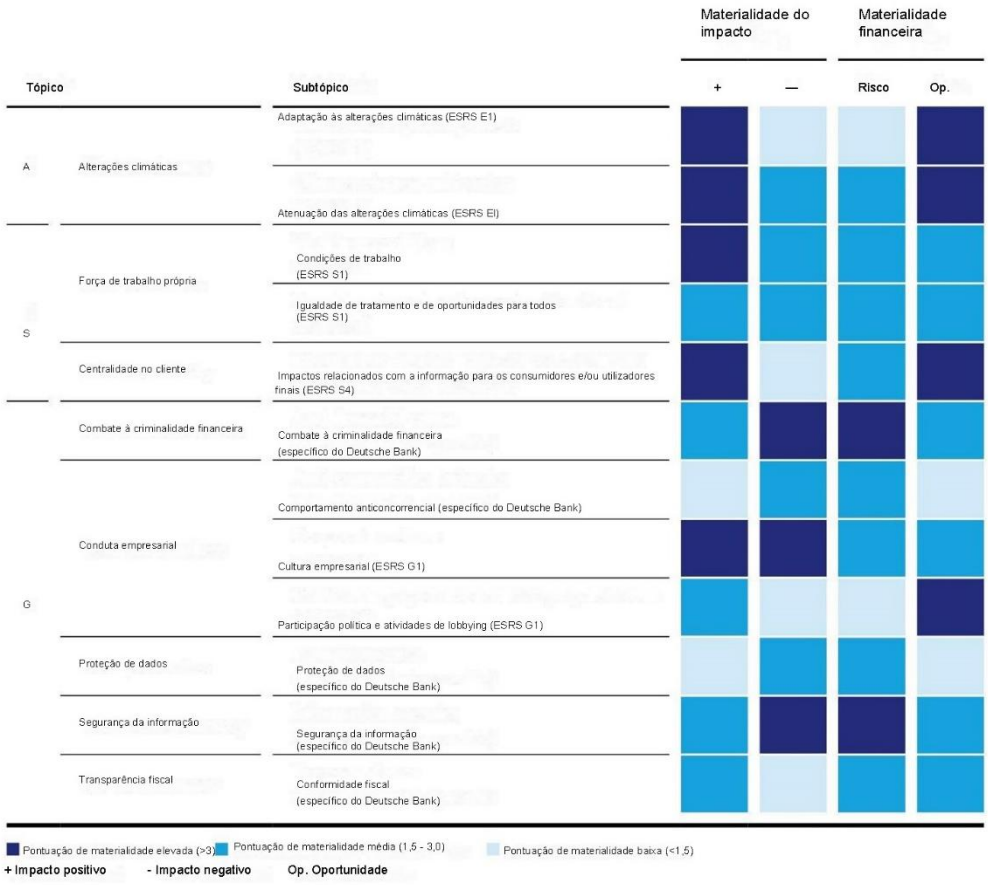
Para além do diálogo com as partes interessadas do banco sobre os resultados da DMA, os pontos de vista e interesses dos utilizadores da Declaração de Sustentabilidade, bem como das partes interessadas afetadas, são indiretamente refletidos na avaliação de IRO pelos peritos na matéria e nas entrevistas com os gestores de validação seniores. Por exemplo, espera-se que os peritos na matéria dos segmentos de negócio do banco reflitam os pontos de vista e interesses dos clientes sobre temas de sustentabilidade. Os pontos de vista dos investidores foram tidos em conta na entrevista de validação com a área de Relações com Investidores.

Temas materiais de sustentabilidade de 2024

O mapa térmico da materialidade abaixo mostra os resultados da DMA de 2024 do Deutsche Bank. Todos os temas/subtemas apresentados são materiais do ponto de vista do impacto e/ou da materialidade financeira. No entanto, as dimensões que determinam a materialidade podem diferir consoante o tema. Isto é indicado pelo código de cores derivado das pontuações das declarações de IRO avaliadas nas quatro dimensões: impactos positivos e negativos, riscos e oportunidades e os níveis da cadeia de valor. Os campos a azul escuro indicam que a respetiva dimensão atingiu o limiar de materialidade. As dimensões, que são apresentadas a azul médio, situam-se no corredor do limiar de materialidade e foram consideradas materiais na sequência das entrevistas de validação. As dimensões a azul claro foram avaliadas como não materiais com uma pontuação inferior a 1,5. Embora os temas da ESRS E2 Poluição, ESRS E3 Água e recursos marinhos e ESRS E4 Biodiversidade e ecossistemas não tenham atingido o limiar de materialidade do banco em 2024, o banco está consciente da importância crescente dos temas relacionados com a natureza. No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, o banco está a desenvolver a sua abordagem aos temas Natureza e Biodiversidade.

Em 2024, o Deutsche Bank alinhou as definições e os nomes dos potenciais temas materiais com as especificações das ESRS. Consequentemente, os nomes dos temas materiais indicados no mapa térmico abaixo podem divergir dos temas materiais divulgados no Relatório Não Financeiro 2023 do banco. A forma como o banco gere e monitoriza os impactos, riscos e oportunidades dos temas materiais de sustentabilidade é descrita nos respetivos capítulos da presente Declaração de Sustentabilidade.

Mapa da materialidade



Em resultado de adaptações metodológicas para cumprir os requisitos reforçados de dupla avaliação da materialidade dos temas previstos na ESRS 1, os resultados da DMA de 2024 do Deutsche Bank refletiram as seguintes alterações em comparação com a avaliação da materialidade do banco realizada em anos anteriores, de acordo com a Diretiva relativa ao Relato Não Financeiro. O capítulo "Cultura, integridade e conduta" da presente Declaração de Sustentabilidade contém informações pormenorizadas sobre o tema material "Cultura empresarial". Do mesmo modo, podem ser encontradas informações detalhadas sobre o tema material "Envolvimento político e atividades de lobbying" no capítulo "Políticas públicas e regulamentação" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Além disso, registaram-se as seguintes alterações em relação ao ano anterior:

- Digitalização e inovação: embora a segurança da informação e a proteção de dados, temas intimamente ligados à digitalização e à inovação, continuem a ser importantes para o Deutsche Bank, o banco não continuou a resumir estes temas na rubrica Digitalização e inovação da lista restrita
- Direitos humanos: o Deutsche Bank está empenhado em respeitar os direitos humanos. O banco tem como objetivo reforçar continuamente a sua gestão dos direitos humanos; em 2024, os temas relacionados com os direitos humanos Trabalhadores na cadeia de valor (ESRS S2) e Comunidades afetadas (ESRS S3) não atingiram o limiar de materialidade do banco e não fazem parte das divulgações na presente Declaração de Sustentabilidade; O Deutsche Bank fornece informações pormenorizadas sobre a sua abordagem aos direitos humanos na sua Declaração de Direitos Humanos e na sua Declaração Anual sobre Tráfico de Seres Humanos e Escravatura Moderna, sendo estas declarações publicadas no website do banco dedicado aos direitos humanos; os aspetos dos direitos humanos relacionados com os colaboradores do banco são materiais e estão detalhados no capítulo "Força de trabalho própria" da presente Declaração de Sustentabilidade
- Centralidade no cliente: num contexto bancário, o Deutsche Bank interpretou o termo "Consumidor e utilizador final" da norma ESRS S4 como equivalente aos seus clientes de Private Bank; para ter em conta a abordagem holística do banco à orientação para o cliente, o banco alargou a sua avaliação a todos os segmentos de negócio e introduziu o tema Centralidade no cliente como um tema específico da entidade; a centralidade no cliente foi avaliada como material e abrange os impactos relacionados com a norma ESRS S4 nos vários grupos de clientes do banco
- Comportamento anticoncorrencial: o tema foi avaliado como um outro tema específico da entidade material e foi adicionado ao mapa térmico da materialidade do banco
- A Declaração de Sustentabilidade de 2024 do Deutsche Bank centra-se nos requisitos de divulgação dos temas materiais do banco em 2024. Assim, o Banco não continua a divulgar informação sobre temas não materiais, na aceção da DMA, tais como os temas Acesso e inclusão, Responsabilidade social corporativa e Ecologia interna, na presente Declaração de Sustentabilidade.

Estratégia de sustentabilidade

ESRS 2 SBM-1

O Deutsche Bank considera que é da sua responsabilidade apoiar e, sempre que possível, acelerar a transformação histórica para uma sociedade e uma economia mais sustentáveis. A sustentabilidade é uma parte central da estratégia do banco desde julho de 2019. A sustentabilidade é um dos três pilares temáticos que sustentam a estratégia empresarial do Deutsche Bank, juntamente com as alterações macroeconómicas e a tecnologia.

O banco integrou a sustentabilidade na sua governação e operações, bem como nos seus produtos e serviços, centrando-se em quatro pilares: Financiamento Sustentável, Políticas e Compromissos, Pessoas e Operações Próprias, e Liderança de Opinião e Envolvimento das Partes Interessadas.

Com o progresso ao longo destes quatro pilares, o Deutsche Bank pretende conseguir um contributo significativo para alcançar as metas do Acordo Climático de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU). Embora o banco pretenda apoiar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nove deles estão estreitamente relacionados com os pilares da sua estratégia de sustentabilidade. Além disso, o banco avalia em que medida as suas atividades de financiamento e de emissão contribuem para os 15 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em conformidade com o Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank. Para mais informações, consultar o capítulo "Financiamento Sustentáveis" da presente Declaração de Sustentabilidade.

A estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank visa a melhoria contínua das dimensões ambiental, social e de governação. Este facto foi reconhecido pelas principais agências de notação ESG em 2024 (ver página "Sustentabilidade" da presente Declaração de Sustentabilidade), indicando progressos nas três dimensões. A título de exemplo, a pontuação da Avaliação de Sustentabilidade Empresarial (CSA) da S&P melhorou em 2024, e em particular no que respeita à abordagem ao capital humano como parte da categoria social. Consequentemente, o Deutsche Bank foi incluído no Dow Jones Sustainability Index Europe and Global. Do mesmo modo, o resultado da MSCI mostra avanços nos KPI relacionados com os colaboradores. Além disso, continua a obter uma pontuação elevada na gestão do impacto ambiental do financiamento (ver capítulo "Financiamento Sustentável" da presente Declaração de Sustentabilidade).

Ambiental

Como banco global, o Deutsche Bank está empenhado em apoiar e acelerar a transição para uma economia sustentável de baixo carbono. O combate às alterações climáticas e à destruição do ambiente exige investimentos substanciais, bem como uma abordagem prudente à gestão do risco, e representa uma oportunidade de negócio significativa. Os clientes do banco mostram uma elevada procura por aconselhamento sobre produtos e serviços financeiros para progredir na sua transformação individual.

Em resposta a esta procura, um pilar central da estratégia ambiental do Deutsche Bank consiste em facilitar o financiamento sustentável e os investimentos ESG. O banco pretende atingir um total de 500 mil milhões de euros em volumes acumulados de janeiro de 2020 até

ao final de 2025 (excluindo a DWS). No final de 2024, o Deutsche Bank atingiu 373 mil milhões de euros (excluindo a DWS). Em 2024, os volumes aumentaram 46% em relação ao ano anterior. A maior parte das transações teve um enfoque ambiental, com 156 mil milhões de euros dos volumes acumulados especificamente classificados como ambientais. Para mais informações sobre a sustentabilidade e a estratégia de financiamento sustentável e investimentos ESG da DWS, consultar a secção "Estratégia de sustentabilidade da DWS" neste capítulo e o capítulo "Financiamento Sustentável" nesta Declaração de Sustentabilidade.

O processo estratégico subjacente à atividade de financiamento sustentável do Deutsche Bank tem sido continuamente melhorado e aperfeiçoado ao longo dos anos. Embora a coordenação central esteja a cargo da equipa de estratégia do Gabinete de Sustentabilidade, cada divisão empresarial tem uma equipa ESG especializada que se concentra no financiamento sustentável e nos investimentos ESG. Podem ser encontrados mais detalhes no capítulo "Financiamento Sustentável" desta Declaração de Sustentabilidade.

O Deutsche Bank estabeleceu vários quadros. Este é o segundo pilar da sua estratégia de sustentabilidade: Políticas e Compromissos. Inclui o Quadro de Financiamento Sustentável, o Quadro de Instrumentos Sustentáveis e o Quadro de Investimentos ESG do banco. Estes quadros estabelecem regras para a concessão de financiamento e produtos sustentáveis e estão a ser continuamente desenvolvidos. Por exemplo, o Quadro de Financiamento Sustentável e o Quadro de Investimentos ESG definem a metodologia e os procedimentos para classificar as transações como sustentáveis. Todos eles estão disponíveis publicamente e foram atualizados, alargados ou implementados em 2024, conforme explicado mais detalhadamente no capítulo "Financiamento Sustentável" da presente Declaração de sustentabilidade. Além disso, o desenvolvimento de um Quadro de Financiamento da Transição será de importância estratégica em 2025.

Para além dos quadros de referência, as diretrizes sectoriais desempenham um papel importante na estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank. Em 2024, todas estas orientações foram consolidadas numa única política, propriedade do Gabinete de Sustentabilidade.

A outra pedra angular do pilar Políticas e Compromissos é o objetivo de atingir zero emissões líquidas. O Plano de Transição inicial do banco, publicado em outubro de 2023, define a estratégia para atingir zero emissões líquidas até 2050. O plano centra-se na redução das emissões de carbono em três áreas-chave: as operações do próprio banco (Âmbito 1 e 2, incluindo a DWS), a sua cadeia de fornecimento (Âmbito 3, Categorias 1 a 14) e as emissões financiadas associadas às carteiras globais de empréstimos a empresas e às hipotecas residenciais europeias (Âmbito 3, Categoria 15). Para mais informações, consultar o capítulo "Alterações climáticas" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Embora o Deutsche Bank queira dar o exemplo na descarbonização das suas próprias operações, a parceria com os seus clientes para os apoiar no caminho para as zero emissões líquidas é a principal alavanca para descarbonizar as suas atividades de financiamento e, assim, contribuir para a transição da economia em geral. Para o efeito, é necessário proceder a uma avaliação contínua dos seus clientes e estabelecer compromissos intensivos com eles. Neste caso, o Deutsche Bank adota uma abordagem em três vertentes: (1) apoiar as empresas que permitem a redução das emissões, (2) apoiá-las na transição dos seus modelos de negócio e (3) eliminar gradualmente os negócios com indústrias que não podem mitigar as emissões, como o carvão térmico.

Além disso, o Deutsche Bank pretende apoiar os seus clientes nos respetivos esforços para integrar aspetos relacionados com a natureza nas suas atividades - seja através de indicadores relevantes ou de soluções que apoiem a proteção da natureza, conhecidas como soluções baseadas na natureza. O Deutsche Bank tem um painel consultivo composto por líderes de opinião externos independentes e especializados em desafios da natureza. A função do painel consiste em fornecer orientações sobre a forma como o banco pode centrar mais a sua atividade no financiamento da conservação e de soluções baseadas na natureza.

Um exemplo adicional é o compromisso do Deutsche Bank para com a iniciativa #BackBlue, que visa garantir que a proteção dos oceanos é incorporada nas decisões financeiras e de seguros. No ano de referência de 2024, a elaboração dos aspetos relacionados com a natureza não é apresentada em pormenor na presente Declaração de Sustentabilidade, uma vez que ainda não ultrapassaram o limiar de materialidade do banco.

A implementação abrangente das atividades financeiras sustentáveis do Deutsche Bank, juntamente com as suas Políticas e Compromissos, constitui o terceiro pilar da estratégia, intitulado Pessoas e Operações Próprias. Neste domínio, as capacidades tecnológicas e de dados do Deutsche Bank desempenham um papel fundamental. É essencial garantir a qualidade, a disponibilidade e a normalização dos dados relacionados com a sustentabilidade. Por conseguinte, o Deutsche Bank desenvolveu uma abordagem sistemática para a recolha, validação e agregação de dados, explorando simultaneamente iniciativas tecnológicas que melhoram a integração dos dados nos sistemas de informação, análise, planeamento e controlo. O banco também colabora com os seus pares e organismos do sector para desenvolver abordagens normalizadas.

Além disso, o pilar Pessoas e Operações Próprias visa permitir que os colaboradores participem no percurso de sustentabilidade do banco. Um aspeto fundamental deste processo é uma abordagem de comunicação ativa. Para isso contribuem o Sustainability Hub, uma plataforma de informação interna, várias atualizações regulares do Gabinete de Sustentabilidade, bem como as áreas de negócio e de infraestruturas. Outros exemplos são as formações regionais relacionadas com a sustentabilidade, bem como os formatos de formação individual das empresas, como a série de formações dedicadas à sustentabilidade do Private Bank em 2024, com 33 sessões para todos os colaboradores da divisão de Private Bank Alemanha, ou as formações dedicadas aos riscos climáticos em toda a divisão de Investment Bank.

Outros aspetos do pilar "Pessoas e Operações Próprias", como os direitos humanos ou a diversidade, a equidade e a inclusão, são abordados na secção "Social" do presente capítulo.

O Deutsche Bank utiliza a sua voz e a sua experiência para apoiar a transformação profunda para uma economia menos intensiva em recursos. Este facto manifesta-se através do quarto pilar estratégico: Liderança de Opinião e Envolvimento das Partes Interessadas. Em 2024, o banco participou na Semana do Clima de Nova Iorque e na Conferência das Partes da ONU (COP). Além disso, organizou um Dia do Clima e da Segurança em Londres e tornou-se apoiante da Comissão Mundial de Investidores para o Setor Mineiro de 2030.

O Deutsche Bank estabeleceu os seguintes objetivos e metas fundamentais em matéria de ambiente:

- O banco pretende atingir um volume acumulado de financiamento sustentável e de investimentos ESG de 500 mil milhões de euros no período de janeiro de 2020 até ao final de 2025 (excluindo a DWS)
- O Deutsche Bank está empenhado em reduzir as suas emissões de CO2 (Âmbito 1 a 3) a zero até 2050. Por conseguinte, o banco estabeleceu objetivos de zero emissões líquidas para os oito sectores com maior intensidade de carbono na sua carteira de empréstimos a empresas até ao final de 2030 (intercalares) e até ao final de 2050 (finais) e associou a remuneração do Conselho de Administração ao cumprimento destes objetivos
- O banco pretende encorajar o maior número possível dos seus clientes com emissões elevadas nos sectores com maior intensidade de carbono a comprometerem-se com as zero emissões líquidas. No entanto, devido à alternância de dinâmicas a nível internacional no que respeita aos compromissos de zero emissões líquidas, o banco já não acredita que seja realista atingir a ambição de 90% a partir de 2026. No entanto, o Deutsche Bank apresentará anualmente um relatório sobre os progressos alcançados relativamente a esta ambição
- O Deutsche Bank pretende implementar e publicar o seu Quadro de Financiamento da Transição em 2025

Em 2024, o Deutsche Bank continuou a cumprir a sua dimensão ambiental. As principais concretizações incluem:

- O banco atingiu um volume acumulado de financiamento sustentável e de investimentos ESG de 373 mil milhões de euros desde o início de 2020 até ao final de 2024, com 42% relacionados com atividades ambientais
- O Deutsche Bank acordou um objetivo adicional de redução das emissões sectoriais para a Aviação
- O banco comunicou que parte da remuneração do Conselho de Administração no Prémio de Longo Prazo para 2024 estará ligada ao cumprimento dos objetivos sectoriais para os sectores com utilização intensiva de carbono (Âmbito 3, Categoria 15)
- O Deutsche Bank reforçou as suas políticas de proteção dos oceanos como parte do seu compromisso com a iniciativa #BackBlue

Social

Para além da transição para uma economia sustentável com baixas emissões de carbono, o Deutsche Bank integrou os aspetos sociais na sua estratégia. Tal inclui a dimensão social do financiamento sustentável e os volumes de investimentos ESG, o cumprimento dos direitos humanos, a promoção de uma mão de obra diversificada e qualificada, condições de trabalho adequadas e uma forte ênfase na centralidade no cliente.

No final de 2024, pelo menos 46 mil milhões de euros do volume total de 373 mil milhões de euros de investimentos do banco em financiamento sustentável e ESG foram categorizados como sociais, enquanto 91 mil milhões de euros estavam relacionados com atividades ambientais e sociais (excluindo a DWS). O Deutsche Bank sublinhou esta importância ao emitir a sua primeira obrigação social de 500 milhões de euros em julho de 2024. Isto foi possível através da expansão do atual Quadro de Instrumentos Verdes para incluir critérios sociais e criar o Quadro de Instrumentos Sustentáveis.

Exemplos das atividades de financiamento do Deutsche Bank incluem o financiamento de habitação social ou de hospitais na África Subsariana. Embora o volume de investimentos sociais seja inferior ao dos investimentos ambientais, o Deutsche Bank continua a reforçar as suas atividades de financiamento social, em especial no apoio à habitação social e à transição justa no que respeita ao Sul Global. No futuro, estas atividades de financiamento social deverão envolver soluções baseadas na natureza, que visem proteger tanto as comunidades indígenas como o ambiente. Um exemplo é a participação do Deutsche Bank na Parceria Indonésia para uma Transição Energética Justa.

Para além das atividades financeiras do Deutsche Bank, o respeito pelos direitos humanos é uma parte importante da sua estratégia social, no âmbito do pilar Políticas e Compromissos. A abordagem do banco aos direitos humanos abrange todas as áreas da sua atividade, incluindo transações com clientes, interações com fornecedores e prestadores de serviços e o tratamento dos seus colaboradores. O banco pretende reforçar continuamente a gestão dos direitos humanos, nomeadamente à luz da lei alemã relativa à diligência devida na cadeia de abastecimento e da Diretiva da UE relativa à diligência devida em matéria de sustentabilidade das empresas (CSDDD).

Outra dimensão social importante é a promoção dos colaboradores. O seu empenho, competências, bem-estar e dedicação são vitais para o sucesso duradouro e a segurança financeira dos clientes. A estratégia de recursos humanos do banco visa apoiar a colaboração diária e a excelência entre colaboradores e gestores, bem como um ambiente de trabalho justo e atrativo. A tónica é também colocada na criação de igualdade de oportunidades para todos.

Para capacitar a sua força de trabalho, o Deutsche Bank promove uma forte cultura de aprendizagem. Isto inclui oportunidades de aprendizagem personalizadas e uma grande variedade de ofertas de formação em toda a organização, com despesas médias de formação de 417 euros por ETI e 18,3 horas de formação por colaborador. Além disso, o banco promove a mobilidade interna para permitir que os colaboradores expandam as suas competências e experiência. Os programas de aceleração de talentos ajudam os colaboradores a desenvolver-se tanto a nível profissional como pessoal.

O banco reconhece que a liderança é fundamental para a excelência e transformação da força de trabalho e promove as capacidades de liderança através de programas de talento e liderança. Isto inclui o recém-criado All-Managers-Curriculum, centrado na cultura aspiracional do banco e no Leadership Kompass. O seu objetivo é promover a excelência e uma mentalidade inclusiva e orientada para o crescimento.

O Deutsche Bank apoia um ambiente de trabalho que promove a saúde, proporcionando uma vasta gama de benefícios e uma rede de apoio abrangente que vai desde o aconselhamento de carreira, apoio à saúde mental ou programas de assistência aos colaboradores. Estes têm como objetivo ajudar os colaboradores a equilibrar os compromissos profissionais e pessoais. No total, o Deutsche Bank gere mais de 850 planos de benefícios para colaboradores em todo o mundo e oferece um modelo de trabalho híbrido, que permite combinar os benefícios do trabalho remoto e do trabalho no escritório.

O banco promove uma força de trabalho diversificada, representando colaboradores de 160 nacionalidades. Promove a promoção das mulheres e dos grupos historicamente subrepresentados, integrando a diversidade, a equidade e a inclusão na sua cultura, bem como nas condições de trabalho, e criando programas de desenvolvimento dedicados. Além disso, são oferecidos aos gestores módulos de formação, como o Leading Inclusively, para os ajudar a tornarem-se líderes conscientes dos preconceitos inconscientes. Além disso, o banco apoia grupos liderados por colaboradores que representam uma variedade de comunidades, incluindo colaboradores LGBTQI+, pessoas de origens multiculturais, pais e mães, diferentes gerações e pessoas com deficiência ou neurodivergência.

Um indicador-chave dos progressos da estratégia do Deutsche Bank em matéria de recursos humanos é o Inquérito Anual aos Colaboradores. O inquérito centra-se no empenho e na capacitação dos colaboradores e incentiva o feedback sobre um leque ainda mais vasto de temas, incluindo as condições de trabalho, o sentido de propósito e a realização no trabalho.

Em 2024, o empenhamento dos colaboradores diminuiu para 67%, face a 70% em 2023. O índice de capacitação também registou uma ligeira descida, passando de 71% em 2023 para 70%. Ao mesmo tempo, a motivação intrínseca dos colaboradores, a sua vontade de ir mais além, mantém-se a um nível muito elevado, o que indicativo de uma organização de elevado desempenho. Os resultados do Inquérito aos Colaboradores foram partilhados com o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização. Em 2024, os Conselhos identificaram quatro áreas de incidência principais para o banco abordar com iniciativas específicas: Estratégia e Transformação (por exemplo, melhorias de processos e melhor comunicação), Liderança (por exemplo, currículos de gestão), Desenvolvimento Sustentável da Carreira (por exemplo, crescimento individual) e Desempenho e Feedback (por exemplo, cultura de desempenho sustentável).

Além disso, o banco realiza um inquérito Inquérito de Avaliação da Cultura três vezes por ano para avaliar continuamente as perceções dos colaboradores sobre o seu local de trabalho. Em 2024, a tónica foi colocada no feedback e nos comportamentos produtivos no seu ambiente de trabalho.

O Deutsche Bank foi reconhecido pelos seus progressos, tendo recebido prémios como o The Times Top 50 Employers for Gender Equality 2024, o Max-Spohr-Prize 2024 e o reconhecimento nos InsideOut Mental Health Awards 2024 como Financial Services Employer of the Year. Além disso, em 2024, o banco obteve a certificação Melhor Empregador na Alemanha, Índia e Bélgica.

Outro elemento importante da estratégia social do banco é a satisfação dos seus clientes. O enfoque no cliente é fundamental para a atividade do Deutsche Bank e para a sua iniciativa "This is Deutsche Bank", incluindo a declaração de propósito do banco centrada no cliente, "Dedicado ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos nossos clientes no país e no estrangeiro". Além disso, a centralidade no cliente assenta em quatro princípios orientadores que promovem a cultura desejada pelo banco. Estes princípios promovem uma mentalidade comercial, incentivando a colaboração em toda a organização para criar uma excelente experiência para o cliente.

Para melhorar as relações com os clientes, o Deutsche Bank criou um Programa de Centralidade no Cliente. Este programa centra-se em três objetivos principais: (1) promover uma colaboração mais estreita em todo o banco em torno dos clientes, (2) alinhar os dados dos clientes e as ferramentas, e (3) melhorar a afetação dos recursos dos clientes para promover o Valor Acrescentado para os Acionistas (SVA). O programa é apoiado pelo patrocínio do Conselho de Administração, por estruturas de governação estabelecidas, pela colaboração entre divisões sustentada em planos de ação e por um quadro de incentivos reforçado.

Para criar relações de confiança com os clientes, o Deutsche Bank pretende manter e desenvolver produtos com padrões de elevada qualidade para todas as ofertas. As divisões comerciais formularam estratégias individuais para cumprir estas normas, de acordo com o seu grupo de clientes específico. Por exemplo, o Private Bank utiliza uma estratégia de segmento multicliente divisional para melhorar a implementação e o alinhamento do Net Promoter Score (NPS) e dos processos de feedback dos clientes em todas as regiões. O Investment Bank Fixed Income & Currencies recebe e analisa feedback de clientes institucionais através de avaliações de corretores em formato estruturado ou através de diálogos diretos com os clientes (por exemplo, reuniões e chamadas com a administração do Deutsche Bank).

O Deutsche Bank avalia uma vasta gama de critérios para o desenvolvimento e melhoria contínua dos seus produtos e serviços, incluindo critérios de sustentabilidade, tais como o alinhamento com os seus objetivos de sustentabilidade. Para garantir que os produtos e serviços são adequados ao mercado-alvo e coerentes com os objetivos e valores do banco, são submetidos a um processo de controlo específico. O Deutsche Bank estabeleceu processos sólidos para garantir que todos os produtos e serviços cumprem padrões de alta qualidade e minimizam as reclamações. Especificamente, estabeleceu processos de aprovação de novos produtos e de revisão sistemática de produtos que constituem um quadro de controlo para gerir os riscos associados a novos produtos e serviços, bem como a gestão do seu ciclo de vida. Além disso, cada divisão de negócio reúne o referido feedback dos clientes para avaliar a sua satisfação de forma adaptada ao seu grupo de clientes específico.

O Deutsche Bank definiu os seguintes objetivos e metas fundamentais relacionados com questões sociais:

- O seu objetivo é que, até ao final de 2025, as mulheres representem, pelo menos, 35% dos cargos de Diretor-Geral, Diretor e Vice-Presidente
- O banco planeia ter, pelo menos, 32,5% de mulheres nos cargos um e dois níveis abaixo do Conselho de Administração até ao final de 2026
- O Deutsche Bank estabeleceu um objetivo de, pelo menos, 70% relativamente à perceção dos colaboradores sobre as condições de trabalho do banco, refletida no Índice de Avaliação de Cultura

Para apoiar o progresso das mulheres e dos membros de outros grupos, o banco integra a diversidade, a equidade e a inclusão na sua cultura e nas práticas dos colaboradores. Responsabiliza os líderes através de uma abordagem baseada em dados, com um forte envolvimento e patrocínio visível da administração e operacionalização ao nível das divisões.

Em 2024, o Deutsche Bank continuou a cumprir a sua dimensão social. As principais concretizações são:

- O banco alargou o seu Quadro de Instrumentos Verdes de modo a incluir critérios sociais, criando assim o Quadro de Instrumentos Sustentáveis. Isto permitiu à empresa emitir a sua primeira obrigação social no valor de 500 milhões de euros, com uma carteira de encomendas superior a 6,6 mil milhões de euros
- No final de 2024, 33% dos Diretores-Gerais, Diretores e Vice-Presidentes eram mulheres, o que representa um aumento de 0,7% pontos percentuais em relação ao final de 2023
- O Inquérito aos Colaboradores registou a maior taxa de participação desde 2011, com 65% dos colaboradores convidados. Com base no feedback do fornecedor, esta taxa de participação está em conformidade com os pares do banco
- A pontuação de 2024 do Índice de Avaliação de Cultura do banco foi de 69,89%, sendo o objetivo fixado em 70,00%
- Foram levadas a cabo iniciativas de feedback dos clientes em todas as áreas de atividade. Por exemplo, o Private Bank apresentou resultados robustos de NPS em várias regiões e métricas em 2024
- O Private Bank concluiu a implementação do Net Promoter Score na Alemanha

Governação

O Deutsche Bank deve avaliar as suas atividades comerciais e os seus próprios processos operacionais para detetar potenciais impactos negativos e identificar os riscos de governação associados, a fim de cumprir as suas responsabilidades para com os clientes e a sociedade.

Isto inclui o cumprimento de regras e regulamentos, a proteção dos ativos e dados do banco e dos clientes, a prevenção de crimes financeiros e o cumprimento das regras de concorrência leal.

Para garantir o cumprimento destas responsabilidades, o Deutsche Bank implementou normas de controlo, requisitos de políticas internas, quadros e processos de remediação de riscos. Estes processos, políticas e quadros são acompanhados de perto para melhorar continuamente os controlos existentes nas principais áreas de risco. Por exemplo, o departamento de Privacidade de Dados do Grupo define e mantém requisitos de políticas internas e normas mínimas de controlo que as unidades de negócio e de infraestrutura do banco devem cumprir, tendo em conta os mais recentes desenvolvimentos regulamentares. Anualmente, é efetuada uma avaliação dos riscos antitrust, de suborno e de corrupção inerentes e dos controlos correspondentes em todas as atividades e funções de infraestruturas do Banco. Além disso, o quadro de Denúncia de Irregularidades do Deutsche Bank define a abordagem interna do banco à apresentação de preocupações. Manifestar Opinião e Ouvir são encorajados como um comportamento fundamental que apoia a cultura de aspiração do banco. O quadro de Gestão do Risco de Criminalidade Financeira oferece orientações sobre a identificação e gestão dos riscos de criminalidade financeira.

Os colaboradores recebem formação regular sobre vários tópicos relacionados com a governação, incluindo os riscos antitrust, o combate à criminalidade financeira, a proteção de dados, a segurança da informação e a cultura de denúncia do banco. Outros programas de formação obrigatórios, que são realizados pelo menos uma vez por ano através da plataforma de e-learning online, incluem a formação sobre antitrust, o Código de Conduta e a formação sobre os Deveres de Supervisão enquanto Gestor, centrada em aspetos de conduta e comportamento.

Em 2024, o Deutsche Bank criou o quadro "This is Deutsche Bank". No centro está a declaração de propósito centrada no cliente. O quadro também engloba a visão, a estratégia, a cultura aspiracional e a reivindicação do banco, promovendo uma mentalidade centrada no cliente para atingir os objetivos da estratégia empresarial e reforçar a cultura. Uma parte importante desta iniciativa é o programa Cultura do banco, que se centra em quatro princípios orientadores fundamentais: "agimos de forma responsável para inspirar confiança", "pensamos em termos comerciais para obter resultados sustentáveis", "tomamos a iniciativa de criar soluções" e "trabalhamos em colaboração para obter o maior impacto". Estes princípios são subdivididos em dezasseis comportamentos específicos, como a definição de prioridades em termos de tempo e recursos, a criação de novas oportunidades e o reconhecimento de concretizações coletivas. Parte da ativação do quadro "This is Deutsche Bank" foram as reuniões de embaixadores com colaboradores de toda a organização, a par de uma estratégia de comunicação abrangente em todo o grupo.

O Código de Conduta do Deutsche Bank serve de base para o propósito do banco. O seu objetivo é promover um ambiente diversificado e inclusivo, em que as opiniões dos colaboradores são valorizadas e em que são incentivadas a expressão e a manifestação de preocupações. Um ambiente de colaboração e respeito é essencial para o sucesso dos colaboradores e do banco ao serviço dos clientes, das partes interessadas e das comunidades.

O Deutsche Bank dedica-se a colaborar com governos, decisores políticos e o sector para melhorar as condições de prosperidade dos seus clientes e ajudá-los a enfrentar desafios como as incertezas geopolíticas. Neste contexto, o banco age como intermediário entre os clientes e os decisores políticos para reforçar uma melhor compreensão dos atores públicos e privados, facilitando assim um processo de transição sustentável mais eficaz e eficiente. Para tal, é necessário transmitir os desafios de implementação aos decisores políticos e clarificar as intenções regulamentares subjacentes aos requisitos de divulgação e de informação aos clientes. No que diz respeito às questões fiscais, o Deutsche Bank procura desenvolver e manter relações de trabalho positivas com as autoridades fiscais, colaborando com elas de forma proativa, transparente, profissional e oportuna. Além disso, o Deutsche Bank prosseguiu os seus atuais compromissos no sector dos riscos de criminalidade financeira com associações relevantes, como o Wolfsberg Group, e participa no German Anti Financial Crime Alliance Board desde 2022.

Em 2024, as principais concretizações do Deutsche Bank na dimensão da governação incluem:

- Taxa de conclusão de todas as ações de formação obrigatórias de 99,80%
- 100% dos novos gestores concluíram a formação de manifestação de preocupações
- 74 iniciativas de cultura, integridade e conduta em todas as divisões e funções de infraestrutura
- O Deutsche Bank reforçou ainda mais a segurança do seu perímetro e alargou a sua oferta de formação exaustiva em matéria de segurança do pessoal, incluindo o lançamento de uma academia de segurança
- O banco implementou princípios fundamentais de proteção de dados que estabelecem normas internas globais. A política de proteção de dados foi revista para reforçar as responsabilidades em matéria de proteção de dados dos colaboradores e dos titulares de funções e será atualizada em 2025 para consolidar as atuais e incluir novas particularidades específicas de cada país

O Deutsche Bank opera num ambiente com níveis crescentes de digitalização e um cenário regulamentar em constante evolução. Isto exige um acompanhamento e uma adaptação constantes a desenvolvimentos e tendências como a inteligência artificial. Como parte deste esforço, o Deutsche Bank monitoriza regularmente o panorama global de ameaças para detetar ameaças emergentes relacionadas com a segurança das operações e informações do banco e adapta as medidas de mitigação conforme necessário. Além disso, o banco procede a uma avaliação anual dos riscos antitrust inerentes, a fim de implementar novos controlos e reforçar os já existentes.

Estratégia de sustentabilidade da DWS

O Gestor de Ativos do Deutsche Bank, a DWS, tem a ambição de permitir que os seus clientes giram a transformação sustentável da economia real, fornecendo-lhes conhecimentos e soluções de investimento. As alterações climáticas continuam a ser o tema principal da estratégia de sustentabilidade da DWS, que se articula em torno de três prioridades:

- Foco no investimento relacionado com o clima: a DWS procura proporcionar acesso a oportunidades de investimento relacionadas com o clima, com o apoio da sua liderança de opinião
- Reforço da colaboração com os beneficiários dos investimentos e outras partes interessadas relevantes: a transformação será fundamental para ter êxito na mitigação dos riscos climáticos. Neste contexto, a DWS pretende desenvolver continuamente a sua abordagem de envolvimento com empresas alvo de investimento, clientes e fornecedores de índices, bem como com outros grupos do sector
- Promoção da transformação corporativa da própria DWS: Na sequência do seu compromisso com az zero emissões líquidas, a DWS procura concentrar-se no cumprimento dos objetivos de zero emissões líquidas da DWS. Além disso, a DWS procura reforçar a sua agenda de sustentabilidade empresarial e o processo de mudança organizacional de apoio

Em todas as atividades da DWS, reconhece as diferenças nas preferências dos clientes e nos enquadramentos regulamentares também entre regiões e procura tê-las em conta na sua oferta de produtos, envolvimento e atividades de votação por procuração.

Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião

ESRS 2 SBM-2
O diálogo justo e aberto com todos os grupos de partes interessadas é muito importante para o Deutsche Bank. O banco pretende compreender as respetivas expectativas e preocupações relativamente à sua estratégia, atividades comerciais e responsabilidades sociais. Isto ajuda o banco a identificar os seus impactos potencialmente positivos e negativos.

As principais partes interessadas do Deutsche Bank, ou seja, as pessoas ou grupos de pessoas identificadas que podem afetar materialmente ou ser afetadas pelo banco, pertencem aos seguintes grupos: clientes, colaboradores, investidores, reguladores e sociedade em geral, incluindo, por exemplo, os meios de comunicação social e as organizações não governamentais. O banco tem responsabilidades claramente definidas no que respeita ao envolvimento das partes interessadas. Por um lado, a dupla avaliação da materialidade, descrita com mais pormenor no capítulo com o mesmo nome desta Declaração de Sustentabilidade, ajuda a identificar o sentimento alargado das partes interessadas sobre os temas que consideram mais relevantes para o banco. Além disso, cada divisão de negócio e função de infraestrutura tem mandatos para interagir com o grupo de partes interessadas que lhe foi atribuído. Para temas materiais relevantes para as partes interessadas e para garantir que o respetivo feedback e exigências são levados a sério, o Deutsche Bank desenvolveu abordagens correspondentes para dar resposta e pôr em prática o feedback e para garantir que os temas materiais são integrados no seu modelo de negócio.. Por exemplo, o canal de gestão de reclamações aberto aos clientes do banco e o canal de denúncias para os colaboradores permite um processo de recolha e análise de feedback mais abrangente. Os temas identificados neste processo são considerados um valioso fator que contribui para a revisão regular do banco e para a melhoria das suas estratégias de negócio, com o objetivo de melhor satisfazer as necessidades e expectativas das partes interessadas.

Clientes

ESRS S4, ESRS 2 SBM-2
A sustentabilidade ganhou um impulso significativo em todos os grupos de clientes do banco. O banco considera ser sua responsabilidade aconselhar os seus clientes nos domínios em que estes procuram orientação e apoio para a respetiva transformação. O diálogo regular ajuda o banco a compreender as expectativas, os interesses e as necessidades dos seus clientes e a traduzi-los em ações.

O Deutsche Bank interage com os seus clientes de várias formas, incluindo, por exemplo, reuniões pessoais ou virtuais, chamadas telefónicas, inquéritos regulares e a análise do feedback que recebe, por exemplo, através das suas agências ou linhas diretas. Os representantes do Deutsche Bank participam em debates em várias conferências e eventos. O banco também comunica através de canais de comunicação digital e publica artigos sobre temas de sustentabilidade.

As alterações climáticas e a transição da economia global para a sustentabilidade continuaram a ser um tema importante para os clientes das divisões de Corporate Bank e Investment Bank, bem como para os investidores, mantendo o interesse em produtos e serviços financeiros sustentáveis a um nível elevado. Os clientes privados solicitaram a melhor transparência da sua classe e aconselhamento relacionado com a sustentabilidade. Em 2024, o Deutsche Bank continuou a apoiar os seus clientes com os seus conhecimentos financeiros e ofertas de produtos no caminho para a sustentabilidade. Para mais informações sobre os produtos, consultar o capítulo "Financiamento Sustentável".

O Deutsche Bank também participa em iniciativas relacionadas com a sustentabilidade. Por exemplo, a divisão de Private Bank prosseguiu as suas parcerias estratégicas com organizações como a Ocean Risk and Resilience Action Alliance e o World Wildlife Fund for Nature.

Colaboradores

ESRS S1, ESRS 2 SBM-2
As ideias e competências, bem como o compromisso e o bem-estar dos colaboradores do Deutsche Bank, são essenciais para uma força de trabalho produtiva. As relações fortes, a comunicação aberta e a aprendizagem com o feedback são fundamentais para promover um ambiente de confiança em que os colaboradores assumem responsabilidades e colaboram.

O Inquérito Anual aos Colaboradores, os inquéritos a saída e os inquéritos de avaliação, bem como um diálogo contínuo com os colaboradores, ajudam o banco a compreender a motivação dos seus colaboradores e a sua produtividade percecionada. Diversos canais de comunicação, incluindo reuniões de equipa, redes de colaboradores, e-mails, boletins informativos, reuniões municipais e a possibilidade de fazer comentários nas páginas da intranet incentivam os colaboradores do banco a partilhar as suas ideias e a dar feedback.

Em 2024, o Inquérito aos Colaboradores revelou um declínio nos indicadores-chave, compromisso e capacitação dos colaboradores. O foco em quatro áreas-chave (Estratégia e Transformação, Liderança, Desenvolvimento Sustentável de Carreiras e Desempenho e Feedback) ajudará o banco a melhorar a eficiência dos colaboradores e a manter-se competitivo em relação a outros serviços financeiros e a empresas de elevado desempenho.

A forma como o Deutsche Bank gere os aspetos relacionados com os colaboradores está descrita no capítulo "Força de Trabalho Próprios" da Declaração de Sustentabilidade.

Investidores

ESRS 2 SBM-2
Os investidores esperam que o Deutsche Bank execute a sua estratégia e construa uma base empresarial sólida que proporcione rendimentos consistentes, gerindo os riscos de forma responsável. Isto inclui a procura pelo banco de oportunidades estratégicas e a gestão proativa dos riscos relacionados com a sustentabilidade, incluindo a transição para uma economia com impacto neutro no clima, bem como os aspetos sociais e de governação.

O Deutsche Bank participa ativamente nas discussões com os seus investidores privados e institucionais sobre temas relacionados com a sustentabilidade, incluindo os progressos e objetivos do Deutsche Bank, através de reuniões individuais ou de grupo, chamadas telefónicas, conferências e por escrito.

O Deutsche Bank garante a transparência publicando regularmente todos os relatórios trimestrais e anuais, bem como outros materiais que descrevem pormenorizadamente o desempenho financeiro e não financeiro da instituição, através do seu website de relações com os investidores. Na secção dedicada à sustentabilidade no seu website de Relações com os Investidores, o Deutsche Bank apresenta uma panorâmica abrangente, reforçando ainda mais o seu compromisso para com os princípios da sustentabilidade.

Em 2024, os investidores manifestaram um grande interesse em vários temas fundamentais da sustentabilidade:

- Concretizações alcançadas na execução da estratégia de sustentabilidade do banco
- Progressos no sentido de atingir o objetivo de financiamento sustentável do Deutsche Bank, gestão dos riscos climáticos e ambientais, implementação de políticas ambientais e práticas de relato abrangentes em matéria de governação
- Explicação pormenorizada das vias de descarbonização e compreensão dos progressos realizados nos esforços para as zero emissões líquidas
- Identificação de oportunidades decorrentes da oferta do banco no domínio do financiamento sustentável
- A abordagem da instituição em relação ao diálogo sobre a transição de clientes em sectores com emissões elevadas e propensos a impactos ambientais e sociais negativos inerentes
- Melhoria associada aos controlos internos do banco, medidas de conformidade, esforços de correção e quadros de governação
- Progressos na promoção da diversidade, da equidade e da inclusão em todos os níveis, organismos e regiões do banco
- Perguntas sobre a aplicação das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS)

Ao longo de 2024, o Deutsche Bank trocou ativamente ideias sobre temas de sustentabilidade com participantes do mercado de capitais. Este diálogo permanente permite ao banco alinhar as suas estratégias com as expectativas dos investidores e reforça a sua dedicação à transparência e à melhoria contínua das práticas de sustentabilidade.

Decisores políticos

ESRS 2 SBM-2
O diálogo construtivo com os decisores políticos e as partes interessadas relevantes tornou-se ainda mais importante no contexto de uma maior atividade regulamentar a nível mundial, especialmente no atual ambiente geopolítico. Ajuda o banco a tomar decisões para alcançar as suas prioridades estratégicas e apoia o funcionamento eficaz das economias a nível mundial.

O Deutsche Bank colabora com os decisores políticos através de reuniões presenciais e virtuais, da participação em fóruns conduzidos por governos ou respondendo a consultas através de associações comerciais ou individualmente.

Os principais temas regulamentares em 2024 incluíram:

- A aplicação das regras finais de Basileia III e a revisão do quadro macroprudencial da UE
- A revisão da Diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros
- Definir o trabalho futuro sobre a revisão do ciclo de liquidação
- Repensar o enquadramento europeu das titularizações
- A agenda da Comissão Europeia para o financiamento sustentável
- Digitalização da banca e da sociedade
- Os progressos da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais da UE e a proteção dos investidores, e
- O Euro Digital
- A Estratégia de Investimento no Sector Retalhista
- A Lei de Admissão à Cotação do Reino Unido e as alterações em curso ao Regime dos Prospetos
- Revisão das Pensões no Reino Unido
- A Revisão dos Mercados Grossistas, incluindo as regras de transparência ao abrigo do Regulamento relativo aos mercados de instrumentos financeiros (MiFIR do Reino Unido)
- A proposta das autoridades reguladoras prudenciais dos EUA de uma regra para implementar o quadro de Basileia III

O Deutsche Bank organizou e participou em seminários e painéis públicos e manteve conversações com os decisores políticos sobre cada uma das questões acima referidas. A função de Assuntos Públicos e Governamentais do Banco também acompanhou os novos desenvolvimentos políticos e regulamentares suscetíveis de afetar o Banco, tendo desenvolvido e coordenado a sua posição relativamente aos mesmos.

Meios de comunicação social

ESRS 2 SBM-2

O Deutsche Bank procura manter relações construtivas com jornalistas e representantes dos meios de comunicação social em todo o mundo. Uma comunicação oportuna, eficaz e aberta com os meios de comunicação social é essencial para construir e manter a reputação e a marca do Deutsche Bank. O diálogo do banco com os representantes dos meios de comunicação social incide sobre temas-chave da economia, dos investidores, das entidades reguladoras e da sociedade em geral. A sustentabilidade é outro tema fundamental.

Em 2024, os especialistas do banco colaboraram com os meios de comunicação social, por exemplo, sobre questões ambientais de várias formas, incluindo:

- Atualizações sobre os progressos realizados pelo banco na implementação da sua estratégia de sustentabilidade, com ênfase na gestão dos riscos climáticos, nas políticas ambientais e nos relatórios de sustentabilidade, por exemplo, com o anúncio público de que o banco reforçou as suas políticas de proteção dos oceanos no âmbito da iniciativa #BackBlue
- Comentários e declarações em resposta a uma série de relatórios e estudos de organizações não governamentais, com destaque para informações sobre volumes de financiamento e investimento, bem como sobre as suas políticas e quadros de sustentabilidade
- Informações sobre a abordagem do banco em matéria de proteção do clima, especialmente no que se refere à exposição a empréstimos em sectores com elevada intensidade de carbono

Em 2024, o Deutsche Bank respondeu a numerosos pedidos de informação relacionados com a sustentabilidade, e os seus especialistas em comunicação acompanharam os jornalistas em entrevistas ou conversas de fundo com alguns dos gestores de topo do banco. Além disso, o Deutsche Bank convocou e participou em várias conferências e painéis públicos e ofereceu uma série de eventos mediáticos e plataformas para um maior diálogo com as partes interessadas.

Organizações não governamentais

ESRS 2 SBM-2
O Deutsche Bank colabora com as partes interessadas da sociedade em geral para compreender as suas opiniões sobre as tendências e os desafios ambientais e sociais locais e globais. Por exemplo, o banco colabora continuamente com organizações não governamentais e participa em inúmeras iniciativas relacionadas com a sustentabilidade.

Em 2024, os seguintes temas foram importantes para o envolvimento das organizações não governamentais, que já estavam em foco no ano anterior:

- Alterações climáticas, especialmente em relação a temas como a descarbonização e o financiamento geral do sector dos combustíveis fósseis e no que respeita à transição energética, bem como a empresas e projetos específicos
- Desflorestação, com incidência setorial na agricultura e regional na América Latina, especialmente no Brasil e na floresta amazónica, e impactos associados nos direitos humanos, nomeadamente nas comunidades indígenas
- Atividades mineiras, incluindo a extração mineira em águas profundas e os impactos associados nos direitos humanos, nas comunidades locais, na biodiversidade, no clima e no ambiente

Em 2024, o Deutsche Bank respondeu a pedidos escritos, inquéritos ou questionários e reuniu-se várias vezes pessoalmente com organizações não governamentais para discutir os temas do seu envolvimento.

Se o Deutsche Bank tiver conhecimento de alegações sobre impactos ambientais ou sociais, por exemplo, através do envolvimento com organizações não governamentais, a equipa de Sustentabilidade do Grupo do banco analisa as alegações e o potencial envolvimento do banco nas mesmas. Para verificar as alegações, o banco consulta, caso a caso, informações publicamente disponíveis, bem como as partes interessadas relevantes. Se necessário, isto pode incluir o envolvimento direto com os clientes, bem como com representantes da sociedade civil que estejam familiarizados com a situação. Quando necessário, o banco recorre a especialistas independentes. Com base em todas as informações disponíveis e na sua avaliação dos riscos identificados, o banco decide sobre o curso de ação a seguir, que pode incluir medidas de correção ou a cessação de uma relação de negócio. Além disso, a equipa de Sustentabilidade do Grupo pode também ter em conta os contributos, relatórios e campanhas de organizações não governamentais ao analisar o âmbito dos sectores e tópicos abrangidos, bem como os requisitos da sua diligência ambiental e social.

Associações e compromissos

Como parte do compromisso de longa data do Deutsche Bank com a sustentabilidade, o banco aprovou formalmente estruturas e iniciativas universais de sustentabilidade. Além disso, o banco apoia várias organizações que promovem a sustentabilidade e colabora em iniciativas do sector a nível mundial, da UE e nacional. O banco contribui com a sua experiência para ajudar a definir a transição para uma economia sustentável e neutra em termos climáticos. Por exemplo, o Deutsche Bank é membro da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (1992) e signatário dos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas (2000), dos Princípios para o Investimento Responsável (através da DWS, 2008), dos Princípios para uma Banca Responsável (2019) e da Net-Zero Banking Alliance (2021).

Financiamento sustentável

As finanças sustentáveis são um dos quatro elementos do pilar de sustentabilidade subjacente à estratégia "Competir para Vencer" do Deutsche Bank. Representa o compromisso do banco em ser um líder de mercado global neste domínio. O Deutsche Bank dedica-se ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos seus clientes, no país e no estrangeiro. A experiência do banco no domínio das finanças sustentáveis coloca-o numa posição que lhe permite aprofundar ainda mais os compromissos estratégicos com os seus clientes. Consequentemente, o financiamento sustentável é um aspeto vital da estratégia de Global Hausbank do Deutsche Bank.

Cumulativo[1,2]

Financiamento sustentável e volumes de investimento SAG

Financiamento sustentável e volumes de investimento SAG

Incremental[1,2]

Volumes incrementais de financiamento sustentável e de investimento SAG em 2024, por categoria

Volumes incrementais de financiamento sustentável e de investimento SAG em 2024, por tipo de cliente

[1] Excluindo Asset Management (DWS))
[2] Os números podem apresentar diferenças

Financiamento sustentável

O capítulo seguinte aborda de forma exaustiva o tema do Financiamento Sustentável. Uma vez que este tema constitui uma parte significativa de toda a organização do banco e está exposto a uma variedade de requisitos das ESRS, o capítulo incluirá todas as divulgações materiais relativas à norma transversal ESRS 2.

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 SBM-1, ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 MDR-M, ESRS E1-4
O financiamento sustentável, um dos quatro elementos do pilar da sustentabilidade subjacente à estratégia "Competir para Vencer" do Deutsche Bank, representa o compromisso do banco de ser líder de mercado global nesta área. O Deutsche Bank dedica-se ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos seus clientes, tanto a nível nacional como internacional, e a sua experiência em matéria de financiamento sustentável coloca-o numa posição que lhe permite aprofundar ainda mais os compromissos estratégicos com os seus clientes. O financiamento sustentável constitui, assim, um elemento importante da estratégia Global Hausbank do Deutsche Bank.

O historial do Deutsche Bank em matéria de comunicação de volumes de financiamento sustentável desde 2020 sublinha a sua dedicação à satisfação da procura crescente por financiamento sustentável. Os esforços do banco incluem a compreensão das necessidades dos clientes, o desenvolvimento de produtos climáticos, o estabelecimento de estruturas organizacionais de apoio e a definição de indicadores de sucesso iniciais. Ao concentrar-se nestas etapas, o Deutsche Bank planeia criar parcerias estratégicas com clientes de todo o mundo nos seus percursos de descarbonização, tirando partido das vantagens estratégicas e financeiras. Além disso, o Deutsche Bank pode exercer um impacto positivo no ambiente e na sociedade a curto e médio prazo, catalisando investimentos e mobilizando financiamentos para medidas de adaptação às alterações climáticas e para apoiar os clientes na adoção de modelos empresariais com baixas emissões de carbono, bem como aplicando políticas rigorosas de diligência devida para o financiamento sustentável e atividades de investimento ESG em indústrias com utilização intensiva de carbono e em locais gravemente expostos aos impactos climáticos.

Ao seguir as medidas acima descritas, o Deutsche Bank pretende obter novos negócios, impulsionados pelas mudanças nas preferências dos clientes e investidores por produtos e serviços sustentáveis. O banco está também a desenvolver produtos financeiros sustentáveis para a adaptação às alterações climáticas. Estes esforços estão alinhados com o Plano de Ação da Comissão Europeia e com o Acordo de Paris, demonstrando o compromisso do Deutsche Bank para com um futuro sustentável. A demonstração de liderança de opinião em financiamento sustentável permite ao Deutsche Bank criar um sentido de urgência para as dimensões ambientais e sociais, incluindo tópicos de adaptação e mitigação das alterações climáticas, junto dos clientes e de outras partes interessadas.

Depois de ultrapassar o seu objetivo acelerado de 200 mil milhões de euros em financiamento sustentável e investimentos ESG até ao final de 2022, com um total acumulado de 215 mil milhões de euros, o Deutsche Bank está empenhado em atingir 500 mil milhões de euros em financiamento sustentável e investimentos ESG até ao final de 2025. Em 2024, o Deutsche Bank alcançou um volume incremental de financiamento sustentável e de investimentos ESG, tal como definido no Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank e no Quadro de Investimentos ESG do Deutsche Bank, de 93 mil milhões de euros, terminando o ano com volumes acumulados de 373 mil milhões de euros (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)). Para além deste volume, a divisão de Asset Management (DWS) comunicou ativos ESG sob gestão no valor de 163 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 29 mil milhões de euros em comparação com 2023.

Seguem-se algumas das realizações do Deutsche Bank em 2024:

- Janeiro de 2024: publicação do Quadro de Financiamento Sustentável atualizado; Publicação do Quadro de Instrumentos Sustentáveis que alarga o Quadro de Financiamento Verde do Deutsche Bank a duas categorias de ativos sociais
- Junho de 2024: publicação do Relatório sobre Instrumentos de Financiamento Verde para 2023, incluindo relatórios de afetação e de impacto sobre o Conjunto de Ativos e Passivos Verdes do Deutsche Bank
- Julho de 2024: emissão da primeira obrigação social do Deutsche Bank, no valor de 500 milhões de euros
- Novembro de 2024: publicação do Quadro de Investimentos ESG do Deutsche Bank

Governação

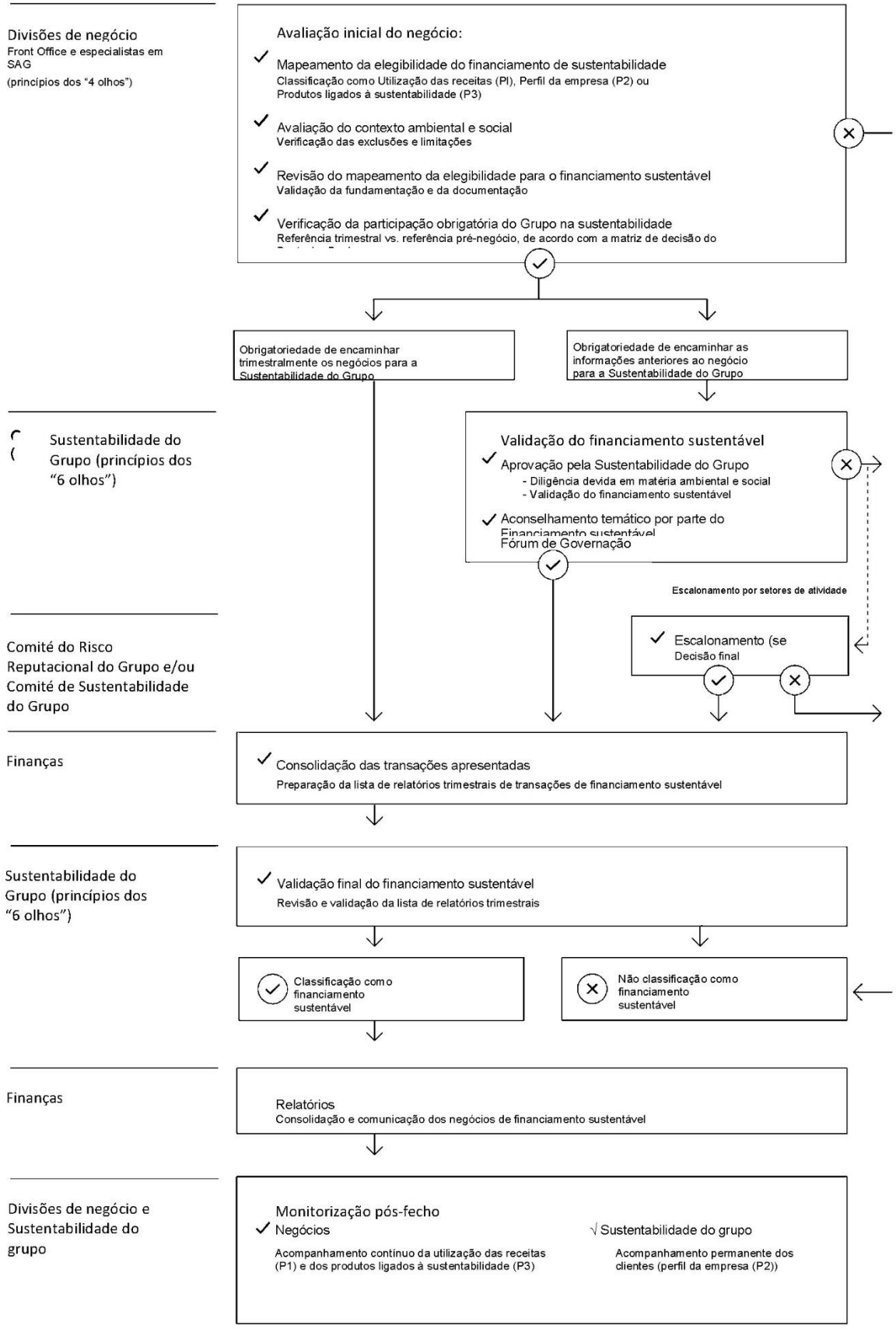
ESRS 2 MDR-P

O Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank, introduzido em 2020 e atualizado em 2024, define a metodologia e os procedimentos para classificar as transações, os produtos e serviços financeiros específicos oferecidos pelo Deutsche Bank como sustentáveis. O quadro especifica a lógica de classificação, os critérios dos parâmetros de elegibilidade, os requisitos de diligência ambiental e social aplicáveis e o processo de verificação e monitorização, e é complementado por outras políticas, que fornecem informações adicionais sobre temas específicos. Aplica-se ao Grupo Deutsche Bank a nível mundial e é vinculativo em todas as localizações do mundo e independentemente da forma jurídica do Deutsche Bank em determinadas localizações, salvo indicação em contrário no quadro. É essencial para a definição de objetivos, a tomada de decisões, a aplicação e a credibilidade junto das partes interessadas.

A atualização do Quadro de Financiamento Sustentável, publicada em fevereiro de 2024, reflete os conhecimentos do mercado reunidos desde a publicação inicial. A atualização inclui informações mais pormenorizadas sobre as atividades individuais de financiamento sustentável ambiental e social e aperfeiçoa os critérios de elegibilidade para o financiamento sustentável com base na evolução da regulamentação.

O processo de validação do financiamento sustentável é ilustrado no esquema abaixo. Só depois de a equipa de Sustentabilidade do Grupo ter classificado uma transação como estando em conformidade com o Quadro de Financiamento Sustentável é que a transação pode ser comunicada pelo Departamento Financeiro e contabilizada para o objetivo de 500 mil milhões de euros de financiamento sustentável e investimentos ESG do banco.

Esquematização do processo de classificação das finanças sustentáveis



Nas divisões de Corporate Bank e Investment Bank, a validação do quadro é efetuada operação a operação e segundo o princípio dos 6 olhos. As estatísticas de validação das divisões de Corporate Bank e Investment Bank são apresentadas no quadro seguinte.

Transações avaliadas no âmbito do Quadro de Financiamento Sustentável (Corporate Bank e Investment Bank)

	31 dez 2024	31 dez 2023
Número de transações sobre as quais foram tomadas decisões finais	1.219	831
Das quais aprovadas	1.076	711
Parâmetro 1 – Utilização das receitas	765	482
Parâmetro 2 – Perfil da empresa	121	107
Parâmetro 3 – Produtos indexados à sustentabilidade	190	122
Das quais recusadas	140	116
Das quais remetidas para os comités competentes	3	4
Das quais aprovadas[1]	3	3
Das quais recusadas	0	1

[1] As aprovações em 2024 aplicam-se a três empresas diferentes e não se baseiam em transações individuais. As empresas foram aprovadas pelo Comité de Sustentabilidade do Grupo

No caso do Private Bank, a validação em relação ao quadro é efetuada com base num programa e, se for caso disso, numa operação específica. Os programas são regularmente revistos e monitorizados através do sistema de controlo interno do Deutsche Bank.

A contribuição para o volume de financiamento sustentável financiado ou facilitado pelo Deutsche Bank é calculada e comunicada com base nas práticas estabelecidas no sector para medir o desempenho nas categorias de financiamento, emissão de obrigações, criação de mercado e investimentos, incluindo os ativos dos planos de pensões do Deutsche Bank. Relativamente ao financiamento e à emissão de obrigações, a comunicação baseia-se no fluxo de novas atividades no período de referência e acumulado desde 2020. A metodologia de relato adota a perspetiva da função de origem, que não está necessariamente relacionada com o compromisso de balanço do Deutsche Bank. O volume de financiamento sustentável repartido pelo banco é determinado com base na sua função na transação. Para as funções de organizador, o volume de financiamento sustentável do banco é calculado dividindo o valor nocional global da transação pelo número total de organizadores principais mandatados, organizadores principais ou organizadores, consoante a função mais elevada desempenhada pelo banco. Se o Deutsche Bank não desempenhar qualquer uma destas funções, o valor do empréstimo distribuído pelo banco na transação é contabilizado para o objetivo de financiamento sustentável. Para os criadores de mercado, o relato baseia-se no volume médio anual do inventário de obrigações elegíveis. No caso dos investimentos, o relato baseia-se no justo valor das existências dos ativos sob gestão e dos ativos do plano de pensões no final do período.

O Fórum de Governação do Financiamento Sustentável apoia a tomada de decisões dos responsáveis pela realização de transações e validações no âmbito do quadro e faz parte da governação global da sustentabilidade do banco. O fórum é presidido pelo Diretor de Sustentabilidade do Grupo. Os membros do fórum são responsáveis pela interpretação e métodos de aplicação das definições e classificações de produtos do Quadro de Financiamento Sustentável.

Em 2024, o Deutsche Bank também publicou o seu Quadro de Investimentos ESG, que estabelece critérios e processos de avaliação para comunicar investimentos como ESG no contexto do objetivo de financiamento sustentável e investimento ESG do Deutsche Bank. O Quadro de Investimentos ESG complementa o Quadro de Financiamento Sustentável do banco. O objetivo é dispor de uma metodologia coerente para a classificação dos instrumentos financeiros e das carteiras geridas a reportar como Ativos sob Gestão no âmbito do objetivo do banco. Abrange os instrumentos financeiros detidos por conta dos clientes de Private Bank e a atividade de Gestão de Carteira Discricionária do banco. Além disso, o quadro abrange a gestão dos planos de pensões do Deutsche Bank.

A divisão de Asset Management (DWS) não está abrangida pelo Quadro de Investimentos ESG do Deutsche Bank, uma vez que a DWS define a sua própria estratégia de sustentabilidade e segue as políticas específicas da DWS em matéria ambiental e social.

Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento qualificados como Ativos sob Gestão que são geridos pela DWS, estes são reportados como Ativos sob Gestão para o Private Bank e para a divisão de Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes.

Formação e sensibilização

ESRS 2 MDR-A

O Deutsche Bank pretende desenvolver conhecimentos especializados sobre temas de sustentabilidade em todos os seus colaboradores, em particular através da sensibilização e do envolvimento. O banco acredita que é vital que todos compreendam as implicações financeiras dos temas de sustentabilidade e estejam cientes das medidas que os governos e as entidades reguladoras estão a tomar para enfrentar estes desafios e de que forma estes terão impacto nas empresas e nos clientes. O Gabinete de Sustentabilidade desempenha um papel fundamental no reforço da sensibilização das empresas para a estratégia de sustentabilidade do banco. Em 2024, o banco realizou uma formação para as divisões de negócio relevantes (Corporate Bank e Investment Bank) para explicar as alterações e os avanços do Quadro de Financiamento Sustentável atualizado. Esta formação foi integrada na plataforma de formação interna do banco, acessível a todos os colaboradores do banco. Além disso, as empresas criaram, em 2024, os seguintes programas de formação em sustentabilidade específicos das divisões:

- O Corporate Bank forneceu análises aprofundadas específicas por sector, com foco nos sectores com elevadas emissões; além disso, foi realizado um curso de formação dedicado à sustentabilidade para todos os colaboradores que lidam com clientes, abrangendo, por exemplo, a estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank, uma visão geral do panorama regulamentar, o Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank, a importância e o impacto da sustentabilidade nos clientes empresariais e na relação cliente-banco, bem como uma visão geral da oferta de produtos financeiros sustentáveis e como apoiar os clientes no seu percurso rumo a práticas comerciais mais sustentáveis.
- A área de Fixed Income & Currencies da divisão de Investment Bank continuou a ministrar formação a todo o pessoal da área de Fixed Income & Currencies, abrangendo aspetos fundamentais da sustentabilidade, incluindo formação sobre o Quadro de Financiamento Sustentável, formação sobre transição e zero emissões líquidas, formação sobre riscos climáticos (incluindo riscos naturais) e formação sobre políticas atualizadas (incluindo a devida diligência ambiental e social relacionada com o oceano e a avaliação dos riscos climáticos)
- A área de Origem e Consultoria da divisão de Investment Bank ofereceu formação sobre sustentabilidade, como a sustentabilidade nos mercados de capitais, nos mercados privados e nas fusões e aquisições, bem como sobre aspetos do financiamento sustentável, como as vias de transição, o risco climático e a regulamentação; além disso, o pessoal da área de Origem e Consultoria recebeu formação sobre riscos naturais e físicos no âmbito dos requisitos de diligência devida reforçada relacionados com o risco de crédito na fase de origem da transação
- A divisão de Private Bank ofereceu formação aos seus colaboradores sobre questões de sustentabilidade, com o objetivo de satisfazer as preferências de sustentabilidade dos seus clientes e garantir que os produtos e serviços de Private Bank estão em conformidade com os requisitos específicos de sustentabilidade; a formação também abrangeu requisitos regulamentares e é reforçada através de campanhas específicas e oportunidades de trabalho em rede; por exemplo, a rede "ESG Ambassador" intensificou as suas atividades durante 2024 na divisão de Wealth Management Alemanha, com mais de 30 reuniões de equipas regionais sobre ESG; além disso, o formato de diálogo "Sustentabilidade nas Vendas" foi alargado para incluir workshops de gestão dedicados e mais de 50 webinars sobre a implementação de iniciativas de sustentabilidade nas vendas, com especial destaque para as renovações de eficiência energética
- Para a divisão de Asset Management, a DWS forneceu um Quadro Educativo de ESG abrangente, que é um quadro holístico de apresentações gravadas e materiais de formação escritos sobre os principais temas ESG que são relevantes para o sector dos serviços financeiros e para a DWS; além disso, a DWS forneceu uma plataforma para a certificação de Analistas Certificados de Aspetos Ambientais, Sociais e de Governação; em 31 de dezembro de 2024, a DWS tinha 381 colaboradores ativos que são Analistas Certificados de Aspetos Ambientais, Sociais e de Governação

Progresso rumo ao objetivo

ESRS 2 MDR-T, ESRS E1-4

O Deutsche Bank integra objetivos de financiamento sustentável e de investimento ESG no seu planeamento estratégico desde 2020. A abordagem do banco caracteriza-se pelo detalhe, concentração no curto prazo, transparência e mensurabilidade, com objetivos repartidos por negócio ao longo de um horizonte de planeamento plurianual. Os progressos realizados em relação a estes objetivos são comunicados e partilhados com as partes interessadas relevantes numa base trimestral e anual, garantindo a responsabilização. O relato do banco é tridimensional, estendendo-se aos níveis de negócio e subnegócio, por área de impacto e dimensão do cliente. O relato está associado a pontos de referência externos reconhecidos, nomeadamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Esta abordagem aprofundada ao planeamento financeiro, à orientação e à apresentação de relatórios sublinha o compromisso do Deutsche Bank para com o seu objetivo de financiamento sustentável e de investimento ESG de 500 mil milhões de euros.

Em 2024, o Deutsche Bank atingiu um volume acumulado de financiamento sustentável e de investimentos ESG de 373 mil milhões de euros (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)). Este volume inclui o financiamento, a emissão de obrigações, a criação de mercado e os investimentos, bem como os ativos do plano de pensões do Deutsche Bank, que foram facilitados desde 1 de janeiro de 2020. Os ativos dos planos de pensões são reportados como parte dos volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG desde o terceiro trimestre de 2024 na divisão "Corporate & Other". Além disso, desde o quarto trimestre de 2024 que o banco reporta as suas atividades de criação de mercado como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG na divisão de Investment Bank.

Além disso, a divisão de Asset Management (DWS) comunicou ativos ESG sob gestão no valor de 163 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 29 mil milhões de euros em comparação com 2023.

Em 2024, o Deutsche Bank alcançou um volume incremental de financiamento sustentável e investimentos ESG de 93 mil milhões de euros, em comparação com 64 mil milhões de euros incrementais em 2023 (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)), principalmente impulsionado pela forte atividade de emissão primária que reflete condições favoráveis nos mercados de capitais globais. Apesar da contínua incerteza macroeconómica e geopolítica, e de um ambiente de taxas de juro elevadas, os volumes incrementais de financiamento em 2024 foram mais elevados em comparação com os volumes de 2023. Relativamente aos Ativos sob Gestão do Private Bank, o crescimento incremental do volume reflete principalmente o desenvolvimento positivo do mercado em todos os produtos de investimento, bem como um aumento dos volumes de novos negócios na Gestão de Carteira Discricionária, enquanto o ano anterior beneficiou de uma maior conversão de produtos em produtos de investimento ESG.

As contribuições do Corporate Bank, Investment Bank, incluindo Fixed Income and Currencies e Origination and Advisory, Private Bank e Corporate & Outros estão resumidas nos quadros abaixo. São apresentados mais pormenores sobre a evolução de cada uma das empresas nos capítulos correspondentes. Os destaques selecionados visam ilustrar o impacto global do Deutsche Bank na área do financiamento sustentável nas suas diferentes divisões e produtos.

Financiamento sustentável e investimentos ESG – volumes acumulados por empresa

em mil milhões de euros.[1]	Financiamento	Emissão	Criação de mercado[2]	Ativos sob Gestão[3]	Ativos de planos de pensões[4]	Total
						31 dez 2024
Corporate Bank	70	0	0	0	0	70
Investment Bank	71	153	1	0	0	224
Fixed Income and Currencies	61	47	1	0	0	109
Geração e consultoria	10	106	0	0	0	116
Private Bank	15	0	0	53	0	68
Corporate & Other	0	0	0	0	10	10
Total	**156**	**153**	**1**	**53**	**10**	**373**

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Desde o quarto trimestre de 2024 que o banco reporta as suas atividades de criação de mercado como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG na divisão de Investment Bank
[3] Valor das ações no final do período
[4] Valor das ações no final do período. Desde o terceiro trimestre de 2024 que o banco reporta os ativos dos seus planos de pensões como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e investimento ESG na divisão Corporate & Other

em mil milhões de euros.[1]	Financiamento	Emissão	Criação de mercado[2]	Ativos sob Gestão[3]	Ativos de planos de pensões[4]	Total
						31 dez 2023
Corporate Bank	53	0	-	0	-	53
Investment Bank	53	114	-	0	-	167
Fixed Income and Currencies	44	34	-	0	-	78
Geração e consultoria	9	80	-	0	-	89
Private Bank	13	0	-	46	-	59
Corporate & Other	-	-	-	-	-	-
Total	**119**	**114**	**-**	**46**	**-**	**279**

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Desde o quarto trimestre de 2024 que o banco reporta as suas atividades de criação de mercado como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG na divisão de Investment Bank
[3] Valor das ações no final do período

[4] Valor das ações no final do período. Desde o terceiro trimestre de 2024 que o banco reporta os ativos dos seus planos de pensões como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e investimento ESG na divisão Corporate & Other

O Deutsche Bank considera que os pontos de referência externos validáveis são essenciais no seu percurso da ambição ao impacto ambiental e associa os seus progressos a quadros externos reconhecidos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Por conseguinte, o banco continua a avaliar a forma como as suas atividades de financiamento, emissão e criação de mercado contribuem para os 15 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tal como definidos no Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank. As atividades de financiamento, emissão e criação de mercado representaram 77 mil milhões de euros do total de 93 mil milhões de euros de volumes incrementais para 2024. O banco associa-os aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo que, em alguns casos, uma transação pode ser atribuída a mais do que um objetivo, uma vez que algumas categorias se sobrepõem entre si e não estão claramente separadas.

Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Corporate Bank

Vista geral

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 SBM-1

O Corporate Bank está no centro das operações financeiras quotidianas dos seus clientes e tira partido da sua presença e soluções globais, bem como da sua experiência no mercado local, para promover a mudança. Como parceiro de transição, o Corporate Bank apoia os clientes em todas as cadeias de valor do sector para que atinjam os seus objetivos estratégicos com um conjunto abrangente de ferramentas de tesouraria, que permitem o financiamento sustentável. O Corporate Bank adapta continuamente as suas capacidades de sustentabilidade alinhadas com o sector para responder à evolução das necessidades dos clientes e acelerar o crescimento.

O Corporate Bank serve todo o universo de clientes empresariais com multinacionais e uma proposta direcionada para o segmento de clientes MidCorp e Business Banking. Através de uma rede global de promotores ESG em toda a cobertura e produtos, o Corporate Bank está a apoiar os seus clientes com conhecimentos especializados e um conjunto abrangente de soluções de financiamento sustentável. A equipa de Soluções para Clientes de Financiamento Sustentável do Corporate Bank contribui com conhecimentos especializados em financiamento sustentável específicos do sector e apoia o envolvimento dos clientes a nível global, fornece liderança de opinião sobre temas-chave de financiamento sustentável, lidera o envolvimento das partes interessadas externas e internas, desenvolve materiais e formações e conduz a implementação da estratégia de financiamento sustentável do Corporate Bank. O Diretor Head de Financiamento Sustentável do Corporate Bank dirige a estratégia de financiamento sustentável para o franchise e é membro do comité executivo do Corporate Bank.

O Corporate Bank permite o desenvolvimento de energias renováveis e de infraestruturas através das suas capacidades de financiamento de ativos e de projetos para sectores emergentes de transformação da energia, como o hidrogénio e as soluções de armazenamento de energia, e o desenvolvimento de capacidades de financiamento no domínio dos Ativos como um Serviço para impulsionar a transformação da eficiência energética. O Corporate Bank pretende ser o banco ESG para o "Mittelstand" e as empresas familiares alemãs e oferece aos seus clientes uma vasta gama de soluções de financiamento sustentável e não só, que são continuamente alargadas para satisfazer as necessidades dos clientes.

O Corporate Bank oferece um conjunto abrangente de produtos e serviços de financiamento sustentável:

- A atividade de Strategic Corporate Lending do Corporate Bank centra-se na concessão de financiamento a clientes empresariais predominantemente multinacionais; a carteira inclui linhas de crédito renováveis indexadas à sustentabilidade, com os clientes a associarem a sua estratégia de sustentabilidade ao seu financiamento; a Strategic Corporate Lending contribuiu com um total de 7 mil milhões de euros para os volumes de financiamento sustentável do Corporate Bank em 2024
- A atividade de Trade Finance & Lending (TF&L) do Corporate Bank oferece uma variedade de produtos de financiamento sustentável intra e extrapatrimoniais, que vão desde crédito indexado à sustentabilidade e facilidades de comércio documental, soluções e garantias que vão desde a cadeia de abastecimento aos empréstimos verdes, financiamento de infraestruturas a longo prazo e financiamento de projetos; em todos os seus vários subprodutos, o TF&L contribuiu com um total de 10 mil milhões de euros para os volumes de financiamento sustentável do Corporate Bank em 2024
- O Community Development Finance Group do Corporate Bank nos Estados Unidos da América apoia a criação e a conservação de habitações a preços acessíveis para comunidades com rendimentos baixos e moderados, pequenas empresas com acesso limitado ao capital e investimentos em fundos que procuram gerar um impacto social positivo; a unidade de negócio contribuiu com um total de 9 milhões de euros para os volumes de financiamento sustentável do Corporate Bank em 2024

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Corporate Bank (volumes acumulados)

em mil milhões de euros.[1]	31 dez 2024	Contribuição em 2024	31 dez 2023
Financiamento	70	17	53
Emissão	0	0	0
Criação de mercado[2]	0	0	-
Ativos sob Gestão[3]	0	0	0
Ativos de planos de pensões[4]	0	0	-
Total	**70**	**17**	53

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Desde o quarto trimestre de 2024 que o banco reporta as suas atividades de criação de mercado como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG na divisão de Investment Bank
[3] Valor das ações no final do período
[4] Valor das ações no final do período. Desde o terceiro trimestre de 2024 que o banco reporta os ativos dos seus planos de pensões como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e investimento ESG na divisão Corporate & Other

O financiamento sustentável acumulado do Corporate Bank totalizava 70 mil milhões de euros no final de 2024. Os volumes de financiamento adicionais em 2024 ascenderam a 17 mil milhões de euros, todos eles empréstimos e facilidades, em comparação com 14 mil milhões de euros no ano anterior. Destes 17 mil milhões de euros, 10 mil milhões de euros foram empréstimos e facilidades de

crédito às empresas indexados à sustentabilidade. Apesar da contínua incerteza macroeconómica e geopolítica, o Corporate Bank aumentou os seus volumes de financiamento sustentável em termos anuais. Este crescimento reflete o compromisso do Deutsche Bank de apoiar os seus clientes na transição para modelos de negócio mais sustentáveis e na concretização dos seus objetivos estratégicos.

Destaques

Em 2024, o Corporate Bank facilitou um vasto leque de transações de financiamento sustentável que sublinham a sua posição como parceiro estratégico de transição para os seus clientes. Os destaques selecionados incluem:

O Deutsche Bank concedeu um empréstimo de 209 milhões de euros e uma garantia bancária para o Parque Solar de Goorambat East, na Austrália, apoiando o desenvolvimento de um parque solar de 250 megawatts que está a ser desenvolvido pela Engie ANZ. O Deutsche Bank agiu como financiador inicial, prestador de garantias bancárias e prestador de cobertura nesta transação. O projeto produzirá eletricidade para abastecer cerca de 105 000 habitações em Victoria, aumentando significativamente a segurança energética do estado.

O Deutsche Bank facilitou empréstimos cobertos por agências de crédito à exportação no valor de 500 milhões de euros para o Salzgitter Group. O facto de ser o único coordenador de sustentabilidade, *joint mandated lead arranger* e mutuante permitiu a transformação do Grupo para o fabrico de aço ecológico e contribuirá para uma redução de 1% nas emissões agregadas de CO_2 da Alemanha após a conclusão.

O Deutsche Bank concedeu à Siemens Energy dois mecanismos de garantia sindicados indexados à sustentabilidade, no valor total de 12 mil milhões de euros (a participação final combinada do Deutsche Bank é de mil milhões de euros). O Deutsche Bank agiu como coordenador único, *bookrunner* e subscritor conjunto. Esta transação representa o maior mecanismo de garantia sindicado no mercado até à data, sublinhando o compromisso da Siemens Energy de manter o seu papel de liderança na transição energética global.

O Deutsche Bank agiu como *mandated lead arranger* sénior e banco de cobertura de um financiamento de projeto no valor de 4 mil milhões de euros para a fábrica de aço ecológico da Stegra (antiga H2 Green Steel) na Suécia. Este projeto representa um marco significativo na descarbonização de indústrias com dificuldades em mitigar as emissões. A Stegra pretende reduzir até 95% as emissões de CO_2 em comparação com o fabrico convencional de aço, utilizando digitalização de ponta a ponta, eletricidade de fontes renováveis e hidrogénio verde em vez de carvão.

Investment Bank

Fixed Income and Currencies

Vista geral

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 SBM-1

O segmento de Fixed Income and Currencies tira partido da sua experiência na inovação de produtos para estruturar, gerar e distribuir ativos que satisfaçam as necessidades de sustentabilidade em rápida evolução dos clientes. Os quatro principais objetivos para o segmento de Fixed Income and Currencies são apoiar os clientes através da ligação entre investidores e emitentes, aumentar os seus empréstimos sustentáveis, apoiar o percurso de transição energética dos clientes e inovar e expandir a sua gama de produtos.

A área de ESG no segmento de Fixed Income and Currencies é liderada pelo Diretor Global de ESG e Financiamento Sustentável para o segmento de Fixed Income and Currencies, cujas responsabilidades incluem a supervisão das práticas ESG em Fixed Income and Currencies e o crescimento do conjunto de produtos financeiros sustentáveis, o envolvimento dos clientes e a estratégia, incluindo a orientação das atividades empresariais para atingir os seus objetivos de descarbonização. O Diretor de Soluções ESG, Fixed Income and Currencies, que responde perante o Diretor Global de ESG e Financiamento Sustentável para Fixed Income and Currencies, é responsável pela integração de ESG nas empresas, pela interligação com as funções de controlo ao nível do grupo e das empresas e pelo apoio aos clientes no desenvolvimento de transações ecológicas, sociais, sustentáveis e indexadas à sustentabilidade e de outros produtos de rendimento fixo relacionados com ESG.

Para além destas funções-chave, o ESG Fixed Income and Currencies é apoiado por um grupo de especialistas em ESG e Financiamento Sustentável que trabalham em parceria com a equipa de Soluções ESG de Fixed Income and Currencies. Estas posições são ainda apoiadas por uma rede de promotores de ESG em cada uma das respetivas áreas de negócio de Fixed Income and Currencies.

Os volumes incrementais de financiamento sustentável em 2024 na atividade de Global Financing and Credit Trading totalizaram 15 mil milhões de euros. O crescimento continuou a partir de 2023, mostrando um aumento nas operações Indexadas à Sustentabilidade para prestadores de Serviços Financeiros e nas transações de utilização de receitas de energias renováveis.

O segmento de atividade Rates fornece soluções de gestão de risco para emitentes de obrigações e empréstimos sustentáveis. Também emite e investe em empréstimos e obrigações de habitação a preços acessíveis e lares de idosos nos Estados Unidos. Em 2024, o segmento de atividade Rates contribuiu com 13 mil milhões de euros para os volumes de financiamento sustentável e de investimentos ESG do Deutsche Bank. O principal fator que impulsionou os volumes foi a habitação social europeia, em consonância com a ambição do Deutsche Bank de se expandir neste mercado. O segmento de atividade Rates também facilitou 31 obrigações verdes estruturadas em 2024.

A atividade Global Emerging Markets tem uma forte presença no desenvolvimento de novas soluções de sustentabilidade, estruturando e executando soluções inovadoras e premiadas de financiamento e gestão de risco indexadas à sustentabilidade para a sua base de clientes globais. Globalmente, o franchise Global Emerging Markets contribuiu com 3 mil milhões de euros em 2024 para os volumes de financiamento sustentável e de investimentos ESG do banco.

A atividade de Global Foreign Exchange tem sido pioneira em derivados indexados à sustentabilidade, estruturando soluções inovadoras para responder às necessidades e exigências dos clientes. O Deutsche Bank pretende continuar a inovar neste domínio, ajudando os seus clientes a alinhar a sua estratégia de sustentabilidade com as suas estratégias de cobertura.

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Fixed Income and Currencies (volumes acumulados)

em mil milhões de euros.[1]	31 dez 2024	Contribuição em 2024	31 dez 2023
Financiamento	61	17	44
Emissão	47	13	34
Criação de mercado[2]	1	1	-
Ativos sob Gestão[3]	0	0	0
Ativos de planos de pensões[4]	0	0	-
Total	**109**	**31**	**78**

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Desde o quarto trimestre de 2024 que o banco reporta as suas atividades de criação de mercado como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG na divisão de Investment Bank
[3] Valor das ações no final do período
[4] Valor das ações no final do período. Desde o terceiro trimestre de 2024 que o banco reporta os ativos dos seus planos de pensões como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e investimento ESG na divisão Corporate & Other

No final de 2024, o segmento de Fixed Income and Currencies tinha 109 mil milhões de euros em volumes acumulados de financiamento sustentável. Em 2024, o segmento de Fixed Income and Currencies contribuíram com 31 mil milhões de euros adicionais em volumes de financiamento sustentável, em comparação com 20 mil milhões de euros em 2023. Desde o quarto trimestre de 2024 que o Investment Bank comunica as suas atividades de criação de mercado como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG. O relato das atividades de criação de mercado baseia-se no volume médio anual do inventário de obrigações elegíveis da Instituição Financeira de Desenvolvimento. Em 2024, o *mix* das contribuições de volume do financiamento sustentável mudou em comparação com 2023, com uma redução relativa nos ativos de infraestruturas digitais, mas um aumento significativo nos serviços financeiros (Empréstimos Indexados à Sustentabilidade, Financiamento de Fundos, repasse de empréstimos a PME, entre outros), levando a um aumento em comparação com 2023. A conjuntura de taxas de juro elevadas também condicionou a concessão de novos empréstimos e refinanciamentos no mercado. Em 2024, o segmento de Fixed Income and Currencies registou 415 milhões de euros de titularização sustentável, contribuindo para o objetivo de financiamento sustentável do Grupo. Destes 415 milhões de euros, 86% foram validados externamente através de uma classificação da ICMA, de um parecer de uma segunda entidade ou de ambas. O segmento de Fixed Income and Currencies contribuiu com 2 mil milhões de euros em 2024 para empréstimos a empresas indexados à sustentabilidade.

Destaques

upp

UPP Group Holdings Ltd: o Deutsche Bank agiu como único mutuante num empréstimo indexado à sustentabilidade, no valor de 130 milhões de euros e com a duração de 3 anos, que inclui indicadores-chave de redução das emissões de carbono, redução do consumo de água e aumento do ganho líquido de biodiversidade, com base em objetivos anuais e uma margem variável (desconto/penalização). A UPP é o maior fornecedor de alojamento residencial e académico no Reino Unido. As receitas do financiamento serão utilizadas para novos investimentos em ativos de alojamento para estudantes, cartas de crédito para ativos em construção, capital de exploração e fins empresariais gerais. Este é um dos primeiros empréstimos indexados à sustentabilidade conhecidos no Reino Unido, com um KPI sobre o regulamento emergente do Reino Unido relativo aos ganhos líquidos em biodiversidade.

REDAPTIVE®

Redaptive: o Deutsche Bank organizou um *upsize* de 117 milhões de euros para a Redaptive, na sequência da estruturação e subscrição de um compromisso inicial de 117 milhões de euros em julho de 2023. A Redaptive é uma empresa líder em eficiência como prestadora de serviços que financia e instala equipamentos de poupança de energia e de produção de energia. Os programas da Redaptive ajudam muitas das organizações mais sofisticadas do mundo a reduzir o desperdício de energia, a otimizar os custos, a diminuir as emissões de carbono e a atingir os seus objetivos de sustentabilidade em todos os seus portfólios imobiliários.

H&H Group
inspiring wellness

Health and Happiness International (H&H): o Investment Bank FIC agiu como *Mandated Lead Arranger*, Subscritor e *Bookrunner* para um Empréstimo Indexado à Sustentabilidade de 505 milhões de euros para a empresa global de nutrição e bem-estar Health and Happiness International (H&H) com o objetivo de reforçar as suas credenciais ESG, impulsionando a sustentabilidade na sua cadeia de abastecimento. Os KPI estruturados pelo Deutsche Bank foram desenvolvidos em conformidade com a Science Based Targets initiative (SBTi), associando o financiamento ao cumprimento pela H&H de critérios nas áreas da eletricidade renovável, das embalagens sustentáveis e do compromisso dos fornecedores.

QUARTERBACK IMMOBILIEN AG.

QUARTERBACK: o Deutsche Bank foi o único mutuante a conceder uma facilidade de aquisição renovável de 125 milhões de euros para projetos de painéis solares prontos a construir. A QUARTERBACK Immobilien AG ("Quarterback"), um promotor experiente sediado na

Alemanha, com mais de 30 anos de experiência no desenvolvimento imobiliário, expandiu-se recentemente para o sector das energias renováveis. A transação permite à Quarterback adquirir projetos com um potencial de produção de energia até 2 GW, impulsionando o desenvolvimento do sector alemão das energias renováveis.

Geração e consultoria

Vista geral

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 SBM-1

A área de Origination and Advisory procura apoiar os clientes de forma holística, tanto no que se refere ao financiamento sustentável como ao impacto de questões ambientais, sociais e de governação mais vastas nas suas prioridades estratégicas e financeiras. A área de Origination and Advisory aspira a ser um parceiro de confiança para os clientes na gestão do seu percurso de sustentabilidade, incluindo a evolução da regulamentação, os desenvolvimentos do mercado e as preferências dos investidores, e age como um parceiro nos compromissos dos clientes para assegurar um futuro resiliente e sustentável.

Em 2024, a área de Origination and Advisory alargou o seu enfoque às operações ESG da divisão, criando uma equipa dedicada à Estratégia ESG e à Transformação ESG. Estes desenvolvimentos operacionais apoiam ainda mais a atividade em todos os produtos, regiões e sectores, a fim de proporcionar valor acrescentado às necessidades de financiamento sustentável e de transição dos clientes.

Para satisfazer as necessidades de financiamento sustentável dos clientes, é necessário apoiar o acesso ao capital para a dívida com o rótulo ESG em todas as dimensões do financiamento ambiental e de transição, bem como nos aspetos sociais. Especificamente, a área de Origination and Advisory apresentou um sólido histórico em 2024 de apoio ao acesso dos clientes ao capital para emissões com rótulo social. Além disso, a equipa de Soluções ESG da área de Origination and Advisory contribuiu para a criação do Quadro de Instrumentos Sustentáveis do Deutsche Bank.

A liderança de opinião em ESG da área de Origination and Advisory é uma forma significativa de agir na sua estratégia de financiamento sustentável, envolvendo tanto grupos de clientes como de investidores. Durante o ano de 2024, a área de atividade participou no Grupo de Trabalho para a Divulgação do Impacto da Associação Internacional dos Mercados de Capitais, com o objetivo de facilitar os fluxos de capital e colmatar as maiores lacunas dos ODS das Nações Unidas. A área de Origination and Advisory facilitou as discussões sobre sustentabilidade na European Leveraged Finance Conference, na Climate and Security Conference durante a Semana do Clima de Londres e nas conferências Aircraft Finance e Leasing do Deutsche Bank nos EUA. Além disso, a área de Origination and Advisory organizou o seu terceiro evento virtual para investidores e emitentes do Financial Institutions Group na Europa. Por último, a divisão co-organizou uma série de eventos no decurso da Semana do Clima de Nova Iorque.

Em 2024, a área de Origination and Advisory ajudou a angariar 25 mil milhões de euros de volumes de dívida sustentável a nível mundial. O Deutsche Bank estabeleceu parcerias com empresas globais, instituições financeiras e clientes do sector público, apoiando-os nas suas transações financeiras sustentáveis, tais como emissões inaugurais de obrigações com o rótulo ESG e transações de empréstimos ESG.

No sector da dívida com grau de investimento, o Deutsche Bank apoiou os clientes na emissão de obrigações com o rótulo ESG. Numa base combinada das tabelas de comissões de 2023 e 2024, o Deutsche Bank classificou-se em 1.º lugar na região DACH, com uma quota de mercado de 7%, e em 6º lugar na região EMEA, com uma quota de mercado de 4,2%, em todos os produtos de dívida, com exceção dos empréstimos com grau de investimento.

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Origination and Advisory (volumes acumulados)

em mil milhões de euros.[1]	31 dez 2024	Contribuição em 2024	31 dez 2023
Financiamento	10	1	9
Emissão	106	26	80
Criação de mercado[2]	0	0	-
Ativos sob Gestão[3]	0	0	0
Ativos de planos de pensões[4]	0	0	-
Total	**116**	**27**	**89**

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Desde o quarto trimestre de 2024 que o banco reporta as suas atividades de criação de mercado como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG na divisão de Investment Bank
[3] Valor das ações no final do período
[4] Valor das ações no final do período. Desde o terceiro trimestre de 2024 que o banco reporta os ativos dos seus planos de pensões como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e investimento ESG na divisão Corporate & Other

No final de 2024, os volumes de financiamento e investimento sustentáveis da área de Origination and Advisory ascendiam cumulativamente a 116 mil milhões de euros, dos quais 27 mil milhões de euros de volumes incrementais foram reportados em 2024. Os volumes de financiamento sustentável da área de Origination and Advisory foram impulsionados por uma forte atividade de emissão primária que reflete condições favoráveis nos mercados de capitais mundiais.

Destaques

KfW: o Deutsche Bank agiu como Gestor Principal conjunto na obrigação verde a 5 anos da KfW, no valor de 3 mil milhões de euros. A KfW utilizará um montante igual ao produto das obrigações para financiar novos projetos verdes elegíveis, de acordo com o quadro "Green Bonds, made by KfW", que recebeu um segundo parecer da Morningstar Sustainalytics.

TUI: o Deutsche Bank agiu como Coordenador Global Principal, *Physical Bookrunner* (B&D) e Coordenador Conjunto ESG na emissão inicial de 500 milhões de euros de Dívida Sénior Indexada à Sustentabilidade da TUI. A transação baseia-se no novo Quadro de Financiamento Indexado à Sustentabilidade da TUI, que estabelece objetivos concretos de redução das emissões para as atividades das companhias aéreas da TUI.

Continuum: o Deutsche Bank agiu como *Sole Left Lead*, Consultor de Notações e Agente de Estruturação Ecológica na emissão de 607 milhões de euros de Obrigações Verdes Seniores Garantidas da Continuum. Esta foi a quarta transação consecutiva no mercado de capitais para a empresa, que foi liderada pelo DB. O SPO com uma classificação Verde Escuro foi fornecido pela S&P Global Ratings.

República da Colômbia: o Deutsche Bank agiu como *Joint Bookrunner* na reabertura de 1,2 mil milhões de euros da República da Colômbia para a emissão de obrigações sociais em USD com vencimento em 2035 e 2053. No âmbito do seu Quadro de Obrigações Verdes, Sociais e Sustentáveis, a Colômbia financia ou refinancia obrigações, centrando-se especialmente no progresso socioeconómico e na redução das desigualdades, na educação, na consolidação da paz, na criação de emprego e na promoção da produtividade, na habitação a preços acessíveis, no acesso a serviços básicos, na segurança alimentar e nutricional e nos serviços de saúde.

Private Bank

Em 2024, o Private Bank reformulou a sua atividade de acordo com dois sectores principais de clientes, o Personal Banking e a Wealth Management & Private Banking, reforçando a sua dedicação a longo prazo a uma estratégia centrada no cliente. Por conseguinte, o Private Bank tem como objetivo proporcionar aos seus clientes uma atividade bancária responsável e pretende ser o seu parceiro de confiança. Presta aconselhamento diferenciado em matéria de sustentabilidade e uma vasta gama de serviços financeiros a clientes de banca privada e pessoal, pessoas abastadas, empresários e associações familiares, bem como a clientes empresariais em países selecionados.

Vista geral

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 SBM-1

Financiamento

O Private Bank oferece aos seus clientes opções de empréstimo e financiamento dedicadas à sustentabilidade. Os volumes de empréstimos só são reportados como sustentáveis se cumprirem os critérios ambientais ou sociais. Na Alemanha, o Private Bank continuou a expandir os produtos e serviços em todas as marcas, facilitando aos proprietários o cumprimento dos requisitos da UE em matéria de eficiência energética.

O Private Bank na Alemanha oferece aos seus clientes um pacote abrangente de produtos de sustentabilidade através da BHW Bausparkasse AG (BHW AG), uma subsidiária do Deutsche Bank. Isto inclui um "crédito climático" com condições especiais, bem como outros serviços, tais como agentes imobiliários, especialistas em eficiência energética, serviços de financiamento e colocação de artesãos. Com o seu serviço de consultoria "Modernização facilitada", a BHW está a posicionar-se como uma plataforma para a descarbonização da carteira de financiamento da construção na Alemanha.

Para além das opções de crédito para os clientes alemães de retalho, o Private Bank oferece aos seus clientes de Wealth Management opções de crédito sustentáveis para imóveis comerciais, imóveis residenciais de alta qualidade e para determinados veículos de investimento privados detidos pelos clientes, que investem, por exemplo, em energias limpas. O Private Bank também apoia as empresas na consecução dos seus objetivos de sustentabilidade, por exemplo, através de empréstimos para veículos elétricos e de hipotecas ecológicas para a compra de casas com classes de eficiência energética no top 15% dos mercados locais, bem como através de empréstimos para microempresas na Índia.

Investimentos

Em conformidade com o Quadro de Investimentos ESG do Grupo, o Private Bank aplica as seguintes abordagens aos produtos de investimento.

A gestão da carteira discricionária utiliza dados da MSCI para excluir determinados sectores, em conformidade com o Quadro de Investimentos ESG do Grupo do banco, e os títulos subjacentes às carteiras devem ter uma notação ESG mínima da MSCI. Em conformidade com os requisitos regulamentares regionais, a gestão da carteira discricionária também inclui atributos que alinham a seleção de instrumentos no âmbito dos seus mandatos e fundos agrupados com as caraterísticas de sustentabilidade definidas pelos regulamentos. A gestão da carteira discricionária oferece soluções sustentáveis nas principais regiões e, em 2024, foram também intensificados os esforços de venda, alargando ainda mais a oferta de rendimento fixo, em resposta à procura desta classe de ativos por parte dos clientes. Além disso, a oferta de Alocação Estratégica de Ativos foi alargada em 2024 a clientes de banca privada e pessoal na Alemanha.

Os fundos da lista de aconselhamento do Private Bank são avaliados pelo Global Funds Research para determinar se cumprem os requisitos mínimos para serem considerados um fundo ESG. Os fundos ESG devem ter uma estratégia ESG qualificada, alcançar uma classificação ESG mínima da MSCI e estar em conformidade com os regulamentos de sustentabilidade definidos na região aplicável. São realizadas diligências devidas adicionais e periódicas para determinar a intencionalidade da estratégia ESG do fundo antes de este ser ativamente promovido em processos de consultoria como ESG. Em 2024, a equipa Global Funds Research prosseguiu os seus esforços para avaliar os fundos ESG através da procura ativa de ofertas viáveis em subclasses de ativos. O número de fundos ESG que cumprem os critérios definidos nas listas recomendadas pelo Private Bank manteve-se praticamente inalterado, com 55 fundos de investimento e 109 fundos negociados em bolsa (2023): 56 fundos de investimento e 118 fundos negociados em bolsa).

A classificação das alternativas segue as normas mínimas definidas acima para os fundos, com a realização de diligências devidas adicionais para determinar a intencionalidade da estratégia ESG do produto antes de este ser ativamente promovido em processos de aconselhamento como ESG e incluído nos volumes de ativos sob gestão ESG. O segundo fundo alternativo ESG foi oferecido no terceiro trimestre sobre a transição para energias limpas para clientes de gestão de património, depois de o primeiro fundo alternativo ESG ter sido oferecido em 2023.

A abordagem ESG para os instrumentos dos mercados de capitais deve ser alinhada com os Princípios das Obrigações Verdes da Associação Internacional dos Mercados de Capitais (ICMA). Assim, as obrigações de terceiros indexadas ao ambiente, à sociedade e à sustentabilidade oferecidas aos clientes de gestão de património são consideradas instrumentos ESG se cumprirem as quatro

componentes essenciais da ICMA, que são a utilização das receitas, a divulgação do processo de avaliação e seleção de projetos, a gestão das receitas e a comunicação anual de informações sobre as afetações.

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Private Bank (volumes acumulados)

em mil milhões de euros.[1]	31 dez 2024	Contribuição em 2024	31 dez 2023
Financiamento	15	2	13
Emissão	0	0	0
Criação de mercado[2]	0	0	-
Ativos sob Gestão[3]	53	7	46
Ativos de planos de pensões[4]	0	0	-
Total	**68**	**9**	**59**

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Desde o quarto trimestre de 2024 que o banco reporta as suas atividades de criação de mercado como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG na divisão de Investment Bank
[3] Valor das ações no final do período
[4] Valor das ações no final do período. Desde o terceiro trimestre de 2024 que o banco reporta os ativos dos seus planos de pensões como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e investimento ESG na divisão Corporate & Other

O Private Bank tinha um volume total de 68 mil milhões de euros em financiamento sustentável e investimentos ESG no final de 2024, contribuindo com 9 mil milhões de euros em comparação com 12 mil milhões de euros em 2023. O aumento do volume de ativos sob gestão reflete essencialmente a evolução positiva do mercado em todos os produtos de investimento, bem como um aumento do volume de novas operações na Gestão de Carteira Discricionária, enquanto o ano anterior beneficiou de uma maior conversão de produtos em produtos de investimento ESG. O financiamento sustentável é predominantemente impulsionado por novos acordos de empréstimos sustentáveis e fluxos contínuos dos programas existentes.

Destaques

O Private Bank na Alemanha lançou o universo de consultoria "Modernização energética", que fornece aos clientes, partes interessadas e consultores informações básicas, sugestões práticas e orientações para despesas de investimento, poupanças de custos indicativas e potencial financiamento através do website "Modernização facilitada". Oferece também uma função de pesquisa de códigos postais para especialistas em eficiência energética registados no DENA e no GIH e um acordo de fornecimento de informações com o prestador de serviços de eficiência energética Fuchs & Eule em condições preferenciais, bem como uma rede de comerciantes para substituição de sistemas de aquecimento, janelas e portas, incluindo a possibilidade de efetuar pedidos de contacto com uma função de agendamento de marcações diretamente a partir do website.

Em cooperação com o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Deutsche Bank, a DSL e a BHW oferecem "financiamento verde para a construção" com uma vantagem de 20 pontos de base na taxa de juro em comparação com as condições normais. Isto aplica-se ao financiamento de imóveis residenciais na Alemanha que sejam construídos de novo, comprados pela primeira vez ou renovados em conformidade com determinados requisitos de eficiência energética.

Os empréstimos às microempresas na Índia permitem ao Private Bank oferecer produtos a pequenas empresas que, de outra forma, não receberiam financiamento, sendo alguns empréstimos apoiados por programas governamentais. Até ao final de 2024, foram concedidos 2.771 empréstimos a prazo e facilidades de crédito renováveis com um volume total de 361 milhões de euros a clientes de micro e pequenas empresas.

Reconhecendo a importância a longo prazo da alocação estratégica de ativos no perfil de risco e de retorno da carteira de um cliente, a oferta de fundos ESG Strategic Asset Allocation ("SAA") do Deutsche Bank foi alargada em 2024 aos clientes de banca privada e pessoal na Alemanha. Na sequência da procura contínua dos clientes em 2024, o Private Bank prosseguiu os seus esforços de venda no domínio do rendimento fixo e complementou a oferta com dois novos fundos de rendimento fixo em euros.

Em 2024, o Private Bank lançou o seu segundo fundo alternativo ESG para a gestão de património, que oferece investimentos em oportunidades de transição para energias limpas, reconhecendo o papel dos ativos do mercado privado. A solução ofereceu aos clientes europeus de retalho acesso a uma plataforma de capital privado através da estrutura ELTIF e é uma solução dedicada a ESG, em conformidade com o Quadro de Investimento ESG do Deutsche Bank.

Asset Management

Vista geral

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 SBM-1
Com 1 bilião de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2024, a divisão de Asset Management, que opera sob a marca DWS, serve uma base de clientes diversificada de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no mercado doméstico do banco na Alemanha. Enquanto gestora de ativos regulamentados, a DWS atua como fiduciária dos clientes e está consciente do seu impacto na sociedade. O investimento responsável tem sido uma parte fundamental do património da DWS há mais de vinte anos.

Ativos ESG sob Gestão

Com base no quadro ESG global da DWS, os seguintes produtos foram considerados Ativos ESG sob Gestão (AuM) no final de 2024:

- Produtos líquidos geridos ativamente: fundos de investimento de retalho que seguem o filtro "DWS ESG Investment Standard" ou têm um "objetivo de investimento sustentável" e fundos de investimento dos EUA que foram rotulados como ESG e procuram aderir a uma estratégia de investimento ESG
- ETF Xtrackers que aplicam um filtro comparável ao filtro "Norma de Investimento ESG da DWS", ou que acompanham índices que cumprem o Regulamento da UE relativo aos índices de referência da UE para a transição climática e aos índices de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris, ou que têm um "objetivo de investimento sustentável", e outros fundos líquidos geridos passivamente que foram rotulados como ESG e/ou que procuram aderir a uma estratégia de investimento ESG
- Mandatos líquidos ou fundos especiais para clientes institucionais ou produtos de marca branca no âmbito do Regulamento da UE relativo à divulgação de informações sobre sustentabilidade nos serviços financeiros (SFDR) e que apresentam relatórios nos termos do artigo 8.º do SFDR, que seguem o filtro "Norma de Investimento ESG da DWS" ou um filtro ESG comparável alinhado com o cliente ou que estão no âmbito do SFDR e apresentam relatórios nos termos do artigo 9.º.
- Mandatos líquidos ou fundos especiais para clientes institucionais ou produtos de marca branca que não se enquadram no âmbito do SFDR, mas que cumprem algumas das "Normas e Diretrizes Gerais do Sector para o Investimento Sustentável"
- Produtos ilíquidos abrangidos pelo âmbito de aplicação do SFDR e que são objeto de notificação nos termos do artigo 9.º.
- Produtos ilíquidos que não são abrangidos pelo âmbito de aplicação do SFDR mas que têm um "objetivo de investimento sustentável"

A maioria dos fundos de retalho da DWS domiciliados na Europa e geridos ativamente continuam a aplicar um dos dois filtros DWS ESG: "Norma de Investimento ESG da DWS" ou "Exclusões Básicas da DWS":

- O filtro "Exclusões Básicas da DWS" representa a abordagem básica da DWS à integração de determinadas exclusões na política de investimento do fundo em causa; os produtos que aplicam apenas este filtro estão excluídos do número de AuM ESG de 2024
- O filtro "Norma de Investimento ESG da DWS" aumenta as exclusões em comparação com o filtro "Exclusão Básica da DWS"; os produtos que aplicam este filtro estão incluídos no número de AuM ESG de 2024

Ativos sob Gestão (AuM) ESG

em mil milhões de euros.[1]	31 dez 2024	31 dez 2023
Total de AuM ESG (de acordo com o Quadro ESG da DWS)	**163**	133

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

O aumento de 29 mil milhões de euros nos AuM ESG deveu-se sobretudo a movimentos do mercado e a fluxos líquidos. A DWS comunica os seus AuM ESG para proporcionar transparência à proporção dos seus investimentos que correspondem à definição de ESG da DWS. Isto foi acompanhado por uma ambição, aplicável durante o ano de referência de 2024, de continuar a aumentar os AuM ESG da DWS através de uma combinação de fluxos para produtos existentes, fluxos para novos produtos e apoio à transferência, por parte dos clientes existentes, dos seus ativos de produtos não ESG para produtos ESG.

Dada a influência dos movimentos do mercado e de outras variáveis, a DWS não definiu um objetivo quantitativo específico para esta métrica. A DWS continuará a monitorizar o ambiente externo e regulamentar no contexto da sua abordagem à comunicação de produtos geridos em relação a características ambientais, sociais ou de governação.

Ativos líquidos

No negócio de Ativos, os riscos e oportunidades de sustentabilidade são considerados em várias etapas dos respetivos processos de investimento, como na análise fundamental do emitente e na gestão da carteira. As políticas ou procedimentos de integração ESG aplicam-se a subclasses específicas de ativos no âmbito do negócio de Ativos. Tendo em conta a política de investimento de uma carteira individual e as características de sustentabilidade específicas do produto, são considerados os riscos de sustentabilidade.

Nos negócios de Ativos e Passivos, a Política de Envolvimento da DWS define a forma como a DWS, enquanto fiduciária, se envolve com as empresas alvo de investimento no interesse a longo prazo dos seus clientes. A política é estabelecida pela DWS Investment GmbH e considera as atividades de envolvimento delegadas atribuídas a esta entidade por outras entidades da EMEA que fazem parte do Grupo DWS. Inclui a abordagem da DWS ao envolvimento, os temas em que se envolve, a forma como seleciona as empresas alvo de investimento para o envolvimento, bem como as estratégias de escalonamento. Além disso, a política define as funções e responsabilidades dos responsáveis pelo envolvimento e do Conselho de Envolvimento. A DWS não leva a cabo compromissos da DWS Investment Management Americas, Inc. (DIMA), DBX Advisors LLC (DBX) e RREEF Americas L.L.C. (RREEF) nem dos consultores de investimento registados da DWS sediados fora dos EUA que prestam serviços a contas nos EUA com base na delegação da DIMA, DBX ou RREEF ("DWS US").

A Política de Governo das Sociedades e de Voto por Procuração de 2024 da DWS oferece uma visão geral das circunstâncias que a DWS considera importantes ao avaliar as propostas de voto quando vota em assembleias de acionistas e contém as atuais diretrizes de voto da DWS. A política contém os princípios e valores fundamentais da DWS em relação ao governo das sociedades: composição do conselho de administração, remuneração dos executivos, auditores e direitos dos acionistas, que são aperfeiçoados ao longo dos anos e constituem a base para esta política. A abordagem da DWS ao voto numa gama mais ampla de questões ambientais e sociais, incluindo propostas relacionadas com o clima, também é abrangida pela política.

Aplica-se a atividades de votação relativas a participações de capital que a DWS Investment GmbH pode realizar como sociedade gestora de fundos por lei, como prestadora de serviços financeiros ou quando a DWS Investment GmbH tiver sido nomeada por outras entidades da EMEA do Grupo DWS para realizar essas atividades em seu nome.

Para as entidades jurídicas da DWS nos EUA, existe uma política de voto por procuração separada, a Política e Diretrizes de Voto por Procuração da DWS Americas. A política foi concebida para garantir que as procurações são votadas no melhor interesse económico dos clientes da DWS e de boa fé após uma análise adequada.

Votação por procuração e compromissos

	31 dez 2024	31 dez 2023
Para mandatos e fundos domiciliados em entidades jurídicas da DWS na Europa[1] e na Ásia[2] (votos apresentados[3])	6.085	5.646
Empresas submetidas a voto[3]	4.310	4.068
Para mandatos e fundos domiciliados em entidades jurídicas da DWS nos EUA (votos apresentados)	9.249	9.354
Empresas submetidas a voto	6.567	6.791
Perguntas sobre a participação em AGA enviadas aos conselhos de administração das empresas para assembleias de acionistas virtuais/físicas de fundos e mandatos domiciliados na Europa[1]	67	70
Compromissos empresariais para fundos e mandatos domiciliados na Europa[1]	632	624

[1] Em conformidade com o âmbito da Política de Governo da Sociedade e de Voto por Procuração da DWS
[2] A DWS Investment GmbH atua como consultor de representação para as entidades jurídicas individuais da DWS na Ásia, para as quais a DWS Investment GmbH fornece recomendações de voto, sendo que os direitos de voto e a execução do voto cabem à entidade correspondente de Hong Kong e do Japão
[3] O número de 2023 inclui reuniões em que os votos da DWS foram completamente rejeitados. Para 2024, a DWS retirou do cálculo as reuniões rejeitadas

O DWS ESG Engine é uma ferramenta proprietária que produz as principais avaliações de resultados, que são a base para as estratégias de investimento ESG da DWS e para as atividades de integração e envolvimento ESG. O ESG Engine reúne dados de várias fontes, incluindo os principais fornecedores comerciais de dados ESG. Para as classes de ativos onde os dados estão disponíveis, os dados são normalizados e agregados para produzir pontuações e classificações de avaliação ESG que são utilizadas por diferentes funções dentro da DWS. A equipa ESG Engine and Solutions é responsável pela validação dos resultados produzidos pelo ESG Engine em ciclos de atualização regulares. Os dados são disponibilizados aos analistas de investigação e aos gestores de carteiras de ativos líquidos através da plataforma Aladdin e servem de apoio à investigação, à tomada de decisões de investimento e à gestão de estratégias ESG.

Ativos ilíquidos

Imobiliário

A DWS Real Estate reconhece a importância de identificar, avaliar e gerir os riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade como parte integrante da condução dos negócios. A DWS Real Estate concentra-se nos seguintes aspetos ESG, que são importantes para os investimentos em ações e/ou dívida imobiliária: transitórios (por exemplo, eficiência energética dos edifícios), físicos (por exemplo, risco de inundação), normas sociais (por exemplo, classificação de sustentabilidade do bem-estar) e governação (por exemplo, classificação de risco de terceiros de um garante de dívida). Estes aspetos ESG podem apresentar tanto riscos como oportunidades para o desempenho financeiro dos ativos imobiliários e os investimentos podem ter efeitos ambientais e sociais positivos e negativos. Por conseguinte, a DWS Real Estate adota uma abordagem fiduciária aos aspetos ESG e ao desempenho da sustentabilidade na gestão de investimentos imobiliários privados, definindo uma gama de operações entre os limites de risco ESG e financeiro. O limite do risco ESG diz respeito aos riscos em que as medidas adequadas para avaliar e gerir os aspetos ESG, se não forem tomadas em tempo útil, podem ter um impacto negativo na sustentabilidade e no desempenho financeiro esperado a longo prazo do ativo ou da carteira. O limite do risco financeiro está relacionado com os efeitos negativos de medidas de sustentabilidade inadequadas (por exemplo, medidas inoportunas ou demasiado extensas) no cumprimento dos objetivos de investimento.

Deste modo, a DWS Real Estate identificou oito tópicos de sustentabilidade, que são mais relevantes para a gestão de investimentos imobiliários e agrupou-os nos quatro temas de sustentabilidade seguintes:

- Resiliência, abrangendo a eficiência na construção e funcionamento e a adaptação dos ativos às condições externas, incluindo as relacionadas com as alterações climáticas
- Bem-estar, englobando o conforto físico e mental dos ocupantes e a qualidade do ar
- Natureza, incluindo a circularidade nos edifícios e a proteção dos ecossistemas contra a poluição
- Comunidade, abrangendo a acessibilidade da habitação e a participação das partes interessadas

A DWS Real Estate procura avaliar e verificar o desempenho da sustentabilidade ao nível dos ativos e da carteira, bem como os processos de gestão de ativos da DWS, utilizando classificações, certificações e referências de terceiros bem estabelecidas, tais como a Energy Star, BREEAM, LEED, CRREM, GRESB e PRI, conforme viável e aplicável. As certificações de edifícios sustentáveis oferecem uma avaliação e classificação holísticas do desempenho dos ativos imobiliários, dos tópicos de sustentabilidade relevantes para o sector imobiliário e dos temas de sustentabilidade. O processo de investimento compreende três fases: investigação e estratégia, planeamento e execução da carteira. Os aspetos ESG e o desempenho de sustentabilidade são elementos importantes a considerar em cada fase, que inclui análises de riscos e oportunidades. A diligência devida em matéria de sustentabilidade é realizada antes da aquisição e é efetuada através de duas fases de seleção: seleção inicial e seleção avançada, avaliando, entre outros fatores, a resiliência do ativo face aos riscos físicos e transitórios. As conclusões são apresentadas ao comité de investimento e incluem os problemas detetados, as medidas necessárias e a subscrição.

Após a aquisição, os gestores de ativos e de carteiras acompanham o desempenho em termos de sustentabilidade, não só para garantir uma mitigação adequada dos riscos, mas também para procurar ativamente oportunidades de acrescentar valor como parte do planeamento contínuo do negócio. Para os investimentos em ações, o plano de ação anual para a sustentabilidade dos ativos baseia-se no desempenho alcançado e na consequente revisão do perfil de risco dos ativos e da carteira, no plano de investimento da carteira, incluindo o período de detenção dos ativos, e nos objetivos da estratégia de sustentabilidade da carteira.

Infraestrutura

A DWS procura integrar considerações ambientais no quadro de investimento no negócio de infraestruturas em todas as fases do ciclo de vida dos investimentos em ações, desde a seleção inicial e a devida diligência às fases de gestão e alienação dos ativos. O negócio de infraestruturas interage com a gestão da empresa em carteira sobre ESG para discutir os objetivos ESG da DWS e os relatórios relativos à empresa em carteira. É identificado, acordado e acompanhado regularmente um conjunto de KPI para cada empresa da carteira. Durante o período de detenção, a DWS monitoriza os atributos ambientais, tais como a pegada de carbono e o consumo de água dos investimentos através da comunicação regular de KPI por parte das empresas da carteira e através da realização da avaliação anual de benchmarking de infraestruturas do Global Real Estate Sustainability Benchmark (GRESB), tanto ao nível do fundo como dos ativos. A diligência devida inclui considerações relacionadas com o clima e é integrada no documento do Comité de Investimento e apresentada ao Comité de Investimento para apreciação.

O negócio de infraestruturas também elabora um relatório anual sobre Investimento Sustentável e Responsável para os investidores em cada um dos seus fundos. Este relatório aborda várias iniciativas ESG e o desempenho dos investimentos subjacentes do fundo e, em 2024, o relatório incluiu informações alinhadas com as recomendações do Grupo de Trabalho para a Divulgação de Informações Financeiras relativas às Alterações Climáticas (TFCD) para cada investimento.

Durante 2024, a DWS atualizou o Sistema de Gestão Ambiental e Social (ESMS) ao abrigo do qual a empresa opera para refletir as alterações no ambiente ESG e para reforçar os procedimentos. O ESMS também foi atualizado para refletir as obrigações da DWS ao abrigo do SFDR e os requisitos dos investidores. Aplica-se a investimentos de carteira potenciais e existentes em ações de infraestruturas. O ESMS também cria obrigações em todas as empresas da carteira para garantir o envolvimento regular e a elaboração de relatórios sobre questões ESG, resultando em melhorias nas métricas e desempenho ESG e criando uma estrutura de relato regular à DWS.

O negócio de Dívida de Infraestruturas utiliza uma metodologia de pontuação ESG própria e personalizada, que tem vindo a ser aplicada a investimentos novos e existentes desde 2021. A metodologia apoia o processo global de investimento e a monitorização contínua dos riscos ambientais das carteiras de dívida de infraestruturas, entre outros riscos ESG.

O negócio de infraestruturas garante que as aptidões e competências são mantidas de acordo com as necessidades da DWS para implementar adequadamente as suas políticas ESG e operar o seu ESMS de forma eficaz através da implementação da sua matriz de competências e formação.

Corporate & Other

Vista geral

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 SBM-1
O Deutsche Bank esforça-se continuamente por alargar a integração das questões ESG a todo o banco. Em 2024, a viabilidade da implementação de critérios ESG mínimos, em conformidade com o Quadro de Investimentos ESG do banco, para os maiores planos de pensões do Grupo Deutsche Bank.

Conforme especificado no Quadro de Investimentos ESG, é necessário cumprir critérios mínimos de elegibilidade para que um plano de pensões conte para os volumes de financiamento sustentável e de investimentos ESG do banco. Os critérios mínimos de elegibilidade incluem critérios de seleção quantitativos e qualitativos destinados a organizar o investimento subjacente em categorias sectoriais com os respetivos limiares ou critérios de elegibilidade das receitas. A aplicação dos critérios de elegibilidade e o processo de investimento associado estão sujeitos a princípios de governação, descritos no Quadro de Investimentos ESG do Deutsche Bank.

No terceiro trimestre de 2024, os critérios ESG mínimos (de acordo com o Quadro de Investimentos ESG do banco) foram implementados com êxito nos planos de pensões alemães do Deutsche Bank, que são geridos pela DWS. Estes planos de pensões elegíveis passaram, assim, a fazer parte do relato dos volumes de financiamento sustentável do Deutsche Bank e estão incluídos nos volumes de ativos brutos à data de relato.

Para mais informações sobre os planos de pensões do Grupo Deutsche Bank, consultar o Quadro de Investimentos ESG do Deutsche Bank.

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Corporate & Other (volumes acumulados)

em mil milhões de euros.[1]	31 dez 2024	Contribuição em 2024	31 dez 2023
Financiamento	0	0	-
Emissão	0	0	-
Criação de mercado[2]	0	0	-
Ativos sob Gestão[3]	0	0	-
Ativos de planos de pensões[4]	10	10	-
Total	**10**	**10**	**-**

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Desde o quarto trimestre de 2024 que o banco reporta as suas atividades de criação de mercado como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG na divisão de Investment Bank
[3] Valor das ações no final do período
[4] Valor das ações no final do período. Desde o terceiro trimestre de 2024 que o banco reporta os ativos dos seus planos de pensões como parte dos seus volumes de financiamento sustentável e investimento ESG na divisão Corporate & Other

Diligência devida ESG

ESRS 2 GOV-4

Sendo um banco global que apoia vários sectores da economia, o Deutsche Bank pode estar potencialmente ligado ou exposto a impactos e riscos ambientais, sociais e de governação negativos. Através de processos contínuos de diligência devida, o Deutsche Bank identifica, previne, mitiga e gere os impactos negativos reais e potenciais no ambiente e na sociedade, determinados pela dupla avaliação da materialidade e em toda a cadeia de valor. Isto inclui danos reais e potenciais à reputação associados a relações com clientes ou fornecedores.

Os processos de diligência devida a jusante são geridos de forma holística através do Quadro de Diligência Prévia Ambiental e Social do Deutsche Bank e são descritos neste capítulo. O Quadro de Diligência Devida em Matéria Ambiental e Social é ainda complementado por processos de diligência devida de governação descritos no capítulo "Governação" da Declaração de Sustentabilidade. Os processos de diligência devida relativos às atividades a montante são descritos no capítulo "Gestão da cadeia de abastecimento". No que diz respeito às operações do Deutsche Bank, os elementos de diligência devida são indicados nos capítulos "Força de trabalho própria" e "Centralidade no cliente", respetivamente.

O quadro seguinte mostra a forma como o Deutsche Bank aplica os elementos fundamentais da diligência devida e onde estes são indicados na presente Declaração de Sustentabilidade.

Declaração sobre a Diligência Devida

Elementos Essenciais da Diligência Devida	Relatório Anual – Declaração de Sustentabilidade
a) Integração da diligência devida na governação, na estratégia e no modelo de negócio	Informações gerais – Governação – Dupla avaliação da materialidade – Estratégia de sustentabilidade
b) Envolvimento das partes interessadas afetadas em todas as etapas fundamentais da diligência devida	Informações gerais – Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Gestão da cadeia de abastecimento
c) Identificação e avaliação dos impactos negativos	Informações gerais – Dupla avaliação da materialidade – Diligência devida ESG
d) Adoção de medidas para fazer face a esses impactos negativos	Informações gerais – Estratégia de sustentabilidade – Diligência devida ESG – Gestão da cadeia de abastecimento Informações ambientais – Alterações climáticas Informações sociais – Força de trabalho própria – Centralidade no cliente Informações sobre governação – Cultura, integridade e conduta – Combate à criminalidade financeira – Comportamento anticoncorrencial – Fiscalidade – Políticas públicas e regulamentação – Proteção de dados – Segurança da informação
e) Acompanhamento da eficácia destes esforços e comunicação	Informações gerais – Estratégia de sustentabilidade – Diligência devida ESG – Gestão da cadeia de abastecimento Informações ambientais – Alterações climáticas Informações sociais – Força de trabalho própria – Centralidade no cliente Informações sobre governação – Cultura, integridade e conduta – Combate à criminalidade financeira – Comportamento anticoncorrencial – Fiscalidade – Políticas públicas e regulamentação – Proteção de dados – Segurança da informação

Diligência devida em matéria ambiental e social

ESRS 2 MDR-P

O banco comprometeu-se a compreender os desafios e riscos ambientais e sociais associados a uma transação ou cliente e desenvolveu quadros sólidos e processos de avaliação sistemáticos baseados no risco para os gerir. Isto ajuda o banco a evitar riscos para a reputação e a envolver-se com os clientes no que se refere às melhores práticas ambientais e sociais. No que respeita aos riscos ambientais e sociais, o processo de gestão do banco está resumido no capítulo "Alterações climáticas" e no subcapítulo "Diligência devida em matéria ambiental e social" do capítulo "Diligência ESG" da presente Declaração de Sustentabilidade. Os critérios ambientais são a biodiversidade e a natureza; os recursos hídricos; a gestão dos resíduos e a prevenção da poluição; a qualidade do ar; o ruído e as vibrações; e a resposta a emergências. Os critérios sociais são os direitos humanos, que incluem o trabalho infantil e forçado e a escravatura moderna; a saúde e segurança no trabalho; a saúde, segurança e proteção das comunidades; a proteção de grupos vulneráveis, como os povos indígenas; os direitos à terra e aos recursos; e o património cultural. Os requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social estão integrados na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade, nos documentos de apoio complementares e nas orientações sectoriais e, quando são identificadas considerações de risco para a reputação, estas são remetidas para o Quadro de Risco para a Reputação, conforme adequado. O risco de governação inclui contrapartes com problemas como a transparência e a inclusão, ou clientes envolvidos em escândalos de suborno e corrupção. O Deutsche Bank responde a estas preocupações através de diferentes quadros e processos, incluindo os relacionados com o risco de reputação e o combate à criminalidade financeira.

Governação

Quadro de risco para a reputação

ESRS 2 MDR-P

O objetivo do Quadro de Risco para a Reputação do banco é evitar danos à reputação do banco, estipulando o processo segundo o qual o Deutsche Bank toma decisões, antecipadamente, sobre assuntos que possam representar um risco para a reputação. O quadro fornece normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos riscos para a reputação. Os riscos para a reputação que podem resultar de uma falha relacionada com outro tipo de risco, controlo ou processo são geridos separadamente através do quadro de risco relevante, pelo que não são abordados na presente secção.

Todos os colaboradores são responsáveis por identificar potenciais riscos para a reputação e comunicá-los através do Processo de Avaliação de Riscos para a Reputação da Unidade (RRAP da Unidade). Através do RRAP da Unidade, as partes interessadas relevantes são consultadas para darem o seu contributo, como a administração do país, as principais funções de controlo e outros peritos de segunda linha. O RRAP da Unidade é presidido pelo gestor sénior relevante de uma divisão de negócios e aplica-se a todos os assuntos considerados como representando um risco moderado ou maior para a reputação.

Se se considerar que um assunto representa um risco significativo para a reputação e/ou preenche um dos critérios de referência obrigatória do banco, este é remetido para o Comité Regional do Risco de Reputação relevante para uma análise mais aprofundada. Em circunstâncias excecionais, as questões são remetidas para o Comité de Risco de Reputação do Grupo. Tal pode acontecer se uma questão for rejeitada pelo Comité Regional do Risco de Reputação e for objeto de recurso por parte da divisão de negócio, ou se o Comité Regional do Risco de Reputação não conseguir chegar a uma decisão por maioria de dois terços. O Diretor da NFRM é responsável por assegurar a supervisão, a governação e a coordenação da gestão do risco para a reputação do Deutsche Bank. As questões específicas da divisão Asset Management do Deutsche Bank, gerida pela DWS, são analisadas por um comité de risco de reputação da DWS e, se necessário, encaminhadas para o Conselho Executivo da DWS.

Questões avaliadas no âmbito do Quadro de Risco para a Reputação

	31 dez 2024	31 dez 2023
Número de questões revistas (sobre as quais foram tomadas decisões finais)		
Apenas para os processos de avaliação dos riscos para a reputação da unidade	72	71
Dos quais com problemas relacionados com ES	4	6
Dos quais com problemas relacionados com jogos	2	1
Dos quais com problemas relacionados com a defesa	4	4
Aos Comités Regionais do Risco de Reputação	25	31
Dos quais com problemas relacionados com ES	2	1
Dos quais com problemas relacionados com jogos	3	7
Dos quais com problemas relacionados com a defesa	1	4
Ao Comité de Risco de Reputação do Grupo ou superior	4	4
Dos quais com problemas relacionados com ES	1	2
Dos quais com problemas relacionados com jogos	0	0
Dos quais com problemas relacionados com a defesa	1	0
Total	**101**	106
Dos quais com problemas ambientais e sociais	7	9
Dos quais com problemas relacionados com jogos	5	8
Dos quais com problemas relacionados com a defesa	6	8

O Quadro de Risco para a Reputação estipula que determinados assuntos, incluindo os que têm um potencial impacto ambiental e social negativo e os assuntos relacionados com a indústria da defesa ou do jogo, devem ser analisados por peritos na matéria. Estes assuntos são discutidos em mais pormenor nas secções seguintes.

Requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social

ESRS E1, ESRS 2 MDR-P

As disposições de diligência devida em matéria ambiental e social do Deutsche Bank estão integradas na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade, nos documentos de apoio complementares e nas orientações sectoriais e, quando são identificadas considerações de risco para a reputação, estas são remetidas para o Quadro de Risco para a Reputação, conforme adequado. Os requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social aplicam-se globalmente às atividades de concessão de empréstimos e de financiamento do comércio do Corporate Bank (excluindo empréstimos específicos às PME, gestão de tesouraria institucional e empresarial, TAS e serviços de valores mobiliários) e às atividades de concessão de empréstimos e de mercado de capitais do Investment Bank (excluindo atividades de negociação), bem como às atividades de concessão de empréstimos comerciais do Private Bank (excluindo empréstimos a retalho/consumidores e empréstimos à gestão de património). Um resumo dos requisitos ambientais e sociais do Deutsche Bank está documentado no Quadro de Diligência Devida em Matéria Ambiental e Social (a seguir designado por Quadro).

O Quadro define as funções e responsabilidades para a identificação de riscos, avaliação, tomada de decisões e monitorização pós-transação e especifica os requisitos para a devida diligência em matéria ambiental e social. O Deutsche Bank aplica uma abordagem baseada no risco e concentra a sua atenção nos sectores que definiu como tendo um potencial inerentemente elevado de impactos ambientais e sociais negativos e riscos para a reputação associados, conforme indicado abaixo. O banco familiariza os seus colaboradores com os requisitos de encaminhamento de transações e clientes para a função de Sustentabilidade do Grupo do banco. Os colaboradores têm acesso a diretrizes sectoriais detalhadas para a maioria dos sectores que exigem o recurso à função de Sustentabilidade do Grupo. Além disso, as questões ambientais e sociais que se considera representarem, pelo menos, um risco moderado para a reputação são objeto do processo de avaliação do risco para a reputação.

A abordagem do Deutsche Bank em matéria de diligência devida ambiental e social, tal como definida na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade e nas diretrizes sectoriais, é orientada pelas seguintes normas e princípios internacionais, que incluem:

- Pacto Global das Nações Unidas
- Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e respetivas Normas de Conduta Empresarial Responsável para o sector financeiro
- Orientações da ONU em matéria de negócios e direitos humanos
- Normas de Desempenho da Sociedade Financeira Internacional
- Princípios do Equador

O Deutsche Bank participa numa série de iniciativas e grupos de trabalho para melhorar o seu conhecimento das questões existentes e emergentes e para fundamentar a sua abordagem à devida diligência em matéria ambiental e social. Através da sua adesão à Sustainability Leadership's Banking Environment Initiative da Universidade de Cambridge, o banco continuou a participar nas atividades relacionadas com as questões da natureza e do clima. Até 2024, o Deutsche Bank continuou a participar num grupo de trabalho específico do banco destinado a abordar os riscos e oportunidades no sector agrícola. O grupo de trabalho é convocado pela equipa de envolvimento do sector financeiro da Tropical Forest Alliance (TFA) do Fórum Económico Mundial.

A Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade e as orientações sectoriais para os bancos definem os seguintes sectores e atividades como tendo um potencial inerentemente elevado de impactos ambientais e sociais negativos e riscos para a reputação associados:

- Metais e exploração mineira
- Petróleo e gás
- Carvão térmico, incluindo a extração de carvão térmico e a produção de eletricidade a partir de carvão térmico
- Energia nuclear
- Energia hidroelétrica
- Produtos agrícolas e silvicultura
- Pesca e aquicultura marinha
- Infraestruturas e transportes marítimos
- Transações relevantes para os Princípios do Equador, por exemplo, projetos de infraestruturas
- Outras atividades com elevada intensidade de carbono, que tenham impacto em locais sensíveis e protegidos, que provoquem desflorestação e/ou que tenham potencial para violar os direitos humanos

São estabelecidas disposições internas complementares para a indústria do tabaco, com especial incidência nos cigarros eletrónicos e na canábis, bem como para as indústrias da defesa, do jogo e do entretenimento para adultos, que se considera comportarem níveis elevados de riscos sociais e de governação inerentes. Atualmente, estes não fazem parte do processo de diligência devida em matéria ambiental e social, mas são abrangidos pelo âmbito do Quadro de Risco para a Reputação (ver secção "Governação").

Em 2024, as discussões no domínio da defesa centraram-se na fiabilidade da cadeia de abastecimento e no acesso ao financiamento, incluindo o envolvimento com a Comissão Europeia e políticos alemães. O aumento da atividade das ONG, impulsionado pela contínua desestabilização regional, centrou-se nas relações das instituições financeiras com o sector da defesa, bem como na exposição do sector da defesa aos conflitos atuais. No que diz respeito ao jogo, a tónica em 2024 foi colocada no jogo responsável e na resposta ao desafio da crescente legalização do jogo e das apostas desportivas online. Os requisitos específicos de diligência devida dos sectores mencionados estão resumidos no quadro intitulado "Principais posições e normas mínimas da diligência devida em matéria ambiental e social" abaixo.

Os requisitos reforçados de diligência devida em matéria ambiental e social abordam questões sectoriais, bem como questões intersectoriais como a biodiversidade ou questões sociais. O banco revê o âmbito dos sectores, bem como os requisitos de diligência devida relacionados, anualmente ou à medida que ocorrem eventos. Observa igualmente as normas ambientais e sociais em vigor no sector e as melhores práticas da indústria, a fim de melhorar a compreensão das questões ambientais e sociais e, se necessário, ajustar a sua abordagem.

Se os clientes apresentarem reclamações sobre questões ambientais e sociais, serão aplicados os processos descritos no subcapítulo "Gestão de Reclamações" do capítulo "Centralidade no cliente" da presente Declaração de Sustentabilidade e o processo de diligência devida em matéria ambiental e social será considerado adequado para as tratar.

Principais posições e normas mínimas de diligência devida em matéria ambiental e social[1]

Área	Reforço da diligência devida/conformidade com as normas[2]	Princípios ambientais e/ou sociais aplicados
Transversal		
Direitos humanos	Sim	Não participação em atividades comerciais em que o banco tenha provas substanciais de impactos negativos significativos sobre os direitos humanos sem mitigação adequada, por exemplo, trabalho infantil e trabalho forçado
Desflorestação	Sim	Não financiamento de quaisquer projetos ou atividades diretamente relacionados com a desflorestação das principais florestas tropicais
Locais Património Mundial	Sim	Não financiamento de atividades no interior ou nas proximidades de locais Património Mundial, a menos que o respetivo governo e a UNESCO concordem que essa atividade não afetará negativamente o valor universal excecional do local
Setorial		
Produtos agrícolas e silvicultura	Sim	Não financiamento de projetos ou atividades localizados ou que envolvam o abate de florestas tropicais principais ou que envolvam o abate ilegal de árvores ou o uso descontrolado e/ou ilegal do fogo Não financiamento de projetos ou atividades que conduzam à conversão de locais com alto valor de conservação (HCV) em novas plantações e turfeiras Requisito obrigatório de adesão à Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO) e certificação RSPO, ou um plano de implementação calendarizado para a certificação RSPO até 2025, o mais tardar, para os clientes do sector do óleo de palma Expectativas relativas à adesão e às certificações relevantes para a indústria, bem como aos sistemas de gestão ES para produtores e transformadores primários, incluindo o compromisso público com a norma "Sem Desflorestação, Sem Turfa e Sem Exploração"
Pesca e aquicultura marinha	Sim	Não devem ser prestados serviços financeiros a clientes em que existam provas de infrações materiais recorrentes aos limites de captura de peixe impostos e de incumprimento das leis e regulamentos existentes Não devem ser fornecidos financiamentos/serviços financeiros a empresas envolvidas em atividades não licenciadas ou em atividades que não sigam, no mínimo, a regulamentação nacional, tais como a exploração de aquaculturas marinhas fora das Zonas Atribuídas para a Aquicultura (AZA) do país ou de áreas legalmente protegidas que não permitam utilizações múltiplas; a realização de operações não licenciadas ou a criação de espécies invasoras não nativas contra a regulamentação nacional; e a utilização de produtos químicos, antimicrobianos ou pesticidas proibidos que resultem no incumprimento das normas regulamentares nacionais ou internacionais aplicáveis Expectativas em relação à certificação das pescas; exigência mínima de um plano de implementação calendarizado para a certificação do Aquaculture Stewardship Council, o mais tardar, até 2025
Infraestruturas e transportes marítimos	Sim	Não financiamento de dragagens marinhas que tenham impacto em ambientes marinhos sensíveis/habitats críticos (por exemplo, recifes de coral vivos, mangais, pradarias de ervas marinhas) e locais Ramsar, a menos que as atividades sejam realizadas para proteção ou melhoria ambiental/social (por exemplo, proteção contra inundações) Não financiamento do desenvolvimento de destinos costeiros e marinhos em: áreas protegidas designadas que são categorizadas como União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) Tipo I, locais Ramsar, reservas da Biosfera da UNESCO e biodiversidade crítica específica do local Cláusulas contratuais, certificação e/ou requisitos de Controlo pelo Estado do Porto para garantir a conformidade com as convenções ES aplicáveis, tal como definidas pelas Nações Unidas e as suas agências especializadas, a Organização Marítima Internacional (OMI) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Metais e exploração mineira	Sim	Não financiamento direto de projetos de exploração mineira em águas profundas Requisitos reforçados de diligência devida em matéria ES; potenciais exclusões com base nos resultados
Petróleo e gás	Sim	Não financiamento direto de novos projetos que envolvam a exploração, produção, transporte ou processamento de areias betuminosas Proibição do financiamento direto de novos projetos de petróleo e gás na região do Ártico (tal como delimitada pela fronteira isotérmica de 10 °C em julho) Não financiamento direto de projetos de fraturação hidráulica de petróleo e gás em países com stress hídrico "extremamente elevado"
Energia e extração de carvão térmico	Sim	Não financiamento de novas centrais térmicas a carvão e de projetos de extração de carvão térmico ou das infraestruturas associadas, nem da expansão significativa das existentes. Exclusões para o financiamento da extração mineira de remoção no cume de montanhas O âmbito da política, em vigor a partir de maio de 2023, inclui empresas com a) uma dependência das receitas do carvão térmico igual ou superior a 30%, b) uma produção absoluta de carvão térmico igual ou superior a 10 megatoneladas por ano, ou c) uma capacidade de produção de eletricidade a partir do carvão térmico igual ou superior a 10 gigawatts Para as empresas abrangidas pelo âmbito de aplicação da política: não financiamento se não houver planos de diversificação credíveis, incluindo a eliminação progressiva do carvão térmico até 2030 nos países da OCDE e até 2040 nos países não pertencentes à OCDE. Aos clientes atuais é concedido um período de carência até 2025 para desenvolverem esses planos de transição
Energia hidroelétrica	Sim	Requisitos reforçados de diligência devida em matéria de ES; potenciais exclusões com base nos resultados
Energia nuclear	Sim	Requisitos reforçados de diligência devida em matéria de ES; potenciais exclusões com base no resultado e exclusão de determinadas jurisdições
Tabaco	Sim	Requisitos reforçados em matéria de diligência devida, com destaque para os cigarros eletrónicos e a canábis; potenciais exclusões com base nos resultados
Defesa/armas controversas	Sim	Requisitos reforçados em matéria de diligência devida, com exclusões que incluem armas controversas, países em conflito, empresas privadas de segurança militar, bem como armas de fogo automáticas e semiautomáticas de uso civil e sistemas de armas autónomas
Entretenimento para adultos	Sim	Requisitos reforçados em matéria de diligência devida; exclusão de qualquer empresa diretamente associada ao entretenimento para adultos (empresas comerciais relacionadas com a venda ou compra de serviços relacionados com o sexo, desde trabalhadores individuais na prostituição à indústria do entretenimento pornográfico), aos produtos ou serviços de marca associados ou à prostituição
Jogo	Sim	Requisito de diligência devida reforçada; exclusão dos operadores de jogos de azar online entre empresas e consumidores com exposição a mercados onde o jogo é proibido

[1] Os requisitos pormenorizados de Diligência Devida em Matéria Ambiental e Social estão integrados na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade e em documentos de apoio complementares e orientações sectoriais, exceto para os cigarros eletrónicos e canábis, defesa, entretenimento para adultos e jogos, que são abrangidos pelos documentos relevantes em matéria de risco para a reputação.
[2] Além dos princípios transversais e específicos do sector acima descritos, o processo de diligência devida reforçada em matéria ambiental e social do Deutsche Bank inclui, mas não se limita às seguintes análises: cumprimento das leis e regulamentos ambientais e sociais existentes; existência de estruturas de governação sólidas e capacidade suficiente para gerir questões ambientais e sociais.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

ESRS 2 MDR-A

Para gerir todos os tipos de riscos ambientais e sociais da forma mais eficaz e eficiente possível, as ações do Deutsche Bank centram-se em dois níveis, com vista à implementação de todos os requisitos previstos na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade do banco. A nível quotidiano, isto implica a implementação de requisitos ambientais e sociais para transações e/ou clientes, em particular em sectores com elevado risco ambiental e social, tal como definido internamente, bem como a realização de diligências devidas sólidas. A nível estratégico, para garantir que as políticas do Deutsche Bank se mantêm eficazes e alinhadas com a evolução das melhores práticas do mercado e são suficientemente robustas para gerir os riscos ambientais e sociais em constante mudança enfrentados pelas instituições financeiras, a função de Sustentabilidade do Grupo, no âmbito do Gabinete de Sustentabilidade, é responsável pela conceção de normas e políticas para a devida diligência em matéria ambiental e social. Para garantir a eficácia das orientações, é também ministrada formação aos colaboradores relevantes para reforçar a sua sensibilização e foco. Desde 2022 que a equipa está a expandir a sua presença e desde 2024 que está sediada em Frankfurt, Londres, Singapura, Mumbai, Nova Iorque e Washington.

Com base nas disposições em vigor desde 2016 e reforçadas em 2020, o Deutsche Bank atualizou as suas orientações relativas ao carvão térmico em março de 2023. Estas orientações aplicam-se a clientes de centrais térmicas e de minas de carvão. O banco restringiu os critérios para que uma empresa seja considerada uma empresa de carvão térmico e abrangida pelas orientações e especificou os requisitos a aplicar aos clientes abrangidos pelas orientações atualizadas Por exemplo, o limiar de receitas segundo o qual uma empresa cliente é considerada uma empresa de carvão térmico foi reduzido de uma dependência de receitas de 50% para 30%. Além disso, foram introduzidos novos limiares absolutos de produção de carvão térmico de 10 megatoneladas por ano para a produção de carvão térmico e de 10 gigawatts para a capacidade de produção de eletricidade a partir de carvão térmico. Para que os clientes possam aceder ao financiamento de base, o banco exige planos de transição credíveis às empresas abrangidas pelas orientações atualizadas relativas ao carvão térmico. Os clientes atuais são obrigados a apresentar esses planos em 2025, enquanto para os novos clientes esses planos são uma condição prévia para qualquer empréstimo.

Ao longo de 2024, o banco também realizou uma análise da carteira para identificar e avaliar os clientes abrangidos pela orientação relativa ao carvão térmico. O objetivo desta análise da carteira era compreender os clientes abrangidos e os seus planos de transição até 2025. Os resultados da análise da carteira apoiam o Deutsche Bank nos seus compromissos com os clientes, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento de planos de transição credíveis, quando necessário.

O Deutsche Bank tem um grupo de trabalho dedicado à natureza que visa alargar e melhorar as posições mínimas ambientais e sociais do banco em relação aos riscos naturais. Em 2024, o Deutsche Bank reforçou os seus requisitos de diligência devida relacionados com a proteção dos oceanos. Esta atualização é uma continuação do seu compromisso com a iniciativa #BackBlue. O Deutsche Bank tornou-se, em 2023, o primeiro banco a aderir ao #BackBlue, um compromisso liderado pelo parceiro do Deutsche Bank, a Ocean Risk and Resilience Action Alliance (ORRAA), e apoiado pelas Nações Unidas. No âmbito desta iniciativa, o Deutsche Bank pretende trabalhar no desenvolvimento de soluções financeiras que apoiem a proteção dos oceanos. O desenvolvimento dos novos requisitos de diligência devida para a proteção dos oceanos foi orientado por quadros internacionais, como os Princípios Financeiros da Economia Azul Sustentável, acolhidos pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP FI). As principais alterações no âmbito da atualização das orientações relativas aos oceanos são as seguintes:

- Uma nova orientação sobre transportes e infraestruturas marítimas que inclui disposições para controlar o cumprimento das convenções ambientais e sociais das Nações Unidas e das suas agências especializadas, a Organização Marítima Internacional (OMI) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Exclusões e disposições de diligência devida para garantir uma maior proteção das zonas marinhas sensíveis e dos habitats críticos
- Alargamento das orientações já existentes para a pesca de modo a incluir novos requisitos de diligência devida para a aquacultura marinha
- Tendo em conta as atuais lacunas na regulamentação e na compreensão científica do impacto da extração mineira em águas profundas, foi proibido o financiamento direto de projetos de extração mineira em águas profundas

O trabalho do grupo de trabalho para a natureza continuará em 2025, com destaque, entre outros, para a desflorestação.

Princípios do Equador

ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank continua a ser membro ativo dos Princípios do Equador, que o banco adotou em julho de 2020. Os Princípios do Equador são uma referência internacionalmente reconhecida para determinar, avaliar e gerir os riscos ambientais e sociais no financiamento de projetos.

Na qualidade de signatário dos Princípios do Equador, o banco aplica os requisitos de identificação, avaliação, gestão e comunicação de riscos dos princípios às operações de financiamento relacionadas com projetos no seu âmbito. De acordo com os requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social do Deutsche Bank, as unidades de negócio do banco são inicialmente responsáveis pela identificação dos riscos ambientais e sociais, determinando se uma transação se enquadra no âmbito dos Princípios do Equador e reunindo a documentação de diligência devida. Para apoiar as unidades de negócio, foram desenvolvidas orientações e formações internas para a implementação dos Princípios do Equador, que especificam os requisitos para a categorização de projetos (A, B ou C), as devidas diligências e as orientações para o encaminhamento para a função de Sustentabilidade do Grupo. A função de Sustentabilidade do Grupo é responsável por apoiar as unidades de negócio na avaliação das questões ambientais e sociais e dos riscos associados. Para os projetos elegíveis, a função de Sustentabilidade do Grupo efetua uma análise interna da documentação do projeto durante as fases de diligência devida e monitorização, ou solicita-a a um consultor externo independente para projetos de risco mais elevado, conforme exigido pelos Princípios do Equador. O processo de diligência devida e o acompanhamento pós-transacional envolvem discussões de questões críticas com os clientes e o acompanhamento das medidas de correção. Se se considerar que os riscos representam um risco para a reputação moderado ou significativo, a transação seguirá o processo de escalonamento explicado na secção Quadro de Risco para a Reputação.

O Deutsche Bank tem participado em vários grupos de trabalho dos Princípios do Equador sobre questões como a biodiversidade, os recursos marinhos, o âmbito de aplicação e a governação, com vista a contribuir para o desenvolvimento e os progressos futuros dos Princípios do Equador.

Na qualidade de signatário dos Princípios do Equador, o Deutsche Bank é obrigado a apresentar um relatório sobre as transações relacionadas com projetos que tenham sido avaliadas ao abrigo dos Princípios do Equador e que tenham atingido o fecho financeiro durante 2024. Esta informação é incluída nos quadros seguintes para os anos de 2023 e 2024.

Transações avaliadas de acordo com os Princípios do Equador[1]

31 dez 2024

	Serviços de consultoria em financiamento de projetos	Financiamento de projetos			Empréstimos a empresas relacionados com projetos		
	Categoria não aplicável	Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria A	Categoria B	Categoria C
Sector							
Exploração mineira	n/a	1	0	0	0	0	0
Infraestrutura	n/a	0	1	5	1	1	4
Petróleo e gás	n/a	1	2	0	0	0	0
Energia	n/a	1	3	2	0	0	3
Outras	n/a	0	0	2	0	2	0
Região							
América	n/a	1	2	4	0	0	1
Europa, Médio Oriente e África	n/a	1	1	4	1	3	6
Ásia-Pacífico	n/a	1	3	1	0	0	0
Designação do país							
País designado	n/a	3	6	9	0	2	1
País não designado	n/a	0	0	0	1	1	6
Revisão independente							
Sim	n/a	3	5	2	1	0	0
Não	n/a	0	1	7	0	3	7
Total	**n/a**	**3**	**6**	**9**	**1**	**3**	**7**

[1] Note-se que os valores deste quadro podem também estar incluídos no quadro "Transações e clientes analisados no âmbito dos requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social previstos na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade e nas orientações sectoriais"; ver subcapítulo "Requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social". Os Princípios do Equador aplicam-se apenas a um número limitado de transações, dependendo do produto financeiro, do volume da transação e, em alguns casos, do cumprimento de outros critérios de elegibilidade. As transações elegíveis são comunicadas se tiverem atingido o fecho financeiro. A categorização dos projetos segue o processo de categorização ambiental e social da Sociedade Financeira Internacional (IFC). Categoria A – projetos com potenciais riscos e/ou impactos ambientais e sociais adversos significativos que sejam diversos, irreversíveis ou sem precedentes. Categoria B – projetos com potenciais riscos e/ou impactos ambientais e sociais adversos limitados, em número reduzido, geralmente específicos do local, em grande medida reversíveis e facilmente resolvidos através de medidas de mitigação. Categoria C – projetos com riscos e/ou impactos ambientais e sociais adversos mínimos ou nulos

	31 dez 2023						
	Serviços de consultoria em financiamento de projetos	Financiamento de projetos			Empréstimos a empresas relacionados com projetos		
	Categoria não aplicável	Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria A	Categoria B	Categoria C
Sector							
Exploração mineira	n/a	0	0	0	0	0	0
Infraestrutura	n/a	1	2	4	1	2	1
Petróleo e gás	n/a	2	0	0	0	0	0
Energia	n/a	1	1	0	0	3	0
Outras	n/a	2	0	0	0	0	1
Região							
América	n/a	3	1	4	0	1	0
Europa, Médio Oriente e África	n/a	1	1	0	1	2	1
Ásia-Pacífico	n/a	2	1	0	0	2	1
Designação do país							
País designado	n/a	3	3	4	0	3	0
País não designado	n/a	3	0	0	1	2	2
Revisão independente							
Sim	n/a	4	0	1	1	1	0
Não	n/a	2	3	3	0	4	2
Total	n/a	6	3	4	1	5	2

Como signatário dos Princípios do Equador, o Deutsche Bank também é obrigado a divulgar o nome do projeto de acordo com as condições de divulgação especificadas no Anexo B aos Princípios do Equador IV. Estas informações constam do quadro seguinte.

Detalhes sobre as transações abrangidas pelos Princípios do Equador que receberam o consentimento do cliente para divulgação

Não	Nome do projeto (de acordo com o contrato de empréstimo/conhecido publicamente)	Sector	Nome do país anfitrião/Localização do projeto	Ano civil do fecho financeiro
Financiamento de projetos				
1	Woodfibre LNG	Petróleo e gás	Canadá	2024
2	Goorambat East Solar Farm	Energia	Austrália	2024
3	Golden Plains Stage 2 Wind Farm	Energia	Austrália	2024
4	Shallow Basket Energy, LLC	Energia	EUA	2024
5	GPG Australia Renewable Portfolio	Energia	Austrália	2024
6	Kao Data	Infraestrutura	Reino Unido	2024
7	IP Construction II, LLC	Outros	EUA	2024
8	UBS Asset management's 1 GWh BESS Portfolio	Outros	EUA	2024
Empréstimos a empresas relacionados com projetos				
9	Projeto de iluminação pública com 100 000 candeeiros de rua	Energia	Senegal	2024
10	Projeto de aço verde do Grupo Salzgitter	Outros	Alemanha	2024

Formação e sensibilização

ESRS 2 MDR-P

A formação é essencial para sensibilizar os colaboradores do banco e permitir-lhes identificar melhor os riscos e oportunidades ambientais e sociais e, consequentemente, avaliar e encaminhar as transações para a função de Sustentabilidade do Grupo. Em 2024, foi dada formação a 102 colaboradores das equipas empresariais relevantes (2023: 104). Além disso, o Deutsche Bank continuou a oferecer formação sobre o Quadro de Financiamento Sustentável do banco a todo o pessoal de front-office relevante nas suas divisões (Corporate Bank, Investment Bank e Private Bank) através da plataforma de formação interna do banco "Learning Hub". Esta formação visa permitir que o pessoal competente compreenda o Quadro de Financiamento Sustentável e identifique as oportunidades de transição dos clientes para modelos de negócio mais sustentáveis e respeitadores do clima. As sessões também abordam as exclusões e expectativas relacionadas com o ambiente e a sociedade e especificam os requisitos para a devida diligência em matéria ambiental e social, incluindo os critérios para o encaminhamento obrigatório de transações e clientes para a função de Sustentabilidade do Grupo do banco. Os pormenores são apresentados no subcapítulo "Formação e sensibilização" do capítulo "Financiamento sustentável" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Em 2024, o banco também continuou a realizar sessões de sensibilização e formação para as funções de controlo e as equipas de front-office, a fim de reforçar a sua sensibilização para os riscos para a reputação relacionados com a defesa e o jogo.

Métricas e objetivos

Para o Deutsche Bank, a devida diligência em matéria ambiental e social é um processo contínuo e permanente. Para demonstrar a gestão de riscos do banco através da implementação dos requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social, o Deutsche Bank apresenta relatórios sobre as suas análises de transações para demonstrar o desempenho e a eficácia das políticas do banco, em vez de estabelecer objetivos calendarizados.

Análises de transações

ESRS 2 MDR-M

A função de Sustentabilidade do Grupo é responsável pela conceção de normas e políticas ambientais e sociais, incluindo o Quadro de Financiamento Sustentável, e pela supervisão do cumprimento pelas empresas. No âmbito da sua responsabilidade de supervisão, a função de Sustentabilidade do Grupo realiza análises das transações e dos clientes, em conformidade com os requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social do banco e com as normas de financiamento sustentável. Relativamente ao dever de diligência devida em matéria ambiental e social, o número de análises iniciadas em 2024 aumentou cerca de 27% em comparação com 2023. O aumento registou-se principalmente nas transações relacionadas com os produtos agrícolas e com a silvicultura. Este aumento deveu-se principalmente à formalização do processo de referenciação na linha de negócio Trade Finance, juntamente com a integração de um novo cliente do sector agrícola, com o qual foram realizadas várias transações durante o período de relato. Além disso, o número de transações aprovadas no quadro seguinte demonstra que estas transações cumpriram os requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social do banco. O rácio global de análise, ou seja, o rácio entre as operações analisadas nos sectores que satisfazem os critérios de consulta interna e o total das operações registadas nesses sectores, é de 33% (2023: 37,2 %). O rácio global é calculado com base nos melhores esforços.

Transações e clientes analisados no âmbito dos requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social definidos na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade e nas orientações sectoriais[1]

	31 dez 2024	31 dez 2023
Número de transações e clientes por sector		
Metais e exploração mineira	180	200
Petróleo e gás	90	93
Indústria e infraestruturas[2]	266	217
Produtos agrícolas e silvicultura	244	69
Serviços Públicos	104	100
Produtos químicos	10	11
Outras atividades[3]	31	38
Total de reavaliações iniciadas	**925**	728
Número de transações e clientes relativamente aos quais foram tomadas decisões finais	**817**	636
Das quais aprovadas	794	615
Das quais recusadas	15	12
Das quais remetidas para os comités competentes	8	9
Das quais aprovadas	8	9
Das quais recusadas	0	0

[1] Note-se que este quadro também inclui os valores do quadro "Transações avaliadas de acordo com os Princípios do Equador"; ver a secção "Princípios do Equador"
[2] Inclui empresas, por exemplo, de engenharia e fabrico de equipamento, que estão ligadas a sectores sensíveis
[3] Inclui sectores com elevada intensidade de carbono ou potenciais violações dos direitos humanos, por exemplo, bens de consumo, transportes, infraestruturas, tecnologia, comércio de mercadorias e cuidados de saúde com exposição a sectores sensíveis na cadeia de abastecimento

Uma panorâmica das transações avaliadas ao abrigo dos Princípios do Equador pode ser consultada no subcapítulo "Princípios do Equador" do capítulo "Diligência devida ESG" da presente Declaração de Sustentabilidade. No quadro "Transações avaliadas ao abrigo do Quadro de Financiamento Sustentável", no subcapítulo "Governação" do capítulo "Financiamento sustentável" da presente Declaração de Sustentabilidade, é apresentada uma panorâmica geral das análises de classificação das transações ao abrigo do Quadro de Financiamento Sustentável.

Gestão da cadeia de abastecimento

O capítulo seguinte aborda de forma exaustiva o tema da Gestão da Cadeia de Abastecimento. Uma vez que este tema constitui uma parte significativa de toda a organização do banco e tem exposição a uma variedade de requisitos das ESRS, o capítulo inclui todas as divulgações materiais relativas à norma transversal ESRS 2 e à norma temática ESRS G1.

A forma como o Deutsche Bank adquire produtos e serviços tem uma influência significativa na sua pegada de sustentabilidade. Por esta razão, a função de Aprovisionamento Global desempenha um papel fundamental no cumprimento dos compromissos de sustentabilidade relacionados com a cadeia de abastecimento do banco. Embora as divisões individuais sejam responsáveis pelos fornecedores que selecionam e pelo risco associado, a função de Aprovisionamento Global lidera a seleção de fornecedores com um gasto anual superior ou igual a 500.000 euros.

Parte da função de Aprovisionamento Global, a equipa de Sustentabilidade da Cadeia de Abastecimento centra-se na promoção e integração da sustentabilidade na cadeia de valor a montante do banco. Os seus principais objetivos estão alinhados com a estratégia empresarial do banco, que estabelece a transparência e a responsabilidade não só nas práticas empresariais, mas também em todo o processo do ciclo de vida dos fornecedores. Esta abordagem apoia o compromisso do banco para com práticas de aquisição sustentáveis e aumenta a resiliência global da cadeia de abastecimento.

Governação

ESRS 2 GOV-2
O conselho de administração do Deutsche Bank supervisiona as principais iniciativas de sustentabilidade da cadeia de abastecimento e recebe, sempre que necessário, informações atualizadas sobre os progressos realizados relativamente aos objetivos estabelecidos. O Diretor de Aprovisionamento tem a tarefa de integrar a sustentabilidade da cadeia de abastecimento nas práticas de aquisição, trabalhando em estreita colaboração com o Diretor de Sustentabilidade para se alinhar com a estratégia global de sustentabilidade do Deutsche Bank.

O Deutsche Bank tem um órgão de governação da Sustentabilidade da Cadeia de Abastecimento para promover e integrar práticas sustentáveis em todo o processo do ciclo de vida dos fornecedores, a fim de garantir que as considerações de sustentabilidade são equilibradas e alinhadas com o propósito do Deutsche Bank. Este grupo é composto por especialistas em Aprovisionamento Global com o objetivo de promover o conhecimento e as melhores práticas para incentivar a adoção de práticas responsáveis, aumentando a transparência e a rastreabilidade e alinhando os esforços da cadeia de abastecimento com a estratégia e os objetivos de sustentabilidade mais amplos do Deutsche Bank.

O Fórum de Supervisão Ambiental, Social e de Governação de Terceiros fornece liderança e orientação sobre temas relacionados com o risco de sustentabilidade de terceiros em todo o banco. O Fórum é composto por representantes das funções de Gestão de Riscos Não Financeiros, Jurídica, de Aprovisionamento Global e do Gabinete de Sustentabilidade e reúne-se regularmente para garantir uma supervisão e tomada de decisões alinhadas.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3
A estratégia de sustentabilidade da cadeia de abastecimento do Deutsche Bank centra-se na integração de fatores de sustentabilidade no processo de ciclo de vida completo dos fornecedores. Este facto está em consonância com o compromisso mais amplo do banco para com a sustentabilidade.

Para sublinhar o compromisso do banco para com a sustentabilidade e a sua capacidade de resposta à evolução das normas, o Deutsche Bank aumentou o limiar de pontuação ESG para os fornecedores com um volume igual ou superior a 500 000 euros por ano de 25 para 45 em 100 na escala de pontuação EcoVadis (ou a pontuação equivalente de outras agências de notação aprovadas, tais como a MSCI, a Sustainalytics, a ISS, a S&P e a CDP) para os seus fornecedores, a fim de reforçar a ênfase numa abordagem estruturada e proativa à sustentabilidade. Este foi implementado em 2024 para incentivar os fornecedores a atingirem padrões mais elevados de desempenho ambiental, social e de governação, para apoiar a aplicação das melhores práticas e regulamentos em matéria de sustentabilidade e para promover um impacto positivo em toda a cadeia de valor.

Além disso, os dois temas materiais identificados através da avaliação da materialidade estão integrados na estratégia de sustentabilidade da cadeia de abastecimento do Deutsche Bank, conforme descrito no subcapítulo seguinte.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

ESRS 2 SBM-3, ESRS G1-1, ESRS G1-2, ESRS G1-6, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS E1-4
O âmbito da gestão dos riscos e oportunidades materiais da cadeia de valor a montante está alinhado com os limites e critérios utilizados pela função de Aprovisionamento Global para a avaliação e monitorização dos fornecedores, incluindo um limiar de despesas, bem como o foco no país e no sector. A avaliação da materialidade dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a atividade a montante está limitada aos fornecedores diretos do banco.

Foram identificados dois temas materiais como críticos para os esforços de sustentabilidade da cadeia de abastecimento do banco:

- Alterações climáticas: abordar e desenvolver esforços para reduzir ou evitar a emissão de gases com efeito de estufa em toda a cadeia de abastecimento
- Conduta empresarial: gestão das relações com os fornecedores, incluindo práticas de pagamento e segurança da informação

Políticas e normas

A política de aquisições do Deutsche Bank para todo o grupo (exceto a DWS) estabelece os requisitos mínimos para a aquisição de bens e serviços a fornecedores externos terceiros. O Diretor de Aprovisionamento é responsável pela implementação da política, que é revista pelo menos anualmente e está acessível aos colaboradores através do Portal de Políticas.

O Deutsche Bank tem um Código de Conduta para Fornecedores e monitoriza o reconhecimento por parte dos fornecedores dos valores fundamentais e das normas de comportamento que o Deutsche Bank espera que os seus fornecedores respeitem no fornecimento de bens e serviços. O Código de Conduta dos Fornecedores é da responsabilidade do Diretor de Capacitação e Transformação do Aprovisionamento. Explica as expectativas do banco em relação aos fornecedores nas principais áreas temáticas e continua a ser atualizado para refletir a evolução dos requisitos, como a conformidade e os direitos humanos.

Envolvimento e colaboração das partes interessadas

A concretização dos objetivos de sustentabilidade do banco é alcançada através da colaboração multifuncional com as partes interessadas internas, bem como de parcerias no âmbito da cadeia de abastecimento. O banco promove ativamente a sustentabilidade na sua cadeia de abastecimento, oferecendo sessões de formação e sensibilização sobre temas de sustentabilidade atuais e emergentes. Isto garante que as partes interessadas estão bem informadas sobre os controlos-chave integrados no processo de ciclo de vida dos fornecedores e o seu papel no apoio ao Deutsche Bank para atingir os respetivos objetivos de sustentabilidade. Além disso, o Deutsche Bank promove a colaboração com os seus fornecedores estratégicos através de reuniões regulares de governação destinadas a incentivar a cooperação em iniciativas de sustentabilidade, facilitando uma comunicação aberta e alinhando os objetivos entre o banco e os seus fornecedores.

Alterações climáticas

Descarbonização na cadeia de abastecimento

Como parte do seu compromisso contínuo de reduzir o impacto ambiental dos fornecedores, o banco é um participante ativo no programa da Cadeia de Abastecimento do Carbon Disclosure Project (CDP), onde os membros podem colaborar com os fornecedores para identificar riscos e oportunidades e partilhar dados sobre emissões de carbono. Em 2023, o Deutsche Bank publicou um Plano de Transição Inicial que descreve a abordagem geral do banco à descarbonização e o caminho para alcançar as zero emissões líquidas. Em 2024, o Deutsche Bank alargou o âmbito dos fornecedores convidados a partilhar os dados do CDP de 240 no ano anterior para 400 fornecedores. Estes representam 74% do total das despesas com fornecedores e são, por conseguinte, fundamentais para ajudar o Deutsche Bank a concretizar a sua ambição de zero emissões líquidas.

Embora o Deutsche Bank não tenha aderido formalmente à Science-Based Targets initiative (SBTi), o Deutsche Bank adotou as metas SBTi e, como tal, compromete-se a reduzir as emissões operacionais de Âmbito 3 (excluindo as emissões financiadas – Categoria 15) em 46% até 2030, em comparação com a linha de base de 2019, o que equivale a 4,3% por ano.

Conduta empresarial

Seleção e contratação de fornecedores

O Deutsche Bank atribui grande importância à seleção de fornecedores e à gestão das relações com os fornecedores selecionados, a fim de garantir a eficiência das operações e o cumprimento das normas regulamentares.

As cláusulas ESG são incorporadas nos contratos aplicáveis aos fornecedores para reconhecer que a governação ambiental, social e empresarial é fundamental para o Deutsche Bank na aquisição dos serviços e obriga-os a manter uma avaliação externa de sustentabilidade válida de uma agência de notação elegível, conforme mencionado acima, que cumpra ou exceda a pontuação mínima

de notação. O Deutsche Bank pretende colaborar conjuntamente com os fornecedores para implementar medidas corretivas, sempre que necessário.

Avaliação de riscos e seleção de fornecedores

O Deutsche Bank realiza regularmente avaliações de risco dos seus fornecedores, avaliando os riscos potenciais, incluindo a sustentabilidade e a segurança da informação. Estão em vigor planos de contingência para fazer face a potenciais perturbações na cadeia de abastecimento, garantindo a continuidade dos serviços e minimizando os riscos. Além disso, o rastreio de terceiros é efetuado independentemente da materialidade, do risco inerente e da classificação de subcontratação do serviço. As atividades de rastreio abrangem as verificações da estabilidade financeira e da diligência devida (sanções e embargos, lista de vigilância interna, meios de comunicação social adversos, pessoas politicamente expostas), o que permite ao Deutsche Bank conhecer o perfil de risco dos terceiros. Se necessário, os resultados do rastreio são encaminhados para a função de controlo do tipo de risco correspondente para uma investigação mais aprofundada.

Práticas de pagamento

Os termos e condições de pagamento estão claramente definidos nos contratos entre o Deutsche Bank e os seus fornecedores, em conformidade com a legislação aplicável às condições de pagamento. Os prazos contratuais de pagamento do Deutsche Bank para contratos individuais têm como meta 60 dias para a Europa e 90 dias para o resto do mundo. Estas normas aplicam-se normalmente aos fornecedores que fornecem produtos ou serviços ao banco com um valor superior a 100.000 euros por ano. Os outros fornecedores do BD, nomeadamente as transações da UE relacionadas com os termos e condições gerais de compra, são pagos com prazos de pagamento até 30 dias, salvo estipulação contratual em contrário. Quando as jurisdições locais exigem condições de pagamento específicas, o Deutsche Bank age em conformidade. Existem modelos e processos adequados para garantir que os novos fornecedores são integrados com condições de pagamento corretas.

Segurança da informação

A dependência de produtos e serviços de terceiros pode expor o banco a riscos cibernéticos e afetar a sua postura de risco, uma vez que estes podem ser alvos privilegiados de ataques à segurança da informação. Os riscos de segurança da informação de terceiros são geridos pelo Deutsche Bank através de uma combinação de capacidades, implementando uma abordagem abrangente para mitigar estes riscos e cobrir os requisitos regulamentares (incluindo o regulamento DORA da UE). Os principais componentes incluem o programa global de gestão de riscos de terceiros do banco, que foi concebido para identificar, monitorizar e mitigar os riscos associados a compromissos com terceiros. Em combinação, o banco exige a adesão a uma política de segurança da informação com objetivos de controlo específicos para terceiros, que incluem requisitos de notificação de incidentes de segurança. Para garantir a adesão, a postura de segurança da informação de terceiros é reavaliada periodicamente (definida pelo grau de importância do fornecedor). Em resposta a ameaças e incidentes específicos, está a ser desenvolvido um trabalho proativo de envolvimento e sensibilização com estas partes. Isto é complementado por avaliações de segurança, que também incluem avaliações no local de terceiros. Estas medidas contribuem coletivamente para a supervisão do banco e apoiam o alinhamento dos serviços de terceiros com os requisitos de segurança do banco. É possível encontrar mais informações no capítulo "Segurança da informação" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-T, ESRS G1-6

Em 2024, o Deutsche Bank estabeleceu métricas e objetivos para avaliar e monitorizar o desempenho dos fornecedores em relação aos seus compromissos de sustentabilidade, bem como para impulsionar melhorias de desempenho e comunicar eficazmente com as partes interessadas.

Objetivo de pontuação ESG

Para concretizar os compromissos acima referidos, o banco integrou indicadores de sustentabilidade no seu quadro de remuneração dos executivos. Em 2024, o Conselho de Administração do Deutsche Bank aprovou a integração de um indicador-chave de desempenho (KPI) relacionado com os fornecedores na avaliação anual do desempenho e nos pacotes de remuneração dos quadros superiores, incluindo o membro responsável do Conselho de Administração. Este KPI mede a percentagem de despesas passíveis de abordagem com fornecedores que têm uma pontuação ESG superior a 45 em 100, com base nos pontos EcoVadis ou numa norma equivalente de outras agências de notação.

O objetivo da pontuação ESG dos fornecedores foi estabelecido com um imperativo estratégico para impulsionar o sucesso a longo prazo. O seu objetivo é identificar e mitigar os riscos associados aos fornecedores que não têm pontuações ESG ou que têm pontuações baixas, implementando medidas corretivas para melhorar as suas classificações. Além disso, promove a transparência e a responsabilidade conjunta em relação aos objetivos estratégicos de sustentabilidade, estabelecendo metas mensuráveis e exequíveis tanto para o Deutsche Bank como para os seus fornecedores.

O objetivo da pontuação ESG visa promover melhorias e integrar o desempenho em matéria de sustentabilidade dos fornecedores mais estratégicos do Deutsche Bank, tal como identificado através de melhorias na sua classificação de desempenho. Centra-se em

fornecedores priorizados e classificados com base no maior valor de despesas passível de abordagem sem pontuações ESG, utilizando dados históricos de despesas e contratos que expiram entre o quarto trimestre de 2023 e o final do exercício de 2024.

A métrica calcula o rácio entre o total das despesas dos fornecedores com pontuações ESG superiores a 45 pontos EcoVadis ou equivalente e o total das despesas, com uma base de referência de 48%. O âmbito dá prioridade ao envolvimento proativo na sustentabilidade com os 25 principais fornecedores que têm o maior impacto nas despesas globais dos fornecedores, garantindo a relevância e a capacidade de gestão para alcançar melhorias significativas.

O Deutsche Bank recolhe dados de pontuação ESG da EcoVadis, juntamente com outras agências de notação selecionadas, num repositório centralizado, que é regularmente revisto. Estas informações são partilhadas com o membro responsável do Conselho de Administração, que é o Diretor de Operações, para analisar os progressos e orientar as decisões estratégicas destinadas a melhorar o desempenho de sustentabilidade dos fornecedores. O KPI ESG dos fornecedores é incorporado na estratégia de sustentabilidade do banco para garantir um progresso mensurável. Em 2024, o desempenho da pontuação ESG atingiu 61%, excedendo o objetivo de final do exercício em 3%.

Estatísticas de pagamento

As métricas relacionadas com as práticas de pagamento do Deutsche Bank baseiam-se em dados completos de faturas de despesas de 2024 registados pelo banco e calculados a partir da data de emissão da fatura.

Resultados de 2024 e informações complementares

ESRS G1-6

Práticas de pagamento	2024
Tempo médio de pagamento de uma fatura[1] (número de dias)	32
Percentagem de pagamentos efetuados de acordo com as condições de pagamento acordadas	
Fornecedores com despesas < 100.000 € por ano (em %)[2]	70
Fornecedores com despesas > 100.000 € euros por ano:	
Europa (em %)[3]	91
Resto do mundo (em %)[4]	78

[1] Calculado a partir da data de emissão da fatura para todos os fornecedores
[2] Os fornecedores de serviços e produtos ao Deutsche Bank com um valor inferior a 100.000 euros/ano têm um prazo de pagamento de 0 a 30 dias a contar da data de emissão da fatura (salvo acordo contratual em contrário). 93% dos pagamentos a fornecedores com gastos inferiores a 100.000 euros por ano estão alinhados com prazos de pagamento de 0-30 dias
[3] As condições normais de pagamento para contratos individuais na Europa são de 60 dias. 100% dos pagamentos a fornecedores com gastos superiores a 100.000 euros por ano estão alinhados com prazos de pagamento de <= 60 dias
[4] As condições contratuais normais de pagamento para fornecedores no Resto do Mundo são o pagamento no prazo de 90 dias. As condições contratuais normais de pagamento são aplicáveis aos fornecedores de bens e serviços de valor superior a 100.000 euros/ano

Gestão da cadeia de abastecimento – Asset Management

Governação

ESRS 2 GOV-2

A DWS tem o seu próprio quadro de gestão da cadeia de abastecimento que está em conformidade com os requisitos do Deutsche Bank. Nos casos em que não é especificamente indicado, aplica-se a mesma governação ou uma governação equivalente. Na DWS, esta responsabilidade está integrada na função de Gestão de Terceiros.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3

A estratégia de sustentabilidade da DWS em matéria de aprovisionamento centra-se na gestão dos riscos relacionados com a sustentabilidade. Não existem compromissos públicos formais neste domínio.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

ESRS G1-1, ESRS G1-2, ESRS G1-6, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

Avaliação de riscos e seleção de fornecedores

A DWS desenvolveu um quadro específico de Gestão de Riscos de Terceiros (TPRM) que também considera os impactos ambientais e nos direitos humanos adversos. O processo de inclusão de todos os tipos de categorias de fornecedores no quadro TPRM está a ser implementado por fases.

A DWS utiliza dados externos de fornecedores de dados ESG (EcoVadis) ou os seus próprios dados para determinar o risco de sustentabilidade de terceiros com base na classificação de risco do sector e do país. Além disso, todos os terceiros são sujeitos a um controlo negativo dos meios de comunicação social uma vez por ano.

A DWS dá prioridade e define o âmbito do seu compromisso com base no volume de contratos do fornecedor e no perfil de risco do fornecedor. A DWS também efetua reavaliações adequadas dos seus fornecedores empresariais existentes numa base anual ou ad hoc.

Os terceiros sujeitos a um controlo mais aprofundado devem apresentar uma ficha de avaliação da EcoVadis ou responder ao questionário de impacto adverso da DWS. A DWS determina a classificação do risco residual com base na Grelha de Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM). Com base no resultado da avaliação de risco, a DWS aplica as cláusulas relevantes da Lei de Diligência Devida da Cadeia de Abastecimento (SCDDA) proporcionalmente.

Código de Conduta dos Fornecedores

O reconhecimento do Código de Conduta dos Fornecedores do Deutsche Bank é exigido para todos os contratos novos e renovados, sempre que as despesas da DWS com um fornecedor sejam iguais ou superiores a 100.000 euros por ano.

Seleção e contratação de fornecedores

Como parte do processo de aprovisionamento executado pela Equipa de Gestão de Categorias de Aprovisionamento da DWS (sujeito a um limiar de montante total de despesas), durante a fase de convite à apresentação de propostas, a DWS exige que os terceiros divulguem dados de sustentabilidade e quaisquer incidentes de risco anteriores sobre aspetos ambientais ou de direitos humanos, tal como descrito na SCDDA. No caso de incidentes de risco anteriores, é necessária a aprovação jurídica e de uma função de controlo de tipo de risco separada para que um terceiro seja selecionado.

Práticas de pagamento, incluindo a repartição por categoria principal de fornecedores

ESRS G1-6

Práticas de pagamento	2024
Tempo médio de pagamento de uma fatura[1] (número de dias)	47
Percentagem de pagamentos efetuados de acordo com as condições de pagamento acordadas	
Fornecedores com despesas < 100.000 € por ano (em %)[2]	62
Fornecedores com despesas > 100.000 € euros por ano:	
Europa (em %)[3]	75
Resto do mundo (em %)[4]	76

[1] Calculado a partir da data de emissão da fatura para todos os fornecedores
[2] Os fornecedores de serviços e produtos à DWS com um valor inferior a 100.000 euros/ano têm um prazo de pagamento de 0 a 30 dias a contar da data de emissão da fatura (salvo acordo contratual em contrário). 87% dos pagamentos a fornecedores com gastos inferiores a 100.000 euros por ano estão alinhados com prazos de pagamento de 0-30 dias
[3] As condições normais de pagamento para contratos individuais na Europa são de 60 dias. 100% dos pagamentos a fornecedores com gastos superiores a 100.000 euros por ano estão alinhados com prazos de pagamento de <= 60 dias
[4] As condições contratuais normais de pagamento para fornecedores no Resto do Mundo são o pagamento no prazo de 90 dias. 100% dos pagamentos a fornecedores com gastos superiores a 100.000 euros por ano estão alinhados com prazos de pagamento de <= 90 dias

Práticas de pagamento

Os termos e condições de pagamento estão claramente definidos nos contratos entre a DWS e os seus fornecedores, em conformidade com a legislação aplicável às condições de pagamento. Os prazos contratuais de pagamento da DWS para contratos individuais têm como meta 60 dias para a Europa e 90 dias para o resto do mundo. Estas normas aplicam-se normalmente aos fornecedores que fornecem produtos ou serviços à DWS com um valor superior a 100.000 euros por ano. Os fornecedores da DWS abaixo do limiar de 100.000 euros por ano, que inclui os que operam ao abrigo das condições gerais para a UE, são pagos com prazos de pagamento até 30 dias, exceto se existir um contrato em vigor que estabeleça o contrário. Quando as jurisdições locais exigem condições de pagamento específicas, a DWS age em conformidade. Existem modelos e processos adequados para garantir que os novos fornecedores são integrados com condições de pagamento corretas.

Ambientais

Como banco global, o Deutsche Bank está empenhado em acelerar a transição para uma economia sustentável de baixo carbono. A luta contra as alterações climáticas e a destruição do ambiente, um dos maiores desafios da humanidade, exige investimentos substanciais e representa uma oportunidade de negócio significativa. Em tempos desafiantes como aqueles que vivemos, os clientes do banco mostram uma elevada procura por aconselhamento sobre produtos e serviços financeiros para progredir nos seus percursos de transformação individual.

98% das emissões totais

consultar o Âmbito 3, Categoria 15[1]

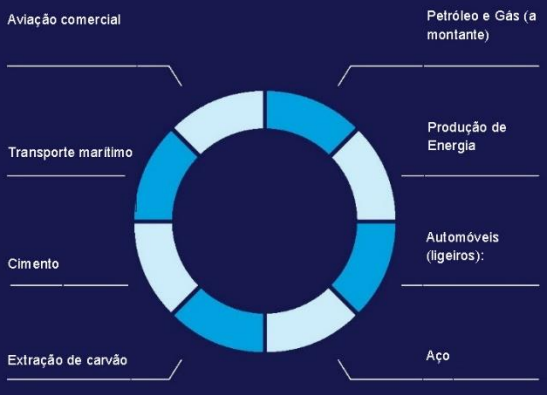
Redução de 5 pontos percentuais nas emissões

da carteira de empréstimos a empresas do Deutsche Bank coberta por vias "net-zero"[1]

Remuneração do Conselho de Administração

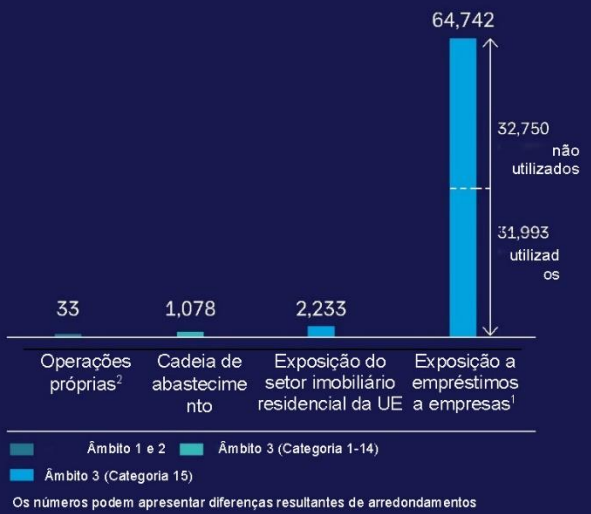
no Prémio a Longo Prazo ligado à adesão a trajetórias de emissões líquidas nulas para setores com utilização intensiva de carbono

Setores com emissões elevadas



Pegada de carbono 2024

em $ktCO_2e$



Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

[1] As emissões financiadas (Âmbito 3, Categoria 15) na exposição de empréstimos a empresas incluem as emissões de Âmbito 1 e 2 dos
[2] Os dados relativos às emissões do Âmbito 2 baseiam-se no mercado

No âmbito das exposições a famílias, os empréstimos imobiliários residenciais a famílias garantidos por bens imóveis residenciais, os empréstimos para renovação de edifícios e os empréstimos para aquisição de veículos automóveis são todos considerados elegíveis para efeitos da Taxonomia. Dado o baixo nível de cobertura do certificado de desempenho energético (CPE) na carteira, o alinhamento com a Taxonomia dos empréstimos imobiliários residenciais foi adicionalmente determinado através dos programas de patrocínio da KfW e das respetivas normas do Centro de Eficiência da KfW ao abrigo das quais os empréstimos foram concedidos. O Deutsche Bank contratou um perito externo do sector para determinar quais as normas que cumprem os critérios técnicos de seleção para uma contribuição substancial, tal como definido nas atividades de mitigação das alterações climáticas 7.1 "Construção de novos edifícios" e 7.7 "Aquisição e propriedade de edifícios" da Taxonomia da UE. Com base nisso, os edifícios construídos até 31 de dezembro de 2020 devem ter um CPE de classe A ou pertencer "aos 15% mais elevados do parque imobiliário nacional ou regional, expressos em termos de Procura de Energia Primária (PED) operacional". Concluiu-se que os edifícios que cumprem os critérios do KfW-70 ou superiores estão em conformidade com o "valor de referência dos 15% mais elevados". Para os edifícios construídos após 31 de dezembro de 2020, a Taxonomia da UE define que a PED tem de ser "pelo menos 10% inferior ao limiar estabelecido para os requisitos de edifícios com necessidades quase nulas de energia (NZEB) nas medidas nacionais". Neste caso, concluiu-se que os edifícios que cumprem os critérios do KfW-40 ou melhores estão em conformidade com o valor de referência de "pelo menos 10% inferior ao NZEB", que se baseia na lei alemã atualizada sobre a energia dos edifícios (GEG/Gebäudeenergiegesetz). Além disso, os CPE já são amplamente exigidos nas novas empresas e a sua disponibilidade para o parque imobiliário residencial deve ser sistematicamente aumentada através de medidas proporcionais.

Para a conformidade com o requisito de "Não Prejudicar Significativamente" ao abrigo da atividade 7.7, a Taxonomia da UE exige uma avaliação sólida dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, em conformidade com os critérios estabelecidos no anexo A do Ato Delegado sobre o Clima. O Deutsche Bank operacionalizou esta avaliação com base em dados de fontes externas, utilizando a metodologia dos relatórios do Pilar 3 da EBA. Considera-se que os edifícios com uma exposição muito elevada a, pelo menos, um risco físico climático não estão alinhados com os critérios da Taxonomia da UE, uma vez que a aplicação de medidas de adaptação não pode ser atualmente verificada.

O Deutsche Bank reconhece a avaliação das garantias sociais mínimas, tal como definido no artigo 18.º do Regulamento Taxonomia da UE, mas também reconhece as orientações da Comissão Europeia na terceira Comunicação da Comissão publicada em novembro de 2024, que confirma, na pergunta 37, que os clientes de retalho não devem ser avaliados em relação aos requisitos de garantias sociais mínimas, ao mesmo tempo que refere que os bancos devem, em vez disso, avaliar "as respetivas empresas [...] que produzem bens e prestam serviços que são adquiridos por clientes de retalho" e cita a "compra de automóveis elétricos ou painéis solares" como exemplos de bens móveis abrangidos por este requisito. Assim, para os imóveis residenciais, que constituem ativos imobiliários, não são atualmente avaliadas as garantias sociais mínimas. O Deutsche Bank acompanhará a implementação de novas orientações a este respeito e avaliará a sua aplicação ao banco assim que houver esclarecimentos disponíveis.

No caso dos empréstimos ao consumo, a informação sobre a utilização das receitas não é atualmente recolhida junto dos clientes. Assim, a informação sobre o alinhamento com a Taxonomia da carteira de crédito automóvel do banco não está atualmente disponível. Atualmente, o alinhamento com a Taxonomia da carteira de empréstimos para renovação também não pode ser estabelecido.

O cálculo dos KPI da Taxonomia do Deutsche Bank baseia-se no perímetro de consolidação prudencial e no balanço do FINREP.

O quadro "Resumo dos KPI a divulgar pelas instituições de crédito nos termos do artigo 8.º do Regulamento Taxonomia" resume os KPI do Deutsche Bank no final do ano de 2024, que são apresentados em pormenor na secção "Divulgações tabulares em conformidade com o artigo 8.º":

- O stock do rácio de ativos verdes (GAR) foi de 1,0% com base nos KPI de volume de negócios e 1,2% com base nos KPI de capex; a diminuição dos rácios em comparação com o ano anterior foi impulsionada por critérios de avaliação mais rigorosos da Taxonomia da UE implementados para imóveis residenciais em 2024
- Os KPI de fluxo do GAR situaram-se em 0,2% e 0,4%, respetivamente; os KPI de fluxo do GAR, bem como as percentagens de cobertura, foram calculados com base no fluxo total de empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio a sociedades financeiras e não financeiras e famílias em relação ao fluxo total de ativos do GAR; a metodologia de cálculo dos KPI de fluxo foi aperfeiçoada para o final do ano de 2024; os comparativos do ano anterior foram alinhados com a apresentação no ano em curso
- Os KPI das garantias financeiras situaram-se em 2,4% com base nos KPI do volume de negócios e em 3,2% com base nos KPI do capex
- Os KPI do stock de ativos sob gestão situaram-se em 1,4% e 2,2%, respetivamente
- Os KPI relativos à carteira de negociação e às receitas de taxas e comissões não têm de ser divulgados até ao final do ano de 2025

Os números apresentados nos quadros seguintes podem não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. As células em branco representam pontos de dados que não têm de ser comunicados com base nos modelos prescritos pelo Regulamento Taxonomia da UE e pelos Atos Delegados de Divulgação conexos.

Resumo dos KPI a divulgar pelas instituições de crédito nos termos do artigo 8.º do Regulamento Taxonomia

31 dez 2024		Total de ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental (em milhões de euros)	KPI de volume de negócios	KPI de CapEx	% de cobertura (sobre o total dos ativos)	% de ativos excluídos do numerador do GAR (artigo 7.º, n.os 2 e 3 e secção 1.1.2. do Anexo V)	% de ativos excluídos do denominador do GAR (artigo 7.º, n.º 1 e secção 1.2.4. do Anexo V)
KPI principal	Stock do rácio de ativos verdes (GAR)	6.097 (Volume de negócios) 7.308 (CapEx)	1,0	1,2	44,3	27,4	55,7

31 dez 2024		Total de ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental (em milhões de euros)	KPI de volume de negócios	KPI de CapEx	% de cobertura (sobre o total dos ativos)	% de ativos excluídos do numerador do GAR (artigo 7.º, n.os 2 e 3 e secção 1.1.2. do Anexo V)	% de ativos excluídos do denominador do GAR (artigo 7.º, n.º 1 e secção 1.2.4. do Anexo V)
KPI adicionais	GAR (fluxo)	820 1.392	0,2	0,4	21,4	78,6	0,0
	Carteira de negociação	N/A	N/A	N/A			
	Garantias financeiras	783 (Volume de negócios) 1.043 (CapEx)	2,4	3,2			
	Ativos sob gestão	17.086 (Volume de negócios) 26.933 (CapEx)	1,4	2,2			
	Rendimentos de serviços e comissões	N/A	N/A	N/A			

31 dez 2023		Total de ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental (em milhões de euros)	KPI de volume de negócios	KPI de CapEx	% de cobertura (sobre o total dos ativos)	% de ativos excluídos do numerador do GAR (artigo 7.º, n.os 2 e 3 e secção 1.1.2. do Anexo V)	% de ativos excluídos do denominador do GAR (artigo 7.º, n.º 1 e secção 1.2.4. do Anexo V)
KPI principal	Stock do rácio de ativos verdes (GAR)	7.546 (Volume de negócios) 8.928 (CapEx)	1,3	1,5	44,2	26,2	55,8

31 dez 2023		Total de ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental (em milhões de euros)	KPI de volume de negócios	KPI de CapEx	% de cobertura (sobre o total dos ativos)	% de ativos excluídos do numerador do GAR (artigo 7.º, n.os 2 e 3 e secção 1.1.2. do Anexo V)	% de ativos excluídos do denominador do GAR (artigo 7.º, n.º 1 e secção 1.2.4. do Anexo V)
KPI adicionais	GAR (fluxo)[1]	490 1.259	0,2	0,4	17,6	82,4	N/S
	Carteira de negociação	N/A	N/A	N/A			
	Garantias financeiras	153 (Volume de negócios) 374 (CapEx)	0,5	1,3			
	Ativos sob gestão	8.635 (Volume de negócios) 16.857 (CapEx)	0,8	1,6			
	Rendimentos de serviços e comissões	N/A	N/A	N/A			

[1] A metodologia de cálculo dos KPI de fluxo foi aperfeiçoada para o final do ano de 2024; os comparativos do ano anterior foram alinhados com a apresentação no ano atual

Alterações climáticas

Para o Deutsche Bank, atingir o valor de zero emissões líquidas até 2050 significa não só estar à altura das suas responsabilidades, como também tirar partido das oportunidades de negócio decorrentes da transição para uma economia de baixas emissões de carbono. Além disso, o banco está empenhado em gerir os riscos e impactos relacionados com o clima associados às suas atividades de financiamento e investimento. Para apoiar estes objetivos, o nível de ambição do Deutsche Bank inclui objetivos claros e quantificáveis, tanto para a descarbonização de carteiras em indústrias com elevadas emissões de carbono como para o crescimento dos negócios sustentáveis.

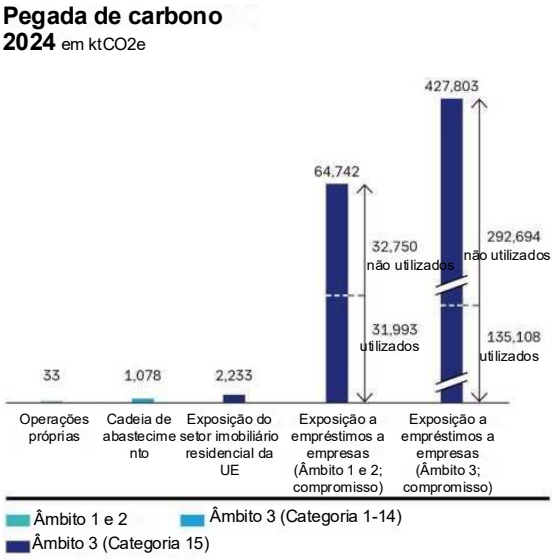
Plano de transição

ESRS E1-1

Desde que o Conselho de Administração do Deutsche Bank fez da sustentabilidade uma prioridade estratégica em 2019, o banco fez progressos significativos no sentido de alcançar os seus objetivos intermédios para 2030.

Em outubro de 2023, o Deutsche Bank publicou o seu Plano de Transição Inicial, que descreve os progressos alcançados e a estratégia para atingir o seu compromisso de zero emissões líquidas. Este plano consolida as definições, metodologias, objetivos e concretizações do banco no seu percurso. Os progressos são descritos nos capítulos correspondentes da presente Declaração de Sustentabilidade, incluindo os capítulos "Estratégia de Sustentabilidade" e "Carteiras de clientes".

O plano adota uma abordagem holística à transição para as zero emissões líquidas do banco para apoiar os objetivos climáticos do Acordo de Paris, centrando-se em três dimensões da descarbonização: as operações do próprio banco (Âmbito 1 e 2, incluindo a DWS); a cadeia de abastecimento do Deutsche Bank (Âmbito 3, Categorias 1 a 14, incluindo as emissões de viagens de negócios da DWS); e o financiamento fornecido aos clientes (Âmbito 3, Categoria 15). Em 2024, as emissões de carbono nestes três domínios eram as seguintes:



Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

A maior contribuição do banco para a transformação da sustentabilidade reside na descarbonização da sua carteira de empréstimos, incluindo a carteira europeia de imóveis residenciais e a carteira de empréstimos a empresas. Assim, o banco estabeleceu metas sectoriais de descarbonização para 2030 e 2050 para os oito sectores com maior intensidade de carbono na carteira de empréstimos a empresas.

Até ao final de 2024, as emissões de Âmbito 1 e 2 da carteira de empréstimos a empresas do Deutsche Bank abrangidas por objetivos de zero emissões líquidas foram reduzidas em 5 pontos percentuais em comparação com o final de 2023. Além disso, as emissões de Âmbito 3 da carteira de empréstimos a empresas do banco diminuíram 4 pontos percentuais em relação a 2023. Os detalhes sobre as metodologias, metas e resultados do banco para o Âmbito 3, Categoria 15, estão descritos no subcapítulo "Carteiras de clientes" do capítulo "Alterações climáticas" da presente Declaração de Sustentabilidade.

As principais alavancas para reduzir as emissões do banco resultantes das suas próprias operações (emissões de Âmbito 1 e 2) incluem a redução do consumo de energia, a obtenção de mais eletricidade a partir de fontes renováveis, a redução das viagens de negócios e a utilização de compensações para as emissões residuais. Os objetivos associados para reduzir as emissões de Âmbito 1 e 2 incluem:

- Compensação das emissões das operações próprias (Âmbito 1 e 2) e das viagens de negócios
- Redução do consumo total de energia em 30% até 2025 em relação a 2019
- Obtenção de eletricidade 100% renovável até 2025
- Redução do consumo de combustível da frota automóvel do Deutsche Bank em 30% até 2025 e alcance das zero emissões de carbono na Alemanha até 2030

O banco implementou um quadro de descarbonização para reduzir as emissões resultantes da sua cadeia de abastecimento (Âmbito 3, Categorias 1 a 14). Este quadro segue três alavancas: (1) reduzir a utilização de recursos, (2) substituir os recursos atuais por alternativas com menor teor de carbono e (3) compensar as emissões residuais quando a redução não for viável.

Em 2024, as emissões de Âmbito 1 e 2 do Banco, bem como as emissões de Âmbito 3, Categorias 1 a 14, não atingiram o limiar de dupla materialidade, pelo que não são incluídas nas divulgações desta Declaração de Sustentabilidade. Em vez disso, o Deutsche Bank fornece informações pormenorizadas sobre a sua abordagem no Plano de Transição Inicial.

O Deutsche Bank criou estruturas, processos e capacidades para permitir a execução do Plano de Transição em áreas-chave como a governação, o Quadro de Financiamento Sustentável, os dados e as tecnologias, bem como o envolvimento externo, e continua a desenvolvê-los. Para além do Gabinete de Sustentabilidade, um facilitador adicional são as equipas de especialistas em ESG nas divisões de negócio e nas funções de infraestrutura do banco, que promovem a implementação da estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank e permitem uma resposta rápida às oportunidades de negócio emergentes e aos riscos potenciais.

Nos próximos anos, o Deutsche Bank pretende alargar o âmbito da descarbonização, ou seja, passar das emissões financiadas para as emissões financiadas e facilitadas e captar oportunidades nos ativos sob gestão dos clientes privados do banco. Além disso, o Deutsche Bank centra-se na integração da natureza e da biodiversidade, bem como na transição justa, o que significa enfrentar os desafios da transição para as economias em desenvolvimento.

Para concretizar os seus compromissos, o banco está a desenvolver o Plano de Transição Inicial à medida que as ferramentas, metodologias e dados para avaliar o impacto climático das suas próprias operações, da cadeia de abastecimento e das atividades dos clientes continuam a evoluir. Por conseguinte, o Deutsche Bank inclui informações prospetivas e apresenta uma perspetiva sobre a forma como o banco irá alargar o âmbito do seu plano de transição, especificamente no que se refere às emissões financiadas.

O plano de transição inicial foi publicado em outubro de 2023. A próxima iteração centrar-se-á no alinhamento total com os requisitos das ESRS. Durante o processo de planeamento anual, o Deutsche Bank continua a ter em conta os mais recentes cenários de zero emissões líquidas e as trajetórias da economia em geral para identificar as necessidades de investimento e a sua influência no plano de financiamento e investimento sustentável do banco.

A publicação do Plano de Transição Inicial, juntamente com as vias para as zero emissões líquidas e os objetivos de descarbonização, foram aprovados pelo Comité de Sustentabilidade do Grupo. O Conselho de Administração delegou neste comité as decisões relacionadas com a sustentabilidade. Por conseguinte, o Comité de Sustentabilidade do Grupo age como o principal órgão de governação e de tomada de decisões em matéria de sustentabilidade em todo o Grupo Deutsche Bank.

Carteiras de clientes

A gestão dos riscos de transição climática, dos riscos climáticos e físicos e de outros riscos ambientais (por uma questão de simplicidade, também designados por "riscos climáticos e ambientais" no resto do presente capítulo) do balanço e das operações do Banco é uma componente essencial da estratégia de sustentabilidade do Grupo. O Deutsche Bank integra os riscos climáticos e ambientais nos seus quadros de gestão de riscos, processos e apetência, tirando partido de uma gama abrangente de abordagens de identificação e classificação de riscos para dar prioridade às áreas que apresentam o maior impacto potencial.

Em 2024, o Deutsche Bank desenvolveu ainda mais o seu Quadro de Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais, incluindo:

- Maior pormenorização da apetência pelo risco e dos dados, incluindo orçamentos de carbono por divisão e indicadores de alerta precoce para monitorizar as concentrações de risco)
- Alargamento dos relatórios internos sobre riscos climáticos e ambientais, incorporando os resultados da análise trimestral de cenários
- Melhorias na avaliação da materialidade, incluindo uma cobertura mais alargada, cenários adicionais e uma análise aprofundada dos canais de transmissão e dos choques
- Um objetivo adicional de zero emissões líquidas para o sector da aviação comercial, associado à apetência pelo risco do banco
- Alargamento do processo de aprovação do risco de crédito de modo a incluir avaliações dos riscos climáticos, físicos e naturais

As instituições financeiras estão a enfrentar um maior escrutínio dos governos, reguladores, acionistas e outros organismos (incluindo organizações não governamentais) sobre o clima e temas relacionados com a sustentabilidade em geral. Os bancos têm de gerir um ambiente político cada vez mais complexo e heterogéneo, com desafios de certas regiões aos seus esforços para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, o que leva a acusações de práticas ilegais e de violações da legislação anti-trust. A Net Zero Banking Alliance assistiu à saída dos colegas norte-americanos em resposta a estas preocupações. Os atuais obstáculos aos esforços globais de descarbonização podem contribuir para um novo aumento da frequência e da gravidade dos riscos climáticos físicos e da probabilidade de uma transição desordenada a longo prazo. Neste contexto, o banco continua empenhado na gestão ativa dos riscos climáticos e ambientais.

A divisão Asset Management do Deutsche Bank (DWS) tem o seu próprio quadro de gestão de riscos em relação aos riscos climáticos e ambientais. Os impactos, riscos e oportunidades do segmento, bem como as suas políticas, encontram-se descritos no capítulo "Carteiras de clientes na divisão de negócio Asset Management" da presente Declaração de Sustentabilidade.

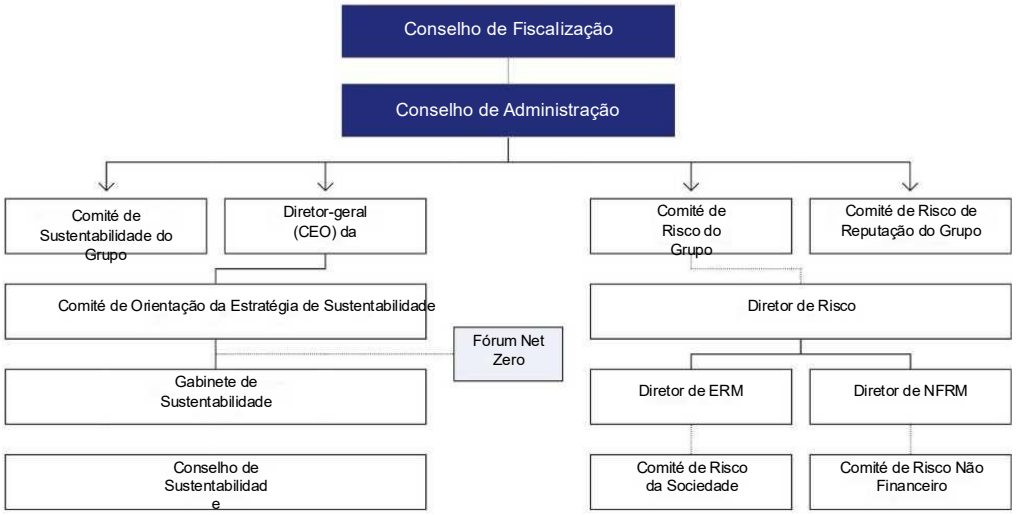
Em conformidade com o requisito ESRS E1-1, o Deutsche Bank informa que não está excluído dos índices de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris.

Governação

ESRS 2 GOV-3

A gestão dos riscos climáticos e ambientais do Deutsche Bank varia consoante a atividade. A governação das atividades que impulsionam a transformação do banco, incluindo as que são necessárias para cumprir o compromisso do Deutsche Bank de atingir as zero emissões líquidas até 2050, é liderada por comités de direção específicos, enquanto as atividades habituais são integradas na estrutura de governação da gestão do risco existente no banco, como mostra o diagrama abaixo.

Estrutura de governação



O Comité de Risco do Grupo, presidido pelo Diretor de Risco e criado pelo Conselho de Administração, tem por mandato supervisionar questões relacionadas com o risco e o capital. Esta função inclui a responsabilidade geral pelo Quadro de Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais do banco. O Comité aprova a apetência do banco pelo risco climático e ambiental, incluindo a apetência pelo desvio face às vias de descarbonização para as zero emissões líquidas. Três outros comités são responsáveis pelo desenvolvimento e gestão de elementos específicos dos riscos climáticos e ambientais:

- O Comité de Riscos Empresariais, composto por peritos de alto nível em riscos de várias disciplinas de risco, concentra-se nas tendências e eventos de riscos ao nível de toda a empresa. O comité supervisiona o desenvolvimento do Quadro holístico de Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais do banco
- O Comité de Riscos Não Financeiros, que supervisiona, rege e coordena a gestão dos riscos não financeiros a nível do grupo e estabelece uma perspetiva transversal e holística dos principais riscos não financeiros do banco, incluindo os riscos para as infraestruturas do banco e para os colaboradores decorrentes dos riscos climáticos e ambientais
- O Comité de Risco para a Reputação do Grupo, um subcomité direto do Conselho de Administração desde 2024, tem a responsabilidade de analisar, decidir e gerir todas as transações, relações com clientes ou outras questões principais de risco para a

reputação escaladas em conformidade com as políticas e o quadro de risco para a reputação subjacentes, incluindo questões relacionadas com a sustentabilidade

O Deutsche Bank criou um Fórum Net-Zero responsável pela avaliação de novos empréstimos que possam ter um impacto significativo nas emissões financiadas e/ou nos objetivos de descarbonização do banco. Os membros do fórum são representantes de alto nível das áreas de Negócio, Risco e do Gabinete de Sustentabilidade. Na sequência do estabelecimento de orçamentos de carbono e da apetência pelo risco a nível das divisões, o Investment Bank e o Commercial Bank mantêm cada um o seu próprio Fórum Net Zero.

Os temas climáticos e ambientais são também regularmente debatidos nos conselhos de risco das unidades empresariais e noutros comités e fóruns.

Para a governação "Change-the-Bank", consultar a secção "Governação da Sustentabilidade" no capítulo "Governação" da presente Declaração de Sustentabilidade.

O Conselho de Administração recebe atualizações mensais sobre as emissões financiadas e o alinhamento com as zero emissões líquidas através do relatório "Perfil de Risco e do Capital". Cada uma das principais atividades do Deutsche Bank integra os riscos climáticos e ambientais no planeamento e nas declarações de apetência pelo risco, como parte do processo de planeamento estratégico anual do banco, aprovado pelo Conselho de Administração.

A conformidade faz parte da governação global dos riscos climáticos e ambientais e reconhece os riscos ESG como fatores de risco transversais integrados nos tipos de risco de conformidade. Estes fatores ESG e tipos de risco são parte integrante da Avaliação anual do Risco de Conformidade. Em 2024, a função de Conformidade procedeu a uma análise da gestão do risco de greenwashing e das suas manifestações no âmbito dos principais tipos de risco de conformidade selecionados e das normas mínimas de controlo conexas. Nesta base, a função de Conformidade aperfeiçoou ainda mais a população de Fatores de Risco relacionados com ESG para os tipos de risco relevantes. A função de Conformidade trabalha com os principais intervenientes nas Três Linhas de Defesa como parte das iniciativas em curso para melhorar a capacidade do banco para identificar e gerir o risco ESG nas suas várias manifestações.

A função de Auditoria Interna (Auditoria do Grupo) e a Terceira Linha de Defesa do Deutsche Bank fornecem garantias independentes e objetivas ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG sobre a adequação da conceção, a eficácia operacional e a eficiência de todos os processos de gestão de riscos do banco, incluindo os riscos climáticos e ambientais. A Auditoria do Grupo analisa os riscos de fraude, antitrust e de má conduta no âmbito de cada auditoria e analisa as respetivas políticas e normas com base numa abordagem baseada no risco. A Auditoria do Grupo atua também como um interlocutor e consultor independente, proativo e virado para o futuro da Direção do Grupo.

Estratégia

A gestão dos riscos e oportunidades climáticos e ambientais do Deutsche Bank faz parte da sua estratégia de sustentabilidade mais alargada e apoia o compromisso de alinhar a carteira do banco com as zero emissões líquidas até 2050. Outras componentes da estratégia de sustentabilidade do Banco, juntamente com os impactos positivos e as oportunidades do Banco, incluindo o crescimento do financiamento sustentável, os volumes de investimento sustentável e o Quadro da Política Ambiental e Social mais alargado, são descritos nos capítulos "Financiamento sustentável" e "Diligência devida ESG" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas

O plano de transição inicial do Deutsche Bank para a mitigação das alterações climáticas é descrito em pormenor no subcapítulo "Plano de Transição", que faz parte do capítulo "Alterações Climáticas" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Impactos materiais, riscos e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio

Em 2024, o Deutsche Bank identificou potenciais impactos negativos materiais relacionados com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas através do seu processo de dupla avaliação da materialidade descrito no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" da presente Declaração de Sustentabilidade. Estes impactos negativos das atividades de financiamento do banco e da sua carteira de clientes (cadeia de valor a jusante), caso se concretizem, provavelmente só se manifestarão a longo prazo (mais de 5 anos).

No que respeita à mitigação das alterações climáticas, foram identificados os potenciais impactos negativos materiais para o ambiente e a sociedade em relação ao seguinte:

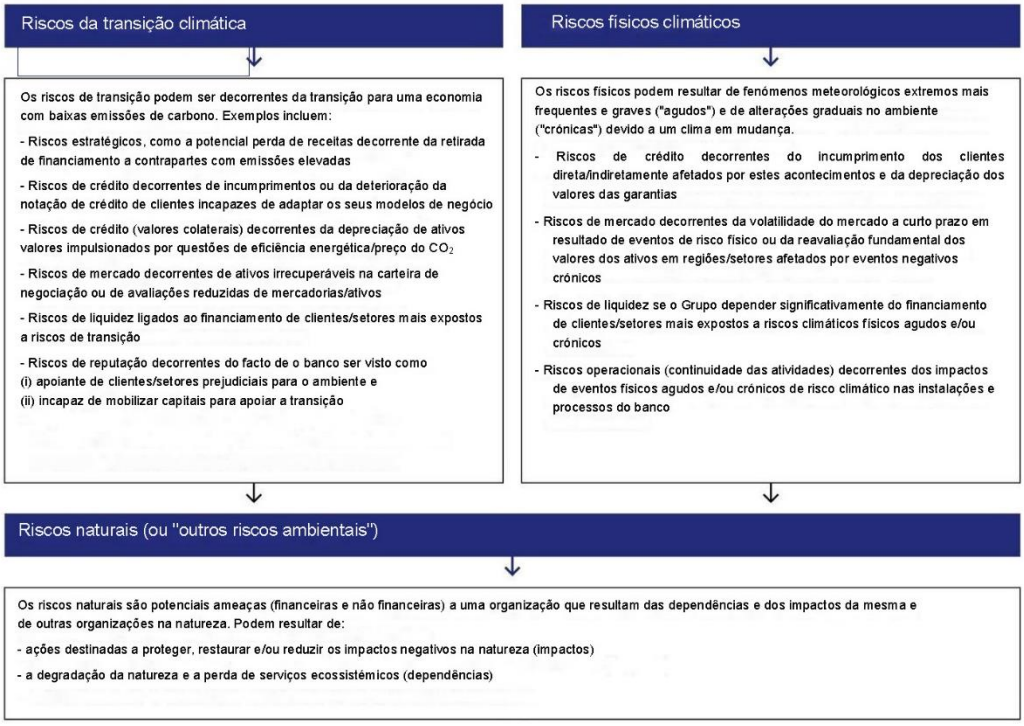
- Financiamento ou investimento em clientes ou ativos de sectores com elevadas emissões de carbono sem planos de transição credíveis, o que poderá, por sua vez, conduzir a um aumento das emissões de gases com efeito de estufa
- Restrição da concessão de empréstimos a clientes de sectores com elevadas emissões de carbono, o que, consequentemente, poderia reduzir a disponibilidade dos recursos financeiros de que estas empresas necessitam para a implementação das suas estratégias de transição

No que respeita à adaptação às alterações climáticas, os potenciais impactos negativos no ambiente e na sociedade foram todos classificados abaixo do limiar de materialidade estabelecido pelo banco.

Do ponto de vista da gestão do risco, as alterações climáticas e a degradação ambiental, fatores de risco físico, podem levar ao surgimento de uma vasta gama de riscos financeiros e não financeiros. Os riscos de transição para as carteiras do banco podem materializar-se a curto e médio prazo, à medida que os governos introduzem metas e políticas ambiciosas relacionadas com o clima, que a sociedade adapta o seu comportamento e que a apetência dos investidores por clientes/sectores com emissões intensivas de carbono se torna mais seletiva.

Os fatores de risco físico climático e ambiental, agudos e crónicos, decorrentes do aumento das temperaturas globais podem aumentar de gravidade, mesmo que os esforços de descarbonização sejam bem sucedidos, afetando os riscos operacionais do Deutsche Bank e os riscos para os ativos dos clientes do banco.

Definições do Deutsche Bank de riscos climáticos e naturais ("outros riscos ambientais")



A mitigação destes impactos negativos e riscos é parte integrante da estratégia e do modelo de negócio do banco. Os principais elementos desta estratégia são os seguintes:

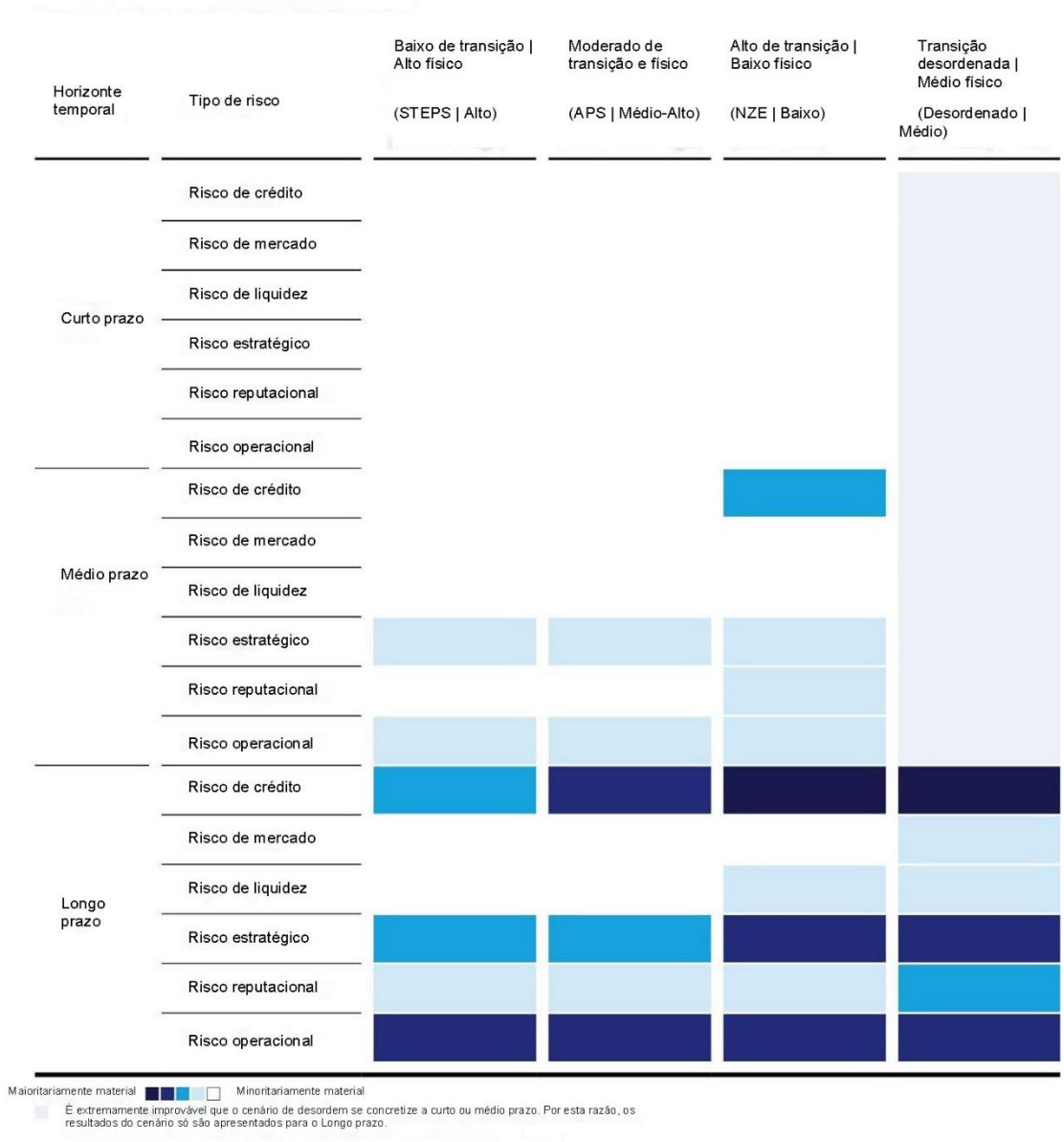
- O seu plano de transição;
- As suas metas e vias de descarbonização sectoriais para a mitigação das alterações climáticas (ambas abordadas em secções separadas deste capítulo); e
- O controlo e a gestão das concentrações de riscos (por exemplo, através de indicadores de alerta precoce) e a integração dos riscos climáticos e ambientais nos quadros de Gestão do Risco do banco, tanto para a mitigação como para a adaptação às alterações climáticas

Resiliência do banco

ESRS E1-1 relacionada com a ESRS 2 SBM-3

O banco utiliza a análise de cenários e testes de esforço para avaliar a materialidade dos riscos climáticos e ambientais a curto, médio e longo prazo e testar a resiliência do negócio face aos mesmos.

Resultados da avaliação da materialidade



Os resultados da avaliação da materialidade financeira do banco indicam que os impactos financeiros a curto prazo são limitados. Mesmo nos cenários de risco de transição mais elevado, há um reequilíbrio limitado em relação aos combustíveis fósseis e a outras mudanças na procura ou na tecnologia num período de tempo tão curto, ao passo que os riscos físicos não deverão sofrer alterações significativas neste período.

A médio prazo, os impactos mais elevados associados aos fatores de risco de transição climática no cenário de zero emissões líquidas materializam-se através de riscos de crédito, operacionais, estratégicos e para a reputação, impulsionados por fatores como:

- Deterioração dos perfis de risco de crédito dos sectores do Petróleo e Gás e do Carvão, começando a surgir impactos maiores para as empresas clientes noutros sectores com elevada intensidade de carbono, bem como para as entidades soberanas e instituições financeiras mais vulneráveis
- Pressão sobre a avaliação das exposições a imóveis menos eficientes do ponto de vista energético devido ao reforço das normas mínimas em matéria de eficiência energética e ao aumento dos custos associados ao consumo de energia
- Perda de receitas devido à saída de clientes com emissões intensivas de carbono sem uma estratégia de transição credível e a uma maior concorrência por clientes/financiamentos sustentáveis
- Potenciais riscos para a reputação e de litígio, caso o banco seja visto como uma exceção negativa em relação aos seus pares em termos da execução dos seus compromissos de sustentabilidade
- Potencial para impactos de risco operacional de eventos de risco físico

A longo prazo, os impactos cumulativos são mais elevados em todos os tipos e cenários de risco. Nos cenários de transição mais elevados, é afetado um leque mais vasto de clientes e a deterioração potencial da qualidade de crédito da carteira torna-se mais pronunciada. O desgaste das receitas (risco estratégico) e os potenciais impactos na reputação são também mais elevados. Os riscos físicos conduzem a perdas nos cenários de baixo risco de transição, afetando materialmente os riscos operacionais, de crédito, estratégicos e para a reputação. O cenário de transição desordenada produz as perdas mais elevadas em todos os cenários, uma vez que os clientes enfrentam impostos punitivos sobre o carbono e políticas conexas com tempo limitado para se adaptarem.

A análise de cenários é aplicada às carteiras do banco sob o pressuposto conservador de um balanço estático, sem ter em conta alterações na afetação de capital. O Deutsche Bank disporia de uma flexibilidade significativa para gerir as exposições a riscos mais elevados ao longo do tempo, especialmente a longo prazo. Por outro lado, os cenários disponíveis comportam um nível significativo de incerteza, em especial a longo prazo, e não consideram os riscos potenciais decorrentes de não linearidades, efeitos combinados e pontos de rutura, que podem conduzir a resultados mais graves.

Os resultados da análise são considerados nos quadros de gestão do risco, incluindo o inventário do risco e o ICAAP. Para garantir que o banco se mantém resiliente a estes choques e adequadamente capitalizado, o Deutsche Bank implementou um suplemento ao seu capital económico, orientado por peritos. Este suplemento foi concebido para captar a incerteza relacionada com as perdas de grande magnitude que podem surgir em determinados sectores devido a alterações inesperadas e abruptas dos preços do carbono.

A execução ordenada e progressiva da estratégia de sustentabilidade do banco, incluindo objetivos de zero emissões líquidas, o crescimento do financiamento sustentável e de transição, e uma maior integração da natureza nos quadros de risco do banco, bem como nas estratégias de clientes, produtos e regiões, é fundamental para atenuar os impactos do risco de crédito e para a reputação a longo prazo.

Para mais informações sobre a análise de cenários, o seu âmbito, o horizonte temporal e os cenários utilizados, consultar o subcapítulo "Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Processo de identificação e avaliação dos riscos materiais relacionados com o clima: os cenários".

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

Processo de identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima: avaliação da materialidade

ESRS 2 IRO-1

Os processos centrados na identificação de impactos positivos e oportunidades em relação à mitigação e adaptação às alterações climáticas são descritos no capítulo "Financiamento sustentável" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Os impactos negativos são identificados e avaliados através do processo de Dupla Avaliação da Materialidade, descrito em pormenor no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" da presente Declaração de Sustentabilidade. O presente subcapítulo centra-se na avaliação dos riscos climáticos e ambientais.

Avaliação da materialidade financeira

Paralelamente à dupla avaliação da materialidade, a função de risco do Deutsche Bank efetua uma avaliação anual da materialidade para testar a capacidade de resiliência do banco aos riscos climáticos e naturais. O resultado da avaliação da materialidade alimenta os processos de gestão do risco, tais como o inventário de riscos, e é utilizado para informar o Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital (ICAAP), apoiando assim os pressupostos críticos relacionados com o clima utilizados nas demonstrações financeiras do banco.

O Banco avalia estes riscos através de uma análise de cenários aplicada a cada um dos principais tipos de risco do banco, em todas as carteiras, sectores económicos e geografias materiais, e em horizontes de curto, médio e longo prazo. Para efeitos da sua avaliação da materialidade climática e ambiental, o Deutsche Bank definiu os seus horizontes temporais da seguinte forma:

- Curto prazo: 1 a 2 anos
- Médio prazo: 3 a 5 anos (ou seja, a partir do primeiro dia do 3.º ano)
- Longo prazo: superior a 5 anos

O âmbito da avaliação de materialidade e da análise de resiliência para os riscos climáticos e ambientais abrange quase todas as carteiras do banco e inclui Empresas, Soberanos, Imobiliário Comercial e Residencial, Gestão de Património e Financiamento ao Consumo (com cenários de natureza apenas aplicados a carteiras identificadas como de alto risco para a natureza).

No que diz respeito ao risco climático, os fatores considerados foram os riscos de transição (por exemplo, decorrentes de mudanças políticas, tecnológicas e comportamentais) e os riscos físicos decorrentes de fatores agudos (ou seja, fenómenos meteorológicos extremos) e crónicos (ou seja, mudanças graduais no clima/ambiente). No que respeita ao risco para a natureza (outros riscos ambientais), o banco considerou os fatores de perda de natureza decorrentes (i) da perda de biodiversidade e de habitats terrestres, (ii) do esgotamento da água, (iii) da degradação dos ecossistemas devido a resíduos e à poluição e (iv) da degradação dos ecossistemas marinhos (devido à utilização dos ecossistemas marinhos).

A análise da forma como estes fatores influenciam cada tipo de risco relevante, nomeadamente os riscos de crédito, estratégico e para a reputação, de mercado, de liquidez e operacional, foi adaptada às suas especificidades, tal como descrito nos parágrafos seguintes.

Os choques de risco de crédito são modelados como migrações de notação de crédito que conduzem a alterações na probabilidade de incumprimento dos clientes afetados, o que, por sua vez, aumenta as suas perdas de crédito esperadas. Por exemplo, os fenómenos meteorológicos extremos podem afetar as operações e a cadeia de valor do mutuário, podendo resultar em perda de receitas, aumento das necessidades de capital, custos de seguros e responsabilidades. No que respeita aos riscos de transição, prevê-se um aumento das perdas de crédito para as empresas com emissões intensivas de carbono em cenários de descarbonização da economia, em que o seu produto tem uma relevância cada vez menor e as empresas não conseguiram adaptar o seu modelo de negócio.

A avaliação dos riscos estratégicos e para a reputação capta o impacto nas receitas e nos custos decorrentes dos riscos climáticos e ambientais. A análise dos riscos estratégicos diz respeito à exposição identificada como vulnerável nos cenários de transição climática, de riscos físicos climáticos e de riscos para a natureza. As principais fontes de riscos estratégicos identificadas para o banco são de três tipos:

- Perda de receitas devido à eliminação progressiva de clientes com emissões elevadas (que não querem/não podem fazer a transição);
- O banco não conseguir tirar partido da mudança de comportamento dos clientes, conduzindo a uma perda de quota de mercado (por exemplo, não conseguir substituir as receitas com clientes que favorecem a transição); e
- A viabilidade dos clientes do banco ser afetada negativamente, levando a uma redução da atividade e à perda de receitas

Os riscos de mercado relacionados com a transição são impulsionados por novas políticas e regulamentações, novas tecnologias e mudanças nos sentimentos e preferências dos clientes/investidores; são transmitidos aos bancos através de perdas de avaliação em exposições a clientes e ativos afetados (perdas de valor de mercado sob tensão).

Por último, a principal métrica para a estimativa dos efeitos do risco de liquidez é a perda de financiamento resultante de levantamentos de depósitos e de saques face às facilidades de crédito autorizadas (estimadas com base em cenários) de empresas afetadas pelos choques do cenário, tais como empresas envolvidas na extração/transformação de combustíveis fósseis e empresas com modelos de negócio intensivos em carbono.

Testes de esforço

Paralelamente à avaliação da materialidade, o banco realiza um teste de esforço climático anual. O exercício utiliza um quadro semelhante de cenários, que vão desde riscos de transição elevados/riscos físicos baixos a riscos de transição baixos/riscos físicos elevados, em todos os tipos de risco relevantes do banco. Inclui cenários ordenados e desordenados. A seleção das carteiras abrangidas é fundamentada pelos resultados da avaliação da materialidade.

O teste de esforço para o risco de crédito inclui choques de transição e de riscos físicos nas Grandes Empresas, no Financiamento Alavancado e Estruturado, no Imobiliário Residencial e Comercial, nos horizontes de curto, médio e longo prazo.

O método de teste de esforço para o risco de crédito na carteira de empresas utiliza:

- Para o risco de transição: um modelo de regressão logística que integra rácios financeiros em esforço a nível de cada cliente, com base em variáveis ambientais e macroeconómicas. O modelo considera como principais fatores os preços do carbono, as vias de redução das emissões e os objetivos de descarbonização, os preços e a procura de energia e as projeções de VAB
- Para o risco físico: um modelo de Merton que utiliza estimativas da desvalorização dos ativos da sociedade resultantes de fatores de risco físico agudos e crónicos numa série de cenários de temperatura para salientar as Probabilidades de Incumprimento (PD) das empresas abrangidas

A metodologia de teste de esforço para o risco de crédito na carteira imobiliária aplica choques à Perda em Caso de Incumprimento (LGD) dos clientes através de:

- Para o risco de transição: desvalorização das garantias com base a) na margem de avaliação por classificação CPE para hipotecas residenciais e b) em projeções de preços do carbono e trajetórias de emissões do Carbon Risk Real Estate Monitor para empréstimos imobiliários comerciais;
- Para o risco físico: desvalorizações de garantias fundamentadas pelos impactos financeiros da S&P tanto para hipotecas residenciais como para empréstimos imobiliários comerciais

A metodologia de teste de esforço para o risco de mercado estima as perdas líquidas de resultados na carteira de negociação de obrigações e ações, testadas a curto e médio prazo num cenário de transição desordenada.

A metodologia de teste de esforço para os riscos estratégicos abrange todos os clientes no âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas e modela as receitas perdidas resultantes a) da eliminação progressiva dos clientes dos sectores do Petróleo e Gás e do Carvão, em conformidade com as vias para as zero emissões líquidas, bem como b) da eliminação progressiva dos clientes que não podem/desejam fazer a transição para os outros sectores com zero emissões líquidas (ou seja, os identificados como não tendo objetivos de zero emissões líquidas).

O stress de liquidez é testado, tanto para os riscos de transição como para os riscos físicos:

- A curto e médio prazo, como um efeito de segunda ordem dos impactos nos resultados de outros tipos de risco (por exemplo, crédito, mercado, operacional)
- A longo prazo, como uma perda de financiamento de depositantes vulneráveis.

Os riscos operacionais são salientados em todos os horizontes temporais, tanto para os fatores de transição (com base em cenários de litígio) como para os fatores de risco físico (com base em cenários de alterações na estratégia de localização devido ao aumento de fenómenos meteorológicos extremos).

Processo de identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima: os cenários

O Deutsche Bank utiliza uma série de cenários de diferentes enquadramentos para avaliar os potenciais impactos financeiros futuros decorrentes das alterações climáticas. Os cenários simulam o impacto dos fatores de risco climático-físico e de transição climática, a curto, médio e longo prazo, e vão desde os cenários ordenados/zero emissões líquidas (que sustentam a estratégia de descarbonização do banco) até aos cenários de transição desordenada e de "hot house". O banco também utiliza cenários personalizados, desenvolvidos internamente, para avaliar as suas carteiras face aos fatores de risco relacionados com a natureza. Esta amplitude de cenários dá ao banco a confiança de que os riscos plausíveis e as incertezas decorrentes das alterações climáticas estão cobertos.

Como já foi referido, todos os cenários assumem, de forma conservadora, um balanço constante ao longo do seu horizonte temporal, sem qualquer consideração de reequilíbrios ou medidas de mitigação que muito provavelmente serão implementadas pelo banco no futuro.

Relativamente aos riscos climáticos e físicos, o banco segue o quadro de modelação da Standard & Poor's. O modelo da S&P utiliza informações sobre: (i) o tipo de cada ativo, (ii) a sua localização geográfica, (iii) a exposição correspondente da localização a um conjunto de oito riscos distintos de alterações climáticas, e (iv) a "Função de impacto" do ativo (a relação entre o grau de alteração da exposição aos riscos climáticos e a alteração do impacto financeiro para um determinado tipo de ativo) em quatro cenários futuros de alterações climáticas baseados nas Vias de Concentração Representativas (RCP) e nas Vias Socioeconómicas Partilhadas (SSP) do PIAC. A metodologia abrange oito tipos de riscos naturais agudos e crónicos: inundações fluviais, inundações costeiras, incêndios florestais, seca, calor extremo, ciclones tropicais, stress hídrico e frio extremo. O Deutsche Bank utiliza quatro cenários de RCP:

- Alterações climáticas elevadas: cenário de mitigação reduzida em que as emissões totais de gases com efeito de estufa (GEE) triplicam até 2075 e as temperaturas médias globais aumentam 3,3 a 5,7 °C até 2100 (risco físico agudo)
- Alterações climáticas médio-altas: cenário de mitigação limitada em que as emissões totais de gases com efeito de estufa duplicam até 2100 e as temperaturas médias globais aumentam entre 2,8 e 4,6 °C até 2100
- Alterações climáticas médias: cenário de forte mitigação em que as emissões totais de gases com efeito de estufa estabilizam aos níveis atuais até 2050 e, depois, diminuem e as temperaturas médias globais aumentam 1,3 a 2,4 °C até 2100
- Baixas alterações climáticas: cenário de mitigação agressivo em que as emissões totais de GEE são reduzidas a zero até 2050

A avaliação dos riscos de transição climática baseia-se em quatro cenários:

- O Cenário de Políticas Declaradas (STEPS) reflete as configurações políticas atuais das políticas relacionadas com a energia que estão em vigor e as que estão em desenvolvimento (transição inferior). As emissões de CO_2 diminuem apenas moderadamente e, por conseguinte, o aquecimento global continua a agravar-se, com o aumento da temperatura a aproximar-se dos 2,4 °C em 2100 (AIE, 2023), causando riscos físicos elevados
- O Cenário dos Compromissos Anunciados (APS) pressupõe que todos os compromissos climáticos assumidos pelos governos (incluindo os Contributos Determinados a Nível Nacional) e pelas indústrias de todo o mundo serão cumpridos (transição moderada). Se for cumprido com êxito, este objetivo será compatível com um aumento da temperatura de 2,1 °C em 2100 (AIE, 2021), causando riscos físicos moderadamente elevados
- O cenário de zero emissões líquidas até 2050 (NZE) estabelece um caminho para o sector energético global atingir zero emissões líquidas de CO_2 até 2050 e limita o aquecimento global a 1,5 °C (AIE, 2023) através de políticas climáticas rigorosas e da inovação. Neste cenário, os riscos físicos são relativamente baixos, mas os riscos de transição são elevados
- O cenário desordenado (transição retardada) pressupõe que as emissões anuais não diminuam até 2030 e que, a partir daí, sejam necessárias políticas drásticas para limitar o aquecimento a menos de 2 °C. Este cenário conduz a riscos físicos e de transição mais elevados do que o cenário NZE até 2050

Ainda não existe um conjunto normalizado e abrangente de cenários de risco para a natureza, como os que existem para o clima, para satisfazer as necessidades das instituições financeiras. Para colmatar esta lacuna, o Deutsche Bank desenvolveu 20 cenários exploratórios internos de transição e de risco físico para a natureza, abrangendo cada um dos quatro tipos de risco para a natureza avaliados pelo banco, nomeadamente (i) perda de biodiversidade terrestre e de habitats, (ii) esgotamento da água, (iii) degradação dos ecossistemas devido a resíduos e poluição e (iv) degradação dos ecossistemas marinhos). As narrativas dos cenários foram fundamentadas pela revisão das conclusões do capítulo 4 do relatório de avaliação global da IPBES, pelo trabalho sobre cenários de riscos para a natureza do Banco Mundial, por casos de utilização desenvolvidos pelo Cambridge Institute for Sustainability Leadership com bancos globais, pela lista completa de Cenários Exploratórios de Riscos Relacionados com a Natureza desenvolvidos conjuntamente pelo Bank of Negara Malaysia e pelo Grupo do Banco Mundial em 2022, entre outros. Os cenários de risco para a natureza foram desenvolvidos em horizontes temporais de curto, médio e longo prazo (ou seja, a cada cenário é atribuído um horizonte temporal específico). As definições de curto, médio e longo prazo são apresentadas no subcapítulo anterior.

Para mais informações sobre a forma como os choques de cada cenário de risco climático e para a natureza são aplicados a cada tipo de risco, consultar o subcapítulo "Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades/Processo de identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima: avaliação da materialidade" do capítulo "Alterações climáticas" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas

ESRS E1-2, ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank considera os riscos climáticos e ambientais como fatores determinantes dos tipos de risco existentes na taxonomia de riscos do Grupo. Neste contexto:

- O Diretor da Gestão de Riscos Empresariais (ERM), que responde perante o Diretor de Risco, é responsável pela gestão global e pelos quadros de apetência para os riscos climáticos e ambientais do Grupo. Isto inclui os princípios qualitativos de apetência pelo risco, os indicadores quantitativos de apetência pelo risco e a monitorização holística dos riscos nos diferentes tipos de risco e carteiras
- Os responsáveis pelas funções de risco de crédito, de mercado, de liquidez e não financeiro ("Controladores do Tipo de Risco"), que também respondem perante o Diretor de Risco, são responsáveis pelo estabelecimento e funcionamento de controlos adequados, bem como pelo acompanhamento e definição de apetências para os fatores de risco climático e ambiental

O quadro global para a gestão dos riscos climáticos e ambientais é descrito no documento "Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais", que apoia a "Política de Gestão do Risco" do Grupo. O documento estabelece os principais requisitos em matéria de governação, identificação do risco e avaliação da materialidade, estratégia e planeamento da apetência pelo risco, monitorização e controlo do risco e testes de esforço. Os requisitos estabelecidos no documento aplicam-se a todas as divisões (ou seja, Investment Bank, Commercial Bank e Private Bank) e áreas geográficas do banco, com exceção da divisão Asset Management. A divisão Asset Management do grupo, a DWS, é abordada no capítulo "Carteiras de clientes na divisão Asset Management".

O documento "Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais" inclui igualmente:

- Definições de métricas de apetência pelo risco para os oito sectores abrangidos pelos objetivos de descarbonização do banco e (ii) as emissões totais absolutas financiadas da carteira de empréstimos a empresas
- Indicadores de alerta precoce estabelecidos para os riscos de transição climática, físicos e naturais (ou "outros riscos ambientais")

As disposições contidas no documento são complementadas por dois quadros adicionais através dos quais o banco aborda a mitigação e adaptação às alterações climáticas: o Quadro de Política Ambiental e Social e o Quadro de Financiamento Sustentável, descritos nos capítulos "Diligência devida ESG" e "Financiamento Sustentável" do presente documento.

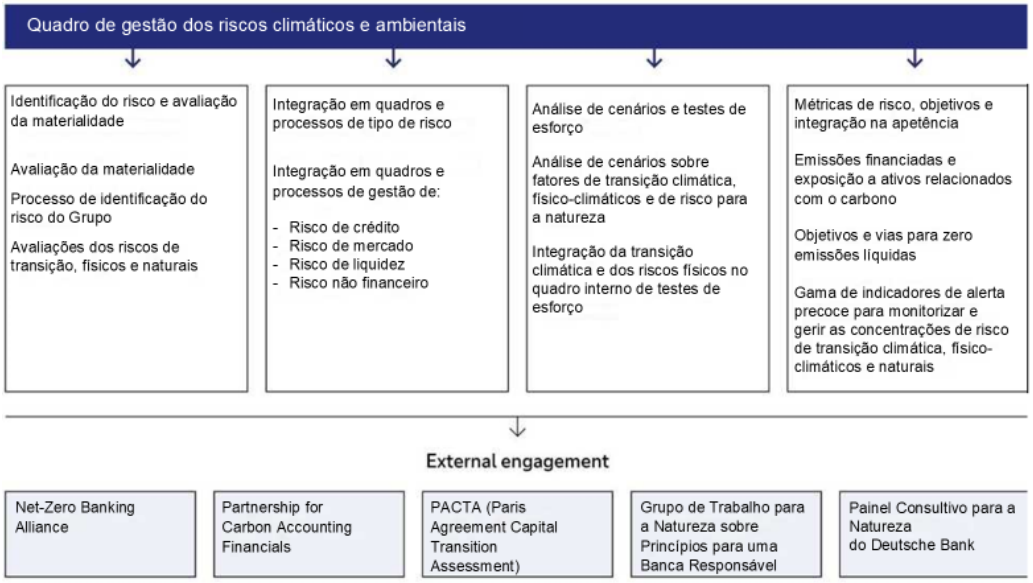
Medidas e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas

ESRS E1-3, ESRS 2 MDR-A

Implementação do quadro global de gestão dos riscos climáticos e ambientais do banco

A gestão dos riscos climáticos e ambientais está integrada no quadro geral de gestão do risco do Banco. O desenvolvimento contínuo do quadro de riscos climáticos e ambientais está integrado num dos principais resultados do Grupo (prioridades Change-The-Bank (CTB)), supervisionado pelo Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade. O quadro tem quatro elementos fundamentais: (i) identificação do risco e avaliação da materialidade; (ii) integração em quadros e processos de tipo de risco; (iii) análise de cenários e testes de esforço; e (iv) integração na apetência pelo risco através da utilização de uma gama de métricas e objetivos de risco.

Quadro de gestão dos riscos climáticos e ambientais



A "identificação de riscos e a avaliação da materialidade", juntamente com a "análise de cenários e testes de esforço", são descritos no subcapítulo "Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades" do capítulo "Alterações climáticas" da presente Declaração de Sustentabilidade. O resto do presente subcapítulo abrange:

– A integração das considerações relativas aos riscos climáticos e ambientais nos processos e controlos de cada um dos principais tipos de risco do banco, nomeadamente os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e não financeiros (de reputação e operacionais)
– A integração de métricas e objetivos na apetência pelo risco do banco

Quadro do risco de crédito

Os fatores de risco climático e ambiental são integrados nas diferentes fases do ciclo de vida da transação, incluindo a aprovação da transação/integração do cliente, classificação do risco e notações de crédito, análise da carteira, monitorização e avaliação das garantias.

Os riscos climáticos e ambientais são incorporados no processo de aprovação de crédito para clientes empresariais através de requisitos reforçados de diligência devida. Os novos pedidos de empréstimo acima de determinados limiares baseados no prazo e na notação de risco a clientes empresariais de sectores com elevada intensidade de carbono, bem como a clientes de sectores vulneráveis a riscos climáticos, físicos e naturais (ou "outros riscos ambientais"), exigem uma avaliação de risco específica por parte do Front Office e uma análise pela Gestão do Risco de Crédito.

No âmbito do processo interno de notação de risco de crédito, os riscos climáticos e outros riscos ambientais devem ser avaliados e, quando considerados relevantes, documentados. Para os clientes empresariais, esta avaliação é apoiada por:

– Quadros de pontuação de risco de transição que utilizam dados de fontes externas para avaliar o desempenho histórico dos clientes em termos das suas emissões de GEE, o âmbito e a governação dos compromissos climáticos dos clientes em relação aos seus pares
– Os quadros de pontuação de risco físico fornecem uma indicação do impacto financeiro que um determinado cliente é suscetível de sofrer, por tipo de risco natural, com base em dados de ativos detidos para a empresa pela S&P. O quadro de pontuação é também utilizado como base para KPI de riscos físicos selecionados

O resultado desta avaliação pode levar ao ajustamento dos dados relevantes do modelo interno de notação de crédito do banco.

No decurso de 2024, foi implementado um painel de controlo de riscos naturais nos sistemas de risco de crédito do banco e disponibilizado aos responsáveis pelo crédito para apoiar a sua avaliação dos riscos naturais no âmbito do processo de aprovação do crédito. Estão incluídas mais informações sobre a avaliação subjacente ao painel de riscos naturais no subcapítulo "Métricas e objetivos – Riscos relacionados com a natureza (ou outros riscos ambientais)" do capítulo "Alterações climáticas" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Os riscos climáticos são considerados como potenciais fatores de desencadeamento para a inclusão na lista de vigilância de grupos ou contrapartes em sectores emissões intensivas de carbono e sem uma estratégia adequada de mitigação do risco de transição (e/ou com recursos financeiros limitados para financiar a sua transição). Os critérios têm em consideração as notações de crédito internas e as pontuações dos quadros de pontuação de risco de transição.

Por último, o Quadro de Políticas Ambientais e Sociais do Deutsche Bank define restrições específicas, requisitos de diligência devida e de escalonamento para sectores com um potencial inerentemente elevado de impactos ambientais negativos.

No que se refere à avaliação das garantias, o Guia Global de Gestão de Garantias do Banco (para as garantias da carteira bancária) estabelece as suas normas ambientais com base nos requisitos do Regulamento relativo aos requisitos de capital para a avaliação inicial, o controlo e a revisão ao longo da vida do empréstimo. As normas de subscrição do Deutsche Bank exigem que as garantias imobiliárias estejam devidamente seguradas contra os riscos relevantes, incluindo os riscos naturais aplicáveis. Em alguns países, o governo oferece um seguro complementar contra riscos naturais. A carteira europeia de imóveis residenciais ascendia a 166,4 mil milhões de euros no final de 2024. As hipotecas residenciais para clientes privados na Alemanha representam aproximadamente 92% deste montante e cerca de 1,2 milhões de residências privadas alemãs financiadas por empréstimos garantidos por bens imóveis estão devidamente seguradas contra riscos relevantes, incluindo os perigos naturais aplicáveis. Os seguros dos proprietários de imóveis são controlados e complementados ou substituídos por seguros próprios do Deutsche Bank.

Além disso, as novas avaliações e reavaliações exigem a identificação de riscos ambientais físicos e de transição que possam materializar-se. Quaisquer riscos materiais identificados devem refletir-se na decisão de crédito e/ou na avaliação, se não forem mitigados por medidas de construção e/ou cobertura de seguro. Existem requisitos comparáveis para outras garantias físicas, incluindo grandes ativos móveis (como aviões e navios) e ativos mais pequenos (como automóveis e máquinas). A cobertura de seguro das garantias dos empréstimos é controlada regularmente, nomeadamente através de inspeções no local.

Quadro de risco de mercado

No âmbito do processo de identificação do Risco de Mercado, é pedido a cada uma das linhas de negócio que considere os riscos materiais prospetivos e/ou idiossincráticos, incluindo os riscos climáticos e outros riscos ambientais, que devem ser incluídos na documentação de identificação do risco de mercado. Além disso, como parte das normas de controlo de aprovação de novos produtos e transações da função de Gestão do Risco de Mercado e Avaliação, os fatores climáticos e ambientais devem ser avaliados e registados como parte do processo de aprovação.

Os riscos relacionados com o clima são geridos no âmbito do quadro de risco de mercado existente e tratados como um fator de desencadeamento do preço, da mesma forma que os eventos de mercado, como os anúncios do banco central ou os anúncios de lucros. O risco de mercado monitoriza e comunica internamente as exposições "altamente intensivas em carbono" (de acordo com a taxonomia de risco climático do Deutsche Bank) e as emissões financiadas na sua carteira de créditos negociados. O relatório fornece uma visão detalhada necessária à gestão das exposições, e as principais exposições são comunicadas trimestralmente ao Comité de Risco Empresarial.

Além disso, um cenário de stress climático semanal para avaliar a transição e os riscos físicos na carteira de negociação está integrado no quadro de apetência pelo risco de mercado do banco.

Quadro de risco de liquidez

O Deutsche Bank utiliza testes de esforço e análises de vias para avaliar o impacto do risco climático na liquidez. Em particular, os cenários de posição líquida de liquidez em esforço do Banco, que são executados diariamente, incluem catástrofes climáticas como possíveis fatores de tensão (riscos físicos).

A análise mostra que os riscos físicos são geralmente menores do que outros riscos para os quais o banco faz reservas diárias de liquidez. O risco de transição, que se prevê que se desenvolva gradualmente ao longo de muitos anos, será gerido através dos processos anuais de planeamento do financiamento do Grupo. O banco realiza também um teste de esforço climático interno sobre a liquidez.

Quadro de risco não financeiro

A Gestão do Risco Não Financeiro tem uma política específica sobre a Integração das questões ESG no Quadro de Gestão do Risco e nos procedimentos do Quadro de Risco Operacional, que especifica os requisitos relacionados com a sustentabilidade para as divisões de negócio e os Controladores do Tipo de Risco. A equipa utiliza um indicador ESG para identificar os tipos de risco operacional em que os principais fatores de risco ESG são identificados na taxonomia.

Os impactos dos fatores de risco ESG são avaliados como parte do processo de avaliação do risco e do controlo dos tipos de risco não financeiros relevantes.

Está em funcionamento um grupo de trabalho mensal para apoiar a colaboração entre as divisões de negócio, as funções de risco e de controlo na introdução e monitorização das questões ESG como elemento integrante da Gestão do Risco Não Financeiro. Este grupo de trabalho funciona como um fórum para a partilha de atividades, novas regulamentações, atividades de correção e monitorização dos fatores de risco ESG em todo o perfil de risco não financeiro do Deutsche Bank.

Em 2024, vários supervisores e reguladores bancários continuaram a centrar-se no tema do greenwashing. O Deutsche Bank levou a cabo várias iniciativas para melhorar o seu ambiente de controlo e aumentar a sensibilização interna para o greenwashing, incluindo:

- Realização de uma análise aprofundada dos riscos em relação ao ambiente de controlo existente em matéria de greenwashing;
- Aplicação da análise de cenários como uma ferramenta normalizada de gestão do risco para investigar potenciais fontes de riscos de litígio relacionados com ESG, compreender os principais fatores e causas desses cenários (por exemplo, a deturpação de informações sobre sustentabilidade na comunicação empresarial ou em divulgações públicas), bem como quais os controlos ou atividades de correção que podem mitigar esses cenários e quais as medidas a tomar para melhorar o ambiente de controlo;
- Monitorização contínua de casos externos de greenwashing; e
- Introdução de uma formação obrigatória sobre greenwashing para todos os colaboradores do Deutsche Bank

A gestão do risco para a reputação decorrente dos riscos climáticos e ambientais é abordada no capítulo "Diligência devida ESG" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Quadro de apetência pelo risco

O desenvolvimento da apetência pelo risco, dos processos de escalonamento e da governação foi particularmente importante para a aplicação do quadro de gestão dos riscos climáticos e ambientais, nomeadamente:

- O estabelecimento de limiares de apetência pelo risco em torno dos objetivos de descarbonização Net-Zero, monitorizados através de um relatório específico, sendo as violações encaminhadas para o Comité de Risco do Grupo e para o Comité de Sustentabilidade do Grupo
- A análise de novas transações ou extensões de limites com um impacto significativo nas emissões financiadas do banco ou nos objetivos Net Zero por um Fórum Net Zero dedicado, constituído por representantes de topo da área Comercial, de Risco e do Gabinete de Sustentabilidade. A análise dos membros do fórum inclui uma avaliação das divulgações de sustentabilidade, estratégias de transição, objetivos de descarbonização e governação do cliente. As novas transações têm de se enquadrar no âmbito da apetência interna do Deutsche Bank pelo risco setorial, alinhada com os objetivos de zero emissões líquidas. Em 2024, as métricas de apetência pelo risco setorial a nível do Grupo foram transmitidas em cascata às divisões de negócios, para reforçar a sua responsabilidade e apoiar as suas estratégias empresariais.
- A restrição setorial do Quadro de Políticas Ambientais e Sociais, que é monitorizada e aplicada através da diligência devida em matéria ambiental e social e dos requisitos de escalonamento do Quadro de Risco para a Risco para a reputação do banco; e
- A criação de indicadores de alerta precoce para concentrações de riscos relacionados com a transição climática, o clima e a natureza

No subcapítulo "Métricas e objetivos" do capítulo "Alterações climáticas", são fornecidas mais informações sobre as métricas e os objetivos do banco, incluindo as reduções de emissões alcançadas e previstas associadas aos objetivos. O Quadro de Políticas Ambientais e Sociais é descrito em pormenor no capítulo "Diligência devida ESG" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Formações

Ao longo do ano, foram organizadas sessões de formação e de sensibilização para os riscos climáticos e ambientais. As sessões foram ministradas ao pessoal de gestão do risco, às empresas e às equipas de liderança de topo em várias jurisdições, sobre temas como o financiamento sustentável, a avaliação dos riscos físicos, os riscos naturais e a política ESG de Risco Não Financeiro. Além disso, foi acrescentada uma secção ESG ao módulo obrigatório de Sensibilização para os Riscos em 2024.

Recursos

Os riscos climáticos e ambientais e a sua integração nos quadros de gestão do risco do banco são geridos através de uma combinação de recursos dedicados no âmbito da função do Gabinete de Risco e de recursos existentes que alargaram as suas competências para integrar a gestão dos riscos climáticos e ambientais nos quadros, políticas e processos.

Além disso, são destacados colaboradores dedicados, no âmbito do Resultado Principal de Sustentabilidade, para apoiar a execução da estratégia de sustentabilidade do banco em todas as divisões e funções. O Comité de Sustentabilidade do Grupo, presidido pelo Diretor Geral, e o seu subordinado, o Comité de Orientação da Estratégia de Sustentabilidade, supervisionam a implementação deste programa de mudança, que inclui as seguintes vertentes de trabalho relevantes em termos de risco:

– "Estratégia de Alinhamento Net Zero", com o objetivo de operacionalizar o compromisso de zero emissões líquidas e os objetivos de descarbonização, desde o diálogo de transição com o cliente até à orientação da carteira
– "Riscos, Controlos e Governação", com a responsabilidade de conceber e aplicar quadros de gestão dos riscos de sustentabilidade (incluindo o clima e o ambiente), bem como a governação do Grupo em matéria de sustentabilidade
– "Natureza", com o objetivo de incorporar elementos da natureza nos quadros de gestão do risco e da sustentabilidade do grupo

Métricas e objetivos

Objetivos relacionados com a mitigação das alterações climáticas

ESRS 2 MDR-T, ESRS E1-4

Em dezembro de 2024, o Comité de Sustentabilidade do banco aprovou o estabelecimento de um novo objetivo Net-Zero para a Aviação Comercial. Com a inclusão deste sector, o Deutsche Bank publicou agora objetivos quantitativos de descarbonização para 2030 (provisórios) e 2050 (finais) para oito sectores com emissões intensivas de carbono: Petróleo e Gás (a montante), Produção de Energia, Sector Automóvel (Ligeiros), Aço, Extração de Carvão, Cimento, Transporte Marítimo e Aviação Comercial.

Os objetivos do Deutsche Bank são fundamentais para a gestão dos impactos e riscos significativos do banco em matéria de alterações climáticas. São utilizadas as seguintes vias de descarbonização: (i) o cenário de Zero Emissões Líquidas (NZE) até 2050 da Agência Internacional da Energia (AIE); (ii) as trajetórias dos Princípios de Poseidon (PP), que são calibradas em função da Estratégia Revista de Cenário Prudente da Parceria Missão Possível para a Aviação Comercial da Organização Marítima Internacional (OMI); e (iii) o . As vias de descarbonização selecionadas modelam as alterações nas preferências dos clientes, os fatores regulamentares e as tecnologias emergentes para permitir a modelação de resultados específicos do sector.

Os objetivos de descarbonização do banco estão totalmente integrados na apetência pelo risco e no quadro de gestão do risco do Deutsche Bank.

Alinhamento com os objetivos de zero emissões líquidas

				Base de referência		Alvo	Reduções previstas[1]
Sector	Âmbitos abrangidos	Cenário	Unidade da métrica	Ano	Compromisso total de crédito (mil milhões de euros)	Valor da métrica	31 dez 2030	Base de referência vs. objetivo
Petróleo e Gás (a montante)	Âmbito 3	NZE da AIE	$MtCO_2/a$	2021	10,7	23,4	18,0	(23)%
Produção de Energia	Âmbito 1	NZE da AIE	$kgCO_2e/MWh$	2021	12,4	396	124	(69)%
Automóveis (Ligeiros)	Âmbito 3	NZE da AIE	gCO_2/vkm	2021	7,5	190	77	(59)%
Aço	Âmbito 1 e 2	NZE da AIE	$kgCO_2e/t$ de aço	2021	2,1	1.519	1.004	(34)%
Extração de carvão	Âmbito 3	NZE da AIE	$MtCO_2/a$	2022	1,5	7,9	4,0	(49)%
Cimento	Âmbito 1 e 2	NZE da AIE	$kgCO_2e/t$ de cimento	2022	0,3	731	520	(29)%
Transporte marítimo	Âmbito 1	Estratégia revista da OMI – Mínimo[2]	Pontuação de alinhamento climático da carteira (%)	2022	0,9	14,1	N/A	N/A
		Estratégia revista da OMI – A esforçar-se[2]				18,3	0	(18,3) pp
Aviação comercial	Âmbito 1	MPP PRU[3]		2023	1,7	1,3	0	(1,3) pp

[1] As reduções esperadas são definidas como a diferença percentual entre os objetivos para 2030 e as métricas de referência. No entanto, no caso das pontuações de alinhamento climático, as reduções são expressas em diferenças de pontos percentuais. O Deutsche Bank utiliza o cenário "A esforçar-se" para definir objetivos para o sector dos transportes marítimos
[2] O ano de referência para o transporte marítimo representa a data em que o Deutsche Bank comunicou pela primeira vez as pontuações de alinhamento climático da sua carteira, que foi 2022 para a Estratégia Revista da OMI
[3] Cenário Prudente da Parceria Missão Possível

Sector	Cenário	Unidade da métrica	Ano	Compromisso total de crédito (mil milhões de euros)	Mais recente: Valor da métrica	Mais recente: Alteração da métrica	Variação face ao valor de referência (reduções alcançadas)
Petróleo e Gás (a montante)	NZE da AIE	$MtCO_2/a$	2024	9,6	19,2	(18)%	
Produção de Energia	NZE da AIE	$kgCO_2e/MWh$	2024	11,8	312	(21)%	
Automóveis (Ligeiros)	NZE da AIE	gCO_2/vkm	2024	7,7	162	(15)%	
Aço	NZE da AIE	$kgCO_2e/t$ de aço	2024	2,2	1.234	(19)%	
Extração de carvão	NZE da AIE	$MtCO_2/a$	2024	1,2	4,6	(42)%	
Cimento	NZE da AIE	$kgCO_2e/t$ de cimento	2024	0,3	781	7%	
Transporte marítimo	Estratégia revista da OMI – Mínimo[1]	Pontuação de alinhamento climático da carteira (%)	2023	0,9	14,2	0.1pp	
	Estratégia revista da OMI – A esforçar-se[1]				19,7	1.4pp	
Aviação comercial	MPP PRU[2]		2023	1,7	1,3	N/A	

[1,2] O Deutsche Bank publicará as Pontuações de Alinhamento Climático da Carteira no final do ano de 2024 na Declaração de Sustentabilidade do próximo ano. A variação face ao valor de referência é N/A para a Aviação Comercial, uma vez que este é o primeiro ano de publicação

As reduções de emissões alcançadas e previstas são apresentadas nas colunas relevantes do quadro de objetivos acima. Para os sectores do Petróleo e Gás (a montante) e da Extração de Carvão, estas reduções são expressas em termos absolutos (ou seja, emissões financiadas de Utilização Final do Âmbito 3). Para os restantes sectores, refletem uma alteração na métrica da intensidade física ou nas pontuações do alinhamento climático (que são expressas em percentagens).

A conversão dos objetivos sectoriais relativos ou de intensidade física em reduções absolutas de emissões de GEE (por ex., Requisito E1-4 34a/b das ESRS) não é divulgada, uma vez que as disposições transitórias da ESRS1 par. 133b permitem que o banco se concentre nos indicadores de intensidade física mais estabelecidos, exigidos pela legislação do Pilar 3.

Desde o início dos objetivos de zero líquidas emissões que o banco está a fazer progressos consideráveis em termos de descarbonização em todos os sectores, o que tem sido apoiado por uma gestão ativa da atividade descrita na secção Governação acima referida. No entanto, o sector do Cimento tem sido uma exceção, devido à falta de alternativas tecnológicas facilmente disponíveis (ou seja, um sector difícil de eliminar), bem como ao reduzido potencial de gestão ativa, dada a pequena dimensão dos compromissos de crédito do banco.

Petróleo e Gás (a montante): as emissões financiadas de Âmbito 3 situavam-se em 19,2 $MtCO_2$/ano no final do ano de 2024, 4% mais elevadas em termos anuais, mas 18% abaixo do valor de referência de 2021 e abaixo da trajetória do objetivo NZ quando se faz a interpolação linear entre 2021 e 2030. Os efeitos temporários registados no primeiro ano (final de 2022), que conduziram a uma diminuição acentuada das emissões financiadas, estão agora a ser parcialmente invertidos, como previsto. Desde o início do objetivo, as emissões globais financiadas foram reduzidas em conformidade com a trajetória de redução linear implícita no objetivo de zero emissões líquidas para 2030. O total de compromissos de crédito aumentou ligeiramente em termos homólogos, de 9,4 mil milhões de euros para 9,6 mil milhões de euros. O aumento anual das emissões financiadas pode ser explicado por três fatores: (i) fatores de emissões dos clientes (tCO_2/€ m) que levaram a um aumento de 1,9 $MtCO_2$/ano; (ii) gestão ativa da carteira que levou a uma diminuição de 0,8 $MtCO_2$/ano; e (iii) efeitos de conversão cambial da exposição a empréstimos de 2022 para 2023, predominantemente impulsionados pela depreciação do dólar americano em relação ao euro, o que levou a uma diminuição das emissões financiadas em 0,4 $MtCO_2$/ano. O banco espera que as emissões financiadas do sector do Petróleo e Gás permaneçam voláteis devido a fatores fora do seu controlo, como a evolução do EVIC dos clientes ou do total de ativos, que são elementos fundamentais para o cálculo.

Produção de Energia: a intensidade de emissões físicas de Âmbito 1 da carteira de Produção de Energia do Deutsche Bank foi de 312 $kgCO_2e/MWh$ no final do ano de 2024, 16% inferior em relação ao ano anterior, predominantemente impulsionada pelo movimento da posição de um único grande cliente. A redução da intensidade física das emissões foi conseguida com a diminuição, em termos homólogos, dos compromissos totais de crédito, que passaram de 13,3 mil milhões de euros para 11,8 mil milhões de euros.

Automóvel (Ligeiros): a intensidade de emissões físicas de Âmbito 3 da carteira da indústria Automóvel do Deutsche Bank era de 162 gCO_2/vkm no final de 2024, 1,8% superior em relação ao ano anterior, mas 15% abaixo do valor de referência de 2021. A métrica da intensidade de emissões de escape da carteira piorou ligeiramente devido a alguns clientes relevantes cujas intensidades de emissões de escape aumentaram em termos anuais, devido a uma diminuição relativa da sua produção de veículos com motores de combustão interna (ICE) de emissões mais baixas. Todos os clientes afetados têm estratégias de transição em curso. O total dos compromissos de crédito manteve-se constante em relação ao ano anterior.

Aço: A intensidade das emissões físicas de Âmbito 1 e 2 da carteira de Aço do Deutsche Bank era de 1.234 $kgCO_2e/t$ de aço no final de 2024, diminuindo 10,8% em termos homólogos, apesar de um aumento marginal dos compromissos de crédito de 2,0 mil milhões de euros para 2,2 mil milhões de euros. A redução da intensidade das emissões físicas deveu-se principalmente ao reequilíbrio para clientes de menor intensidade.

Extração de Carvão: as emissões financiadas de Âmbito 3 situaram-se em 4,6 $MtCO_2$/ano no final do ano de 2024, das quais 2,4 e 2,2 $MtCO_2$/ano foram provenientes de fontes de carvão térmico e metalúrgico, respetivamente, e representam uma diminuição de 25% em relação ao ano anterior. O total dos compromissos de crédito dos clientes abrangidos diminuiu ligeiramente de 1,4 mil milhões de euros para 1,2 mil milhões de euros. Numa base de quota-parte de receitas do carvão, o total dos compromissos de crédito aumentou ligeiramente para 0,3 mil milhões de euros. A diminuição anual das emissões financiadas pode ser explicada por três fatores: (i) fatores de emissões dos clientes (tCO_2/€ m) que levaram a uma redução de emissões financiadas de 2,2 $MtCO_2$/ano, (ii) efeitos da carteira de clientes que levaram a um aumento de 0.9 $MtCO_2$/ano; e (iii) efeitos de conversão cambial da exposição a empréstimos de 2022 para 2023, predominantemente impulsionados pela depreciação do dólar americano em relação ao euro, o que levou a uma diminuição das emissões financiadas em 0,2 $MtCO_2$/ano. O banco espera que as emissões financiadas da Extração de Carvão permaneçam altamente voláteis devido à sensibilidade da métrica a fatores como a evolução do EVIC ou do total de ativos dos clientes, os dados de produção da extração de carvão provenientes do fornecedor de dados do banco, a quota de receitas da extração de carvão (ou seja, o limiar de 5% aplicado) e/ou os efeitos anuais da conversão cambial.

Cimento: a intensidade de emissões físicas de Âmbito 1 e 2 da carteira de Cimento do Deutsche Bank era de 781 $kgCO_2e/t$ no final do ano de 2024, aumentando 2,4% em relação ao ano anterior e 6,9% acima do valor de referência de 2022. A tendência crescente das intensidades de emissões físicas ao nível da carteira desde o ano de referência pode ser explicada por dois fatores: (i) o sector do cimento é um sector difícil de eliminar; e (ii) a menor dimensão da carteira do banco, com 0,3 mil milhões de euros de compromissos de crédito no final de 2024, o que resulta num menor potencial de gestão ativa da carteira, bem como numa maior volatilidade inerente da métrica.

Transporte Marítimo: no final de 2023, as pontuações de alinhamento climático da carteira de PP do Deutsche Bank eram de 19,7% e 14,2% para os cenários ambicioso e mínimo, respetivamente, e tinham piorado marginalmente em 1,4 pontos percentuais e 0,1 pontos percentuais em termos anuais para os cenários ambicioso e mínimo, respetivamente. Foi alcançado um rácio entre o Rácio de Eficiência Anual (REA) modelizado e o validado de 25:75 numa base ponderada pelos empréstimos e uma melhoria em termos de utilização de dados verificados sobre a intensidade das emissões do transporte marítimo em comparação com o rácio do ano passado de 30:70.

Aviação: este é o primeiro ano em que divulgamos uma pontuação de alinhamento climático da carteira seguindo as Diretrizes Pegasus, que era de 1,3% no final do ano de 2023. A métrica abrange as emissões de Âmbito 1 dos serviços de passageiros e de carga na barriga geradores de receitas, bem como das operações de carga de aviões comerciais dedicados. Atualmente, a atenção centra-se nos operadores de aeronaves, uma vez que estes têm maior influência nos fatores de carga operacional, bem como na adoção de novas tecnologias, sendo que ambos irão, consequentemente, impulsionar os níveis de emissões de CO_2 do sector. Os locadores estão atualmente excluídos, uma vez que o banco está a avaliar a eficácia de um objetivo de tipo de intensidade de emissões físicas para os locadores, dado que o seu papel se limita ao lançamento de aeronaves modernas e à adaptação das aeronaves existentes para utilizarem combustível de aviação sustentável. De acordo com as Diretrizes Pegasus, a pontuação do Deutsche Bank em termos de alinhamento climático da carteira no final de 2024 será divulgada na Declaração de Sustentabilidade do próximo ano, com base nos dados de 2024.

Notas metodológicas

Limite de crédito a empresas:

- O Deutsche Bank centra-se na concessão de crédito a empresas: (i) empréstimos ao custo amortizado e (ii) compromissos de crédito irrevogáveis e revogáveis, tal como constam da secção Relatório de Risco do Relatório Anual do Deutsche Bank. No final do exercício de 2024, os empréstimos ao custo amortizado e os compromissos de crédito irrevogáveis e revogáveis ascendiam a 484,6 mil milhões de euros e 269,7 mil milhões de euros, respetivamente.
- Se o crédito a empresas for relatado ao abrigo da política de subscrição do banco como uma posição na qual se deve reduzir o risco através dos mercados de capitais, esse crédito a empresas é excluídos do Quadro do Objetivo de Zero Emissões Líquidas
- O crédito a empresas é identificado de acordo com as classificações sectoriais internas do Deutsche Bank. O banco exclui todos os empréstimos a instituições financeiras, ao sector público, ao sector imobiliário e à titularização

Oito sectores abrangidos pelo Quadro de Objetivos de Zero Emissões Líquidas do Deutsche Bank:

- A abordagem geral do Quadro de Objetivos de Zero Emissões Líquidas do Deutsche Bank consiste em seguir as práticas do sector, tais como a metodologia PACTA (Paris Agreement Capital Transition Assessment), a norma PCAF (Partnership for Carbon Accounting Financials), os Princípios de Poseidon e as Orientações Pegasus. Embora os pontos que se seguem abordem os principais aspetos metodológicos, o leitor pode encontrar informações mais pormenorizadas no domínio público sobre estas metodologias de fonte aberta
- Os dados sobre os ativos ao nível do cliente são provenientes da Asset Impact, Det Norske Veritas e IBA. Os dados dos clientes sobre o valor da empresa, incluindo o numerário (EVIC), são provenientes da MSCI
- O sector do Petróleo e Gás (a montante) segue uma abordagem de emissões financiadas da Utilização Final de Âmbito 3, que é expressa em $MtCO_2$/ano e abrange apenas as atividades a montante. Os valores de produção de petróleo e gás são convertidos em emissões utilizando constantes de combustão da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA). De acordo com a abordagem PCAF, o denominador do fator de atribuição é o EVIC ou o total de ativos. O banco espera que as emissões financiadas de Utilização Final de Âmbito 3 do Petróleo e Gás permaneçam voláteis devido a fatores fora do seu controlo, tais como a evolução do EVIC dos clientes

ou do total de ativos, que são dados fundamentais para o cálculo das emissões financiadas. A fim de reduzir a volatilidade, os dados mais recentes (final do ano de 2024) relativos às exposições dos empréstimos são convertidos em exposições equivalentes a euros, utilizando as taxas de câmbio de 2023, de modo a serem coerentes com os últimos fatores de emissões de Âmbito 3 do banco. A trajetória de descarbonização é calibrada a partir dos conjuntos de dados IEA NZE (2021)

- O sector da Produção de Energia segue a abordagem PACTA e a métrica seguida é uma média ponderada pelos empréstimos da intensidade das emissões físicas de Âmbito 1 dos clientes, expressa em $kgCO_2e/MWh$. Os dados de capacidade de energia instalada (MW) dos clientes são convertidos em produção de energia (MWh) utilizando fatores de capacidade global usados no cenário IEA NZE (2021). Esta conversão da capacidade para a produção tem em conta a natureza intermitente das energias renováveis, que têm fatores de capacidade inferiores aos das fontes nucleares, por exemplo. A trajetória de descarbonização é calibrada a partir dos conjuntos de dados IEA NZE (2021)
- O sector da produção de Aço segue a abordagem PACTA e a métrica seguida é uma média ponderada pelos empréstimos da intensidade de emissões físicas de Âmbito 1 e 2 dos clientes, expressa em $kgCO_2e$/toneladas de aço. A trajetória de descarbonização é calibrada a partir dos conjuntos de dados IEA NZE (2021)
- O sector Automóvel segue a abordagem PACTA e a métrica monitorizada é uma média ponderada pelos empréstimos da intensidade das emissões físicas de Âmbito 3 (ou seja, escape/do depósito à roda) dos clientes, expressa em gCO_2/veículo-quilómetros. O Deutsche Bank cobre apenas os fabricantes de veículos e o segmento dos veículos ligeiros. A trajetória de descarbonização é calibrada a partir dos conjuntos de dados IEA NZE (2021)
- O sector da Extração de Carvão segue uma abordagem de emissões financiadas de Utilização Final de Âmbito 3, que é expressa em $MtCO_2$/ano. Os valores de produção da extração de carvão são convertidos em emissões utilizando constantes de combustão da EPA dos EUA. De acordo com a abordagem PCAF, o denominador do fator de atribuição é o EVIC ou o total de ativos. A fim de reduzir a volatilidade, os dados mais recentes (final do ano de 2024) relativos às exposições dos empréstimos são convertidos em exposições equivalentes a euros, utilizando as taxas de câmbio de 2023, de modo a serem coerentes com os últimos fatores de emissões de Âmbito 3 do banco. Os clientes elegíveis são considerados da seguinte forma: se mais de 5% das suas receitas são provenientes da extração de carvão (térmico e metalúrgico) e, em caso afirmativo, se podem ser acompanhadas alternativamente através de sectores orientados para a procura, como a produção de energia ou a produção de aço. Esta é a abordagem preferida, uma vez que incentiva a redução da procura de extração de carvão e visa, assim, evitar constrangimentos da oferta que poderiam conduzir a desequilíbrios do mercado. O banco espera que a métrica da Extração de Carvão permaneça volátil devido a fatores fora do seu controlo, tais como a evolução do EVIC dos clientes ou do total de ativos, que são elementos fundamentais para o cálculo das emissões financiadas. A trajetória de descarbonização é calibrada a partir dos conjuntos de dados da AIE NZE (2022) e do rácio das emissões financiadas do sector térmico versus as do sector metalúrgico no ano de referência. Se este rácio variar significativamente no futuro, a trajetória será recalibrada de forma a permanecer representativa da carteira de extração de carvão do banco
- O sector da produção de Cimento segue a abordagem PACTA e a métrica seguida é uma média ponderada pelos empréstimos da intensidade das emissões físicas de Âmbito 1 e 2 dos clientes, expressa em $kgCO_2e$/toneladas de cimento. Os produtos cimentícios (por exemplo, cinzas volantes) não estão incluídos. A trajetória de descarbonização é calibrada a partir do conjunto de dados IEA NZE (2022)
- O sector do Transporte Marítimo segue a metodologia dos Princípios de Poseidon (Orientação Técnica 5.1). A métrica acompanhada é a pontuação de alinhamento climático expressa como uma diferença percentual entre o Rácio de Eficiência Anual (AER, por exemplo, gCO_2e/dwt-nm) de uma embarcação e a sua trajetória de descarbonização, que é calibrada para o tipo e tamanho da referida embarcação. A métrica ao nível da carteira é a média ponderada pelos empréstimos da pontuação de alinhamento climático de cada embarcação. O banco espera que as métricas de alinhamento climático da carteira "Revistas – A esforçar-se" e "Revistas – Mínimas" sejam voláteis, uma vez que o AER é sensível a fatores operacionais das embarcações. A trajetória de descarbonização é calibrada a partir da Estratégia Revista da Organização Marítima Internacional (OMI) adotada no Comité de Proteção do Ambiente Marinho (MEPC 80) em julho de 2023
- O sector da Aviação segue a metodologia das Orientações Pegasus anunciada em abril de 2024. A métrica acompanhada é a pontuação de alinhamento climático expressa como uma diferença percentual entre a intensidade das emissões físicas de uma companhia aérea expressa em gCO_2e/receita-tonelada-quilómetros versus a sua trajetória de descarbonização da atividade da referida companhia aérea em termos de passageiros mais carga de barriga versus carga dedicada. Atualmente, apenas as companhias aéreas comerciais são abrangidas pelo âmbito de aplicação. O banco espera que as métricas de alinhamento climático da carteira sejam voláteis, dada a sensibilidade aos fatores de passageiros, carga de barriga e carga dedicada. A trajetória de descarbonização é retirada do roteiro da Parceria Missão Possível "Prudente" (MPP PRU). A pontuação de alinhamento climático ao nível da carteira é a diferença percentual entre a média ponderada pelos empréstimos dos clientes dos seus gCO_2e/toneladas-quilómetros de receita versus a média ponderada pelos empréstimos desses clientes dos seus pontos nas trajetórias de descarbonização ponderadas pelas suas atividades em termos de passageiros e carga de barriga versus carga dedicada

As compensações adquiridas pelos clientes (certificados baseados em reduções de GEE, licenças e/ou programas de prevenção) não são tidas em conta, uma vez que a estrutura do objetivo de zero emissões líquidas do Deutsche Bank se baseia em métricas definidas como uma combinação do seguinte: (i) as caraterísticas técnicas dos ativos; e (ii) os fatores de conversão de GEE das atividades físicas.

Em conformidade com as Orientações da Net Zero Banking Alliance (NZBA) para a definição de objetivos climáticos para os bancos (versão 2), o Deutsche Bank procura obter uma garantia limitada independente de terceiros relativamente à comunicação de informações sobre os objetivos, incluindo o estabelecimento de um valor de referência.

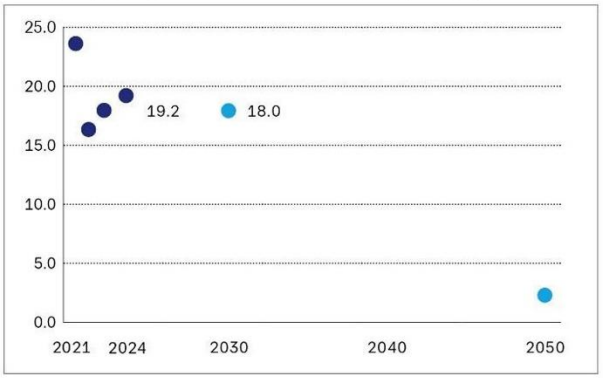
O Deutsche Bank não estabeleceu objetivos para as suas carteiras de imóveis residenciais que acelerem os objetivos definidos pelos decisores políticos para os principais mercados imobiliários do Deutsche Bank, mas apoia a descarbonização do sector através de três alavancas principais:

- A prestação de aconselhamento especializado (incluindo sobre a forma de acesso a apoio governamental) e de assistência logística e financeira aos proprietários que desejem melhorar a eficiência energética das suas habitações (refletida na secção sobre Financiamento Sustentável no subcapítulo Private Bank)
- O estabelecimento de objetivos para as indústrias "a montante" que fornecem energia e materiais ao sector imobiliário residencial, como a produção de energia, o cimento e o aço (o que, por sua vez, reduz as emissões de Âmbito 2 e 3 do sector imobiliário)
- O envolvimento com decisores políticos, governos e bancos homólogos para desenvolver abordagens e prioridades para apoiar a descarbonização do sector

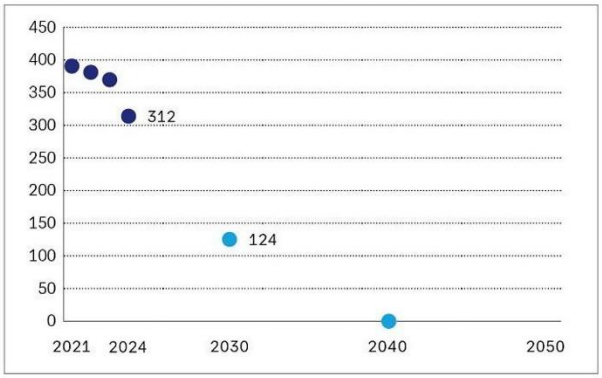
Tendo em conta os requisitos de financiamento significativos da transição para habitações mais eficientes do ponto de vista energético e o desafio financeiro que os proprietários privados enfrentam, é fundamental evitar consequências não intencionais, pelo que o Deutsche Bank não estabeleceu um objetivo de zero emissões líquidas comparável aos estabelecidos para as indústrias com emissões intensivas de carbono, para evitar o risco de restringir o fluxo de financiamento para habitações eficientes do ponto de vista energético e penalizar os clientes privados no atual cenário macroeconómico. Para além dos aspetos sociais, como a habitação a preços acessíveis e os sistemas de proteção dos clientes, a vontade do cliente e a sua capacidade financeira desempenham um papel decisivo.

Objetivos de zero emissões líquidas e percursos futuros da carteira

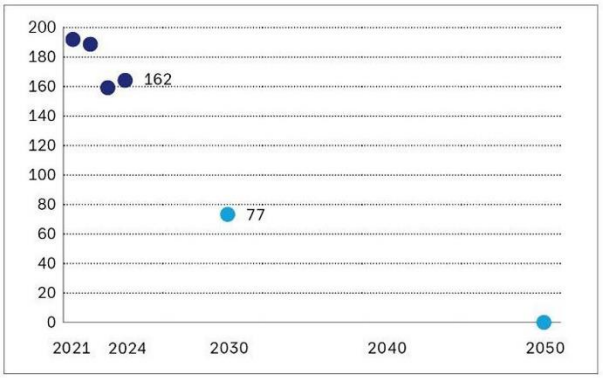
Petróleo e gás, $MtCO_2$ de emissões financiadas (Âmbito 3)



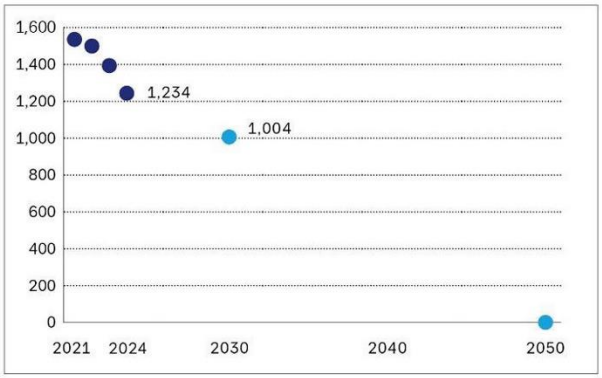
Produção de eletricidade, $kgCO_2e/MWh$ (Âmbito 1)



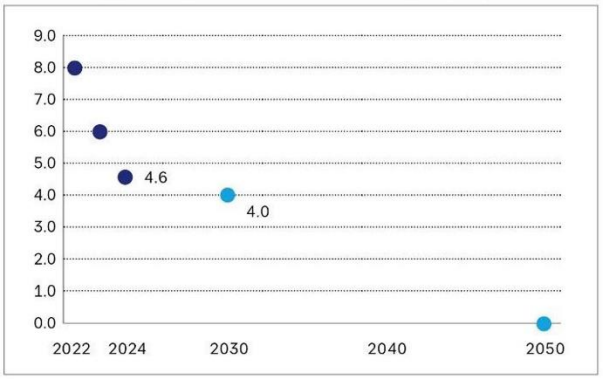
Automóvel, gCO_2/vkm (Âmbito 3)



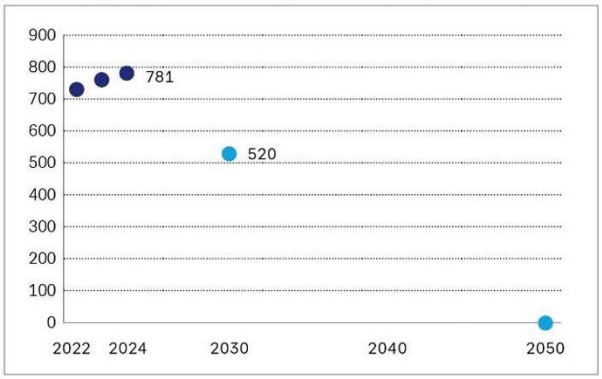
Aço, $kgCO_2e/t$ de aço produzido (Âmbitos 1 e 2)



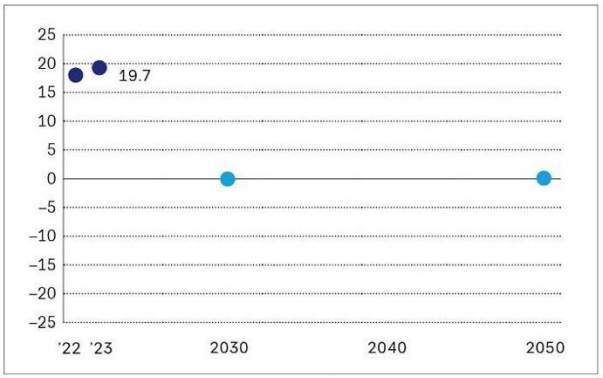
Extração de carvão, $MtCO_2$ de emissões financiadas (Âmbito 3)



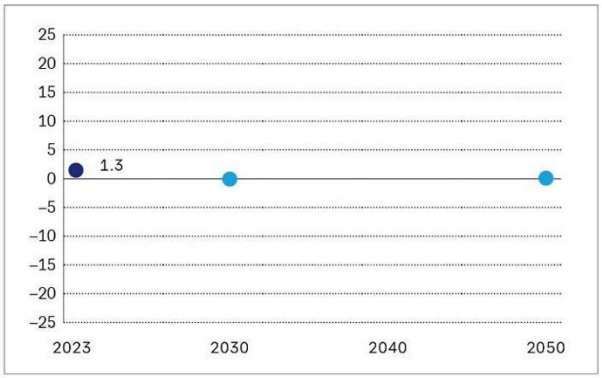
Cimento, $kgCO_2e/t$ de cimento produzido (Âmbitos 1 e 2)



Transporte marítimo (Empenho), Pontuação do alinhamento climático (%) (Âmbito 3)



Pontuação do alinhamento climático (%) (Âmbito 1)



Métrica da carteira do Deutsche Bank Objetivo da carteira do Deutsche Bank

Emissões financiadas: Âmbito 3 Categoria 15

ESRS E1-6

Os cálculos das emissões financiadas seguem a Norma da Partnership for Carbon Accounting Financials ("PCAF"), tal como detalhado nas Notas Metodológicas desta secção, e estão de acordo com as recomendações do Grupo de Trabalho para a Divulgação de Informações Financeiras (ver as suas Orientações sobre Métricas, Objetivos e Planos de Transição).

Os cálculos das emissões financiadas baseiam-se nas emissões de Âmbito 1, 2 e 3 divulgadas pelos clientes do Deutsche Bank. Esses dados sobre emissões são obtidos junto de fornecedores terceiros e, se não estiverem disponíveis dados a nível do cliente, são utilizados dados aproximados. Estes dados são mapeados para os compromissos de crédito do banco e para o EVIC dos clientes para calcular as emissões financiadas ao nível do cliente e da carteira. Para carteiras hipotecárias e de imóveis comerciais selecionadas, as emissões são estimadas utilizando indicadores baseados em classificações de certificados de desempenho energético e metodologias internas.

Os quadros abaixo mostram a exposição global a empréstimos do sector empresarial e as emissões financiadas repartidas pelos dez principais sectores que contribuem para a maior parte das emissões financiadas de Âmbito 1, 2 e 3 do banco. Quaisquer diferenças nas classificações dos dez principais sectores apresentadas nos quadros de final de ano de 2024 e 2023 devem-se a alterações na composição da carteira de clientes do banco. O quadro também mostra a quantidade de emissões financiadas de Âmbito 1, 2 e 3 provenientes de clientes que também são monitorizados no quadro de objetivos NZ. Por último, o quadro mostra o total de empréstimos do banco garantidos por imóveis, bem como a exposição a empréstimos e as emissões financiadas da carteira de imóveis residenciais da UE.

Exposição a empréstimos e emissões financiadas da carteira de empréstimos a empresas e ao sector imobiliário residencial

31 dez 2024

	Exposição a empréstimos				Emissões financiadas				Pontuação da qualidade dos dados da PCAF (5 = mais baixa)			
					Âmbito 1 e 2, $MtCO_2e$/ano		Âmbito 3, $MtCO_2e$/ano		Âmbito 1 e 2		Âmbito 3	
	Em circulação		Total de compromissos		Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos
	Mil milhões de euros.[1]	%	Mil milhões de euros.	%								
Exposição total a empréstimos do sector empresarial	**117,7**	**100,0**	**290,3**	**100,0**	**32,0**	**64,7**	**135,1**	**427,8**	**4,4**	**3,8**	**4,6**	**4,2**
dos quais: Indústria Transformadora e Engenharia	9,8	8,3	30,5	10,5	1,0	3,4	16,5	140,8	4,4	3,8	4,5	4,1
dos quais: Automóveis	7,0	5,9	18,1	6,2	0,6	1,5	26,4	76,3	3,5	3,2	3,7	3,5
dos quais: Petróleo e gás	5,6	4,8	15,3	5,3	9,9	16,8	20,2	54,6	4,3	3,7	4,3	4,1
dos quais: Serviços Públicos	5,2	4,4	16,3	5,6	8,1	15,9	9,2	17,3	4,5	3,4	4,7	3,9
dos quais: Bens de Consumo	11,4	9,7	28,1	9,7	1,7	4,1	13,4	27,2	4,0	3,5	4,1	3,9
dos quais: Aço, Metais e Exploração Mineira	3,5	3,0	8,2	2,8	1,6	4,2	9,0	22,3	3,9	3,7	4,2	4,1
dos quais: Produtos químicos	3,1	2,6	10,4	3,6	0,7	3,2	4,0	13,2	4,5	3,7	4,7	4,3
dos quais: Retalho	10,5	8,9	19,3	6,6	0,4	0,7	8,2	14,7	4,4	4,1	4,5	4,3
dos quais: Conglomerado	5,6	4,8	7,4	2,5	1,9	2,3	7,9	10,7	4,0	4,1	4,8	4,8
dos quais: Construção	4,1	3,5	9,2	3,2	0,9	2,2	3,6	7,8	4,6	4,4	4,8	4,7
dos quais: Outros[2]	52,0	44,2	127,6	43,9	5,4	10,4	16,9	43,0	4,6	3,8	4,8	4,4
No âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas												
Petróleo e Gás (a montante)			9,6			13,0		34,8		3,1		4,0
Produção de Energia			11,8			13,7		15,2		3,2		3,8
Automóveis (Ligeiros)			7,7			0,5		37,5		2,2		2,6
Aço			2,2			2,0		3,4		3,7		4,4
Extração de carvão			1,2			0,8		4,9		3,0		3,0
Cimento			0,3			0,4		0,2		2,2		3,0
Transporte Marítimo[3]			–			–		–		–		–
Aviação Comercial[3]			–			–		–		–		–
Total dos empréstimos garantidos por imóveis	**240,6**	**100**			**N/A**				**N/A**			
dos quais: garantidos por imóveis não residenciais	69,1	28,7			N/A				N/A			
dos quais: garantidos por imóveis residenciais	171,5	71,3			N/A				N/A			
dos quais: UE	166,4	97,0			2,2				4,1			
Alemanha	153,2	92,1			1,9				4,1			
Itália	4,2	2,5			0,1				4,6			
Espanha	6,4	3,8			0,2				3,0			
Resto da UE	2,6	1,6			0,1				5,0			
dos quais: Fora da UE	5,1	3,0			N/A				N/A			

[1] Os empréstimos titularizados no sector da aviação estão excluídos, uma vez que a norma PCAF não pode ser aplicada
[2] No final do ano de 2024, as "Outras" emissões financiadas eram impulsionadas pelos seguintes sectores: Aeroespacial e Defesa, Cuidados de Saúde e Farmacêutica, Tecnologia, Transportes, Outras Empresas, Serviços, Lazer, Meios de Comunicação, Telecomunicações, Leasing e Aluguer, e Empresas de Comércio Geral (Japão)
[3] O Deutsche Bank vai publicá-las no relatório do próximo ano

31 dez 2023

	Exposição a empréstimos				Emissões financiadas				Pontuação da qualidade dos dados da PCAF (5 = mais baixa)			
					Âmbito 1 e 2, $MtCO_2e$/ano		Âmbito 3, $MtCO_2e$/ano[3]		Âmbito 1 e 2		Âmbito 3[3]	
	Em circulação		Total de compromissos		Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos
	Mil milhões de euros.[1]	%	Mil milhões de euros.	%								
Exposição total a empréstimos do sector empresarial	**101,2**	**100,0**	**261,1**	**100,0**	**28,1**	**63,5**	**137,5**	**392,0**	**4,3**	**3,7**	**4,5**	**4,2**
dos quais: Indústria Transformadora e Engenharia	10,3	10,2	28,5	10,9	0,8	3,0	19,0	108,0	4,3	3,8	4,5	4,2
dos quais: Automóveis	7,4	7,3	18,3	7,0	0,5	1,4	31,4	83,4	3,4	3,3	3,8	3,7
dos quais: Petróleo e gás	7,0	6,9	14,9	5,7	12,1	16,4	28,8	53,5	4,3	3,8	4,5	4,2
dos quais: Serviços Públicos	4,1	4,1	17,5	6,7	4,2	18,6	3,4	20,7	3,9	3,1	4,2	3,8
dos quais: Bens de Consumo	11,1	11,0	26,2	10,1	1,4	3,9	12,5	24,3	4,0	3,6	4,2	3,9
dos quais: Aço, Metais e Exploração Mineira	3,9	3,9	7,4	2,8	2,3	3,8	9,3	19,6	3,9	3,8	4,2	4,2
dos quais: Produtos químicos	2,9	2,9	10,8	4,1	1,0	3,8	3,8	15,3	4,3	3,8	4,7	4,4
dos quais: Retalho	8,8	8,7	17,0	6,5	0,3	0,6	7,1	12,7	4,4	4,1	4,5	4,4
dos quais: Construção	3,6	3,6	9,0	3,4	1,0	2,9	2,9	7,2	4,6	4,4	4,8	4,7
dos quais: Aeroespacial e Defesa	0,4	0,4	4,1	1,6	0,0	0,1	0,8	8,9	4,4	2,7	4,6	3,8
dos quais: Outros[2]	41,6	41,1	107,4	41,1	4,4	8,9	18,5	38,5	4,5	3,8	4,7	4,4
No âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas												
Petróleo e Gás (a montante)			9,4			13,4		33,5		3,4		4,1
Produção de Energia			13,3			16,2		17,9		2,8		3,6
Automóveis (Ligeiros)			7,7			0,4		40,6		2,3		2,8
Aço			2,0			1,7		5,5		3,8		4,6
Extração de carvão			1,4			0,6		6,0		2,7		2,7
Cimento			0,3			0,6		0,3		2,5		3,2
Transporte marítimo			0,9			1,4		0,5		4,5		4,8
Aviação comercial			1,7			1,1		0,7		2,5		3,5
Total dos empréstimos garantidos por imóveis	**246,5**	**100,0**			**N/A**				**N/A**			
dos quais: garantidos por imóveis não residenciais	69,5	28,2			N/A				N/A			
dos quais: garantidos por imóveis residenciais	177,1	71,8			N/A				N/A			
dos quais: UE	172,6	97,5			2,5				4,1			
Alemanha	158,1	91,6			2,1				4,2			
Itália	4,8	2,8			0,1				4,6			
Espanha	6,3	3,6			0,2				3,3			
Resto da UE	3,3	1,9			0,1				5,0			
dos quais: Fora da UE	4,5	2,5			N/A				N/A			

[1] Os empréstimos titularizados no sector da aviação estão excluídos, uma vez que a norma PCAF não pode ser aplicada
[2] No final do ano de 2023, as "Outras" emissões financiadas eram impulsionadas pelos seguintes sectores: Conglomerados, Outras Empresas, Tecnologia, Transportes, Cuidados de Saúde e Farmacêutica, Serviços, Lazer, Meios de Comunicação, Telecomunicações, Leasing e Aluguer, e Empresas de Comércio Geral (Japão)
[3] Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

Carteira de empréstimos a empresas

Numa base saldo de empréstimos, as emissões financiadas de Âmbito 1 e 2 aumentaram, em termos anuais, de 28,1 para 32,0 MtCO2e/ano, enquanto as emissões financiadas de Âmbito 3 diminuíram, em termos anuais, de 137,5 para 135,1 MtCO2e/ano. Numa base de total de empréstimos a empresas, as emissões financiadas de Âmbito 1 e 2 aumentaram, em termos anuais, de 63,5 para 64,7 MtCO2e/ano e as emissões financiadas de Âmbito 3 aumentaram, em termos anuais, de 392,0 para 427,8 MtCO2e/ano. Apesar de as emissões financiadas dos Âmbitos 1, 2 e 3 terem aumentado em termos anuais, as intensidades económicas dos Âmbitos 1, 2 e 3 diminuíram 8,3% e 1,9%, respetivamente, uma vez que os compromissos totais de crédito aumentaram 11% em termos anuais, dos quais cerca de um quarto pode ser explicado por efeitos de conversão cambial de 2023 para 2024.

A inclusão das emissões de Âmbito 3 dos clientes do banco pela primeira vez alterou as classificações dos três principais sectores (Indústria e Engenharia, Automóvel, e Petróleo e Gás) em que, para o primeiro e segundo sectores, as suas elevadas emissões são impulsionadas pelas emissões totais esperadas durante o tempo de vida dos seus produtos vendidos.

Em termos de variações homólogas, o sector dos Serviços Públicos foi notável, uma vez que as suas emissões financiadas dos Âmbitos 1 e 2 diminuíram 2,7 $MtCO_2e$/ano e a sua intensidade económica diminuiu 8,0%, o que foi impulsionado pelo movimento de um único grande cliente. Em termos de emissões financiadas de Âmbito 3, o sector da Indústria e Engenharia aumentou 33 $MtCO_2e$/ano em relação ao ano anterior e a sua intensidade económica aumentou 22% em relação ao ano anterior, principalmente devido a um único cliente com uma elevada intensidade de emissões devido às emissões ao longo da vida útil dos seus produtos vendidos no sector da produção de energia. Os produtos vendidos neste sector, como as turbinas a gás, são monitorizados através do Quadro de Objetivos de Zero Emissões Líquidas do banco, que abrange os clientes de produção de energia que operam ativos de centrais elétricas a gás.

Numa base de total de compromissos de crédito, os seguintes fatores podem explicar as alterações anuais nas emissões financiadas dos Âmbitos 1, 2 e 3:

- No que diz respeito às emissões financiadas de Âmbito 1 e 2, devido ao aumento geral dos valores empresariais (incluindo dinheiro) (EVIC) de 2022 para 2023, os fatores de emissão específicos do cliente diminuíram, o que levou a uma redução das emissões financiadas de 1,4 $MtCO_2e$/ano. Para as emissões financiadas do Âmbito 3, o mesmo efeito também levou a uma redução das emissões financiadas de 2,1 $MtCO_2e$/ano
- A qualidade dos dados melhorou em termos homólogos, o que levou a uma diminuição das emissões financiadas de 0,1 $MtCO_2e$/ano para os Âmbitos 1 e 2 e a um aumento de 8,7 $MtCO_2e$/ano para as emissões financiadas do Âmbito 3
- Os efeitos de conversão cambial homólogos das exposições a empréstimos equivalentes ao euro levaram a um aumento das emissões financiadas de 0,9 $MtCO_2e$/ano e 9,2 $MtCO_2e$/ano para as emissões financiadas de Âmbito 1 e 2 em comparação com as emissões financiadas de Âmbito 3, respetivamente. Este facto deve-se ao fortalecimento do dólar americano face ao euro entre o final do ano de 2023 e o final do ano de 2024
- O fator restante são os efeitos da carteira de clientes, que contribuíram para aumentos de 1,9 $MtCO_2e$/ano para as emissões financiadas de Âmbito 1 e 2 e 20,0 $MtCO_2e$/ano para as emissões financiadas de Âmbito 3

Carteira de imóveis residenciais

No final de 2024, as emissões financiadas para a carteira europeia de imóveis residenciais ascendiam de 2,5 para 2,2 MtCO2e/ano, com uma redução da intensidade energética de 13,7 para 13,04 $kgCO_2e/m^2$/ano. As emissões financiadas mais baixas em 2024 devem-se principalmente à redução do volume da carteira hipotecária. A combinação de reembolsos regulares e valores de empréstimo mais baixos reduz a parte do banco nas emissões financiadas.

Notas metodológicas

Emissões financiadas da carteira de empréstimos a empresas:

- Este banco segue a norma da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF), Parte A (2022), onde é possível encontrar mais informações técnicas no domínio público, dado o seu estatuto de fonte aberta. Em particular, a abordagem das emissões financiadas para a carteira de empréstimos a empresas segue o Capítulo 5.2
- O Deutsche Bank centra-se na concessão de crédito a empresas: (i) empréstimos ao custo amortizado e (ii) compromissos de crédito irrevogáveis e revogáveis, tal como constam da secção Relatório de Risco do Relatório Anual do Deutsche Bank. No final do exercício de 2024, os empréstimos ao custo amortizado e os compromissos de crédito irrevogáveis e revogáveis ascendiam a 484,6 mil milhões de euros e 269,7 mil milhões de euros, respetivamente.
- Se se considerar que os empréstimos às empresas facilitam, em última análise, uma emissão primária e são abrangidos por um sector monitorizado pelo quadro de objetivos de zero emissões líquidas, esses empréstimos às empresas são considerados parte da metodologia das emissões facilitadas e, por conseguinte, excluídos dos cálculos das emissões financiadas
- O crédito a empresas é identificado de acordo com as classificações sectoriais internas do Deutsche Bank. O banco exclui todos os empréstimos a instituições financeiras, ao sector público, ao sector imobiliário e à titularizações
- As emissões financiadas dos Âmbitos 1, 2 e 3 são calculadas com base no total de compromissos de crédito, de modo a alinhar-se com a abordagem utilizada para os objetivos de descarbonização do banco

- Os valores das emissões financiadas baseiam-se em dados específicos do cliente, bem como em fatores de emissões aproximadas. Os dados de emissões de Âmbitos 1 e 2 específicos do cliente são obtidos junto da MSCI e são sempre dados comunicados pelo cliente. Os dados de emissões de Âmbito 3 específicos do cliente são obtidos junto da MSCI e podem ser comunicados ou estimados utilizando a lógica proprietária da MSCI. Os fatores de emissões aproximadas dos Âmbitos 1 e 2 provêm da PCAF e utilizam a versão de 2019 do conjunto de dados Exiobase (Exiobase v3.7, ano de referência 2015), tal como recomendado pela PCAF, uma vez que estes dados aproximados foram utilizados no ano de referência da linha de base. Os fatores de emissões aproximados do Âmbito 3 correspondem a médias de sectores-países construídas internamente com base em dados de emissões específicos do cliente (comunicados e estimados) da MSCI
- O valor da empresa, incluindo a liquidez (EVIC), é utilizado como denominador do fator de atribuição da PCAF e tem como fonte a MSCI
- Prevê-se que as estimativas das emissões financiadas do Âmbito 3 permaneçam voláteis devido a fatores fora do controlo do banco, tais como: (i) a evolução do EVIC dos clientes, bem como (ii) a inclusão das emissões totais esperadas durante o tempo de vida dos produtos vendidos, que são significativamente mais elevadas nos sectores relacionados com as atividades transformadoras, por exemplo
- Podem surgir diferenças nas estimativas das emissões financiadas de Âmbito 3 para os sectores do Petróleo e Gás e da Extração de Carvão entre as "Emissões financiadas" do banco: Âmbito 3 Categoria 15" em comparação com o Quadro de Objetivo de Zero Emissões Líquidas. Este facto pode ser explicado pelo seguinte: (i) cobertura diferente das categorias de Âmbito 3; ou (ii) cobertura diferente dos subsectores; ou (iii) diferenças nas estimativas do fator de emissões do Âmbito 3 devido a abordagens diferentes em termos de metodologia e/ou conjunto de dados
- Não se tenta corrigir a possibilidade de dupla contabilização das emissões (ou mais) em resultado da introdução das emissões de Âmbito 3 dos clientes (juntamente com as suas emissões de Âmbito 1 e 2) no cálculo das emissões financiadas
- As pontuações da Qualidade dos Dados da PCAF são calculadas de acordo com as regras definidas nna Norma PCAF e refletem a medida em que as estimativas sectoriais de substituição foram utilizadas no cálculo das emissões financiadas. São uma indicação dos desafios que o banco e o sector ainda enfrentam para ter acesso a dados consistentes e auditados sobre riscos climáticos específicos dos clientes. As alterações de metodologia e de dados podem afetar significativamente as estimativas ao longo do tempo
- No final do ano de 2024, a percentagem de dados principais utilizados para o cálculo dos Âmbitos 1 e 2 era de 41% e de 17% para as emissões financiadas do Âmbito 3, numa base de total de compromissos de crédito. Os dados principais são definidos como dados assinalados como "comunicados" pela MSCI que o banco utiliza para obter dados sobre emissões
- As compensações adquiridas pelo cliente (certificados baseados em reduções de GEE, licenças e/ou programas de prevenção) não são tidas em conta nos cálculos das emissões financiadas

Emissões financiadas de imóveis residenciais:

- O Deutsche Bank identifica os empréstimos garantidos por imóveis residenciais com base na definição de Financial Reporting (FinRep), de acordo com o Regulamento EZB relativo ao relato de informação financeira regulamentar
- As emissões financiadas e a intensidade das emissões da carteira de imóveis residenciais europeus do Deutsche Bank são calculadas através da aplicação de uma abordagem baseada em modelos, incorporando Certificados de Desempenho Energético (reais e substitutos), dados de garantias imobiliárias, cenários de descarbonização, dados DENA e PCAF. Com base na metodologia PCAF, o Deutsche Bank restringe os indicadores de risco de transição às emissões financiadas e à intensidade das emissões, que são definidas pela proporção da garantia indexada ao montante do empréstimo em dívida
- As projeções Net Zero para 2050 são realizadas através da aplicação dos cenários de descarbonização da Agência Internacional da Energia (AIE), bem como das trajetórias específicas de cada país do Carbon Real Estate Monitor (CRREM)
- As pontuações da qualidade dos dados da PCAF são calculadas de acordo com as instruções para hipotecas, conforme descrito na Parte A da Norma Global de Contabilidade e Comunicação de GEE da PCAF: Emissões Financiadas (segunda edição, dezembro de 2022) e integra a utilização de dados de CPE (ou seja, valores de CO_2). As pontuações refletem a medida em que as estimativas de substituição foram utilizadas, ou seja, a pontuação DQ da PCAF 2 é aplicada se o CPE disponível contiver o respetivo valor de CO_2, enquanto a estimativa dos valores de CO_2 com base em dados reais do CPE resulta numa pontuação DQ da PCAF de 3. Um DQ da PCAF com pontuação 4 está associado a valores de CO_2 estimados pela abordagem baseada em modelos acima referida. A pontuação 5 do DQ da PCAF é atribuída se nenhuma das situações acima se aplicar. Na fase final, após a atribuição da classificação DQ da PCAF, é calculada a classificação média por domicílio da contraparte (Alemanha, Itália e Espanha), ponderada pelo valor bruto contabilístico em dívida
- A percentagem de dados principais utilizados para o cálculo das emissões financiadas é de 5,5%, com base no valor bruto contabilístico em dívida. Os dados principais são definidos como a utilização de dados reais do CPE sem substitutos, o que reflete uma pontuação de qualidade de dados da PCAF de 2

Outras métricas utilizadas para monitorizar os riscos de transição climática

O banco utiliza indicadores-chave de desempenho adicionais, globais e sectoriais, para monitorizar e orientar o risco climático nas suas carteiras. Exemplos destes indicadores são as combinações de tecnologias Scope e a percentagem de clientes com objetivos de zero emissões líquidas comunicados.

Risco físico climático para os ativos imobiliários

Os riscos físicos climáticos para os ativos imobiliários são avaliados utilizando os dados da pontuação de exposição física da S&P para oito perigos (inundações costeiras, inundações fluviais, ciclones tropicais, calor extremo, frio extremo, incêndios florestais, secas e stress hídrico) em quatro cenários (risco baixo, médio, médio-alto e alto). Para estimar a exposição global aos riscos climáticos físicos, o Deutsche Bank utiliza pontuações de perigos compostos e o cenário de risco médio-alto (um cenário de mitigação limitada em que as emissões totais de gases com efeito de estufa duplicam até 2100 e as temperaturas médias globais aumentam entre 2,8 °C e 4,6 °C até 2100). Para efeitos de divulgação pública, o Deutsche Bank considera as inundações fluviais, as inundações costeiras e os ciclones tropicais como riscos agudos e mapeia o stress hídrico, a seca, os incêndios florestais, o calor extremo e o frio extremo como riscos crónicos.

Apenas uma pequena parte da carteira de imóveis residenciais europeus do Banco é considerada vulnerável a riscos físicos agudos ou crónicos, uma vez que os fatores de risco físico para a Europa são significativamente mais baixos do que noutras partes do mundo. Além disso, o risco residual permanece baixo para a carteira europeia de imóveis residenciais, devido à cobertura de seguro de clientes privados, ao seguro adicional contra todos os riscos para a Alemanha (o Deutsche Bank, enquanto emitente de obrigações cobertas, é obrigado a ter este seguro) e aos sistemas de proteção nacionais em Itália e Espanha.

O quadro seguinte apresenta um resumo das exposições a riscos físicos crónicos e agudos.

Exposição dos empréstimos aos riscos físicos da carteira de imóveis residenciais

	31 dez 2024		
	Exposição a empréstimos, em dívida – mil milhões de euros		
País	Total	Crónicos	Agudos
UE	166,4	18,1	0,6
dos quais: Alemanha	153,2	14,7	0,3
dos quais: Espanha	6,4	2,3	0,0
dos quais: Itália	4,2	1,2	0,2
dos quais: Resto da UE	2,6	0,0	0,0
Não UE	5,1	0,2	1,6

	31 dez 2023		
	Exposição a empréstimos, em dívida – mil milhões de euros		
País	Total	Crónicos	Agudos
UE	172,6	4,4	1,3
dos quais: Alemanha	158,1	2,0	0,9
dos quais: Espanha	6,3	1,0	0,0
dos quais: Itália	4,8	1,1	0,1
dos quais: Resto da UE	3,3	0,3	0,3
Não UE	4,5	2,1	1,8

As melhorias contínuas dos processos, o aperfeiçoamento da metodologia e as informações prospetivas podem resultar em alterações das exposições sujeitas a riscos físicos.

Riscos relacionados com a natureza (ou outros riscos ambientais)

As normas e metodologias do sector relativas à identificação dos riscos naturais, à monitorização e à definição de objetivos encontram-se numa fase inicial de desenvolvimento. Embora não seja considerado material para a avaliação da DMA 2024, reconhecendo a importância crescente destes riscos para o banco e para as suas partes interessadas (desde reguladores e supervisores a investidores e clientes), o Deutsche Bank desenvolveu uma abordagem interna para a identificação de exposições potencialmente vulneráveis a riscos relacionados com a natureza.

A análise do Deutsche Bank dos riscos relacionados com a natureza centra-se em quatro tipos diferentes de perdas naturais: (i) perda de biodiversidade terrestre e habitats; (ii) esgotamento da água; (iii) degradação dos ecossistemas marinhos; e (iv) degradação dos ecossistemas devido a resíduos e poluição. Esta classificação permite que o banco capte na sua avaliação a maior parte das pressões sobre a natureza resultantes das atividades humanas, tal como enumeradas pela Science Based Targets Network (SBTN) e os serviços de ecossistema da ferramenta ENCORE.

O banco identifica a exposição a cada um dos quatro tipos de perdas naturais com base numa abordagem em cascata que considera:

- Uma avaliação a nível do cliente, baseada nas classificações ambientais relevantes, quando disponíveis
- Uma avaliação sectorial e por país, que identifica as empresas ativas em sectores com grande impacto ou grande dependência da natureza e que estão domiciliadas em países vulneráveis

Para a avaliação dos impactos a nível sectorial, o banco utiliza a ferramenta de Materialidade Sectorial da Science-Based Target Network, devido à sua consideração dos impactos indiretos e a montante da cadeia de valor. A ferramenta ENCORE é utilizada para a avaliação das dependências sectoriais. Para avaliar a vulnerabilidade do país, o banco utiliza diferentes fontes para cada um dos tipos de perdas naturais na sua análise. O quadro seguinte apresenta as exposições identificadas como potencialmente vulneráveis aos riscos naturais de acordo com esta abordagem:

Exposição da carteira de empréstimos a empresas a riscos reclacionados com a natureza

	31 dez 2024			
	Exposição a empréstimos, em dívida – mil milhões de euros			
Tipo de perda natural	Mil milhões de euros.	% da carteira	sem os identificados através de dados a nível do cliente	sem os identificados através de dados a nível do cliente (%)
Exposição total a empréstimos do sector empresarial	117,7	100,0	N/A	N/A
dos quais: Esgotamento da água	18,9	16,1	1,9	10,1
dos quais: Perda de biodiversidade terrestre e habitats	12,7	10,8	3,6	28,5
dos quais: Degradação de ecossistemas devido a resíduos e poluição	9,9	8,4	5,0	50,0
dos quais: Degradação dos ecossistemas marinhos	6,5	5,5	4,1	63,2

	31 dez 2023			
	Exposição a empréstimos, em dívida – mil milhões de euros			
Tipo de perda natural	Mil milhões de euros.	% da carteira	sem os identificados através de dados a nível do cliente	sem os identificados através de dados a nível do cliente (%)
Exposição total a empréstimos do sector empresarial	101,2	100,0	N/A	N/A
dos quais: Esgotamento da água	17,3	17,1	2,2	12,7
dos quais: Perda de biodiversidade terrestre e habitats	11,6	11,5	4,6	39,2
dos quais: Degradação de ecossistemas devido a resíduos e poluição	9,2	9,1	5,5	60,2
dos quais: Degradação dos ecossistemas marinhos	6,4	6,3	4,7	74,0

O aumento da exposição aos riscos naturais (entre +1,5% em termos homólogos, no caso dos ecossistemas marinhos, e +9,2% em termos homólogos, no caso do esgotamento da água) é inferior ao crescimento global da carteira abrangida no período (+16,3% em termos homólogos) (de 101,2 para 117 mil milhões de euros).

Uma vez que o mesmo cliente pode estar exposto a riscos relacionados com diferentes tipos de perdas naturais, os montantes indicados no quadro acima não são aditivos. A exposição total a clientes identificados como vulneráveis a pelo menos um tipo de risco natural é de 30,6 mil milhões de euros.

As exposições apresentadas no quadro supra foram calculadas com base na mesma abordagem utilizada para as divulgações do banco relativas a 2023. O banco está atualmente a rever a sua abordagem à identificação de riscos, uma vez que as metodologias e os dados evoluem rapidamente.

Depois de participar no fórum consultivo do Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com a Natureza (TNFD) em 2023, o banco continua a estar altamente envolvido com o sector em torno da natureza e participa em iniciativas como o grupo de trabalho PRB Nature e o Nature Expert Group do Institute of International Finance.

Efeitos financeiros atuais e previstos dos riscos físicos e de transição materiais

Durante o exercício de 2024, não foram observados efeitos financeiros significativos decorrentes de riscos físicos e de transição. Os efeitos financeiros futuros previstos dos riscos climáticos são discutidos no subcapítulo "Resiliência do banco" do capítulo "Alterações climáticas" da presente Declaração de Sustentabilidade. No seu primeiro ano de implementação da norma EFRAG, o banco utilizou a opção de integração progressiva da ESRS 1 – Anexo C, no que respeita aos requisitos mais detalhados estipulados pela ESRS E1-9 sobre o tema.

Carteiras de clientes na gestão de ativos

Governação

Para mais informações relativas à estratégia de sustentabilidade e à governação na divisão Asset Management do Deutsche Bank, DWS, consultar os capítulos "Estratégia de Sustentabilidade" e o subcapítulo "Governação da Sustentabilidade" no capítulo "Governação" desta Declaração de Sustentabilidade.

Estratégia

ESRS E1-1
A intenção da divisão Asset Management do Deutsche Bank (DWS) é tornar-se neutra em termos climáticos até 2050, em conformidade com o Acordo de Paris, tanto a nível operacional como das carteiras.

Em 2024, a DWS publicou informações relacionadas com o plano de transição climática em vários documentos, incluindo a sua Divulgação Anual Net Zero e o seu Relatório Climático alinhado com o TCFD. No entanto, a DWS não publicou um plano de transição climática autónomo.

A DWS continuará a acompanhar a evolução das normas de mercado relativas à divulgação de informações adequadas sobre os planos de transição climática. Esta informação servirá de base para a sua abordagem e calendário futuros.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

ESRS E1-2, ESRS E1-3
O programa de envolvimento temático Net Zero da DWS foi iniciado em 2021 como parte do compromisso com a iniciativa Net Zero Asset Managers, e os critérios de seleção para o envolvimento com empresas alvo de investimento foram aperfeiçoados ao longo dos últimos anos.

Em 2024, para o compromisso temático Net Zero, a DWS identificou uma série de empresas alvo de investimento de sectores com elevado impacto climático com base em vários critérios relacionados com o clima. Estes incluíam o seu envolvimento em atividades de carvão térmico, bem como a sua contribuição para a intensidade média ponderada global de carbono (WACI) das carteiras Net Zero no âmbito da DWS, com consideração adicional para empresas em determinados sectores com intensidade material de emissões de Âmbito 3. As entidades cujas empresas alvo de investimento estão no âmbito do compromisso Net Zero são a DWS Investment GmbH, a DWS International GmbH, a DWS Investment S.A. e a DWS CH AG.

Como resultado do método de seleção aperfeiçoado, a DWS enviou 30 cartas de compromisso temático Net Zero a novas empresas, bem como a empresas que anteriormente não tinham respondido aos pedidos da DWS.

Em 2024, a DWS conduziu compromissos temáticos Net-Zero. A maior parte destas reuniões foram acompanhamentos destinados principalmente a avaliar os progressos das empresas na aplicação das suas estratégias climáticas, na definição de objetivos com base científica e no reforço da transparência da sua divulgação, em conformidade com as normas internacionais.

A DWS tem a seguinte lista de políticas para apoiar a sua abordagem Net Zero da carteira:

Política de integração ESG: a política define e rege a incorporação de riscos e oportunidades de sustentabilidade nos processos de investimento ativo da DWS. Para mais informações, consultar o capítulo "Financiamento Sustentável – Asset Management" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Política de Voto por Procuração: a Política de Voto por Procuração da EMEA descreve as diretrizes de voto por procuração da DWS e oferece informações detalhadas sobre as circunstâncias em que a DWS votaria contra determinados pontos da ordem de trabalhos nas assembleias gerais anuais (AGM) das empresas alvo de investimento, por exemplo, votando em propostas relacionadas com o clima. Para mais informações, consultar o capítulo "Financiamento Sustentável – Asset Management" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Política do Carvão: a Política do Carvão da DWS surge na sequência do compromisso Net Zero da DWS e foi concebida para reduzir os investimentos e o financiamento de atividades relacionadas com o carvão térmico. Os produtos abrangidos por esta política estão impedidos de investir em empresas de desenvolvimento de carvão e em empresas cuja parte das receitas proveniente do carvão seja superior a 25%. Além disso, a política procura eliminar completamente a utilização do carvão térmico nos países da UE/OCDE até 2030 e no resto do mundo até 2040.

Quadro de Sustentabilidade Global para a DWS Private Real Estate Investment Management: O Quadro de Sustentabilidade Global (Global Sustainability Framework – GSF) para a DWS Private Real Estate Investment Management estabelece os princípios e processos chave relativos à abordagem da DWS Private Real Estate para considerar a sustentabilidade na gestão de investimentos imobiliários

privados. Para mais informações, consultar o capítulo "Financiamento Sustentável – Asset Management" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-T
Como signatária da iniciativa NZAM, em 2021, a DWS estabeleceu um objetivo intercalar para 2030 de reduzir o WACI dos seus ativos sob gestão no âmbito da iniciativa em 50% em relação ao ano de referência de 2019, numa base ajustada pela inflação.

Em janeiro de 2025, a NZAM lançou uma revisão da iniciativa para garantir que a NZAM continua a ser adequada ao seu objetivo no novo contexto global. Enquanto a iniciativa se submete a esta revisão, suspendeu as suas atividades. A DWS pretende rever regularmente a sua abordagem para refletir as alterações regulamentares, do mercado e dos clientes, conforme apropriado. Neste contexto, a DWS pretende igualmente ter em conta os resultados finais da revisão da NZAM.

A DWS aplica o WACI ajustado à inflação em vez do WACI padrão para retirar o efeito dos aumentos de preços da métrica de descarbonização. Caso contrário, um aumento nominal das receitas devido à inflação levaria a uma redução da intensidade financeira de carbono das empresas, embora não haja descarbonização em termos reais. O aumento da inflação nos últimos anos sublinhou a importância de adotar esta abordagem.

No valor de referência de 2019, o WACI ascendeu a 170,2 toneladas de equivalentes de CO_2 por milhão de USD de receitas ("tCO_2e/mn$"). Em 2022, este valor passou para 101,4 toneladas de CO_2e/mn$. Excluindo o efeito da inflação, isto equivale a uma redução de 33,6% em três anos, corrigida da inflação.

Devido a um atraso na comunicação e disponibilidade de dados de emissões, estes cálculos baseiam-se nas participações da carteira da DWS no final do ano de 2023, utilizando os dados de emissões do ano anterior das respetivas empresas holding, que é 2022. Do mesmo modo, o valor de referência baseou-se nas carteiras detidas no final de 2020 e nas emissões de 2019.

A variação do WACI das carteiras da DWS é o resultado combinado de três efeitos subjacentes principais:

– Alterações nas participações da carteira devido a fluxos de fundos, movimentos de mercado ou outras considerações da carteira
– Alterações à intensidade de carbono das próprias sociedades holding
– Alterações no mix de produtos, ou seja, encerramento de produtos existentes ou lançamento de novos produtos

A diminuição acumulada de 33,6% ajustada à inflação no WACI durante os primeiros três anos representa um progresso significativo em direção ao objetivo de redução de 50% da DWS até 2030. No entanto, a curto prazo, a métrica WACI pode ser afetada por fatores externos como os movimentos dos preços dos títulos e os fluxos de clientes que estão fora do controlo da DWS e das suas empresas alvo de investimento. Como estes fatores podem introduzir volatilidade na métrica numa base anual, a DWS não espera que a trajetória de redução do WACI siga uma tendência linear. Não obstante esta volatilidade de curto prazo, a DWS continua empenhada no seu objetivo intercalar para 2030 de uma redução de 50% do WACI ajustado à inflação.

Em 2024, as emissões absolutas da carteira de Âmbito 3 (em tCO_2e) excluindo soberanos foi de 26.046.373 e as emissões absolutas da carteira de Âmbito 3 (em tCO_2e) para soberanos foi de 23.655.494.

As emissões absolutas financiadas fornecidas são calculadas para as participações da DWS nas classes de ativos de ações, obrigações de empresas (incluindo obrigações de utilização de receitas), dívida soberana e imobiliário direto. As emissões financiadas por participações em dívida sub-soberana, participações em fundos de fundos, investimentos em dívida imobiliária e investimentos em ações e dívida de infraestruturas ilíquidas não estão incluídas neste cálculo.

Os dados relativos às emissões de participações em investimentos líquidos, ou seja, ações e obrigações soberanas e de empresas, são obtidos junto de fornecedores de dados terceiros. Incluem as emissões de CO_2, bem como vários outros gases com efeito de estufa convertidos para o seu equivalente em CO_2 utilizando o seu potencial de aquecimento global a 100 anos. Para a maior parte dos AuM da DWS, os dados sobre emissões fornecidos pelos fornecedores de dados baseiam-se nos números comunicados pelo emitente, enquanto o resto é estimado pelo fornecedor de dados de acordo com a sua metodologia.

As emissões repartidas da DWS são calculadas utilizando um fator de atribuição determinado pelo rácio entre as suas participações em circulação (numerador) e o valor da empresa incluindo caixa para os emitentes empresariais ou o PIB para os emitentes soberanos (denominador).

As emissões de Âmbito 1 e 2 das empresas holding da DWS estão incluídas, enquanto as emissões de Âmbito 3 não estão. Relativamente à dívida soberana, as emissões de Âmbito 1 comunicadas incluem a utilização do solo, a alteração da utilização do solo e a silvicultura.

As emissões financiadas para as participações imobiliárias diretas da DWS são calculadas de acordo com o Global Real Estate Sustainability Benchmark, que está alinhado com a Partnership for Carbon Accounting Financials, e o Carbon Risk Real Estate Monitor. A DWS comunica as emissões financiadas de todo o seu património imobiliário, incluindo o imobiliário residencial e não apenas o comercial. No entanto, as emissões das carteiras de dívida imobiliária não estão incluídas nos seus relatórios.

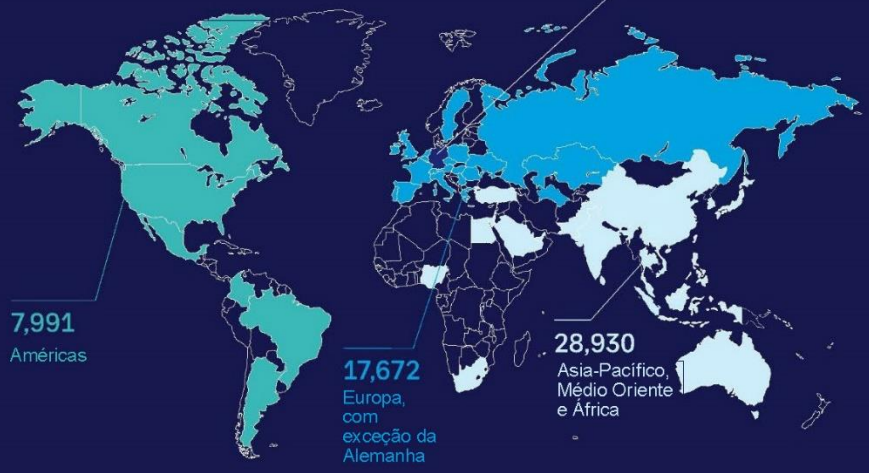
Social

O Deutsche Bank atribui uma importância estratégica aos aspetos sociais. Isto inclui a dimensão social do financiamento sustentável e os volumes de investimentos SAG, o cumprimento dos direitos humanos, a promoção de uma força de trabalho diversificada e qualificada, condições de trabalho apelativas e uma forte ênfase na centralidade no cliente e no respeito pelos direitos humanos.

A rede mundial

ETI por região

Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos



89,753
Total FTE

7,911
Colaboradores a tempo parcial (em FTE)

56
Países representados

160
Nacionalidades

16,032
Corporate Bank

7.998
Investment Bank

24,879
Private Bank

4,575
Asset Management

36,269
Infraestrutura

Facts and figures 2024

526
participantes em programas de aceleração de talentos entre divisões

1.76m
total de horas de formação

33%
mulheres em cargos corporativos (Diretor-geral, Diretor, Vice-Presidente)

67
Net Promoter Score Private Bank Alemanha (após interação)

38.8%
disparidade salarial global não ajustada entre homens e mulheres (afetada pelo modelo de negócio e pela geografia)

69.89%
índice de pulso cultural (pontuação média de favorabilidade)

67%
pontuação de compromisso de acordo com o Inquérito aos Colaboradores

53
Net Promoter Score Asset Management (170 clientes de topo)

Informações sociais

Força de trabalho própria

A força de trabalho própria do Deutsche Bank é fundamental para a concretização da estratégia empresarial do banco, uma vez que o seu modelo de negócio assenta em grande medida na sua força de trabalho empenhada e capaz, e nas respetivas ideias, competências, empenho e bem-estar. A excelência e a dedicação dos colaboradores do banco são fundamentais para oferecer aconselhamento especializado aos clientes do Deutsche Bank, criando soluções inovadoras adaptadas às suas necessidades e fornecendo produtos de elevada qualidade para garantir a sua segurança financeira e sucesso duradouro. O ritmo acelerado da mudança impulsionado pela tecnologia, globalização, crescimento sustentável e exigências dos clientes coloca a gestão profissional da força de trabalho, as capacidades organizacionais, a oferta de condições de trabalho atrativas e a igualdade de acesso às oportunidades no centro das atenções, tal como descrito no capítulo seguinte. No presente capítulo, o termo "força de trabalho própria", na aceção da ESRS S1, abrange tanto os colaboradores como os chamados "não colaboradores", tal como definidos no subcapítulo "Caraterísticas dos não colaboradores da força de trabalho própria do Deutsche Bank".

Governação

ESRS 2 GOV-2

O Diretor Global de Recursos Humanos do Grupo Deutsche Bank é responsável por todas as questões de Recursos Humanos (RH) do Deutsche Bank. O titular do cargo supervisiona a área de RH do Grupo, composta por equipas centrais de produtos de RH, equipas regionais de RH e equipas divisionais de RH com linhas de reporte sólidas. O Diretor Global de Recursos Humanos representa as questões de RH nos comités relevantes do banco. O titular do cargo define e coordena a estratégia de RH do Grupo e as respetivas prioridades, assegurando simultaneamente o seu alinhamento e apoio à estratégia do Grupo Deutsche Bank e o cumprimento da regulamentação e legislação relevantes em todos os mercados em que opera, incluindo a legislação antidiscriminação.

O Diretor Global de RH responde perante o membro do Conselho de Administração que desempenha as funções de Diretor de Operações, com o qual se reúne regularmente para discutir questões importantes relacionadas com os RH. O Diretor Global de RH é aconselhado e apoiado pela Equipa de Liderança Global de RH, que é constituída pelo próprio Diretor Global de RH do banco e pelos diretores de RH das divisões, dos produtos e das regiões. Em 2024, a Equipa Global de Liderança de RH foi realinhada com as prioridades estratégicas de RH através da reformulação das responsabilidades existentes e de uma maior ênfase em áreas importantes, como a Sustentabilidade, a Cultura, a Aquisição de Talentos e a Estratégia de RH, bem como através de várias novas nomeações para a Equipa Global de Liderança de RH.

O Painel de Controlos de RH mensal do banco monitoriza os riscos associados às práticas de emprego, bem como o desempenho operacional dos RH na gestão desses riscos, em conformidade com o quadro de gestão dos riscos não financeiros do banco, e fornece uma visão geral dos indicadores de controlo relevantes relativos ao ciclo de vida dos colaboradores. Os resultados são apresentados ao Diretor Global de RH do banco e à Equipa Global de Liderança de RH. Com o apoio do parecer da Equipa Global de Liderança de RH, o Diretor Global de RH decide se uma questão deve ser comunicada ao membro do Conselho de Administração responsável pelos RH e/ou, por sua vez, ao Conselho de Administração e quais as medidas corretivas a aplicar.

Estratégia

ESRS 2 SBM-1, ESRS 2 SBM-2, ESRS 2 SBM-3, ESRS S1-1

A estratégia de recursos humanos do banco deriva da estratégia empresarial do Deutsche Bank e da ambição do Global Hausbank e está alinhada com o objetivo do Deutsche Bank. A estratégia do banco em matéria de recursos humanos reflete os desenvolvimentos do mercado e as tendências da sociedade e evolui em consulta com várias partes interessadas internas e externas, tais como entidades reguladoras, associações comerciais ou patronais. Considera os interesses e pontos de vista da força de trabalho própria com base na avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades relacionados com a força de trabalho própria, decorrentes do modelo empresarial do Deutsche Bank centrado nas pessoas. Os impactos, riscos e oportunidades relacionados com a força de trabalho própria que são considerados materiais são o fornecimento de condições de trabalho justas e atrativas e um ambiente de trabalho inclusivo que promova o tratamento equitativo e as oportunidades para todos. A avaliação dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a força de trabalho do banco é revista anualmente, em estreita colaboração com as partes interessadas, para garantir que as potenciais alterações se refletem corretamente na estratégia.

Tendo em conta as informações fornecidas pelas partes interessadas, a função de RH conduz a gestão do capital humano, define uma estratégia global em matéria de recursos humanos e define uma estratégia funcional de RH, que ajuda o banco a garantir as suas competências essenciais a longo prazo e a atrair e reter os colaboradores de que necessita. Só com colaboradores altamente empenhados, com as competências e capacidades certas e diversificadas, no lugar certo e no momento certo, é que o banco poderá cumprir o seu propósito e os seus objetivos estratégicos.

A estratégia para as pessoas está intimamente ligada ao objetivo do banco e à sua cultura aspiracional, como uma estrela norteadora para capacitar os colaboradores com forte ênfase nos comportamentos e na colaboração. A estratégia centra-se na excelência dos colaboradores, bem como na liderança, e coloca a tónica numa maior responsabilização individual no âmbito de uma estrutura de governação racionalizada para aumentar a eficácia. O seu objetivo é garantir uma mão de obra competente em matéria de tecnologia e de dados e com um elevado desempenho. A estratégia do banco em matéria de recursos humanos tem por objetivo promover a transformação contínua e sustentável da força de trabalho, acompanhando a evolução das exigências do negócio e os impactos sociais.

A estratégia de recursos humanos é operacionalizada numa estratégia funcional de RH, que constitui o plano diretor da organização de RH. Com competências profissionais, conhecimentos, experiência, criatividade e empenhamento, a função de RH tem por objetivo prestar aconselhamento profissional e excelentes produtos e serviços de RH às divisões empresariais e às funções de infraestruturas. Tendo em conta o ambiente económico e regulamentar em que o banco opera, os RH pretendem antecipar os desenvolvimentos futuros e desenvolver conceitos inovadores de RH. A função de RH reconhece e enfatiza a liderança como chave para o crescimento e transformação dos colaboradores e promove um diálogo construtivo entre os líderes e os seus colaboradores. A estratégia funcional de RH apoia a ambição do banco de se tornar e continuar a ser o empregador de eleição para os atuais e futuros colaboradores. Como o banco acredita que o talento se encontra em todo o lado e em grande variedade, está empenhado em atrair talentos diversificados e em garantir um ambiente de trabalho livre de discriminação com base na raça, cor, género, nacionalidade, etnia, idade, religião, deficiência, estado civil, gravidez, orientação sexual, identidade e expressão de género, cidadania ou qualquer outra caraterística protegida por lei.

Tanto a estratégia para as pessoas como a estratégia funcional de RH são revistas, pelo menos anualmente, pela função de RH em estreita cooperação com a equipa global de liderança de RH e são aperfeiçoadas se for identificada qualquer necessidade de revisão ou ação. Para implementar a sua estratégia para as pessoas, o Deutsche Bank utiliza políticas e procedimentos alinhados com as leis e regulamentos de todos os mercados em que opera, incluindo leis antidiscriminação, e implementa as medidas descritas neste capítulo.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

Os impactos materiais, os riscos e as oportunidades para os colaboradores do banco estão relacionados com as condições de trabalho e com a diversidade, a equidade e a inclusão, e são descritos na secção seguinte e, de forma mais pormenorizada, incluindo medidas, indicadores e objetivos, nos respetivos subcapítulos. O Deutsche Bank, através da sua função de RH, gere os seus impactos materiais, riscos e oportunidades relacionados com a sua força de trabalho própria através de políticas e procedimentos, bem como através da definição e execução de medidas-chave e da definição e monitorização de métricas, incluindo as materiais da ESRS S1, bem como as específicas da entidade. Com todas estas medidas, o banco pretende gerir a sua força de trabalho e alcançar as condições de trabalho pretendidas, bem como assegurar um tratamento e oportunidades equitativos, tal como descrito em todos os subcapítulos seguintes do capítulo "Força de trabalho própria". Pelo menos uma vez por ano, a função de RH analisa os impactos, riscos e oportunidades relacionados com a força de trabalho do banco para identificar qualquer necessidade de revisão da estratégia e da forma como gere a sua própria força de trabalho e atua em conformidade.

ESRS 2 SBM-3, ESRS S1-3, ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-A

O Deutsche Bank conta com uma força de trabalho motivada, com competências excelentes e diversificadas, com os seus colaboradores a pensar na perspetiva do cliente e a refletir as comunidades em que o banco opera. Por conseguinte, é fundamental para o banco proporcionar oportunidades iguais e justas e garantir um tratamento equitativo da sua força de trabalho e gerir os seus impactos, riscos e oportunidades materiais conexos. O banco pode ter um impacto positivo no empenho e na retenção dos seus colaboradores, bem como no público, proporcionando e promovendo um ambiente de trabalho inclusivo, com uma remuneração justa, incluindo benefícios não financeiros, ofertas de formação atrativas e acessíveis a todos os géneros, e sem tolerância para com a discriminação ou o assédio. O Deutsche Bank comprometeu-se publicamente a trabalhar no sentido da igualdade entre homens e mulheres e a aumentar a representação de talentos diversificados também nos seus cargos de chefia, em parte para refletir a legislação alemã. Caso contrário, tal poderia ter um impacto negativo.

O Deutsche Bank estabeleceu objetivos específicos para impulsionar a mudança de comportamento, empreendeu várias medidas e recebeu reconhecimento público pelos seus esforços. O facto de ser visto como um empregador inclusivo representa uma oportunidade para o banco atrair talentos diversificados do mercado para construir uma reserva de talentos robusta baseada no mérito, reforçando assim a excelência e a diversidade de competências entre os seus colaboradores, necessárias para a execução bem sucedida do seu modelo de negócio e para gerar retornos financeiros.

A existência de um ambiente de trabalho inclusivo, sem tolerância para com qualquer forma de comportamento discriminatório, constitui uma oportunidade, uma vez que cria um melhor ambiente de trabalho que contribui para atrair e reter talentos. O investimento em iniciativas dos colaboradores oferece ao Deutsche Bank a oportunidade de criar um nexo entre o Bem Social e o Bem para o Negócio. Se o banco não conseguisse garantir a igualdade de tratamento e de oportunidades e evitar práticas discriminatórias para os seus colaboradores, isso representaria um risco, que se poderia manifestar no não cumprimento dos objetivos de diversidade do banco, incluindo a representação de talentos diversos em cargos de gestão de topo, bem como em custos de litígio ou danos à reputação do banco. Além disso, a falta de um ambiente de trabalho inclusivo e atrativo e de oportunidades iguais para todos os colaboradores pode levar a um risco de diminuição do compromisso dos colaboradores e a um desempenho financeiro insuficiente. Para mitigar este risco e o risco decorrente das alterações demográficas de preenchimento de postos de trabalho quando os colaboradores se reformam, o banco implementou processos e medidas robustos para salvaguardar a sua própria força de trabalho contra qualquer forma de discriminação, assédio ou retaliação no local de trabalho e realiza várias ações para promover um ambiente de trabalho inclusivo. As respetivas ações e objetivos, bem como os principais indicadores, são descritos no subcapítulo "Diversidade, equidade e inclusão" do presente capítulo "Força de trabalho própria".

Condições de trabalho justas e atrativas são fundamentais para ter colaboradores empenhados que se sintam apoiados e valorizados, para que possam dar o seu melhor e prosperar nas suas carreiras. O Deutsche Bank promove impactos positivos nos seus colaboradores, assegurando a liberdade de associação dos seus funcionários, mantendo um diálogo construtivo com os sindicatos, incluindo a celebração de acordos de negociação coletiva, e permitindo ativamente a representação dos colaboradores através de comissões de trabalhadores. A falta de garantia da liberdade de associação dos seus colaboradores ou do reconhecimento do direito à negociação coletiva conduziria a impactos negativos não só para os colaboradores do banco, mas também para a sua reputação. Ao oferecer aos seus colaboradores oportunidades de formação e desenvolvimento eficazes e atrativas, baseadas no feedback regular sobre o desempenho e em conformidade com a evolução das exigências em matéria de competências, o banco promove a excelência dos seus colaboradores. Isto representa oportunidades para aumentar o empenho, a produtividade, a realização do potencial comercial e a melhoria dos serviços prestados aos seus clientes. Os potenciais impactos negativos no bem-estar dos colaboradores podem resultar da falta de tempo de trabalho adequado, bem como de um equilíbrio insuficiente entre a vida profissional e a vida privada. Para atenuar esses potenciais impactos negativos, o banco promove o bem-estar dos colaboradores através de uma estratégia clara de bem-estar e de uma vasta carteira de benefícios, e está a dar-lhes a possibilidade de alcançarem um equilíbrio adequado entre a vida profissional e a vida familiar com um horário de trabalho apropriado, também através de acordos de trabalho flexíveis e da oportunidade de licenças relacionadas com a família. As respetivas ações e os objetivos relacionados, bem como os principais indicadores, são descritos no subcapítulo "Condições de trabalho" do presente capítulo "Força de trabalho própria".

A função de RH é responsável pela definição e execução de medidas para alcançar as condições de trabalho pretendidas e garantir oportunidades iguais e justas para os seus colaboradores. Pelo menos uma vez por ano, a função de RH avalia os impactos, riscos e oportunidades (IRO) relacionados com a sua própria força de trabalho, a fim de identificar qualquer necessidade potencial de revisão e ação e de garantir que as eventuais alterações da avaliação de IRO relacionada com a força de trabalho se refletem corretamente na estratégia e vice-versa.

As divulgações deste capítulo "Força de trabalho própria" abrangem todos os tipos e grupos de colaboradores, incluindo geralmente os representantes dos trabalhadores, bem como os não colaboradores, quando aplicável. Os processos e fontes de identificação de riscos potenciais, incluindo riscos de danos, impactos e oportunidades, bem como as medidas necessárias em resposta a impactos negativos reais ou potenciais em relação aos trabalhadores do banco, são descritos nos seguintes subcapítulos "Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em relação aos impactos" e "Processos de correção de impactos negativos e canais para os trabalhadores manifestarem as suas preocupações". Estes processos, bem como outras fontes de dados, tais como dados sobre os efetivos a nível mundial ou nacional, permitem ao banco identificar potenciais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a sua força de trabalho própria, incluindo grupos específicos de pessoas, por exemplo, com características particulares ou que trabalhem num determinado contexto ou em atividades específicas.

ESRS S1-1, ESRS 2 MDR-P

As políticas e procedimentos do banco servem de meio para o Deutsche Bank implementar a sua estratégia para as pessoas e gerir os seus impactos materiais, riscos e oportunidades relacionados com a sua força de trabalho própria. As políticas e os procedimentos estão alinhados com as leis e os regulamentos de todos os mercados em que o banco opera e são definidos e revistos em consulta com os principais intervenientes nas políticas, em conformidade com a Política do Grupo do banco relativa aos Requisitos para as Políticas, Procedimentos, Principais Documentos Operacionais e Quadros, que é aprovada pelo Conselho Geral do Grupo. No caso de uma revisão material da política, devem ser consultados os Responsáveis Globais da Carteira, bem como os respetivos especialistas na matéria de todas as unidades afetadas do banco. As políticas relacionadas com as pessoas são desenvolvidas pela respetiva função de RH, em consulta com os principais intervenientes (dependendo do âmbito da política, isso pode envolver funções como Desempenho e Recompensas, Relações Laborais, Risco e Controlo de RH) e estão alinhadas com as leis laborais aplicáveis nas diferentes jurisdições em que o banco opera, incluindo leis antidiscriminação. Além disso, os representantes dos trabalhadores, enquanto principais interessados, são envolvidos no âmbito dos seus direitos de participação, por exemplo, a lei alemã relativa à constituição de empresas (Betriebsverfassungsgesetz), e podem ser celebrados acordos de trabalho (Betriebsvereinbarungen), se aplicável. As políticas globais de RH são aprovadas pelo Diretor Global de RH e revistas pelo menos uma vez por ano. As políticas estão disponíveis para os colaboradores e não colaboradores do banco no Portal de Políticas interno do banco, que está ligado à página inicial da intranet do banco. Quando uma política ou procedimento é publicado ou atualizado, é publicado um artigo na intranet, destacando as principais alterações, as

consequências e o ponto de contacto para questões. Além disso, a existência de diretrizes claras promove um ambiente de trabalho seguro para os colaboradores do banco, fornecendo orientações claras, por exemplo, sob a forma de documentos operacionais fundamentais, como as Instruções para o Tratamento Seguro de Dados – RH e Conflitos de Interesses – RH.

ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-A

O Deutsche Bank empreende uma grande variedade de ações para promover impactos positivos e oportunidades e mitigar potenciais impactos negativos e riscos. As ações do banco são frequentemente atividades ou programas globais que se aplicam a todos os colaboradores em todas as regiões do banco, como ofertas globais de aprendizagem ou programas de liderança, mas também existem ações que são específicas de uma região ou divisão, por exemplo, programas de aprendizagem ou oferta de cuidados infantis nos principais centros globais do banco, bem como ações que são específicas de determinados grupos de colaboradores, como programas de talento para colaboradores do sexo feminino ou negros. A implementação destas ações contribui para a consecução da estratégia e dos objetivos do banco em matéria de recursos humanos, promove condições de trabalho atrativas e justas e proporciona e assegura um tratamento e oportunidades equitativos. As ações levadas a cabo pelo banco têm vários horizontes temporais, desde as ações de longo prazo, como as associadas ao programa 35 por 25, à evolução do quadro de remuneração e desempenho ou à criação de novas formações, às ações pontuais e ocasionais, como o ciclo de sessões "Ask me anything". Para o planeamento e a implementação das ações do banco, os recursos necessários, tais como o tempo de trabalho dos colaboradores e/ou o orçamento financeiro, são atribuídos às ações. As ações do banco são descritas nos subcapítulos seguintes sobre "Gestão da força de trabalho", "Condições de trabalho" e "Diversidade, equidade e inclusão". O progresso destas ações e planos de ação, incluindo os iniciados em períodos anteriores, é monitorizado pelo banco através de vários meios qualitativos e quantitativos, incluindo os indicadores referidos nos subcapítulos seguintes e os resultados do inquérito anual aos colaboradores.

Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em relação aos impactos

ESRS S1-2, ESRS S1-1

Envolvimento com a força de trabalho própria

O banco está empenhado em refletir de forma abrangente os pontos de vista dos seus colaboradores nas decisões que possam ter impacto na sua força de trabalho própria e disponibiliza vários canais para interagir diretamente com a sua força de trabalho própria, a fim de obter informações sobre a respetiva perceção, potenciais preocupações e impactos positivos ou negativos que a possam afetar.

O principal meio de recolha de informações é o Inquérito aos Colaboradores do banco, voluntário e confidencial, que é facilitado para compreender as perspetivas dos colaboradores sobre o que o banco está a fazer bem e onde os colaboradores consideram que é necessário melhorar. O Deutsche Bank pretende obter uma visão diferenciada das várias áreas e grupos de colaboradores do banco e identificar grupos entre os seus colaboradores que possam ter uma exposição particular a impactos negativos. Assim, os resultados do inquérito apresentam cortes regionais e divisionais e segmentação de resultados por outros critérios, com base na opção voluntária e confidencial de responder a questões demográficas sobre temas como idade, género e antiguidade, bem como, em certas geografias, sobre etnia e orientação sexual. Ao observar a taxa de participação no inquérito, o banco avalia também a eficácia deste canal. Em 2024, o inquérito registou a taxa de participação mais elevada desde 2011, com 65% (2023: 64%) dos colaboradores convidados a participarem, o que, com base no feedback do fornecedor, está em linha com os pares do banco.

O Inquérito aos Colaboradores mede os progressos em termos de compromisso dos colaboradores (incluindo a intenção de permanecer no banco, orgulho, motivação, defesa da organização como empregador) e capacitação (nível de desafio e interesse no trabalho, medida em que os colaboradores podem ser produtivos), pedindo a todos os colaboradores que forneçam feedback sobre uma ampla gama de temas em torno das condições de trabalho do banco, tais como comunicação, digitalização, diversidade, equidade e inclusão, ética e manifestação de preocupações, e recursos. Os colaboradores são também questionados sobre o objetivo e o prazer no trabalho e sobre o grau em que se sentem apoiados pelo banco na obtenção de um equilíbrio razoável entre a vida profissional e a vida pessoal. O Inquérito aos Colaboradores também fornece informações sobre o conforto dos colaboradores para exprimirem livremente as suas opiniões e o que os ajuda ou impede de se exprimirem. Os colaboradores podem também utilizar os campos de texto livre incluídos no inquérito para partilhar propostas de melhoria ou observações e, assim, utilizar o inquérito para dar feedback sobre os aspetos positivos e negativos da sua experiência de trabalho no banco. Em 2024, o Deutsche Bank introduziu um novo parceiro académico para apoiar as ambições do banco de melhorar ainda mais as informações através de análises avançadas para obter informações mais detalhadas e acionáveis para melhorar a experiência dos colaboradores.

Uma equipa de RH dedicada prepara, revê continuamente, desenvolve e executa o inquérito sob a orientação do Diretor Global de RH e com a aprovação do Conselho de Administração. Para proteger a confidencialidade dos colaboradores e facilitar o feedback aberto, os resultados só são reportados a um nível agregado. Os resultados do inquérito são comunicados ao Conselho de Administração e ao Comité de Gestão do Grupo, a fim de informar a tomada de decisões e as ações associadas. Os resultados do inquérito são também partilhados com as respetivas divisões empresariais e funções de infraestruturas, que devem planear ações de melhoria, se necessário, tal como explicado no capítulo "Cultura, integridade e conduta". A equipa de RH assegura que os resultados são tidos em conta na revisão e aperfeiçoamento contínuos da estratégia do banco em matéria de recursos humanos.

Os resultados do Inquérito aos Colaboradores mostram que as conversas de feedback (uma vez por mês ou mais frequentemente) fazem uma diferença positiva na motivação dos colaboradores e na produtividade percecionada. Como resultado, para além do Inquérito aos

Colaboradores, os RH gerem um inquérito Avaliação da Cultura três vezes por ano para ajudar o banco a compreender a frequência e a qualidade do feedback positivo e negativo, das reuniões de equipa, da valorização e do nível em que os colaboradores encontram comportamentos produtivos no seu ambiente de trabalho. Os resultados deste inquérito fornecem um Índice de Avaliação da Cultura que é incluído no relatório de pontuação equilibrada. Os principais resultados dos inquéritos aos colaboradores são partilhados com as comissões de trabalhadores e os colaboradores.

Para além dos inquéritos, está disponível para todos os colaboradores e não colaboradores do banco um canal de comunicação muito direto através da intranet global. Em geral, é possível gostar de todos os artigos publicados através de um botão e comentá-los através de um campo de texto livre, sendo os comentários visíveis para todos. Ao monitorizar as estatísticas de visualizações e interações com os artigos, por exemplo, através de comentários ou avaliações de um artigo, o banco avalia o alcance e a eficácia deste canal. Além disso, os colaboradores podem colocar as suas questões nas reuniões gerais regulares regionais e divisionais. Em 2024, realizou-se uma série de sessões "Ask me anything", em que o Diretor-Geral e os membros do Conselho de Administração responderam às perguntas dos colaboradores, que podiam ser pré-apresentadas ou colocadas anonimamente através de uma funcionalidade de perguntas e respostas na sessão ao vivo.

Envolvimento com os representantes dos trabalhadores

Para além deste envolvimento direto com a força de trabalho, outro processo importante para conhecer a perspetiva dos colaboradores é o diálogo contínuo do banco com os órgãos representativos dos trabalhadores, com os quais o banco mantém um intercâmbio aberto e construtivo. A nível mundial, o banco coopera com os representantes dos colaboradores e as suas comissões com base na legislação de cada país. Na Alemanha, por exemplo, onde está sediada a maioria dos colaboradores do Banco (42%), a Lei das Comissões de Trabalhadores (Betriebsverfassungsgesetz, BetrVG) regula a participação das comissões de trabalhadores, estipulando os seus direitos e deveres e prescrevendo os casos e a forma em que os empregadores são obrigados a envolver uma comissão de trabalhadores. As comissões de trabalhadores, cujos membros são eleitos de quatro em quatro anos, representam os interesses dos colaboradores através de discussões e negociações com o Deutsche Bank. Os colaboradores executivos do banco dispõem de um comité representativo próprio, igualmente regido pelo direito alemão (Sprecherausschussgesetz). Os debates com estes organismos representativos realizam-se sempre que necessário para a aplicação de determinadas medidas. Para além disso, o banco está em constante contacto com os representantes dos trabalhadores para manter um diálogo interno e reunir uma ideia das opiniões dos colaboradores e da perspetiva dos seus representantes relativamente a potenciais impactos negativos sobre os colaboradores do banco. Na Alemanha, o banco celebrou ou atualizou vários acordos coletivos de trabalho em 2024, por exemplo, sobre o Quadro de Desempenho e Remuneração aperfeiçoado ou aplicações de Inteligência Artificial, bem como acordos de trabalho gerais ou locais, por exemplo, no que diz respeito a acordos de trabalho híbrido.

Os colaboradores do Deutsche Bank estão também representados a nível europeu. Com base no acordo sobre informação e consulta transfronteiriça dos colaboradores do Deutsche Bank na UE, celebrado em 10 de setembro de 1996, a Comissões de Trabalhadores Europeia representa os colaboradores que trabalham em todos os países da UE.

Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações

ESRS S1-1, ESRS S1-3, ESRS G1-1, ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank estabeleceu um quadro de denúncia de irregularidades que está disponível para os seus próprios trabalhadores, para que estes possam comunicar as suas preocupações. O objetivo é garantir que todas as preocupações ou impactos negativos percecionados na força de trabalho do banco são comunicados e que podem ser tomadas medidas, se necessário. O enquadramento é regido pela Política Global de Comunicação de Preocupações (incluindo a denúncia de irregularidades), que é aprovada pelo Diretor de Conformidade do Grupo. A política estabelece a abordagem do banco para a apresentação de preocupações e aplica-se a todos os colaboradores e não colaboradores, tal como descrito no capítulo "Cultura, integridade e conduta". O Deutsche Bank proíbe qualquer forma de retaliação contra qualquer pessoa pelo facto de ter manifestado preocupações a nível interno ou externo, ter ajudado a manifestar uma preocupação ou ter cooperado numa investigação sobre uma preocupação.

No caso de serem apresentadas queixas, as funções relevantes responsáveis pela resolução das preocupações são envolvidas e tratam-nas e atuam em conformidade, incluindo o acompanhamento da eficácia das suas ações. As queixas ou reclamações apresentadas relativamente a quaisquer impactos negativos sobre os trabalhadores do banco ou relativas a condutas incorretas dos seus trabalhadores, incluindo preocupações relacionadas com os direitos humanos, são investigadas por uma das funções de investigação relevantes do banco, dependendo da natureza da alegação. Se forem levantadas quaisquer preocupações relacionadas com os direitos humanos, o Diretor de Direitos Humanos do Deutsche Bank deve ser informado. As preocupações justificadas e credíveis desencadeiam um processo de investigação que inclui etapas de investigação, pesquisa e consulta sobre a alegada preocupação. Em função dos resultados dessa diligência, são acordadas e aplicadas medidas adequadas para remediar os impactos existentes. Em todos os casos em que exista um potencial caso disciplinar ao qual responder, o assunto deve ser encaminhado para os RH e é tratado de acordo com a Política Global de Desempenho, Consequências e Recompensas a nível do Grupo e tratado de acordo com as leis locais, sendo as medidas tomadas, quando apropriado, pela equipa de RH dedicada às relações com os colaboradores. Isto independentemente dos canais através dos quais estas preocupações são comunicadas, por exemplo, os canais de denúncia, a função de RH, os gestores ou qualquer outro canal. As ações de acompanhamento podem incluir, entre outras, alterações de políticas, melhorias de processos e controlos, análises das lições aprendidas ou medidas disciplinares, dependendo da gravidade e das circunstâncias, tal como descrito no subcapítulo

"Incidentes e reclamações" do capítulo "Força de trabalho própria". O banco esforça-se por tomar decisões disciplinares de forma coerente e transparente. A Equipa Global de Liderança de RH, bem como a equipa de governação de Cultura, Integridade e Conduta, recebem relatórios regulares sobre as tendências e os temas de preocupação, bem como sobre quaisquer medidas tomadas em consequência, por exemplo, medidas disciplinares.

Para avaliar a eficácia e a confiança dos colaboradores nos canais de comunicação do banco, o Inquérito Anual aos Colaboradores pede-lhes um feedback voluntário e confidencial para avaliar o conhecimento dos colaboradores sobre os canais de comunicação e a confiança de que uma potencial preocupação seria tratada de forma eficaz e confidencial pelo banco. No próprio inquérito, os colaboradores são direcionados através de uma ligação para a página Comunicar uma preocupação, caso tenham uma preocupação que queiram colocar. Os resultados do inquérito de 2024 mostraram que os colaboradores continuam a usufruir de um ambiente que está à altura dos padrões do banco e que a grande maioria se sente capaz de se expressar. Os resultados também demonstraram que, embora o número de colaboradores que manifestam preocupações seja baixo, a grande maioria saberia como manifestar uma preocupação se a tivesse.

Para além do Inquérito aos Colaboradores e do Inquérito de Avaliação da Cultura, o banco realiza um Inquérito de Saída, voluntário e confidencial, a colaboradores que abandonaram voluntariamente a instituição, com o objetivo principal de compreender os motivos da sua saída, a sua experiência de trabalho no banco e identificar a potencial exposição a impactos negativos para grupos potencialmente vulneráveis entre os colaboradores do banco. Para avaliar a confiança e a eficácia dos canais, pergunta-se aos inquiridos no Inquérito de Saída se tiveram alguma preocupação que poderiam ter manifestado nos últimos doze meses, se a manifestaram ou não e, em caso negativo, qual a razão para não a manifestarem. Os inquiridos têm a opção de deixar os dados de contacto para acompanhamento confidencial por um membro da Função Central de Denúncias Independente do banco. A Função Central de Denúncias realiza inquéritos voluntários e confidenciais a novos colaboradores e inquéritos de denúncia 30 e 90 dias após a entrada no banco, respetivamente. O conteúdo destes inquéritos é o mesmo, mas são enviados em intervalos de tempo diferentes para identificar proativamente potenciais áreas de preocupação, incluindo as que afetam grupos potencialmente vulneráveis. Tal como o Inquérito de Saída, ambos os inquéritos incluem perguntas relacionadas com a cultura de denúncia, a sensibilização e a manifestação de preocupações.

Cultura de feedback dos colaboradores

ESRS S1-4, ESRS S1-5, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T

O Deutsche Bank preocupa-se em contratar as pessoas certas, em desenvolvê-las e em garantir que possuem as competências relevantes. Por sua vez, os colaboradores do banco precisam de ser ouvidos, incluídos, reconhecidos, acarinhados e de ter uma liderança positiva para promover um ambiente de trabalho produtivo, no qual as relações fortes, a comunicação aberta e a aprendizagem com o feedback desempenham um papel essencial.

Tal como referido no subcapítulo "Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em relação aos impactos" do capítulo "Força de trabalho própria", o banco utiliza inquéritos confidenciais aos colaboradores e outros canais para recolher as diferentes perspetivas dos seus próprios colaboradores, a fim de compreender o que o banco está a fazer bem e onde precisa de fazer melhorias.

Um elemento-chave da cultura de feedback dos colaboradores é o Inquérito Anual aos Colaboradores, que mede o progresso no empenho e capacitação dos colaboradores, pedindo-lhes que deem o seu feedback sobre uma vasta gama de tópicos relacionados com as condições de trabalho do banco. O compromisso dos colaboradores engloba a intenção de permanecer no banco, o orgulho e a motivação, bem como a defesa da organização enquanto empregador. A percentagem de compromisso diminuiu de 70% em 2023 para 67% (excluindo a Federação Russa). A pontuação de capacitação desceu de 71% em 2023 para 70%. A tendência descendente das pontuações é influenciada pelas atividades de transformação em curso no banco. Embora o orgulho de trabalhar na organização se tenha mantido estável, outras questões que contribuem para o compromisso, como a intenção de ficar e a defesa do Deutsche Bank como empregador, diminuíram. Simultaneamente, a motivação intrínseca dos colaboradores do banco, a sua vontade de ir mais além, mantém-se a um nível muito elevado, indicativo de uma organização de elevado desempenho. Os resultados do Inquérito aos Colaboradores são partilhados com o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, que identificam as principais áreas de ação, e os resultados são utilizados para informar os planos de cultura divisionais obrigatórios no âmbito da iniciativa "Cultura, Integridade e Conduta" do banco. Em 2024, o Conselho de Administração identificou quatro áreas de incidência principais para o banco abordar com iniciativas específicas: Estratégia e Transformação (por exemplo, melhorias de processos e comunicação), Liderança (por exemplo, currículos de gestão), Desenvolvimento Sustentável da Carreira (por exemplo, crescimento individual) e Desempenho e Feedback (por exemplo, cultura de desempenho sustentável).

Além disso, o banco realiza um inquérito de Avaliação da Cultura três vezes por ano para manter uma compreensão contínua de aspetos importantes das perceções dos colaboradores sobre o local de trabalho. Em 2024, o feedback e os comportamentos produtivos no ambiente de trabalho foram tidos em conta. O inquérito ajuda o banco a compreender a frequência e a qualidade do feedback dos gestores aos colaboradores, as reuniões de equipa e o nível a que os colaboradores encontram comportamentos produtivos no seu ambiente de trabalho. Os resultados do Inquérito aos Colaboradores de 2023 identificaram novas áreas de incidência. Nesta base, foram introduzidas em 2024 duas novas perguntas sobre a melhoria contínua e o reconhecimento positivo. Os resultados fornecem um Indicador-Chave de Desempenho da Dinâmica Cultural para o qual o objetivo a nível do Grupo para 2024 era de 70%, tal como acordado pelo Conselho de Administração, com um resultado no final do ano de 69,89%.

Objetivo para 2024 e desenvolvimento do indicador-chave de desempenho "Dinâmica Cultura" do banco

	2024		2023
	Objetivo[1]	Resultado[2]	Resultado
Índice de Avaliação da Cultura (em %)	70,00	69,89	73,84

[1] Reflete o objetivo de perguntas atualizados do inquérito definidas para 2024
[2] Excluindo a Federação Russa

O Índice de Avaliação da Cultura do Grupo Deutsche Bank exigia uma melhoria anual estatisticamente significativa em relação ao valor de referência estabelecido no final de 2023. O novo conjunto de perguntas, centrado em áreas conhecidas de melhoria, resultou num valor de referência mais baixo e num objetivo do Grupo recalibrado para 2024. Este objetivo do Índice de Avaliação da Cultura reflete o resultado que o banco pretende alcançar com as suas condições de trabalho e as respetivas políticas, como a Política de Desempenho, Consequências e Recompensa e as ações do banco, descritas no subcapítulo "Condições de trabalho" do capítulo "Força de trabalho própria". A expetativa é que os resultados sejam utilizados pelas equipas de gestão para definir o tom, desde o topo, dos comportamentos-chave e incentivar os seus gestores a refletirem sobre os seus próprios comportamentos. Os resultados no final de 2024 indicaram a necessidade de foco no reconhecimento positivo e no incentivo a ideias de melhoria contínua.

Outros instrumentos que contribuem para a cultura de feedback incluem o Inquérito de Saída do banco, destinado a pessoas que abandonaram voluntariamente o banco, e o Inquérito a Novos Colaboradores, bem como canais muito diretos de feedback, como descrito acima.

Gestão da força de trabalho

ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

O Deutsche Bank tem várias políticas e procedimentos para a gestão da sua própria força de trabalho, que abrangem uma vasta gama de tópicos de RH ao longo do ciclo de vida dos colaboradores. Por exemplo, existem políticas globais relacionadas com a contratação do banco, tais como a Política de Contratação, descrita na secção "Contratação e rotação" deste capítulo "Força de trabalho própria", a Política de Verificação de Antecedentes, a Política de Avaliação da Adequação dos Membros do Conselho de Administração, Diretores de Agências e Titulares de Funções-Chave, a Política de Saída, bem como a Política de Trabalhadores Temporários, descrita na secção "Características dos não colaboradores".

Além disso, a função de RH fornece às divisões comerciais e de infraestruturas ferramentas, quadros e análises que permitem ao banco gerir eficazmente a sua própria força de trabalho. A gestão eficaz da força de trabalho própria desempenha um papel vital na consecução dos objetivos transformacionais e inclui o apoio aos gestores no desempenho das suas tarefas diárias, desde o recrutamento ao desenvolvimento, e o fornecimento de informações baseadas em dados à gestão de topo, o que, por sua vez, apoiará a estratégia, bem como a atividade de planeamento, e permitirá decisões mais bem informadas. Uma parte importante da concretização deste objetivo é o investimento contínuo em tecnologia e em infraestruturas modernas. Os RH continuam a desenvolver e a expandir o seu software de ponta para a análise e planeamento da força de trabalho, uma inovação estratégica para apoiar a agenda digital e de inovação do banco. Os gestores dispõem de análises de pessoal e de uma solução de planeamento da força de trabalho, com base em perguntas pré-criadas sobre as melhores práticas relativas à força de trabalho. Isto permite prever vários cenários, apresentar diferentes opções aos executivos e escolher um caminho para atingir determinados objetivos. Para apoiar as iniciativas globais do Deutsche Bank, as necessidades regulamentares, bem como a estratégia e o planeamento, o objetivo global do banco para o futuro é uma gestão mais baseada em dados concretos da agenda dos recursos humanos e da força de trabalho do banco. O banco avança continuamente para uma modelação e análise preditiva orientadas para o futuro.

Caraterísticas dos colaboradores do Deutsche Bank

ESRS S1-6

No que diz respeito aos colaboradores do banco, as funções podem ser diferenciadas em funções de gestão e não gestão, bem como em funções orientadas para o cliente e não orientadas para o cliente. As funções não orientadas para o clientes são compostas por trabalho típico de escritório e podem variar entre funções de controlo e funções tecnológicas. As funções orientadas para o cliente têm interações diretas com os clientes e potenciais clientes, que têm frequentemente lugar nas agências do Deutsche Bank. Para além de pessoas com excelentes capacidades de aconselhamento dos clientes, o modelo de negócio do Deutsche Bank também depende fortemente de colaboradores altamente qualificados e diligentes nas suas funções de controlo e não orientadas para o cliente.

No final de 2024, o Deutsche Bank diminuiu o número de colaboradores em 723 (0,7%) em relação ao ano anterior, passando de 96.621 no final de 2023 para 95.898 colaboradores, principalmente devido a reduções na Alemanha, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e Itália, parcialmente compensadas por aumentos na Índia.

Colaboradores por género

Em 2024, a distribuição por género mantém-se praticamente estável. Em 2024, a percentagem de mulheres era de 46,5% (2023: 46,3 %). Em 2024, a percentagem de homens era de 53,5% (2023: 53,7 %).

Número de colaboradores por género: Grupo Deutsche Bank

	Número de colaboradores (em efetivos)	
	31 dez 2024	31 dez 2023
Mulher	44.581	44.744
Homem	51.309	51.871
Outros[1]	6	4
Não comunicado	2	2
Total de colaboradores	**95.898**	96.621

[1] Género indicado pelos próprios colaboradores

Colaboradores por género para países que representam pelo menos 10% do total de colaboradores

Em 2024, a distribuição dos géneros na Alemanha mantém-se praticamente estável. Em 2024, a percentagem de mulheres era de 51,4% (2023: 51,6 %). Em 2024, a percentagem de homens era de 48,6% (2023: 48,4 %).

Número de colaboradores por género: Alemanha

	Número de colaboradores (em efetivos)	
	31 dez 2024	31 dez 2023
Mulher	20.719	21.468
Homem	19.583	20.152
Outros[1]	6	4
Não comunicado	0	0
Total de colaboradores	**40.308**	41.624

[1] Género indicado pelos próprios colaboradores

Na Índia, a quota de mulheres aumentou 1,1% em 2024, passando para 41,3% (2023: 40,2 %). A percentagem de homens diminuiu 1,1% para 58,7% (2023): 59,8 %).

Número de colaboradores por género: Índia

	Número de colaboradores (em efetivos)	
	31 dez 2024	31 dez 2023
Mulher	9.335	8.494
Homem	13.243	12.639
Outros[1]	0	0
Não comunicado	0	0
Total de colaboradores	**22.578**	21.133

[1] Género indicado pelos próprios colaboradores

Colaboradores por país

A presença geográfica global do Deutsche Bank manteve-se estável. No final de 2024, a maior proporção (42,0%) dos colaboradores do banco estava localizada na Alemanha, sendo a Índia o segundo país com maior percentagem de colaboradores do Deutsche Bank (23,5%), seguida da Grã-Bretanha (8,1%) e dos Estados Unidos da América (8,1%).

Número de colaboradores por país

	Número de colaboradores (em efetivos)	
País	31 dez 2024	31 dez 2023
Alemanha	40.308	41.624
Índia	22.578	21.133
Grã-Bretanha	7.766	7.986
Estados Unidos da América	7.743	8.047
Itália	2.970	3.176
Espanha	2.357	2.427
Singapura	1.813	1.887
Roménia	1.799	1.666
Filipinas	1.369	1.386
Hong Kong	802	860
Suíça	625	644
China	621	634
Bélgica	496	523
Luxemburgo	490	531
Países Baixos	457	495
Polónia	386	362
Japão	371	387
Austrália	288	285
França	226	223
Indonésia	226	220
Malásia	202	192
Brasil	202	170
Emirados Árabes Unidos	200	199
Coreia do Sul	195	189
Federação Russa	169	180
Irlanda	169	160
Taiwan	144	120
Turquia	109	115
Tailândia	107	107
Vietname	89	81
Paquistão	84	88
Áustria	77	76
Hungria	74	67
Arábia Saudita	51	47
Sri Lanka	49	56
Chéquia	47	48
Portugal	45	45
México	41	30
África do Sul	36	42
Suécia	35	33
Ucrânia	34	35
Israel	14	15
Grécia	12	12
Canadá	11	12
Catar	4	3
Colômbia	4	0
Maurícia	3	3
Total de colaboradores	**95.898**	96.621

Colaboradores por tipo de contrato

O Deutsche Bank emprega os seus colaboradores com um contrato permanente ou temporário, a tempo inteiro ou parcial, sendo que a maioria dos seus efetivos trabalha numa base permanente (99,7%). Os colaboradores por tipo de contrato, discriminados por género ou região, são comunicados por equivalentes a tempo inteiro (ETI). Ao apresentar dados ETI, o banco calcula os números relativos aos seus colaboradores numa base equivalente a tempo inteiro, o que significa que os colaboradores a tempo parcial são incluídos proporcionalmente, com base num sistema de informação global normalizado.

Colaboradores por tipo de contrato, discriminados por género

em ETI[1]	Mulher	Homem	Outros[2]	Não comunicado	31 dez 2024 Total
Número de colaboradores	**40.293**	**49.454**	**4**	**2**	**89.753**
Número de trabalhadores efetivos	40.113	49.323	4	2	89.442
Número de trabalhadores temporários	180	131	-	-	311
Número de trabalhadores com horário não garantido	-	-	-	-	-
Número de colaboradores	**40.293**	**49.454**	**4**	**2**	**89.753**
Número de trabalhadores a tempo inteiro	33.443	48.393	4	2	81.842
Número de trabalhadores a tempo parcial	6.850	1.061	-	-	7.911

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Género indicado pelos próprios colaboradores

em ETI[1]	Mulher	Homem	Outros[2]	Não comunicado	31 dez 2023 Total
Número de colaboradores	**40.180**	**49.945**	**3**	**2**	**90.130**
Número de trabalhadores efetivos	39.920	49.778	3	2	89.703
Número de trabalhadores temporários	260	167	-	-	427
Número de trabalhadores com horário não garantido	0	0	0	0	0
Número de colaboradores	**40.180**	**49.945**	**3**	**2**	**90.130**
Número de trabalhadores a tempo inteiro	33.031	48.832	3	2	81.869
Número de trabalhadores a tempo parcial	7.149	1.113	-	-	8.261

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Género indicado pelos próprios colaboradores

Colaboradores por tipo de contrato, discriminados por região

em ETI[1]	Alemanha	Europa, com exceção da Alemanha	Américas	Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África	31 dez 2024 Total
Número de colaboradores	**35.160**	**17.672**	**7.991**	**28.930**	**89.753**
Número de trabalhadores efetivos	34.893	17.641	7.991	28.917	89.442
Número de trabalhadores temporários	267	30	-	14	311
Número de trabalhadores com horário não garantido	-	-	-	-	-
Número de colaboradores	**35.160**	**17.672**	**7.991**	**28.930**	**89.753**
Número de trabalhadores a tempo inteiro	27.981	16.976	7.971	28.913	81.842
Número de trabalhadores a tempo parcial	7.179	695	20	17	7.911

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

em ETI[1]	Alemanha	Europa, com exceção da Alemanha	Américas	Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África	31 dez 2023 Total
Número de colaboradores	**36.195**	**18.103**	**8.232**	**27.601**	**90.130**
Número de trabalhadores efetivos	35.822	18.066	8.232	27.584	89.703
Número de trabalhadores temporários	373	37	-	17	427
Número de trabalhadores com horário não garantido	-	-	-	-	-
Número de colaboradores	**36.195**	**18.103**	**8.232**	**27.601**	**90.130**
Número de trabalhadores a tempo inteiro	28.686	17.386	8.212	27.585	81.869
Número de trabalhadores a tempo parcial	7.509	717	20	16	8.261

[1] Comparativos do ano anterior alinhados com a apresentação no ano em curso; em 2024, o "Médio Oriente e África" foi atribuído à "Ásia-Pacífico".
Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Características dos não colaboradores da força de trabalho própria do Deutsche Bank

ESRS S1-1, ESRS S1-7, ESRS 2 MDR-P

Quando são necessários conjuntos de competências temporárias para a execução bem sucedida de projetos-chave e de resultados críticos, e quando essas capacidades não estão disponíveis entre os colaboradores do banco, o Deutsche Bank recorre estrategicamente a especialistas externos e a apoio de curto prazo. Esta abordagem garante que o banco pode manter elevados padrões de desempenho e cumprir prazos apertados, ao mesmo tempo que dá prioridade ao desenvolvimento e utilização dos colaboradores sempre que possível. A Política de Trabalhadores Temporários estabelece os requisitos para a gestão dos Recursos de Trabalhadores Temporários (CWR), de modo a garantir a existência de normas mínimas de controlo para cumprir os requisitos reforçados de risco, legislativos e regulamentares. É aprovada pelo Diretor Global de Recursos Humanos.

Ao apresentar dados ETI, o banco calcula os números relativos aos seus não colaboradores numa base equivalente a tempo inteiro, o que significa que os não colaboradores a tempo parcial são incluídos proporcionalmente, com base num sistema de informação global normalizado.

No final de 2024, o número de não colaboradores da força de trabalho própria do banco, ou seja, trabalhadores independentes ou pessoas disponibilizadas por empresas terceiras contratadas principalmente com base em contratos de tempo e materiais, diminuiu 1.757 (21,6%) em relação ao ano anterior, passando de 8.126 para 6.369, sobretudo devido a reduções nas funções de TI e no segmento de Private Bank.

Não colaboradores por tipo de trabalho

em ETI[1]	31 dez 2024	31 dez 2023
Recursos de fornecedores de TI (base T&M)	2.219	2.892
Subcontratante não de TI	1.484	1.930
Recurso administrativo temporário não de TI	1.017	1.600
Recurso a outros serviços profissionais não de TI	521	545
Recurso a serviços bancários e externalizados não de TI	881	793
Subcontratante de TI	248	366
Total	**6.369**	8.126

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Contratação e rotatividade

ESRS S1-1, ESRS S1-6, ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank esforça-se por ser um empregador de eleição, oferecendo condições de trabalho atrativas para atrair os principais talentos e reter os talentos internos. Em 2024, o banco obteve a certificação Melhor Empregador na Alemanha, Índia e Bélgica.

A Política de Contratação do banco estabelece os requisitos aplicáveis a nível do Grupo e a nível global para o recrutamento de colaboradores e abrange as aprovações de contratação, a aquisição, as entrevistas, a avaliação, a gestão de candidatos, a aprovação de ofertas e a integração, incluindo transferências internas. Sublinha o compromisso de tratar todos os candidatos de forma justa e equitativa. Estabelece o requisito de que, ao longo do processo de contratação, todos os candidatos devem ser avaliados e/ou entrevistados com base no mérito, como as suas qualificações, competências e experiências, evitando potenciais preconceitos e sem discriminação com base na raça, cor, género, nacionalidade, etnia, idade, religião, deficiência, estado civil, gravidez, orientação sexual, identidade e expressão de género, cidadania ou qualquer característica protegida por lei. Os colaboradores do Grupo Deutsche Bank envolvidos no processo de recrutamento devem cumprir todas as leis aplicáveis que prevejam a igualdade e a equidade de oportunidades para todas as pessoas. O Guia de Práticas de Contratação para Gestores, que é referido na Política de Contratação, afirma que os requisitos descritos numa descrição de emprego do Deutsche Bank devem ser definidos de forma abrangente para garantir um conjunto de candidatos suficientemente diversificado. A Política de Verificação de Antecedentes do banco a nível do grupo estabelece requisitos coerentes para a verificação de antecedentes e atribui responsabilidades relacionadas às partes envolvidas. Adicionalmente, a Política de Avaliação da Idoneidade dos Membros do Conselho de Administração, dos Diretores de Agências e dos Titulares de Funções-Chave, que abrange todo o grupo, estabelece os requisitos mínimos para a idoneidade dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores de Agências e dos Titulares de Funções-Chave Globais e Locais. Estas políticas são aprovadas pelo Diretor Global de RH e todas elas são revistas pelo menos uma vez por ano.

A plataforma de carreiras do Deutsche Bank, acessível a nível mundial, dbCareers, fornece informações sobre vagas de emprego, bem como informações sobre as condições de trabalho no Deutsche Bank, tais como oportunidades de desenvolvimento, ambiente de trabalho inclusivo e programas de bem-estar.

Para desenvolver o seu pipeline de talentos, o banco tem programas de longa data e estabelecidos para licenciados e estagiários a nível mundial e programas de aprendizagem na Alemanha e no Reino Unido. O Deutsche Bank também tem iniciativas no âmbito da contratação lateral para desenvolver novos grupos de talentos. O Deutsche Bank estabeleceu um programa de regresso na Índia e, em Singapura, o banco estabeleceu uma parceria com o Institute of Banking and Finance (uma associação sem fins lucrativos) num programa denominado Technology in Finance Immersion Program. O Technology in Finance Immersion Program é um programa de formação no sector que consiste em duas partes: uma formação em sala de aula de quatro a seis meses ministrada pelo Institute of Banking and Finance, seguida de 12 meses de formação no local de trabalho no banco, que visa criar uma reserva de capacidades em áreas tecnológicas fundamentais para satisfazer as necessidades de talentos do sector dos serviços financeiros.

Os novos colaboradores podem avaliar, de forma voluntária e anónima, o processo de contratação através do Inquérito a Novos Colaboradores, realizado após 30 e 90 dias, tal como descrito no subcapítulo "Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações" do capítulo "Força de trabalho própria". A função de RH do Deutsche Bank analisa este feedback para monitorizar a qualidade dos seus processos e melhorar continuamente o processo de contratação. Sempre que legalmente permitido, o banco também utiliza qualquer informação demográfica voluntária (por exemplo, idade, género, orientação sexual, etnia) para ajudar a tornar esses processos mais inclusivos e para identificar potenciais riscos e impactos em grupos específicos e decidir medidas, se necessário.

A Política de Saída global do banco define um conjunto mínimo de requisitos coerentes a nível mundial para a saída dos membros da sua força de trabalho própria que deixam o banco e para o tratamento dos trabalhadores transferidos. É aprovada pelo Diretor Global de RH e revista anualmente.

Novas contratações de colaboradores e rotação de colaboradores por região

em ETI[1]	2024	2023
Todas as regiões		
ETI no final do ano	89.753	90.130
Novas contratações de colaboradores	8.168	12.883
Rotatividade dos colaboradores	(8.444)	(7.612)
Outros[2]	(102)	(71)
Alemanha		
ETI no final do ano	35.160	36.195
Novas contratações de colaboradores	1.356	2.567
Rotatividade dos colaboradores	(2.380)	(2.074)
Outros[2]	(11)	107
Europa, exceto Alemanha		
ETI no final do ano	17.672	18.103
Novas contratações de colaboradores	1.320	2.073
Rotatividade dos colaboradores	(1.725)	(1.965)
Outros[2]	(25)	120
Américas		
ETI no final do ano	7.991	8.232
Novas contratações de colaboradores	881	1.453
Rotatividade dos colaboradores	(1.110)	(892)
Outros[2]	(12)	(50)
Ásia-Pacífico (APAC), Médio Oriente e África		
ETI no final do ano	28.930	27.601
Novas contratações de colaboradores	4.612	6.790
Rotatividade dos colaboradores	(3.229)	(2.681)
Outros[2]	(54)	(248)

[1] Comparativos do ano anterior alinhados com a apresentação no ano em curso; em 2024, o "Médio Oriente e África" foi atribuído à "Ásia-Pacífico"; os números podem não corresponder à soma dos valores devido a arredondamentos
[2] Outros consiste principalmente em alterações de ETI, entradas/saídas e transferências, por exemplo, entre regiões e divisões; os exemplos incluem a aquisição da Numis em 2023

Em 2024, o recrutamento de talentos permaneceu uma prioridade fundamental para o banco. As contratações centraram-se no preenchimento de funções de front-office em áreas de crescimento das divisões de negócio, no reforço das funções de controlo e de TI, na substituição de colaboradores do centro de operações que saíram voluntariamente e na integração de colaboradores para satisfazer a procura crescente de funções regulamentares (como a Gestão do Ciclo de Vida do Cliente e o Combate à Criminalidade Financeira). O banco também internalizou 1.159 funções externas (2023: 1.308), em especial na área de TI.

Novas contratações de colaboradores por estrutura etária

Quota em %[1]	2024	2023
Menos de 30 anos	47,9	43,0
30–50 anos	48,9	53,0
Mais de 50 anos	3,2	3,9

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Novas contratações de colaboradores por género

Quota em %[1]	2024	2023
Mulher	47,7	44,1
Homem	52,2	55,8
Outros[2]	0,0	0,0
Não comunicado	0,1	0,0

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Género indicado pelos próprios colaboradores

Tempo médio para preencher as vagas

em dias[1]	2024	2023
Duração média do preenchimento de vagas	77	89
Tempo médio para preencher as vagas em cargos críticos do negócio	55	69

[1] Dias decorridos entre a criação de uma vaga de emprego e a data em que a oferta de emprego foi feita

A taxa de rotatividade total dos colaboradores aumentou de 8,7% em 2023 para 9,4% em 2024. Esta taxa de rotatividade é composta por saídas resultantes de demissões e saídas iniciadas pelo banco, incluindo reestruturações ou rescisões relacionadas com o desempenho e rescisões relacionadas com contratos a termo. A taxa de rotatividade total dos colaboradores é definida como a "rotatividade total dos colaboradores" com base em ETI no ano de referência, em percentagem do "número médio de colaboradores" com base em ETI no final do mês no ano de referência.

As taxas de rotatividade voluntária dos colaboradores aumentaram ligeiramente de 5,6% em 2023 para 5,9% em 2024, principalmente afetadas por uma percentagem crescente de colaboradores no centro de operações na Índia, com taxas de rotatividade mais elevadas.

Rotatividade dos colaboradores por região

em %[1]	2024	2023
Todas as regiões	9,4	8,7
Alemanha	6,7	5,8
Europa (exceto Alemanha)	9,6	11,0
Américas	13,7	11,1
Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África	11,4	10,4

[1] Comparativos do ano anterior alinhados com a apresentação no ano em curso; em 2024, o "Médio Oriente e África" foi atribuído à "Ásia-Pacífico".

Rotatividade dos colaboradores por estrutura etária

Quota em %[1]	2024	2023
Menos de 30 anos	25,8	22,4
30–50 anos	49,6	54,1
Mais de 50 anos	24,7	23,5

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Rotatividade dos colaboradores por género

Quota em %[1]	2024	2023
Mulher	43,9	41,8
Homem	56,1	58,2
Outros[2]	0,0	0,0
Não comunicado	0,0	0,0

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Género indicado pelos próprios colaboradores

Mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital no desenvolvimento e na manutenção de colaboradores qualificados e talentos e na garantia de que o banco continua a beneficiar dos seus conhecimentos e experiência. O banco promovemos a mobilidade entre divisões, o que permite aos colaboradores alargar as suas competências e experiência. Além disso, a mobilidade interna ajuda a reduzir os custos de despedimentos e de recrutamento do banco. O sistema interno de RH do Deutsche Bank, acessível em todo o mundo, fornece registos atualizados sobre o recrutamento, que proporcionam uma visão transparente das oportunidades de emprego para os colaboradores.

Em 2024, o Deutsche Bank continuou a implementar a sua estratégia de mobilidade interna e a manter o seu compromisso de preencher um terço de todas as posições vagas com candidatos adequados de dentro da organização. As posições vagas são normalmente anunciadas pela primeira vez dentro do Grupo durante, pelo menos, duas semanas. A priorização de candidatos internos ajuda colaboradores afetados pela restruturação a encontrar novos postos de trabalho no banco.

Taxas de preenchimento interno e economias resultantes da reafetação

	2024	2023
Taxa de preenchimento interno de vagas (em %)	35,4	29,9
Taxa de preenchimento interno de vagas de postos de trabalho críticos para a atividade (em %)	69,6	66,7
Poupanças resultantes da reafetação (em milhões de euros)[1]	83	39

[1] Soma dos custos de indemnização/reestruturação evitados e dos custos de contratação poupados

Licenciados e estagiários profissionais a nível mundial

O Deutsche Bank continua empenhado em contratar talentos em início de carreira, incluindo licenciados e estagiários profissionais, e em promover o objetivo e a cultura de aspiração do banco. O banco investe no desenvolvimento inicial de talentos através de programas de formação e estágios, contribuindo para a formação de turmas diversificadas.

Em 2024, o banco apresentou uma abordagem híbrida para a orientação de licenciados, incluindo formação técnica virtual e formação híbrida em competências profissionais presencial e virtual. Os licenciados foram contratados para as unidades de Investment Bank, Corporate Bank, Private Bank e Infraestruturas, incluindo Tecnologia, Dados e Inovação.

Como parte da estratégia de colaboradores juniores na Alemanha, o Deutsche Bank continua a oferecer uma gama diversificada de programas de formação profissional e de estudos duplos, adaptados às necessidades específicas das áreas do banco. Em 2024, o número absoluto de recrutamentos é inferior ao dos anos anteriores, devido a um recrutamento mais direcionado. Assim, a percentagem de estagiários profissionais em percentagem dos colaboradores permanentes das entidades que oferecem formação profissional diminuiu de 3,6% no final de dezembro de 2023 para 3,2% no final de dezembro de 2024. O banco continua a alargar a sua oferta de estágios no Reino Unido, que abrange atualmente a Tecnologia, os Dados e a Inovação, o Investment Banking investimento e o Corporate Bank.

Em todas as áreas, o banco está a dar grande ênfase aos temas da digitalização, o que conduz a novos perfis profissionais e exige novos programas de estudos duplos. Em resposta, o Deutsche Bank alargou as suas oportunidades de entrada nas áreas de operações, infraestruturas e Tecnologia, Dados e Inovação e introduziu três novos programas de estudos duplos na Alemanha, em colaboração com várias universidades, desde agosto de 2024.

Os esforços de recrutamento do banco dão prioridade à visibilidade em portais online, feiras virtuais e canais de redes sociais, reconhecendo que a sua população está mais inclinada a interagir com o conteúdo em plataformas digitais. Desde agosto de 2023, uma equipa especializada tem-se concentrado no contacto com o grupo-alvo de alunos, o que resultou num maior sucesso no preenchimento de vagas relevantes.

Os estagiários profissionais e os estudantes em regime dual contribuem para a diversificação da mão de obra do banco e trazem consigo competências altamente relevantes que vão ao encontro das necessidades dos clientes do Deutsche Bank. Como parte da sua estratégia, o banco também se apoia em licenciados para alargar o leque de talentos de nível inicial.

Contratação de licenciados e estagiários profissionais a nível mundial

em número de efetivos	2024	2023
Recrutamento e gestão de talentos		
Contratação de licenciados a nível mundial	1.160	1.177
Contratação de estagiários profissionais[1]	376	547

[1] Estagiários profissionais na Alemanha

Retorno do investimento (ROI) em capital humano

No domínio da produtividade, o Deutsche Bank calcula o retorno do investimento (ROI) em capital humano. Esta métrica mostra a eficácia com que o investimento em capital humano está a apoiar o objetivo da organização e é calculada com base no rácio entre o rendimento/receitas e os custos do emprego.

O ROI em capital humano para 2024 foi de 60,7% (2023: 64,5 %). A diminuição em 2024 resulta do facto de o crescimento do custo das remunerações e benefícios ter ultrapassado o crescimento das receitas.

Em 2024, os custos totais com o pessoal aumentaram 441 milhões de euros, passando para 12.176 milhões de euros (2023: 11.735 milhões de euros). O aumento foi impulsionado principalmente por uma maior compensação relacionada com o desempenho, crescimento salarial e aumentos na força de trabalho interna referentes aos investimentos direcionados do banco como parte da estratégia de Global Hausbank, bem como por custos de indemnização mais elevados. As receitas médias por ETI aumentaram 5 mil euros para 334 mil euros em 2024 (2023: 329 mil euros).

Retorno do investimento (ROI) em capital humano

	2024	2023
Retorno do investimento em capital humano (em %)	60,7	64,5
Total de custos com pessoal (em milhões de euros)[1]	12.176	11.735
Receitas médias por ETI (em milhares de euros)	**334**	329

[1] Remunerações e benefícios para colaboradores mais taxas de serviço para subcontratados, trabalhadores temporários de agências e recursos de fornecedores de TI

O número de colaboradores ao serviço do banco ao longo do exercício está relacionado com a rubrica "Remunerações e benefícios", sendo este o número mais representativo neste domínio nas demonstrações financeiras do banco.

Condições de trabalho

ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

O Deutsche Bank está empenhado em oferecer condições de trabalho justas e atrativas e definiu as respetivas políticas e procedimentos, tais como a Política Global de Desempenho, Consequências e Recompensa e a Política de Ambiente, Saúde e Segurança, tal como descrito na secção "Desempenho e recompensa" e "Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada" do capítulo "Força de trabalho própria".

Para reforçar as ações do banco e monitorizar os progressos na gestão dos impactos negativos, na promoção dos impactos positivos e na gestão dos riscos e oportunidades materiais decorrentes das condições de trabalho, o Deutsche Bank estabeleceu o objetivo de alcançar um Índice de Avaliação da Cultura de, pelo menos, 70% a nível do Grupo, uma vez que este reflete a perceção dos colaboradores sobre as condições de trabalho no banco. A métrica é obtida através do Inquérito de Avaliação da Cultura entre os colaboradores e serve como um objetivo-chave tanto a nível do Grupo como das divisões.

Cobertura da negociação coletiva e diálogo social

ESRS S1-8

O Deutsche Bank está empenhado na negociação coletiva, na celebração de acordos de negociação coletiva e na alteração ou aperfeiçoamento dos acordos existentes, a fim de cumprir a legislação local e contribuir para condições de emprego seguras que resultem num ambiente de trabalho positivo. O Deutsche Bank esforça-se por estabelecer uma cooperação estreita e construtiva com os representantes dos trabalhadores e os parceiros sociais, caracterizada pela confiança mútua. A 31 de dezembro de 2024, a Alemanha é o único país do Espaço Económico Europeu com emprego significativo na aceção da ESRS S1, ou seja, pelo menos 50 colaboradores que representam pelo menos 10% do total de colaboradores do Deutsche Bank. Os colaboradores na Alemanha representam 42,0% do total de colaboradores do banco em termos de efetivos. Na Alemanha, 55,7% de todos os colaboradores estão cobertos por acordos de negociação coletiva (2023, em linha com a definição da ESRS S1: 57,5 %). Inclui os funcionários públicos, que dispõem de um nível semelhante de regulamentação e proteção pela legislação federal. Fora do Espaço Económico Europeu, a Índia (região Ásia-Pacífico) é o único país que atinge o limiar do emprego significativo. Nenhum dos colaboradores do Deutsche Bank está filiado em qualquer sindicato na Índia, de acordo com a prática do mercado. Por conseguinte, os colaboradores do banco na Índia não estão abrangidos por acordos de negociação coletiva.

O Deutsche Bank mantém relações estreitas e constantes com os representantes dos trabalhadores. Na Alemanha, o único país do Espaço Económico Europeu (EEE) com emprego significativo, 96% de todos os colaboradores estão abrangidos por comissões de trabalhadores/acordos de negociação coletiva (2023: 96 %). Esta representação tem lugar a nível local, da empresa e/ou do Grupo. Os restantes 4% dos colaboradores alemães são colaboradores executivos que são representados por um comité representativo (Sprecherausschuss), de acordo com a lei alemã relativa aos comités executivos (Sprecherausschussgesetz) a nível da empresa e/ou do Grupo (2023: 4 %). Por conseguinte, na Alemanha, 100% dos colaboradores estão abrangidos por representação dos trabalhadores. Em 2024, o banco na Alemanha celebrou vários acordos coletivos de trabalho, por exemplo, sobre o quadro de remuneração e desempenho desenvolvido ou a aplicação de inteligência artificial, bem como acordos de trabalho gerais, por exemplo, sobre trabalho híbrido.

Os colaboradores do Deutsche Bank estão também representados a nível europeu, tal como salientado na secção "Colaboração com os representantes dos trabalhadores" do capítulo "Força de trabalho própria".

Cobertura da negociação coletiva e diálogo social

	31 dez 2024		
	Cobertura da negociação coletiva		Diálogo social
Taxa de cobertura	Colaboradores – EEE (para países com > 50 colaboradores que representem > 10% do total de colaboradores)	Colaboradores – Não EEE (estimativa para regiões com > 50 colaboradores que representem > 10% do total de colaboradores)	Representação no local de trabalho (apenas EEE) (para países com > 50 colaboradores que representem > 10% do total de colaboradores)
0-19%		Índia	
20-39%			
40-59%	Alemanha		
60-79%			
80-100%			Alemanha

No âmbito das atividades de transformação e otimização, o Deutsche Bank está a implementar inúmeros projetos e medidas. Quando tal envolve reestruturações e reduções de colaboradores, o Deutsche Bank continua empenhado em implementá-las de uma forma transparente e socialmente responsável, incluindo o envolvimento da comissão de trabalhadores, se aplicável. As medidas de reestruturação preveem geralmente um período de pré-aviso adequado para os colaboradores. Os períodos de rescisão (bem como os requisitos de consulta ou negociação, caso se apliquem) refletem as normas legais de cada país, tais como leis, acordos de negociação coletiva, manuais do colaborador e/ou contratos individuais de trabalho. Na Alemanha, os colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva estão sujeitos aos períodos de rescisão estabelecidos nos respetivos acordos. Em contrapartida, os colaboradores não abrangidos por acordos de negociação coletiva estão sujeitos a prazos de rescisão contratuais ou legais.

A abordagem do banco à mudança organizacional é holística e está integrada no seu plano social, que, nos termos da lei alemã, é um instrumento para compensar ou mitigar as desvantagens económicas sofridas pelos colaboradores resultantes da mudança organizacional. O seu objetivo é apoiar os colaboradores afetados pelas medidas de reestruturação, reforçando a sua empregabilidade e oferecendo-lhes um acompanhamento individualizado. Os colaboradores, gestores, membros da comissão de trabalhadores e consultores de RH envolvidos em processos de mudança têm acesso a um conjunto abrangente de medidas. Além disso, a abordagem apoia a estratégia do banco de preencher os postos de trabalho em aberto com candidatos internos adequados e de utilizar uma rede de empresas especializadas para identificar oportunidades de emprego fora da organização.

Desenvolvimento de talentos

ESRS S1-13

Oferecer oportunidades de aprendizagem e crescimento é uma componente essencial de condições de trabalho atrativas, pelo que o banco fomenta a aprendizagem contínua, promove os seus talentos através de programas de desenvolvimento específicos e do planeamento da sucessão, e assegura que são mantidos registos atualizados sobre recrutamento, formação e promoção, que estão disponíveis para os colaboradores acompanharem o seu progresso na aprendizagem, formação e progressão na carreira.

Aprendizagem

O Deutsche Bank acredita na capacidade de crescimento dos seus colaboradores e esforça-se por criar um ambiente de trabalho que promova a aprendizagem contínua. Como parte da sua aspiração de ter uma forte cultura de aprendizagem, o banco organiza inúmeros eventos e atividades de formação em toda a organização. Isto inclui a formação obrigatória, a autoinscrição, a liderança e o desenvolvimento de talentos, quer se trate de divisões de negócio do banco ou de funções de infraestruturas. Pode ser oferecida, por exemplo, em salas de aula, através de e-learning, artigos, vídeos, podcasts ou sessões virtuais, o que demonstra uma grande variedade para apoiar o desenvolvimento dos colaboradores do banco. Além disso, a aprendizagem também ocorre no local de trabalho e em ambientes não captados nos sistemas de aprendizagem do banco. Como parte do esforço contínuo do banco para servir os seus clientes através de competências e conhecimentos especializados, a aprendizagem contínua é fundamental para o sucesso do banco. As formações do Deutsche Bank são oferecidas igualmente a colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial.

Despesas de formação

	2024	2023
Despesas de formação (em milhões de euros)	37,6	43,7
Despesas de formação em média por ETI (em euros)	417	498

As despesas de formação do banco foram de 37,6 milhões de euros em 2024 (ou seja, em média, 417 euros por ETI). Este valor baseia-se exclusivamente nas despesas de formação efetuadas pelo banco junto de fornecedores externos.

Horas de formação por género

	2024	
Género[1]	Número total de horas de formação	Número médio de horas de formação por colaborador
Mulher	802.722	18,0
Homem	961.007	18,6
Outros[2]	85	16,7
Não comunicado	17	13,3
Total	**1.763.831**	**18,3**

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Género indicado pelos próprios colaboradores

Em 2024, os colaboradores completaram cerca de 1,76 milhões de horas de aprendizagem, das quais 48% eram obrigatórias.

O banco acredita que a aprendizagem está disponível em todo o lado e em qualquer altura, não só em cursos e eventos formais. É por isso que o local central para a aprendizagem é uma plataforma de aprendizagem que compreende as preferências e recomenda conteúdos, utilizando a Aprendizagem Automática para fornecer recomendações de aprendizagem personalizadas aos colaboradores em todo o mundo. As equipas de especialistas de todo o banco podem criar e selecionar percursos de aprendizagem específicos para as necessidades das suas divisões, permitindo assim um desenvolvimento de competências mais rápido e mais relevante.

A aprendizagem baseada na experiência continuou com a evolução da ferramenta Mystery Coffee para ligar os colaboradores virtual ou presencialmente, alinhando-se com a estratégia do futuro do trabalho do banco. Em 2024, esta ferramenta permitiu mais de 7.200 correspondências (2023: mais de 6.900 correspondências).

A qualificação dos colaboradores do banco para a transformação digital e a Inteligência Artificial (IA) é outra área de foco dos programas de formação do Deutsche Bank. Em 2024, a divisão de Tecnologia, Dados e Inovação estabeleceu um quadro de formação abrangente que apoia o desenvolvimento e a utilização responsáveis da IA em toda a organização. O quadro inclui uma ampla sensibilização para a IA por parte de todos os colaboradores, formação técnica avançada para engenheiros, programas de liderança direcionados para alinhar a IA com a estratégia empresarial e uma forte ênfase na segurança e governação da IA. Mais de 3.500 colaboradores concluíram com êxito o módulo Princípios Básicos da IA Generativa em 2024.

O Deutsche Bank continua a investir nas competências relacionadas com a nuvem dos seus colaboradores através do programa Deutsche Bank Cloud Engineer e de um número crescente de percursos de aprendizagem ao nível de especialista, como o Cloud Architect ou o Data Engineer, e programas de aprendizagem estruturados para melhorar as competências da força de trabalho de engenharia do banco à escala e em profundidade no Google Cloud. Em 2024, mais de 2.300 colaboradores graduaram-se com sucesso no programa Deutsche Bank Cloud Engineer e 1.000 nos programas de nível de especialista. Estes esforços elevam para mais de 6.000 o número de colaboradores que concluíram programas de formação avançada em engenharia da nuvem desde 2020.

Outras ofertas de desenvolvimento incluem um programa de mentoria interdivisional, programas de apoio à transição e programas de liderança regional, que podem variar consoante as regiões.

Desenvolvimento de liderança

Desde o seu lançamento há dois anos, o Leadership Kompass tem sido uma pedra angular da cultura organizacional do Deutsche Bank, tornando os comportamentos de liderança tangíveis e acionáveis para todos. O Deutsche Bank espera que os seus líderes sejam modelos dos comportamentos culturais a que aspiramos e que foram lançados no âmbito do programa This is Deutsche Bank e que criem as condições adequadas para que as suas equipas demonstrem esses comportamentos. Por isso, o Leadership Kompass evoluiu, alinhando quatro dos oito comportamentos diretamente com a cultura aspiracional para reforçar a ligação, e os restantes quatro comportamentos alinhados com o papel crítico do líder na gestão de recursos humanos.

O novo Currículo para Todos os Gestores, lançado em julho de 2024, é um conjunto cuidadosamente selecionado e orientado de oportunidades de desenvolvimento para todos os gestores de pessoas a tempo inteiro e a tempo parcial. Centra-se nas competências-chave de feedback, coaching, conversas sobre carreira e desenvolvimento. Inclui também o workshop "Liderar de forma inclusiva", que aborda o impacto dos preconceitos inconscientes na tomada de decisões, bem como formas de tornar o Deutsche Bank num local de trabalho mais equitativo, onde todos os colaboradores se sentem valorizados. Em 2024, cerca de 1.400 gestores participaram nesta oferta dinâmica e modular. O currículo é ministrado através de percursos de aprendizagem abrangentes e de salas de aula virtuais que proporcionam aos gestores a oportunidade de aprender com especialistas e de criar a sua rede de contactos com colegas. Apoia os gestores de pessoas no desenvolvimento de competências alinhadas com o Leadership Kompass, permitindo-lhes servir de modelo aos comportamentos desejados, criar e manter um ambiente nas suas equipas para que a Cultura Aspiracional do banco floresça e inspirar e encorajar os membros da sua equipa a alcançarem todo o seu potencial.

Para além do Currículo para Todos os Gestores, o banco tem programas emblemáticos que apoiam segmentos específicos de líderes e se destinam a gestores de pessoas a tempo inteiro e a tempo parcial. O First-time Manager Program e o Senior Leadership Essentials Program dotam estes gestores, que lideram uma equipa pela primeira vez no Deutsche Bank, dos conhecimentos e competências essenciais necessários para serem gestores de sucesso no Deutsche Bank. Estes programas são estabelecidos como uma das ofertas emblemáticas mais importantes do banco a nível nacional. Em 2024, cerca de 2.000 novos líderes participaram num destes programas, adquirindo os conhecimentos e as capacidades essenciais necessários para liderar a sua equipa de acordo com os comportamentos do Leadership Kompass. O dbBOLD, um investimento de todo o grupo no desenvolvimento e crescimento na carreira de vice-presidentes adjuntos, vice-presidentes e diretores negros, sublinha o compromisso do banco em criar um pipeline robusto e diversificado, incluindo talentos negros, e continuou a decorrer em 2024. Este programa global é realizado em parceria com uma academia de líderes de uma empresa de consultoria. Para mais informações, consultar o subcapítulo "Diversidade, equidade e inclusão" do capítulo "Força de trabalho própria".

Aceleração de talentos

Os programas de aceleração de talentos do Deutsche Bank têm como objetivo ajudar os colaboradores a desenvolverem-se profissional e pessoalmente e acelerar a sua preparação para assumirem responsabilidades mais complexas. Proporcionam aos participantes um ensino de elevada qualidade, amplas oportunidades de estabelecimento de contactos, elementos de orientação e tempo para refletir sobre o seu desenvolvimento. O banco atualiza continuamente o conteúdo dos programas em parceria com escolas de gestão para garantir que se mantém na vanguarda do pensamento empresarial num mundo em rápida mudança.

O programa de desenvolvimento de talentos Accomplished Top Leaders Advancement Strategy (ATLAS) tem como objetivo acelerar a preparação de mulheres seniores com elevado potencial para assumirem funções mais amplas na organização. Em 2024, o banco nomeou 21 mulheres candidatas para participarem no programa ATLAS, que decorrerá ao longo de 2025. Uma vez que o programa não tem uma periodicidade anual, este é o sétimo grupo desde o início do programa em 2009.

Os programas de aceleração de talentos para vice-presidentes e diretores desenvolvem as capacidades de talentos de elevado potencial em todo o banco, preparando-os para assumirem mais responsabilidades, quer seja numa posição alargada, nova ou mais sénior. Cada programa de desenvolvimento de talentos é adaptado ao público a que se destina, abrangendo tópicos como resiliência, negociação, liderança na mudança e liderança com autenticidade. Os participantes têm também a oportunidade de interagir com os líderes seniores do banco, o que lhes permite aumentar a sua visibilidade e partilhar as suas ideias com um público sénior. Desde o início do programa em 2016 para os vice-presidentes e em 2017 para os diretores, 35% dos participantes vice-presidentes foram promovidos a diretores e 29% dos participantes diretores foram promovidos a diretores-gerais.

Estes programas de desenvolvimento de talentos desempenham um papel importante na implementação da estratégia do banco em relação às pessoas.

Programas de aceleração

	2024	2023
Participação em programas de aceleração de talentos entre divisões		
Programa de aceleração ATLAS para diretores-gerais seniores do sexo feminino (em número de efetivos)	–	–
Programa de aceleração de diretores (em número de efetivos)	152	128
dos quais mulheres (em %)	42,8	42,2
Programa de aceleração de vice-presidentes (em número de efetivos)	374	330
dos quais mulheres (em %)	45,5	49,4

Desempenho e recompensa

ESRS S1-1, ESRS 2 MDR-P

A recompensa pelo desempenho é um fator importante das condições de trabalho do banco para atrair e reter os melhores talentos. Por conseguinte, uma abordagem justa, transparente e sustentável à remuneração é de importância crucial para o banco. A sua estratégia de Remuneração e Benefícios está alinhada com a estratégia empresarial global do Deutsche Bank, com a estratégia de risco e com o objetivo e a cultura aspiracional do banco, e apoia o princípio fundamental da equidade.

O Quadro de Remuneração do Deutsche Bank promove e recompensa o desempenho sustentável e os contributos com base no desempenho, comportamento e conduta, em todos os níveis da organização, de acordo com a Política de Desempenho, Consequências e Recompensa global do Grupo. Esta política define os padrões mínimos globais do Grupo Deutsche Bank para os colaboradores no que respeita à responsabilidade e aos requisitos para a gestão do desempenho, as consequências quando os colaboradores não cumprem os padrões exigidos de desempenho empresarial (o quê) e de comportamento (como) e as questões relacionadas com a remuneração aplicáveis aos diferentes grupos de colaboradores, em conformidade com os requisitos regulamentares. A política é aplicável a nível mundial e aprovada pelo Diretor Global de RH, bem como pelo Conselho de Administração do banco. Na Alemanha, as alterações relevantes ao quadro foram discutidas com a comissão de trabalhadores e registadas num acordo coletivo de trabalho.

Na determinação da remuneração variável, o banco continua a aplicar uma abordagem moderada e prospetiva, ponderando o bom desempenho da atividade com as perspetivas macroeconómicas e a estabilidade do capital a longo prazo e sem perder de vista a necessidade de remunerar os colaboradores de forma justa e em linha com o mercado.

Avaliações do desempenho

ESRS S1-13

O Deutsche Bank pretende assegurar que os seus colaboradores sabem claramente o que se espera deles, bem como dar-lhes a oportunidade de discutir o feedback sobre o seu desempenho. A avaliação do desempenho serve para que os colaboradores e os seus gestores criem um entendimento partilhado das expectativas de desempenho, comportamento e conduta, e para medir e documentar as concretizações, resultando numa força de trabalho mais produtiva e empenhada.

O Deutsche Bank pretende garantir que os seus colaboradores compreendem o que se espera deles nas suas respetivas funções. Os colaboradores elegíveis para remuneração variável devem definir prioridades SMART, associá-las aos objetivos estratégicos do banco e acordá-las com o seu gestor no início do ano de desempenho, a fim de dar enfoque e orientação para o ano seguinte. Conversas regulares e feedback contínuo, incluindo o uso de ferramentas opcionais, como feedback ascendente, feedback a qualquer momento e feedback 360 para os colaboradores abrangidos, durante o ano permitem que os colaboradores do banco reflitam sobre o seu desempenho e, se necessário, façam mudanças para alcançar um sucesso sustentável. O banco monitoriza a receção regular de feedback dos colaboradores por parte da chefia através do Inquérito de Avaliação da Cultura regular. A abordagem holística do banco à gestão do desempenho responsabiliza tanto os colaboradores como os seus gestores e reflete-se adequadamente nas decisões de remuneração variável.

É obrigatório que todos os colaboradores ativos e abrangidos (a tempo inteiro ou a tempo parcial) tenham uma avaliação de desempenho documentada anualmente. A avaliação é multidimensional e inclui provas das concretizações do colaborador na sua função, das suas prioridades predefinidas (objetivos/metas) e da forma como demonstrou os comportamentos e a conduta exigidos. O desenvolvimento da carreira é liderado pelos colaboradores e é incentivada uma discussão entre estes e a direção, pelo menos uma vez por ano, mas não é necessário documentá-la formalmente. O banco acompanha os progressos através das respostas ao inquérito anual aos colaboradores sobre a concretização dos objetivos de carreira.

No caso do Grupo Deutsche Bank, a taxa de conclusão das avaliações de desempenho manteve-se a um nível elevado em 2024.

Taxa de conclusão das avaliações de desempenho por género

	Percentagem de colaboradores (número de efetivos)	
Género, em %	2024	2023
Mulher	88	86
Homem	92	90
Outros[1]	67	75
Não comunicado	100	50
Total de colaboradores	**90**	**88**

[1] Género indicado pelos próprios colaboradores

Rácio da remuneração total anual

ESRS S1-16

A estratégia de remuneração do banco recompensa o desempenho e o contributo através de uma combinação adequada de remuneração fixa e variável. A remuneração fixa de um colaborador é determinada utilizando uma combinação de dados internos de remuneração fixa e dados externos de mercado para garantir o cumprimento da legislação, como os requisitos de salário mínimo, e o alinhamento com os seus pares. A remuneração variável é atribuída com base num quadro de orientação para a remuneração variável e está estreitamente ligada a parâmetros de desempenho individual, tais como a concretização das prioridades empresariais definidas no início do ano de desempenho, bem como a conduta e o comportamento.

O rácio da remuneração total anual compara a remuneração total anual do colaborador mais bem pago com a remuneração total anual mediana de todos os colaboradores (excluindo o colaborador mais bem pago). O cálculo revela que o rácio da remuneração total anual é atualmente de 237. O rácio da remuneração total reflete a diversidade das operações do banco em várias regiões geográficas a nível mundial, abrangendo quatro divisões de negócio: Private Bank, Corporate e Investment Bank e Asset Management, bem como operações e funções de apoio. Para efeitos de cálculo, o colaborador mais bem pago não é o CEO, o que demonstra a diversidade de atividades e oportunidades de remuneração do banco.

Equilíbrio entre vida profissional e pessoal

ESRS S1-15

Para ajudar os colaboradores a gerir os seus compromissos profissionais e pessoais e a alcançar um equilíbrio sustentável entre a vida profissional e pessoal, o banco oferece uma série de benefícios. Os benefícios podem variar consoante o local. O banco oferece vários tipos de benefícios relacionados com os colaboradores que estão disponíveis tanto a tempo inteiro como a tempo parcial. Os trabalhadores temporários também podem ser elegíveis, consoante a natureza do emprego e do benefício. O banco gere mais de 850 planos de benefícios para colaboradores nas suas diferentes localizações, que podem incluir, entre outros, seguro de vida, cuidados de saúde, cobertura de invalidez, licença parental, planos de reforma, participação em ações, férias/licença, transporte, refeições/nutrição ou cuidados infantis.

Para além disso, o Deutsche Bank oferece uma rede de apoio abrangente que vai desde o aconselhamento de carreira, apoio à saúde mental, assistência na procura de cuidados infantis ou cuidados a idosos e Programas de Assistência aos Colaboradores. O banco ajuda, por exemplo, os pais que trabalham disponibilizando cuidados infantis perto dos locais de trabalho nos seus principais centros mundiais e contribuindo para o custo dos cuidados infantis. Além disso, o banco disponibiliza instalações de amamentação/lactação em muitas das suas localizações. O banco também oferece flexibilidade nos regimes de trabalho, através de um modelo de trabalho híbrido, horários de trabalho flexíveis, trabalho a tempo parcial e oportunidades de partilha de trabalho, sujeito a requisitos específicos das funções e às necessidades dos clientes. Existe uma variedade de licenças pagas e não pagas que permitem aos colaboradores gerir acontecimentos imprevistos, como cuidar de idosos ou da doença dos filhos. Em várias localizações, os prestadores de cuidados não primários também são elegíveis para licença familiar.

96% dos colaboradores do banco a nível mundial têm direito a licenças relacionadas com a família: licença de maternidade ou paternidade, licença parental e licença de cuidador. Pode tratar-se de uma oferta discricionária ou de um requisito legal. Entre os colaboradores com direito a licença por motivos familiares, 20,7% gozaram um ou mais tipos de licença em 2024. Este número inclui licenças remuneradas e não remuneradas e é apresentado no quadro seguinte, independentemente da sua duração.

Colaboradores com direito a licença por motivos familiares, por género

	2024	
Género	Número de colaboradores com direito a licença por motivos familiares	Quota de colaboradores com direito a licença por motivos familiares, em %
Mulher	9.596	22,5
Homem	9.578	19,3
Outros[1]	0	-
Não comunicado	0	-
Total de colaboradores	**19.174**	**20,7**

[1] Género indicado pelos próprios colaboradores

Modelo de trabalho híbrido

O Deutsche Bank está empenhado num modelo de trabalho híbrido que permita aos colaboradores combinar os benefícios do trabalho no escritório e do trabalho remoto. Este modelo está em vigor em 43 países e abrange a maioria dos seus colaboradores. Os colaboradores elegíveis podem trabalhar remotamente até dois dias por semana, dependendo do cargo e função, conforme determinado pelas diretrizes da divisão e do país. Estas diretrizes garantem uma experiência consistente para os colaboradores e um quadro transparente, ao mesmo tempo que permitem flexibilidade.

As diretrizes das divisões fornecem orientações globais sobre a elegibilidade para o trabalho remoto, que os colaboradores podem utilizar como base para conversas individuais com as suas chefias. Estas diretrizes devem ser aplicadas juntamente com quaisquer diretrizes

específicas do país, que abrangem a elegibilidade do país e o quadro regulamentar local para o trabalho à distância. Em caso de diferença entre as diretrizes da divisão e as do país, aplicam-se as últimas.

Os regimes de trabalho híbrido são revistos anualmente com os colaboradores para garantir que as funções e as equipas refletem ativamente sobre os regimes de trabalho híbrido mais adequados. O Deutsche Bank reconhece o valor da ligação regular a um ambiente de escritório para promover a colaboração e a inovação da equipa, o que ajuda o banco a cumprir as suas responsabilidades para com os clientes.

Bem-estar

ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank tem como objetivo criar um ambiente de trabalho saudável e atencioso, onde os colaboradores podem ser eles próprios, sentir-se apoiados e felizes, para que possam dar o seu melhor e prosperar nas suas carreiras. O objetivo é integrar a saúde e o bem-estar no centro da cultura do banco. O Deutsche Bank quer capacitar proativamente os seus colaboradores para darem prioridade ao seu próprio bem-estar e apoiar os que os rodeiam a fazer o mesmo. A saúde e o bem-estar têm a ver com comportamentos quotidianos, baseados nas quatro dimensões seguintes: prosperidade física, equilíbrio emocional e mental, ligação social e segurança financeira.

O banco está a trabalhar continuamente para alinhar as suas ofertas de bem-estar com as carteiras de benefícios, as iniciativas de diversidade, equidade e inclusão, o modelo de trabalho híbrido e a agenda de Talento e Desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento da liderança, para partilhar as melhores práticas em toda a organização e implementar a agenda de bem-estar em conformidade com os requisitos de governação e custos do banco. A partir de 2024, a reflexão sobre o bem-estar dos colaboradores no quotidiano profissional faz parte do Código de Conduta do banco.

Para tornar as ofertas de bem-estar do banco mais transparentes, aumentar a consciencialização e estar mais bem alinhado entre divisões e regiões, o Centro Global de Bem-Estar do Deutsche Bank está disponível para todos os colaboradores e não colaboradores. O centro reúne uma série de recursos, iniciativas e benefícios existentes em todo o banco num único local, facilitando aos próprios colaboradores do banco a procura de informações sobre os locais onde se podem dirigir para obter apoio (por exemplo, a linha direta disponível 24 horas por dia do Programa de Assistência aos Colaboradores, o Prestador de Socorros à Saúde Mental, os médicos da empresa, etc.) ou para obter recursos sobre o desenvolvimento pessoal. Há também várias dicas úteis sobre como melhorar o bem-estar.

A saúde mental dos colaboradores continuou a ser uma prioridade em 2024. O número de Prestadores de Socorro à Saúde Mental (colaboradores que se voluntariam para apoiar ativamente a saúde mental dos seus colegas) aumentou para 737 prestadores em 2024 (2023: 583), que estão organizados num grupo de trabalho internacional para melhor coordenar os seus esforços. Além disso, o banco oferece um módulo de e-learning interno sobre sensibilização para a saúde mental a todos os colaboradores e um novo e-learning para gestores feito à medida, que abrange o bem-estar (próprio e dos outros), o trabalho híbrido e a cultura de reuniões, com mais de 1.000 gestores inscritos desde o lançamento em julho de 2024. Ao integrar o bem-estar na cultura quotidiana do Deutsche Bank, o banco pretende permitir e capacitar todos os colaboradores a cuidar melhor do seu próprio bem-estar e do dos seus colegas e a contribuir para melhorar a produtividade e a satisfação dos colaboradores. A mensagem "Não há problema em não estar bem" é incluída regularmente na comunicação e nos eventos da gestão de topo em toda a plataforma.

Para enfatizar o compromisso do topo da empresa com o bem-estar dos colaboradores, o Comité de Gestão do Grupo nomeia Responsáveis pelo Bem-Estar em cada Equipa de Liderança global e divisional, que apoiam ativamente a agenda do bem-estar, juntamente com Fabrizio Campelli como Patrocinador do Bem-Estar no Conselho de Administração.

No Dia Mundial da Saúde Mental em 2024, Fabrizio Campelli, juntamente com os Responsáveis pelo Bem-Estar das divisões, reiterou o compromisso do banco para com a sua agenda de bem-estar e participou em alguns dos mais de 60 eventos internos em todo o mundo, que se realizaram no âmbito da Semana Mundial da Saúde Mental, bem como num vídeo Tone from the Top: Creating Psychological Safety Together. O Deutsche Bank também reiterou o seu compromisso para com a Saúde Mental a nível externo, com ecrãs eletrónicos e caixas automáticas a reconhecerem o Dia Mundial da Saúde Mental na Alemanha.

A dedicação do banco ao bem-estar é também reconhecida externamente. O Deutsche Bank ficou classificado em 4.º lugar no Top 10 dos empregadores ideais para o bem-estar no último relatório efinancialCareers Ideal Employer Report 23/24. Nos InsideOut Mental Health Awards 2024, o Deutsche Bank foi nomeado Empregador de Serviços Financeiros do Ano pelo seu excelente programa de saúde mental e bem-estar, que se centra tanto na recuperação como na prevenção. Os jurados elogiaram o empenho global do banco na saúde mental, salientando os seus esforços para criar um ambiente de trabalho orientado para o futuro.

As lesões relacionadas com o trabalho, os acidentes de trabalho e os incidentes graves, como a morte de colaboradores no trabalho, são extremamente raros num banco e são mais relevantes para a segurança de outras indústrias. O Deutsche Bank está empenhado em proporcionar locais de trabalho seguros para benefício dos colaboradores, visitantes e clientes. O banco acredita que a integração de práticas sólidas em matéria de ambiente, saúde e segurança na sua atividade tem vários efeitos positivos. A atenção e a gestão contínuas dos tópicos de segurança contribuem para melhorar a produtividade no local de trabalho e aumentar a satisfação geral dos colaboradores. O banco publica uma Política de Ambiente, Saúde e Segurança global, que estabelece os respetivos requisitos para os

colaboradores e os controlos para garantir a prevenção de acidentes no local de trabalho. Isto inclui aparelhos de assistência e avaliações dos postos de trabalho, primeiros socorros, segurança contra incêndios, planos de evacuação de edifícios e supervisores de pisos. A política é aprovada pelo Diretor de Segurança do banco e revista pelo menos uma vez por ano. A direção continua empenhada em promover os programas de segurança em todo o banco, um compromisso enfatizado pela formação de uma governação para supervisionar, apoiar e defender a segurança de todos no banco.

Diversidade, equidade e inclusão

ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS S1-5, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T
A melhor forma de o banco satisfazer as várias necessidades dos seus clientes, de concretizar com êxito o seu modelo de negócio e de gerar retornos financeiros é através de uma força de trabalho diversificada, com diferentes experiências e competências, e de uma cultura inclusiva que valorize diferentes perspetivas. Os colaboradores de todas as origens e experiências necessitam de um acesso equitativo e justo às oportunidades de sucesso. Com um documento de enquadramento global, várias políticas, processos, benefícios, iniciativas e medições, o banco integra continuamente a diversidade, a equidade e a inclusão nas suas próprias operações e promove ações positivas para os seus colaboradores, incluindo grupos potencialmente vulneráveis. Estes esforços também reduzem o risco de discriminação, assédio (incluindo assédio sexual) e retaliação com base em caraterísticas protegidas, incluindo, entre outros a raça, a cor, o género, a nacionalidade, a etnia, a idade, a religião, a deficiência, o estado civil, a gravidez, a orientação sexual, a identidade e expressão de género, a cidadania ou qualquer outra caraterística protegida por lei.

O Deutsche Bank tem uma estratégia global de diversidade, equidade e inclusão, implementada com nuances regionais, baseada em quatro elementos fundamentais: Liderança Responsável, Atração de Talentos Diversos, Cultura Inclusiva e Desenvolvimento e Progressão Equitativos. A implementação da estratégia é apoiada por um documento de enquadramento da Abordagem à Diversidade, Equidade e Inclusão a nível do Grupo, aprovado pelo Diretor Global de RH. O documento de enquadramento dá uma visão geral da estratégia global de diversidade, equidade e inclusão do banco, alinhada com o objetivo, a visão, a estratégia e a cultura do banco. Descreve os princípios de diversidade, equidade e inclusão e a sua aplicação aos colaboradores e às operações do banco, em conformidade com a legislação aplicável em todo o mundo. Foi concebido para definir as considerações, os parâmetros e o quadro de governação que orientam as decisões com impacto na diversidade, equidade e inclusão no Deutsche Bank. A diversidade, a equidade e a inclusão são parte integrante das principais políticas, como a Política de Contratação e o Código de Conduta, que define as normas mínimas de comportamento e conduta e proíbe a discriminação, o assédio, incluindo o assédio sexual, e a retaliação. São oferecidas ações de formação sobre questões específicas de diversidade, equidade e inclusão abrangidas por políticas relacionadas, em parte de carácter obrigatório, como a formação sobre o Código de Conduta, e em parte para grupos específicos, como a formação de gestores de contratação inclusiva, a formação de novos gestores e a formação em liderança inclusiva, tal como descrito na secção "Desenvolvimento de talentos" do capítulo "Força de trabalho própria".

Uma equipa de RH dedicada é responsável pela definição e condução da visão de diversidade, equidade e inclusão do banco, da estratégia global e do roteiro plurianual, bem como pela definição das prioridades anuais associadas. O Conselho de Administração e o Comité de Gestão do Grupo aprovam a visão e a estratégia do banco em matéria de diversidade, equidade e inclusão, e acompanham os progressos realizados em relação às metas e objetivos acordados. A equipa central ativa os líderes e colaboradores para apoiar de forma sustentável a estratégia de diversidade, equidade e inclusão e para fazer progressos em relação aos objetivos estabelecidos.

As decisões de promoção e nomeação do banco baseiam-se no mérito, incluindo a adequação dos candidatos a uma função, o seu potencial e o seu desempenho demonstrado.

Ao longo de 2024, o banco continuou a integrar a diversidade, a equidade e a inclusão na sua cultura e nas suas práticas pessoais. Isto inclui ações orientadas para atrair e contratar talentos diversificados, planeamento de carreira melhorado, desenvolvimento de liderança, oportunidades de exposição e patrocínio de líderes seniores.

O banco tem uma variedade de programas de desenvolvimento emblemáticos com impacto que apoiam talentos diversificados a nível global, como o ATLAS, o Women Global Leaders e o dbBOLD, conforme descrito nas secções seguintes.

O banco continua a dotar os seus colaboradores de recursos para praticar a inclusão e compreender como tomar decisões equitativas relacionadas com as pessoas. O banco responsabiliza os líderes através de uma abordagem baseada em dados, com um forte envolvimento e um patrocínio visível da direção. Com esta abordagem, o banco está a fazer progressos no sentido de aumentar a diversidade de perspetivas e de promover mudanças comportamentais.

O Deutsche Bank apoia muitos grupos voluntários liderados por colaboradores (conhecidos como Grupos de Recursos de Colaboradores) que unem colegas de diferentes origens, experiências e áreas de negócio para inspirar a inclusão nas suas interações diárias. Os Grupos de Recursos de Colaboradores ligam membros de grupos subrepresentados e/ou historicamente marginalizados e aliados com o objetivo de identificar barreiras à equidade e à inclusão, estabelecendo parcerias com a equipa de diversidade, equidade e inclusão para encontrar soluções e demonstrar o empenho do banco na diversidade, equidade e inclusão. Dependendo da localização, os Grupos de Recursos dos Colaboradores do banco apoiam atualmente uma variedade de comunidades, tais como mulheres, colaboradores LGBTQI+, colaboradores de origens multiculturais, pais, diferentes gerações, pessoas com deficiência ou neurodivergência, bem-estar e veteranos militares. Todos os Grupos de Recursos dos Colaboradores do banco estão abertos a todos os colaboradores, independentemente da sua identidade.

No âmbito da sua estratégia, o banco também estabeleceu parcerias estratégicas com organizações de todo o mundo, como, por exemplo, ser membro fundador da Charta der Vielfalt (Carta da Diversidade), da Women in Finance Charter do Tesouro do Reino Unido, da Partnership for Global LGBTI Equality, da iniciativa Partnering for Racial Justice in Business do Fórum Económico Mundial e da Valuable 500. Além disso, o Deutsche Bank é uma das primeiras sociedades a receber o certificado berufundfamilie+Vielfalt em 2024, após uma extensa auditoria externa das dimensões da diversidade na Alemanha, em colaboração com a berufundfamilie Service GmbH. Estas parcerias ajudam o banco a avançar com a sua estratégia de diversidade, equidade e inclusão. Várias organizações em várias regiões reconheceram publicamente os esforços de diversidade, equidade e inclusão do Deutsche Bank em 2024 em várias dimensões, incluindo LGBTQI+, pessoas com deficiência e bem-estar. Os colaboradores foram também reconhecidos como modelos a seguir, nomeadamente pela INvolve People.

Diversidade de género

ESRS S1-1, ESRS S1-9, ESRS S1-5, ESRS 2 MDR-T

O banco está empenhado em aumentar a proporção de mulheres em posições de liderança sénior em toda a organização, e são as empresas individuais do banco que honram este compromisso. Nos seus esforços de implementação, o Deutsche Bank reflete as diferentes culturas e desafios sociais nas suas localizações e negócios, bem como as leis e regulamentos em todos os mercados em que opera.

O banco implementou iniciativas específicas para acelerar a mudança e atingir os seus objetivos de diversidade de género. As iniciativas são implementadas ao longo de todo o ciclo de vida dos colaboradores, desde atrair e contratar talentos até ao seu desenvolvimento, retenção e promoção. O banco analisa os seus progressos através da apresentação regular de relatórios sobre os indicadores de diversidade, equidade e inclusão e da apresentação de áreas de boas práticas e potenciais riscos ao Conselho de Administração, ao Comité de Gestão do Grupo e ao Comité de Nomeação do Conselho de Fiscalização.

No final do ano de 2024, sete em vinte ou 35% dos membros do Conselho de Fiscalização eram mulheres (2023: oito em vinte ou 40%). Este número cumpria o requisito estatutário de 30% para as empresas alemãs co-determinadas e cotadas em bolsa, nos termos da legislação de quotas de género que entrou em vigor em 2015.

No final do ano de 2024, dois em cada dez ou 20% dos membros do Conselho de Administração eram mulheres (2023: um em cada nove ou 11%). A atual lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FüPoG II) exige a nomeação de, pelo menos, uma mulher e um homem para um Conselho de Administração com mais de três membros. Com Rebecca Short e, desde 1 de julho de 2024, Laura Padovani no Conselho de Administração, o banco cumpriu este requisito em 31 de dezembro de 2024.

Requisitos legais e resultados para a representação das mulheres

	31 dez 2024		31 dez 2023
	Requisito	Resultado	Resultado
Nível			
Conselho de Fiscalização (número de efetivos, em %)[1]	30,0	35,0	40,0
Conselho de Administração (número de efetivos)[2]	1	2	1

[1] Reflete o requisito da lei alemã relativa às quotas de género (Erstes Führungspositionen-Gesetz, FüPoG I)
[2] Reflete o requisito da lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FüPoG II)

Em conformidade com a lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FüPoG II), o Deutsche Bank comprometeu-se a atingir 30% de mulheres nos dois níveis de gestão abaixo do Conselho de Administração até ao final de 2025. O banco reafirmou o compromisso do Conselho de Administração de promover a diversidade de género, estabelecendo o objetivo de ter pelo menos 32,5% de mulheres nos dois níveis de gestão abaixo do Conselho de Administração até ao final de 2026, como parte do Plano de Incentivo a Longo Prazo do Conselho de Administração 2024-2026.

O Deutsche Bank assumiu publicamente o compromisso de promover a representação das mulheres em cargos de chefia e de criar um grupo de mulheres seniores que permita ao banco cumprir os seus requisitos estatutários. O banco pretende que as mulheres representem, pelo menos, 35% da sua população de diretores-gerais, diretores e vice-presidentes a nível mundial até 2025 (divisões de negócios e funções de infraestruturas, excluindo a Asset Management), o que é conhecido como "35 até 25". Este objetivo faz igualmente parte dos indicadores-chave de desempenho da Pontuação Equilibrada que avalia o Conselho de Administração e o Comité de Gestão do Grupo. Em 2021, o objetivo foi anunciado publicamente após consulta do Conselho de Fiscalização, que inclui, entre outros, representantes dos trabalhadores. O objetivo baseou-se na modelação dos dados relativos à força de trabalho e em pressupostos sobre a percentagem de mulheres nas contratações, promoções e rotatividade, utilizando os dados de 2020 como base de referência. O programa "35 by 25" é patrocinado e apoiado ativamente pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Gestão do Grupo. A partir de 2023, cada um dos comités de tomada de decisões do Banco deverá rever regularmente a sua composição, a fim de melhorar a diversidade de pensamento e apoiar o compromisso do Banco de aumentar a proporção de mulheres em cargos superiores de tomada de decisões. Os progressos no sentido de atingir o objetivo de 35 até 25 são acompanhados regularmente e publicados anualmente. O progresso em relação aos objetivos intercalares anuais internos é monitorizado mensalmente em relação à base de referência inicial e ao período de base, incluindo as atividades de contratação e promoção do banco, bem como o volume de negócios.

Objetivos e resultados para a representação das mulheres

	31 dez 2024		31 dez 2023
	Objetivo	Resultado	Resultado
Nível			
Nível -1 do Conselho de Administração (número de efetivos, em %)[1]	30,0	28,9	20,0
Nível -2 do Conselho de Administração (número de efetivos, em %)[1]	30,0	28,3	27,6
Cargos corporativos seniores[2,3]			
Diretores executivos, diretores e vice-presidentes (número de efetivos, em %)	35,0	33,0	32,3

[1] Objetivo em conformidade com a lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FüPoG II); o objetivo reflete dezembro de 2025
[2] O objetivo reflete dezembro de 2025, incluindo as promoções do ano seguinte
[3] Divisões de negócios e funções de infraestruturas (excluindo a Asset Management)

Diversidade de género

	31 dez 2024	31 dez 2023
Colaboradores do sexo feminino por cargo corporativo (número de efetivos, em %)[1,2]		
Diretores executivos	22,8	22,3
Administradores	28,8	28,0
Vice-presidentes	35,6	34,8
Vice-presidentes adjuntos e associados	42,3	41,9
Não dirigentes	59,6	59,0
Total de colaboradores do sexo feminino (número de efetivos, em %)[1]	**46,5**	46,3

[1] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Os cargos corporativos do Postbank (incluindo as subsidiárias) são tecnicamente derivados

O Deutsche Bank também monitoriza os seus progressos no que respeita ao aumento da representação das mulheres noutras áreas, nomeadamente nas funções de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM), predominantemente na divisão de Tecnologia, Dados e Inovação do banco, e como líderes nas funções do banco orientadas para o cliente e geradoras de receitas. No final de 2024, as mulheres representavam 29,9% (2023: 28,3%) dos colaboradores CTEM do banco e detêm 27,1% (excluindo a DWS; 2023: 26,2%, excluindo a DWS) das funções de gestão geradoras de receitas situadas nas áreas de Vendas, Consultoria a Clientes, Negociação, Marketing e Apoio à Cobertura de Vendas.

O Deutsche Bank tem vários programas que promovem o desenvolvimento e, consequentemente, fomentam uma força de trabalho diversificada. O programa de desenvolvimento de talentos Accomplished Top Leaders Advancement Strategy (ATLAS) tem como objetivo acelerar a preparação de mulheres seniores com elevado potencial para assumirem funções mais amplas na organização e aumentar o número de mulheres em cargos seniores e influentes em todo o banco. O programa engloba uma combinação de desenvolvimento de capacidades em temas estrategicamente relevantes, desenvolvimento de liderança, bem como maior exposição e perfil. Outro aspeto deste programa consiste em aproveitar o poder de cada grupo para colaborar e investir noutras redes de talentos femininos, a fim de promover a colaboração entre divisões e capacitar as mulheres para agirem como catalisadores da mudança.

Estes programas de desenvolvimento de talentos desempenham um papel importante no progresso do banco rumo aos seus objetivos de diversidade. O programa de desenvolvimento de aceleração do talentos de Diretor, por exemplo, tem um módulo de Mulheres Líderes Globais. Baseia-se em investigação para identificar caminhos para acelerar o crescimento da carreira das mulheres e fornece orientação pessoal sobre o reforço de redes de liderança vitais. O seu objetivo geral é capacitar os participantes para maximizarem o seu impacto enquanto líderes e para desenvolverem as suas carreiras. Para mais informações sobre liderança e desenvolvimento de talentos, consultar a secção "Desenvolvimento de talentos" do subcapítulo "Condições de trabalho" do presente capítulo "Força de trabalho própria".

O grupo de antigos alunos do programa de aceleração de talentos, criado em 2020, tem como objetivo continuar a colaborar com os melhores talentos do banco, mesmo depois de estes terem concluído o seu programa de desenvolvimento de aceleração. As antigas alunas do programa "Mulheres Líderes Globais" foram convidadas a organizar pequenos círculos de orientação profissional para as participantes do programa de Vice-presidente, uma iniciativa que visa continuar a desenvolver a comunidade de talentos femininos.

A Schneider-Lenné Cadre é uma comunidade de mulheres líderes seniores do banco, constituída por mulheres que assumem riscos na gestão de topo, bem como por atuais e antigos participantes no ATLAS. Batizada com o nome de Ellen Schneider-Lenné, a primeira mulher no Conselho de Administração do Deutsche Bank, a sua visão é criar uma poderosa comunidade de mulheres líderes que sejam modelos visíveis e ativos no banco, equipá-las com uma plataforma e ferramentas para impulsionar a mudança cultural e apoiar o desenvolvimento e o envolvimento de talentos em todo o banco.

Pelo seu empenho, o banco foi nomeado um dos 50 melhores empregadores pelo The Times para a igualdade de género em 2024 no Reino Unido.

Diferenças salariais entre homens e mulheres

ESRS S1-16

O Deutsche Bank reconhece que a forma como remunera os seus colaboradores desempenha um papel vital na concretização bem sucedida dos objetivos estratégicos do banco e na manutenção de uma cultura saudável. Ao alinharem o risco e a recompensa e ao induzirem os comportamentos corretos, os sistemas de incentivos do banco ajudam a tornar o banco mais resistente, contribuindo simultaneamente para o seu êxito a longo prazo. Uma abordagem justa, transparente e sustentável à remuneração é, por conseguinte, de importância crucial para o banco, e o banco continua a progredir nesse domínio.

O Deutsche Bank é uma entidade empregadora diversificada que opera em várias regiões do mundo, abrangendo quatro divisões de negócio: Private Bank, Corporate e Investment Bank e Asset Management, bem como operações e funções de apoio. O banco fez progressos significativos na consecução dos seus objetivos ambiciosos. Estes esforços incluem o desenvolvimento e o alinhamento de faixas salariais fixas para promover e garantir o princípio de salário igual para trabalho igual. Este compromisso sublinha a dedicação do banco à promoção da justiça e da equidade no seio da sua força de trabalho. Para continuar a garantir que o banco avança na direção certa, disponibilizou mais recursos para que as empresas e as funções de infraestrutura utilizem eficazmente estes instrumentos e criem um ambiente justo, transparente e sustentável.

O banco tem vindo a divulgar publicamente ou a comunicar às autoridades reguladoras as disparidades salariais não ajustadas entre homens e mulheres desde há vários anos, nos países em que existe um requisito legislativo. Por exemplo, no Reino Unido, o banco publicou o seu sétimo relatório sobre as disparidades salariais entre homens e mulheres em março de 2024. Registaram-se progressos, com a diferença mediana da remuneração horária a diminuir de 24,9% em 2022 para 24,3% em 2023 e a diferença mediana da remuneração com bónus a diminuir de 41,3% para 38,8%. Além disso, o banco publicou voluntariamente, pela quarta vez, as suas disparidades salariais em função da origem étnica no Reino Unido.

Para o ano de referência de 2024, o Deutsche Bank comunicou pela primeira vez as suas disparidades salariais globais não ajustadas entre homens e mulheres, a fim de compreender a extensão das disparidades salariais entre homens e mulheres entre os colaboradores do banco a nível mundial, incluindo os membros do Conselho de Administração. A diferença salarial global não ajustada entre homens e mulheres é definida como a diferença dos níveis médios de remuneração horária entre colaboradores do sexo feminino e masculino, expressa em percentagem do nível médio de remuneração horária dos colaboradores do sexo masculino. Para 2024, a diferença salarial global não ajustada entre homens e mulheres era de 38,8%.

Uma análise de regressão, que considera uma série de fatores objetivos, como a antiguidade, o sector de atividade e a região, resulta numa diferença salarial ajustada entre homens e mulheres de 6,0%. Por conseguinte, a razão subjacente às disparidades salariais globais não ajustadas entre homens e mulheres está principalmente associada à menor representação das mulheres em cargos superiores e altamente remunerados e em localizações com custos mais elevados. Para impulsionar a mudança estrutural e conseguir que mais mulheres ocupem cargos de chefia, o Deutsche Bank continua a progredir no seu objetivo e iniciativas de diversidade de género "35 até 25", tal como descrito no subcapítulo "Diversidade, equidade e inclusão" do capítulo "Força de trabalho própria". Embora o Deutsche Bank reconheça que ainda há trabalho a fazer, os esforços e iniciativas em curso continuarão e espera-se que tenham um impacto positivo na diferença ao longo do tempo.

Diversidade etária

ESRS S1-9

O banco beneficia das diferentes perspetivas geracionais e reconhece que diferentes gerações têm necessidades diferentes. O banco proporciona aos colaboradores benefícios e apoios adequados às diferentes fases da vida e da carreira. As vantagens incluem assistência a crianças, cuidados a idosos, uma vasta gama de opções de trabalho flexíveis e oportunidades de aprendizagem. Os programas de tutoria invertida, em que os colaboradores mais jovens orientam os colegas mais seniores, ajudam a força de trabalho do banco a colaborar eficazmente entre gerações.

Estrutura etária

Idade (número de efetivos, em %)[1]	31 dez 2024	31 dez 2023
Menos de 30 anos	16,2	16,5
30–50 anos	57,0	57,0
Mais de 50 anos	26,9	26,5

[1] O Deutsche Bank não emprega crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos; os números podem não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos

Pessoas com deficiência

ESRS S1-12

O banco tem como objetivo assegurar um ambiente de trabalho inclusivo para todos os colaboradores, incluindo pessoas com deficiências visíveis e invisíveis. O banco faz um esforço sincero para satisfazer as necessidades de todos os colaboradores, tais como postos de trabalho acessíveis e adaptações razoáveis. O banco continua a disponibilizar entradas, elevadores, casas de banho e estacionamento acessíveis. Estão disponíveis opções de trabalho flexíveis para as pessoas que necessitam de flexibilidade a curto ou longo prazo devido a uma deficiência. O banco também assegura empregos externos para pessoas com deficiência, por exemplo, através da sua cooperação bem sucedida e de longa data com a Associação de Grupos de Trabalho Protegidos (Genossenschaft der Werkstätten, GDW) na Alemanha. Em 2024, o Deutsche Bank AG em Singapura foi acreditado com o estatuto Enabling Mark Platinum pela SGEnable, a principal agência para a deficiência e inclusão em Singapura.

A capacidade do banco para medir o número de colaboradores com deficiência depende da autodivulgação voluntária e é limitada pelas leis de proteção de dados, por exemplo, o Regulamento Geral Europeu de Proteção de Dados. Além disso, devido ao estigma social que persiste, muitas pessoas optam por não partilhar esta informação, mesmo em localizações onde é permitido ao banco perguntar. No final de 2024, o banco empregava 3.057 pessoas com deficiência, das quais 1.820 mulheres com deficiência e 1.237 homens com deficiência. Na Alemanha, o banco empregava 2.511 pessoas com deficiência no final de 2024 (6,2% do quadro de pessoal do banco). A divulgação baseia-se no código social alemão IX.

Colaboradores com deficiência por género

	Percentagem de colaboradores (número de efetivos)	
Género, em %	31 dez 2024	31 dez 2023[2]
Mulher	4,1	4,0
Homem	2,4	2,4
Outros[1]	-	-
Não comunicado	-	-
Total de colaboradores	**3,2**	3,1

[1] Género indicado pelos próprios colaboradores
[2] Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

Diversidade étnica e racial

ESRS S1-4, ESRS S1-5, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T

Com base na crença do banco nos benefícios de ter uma força de trabalho diversificada para melhor atender às várias necessidades dos seus clientes, o Deutsche Bank esforça-se por fazer mais progressos na diversidade racial e étnica e estabeleceu o objetivo aspiracional em 2021 de aumentar a proporção de representação de herança negra entre os seus colaboradores no Reino Unido em mais de 30% até 31 de dezembro de 2025, em comparação com a base de referência de 3,0% em 31 de dezembro de 2021. Ao definir o objetivo aspiracional, foi consultada a equipa de liderança sénior. Para atingir esta ambição, o banco está a concentrar-se tanto na retenção como na contratação de talentos de herança negra em todos os cargos da empresa. Os progressos são acompanhados regularmente e o banco está a progredir no sentido de alcançar esta aspiração com uma quota de 3,7% em 31 de dezembro de 2024, o que representa um aumento de 23% em relação ao ano de referência de 2021.

Os objetivos são acompanhados de esforços para melhorar o acesso a oportunidades de carreira através de parcerias com organizações externas orientadas para a diversidade, a fim de atrair e recrutar talentos diversos e apoiar o desenvolvimento da liderança. Por exemplo, o programa global dbBOLD, destinado a colaboradores de ascendência negra em determinados níveis de cargos empresariais, é realizado em parceria com uma academia de líderes de uma empresa de consultoria e oferece sessões virtuais intersectoriais conduzidas por especialistas e discussões em pequenos grupos. Estas são complementadas por oportunidades de interação com a liderança sénior do banco, bem como por uma série de temas-chave de liderança. O programa expandiu-se desde a sua criação em 2020 e atingiu 383 colaboradores a nível mundial.

Pessoas LGBTQI+

O banco é um líder reconhecido no sector por assumir uma posição firme em relação aos direitos LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Queer e Intersexo) em todo o mundo.. O banco foi reconhecido como um empregador de eleição por várias organizações LGBTQ+ no Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Índia. O Deutsche Bank foi galardoado com o Prémio Max-Spohr 2024 pela sua estratégia e empenho contínuos e multidimensionais em matéria de diversidade, equidade e inclusão, atribuído pela Völklinger Kreis e.V., uma associação profissional reconhecida de executivos e trabalhadores independentes homossexuais, empenhada na gestão holística da diversidade nas empresas.

Pessoas neurodivergentes

O banco criou atividades e iniciativas de inclusão em vários países para apoiar os colaboradores com diferenças neurológicas. O grupo de recursos para colaboradores dbEnable estabeleceu uma rede de Neurodiversidade com cerca de mil membros e, no Reino Unido, o Deutsche Bank estabeleceu uma parceria com a Autistica, a principal instituição de investigação e campanha sobre autismo do Reino Unido, para compreender melhor como o banco pode melhorar continuamente as suas práticas de apoio aos colaboradores neurodivergentes ao longo da sua carreira.

Incidentes e reclamações

ESRS S1-1, ESRS S1-17, ESRS G1-1, ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank tem um compromisso de longa data com o respeito pelos direitos humanos e subscreveu voluntariamente normas internacionais como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre empresas e direitos humanos. Para mais pormenores sobre o compromisso do Deutsche Bank, consultar a Declaração do Grupo Deutsche Bank sobre Direitos Humanos, aprovada pelo Conselho de Administração e assinada pelo Diretor-Geral.

O Deutsche Bank integra os princípios dos direitos humanos nas suas atividades globais. Em caso de potenciais infrações, está em vigor um quadro de denúncia de irregularidades para apresentar, investigar e sancionar quaisquer incidentes, tal como descrito no subcapítulo "Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações" do capítulo "Força de trabalho própria". No âmbito da sua estratégia global de sustentabilidade e com base no seu anterior Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos, o Deutsche Bank criou, em 2022, um Fórum de Direitos Humanos a nível do Grupo ("Fórum"). O Comité responde perante o Comité de Sustentabilidade do Grupo e é copresidido pelo Diretor de Sustentabilidade do Grupo e pelo Diretor de Direitos Humanos do Deutsche Bank, sendo constituído por representantes de topo das divisões de negócio e das funções de infraestruturas do banco. O seu mandato consiste em supervisionar a gestão pelo Deutsche Bank das questões relacionadas com os direitos humanos, monitorizar as tendências relacionadas com os direitos humanos, reunir e partilhar as lições aprendidas no seio do Deutsche Bank, estabelecer contactos com peritos externos e iniciar projetos estratégicos relacionados com os direitos humanos. O Fórum complementa os processos de gestão de riscos e de diligência devida estabelecidos pelo banco no âmbito das suas atividades e operações.

Para reforçar ainda mais a sua gestão dos direitos humanos, o Deutsche Bank nomeou, em 2023, um Diretor de Direitos Humanos no âmbito da Sustentabilidade do Grupo, que faz parte do Gabinete de Sustentabilidade do banco. Apoia a gestão de iniciativas relacionadas com os direitos humanos e é responsável pela promoção destas iniciativas em todo o banco. O cargo assume a responsabilidade de supervisionar a gestão dos direitos humanos no Deutsche Bank e de coordenar os processos e os canais de comunicação para avaliar a eficácia da abordagem de gestão dos direitos humanos do banco. Outras responsabilidades do Diretor de Direitos Humanos incluem o desenvolvimento de normas gerais para a gestão dos direitos humanos, a definição de normas de gestão de riscos em colaboração com as funções de risco e outras, a coordenação de projetos estratégicos de direitos humanos, a representação do Deutsche Bank em redes relevantes e a atuação como ponto de contacto para questões relacionadas com os direitos humanos.

O Código de Conduta do Deutsche Bank define os padrões mínimos de comportamento e conduta que o banco espera que todos os seus colaboradores, não colaboradores e o banco como organização adotem. O objetivo do Código de Conduta é assegurar que a força de trabalho do banco se comporta de forma ética, íntegra e de acordo com as políticas e procedimentos do banco, bem como com as leis e regulamentos aplicáveis. No entanto, para além do mero cumprimento, o banco está empenhado em fazer sempre o que é correto e adequado. O Deutsche Bank exige que os seus colaboradores e os membros do seu Conselho de Administração respeitem a letra e o espírito deste Código, bem como todas as outras políticas e procedimentos aplicáveis, para promover o cumprimento de elevados padrões éticos. O compromisso do Deutsche Bank para com o respeito pelos direitos humanos está ancorado no Código de Conduta, com especial incidência na prevenção do trabalho infantil, da escravatura moderna e dos abusos do tráfico de seres humanos. Para garantir que os colaboradores têm uma compreensão exaustiva do Código de Conduta e das suas responsabilidades decorrentes do mesmo, existe uma formação obrigatória. Em 2024, a taxa de conclusão foi de 100% (2023: 100 %).

O Deutsche Bank pretende proporcionar um ambiente de trabalho livre de assédio, discriminação e retaliação e onde os direitos humanos são salvaguardados em qualquer altura. Qualquer coisa menos do que isso impediria o banco de prosperar, de aprofundar a confiança das partes interessadas e de salvaguardar a sua reputação. Na maioria das circunstâncias, os colaboradores do banco agem com integridade e exibem os comportamentos corretos, em total consonância com as políticas e procedimentos do banco, tal como descrito no subcapítulo "Gestão da força de trabalho" do capítulo "Força de trabalho própria".

Em raras ocasiões, o comportamento fica aquém das normas exigidas. O Deutsche Bank estabeleceu mecanismos para a apresentação destas questões, como o canal de denúncias e o canal de gestão de reclamações, tal como descrito no capítulo "Cultura, integridade e conduta". As reclamações dos colaboradores e não colaboradores são tratadas de acordo com a legislação local. Além disso, o banco implementa controlos e processos internos para detetar se algo não está bem e, se for caso disso, procede a uma investigação. Dependendo das circunstâncias e da gravidade, pode ser necessário agir, incluindo a aplicação de medidas disciplinares aos colaboradores.

O banco esforça-se por tomar decisões disciplinares de forma coerente e transparente. Todos os colaboradores devem sentir que estão a ser tratados de forma justa. O Deutsche Bank vê fortes ligações entre o comportamento esperado dos seus colaboradores, a forma como a remuneração é determinada para ter em conta o risco e o comportamento, e a ação disciplinar para os colaboradores que não cumprem as expectativas do banco em termos de conduta.

Os RH analisam os relatórios de investigação para determinar o curso de ação apropriado, que pode incluir a invocação de processos disciplinares, a aplicação de medidas não disciplinares, como a aprendizagem com incidentes ou o aconselhamento a colaboradores, ou o arquivamento do caso se não houver provas suficientes. As possíveis ações disciplinares para os colaboradores podem ir desde advertências verbais e escritas até ao despedimento, e essas sanções podem ter impacto na remuneração variável e na promoção de um colaborador, o que também está definido na Política de Desempenho, Consequências e Recompensas, tal como descrito no subcapítulo "Condições de trabalho" do capítulo "Força de trabalho própria". As possíveis ações relativas a não colaboradores podem incluir o fim imediato do seu vínculo ou a não prorrogação ou renovação do contrato.

Incidentes e reclamações

	2024
Número total de incidentes de discriminação, incluindo assédio (confirmados e parcialmente confirmados)	57
Número total de reclamações de discriminação (incluindo assédio) e condições de trabalho apresentadas pela força de trabalho própria através dos canais do Deutsche Bank (excluindo os incidentes acima referidos)	202
Montante total das multas, coimas e indemnizações por danos resultantes dos incidentes e reclamações acima referidos (em milhões de euros)	0,25

Em 2024, foram registados 57 incidentes de discriminação, incluindo assédio. Neste contexto, entende-se por incidentes quaisquer reclamações de discriminação (incluindo assédio) apresentadas por colaboradores ou não colaboradores através de um processo formal e que tenham sido aceites ou parcialmente aceites pelo banco, bem como quaisquer ações judiciais que incluam alegações de discriminação (incluindo assédio) contra o banco. Além disso, foram registadas 202 reclamações de discriminação, assédio ou relativas às condições de trabalho. Neste contexto, as reclamações são alegações de discriminação ou assédio ou de condições de trabalho feitas por colaboradores ou não colaboradores através de um processo formal que foram indeferidas, deferidas ou parcialmente deferidas e excluindo os incidentes acima relatados. Durante o ano de referência, não foram apresentadas quaisquer reclamações aos pontos de contacto nacionais para as empresas multinacionais da OCDE.

O montante total das coimas, multas e indemnizações por danos resultantes de reclamações e incidentes em 2024 foi de 0,25 milhões de euros. Este montante consta da ficha financeira do banco na rubrica Contencioso. Os incidentes e as reclamações ocorrem em todas as regiões do banco, geralmente com um número mais elevado nos países com maior força de trabalho.

Estes casos referem-se às raras ocasiões em que a conduta fica aquém dos padrões exigidos pelo Deutsche Bank, que espera que os seus trabalhadores tenham sempre uma conduta ética e cumpram todas as leis e regulamentos aplicáveis, de modo a garantir um ambiente de trabalho livre de assédio, discriminação e retaliação.

Centralidade no cliente

ESRS 2, ESRS 2 SBM-3, ESRS S4-1, ESRS S4-2, ESRS S4-3, ESRS S4-4
Servindo clientes há mais de 150 anos, os clientes são o núcleo e o centro da atividade do Deutsche Bank. Esta mensagem foi reforçada e está ancorada:

- Na nova declaração de propósito que o Deutsche Bank lançou em 2024 como parte do seu programa "This is Deutsche Bank": "Dedicado ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos nossos clientes no país e no estrangeiro"
- Na visão: "Global Hausbank: o líder na Europa e a primeira escolha dos nossos clientes em todo o mundo"
- Na estratégia: "Um modelo de negócio aperfeiçoado, centrado nas áreas em que detemos posições de liderança no mercado nas nossas quatro atividades centradas no cliente"

Além disso, a centralidade do cliente é articulada no Código de Conduta do Deutsche Bank no pilar "Os nossos clientes", bem como no comportamento crítico "Esforço para uma excelente experiência do cliente", que engloba, entre outros aspetos, a aprendizagem sobre os clientes e a compreensão das suas necessidades, procurando ativamente e adaptando-se ao feedback dos clientes.

Reconhecendo que o Deutsche Bank presta serviços a diferentes tipos de clientes, todas as atividades relacionadas com os clientes estão alinhadas com as divisões de negócio do banco. Em 31 de dezembro de 2024, estes eram os quatro seguintes: Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management. O Corporate Bank responde às necessidades de um conjunto diversificado de clientes empresariais, instituições financeiras, investidores e emitentes em três segmentos de clientes, nomeadamente os Serviços de Tesouraria de Empresas, os Serviços para Clientes Institucionais e, na Alemanha, o Corporate Bank. O Investment Bank tem uma oferta global abrangente, proporcionando aos clientes institucionais e empresariais a gestão de riscos de rendimento fixo e divisas e o fornecimento de liquidez, capacidades de financiamento líderes e um conjunto completo de serviços de geração e consultoria. O Private Bank é o parceiro mais no que respeita a todas as questões de financiamento e investimento para os clientes privados na Alemanha e fornece aos clientes abastados e aos empresários familiares em todo o mundo soluções de investimento feitas à medida. O Asset Management oferece uma gama de produtos ativos, passivos e alternativos que permitem aos investidores posicionarem-se em qualquer cenário de mercado. Além disso, o banco tem um nível organizacional nacional e regional.

Como parte da dupla avaliação da materialidade do Deutsche Bank, o subtópico dos impactos relacionados com a informação para os consumidores e utilizadores finais decorrentes da ESRS S4 foi considerado material. Os impactos relacionados com a informação no que se refere aos produtos e serviços do banco incluem o acesso a informação de qualidade, a liberdade de expressão e a privacidade e estão ligados à ambição do banco de procurar obter uma excelente experiência para os clientes atuais e novos, ou seja, manter e expandir as relações com os clientes a curto, médio e longo prazo. O tema da privacidade de dados, que não só está associado aos clientes como também à própria força de trabalho do banco, é abordado no subcapítulo separado “Proteção de dados” no capítulo “Informações de governação” da Declaração de Sustentabilidade. O banco reconhece que a terminologia de "consumidores e utilizadores finais" referida na ESRS S4, quando transposta para o contexto de uma instituição financeira, só pode estar diretamente relacionada com particulares na sua atividade de Private Bank. No entanto, a ambição do banco para com os clientes, tal como acima descrita, inclui todos os tipos de clientes nos seus quatro segmentos de atividade. Assim, para o Corporate Bank, o Investment Bank e o Asset Management, foi aplicado um conceito mais amplo de clientes, refletindo a estrutura de clientes respetiva de cada negócio (por exemplo, o Corporate Bank serve clientes empresariais e institucionais em vez de particulares). Embora os requisitos de divulgação específicos de cada entidade da norma ESRS 2 tenham sido aplicados a estas três atividades, nomeadamente o Corporate Bank, o Investment Bank e o Asset Management, as divulgações específicas de cada atividade encontram-se nos seguintes subcapítulos "Satisfação do cliente" e "Gestão de reclamações" neste capítulo "Centralidade no cliente", também tiveram uma orientação rigorosa dos requisitos de divulgação da norma ESRS S4, de modo a criar uma visão abrangente e comparável da centralidade no cliente nas quatro atividades do Deutsche Bank.

Aplicado ao Deutsche Bank, o tema da centralidade no cliente constitui o enquadramento de vários elementos ao longo de um ciclo de vida holístico do cliente. Começando por assegurar que o banco cumpre a legislação e os regulamentos relativos à oferta de produtos e serviços financeiros, o que é abordado nas sub-rubricas Responsabilidade por produtos, no capítulo seguinte, e indo até à recolha contínua do feedback dos clientes e à orientação das suas ações para as necessidades e expectativas dos clientes, o que é detalhado nas sub-rubricas Satisfação do cliente e Gestão de reclamações, neste capítulo.

Governação

ESRS 2 GOV-2
O Deutsche Bank dispõe de estruturas de governação distintas para os temas que contribuem para as suas ambições de centralidade no cliente.

Responsabilidade por produtos

O compromisso do Deutsche Bank para com a responsabilidade por produtos é sustentado pelo Código de Conduta, que é aprovado pelo Diretor de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira do banco, que é membro do Conselho de Administração, e aplica-se a

todos os colaboradores e membros do Conselho de Administração do banco. Além disso, o banco dispõe de um sistema de governação concebido para rever e comunicar os requisitos políticos, conforme necessário, incluindo um quadro político abrangente.

Satisfação do cliente e gestão de reclamações

O Deutsche Bank baseia-se no feedback dos clientes para garantir a qualidade e, se necessário, conceber programas de melhoria. O feedback agregado sobre as principais tendências, os conhecimentos adquiridos e as medidas corretivas é comunicado à direção e a outros intervenientes relevantes do banco. O Diretor de Conformidade detém o respetivo tipo de risco e responde perante o membro responsável do Conselho de Administração do Deutsche Bank, que é o Diretor de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira.

Estratégia

ESRS 2 SBM-2, ESRS 2 SBM-3

O Programa de Centralidade no Cliente do Deutsche Bank tem como objetivo melhorar as relações com os clientes do banco e otimizar a afetação de recursos para gerar valor para os acionistas. O programa centra-se em três objetivos principais: promover uma colaboração mais estreita em todo o banco em torno dos clientes, alinhar os dados e as ferramentas dos clientes em todo o Deutsche Bank e melhorar a afetação de recursos dos clientes para impulsionar o Valor Acrescentado para o Acionista (SVA). O programa tem como objetivo o aumento das receitas e da quota de mercado em clientes-chave, com vista a aumentar a penetração de clientes e a densidade de produtos do banco. Entre os principais fatores que permitem a sua concretização contam-se o reforço do patrocínio do Conselho de Administração, o estabelecimento de uma governação, a colaboração entre divisões apoiada por planos de ação claros e um quadro de incentivos reforçado. Ao melhorar a penetração junto dos clientes e a densidade dos produtos, o Deutsche Bank pretende levar sistematicamente aos seus clientes toda a sua capacidade e experiência em matéria de produtos. O resultado é melhorar continuamente a compreensão das necessidades dos clientes e prestar-lhes um melhor serviço ao longo de todo o ciclo de vida do cliente (integração, KYC, operações e liquidação). A melhoria das ferramentas disponíveis para os colaboradores da cobertura do Deutsche Bank é fundamental para garantir a disponibilidade atempada dos dados dos clientes, das tendências de mercado e das atividades relacionadas, tirando partido de uma série de tecnologias diferentes, incluindo a IA (Inteligência Artificial). Foram alcançados progressos significativos em 2024, incluindo a identificação de clientes prioritários comuns às divisões de Private, Corporate e Investment Bank e foi acordada a definição de um estado desejado para os sistemas de clientes, adaptado ao tipo de cliente (relação vs. mercado de massas). Foi utilizada uma variedade de informações (dados internos dos clientes, feedback dos clientes, dados externos, incluindo a quota da carteira e o feedback dos clientes) para definir metas em conformidade com os pontos fortes e os objetivos estratégicos de cada divisão, que continuarão até 2025 e posteriormente.

Os esforços estratégicos pormenorizados estão divididos entre os tópicos separados Responsabilidade por produtos, Satisfação do cliente e Gestão de reclamações, contribuindo, em última análise, para as ambições do Deutsche Bank em termos de centralidade no cliente.

Responsabilidade por produtos

É quando o banco fornece os seus produtos e serviços com integridade que se desenvolvem relações de confiança com os clientes e se alcança um desempenho sustentável. Na prática, isto significa que os produtos e serviços do banco são concebidos com o contributo de várias funções de controlo, verificando se são adequados ao mercado relevante e se estão alinhados com os objetivos e valores do banco. O Deutsche Bank procura cumprir as regras e regulamentos relevantes e esforça-se por ser justo, claro e exato na comercialização dos seus produtos e serviços.

Satisfação do cliente

Clientes satisfeitos e fiéis são vitais para o crescimento sustentável e o sucesso contínuo do banco. É por isso que a recolha sistemática de feedback dos clientes é um aspeto importante das ambições do Deutsche Bank em termos de centralidade no cliente. Cada uma das divisões de negócio do banco avalia a satisfação dos clientes de forma adequada aos seus grupos específicos de clientes. Embora não existam objetivos quantitativos específicos definidos, cada divisão de negócio utiliza métricas personalizadas em alinhamento com os respetivos grupos de clientes, para monitorizar os desenvolvimentos atuais relacionados com os clientes, acompanhar o progresso das iniciativas associadas e implementar melhorias sempre que necessário.

Gestão de reclamações

Por uma questão de princípio, o Deutsche Bank esforça-se por evitar a apresentação de reclamações, mantendo um processo sólido de aprovação de novos produtos, de modo a garantir que todos os produtos e serviços cumprem elevados padrões de qualidade. Além disso, os pontos fracos identificados são comunicados aos proprietários dos produtos e aos responsáveis pelos serviços para que decidam as medidas de correção a tomar em caso de reclamações justificadas. Em todo o caso, o Deutsche Bank procura contactar os queixosos (clientes e não clientes) e chegar a uma solução em tempo útil. Os queixosos podem apresentar as suas reclamações em qualquer agência local, por e-mail, online ou por telefone. O Deutsche Bank esforça-se por confirmar a receção das reclamações com a maior brevidade possível e por procurar resolvê-las de forma rápida e transparente. Além disso, o Deutsche Bank monitoriza continuamente as

reclamações para detetar tendências emergentes e identificar as causas profundas. O Deutsche Bank também analisa as reclamações para detetar problemas recorrentes.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

ESRS 2 SBM-3
Os impactos positivos do Deutsche Bank incluem a oferta de produtos e serviços aos seus clientes no Corporate Bank, no Investment Bank, no Private Bank e no Asset Management que respondam às suas necessidades respetivas, a prestação de aconselhamento transparente e imparcial relativamente a estas ofertas de produtos e serviços, a fim de os ajudar a tomar decisões informadas, e a implementação de padrões elevados e de processos eficazes para garantir a adequação dos produtos e serviços ao respetivo grupo de clientes, assegurando assim um bom serviço ao cliente. Os impactos positivos também abrangem a implementação de processos e formação eficazes dos colaboradores para promover práticas justas para os clientes.

As oportunidades que acompanham estes impactos positivos são o aumento da satisfação e da lealdade dos clientes, uma vantagem competitiva na manutenção dos clientes e na atração de novos clientes, bem como um aumento da reputação da marca. Em contraste com estas oportunidades, práticas inadequadas de vendas e comunicação podem resultar em problemas de reputação financeira e no risco de relações tensas.

Responsabilidade por produtos

ESRS 2 MDR-P
O Código de Conduta é revisto regularmente e é atualizado sempre que necessário em resposta a desenvolvimentos ou acontecimentos do sector. Os colaboradores são obrigados a atestar regularmente que leram e compreenderam o Código de Conduta. As políticas estão amplamente disponíveis a nível interno através de um portal e, em certos casos, podem ser partilhadas com outras entidades, incluindo fornecedores, ou disponibilizadas ao público.

Adequação e idoneidade de produtos
A Política Global de Adequação e Idoneidade do Cliente do Deutsche Bank define as normas mínimas que todas as divisões devem cumprir, incluindo a implementação de controlos relacionados com a realização de avaliações de adequação e idoneidade, conforme relevante, a clareza dos avisos e notificações fornecidos aos clientes, bem como a eficácia desses avisos. Esta política estabelece os requisitos para as avaliações/aprovações de idoneidade ou adequação necessárias antes de iniciar atividades de investimento com um cliente. É dada mais atenção às métricas, à governação e à formação. O Comité Global de Risco Não Financeiro do Banco recebe mensalmente métricas de adequação e idoneidade relativas aos produtos e serviços subjacentes. Incluem alertas de vigilância relevantes, infrações à aprovação de novos produtos e outras métricas. Esta política aplica-se a todos os colaboradores das unidades de negócio a nível mundial. A Gestão do Negócio Regional Sénior é responsável pelo desenvolvimento de políticas e procedimentos para definir, implementar e documentar processos e controlos que cumpram os requisitos desta política. Esta política respeita várias regras e regulamentos globais, como a Diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros (MiFID). Para reduzir o risco de envolvimento em atividades de investimento que não sejam adequadas ou apropriadas para os clientes e, por conseguinte, reduzir o risco de venda abusiva e as respetivas consequências financeiras, esta Política de Adequação e Idoneidade do Cliente estabelece as normas mínimas para as devidas diligências/aprovações exigidas antes do envolvimento em atividades de investimento com um cliente. A política é disponibilizada na página da intranet do Deutsche Bank, acessível a todos os colaboradores do banco.

As políticas de governação dos produtos das divisões apoiam os esforços do banco no sentido de oferecer produtos e serviços baseados em processos e princípios concebidos para cumprir os requisitos legais e regulamentares. Por exemplo, descrevem os fatores que podem ser considerados para monitorização, a fim de determinar se os produtos foram vendidos apenas ao grupo de clientes adequado. Em conformidade com os requisitos regulamentares, o banco avalia, sempre que necessário, vários parâmetros, incluindo a complexidade de um produto, bem como o conhecimento do produto, a experiência, a classificação regulamentar e os objetivos de investimento dos clientes.

Os processos de aprovação e de análise sistemática de novos produtos do Deutsche Bank constituem um quadro de controlo destinado a gerir os riscos associados aos novos produtos e serviços e à gestão do respetivo ciclo de vida. Estes processos são supervisionados pelo Gabinete de Novos Negócios e pela Equipa de Execução de Controlos Estratégicos (formalmente, Governação de Produtos), no âmbito da função de Gestão de Risco Não Financeiro. Os produtos e serviços existentes são revistos em ciclos de um a três anos, a fim de avaliar se continuam a ser adequados à sua finalidade e coerentes com as caraterísticas e objetivos dos respetivos mercados-alvo. Cada produto ou serviço deve ser patrocinado por um diretor-geral da empresa, que é o seu responsável máximo.

Práticas de venda e marketing

ESRS 2 SBM-3, ESRS S4-1, ESRS S4-2, ESRS S4-3, ESRS S4-4

O Deutsche Bank está empenhado em comercializar produtos e serviços de forma responsável e em fornecer informações em que os clientes podem confiar. Isto não só apoia os interesses dos clientes, como também promove a eficiência do mercado, proporcionando a todos os participantes no mercado a oportunidade de agirem com base em informações que não são falsas nem enganosas. Assim, a Política de Comunicação Empresarial do banco exige que todas as comunicações, independentemente do formato, meio ou público, cumpram determinados padrões e requisitos mínimos de conteúdo, para além de serem justas, claras e exatas. Por exemplo, qualquer menção aos lucros ou vantagens potenciais de uma transação deve ser contrabalançada por uma referência a fatores de risco relevantes. Aplica-se a todos os colaboradores do Deutsche Bank, a nível mundial, que participam nas comunicações com clientes. A Gestão do Negócio Regional Sénior é responsável pelo desenvolvimento de políticas e procedimentos para definir, implementar e documentar processos e controlos que cumpram os requisitos desta política. Esta política respeita várias regras e regulamentos regulamentares globais, como a MiFID. As comunicações justas, claras e exatas protegem os interesses dos clientes do Deutsche Bank e promovem a eficiência do mercado, proporcionando a todos os participantes no mercado a oportunidade de agir com base em informações que não sejam falsas nem enganosas. A política é disponibilizada na página da intranet do Deutsche Bank, acessível a todos os colaboradores do banco.

As divisões e unidades de negócio do Deutsche Bank dispõem de controlos variados e diferenciados que refletem os produtos e serviços que oferecem. Por exemplo, a atividade de Geração e Consultoria compara periodicamente uma amostra dos seus pitchbooks com uma lista de verificação predefinida para verificar se os produtos e serviços foram apresentados de forma justa e clara e se incluem as divulgações e isenções de responsabilidade adequadas. Os resultados desses controlos, tais como o número de exceções, são incluídos nos materiais discutidos nos fóruns de governação de topo, a fim de identificar quaisquer tendências negativas e, se necessário, propor medidas de correção. Além disso, a empresa realiza avaliações de risco regulares, para além da avaliação anual de risco da conformidade, que considera a adequação do ambiente de controlo em todas as divisões. Estas avaliações têm em conta inúmeros fatores, incluindo a base de clientes, a disponibilidade de produtos, os volumes de negócios, os requisitos regulamentares, os incidentes anteriores e as questões identificadas, ou seja, nenhum fator isolado, como as receitas associadas, determina a extensão dos controlos.

O banco implementou controlos e processos concebidos para traçar o perfil de clientes potenciais e existentes em várias dimensões. A extensão da definição de perfis varia consoante o cliente, os perfis de risco do produto e os requisitos jurisdicionais. O banco tem como objetivo minimizar e/ou mitigar adequadamente quaisquer conflitos de interesse que o banco possa encontrar ao fornecer produtos ou serviços. As componentes variáveis dos planos de remuneração dos quadros superiores são cuidadosamente concebidas para estabelecer incentivos adequados, nomeadamente no que respeita à conduta e à adesão aos valores e convicções do banco.

No Private Bank, cada pedido de empréstimo inclui uma análise da situação dos clientes, a fim de os proteger, principalmente os clientes de retalho, do sobre-endividamento. Os processos de empréstimo do banco e a formação do pessoal refletem este requisito legal. O banco toma uma série de medidas para atenuar as dificuldades associadas aos empréstimos não produtivos. O banco avisa oportunamente os clientes em caso de incumprimento ou de atraso no reembolso dos empréstimos.

Conflitos de interesses

A possibilidade de ocorrência de um conflito de interesses, nomeadamente entre o banco e os seus clientes, entre colaboradores e clientes, ou entre um ou mais clientes no decurso da prestação de serviços pelo banco, está presente diariamente e é parte inerente das atividades do banco. Os conflitos de interesses podem surgir no âmbito dos serviços e atividades prestados em nome dos clientes do banco, das suas próprias atividades empresariais e das atividades dos colaboradores, quer através da negociação por conta própria, quer através dos seus interesses comerciais externos, quer ainda através das suas relações familiares e pessoais próximas. Alguns conflitos de interesses não são permitidos por força da lei ou da regulamentação e outros são permitidos desde que o banco disponha de meios adequados para os gerir. A política do Deutsche Bank em matéria de "Conflitos de Interesses" define as disposições do banco em matéria de identificação, documentação, escalonamento e gestão de conflitos de interesses, incluindo quando esses conflitos de interesses surgem no contexto da atividade no âmbito da MiFID. Aplica-se a todos os colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial, exceto à DWS. Está em vigor uma política idêntica para a DWS. A Gestão do Negócio Regional Sénior é responsável pelo desenvolvimento de políticas e procedimentos para definir, implementar e documentar processos e controlos que cumpram os requisitos desta política. Esta política respeita várias regras e regulamentos regulamentares globais, como a MiFID. O banco procura assegurar que um conflito de interesses não afeta negativamente os interesses dos clientes, do banco, dos seus acionistas ou de outras partes interessadas, através da identificação, prevenção ou gestão do conflito de interesses. A política é disponibilizada na página da intranet do Deutsche Bank, acessível a todos os colaboradores do banco.

Cada divisão de negócios dispõe de medidas para identificar e gerir adequadamente os conflitos, incluindo um registo de "Conflitos de Interesses", que enumera os conflitos de interesses que surgiram ou podem surgir na divisão. A manutenção deste registo é da competência de um órgão de supervisão composto por representantes de alto nível da direção da divisão, que recebem informações da função de Conformidade.

Para além das divisões de negócios, o banco dispõe de inúmeras funções de controlo que gerem, direta ou indiretamente, os conflitos de interesses. Por exemplo, o Gabinete de Seleção e Conflitos Empresariais, que faz parte da função de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira, é sobretudo responsável pela gestão dos conflitos relacionados com as transações e apresenta relatórios ao Conselho de Administração pelo menos uma vez por ano. Além disso, o Programa de Conformidade dos Colaboradores do banco destina-se a verificar se as transações pessoais dos colaboradores são realizadas em conformidade com os requisitos regulamentares e não são prejudiciais para os clientes ou para o mercado. A equipa da Sala de Controlo de Conformidade do banco também apoia a gestão de conflitos, registando o fluxo de informação privilegiada e de insiders.

Processos de gestão de reclamações

Se um cliente manifestar insatisfação com um produto ou serviço, o banco dispõe de procedimentos para resolver a situação de forma equitativa, o que pode incluir, se for caso disso, a notificação das autoridades reguladoras através do fornecimento de dados sobre reclamações individuais, dados agregados sobre reclamações ou outros. O processo de reclamação varia consoante a divisão de negócios do Deutsche Bank. Para mais informações, consultar os capítulos seguintes sobre a gestão de reclamações.

O banco pode estar sujeito a litígios nos casos em que os clientes considerem que lhes foi vendido um produto ou serviço inadequado ou inapropriado, que foram aconselhados de forma incorreta ou que houve um conflito de interesses e que estas queixas não podem ser resolvidas de outra forma. Quaisquer questões importantes são divulgadas no Relatório Anual de 2024, Demonstrações Financeiras Consolidadas, Notas ao Balanço Consolidado, Nota 27 "Provisões".

Formações sobre a responsabilidade por produtos

O programa de formação em conformidade do Deutsche Bank foi concebido para abordar estas áreas importantes. Existem módulos de formação sobre a comunicação com os clientes, a identificação e a gestão de conflitos e a verificação da adequação e da idoneidade dos produtos. O módulo sobre o Código de Conduta inclui também tópicos relacionados com a responsabilidade pelos produtos. O Deutsche Bank considera que é fundamental que todos os colaboradores concluam esta última formação. Se não o fizerem, isso podem afetar negativamente a remuneração dos colaboradores e da chefia. Os colaboradores de todas as divisões de negócio do Deutsche Bank recebem formação sobre os deveres do banco para com os clientes através dos módulos de formação "Princípios Básicos de Conformidade" ou "Deveres para com os Clientes", consoante as suas subdivisões. O pessoal do sector da banca de retalho do Private Bank na Alemanha recebe ainda uma formação separada centrada na proteção dos consumidores.

Satisfação do cliente

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-A, ESRS S4-1, ESRS S4-2, ESRS S4-3, ESRS S4-4

Corporate Bank

O Deutsche Bank segue a abordagem estabelecida pela Equipa de Serviço ao Cliente (CST) para clientes empresariais e financeiros globais. As CST reúnem os principais intervenientes de todas as divisões do banco, que estão envolvidas na cobertura e no serviço a um cliente. As CST são informadas por dados internos e externos para avaliar regularmente o desempenho e a satisfação na respetiva relação com o cliente. A gestão de topo apoia as CST na gestão destas relações e acrescenta um canal de feedback adicional disponível para os clientes.

Além disso, no Corporate Bank, as equipas de serviço e de implementação da linha de negócio Corporate Cash Management (CCM) solicitam aos clientes, desde 2018, um feedback estruturado sobre a sua experiência com o serviço. Mais de 1500 clientes responderam ao inquérito da CCM em 2024, fornecendo feedback sobre a experiência individual com o serviço ao cliente e informando o serviço ao cliente e a estratégia de produto da CCM. Em 2024, a linha de negócio Trade Finance & Lending e os German Mid-Corp Client Services foram acrescentadas ao âmbito do estudo.

O Corporate Bank reconhece a importância do feedback dos clientes e, em caso de reclamação, segue os requisitos e os passos estabelecidos no documento operacional chave "Tratamento de Reclamações, Relatórios e Controlos KOD – Corporate Bank Global".

Investment Bank

O Investment Bank utiliza uma variedade de informações (dados internos dos clientes, feedback direto dos clientes, dados externos, incluindo quota da carteira e feedback dos clientes sobre o BD) para avaliar uma série de parâmetros relacionados com o seu desempenho junto dos clientes. Esta informação constitui a base sobre a qual o Investment Bank seleciona os clientes prioritários e estabelece objetivos em conformidade com as suas ambições estratégicas de posicionamento no mercado. Estes são depois monitorizados regularmente e fornecem informações, tais como a força e a saúde da relação com clientes ou grupos de clientes específicos. Os dados também permitem a análise de tendências mais amplas do mercado e dos clientes, o que contribui para a estratégia global da divisão. Para viabilizar a estratégia de clientes do Deutsche Bank, existem equipas dedicadas à estratégia de clientes nos grupos de Fixed Income & Currencies e Geração e Consultoria. Estas equipas são responsáveis pelo acompanhamento do desempenho dos clientes, incluindo a sua satisfação, e pela comunicação com as respetivas equipas de gestão de cobertura existentes em toda a organização.

Como parte da monitorização contínua do envolvimento dos clientes, o grupo de Fixed Income & Currencies: recebe regularmente feedback diretamente dos clientes institucionais, quer através de Broker Reviews, quer através de reuniões e chamadas diretas (por exemplo, com a Administração do Deutsche Bank). As Broker Reviews consistem na avaliação e discussão, por parte do cliente, do desempenho do Deutsche Bank em termos de fornecimento de produtos e serviços em relação aos seus pares. Além disso, o feedback dos clientes pode ser recebido durante as reuniões bilaterais com os clientes. Esta informação é depois partilhada com a equipa de Gestão e Cobertura relevante para incorporar o feedback com o objetivo de melhorar continuamente o serviço ao cliente.

Tal como já foi referido na secção relativa à satisfação dos clientes do Corporate Bank, o Investment Bank também aplica o enquadramento da Equipa de Serviço ao Cliente (CST) aos seus clientes.

O Investment Bank reconhece a importância do feedback dos clientes e, em caso de reclamação, segue os requisitos e os passos estabelecidos no Documento Operacional Chave para o Tratamento de Reclamações de Clientes – IB Global & CRU, que é detalhado no subcapítulo seguinte sobre Gestão de reclamações.

Private Bank

No Private Bank, a satisfação dos clientes é medida principalmente com base no Net Promoter Score (NPS). O NPS mede a vontade dos clientes de recomendarem uma empresa numa escala de 0 a 10 e pergunta as suas razões. As pontuações do NPS podem variar entre -100 e +100 e as respostas dos clientes dividem-se em três categorias: Promotores, Passivos e Detratores.

O Private Bank comunica regularmente o NPS às administrações de topo, regionais e das sucursais. O processo de NPS no Private Bank é coordenado a nível global, mas é implementado em cada região para garantir que os inquéritos respondem às necessidades comerciais locais.

O Private Bank oferece aos seus clientes uma série de métodos de contacto, incluindo diretamente através da sua rede de agências, por meios digitais e por telefone. Os canais digitais do Private Bank disponibilizam ferramentas self-service, bem como detalhes para os clientes contactarem o banco através de e-mail, formulários ou centro de atendimento telefónico ou informações sobre os escritórios/agências locais. Por exemplo, na Alemanha, Itália e Espanha, existem números de telefone dedicados à assistência a cartões de débito/crédito e, na Bélgica, existe um número de telefone para "vítimas de fraude" para ajudar os clientes que necessitem.

Private Bank na Alemanha

Na Alemanha, o Private Bank oferece serviços a todos os sectores de clientes (Personal Banking, Private Banking/Wealth Management), em grande parte através de duas marcas principais, o Deutsche Bank e o Postbank.

No âmbito da marca Deutsche Bank, o NPS foi introduzido em 2022 numa abordagem faseada. Desde 2023, todas as sucursais, centros de aconselhamento regionais, centros de atendimento telefónico, compras de produtos online e interações de serviços digitais selecionados estão ligados ao sistema NPS, para compreender as perspetivas dos clientes. Por exemplo, os clientes são contactados para darem o seu feedback imediatamente após uma série de interações, incluindo uma visita pessoal à agência, a utilização de serviços online selecionados, a compra de um produto ou após uma conversa com um centro de atendimento telefónico.

O processo de inquérito NPS no Private Bank na Alemanha garante que o consultor do cliente relevante recebe prontamente o feedback do NPS e pode responder ao feedback do cliente de forma oportuna. Isto é particularmente importante em situações em que tenha havido feedback negativo e permite uma correção rápida.

Relativamente à marca Deutsche Bank, o NPS melhorou para 67 (AF 2023: 63) com base na interação de um cliente com os canais de venda. Em 2024, mais de 165.000 clientes deram a sua opinião: 76% dos clientes inquiridos são "Promotores" que recomendariam o Deutsche Bank.

Para a marca Postbank, a implementação do NPS foi totalmente concluída em meados de 2024 (após a migração dos dados informáticos do projeto "Unity") e, em dezembro de 2024, o NPS era de 13, com base na interação dos clientes com os canais de vendas. Os dados disponíveis sobre o canal de vendas para 2024 indicam que o Postbank registou melhorias nos resultados do NPS ao longo do ano. Por exemplo, no centro de atendimento telefónico, onde o NPS foi introduzido numa fase inicial de implementação, o NPS para este canal melhorou 21 pontos em 2024 (AF 2023: -19, AF 2024: 2).

Private Bank em Itália, Espanha e Bélgica

Nesta região, o Private Bank também serve todos os sectores de clientes: Personal Banking e Private Banking/Wealth Management. O NPS foi medido nos três países em 2024, através do envio de inquéritos online aos clientes para obter feedback sobre o NPS. Os resultados relativos a Itália, Espanha e Bélgica em 2024, obtidos a partir de 24.000 respostas, apresentaram uma pontuação NPS ponderada pela receita de 13 (AF 2023: 8). A ponderação pela receita para a pontuação NPS foi de 61% Itália, 31% Espanha, 8% Bélgica em 2024; e 68% Itália, 32% Espanha em 2023.

Wealth Management – Global

A Wealth Management é uma empresa global que presta serviços e soluções bancárias que respondem às necessidades complexas de pessoas com um património líquido muito elevado e das suas famílias. Em 2024, foram enviados inquéritos online aos clientes da Wealth Management nas quatro regiões de relato do Private Bank (Mercados Emergentes, Europa Central e EUA, Alemanha, Itália-Espanha-Bélgica) para avaliar o desempenho do NPS. Os resultados das cerca de 2.100 respostas nas quatro regiões revelaram que aproximadamente 75% dos clientes a nível mundial são "Promotores" da marca (AF 2023: 69%, atualizado para se alinhar com os sectores de clientes de 2024) com um NPS ponderado pela receita de 67 (AF 2023: n/a) e um NPS global de 71 sem ponderação pela receita regional aplicada (AF 2023: 59, atualizado para se alinhar com os sectores de clientes de 2024). A ponderação pela receita para a pontuação global do NPS da Wealth Management em 2024 é de 52% na Alemanha e 48% no resto do mundo. Foram utilizados diferentes parâmetros regionais nos cálculos de 2024, tornando inválidas as comparações ponderadas a nível regional de 2023.

Asset Management

A DWS refere-se aos investidores institucionais e intermediários como clientes, também para efeitos do presente relatório. Os termos "utilizadores finais" e "consumidores" referem-se a pequenos investidores, que são clientes indiretos, servidos através de intermediários e investidores institucionais. Esses clientes de retalho são investidores em fundos de investimento e produtos ETF, pelo que não são abrangidos pelo âmbito do presente relatório.

Para medir a satisfação dos clientes a nível mundial de uma forma coerente, foi publicado em 2022, como projeto-piloto, um novo inquérito de satisfação dos clientes com os 50 principais clientes mundiais, incluindo parceiros de distribuição estratégicos, utilizando a metodologia do Net Promoter Score. O inquérito tem como objetivo melhorar a experiência do cliente e reforçar a orientação centrada no cliente. O Net Promoter Score avalia a probabilidade de recomendar a DWS a um contacto comercial e varia de -100 a +100. Em 2024, a DWS realizou o terceiro inquérito anual com cerca de 170 clientes de topo abrangidos. A pontuação de 2024 foi de 53 (em comparação com 50 em 2023) em todos os clientes.

A DWS esforça-se por processar rapidamente as conclusões dos inquéritos de satisfação e reclamações dos clientes para as implementar em conformidade. Os quadros superiores analisam regularmente os resultados intercalares e comparam os resultados internos com a referência do sector. Todos os resultados são comunicados às partes interessadas internas relevantes, incluindo a administração, o pessoal do centro de serviços e a comissão de trabalhadores. Com base no feedback, a DWS formula passos para a melhoria que são incorporados na formação dos colaboradores.

Para determinar o desenvolvimento ano após ano, a DWS pretende repetir os inquéritos de satisfação para a mesma população no ano seguinte.

Gestão de reclamações

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-A, ESRS S4-1, ESRS S4-2, ESRS S4-3, ESRS S4-4

O Deutsche Bank estabeleceu processos globais para o tratamento das reclamações dos clientes. Estas são delineadas na Política de Reclamações dos Clientes e detalhadas no Procedimento de Reclamações dos Clientes. A política e o procedimento são complementados por documentos operacionais chave específicos da unidade, que preveem a implementação de todos os requisitos da política e do procedimento nas unidades. Todos estes documentos são disponibilizados no Portal de Políticas do Deutsche Bank, acessível a todos os colaboradores do banco. Além disso, a política e o procedimento estão em conformidade com as “Diretrizes para o tratamento de reclamações para os setores de valores mobiliários (Autoridade Europeia de Valores Mobiliários e Mercados, ESMA) e bancário (Autoridade Bancária Europeia, EBA)”, emitidas conjuntamente pela ESMA e pela EBA, e com a sua interpretação pela Autoridade Federal Alemã de Supervisão Financeira (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin). A política e o procedimento estabelecem normas mínimas globais para o tratamento de reclamações e para garantir que todas as localizações, sucursais e filiais tratam e resolvem as reclamações de forma imparcial e sem atrasos indevidos. Aplicam-se a todas as divisões de negócio e às funções de infraestruturas de apoio (em conjunto, unidades). Todas as unidades são responsáveis pela aplicação da política e do procedimento, respetivamente. A política e o procedimento definem quais as reclamações que estão dentro ou fora do âmbito de aplicação e estabelecem requisitos para o registo, a comunicação interna e externa e o encaminhamento de reclamações de risco acrescido, determinando simultaneamente funções e responsabilidades. Os requisitos locais estão previstos num anexo nacional à política. Estão excluídas do âmbito de aplicação as preocupações manifestadas por colaboradores sem relação com a atividade bancária e de valores mobiliários do Deutsche Bank, bem como as preocupações manifestadas por fornecedores, corretores, intermediários ou empresas do Grupo Deutsche Bank que recebem serviços do banco. Uma vez que as reclamações são tratadas pelas funções de gestão de reclamações nas unidades, cada chefe de unidade é responsável pela implementação dos requisitos da política e dos procedimentos e, por conseguinte, nomeia um chefe global de gestão de reclamações responsável pela supervisão e pelo tratamento quotidiano das reclamações dos clientes. Em conformidade com os requisitos regulamentares locais, em Espanha, a função de gestão de reclamações cabe à função de Conformidade, sendo o responsável pela função de gestão de reclamações o Diretor local de Conformidade.

As reclamações que apresentam um risco acrescido de causar danos significativos ao Deutsche Bank ou aos seus clientes são prontamente encaminhadas para as funções relevantes, a fim de dar início a investigações mais aprofundadas e tomar as medidas adequadas. A eficácia do processo é demonstrada através do controlo do encerramento das reclamações, do tempo médio de tratamento e da agregação dos pagamentos de indemnizações aos clientes. Os indicadores relativos às reclamações dos clientes são incluídos nos relatórios das divisões aos seus quadros superiores e ao Conselho de Administração. Por conseguinte, o banco utiliza as alterações no número de reclamações apresentadas e encerradas, bem como as alterações no tempo médio de tratamento e nas compensações pagas ao longo de dois trimestres consecutivos para avaliar o desempenho e a eficácia do tratamento das reclamações no banco a nível global. Uma alteração de dez por cento ou mais está a ser avaliada qualitativamente e analisada pelas divisões de negócio. Estes processos apoiam a correção dos impactos negativos identificados que possam ter surgido.

Não só os produtos e serviços podem ser objeto de uma reclamação, mas também o próprio processo de gestão das reclamações. Por conseguinte, os queixosos são livres de reclamar da função de gestão de reclamações. Deste modo, é possível avaliar a satisfação com o processo de gestão de reclamações.

Corporate Bank

O processo do Corporate Bank para tratamento de reclamações está definido no documento operacional principal (KOD) "Tratamento de Reclamações, Relatórios e Controlos KOD – Corporate Bank Global", que é propriedade do Gabinete de Controlo de Divisão como uma função horizontal em todo o Corporate Bank. Este processo segue o quadro de governação estipulado pela função de Conformidade como a função de segunda linha de propriedade das políticas. O KOD é atualizado pelo menos uma vez por ano.

Normalmente, as reclamações são recebidas por um funcionário do serviço de apoio ao cliente que regista a reclamação utilizando um modelo que assegura o registo obrigatório dos principais atributos da reclamação, tal como definido no KOD. Se os funcionários não puderem tratar eles próprios da reclamação, envolvendo outros especialistas em produtos ou técnicos, conforme necessário, identificam um responsável pela reclamação adequado que irá gerir a resolução da reclamação ou encaminhá-la para a administração ou outros departamentos do banco, conforme necessário. As reclamações são classificadas em função da gravidade do impacto no cliente ou no banco, tendo como referência a grelha de classificação do risco não financeiro do banco. A duração das reclamações é controlada, o que pode desencadear um escalonamento se o número de dias durante os quais a reclamação está aberta não for razoável ou estiver de acordo com os prazos estipulados nos regulamentos, como a Diretiva da UE relativa aos serviços de pagamento. Mensalmente, os dados relativos às reclamações são analisados pelos coordenadores de negócio residentes em cada uma das subáreas de negócio do Corporate Bank para verificar o cumprimento dos padrões de qualidade. Estes coordenadores submetem os dados a uma função central de reclamações que efetua uma revisão adicional do controlo de qualidade e analisa os dados para detetar tendências relacionadas com produtos, causas profundas, duração, áreas de negócio, localizações, etc. A supervisão do quadro de reclamações do Corporate Bank é efetuada pelo Fórum de Supervisão de Reclamações, que analisa mensalmente os dados relativos às reclamações em todo o Corporate Bank. O fórum revê a análise de tendências, interpela as áreas de negócio sobre reclamações específicas e constitui uma via de encaminhamento para a função de Conformidade e para o Conselho de Risco Não Financeiro do Corporate Bank. Na sequência de uma análise aprofundada, o quadro foi simplificado no terceiro trimestre de 2024 para dar mais atenção às reclamações que apresentam um nível mais elevado de risco potencial para o Corporate Bank ou para o cliente, bem como às reclamações que foram objeto de escalonamento. O objetivo é simplificar a comunicação e a análise das reclamações e permitir uma maior supervisão destas reclamações de maior risco.

Tal como nos anos anteriores, verifica-se uma concentração das reclamações relativas ao Corporate Bank recebidas pelo Business Banking na Alemanha, devido à sua grande base de clientes entre as pequenas e médias empresas. O volume de reclamações diminuiu 8% em 2024, em comparação com 2023, que tinha registado um nível de reclamações superior ao habitual devido ao projeto de migração dos antigos clientes do Postbank para a infraestrutura do Deutsche Bank em 2023. As principais categorias de causas de reclamações no Corporate Bank são problemas operacionais, problemas de comunicação com o cliente e problemas de aplicação.

Investment Bank

O processo e os requisitos do Investment Bank para o tratamento de reclamações são apresentados na Política de Reclamações de Clientes, no Procedimento de Reclamações de Clientes e no Documento Operacional Chave para o Tratamento de Reclamações de Clientes – IB Global & CRU. Este Documento Operacional-Chave é propriedade do Gabinete de Controlo de Divisão, enquanto função horizontal do Investment Bank. O documento estabelece o fluxo global de comunicação de reclamações do Investment Bank e inclui as responsabilidades do Responsável pela reclamação, dos Coordenadores de Negócio e da Equipa Central de Gestão de Reclamações. Os colaboradores que recebam uma reclamação (quer seja recebida oralmente, por escrito, online ou por outros meios) devem assumir a responsabilidade pela reclamação ou notificar um Responsável pela Reclamação adequado para a reclamação, logo que possível. Os requisitos para os Responsáveis pelas Reclamações, incluindo os dados obrigatórios para o registo de reclamações, foram apresentados no documento Procedimento de Reclamações de Clientes. Todas as reclamações recebidas e tratadas pelo Investment Bank são registadas no Modelo de Registo de Reclamações de Clientes do Investment Bank. As informações relevantes sobre a reclamação, incluindo a comunicação da resolução, que é da responsabilidade dos responsáveis pela reclamação para dar uma resposta final ao queixoso, devem ser registadas e arquivadas num suporte duradouro.

As reclamações são analisadas mensalmente pela empresa e pela função de Conformidade do banco, sendo utilizadas listas de verificação pelo Gabinete de Controlo de Divisão para garantir que os registos das reclamações são completos e exatos. A atenção continua a centrar-se no encaminhamento para as segundas linhas de defesa relevantes, a fim de garantir que as reclamações são resolvidas com o contributo de todas as partes interessadas e, em particular, que tudo o que se relacione com uma alegada má conduta é devidamente investigado e encaminhado de acordo com as obrigações regulamentares de comunicação do banco.

Em 2024, registou-se um aumento anual de 56% no registo de reclamações pelo Investment Bank em comparação com 2023, impulsionado principalmente pela melhoria do alcance empresarial e pela nomeação de Coordenadores Empresariais adicionais, formações adicionais para Coordenadores Empresariais e verificações em relação aos alertas de vigilância. A causa mais comum das reclamações continua a ser as questões operacionais, mas também foram registadas reclamações relacionadas com a execução das transações e com as comissões de fixação de preços.

Private Bank

O Private Bank opera a nível mundial, gerindo diversos quadros regulamentares e legais relativos a procedimentos de reclamação de clientes. Para assegurar a conformidade com o quadro global de reclamações de clientes do Deutsche Bank e com os requisitos regulamentares locais, mantendo elevados padrões de serviço ao cliente, o banco implementou funções dedicadas de gestão de reclamações em todas as regiões operacionais. Estas funções são apoiadas por políticas documentadas que garantem o cumprimento dos requisitos regulamentares locais.

Os clientes podem apresentar reclamações diretamente ao Private Bank (pessoalmente, por e-mail, telefone, etc.) ou a um provedor local ou nacional ou a outro organismo regulador, conforme permitido por lei. Em cada local, a reclamação é registada num registo digital e atribuída a um responsável pela reclamação, que investiga o problema minuciosamente e responde ao cliente dentro de um prazo razoável, conforme determinado pela regulamentação local.

Todas as reclamações são tratadas com confidencialidade e em conformidade com o respeito pelos direitos de privacidade e de proteção de dados. Além disso, sempre que necessário, são tomadas medidas imediatas para minimizar os impactos materiais negativos nos clientes, tais como o bloqueio de transações potencialmente fraudulentas. As funções de gestão de reclamações envolvem também a função da segunda linha de defesa, como as áreas de Conformidade, Combate à Criminalidade Financeira e Jurídica, na qualidade de especialistas na matéria, quando necessário para garantir uma resolução rápida e eficiente do problema do cliente.

As análises das tendências e das causas das reclamações dos clientes são regularmente revistas pela administração local, regional e global. Quaisquer questões que representem um risco direto ou potencial significativo para os clientes são prontamente encaminhadas para a administração regional ou global adequada e para as partes interessadas relevantes. Desta forma, assegura-se que são identificadas e aplicadas medidas corretivas adequadas para atenuar qualquer impacto negativo nos clientes. Além disso, as reclamações de clientes relacionadas com produtos são regularmente revistas pelo Grupo Global de Supervisão de Risco de Produto e nos Fóruns regionais de Gestão de Risco dos Balcões de Negociação de Soluções Bancárias, de Empréstimos e de Investimentos do Private Bank. Além disso, as reclamações dos clientes relacionadas com os produtos (como informação/desencadeamento específico) são consideradas no âmbito da análise sistemática dos produtos, que analisa periodicamente se os produtos continuam a ser adequados à sua finalidade.

As reclamações de clientes no Private Bank diminuíram 18% em 2024 em relação a 2023.

A entrada de novas reclamações no Personal Banking na Alemanha diminuiu 23% em 2024, em comparação com o ano anterior, com um impacto decrescente na carteira de reclamações relativas a reclamações relacionadas com a migração informática do Postbank ao longo do ano. As atividades globais de correção, apoiadas pelo aumento dos efetivos, prosseguiram e centraram-se, em especial, na área dos empréstimos hipotecários. Entretanto, as reclamações dos clientes são tratadas dentro dos níveis de serviço planeados.

No sector de Wealth Management na Alemanha, a maioria das reclamações dizia respeito à categoria "execução/liquidação", seguida de preocupações na categoria "serviço". As reclamações dos clientes aumentaram ligeiramente em termos anuais em 2024, em comparação com 2023. De um modo geral, não se registaram padrões ou pontos de foco sistemáticos.

A Espanha registou um aumento de 120% nas entradas de reclamações de novos clientes em 2024, relacionadas principalmente com pedidos de reembolso de comissões hipotecárias. Este aumento resultou de um acórdão do Supremo Tribunal espanhol que declarou inválidas determinadas comissões, com impacto em todo o sector bancário, e o consequente afluxo maciço afetou negativamente o tempo de tratamento das reclamações. Ao longo de 2024, foram aplicadas medidas de correção, incluindo o aumento do pessoal e melhorias tecnológicas, que permitiram atenuar com êxito os atrasos. A partir de novembro de 2024, os tempos de tratamento das reclamações voltaram aos níveis de serviço normais.

A Itália registou um aumento de 6% nas reclamações dos clientes em relação ao ano anterior. Este aumento é principalmente atribuído a um programa de correção "Conheça o Seu Cliente" (KYC) que exige que os clientes forneçam documentação adicional. A não apresentação da documentação necessária dentro do prazo estipulado resultou em restrições temporárias das contas, o que levou a um aumento das reclamações.

A Bélgica registou menos 7% de novas reclamações em 2024, graças ao Conselho de Qualidade da Bélgica, que identificou as principais áreas de melhoria e, subsequentemente, levou a cabo ações de correção para questões de TI, programas de recertificação KYC e questões relacionadas com ações empresariais.

A Índia registou uma diminuição de 37% nas reclamações dos clientes em relação ao ano anterior. Esta tendência positiva surge na sequência da implementação bem sucedida de medidas de correção, incluindo um Conselho de Qualidade centrado no reforço da qualidade dos dados no âmbito do sistema bancário central. Além disso, os programas de formação orientados para o pessoal da linha da frente contribuíram para melhorar a prestação de serviços e reduzir o número de reclamações.

As reclamações no segmento de Wealth Management nos Estados Unidos, Europa Central e Mercados Emergentes mantiveram-se globalmente estáveis em 2024 em relação ao ano anterior, sem fatores ou áreas de incidência específicos.

O Private Bank registou menos de 1% de reclamações relacionadas com violações da privacidade dos dados dos clientes por parte de terceiros que foram fundamentadas, nenhuma das quais com relevância sistémica.

Asset Management

As reclamações fornecem informações valiosas sobre o desempenho da DWS na perspetiva do cliente. São também uma oportunidade para reconstruir e melhorar as relações com os clientes. Cada linha de negócio da DWS tem rotinas de tratamento de reclamações e uma função de gestão de reclamações dedicada para permitir que as reclamações sejam investigadas de forma justa, para destacar possíveis conflitos de interesse e para os mitigar adequadamente. Para garantir que os riscos e questões são identificados e tratados, a função central de Conformidade da DWS supervisiona os processos de gestão de reclamações. Foi criada uma função central de gestão de reclamações da DWS para comunicar todas as reclamações dos clientes às administrações relevantes a nível interno e às autoridades de supervisão a nível externo, conforme estipulado pela legislação local.

Uma reclamação significa qualquer expressão de insatisfação ou queixa sobre os serviços ou produtos de gestão de ativos da DWS, independentemente de ser justificada ou não. O autor da reclamação pode ser um cliente ou um potencial cliente, uma pessoa singular ou coletiva. Uma reclamação também pode incluir assuntos de relações públicas relativos às práticas comerciais da DWS que possam ter o potencial de prejudicar a reputação, a marca ou o valor de mercado da DWS. A DWS está empenhada em tratar as reclamações de forma justa, eficaz e rápida, investigando cada reclamação minuciosamente e notificando o queixoso sobre o resultado, depois de o assunto ter sido resolvido.

As reclamações são classificadas de acordo com a taxonomia do tipo de risco da gestão do risco não financeiro e a grelha de classificação do risco da NFRM. A causa principal da reclamação é identificada e registada. Estes elementos de classificação fazem parte dos respetivos relatórios para a administração da DWS e para a função de Conformidade.

A Política de Reclamações do Grupo da DWS, propriedade da função de Conformidade da DWS, estabelece as normas mínimas aplicáveis globalmente para o tratamento de reclamações em todo o Grupo DWS, concebidas para proporcionar um tratamento imparcial e consistente e a resolução de reclamações sem atrasos indevidos em todas as localizações, sucursais e subsidiárias ou afiliadas. A aplicação desta política reflete a lei alemã relativa à negociação de valores mobiliários (Wertpapierhandelsgesetz (WpHG)). Todos os Diretores das Unidades de Negócio devem estabelecer um quadro adequado para o tratamento de reclamações que satisfaça as normas mínimas, incluindo a criação de uma função específica de gestão de reclamações, responsável pela criação de um quadro adequado para o tratamento e gestão de reclamações.

As Unidades de Negócio que lidam com clientes mantêm Documentos Operacionais Chave (KOD), que se referem aos requisitos mínimos do Grupo para o tratamento e comunicação de reclamações e especificam as rotinas de tratamento de reclamações nas suas atividades diárias. Os gestores de topo devem garantir o cumprimento dos procedimentos e processos de controlo neles documentados.

Os supervisores atestam, em conformidade com o Quadro de Supervisão Global da DWS e os Procedimentos de Supervisão Escritos (WSP), que todas as reclamações recebidas foram tratadas, registadas, investigadas, resolvidas e comunicadas de acordo com as normas mínimas e os requisitos regulamentares. Este documento WSP descreve o Quadro de Supervisão e Controlo para a DWS, refere-se aos documentos de política relevantes que descrevem os padrões que devem ser respeitados para as Categorias de Risco aplicáveis e define as tarefas que os supervisores devem executar para verificar se as operações da DWS cumprem os padrões acima e estão em conformidade com as boas práticas comerciais e os requisitos regulamentares aplicáveis. As atividades das Autoridades de Supervisão constituem a base do seu sistema global de supervisão e conformidade. No contexto desta secção, os Supervisores são responsáveis por garantir que as atividades de tratamento de reclamações dos colaboradores que lhes foram atribuídos cumprem as leis, regras e regulamentos aplicáveis, bem como as políticas e procedimentos da DWS.

Os clientes e investidores podem apresentar reclamações pessoalmente ao seu gestor de relações com os clientes, ou por telefone, e-mail ou carta. A DWS publica nos seus websites as informações de contacto para tratar uma reclamação. A DWS também informa os clientes e investidores sobre a possibilidade de envolver o Gabinete do Provedor de Justiça das Ilhas Virgens Britânicas (Associação Federal de Investimento e Gestão de Ativos e.V.) ou, em alternativa, a Autoridade Federal de Serviços Financeiros (BaFin). Além disso, a DWS é legalmente obrigada a informar os clientes e investidores de que pode ser apresentada uma reclamação civil em qualquer altura.

Os controlos do processo garantem que todas as reclamações recebidas são tratadas, registadas, investigadas, resolvidas e comunicadas de acordo com os requisitos regulamentares. A Auditoria Interna e a Conformidade testam periodicamente a eficácia do controlo em ambas as dimensões, eficácia da conceção e eficácia operacional.

Risco material significa que os queixosos sofreram danos significativos, dificuldades financeiras ou uma ameaça à sua solvência ou quando a reclamação alega uma violação grave da regulamentação e/ou ameaça de litígio. Exemplos de reclamações materiais que merecem a atenção dos quadros superiores são: Alegações de conduta criminosa da DWS ou de um colaborador (tais como sobre manipulação de mercado, abuso de informação privilegiada, fraude, suborno ou corrupção); potencial perda financeira para a DWS ou para um cliente de 50 mil euros ou mais; início ou ameaça de litígio (disputa legal) ou escalonamento para terceiros (autoridades de supervisão, provedores, etc.); violações de privacidade de dados; probabilidade de interesse público ou atenção dos meios de comunicação.

Em 2024, o número de reclamações apresentadas pelos clientes e investidores da DWS diminuiu significativamente em comparação com 2023, em 40%. O volume de reclamações registadas em 2024 reflete de forma justa a atividade normal, com a maioria das reclamações apresentadas por pequenos investidores em fundos. O nível extraordinariamente mais elevado em 2022 e 2023 foi causado por uma ação concertada de mensagens de protesto dirigidas à DWS.

Governação

O Deutsche Bank opera num ambiente com um panorama regulamentar em constante evolução. Para tal, é necessário um acompanhamento e uma melhoria contínuos, adaptando ou alargando os processos e as políticas existentes.

Código de Conduta

O Código de Conduta é a base sobre a qual o Deutsche Bank constrói o seu objetivo "Dedicado ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos nossos clientes no país e no estrangeiro".

Estabelece os padrões de comportamento e conduta que se espera que o banco e todos os colaboradores adotem e é o principal catalisador para alcançar o objetivo, a visão e a estratégia do banco.

Factos e números 2024

Os colaboradores do Deutsche Bank recebem formação regular sobre vários tópicos, como riscos antitrust, o combate à criminalidade financeira, a proteção de dados, a segurança da informação e a cultura de denúncia do banco.

100%
dos novos gestores concluíram a formação de manifestação de preocupações

>99%
de todos os colaboradores concluíram a formação antissuborno e anticorrupção

74
iniciativas de cultura, integridade e conduta em todas as divisões e funções de infraestrutura

2,492
colaboradores dedicados à luta contra a criminalidade financeira no âmbito de uma unidade autónoma de segunda linha de defesa

Governance Topic

Cultura, integridade e conduta	Combate à criminalidad e financeira	Comportamento anticoncorrencial	Fiscalidade	Políticas públicas e regulamentação	Proteção de dados	Segurança da informação

Informação sobre a governação

Cultura, integridade e conduta

A cultura é a forma como os membros do Conselho de Administração e os colaboradores do Deutsche Bank se comportam diariamente e é o principal motor para alcançar o objetivo, a visão e a estratégia do banco. Uma cultura que garanta o funcionamento segundo os mais elevados padrões de integridade e conduta está no centro da confiança e da reputação e é a base de uma organização segura e sólida. É por isso que a cultura do banco é fundamental para o seu sucesso a longo prazo.

A confiança é um elemento fundamental para apoiar uma conduta ética e uma cultura aspiracional no banco. A confiança leva anos a ser estabelecida e pode perder-se num momento devido a falhas causadas por má conduta, comportamentos pouco éticos e medo de falar.

Governação

O banco rege a cultura, a integridade e a conduta através de um programa específico supervisionado pelo Comité de Cultura, Integridade e Conduta, criado pelo Conselho de Administração do Deutsche Bank. O programa faz parte do mandato do Comité e é copresidido pelo membro do Conselho de Administração responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank e pelo membro do Conselho de Administração e Diretor-Geral para as Américas. É composto por representantes de cada divisão de negócio e das principais funções de infraestruturas, que são nomeados pelo membro do Conselho de Administração responsável pela respetiva divisão ou função, e tem uma representação feminina de três dos treze membros votantes.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3
O mandato do Comité de Cultura, Integridade e Conduta consiste em dar uma atenção sustentada a todos os aspetos da cultura, supervisionando a implementação e a gestão contínua do quadro de cultura, integridade e conduta. O Quadro define, comunica e reforça as aspirações e comportamentos culturais e integra uma cultura de desempenho sustentável que reflete a adesão às leis, regras e regulamentos e às políticas e procedimentos do banco. O quadro aplica-se a todas as atividades, regiões geográficas e funções de infraestruturas do Grupo Deutsche Bank (Grupo).

O Deutsche Bank reconhece que a governação é parte integrante da gestão eficaz dos riscos e da sua cultura empresarial. A organização está empenhada em desafiar-se constantemente, aprendendo lições com acontecimentos passados para melhorar no futuro. De acordo com os seus princípios de gestão do risco e de governação do risco descritos no Relatório Anual do Deutsche Bank de 2024 – Relatório de Gestão – Relatório de Risco, o banco dispõe de três linhas de defesa para a gestão do risco, que é parte integrante da cultura de risco do banco, uma subcomponente da cultura, sendo as funções e responsabilidades das três linhas de defesa descritas no quadro de gestão do risco do Deutsche Bank.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A , ESRS G1-1

O Deutsche Bank está consciente de que uma boa cultura empresarial, em especial a ética empresarial, constitui uma oportunidade para estabelecer a confiança, melhorar a qualidade do desempenho, a produtividade e o retorno do investimento (ROI) e aumentar o valor da marca ao longo de um a cinco anos. Além disso, uma boa cultura empresarial proporciona a oportunidade de aumentar a vantagem competitiva no que respeita à aquisição e manutenção de clientes e colaboradores. Essa cultura diz respeito à integridade profissional, ao envolvimento da força de trabalho nos impactos e aos canais para manifestar preocupações, incluindo procedimentos de denúncia. Por conseguinte, o banco dispõe de procedimentos e canais sólidos para denunciar e comunicar uma preocupação, a fim de apoiar o elemento central da confiança. A denúncia e comunicação de preocupações têm impacto nos comportamentos e impulsionam a cultura aspiracional do banco, com impactos positivos como o aumento da conduta ética e o alinhamento com a cultura aspiracional do banco, que são considerados como muito prováveis de se materializarem a curto prazo. Por outro lado, a falta de confiança e de procedimentos e canais de denúncia foi considerada muito suscetível de ter um impacto negativo na sociedade, prejudicando a confiança no sistema financeiro e impondo custos à sociedade a curto prazo. Os riscos causados por comportamentos não éticos e pela falta de uma cultura aspiracional podem incluir a perda de confiança na organização, o aumento dos custos operacionais e/ou legais e, em última análise, a perda da licença da empresa para operar. Embora esses riscos tenham sido avaliados como suscetíveis de se concretizarem a médio prazo, o banco está a atenuá-los através do seu trabalho contínuo e de ações que impulsionam a sua cultura aspiracional, tal como descrito nas secções seguintes.

Quadro de Comunicação de Preocupações, Denúncia de Irregularidades e Manifestação

Uma componente chave que apoia a cultura aspiracional do banco é o quadro de Comunicação de Preocupações, que é regida pela Política de Comunicação de Preocupações (incluindo Denúncias de Irregularidades), uma política global de todo o grupo, aprovada pelo Diretor de Conformidade do Grupo. A política, que está disponível no portal de políticas e é revista, no mínimo, anualmente, define a abordagem interna do banco para a comunicação de preocupações. Incentiva ativamente os colaboradores a comunicarem possíveis violações de leis, regras, regulamentos, políticas bancárias e conflitos de interesses e exige que os colaboradores manifestem preocupações sobre possíveis atividades criminosas por parte do banco, dos seus colaboradores, clientes ou terceiros. Os colaboradores podem fazê-lo contactando a Função Central de Denúncias, uma equipa independente da função de Combate à Criminalidade Financeira do banco, especializada em preocupações relacionadas com potenciais condutas impróprias do Grupo Deutsche Bank, daqueles que trabalham no Grupo Deutsche Bank ou de qualquer outra entidade ou pessoa que atue em nome do Grupo Deutsche Bank. Todas as denúncias são levadas a sério e geridas de forma sensível e confidencial. São apresentados trimestralmente à direção e ao Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização relatórios sobre tendências e temas, incluindo taxas de fundamentação e padrões de factos. Além disso, o presidente do Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização é informado das preocupações com a classificação de risco mais elevada através de notificações ad hoc, de acordo com um procedimento de escalonamento definido.

Com o foco na confiança, o banco desenvolveu as atividades de Manifestação e expandiu o seu alcance e âmbito para além da comunicação de preocupações, para a capacitação e o propósito, centrando-se na Manifestação como a coisa certa a fazer. Esta mensagem de Manifestação apoia a cultura de supervisão do banco, a cultura aspiracional do banco e a evolução contínua da agenda da Cultura, Integridade e Conduta. Todos os novos gestores são automaticamente inscritos no curso virtual obrigatório Manifestar-se e Ouvir, Os seus poderes de supervisão enquanto gestor, com um ciclo de atualização anual para todos os gestores. Para reforçar e integrar ainda mais o conteúdo sobre Manifestação, este é incluído em cursos obrigatórios como o Código de Conduta para todo o pessoal, de 18 a 24 meses, e a Sensibilização para os Riscos para todo o pessoal, de dois em dois anos. Em 2024, as taxas de conclusão foram de 99,98% (Código de Conduta), 100% (Os seus deveres de supervisão enquanto gestor) e 99,99% (Sensibilização para os riscos).

Os colaboradores são encorajados a falar diretamente com a gestão, com os representantes das Funções de Controlo ou com os Recursos Humanos, o que inclui os processos de reclamação relacionados com questões laborais, tal como descrito no subcapítulo "Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações" do capítulo "Força de trabalho própria" da Declaração de Sustentabilidade. No entanto, nos casos em que não se sintam à vontade para utilizar estas vias, existe um quadro para a Denúncia de Irregularidades. Sempre que a legislação local o permita, os colaboradores podem também comunicar as suas preocupações de forma anónima através da Linha Direta para a Integridade, uma plataforma eletrónica especial e um sistema de comunicação telefónica, sendo o anonimato protegido na medida do possível.

A função central de Denúncia de Irregularidades tem pessoal dedicado em Frankfurt e Londres e pode ser contactada diretamente, por e-mail ou através da linha direta de Integridade. Além disso, a Função Central de Denúncia de Irregularidades realiza inquéritos à saída e a novos funcionários como canais adicionais de encaminhamento para identificar proativamente potenciais áreas de preocupação. Os inquéritos incluem uma série de perguntas relacionadas com a sensibilização para a cultura de Manifestação e a comunicação de preocupações. Os inquiridos que identificaram que tinham uma preocupação que não comunicaram têm a oportunidade de fornecer detalhes de contacto para acompanhamento confidencial pela Função Central de Denúncia de Irregularidades . A equipa também dispõe de canais de comunicação externos, incluindo canais para denunciar casos de má conduta relacionados com os direitos humanos na cadeia de abastecimento do Deutsche Bank, tal como descrito mais pormenorizadamente no Procedimento de Reclamações Externas sobre Direitos Humanos.

Qualquer alegação de potencial má conduta interna, independentemente da forma como surge, é investigada de forma proporcional, independente e objetiva, ao abrigo do quadro global de investigação interna do banco, que é regido pelo Documento Operacional Chave (KOD) de Tratamento da Investigação Interna – Função de Investigação Central, Investigações de Auditoria do Grupo, Relações com os Colaboradores. O Documento Operacional Chave define normas mínimas sobre a forma como as preocupações relacionadas com incidentes de má conduta interna, que podem exigir uma investigação interna, devem ser atribuídas e tratadas pelas funções de investigação interna do banco, de acordo com mandatos definidos. O responsável formal e o responsável pela aprovação do Documento Operacional Chave é o Diretor Global da Função Central de Investigação. No entanto, também é obtida a aprovação dos Diretores Globais das Investigações de Auditoria do Grupo e das Relações com os Colaboradores. As ações de acompanhamento resultantes de uma investigação interna podem incluir, mas não se limitam a alterações de políticas, melhorias de processos e controlos, análises de lições aprendidas ou medidas disciplinares.

O Deutsche Bank proíbe qualquer forma de retaliação contra qualquer pessoa pelo facto de esta ter comunicado preocupações, interna ou externamente, ou ter ajudado a comunicar uma preocupação, ou ter ajudado ou cooperado numa investigação sobre uma preocupação. Esta medida é apoiada por um quadro antirretaliação que abrange a prevenção, a deteção e a investigação de atos de retaliação. O pessoal é regularmente informado sobre a proibição de retaliação do banco através de uma formação obrigatória, que é reiterada a todos os participantes numa investigação. As alegações de retaliação são investigadas de acordo com os processos do banco; quaisquer casos confirmados de retaliação serão tratados com extrema seriedade e podem resultar em ações disciplinares, incluindo a rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços. O Deutsche Bank mantém também um Grupo Consultivo Antirretaliação (ARAG), composto por representantes de topo da Função Central de Denúncia de Irregularidades, das Relações com os Colaboradores e dos Recursos Humanos, que se reúnem duas vezes por semana para analisar os casos de retaliação e outras preocupações comunicadas que apresentem um risco acrescido de retaliação, a fim de determinar se são necessárias medidas para mitigar o risco de qualquer retaliação em curso.

A Diretiva da UE relativa à denúncia de irregularidades (Regulamento (UE) 2019/1937) é aplicável ao Deutsche Bank. Em 2024, a Função Central de Denúncia de Irregularidades continuou a melhorar e a atualizar os seus processos, em conformidade com os requisitos legais e as normas de boas práticas. A título de exemplo, o texto da política relativa aos direitos dos colaboradores de comunicarem com as autoridades foi revisto e atualizado de modo a refletir as melhores práticas. Dependendo do local de trabalho, os colaboradores são orientados para os recursos externos disponíveis através dos anexos à Política de Comunicação de Preocupações (incluindo Denúncias), dos manuais locais dos colaboradores ou da intranet do DB.

Código de Conduta

O Código de Conduta do Deutsche Bank é a base sobre a qual o banco desenvolve o seu objetivo. O Código de Conduta tem como objetivo garantir que todos os colaboradores se comportam de forma ética, íntegra e de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis ao banco em todo o mundo, bem como com as políticas e procedimentos do Deutsche Bank. O seu objetivo é promover um ambiente aberto e diversificado, em que as opiniões dos colaboradores e a sua intervenção são valorizadas e em que o sucesso dos colaboradores e do banco se baseia no respeito, na colaboração e no trabalho de equipa ao serviço dos clientes, das partes interessadas e das comunidades. O Conselho de Administração é responsável pela aplicação do Código de Conduta, sendo as atividades de revisão e os processos de atualização supervisionados pelo Comité de Cultura, Integridade e Conduta. Em 2024, o Código de Conduta foi revisto e atualizado para se alinhar com o documento This is Deutsche Bank, que estabelece os padrões de comportamento e conduta do banco, aos quais todos os colaboradores devem aderir.

O Código de Conduta abrange o impacto sobre as partes interessadas e a sociedade em geral, fornecendo uma panorâmica dos processos que promovem a possibilidade de se manifestarem, comunicarem preocupações e denunciarem irregularidades. Além disso, fornece orientações sobre como agir corretamente, valorizar os colaboradores e criar confiança no local de trabalho, tomar decisões ponderadas, atividades pessoais e relacionadas com clientes, conflitos de interesses, prevenção e deteção de crimes financeiros, sustentabilidade e respeito pelos direitos humanos, e mercados justos e livres, com os respetivos cenários e ligações às políticas e procedimentos subjacentes. Deste modo, o Código atenua o risco de danos à reputação, aumento dos custos (legais) e perda de clientes devido a uma conduta comercial inadequada, gestão incorreta de conflitos de interesses e deveres fiduciários, parcialidade e negligência. O Código de Conduta é revisto anualmente e atualizado sempre que necessário. O ciclo de revisão anual é apoiado por grupos de trabalho que incluem as partes interessadas de todas as divisões e funções de infraestruturas, bem como os controladores do tipo de risco das respetivas áreas, para permitir que todas as partes interessadas avaliem a relevância, a exatidão e a exaustividade das suas contribuições para o código. O Código é publicado no website externo do Deutsche Bank e no seu portal interno de políticas.

O Código de Conduta dos Fornecedores sensibiliza para as normas de comportamento que o Deutsche Bank espera dos seus fornecedores. Para mais informações sobre o Código de Conduta dos Fornecedores, consulte o capítulo "Gestão da Cadeia de Abastecimento" na Declaração de Sustentabilidade.

O programa de Cultura, Integridade e Conduta

A cultura e a conduta empresarial do Deutsche Bank são geridas com a ajuda do programa de Cultura, Integridade e Conduta. O programa é um dos mecanismos de apoio à operacionalização do Código de Conduta. Define ações concretas para alcançar uma cultura aspiracional numa base de gestão do banco, como o livro de trabalho anual sobre Cultura, Integridade e Conduta. O programa centra-se no comportamento ético, na Manifestação e nos mais elevados padrões de conduta e integridade em todas as empresas, regiões geográficas e funções de infraestruturas, bem como no reforço do modelo de negócio e da cultura do banco, através de iniciativas e atividades com horizontes temporais previstos de curto a médio prazo.

Livro de trabalho sobre Cultura, Integridade e Conduta

O livro de trabalho sobre Cultura, Integridade e Conduta é um plano central criado anualmente pelo programa de Cultura, Integridade e Conduta para promover a cultura ética no banco, incluindo planos de comunicação para toda a empresa e programas de Recursos Humanos.

Planos culturais

As divisões e as funções de infraestruturas do banco desenvolvem e implementam os seus próprios planos culturais e são responsáveis pela promoção da cultura ética em cada uma das respetivas unidades. Estes planos integram iniciativas e ações obrigatórias definidas pelo comité, bem como iniciativas próprias das divisões e das funções de infraestruturas para dar resposta às suas principais necessidades individuais. As divisões e funções apresentam anualmente ao comité os seus planos culturais e fornecem-lhe atualizações trimestrais sobre a execução dos seus planos. Devem apresentar provas dos progressos realizados, tais como a conclusão das 74 iniciativas, incluindo as metas subjacentes em 2024, para garantir que os planos são concluídos a tempo e cumprem as normas de cultura aspiracional do programa de Cultura, Integridade e Conduta. Espera-se que estas ações produzam resultados a curto e médio prazo.

Programa This is Deutsche Bank

As ações supervisionadas pelo programa de Cultura, Integridade e Conduta estão estreitamente alinhadas com o programa This is Deutsche Bank (TiDB) lançado em 2023, anteriormente designado por programa de Cultura. O This is Deutsche Bank é um programa de mudança do banco que apoia as atividades de gestão do programa de Cultura, Integridade e Conduta, através da comunicação, incorporação e medição de uma cultura aspiracional renovada e dos comportamentos associados que a sustentam, para melhorar o impacto positivo do banco nos colaboradores, nas partes interessadas e no sector financeiro. Em 2024, a nova cultura aspiracional foi comunicada aos colaboradores no âmbito da vertente de ativação do This is Deutsche Bank, através de reuniões de embaixadores, comunicações do Conselho de Administração e através da Intranet do banco. No segundo semestre de 2024, foi ainda mais integrado nos processos do banco, nomeadamente através do Código de Conduta revisto do banco. O programa também desenvolveu um novo painel de controlo cultural para medir a cultura aspiracional, que será utilizado pelo Comité de Cultura, Integridade e Conduta para acompanhar os progressos realizados na concretização da cultura aspiracional ao longo do tempo.

A cultura aspiracional visa capacitar os colaboradores para se destacarem todos os dias e centra-se nos quatro princípios orientadores: agimos de forma responsável para inspirar confiança, pensamos em termos comerciais para obter resultados sustentáveis, tomamos a iniciativa de criar soluções e trabalhamos em colaboração para obter o maior impacto. Os princípios orientadores desenvolvem os antigos Valores e Crenças do banco e são sustentados por dezasseis comportamentos críticos para ajudar os colaboradores a compreender o que se espera deles.

Métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-M

Métricas de cultura e conduta

Trimestralmente, o Comité de Cultura, Integridade e Conduta analisa e avalia 25 indicadores-chave relacionados com a cultura em todo o banco, tais como as reclamações dos colaboradores, a análise da adesão dos colaboradores a determinadas políticas e procedimentos relacionados com o risco, os resultados das investigações (Recursos Humanos, Auditoria do Grupo e Combate à Criminalidade Financeira) e discute a evolução das tendências ao longo dos trimestres, tomando medidas sempre que necessário. Além disso, avalia a informação recolhida através de inquéritos e de contributos dos líderes empresariais para identificar as principais áreas de incidência da cultura e da conduta. O Inquérito Anual aos Colaboradores pede a opinião dos colaboradores para avaliar a sua experiência de trabalho no banco e medir o progresso em aspetos-chave da sua cultura, incluindo indicadores-chave como o empenho e a capacitação. Os resultados do Inquérito aos Colaboradores, ou seja, as áreas identificadas para melhoria, passam a fazer parte do Livro de Trabalho sobre Cultura, Integridade e Conduta como iniciativa(s) central(ais) e são medidos tanto através das atividades centrais como dos relatórios de progresso dos Planos de Cultura das Divisões e das Funções de Infraestruturas.

Inquérito aos recursos humanos

O Inquérito Anual aos Colaboradores pede a opinião dos colaboradores para avaliar a sua experiência de trabalho no banco e medir o progresso em aspetos-chave da sua cultura, incluindo indicadores-chave como o empenho e a capacitação. Os resultados do Inquérito aos Colaboradores, ou seja, as áreas identificadas para melhoria, passam a fazer parte do Livro de Trabalho sobre Cultura, Integridade e Conduta como iniciativa(s) central(ais) e são medidos tanto através das atividades centrais como dos relatórios de progresso dos Planos de Cultura das divisões e das funções de infraestruturas. Em 2024, o inquérito incluiu perguntas destinadas a fornecer informações sobre a forma como os colaboradores vivenciam a ética e a conduta e comunicam preocupações no banco. Os resultados mostraram que as pessoas continuam a ter um ambiente que está à altura dos padrões do banco e que a grande maioria se sente capaz de se exprimir. Os resultados também demonstraram que, embora o número de pessoas que manifestam preocupações seja baixo, a grande maioria saberia como comunicar uma preocupação se a tivesse. Para mais informações sobre o Inquérito aos Colaboradores, consultar o subcapítulo "Cultura de feedback dos colaboradores" do capítulo "Força de trabalho própria" da Declaração de Sustentabilidade.

Relatório anual global sobre Cultura, Integridade e Conduta

O Comité elabora igualmente um Relatório Global anual que avalia o que o Comité realizou, ou seja, os progressos alcançados e os pontos fracos identificados, bem como a forma como pode trabalhar eficazmente para aperfeiçoar a cultura ética no ano seguinte (o livro de trabalho sobre Cultura, Integridade e Conduta). As divisões de negócio e as funções de infraestruturas elaboram os seus próprios relatórios sobre cultura, integridade e conduta, que são adaptados aos seus perfis específicos e utilizados no relatório global.

Casos de denúncia de irregularidades

A Função Central de Denúncia de Irregularidades avalia cuidadosamente as preocupações comunicadas e encaminha-as para a equipa mais adequada para análise e, se for caso disso, investigação.

Casos de denúncia remetidos para investigação

% de casos remetidos para investigação	31 dez 2024	31 dez 2023
Alemanha	35	34
APAC	22	26
Reino Unido e Irlanda (UKI)	17	18
Américas	13	10
Europa	11	11
Médio Oriente e África	2	2

Numa perspetiva regional, a Alemanha registou o maior número de casos remetidos para investigação, seguida da Ásia-Pacífico, Reino Unido e Irlanda, Américas, Europa e Médio Oriente e África. As alegações foram parcial ou totalmente comprovadas durante os inquéritos em 52% dos casos encerrados ao longo de 2024 (2023: 38 %).

Combate à criminalidade financeira

A criminalidade financeira é prejudicial para a sociedade e pode ter consequências negativas graves para as pessoas, as instituições e a integridade do sistema financeiro. A criminalidade organizada pratica a fraude, o suborno, a corrupção, o financiamento do terrorismo e o branqueamento de capitais. Os criminosos recorrem a esquemas complexos de branqueamento de capitais, incluindo a colocação seletiva e a estratificação através de diferentes fronteiras, na tentativa de integrar o produto dos seus crimes no sistema financeiro mundial. Os atores externos procuram abusar do sistema financeiro para escapar às sanções e aos embargos. Além disso, existe um risco persistente de as organizações terroristas tentarem abusar do sistema financeiro para financiar ou facilitar as suas atividades. O Deutsche Bank também combate o risco de fraude interna por parte dos colaboradores, bem como a facilitação da evasão fiscal.

O combate à criminalidade financeira é parte integrante das atividades do Deutsche Bank e a melhoria contínua das capacidades do Grupo no combate à criminalidade financeira é uma prioridade fundamental. O combate bem sucedido à criminalidade financeira não só atenua os impactos negativos e os riscos, como também gera impactos positivos na sociedade e oportunidades de negócio. Os controlos eficazes contra a criminalidade financeira são componentes essenciais da estratégia do Deutsche Bank. Incluem um conhecimento profundo dos clientes do Deutsche Bank, da origem dos seus fundos, da sua fonte de riqueza, da sua verdadeira residência fiscal e dos seus beneficiários efetivos. O Conselho de Administração e todos os colaboradores são obrigados a cumprir os mais elevados padrões de conduta para combater a criminalidade financeira.

Governação

ESRS 2 GOV-2
Todos os colaboradores do Deutsche Bank são responsáveis pela gestão do risco de criminalidade financeira. Estas responsabilidades e obrigações incluem (i) a prevenção da criminalidade financeira através do conhecimento dos clientes, da análise de potenciais clientes, da execução de controlos preventivos e do cumprimento de obrigações e políticas, (ii) a deteção de comportamentos ou padrões invulgares ou suspeitos, incluindo a utilização de alertas de sistemas de monitorização de transações que são analisados por equipas dedicadas e com formação, e (iii) a denúncia de clientes, terceiros e/ou transações que pareçam suspeitas ou invulgares.

A decisão final e a autoridade em matéria de avaliação, gestão e aceitação dos riscos de criminalidade financeira cabem ao Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais do Grupo, que dirige igualmente a função de Combate à Criminalidade Financeira e responde perante o membro do Conselho de Administração responsável pela Conformidade e o Combate à Criminalidade Financeira. Este Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais do Grupo é uma autoridade delegada do Conselho de Administração, autorizada a estabelecer um quadro de gestão do risco de criminalidade financeira e a tomar as medidas necessárias para gerir os riscos em conformidade com os requisitos legais. A sua função é orientada pela Lei alemã relativa ao branqueamento de capitais (Geldwäschegesetz), pela Diretiva relativa ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AMLD IV) e pelas orientações da EBA. O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank é regularmente informado da situação da gestão do risco de criminalidade financeira pelo Conselho de Administração e pelo Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais do Grupo, por exemplo, através de atualizações trimestrais ao Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização.

A função de Combate à Criminalidade Financeira atua de forma independente e define políticas e normas, enquanto as divisões do Deutsche Bank são responsáveis pela sua implementação e operacionalização. O Conselho de Administração garante que a função de Combate à Criminalidade Financeira pode executar as suas tarefas de forma independente e eficaz.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3
O Deutsche Bank está empenhado em proteger os seus clientes, a sociedade e o seu próprio património, assumindo um papel ativo na prevenção, deteção e comunicação de crimes financeiros. Reconhecendo as ameaças materiais colocadas pela criminalidade financeira, a função de Combate à Criminalidade Financeira definiu uma estratégia uniforme para a prevenção, deteção e comunicação de riscos de criminalidade financeira, a fim de assegurar o mais elevado nível de proteção dos clientes e das partes interessadas do Deutsche Bank, apoiando simultaneamente práticas empresariais sustentáveis. A estratégia de Combate à Criminalidade Financeira centra-se na correção, simplificação e consolidação de processos e na evolução do Programa AFC nas áreas da apetência pelo risco, avaliação do risco, política, formação, garantia e comunicação. A estratégia serve para acelerar a tomada de decisões em matéria de riscos de criminalidade financeira, aplicar normas coerentes e promover a colaboração com as divisões e regiões, assegurando que o Deutsche Bank opera de acordo com a sua apetência pelo risco e que existe uma cultura clara de responsabilização pelo risco.

O incumprimento das leis de combate à criminalidade financeira e a fragilidade dos controlos sobre a criminalidade financeira constituem riscos significativos para o Deutsche Bank. O Deutsche Bank implementou um quadro abrangente de gestão do risco de criminalidade financeira para mitigar estes riscos e criar confiança junto dos clientes, supervisores e partes interessadas dos sectores público e privado, bem como para apoiar o acesso a longo prazo a novos mercados e segmentos de negócio. O Deutsche Bank está empenhado em melhorar continuamente o seu ambiente de controlo da criminalidade financeira e em tirar partido da tecnologia e da análise para aumentar a eficácia, eficiência e sustentabilidade dos seus controlos sobre a criminalidade financeira. Isto é possível através de um trabalho de colaboração em todas as linhas de defesa, bem como sendo um parceiro ativo na comunidade de combate à criminalidade financeira e trabalhando em estreita colaboração com as autoridades policiais, os reguladores e o sector privado para prevenir, detetar e denunciar os crimes financeiros.

Enquanto instituição financeira internacional que oferece uma gama diversificada de produtos bancários globais, o Deutsche Bank compreende a sua responsabilidade de apoiar a agenda de combate à criminalidade financeira do sector. A inexistência de controlos eficazes em matéria de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, corrupção, suborno, fraude, escravatura moderna ou facilitação da evasão fiscal, por exemplo, facilitando aos clientes a exploração de diferenças jurisdicionais na legislação fiscal, e a incapacidade de impedir que os criminosos explorem os produtos e serviços do Deutsche Bank podem ter efeitos graves e imediatos na sociedade. Estes incluem o enfraquecimento do Estado de Direito e da justiça social, o enfraquecimento dos serviços públicos, a redução das receitas fiscais através do pagamento insuficiente de impostos, sanções, a perda de serviços bancários e a instabilidade financeira, afetando frequentemente os membros mais vulneráveis da sociedade. O Deutsche Bank avalia regularmente, pelo menos uma vez por ano, a sua exposição aos riscos de criminalidade financeira, tendo em conta as atividades comerciais, os clientes, os produtos e serviços, as transações, os canais de distribuição e as localizações geográficas das suas entidades e sucursais, e aplica uma diligência rigorosa a todas as atividades de concessão de crédito e de investimento.

A função de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira promove uma forte cultura de risco através da colaboração entre todas as linhas de defesa e com os sectores público e privado. A equipa de Combate à Criminalidade Financeira esforça-se por incorporar uma cultura conhecida pela sua dedicação, colaboração e especialização. O Deutsche Bank promove uma cultura de conformidade e integridade, desempenhando a direção um papel crucial no reforço desta cultura. A tónica é colocada no incentivo aos colaboradores para que se manifestem, com o apoio de extensas campanhas de formação e comunicação. O programa de manifestação de preocupações e o canal de denúncia de irregularidades encontram-se detalhados no capítulo "Cultura, integridade e conduta" desta Declaração de Sustentabilidade.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

A função de Combate à Criminalidade Financeira está envolvida em mudanças estruturais, tais como novos produtos, novas linhas de negócio, expansões ou novas categorias de clientes, para garantir que estão em conformidade com a apetência do Deutsche Bank pelo risco de criminalidade financeira e que dispõem de controlos eficazes, avaliações de risco e monitorização antes do seu lançamento. A função de Combate à Criminalidade Financeira também monitoriza os requisitos legais, traduzindo-os em políticas e apoiando as divisões de negócio na sua implementação nos processos relevantes. Existem colaboradores dedicados na função de AFC, nas divisões de negócio e na área da tecnologia que se dedicam a gerir, ou a contribuir para a gestão dos riscos de criminalidade financeira. Em 2022, a função de Combate à Criminalidade Financeira iniciou uma estratégia de contratação para reforçar as capacidades de execução e de liderança, o que levou a um aumento substancial do número de efetivos na função de AFC, com mais de 500 colaboradores adicionados ao longo de 2023, para dar resposta às necessidades de remediação. Em linha com o progresso na remediação, o aumento do número de colaboradores na função de AFC abrandou em 2024. A função atingiu 2.492 colaboradores no final de 2024, face a 2.397 colaboradores no ano anterior. Além disso, a função de AFC foi apoiada por cerca de 900 trabalhadores temporários.

O Deutsche Bank identificou a necessidade de reforçar o seu ambiente e infraestrutura de controlo interno. As análises efetuadas por várias entidades reguladoras levaram a que o Deutsche Bank tivesse de melhorar os seus controlos em matéria de combate ao branqueamento de capitais, sanções e outros. O Deutsche Bank continua a executar iniciativas de mudança para reforçar o seu programa de combate à criminalidade financeira, em conformidade com o quadro de governação da mudança do Deutsche Bank e com a supervisão direta do Conselho de Administração. Ao longo de 2024, várias iniciativas melhoraram os controlos e processos em todos os aspetos do programa, incluindo a governação, a avaliação dinâmica dos riscos, a definição da apetência pelo risco, os controlos KYC, a supervisão das filiais e subsidiárias, os controlos de transações, como a monitorização e a filtragem, e os testes de controlo. A tónica continua a ser colocada na garantia destas melhorias em operações sustentáveis e habituais.

Os Estados Unidos estabeleceram um regime de sanções secundárias através do qual podem ser tomadas medidas contra instituições financeiras estrangeiras envolvidas em transações que envolvam a base militar-industrial da Rússia. Estas sanções podem restringir o acesso ao mercado dos Estados Unidos, congelar ativos, prejudicar a reputação e causar perdas de negócios. O Deutsche Bank reforçou os controlos existentes para identificar as transações e os clientes com maior risco de sanções secundárias, mas não pode eliminar o risco de facilitar inadvertidamente transações que possam dar origem a sanções secundárias. O Deutsche Bank melhora continuamente os seus controlos e processos para cumprir a regulamentação, em particular nas suas filiais, e acompanha e testa regularmente o cumprimento e os riscos potenciais inerentes.

Uma sólida gestão do risco e o combate à criminalidade financeira têm um impacto positivo na confiança dos clientes, dos supervisores e de outras partes interessadas, e podem ajudar o Deutsche Bank, a longo prazo, a aceder a novos mercados e segmentos de negócio, bem como a aumentar o valor da marca. Além disso, a estratégia supramencionada promove a eficiência, atenuando a aplicação incoerente das normas de conformidade em matéria de criminalidade financeira e melhorando a partilha de informações. É provável que controlos rigorosos e a devida diligência em relação aos clientes e aos produtos reduzam o acesso dos criminosos ao financiamento das suas atividades ilícitas e produzam efeitos positivos a curto prazo para a sociedade.

Parcerias

O combate à criminalidade financeira exige um intercâmbio de conhecimentos e experiências com todas as partes interessadas, a fim de melhorar e desenvolver um programa eficaz de gestão dos riscos de criminalidade financeira que apoie a integridade do sistema financeiro e reduza os danos causados pela criminalidade financeira. Em 2024, o Deutsche Bank prosseguiu os seus atuais compromissos no sector dos riscos de criminalidade financeira com as associações relevantes, tais como o Grupo Wolfsberg, e as parcerias público-privadas (colaborações entre os sectores público e privado), bem como o apoio a iniciativas que ajudam a melhorar a partilha de informações. Durante 2024, o Deutsche Bank foi copresidente do Grupo Wolfsberg. Desde 2022 que o Deutsche Bank tem lugar no Conselho de Administração da Aliança Alemã contra a Criminalidade Financeira. Este conselho é composto por representantes dos sectores financeiro e não financeiro, bem como das autoridades públicas, incluindo a Unidade de Informação Financeira da Alemanha, a Autoridade Federal de Supervisão Financeira (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin) e o Serviço Federal de Polícia Criminal (Bundeskriminalamt, BKA). Outras parcerias incluem a parceria público-privada de Informações Financeiras da Europol, em que o chefe da unidade de informações sobre criminalidade financeira do Deutsche Bank faz parte do grupo diretor da parceria, e o Grupo de Trabalho Conjunto de Informações sobre o Branqueamento de Capitais do Reino Unido. Além disso, o Deutsche Bank faz parte de um projeto na Alemanha (EuroDaT/safeAML), apoiado pelo Ministério das Finanças alemão (Bundesministerium der Finanzen, BMF) e pelo Ministério da Economia de Hesse, que visa a prevenção da criminalidade financeira através da melhoria da partilha de informações entre instituições financeiras.

Quadro de gestão do risco de criminalidade financeira

ESRS 2 MDR-P
O quadro de Gestão do Risco de Criminalidade Financeira define a abordagem do Deutsche Bank para identificar e gerir os riscos de criminalidade financeira. O quadro inclui os riscos de criminalidade financeira no âmbito do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da facilitação da evasão fiscal, das sanções e embargos, da fraude interna e externa e do suborno e corrupção. O documento deve ser lido em conjunto com o Código de Conduta, a Política de Gestão do Risco e o Quadro de Apetência pelo Risco.

O Deutsche Bank dispõe de um conjunto abrangente de políticas que estabelecem as normas mínimas em conformidade com todos os requisitos regulamentares relevantes em todas as jurisdições onde o Deutsche Bank opera. As principais políticas são a Política de Combate ao Branqueamento de Capitais do Grupo, que engloba o combate ao branqueamento de capitais, bem como a prevenção da facilitação da evasão fiscal e o combate ao financiamento do terrorismo, a Política de Sanções, a Política de Combate ao Suborno e à Corrupção e a Política de Combate à Fraude. As políticas aplicam-se a todos os colaboradores e são revistas anualmente, com a participação das partes interessadas relevantes do Deutsche Bank, de acordo com a Política de Requisitos para Políticas, Procedimentos, e Principais Documentos Operacionais e de Enquadramento. As versões mais recentes de todas as políticas estão disponíveis no portal de políticas do Deutsche Bank, e as alterações são comunicadas a todos os colaboradores. A familiaridade é reforçada através de formação obrigatória, incluindo ligações às políticas e procedimentos relevantes, e o incumprimento pode levar a ações disciplinares. Sempre que necessário, são disponibilizadas informações pormenorizadas sobre as políticas às partes interessadas, ajudando-as a aplicar as normas mínimas nelas estabelecidas. O Conselho de Administração do Deutsche Bank é o principal responsável pela aplicação destas políticas.

Além disso, o Deutsche Bank cumpre as normas de organizações como o Grupo Wolfsberg para a prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo

Prevenção do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da facilitação da evasão fiscal

O branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e a facilitação da evasão fiscal representam riscos significativos para o Deutsche Bank. Para gerir estes riscos, o Deutsche Bank estabeleceu normas mínimas de controlo, incluindo a diligência devida em relação aos clientes com base no risco, o acompanhamento das transações, a análise de listas de nomes, a investigação de alertas e a comunicação de atividades suspeitas às autoridades. Estes relatórios de atividades suspeitas podem ser desencadeados por alertas de monitorização de transações, referências internas de colaboradores, inquéritos das autoridades policiais ou referências de outros bancos. Outras medidas incluem a avaliação da exposição ao risco dos clientes e a sua redução, por exemplo, através da cessação das relações com clientes relevantes e da liquidação ou redução do risco em posições relevantes e associadas.

A Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e as Políticas "Conheça o seu Cliente" definem os requisitos mínimos de controlo e são atualizadas regularmente de acordo com os desenvolvimentos regulamentares e complementadas com medidas de salvaguarda internas. A Política de Combate ao Branqueamento de Capitais define os requisitos mínimos de combate ao branqueamento de capitais aplicáveis a nível mundial e é complementada por suplementos locais para cumprir apenas os requisitos regulamentares aplicáveis a nível local. Especifica as responsabilidades dos colaboradores no que diz respeito à formação, à comunicação de atividades invulgares, ao encaminhamento de pedidos de informação das autoridades para o Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais da respetiva entidade jurídica, ao conhecimento dos canais disponíveis para manifestar preocupações e comunicar problemas, e à manutenção e conservação da documentação relativa ao combate ao branqueamento de capitais. Os colaboradores relevantes devem, entre outras coisas, realizar as devidas diligências em relação aos seus clientes, estabelecer a identidade, a propriedade e a residência dos clientes, o objetivo e a natureza da sua relação, fornecer informações sobre clientes, transações ou partes ao Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais, conforme solicitado, e abandonar ou rejeitar clientes de acordo com as instruções do Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais. A política adicional "Conheça o Seu Cliente" prescreve atividades para avaliar o risco de criminalidade financeira subjacente de um cliente ou contraparte, incluindo requisitos sobre o calendário das análises de clientes, medidas de diligência devida na adoção de clientes, análises regulares e orientadas para eventos, o tratamento de pessoas politicamente expostas ou clientes com elevado risco de evasão fiscal, bem como restrições comerciais e abandonos de clientes.

Cumprimento de sanções e embargos

O Deutsche Bank compromete-se a respeitar as sanções e os embargos impostos pelas Nações Unidas, pela União Europeia e pela Alemanha a nível mundial, bem como as sanções de maior alcance impostas pelas jurisdições em que opera, nomeadamente os Estados Unidos e o Reino Unido. Para controlar este risco, o Deutsche Bank filtra as transações, analisa os dados dos clientes e das contrapartes, restringe a negociação de instrumentos financeiros sancionados e toma outras medidas, como a rejeição ou o congelamento de transações, a restrição das atividades dos clientes ou o abandono das relações com os clientes.

A Política de Sanções define os requisitos e as normas para a identificação, o aumento e a gestão dos riscos de sanções e de financiamento da proliferação, e aplica-se globalmente a todos os colaboradores do Deutsche Bank. Nos casos em que os requisitos de uma jurisdição sejam mais rigorosos do que os da Política de Sanções, devem ser seguidos os requisitos locais mais rigorosos. No entanto, quando os requisitos locais são menos rigorosos, prevalece a Política de Sanções global.

Prevenção e deteção de fraude, corrupção e suborno

ESRS G1-3

O Deutsche Bank está empenhado em cumprir as leis antissuborno e corrupção e tem políticas e procedimentos de apoio em vigor que são consistentes com os requisitos regulamentares e legais nas jurisdições em que opera e com a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Anualmente, é efetuada uma avaliação dos riscos de suborno e corrupção inerentes e dos controlos correspondentes em todas as suas atividades. O Deutsche Bank dispõe de políticas, procedimentos e controlos que abrangem as áreas que apresentam um risco acrescido de suborno e corrupção, cuja pedra angular é a Política de Combate ao Suborno e à Corrupção. Estas políticas abrangem todas as áreas-chave da exposição ao risco de suborno e corrupção do Deutsche Bank, incluindo áreas-chave de risco como presentes e entretenimento, donativos de caridade, práticas de contratação, joint ventures e investimentos estratégicos, gestão de risco de fornecedores, livros e registos e contribuições políticas. As políticas e procedimentos em matéria de suborno e corrupção aplicam-se a todos os colaboradores, incluindo os trabalhadores temporários e os contratados.

O Deutsche Bank continua a reduzir a sua exposição a áreas que apresentam um maior risco inerente de suborno e corrupção, como o recurso a consultores de desenvolvimento empresarial, e continua a melhorar os seus controlos existentes. Além disso, o Deutsche Bank implementou controlos preventivos e de deteção, incluindo níveis mais elevados de aprovação da direção, diligência devida reforçada para consultores de desenvolvimento empresarial e parceiros de joint-ventures/investimentos estratégicos, incluindo declarações e garantias contratuais antissuborno, e monitorização contínua do comportamento dos colaboradores.

Os casos identificados de suborno e corrupção são investigados de forma independente, com ações disciplinares para os colaboradores que vão desde os sinais de alerta até à rescisão do contrato de trabalho. Os casos identificados serão comunicados à direção e às autoridades judiciais ou regulamentares competentes. Para mais informações, consultar o capítulo sobre "Denúncia de Irregularidades".

O Deutsche Bank implementou também um quadro holístico de gestão do risco de fraude nas três linhas de defesa. A segunda linha de defesa detém a governação e define normas mínimas, enquanto a primeira linha de defesa implementa e opera controlos-chave para atenuar o risco de fraude, como a monitorização de transações bancárias online e os procedimentos de chamada de retorno. A Política Antifraude estabelece os requisitos mínimos aplicáveis e define a fraude, incluindo a proibição de fraude interna por parte dos colaboradores contra o Deutsche Bank, os seus clientes e outros terceiros. Além disso, a política fornece orientações para a compreensão e avaliação do risco de fraude, bem como para as vias de recurso em caso de fraude interna e externa.

Métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-M, ESRS G1-3, ESRS G1-4

Formação

É realizada uma formação obrigatória regular e, pelo menos, anual para todos os colaboradores e trabalhadores contratados em todas as localizações e atividades. Estas ações de formação abrangem todos os riscos de criminalidade financeira, incluindo a prevenção do auxílio à evasão fiscal e o combate à fraude, ao suborno e à corrupção, e testam os conhecimentos dos formandos sobre os riscos abrangidos. O currículo obrigatório é acompanhado por ofertas de formação facultativas adicionais.

Os módulos de formação sublinham a importância de identificar os riscos de criminalidade financeira, tais como a facilitação da evasão fiscal, e de comunicar preocupações ou suspeitas, incluindo a utilização da linha direta de denúncias anónimas. Os módulos articulam as consequências pessoais, profissionais, financeiras, regulamentares e sociais da não gestão dos riscos de criminalidade financeira. Por exemplo, a formação obrigatória em matéria de combate ao suborno e à corrupção abrange os requisitos regulamentares relevantes, as principais áreas de exposição do Deutsche Bank ao risco, as medidas de prevenção correspondentes e as normas e políticas mínimas aplicáveis.

Os formandos que não concluírem a formação até à data prevista estão sujeitos a potenciais ações disciplinares e são denunciados à equipa de Sinais de Alerta de Conformidade para investigação.

Em 2024, as taxas de conclusão da formação em matéria de combate à criminalidade financeira foram as seguintes: 99,88% para o combate à fraude, ao suborno e à corrupção, 99,82% para o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento e proliferação do terrorismo, 99,98% para a prevenção da facilitação da evasão fiscal e 99,52% para as sanções. Estas percentagens de conclusão incluem o pessoal dos fornecedores que recebeu formação em 2024.

Programas de formação de combate à criminalidade financeira

	31 dez 2024		31 dez 2023	
	Pessoal abrangido (em número de efetivos)	Taxa de conclusão (em %)	Pessoal abrangido (em número de efetivos)[1]	Taxa de conclusão (em %)
Programas de formação em matéria de combate ao suborno e à corrupção	103.112	99,88	51.793	99,96
Programas de formação relacionados com o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo	104.605	99,82	87.116	99,97
Programas de formação relacionados com a prevenção da facilitação da evasão fiscal[2]	51.305	99,98	0	0
Programas de formação relacionados com sanções e embargos	104.157	99,52	53.642	99,96

[1] Os números de colaboradores para as taxas de conclusão de formação comunicadas em 2023 excluem o pessoal afiliado a fornecedores.
[2] A formação em prevenção da facilitação da evasão fiscal é ministrada num ciclo de dois anos. Os números refletem a formação ministrada numa base de implementação distribuída.

Condenações e multas relacionadas com violações da legislação anticorrupção

O Deutsche Bank está empenhado em cumprir todas as leis e regulamentos de combate ao suborno e à corrupção aplicáveis e espera transparência e integridade em todas as suas transações comerciais para evitar qualquer vantagem indevida ou a aparência de conduta questionável por parte dos seus colaboradores e terceiros associados.

O Deutsche Bank não tolera qualquer forma de suborno ou corrupção. Todos os colaboradores têm a obrigação, tal como é imposto pelas políticas relevantes e pelos contratos de trabalho, de comunicar o seu envolvimento como parte de qualquer investigação ou condenação penal.

Em 2024, não houve condenações por infrações às leis de combate à corrupção e ao suborno reveladas ao Deutsche Bank pelos seus colaboradores ou em que o Deutsche Bank tenha assumido os custos judiciais dos processos subjacentes. Em 2024, não foram aplicadas multas ao Deutsche Bank por violação da legislação de combate à corrupção ou ao suborno.

Comportamento anticoncorrencial

Governação

ESRS 2 GOV-2
O Deutsche Bank reconhece que a gestão eficaz do risco antitrust é parte integrante da sua governação e cultura empresarial. O compromisso do Deutsche Bank para com as regras antitrust é sustentado pelo seu Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração e aplicável a todos os colaboradores e membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank. O Código é revisto regularmente e atualizado, se necessário, em função da evolução ou dos acontecimentos no sector. Os colaboradores são obrigados a atestar regularmente que leram e compreenderam o Código de Conduta.

O Conselho de Administração e todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco antitrust. O Conselho de Administração supervisiona a gestão do risco em todo o banco. Os departamentos de Conformidade e Jurídico do Deutsche Bank desempenham uma função de controlo independente (segundo nível), promovendo e fazendo cumprir a lei. O Comité de Risco Não Financeiro supervisiona, rege e coordena a gestão dos riscos não financeiros a nível do grupo e estabeleceu uma perspetiva holística e transversal dos principais riscos não financeiros do banco. A Gestão do Negócio Regional Sénior é responsável pelo desenvolvimento de políticas, controlos e procedimentos para definir, implementar e documentar processos e controlos para gerir riscos.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3
O Deutsche Bank procura cumprir as leis, regras e regulamentos relevantes e esforça-se por respeitar a concorrência leal nos mercados. A exposição do Deutsche Bank ao risco antitrust é influenciada pelas suas atividades de mercado, pelos produtos e serviços oferecidos, pelas relações com os clientes e pelas regiões geográficas em que o Deutsche Bank opera.

O Deutsche Bank aplica um modelo de gestão de risco de três linhas de defesa, com base no qual o banco dispõe de um quadro claro que define os deveres e as responsabilidades entre as várias funções, a fim de garantir o cumprimento das obrigações antitrust. O Deutsche Bank identificou o risco antitrust como um dos principais riscos do banco e está sujeito à supervisão da segunda linha de defesa (2LoD), que assegura que a gestão do risco antitrust é implementada de forma holística em todo o banco. O risco antitrust foi integrado nos processos anuais de avaliação de riscos do Deutsche Bank. Anualmente, o Deutsche Bank procede a uma avaliação dos riscos antitrust inerentes. O risco antitrust e os fatores de risco subjacentes relevantes fazem parte integrante da avaliação anual do risco e dos controlos em todas as suas atividades e, além disso, a função de Conformidade está a realizar atividades de monitorização. O Deutsche Bank continua a implementar novos controlos e a reforçar os já existentes nas principais áreas de risco.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-P
Os comportamentos anticoncorrenciais e outras violações da legislação antitrust podem ter um impacto negativo nos mercados, nos clientes e na sociedade em geral, com efeitos a curto prazo. O risco de comportamentos anticoncorrenciais é inerente às operações do Deutsche Bank e à escala e complexidade das suas atividades diárias e dos serviços prestados. O Deutsche Bank pode estar exposto a ações judiciais e a danos à sua reputação se as autoridades ou outras entidades tomarem medidas coercivas ou outras medidas corretivas. Os produtos e jurisdições relevantes são normalmente muito regulamentados, com um controlo regulamentar significativo e ações de execução frequentes no sector por incumprimento das regras e regulamentos aplicáveis.

O Deutsche Bank não tolera que os seus colaboradores violem as leis e regulamentos antitrust e está empenhado em cumprir as leis antitrust nas jurisdições em que opera. O ativo mais importante do Deutsche Bank contra os riscos antitrust são os seus colaboradores. O Deutsche Bank promove uma cultura de risco que incentiva os colaboradores a manifestar-se e uma consciencialização profunda dos riscos antitrust. O tom desde o topo é extremamente importante, e a direção está altamente empenhada em reforçar esta cultura de integridade. O programa de manifestação de preocupações mais alargado e o respetivo canal de denúncias são descritos no capítulo "Cultura, integridade e conduta".

As potenciais situações de antitrust são investigadas de forma independente e qualquer colaborador que se determine estar envolvido em tal comportamento estará sujeito a ações disciplinares, incluindo sinais de alerta, que podem ir até à rescisão do contrato de trabalho. Os casos identificados de infrações antitrust serão comunicados à direção e às autoridades legais ou regulamentares competentes.

O Deutsche Bank estabeleceu e está a operar um quadro dinâmico de gestão de riscos antitrust, e todos os colaboradores são obrigados a aderir aos mais elevados padrões de conduta para evitar infrações às leis antitrust. O Deutsche Bank aplica um quadro de controlo e uma estrutura de governação, defende o desenvolvimento de processos internos sólidos e não apoia ações que constituam violações da legislação antitrust. O Comité de Risco Não Financeiro supervisiona, rege e coordena a gestão dos riscos não financeiros a nível do grupo, incluindo os riscos antitrust. Além disso, um fórum de governação sénior, o fórum operacional antitrust, dedica-se às regras antitrust. Tem representantes em diferentes funções, incluindo negócio, infraestruturas, especialistas em antitrust e colaboradores seniores, e foi integrado na estrutura geral das linhas de reporte do Deutsche Bank, passando para o Diretor de Conformidade e para o Consultor Geral do Grupo, com linhas de reporte e de escalonamento para o Conselho de Administração. O fórum operacional antitrust reúne atualmente de dois em dois meses para acompanhar os principais desenvolvimentos e tendências externos na área dos comportamentos anticoncorrenciais e ser informado dos principais desenvolvimentos internos relevantes.

O Deutsche Bank implementou a Política-Quadro de Gestão do Risco Antitrust, que é a Política Antitrust do banco, aplicável no Deutsche Bank e nas suas filiais a todos os colaboradores a nível mundial e que estabelece as obrigações dos colaboradores relativamente ao risco antitrust. Esta política deve ser lida em conjunto com o Código de Conduta. É revista anualmente e as alterações relevantes são comunicadas a todos os colaboradores. A versão mais recente da Política Antitrust está disponível no Portal de Políticas interno do Deutsche Bank, disponível na página da intranet e acessível a todos os colaboradores do Deutsche Bank, para minimizar os efeitos negativos de uma potencial infração.

A Política Antitrust exige que todos os colaboradores identifiquem, comuniquem e giram o risco de forma adequada, e prevê canais de escalonamento relevantes para comunicar incidentes relacionados com comportamentos anticoncorrenciais. A política define as manifestações do risco e a forma como o Deutsche Bank gere e mitiga o risco, no âmbito do seu quadro de gestão do risco a nível da empresa. Observa várias regras e regulamentos globais no domínio antitrust e tem em conta a interpretação e a prática de aplicação das autoridades da concorrência. A política abrange áreas-chave do antitrust, incluindo formas de comportamento em conluio, troca de informações com concorrentes, participação em associações comerciais e outros comités externos, bem como outras reuniões de negócios, aspetos relacionados com recursos humanos e atividades de joint-venture e outras formas de cooperação. A política define a governação e estabelece os requisitos e normas mínimas que as divisões relevantes devem cumprir, incluindo a implementação de controlos-chave relacionados com a identificação, prevenção ou deteção de riscos antitrust, conforme relevante. A Gestão do Negócio Regional Sénior é responsável pelo desenvolvimento de políticas e procedimentos para definir, implementar e documentar processos e controlos que cumpram os requisitos da Política Antitrust e é responsável pela implementação das políticas e das normas mínimas.

O Deutsche Bank concebeu e implementou controlos antitrust preventivos e de deteção para gerir o risco antitrust, que são componentes essenciais da estratégia de gestão do quadro de risco do Deutsche Bank. O Deutsche Bank procede anualmente a uma avaliação do risco e do controlo dos riscos antitrust inerentes e dos controlos correspondentes nas suas atividades. Consequentemente, continua a implementar novos controlos e a reforçar os existentes em áreas de risco fundamentais. Por exemplo, estes incluem controlos em torno da interação com terceiros, relacionados com contratos, bem como a monitorização da interação com terceiros. Não se verificaram alterações significativas desde o processo anual de avaliação dos riscos e dos controlos no ano anterior. O risco mantém-se dentro dos limites de tolerância, uma vez que foram desenvolvidas e implementadas medidas de correção personalizadas, incluindo melhorias de controlo, iniciativas de formação específicas e atualizações de políticas.

A formação no domínio antitrust é essencial para garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos antitrust e para sensibilizar os colaboradores para que possam identificar e avaliar melhor os riscos antitrust e agir em conformidade, se necessário. O Deutsche Bank implementou uma formação obrigatória para todo o pessoal sobre os princípios antitrust e os cenários aplicáveis que têm um enfoque regulamentar com base nas suas subdivisões. A formação abrange o conteúdo da Política Antitrust, os principais requisitos de conformidade e as medidas a tomar para comunicar potenciais infrações. A formação antitrust é ministrada de forma recorrente a todos os membros do pessoal a nível mundial através da plataforma de e-learning online do Deutsche Bank. A formação obrigatória em matéria antitrust é complementada por outras ações de formação ad hoc, adaptadas a unidades de negócio específicas. A formação obrigatória foi atualizada em 2024, com novos cenários, e relançada para abordar o comportamento anticoncorrencial. Em 2024, a taxa de conclusão da formação foi superior a 99,9%.

A formação obrigatória em antitrust está sujeita ao processo de Sinais de Alerta com medidas objetivas para monitorizar e avaliar o cumprimento de determinados comportamentos, políticas e procedimentos relacionados com o risco. Os Sinais de Alerta individuais são considerados em decisões de promoção, remuneração e gestão de desempenho. Para os colaboradores, a não conclusão da formação obrigatória e a conclusão tardia podem resultar em consequências disciplinares que podem afetar negativamente a remuneração dos colaboradores e da sua chefia.

Além disso, o Deutsche Bank atualizou o seu Código de Conduta, incluindo um novo capítulo sobre comportamentos anticoncorrenciais. Paralelamente, a formação relativa ao Código de Conduta foi atualizada de modo a incluir um cenário sobre comportamentos anticoncorrenciais.

Além disso, o Deutsche Bank continuou a desenvolver e a atualizar materiais de orientação, notas de orientação e modelos internos relevantes, a fim de ter em conta os desenvolvimentos em curso exigidos pelas leis e regulamentos relevantes e as tendências de aplicação da lei em matéria de comportamentos anticoncorrenciais.

Para um resumo das ações judiciais e litígios relevantes e importantes em que é alegado um comportamento anticoncorrencial, consultar a Nota 27 "Provisões – Processos individuais em curso" no Relatório Anual.

A eficácia da estrutura de gestão do risco antitrust é controlada através do processo anual de avaliação do risco e do controlo do Deutsche Bank e do processo global de governação acima descrito.

Fiscalidade

Governação

ESRS 2 GOV-2
O banco tem princípios claros de conduta e comportamento no que se refere aos assuntos fiscais do banco e um quadro que estabelece deveres e responsabilidades entre as várias funções para tipos de impostos definidos, a fim de garantir que o banco se mantém em conformidade com as suas obrigações fiscais. As questões fiscais do banco são geridas pela função fiscal interna, que é uma função de risco e de controlo independente e separada das divisões de negócio. O Diretor Global de Tributação, que lidera a função fiscal interna, tem uma linha direta de reporte ao Diretor Financeiro. A função fiscal apoia o Conselho de Administração na definição da estratégia fiscal, que é publicada externamente, bem como no quadro político dos princípios fiscais. Tanto a estratégia fiscal como o quadro político dos princípios fiscais são aprovados pelo Diretor Financeiro e pelo Conselho de Administração.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3
Os princípios fundamentais da estratégia fiscal e dos princípios fiscais acima referidos são:

- O Deutsche Bank assume a sua atividade fiscal de forma a gerar valor sustentável, cumprindo simultaneamente os requisitos fiscais legais e regulamentares aplicáveis
- O Deutsche Bank tem em devida conta a intenção e o espírito da legislação fiscal, o contexto social em que o banco opera e a posição e reputação do banco junto do público, das administrações tributárias, das entidades reguladoras e dos representantes políticos

Estes princípios aplicam-se a todas as empresas, regiões e entidades. Permitem ao banco gerir os assuntos fiscais de uma forma que visa assegurar que as consequências fiscais das operações comerciais estão adequadamente alinhadas com as consequências económicas, regulamentares e comerciais dessas operações, tendo em devida conta a perspetiva potencial das autoridades tributárias relevantes.

A evasão fiscal, que é um crime financeiro, é ilegal e vai contra a cultura do Deutsche Bank, e as políticas do banco proíbem estritamente o auxílio ou a cumplicidade na evasão fiscal, tal como explicado mais pormenorizadamente no capítulo "Combate à Criminalidade Financeira" da Declaração de Sustentabilidade.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

ESRS 2 IRO-2, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, GRI 207-4
Na condução dos seus negócios, e na criação e estruturação das suas operações e atividades comerciais, o banco tem em conta os requisitos fiscais das respetivas jurisdições em que opera, com vista a gerar valor sustentável para o Deutsche Bank e para os seus acionistas. Neste contexto, o banco está sujeito a riscos fiscais, que são uma consequência inerente à escala e à diversidade das atividades do Deutsche Bank e à natureza internacional do negócio do banco. Esta situação é agravada pela complexidade crescente da legislação fiscal internacional e pelas abordagens divergentes das autoridades tributárias nacionais em vários casos. O banco procura compreender e mitigar os riscos sempre que possível. O banco aplica um quadro de controlo que garante a conformidade em todos os aspetos materiais com a legislação fiscal aplicável, apresenta declarações fiscais exatas e paga o montante do imposto devido. Além disso, o banco pretende que as suas relações com as autoridades tributárias se processem de forma proativa, transparente, profissional, cortês e oportuna e procura desenvolver e promover boas relações de trabalho com as autoridades tributárias.

O banco não presta aconselhamento fiscal aos seus clientes. Os princípios fiscais integrados no processo de aprovação de novos produtos do banco estipulam que as transações com os clientes devem ser conduzidas com base no cumprimento da legislação fiscal relevante e dos requisitos de informação. O banco também espera o mesmo de terceiros que prestem serviços ao banco ou em seu nome (para mais informações, consultar o capítulo "Gestão da cadeia de abastecimento" desta Declaração de Sustentabilidade).

A função fiscal interna do banco gere os assuntos fiscais do banco de acordo com a estratégia e os princípios fiscais, numa base que gera valor sustentável e protege a reputação e a marca do Deutsche Bank. Recorre a profissionais qualificados para garantir a solidez da sua posição no que respeita às questões fiscais do próprio banco.

Além disso, a função fiscal interna acompanha os desenvolvimentos e as alterações legislativas, e o banco atualiza regularmente a sua estratégia fiscal e as políticas e procedimentos relacionados. Por exemplo, em 14 de fevereiro de 2023, o Conselho da UE acrescentou a Rússia à lista de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais, aplicável aos exercícios com início em 1 de janeiro de 2024. O banco não prevê implicações materiais para o Deutsche Bank e as suas operações na Rússia. Além disso, o banco é afetado por alterações nos princípios da tributação internacional decorrentes da agenda da OCDE sobre a erosão da base tributável e a transferência de lucros. Em 20 de dezembro de 2021, a OCDE publicou regras-modelo para um imposto mínimo global ao abrigo do Pilar 2, as Regras-Modelo Globais contra a Erosão da Base Tributável. Estas regras-modelo criam um sistema de tributação coordenado a nível internacional destinado a garantir que as empresas multinacionais pagam um nível mínimo de imposto de 15% em cada jurisdição em que operam. A UE implementou estas regras-modelo através de uma diretiva. As disposições da diretiva da UE foram transpostas para o direito alemão ("Mindeststeuergesetz" ou "MinStG"). As regras do Pilar 2 são produzem geralmente efeitos para os exercícios com início após 30 de dezembro de 2023. Os relatórios de informação global do Pilar 2 e as respetivas declarações fiscais para 2024 devem geralmente ser entregues em junho de 2026. Na medida em que tal seja aplicável, o Deutsche Bank AG deve remeter às autoridades fiscais alemãs um passivo do Pilar 2 calculado para uma jurisdição, a menos que essa jurisdição adote o seu próprio conjunto de regras do Pilar 2. Dos cerca de 60 países em que o banco opera, aproximadamente 50% adotaram ou estão em vias de adotar o seu próprio conjunto de regras do Pilar 2. A função fiscal interna do banco está a acompanhar os desenvolvimentos e a avaliar as implicações. Para mais pormenores, ver a Nota 34 – Impostos sobre o rendimento.

Por uma questão de princípio, o Deutsche Bank declara os seus lucros nos países em que são gerados, o que significa que os lucros também são tributados nesses países. As transações entre empresas são efetuadas em condições normais de mercado, de acordo com os princípios de preços de transferência da OCDE internacionalmente aceites, tendo em devida consideração as regras e requisitos locais aplicáveis. O Deutsche Bank não adota medidas artificiais não comerciais com o objetivo de obter benefícios fiscais. Os detalhes sobre as operações internacionais do banco são fornecidos nas Notas do Deutsche Bank às demonstrações financeiras consolidadas de 2024, que divulgam a despesa ou o benefício do imposto sobre o rendimento nas jurisdições em que o banco opera (ver Nota 43 – Relatórios por país). Para informações sobre o domicílio das sociedades, nomes e atividades principais, consultar a lista de participações (ver Nota 44 – Participações). A localização geográfica das filiais e sucursais tem em conta o país de constituição ou de residência.

Para melhorar a compreensão dos relatórios por país (ver Nota 43 – Relatórios por país), são fornecidas as informações explicativas seguintes. As informações comunicadas por país são extraídas das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. No entanto, não são diretamente conciliáveis com outras informações financeiras do Relatório Anual devido a orientações específicas publicadas pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que incluem o requisito de apresentar as informações por país antes da eliminação das transações transfronteiriças intragrupo. De acordo com este requisito, apenas são eliminadas as transações intragrupo no mesmo país. Por exemplo, o rendimento de dividendos recebido por uma entidade de grupo no país x de uma subsidiária no país y não é incluído nas contas IFRS do Grupo, uma vez que estes são eliminados na consolidação. No entanto, estão incluídos e são comunicados nos resultados do país x nos relatórios por país. Por uma questão de princípio, esse rendimento de dividendos intragrupo está geralmente isento de impostos na maioria das jurisdições, para evitar a dupla ou múltipla tributação. Consequentemente, estes requisitos específicos de informação podem ter um impacto significativo na taxa de imposto efetiva jurisdicional apresentada nos relatórios por país, que pode diferir da taxa de imposto legal do país. Além disso, a despesa ou benefício do imposto sobre o rendimento divulgado pode também refletir vários outros ajustamentos exigidos pela legislação fiscal, por exemplo, despesas não dedutíveis nos impostos ou rendimentos isentos de impostos.

Em 2024, a despesa total do Deutsche Bank com o imposto sobre o rendimento ascendeu a 1,8 mil milhões de euros (consultar a Demonstração Consolidada dos Resultados, bem como a Nota 34 – Impostos sobre o rendimento) e os impostos sobre o rendimento pagos durante 2024 ascenderam a 1,4 mil milhões de euros no ano de 2024 (ver Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa).

Políticas públicas e regulamentação

O Deutsche Bank dispõe de um quadro claramente estruturado para gerir o risco de alterações regulamentares e reforçar o seu perfil nos debates políticos e regulamentares. O quadro permite ao Deutsche Bank colaborar com os intervenientes políticos e regulamentares relevantes. Assegura também a tomada de decisões estratégicas informadas e proporciona supervisão e controlo sobre a forma como as principais iniciativas regulamentares são implementadas.

Governação

ESRS 2 GOV-2
Os Assuntos Governamentais e Públicos fazem parte dos Assuntos Empresariais e Estratégicos. O Diretor Global de Assuntos Empresariais e Estratégicos (CA&S) responde perante o Diretor Executivo. A função de Assuntos Governamentais e Públicos é composta por cerca de 19 colaboradores (Equivalente a Tempo Inteiro) em importantes centros empresariais e políticos: Frankfurt, Londres, Nova Iorque, Berlim, Bruxelas e Washington.

A função de Assuntos Governamentais e Públicos trabalha em estreita colaboração com o Grupo de Gestão de Exames e Regulamentação. Este último trabalha com todas as divisões e funções de infraestruturas como principal ponto de contacto para os principais supervisores e é responsável pela gestão das relações e colaboração do banco com os mesmos. Apoia igualmente as interações dos quadros superiores com estes supervisores. Isto inclui todos os aspetos da gestão de exames, desde a preparação, reuniões, documentação e resposta a pedidos até à recolha de conclusões regulamentares e à facilitação do processo de encerramento das conclusões. A função do Grupo de Gestão de Exames e Regulamentação também faz parte da divisão de Assuntos Empresariais e Estratégicos e é dirigida pelos Diretores do Grupo de Gestão de Exames e Regulamentação, que respondem diretamente ao Diretor Global de Assuntos Empresariais e Estratégicos.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3
O sector bancário está sujeito a políticas e regulamentos extensos, complexos e frequentemente revistos, o que expõe o banco a riscos regulamentares significativos. O Deutsche Bank dá sistematicamente prioridade a estes riscos e atribui uma responsabilidade clara pela identificação das alterações regulamentares, pela avaliação do seu impacto e pela adoção das medidas necessárias para garantir a conformidade.

Nos últimos anos, as entidades reguladoras e os decisores políticos de todo o mundo criaram inúmeros manuais para melhorar a transparência do financiamento sustentável, aumentar a divulgação de informações sobre o ambiente, a sociedade e a governação e promover a sustentabilidade na cadeia de valor. Para além dos compromissos voluntários de sustentabilidade do Deutsche Bank, estas iniciativas regulamentares também têm impacto na sua estratégia.

Os principais atos regulamentares incluem, entre outros, a Taxonomia da UE, a Diretiva relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas (CSRD), o Regulamento relativo à divulgação de informações sobre financiamento sustentável (SFDR), a Diretiva relativa à diligência devida em matéria de sustentabilidade das empresas (CSDDD), a Lei alemã relativa à diligência devida em matéria de cadeia de abastecimento, as leis da Califórnia sobre a divulgação de emissões de gases com efeito de estufa e a Taxonomia de transição de Singapura.

O Deutsche Bank apoia a maior atenção dada à transição das economias para um modelo de funcionamento mais sustentável, sendo o financiamento sustentável um instrumento fundamental para concretizar esta transição. Simultaneamente, o banco está empenhado em tornar mais prática a aplicação deste complexo conjunto de regras, em refletir melhor os êxitos das empresas e dos bancos em matéria de sustentabilidade e em desenvolver um efeito de orientação mais forte.

Ao fazê-lo, e tendo em mente a declaração de missão, o Deutsche Bank envolve todas as principais partes interessadas nos vários temas. Seguindo também a estratégia do Global Hausbank, o banco tem como objetivo apoiar os clientes em todo o mundo com todo o aconselhamento necessário. Ao fazê-lo, o banco presta aconselhamento de liderança de opinião às partes interessadas para garantir o seu sucesso sustentado.

Ao colaborar com os vários responsáveis políticos dos centros a nível mundial, o Deutsche Bank pretende garantir que as diretrizes e os regulamentos produzidos são, tanto quanto possível, intercambiáveis. Tal conduziria a uma maior comparabilidade e transparência entre os relatórios e as divulgações em matéria de ESG, o que, por sua vez, aumentaria a facilidade de utilização das informações divulgadas por terceiros.

Para garantir que a transição sustentável pode ser alcançada da forma mais prática possível, o banco age como intermediário entre os clientes e os decisores políticos, traduzindo os desafios de implementação para os decisores políticos e vice-versa e explicando aos clientes a intenção regulamentar subjacente aos requisitos de divulgação e informação. Tal deverá conduzir a uma melhor compreensão por parte dos intervenientes públicos e privados e, em última análise, a um processo de transição sustentável mais eficaz e eficiente.

Na prática, isto significa que o Deutsche Bank elabora documentos de posição e apresentações e partilha-os com as respetivas partes interessadas. As posições estão alinhadas com a estratégia de zero emissões líquidas do banco e apoiam os objetivos climáticos de Paris. Isto deverá ajudar especialmente no financiamento de atividades empresariais sustentáveis de empresas que ainda não são consideradas sustentáveis, mas que têm potencial para dar um contributo decisivo para o sucesso da transformação. Aqui, podem e devem ser dados os maiores passos para reduzir as emissões e aderir ao Acordo de Paris.

2024 foi um ano de eleições. Realizaram-se eleições a nível do Parlamento Europeu, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Além disso, o mandato da Comissão Europeia termina em novembro de 2024 e um novo colégio de Comissários irá liderar esta instituição fundamental para a elaboração das políticas europeias. Esta situação levou a que, durante a maior parte do ano, se suspendesse a adoção de novas políticas de apoio à transição sustentável. No entanto, o banco constatou que, no final do ano, a tónica voltou a ser colocada na sustentabilidade.

Os principais temas regulamentares em 2024 incluíram:

- Na União Europeia: o Deutsche Bank centrou-se sobretudo na aplicação das regras finais de Basileia III e na revisão do quadro macroprudencial da UE. Além disso, acompanhou as revisões da Diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros, do ciclo de liquidação e do quadro europeu de titularização. O Deutsche Bank centrou-se também no apoio aos trabalhos em curso sobre o euro digital a nível do BCE, na sua fase de preparação, bem como a nível dos colegisladores europeus, que trabalham no futuro quadro legislativo para o euro digital. O banco também trabalhou noutros dossiers de pagamentos importantes, incluindo o novo regulamento relativo aos pagamentos imediatos e a revisão da diretiva relativa aos serviços de pagamento. O banco sublinhou que o sector privado e as instituições da UE precisam de chegar a acordo sobre uma visão holística para um panorama de pagamentos soberano e competitivo na UE. Além disso, dado que se tratava de um ano de eleições, não foram acrescentadas novas propostas aos temas principais e o Deutsche Bank concentrou-se sobretudo em responder ao desafio de como financiar a transição mais alargada da Europa. Não só do ponto de vista da sustentabilidade, mas também do ponto de vista digital. Neste contexto, o banco considerou que o desenvolvimento dos mercados de capitais europeus continua a ser essencial. O financiamento bancário, por si só, não será capaz de colmatar o défice de financiamento existente. Neste contexto, o Deutsche Bank participou também em debates sobre a proteção dos investidores e sobre a estratégia de investimento de retalho. Felizmente, o financiamento da transição tornou-se central em todos os debates sobre a forma de fazer a transição das empresas e das pequenas e médias empresas (PME) para um modelo de negócio mais ecológico e sustentável a longo prazo
- No Reino Unido, as alterações regulamentares ao quadro dos serviços financeiros prosseguiram ao longo do ano, tendo-se verificado uma relativa continuidade, apesar da mudança de governo, no sentido de se concentrarem em áreas do quadro dos serviços financeiros que contribuem para o crescimento da economia do Reino Unido. O Deutsche Bank centrou os seus esforços de sensibilização nas alterações que melhoram a eficiência do mercado primário, tais como as alterações à Lei de Admissão à Cotação, que entraram em vigor em 29 de julho de 2024, bem como as alterações em curso ao Regime dos Prospetos, e partilhou os pontos de vista do banco sobre as principais áreas de foco no contexto da Revisão das Pensões. O Deutsche Bank também apoiou os principais tópicos relevantes para a sua sucursal de Londres no que diz respeito aos mercados secundários, tais como as restantes alterações no contexto da revisão dos mercados grossistas, incluindo as regras de transparência ao abrigo do Regulamento dos Mercados de Instrumentos Financeiros (MiFIR do Reino Unido) e o banco, através de associações comerciais, contribuiu para o trabalho do grupo de trabalho para a liquidação acelerada sobre a passagem para um ciclo de liquidação de um dia (também conhecido como T+1) no Reino Unido. No domínio do financiamento sustentável, o banco apoiou o trabalho de elaboração de orientações para planos de transição sectoriais. Por último, o Deutsche Bank participou, através de associações comerciais, nos trabalhos em curso sobre os "digital gilts" do Reino Unido e na digitalização mais ampla do quadro dos serviços financeiros, com o objetivo de contribuir para um quadro regulamentar preparado para o futuro.
- Nos Estados Unidos: o principal destaque foi para a proposta de regra das autoridades reguladoras prudenciais para implementar o quadro de Basileia III finalizado pelo Comité de Basileia. A proposta aumentou os requisitos de capital para os bancos com mais de 100 mil milhões de dólares americanos em ativos e eliminou grande parte da diferenciação entre os requisitos das instituições. Permanece uma incerteza significativa quanto ao número de alterações que serão efetuadas na regra final, bem como quanto ao calendário de finalização. As autoridades reguladoras prudenciais estão também a investigar potenciais alterações aos requisitos de liquidez, em particular para resolver questões de liquidez que surgiram durante a crise bancária de março de 2023 nos Estados Unidos

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

ESRS 2 SBM-3

O banco identifica os riscos e as oportunidades decorrentes de novos desenvolvimentos regulamentares de várias formas. Em primeiro lugar, através do contacto direto com os responsáveis políticos, o Deutsche Bank fica a saber mais sobre os próximos desenvolvimentos regulamentares. Em segundo lugar, através da participação nas várias associações profissionais, o banco é também informado dos novos desenvolvimentos. Em terceiro lugar, o banco monitoriza e acompanha os novos desenvolvimentos regulamentares nos principais centros empresariais e políticos e partilha esta informação com todas as suas divisões através de um boletim informativo diário interno. Em geral, o banco participa em todo o processo de discussão de políticas, que pode variar entre um ano e meio e dois a três anos, consoante a jurisdição.

Com base nestas interações, o Deutsche Bank interage com as partes interessadas internas e externas. Muitos dos desenvolvimentos regulamentares em matéria de sustentabilidade não são exclusivos do sector financeiro, sendo transversais a todos os sectores. Por conseguinte, estes fatores afetam também os clientes do banco em todo o mundo. Dado que o Deutsche Bank só pode ser bem sucedido se os seus clientes também o forem, o banco colabora com muitos decisores políticos diferentes para reunir uma grande quantidade de informações sobre os futuros requisitos regulamentares que afetam o banco e os seus clientes. Por conseguinte, o Deutsche Bank não só tenta traduzir esta situação em riscos e oportunidades para o próprio banco, como também partilha os seus conhecimentos com os clientes, para que estes possam estar mais bem preparados para lidar com os novos requisitos regulamentares. Através destas interações com os clientes, o banco também recebe feedback sobre os obstáculos que os clientes enfrentam na implementação de novas normas. Esta é, por sua vez, uma informação muito útil para os decisores políticos. O Deutsche Bank tem todo o interesse em que as políticas e os quadros regulamentares que são redigidos funcionem na prática e conduzam à transição do banco e dos seus clientes para modelos de negócio mais sustentáveis.

Ao empenhar-se ativamente no processo político para fazer pressão em prol de uma regulamentação eficaz e eficiente (em termos de ESG), o Deutsche Bank acredita que isso pode ter um impacto positivo no ambiente e na sociedade em geral. O banco também vê isso como uma oportunidade de ser considerado líder em sustentabilidade, participando em debates políticos e tendo a possibilidade de definir o ambiente político e regulamentar que apoia o modelo de negócios do banco. O principal objetivo das atividades de sensibilização do banco é apoiar os governos e as entidades reguladoras na criação de um ambiente empresarial que permita o crescimento, respeitando simultaneamente as necessidades ambientais e sociais.

O empenho do Deutsche Bank em matéria de ESG centra-se em temas em que o banco pode tirar partido da sua experiência enquanto prestador de serviços financeiros, por exemplo, na expansão dos mercados financeiros sustentáveis e no financiamento da transição. O banco também traz para o debate político os desafios que os seus clientes enfrentam na respetiva transição.

Sobre a questão do financiamento da transição, o Deutsche Bank afirmou que a concentração apenas no financiamento "verde" não será suficiente para cumprir o Pacto Ecológico e que é necessário dar mais ênfase ao financiamento de atividades de transição, especialmente nos sectores com emissões elevadas. Para poder conceder este financiamento, é necessário desenvolver uma orientação baseada em princípios para o financiamento da transição associada a planos de transição baseados em roteiros sectoriais para as zero emissões líquidas. Além disso, a Taxonomia da UE deve tornar-se mais funcional para permitir o financiamento da transição e deve ser apoiada por medidas de política industrial para acelerar a transformação.

O Deutsche Bank também apoiou o objetivo da Diretiva relativa à diligência devida em matéria de sustentabilidade das empresas, recentemente adotada, e salientou o facto de o banco já realizar uma diligência devida em matéria de riscos ambientais e sociais quando, por exemplo, concede crédito. No entanto, esclareceu também que, para continuar a ser eficaz, a nova diretiva deve basear-se no risco, ser adequada e não aumentar a burocracia nas empresas clientes. Além disso, o âmbito dos serviços financeiros abrangidos deve ser limitado aos empréstimos concedidos a clientes diretos, uma vez que estes são orientados para o longo prazo. O Deutsche Bank referiu ainda as desvantagens competitivas nos mercados em que o banco e os seus clientes estão a competir com instituições que não estão sujeitas a estas obrigações.

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS G1-5

A função de Assuntos Governamentais e Públicos é responsável pela condução de um envolvimento transparente e construtivo com os governos e com a regulamentação em nome do banco, tal como descrito na sua declaração de missão:

"Em nome do Deutsche Bank, a função de Assuntos Governamentais e Públicos envolve os governos, os decisores políticos e o sector para criar as melhores condições possíveis para que os clientes do banco prosperem e para os ajudar a navegar na incerteza geopolítica. Para melhor servir os seus clientes, o banco defende a existência de bancos europeus fortes e competitivos; o crescimento responsável dos mercados de capitais; políticas que permitam uma transição ecológica justa; e a inovação nos pagamentos e na tecnologia em benefício da sociedade".

A função de Assuntos Governamentais e Públicos também acompanha os desenvolvimentos políticos e regulamentares emergentes que possam ter impacto no banco e desenvolve e coordena a posição do banco relativamente aos mesmos. Além disso, aconselha os quadros superiores e os clientes sobre as tendências políticas mundiais e o risco geopolítico.

Tendo em conta a declaração de missão, o Deutsche Bank envolve-se numa série de tópicos com vários decisores políticos nos principais centros empresariais e políticos, tal como acima referido. No que diz respeito ao compromisso, o Deutsche Bank estabelece regras e procedimentos claros para as interações entre os colaboradores e as partes interessadas políticas e regulamentares e está inscrito nos principais registos de lobbying para conduzir estas atividades com total transparência. A Política de Envolvimento com as Autoridades de Supervisão rege as interações com os principais reguladores nos Estados Unidos, Europa, Hong Kong e Singapura. Exige que todas essas interações sejam registadas pelo Grupo de Gestão Regulamentar competente. Além disso, as interações com o Governo Federal Alemão e o Parlamento Alemão, bem como com as instituições da UE, devem respeitar a Política de Representação de Interesses do banco. Esta política estabelece as normas para as interações com os representantes do Governo Federal Alemão e do Parlamento Alemão, bem como das instituições da UE. Fornece um registo centralizado dos contactos com os representantes destas instituições, na medida em que sejam efetuados com o objetivo de influenciar direta ou indiretamente o processo de tomada de decisões e, em especial, a formulação ou aplicação de políticas ou legislação. O Deutsche Bank também tem políticas relativas às suas atividades de lobbying nos EUA e às contribuições políticas dos colaboradores para o Comité de Ação Política do Deutsche Bank Americas.

Para além das suas políticas internas, o banco é signatário do Registo de Transparência da UE com o número 271912611231-56, o que o obriga a cumprir o código de conduta do registo e a divulgar publicamente uma estimativa das despesas com a defesa de interesses junto das instituições da UE. Estes custos são atualizados anualmente e consistem, entre outros, em despesas com os escritórios do banco em Bruxelas, incluindo o pessoal aí afeto e o pessoal fora de Bruxelas, e numa percentagem das quotas de membros de associações ativas a nível da UE.

O Deutsche Bank é também signatário do Registo Federal Alemão de Lobbying, com o número R001998, que exige o cumprimento de um código de conduta e a divulgação pública, entre outros, de uma estimativa das despesas anuais com a defesa de interesses junto do Governo Federal Alemão e do Parlamento Alemão. Além disso, o Deutsche Bank também está registado nos Registos de Lobbying correspondentes dos estados da Baviera, com o número DEBYLT01D4, e de Baden-Württemberg, com a sua própria denominação. Estes registos melhoram a transparência do envolvimento político do Deutsche Bank na Alemanha.

As atividades de lobbying do banco limitam-se à disponibilização dos seus conhecimentos internos e não são apoiadas por quaisquer donativos a partidos políticos, aos seus representantes eleitos ou a candidatos a cargos políticos. De acordo com a Política do Grupo sobre Donativos, Associações e Patrocínios, o Grupo proíbe os donativos diretos a partidos políticos. O Deutsche Bank é membro de duas associações comerciais que representam interesses fora do sector dos serviços financeiros que fizeram contribuições políticas na Alemanha durante 2024. Estas contribuições políticas indiretas, que ascenderam a um volume total de 36.254 euros, foram efetuadas sem o conhecimento do banco e não estão relacionadas com temas sobre os quais o Deutsche Bank exerceu atividades de representação de interesses. Além disso, devido a condicionalismos externos e internos em matéria de relato, todos os dados relativos a contribuições políticas indiretas não estavam disponíveis à data do presente relatório.

Os colaboradores que sejam cidadãos americanos ou titulares de Green Card que vivam nos Estados Unidos podem fazer donativos voluntários ao Comité de Ação Política (PAC) do Deutsche Bank Americas. O PAC é regulado pela Comissão Eleitoral Federal dos EUA e apresenta mensalmente registos públicos à Comissão Eleitoral Federal, conforme exigido por lei. As contribuições das empresas para as eleições federais são proibidas. Por conseguinte, a legislação dos EUA proíbe as contribuições do banco para o PAC, embora o banco possa pagar os custos administrativos do PAC.

O Deutsche Bank é membro de uma série de associações comerciais a nível mundial. A empresa integra peritos internos nos seus grupos de trabalho relevantes, apoia o respetivo trabalho nos processos de consulta e filtra o feedback às respetivas posições sempre que o Deutsche Bank as considere relevantes ou possa tirar partido dos seus conhecimentos internos. O Presidente do Conselho de Administração, Christian Sewing, é presidente da Associação dos Bancos Alemães (Bundesverband deutscher Banken, BdB) e presidente da Federação Bancária Europeia desde março de 2023 (até fevereiro de 2025). Entre outras coisas, destacou a relevância do sector bancário para definir a transformação para uma economia digital e sustentável e a importância de finalizar a União Europeia dos Mercados de Capitais.

Participação em associações comerciais importantes em 2024

A lista de todas as afiliações relevantes para atividades de representação de interesses a nível da União Europeia ou da Alemanha pode ser consultada na inscrição do Deutsche Bank no Registo de Transparência e Lobbying acima referido.

Uma seleção	Região
Associação dos Bancos Alemães (Bundesverband deutscher Banken – BdB), incluindo as associações regionais	UE
Associação dos Mercados Financeiros na Europa (AFME)	UE
Associação Alemã de Valores Mobiliários Estruturados (Bundesverband für strukturierte Wertpapiere – BSW)	UE
Associação de Bancos de Pfandbrief Alemães (Verband deutscher Pfandbriefbanken – VdP)	UE
UK Finance	Reino Unido
International Swaps and Derivatives Association, Inc (ISDA)	EUA
Instituto de Banqueiros Internacionais (IIB)	EUA
Council on Foreign Relations, Inc (CFR)	EUA
Associação Comercial para os Mercados Emergentes (EMTA)	EUA
Associação Americana de Bancos (ABA)	EUA
Associação Nacional de Câmaras de Compensação Automatizadas (NACH)	EUA
Grupo do Sector do Financiamento Estruturado	EUA
Conselho Nacional do Setor Imobiliário	EUA
Associação do Sector dos Valores Mobiliários e dos Mercados Financeiros (SIFMA)	EUA
Instituto das Sociedades de Investimento (ICI)	EUA
Instituto de Finanças Internacionais (IIF)	EUA
Ásia Associação do Sector dos Valores Mobiliários e dos Mercados Financeiros (ASIFMA)	APAC
Associação Internacional de Bancos (IBA)	APAC
Associação de Corretores de Valores Mobiliários do Japão (JSDA)	APAC

Antes de serem finalizados, os novos desenvolvimentos em matéria de políticas públicas e as propostas concretas de texto de novas iniciativas legislativas passam por diferentes fases de discussão pública para ter em conta e equilibrar os interesses dos vários grupos de partes interessadas. A influência do Deutsche Bank na regulamentação é, por conseguinte, considerada média. Além disso, os impactos das alterações que os novos regulamentos implicam só se materializarão com o tempo. Por conseguinte, o banco não associa métricas ou objetivos concretos às suas ações de sensibilização. O único objetivo global de todos os compromissos do banco é assegurar que estes se enquadram na declaração de missão (ver acima) da equipa de Assuntos Governamentais e Públicos e servem os objetivos do Global Hausbank.

Proteção de dados

Na maioria dos países onde o Deutsche Bank exerce a sua atividade, existe uma lei de proteção de dados (também designada por "privacidade de dados"). Estas derivam das declarações relativas à privacidade constantes da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas ou da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Para mais informações sobre os Direitos Humanos em geral, consultar o capítulo correspondente da presente Declaração de Sustentabilidade. O Deutsche Bank reconhece que a proteção de dados é um valor social importante, uma vez que os clientes, colaboradores e outras partes interessadas esperam que os dados pessoais que confiaram ao banco sejam tratados com o máximo cuidado. Por conseguinte, o banco está empenhado em proteger os dados pessoais, em cumprir o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e leis semelhantes, e em satisfazer as exigências dos clientes, colaboradores, parceiros comerciais e reguladores.

Governação

ESRS 2 GOV-2
A Privacidade de Dados do Grupo é uma função de controlo de risco especializada e independente para a proteção de dados no Deutsche Bank. Como função da segunda linha de defesa, a Privacidade de Dados do Grupo define os princípios de proteção de dados e estabelece requisitos de política consistentes e normas de controlo mínimas para cumprir as leis e regulamentos de proteção de dados aplicáveis. A Privacidade de Dados do Grupo é apoiada por Encarregados da Proteção de Dados locais nos países onde o Deutsche Bank exerce a sua atividade e o Diretor de Proteção de Dados tem uma linha direta de reporte funcional ao Diretor Jurídico, que é membro do Conselho de Administração.

Os colaboradores da função de Privacidade de Dados do Grupo participam regularmente em fóruns empresariais e de infraestruturas, nos quais são discutidas novas iniciativas que podem envolver o tratamento de dados pessoais. A Privacidade de Dados do Grupo também presta aconselhamento às comissões de trabalhadores do banco em relação ao tratamento dos dados pessoais dos colaboradores.

Além disso, a Privacidade de Dados do Grupo colabora estreitamente com a função de Tecnologia, Dados e Inovação e com a função de Segurança da Informação (Gabinete de Segurança) para implementar princípios específicos de proteção de dados, por exemplo, com o objetivo de garantir a segurança dos dados pessoais através da encriptação de e-mails de acordo com a sua classificação ou controlos de direitos de acesso. Os pormenores sobre a segurança da informação podem ser consultados no capítulo correspondente da presente Declaração de Sustentabilidade.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3
A proteção de dados é parte integrante da cultura e da conduta do Deutsche Bank. As unidades de negócio e de infraestruturas cumprem a legislação aplicável em matéria de proteção de dados na realização dos seus objetivos (incluindo iniciativas de Inteligência Artificial). Isto é assegurado pela definição e melhoria contínua dos requisitos da política interna de proteção de dados e do respetivo quadro de controlos.

Em 2024, o Deutsche Bank lançou um documento-quadro que inclui os princípios-chave da proteção de dados como normas para todo o grupo. A política global de proteção de dados foi revista para reforçar ainda mais as responsabilidades de proteção de dados dos colaboradores e funções específicas na organização. Prevê-se que a política seja novamente atualizada em 2025 para consolidar as particularidades existentes e incluir novas particularidades específicas de cada país.

A Privacidade de Dados do Grupo é especialista na interpretação e aplicação das leis e regulamentos de proteção de dados no Deutsche Bank. Acompanha e avalia permanentemente a evolução da regulamentação em matéria de proteção de dados. O seu objetivo é fornecer um conjunto atual de requisitos de acordo com os quais a proteção de dados deve ser realizada pelo banco e implementar controlos para demonstrar que a organização conduz os negócios em conformidade com as leis e regulamentos de proteção de dados.

Enquanto parceiro interno, a Privacidade de Dados do Grupo aconselha e monitoriza a recolha, o tratamento e a utilização legal de dados pessoais pelas unidades de negócio e de infraestruturas do banco, incluindo quando estas contratam terceiros que tratam dados pessoais em nome do Deutsche Bank. Outro fator-chave para garantir a proteção adequada dos dados em todos os processos operacionais é a formação dos colaboradores e as campanhas de sensibilização regulares, que são mantidas atualizadas, conforme necessário.

Além disso, a Privacidade de Dados do Grupo participa no desenvolvimento da jurisprudência em matéria de proteção de dados e na revisão dos documentos de orientação das autoridades de controlo. Como membro de diferentes grupos do sector, nomeadamente da Associação de Bancos Alemães e da Federação Bancária Europeia, o Deutsche Bank, representado pelos colaboradores da função de Privacidade de Dados do Grupo, partilha ativamente as melhores práticas, alinha normas, por exemplo, modelos de aviso de privacidade ou termos e condições, e discute questões regulamentares relacionadas com a proteção de dados com outras instituições financeiras. Isto ajuda a garantir que os requisitos e práticas de proteção de dados do banco para o tratamento de dados pessoais refletem as melhores práticas atuais do sector e acompanham a evolução do cenário regulamentar.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

ESRS 2 IRO-1, ESRS 2 IRO-2, ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS S1, ESRS S4, GRI 404-2/FS 4**,** GRI 418-1

A proteção de dados é um tema importante para o Deutsche Bank, uma vez que os riscos resultantes do incumprimento da legislação e da regulamentação em matéria de proteção de dados e as violações de dados pessoais podem ter impactos negativos potenciais, como danos à reputação, ações judiciais, custos operacionais e perda de confiança nas suas próprias operações a curto e médio prazo. As violações de dados pessoais podem ter impactos negativos para as pessoas afetadas, tais como roubo de identidade, perdas financeiras, danos na pontuação de crédito e sofrimento emocional a curto prazo.

A função de Privacidade de Dados do Grupo define os princípios de proteção de dados e estabelece requisitos de política consistentes e normas mínimas de controlo para cumprir as leis e regulamentos de proteção de dados aplicáveis e para garantir uma avaliação e tratamento adequados de potenciais violações de dados pessoais.

As normas mínimas de conduta para todos os colaboradores estão definidas no Código de Conduta do Deutsche Bank. O não cumprimento do Código ou as violações dos requisitos da política global de proteção de dados podem dar origem a medidas disciplinares, que podem ir até à rescisão do contrato de trabalho.

Em 2024, a função de Privacidade de Dados do Grupo continuou a rever e a melhorar o quadro da política de proteção de dados e a governação do banco. Os princípios fundamentais da proteção de dados e a forma como o Deutsche Bank os cumpre foram publicados num documento de enquadramento abrangente. Refere-se às políticas existentes no banco que abordam estes princípios-chave, por exemplo, a política de segurança da informação aprovada pelo Diretor de Segurança que define os requisitos para preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos ativos de informação em geral. A política global de proteção de dados foi revista para especificar melhor os requisitos de proteção de dados para todos os colaboradores e funções específicas na organização. Estes documentos foram aprovados pelo Diretor de Privacidade de Dados e publicados no portal de políticas internas, acessível a todos os colaboradores. A política é revista anualmente e prevê-se que seja atualizada em 2025, a fim de consolidar no seu anexo quaisquer particularidades específicas de cada país, que são atualmente contempladas em procedimentos locais separados.

Esta política estabelece os requisitos mínimos do Deutsche Bank, aplicáveis a todo o grupo e a nível mundial, em matéria de proteção de dados e privacidade:

- Requisitos para todos os colaboradores sobre a utilização de dados pessoais e a comunicação de potenciais violações de dados pessoais
- Requisitos específicos para os colaboradores que gerem contratos com fornecedores (também referidos como "vendedores"), por exemplo, que um contrato deve conter disposições adequadas em matéria de proteção de dados no caso de os dados pessoais serem tratados por um fornecedor

Além disso, prevê requisitos para que os responsáveis pelas unidades de negócio e de infraestruturas assegurem que

- a função de Privacidade de Dados do Grupo é notificada de quaisquer novas atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais,
- os pedidos das pessoas relativamente aos direitos que lhes são conferidos pelas leis ou regulamentos aplicáveis em matéria de proteção de dados são identificados e prontamente tratados, por exemplo, pedidos de direitos de acesso ou pedidos de transferência dos seus dados para outros prestadores de serviços,
- o consentimento de uma pessoa é obtido de forma legal, por exemplo, através de uma opção de inclusão, e
- as pessoas são informadas sobre o que está a acontecer com os seus dados pessoais através de um aviso de privacidade

Quando exigido por lei, estes avisos são fornecidos diretamente aos clientes e colaboradores do Deutsche Bank pelas unidades de negócio e de infraestruturas ou disponibilizados nos respetivos websites públicos, incluindo os avisos de privacidade específicos dos sites. O Corporate Bank, o Investment Bank, o Private Bank para clientes privados e pessoas com elevado património líquido e o Asset Management publicam avisos de privacidade para os clientes. Os colaboradores recebem avisos de privacidade conforme necessário, por exemplo, através do portal de carreiras do Deutsche Bank. Estes avisos fornecem uma visão geral da forma como o Deutsche Bank trata os dados pessoais, para que terceiros (incluindo fornecedores) os dados podem ser transferidos e os direitos das pessoas cujos dados pessoais estão a ser tratados, ao abrigo da lei de proteção de dados. Os fornecedores que tratam dados pessoais em nome do Deutsche Bank estão contratualmente obrigados a tratar os dados pessoais apenas com base nas instruções fornecidas pelo banco e a cumprir os requisitos de proteção de dados aplicáveis. Se o banco receber pedidos relacionados com a proteção de dados, por exemplo, pedidos de direito de acesso ou de retificação, ou reclamações de pessoas singulares, a Privacidade de Dados do Grupo é envolvida numa base individual e consulta as partes interessadas internas relevantes e as pessoas afetadas, conforme necessário.

Com base no quadro de Gestão do Risco Não Financeiro do Deutsche Bank a nível do Grupo, a função de controlo do risco da privacidade dos dados como segunda linha de defesa do grupo estabeleceu normas mínimas de controlo que as unidades de negócio e de infraestruturas devem respeitar para mitigar o risco de proteção dos dados. Estas normas foram atualizadas em 2024, em conformidade com a política revista. Uma das principais normas mínimas de controlo exige que as unidades de negócio e de infraestruturas notifiquem a Privacidade de Dados do Grupo sobre novas atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais no banco, por exemplo, quando o tratamento de dados pessoais utiliza inteligência artificial. A Privacidade dos Dados do Grupo avalia a permissibilidade com o objetivo de que os dados pessoais sejam apenas tratados para fins específicos, explícitos e legítimos e que sejam cumpridos outros requisitos de proteção de dados aplicáveis. Para o efeito, os colaboradores da função de Privacidade de Dados do Grupo participam regularmente em fóruns empresariais e de infraestruturas, nos quais são discutidas novas iniciativas que podem envolver o tratamento de dados pessoais. Os controlos que impedem o risco de proteção de dados são integrados nos processos de governação a nível do Grupo, como a aprovação de novos produtos ou a gestão do risco de terceiros (fornecedores), conforme adequado. A eficácia destes controlos é analisada de acordo com um processo de garantia normalizado regido pela função de gestão do risco não financeiro.

Em 2024, a cobertura do processo de gestão do risco de terceiros (fornecedores) a nível do Grupo foi alargada a serviços que não estavam anteriormente abrangidos por este processo de governação. Isto garante que os serviços estão sujeitos às mesmas normas de proteção de dados incorporadas neste processo de governação. Quaisquer desvios às normas serão comunicados à função de Privacidade de Dados do Grupo e serão acordadas medidas de mitigação, conforme necessário.

A função de Privacidade de Dados do Grupo continuou a controlar e a testar a eficácia da aplicação pelo Deutsche Bank dos requisitos aplicáveis em matéria de proteção de dados, no âmbito das suas responsabilidades de segunda linha de defesa, não tendo sido identificadas deficiências relevantes. Os resultados foram tidos em conta pela função de Privacidade de Dados do Grupo na avaliação anual do risco e do controlo a nível do Grupo, a fim de analisar e questionar a avaliação das unidades de negócio e de infraestruturas sobre a exposição ao risco de proteção de dados e a eficácia do controlo.

A função de Privacidade de Dados do Grupo monitoriza continuamente as leis e regulamentos emergentes em matéria de proteção de dados e partilha informações sobre os mesmos com os responsáveis locais pela proteção de dados, a fim de avaliar a sua relevância e potenciais consequências para o banco e, se necessário, ajustar o quadro de políticas, bem como as normas mínimas de controlo. Se for identificada a necessidade de alterar os processos e produtos, as ações de implementação são acordadas com as unidades de negócio e de infraestruturas.

Em 2024, a Suíça confirmou que o Quadro de Privacidade de Dados Suíça-EUA é um mecanismo adequado que permite às organizações suíças transferir dados pessoais para organizações americanas certificadas de acordo com o quadro. Além disso, as alterações à Lei de Proteção de Dados Pessoais turca entraram em vigor a 1 de junho de 2024 e foram adotadas leis de privacidade adicionais nos estados dos EUA. A função de Proteção de Dados do Grupo continua a acompanhar de perto o desenvolvimento do projeto de lei britânico sobre a proteção de dados e a informação digital, bem como de vários atos legislativos da UE no âmbito da estratégia da UE em matéria de digitalização e cibersegurança e da sua interação com a proteção de dados, por exemplo, o regulamento relativo à privacidade eletrónica.

A formação dos colaboradores sobre as implicações das leis de proteção de dados/privacidade na atividade diária do banco é um fator-chave para garantir uma proteção de dados adequada em todos os processos operacionais. O Deutsche Bank exige formação obrigatória em matéria de proteção de dados a todos os colaboradores, incluindo os subcontratados elegíveis. O banco avalia continuamente a sua oferta de formação em matéria de proteção de dados, a fim de reforçar a cultura de proteção de dados, e atualiza a formação sempre que necessário. Em 2024, a função de Proteção de Dados do Grupo lançou um curso de e-learning global obrigatório reforçado sobre proteção de dados, adaptando-se às novas leis e regulamentos e abordando os riscos emergentes em matéria de proteção de dados, dada a crescente utilização de tecnologias de IA. A formação abrange o conteúdo da política de proteção de dados e de privacidade, os principais requisitos de conformidade com as regras legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais e as medidas a tomar em caso de violação de dados pessoais. Dependendo do país dos colaboradores, esta formação também fornece módulos personalizados com casos de utilização relevantes e perguntas de teste para obter aprovação. Para os colaboradores do Deutsche Bank, a não conclusão desta formação e a conclusão tardia podem ter consequências disciplinares. Em 2024, foi alcançada uma taxa de conclusão do e-learning de 99,29% para a formação obrigatória em matéria de proteção de dados, em comparação com 99,96% em 2023.

Para reforçar as principais mensagens sobre proteção de dados e uma cultura correspondente, a sensibilização dos colaboradores para a proteção de dados é promovida através de eventos internos online e presenciais e através de plataformas internas. Por exemplo, em 2024, a função de Proteção de Dados do Grupo organizou várias formações específicas por país e por empresa, emitiu boletins informativos mensais sobre novas leis e regulamentos em matéria de proteção de dados e privacidade e cooperou com o Gabinete de Segurança em iniciativas de formação.

Estas medidas refletem um esforço global para sensibilizar os colaboradores para a importância da proteção de dados e da privacidade, para o tratamento de dados pessoais, sobre onde obter apoio em matéria de proteção de dados no banco, quais são os direitos dos titulares dos dados, as melhores práticas para as organizações protegerem os dados pessoais, os princípios e as tendências em matéria de proteção de dados e privacidade, como navegar no panorama das leis e regulamentos correspondentes, quais podem ser as consequências de más práticas de proteção de dados, bem como a importância de criar confiança e manter a reputação da marca no atual panorama empresarial orientado para os dados.

A a função de Proteção de Dados do Grupo monitoriza e avalia continuamente potenciais violações de dados pessoais. Se ocorrer uma violação de dados pessoais com impacto material para as pessoas, esta é divulgada neste relatório.

Em 2024, o Deutsche Bank não registou qualquer violação de dados pessoais com impacto significativo para as pessoas. Os processos e as vias de comunicação do banco entre as unidades de negócio e de infraestruturas e a função de Proteção de Dados do Grupo visam garantir que as potenciais violações de dados pessoais podem ser avaliadas e tratadas em tempo útil. São descritos num documento de orientação global sobre proteção de dados. Caso ocorra uma violação de dados pessoais, o Deutsche Bank, no âmbito do seu processo global de gestão de incidentes de segurança, toma medidas coordenadas de acompanhamento. A a função de Proteção de Dados do Grupo, enquanto parte interessada neste processo, presta aconselhamento sobre as medidas regulamentares necessárias e, se necessário, informa as pessoas afetadas e notifica as autoridades de proteção de dados relevantes.

Segurança da informação

ESRS 2 GOV-2, ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, GRI 404 2a
Para mais informações sobre a segurança da informação no Deutsche Bank, consultar o capítulo correspondente do Relatório Anual do Deutsche Bank, na secção Relatório de Risco, em Gestão do Risco e do Capital. Esta secção fornece uma visão abrangente da abordagem do Deutsche Bank à segurança da informação, descrevendo os esforços contínuos do banco para proteger os dados e os serviços de forma sólida, incluindo a sua estrutura de governação da segurança, a estratégia de segurança e a gestão dos riscos de segurança.

Informações adicionais

Relatório de garantia limitada do auditor independente sobre a declaração de sustentabilidade do grupo

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Conclusão da garantia

Efetuámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a declaração de sustentabilidade do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main (doravante designado por "Deutsche Bank") para o exercício de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, incluída na secção Relatório de Gestão Combinado do Relatório Anual do Deutsche Bank. A declaração de sustentabilidade do grupo foi elaborada para cumprir os requisitos da Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022 (Diretiva relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas, CSRD) e do art. 8.º do Regulamento (UE) 2020/852, bem como os artigos 289.º-B a 289.º-E e artigos 315.º-B e 315.º-C do HGB ["Handelsgesetzbuch": Código Comercial Alemão] para a declaração de sustentabilidade do grupo, que é combinada com a declaração de sustentabilidade da sociedade-mãe.

Com base nos procedimentos que realizámos e nas provas que obtivemos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que a declaração de sustentabilidade do grupo em anexo não tenha sido elaborada, em todos os aspetos materiais, de acordo com os requisitos da CSRD e do art. 8.º do Regulamento (UE) 2020/852, bem como com os artigos 289.º-B a 289.º-E e artigos 315.º-Bb e 315.º-C do HGB para a declaração de sustentabilidade do grupo, que são combinadas com a declaração de sustentabilidade da sociedade-mãe e os critérios de elaboração apresentados pelos diretores executivos da Sociedade. Esta conclusão de garantia significa também que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar

- que a declaração de sustentabilidade do grupo em anexo não cumpre, em todos os aspetos materiais, as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), incluindo o facto de o processo levado a cabo pela Sociedade para identificar a informação a reportar na declaração de sustentabilidade do grupo (avaliação da materialidade) não ser consistente, em todos os aspetos materiais, com a descrição fornecida na secção Declaração de dupla de materialidade da declaração de sustentabilidade do grupo, e
- que as divulgações identificadas por Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 na declaração de sustentabilidade do grupo não cumprem, em todos os aspetos materiais, o art. 8.º do Regulamento (UE) 2020/852.

Fundamentação da conclusão

Realizámos o nosso trabalho de garantia de fiabilidade de acordo com a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia (ISAE) 3000 (Revista): Compromissos de garantia para além de auditoria ou revisão de informações financeiras históricas, emitido pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB).

Os procedimentos de um compromisso de garantia de fiabilidade limitada variam em termos de natureza e de calendário, e são menos extensos do que os de um compromisso de garantia de fiabilidade razoável. Consequentemente, o nível de garantia de fiabilidade obtido num compromisso de garantia de fiabilidade limitada é substancialmente inferior ao nível de garantia de fiabilidade que teria sido obtido se tivesse sido efetuado um compromisso de garantia de fiabilidade razoável.

As nossas responsabilidades ao abrigo da ISAE 3000 (Revista) encontram-se descritas na secção "Responsabilidades do auditor pelo compromisso de garantia de fiabilidade relativo à declaração de sustentabilidade do grupo".

Somos independentes da Sociedade em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. A nossa empresa aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos para a Gestão da Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QMS 1 (09.2022)) emitidos pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Auditores Públicos da Alemanha] (IDW) e a Norma Internacional de Gestão da Qualidade (ISQM) 1 emitida pelo IAASB. Acreditamos que as provas que obtivemos são uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer.

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pela declaração de sustentabilidade do grupo

Os administradores executivos são responsáveis pela elaboração da declaração de sustentabilidade do grupo de acordo com os requisitos da CSRD e os requisitos legais alemães relevantes e outros requisitos europeus e com os critérios de elaboração apresentados pelos

administradores executivos da Sociedade, bem como pela conceção, implementação e manutenção do controlo interno que os administradores executivos considerem necessário para permitir a elaboração de uma declaração de sustentabilidade do grupo, de acordo com estes requisitos, isenta de distorções materiais, quer devido a fraude (ou seja, declaração de sustentabilidade do grupo fraudulenta) ou a erro.

Estas responsabilidades dos administradores executivos incluem a implementação e manutenção do processo de avaliação da materialidade, a seleção e aplicação de métodos adequados para elaborar a declaração de sustentabilidade do grupo, bem como a definição de pressupostos e estimativas e a determinação de informações prospetivas sobre divulgações individuais relacionadas com a sustentabilidade.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de preparação da declaração de sustentabilidade do grupo.

Limitações inerentes à elaboração da declaração de sustentabilidade do grupo

A CSRD e os requisitos legais alemães relevantes e outros requisitos europeus contêm texto e termos que estão sujeitos a incertezas de interpretação consideráveis e para os quais não foram publicadas até à data interpretações autorizadas exaustivas. Uma vez que tais termos e formulações podem ser interpretados de forma diferente por reguladores ou tribunais, a conformidade legal de qualquer medição ou avaliação de questões de sustentabilidade efetuada com base nestas interpretações é incerta.

Estas limitações inerentes aplicam-se igualmente ao trabalho de garantia de fiabilidade relativo à declaração de sustentabilidade do grupo.

Responsabilidades do auditor pelo trabalho de garantia de fiabilidade relativo à declaração de sustentabilidade do grupo

Os nossos objetivos consistem em expressar uma conclusão de garantia limitada de fiabilidade, com base no nosso compromisso de garantia de fiabilidade, sobre se existem assuntos que tenham chegado ao nosso conhecimento e que nos levem a crer que a declaração de sustentabilidade do grupo não foi elaborada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a CSRD, os requisitos legais alemães relevantes e outros requisitos europeus e os critérios de elaboração apresentados pelos administradores executivos da Sociedade, e emitir um relatório de garantia de fiabilidade que inclua a nossa conclusão sobre a declaração de sustentabilidade do grupo.

Como parte de um compromisso de garantia limitada de fiabilidade de acordo com a ISAE 3000 (Revista), damos opiniões profissionais e mantemos o ceticismo profissional. Também:

- Obtemos uma compreensão do processo de elaboração da declaração de sustentabilidade do grupo, incluindo o processo de avaliação da materialidade levado a cabo pela Sociedade para identificar a informação a reportar na declaração de sustentabilidade do grupo.
- Identificamos as divulgações suscetíveis de serem materialmente incorretas devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos para tratar essas divulgações e obtemos uma garantia limitada para apoiar a nossa conclusão. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de não detetar uma distorção material resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno. Além disso, o risco de não detetar uma distorção material na informação da cadeia de valor proveniente de fontes fora do controlo da sociedade (informação da cadeia de valor) é normalmente mais elevado do que o risco de não detetar uma distorção material na informação proveniente de fontes dentro do controlo da Sociedade, uma vez que tanto os administradores executivos da Sociedade como nós, enquanto auditores, temos normalmente um acesso direto limitado às fontes de informação da cadeia de valor.
- Avaliamos as informações prospetivas, incluindo a razoabilidade dos pressupostos subjacentes. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Sumário do trabalho realizado pelo auditor

Um compromisso de garantia limitada de fiabilidade envolve a realização de procedimentos para obter provas sobre a informação de sustentabilidade. A natureza, o momento e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento profissional.

Na condução do nosso compromisso de garantia limitada:

- Avaliámos a adequação global dos critérios apresentados pelos administradores executivos na declaração de sustentabilidade do grupo.
- Questionámos os administradores executivos e os colaboradores relevantes envolvidos na elaboração da declaração de sustentabilidade do grupo sobre o processo de elaboração, incluindo o processo de avaliação da materialidade levado a cabo pela Sociedade para identificar a informação a reportar na declaração de sustentabilidade do grupo, e sobre os controlos internos deste processo.
- Avaliámos os métodos utilizados pelos administradores executivos para elaborar a declaração de sustentabilidade do grupo.

- Avaliámos a razoabilidade das estimativas efetuadas pelos administradores executivos e as respetivas explicações. Se os diretores executivos estimarem a informação sobre a cadeia de valor a reportar de acordo com as ESRS quando não conseguirem obter essa informação da cadeia de valor após terem feito esforços razoáveis para o fazer, o nosso trabalho de garantia de fiabilidade limita-se a avaliar se os administradores executivos fizeram essas estimativas de acordo com as ESRS e a avaliar a razoabilidade dessas estimativas e não se estende à determinação da informação sobre a cadeia de valor que os administradores executivos não conseguiram obter.
- Realizámos procedimentos analíticos e inquéritos relativos a rubricas selecionadas de informação na declaração de sustentabilidade do grupo.
- Avaliámos a apresentação das informações na declaração de sustentabilidade do grupo.
- Avaliámos o processo de identificação das atividades económicas elegíveis e alinhadas com a taxonomia e as respetivas divulgações na declaração de sustentabilidade do grupo.

Restrição de utilização

Chamamos a atenção para o facto de o compromisso de garantia de fiabilidade ter sido realizado para os fins da Sociedade e de o relatório de garantia de fiabilidade se destinar exclusivamente a informar a Sociedade sobre o resultado do compromisso de garantia de fiabilidade. Consequentemente, pode não ser adequado para outros fins que não os acima mencionados. Por conseguinte, o relatório de fiabilidade não se destina a ser utilizado por terceiros para a tomada de decisões (financeiras) com base no mesmo. A nossa responsabilidade é exclusivamente perante a Sociedade. Não aceitamos qualquer responsabilidade perante terceiros. A nossa conclusão em matéria de fiabilidade não é alterada a este respeito.

Condições Gerais do Compromisso e Responsabilidade

As "Condições Gerais do Compromisso para Wirtschaftsprüferinnen, Wirtschaftsprüfer e Wirtschaftsprüfungsgesellschaften [Auditores Públicos Alemães e Sociedades de Auditoria Pública]", datadas de 1 de janeiro de 2024, que se encontram em anexo ao presente relatório, são aplicáveis a este compromisso e regem igualmente as nossas relações com terceiros no contexto deste compromisso (ey-idw-aab-en-2024.pdf).

Além disso, consultar as disposições sobre responsabilidade contidas no n.º 9 e a exclusão de responsabilidade perante terceiros. Não aceitamos qualquer responsabilidade ou outras obrigações para com terceiros, exceto se tivermos celebrado um acordo escrito em contrário com o respetivo terceiro ou se a responsabilidade não puder ser efetivamente excluída.

Fazemos referência expressa ao facto de que não atualizaremos o relatório de fiabilidade para refletir acontecimentos ou circunstâncias que surjam após a sua emissão, a menos que tal seja exigido por lei. É da exclusiva responsabilidade de qualquer pessoa que tome conhecimento do resultado resumido do nosso trabalho contido neste relatório decidir se e em que medida esse resultado é útil ou adequado para os seus objetivos e complementá-lo, verificá-lo ou atualizá-lo através dos seus próprios procedimentos de análise.

Eschborn/Frankfurt am Main, 10 de março de 2025

EY Gmbh Co. & KG

Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken — Wirtschaftsprüfer — (Revisor de contas público alemão)

Hoffmann — Wirtschaftsprüfer — (Revisor de contas público alemão)

Lista dos requisitos de divulgação cumpridos

A Declaração de Sustentabilidade do Deutsche Bank fornece uma divulgação exaustiva dos temas materiais para o seu desempenho em termos de sustentabilidade. As informações incluídas nesta declaração foram selecionadas com base numa análise de dupla materialidade realizada em 2024, tal como descrito no capítulo "Relatório de Gestão – Declaração de Sustentabilidade - Dupla avaliação da materialidade" do presente relatório. A Declaração de Sustentabilidade cumpre todos os requisitos de divulgação das ESRS enumerados neste índice de conteúdo das ESRS.

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 1 relacionada com a ESRS 2 GOV-1	Requisitos gerais relativos ao papel dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização	Governação – Governo da Sociedade	194
ESRS 1.7	Elaboração e apresentação de informações sobre sustentabilidade	Base para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade – Eventos após o período de relato	193
ESRS 2	Divulgações gerais	Centralidade no cliente	313
ESRS 2 BP-1	Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade	Bases para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade – Base geral para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade	192
ESRS 2 BP-2	Divulgação de informações em circunstâncias específicas	Base para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade – Divulgações de informações em circunstâncias específicas	193
ESRS 2 GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de direção e de controlo	Governação – Governação da Sustentabilidade	194
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Governação – Governo da Sociedade	194
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Governação – Governação da Sustentabilidade	194
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Gestão da cadeia de abastecimento – Governação	247
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão da cadeia de abastecimento – Asset Management – Governação	250
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Força de trabalho própria – Governação	286
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Centralidade no cliente – Governação	313
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Combate à criminalidade financeira – Governação	330
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Comportamento anticoncorrencial – Governação	335
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Fiscalidade – Governação	338

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Políticas públicas e regulamentação – Governação	340
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Proteção de dados – Governação	345
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Segurança da informação	348
ESRS 2 GOV-3	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Governação	258
ESRS 2 GOV-4	Declaração sobre a diligência devida	Diligência devida ESG	238
ESRS 2 GOV-5	Gestão dos riscos e controlos internos relativos aos relatórios de sustentabilidade	Governação – Governação da Sustentabilidade – Controlos Internos sobre o Relato Financeiro	199
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	Dupla avaliação da materialidade – Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	201
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	346
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Processo de identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima: avaliação da materialidade	262
ESRS 2 IRO-2	Requisitos de divulgação nas ESRS abrangidos pela declaração de sustentabilidade da empresa	Dupla avaliação da materialidade – Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	201
ESRS 2 IRO-2	Requisitos de divulgação nas ESRS abrangidos pela declaração de sustentabilidade da empresa	Fiscalidade – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	338
ESRS 2 IRO-2	Requisitos de divulgação nas ESRS abrangidos pela declaração de sustentabilidade da empresa	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	346
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Corporate Bank – Visão geral	226
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Investment Bank – Fixed Income and Currencies – Visão geral	228
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Investment Bank – Geração e Consultoria – Visão geral	230
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Private Bank – Visão geral	232
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Asset Management – Visão geral	234
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Corporate & Other – Visão geral	237
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	248
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações – Cultura de feedback dos colaboradores	291
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão	306

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão - Diversidade étnica e racial	310
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	317
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações	319
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Cultura, integridade e conduta – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	326
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Comportamento anticoncorrencial – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	335
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Fiscalidade – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	338
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Políticas públicas e regulamentação – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	342
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	346
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Segurança da informação	348
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	331
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Formação e sensibilização	223
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	243
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão da cadeia de abastecimento – Asset Management – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	250
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Medidas e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	266
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	287
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	289
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho	292
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho	299
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável	219
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Corporate Bank – Visão geral	226
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Investment Bank – Fixed Income and Currencies – Visão geral	228
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Investment Bank – Geração e Consultoria – Visão geral	230
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Private Bank – Visão geral	232
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Asset Management – Visão geral	234
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Corporate & Other – Visão geral	237
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Gestão da cadeia de abastecimento – Métricas e objetivos	249
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Métricas e objetivos	284

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	317
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações	319
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Combate à criminalidade financeira – Métricas e objetivos	334
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Análises de transações	246
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Cultura, integridade e conduta – Métricas e objetivos	329
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável	219
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Corporate Bank – Visão geral	226
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Investment Bank – Fixed Income and Currencies – Visão geral	228
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Investment Bank – Geração e Consultoria – Visão geral	230
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Private Bank – Visão geral	232
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Asset Management – Visão geral	234
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Corporate & Other – Visão geral	237
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	248
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão da cadeia de abastecimento – Asset Management – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	250
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho	292
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho	299
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão	306
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	317
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações	319
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Cultura, integridade e conduta – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	326
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	331
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Fiscalidade – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	338
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Políticas públicas e regulamentação – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	342
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	346
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Segurança da informação	348
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social	239

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Governação – Quadro de risco para a reputação	239
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social	240
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Formação e sensibilização	245
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	288
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, do risco e das oportunidades – Quadro de gestão do risco de criminalidade financeira	332
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Governação	220
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Princípios do Equador	244
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas	266
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações	290
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Características dos não colaboradores da força de trabalho própria do Deutsche Bank	296
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Contratação e rotatividade	296
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desempenho e compensação	303
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal	305
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Incidentes e reclamações	311
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos	315
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Comportamento anticoncorrencial – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	335
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável	219
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Progresso rumo ao objetivo	224
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Investment Bank – Geração e Consultoria – Visão geral	230
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Asset Management – Visão geral	234
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Gestão da cadeia de abastecimento – Métricas e objetivos	249
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Métricas e objetivos – Objetivos relacionados com a mitigação das alterações climáticas	270
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Métricas e objetivos	284
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações – Cultura de feedback dos colaboradores	291

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão	306
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Diversidade de género	307
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão - Diversidade étnica e racial	310
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável	219
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Força de trabalho própria – Estratégia	286
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Estratégia de sustentabilidade	207
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Dupla avaliação da materialidade – Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	201
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Corporate Bank – Visão geral	226
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Investment Bank – Fixed Income and Currencies – Visão geral	228
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Investment Bank – Geração e Consultoria – Visão geral	230
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Private Bank – Visão geral	232
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Asset Management – Visão geral	234
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Corporate & Other – Visão geral	237
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Força de trabalho própria – Estratégia	286
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Centralidade no cliente – Estratégia	314
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião	214
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Clientes	214
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Colaboradores	214
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Investidores	215
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Decisores	215
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Meios de comunicação social	216
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Organizações não governamentais	217
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Dupla avaliação da materialidade – Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	201
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Financiamento sustentável	219
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	248
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Força de trabalho própria – Estratégia	286
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	287
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Incidentes e reclamações	311

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Centralidade no cliente	313
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	316
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	346
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Segurança da informação	348
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Fiscalidade – Estratégia	338
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Proteção de dados – Estratégia	345
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Gestão da cadeia de abastecimento – Estratégia	247
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão da cadeia de abastecimento – Asset Management – Estratégia	250
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Centralidade no cliente – Estratégia	314
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	315
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Cultura, integridade e conduta – Estratégia	325
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Combate à criminalidade financeira – Estratégia	330
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Comportamento anticoncorrencial – Estratégia	335
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Políticas públicas e regulamentação – Estratégia	340
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Políticas públicas e regulamentação – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	342
ESRS E1	Alterações climáticas	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social	240
ESRS E1 relacionada com a ESRS 2 GOV-3	Alterações climáticas relacionadas com a integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos	Governação – Governação da Sustentabilidade – Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos	198
ESRS E1-1	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Estratégia	283

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS E1-1 relacionada com a ESRS 2 SBM-3	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas relacionado com os impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Estratégia – Resiliência do banco	260
ESRS E1-1	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas	Alterações climáticas – Plano de Transição	256
ESRS E1-2	Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas	266
ESRS E1-2	Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	283
ESRS E1-3	Medidas e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Medidas e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	266
ESRS E1-3	Medidas e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	283
ESRS E1-4	Objetivos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Financiamento sustentável	219
ESRS E1-4	Objetivos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Financiamento sustentável – Progresso rumo ao objetivo	224
ESRS E1-4	Objetivos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	248
ESRS E1-4	Objetivos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Métricas e objetivos – Objetivos relacionados com a mitigação das alterações climáticas	270
ESRS E1-6	Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3	Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Métricas e objetivos – Emissões Financiadas: Âmbito 3 Categoria 15	276
ESRS G1-1	Políticas de cultura empresarial e conduta empresarial e cultura empresarial	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	248
ESRS G1-1	Políticas de cultura empresarial e conduta empresarial e cultura empresarial	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão da cadeia de abastecimento – Asset Management – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	250
ESRS G1-1	Políticas de cultura empresarial e conduta empresarial e cultura empresarial	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações	290
ESRS G1-1	Políticas de cultura empresarial e conduta empresarial e cultura empresarial	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Incidentes e reclamações	311
ESRS G1-1	Políticas de cultura empresarial e conduta empresarial e cultura empresarial	Cultura, integridade e conduta – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	326
ESRS G1-2	Gestão das relações com os fornecedores	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	248
ESRS G1-2	Gestão das relações com os fornecedores	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão da cadeia de abastecimento – Asset Management – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	250
ESRS G1-3	Prevenção e deteção da corrupção e do suborno	Combate à criminalidade financeira – Métricas e objetivos	334
ESRS G1-3	Prevenção e deteção da corrupção e do suborno	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Prevenção e deteção de fraude, corrupção e suborno	333
ESRS G1-4	Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	Combate à criminalidade financeira – Métricas e objetivos	334
ESRS G1-5	Influência política e atividades de lobbying	Políticas públicas e regulamentação – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	342
ESRS G1-6	Práticas de pagamento	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	248
ESRS G1-6	Práticas de pagamento	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão da cadeia de abastecimento – Asset Management – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	250
ESRS G1-6	Práticas de pagamento	Gestão da cadeia de abastecimento – Métricas e objetivos	249
ESRS G1-6	Práticas de pagamento	Gestão da cadeia de abastecimento – Métricas e objetivos – Estatísticas de pagamentos	250
ESRS G1-6	Práticas de pagamento	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão da cadeia de abastecimento – Asset Management – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Seleção e contratação de fornecedores	251
ESRS S1	Força de trabalho própria	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Colaboradores	214
ESRS S1	Força de trabalho própria	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	346

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	288
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações	290
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho	292
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Características dos não colaboradores da força de trabalho própria do Deutsche Bank	296
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Contratação e rotatividade	296
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho	299
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desempenho e compensação	303
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal	305
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão	306
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Diversidade de género	307
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Incidentes e reclamações	311
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Estratégia	286
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em relação aos impactos	289
ESRS S1-12	Pessoas com deficiência	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Pessoas com deficiência	310
ESRS S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desenvolvimento de talentos	300
ESRS S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desempenho e compensação	303
ESRS S1-15	Métricas de equilíbrio entre vida profissional e pessoal	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal	304
ESRS S1-16	Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desempenho e compensação	304
ESRS S1-16	Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Diversidade de género	309
ESRS S1-17	Incidentes, reclamações e impactos graves nos direitos humanos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Incidentes e reclamações	311
ESRS S1-2	Processos de envolvimento com os trabalhadores e dos representantes os trabalhadores em relação aos impactos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em relação aos impactos	289
ESRS S1-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	287
ESRS S1-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações	290
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a força de trabalho própria e eficácia dessas medidas	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	287
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a força de trabalho própria e eficácia dessas medidas	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	289

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a força de trabalho própria e eficácia dessas medidas	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações – Cultura de feedback dos colaboradores	291
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a força de trabalho própria e eficácia dessas medidas	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho	292
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a força de trabalho própria e eficácia dessas medidas	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho	299
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a força de trabalho própria e eficácia dessas medidas	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal	305
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a força de trabalho própria e eficácia dessas medidas	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão	306
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a força de trabalho própria e eficácia dessas medidas	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão - Diversidade étnica e racial	310
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades materiais	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações – Cultura de feedback dos colaboradores	291
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades materiais	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão	306
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades materiais	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Diversidade de género	307
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades materiais	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão - Diversidade étnica e racial	310
ESRS S1-6	Características dos colaboradores da empresa	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Contratação e rotatividade	296
ESRS S1-6	Características dos colaboradores da empresa	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Caraterísticas dos colaboradores do Deutsche Bank	293

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS S1-7	Características dos não colaboradores da força de trabalho própria da empresa	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Características dos não colaboradores da força de trabalho própria do Deutsche Bank	296
ESRS S1-8	Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	300
ESRS S1-9	Métricas de diversidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Diversidade de género	307
ESRS S1-9	Métricas de diversidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Diversidade etária	309
ESRS S4	Consumidores e utilizadores finais	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Clientes	214
ESRS S4	Consumidores e utilizadores finais	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	346
ESRS S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais	Centralidade no cliente	313
ESRS S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	316
ESRS S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	317
ESRS S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações	319
ESRS S4-2	Processos de envolvimento com os consumidores e os utilizadores finais em relação aos impactos	Centralidade no cliente	313
ESRS S4-2	Processos de envolvimento com os consumidores e os utilizadores finais em relação aos impactos	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	316
ESRS S4-2	Processos de envolvimento com os consumidores e os utilizadores finais em relação aos impactos	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	317
ESRS S4-2	Processos de envolvimento com os consumidores e os utilizadores finais em relação aos impactos	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações	319
ESRS S4-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os consumidores e utilizadores finais manifestem as suas preocupações	Centralidade no cliente	313
ESRS S4-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os consumidores e utilizadores finais manifestem as suas preocupações	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	316
ESRS S4-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os consumidores e utilizadores finais manifestem as suas preocupações	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	317
ESRS S4-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os consumidores e utilizadores finais manifestem as suas preocupações	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações	319
ESRS S4-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais nos consumidores e nos utilizadores finais, bem como abordagens para gerir os riscos materiais e aproveitar as oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais, e eficácia dessas medidas	Centralidade no cliente	313

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS S4-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais nos consumidores e nos utilizadores finais, bem como abordagens para gerir os riscos materiais e aproveitar as oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais, e eficácia dessas medidas	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	316
ESRS S4-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais nos consumidores e nos utilizadores finais, bem como abordagens para gerir os riscos materiais e aproveitar as oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais, e eficácia dessas medidas	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	317
ESRS S4-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais nos consumidores e nos utilizadores finais, bem como abordagens para gerir os riscos materiais e aproveitar as oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais, e eficácia dessas medidas	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações	319

Quadro de todos os pontos de dados decorrentes de outra legislação da UE

O quadro seguinte ilustra os pontos de dados da ESRS 2 e da ESRS temática que derivam de outra legislação da UE, conforme exigido no Anexo B da ESRS 2.

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR 1 referência 1	Pilar 3 1 referência 2	Referência ao Regulamento de Referência 3 e à Lei Europeia do Clima 4	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS 2 GOV-1 Diversidade de género do Conselho de Administração, parágrafo 21 (d)	Indicador número 13 do Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 5 da Comissão, Anexo II	Governação – Governo da Sociedade
ESRS 2 GOV-1 Percentagem de membros do conselho de administração que são independentes, parágrafo 21 (e)			Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Governação – Governo da Sociedade
ESRS 2 GOV-4 Declaração sobre a devida diligência, parágrafo 30	Indicador número 10, Quadro 3 do Anexo 1			Diligência devida ESG
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com combustíveis fósseis, parágrafo 40 (d) i	Indicadores número 4, Quadro 1 do Anexo 1	Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão 6 Quadro 1: Informação qualitativa sobre riscos ambientais e Quadro 2: Informações qualitativas sobre o risco social	Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não aplicável
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com a produção de produtos químicos, parágrafo 40 (d) ii	Indicador número 9, Quadro 2 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não aplicável
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com armas controversas, parágrafo 40 (d) iii	Indicador número 14, Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 7 , artigo 12.º, n.º 1, Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não aplicável
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com o cultivo e a produção de tabaco, parágrafo 40 (d) iv			Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1 Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não aplicável
ESRS E1-1 Plano de transição para alcançar a neutralidade climática até 2050, parágrafo 14			Regulamento (UE) 2021/1119, artigo 2.º, n.º 1	Estratégia de sustentabilidade Alterações climáticas – Plano de transição
ESRS E1-1 Empresas excluídas dos índices de referência alinhados com o Acordo de Paris, parágrafo 16 (g)		Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, Modelo 1: Carteira bancária — Risco de transição para as alterações climáticas: qualidade de crédito das exposições por sector, emissões e maturidade residual	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1, alíneas d) a g), e artigo 12.º, n.º 2	Não aplicável
ESRS E1-4 Objetivos de redução das emissões de GEE, parágrafo 34	Indicador número 4, Quadro 2 do Anexo 1	Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, Modelo 3: Carteira bancária – Risco de transição para as alterações climáticas: métricas de alinhamento	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 6.º	Estratégia de sustentabilidade Alterações climáticas – Plano de transição
ESRS E1-5 Consumo de energia de fontes fósseis desagregado por fontes (apenas sectores com elevado impacto climático), parágrafo 38	Indicador n.º 5 Quadro 1 e Indicador n.º 5 Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E1-5 Consumo e mix de energia, parágrafo 37	Indicador número 5, Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS E1-5 Intensidade energética associada a atividades em sectores com forte impacto climático, parágrafos 40 a 43	Indicador número 6, Quadro 1 do Anexo 1			Não material

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR 1 referência 1	Pilar 3 1 referência 2	Referência ao Regulamento de Referência 3 e à Lei Europeia do Clima 4	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS E1-6 Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3, parágrafo 44	Indicadores n.os 1 e 2 Quadro n.º 1 do Anexo 1	Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, Modelo 1: Carteira bancária — Risco de transição para as alterações climáticas: qualidade de crédito das exposições por sector, emissões e maturidade residual	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 5.º, n.º 1, artigo 6.º e artigo 8.º, n.º 1	Apenas o âmbito 3 e a categoria 15 são materiais, todos os outros não são materiais Alterações climáticas – Carteiras de clientes – Métricas e objetivos – Emissões Financiadas: Âmbito 3 Categoria 15
ESRS E1-6 Intensidade bruta das emissões de GEE, parágrafos 53 a 55	Indicadores número 3, Quadro 1 do Anexo 1	Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, Modelo 3: Carteira bancária – Risco de transição para as alterações climáticas: métricas de alinhamento	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 8.º, n.º 1	Não material
ESRS E1-7 Remoções de GEE e créditos de carbono, parágrafo 56			Regulamento (UE) 2021/1119, artigo 2.º, n.º 1	Não material
ESRS E1-9 Exposição da carteira de referência a riscos físicos relacionados com o clima, parágrafo 66			Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não relevante para 2024
ESRS E1-9 Desagregação de valores monetários por risco físico agudo e crónico, parágrafo 66 (a) ESRS E1-9 Localização de ativos significativos em risco físico material, parágrafo 66 (c).		Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, n.os 46 e 47; Modelo 5: Carteira bancária - Risco físico das alterações climáticas: exposições sujeitas a riscos físicos.		Não relevante para 2024
ESRS E1-9 Discriminação do valor contabilístico dos seus ativos imobiliários por classes de eficiência energética, parágrafo 67 (c).		Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, n.º 34; Modelo 2: Carteira bancária — Risco de transição para as alterações climáticas: empréstimos garantidos por bens imóveis – Eficiência energética da garantia		Não relevante para 2024
ESRS E1-9 Grau de exposição da carteira a oportunidades relacionadas com o clima, parágrafo 69			Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Anexo II	Financiamento sustentável
ESRS E2-4 Quantidade de cada poluente enumerado no anexo II do Regulamento E- PRTR (Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes) emitida para o ar, a água e o solo, parágrafo 28	Indicador número 8, Quadro 1 do Anexo 1 Indicador número 2, Quadro 2 do Anexo 1 Indicador número 1, Quadro 2 do Anexo 1 Indicador número 3, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E3-1 Recursos hídricos e marinhos, parágrafo 9	Indicador número 7, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E3-1 Política específica, parágrafo 13	Indicador número 8, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E3-1 Oceanos e mares sustentáveis, parágrafo 14	Indicador número 12, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E3-4 Total de água reciclada e reutilizada, parágrafo 28 (c)	Indicador número 6,2, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E3-4 Consumo total de água em m3 por receita líquida de operações próprias, parágrafo 29	Indicador número 6,1, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS 2 – SBM 3 – E4 parágrafo 16 (a) i	Indicador número 7, Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS 2 – SBM 3 – E4 parágrafo 16 (b)	Indicador número 10, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS 2 – SBM 3 – E4 parágrafo 16 (c)	Indicador número 14, Quadro 2 do Anexo 1			Não material

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR 1 referência 1	Pilar 3 1 referência 2	Referência ao Regulamento de Referência 3 e à Lei Europeia do Clima 4	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS E4-2 Práticas ou políticas sustentáveis relativas à terra/agricultura, parágrafo 24 (b)	Indicador número 11, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E4-2 Práticas ou políticas sustentáveis para os oceanos/mares, parágrafo 24 (c)	Indicador número 12, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E4-2 Políticas para combater a desflorestação, parágrafo 24 (d)	Indicador número 15, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E5-5 Resíduos não reciclados, parágrafo 37 (d)	Indicador número 13, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E5-5 Resíduos perigosos e resíduos radioativos, parágrafo 39	Indicador número 9, Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS 2 – SBM3 – S1 Risco de incidentes de trabalho forçado, parágrafo 14 (f)	Indicador número 13, Quadro 3 do Anexo I			Não material
ESRS 2 – SBM3 – S1 Risco de incidentes de trabalho infantil, parágrafo 14 (g)	Indicador número 12, Quadro 3 do Anexo I			Não material
ESRS S1-1 Compromissos com a política de direitos humanos, parágrafo 20	Indicador número 9, Quadro 3 e Indicador número 11, Quadro 1 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
ESRS S1-1 Políticas de diligência devida sobre questões abordadas pelas Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho 1 a 8, parágrafo 21			Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
ESRS S1-1 Processos e medidas para prevenir o tráfico de seres humanos, parágrafo 22	Indicador número 11, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
ESRS S1-1 Política de prevenção ou sistema de gestão de acidentes no local de trabalho, parágrafo 23	Indicador número 1, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal
ESRS S1-3 Mecanismos de tratamento de queixas/reclamações, parágrafo 32 (c)	Indicador número 5, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
ESRS S1-14 Número de mortes e número e taxa de acidentes relacionados com o trabalho, parágrafo 88 (b) e (c)	Indicador número 2, Quadro 3 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não material
ESRS S1-14 Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, mortes ou doença, parágrafo 88 (e)	Indicador número 3, Quadro 3 do Anexo I			Não material

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR 1 referência 1	Pilar 3 1 referência 2	Referência ao Regulamento de Referência 3 e à Lei Europeia do Clima 4	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS S1-16 Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas, parágrafo 97 (a)	Indicador número 12, Quadro 1 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Diversidade de género
ESRS S1-16 Rácio de remuneração excessiva do CEO, parágrafo 97 (b)	Indicador número 8, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade, equidade e inclusão – Diversidade de género
ESRS S1-17 Incidentes de discriminação, parágrafo 103 (a)	Indicador número 7, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
ESRS S1-17 Desrespeito pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas e pelas Diretrizes da OCDE sobre Empresas e Direitos Humanos, parágrafo 104 (a)	Indicador n.º 10 Quadro 1 e Indicador n.º 14 Quadro 3 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
ESRS 2 – SBM3 – S2 Risco significativo de trabalho infantil ou trabalho forçado na cadeia de valor, parágrafo 11 (b)	Indicadores n.º 12 e n.º 13 Quadro 3 do Anexo I			Não material
ESRS S2-1 Compromissos com a política de direitos humanos, parágrafo 17	Indicador n.º 9 Quadro 3 e Indicador n.º 11 Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS S2-1 Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor, parágrafo 18	Indicador n.º 11 e n.º 4 Quadro 3 do Anexo 1			Não material
ESRS S2-1 Desrespeito pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas e pelas diretrizes da OCDE sobre Empresas e Direitos Humanos, parágrafo 19	Indicador número 10, Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1	Não material
ESRS S2-1 Políticas de diligência devida sobre questões abordadas pelas Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho 1 a 8, parágrafo 19			Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não material
ESRS S2-4 Questões de direitos humanos e incidentes relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante, parágrafo 36	Indicador número 14, Quadro 3 do Anexo 1			Não material
ESRS S3-1 Compromissos com a política de direitos humanos, parágrafo 16	Indicador número 9, Quadro 3 do Anexo 1 e Indicador número 11, Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS S3-1 Desrespeito pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas, pelos princípios da OIT ou pelas diretrizes da OCDE sobre Empresas e Direitos Humanos, parágrafo 17	Indicador número 10, Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1	Não material
ESRS S3-4 Questões e incidentes relacionados com os direitos humanos, parágrafo 36	Indicador número 14, Quadro 3 do Anexo 1			Não material

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR 1 referência 1	Pilar 3 1 referência 2	Referência ao Regulamento de Referência 3 e à Lei Europeia do Clima 4	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS S4-1 Políticas relacionadas com os consumidores e utilizadores finais, parágrafo 16				Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos
	Indicador número 9, Quadro 3 e Indicador número 11, Quadro 1 do Anexo 1			Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão de reclamações
ESRS S4-1 Desrespeito pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas e pelas Diretrizes da OCDE sobre Empresas e Direitos Humanos, parágrafo 17				Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente
	Indicador número 10, Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão de reclamações
ESRS S4-4 Questões e incidentes relacionados com os direitos humanos, parágrafo 35				Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente
	Indicador número 14, Quadro 3 do Anexo 1			Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão de reclamações
ESRS G1-1 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, parágrafo 10 (b)	Indicador número 15, Quadro 3 do Anexo 1			Combate à criminalidade financeira
ESRS G1-1 Proteção dos autores de denúncias, parágrafo 10 (d)				Cultura, integridade e conduta – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades
	Indicador número 6, Quadro 3 do Anexo 1			
ESRS G1-4 Multas por violação das leis anticorrupção e antissuborno, parágrafo 24 (a)	Indicador número 17, Quadro 3 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II)	Combate à criminalidade financeira – Métricas e objetivos
ESRS G1-4 Normas anticorrupção e antissuborno, parágrafo 24 (b)	Indicador número 16, Quadro 3 do Anexo 1			Combate à criminalidade financeira

Colaboradores

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2024, o banco tinha um total de 89.753 colaboradores, em comparação com 90.130 em 31 de dezembro de 2023. O banco calcula o número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que inclui valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro do banco em 31 de dezembro de 2024, de 2023 e de 2022.

Colaboradores[1]	31 dez 2024	31 dez 2023	31 dez 2022
Alemanha	35.160	36.195	35.594
Europa (fora da Alemanha)	17.672	18.103	17.875
Ásia/Pacífico, Médio Oriente e África	28.930	27.601	23.740
América do Norte[2]	7.744	8.033	7.534
América Latina	247	199	187
Total de colaboradores	**89.753**	90.130	84.930

[1] Colaboradores equivalentes a tempo inteiro, comparativos do ano anterior alinhados com a apresentação no ano em curso; os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[2] Principalmente Estados Unidos

Em 2024, o número de colaboradores do banco diminuiu em 377 ou 0,4%, principalmente devido a reduções na Alemanha, parcialmente compensadas por aumentos na Ásia/Pacífico, Médio Oriente e África.

- Alemanha (-1 035; -2,9%), devido sobretudo a medidas de reestruturação, principalmente no Private Bank
- América do Norte (-289; -3,6%), principalmente devido a decréscimos em todas as atividades operacionais e funções de infraestruturas
- Europa, exceto Alemanha (-431; -2,4%), principalmente devido a reduções no Reino Unido, Itália e Espanha, parcialmente compensadas por aumentos na Roménia e no seu Centro de Operações
- Ásia/Pacífico, Médio Oriente e África (+1,329; +4,8%), principalmente devido a aumentos na Índia e no seu Centro de Operações

A tabela a seguir apresenta a distribuição de colaboradores equivalentes a tempo inteiro por divisão em 31 de dezembro de 2024, de 2023 e de 2022.

Colaboradores[1]	31 dez 2024	31 dez 2023	31 dez 2022
Corporate Bank (CB)	17,9%	17,4%	17,0%
Investment Bank (IB)	8,9%	8,8%	8,4%
Private Bank (PB)	27,7%	29,1%	31,6%
Asset Management (AM)	5,1%	4,9%	5,0%
Infraestrutura	40,4%	39,9%	37,9%

[1] Colaboradores equivalentes a tempo inteiro, comparativos do ano anterior alinhados com a apresentação no ano em curso; os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

- Corporate Bank (+374; +2,4%), devido a aumentos em todos os segmentos do Corporate Bank
- Investment Bank (+36; +0,5%), principalmente devido aos aumentos registados nas áreas de Fixed Income & Currencies
- Private Bank (-1.327; -5,1%), principalmente devido a reduções na Alemanha
- Asset Management (+188; +4,3%), principalmente devido ao reforço da área de Tecnologia e Operações
- Funções de infraestruturas (+352; +1,0%), principalmente devido a aumentos na função de Tecnologia, Dados e Inovação, em virtude da estratégia de internalização do Banco, e na função de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira, parcialmente compensados por reduções em todas as outras funções de infraestruturas

Planos de benefícios pós-emprego

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos.

No processo de contabilidade globalmente coordenada do Grupo, que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as análises globais atuariais reveem as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos princípios globais do Grupo para determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, o Grupo conseguiu garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os planos de benefícios dos colaboradores do Grupo, consulte a Nota 33, "Benefícios dos colaboradores" nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informações sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consultar a Declaração de Sustentabilidade de 2024 do banco.

	31 dez 2024	31 dez 2023	31 dez 2022
Colaboradores do sexo feminino por cargo corporativo (número de efetivos, em %)[1]			
Diretoras Executivas	22,8%	22,3%	20,9%
Diretoras	28,8%	28,0%	26,7%
Vice-Presidentes do sexo feminino	35,6%	34,8%	33,5%
Vice-Presidente Adjuntas e Associadas	42,3%	41,9%	41,8%
Não Diretoras	59,6%	59,0%	59,7%
Total de colaboradores do sexo feminino (número de efetivos, em %)[1]	**46,5%**	**46,3%**	**46,4%**
Idade (em %, total)[2]			
Menos de 30 anos	16,2%	16,5%	15,4%
30–50 anos	57,0%	57,0%	57,5%
Mais de 50 anos	26,9%	26,5%	27,1%
Colaboradores a tempo parcial (número de efetivos, em %)			
Alemanha	24,5%	24,9%	26,0%
Europa (fora da Alemanha)	5,1%	5,1%	5,5%
Américas	0,4%	0,4%	0,3%
Ásia/Pacífico, Médio Oriente e África	0,1%	0,1%	0,1%
Total de colaboradores a tempo parcial	**11,3%**	**11,8%**	**12,9%**
Percentagem de estagiários profissionais em relação aos colaboradores efetivos na Alemanha	3,2%	3,6%	3,5%

	2024	2023	2022
Índice de compromisso	67%	70%	69%
Índice de envolvimento	70%	71%	73%
Taxa de rotatividade voluntária dos colaboradores			
Alemanha	2,6%	2,5%	3,7%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	5,2%	5,2%	9,7%
Américas	8,3%	7,7%	18,2%
Ásia-Pacífico	9,9%	9,5%	18,4%
Taxa de rotatividade voluntária total dos colaboradores	**5,9%**	**5,6%**	**10,1%**
Taxa de saúde (em %)[3]	92,4%	92,6%	91,8%

[1] Os cargos corporativos declarados do Postbank (incluindo subsidiárias) são apenas alternativos, tecnicamente derivados e não contratualmente definidos nem acordados
[2] Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
[3] Taxa de saúde: 100 - ((total de dias de doença x 100)/total de dias de trabalho regular), Alemanha

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O controlo interno do banco sobre o relato financeiro é um processo concebido sob a supervisão do Presidente do Conselho de Fiscalização e do Diretor Financeiro para proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade do relato financeiro. Para além da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da empresa para efeitos de relato externo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). O controlo interno do banco sobre o relato financeiro inclui controlos e procedimentos de divulgação concebidos para evitar declarações incorretas.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As declarações inexatas poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam devido às demonstrações financeiras.

Para conter esses riscos associados ao relato financeiro, a direção do Grupo estabeleceu o controlo interno sobre o relato financeiro com o objetivo de proporcionar uma garantia razoável, mas não absoluta, contra erros significativos. Além disso, foi realizada uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre o relato financeiro. Tal baseou-se na Estrutura Integrada de Controlo Interno (2013) emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o controlo interno sobre o relato financeiro, a Direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram;
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras;
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nas demonstrações financeiras pelos montantes adequados;
- Direitos, Obrigações e Propriedade – os direitos, obrigações e propriedade são devidamente registados como ativos e passivos;
- Apresentação e Divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas;
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o controlo interno sobre o relato financeiro, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos de divulgação e os procedimentos ou sistemas de controlo interno do relato financeiro não são capazes de impedir todos os erros; erros involuntários ou intencionais (fraudes). Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar ao longo do tempo. Ademais, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro inclui as políticas e os procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registos que, de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e alienações dos ativos da empresa;
- Fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que os recebimentos e gastos da empresa estão a ser feitos de acordo com as autorizações da gestão da empresa e;
- Fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos da empresa que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos, a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de controlo interno sobre o relato financeiro, e considera:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento da demonstração financeira; e
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores determinam na sua totalidade o tipo e o âmbito das evidências exigidas pelo artigo 315.º do HGB, que a Direção tem de avaliar para determinar se o controlo interno sobre o relato financeiro estabelecido é eficaz ou não. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação do controlo interno sobre o relato financeiro. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Essas fontes de informação podem incluir:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do controlo interno sobre o relato financeiro realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e ad-hoc. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da Direção no que diz respeito à eficácia operacional global do controlo interno sobre o relato financeiro.

Em resultado da avaliação, a Direção concluiu em 31 de dezembro de 2024 que o controlo interno sobre o relato financeiro está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 32, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco ou as suas subsidiárias detinham ações próprias durante o exercício de 2024 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. Restrições semelhantes combinadas com restrições à alienação são impostas contratualmente aos colaboradores a quem foram concedidas ações como remuneração diferida com uma obrigação de detenção. O banco não tem conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique o banco e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) deste facto. O limiar mínimo é de 3%. O banco não tem conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confiram direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz) e o Regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (Quadro Regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à Autoridade Federal de Supervisão Financeira alemã (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da Lei Bancária, artigo 93.º do Quadro Regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (Hauptversammlung, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.^{os} 1 a 3 da Lei Bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do Quadro Regulamentar SSM).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 27 de maio de 2021 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2026, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% os preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 16 de maio de 2024 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2029, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. A consideração da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser definida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia Geral Anual.

A Assembleia Geral Anual de 16 de maio de 2024 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2029.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, está disponível no website do Grupo, através da ligação https://www.db.com/ir/en/reports.htm, bem como no capítulo "4 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão".

Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

Introdução

O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se nos resultados das IFRS das divisões corporativas do banco. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Além disso, o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, de forma a que os rácios de capital regulamentar sejam aplicáveis apenas ao nível do Grupo.

Por conseguinte, as informações, que foram fornecidas sobre o Grupo Deutsche Bank no presente relatório de gestão combinado, são, em geral, também relevantes e aplicáveis ao Deutsche Bank AG. Esta secção contém informações adicionais, que facilitam a compreensão do Deutsche Bank AG. As informações financeiras da presente secção foram elaboradas de acordo com o Código Comercial alemão ("Handelsgesetzbuch", HGB), salvo indicação em contrário. Podem ser encontrados mais detalhes sobre informações financeiras elaboradas em conformidade com o HGB nas notas às demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG, num relatório separado.

Desempenho do Deutsche Bank AG

Um parâmetro para avaliar o desempenho do Grupo é a capacidade de fazer distribuições aos acionistas. Esta capacidade depende da disponibilidade de lucros distribuíveis do Deutsche Bank AG determinados em conformidade com o HGB. Além disso, a informação financeira do Deutsche Bank AG preparada em conformidade com o HGB é geralmente menos relevante para avaliar ou orientar o desempenho financeiro do Grupo devido às circunstâncias estabelecidas na introdução acima.

Em 2024, o Deutsche Bank AG registou um lucro líquido de 2,9 mil milhões de euros em comparação com um lucro líquido de 5,0 mil milhões de euros no ano anterior.

O lucro operacional de 2,5 mil milhões de euros foi inferior em 3,0 mil milhões de euros ao do ano anterior. A redução dos resultados de negociação e da margem financeira, parcialmente compensada pelo aumento das comissões, conduziu a uma diminuição das receitas totais de 337 milhões de euros. Os custos líquidos mais elevados com litígios, que aumentaram 1,6 mil milhões de euros, os resultados líquidos negativos dos derivados da carteira bancária, que diminuíram 566 milhões de euros, e os resultados líquidos mais baixos dos títulos detidos na reserva de liquidez, que diminuíram 505 milhões de euros, contribuíram significativamente para a redução do resultado operacional.

O resultado fora do âmbito do lucro de exploração deveu-se sobretudo a ajustamentos de avaliação líquidos positivos dos investimentos em empresas associadas no valor de 1,6 mil milhões de euros. Uma despesa fiscal de 955 milhões de euros conduziu a um resultado líquido de 2,9 mil milhões de euros.

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor à Assembleia-Geral Anual que pague um dividendo de 0,68 euros por ação, 800 milhões de euros adicionais apropriados para reservas de proveitos e que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados.

Demonstração de resultados

A tabela abaixo fornece uma visão geral da demonstração de resultados do Deutsche Bank AG, que é seguida de mais informações sobre as rubricas individuais.

Demonstração de resultados condensada

em milhões de euros	2024	2023	Alterar em milhões de euros	Alterar em %
Rendimento de juros[1]	64.857	57.802	7.054	12
Rendimento corrente[2]	1.901	2.465	(564)	(23)
Rendimento de juros total	**66.758**	60.267	6.490	11
Gastos de juros	57.357	49.811	7.546	15
Rendimento de juros líquido	**9.401**	10.456	(1.055)	(10)
Rendimento de comissões	9.646	8.109	1.537	19
Gastos com comissões	2.247	1.886	361	19
Rendimento de comissões líquido	**7.399**	6.224	1.176	19
Resultado de negociação líquido	**4.305**	4.762	(458)	(10)
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E do HGB	0	0	0	N/S
Total de receitas	**21.105**	21.442	(337)	(2)
Salários e vencimentos	5.493	4.997	495	10
Contribuições obrigatórias para a segurança social[3]	891	1.283	(393)	(31)
Gastos com pessoal	**6.383**	6.281	102	2
Outras despesas administrativas[4]	9.760	10.110	(350)	(3)
Gastos administrativos	**16.143**	16.391	(247)	(2)
Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais	**(1.393)**	929	(2.322)	N/S
Provisionamento de risco	**1.060**	514	546	106
Lucros operacionais	**2.509**	5.466	(2.958)	(54)
Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários	**1.333**	(956)	2.289	N/S
Resultado extraordinário	**(4)**	(157)	154	(98)
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	0	0	0	N/S
Resultados antes de impostos	**3.838**	4.353	(515)	(12)
Impostos	955	(646)	1.601	N/S
Resultado líquido	**2.883**	4.999	(2.116)	(42)
Lucros transitados do ano anterior	575	459	116	25
	3.458	5.458	(2.000)	(37)
Retirada de reservas de capital	**0**	0	0	N/S
Alocações a reservas de receitas	**1.200**	2.000	(800)	(40)
– a outras reservas de receitas	1.200	2.000	(800)	(40)
Lucros distribuíveis	**2.258**	3.458	(1.199)	(35)

N/S – Não significativo
[1] De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo e créditos inscritos no registo da dívida pública
[2] De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros)
[3] Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores
[4] Incluindo depreciação programada de ativos tangíveis e intangíveis

Rendimento de juros líquido

O rendimento de juros líquido diminuiu 1,1 mil milhões de euros para 9,4 mil milhões de euros em 2024. O rendimento corrente, que diminuiu 564 milhões de euros, refletiu a redução das contribuições das empresas afiliadas. O resultado líquido de juros de empréstimos e títulos menos juros diminuiu em 491 milhões de euros, devido sobretudo a um maior aumento dos juros sobre o passivo em comparação com as receitas de juros do ativo.

Rendimento de comissões líquido

O rendimento de comissões líquido, no montante de 7,4 mil milhões de euros, aumentou 1,2 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior, refletindo a evolução positiva sobretudo das comissões líquidas no negócio dos empréstimos, mas também na subscrição, corretagem e outros serviços.

Resultado de negociação líquido

O resultado de negociação líquido em 2024 foi de 4,3 mil milhões de euros, uma redução de 458 milhões de euros em comparação com o ano anterior. Esta evolução deveu-se principalmente ao aumento das despesas de conversão cambial.

Gastos com pessoal e custos operacionais

As despesas com pessoal foram de 6,4 mil milhões de euros, um aumento de 102 milhões de euros em comparação com 2023, principalmente devido a uma remuneração variável mais elevada e parcialmente compensada por menores despesas com planos de benefícios definidos.

Discriminação geográfica dos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) do banco

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[1]	31 dez 2024	31 dez 2023	Alterar
Alemanha	23.362	23.470	(108)
Europa (excl. Alemanha)	7.568	7.783	(215)
Américas	413	465	(52)
África/Ásia/Austrália	5.149	5.191	(42)
Total	**36.492**	36.910	(418)

[1] Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes

O número de colaboradores na Alemanha diminuiu principalmente devido a reduções no Private Bank. Na Europa, excluindo a Alemanha, o número de colaboradores diminuiu principalmente no Reino Unido, devido a reduções nas funções de infraestruturas do banco.

Outros custos administrativos foram de 9,8 mil milhões de euros em 2024, um decréscimo de 350 milhões de euros, face a 10,1 mil milhões de euros em 2023. Neste contexto, as outras despesas administrativas (excluindo as depreciações e amortizações programadas de ativos tangíveis e intangíveis) diminuíram 454 milhões de euros, passando para 8,5 mil milhões de euros. Esta evolução deveu-se principalmente à redução das taxas bancárias, que diminuíram 321 milhões de euros, e à redução dos custos informáticos, que diminuíram 210 milhões de euros. Estas rubricas são parcialmente compensadas por custos mais elevados de serviços prestados por empresas do grupo, que aumentaram 111 milhões de euros, e por custos de manutenção mais elevados, que aumentaram 66 milhões de euros. A depreciação e amortização planeadas de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 1,3 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 104 milhões de euros.

Resultado líquido de rendimentos e gastos operacionais

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais totalizou 1,4 mil milhões de euros negativos em 2024, face a 929 milhões de euros positivos em 2023. Esta redução de 2,3 mil milhões de euros deveu-se principalmente a despesas líquidas mais elevadas com litígios, que aumentaram 1,6 mil milhões de euros, e a resultados líquidos negativos de derivados da carteira bancária, que diminuíram 566 milhões de euros.

Provisionamento líquido do risco

Em 2024, o total de provisionamento de risco líquido, composto por alterações no provisionamento de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, totalizou 1,1 mil milhões de euros, um aumento de 546 milhões de euros em comparação com o ano anterior. Esta evolução deveu-se sobretudo a uma redução do resultado líquido dos títulos detidos na reserva de liquidez, que diminuiu 505 milhões de euros, ao passo que o provisionamento no setor dos empréstimos permaneceu praticamente estável, com um aumento de 41 milhões de euros. A redução do resultado líquido dos títulos detidos na reserva de liquidez foi causada por níveis de taxas de juro mais elevados no final do ano de 2024.

Saldo líquido de outros rendimentos/gastos ordinários

O saldo de outros resultados e gastos ordinários foi de 1,3 mil milhões de euros positivos (2023: 956 milhões de euros negativos), consistindo em ajustamentos de avaliação líquidos de investimentos em empresas afiliadas, amortizações e depreciações não programadas de ativos tangíveis e intangíveis e despesas decorrentes da assunção de perdas.

Os ajustamentos de avaliação líquidos e os resultados líquidos das alienações de investimentos em empresas associadas ascenderam a 1,6 mil milhões de euros positivos (2023: 740 milhões de euros negativos), principalmente relacionados com o franchise do banco nos EUA e com várias filiais na Europa.

Além disso, os abatimentos e a depreciação não planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 195 milhões de euros em 2024, principalmente relacionados com edifícios (2023: 103 milhões de euros).

As despesas decorrentes da assunção de prejuízos ascenderam a 54 milhões de euros em 2024 (2023: 113 milhões de euros).

Resultado extraordinário

Os rendimentos e gastos líquidos extraordinários foram de 4 milhões de euros negativos, principalmente relacionados com atividades de reestruturação (2023: 157 milhões de euros negativos).

Impostos

Em 2024, o banco registou uma despesa fiscal de 955 milhões de euros, em comparação com um benefício de 646 milhões de euros no ano anterior. A despesa fiscal do ano corrente foi principalmente afetada por rendimentos isentos de impostos. O benefício fiscal do ano anterior deveu-se principalmente a alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos.

Lucro líquido e proposta de afetação

O Deutsche Bank AG registou um lucro líquido de 2,9 mil milhões de euros em 2024, em comparação com um lucro líquido de 5,0 mil milhões de euros em 2023.

Após uma adição às reservas de proveitos de 1,2 mil milhões de euros, o lucro distribuível de 2024 ascendeu a 2,3 mil milhões de euros. O Banco irá propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de 0,68 euros por ação. Isto irá reduzir o lucro distribuível até 1,3 mil milhões de euros, dependendo do número de ações em circulação na data de registo. Será igualmente proposta a afetação de um montante adicional de 800 milhões de euros às reservas de receitas e o reporte do restante lucro distribuível.

Balanço

A tabela abaixo fornece uma visão geral do balanço do Deutsche Bank AG, que é seguido de mais informações sobre as rubricas individuais.

Balanço condensado

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023	Alterar em milhões de euros	Alterar em %
Ativos				
Valores a receber de bancos e clientes, incl. saldos junto de bancos centrais e instrumentos de dívida de entidades do setor público	685.315	688.265	(2.950)	(0)
Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas	31.923	29.488	2.435	8
Obrigações e outros títulos e ações de capital	83.732	71.724	12.008	17
Ativos detidos para negociação	301.057	247.596	53.462	22
Outros ativos remanescentes	26.375	23.158	3.218	14
Total do ativo	**1.128.403**	1.060.231	68.172	6
Passivos e Capital próprio dos acionistas				
Responsabilidades para com bancos e clientes	678.503	662.954	15.549	2
Passivo na forma de certificados	100.993	92.132	8.861	10
Passivos detidos para negociação	216.798	191.329	25.469	13
Provisões	7.632	7.100	531	7
Capital e reservas	44.884	43.552	1.332	3
Passivos subordinados, capital de direitos de participação, instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional e fundo para riscos bancários gerais	27.966	24.328	3.638	15
Outros passivos remanescentes	51.627	38.835	12.791	33
Total do passivo e capital próprio dos acionistas	**1.128.403**	1.060.231	68.172	6

O total de ativos do Deutsche Bank AG ascendeu a 1128 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. O aumento de 6% em comparação com 31 de dezembro de 2023 foi impulsionado principalmente por aumentos em Ativos detidos para negociação. O crescimento líquido foi principalmente financiado por passivos detidos para negociação superiores.

Total de crédito concedido

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) diminuiu 5,9 mil milhões de euros (1%) para 468,9 mil milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se principalmente a uma diminuição em Empréstimos a bancos de 10,6 mil milhões de euros (17%) para 51,6 mil milhões de euros, e foi parcialmente compensada por um aumento em Créditos sobre clientes, que são relatados no total de crédito concedido, em 4,7 mil milhões de euros (1%) para 417,4 mil milhões de euros.

Total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos)

em mil milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023	Alterar em mil milhões de euros	Alterar em %
Créditos sobre clientes	**417**	413	5	1
com um período residual de				
até 5 anos[1]	301	293	8	3
mais de 5 anos	116	119	(3)	(3)
Empréstimos a bancos	**52**	62	(11)	(17)
com um período residual de				
até 5 anos[1]	37	48	(11)	(24)
mais de 5 anos	15	14	1	6
Total	**469**	475	(6)	(1)

[1] Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora da negociação aumentaram 1,6 mil milhões de euros para 114,8 mil milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2023.

Investimentos em empresas afiliadas

Os investimentos em empresas afiliadas aumentaram 2,4 mil milhões de euros, passando para 31,7 mil milhões de euros; este aumento deveu-se a amortizações (1,6 mil milhões de euros), a um impacto positivo da conversão cambial (0,6 mil milhões de euros) e a injeções de capital (1,0 mil milhões de euros), parcialmente compensados por reembolsos de capital (0,7 mil milhões de euros), amortizações (0,3 mil milhões de euros) e pela fusão de uma empresa afiliada no Deutsche Bank AG (0,1 mil milhões de euros).

Títulos

A carteira de títulos do banco (excluindo ativos detidos para negociação) aumentou de 12,0 mil milhões de euros para 83,7 mil milhões de euros, principalmente impulsionada por um aumento nas obrigações.

Ativos detidos para negociação

Os ativos detidos para negociação ascenderam a 301,1 mil milhões de euros, um aumento de 53,5 mil milhões de euros (22%) em comparação com 31 de dezembro de 2023. Esta evolução deveu-se principalmente a um aumento dos valores a receber qualificados como de negociação, que cresceram 23,5 mil milhões de euros (31%) para 99,6 mil milhões de euros, bem como a um aumento do valor de mercado positivo dos derivados de negociação, que aumentou 22,9 mil milhões de euros (31%) para 97,5 mil milhões de euros.

Depósitos e passivos titularizados

As responsabilidades para com bancos diminuíram ligeiramente e totalizaram 139,3 mil milhões de euros em 2024, enquanto as responsabilidades para com clientes aumentaram para 539,2 mil milhões de euros, mais 21,5 mil milhões de euros (4%) em comparação com 31 de dezembro de 2023. Nesta rubrica, as outras responsabilidades reembolsáveis à vista aumentaram 15,1 mil milhões de euros (5%), passando de 304,4 mil milhões de euros para 319,5 mil milhões de euros. Esta situação foi acompanhada por um aumento dos depósitos de poupança de 2,5 mil milhões de euros (4%) de 64,3 mil milhões de euros para 66,8 mil milhões de euros, e por um aumento de outros passivos com prazo acordado ou prazo de pré-aviso de 3,9 mil milhões de euros, de 149,0 mil milhões de euros para 152,9 mil milhões de euros.

As responsabilidades em certificados totalizaram 101,0 mil milhões de euros, um aumento de 8,9 mil milhões de euros (10%) em comparação com 31 de dezembro de 2023. O aumento foi motivado por um aumento das obrigações emitidas de 3,6 mil milhões de euros (4%) em comparação com 31 de dezembro de 2023, e outros passivos sob a forma de certificados de 5,3 mil milhões de euros (81%) para 11,9 mil milhões de euros.

Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023	Alterar em mil milhões de euros	Alterar em %
Dívidas a bancos	**139**	145	(6)	(4)
reembolsáveis à vista	74	69	4	6
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	66	76	(10)	(14)
Responsabilidades para com clientes	**539**	518	22	4
depósitos de poupança	67	64	3	4
outros passivos				
reembolsáveis à vista	320	304	15	5
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	153	149	4	3
Passivo na forma de certificados	**101**	92	9	10
obrigações emitidas	89	86	4	4
outros passivos na forma de certificados	12	7	5	80
dos quais: instrumentos do mercado monetário	11	6	5	85

Passivos detidos para negociação

Os passivos detidos para negociação ascenderam a 216,8 mil milhões de euros, um aumento de 25,5 mil milhões de euros (13%) em comparação com 31 de dezembro de 2023. Esta evolução deveu-se principalmente ao aumento dos valores de mercado negativos dos derivados de negociação em 20,5 mil milhões de euros (30%), para 89,3 mil milhões de euros, e de outras responsabilidades qualificadas como de negociação em 5,2 mil milhões de euros (6%), para 95,0 mil milhões de euros.

Provisões

As provisões ascenderam a 7,6 mil milhões de euros, mais 0,5 mil milhões de euros (7%) em comparação com 31 de dezembro de 2023. Um aumento das outras provisões de 1,0 mil milhões de euros (21%) foi parcialmente compensado por uma diminuição das provisões para pensões e obrigações semelhantes de 0,4 mil milhões de euros (18%).

Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional totalizaram 12,2 mil milhões de euros, em comparação com 8,9 mil milhões de euros no ano passado. O movimento anual resulta principalmente de novas emissões.

Capital e reservas

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG ascenderam a 44,9 mil milhões de euros. O aumento de 1,3 mil milhões de euros é principalmente atribuível ao lucro distribuível gerado em 2024, bem como a um aumento das outras reservas de receitas, parcialmente compensado pelo efeito da anulação de ações e da distribuição de dividendos.

Em consonância com os anos anteriores, o Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar e apresenta requisitos de capital apenas para o Grupo Deutsche Bank.

Em suma: O banco manteve o seu financiamento estável, base de elevada liquidez e uma posição sólida de capital regulamentar que tem por base o capital do Grupo. Para mais pormenores, consultar as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

Gestão do Deutsche Bank AG no Grupo

O conteúdo do presente capítulo deve ser lido em conjugação com as secções do grupo correspondente no presente Relatório Anual, em especial "Relatório de Risco", "Perspetiva", "Riscos e Oportunidades" e "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Risk Management

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas do Deutsche Bank, sobretudo motivados pelos seguintes aspetos:

- A estrutura de gestão do Grupo, incluindo as divisões corporativas, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura de gestão. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emitentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, uma vez que é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa estiver distribuída por várias empresas do Grupo ou se estiver concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria a potencial exposição do Grupo e, indiretamente, do Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados e, em alguns casos, são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir significativamente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emitentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Seguindo as políticas do Grupo, o Deutsche Bank AG cumpre os respetivos requisitos legais e regulamentares.

O rácio de cobertura de liquidez (LCR) do Deutsche Bank AG situa-se em 122,1% em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 127,5% em 31 de dezembro de 2023. O rácio de financiamento estável líquido (NSFR) ascende a 110,5% em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 110,1% em 31 de dezembro de 2023. Ambos os rácios são calculados separadamente para garantir um nível adequado de liquidez e de financiamento estável no Deutsche Bank AG.

Perspetivas e estratégia

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank AG participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas do Grupo englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo, exceto no que diz respeito ao montante de lucros distribuíveis.

Riscos e oportunidades

Riscos

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, enfrenta riscos adicionais em relação ao plano do Grupo, no sentido em que determinadas transações num determinado ano podem conduzir a perdas mais elevadas ou mais baixas do que nas demonstrações financeiras do Grupo elaboradas ao abrigo das IFRS. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura política e económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais, restruturação ou alterações de preços das ações de investimentos cotados.
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. Uma conjuntura de níveis persistentemente baixos de taxas de juro e o tratamento dos pagamentos de cupões relacionados com os instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.

Além disso, os proveitos ou lucros não distribuídos de empresas afiliadas podem não permitir o pagamento de dividendos suficientes ao Deutsche Bank AG para facilitar o pagamento de dividendos pelo Deutsche Bank AG como pretendido.

Oportunidades

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, pode ter oportunidades adicionais comparativamente ao Grupo, na medida em que determinadas transações num determinado ano são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS, tais como os ganhos realizados que podem ser reconhecidos na demonstração de resultados ao abrigo das IFRS num período anterior.

Além disso, existe a possibilidade de o Deutsche Bank AG, como empresa-mãe, apresentar lucros num determinado ano que sejam superiores à sua contribuição para o resultado líquido do Grupo, resultantes do aumento das distribuições de lucros de empresas afiliadas.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Os controlos efetuados para as demonstrações anuais do Grupo ao abrigo das IFRS aplicam-se às demonstrações financeiras do banco ao abrigo do HGB. Além destes controlos estão implementados controlos específicos relacionados com o HGB que incluem:

- A reconciliação e eliminação interagências são realizadas para saldos específicos do HGB; e,
- Revisões analíticas de rubricas de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível das agências estrangeiras e da sede alemã.

Declaração de Sustentabilidade para o Deutsche Bank AG

O Deutsche Bank AG, na qualidade de empresa-mãe do Grupo, define a governação, a estratégia, o impacto, a gestão de riscos e oportunidades, os indicadores e os objetivos para as questões materiais de sustentabilidade. Uma vez que o Deutsche Bank AG representa substancialmente o Grupo no que diz respeito aos principais indicadores (por exemplo, o total de ativos do Grupo), esses elementos-chave de sustentabilidade são definidos exclusivamente a nível do Grupo, com exceção das filiais especificamente destacadas, tal como referido na Declaração de Sustentabilidade do Grupo Deutsche Bank. Por conseguinte, os pormenores nos termos do artigo 340.º-A, n.º 1, alínea a) do Código Comercial Alemão (HGB), em conjugação com o artigo 289.º-B, n.º 3 do HGB, podem ser encontrados na Declaração de Sustentabilidade no Relatório de Gestão Combinado deste Relatório Anual. Uma vez que a Diretiva relativa ao Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD) emitida pela União Europeia não tinha sido transposta para o direito alemão em 31 de dezembro de 2024, o banco aplicou as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) como quadro de relato, tal como permitido pelo artigo 289.º-D do HGB e, nessa base, divulga a governação, a estratégia, o impacto, a gestão de riscos e oportunidades, as métricas e os objetivos para questões materiais de sustentabilidade.

2

Demonstrações Financeiras Consolidadas

393 Demonstração consolidada dos resultados
394 Demonstração consolidada do rendimento integral

395 Balanço consolidado
396 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
398 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
400 Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1 – 01 – Políticas contabilísticas importantes e estimativas contabilísticas críticas – 400
2 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 424
3 – Aquisições e alienações – 426
4 – Segmentos de negócio e informação associada – 427

439 Notas às demonstrações financeiras consolidadas

5 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 439
6 – Rendimentos de serviços e comissões – 441
7 – Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado – 443
8 – Outro resultado (perdas) – 443
9 – Despesas gerais e administrativas – 443
10 – Reestruturação – 444
11 – Resultados por ação – 445

446 Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 446
13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 448
14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 466
15 – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral – 468
16 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 468
17 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 469
18 – Empréstimos – 472
19 – Provisão para perdas de crédito – 473
20 – Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia – 475
21 – Ativos fixos tangíveis – 478
22 – Locações – 480
23 – Goodwill e outros ativos intangíveis – 481
24 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 486
25 – Outros ativos e outros passivos – 486
26 – Depósitos – 487
27 – Disposições – 488
28 – Compromissos de crédito e passivos contingentes – 499
29 – Outros empréstimos a curto prazo – 501
30 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 501
31 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 502

503 Notas adicionais

32 – Ações ordinárias – 503
33 – Benefícios dos empregados – 504
34 – Impostos sobre o rendimento – 522
35 – Derivados – 525
36 – Operações com partes relacionadas – 529
37 – Informações sobre subsidiárias – 531
38 – Entidades estruturadas – 532
39 – Ativos e passivos correntes e não correntes – 536
40 – Acontecimentos após o período de referência – 537
41 – Informação sobre o capital regulamentar – 538
42 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 314.º do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã – 543
43 – Relatórios por país – 545
44 – Participações – 547

561 Confirmações

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2024	2023	2022
Juros e rendimentos similares[1]	5	49.358	44.074	24.299
Gasto de juros	5	36.292	30.472	10.649
Rendimento de juros líquido	**5**	**13.065**	**13.602**	**13.650**
Provisão para perdas de crédito	19	1.830	1.505	1.226
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		**11.235**	**12.097**	**12.425**
Resultado líquido de serviços e comissões	6	10.372	9.206	9.838
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	5.987	4.947	2.999
Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	7	(11)	(96)	(2)
Resultados líquidos de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		48	(0)	(216)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	16	12	(38)	152
Outro resultado	8	619	1.259	789
Rendimento total excluindo juros		**17.027**	**15.277**	**13.560**
Remunerações e benefícios	33	11.731	11.131	10.712
Despesas gerais e administrativas	9	11.243	10.112	9.728
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	23	0	233	68
Atividades de reestruturação	10	(3)	220	(118)
Despesas totais (excluindo juros)		**22.971**	**21.695**	**20.390**
Resultado antes de impostos sobre o rendimento		**5.291**	**5.678**	**5.594**
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	34	1.786	787	(64)
Lucros (prejuízos)		**3.505**	**4.892**	**5.659**
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias		139	120	134
Ganhos (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		3.366	4.772	5.525

[1] Os juros e rendimentos similares incluíram 36,9 mil milhões de euros, 34,5 mil milhões de euros e 19,6 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respetivamente, calculado com base no método da taxa de juro efetiva.

Resultados por ação

	Notas	2024	2023	2022
Resultados por ação:[1]	11			
Básicos		1,40 €	2,07 €	2,42 €
Diluído		1,37 €	2,03 €	2,37 €
Número de ações em milhões:				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		1.993,6	2.064,1	2.084,9
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas		2.039,3	2.104,0	2.125,6

[1] Os resultados foram ajustados em € 574 million, € 498 million e € 479 million antes de impostos para os cupões pagos sobre as Notas Tier 1 adicionais no segundo trimestre de 2024, 2023 e 2022, respetivamente. Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Tier 1 adicionais não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2024	2023	2022
Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados	**3.505**	4.892	5.659
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	264	(286)	1.203
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, antes dos impostos	(180)	(62)	91
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	(61)	155	(667)
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(332)	25	(1.285)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(48)	0	216
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(242)	439	(819)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	234	395	71
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	0	0	0
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	0	0
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	833	(1.294)	329
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	3	(3)	(20)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	(2)	(25)	20
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	264	18	596
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	**731**	(637)	(267)
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	**4.236**	4.255	5.392
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	192	77	185
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	4.044	4.178	5.207

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos:			
Caixa e saldos do banco central		147.494	178.416
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		6.160	6.140
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	20	40.803	14.725
Títulos obtidos por empréstimo	20	44	39
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		139.772	125.275
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		291.754	251.856
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados		114.324	88.047
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados		0	75
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	545.849	465.252
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	42.090	35.546
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	16	1.028	1.013
Empréstimos pelo custo amortizado	18, 19, 20	478.921	473.705
Ativos fixos tangíveis	21, 22	6.193	6.185
Goodwill e outros ativos intangíveis	23	7.749	7.327
Outros ativos [1]	24, 25	101.207	114.697
Ativos por impostos correntes		1.801	1.513
Ativos por impostos diferidos	34	7.839	7.773
Total do ativo		**1.387.177**	1.312.331
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	26	666.261	622.035
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	20	3.740	3.038
Títulos cedidos por empréstimo	20	2	3
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos detidos para negociação		43.498	44.005
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		276.395	238.260
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		92.047	83.727
Passivos por contratos de investimento		454	484
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	412.395	366.475
Outros empréstimos a curto prazo	29	9.895	9.620
Outros passivos [1]	22, 24, 25	95.631	113.036
Provisões	19, 27	3.326	2.448
Passivos por impostos correntes		720	631
Passivos por impostos diferidos	34	590	546
Dívida a longo prazo	30	114.899	119.390
Títulos fiduciários preferenciais	30	287	289
Total do passivo		**1.307.745**	1.237.513
Ações ordinárias, sem valor ao par, valor nominal de €2,56	32	5.106	5.223
Capital realizado adicional		39.744	40.187
Lucros não distribuídos		23.368	21.316
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	32	(713)	(481)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		(1.229)	(1.760)
Total do capital acionista		**66.276**	64.486
Componentes de capital adicionais		11.550	8.569
Participações minoritárias		1.606	1.763
Total do capital próprio		**79.432**	74.818
Total do passivo e do capital próprio		**1.387.177**	1.312.331

[1] Inclui ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

					Resultados líquidos não realizados										
em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos[2]	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos[2]	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos[2]	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos[2]	Conversão cambial, líquida de impostos[2]	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	**Outro rendimento integral acumulado, após impostos[1]**	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais[3]	Participações minoritárias	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.291**	**40.580**	**12.607**	**(6)**	**(120)**	**(3)**	**(33)**	**0**	**(282)**	**(6)**	**(444)**	**58.027**	**8.305**	**1.698**	**68.030**
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	0	0	5.525	0	(867)	65	(537)	0	452	16	(870)	4.655	0	177	4.832
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	(0)	0	0	0	0	(0)	0	0	0	0
Ações ordinárias canceladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(406)	0	0	0	0	0	0	0	0	(406)	0	(96)	(502)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(479)	0	0	0	0	0	0	0	0	(479)	0	0	(479)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	553	0	0	0	0	0	0	0	0	553	0	8	561
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(48)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(48)	0	(1)	(49)
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	370	0	0	0	0	0	0	0	370	0	0	370
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	0	0	17
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(58)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(58)	0	0	(58)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(695)	0	0	0	0	0	0	0	(695)	0	0	(695)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	22	1	0	0	0	0	0	0	0	0	24	273[4]	5	301
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.291**	**40.513**	**17.800**	**(331)**	**(986)**	**62**	**(570)**	**0**	**171**	**10**	**(1.314)**	**61.959**	**8.578**	**1.791**	**72.328**
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	0	0	4.772	0	133	(43)	592	0	(1.111)	(16)	(445)	4.327	0	78	4.404
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	(0)	0	0	0	0	(0)	0	0	0	0
Ações ordinárias canceladas[5]	(68)	(232)	0	300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(610)	0	0	0	0	0	0	0	0	(610)	0	(100)	(710)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(498)	0	0	0	0	0	0	0	0	(498)	0	0	(498)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(148)	0	0	0	0	0	0	0	0	(148)	0	(1)	(149)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(94)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(94)	0	(1)	(95)
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	407	0	0	0	0	0	0	0	407	0	0	407
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	(1)	26
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(65)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(65)	0	0	(65)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(857)	0	0	0	0	0	0	0	(857)	0	0	(857)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39	(9)[4]	(4)	26
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.223**	**40.187**	**21.316**	**(481)**	**(853)**	**18**	**22**	**0**	**(941)**	**(6)**	**(1.760)**	**64.486**	**8.569**	**1.763**	**74.818**
Total do rendimento integral (perda), após impostos[1]	0	0	3.366	0	(272)	(131)	1	0	928	(1)	525	3.891	0	191	4.082
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	(5)	0	0	5	0	0	0	0	5	0	0	0	0
Ações ordinárias canceladas[5]	(117)	(333)	0	450	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(883)	0	0	0	0	0	0	0	0	(883)	0	(264)	(1.147)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(574)	0	0	0	0	0	0	0	0	(574)	0	0	(574)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	148	0	0	0	0	0	0	0	0	148	0	1	149
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(23)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(23)	0	(0)	(23)
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	444	0	0	0	0	0	0	0	444	0	0	444
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	53	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53	0	(0)	53
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(41)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(41)	0	0	(41)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(1.126)	0	0	0	0	0	0	0	(1.126)	0	0	(1.126)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	(99)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(99)	2.981[4]	(84)	2.798
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.106**	**39.744**	**23.368**	**(713)**	(1.124)	(108)	23	**0**	(13)	(7)	**(1.229)**	**66.276**	**11.550**	**1.606**	**79.432**

[1] Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos
[2] Excluindo resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial
[3] Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS
[4] Inclui receitas líquidas de seguro, compra e venda de Componentes de Capital Adicionais

[5] Em 5 de março de 2024, o Deutsche Bank cancelou 45,5 milhões das suas ações ordinárias; o cancelamento reduziu o valor nominal das ações em 117 milhões de euros; as ações canceladas tinham sido detidas em ações ordinárias em tesouraria, ao custo de aquisição de 450 milhões de euros; a diferença entre as ações ordinárias ao preço de custo e o seu valor nominal reduziu o capital adicional realizado em 333 milhões de euros. Em 28 de fevereiro de 2023, o Deutsche Bank cancelou 26,5 milhões das suas ações ordinárias; o cancelamento reduziu o valor nominal das ações em 68 milhões de euros; as ações canceladas tinham sido detidas em ações ordinárias em tesouraria, ao custo de aquisição de 300 milhões de euros; a diferença entre as ações ordinárias ao preço de custo e o seu valor nominal reduziu o capital adicional realizado em 232 milhões de euros

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2024	2023	2022
Lucros (prejuízos)	**3.505**	4.892	5.659
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	1.830	1.505	1.226
Atividades de reestruturação	(3)	220	(118)
Ganhos na venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(76)	(84)	128
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	473	(553)	(852)
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	3.388	3.111	3.529
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	4	107	(129)
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos	(1.188)	(699)	102
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	(25.975)	(3.285)	(3.046)
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	(25.214)	793	1.511
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	75	93	(31)
Empréstimos pelo custo amortizado	226	8.556	(5.101)
Outros ativos	13.990	(1.384)	(459)
Depósitos	37.603	1.771	11.686
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento[1]	5.425	29.493	(6.046)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	625	2.456	(187)
Outros empréstimos a curto prazo	182	4.534	1.065
Outros passivos	(19.800)	777	12.377
Dívida sénior a longo prazo[2]	(6.339)	(11.880)	(17.019)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	(14.991)	(35.616)	2.249
Outros, líquido	(2.323)	801	(8.658)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais	**(28.584)**	5.606	(2.113)
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	18.267	15.646	15.450
Vencimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22.658	19.437	21.557
Venda de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	20	(0)	0
Vencimentos de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	7.216	8.025	6.519
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	20	118
Venda de ativos fixos tangíveis	20	33	22
Aquisição de:			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(46.502)	(38.648)	(42.991)
Títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	(6.498)	(4.859)	(16.696)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(63)	(60)	(171)
Ativos fixos tangíveis	(528)	(422)	(337)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	3	(361)	439
Outros, líquido	(1.375)	(1.386)	(1.086)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	**(6.781)**	(2.576)	(17.175)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo[3]	20	1.432	2.716
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo[3]	(153)	(1.471)	(90)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts[4]	0	0	0
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts[4]	(6)	(225)	0
Parte de capital dos pagamentos de locação[5]	(552)	(534)	(607)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(1.126)	(857)	(695)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	3.000	0	2.000
Componentes de capital adicionais (AT1) reembolsados	0	0	(1.750)
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(3.341)	(400)	(4.058)
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	3.316	415	4.074
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(574)	(498)	(479)
Dividendos pagos a participações minoritárias	(264)	(100)	(96)
Variação líquida em participações minoritárias	(84)	(5)	5
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	(883)	(610)	(406)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	**(646)**	(2.852)	614
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	**2.910**	(2.036)	4.354
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(33.102)	(1.857)	(14.320)
Caixa e seus equivalentes no início do período	163.768	165.626	179.946
Caixa e seus equivalentes no fim do período	130.666	163.768	165.626

em milhões de euros	2024	2023	2022
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	1.392	955	1.288
Juros pagos[6]	36.030	28.502	9.468
Juros recebidos[6]	48.746	43.413	22.667
Dividendos recebidos	110	106	87
Caixa e seus equivalentes englobam			
Caixa e saldos do banco central[7]	126.353	159.326	159.876
Saldos interbancários (sem bancos centrais)[8]	4.313	4.442	5.749
Total	**130.666**	163.768	165.626

[1] Inclui emissões de dívida sénior de longo prazo de 13,5 mil milhões de euros e 6,5 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 2,4 mil milhões de euros e 1,2 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente
[2] Inclui emissões de 25,9 mil milhões de euros e 26,8 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 33,2 mil milhões de euros e 40,1 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente
[3] As alterações não monetárias relativas à dívida subordinada de longo prazo são de 532 milhões de euros no total e resultam principalmente de alterações no justo valor de 90 milhões de euros e de movimentos cambiais de 432 milhões de euros até 31 de dezembro de 2024 e de (31) milhões de euros no total, resultantes principalmente de alterações no justo valor de 139 milhões de euros e de variações cambiais no valor de (173) milhões de euros até 31 de dezembro de 2023
[4] As alterações não monetárias relativas aos títulos fiduciários preferenciais ascendem a 3 milhões de euros no total, principalmente devido a alterações no justo valor de (3) milhões de euros até 31 de dezembro de 2024 e 15 milhões de euros no total, principalmente devido a alterações no justo valor de 8 milhões de euros até 31 de dezembro de 2023
[5] As alterações não monetárias do passivo de locação são de 673 milhões de euros no total, incluindo movimentos cambiais de 107 milhões de euros até 31 de dezembro de 2024, e de 669 milhões de euros no total, incluindo movimentos cambiais de (65) milhões de euros até 31 de dezembro de 2023
[6] Inclui os juros pagos e os juros recebidos de derivados que se qualificam como instrumentos de cobertura ao abrigo da aplicação da contabilidade de cobertura de justo valor do Grupo, que inclui coberturas de carteira do risco de taxa de juro, de acordo com a versão de separação da IAS 39 da UE
[7] Não incluído: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais no valor de 21,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 e 19,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023
[8] Não incluído: depósitos a prazo remunerados em bancos no valor de 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 e 1,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de caixa e do banco central incluem depósitos a prazo e à ordem no Banco Central da Rússia no valor de 377 milhões de euros (612 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023). Estes estão sujeitos a restrições cambiais. Os depósitos à ordem no valor de 15 milhões de euros (30 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023) são classificados como Caixa e seus equivalentes no final do período.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

01 – Políticas contabilísticas importantes e estimativas contabilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Taunusanlage 12, 60325, Frankfurt am Main, Alemanha ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (coletivamente o "Grupo" ou "Deutsche Bank"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Antes da publicação a 13 de março de 2025, o Conselho de Fiscalização aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2024 do Grupo a 12 de março de 2025, as quais foram elaboradas pelo Conselho de Administração a 6 de março de 2025.

Separação da UE

O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macrocoberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. O objetivo da aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE é alinhar a abordagem de contabilidade de cobertura do Grupo com a sua prática de gestão do risco e com a prática contabilística dos seus principais pares europeus. De acordo com a versão de separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macrocobertura de justo valor pode ser aplicada aos depósitos principais. Além disso, a versão de separação da UE da ineficácia de cobertura da IAS 39 só é reconhecida quando a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao montante original designado desse agregado. Se o montante revisto dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao montante original designado, não há ineficácia da cobertura. Nos termos das IFRS emitidas pelo IASB, a contabilidade de cobertura para macrocoberturas de justo valor não pode ser aplicada a depósitos principais. Além disso, nos termos das IFRS, tal como emitidas pelo IASB, a ineficácia da cobertura surge para todas as relações de contabilidade de macrocobertura de justo valor sempre que a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programadas seja superior ou inferior ao montante original designado desse agregado. A versão de separação da IAS 39 da UE também elimina a proibição de identificar uma componente de risco de referência num instrumento financeiro com um preço inferior ao de referência. Esta situação pode ocorrer quando os instrumentos financeiros têm um diferencial negativo, de tal forma que a componente de risco identificada e não especificada contratualmente é superior ao juro do próprio contrato.

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2024, a aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE teve um impacto negativo de 1,4 mil milhões de euros nos lucros antes de impostos e de 976 milhões de euros nos lucros líquidos de impostos. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2023, a aplicação da versão da UE teve um impacto negativo de 2,3 mil milhões de euros nos lucros antes de impostos e de 1,6 mil milhões de euros nos lucros líquidos de impostos.

O capital regulamentar do Grupo e os rácios do mesmo são também relatados com base na versão de separação da IAS 39 da UE. O impacto no capital próprio total também tem impacto no cálculo do rácio de capital CET1. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2024, a aplicação da versão de separação da UE teve um impacto negativo no rácio de capital CET1 de cerca de 68 pontos base e um impacto negativo de cerca de 43 pontos base para o exercício findo a 31 de dezembro de 2023.

Divulgações da IFRS 7 (incluindo divulgações relacionadas com o risco climático)

As divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações" são estabelecidas na secção Relatório de Risco do Relatório de Gestão Combinado e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

As divulgações sobre o risco relacionado com o clima podem ser encontradas na secção "Gestão do Risco e do Capital", capítulo "Gestão do Risco Empresarial" (Risco Ambiental, Social e de Governação), bem como na secção "Desempenho do Risco e do Capital", capítulo "Exposição ao Risco de Crédito" (Áreas de Incidência 2024) do Relatório de Risco. O Grupo está exposto ao risco ambiental, social e de governação (ESG). Seguem-se exemplos de como esse risco pode afetar os resultados financeiros do Grupo:

- Os aumentos da frequência e da gravidade dos fenómenos climáticos podem afetar a capacidade do cliente de assegurar os pagamentos de capital e de juros ao abrigo dos instrumentos sujeitos à IFRS 9.
- O não cumprimento da legislação ambiental e social pode afetar a capacidade do cliente de gerar rendimentos sustentáveis para pagar os seus empréstimos.
- Se, no futuro, os clientes não possuírem seguros suficientes para os seus ativos físicos contra certos riscos (por exemplo, inundações), tal poderá ter impacto no valor das garantias detidas para certos tipos de empréstimos.

O Grupo considera esse risco ESG como parte da avaliação do risco de crédito e do processo de diligência devida antes da concessão de crédito aos clientes relevantes. O Grupo também gere a sua carteira de crédito dentro dos limites e da apetência pelo risco estabelecidos. Outras considerações contabilísticas, incluindo a consideração do risco, para os empréstimos indexados aos fatores ESG podem ser encontradas na secção "Ativos financeiros", na descrição das políticas contabilísticas relevantes abaixo.

Estas divulgações auditadas estão assinaladas a azul claro no Relatório de risco.

A partir de 1 de janeiro de 2024, o Grupo descontinuou a sua divulgação relativa às exposições à Rússia e ao impacto na provisão para perdas de crédito em resultado da guerra na Ucrânia. O Grupo continua a monitorizar os seus riscos relacionados com a Rússia no âmbito das suas atividades regulares de gestão de riscos e da supervisão reforçada da governação em vigor.

Desde o início do quarto trimestre de 2023, os Ativos líquidos de alta qualidade (HQLA, tal como definidos no Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão) constituem um limite fundamental para a apetência do Grupo pelo risco de liquidez, substituindo a Reserva de Liquidez anteriormente comunicada. Os HQLA incluem caixa e seus equivalentes disponíveis e títulos líquidos de alta qualidade não onerados (incluindo obrigações governamentais e obrigações garantidas pelo governo), representando a contramedida mais prontamente disponível e mais importante num evento de esforço. Por conseguinte, o Grupo deixou de divulgar as Reservas de Liquidez a partir de 2024.

Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As políticas contabilísticas materiais do Grupo são descritas em "Políticas contabilísticas materiais".

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas materiais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

- a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais")
- a imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais" abaixo)
- a determinação do justo valor (ver abaixo "Determinação do justo valor")
- o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo "Reconhecimento de lucros à data da operação")
- a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis (ver abaixo "Goodwill e outros ativos intangíveis")
- o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver "Impostos sobre o rendimento" abaixo)
- a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver "Provisões" abaixo)

Políticas contabilísticas materiais

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Exceto as alterações nas políticas contabilísticas e as alterações nas estimativas contabilísticas descritas anteriormente e indicadas abaixo, estas políticas foram aplicadas de forma coerente nos exercícios de 2022, 2023 e 2024.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

- a finalidade e organização da entidade
- as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
- se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
- se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
- se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

Associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial".

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo e passivo de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários

Margem financeira – Os rendimentos e gastos de juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como resultado líquido de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva (EIR) é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação dos gastos e rendimentos de juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados no cálculo da EIR incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todos os honorários (incluindo comissões) que são considerados como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos. No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer honorários associados são reconhecidos em rendimentos de negociação quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor.

Se um ativo financeiro estiver em imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor do custo amortizado. O valor do custo amortizado de um ativo financeiro é o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro após ajuste para quaisquer provisões para imparidades. Para os ativos que são inicialmente reconhecidos como comprados ou com imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados através da utilização de uma taxa de juro efetiva ajustada ao crédito que tem em consideração as perdas de crédito esperadas.

O Grupo apresenta juros pagos negativos sobre ativos remunerados a juros como custos de juros e receitas de juros recebidas de passivos remunerados a juros como rendimento de juros.

O Grupo apresenta os rendimentos e gastos de juros calculados através do método EIR separadamente na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

Rendimentos de serviços e comissões – O Grupo aplica o modelo de reconhecimento de proveitos de cinco passos da IFRS 15, "Proveitos de contratos com clientes" para o reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões, segundo o qual os rendimentos devem ser reconhecidos quando controlo de mercadorias e serviços é transferido, sendo assim satisfeitas as obrigações contratuais de desempenho para o cliente.

Em conformidade, após a identificação de um contrato com um cliente no primeiro passo, o segundo passo é identificar a obrigação de desempenho – ou uma série de obrigações de desempenho distintas – fornecida ao cliente. O Grupo tem de analisar se o serviço tem capacidade para ser distinto e se é efetivamente distinto no contexto do contrato. Um serviço prometido é distinto se o cliente puder beneficiar do serviço por si próprio ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis para o cliente e a promessa de transferir o serviço para o cliente for identificável separadamente de outras promessas no contrato. O montante de rendimento é medido com base no preço da transação acordado contratualmente pelo desempenho da obrigação definida no contrato. Se um contrato incluir uma contrapartida variável, o Grupo estima o montante da contrapartida à qual terá direito em troca da transferência das mercadorias e serviços prometidos a um cliente. O rendimento é reconhecido nos resultados quando a obrigação de desempenho identificada tiver sido cumprida. O Grupo não apresenta informações sobre as suas restantes obrigações de desempenho se fizer parte de um contrato com uma duração original esperada de um ano ou menos.

O Grupo determina o preço de venda individual no início do contrato de um serviço distinto subjacente a cada obrigação de desempenho no contrato e atribui o preço de transação proporcionalmente a esses preços de venda individuais. O preço de venda individual é o preço a que o Deutsche venderia um serviço prometido separadamente a um cliente numa base separada. A melhor prova de um preço de venda individual é o preço observável de um serviço quando o Grupo vende esse serviço separadamente em circunstâncias semelhantes e a clientes semelhantes. Se o Grupo não vender o serviço a um cliente separadamente, estima o preço de venda individual a um valor utilizando um método adequado, por exemplo, em transações de sindicação de empréstimos, o Grupo aplica os requisitos para o reconhecimento do lucro do dia de negociação e considera o preço a que outros participantes no mercado prestam o mesmo serviço numa base separada. Como tal, ao estimar um preço de venda individual, o Grupo considera todas as informações (incluindo as condições de mercado) que estão razoavelmente à sua disposição. Ao fazê-lo, o Grupo maximiza a utilização de dados observáveis e aplica métodos de estimativa de forma coerente em circunstâncias semelhantes.

O Grupo fornece serviços de Asset Management que dão origem a comissões de Asset Management e de desempenho e constituem uma única obrigação de desempenho. Os componentes das comissões de Asset Management e de desempenho são contrapartidas variáveis de forma que, em cada data de relato, o Grupo estima o montante das comissões a que terá direito em troca da transferência dos serviços prometidos para o cliente. Os benefícios decorrentes dos serviços de Asset Management são simultaneamente recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo. O Grupo reconhece os proveitos ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos. Para o componente da comissão de gestão, esta data é no final do período de serviço mensal ou trimestral. Para as comissões de desempenho, esta data é quando tiver sido totalmente eliminada qualquer incerteza relacionada com o componente de desempenho.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

Rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes de serviços que são recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo: administração, ativos sob gestão, negócios comerciais estrangeiros, processamento de empréstimos e garantias, outros serviços ao cliente diversos. O Grupo reconhece os proveitos destes serviços ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos.

Os rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes do fornecimento de serviços num ponto temporal ou os serviços de transação-tipo incluem: outros títulos, comissões de subscrição e consultoria, comissões de corretagem, pagamentos locais, negócios de troca/divisa estrangeira e comissões intermediárias.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de serviços e comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões na demonstração consolidada dos resultados. Isto inclui rendimentos e gastos associados em que o Grupo detém contratualmente a obrigação de desempenho (ou seja, como mandante) em relação ao serviço que origina os proveitos e gastos associados. Por outro lado, não inclui situações em que o Grupo não detém contratualmente a obrigação de desempenho e atua como agente. A determinação de se o Grupo atua como mandante ou agente baseia-se nos termos contratuais do acordo de serviço subjacente. Os montantes brutos dos rendimentos e encargos de serviços e comissões são divulgados na “Nota 6 – Rendimentos de serviços e comissões”.

Ativos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros de acordo com os requisitos de classificação e medição da IFRS 9, segundo a qual os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócio utilizado para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro (conhecido como Apenas pagamentos relativos a capital e a juros ou “SPPI”). Estão disponíveis três modelos de negócio:

– Deter para recolher - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. São subsequentemente valorizados ao custo amortizado e são registados em várias linhas no balanço consolidado do Grupo.
– Deter para recolher e vender - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no balanço consolidado do Grupo.
– Outro - Ativos financeiros que não cumprem os critérios de "Deter para recolher" ou de "Deter para recolher e vender". São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados no balanço consolidado do Grupo.

A avaliação do modelo de negócio exige um juízo baseado em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial. Como parte desta avaliação, o Grupo tem em conta fatores quantitativos (por ex., a frequência esperada e o volume de vendas) e fatores qualitativos, tais como a forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio são avaliados e comunicados ao pessoal-chave de gestão do Grupo. Além de ter em conta os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio, em particular, a forma como esses riscos de crédito e mercado são geridos; e como são remunerados os gestores do negócio (por ex., se a remuneração é baseada no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos). Esta avaliação resulta na classificação de um ativo num modelo de negócio Deter para recolher, Deter para recolher o vender ou Outro.

Se o Grupo detiver um ativo financeiro num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, então é necessária uma avaliação aquando do reconhecimento inicial para determinar se os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro são Apenas pagamentos relativos a capital e a juros sobre o montante de capital em dívida para determinar a classificação do ativo financeiro. Os fluxos de caixa contratuais, que são SPPI sobre o montante de capital em dívida, são coerentes com um acordo de concessão de empréstimo básico. Num acordo de concessão de empréstimo básico, os juros são uma contrapartida pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante de capital em dívida durante um período de tempo específico. Também pode incluir contrapartidas por outros riscos de concessão de empréstimos básicos (por ex., risco de liquidez) e custos (por ex., custos administrativos) associados à detenção do ativo financeiro durante um período de tempo específico; e uma margem de lucro coerente com um acordo de concessão de empréstimo básico. Nos casos em que os fluxos de caixa podem mudar ao longo do tempo devido a eventos contingentes, tais como termos em que a margem de um empréstimo se ajusta em função do desempenho do mutuário em determinadas métricas ESG contratuais, o evento contingente e os fluxos de caixa são avaliados para determinar se os fluxos de caixa do instrumento são SPPI. A natureza do evento contingente e a dimensão da possível alteração nos fluxos de caixa são tidas em conta nesta avaliação numa base absoluta e relativa em comparação com o cupão global. Adicionalmente, como parte da avaliação SPPI, quando o empréstimo é de natureza sem recurso, é feita uma avaliação adicional para determinar se os fluxos de caixa são consistentes com o SPPI, o que depende da natureza do subjacente, do nível de subordinação e dos fluxos de caixa contratuais do instrumento detido. O Grupo origina e compra instrumentos de dívida de entidades que emitem várias tranches de dívida. Nos casos em que estes instrumentos correspondem à definição de instrumentos contratualmente vinculados, é efetuada uma análise mais aprofundada dos fluxos de caixa e da exposição ao risco de crédito do instrumento detido, bem como das garantias subjacentes detidas no momento da compra e que podem ser detidas no futuro.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados se forem detidos no modelo de negócio Outro, porque são detidos para negociação ou porque não cumprem os critérios dos modelos Deter para recolher ou Deter para recolher e vender. Além disso, inclui ativos financeiros que cumprem os critérios do modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, mas o ativo financeiro não cumpre o critério SPPI ou nos casos em que o Grupo classificou os ativos financeiros na opção de justo valor.

Os ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados são medidos ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos/passivos ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares.

O Grupo aplica a contabilidade da data de negociação aos ativos financeiros classificados pelo justo valor através dos resultados.

Ativos detidos para negociação – Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação e créditos para negociação. Incluem igualmente os compromissos de crédito que são afetados ao modelo de negócio Outro e que são apresentados como derivados detidos para negociação.

Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados – O Grupo atribui qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadra nos modelos de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender no modelo de negócio Outro e classifica-o como Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para recolher ou Deter para recolher e vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI são classificados pelo Grupo como Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns ativos financeiros que seriam, de outra forma, avaliados subsequentemente ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral podem ser designados ao justo valor através de resultados se a designação eliminar ou reduzir significativamente uma medição ou inconsistência de reconhecimento. O Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros serão classificados e medidos ao justo valor através de outro rendimento integral ("FVOCI") se forem detidos num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI, exceto se forem designados ao abrigo da opção de justo valor.

A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica Rendimento de juros líquido. Os resultados realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros ao FVOCI. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros ao FVOCI.

O Grupo aplica a contabilidade da data de negociação aos ativos financeiros classificados como FVOCI.

É possível designar instrumentos de capital não relacionados com a negociação como FVOCI. No entanto, prevê-se que esta categoria venha a ter uma utilização limitada pelo Grupo e não foi utilizada até à data.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e posteriormente medido ao custo amortizado se o ativo financeiro for detido num modelo de negócio Deter para recolher e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI.

Ao abrigo desta categoria de medição, o ativo financeiro é medido ao justo valor aquando do reconhecimento inicial. Subsequentemente, o valor escriturado é reduzido para pagamentos de capital, somando ou subtraindo a amortização cumulativa utilizando o método da taxa de juro efetiva. O ativo financeiro é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades de instrumentos financeiros do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)". O Grupo aplica a contabilidade da data de liquidação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem predominantemente empréstimos ao custo amortizado, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e certos valores a receber em Outros ativos.

Modificação de ativos financeiros e passivos financeiros

Quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. O ativo financeiro modificado irá continuar a acumular juros à sua EIR original. Quando uma modificação resulta no desreconhecimento, o instrumento original é desreconhecido e o novo instrumento reconhecido pelo justo valor.

As renegociações não relacionadas com crédito ou comerciais, nas quais um devedor não sofreu um aumento significativo no risco de crédito desde a geração e tem um direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente os resultados do ativo financeiro em desreconhecimento do acordo original e reconhecimento de um novo ativo financeiro com base em condições comerciais negociadas novamente.

Para as modificações relacionadas com crédito (ou seja, as modificações devido a aumento significativo no risco de crédito desde a sua criação) ou aquelas em que um devedor não tem o direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente, o Grupo avalia se os termos modificados resultam na modificação significativa do ativo financeiro e, assim, no seu desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Nos casos em que estas modificações não sejam consideradas significativas, o ativo financeiro não é desreconhecido e é contabilizado como uma modificação, conforme descrito acima.

Se for considerado que as mudanças são significativas, o instrumento antigo é desreconhecido e é reconhecido um novo instrumento. O Grupo reconhece, então, uma provisão para perda de crédito com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. No entanto, se de uma modificação resultar um desreconhecimento do ativo financeiro original, existe evidência de que o novo ativo financeiro está em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e, então, o novo ativo financeiro deve ser reconhecido como um ativo financeiro em imparidade de crédito aquando da origem e classificado inicialmente na fase 3 (consulte a secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo).

Quando os termos de um passivo financeiro são renegociados ou modificados, o Grupo avalia se os termos alterados resultam numa alteração significativa do passivo financeiro e, por conseguinte, desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Quando estas modificações não forem consideradas como significativas, o passivo financeiro não é desreconhecido e ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. Em caso de desreconhecimento, o passivo financeiro original é desreconhecido e o novo passivo reconhecido pelo seu justo valor.

Compromissos de crédito

Os compromissos de crédito permanecem extrapatrimoniais, exceto se forem atribuídos ao modelo de negócio Outro e apresentados como derivados detidos para negociação. O Grupo não reconhece nem mede alterações no justo valor de compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos spreads de crédito. No entanto, como se especifica nas secções "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais" abaixo, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais estão no âmbito do modelo da imparidade da IFRS 9.

Passivos financeiros

No âmbito da IFRS 9, os passivos financeiros são medidos ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva, exceto os passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos detidos para negociação, passivos financeiros ao justo valor através de resultados e contratos de investimento não participativos ("contratos de investimento"). No âmbito da IFRS 9, são escriturados ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos e passivos ao justo valor através de resultados. Para passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os movimentos de justo valor atribuíveis ao componente de crédito próprio do Grupo para movimentos do justo valor são reconhecidos em Outro rendimento integral.

O Grupo aplica a contabilidade da data de negociação aos passivos financeiros classificados ao justo valor através dos resultados.

Os juros em ativos que pagam juros são apresentados em gasto de juros para instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos detidos para negociação - Os passivos financeiros derivados de dívida emitida são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou incorridos com o objetivo principal de serem recomprados no curto prazo. Os passivos detidos para negociação consistem essencialmente em passivos por derivados (incluindo certos compromissos de crédito) e posições curtas. Isto inclui também os compromissos de crédito em que o empréstimo resultante após o financiamento é afetado ao outro modelo de negócio de modo a que o compromissos de crédito não utilizado seja classificado como derivados detidos para negociação.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos passivos financeiros que não correspondiam à definição de passivos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para serem designados ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra, compromissos de crédito e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Contratos de investimento - Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento que correspondem a ativos específicos detidos pelo Grupo. Os contratos obrigam o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar passivos por contratos de investimento. Não contêm características significativas de risco de seguro ou de participação discricionária. As responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço. Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Derivados embutidos

Alguns contratos de passivos financeiros híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento de passivos financeiros. Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento de passivos financeiros, e o próprio contrato híbrido de passivos financeiros não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento de passivos financeiros continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do Balanço consolidado do contrato de acolhimento de passivos financeiros. Alguns contratos híbridos de passivos financeiros são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida. O Grupo aplica a contabilidade da data de liquidação aos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no Balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no Balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada pelo Grupo diz respeito a acordos de recompra e de revenda. Para mais informações, consulte a Nota 17, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

– O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
– Os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
– Os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contabilísticas críticas – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 13, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 14, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

Reconhecimento de lucros à data da operação

O reconhecimento de lucros à data da operação é reconhecido se o justo valor do instrumento financeiro medido pelo justo valor através de resultados for obtido a partir de um preço de mercado cotado num mercado ativo, ou de outra forma evidenciado por comparação com outras transações de mercado correntes observáveis ou com base numa técnica de avaliação que incorpore dados de mercado observáveis. Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer reconhecimento de lucro diferido à data da operação remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se torna observável.

Estimativas contabilísticas críticas - A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação do instrumento financeiro subjacente (consultar a secção "Determinação do justo valor" para o juízo da direção necessário para estabelecer o justo valor dos instrumentos financeiros). Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados pelo justo valor no Balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e não adotou a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018. O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macrocoberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. Nos termos da separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macrocobertura de justo valor pode ser aplicada a depósitos principais e a ineficácia da cobertura para todas as aplicações contabilísticas de macrocobertura de justo valor só é reconhecida quando a estimativa revista do valor dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao valor original designado desse agregado e não for reconhecida quando o valor revisto dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao valor original designado.

Para efeitos contabilísticos, o Grupo aplica os seguintes tipos de coberturas:

– Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em gastos e rendimentos de juros, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros proveitos. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros proveitos e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

  Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

– Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

  A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

  Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

– No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio spot é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a FVOCI e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da política de imparidades abaixo, estes instrumentos são designados por ("Ativos financeiros").

A determinação das perdas por imparidade de um modelo de perdas de crédito esperadas ("ECL") nos termos da IFRS 9, em que as provisões são adotadas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais no momento do reconhecimento inicial.

Abordagem faseada à determinação das perdas de crédito esperadas

A IFRS 9 estabelece uma abordagem em três fases à imparidade para ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito à data da origem ou da compra. Esta abordagem resume-se da seguinte forma:

- Fase 1: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses para todos os ativos financeiros. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não aumentou significativamente após o reconhecimento inicial.
- Fase 2: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas na duração para os ativos financeiros que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Isto requer a determinação de ECL com base na probabilidade de incumprimento na duração, perdas em caso de incumprimento na duração e exposição a incumprimento na duração que representa a probabilidade de ocorrer incumprimento na duração restante do ativo financeiro. A provisão para perdas de crédito é superior nesta fase devido a um aumento no risco de crédito desde a origem ou compra e ao impacto de serem considerados horizontes temporais mais alargados em comparação com 12 meses na Fase 1.
- Fase 3: O banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo, para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Grupo está em conformidade com a definição regulamentar de incumprimento. Os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial são categorizados na fase 3 com um valor contabilístico que já reflete as perdas de crédito esperadas na duração. O tratamento contabilístico destes ativos em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") é analisado mais adiante.

As ECL são calculadas com base em três parâmetros principais: probabilidade de incumprimento (PD), perdas em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD). Estes parâmetros são geralmente derivados de modelos estatísticos desenvolvidos internamente, combinados com informações históricas, atuais e prospetivas, incluindo dados macroeconómicos. A PD a 12 meses e a PD na duração representam a probabilidade pontual esperada de um incumprimento durante os próximos 12 meses e a vida útil esperada restante do instrumento financeiro, respetivamente, com base nas condições existentes à data do balanço e nas condições económicas futuras que afetam o risco de crédito. A LGD representa a perda esperada condicional ao incumprimento, incorporando o efeito atenuante da garantia, o seu valor esperado quando realizado e o valor temporal do dinheiro. A EAD representa a exposição esperada em caso de incumprimento, tendo em conta o reembolso do capital e dos juros desde a data do balanço até ao evento de incumprimento, juntamente com qualquer utilização esperada de uma facilidade de crédito.

A informação prospetiva é incorporada na medição da provisão para perdas de crédito do Grupo em termos de ajustamentos às curvas de PD plurianuais com base em previsões macroeconómicas.

O modelo ECL do Grupo é utilizado para calcular a provisão para perdas de crédito para todos os ativos financeiros na Fase 1 e na Fase 2, bem como para a Fase 3 na carteira homogénea (ou seja, empréstimos a retalho e a pequenas empresas com características de risco de crédito semelhantes). Para os ativos financeiros da carteira não homogénea do banco na Fase 3 e para os ativos POCI, a provisão para perdas de crédito é determinada individualmente por colaboradores de crédito.

Aumento significativo no risco de crédito

Ao determinar se o risco de crédito (ou seja, risco de incumprimento) de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo tem em consideração informação razoável e suportável que é relevante e está disponível sem custos ou esforço injustificados. Isto inclui informação quantitativa e qualitativa baseada na experiência histórica do Grupo, avaliação do risco de crédito e informação relativa ao futuro (incluindo fatores macroeconómicos). A avaliação da deterioração significativa do crédito é essencial para determinar quando se deve passar da medição de uma provisão com base em ECL de 12 meses para uma medição baseada em ECL na duração (ou seja, transferir da fase 1 para a fase 2).

O quadro do Grupo para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito alinha-se com o processo interno de gestão de risco de crédito ("CRM") e utiliza:

– Indicadores relacionados com a notação – baseados num modelo que compara a probabilidade de incumprimento (PD) na duração na data de relato com as expectativas de PD na duração na data do reconhecimento inicial e, subsequentemente, aplica uma abordagem quantificada para determinar um limiar de forma a definir o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2; e
– Indicadores relacionados com o processo - que utilizam indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião da administração, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem a adição dos devedores a uma lista de observação de crédito, a transferência obrigatória para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência.

Estes indicadores são discutidos mais adiante na secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de risco.

Ativos financeiros com imparidade de crédito na Fase 3

O Grupo alinhou a sua definição de imparidade de crédito nos termos da IFRS 9 para quando um ativo financeiro entrou em incumprimento por motivos regulamentares, de acordo com o artigo 178.º do Regulamento relativo a requisitos de capital.

A determinação de se um ativo financeiro está em imparidade de crédito e, assim, na fase 3 centra-se exclusivamente no risco de incumprimento, sem ter em consideração os efeitos dos fatores mitigantes do risco de crédito, tais como garantias. Especificamente, um ativo financeiro está em imparidade de crédito e na fase 3 quando:

– O Grupo considera que é improvável que o devedor pague as suas obrigações de crédito ao Grupo. A determinação pode incluir ações de carência, nas quais o mutuário beneficiou de uma concessão ou por razões económicas ou jurídicas que sejam indicadores qualitativos de imparidades de crédito; ou
– Os pagamentos contratuais do capital ou dos juros por parte do devedor estão vencidos há mais de 90 dias.

Para ativos financeiros considerados como em imparidade de crédito, a provisão de ECL abrange o montante da perda que se espera que o Grupo sofra. A estimativa de ECL é efetuada caso a caso para carteiras não homogéneas ou aplicando parâmetros baseados nas carteiras a ativos financeiros individuais dessas carteiras através do modelo de ECL do Grupo para carteiras homogéneas. Esta estimativa inclui a utilização de fluxos de caixa descontados ajustados aos cenários.

São tidas em conta as previsões de condições económicas futuras para o cálculo de ECL. As perdas esperadas na duração são estimadas com base no valor atual ponderado na probabilidade da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Grupo nos termos do contrato; e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Um ativo financeiro pode ser classificado como estando em imparidade de crédito na fase 3, mas sem provisão para perdas de crédito (ou seja, não é esperada perda por imparidade). Isto pode dever-se ao valor da garantia. O cálculo do motor de ECL do Grupo é efetuado mensalmente, enquanto a avaliação caso a caso de ECL na fase 3 para carteiras não homogéneas tem de ser efetuada pelo menos trimestralmente.

Ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na fase 3

Um ativo financeiro é considerado em imparidade de crédito aquando da compra ou origem se houver evidência objetiva de imparidade no momento do reconhecimento inicial. Estes ativos financeiros em imparidade de crédito são designados por ativos financeiros POCI. Os ativos financeiros POCI são mensurados para refletir as perdas de crédito esperadas na duração e todas as alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas na duração, positivas ou negativas, são reconhecidas na demonstração de resultados com um componente da provisão para perdas de crédito. Os ativos financeiros POCI só podem ser classificados na fase 3 ao longo da duração do ativo financeiro.

Abatimentos

O Grupo reduz o valor escriturado bruto de um ativo financeiro quando não existe expectativa razoável de recuperação. Os abatimentos podem estar relacionados com um ativo financeiro na sua totalidade ou com uma parte do mesmo e constituírem um evento de desreconhecimento. O Grupo tem em consideração todas as informações relevantes ao efetuar esta determinação, incluindo, entre outros:

– Medidas hipotecárias tomadas pelo Grupo que não foram bem-sucedidas ou que têm uma elevada probabilidade não serem bem-sucedidas
– Liquidação de garantias que não conduziu, nem irá conduzir, a recuperações consideráveis adicionais
– Situações em que não são esperadas de forma razoável recuperações adicionais

Os abatimentos podem ocorrer antes de serem concluídas as ações judiciais contra o mutuário para recuperar a dívida e um abatimento não envolve a desistência por parte do Grupo do seu direito legal de recuperar a dívida.

Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, o Grupo aplica, em conformidade com a IFRS 9, uma aproximação da EIR, que é normalmente a taxa de juro contratual ("CIR") e que não difere materialmente da EIR. A CIR é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, no reconhecimento de juros e para desconto da ECL.

Garantia de ativos financeiros considerada na análise de imparidades

A IFRS 9 exige que os fluxos de caixa esperados de garantias e outros aumentos de crédito sejam refletidos no cálculo de ECL. Os seguintes são aspetos-chave relativamente a garantias:

- Elegibilidade da garantia, ou seja, que garantia deve ser tida em conta no cálculo de ECL;
- Avaliação da garantia, ou seja, que valor da garantia (liquidação) deve ser utilizado; e
- Projeção do montante da garantia disponível ao longo da duração de uma transação.

Estes conceitos são descritos mais detalhadamente na secção “Abordagem sobre imparidades da norma IFRS” no Relatório de risco.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de ativos financeiros constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidades nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente na projeção de informações e cenários prospetivos em circunstâncias de incerteza económica e financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, consequentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos não homogéneos na fase 3, a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação das perdas de crédito esperadas nas Fases 1 e 2 e dos créditos homogéneos na Fase 3 é calculada utilizando o modelo de ECL do Grupo. O modelo incorpora numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica do modelo e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão. É necessário um juízo de valor por parte dos gestores sobre as seguintes estimativas contabilísticas críticas:

- Informação prospetiva: A identificação das variáveis macroeconómicas chave (MEV) reflete um equilíbrio de juízos quantitativos e qualitativos. A análise estatística, incluindo, por exemplo, testes retrospetivos e sensibilidades do modelo, é realizada para avaliar o poder explicativo das MEV, enquanto a contribuição especializada de colaboradores de crédito assegura o conforto da administração no comportamento geral do modelo. A parametrização final do modelo baseia-se numa revisão e desafio dos impactos nos fóruns internos de governação e numa validação independente realizada pela função de Gestão do risco do modelo. Além disso, a solidez conceptual da abordagem de estimativa é assegurada pela análise de testes de modelo preparada como parte das alterações ao modelo e por um quadro de monitorização contínuo, a fim de que a provisão de ECL reflita a melhor estimativa da administração no cálculo das perdas de crédito esperadas.
- Aumento significativo no risco de crédito: Em conformidade com a secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de risco, o Grupo utiliza indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o início. Para os ativos financeiros em carteiras não homogéneas, as notações são determinadas para cada contraparte individualmente com base no juízo especializado dos colaboradores de crédito. Para os ativos financeiros das carteiras homogéneas (devido ao grande número de relações com clientes), o processo de notação é significativamente automatizado com menos julgamento exigido pelos colaboradores de crédito sobre as contrapartes individuais. Tanto para carteiras homogéneas como não homogéneas, os indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente baseiam-se num modelo que compara as probabilidades de incumprimento na duração na data do relatório com as expetativas de probabilidades de incumprimento na duração na data do reconhecimento inicial e, subsequentemente, aplicando uma abordagem de quantificação para determinar um limiar que define o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2. A determinação do quantil para definir os limiares da Fase 2 é determinada por peritos na função de Risco do Grupo. Isto representa um dos principais juízos críticos no quadro da IFRS 9 do Grupo e é revisto anualmente com base em análises detalhadas de mudança de fase, análise comparativa com comportamentos históricos e comparações entre pares.

– Fase 3: definição de perda em caso de incumprimento (LGD) para carteiras homogéneas: A provisão para perdas de crédito na Fase 3 é determinada para as carteiras homogéneas do Grupo através de um processo automatizado baseado em LGD parcialmente dependentes do tempo, refletindo a menor expectativa de recuperação quanto mais tempo o cliente estiver em incumprimento, diferenciando assim entre exposições garantidas e não garantidas. Os LGD são calibrados utilizando o histórico de perdas do Grupo construído ao longo das décadas anteriores, os preços de mercado verificados das carteiras em incumprimento vendidas e o juízo de peritos. No caso de carteiras menos materiais, a calibração empírica do LGD é parcialmente apoiada por juízos especializados de colaboradores de crédito, especialmente para determinar as taxas de sanação do cliente como um dos contributos chave. As definições de LGD são validadas anualmente e são regularmente revistas pelo processo de validação do modelo independente do Grupo, que faz parte da função de Gestão do risco do modelo.
– Ajustes ao modelo: O Grupo revê regularmente os principais contributos para o cálculo de ECL e discute a potencial imprecisão do modelo para avaliar a necessidade de medidas corretivas sob a forma de sobreposições. As sobreposições são um resultado essencial do juízo de gestão que alimenta o modelo. Numa base trimestral, um fórum de gestão de topo discute a necessidade de reconhecimento e/ou de libertação de sobreposições. A discussão basear-se-á numa panorâmica das razões potenciais que podem exigir uma sobreposição, tendo em conta pontos de desencadeamento específicos. A decisão final de criar sobreposições é tomada conjuntamente pelo Diretor Financeiro (CFO) e pelo Diretor de Risco (CRO).

As divulgações quantitativas são fornecidas na Nota 18 "Empréstimos" e na Nota 19 "Provisão para perdas de crédito", bem como no Relatório de Risco, secção "IFRS 9 Imparidade", subsecção "Sensibilidade do Modelo".

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um swap de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Certos contratos de derivados OTC e a maior parte dos contratos de futuros e opções negociados em bolsa, compensados através de contrapartes centrais de compensação e de bolsas, implicam o pagamento ou a receção diária de uma margem de variação que representa a liquidação jurídica ou económica do valor atual do derivado em circulação. Isto resulta no desreconhecimento do ativo financeiro derivado e dos passivos financeiros associados.

Acordos de recompra e de revenda

Os títulos comprados com acordos de revenda (“acordos de recompra inversos”) e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente.

Nos termos da IFRS 9, o Grupo afeta carteiras de revenda que são geridas com base no justo valor ao outro modelo de negócio e classifica-os como “Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados”.

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas “Juros e rendimentos similares” e “Gasto de juros”.

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

O Grupo regista o montante de numerário avançado adiantado ou recebido como títulos obtidos por empréstimo e títulos cedidos por empréstimo, respetivamente, no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desreconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 “Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia”.

Goodwill e outros ativos intangíveis

O goodwill, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do goodwill, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliada ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O goodwill na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o goodwill é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o goodwill for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o goodwill atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indiciarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com software desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de software de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do software estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de software capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou em qualquer momento quando existirem indícios de imparidade depois de o software estar em uso.

Estimativas contabilísticas críticas - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação (tais como a abordagem dos custos), ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 23, "Goodwill e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Se o Grupo tiver um contrato oneroso, a presente obrigação ao abrigo do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato no qual os custos inevitáveis do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se espera receber ao abrigo do mesmo.

Estimativas contabilísticas críticas – A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. Ver Nota 27 "Disposições" para mais informações sobre as incertezas dos procedimentos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis. Como exceção aos requisitos acima mencionados, uma entidade não deve reconhecer nem divulgar informação sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento do Pilar 2.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se inverterão no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação de ativos financeiros classificados como FVTOCI, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na Demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

Estimativas contabilísticas críticas – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rendibilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. A análise da capacidade fiscal histórica inclui a determinação da existência de um período de lucros passados ou um historial de perdas recentes à data de relato. A determinação de um período de lucros passados ou histórico de perdas recentes baseia-se nos resultados antes de impostos ajustados para ter em conta diferenças permanentes e abrange normalmente os exercícios fiscais atuais e os dois anteriores. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos.

O Grupo crê que a estimativa contabilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contabilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais, à capacidade fiscal histórica ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração do valor contabilístico de um ativo por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A utilização de estimativas também é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e prevê perdas potenciais que podem resultar de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento incerto, de acordo com a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento" e a IFRIC 23, "Incerteza quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

A Nota 34, "Impostos sobre o rendimento" contém mais informações sobre os impostos sobre o rendimento do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (goodwill negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (step acquisitions), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da Demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (additional paid-in capital – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador e não pode ter aprovações regulamentares substantivas pendentes. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de alienação e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os ativos e passivos financeiros que respeitam os critérios continuam a ser medidos de acordo com a IFRS 9. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como software (só sistemas operativos). Os ativos sob direito de uso são apresentados em conjunto com os ativos fixos tangíveis no balanço consolidado do Grupo. As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 25 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

Garantias financeiras emitidas

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas pela direção com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na Demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Garantias financeiras adquiridas

As garantias financeiras adquiridas resultam em reembolsos nos termos da IAS 37, na medida em que a garantia financeira é assumida para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida com modelos de negócio HTC ou HTC&S. Tal resulta no reconhecimento de um ativo de reembolso por aumentos subsequentes das perdas de crédito esperadas, na medida em que é praticamente certo que a garantia financeira adquirida irá reembolsar o Grupo pelas perdas incorridas. Assim, quando o risco de crédito do mutuário deteriorar significativamente, um ativo de reembolso é reconhecido igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida e é apresentado como Outros ativos no balanço consolidado do Grupo. O ganho de reembolso correspondente é reconhecido como uma redução na Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida atribuídos aos modelos de negócio HTC ou HTC&S podem também ser incorporadas em Obrigações garantidas por empréstimos (CLO) emitidas pelo Grupo. Essas garantias incorporadas não são contabilizadas separadamente como um ativo de reembolso e, em vez disso, contabilizadas como parte do passivo de CLO detido ao custo amortizado. O Grupo revê regularmente o seu pagamento de resgate contratual estimado (incluindo o benefício de tais garantias incorporadas) de CLO quando o risco de crédito de um mutuário coberto pela garantia financeira incorporada nas CLO se deteriora significativamente. A revisão baseia-se nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento de dívida (na medida abrangida pelas CLO).

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida incluídos no modelo de negócio Outro são contabilizadas ao justo valor através de resultados.

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de terrenos e edifícios, na qualidade de locatário. Outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/informático.

No cálculo do valor atual dos pagamentos de locação, o Grupo utiliza a sua taxa de financiamento incremental na data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não é prontamente determinável. Após a data de início, o montante dos passivos por locação é aumentado para refletir o acréscimo do juro e reduzida pelos pagamentos de locação efetuados. Além disso, o valor contabilístico dos passivos por locação são remensurados se existir uma modificação, uma alteração no prazo da locação ou uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração num índice ou taxa utilizado para determinar esses pagamentos de locação).

Os ativos sob direito de uso são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. Uma vez que os ativos sob direito de uso não geraram fluxos de caixa de forma independente para calcular o seu valor em utilização, o Grupo considera qualquer rendimento de sublocação que pudesse razoavelmente ser obtido. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

O Grupo apresenta ativos sob direito de uso em "Ativos fixos tangíveis" e passivos de locação em "Outros passivos".

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento da locação de curto prazo às suas locações de curto prazo, ou seja, as locações que tenham um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início. Além disso, aplica a locação de ativos de baixo valor que dispensa o reconhecimento a locações de equipamento técnico/informático que seja considerado de baixo valor. Os pagamentos de locação sobre locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas numa base linear ao longo do prazo da locação.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 33, “Benefícios dos empregados” contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (yields) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Outros planos de remuneração diferida

Os custos de remuneração para outros planos de remuneração diferida são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou ao longo do período das tranches desses prémios entregues em tranches. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente. O montante reconhecido baseia-se no valor atual do montante que se espera que seja pago ao abrigo do respetivo plano e é remensurado em cada data de relato. Os custos de remuneração acumulados finais reconhecidos são iguais ao valor monetário ou ao justo valor dos respetivos instrumentos financeiros entregues.

Subsídios governamentais

O Grupo reconhece rendimentos de subsídios governamentais quando existe garantia razoável de que receberá o subsídio e irá cumprir as condições subjacentes ao subsídio. O benefício é reconhecido no período em que o subsídio se destina a compensar o Grupo pelos custos relacionados e é apresentado como uma redução das despesas relacionadas.

O Grupo considerou os benefícios iniciais que resultam da contração de empréstimos ao abrigo do TLTRO III como uma convenção governamental de um empréstimo abaixo do mercado ao abrigo da IAS 20 e reconheceu os benefícios subsequentes de acordo com a IFRS 9. Desde 23 de novembro de 2022, todas as restantes operações TLTRO III estão indexadas à média das taxas de juro diretoras do BCE aplicáveis.

Para mais informações sobre o benefício reconhecido pelo Grupo do programa de refinanciamento TLTRO III, consulte a Nota 5 "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Opções e contratos a prazo sobre ações ordinárias

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto, que ajusta os resultados para transações não monetárias dentro das atividades operacionais e distingue a classificação dos fluxos de caixa entre atividades operacionais, de investimento ou de financiamento, dependendo do modelo de negócio e das atividades relacionadas que são mais apropriadas para o negócio.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

Existem várias circunstâncias em que os saldos em caixa e seus equivalentes detidos pelo Deutsche Bank não estão disponíveis para utilização pelo Grupo. Exemplos incluem saldos em caixa e seus equivalentes detidos por uma filial que opera num país onde se aplicam controlos cambiais ou outras restrições legais, de modo a que os saldos não estejam disponíveis para utilização geral pelo Grupo ou pelas suas filiais.

Devido à natureza do modelo de negócio do Deutsche Bank, que consiste em fornecer financiamento aos clientes, os fluxos de caixa relacionados com a dívida de longo prazo apoiam as atividades operacionais do banco e são incluídos como uma componente das atividades operacionais. Em contrapartida, os fluxos de caixa relacionados com transações sobre ações próprias, bem como com dívida subordinada de longo prazo e títulos preferenciais fiduciários, são apresentados como atividades de financiamento na demonstração consolidada dos fluxos de caixa. Este instrumentos financeiros são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, estes instrumentos financeiros não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os ajustamentos do Grupo para determinadas transações não monetárias para resultados incluem provisões para perdas de crédito, atividades de reestruturação, impostos sobre o rendimento diferidos e imparidades, depreciações, amortizações e acréscimos, que também incluem a amortização de ajustamentos de cobertura.

Para certas outras transações não monetárias mais difíceis de distinguir, todos os movimentos nas rubricas do balanço dos ativos e passivos operacionais são incluídos nas atividades operacionais e são compensados pelo montante reconhecido nos resultados. Por exemplo, as alterações não realizadas no justo valor dos ativos e passivos de negociação detidos pelo justo valor através dos lucros e perdas são incluídas nas atividades operacionais e não distinguem entre movimentos de mercado monetários e não monetários. Isto

também se aplica aos movimentos cambiais realizados na demonstração dos resultados quando se transpõe a moeda da transação para a moeda funcional da entidade. Estes movimentos cambiais não monetários são incluídos na respetiva rubrica do ativo ou do passivo nas atividades operacionais.

Além disso, os ajustamentos de cobertura ao montante escriturado de instrumentos não derivados (por exemplo, empréstimos ao custo amortizado, depósitos e dívida sénior de longo prazo) que resultam da aplicação da contabilidade de cobertura de justo valor não são divulgados separadamente como itens de ajustamento não monetários, mas incluídos na respetiva rubrica do balanço em atividades operacionais. Estes montantes são compensados nas atividades operacionais contra o montante não monetário reconhecido nos resultados.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem necessariamente aos movimentos do balanço consolidado de um período para o outro, uma vez que excluem determinadas rubricas não monetárias, tais como os impactos cambiais aquando da conversão para a moeda de relato do Grupo, os créditos brutos abatidos ao ativo e os movimentos devidos a alterações nas entidades consolidadas do Grupo.

A rubrica "Outros, líquidos" apresentada nas atividades operacionais inclui predominantemente movimentos (i) da aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa ou de determinadas relações de cobertura de justo valor em que o item coberto é apresentado nas atividades de investimento mas o instrumento de cobertura é apresentado nas atividades operacionais; e (ii) efeitos de conversão cambial não monetários relacionados com transações monetárias entre empresas do Grupo que são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do Grupo; juntamente com efeitos de conversão cambial da conversão da moeda transacional para a moeda funcional, para determinadas rubricas do balanço incluídas nas atividades de investimento.

02 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contabilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contabilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2024 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 16 "Locações"

A 1 de janeiro de 2024, o Grupo adotou emendas à IFRS 16 "Locações" que esclarecem como um vendedor/locatário mede subsequentemente as transações de venda e locação concomitante que satisfazem os requisitos da IFRS 15 a serem contabilizadas como uma venda. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras"

A 1 de janeiro de 2024, o Grupo adotou alterações à IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras: Classificação dos passivos como correntes ou não correntes". As alterações esclarecem que a classificação dos passivos como correntes ou não correntes deve basear-se em direitos existentes no final do período de relato. As alterações também esclarecem que a classificação não é afetada pelas expectativas quanto à questão de saber se uma entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação de um passivo e deixar claro que a liquidação se refere à transferência para a contraparte de numerário, instrumentos de capital, outros ativos ou serviços. As mesmas não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

A 1 de janeiro de 2024, o Grupo adotou uma nova emenda à IAS 1 que modifica os requisitos acima descritos sobre a forma como uma entidade classifica a dívida e outros passivos financeiros como correntes ou não correntes em circunstâncias particulares. Consequentemente, esclarece que apenas os convénios com os quais uma entidade é obrigada a cumprir na ou antes da data de relato afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contabilísticas

As seguintes diretrizes contabilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2024 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 21 "Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio"

Em agosto de 2023, o IASB emitiu "Falta de capacidade de câmbio (alterações à IAS 21)" que contém orientações para especificar quando uma moeda é passível de câmbio e como determinar a taxa de câmbio quando não o é. Exige também a divulgação de informação adicional quando uma moeda não é passível de câmbio. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025, sendo permitida a adoção antecipada. Não se prevê que as alterações tenham um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 18 "Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras"

Em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma IFRS 18 "Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras" que substitui a IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A nova norma contém novas orientações sobre a forma de estruturar a Demonstração de Resultados, bem como requisitos de divulgação para as Medidas de Desempenho Definidas pela Gestão (MPM). A nova norma será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo está atualmente a avaliar o impacto da IFRS 18 na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas. A nova norma ainda tem de ser adotada pela UE.

IFRS 19 "Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações"

Em maio de 2024, o IASB emitiu a nova norma IFRS 19 "Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações". A nova norma permite que uma subsidiária forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contabilísticas IFRS nas suas demonstrações financeiras. A nova norma será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo não espera um impacto material da IFRS 19 sobre os requisitos de divulgação das suas subsidiárias. A nova norma ainda tem de ser adotada pela UE.

IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Divulgações"

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações às "Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7)" para abordar questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 "Instrumentos Financeiros". No que se refere aos sistemas de pagamento eletrónico, as alterações permitem considerar que um passivo financeiro (ou parte dele) seja desreconhecido antes da data de liquidação, se forem satisfeitos determinados critérios. Além disso, as alterações fornecem orientações alargadas sobre acordos básicos de empréstimo, ativos sem recurso e instrumentos contratualmente ligados. As divulgações foram emendadas para termos contratuais que poderiam alterar o momento ou o montante dos fluxos de caixa contratuais. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo está atualmente a avaliar o impacto das alterações na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como nas suas divulgações. As alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

Melhoramentos anuais das IFRS

Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações a várias normas IFRS, no âmbito do projeto de melhorias que realiza anualmente. Estas incluem alterações de terminologia, bem como emendas editoriais relacionadas com a IFRS 1 "Adoção das normas internacionais de relato financeiro pela primeira vez", a IFRS 7 "Instrumentos Financeiros": Divulgações" e o respetivo Guia de implementação da IFRS 7, IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa". As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. Não se prevê que as alterações tenham um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu "Contratos que fazem referência a eletricidade dependente da natureza (alterações à IFRS 9 e à IFRS 7)" para tratar de questões identificadas para contratos que fazem referência a eletricidade dependente da natureza. Os requisitos de uso próprio da IFRS 9 devem ser emendados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar para os quais a fonte de produção da eletricidade depende da natureza. Os requisitos de contabilidade de cobertura da IFRS 9 devem ser alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de eletricidade renovável dependente da natureza com um volume variável de transações de eletricidade previstas como o item coberto, bem como para medir a eficácia da cobertura. O IASB altera ainda a IFRS 7 e a IFRS 19 para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos para eletricidade dependente da natureza com características especificadas. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo não tem uma exposição significativa a contratos de compra de eletricidade, pelo que não espera um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

03 – Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais

Durante 2024 e 2022, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Em abril de 2023, o Deutsche Bank anunciou que tinha chegado a um acordo sobre uma oferta em numerário para a aquisição da Numis Corporation Plc ("Numis"). Em 13 de outubro de 2023, a aquisição foi concluída e o Deutsche Bank adquiriu uma participação de 100 % na Numis por um preço de compra em dinheiro de € 460 million (GBP 397 million). Na sequência da aquisição da Numis, a determinação dos justos valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis à data da aquisição foi finalizada no quarto trimestre de 2023, com os detalhes incluídos no quadro abaixo. Outros ativos intangíveis identificados na alocação do preço de compra incluem relações com clientes (€ 56 million) e nome comercial (€ 27 million). O goodwill de € 235 million identificado na alocação do preço de compra representa principalmente o benefício económico futuro esperado das sinergias e o valor do capital humano.

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros	13 de outubro de 2023
Contrapartida em dinheiro transferida	460
Contraprestação total transferida	460
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:[1]	
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	126
Títulos obtidos por empréstimo	10
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	44
Ativos fixos tangíveis	53
Outros ativos intangíveis	84
Todos os outros ativos	410
Total de ativos adquiridos	727
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14
Todos os outros passivos	488
Total de passivos assumidos	502
Total de ativos líquidos identificáveis	225
Goodwill	235
Total de ativos líquidos identificáveis e de *goodwill* adquirido	460

[1] Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

O Deutsche Bank atribuiu o goodwill resultante da aquisição da Numis à unidade geradora de caixa (UGC) Investment Bank. Dada a avaliação da UGC Investment Bank, após a aquisição, o goodwill reconhecido para o Numis foi considerado em imparidade e foi abatido no quarto trimestre de 2023 (ver também a Nota 23 Goodwill e outros ativos intangíveis).

Alienações

Não se registaram alienações em 2024, mas o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/empresas durante 2023 e 2022. Estas alienações foram principalmente constituídas por atividades que foram anteriormente classificadas como detidas para venda, incluindo a transferência da plataforma de investimento digital da DWS como parte da sua parceria com a BlackFin, e a venda da atividade de consultores financeiros italianos à Zurich Itália em 2022 por um ganho antes de impostos na venda de € 312 million. A contraprestação total recebida por estas alienações (em numerário) em 2024, 2023 e 2022 foi de € 3 million (€ 3 million em numerário), € 117 million (€ 99 million em numerário) e € 488 million (€ 439 million em numerário), respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2024	2023	2022
Caixa e seus equivalentes	0	7	1.126
Todos os restantes ativos	0	105	659
Total do ativo alienado	**0**	113	1.785
Total do passivo alienado	**0**	213	1.676

04 – Segmentos de negócio e informação associada

As informações por segmentos do Deutsche Bank foram elaboradas de acordo com o método de gestão, que exige a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão interna da entidade, que são regularmente analisados pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais, ou seja, o Conselho de Administração do Deutsche Bank, a fim de avaliar o desempenho financeiro dos segmentos de negócio e afetar recursos aos segmentos de negócio.

Segmentos de negócio

A informação por segmentos do Deutsche Bank segue a estrutura organizacional refletida nos sistemas internos de informação de gestão do Grupo, que constituem a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a afetação de recursos aos mesmos.

As operações de negócios do banco são organizadas segundo a estrutura divisional que engloba as divisões corporativas seguintes:

- Corporate Bank
- Investment Bank
- Private Bank
- Asset Management
- Corporate & Other

O Grupo é constituído pelos seguintes segmentos passíveis de relato: Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank, Asset Management e Corporate & Other.

O Corporate Bank regista as receitas com base em três categorias de clientes: Serviços de Clientes Institucionais, Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial.

O Investment Bank relata receitas nas categorias Fixed Income & Currencies (FIC), Geração e Consultoria, bem como Investigação e Outras.

O Private Bank apresenta receitas nos setores de clientes Wealth Management & Private Banking e Personal Banking.

Asset Management relata receitas nas categorias Comissões de gestão, Comissões de desempenho e transação e Outras.

O segmento Corporate & Other inclui as receitas, os custos e os recursos detidos centralmente que não são atribuídos aos segmentos de negócio individuais, bem como diferenças de avaliação e momento que decorrem de derivados utilizados para garantir o saldo do Grupo. Estes são impactos contabilísticos, e espera-se que as perdas de avaliação sejam recuperadas ao longo do tempo, à medida que os instrumentos subjacentes se aproximam da maturidade. Além disso, a rubrica Corporate & Other contém os impactos financeiros das carteiras antigas, anteriormente registadas como Capital Release Unit.

Tal como anunciado no relatório anual de 2022, tendo cumprido o mandato de redução de riscos e de custos da Capital Release Unit de 2019 até ao final de 2022, a Capital Release Unit deixou de ser registada como um segmento separado com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. A restante carteira, recursos e colaboradores são reportados no segmento Corporate & Other. Em consonância com a alteração, as principais áreas de negócio do Deutsche Bank, que anteriormente representavam o Grupo, excluindo a Unidade de Libertação de Capital, deixaram de ser reportadas a partir do primeiro trimestre de 2023.

Além disso, com base em decisões de gestão durante o período abrangido pelo relatório, foram introduzidas novas alterações de divisões.

As informações segmentais dos anos anteriores são apresentadas na estrutura atual.

Alterações na apresentação dos segmentos

A partir do primeiro trimestre de 2024, o Investment Bank alterou o nome de FIC Sales and Trading para "Fixed Income & Currencies (FIC)" e introduziu subcategorias adicionais, intituladas "Fixed Income & Currencies: Financiamento" e "Fixed Income & Currencies: Ex-Financiamento" para proporcionar uma maior transparência relativamente à composição das receitas da FIC. As receitas de Geração e Consultoria continuam a ser apresentadas nas subcategorias de Geração de dívida, Geração de ações e Consultoria. Além disso, as receitas de Investigação são registadas juntamente com Outros em "Investigação e Outras". Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios.

A partir do primeiro trimestre de 2024, o Private Bank segue uma abordagem centrada no cliente, classificando a atual base de clientes em dois setores de clientes globais distintos: "Personal Banking" e "Wealth Management & Private Banking". Esta abordagem reflete o objetivo de servir os clientes de uma forma mais direcionada e eficaz em todo o Private Bank. O segmento Wealth Management & Private Banking combina a cobertura de clientes de banca privada, de clientes com elevado património líquido e de clientes com património líquido muito elevado, bem como de clientes empresariais em empresas internacionais selecionadas (refletindo a estratégia do "Banco para Empresários"). O setor de clientes de Personal Banking inclui clientes de retalho e clientes afluentes, bem como clientes da banca comercial em Itália e Espanha (ou seja, todos os clientes de pequenas empresas e clientes corporativos de pequena dimensão que não estão abrangidos como parte do setor de clientes do segmento Wealth Management & Private Banking). Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios.

Na nova área de cobertura do Private Bank "Wealth Management & Private Banking", os clientes privados beneficiam de uma gama de produtos mais alargada, com maior ênfase no aconselhamento sobre investimentos. Em consequência, os depósitos à ordem do Private Bank Germany foram reclassificados para ativos sob gestão, assegurando um tratamento coerente no âmbito do segmento "Wealth Management & Private Banking". Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada na secção "Resultados de operações dos segmentos" nesta nota. A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos. O relatório de gestão interno do Grupo não considera separadamente passivos por segmentos ou custos de juros. Do mesmo modo, a depreciação e amortização, as despesas fiscais e outro rendimento integral não são apresentados em separado internamente, pelo que não são aqui divulgados.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS utilizados nos relatórios de gestão do Grupo representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição pelo justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (no Investment Bank) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como uma componente do lucro antes de impostos das unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em Corporate & Other) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam a margem financeira externa do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento de negócio, em conformidade com o quadro interno de preços de transferência de fundos do banco. Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem unidades legalmente independentes com financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o benefício de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo.

Afetação do capital próprio médio dos acionistas

O capital próprio dos acionistas é totalmente atribuído aos segmentos do Grupo com base na procura de capital regulamentar de cada segmento. A procura de capital regulamentar reflete a contribuição conjugada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo. As contribuições em cada uma das três dimensões são ponderadas para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de CET1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco e da exposição ao rácio de alavancagem. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos segmentos do Grupo a fim de permitir a determinação do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva rentabilidade. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são afetados mensalmente e a média é calculada trimestralmente e para o ano completo.

Alterações ao quadro de afetação de capitais

A partir de 2024, o Deutsche Bank alterou a afetação dos capitais próprios tangíveis entre segmentos. Além disso, o banco retém agora o capital detido contra rubricas do Grupo Deutsche Bank em Corporate & Other, que anteriormente era afetado aos segmentos. Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios. Embora o ajustamento das afetações dos períodos anteriores tenha impacto no RoTE por segmento, os respetivos indicadores do Grupo não são afetados pela alteração.

Alteração da metodologia de alocação da gestão de custos baseada em fatores

No primeiro trimestre de 2023, o banco introduziu uma metodologia de gestão de custos baseada em drivers para a alocação de custos originados nas respetivas funções de infraestruturas, que visa proporcionar transparência sobre os drivers dos custos de infraestruturas e associa os custos mais estreitamente ao consumo de serviços por segmentos. Durante o ano de 2023, os custos relativos às funções de infraestruturas foram imputados utilizando uma abordagem do tipo "real face ao planeado", com exceção dos custos de desenvolvimento tecnológico que foram imputados às divisões com base nas despesas efetivas. A partir de 2024, todos os custos de infraestruturas foram imputados às divisões com base nos custos reais e no consumo de serviços. Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios. Para o exercício completo de 2023, a alteração da metodologia resultou num aumento das despesas não remuneradas (correspondente diminuição do resultado antes de impostos) para o Corporate Bank de 175 milhões de euros e numa diminuição das despesas não remuneradas (correspondente aumento do resultado antes de impostos) para o Investment Bank de 42 milhões de euros, para o Private Bank de 48 milhões de euros, para Asset Management de 0 milhões de euros e para Corporate and Others de 84 milhões de euros. Embora a atualização das afetações de 2023 tenha tido impacto nos retornos segmentares após impostos sobre os capitais próprios tangíveis médios e no rácio custo/rendimento, os respetivos indicadores do Grupo não são afetados pela alteração da metodologia.

Alterações ao quadro de afetação dos ativos ponderados pelo risco operacional

A partir de 2024, o Deutsche Bank introduziu um quadro refinado e mais granular para afetar os RWA de risco operacional aos segmentos. Embora os respetivos indicadores de RWA por segmento sejam afetados pela alteração da metodologia, com um impacto mais pronunciado a partir do segundo trimestre de 2024, os RWA de risco operacional do Grupo não são afetados pela alteração.

Reserva Estratégica de Liquidez e Atribuição de Resultados

A partir do primeiro trimestre de 2022, foi aperfeiçoada a metodologia para a atribuição de resultados por divisão intra-anual da Reserva Estratégica de Liquidez. Como parte da introdução da nova metodologia, a volatilidade intra-anual dos resultados é mantida centralmente na Corporate & Other, a fim de refletir melhor o desempenho subjacente das divisões de negócios. A implementação da nova metodologia não tem impacto nas receitas globais do grupo nem nas atribuições anuais de negócios, pelo que os resultados do ano inteiro para 2022 não são afetados.

Títulos isentos de impostos

A margem financeira como uma componente das receitas líquidas, resultados antes de imposto e rácios conexos é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto do Investment Bank. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta apresentação resultou num aumento da margem financeira do Investment Bank de 23 milhões de euros no exercício de 2024, 10 milhões de euros no exercício de 2023 e 33 milhões de euros no exercício de 2022. Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em Corporate & Other. A taxa de imposto predominante utilizada para 2024, 2023 e 2022 na determinação do equivalente totalmente tributável da receita líquida de juros foi de 21% e relacionada com títulos isentos de impostos dos EUA.

Resultados de operações dos segmentos

Os quadros seguintes apresentam os resultados dos segmentos de negócio do Grupo, incluindo a reconciliação do resultado operacional consolidado em conformidade com as IFRS.

						2024
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage-ment	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	**7.506**	**10.558**	**9.386**	**2.649**	**(6)**	**30.092**
Provisão para perdas de crédito	**347**	**549**	**851**	**(1)**	**83**	**1.830**
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.603	2.682	2.934	919	3.593	11.731
Despesas gerais e administrativas	3.481	3.979	4.372	904	(1.494)	11.243
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Atividades de reestruturação	(1)	(0)	(3)	0	0	(3)
Despesas totais (excluindo juros)	**5.084**	**6.661**	**7.304**	**1.823**	**2.099**	**22.971**
Participações minoritárias	**0**	**5**	**0**	**194**	**(199)**	**0**
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**2.075**	**3.343**	**1.231**	**632**	**(1.989)**	**5.291**
Ativos (em mil milhões de euros)[2]	280	756	324	11	17	1.387
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	117	110	257	0	0	485
Adições a ativos não correntes	12	3	160	30	1.884	2.091
Depósitos (em mil milhões de euros)	313	22	320	0	11	666
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.682	23.672	13.990	5.329	10.089	64.763
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	78	130	97	18	34	357
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[3]	11	15	14	5	13	58
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	339	593	336	10	38	1.316
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	26.317	20.107	37.072	5.169	1.088	89.753
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	11,7%	9,1%	5,2%	8,0%	N/S	4,2%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	12,6%	9,4%	5,2%	18,0%	N/S	4,7%
Rácio custo/rendimento[6]	67,7%	63,1%	77,8%	68,8%	N/S	76,3%
[1] inclui:						
Rendimento de juros líquido	4.960	3.398	5.786	25	(1.104)	13.065
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(1)	(46)	21	36	2	12
[2] inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	90	379	102	451	6	1.028

N/S – Não significativo

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[5] A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 34% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

[6] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage-ment	Corporate & Other	Total consolidado
						2023
Receitas líquidas[1]	**7.718**	**9.160**	**9.571**	**2.383**	**47**	**28.879**
Provisão para perdas de crédito	**266**	**431**	**783**	**(1)**	**26**	**1.505**
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.530	2.526	2.805	891	3.378	11.131
Despesas gerais e administrativas	3.122	4.091	4.696	934	(2.731)	10.112
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	0	0	0	233
Atividades de reestruturação	(4)	(3)	228	0	(1)	220
Despesas totais (excluindo juros)	**4.648**	**6.847**	**7.730**	**1.825**	**646**	**21.695**
Participações minoritárias	**0**	**3**	**0**	**163**	**(166)**	**0**
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**2.804**	**1.879**	**1.058**	**396**	**(459)**	**5.678**
Ativos (em mil milhões de euros)[2]	264	658	331	10	49	1.312
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	117	101	261	0	0	479
Adições a ativos não correntes	13	89	90	73	1.853	2.118
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	18	308	0	7	622
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.547	23.544	13.219	5.157	9.543	63.011
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	69	140	86	15	40	350
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[3]	6	22	8	3	19	57
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	307	546	339	10	39	1.240
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	25.439	20.063	38.411	4.963	1.254	90.130
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	16,6%	4,8%	4,8%	5,1%	N/S	6,7%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	17,8%	4,9%	5,2%	12,0%	N/S	7,4%
Rácio custo/rendimento[6]	60,2%	74,7%	80,8%	76,6%	N/S	75,1%
[1] inclui:						
Rendimento de juros líquido	5.115	3.013	6.156	(124)	(557)	13.602
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(6)	(70)	(5)	42	2	(38)
[2] inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	91	413	84	420	5	1.013

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[5] A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

[6] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

2022

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage-ment	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	6.337	10.016	9.152	2.608	(902)	27.210
Provisão para perdas de crédito	335	319	583	(2)	(9)	1.226
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.416	2.379	2.783	899	3.235	10.712
Despesas gerais e administrativas	2.790	4.061	4.193	883	(2.199)	9.728
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	68
Atividades de reestruturação	(19)	15	(113)	0	(2)	(118)
Despesas totais (excluindo juros)	4.187	6.455	6.863	1.850	1.035	20.390
Participações minoritárias	0	15	0	174	(190)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.816	3.228	1.705	585	(1.739)	5.594
Ativos (em mil milhões de euros)[2]	258	677	333	10	60	1.337
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	122	103	265	0	(1)	489
Adições a ativos não correntes	3	4	177	41	2.267	2.494
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	16	317	0	(1)	621
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.668	22.478	12.945	5.437	7.465	59.994
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	74	139	88	13	46	360
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[3]	5	23	8	3	19	58
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	321	530	344	9	36	1.240
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	22.621	17.946	37.710	4.778	1.876	84.930
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	10,3%	9,3%	8,6%	7,3%	N/S	8,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[4,5]	11,1%	9,6%	9,2%	17,0%	N/S	9,4%
Rácio custo/rendimento[6]	66,1%	64,4%	75,0%	70,9%	N/S	74,9%
[1] inclui:						
Rendimento de juros líquido	3.628	3.467	5.222	(65)	1.399	13.650
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	4	50	27	66	6	152
[2] inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	90	501	99	415	20	1.124

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[5] A rendibilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de (1)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para a rendibilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

[6] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Receitas líquidas							
Serviços de Tesouraria Empresarial	4.223	4.399	3.827	(176)	(4)	572	15
Serviços de Clientes Institucionais	1.956	1.895	1.580	62	3	314	20
Banca para empresas	1.326	1.424	930	(98)	(7)	494	53
Total de receitas líquidas	**7.506**	7.718	6.337	(212)	(3)	1.381	22
Dos quais:							
Rendimento de juros líquido	**4.960**	5.115	3.628	(154)	(3)	1.487	41
Resultado líquido de serviços e comissões	**2.434**	2.328	2.356	106	5	(28)	(1)
Rendimentos restantes	**111**	275	354	(164)	(59)	(79)	(22)
Provisão para perdas de crédito	**347**	266	335	81	30	(68)	(20)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.603	1.530	1.416	73	5	114	8
Despesas gerais e administrativas	3.481	3.122	2.790	359	12	332	12
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(1)	(4)	(19)	4	(86)	15	(77)
Despesas totais (excluindo juros)	**5.084**	4.648	4.187	436	9	461	11
Participações minoritárias	**0**	0	0	0	N/S	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**2.075**	2.804	1.816	(729)	(26)	988	54
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro)[1]	7.943	7.682	7.332	261	3	350	5
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro)[1]	8.089	7.976	7.114	113	1	862	12
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro)[1]	10.285	9.781	8.175	504	5	1.606	20
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	26.317	25.439	22.621	878	3	2.818	12
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1,2]	280	264	258	16	6	6	2
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	78	69	74	9	13	(5)	(7)
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[1,3]	11	6	5	5	94	0	5
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	339	307	321	33	11	(14)	(4)
Depósitos (em mil milhões de euros)[1]	313	289	289	23	8	1	0
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)[1]	117	117	122	(0)	(0)	(5)	(4)
Rácio custo/rendimento[4]	67,7%	60,2%	66,1%	N/S	7.5ppt	N/S	(5,8) pp
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[5,6]	11,7%	16,6%	10,3%	N/S	(4,8) pp	N/S	6.2ppt
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[5,6]	12,6%	17,8%	11,1%	N/S	(5,3) pp	N/S	6.8ppt

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[1] No final do ano
[2] Os ativos porsegmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos
[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório
[4] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros
[5] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório
[6] Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2024, 2023 e 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Receitas líquidas							
Fixed Income & Currencies (FIC)	8.610	7.893	8.861	717	9	(968)	(11)
Fixed Income & Currencies: Financiamento	3.205	2.867	2.953	339	12	(86)	(3)
Fixed Income & Currencies: Ex-financiamento	5.405	5.026	5.909	378	8	(882)	(15)
Geração e consultoria	2.012	1.246	998	765	61	249	25
Geração de dívida	1.290	843	412	447	53	431	105
Geração de ações	187	102	101	84	82	1	1
Consultoria	535	301	485	234	78	(184)	(38)
Investigação e outras	(64)	21	157	(85)	N/S	(136)	(87)
Total de receitas líquidas	**10.558**	9.160	10.016	1.398	15	(856)	(9)
Provisão para perdas de crédito	**549**	431	319	119	28	112	35
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.682	2.526	2.379	155	6	147	6
Despesas gerais e administrativas	3.979	4.091	4.061	(111)	(3)	30	1
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	0	(233)	N/S	233	N/S
Atividades de reestruturação	(0)	(3)	15	3	(98)	(18)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**6.661**	6.847	6.455	(186)	(3)	391	6
Participações minoritárias	**5**	3	15	2	52	(12)	(79)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**3.343**	1.879	3.228	1.463	78	(1.348)	(42)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro)[1]	4.869	4.843	4.333	26	1	510	12
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro)[1]	3.129	3.120	2.811	9	0	309	11
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro)[1]	12.109	12.101	10.802	8	0	1.299	12
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	20.107	20.063	17.946	44	0	2.117	12
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1,2]	756	658	677	98	15	(18)	(3)
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	130	140	139	(10)	(7)	0	0
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[1,3]	15	22	23	(7)	(32)	(2)	(7)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	593	546	530	46	8	17	3
Depósitos (em mil milhões de euros)[1]	22	18	16	4	23	1	9
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)[1]	110	101	103	9	9	(2)	(2)
Rácio custo/rendimento[4]	63,1%	74,7%	64,4%	N/S	(11,6) pp	N/S	10.3ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[5,6]	9,1%	4,8%	9,3%	N/S	4.3ppt	N/S	(4,5) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[5,6]	9,4%	4,9%	9,6%	N/S	4.4ppt	N/S	(4,6) pp

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[1] No final do ano

[2] Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

[5] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[6] Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2024, 2023 e 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Receitas líquidas:							
Personal Banking	5.304	5.570	5.005	(267)	(5)	566	11
Wealth Management & Private Banking	4.082	4.000	4.147	82	2	(147)	(4)
Total de receitas líquidas	**9.386**	9.571	9.152	(185)	(2)	419	5
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	5.786	6.156	5.222	(370)	(6)	934	18
Resultado líquido de serviços e comissões	2.956	2.852	3.155	104	4	(303)	(10)
Rendimentos restantes	643	563	775	80	14	(212)	(27)
Provisão para perdas de crédito	**851**	783	583	68	9	201	34
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	2.934	2.805	2.783	130	5	22	1
Despesas gerais e administrativas	4.372	4.696	4.193	(324)	(7)	503	12
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(3)	228	(113)	(231)	N/S	341	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**7.304**	7.730	6.863	(426)	(6)	866	13
Participações minoritárias	**0**	0	0	(0)	(45)	(0)	(12)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**1.231**	1.058	1.705	173	16	(648)	(38)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro)[1]	16.961	18.403	18.853	(1.442)	(8)	(450)	(2)
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro)[1]	7.917	7.802	8.018	115	1	(216)	(3)
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro)[1]	12.193	12.205	10.839	(12)	(0)	1.366	13
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	37.072	38.411	37.710	(1.339)	(3)	701	2
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1,2]	324	331	333	(7)	(2)	(2)	(1)
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	97	86	88	11	13	(1)	(2)
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[1,3]	14	8	8	7	88	0	0
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	336	339	344	(2)	(1)	(6)	(2)
Depósitos (em mil milhões de euros)[1]	320	308	317	13	4	(10)	(3)
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)[1]	257	261	265	(4)	(1)	(4)	(1)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)[4]	633	578	543	55	10	35	6
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	29	23	31	6	26	(8)	(26)
Rácio custo/rendimento[5]	77,8%	80,8%	75,0%	N/S	(2,9) pp	N/S	5.8ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[6,7]	5,2%	4,8%	8,6%	N/S	0.4ppt	N/S	(3,8) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[6,7]	5,2%	5,2%	9,2%	N/S	0.1ppt	N/S	(4,0) pp

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[1] No final do ano

[2] Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] Os Ativos sob Gestão incluem ativos detidos em nome de clientes para fins de investimento e/ou ativos de clientes que são aconselhados ou geridos pelo Deutsche Bank. São geridos numa base discricionária ou consultiva ou são depositados no banco. Os depósitos são considerados Ativos sob Gestão caso sirvam fins de investimento. Em Personal Banking, isto inclui depósitos a prazo e depósitos de poupança. Em Wealth Management & Private Banking (excluindo Business Banking), parte-se do princípio de que todos os depósitos de clientes são detidos no banco essencialmente para fins de investimento, pelo que são classificados como Ativos sob Gestão. No âmbito da atividade do Private Bank "Wealth Management & Private Banking", os clientes privados beneficiam de uma gama de produtos mais vasta, com maior ênfase no aconselhamento em matéria de investimento. Consequentemente, a partir de 2024, os depósitos à ordem do Private Bank na Alemanha foram reclassificados para Ativos sob Gestão, assegurando um tratamento coerente no âmbito do segmento "Wealth Management & Private Banking". Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento qualificados como Ativos sob gestão que são geridos pela DWS, estes ativos são reportados como Ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

[5] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

[6] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[7] Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2024, 2023 e 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.479	2.314	2.458	164	7	(143)	(6)
Comissões de desempenho e transação	148	128	125	20	16	2	2
Outros	23	(59)	24	82	N/S	(84)	N/S
Total de receitas líquidas	**2.649**	2.383	2.608	267	11	(225)	(9)
Provisão para perdas de crédito	**(1)**	(1)	(2)	0	(23)	1	(50)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	919	891	899	28	3	(8)	(1)
Despesas gerais e administrativas	904	934	883	(29)	(3)	51	6
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	68	0	N/S	(68)	N/S
Atividades de reestruturação	0	0	0	(0)	(43)	(0)	(15)
Despesas totais (excluindo juros)	**1.823**	1.825	1.850	(1)	(0)	(26)	(1)
Participações minoritárias	**194**	163	174	32	20	(12)	(7)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**632**	396	585	236	60	(188)	(32)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro)[1]	2.069	2.062	2.059	7	0	3	0
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro)[1]	2.506	2.325	2.225	181	8	100	4
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro)[1]	594	576	494	18	3	82	17
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	5.169	4.963	4.778	206	4	185	4
Total de ativos (em mil milhões de euros)[1,2]	11	10	10	0	2	0	2
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	18	15	13	3	22	2	18
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)[1,3]	5	3	3	1	35	0	2
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	10	10	9	0	4	0	3
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)[4]	1.012	896	821	115	13	75	9
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	26	28	(20)	(3)	(9)	48	N/S
Rácio custo/rendimento[5]	68,8%	76,6%	70,9%	N/S	(7,8) pp	N/S	5.6ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[6,7]	8,0%	5,1%	7,3%	N/S	2.9ppt	N/S	(2,2) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[6,7]	18,0%	12,0%	17,0%	N/S	6.1ppt	N/S	(5,1) pp

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[1] No final do ano

[2] Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

[3] A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[4] Ativos sob Gestão (AuM): os ativos a) que o segmento gere numa base de aconselhamento discricionário ou não discricionário, incluindo os casos em que é a sociedade gestora e a gestão da carteira é externalizada a um terceiro; e b) que um terceiro detém ou gere e em relação aos quais o segmento presta, com base num contrato, aconselhamento de natureza contínua, incluindo uma avaliação, monitorização e/ou revisão regular ou periódica. Os AuM representam tanto investimentos coletivos (incluindo fundos de investimento e fundos negociados em bolsa) como mandatos de clientes individuais. Os AuM são mensurados ao valor corrente de mercado com base nas regras regulamentares locais aplicáveis aos gestores de ativos em cada data de relato, que podem diferir das regras de justo valor aplicáveis ao abrigo das IFRS. Os níveis mensuráveis estão disponíveis diariamente para a maioria dos produtos de retalho, mas podem ser atualizados apenas mensalmente, trimestralmente ou mesmo anualmente para alguns produtos. Embora os AuM não incluam os investimentos do segmento contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, incluem o capital de arranque e qualquer capital comprometido sobre o qual o segmento recebe comissões de gestão. Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento qualificados como Ativos sob gestão que são geridos pela DWS, estes ativos são reportados como Ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

[5] Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

[6] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[7] Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2024, 2023 e 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Corporate & Other

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Receitas líquidas	**(6)**	47	(902)	(54)	N/S	950	N/S
Provisão para perdas de crédito	**83**	26	(9)	57	N/S	35	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3.593	3.378	3.235	215	6	143	4
Despesas gerais e administrativas	(1.494)	(2.731)	(2.199)	1.237	(45)	(532)	24
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	0	(1)	(2)	1	N/S	1	(40)
Despesas totais (excluindo juros)	**2.099**	646	1.035	1.453	N/S	(388)	(38)
Participações minoritárias	**(199)**	(166)	(190)	(33)	20	24	(12)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	**(1.989)**	(459)	(1.739)	(1.530)	N/S	1.280	(74)
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	36.269	35.917	32.186	352	1	3.731	12
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)[1]	34	40	46	(6)	(15)	(6)	(13)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)[1]	38	39	36	(1)	(3)	3	7

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.
[1] No final do ano

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do banco. Para mais informações sobre as componentes das receitas líquidas, ver "Relatório de gestão": Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas".

Para aproximar várias regiões-chave para melhor servir os clientes do Deutsche Bank, uma estrutura de governação regional atualizada foi introduzida em 2024 para os mercados do banco na Europa, Médio Oriente e África (EMEA), Ásia-Pacífico e Alemanha. A partir de maio de 2024, a região Médio Oriente e África (MEA) inclui os países Israel e Turquia e passa a integrar a nova região principal Ásia-Pacífico e MEA. A restante região EMEA passou a designar-se Europa. Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios.

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes da provisão para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respetivamente. A informação apresentada para o Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para Corporate & Other são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por Corporate & Other é detida centralmente.

em milhões de euros	2024	2023	2022
Alemanha:			
Corporate Bank	3.811	4.225	3.166
Investment Bank	641	573	587
Private Bank	6.389	6.567	5.876
Asset Management	1.286	1.211	1.266
Total da Alemanha	**12.127**	12.576	10.894
Reino Unido:			
Corporate Bank	193	192	143
Investment Bank	3.882	3.503	4.343
Private Bank	46	54	3
Asset Management	404	350	356
Total do Reino Unido	**4.525**	4.099	4.844
Resto da Europa:			
Corporate Bank	1.238	1.196	1.109
Investment Bank	477	330	293
Private Bank	1.953	1.981	2.185
Asset Management	308	274	275
Total Resto da Europa	**3.975**	3.782	3.862
Américas (principalmente Estados Unidos):			
Corporate Bank	1.090	1.011	975
Investment Bank	3.869	3.042	3.033
Private Bank	475	462	466
Asset Management	562	432	580
Total das Américas	**5.996**	4.946	5.053
Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África:			
Corporate Bank	1.173	1.094	946
Investment Bank	1.688	1.713	1.761
Private Bank	524	506	621
Asset Management	90	115	131
Total Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África	**3.476**	3.428	3.459
Corporate & Other	**(6)**	47	(902)
Proveitos líquidos consolidados[1]	**30.092**	28.879	27.210

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

[1] Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões); os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos; a localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação; o local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

05 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2024	2023	2022
Juros e rendimentos similares:			
Rendimento de juros em caixa e saldos do banco central	7.045	7.048	1.936
Rendimento de juros em saldos interbancários (sem bancos centrais)	643	607	352
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	1.935	1.069	504
Empréstimos	23.692	22.559	14.088
Outros	2.140	2.103	1.969
Total de juros e rendimentos similares de ativos medidos ao custo amortizado	**35.456**	33.385	18.849
Rendimento de juros sobre ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.408	1.097	798
Total de juros e rendimentos similares calculados segundo o método da taxa de juro efetiva	**36.865**	34.482	19.647
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12.493	9.592	4.652
Total de juros e rendimentos similares	**49.358**	44.074	24.299
Dos quais: custos de juros negativos sobre passivos financeiros	**28**	76	959
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados	16.867	13.706	3.902
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	708	388	304
Outros empréstimos a curto prazo	390	310	111
Dívida a longo prazo	6.770	6.154	2.409
Títulos fiduciários preferenciais	17	16	13
Outros	3.035	2.848	1.119
Total de gasto de juros medidos pelo custo amortizado	**27.787**	23.422	7.858
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	8.505	7.051	2.791
Total de gasto de juros	**36.292**	30.472	10.649
Dos quais: rendimentos de juros negativos sobre ativos financeiros	**39**	81	461
Rendimento de juros líquido	**13.065**	13.602	13.650

Impacto das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (programa TLTRO III) do BCE

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não tinha qualquer empréstimo pendente (31 de dezembro de 2023: 15,0 mil milhões de euros) ao abrigo do programa de refinanciamento TLTRO III. As taxas de juro anteriores das operações de refinanciamento TLTRO III foram indexadas às taxas de juro diretoras médias aplicáveis do BCE. A despesa líquida de juros resultante foi de 144 milhões de euros para os doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 (31 de dezembro de 2023: 741 milhões de euros) ao abrigo do programa TLTRO III.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2024	2023	2022
Rendimentos de negociação:			
FIC Sales and Trading	5.045	5.116	5.352
Outros rendimentos de negociação (perdas)	849	(238)	(2.569)
Total de rendimentos de negociação (perdas)	**5.894**	4.878	2.782
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:			
Discriminação por categoria de ativos financeiros:			
Títulos de dívida	**(94)**	89	(43)
Títulos de capital	**24**	(10)	47
Créditos e compromissos de crédito	**(8)**	112	(5)
Depósitos	**(4)**	(5)	14
Outros ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	**18**	31	(73)
Total de resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:	**(65)**	217	(61)
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Créditos e compromissos de crédito	5	12	(2)
Depósitos	2	(0)	4
Dívida a longo prazo	157	(180)	265
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(7)	20	11
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**158**	(148)	277
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**5.987**	4.947	2.999

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2024	2023	2022
Rendimento de juros líquido	13.065	13.602	13.650
Rendimentos de negociação (perdas)[1]	5.894	4.878	2.782
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	(65)	217	(61)
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	158	(148)	277
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.987	4.947	2.999
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados[2]	**19.052**	18.549	16.649
Serviços de Tesouraria Empresarial	2.832	2.936	2.457
Serviços de Clientes Institucionais	1.002	946	566
Banca para empresas	1.086	1.184	697
Corporate Bank	4.919	5.067	3.720
Fixed Income & Currency	8.521	8.121	8.696
Restantes produtos	(126)	(19)	(431)
Investment Bank	8.395	8.102	8.265
Personal Banking	3.882	4.133	4.650
Wealth Management e Private Banking	2.117	2.245	1.961
Private Bank	5.998	6.377	6.610
Asset Management	269	(11)	(250)
Corporate & Other	(529)	(986)	(1.696)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**19.052**	18.549	16.649

[1] Os rendimentos de negociação (perda) incluem os resultados de derivados não qualificados para contabilidade de cobertura
[2] Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre margem financeira ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão.

06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2024	2023	2022
Receitas e despesas líquidas de comissões e taxas:			
Rendimentos de serviços e comissões	13.190	11.657	12.512
Encargos com serviços e comissões	2.818	2.452	2.675
Resultado líquido de serviços e comissões	**10.372**	9.206	9.838

Desagregação de proveitos por tipo de produto e segmento de negócio

	31 de dezembro de 2024					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:						
Comissões de administração	215	54	265	16	(0)	550
Comissões de ativos geridos	20	0	416	3.805	(0)	4.242
Comissões de outros títulos	451	0	38	1	0	491
Comissões de subscrição e consultoria	53	1.640	6	0	66	1.764
Comissões de corretagem	21	327	1.052	39	1	1.440
Comissões de pagamentos locais	550	13	909	0	(9)	1.464
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	483	32	20	0	(34)	502
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	6	0	4	0	(0)	10
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	697	365	270	0	1	1.334
Comissões intermediárias	30	1	402	0	11	444
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	320	419	87	117	6	949
Rendimento total de serviços e comissões	2.848	2.852	3.470	3.978	42	13.190
Encargos com serviços e comissões						(2.818)
Resultado líquido de serviços e comissões						10.372

	31 de dezembro de 2023					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:						
Comissões de administração	204	55	247	11	(2)	515
Comissões de ativos geridos	18	0	362	3.527	(0)	3.907
Comissões de outros títulos	461	0	37	1	1	499
Comissões de subscrição e consultoria	43	1.093	16	0	4	1.156
Comissões de corretagem	19	280	971	33	(20)	1.282
Comissões de pagamentos locais	488	0	995	0	1	1.484
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	475	27	22	0	(27)	497
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	6	0	4	0	(0)	10
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	646	329	230	0	1	1.207
Comissões intermediárias	28	3	364	0	10	405
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	248	290	41	117	0	695
Rendimento total de serviços e comissões	2.635	2.078	3.288	3.689	(33)	11.657
Encargos com serviços e comissões						(2.452)
Resultado líquido de serviços e comissões						9.206

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
						31 de dezembro de 2022
Principal tipo de serviços:						
Comissões de administração	218	33	254	17	(3)	520
Comissões de ativos geridos	18	1	363	3.642	(0)	4.024
Comissões de outros títulos	512	(0)	47	0	0	559
Comissões de subscrição e consultoria	35	1.373	12	0	(52)	1.368
Comissões de corretagem	19	253	1.164	65	(1)	1.501
Comissões de pagamentos locais	479	3	1.006	0	8	1.497
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	466	33	62	0	(5)	556
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	15	0	5	0	(0)	19
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	618	298	292	0	5	1.213
Comissões intermediárias	23	2	523	0	13	562
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	282	277	10	122	4	695
Rendimento total de serviços e comissões	2.684	2.273	3.739	3.847	(30)	12.512
Encargos com serviços e comissões						(2.675)
Resultado líquido de serviços e comissões						9.838

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Os proveitos são reconhecidos quando as obrigações de desempenho são cumpridas. A obrigação de desempenho é satisfeita pelo desempenho do fundo que exceda uma "hurdle rate" (uma rentabilidade anual mínima acordada fornecida aos investidores). Em 31 de dezembro de 2024, existiam obrigações de desempenho a cumprir no valor de € 250 million com um intervalo de tempo de quatro anos de 2025 a 2028 (em 31 de dezembro de 2023, € 225 million com um intervalo de tempo de três anos de 2025 a 2027) de fundos alternativos. O aumento é atribuível à valorização dos ativos dos fundos e ao alargamento do intervalo de tempo a um calendário reavaliado de futuras vendas de ativos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo do Grupo a receber de comissões e honorários era de € 831 million e € 903 million, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo dos passivos contratuais do Grupo associados às receitas de comissões e honorários era de € 84 million e € 90 million, respetivamente. As responsabilidades contratuais são decorrentes da obrigação do Grupo de oferecer serviços futuros a um cliente para o qual recebeu contrapartida do cliente antes da conclusão dos serviços. Os saldos de valores a receber e de responsabilidades contratuais não variam significativamente entre períodos, refletindo o facto de estarem predominantemente relacionados com contratos de serviços recorrentes com períodos de serviço de menos de um ano, tais como serviços de contas correntes mensais e serviços de Asset Management trimestrais. Consequentemente, os saldos das responsabilidades contratuais do período anterior são geralmente reconhecidos em receitas no período subsequente. Existem alguns contratos em que o pagamento do cliente em troca de serviços prestados pelo Grupo durante o período de serviço não é exigido até ao final do período do contrato. Se o Grupo tiver quase a certeza de receber o pagamento no final do período do contrato, é reconhecido um ativo do contrato e os respetivos proveitos de comissões e honorários quando os serviços são prestados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o banco não reconheceu quaisquer ativos contratuais relevantes.

07 – Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2024, o Grupo vendeu ativos financeiros mensurados ao custo amortizado de € 656 million (31 de dezembro de 2023: € 559 million e 31 de dezembro de 2022: € 473 million). As vendas referiam-se principalmente a uma carteira Hold to Collect no Investment Bank, no Private Bank e no Corporate Bank.

O quadro abaixo apresenta os resultados decorrentes do desreconhecimento destes títulos.

em milhões de euros	2024	2023	2022
Ganhos	10	5	11
Perdas	(21)	(101)	(13)
Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	(11)	(96)	(2)

08 – Outro resultado (perdas)

em milhões de euros	2024	2023	2022
Outro resultado:			
Prémios de seguros	12	4	3
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	738	1.206	(151)
Outros rendimentos (perdas) restantes[1]	(131)	48	937
Total de outro resultado	**619**	1.259	789

[1] Inclui resultados líquidos de € 32 million, € 41 million e € 404 million para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respetivamente, relacionados com ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2024	2023	2022
Despesas gerais e administrativas:			
Tecnologias de informação	3.610	3.755	3.680
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.624	1.478	1.429
Regulamentares, impostos e seguros[1]	1.028	1.399	1.285
Serviços profissionais	763	899	858
Serviços bancários e operações subcontratados	964	964	881
Serviços de dados de mercado e investigação	400	374	378
Despesas de deslocação	153	143	110
Despesas de *marketing*	149	203	165
Outras despesas[2]	2.552	899	943
Despesas totais gerais e administrativas	**11.243**	10.112	9.728

[1] Inclui taxas bancárias no valor de € 172 million em 2024, € 528 million em 2023 e € 762 million em 2022
[2] Inclui despesas relacionadas com litígios no valor de € 2,035 million em 2024, € 311 million em 2023 e € 413 million em 2022; ver Nota 27 "Provisões", para mais detalhes sobre litígios

10 – Reestruturação

Em 2024, a reestruturação é principalmente impulsionada pela implementação da agenda estratégica *Global Hausbank* do Grupo. O Grupo definiu e está a implementar medidas de eficiência que visam contribuir para atingir os objetivos do banco para 2025. A reestruturação em períodos anteriores refere-se a medidas no âmbito da anterior estratégia "Competir para vencer", que o banco continua a implementar.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

Em 2024, o Grupo registou progressos significativos na transformação estratégica, com a conclusão de vários programas de reestruturação e a revisão dos pressupostos subjacentes às restantes provisões para reestruturação, o que resultou numa libertação parcial de provisões de 149 milhões de euros. Além disso, o Grupo iniciou novos programas de reestruturação durante 2024, exigindo provisões de 138 milhões de euros e reconheceu despesas adicionais em programas existentes de € 8 milhões. Globalmente em 2024, o Grupo reconheceu um crédito de 3 milhões de euros na Demonstração Consolidada de Resultados.

Custos líquidos de reestruturação por divisão

em milhões de euros	2024	2023	2022
Corporate Bank	(1)	(4)	(19)
Investment Bank	(0)	(3)	15
Private Bank	(3)	228	(113)
Asset Management	0	0	0
Corporate & Other	0	(1)	(2)
Total de encargos líquidos de reestruturação	**(3)**	**220**	**(118)**

Reestruturação líquida por tipo

em milhões de euros	2024	2023	2022
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	(5)	178	(117)
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	(6)	176	(132)
Aceleração de retenção	0	1	15
Segurança social	1	1	0
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	1	42	(1)
Total de encargos líquidos de reestruturação	**(3)**	**220**	**(118)**

As provisões para reestruturação ascendiam a € 273 million, € 333 million e € 248 million em 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada no ano seguinte.

Durante 2024, 168 os postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2023: 476 e 2022: 903).

Alterações organizacionais

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2024	2023	2022
Corporate Bank	10	29	113
Investment Bank	5	9	54
Private Bank	116	377	594
Asset Management	2	0	1
Infraestrutura	35	61	141
Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	**168**	**476**	**903**

11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2024	2023	2022
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	**3.366**	4.772	5.525
Cupões pagos sobre componentes de capital adicionais	**(574)**	(498)	(479)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	**2.792**	4.274	5.046
Efeito de títulos diluidores	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	**2.792**	4.274	5.046
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	**1.993,6**	2.064,1	2.084,9
Efeito de títulos diluidores:			
Ações diferidas	45,7	39,9	40,7
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	45,7	39,9	40,7
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	**2.039,3**	2.104,0	2.125,6

Resultados por ação

em euros	2024	2023	2022
Resultados por ação básicos	1,40	2,07	2,42
Resultados por ação diluídos	1,37	2,03	2,37

Não havia instrumentos em aberto que pudessem potencialmente diluir os resultados por ação básicos e não estão incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos em 31 de dezembro de 2024.

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	124.857	115.832
Outros ativos detidos para negociação[1]	14.914	9.443
Total de ativos detidos para negociação	139.772	125.275
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	291.754	251.856
Total de ativos financeiros classificados como detidos para negociação	**431.525**	377.131
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	88.736	65.937
Títulos obtidos por empréstimo	15.913	13.036
Empréstimos	1.954	812
Outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de resultados	7.721	8.261
Total de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	**114.324**	88.047
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Empréstimos	0	75
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**0**	75
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**545.849**	465.252

[1] Inclui empréstimos negociados no valor de € 11.4 billion e € 8.2 billion em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	41.864	43.114
Outros passivos detidos para negociação	1.635	890
Total de passivos detidos para negociação	43.498	44.005
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	276.395	238.260
Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação	**319.893**	282.264
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	69.121	72.377
Compromissos de crédito	6	5
Dívida a longo prazo	22.203	10.709
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	717	636
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**92.047**	83.727
Passivos por contratos de investimento	454	484
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**412.395**	366.475

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados era de € 0 million e € 75 million em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do crédito sob a forma de garantias recebidas. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

Variações de justo valor de ativos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Valor nocional de ativos financeiros expostos a risco de crédito	0	75
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	1
Variação cumulativa do justo valor	0	(0)
Valor nocional de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	0	40
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	(0)
Variação cumulativa do justo valor	0	(1)

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo[1]

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Apresentado em Outro rendimento integral		
Variação cumulativa do justo valor	(157)	19
Apresentado na Demonstração de resultados		
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	0
Variação cumulativa do justo valor	0	0

[1] O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém

Transferências dos resultados cumulativos dentro do capital durante o período

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Resultados cumulativos dentro do capital durante o período	0	0

Montantes realizados no desreconhecimento de passivos designados ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Montante apresentado em Outro rendimento integral realizado no desreconhecimento	(8)	0

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros[1]

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Incluindo compromissos de crédito não utilizados[2]	1.085	1.769
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	497	1.104

[1] Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício
[2] Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito

13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Métodos de avaliação e controlo

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. Nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (input) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requererem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (bid/offer spreads), risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em bid/offer spreads são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação de compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de compra proposto (bid) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de venda proposto (offer). Os ajustamentos de avaliação com base em bid-offer são determinados a partir dos preços de bid-offer observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço bid/offer, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (midmarket). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços bid/offer observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis bid/offer para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (credit valuation adjustments – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclua já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (netting agreement) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de swaps de risco de incumprimento (credit default swap – CDS). Sempre que não estiverem disponíveis spreads de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações emitidas designados ao justo valor através de resultados) integra ajustamentos da avaliação para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo (ou seja, ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) para ajustamento de crédito próprio e derivados (OCA) para obrigações emitidas). As obrigações emitidas são descontadas utilizando o mesmo spread a que instrumentos semelhantes seriam negociados à data de medição, uma vez que isto reflete o valor na perspetiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo. A mudança nesta componente de crédito próprio é reportada no Outro rendimento integral (OCI).

No que respeita aos passivos derivados, o Grupo considera a sua própria solvabilidade, avaliando a exposição futura esperada de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta quaisquer garantias prestadas pelo Grupo, o efeito dos acordos de compensação relevantes, o preço de mercado dos passivos de notas emitidas pelo Grupo, os custos de financiamento implícitos no mercado e a antiguidade dos créditos derivados no âmbito da resolução (subordinação estatutária).

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (funding valuation adjustments – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis bid/offer menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o bid/offer através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

O Grupo utiliza os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam para determinar o preço do ativo ou passivo. Quando relevante, estes pressupostos podem incluir pressupostos sobre as alterações climáticas. O Grupo não fez ajustamentos materiais ao justo valor para as alterações climáticas além do que já foi fixado no preço de entrada no mercado.

Controlo de avaliação – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado na função de Risco, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Técnicas de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias, técnicas de avaliação e procedimentos no âmbito do processo de avaliação e medição do justo valor. As atuais condições de mercado, incluindo os desafios macroeconómicos em curso e as incertezas geopolíticas, exigiram uma atenção e uma análise adicionais em determinadas áreas durante o ano de 2024, incluindo a avaliação dos diferenciais de compra e venda para garantir que são representativos do justo valor.

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (proxy) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por hipotecas e outros ativos (MBS/ABS) incluem MBS residenciais e comerciais e outros ABS, incluindo obrigações de dívida com garantia real (CDO). Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes, e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os títulos garantidos por ativos são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que fazem a maior utilização possível dos dados observáveis disponíveis. Os modelos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pagamento antecipado, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (spread, yield ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Empréstimos – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (proxy) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou CDS, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (leveraged loan index) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como swaps de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e swap de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro (ou seja ajustamento de crédito próprio e derivados (OCA) para notas estruturadas). Nos termos da IFRS 9, a componente de crédito próprio da alteração do justo valor é registada em Outro rendimento integral (OCI). Os passivos financeiros incluídos nesta classificação são as emissões de títulos estruturados, os depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados. O justo valor destes passivos financeiros é determinado através do desconto dos fluxos de caixa contratuais utilizando a curva de rendimento ajustada ao crédito relevante (ou seja, utilizando o spread a que instrumentos semelhantes seriam negociados à data de mensuração, uma vez que este reflete o valor na perspetiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo).

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos por contratos de investimento – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Hierarquia do justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados com base em preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os dados relevantes para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC, muitas obrigações de crédito cotadas com grau de investimento e alguns CDS.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um contributo para essa técnica que não é observável e que pode ter um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos, dívida em incumprimento (distressed debt), obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos, CDO (cash e sintéticos) ilíquidos, algumas colocações privadas de capital (private equity), muitos créditos imobiliários comerciais (commercial real estate – CRE), créditos ilíquidos e algumas obrigações municipais.

Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor[1]

em milhões de euros	31 dez 2024 Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	31 dez 2023 Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Ativos detidos para negociação	52.387	78.237	9.148	53.095	62.760	9.420
Títulos para negociação	52.387	69.507	2.964	52.886	59.752	3.194
Outros ativos detidos para negociação	0	8.730	6.184	210	3.007	6.226
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	912	282.909	7.933	2.198	241.460	8.198
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.346	107.173	5.805	2.275	80.744	5.028
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	75	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	21.901	16.806	3.383	18.273	14.324	2.949
Outros ativos financeiros ao justo valor	1.488	(1.117)[2]	12	1.353	(469)[2]	5
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	**78.034**	**484.008**	**26.281**	77.193	398.894	25.599
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Passivos detidos para negociação	30.765	12.614	119	36.361	7.617	27
Títulos para negociação	30.765	11.073	26	36.361	6.727	26
Outros passivos detidos para negociação	0	1.542	93	0	890	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	2.238	265.450	8.707	2.333	228.261	7.666
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	87.479	4.569	169	80.309	3.248
Passivos por contratos de investimento	0	454	0	0	484	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	539	3.116[2]	(13)[3]	486	1.213[2]	(85)[3]
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	**33.543**	**369.113**	**13.382**	39.349	317.884	10.856

[1] Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas".
[2] Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura
[3] Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados incorporados separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (host contract). Os derivados incorporados separados são detidos pelo justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor

Durante o ano de 2024, houve transferências de títulos de negociação e ativos financeiros não relacionados com a negociação do Nível 1 para o Nível 2 que ascenderam a € 14 billion de ativos e € 6 billion de passivos; juntamente com transferências do Nível 2 para o Nível 1 que ascenderam a € 9 billion de ativos e € 3 billion de passivos. A avaliação do Nível 1 versus Nível 2 é baseada em procedimentos de teste de liquidez.

Análise dos instrumentos financeiros cujo justo valor é obtido a partir de técnicas de avaliação que contêm parâmetros não observáveis significativos (Nível 3)

Alguns dos ativos financeiros e passivos financeiros no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados brutos.

Títulos detidos para negociação – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. O decréscimo no período deve-se a vendas, liquidações e transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensadas por compras e ganhos.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multidivisas; e certos swaps de risco de incumprimento para os quais o spread de crédito é inobservável.

O decréscimo dos ativos durante o período é derivado de liquidações e transferências líquidas entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensadas por

ganhos. O aumento dos passivos durante o período é derivado de perdas e transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensadas por liquidações.

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em empréstimos negociados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. A diminuição durante o exercício é impulsionada por liquidações, vendas e transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensadas pelas emissões, compras e ganhos.

Os ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados classificados no Nível 3 da hierarquia de justo valor incluem qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadre nem no modelo de negócios deter para recolher nem no modelo de negócios deter para recolher e vender. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios deter para recolher ou deter para recolher e vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI. O aumento durante o exercício é derivado de compras, emissões e ganhos, parcialmente compensados por liquidações e transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns empréstimos a empresas e passivos estruturados que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. Não existem ativos designados pelo justo valor durante o período. O aumento dos passivos durante o exercício é derivado de emissões e perdas parcialmente compensadas por transferências líquidas entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, e liquidações..

Os ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem carteiras de empréstimos em incumprimento, onde não há intenção de negociação e o mercado é muito ilíquido. O aumento no período é impulsionado por emissões, compras e transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos e ganhos, parcialmente compensadas por liquidações e vendas.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

											31 dez 2024
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades solidadas	Total dos resultados[1]	Compras	Vendas	Emis-sões[2]	Liqui-dações[3]	Transferências para o Nível 3[4]	Transferências para fora do Nível 3[4]	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	2.995	0	230	1.985	(1.558)	0	(482)	371	(577)	2.964
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	8.198	0	454	0	0	0	(583)	2.257	(2.394)	7.933
Outros ativos detidos para negociação	6.226	0	77	814	(1.378)	2.513	(2.016)	706	(756)	6.184
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	5.226	(1)	88	1.736	(80)	736	(1.098)	365	(1.170)	5.805
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.949	0	126[5]	776	(378)	978	(1.322)	716	(462)	3.383
Outros ativos financeiros ao justo valor	5	0	3	0	0	0	0	5	(1)	12
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	**25.599**	**(1)**	**977[6,7]**	**5.311**	**(3.393)**	**4.227**	**(5.501)**	**4.421**	**(5.359)**	**26.281**
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	26	0	(0)	0	0	0	0	0	0	26
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	7.666	0	1.186	0	0	0	(175)	2.156	(2.126)	8.707
Outros passivos detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	93	0	0	93
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.248	0	129	0	0	2.958	(474)	377	(1.669)	4.569
Outros passivos financeiros ao justo valor	(85)	0	102	0	0	0	18	1	(49)	(13)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	**10.856**	**0**	**1417[6,7]**	**0**	**0**	**2.958**	**(537)**	**2.533**	**(3.844)**	**13.382**

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no Nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis

[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor

[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações

[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do Nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício

[5] O total de resultados sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui um ganho de € 29 million reconhecido em outro rendimento integral, após impostos.

[6] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total dos ativos financeiros detidos pelo justo valor, este efeito é um ganho de € 362 million e, para o total dos passivos financeiros detidos pelo justo valor, é uma perda de € 19 million

[7] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades solidadas	Total dos resultados[1]	Compras	Vendas	Emissões[2]	Liquidações[3]	Transferências para o Nível 3[4]	Transferências para fora do Nível 3[4]	Saldo, fim do exercício
										31 dez 2023
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	3.053	0	22	1.651	(974)	43	(615)	545	(532)	3.194
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	9.564	0	104	0	0	0	(538)	2.073	(3.006)	8.198
Outros ativos detidos para negociação	5.494	0	42	604	(997)	2.253	(1.424)	636	(383)	6.226
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	5.790	15	(51)	682	(254)	504	(1.190)	211	(681)	5.028
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	94	0	0	0	0	0	(94)	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.676	0	(65)[5]	238	(214)	1.918	(1.280)	184	(509)	2.949
Outros ativos financeiros ao justo valor	5	0	0	0	0	0	0	0	1	5
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	**26.675**	**15**	**53[6,7]**	**3.176**	**(2.438)**	**4.719**	**(5.140)**	**3.650**	**(5.110)**	**25.599**
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	30	0	(4)	0	0	0	0	0	(0)	26
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	8.500	0	101	0	0	0	(435)	1.848	(2.348)	7.666
Outros passivos detidos para negociação	3	0	3	0	0	0	(6)	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.792	0	43	0	0	2.272	(853)	27	(1.032)	3.248
Outros passivos financeiros ao justo valor	(511)	0	325	0	0	0	54	3	44	(85)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	**10.815**	**0**	**468[6,7]**	**0**	**0**	**2.272**	**(1.240)**	**1.878**	**(3.336)**	**10.856**

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no Nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis

[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor

[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações

[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do Nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício

[5] O total de ganhos e perdas em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de € 17 million reconhecida em outro rendimento integral, líquida de impostos, e uma perda de € 3 million reconhecida na demonstração de resultados apresentada nos resultados líquidos

[6] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total dos ativos financeiros detidos pelo justo valor, este efeito é uma perda de € 273 million e, para o total dos passivos financeiros detidos pelo justo valor, é um ganho de € 44 million

[7] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos

Análise de sensibilidade de parâmetros não observáveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita.

O cálculo de sensibilidade do Grupo dos parâmetros inobserváveis para o Nível 3 está em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente. A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos pelo justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza de avaliação em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2016/101 da Comissão Europeia, que complementa o artigo 34.º do Regulamento (UE) n.º 2019/876 (CRR), exigindo que as instituições apliquem os requisitos do artigo 105.º, n.º 14, a todos os ativos mensurados ao justo valor e deduzam quaisquer

ajustamentos de valor adicionais do capital CET1. Este utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente.

Se o Grupo tivesse marcado os instrumentos financeiros de nível 3 utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2024 poderia ter aumentado o justo valor em € 2.1 billion ou diminuído o justo valor em € 1.3 billion. Em 31 de dezembro de 2023, poderia ter aumentado o justo valor até € 1.8 billion ou diminuído o justo valor até € 1.3 billion.

As alterações nos montantes sensíveis entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 consistiram num aumento do movimento positivo do justo valor de € 261 million, e num aumento do movimento negativo do justo valor de € 64 million.

A variação dos movimentos positivos do justo valor de 31 de dezembro de 2023 para 31 de dezembro de 2024 representa um aumento de 15 % e a variação dos movimentos negativos do justo valor representa um aumento de 5 %. Durante o período, o banco aperfeiçoou a metodologia de cálculo da sensibilidade ao justo valor de Nível 3. Tal não altera o justo valor dos instrumentos financeiros de Nível 3. O cálculo de sensibilidade do Grupo dos parâmetros inobserváveis para o Nível 3 continua a estar em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento[1]

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em milhões de euros	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Títulos:				
Títulos de dívida	308	276	196	221
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	17	17	16	27
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	11	11	12	19
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	280	248	167	176
Títulos de capital	78	77	94	93
Derivados:				
Crédito	207	105	200	101
Ações	36	33	44	38
Relacionados com os juros	798	337	633	368
Divisas	56	24	47	17
Outros	110	105	91	86
Empréstimos:				
Empréstimos	458	387	486	355
Outros	**0**	**0**	0	0
Total	**2.052**	**1.343**	1.790	1.278

[1] Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido

Informação quantitativa sobre a sensibilidade de dados significativos não observáveis

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos spreads de crédito em títulos garantidos por créditos hipotecários representa as posições com desempenho mais líquidas com spreads mais baixos do que as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores spreads de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. O quadro seguinte apresenta uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetros, juntamente com um comentário sobre as interrelações significativas entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O spread de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prémio ou retornos de rendibilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao banco pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (constant default rate) e a taxa de pré-pagamento constante (constant prepayment rate) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma taxa de incumprimento constante superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, spreads de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, spreads de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (enterprise value – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade

para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31 dez 2024

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Justo valor Ativos	Justo valor Passivo	Técnica(s) de avaliação[1]	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	31	0	Baseado no preço	Preço	0%	102%
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	167	1.486
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	93	0	Baseado no preço	Preço	0%	107%
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	106	1.027
				Taxa de recuperação	60%	85%
				Taxa de incumprimento constante	0%	4%
				Taxa de pré-pagamento constante	4%	18%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	**124**	**0**				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.379	4.537	Baseado no preço	Preço	0%	300%
Detido para negociação	2.726	26	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	9	651
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	2.726					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.499					
Designados ao justo valor através de resultados	0	4.512				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	154					
Títulos de capital	809	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	0%	100%
Detido para negociação	114	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	5	14
				Valor da empresa/receitas (múltiplo)	1	15
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	695		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	9%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	0		Baseado no preço	Preço	0%	100%
Empréstimos	10.817	93	Baseado no preço	Preço	0%	123%
Detido para negociação	5.931	93	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	100	1.621
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.779					
Designados ao justo valor através de resultados	0	0		Taxa de recuperação	40%	84%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.107					
Compromissos de crédito	0	6	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	226	954
				Taxa de recuperação	40%	84%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2.208[2]	51[3]	Fluxo de caixa descontado	IRR	7%	13%
				Taxa de recompra (pontos base)	30	285
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	**18.336**	**4.688**				

[1] A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total

[2] Outros ativos financeiros incluem € 253 million de outros ativos de negociação, € 1.8 billion de outros ativos financeiros não negociáveis obrigatórios pelo justo valor e € 123 million de outros ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral
[3] Outros passivos financeiros incluem € 51 million de títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra designados pelo justo valor

					31 dez 2024	
	Justo valor					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)		Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	5.218	5.207	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(4.176)	3.975
				Taxa de swap sobre a inflação	0%	5%
				Taxa de incumprimento constante	0%	12%
				Taxa de pré-pagamento constante	4%	16%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	6%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	3%
				Correlação IR - IR	(10)%	99%
				Correlação híbrida	(70)%	55%
Derivados de crédito	510	562	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	15	1.148
				Taxa de recuperação	0%	40%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	0%	0%
Derivados de ações	642	1.201	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	2%	86%
				Volatilidade de índice	9%	27%
				Índice - correlação de índice	0%	0%
				Ação - correlação de ação	0%	0%
				Ações - contratos a prazo	0%	1%
				Índice - contratos a prazo	0%	1%
Derivados FX	995	1.470	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(9)%	33%
				Vol cotada	0%	0%
			Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(3)	100
Outros derivados	580	254[1]	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	286	626
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	0%	160%
				Preço	17%	75%
				Correlação de matérias-primas	0%	87%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	7.945	8.694				

[1] Inclui derivados que estão incorporados em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado incorporado é separado

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 dez 2023 Justo valor Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação[1]	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	86	0	Baseado no preço	Preço	0%	102%
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	220	1.830
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	94	0	Baseado no preço	Preço	0%	104%
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	110	1.828
				Taxa de recuperação	50%	85%
				Taxa de incumprimento constante	0%	2%
				Taxa de pré-pagamento constante	2%	29%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	180	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.385	3.116	Baseado no preço	Preço	0%	300%
Detido para negociação	2.887	26	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	84	651
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	2.887					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.254					
Designados ao justo valor através de resultados	0	3.089				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	244					
Títulos de capital	778	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	0%	100%
Detido para negociação	127	0		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	5	15
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	652		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	18%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	0		Baseado no preço	Preço	0%	100%
Empréstimos	9.405	0	Baseado no preço	Preço	0%	124%
Detido para negociação	6.121	0	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	12	1.207
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	696					
Designados ao justo valor através de resultados	0	0		Taxa de recuperação	40%	75%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.588					
Compromissos de crédito	0	5	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	169	1.070
				Taxa de recuperação	40%	76%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2.647[2]	154[3]	Fluxo de caixa descontado	IRR	7%	13%
				Taxa de recompra (pontos base)	120	595
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	17.396	3.275				

[1] A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total
[2] Outros ativos financeiros incluem € 104 million de outros ativos de negociação, € 2.4 billion de outros ativos financeiros não negociáveis obrigatórios pelo justo valor e € 117 million de outros ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral
[3] Outros passivos financeiros incluem € 154 million de títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra designados pelo justo valor

	31 dez 2023				
	Justo valor				
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:					
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:					
Derivados de taxa de juros	4.997	4.070	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(3.932) 4.150
				Taxa de swap sobre a inflação	1% 15%
				Taxa de incumprimento constante	0% 18%
				Taxa de pré-pagamento constante	0% 26%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0% 7%
				Volatilidade das taxas de juros	0% 43%
				Correlação IR - IR	(10)% 96%
				Correlação híbrida	(90)% 65%
Derivados de crédito	501	503	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	2 7.535
				Taxa de recuperação	8% 40%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	26% 59%
Derivados de ações	339	1.027	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	0% 84%
				Volatilidade de índice	7% 23%
				Índice - correlação de índice	0% 0%
				Ação - correlação de ação	0% 0%
				Ações - contratos a prazo	0% 3%
				Índice - contratos a prazo	0% 6%
Derivados FX	1.765	1.850	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(6)% 39%
				Vol cotada	0% 0%
Outros derivados	601	130[1]	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(7) 50
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	234 610
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	0% 129%
				Preço	73% 77%
				Correlação de matérias-primas	0% 85%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	**8.203**	**7.581**			

[1] Inclui derivados que estão incorporados em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado incorporado é separado

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem exclusivamente a parâmetros não observáveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração de resultados consolidados.

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	113	29
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	1.535	1.347
Outros ativos detidos para negociação	(54)	59
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	57	(47)
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(4)	(2)
Outros ativos financeiros ao justo valor	(3)	(0)
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	**1.645**	1.385
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	0	4
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(1.930)	(1.287)
Outros passivos detidos para negociação	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(104)	(53)
Outros passivos financeiros ao justo valor	(102)	(268)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	**(2.135)**	(1.604)
Total	**(490)**	(219)

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se existirem dados não observáveis significativos utilizados numa técnica de avaliação no reconhecimento inicial, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da negociação é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação durante o ano dos lucros à data de negociação diferidos devido a parâmetros significativos não observáveis para instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2024	2023
Saldo, início do exercício	**577**	550
Novas operações durante o período	343	295
Amortização	(141)	(144)
Operações vencidas	(53)	(69)
Transição subsequente para observabilidade[1]	(36)[2]	(53)
Alterações das taxas de câmbio	1	(1)
Saldo, fim do exercício	**691**	577

[1] Isto inclui situações em que um input permanece não observável mas se tornou insignificante em relação ao lucro diferido da data de negociação em períodos subsequentes à data de negociação

[2] Durante o segundo trimestre de 2024, o Grupo aperfeiçoou a sua metodologia para o teste de significância de inputs não observáveis subsequentes à data de negociação. Isto resultou na libertação de € 15 million no segundo trimestre de 2024

14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

Os instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos com base no justo valor. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço do Grupo ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores. As diferenças entre o valor contabilístico e o justo valor correspondem aos movimentos das taxas de juro durante o período.

Para os seguintes instrumentos financeiros que são predominantemente de curto prazo, o valor contabilístico representa uma estimativa razoável do justo valor:

Ativos	**Passivo**
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos financeiros	Outros passivos financeiros

Para todos os outros instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, são aplicadas as seguintes técnicas de avaliação:

- As carteiras de crédito a particulares com um grande número de empréstimos homogéneos (por exemplo, hipotecas residenciais) calculam o justo valor para cada tipo de produto descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de empréstimo do Grupo para empréstimos a mutuários de qualidade de crédito semelhante, o que inclui o impacto do ambiente macroeconómico. Os principais dados para as hipotecas de retalho são a diferença entre as margens de produto históricas e atuais e as taxas de pagamento antecipado estimadas. As comissões de corretagem capitalizadas incluídas no valor contabilístico são também consideradas como sendo ao justo valor
- O justo valor da carteira de empréstimos a empresas é estimado predominantemente através do desconto do empréstimo até à sua maturidade, com base nos spreads de crédito específicos do empréstimo e nos custos de financiamento para o Deutsche Bank.
- Para a dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, o justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta os restantes fluxos de caixa contratuais a uma taxa à qual um instrumento com características similares é cotado no mercado.
- É geralmente utilizado um modelo de fluxos de caixa descontados para determinar o justo valor dos depósitos de longo prazo, uma vez que os dados de mercado não estão normalmente disponíveis. Para além da curva de rendimentos, é também considerado o spread de crédito do próprio Deutsche Bank. Os spreads de crédito das respetivas contrapartes não são utilizados na mensuração do justo valor dos passivos financeiros pelo custo amortizado.

Para estes instrumentos financeiros registados a custos amortizados, o justo valor divulgado é categorizado de acordo com a hierarquia de justo valor das IFRS (ou seja, Nível 1, Nível 2 e Nível 3), tal como descrito na Nota 13 – "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor". Em geral, o Nível 1 inclui Caixa e saldos de bancos centrais; o Nível 2 inclui Saldos interbancários (sem bancos centrais), Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de revenda, Títulos obtidos por empréstimo, Outros ativos financeiros, Depósitos, Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra, Títulos cedidos por empréstimo, Outros empréstimos de curto prazo, Outros passivos financeiros, Dívida de longo prazo e Títulos fiduciários preferenciais; e o Nível 3 inclui Empréstimos.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço[1]

em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
					31 dez 2024
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	147.494	147.494	147.494	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.160	6.160	(0)	6.160	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	40.803	40.923	0	40.923	0
Títulos obtidos por empréstimo	44	44	0	44	0
Empréstimos	478.921	470.058	0	13.338	456.720
Outros ativos financeiros	92.556	91.214	12.063	78.482	669
Passivos financeiros:					
Depósitos	666.261	667.609	2	667.607	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	3.740	3.727	0	3.727	0
Títulos cedidos por empréstimo	2	2	0	2	0
Outros empréstimos a curto prazo	9.895	9.903	0	9.903	0
Outros passivos financeiros	79.371	79.371	2.237	77.134	0
Dívida a longo prazo	114.899	114.496	0	112.033	2.463
Títulos fiduciários preferenciais	287	273	0	273	0

em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
					31 dez 2023
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	178.416	178.416	178.416	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.140	6.140	0	6.140	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	14.725	14.778	0	14.034	744
Títulos obtidos por empréstimo	39	39	0	39	0
Empréstimos	473.705	454.972	0	11.519	443.453
Outros ativos financeiros	106.596	105.132	13.304	90.973	855
Passivos financeiros:					
Depósitos	622.035	624.731	2	624.729	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	3.038	3.031	0	3.031	0
Títulos cedidos por empréstimo	3	3	0	3	0
Outros empréstimos a curto prazo	9.620	9.628	0	9.628	0
Outros passivos financeiros	99.272	99.272	1.961	97.311	0
Dívida a longo prazo	119.390	117.510	0	113.723	3.787
Títulos fiduciários preferenciais	289	264	0	264	0

[1] Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas"

Em 31 de dezembro de 2024, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico dos empréstimos deve-se principalmente às taxas de juro atuais das hipotecas de retalho de longa data na Alemanha, em comparação com a taxa contratual. A compensar parcialmente o montante escriturado de empréstimos encontravam-se os ajustamentos da contabilidade de cobertura macro ao abrigo da versão simplificada da IAS 39 da UE, que ascendiam a 5,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 e 5,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. O justo valor dos depósitos era superior ao valor contabilístico, uma vez que o valor contabilístico incluía ajustamentos negativos da contabilidade de cobertura macro ao abrigo da versão da IAS 39 da UE de 1,4 mil milhões de euros e 3,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente. No que diz respeito à dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico é devida à alteração nas taxas de juro às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a taxa a que o instrumento foi emitido. Os valores escriturados incluídos na tabela não incluem quaisquer impactos de coberturas económicas.

15 – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Títulos comprados com acordos de revenda	**2.786**	1.805
Títulos de dívida:		
Governo alemão	2.006	1.566
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	10.640	9.232
Governos locais (municipais) dos EUA	719	446
Outros governos estrangeiros	18.661	15.672
Empresas	189	686
Outros títulos garantidos por ativos	0	0
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	414	442
Outros títulos de dívida	1.607	831
Total de títulos de dívida	**34.236**	28.874
Empréstimos	**5.068**	4.867
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	**42.090**	35.546

16 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 49 associadas e 8 entidades controladas conjuntamente a 31 de dezembro de 2024 (54 e 6, respetivamente, a 31 de dezembro de 2023). Nenhum dos investimentos é considerado importante para o Grupo, com base no valor contabilístico do investimento ou no rendimento do Grupo da parte investida.

Os investimentos na Huarong Rongde Asset Management Company Limited, Pequim, China, e na Harvest Fund Management Company Limited, Xangai, China, foram anteriormente reportados como investimentos materiais pelo método da equivalência patrimonial, mas já não são considerados importantes para o Grupo em 31 de dezembro de 2024 e estão incluídos na informação financeira agregada no quadro abaixo. Os comparativos do ano anterior foram alinhados com a apresentação do ano atual.

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31 dez 2024	31 de dezembro de 2023
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	**1.028**	1.013
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas[1]	(4)	(107)
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	(1)	(16)
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	**(5)**	(123)

[1] Inclui a quota-parte do resultado líquido negativo da Huarong Rongde Asset Management Company Limited, para € 32 million e € 129 million, respetivamente, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

17 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (master netting arrangement) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

Ativos

							31 dez 2024
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros[1]	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	54.483	(14.429)	40.053	0	0	(39.831)	223
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	749	0	749	0	0	(749)	0
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	32	0	32	0	0	(32)	0
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	11	0	11	0	0	0	11
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	615.599	(232.657)	382.942	(231.198)	(33.729)	(108.134)	9.881
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	298.469	(16.116)	282.353	(229.560)	(33.689)	(9.392)	9.712
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	162.908	0	162.908	0	(1.303)	(6.993)	154.611
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	9.400	0	9.400	0	(1.188)	(1.344)	6.868
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	778.507	(232.657)	545.849	(231.198)	(35.032)	(115.127)	164.492
Empréstimos pelo custo amortizado	478.921	0	478.921	0	(10.836)	(72.983)	395.102
Outros ativos	105.782	(4.574)	101.207	(24.794)	(52)	(30)	76.331
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	456	(73)	383	(255)	(52)	(30)	46
Restantes ativos sujeitos a compensação	2.786	0	2.786	0	0	0	2.786
Restantes ativos não sujeitos a compensação	217.567	0	217.567	0	(623)	(4.438)	212.506
Total do ativo	**1.638.838**	**(251.661)**	**1.387.177**	**(255.993)**	**(46.543)**	**(233.190)**	**851.451**

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço: Impacto de acordos-quadro de compensação	Montantes não compensados no balanço: Garantia em numerário	Montantes não compensados no balanço: Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
							31 dez 2024
Depósitos	666.261	0	666.261	0	0	0	666.261
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	16.819	(14.429)	2.390	0	0	(2.390)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	1.350	0	1.350	0	0	(123)	1.227
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	1	0	1	0	0	(1)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	1	0	1	0	0	(1)	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	609.683	(232.669)	377.013	(230.459)	(23.677)	(66.495)	56.381
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	284.323	(16.600)	267.723	(228.704)	(23.677)	(2.458)	12.883
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	35.382	0	35.382	0	(607)	(3.332)	31.442
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	8.672	0	8.672	0	(607)	(142)	7.923
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	645.064	(232.669)	412.395	(230.459)	(24.285)	(69.828)	87.823
Outros passivos	100.193	(4.562)	95.631	(37.099)	(91)	(101)	58.339
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	1.727	(37)	1.690	(1.111)	(91)	(101)	387
Restantes passivos não sujeitos a compensação	129.716	0	129.716	0	(6)	0	129.711
Total do passivo	**1.559.406**	**(251.661)**	**1.307.745**	**(267.559)**	**(24.382)**	**(72.444)**	**943.361**

Ativos

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço: Impacto de acordos-quadro de compensação	Montantes não compensados no balanço: Garantia em numerário	Montantes não compensados no balanço: Garantia de instrumentos financeiros[1]	Montante líquido
							31 dez 2023
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	21.574	(9.999)	11.574	0	0	(11.491)	84
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	3.151	0	3.151	0	0	(2.270)	881
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	33	0	33	0	0	(33)	0
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	6	0	6	0	0	0	6
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	513.810	(199.127)	314.683	(197.430)	(32.109)	(74.885)	10.260
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	259.148	(15.648)	243.499	(195.499)	(32.092)	(5.766)	10.142
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	150.569	0	150.569	0	(1.227)	(10.167)	139.174
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	8.357	0	8.357	0	(1.101)	(1.077)	6.178
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	664.379	(199.127)	465.252	(197.430)	(33.337)	(85.052)	149.434
Empréstimos pelo custo amortizado	473.705	0	473.705	0	(11.317)	(69.594)	392.794
Outros ativos	123.702	(9.005)	114.697	(24.037)	(79)	(13)	90.569
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	940	(51)	889	(662)	(79)	(13)	136
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.805	0	1.805	0	0	0	1.805
Restantes ativos não sujeitos a compensação	242.108	0	242.108	0	(73)	(3.533)	238.502
Total do ativo	**1.530.462**	**(218.131)**	**1.312.331**	**(221.466)**	**(44.805)**	**(171.985)**	**874.074**

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

31 dez 2023

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	622.035	0	622.035	0	0	0	622.035
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	11.890	(9.999)	1.891	0	0	(1.891)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	1.147	0	1.147	0	0	(51)	1.096
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	3	0	3	0	0	(3)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	540.784	(199.152)	341.632	(197.923)	(21.990)	(68.806)	52.913
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	245.600	(16.132)	229.468	(195.962)	(21.990)	(2.608)	8.908
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	24.843	0	24.843	0	(785)	(4.485)	19.572
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	8.792	0	8.792	0	(723)	(191)	7.878
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	565.627	(199.152)	366.475	(197.923)	(22.776)	(73.292)	72.485
Outros passivos	122.016	(8.980)	113.036	(33.591)	(23)	(1)	79.421
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	280	(29)	252	(199)	(23)	(1)	28
Restantes passivos não sujeitos a compensação	132.925	0	132.925	0	0	0	132.925
Total do passivo	**1.455.644**	**(218.131)**	**1.237.513**	**(231.514)**	**(22.799)**	**(75.239)**	**907.961**

A coluna “Montantes brutos compensados no balanço” demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica “Outros passivos” e “Outros ativos”, respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

18 – Empréstimos

A carteira de empréstimos apresentada inclui empréstimos classificados ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral e empréstimos pelo justo valor através de resultados.

O quadro seguinte apresenta uma panorâmica da exposição do Grupo a empréstimos por setor de atividade, com base no código NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne) da contraparte. O NACE é um sistema europeu normalizado de classificação industrial.

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Agricultura, exploração florestal e pesca	336	386
Indústria mineira e de extração de minérios	4.342	3.130
Indústria	28.359	30.564
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	5.017	4.734
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	598	486
Construção	4.604	4.494
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	22.481	22.127
Transporte e armazenamento	5.347	5.617
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.749	1.865
Informação e comunicação	9.940	8.082
Atividades financeiras e de seguros	133.350	116.298
Atividades imobiliárias	51.535	50.793
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.623	6.958
Atividades de serviços administrativos e de apoio	9.496	9.385
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	6.235	6.131
Educação	313	281
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.170	4.432
Artes, entretenimento e atividades de lazer	840	1.072
Outras atividades de serviços	6.835	5.050
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	199.812	210.982
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	22	0
Créditos brutos	**503.005**	492.868
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	1.352	1.675
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	**501.653**	491.192
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	5.697	5.208
Total de créditos	**495.955**	485.984

19 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito consiste na provisão para ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao justo valor através da OCI e compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias.

Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

					31 dez 2024
					Provisão para perdas de crédito[2]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3[4]	Total
Saldo, início do exercício	**447**	**680**	**3.960**	**198**	**5.285**
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(150)	194	1.814	3	1.861
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	128	(128)	0	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	(2)	(7)	0	0	(9)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período[3]	0	0	(1.229)	0	(1.229)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	157	0	157
Taxas de câmbio e outras alterações	15	(3)	(290)	11	(267)
Saldo, fim do período de relato	**438**	**736**	**4.412**	**213**	**5.799**
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(24)	59	1.814	3	1.852

[1] Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 14 million em 31 de dezembro de 2024
[3] Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito
[4] O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de reporte foi de € 0 million em 2024 e € 0 million em 2023

					31 dez 2023
					Provisão para perdas de crédito[2]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3[4]	Total
Saldo, início do exercício	**533**	**626**	**3.656**	**180**	**4.995**
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(195)	294	1.647	32	1.778
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	170	(150)	(20)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	(57)	(53)	0	0	(110)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período[3]	0	0	(1.145)	(52)	(1.197)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	93	0	93
Taxas de câmbio e outras alterações	(3)	(38)	(271)	38	(273)
Saldo, fim do período de relato	**447**	**680**	**3.960**	**198**	**5.285**
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(83)	92	1.627	32	1.668

[1] Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 4 million em 31 de dezembro de 2023
[3] Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito
[4] O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de reporte foi de € 0 million em 2023 e € 46 million em 2022

					31 dez 2022
					Provisão para perdas de crédito[2]
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3[4]	Total
Saldo, início do exercício	**440**	**532**	**3.740**	**182**	**4.895**
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(32)	204	887	22	1.081
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	122	(121)	(0)		0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período[3]	0	0	(1.014)	(28)	(1.043)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	68	3	71
Taxas de câmbio e outras alterações	2	12	(25)	1	(10)
Saldo, fim do período de relato	**533**	**626**	**3.656**	**180**	**4.995**
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	90	82	886	22	1.081

[1] Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 14 million em 31 de dezembro de 2022
[3] Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito
[4] O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de € 46 million em 2022 e de 0 milhões de euros em 2021

Provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao justo valor através de OCI[1]

	31 dez 2024				
	Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	12	16	10	0	38

[1] As provisões para perdas de crédito relativas a ativos financeiros ao justo valor através de OCI mantiveram-se em níveis muito baixos (€ 48 million em 31 de dezembro de 2023 e € 38 million em 31 de dezembro de 2024). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

	31 dez 2023				
	Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	13	13	22	0	48

[1] As provisões para perdas de crédito relativas a ativos financeiros ao justo valor através de OCI mantiveram-se praticamente inalteradas em níveis muito baixos (€ 69 million em 31 de dezembro de 2022 e € 48 million em 31 de dezembro de 2023). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

	31 dez 2022				
	Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	14	12	43	0	69

[1] As provisões para perdas de crédito relativas a ativos financeiros ao justo valor através de OCI mantiveram-se praticamente inalteradas em níveis muito baixos (€ 41 million em 31 de dezembro de 2021 e € 69 million em 31 de dezembro de 2022, respetivamente). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

	31 dez 2024				
	Provisão para perdas de crédito[2]				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	**117**	**88**	**187**	**0**	**393**
Movimentos incluindo novos negócios	(22)	3	(19)	0	(38)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	10	(9)	(0)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	1	(1)	5	0	6
Saldo, fim do período de relato	**106**	**82**	**173**	**0**	**361**
dos quais: Garantias financeiras	67	49	99	0	214
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(13)	(6)	(20)	0	(38)

[1] O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 2 million em 31 de dezembro de 2024

	31 dez 2023				
	Provisão para perdas de crédito[2]				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	**144**	**97**	**310**	**0**	**551**
Movimentos incluindo novos negócios	(39)	(3)	(118)	0	(160)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	11	(4)	(7)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	1	(2)	3	0	2
Saldo, fim do período de relato	**117**	**88**	**187**	**0**	**393**
dos quais: Garantias financeiras	84	37	113	0	233
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	(28)	(7)	(125)	0	(160)

[1] O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 9 million em 31 de dezembro de 2023

	31 dez 2022				
	Provisão para perdas de crédito[2]				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	108	111	225	0	443
Movimentos incluindo novos negócios	21	(1)	78	0	99
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	12	(15)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	4	3	3	0	9
Saldo, fim do período de relato	144	97	310	0	551
dos quais: Garantias financeiras	95	56	226	0	378
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país[1]	33	(16)	82	0	99

[1] O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos
[2] A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 9 million em 31 de dezembro de 2022

20 - Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os swaps de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	40.438	45.106
Acordos para empréstimo de títulos	8.313	10.155
Swaps de retorno total	14.013	4.483
Outros	2.523	5.060
Total de títulos para negociação	**65.288**	64.804
Outros ativos detidos para negociação	51	138
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	107	203
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.134	7.080
Empréstimos pelo custo amortizado[1]	17	26
Outras	4.335	8.674
Total	**74.931**	80.924
Montante escriturado de passivos associados	**66.654**	70.706

[1] Outros empréstimos negociados em que o passivo associado é o único recurso para os ativos transferidos tinham um valor contabilístico e um justo valor de € 0 million e € 20 million em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente. Os passivos associados tinham o mesmo valor contabilístico e justo valor, o que resultou numa posição líquida de € 0 million e € 0 million em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente

O valor contabilístico de ativos transferidos para o Grupo tem um envolvimento contínuo

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Montante contabilístico dos ativos originais transferidos		
Títulos para negociação	1.073	1.043
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	317
Montante contabilístico dos ativos que continuam a ser reconhecidos		
Títulos para negociação	26	28
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	16
Montante escriturado de passivos associados	**52**	78

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com swaps de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda[1]	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda[1]
Empréstimos pelo custo amortizado						
Notas de titularização	441	397	397	389	344	344
Outros	0	0	0	0	0	0
Total de empréstimos pelo custo amortizado	**441**	**397**	**397**	389	344	344
Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados						
Notas de titularização	0	0	0	23	23	23
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados	**0**	**0**	**0**	23	23	23
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:						
Notas de titularização	669	560	560	706	592	592
Outros	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	**669**	**560**	**560**	706	592	592
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	**1.110**	**957**	**957**	1.118	959	959
Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	(0)	(0)	0	0	0	0
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	**(0)**	**(0)**	**0**	0	0	0

[1] A exposição máxima para a perda é definida como o valor contabilístico mais o valor nocional de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
em milhões de euros	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	50	220	25	48	164	7
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	(0)	(0)	0	0	0	0
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos	**50**	**220**	**25**	48	164	7

O Grupo penhora ativos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas. Em 31 de dezembro de 2024, o banco tinha empréstimos titularizados de € 11 billion e as obrigações próprias garantidas eram dadas como garantia em várias operações padronizadas de financiamento de títulos de mercado. Os empréstimos onerados abaixo incluem estes saldos.

Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes[1]

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	58.749	55.166
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.263	7.222
Empréstimos	41.758	54.148
Outros	4.462	9.610
Total	**110.231**	126.146

[1] Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora[1]

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	55.310	57.143
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.013	7.073
Empréstimos	4.618	5.428
Outros	2.904	7.815
Total	**67.845**	77.459

[1] Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	479.022	379.573
Dos quais:		
Garantia vendida ou repenhorada	366.245	324.757

21 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Ativos fixos tangíveis detidos (IAS 16)	Ativos de locação sob o direito de uso (IFRS 16)	Total
Custo da aquisição:							
Saldo em 1 de janeiro de 2023	503	2.434	3.523	216	6.676	6.187	**12.863**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(8)	7	0	(1)	34	34
Adições	0	84	40	297	422	263	685
Transferências	0	23	193	(50)	167	251	419
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(22)	0	0	0	(22)	0	(22)
Alienações	41	113	643	0	798	152	950
Alterações das taxas de câmbio	1	(27)	(43)	(2)	(71)	(77)	(148)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	441	2.393	3.078	461	6.374	6.507	**12.881**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(1)	(0)	0	(1)	(0)	(1)
Adições	1	128	107	293	528	145	673
Transferências	106	77	334	(394)	122	237	360
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	199	281	1	482	156	638
Alterações das taxas de câmbio	(1)	33	59	1	93	115	208
Saldo em 31 de dezembro de 2024	547	2.431	3.298	360	6.636	6.848	**13.484**
Depreciação e imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de janeiro de 2023	286	2.022	2.304	1	4.613	2.147	**6.760**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(10)	(0)	0	(11)	(0)	(11)
Depreciação	9	127	199	0	335	543	878
Perdas por imparidade	7	8	5	0	21	23	43
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	8	8
Transferências	(0)	17	54	0	71	(41)	29
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(19)	0	0	0	(19)	0	(19)
Alienações	20	108	638	0	766	141	907
Alterações das taxas de câmbio	0	(22)	(25)	(0)	(46)	(24)	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	264	2.033	1.900	1	4.198	2.498	**6.696**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(1)	(0)	0	(1)	0	(1)
Depreciação	5	126	266	0	397	548	945
Perdas por imparidade	14	1	19	0	34	34	67
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	2	2
Transferências	104	20	1	1	126	(0)	126
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	196	278	1	475	153	628
Alterações das taxas de câmbio	(0)	29	29	0	57	30	87
Saldo em 31 de dezembro de 2024	386	2.014	1.936	1	4.337	2.954	**7.291**
Valor escriturado:							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177	360	1.179	460	2.176	4.009	**6.185**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	161	417	1.361	360	2.299	3.894	**6.193**

As despesas de depreciação, as perdas por imparidade e a reversão de perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor escriturado das rubricas de ativos fixos tangíveis sobre os quais existe uma restrição de venda era de € 1 million e € 24 million em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente.

Os compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de € 24 million no final do exercício de 2024 e € 96 million no final do exercício de 2023.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático para os quais conta com ativos sob direito de uso. Durante 2024, os acréscimos a ativos sob direito de uso ascenderam a € 145 million e refletiram, em grande medida, novas locações imobiliárias. Os encargos de amortização no valor de € 548 million reconhecidos em 2024 resultaram principalmente do consumo previsto de ativos sob direito de uso para locações de propriedades durante os seus termos contratuais. O valor contabilístico de ativos sob direito de uso no valor de € 3.9 billion incluídos no total de ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2024 representava predominantemente propriedades arrendadas no valor de € 3.9 billion e locações de veículos no valor de € 19 million. Para obter mais informações sobre as propriedades arrendadas do Grupo e as divulgações associadas exigidas nos termos da IFRS 16, consulte a nota 22 "Locações".

22 – Locações

As divulgações do Grupo são na qualidade de locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis. O grupo aplicou o seu juízo na apresentação de informações relacionadas nos termos da IFRS 16, de uma forma que considera mais pertinente para uma compreensão do seu desempenho e da sua posição financeira.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático. O Grupo é locatário da maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de arrendamento de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação.

Em 31 de dezembro de 2024 (31 de dezembro de 2023), o grupo registava ativos sob direito de uso no seu balanço com um valor contabilístico de € 3.9 billion (€ 4.0 billion), os quais estão incluídos em ativos fixos tangíveis. Os ativos sob direito de uso representaram predominantemente propriedades arrendadas no valor de € 3.9 billion (€ 4.0 billion) e locações de veículos no valor de € 19 million (€ 13 million). Para obter mais informações sobre o desenvolvimento desde o início do ano até à data relativo aos ativos sob direito de uso, consulte a Nota 21 "Ativos fixos tangíveis".

Correspondendo ao reconhecimento dos ativos sob direito de uso, em 31 de dezembro de 2024 (31 de dezembro de 2023), o grupo registou passivos por locação no seu balanço com um valor contabilístico de € 4.5 billion (€ 4.5 billion), os quais estão incluídos em Outros passivos. Em 31 de dezembro de 2024, os passivos por locação incluíam o valor descontado de futuros pagamentos de rendas no valor de € 440 million relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O contrato de locação tem um prazo fixo até ao final de 2036, com opções para prolongar o contrato por dois períodos adicionais de cinco anos até ao final de 2046.

Durante 2024 e 2023, o custo com juros registados a partir da composição dos passivos por locação ascenderam a € 127 million e € 113 million, respetivamente. As maturidades contratuais para os fluxos de caixa não descontados destes passivos são apresentadas na Nota 31 "Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros".

As despesas reconhecidas em 2024 (2023) relativas a locações a curto prazo e locações de ativos de baixo valor, para as quais o grupo decidiu aplicar a isenção de reconhecimento nos termos da IFRS 16 (e, por conseguinte, não registar os ativos sob direito de uso e os passivos por locação correspondentes no balanço), ascenderam a € 2 million (€ 1 million) e € 0 million (€ 0 million), respetivamente.

As receitas registadas em 2024 (2023) provenientes da sublocação de ativos sob direito de uso totalizaram € 24 million (€ 29 million).

A saída de caixa total para as locações em 2024 (2023) foi de € 678 million (€ 645 million) e representou principalmente as despesas efetuadas para locações imobiliárias superiores a € 669 million (€ 638 million). Do montante total das saídas de caixa, foram efetuados pagamentos de € 552 million (€ 534 million) para a parte principal dos passivos por locação; os pagamentos de € 126 million (€ 111 million) foram efetuados para a parcela de juros.

As saídas de caixa futuras totais às quais o Grupo, enquanto locatário, está potencialmente exposto, que não se refletem na medição dos passivos da locação, incluem principalmente exposições potenciais ao pagamento decorrentes de opções de extensão (2024: € 4.7 billion e pagamentos futuros para locações ainda não iniciadas, mas para os quais o Grupo está comprometido (2024: € 68 million). As maturidades esperadas são apresentadas na tabela que se segue.

Saídas de caixa futuras às quais o grupo está potencialmente exposto que não se refletem na contabilização dos passivos por locação

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação:		
Até um ano	30	14
Entre um ano e cinco anos	470	590
Após cinco anos	4.230	4.318
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação	**4.731**	**4.922**

23 – Goodwill e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de goodwill

As alterações do valor contabilístico de goodwill, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de goodwill, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa.

As atividades do Grupo estão organizadas de acordo com a seguinte estrutura divisional: Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management. As divisões corporativas são consideradas UGC.

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Investment Bank	Corporate Bank	Asset Manage-ment	Private Bank	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023	0	0	2.919	0	**2.919**
Goodwill adquirido durante o exercício	235	0	0	0	235
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	(7)	0	(7)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade[1]	(233)	0	0	0	(233)
Alterações das taxas de câmbio/outras	(2)	0	(63)	0	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	0	0	2.849	0	**2.849**
Montante bruto do goodwill	4.175	615	3.336	3.723	**11.848**
Perdas por imparidade acumuladas	(4.175)	(615)	(487)	(3.723)	**(9.000)**
Saldo em 1 de janeiro de 2024	0	0	2.849	0	**2.849**
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade[1]	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0	114	0	114
Saldo em 31 de dezembro de 2024	0	0	2.963	0	**2.963**
Montante bruto do goodwill	4.418	643	3.477	3.737	**12.275**
Perdas por imparidade acumuladas	(4.418)	(643)	(515)	(3.737)	**(9.313)**

[1] As perdas por imparidade de goodwill são registadas como imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis na demonstração de resultados

Alterações de goodwill em 2024 apenas incluíram variações cambiais de goodwill Asset Management detidas em moedas não do Grupo.

Após a aquisição da Numis Corporation Plc em 13 de outubro de 2023 (ver Nota 3), a alocação do preço de compra para a concentração de atividades empresariais resultou no reconhecimento do goodwill de € 235 million, que foi alocado à UGC Investment Bank. Dada a avaliação da UGC Investment Bank, com um défice contínuo do seu valor recuperável em relação ao seu valor contabilístico, o goodwill foi considerado em imparidade e totalmente anulado no quarto trimestre de 2023.

Teste de imparidade de goodwill

Para efeitos de teste de imparidade, o goodwill adquirido numa combinação de negócios é atribuído à UGC apropriada, na base descrita na Nota 1 "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas". As UGC principais do Grupo são as descritas acima. O goodwill do Asset Management é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável da UGC com o seu valor escriturado. Além disso, o Grupo testa o goodwill sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso. A UGC de Asset Management foi a única UGC com goodwill a ser objeto de um teste de imparidade anual em 2023 e 2024. Os testes de imparidade realizados na Asset Management nestes períodos não resultaram numa perda por imparidade, uma vez que os montantes recuperáveis da UGC Asset Management eram superiores aos respetivos montantes escriturados.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou de determinados riscos políticos ou globais para a indústria bancária, incertezas relativamente à implementação da regulação já adotada e a introdução de legislação já em discussão podem resultar numa imparidade de goodwill no futuro.

Valor escriturado

O valor contabilístico de uma unidade geradora de caixa principal é apurado usando um modelo de afetação de capital baseado no Quadro de afetação do capital próprio dos acionistas do Grupo (consultar a Nota 4, “Segmentos de negócio e informações conexas”, para obter mais informações). A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas Tier 1 adicionais (“Notas AT1”) que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado para um ajustamento adicional para goodwill atribuível a participações minoritárias.

Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das suas unidades geradoras de caixa principais com base na de maior valor em utilização e justo valor menos os custos de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Utiliza um modelo de fluxo de caixa descontado que reflete os detalhes específicos do negócio bancário e do seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, que são atribuídas às UGC primárias.

O modelo de fluxos de caixa descontados usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros de cinco anos, bem como expetativas a mais longo prazo no impacto dos desenvolvimentos regulamentares, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de rendimentos além do período inicial de cinco anos são, onde aplicável, ajustadas para derivar um nível sustentável. No caso de um negócio em continuidade, o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir na direção de uma taxa de crescimento para a UGC de Asset Management a longo prazo constante de até 3.3% (2023: até 3.0%). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto. No que respeita à UGC de Asset Management, as taxas de desconto (após impostos) aplicadas para 2024 e 2023 foram de 10.4% e 10.9%, respetivamente.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Os principais pressupostos de gestão são:

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Asset Management	— Forte crescimento orgânico: Desenvolver a oferta de Xtrackers e Alternativos, manter um desempenho sólido no segmento Ativo e continuar a desenvolver canais e parcerias com clientes — O futuro das finanças: Sair vencedor da perturbação no espaço de Asset Management causada pelos canais de distribuição digital — Porta de entrada para a Europa: Tirar partido do franchise global e das raízes na Europa para se tornar o primeiro ponto de contacto para os investidores globais que pretendem investir na Europa	— Desafio e incerteza contínua em torno do ambiente de mercado e volatilidade desfavorável às suas estratégias de investimento — Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos — Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de fluxo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, desempenho de investimento desfavorável, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado — Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas

Sensibilidades: Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). Atualmente, na divisão Asset Management, o valor recuperável excede o valor contabilístico em 24%/€ 1.7 billion.

Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor escriturado

Alteração em pressupostos-chave	Asset Management
Aumento na taxa de desconto (após impostos)	
de	10,4%
para	12,3%
Alteração nos lucros futuros previstos em cada período até	(16,9)%
Taxa de crescimento a longo prazo	
de	3,3%
para	N/S

N/S – Não significativo, dado que uma taxa de 0% levaria ainda a um valor recuperável superior ao valor escriturado.

Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023

						Ativos intangíveis adquiridos		Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Não amortizado			Amortizado				Amortizado	
em milhões de euros	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	Software	
Custo de aquisição/ fabrico:									
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**1.083**	**441**	**1.524**	**1.421**	**70**	**792**	**2.283**	**10.116**	**13.923**
Adições	0	0	0	56	0	66	122	1.314	1.436
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	71	72
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	(4)	(4)	0	(4)
Alterações das taxas de câmbio	(37)	0	(37)	(21)	0	0	(21)	(72)	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.046**	**440**	**1.486**	**1.456**	**70**	**854**	**2.380**	**11.288**	**15.154**
Adições	0	0	0	2	0	8	10	1.407	1.417
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(49)	(1)	(1)	(51)	0	(51)
Alienações	0	0	0	0	0	31	31	121	152
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	23	23	(40)	(35)	(28)	(103)	(3)	(83)
Alterações das taxas de câmbio	71	0	71	42	0	2	44	171	286
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.117**	**463**	**1.580**	**1.411**	**35**	**803**	**2.249**	**12.742**	**16.571**
Amortização e imparidade acumulada:									
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**342**	**439**	**781**	**1.417**	**70**	**659**	**2.146**	**6.824**	**9.750**
Amortização do exercício	0	0	0	3	0	35	38	1.027	1.064[1]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	71	72
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	24	24[2]
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	(3)	(3)	0	(3)
Alterações das taxas de câmbio	(12)	0	(12)	(20)	0	(1)	(21)	(54)	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**330**	**439**	**769**	**1.399**	**70**	**690**	**2.159**	**7.749**	**10.676**
Amortização do exercício	0	0	0	5	0	36	41	1.130	1.171[3]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(49)	(1)	(1)	(51)	0	(51)
Alienações	0	0	0	0	0	31	31	121	152
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	29	29[4]
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	23	23	(40)	(34)	(29)	(103)	(1)	(80)
Alterações das taxas de câmbio	22	0	22	40	0	0	40	130	192
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**353**	**461**	**814**	**1.356**	**35**	**664**	**2.055**	**8.917**	**11.785**
Valor escriturado:									
Em 31 de dezembro de 2023	**716**	**1**	**717**	**57**	**0**	**164**	**221**	**3.539**	**4.478**
Em 31 de dezembro de 2024	**764**	**2**	**766**	**55**	**0**	**139**	**194**	**3.825**	**4.786**

[1] € 1.1 billion foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.
[2] € 24 million foram compostos por imparidades de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas.
[3] € 1.2 billion foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.
[4] € 29 million foram compostos por imparidades de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas.

Ativos intangíveis amortizados

Em 2024, a amortização de ativos intangíveis aumentou em € 261 million. Isto incluiu despesas de amortização no valor de € 1.2 billion, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (€ 1.2 billion) e imparidades de software da plataforma atual, bem como de software em desenvolvimento (€ 29 million). As adições aos ativos intangíveis gerados internamente de € 1.4 billion, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensaram o impacto negativo da amortização e dos encargos com imparidades no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais fraca em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de € 47 million.

Em 2023, a amortização de ativos intangíveis aumentou em € 330 million. Isto incluiu despesas de amortização no valor de € 1.1 billion, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (€ 1.1 billion) e imparidades de software da plataforma atual, bem como de software em desenvolvimento (€ 24 million). As adições aos ativos intangíveis gerados internamente de € 1.3 billion, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensaram o impacto negativo da amortização e dos encargos com imparidades no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais forte em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de € (19) million.

Em 2022, a amortização de ativos intangíveis aumentou em € 173 million. Isto incluiu despesas de amortização no valor de € 1.0 billion, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (€ 1.0 billion) e imparidades de software da plataforma atual, bem como de software em desenvolvimento (€ 30 million). As adições aos ativos intangíveis gerados internamente de € 1.1 billion, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensaram o impacto negativo da amortização e dos encargos com imparidades no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais fraca em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de € 50 million.

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em exercícios
Ativos intangíveis gerados internamente:	
Software	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 15
Outros	até 20

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, que ascendem a € 764 million741 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à unidade geradora de caixa da Asset Management. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à Asset Management o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis a um custo mínimo, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. em 2002.

O valor recuperável foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos, aplicando um plano de cinco anos, e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa de desconto, bem como a taxa de crescimento do valor terminal. A taxa de desconto (custo de capital) aplicada no teste da imparidade anual foi de 10.2 % em 2024 (10.9 % em 2023). A taxa de crescimento do valor terminal aplicada para 2024 foi de 3.7 % (para 2023 3.4 %).

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as respetivas análises de imparidade não resultaram numa perda por imparidade ou na reversão de uma perda por imparidade. Em 31 de dezembro de 2022, uma perda por imparidade no valor de € 68 million foi reconhecida na demonstração de resultados do Grupo no âmbito da imparidade do goodwill e outros ativos intangíveis, devido a saídas líquidas e à alteração da taxa de desconto para 10.9 % no quarto trimestre de 2022.

24 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Outros ativos	31	0
Total de ativos classificados como detidos para venda	**31**	**0**
Total de passivos classificados como detidos para venda	**0**	**0**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, nenhuns resultados não realizados associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

2024

Na divisão Investment Bank, uma carteira de ativos imobiliários detidos através de execução hipotecária foi classificada como ativos não correntes detidos para venda. A carteira é avaliada pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor menos os custos de venda e espera-se que seja vendida no prazo de um ano após a sua reclassificação.

2023

Em 31 de dezembro de 2023, nenhum ativo não corrente ou grupo para alienação estava classificado como detido para venda.

25 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	42.179	40.157
Valores a receber de corretagem prime	5	5
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	979	1.801
Valores a receber de operações regular way não liquidadas	17.527	30.603
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	60.690	72.566
Títulos de dívida detidos para recolher	21.627	21.831
Juros acumulados a receber	4.575	4.158
Ativos detidos para venda	31	0
Ativos relacionados com a atividade de seguros	133	92
Outros	14.152	16.049
Total de outros ativos	**101.207**	114.697

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	49.133	49.516
Valores a pagar de corretagem prime	13	18
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	1.207	2.641
Valores a pagar de operações regular way não liquidadas	13.401	29.365
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	63.755	81.539
Juros acumulados a pagar	5.113	4.785
Passivos detidos para venda	0	0
Passivos por locação	4.488	4.493
Passivos relacionados com a atividade de seguros	121	87
Outros	22.153	22.133
Total de outros passivos	**95.631**	113.036

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 24, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”.

26 – Depósitos

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Depósitos à ordem não remunerados	176.510	183.692
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	197.306	162.380
Depósitos a prazo	203.756	188.468
Depósitos de poupança	88.689	87.496
Total de depósitos remunerados	489.751	438.343
Total de depósitos	**666.261**	622.035

27 – Disposições

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Outros	Total[1]
Saldo em 1 de janeiro de 2023	**45**	**627**	**570**	**248**	**398**	**1.888**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	(2)	(0)	(2)	4	(1)
Novas provisões	8	881	109	287	709	1.993
Montantes utilizados	4	328	196	132	604	1.264
Montantes não utilizados revertidos	8	73	339	69	82	570
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	0	18	(13)	0	1	6
Transferências	(1)	1	(1)	0	(5)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**40**	**1.124**	**129**	**333**	**421**	**2.047**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	(0)	(0)
Novas provisões	6	2.201	84	149	312	2.751
Montantes utilizados	2	954	8	55	67	1.086
Montantes não utilizados revertidos	4	509	41	153	66	773
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	0	3	2	0	1	5
Transferências	(0)	30	(0)	0	(16)	13
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**40**	**1.895**	**166**	**273**	**584**	**2.958**

[1] Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 19, "Provisão para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais

Classes de provisões

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão do risco, pois exclui o risco de perda resultante de processos civis e de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

As provisões de processos civis surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

Outras provisões incluem várias rubricas específicas resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas, provisões para taxas bancárias e pedidos de recompra de hipotecas.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um

escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 encontram-se apresentadas na tabela acima. Para algumas matérias em que o Grupo acredita que uma saída de fundos é provável, mas o Grupo não pode estimar com fiabilidade o montante da saída potencial, não foi reconhecida qualquer provisão.

Para as matérias para as quais uma estimativa fiável pode ser feita, mas a probabilidade de uma perda futura ou saída de recursos é mais do que remota, mas menos do que provável, o Grupo estima atualmente que, em 31 de dezembro de 2024, esses passivos contingentes são aproximadamente de € 0.6 billion para matérias de contencioso civil (31 de dezembro de 2023: € 1.9 billion) e € 0.1 billion para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2023: € 0.2 billion). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Se a melhor estimativa do Grupo estiver dentro de um intervalo, o montante no topo do intervalo está incluído no montante dos passivos contingentes.

Para outras matérias relevantes de contencioso civil e execução regulamentar, em que o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Adicionalmente, nos casos em que o Grupo considera remota a possibilidade de uma saída de fundos, o Grupo não registou uma provisão nem incluiu as matérias nas estimativas de passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incorrida quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem um argumento válido de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Processos individuais atuais

Apresentam-se de seguida descrições de litígios civis e questões de aplicação da regulamentação ou grupos de questões para os quais o Grupo constituiu provisões materiais, ou para os quais existem passivos contingentes materiais, ou para os quais existe a possibilidade de um risco comercial ou de reputação material, bem como outras questões significativas. Além disso, os assuntos semelhantes são agrupados e alguns assuntos são constituídos por vários processos ou ações. As matérias divulgadas também incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda. As matérias são apresentados por ordem alfabética da lista em inglês, com base nos títulos utilizados pelo Grupo para as mesmas.

Ordem de consentimento e acordo escrito com a Reserva Federal. Em 19 de julho de 2023, o Deutsche Bank, o Deutsche Bank AG New York Branch, a DB USA Corporation, a Deutsche Bank Trust Company Americas (DBTCA) e a DWS USA Corporation celebraram uma ordem de consentimento e um acordo escrito com a Reserva Federal, resolvendo discussões regulamentares anteriormente divulgadas relativas à adesão a ordens e acordos anteriores relacionados com sanções e embargos e cumprimento de AML, e acordos e obrigações de correção relacionados com questões de gestão de riscos. A ordem de consentimento alega uma implementação insuficiente e tardia das sanções e embargos pós-acordo e dos compromissos de reforço do controlo AML exigidos por ordens de consentimento anteriores que o banco celebrou com a Reserva Federal em 2015 e 2017. O acordo escrito alega várias deficiências na governação, gestão de riscos e controlos internos nas operações do banco nos EUA e considera que o banco deve continuar a implementar melhorias adicionais. A ordem de consentimento exige que o Deutsche Bank pague uma sanção pecuniária civil no valor de U.S. $ 0 million, incluindo U.S. $ 0 million pelas alegadas violações no que diz respeito às sanções e embargos pós-acordo e aos compromissos de reforço do controlo AML, bem como uma sanção separada no valor de U.S. $ 0 million por práticas inseguras ou pouco sólidas decorrentes do tratamento pelo banco da sua antiga relação de correspondente bancário com o Danske Bank Estonia, que foi terminada em outubro de 2015. O acordo escrito não inclui uma sanção pecuniária civil. Tanto a ordem de consentimento como o acordo escrito incluem determinados compromissos de reparação e de apresentação de relatórios pós-acordo.

Investigações e litígios Cum-ex. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a transações de clientes Cum-ex. "Cum-ex" refere-se a atividades de negociação em ações alemãs em torno de datas de registo de dividendos (data de negociação anterior e data de liquidação posterior à data de registo dos dividendos) para obter créditos fiscais alemães ou restituições em relação à retenção na fonte cobrada sobre pagamentos de dividendos, incluindo estruturas de transações que resultaram na existência de mais do que um participante no mercado a reivindicar o mesmo pagamento de dividendos. As operações "cum-ex" são consideradas um crime de evasão fiscal pelos tribunais alemães. O Deutsche Bank está a cooperar com as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nestas matérias.

O Procurador do Ministério público de Colónia (*Staatsanwaltschaft Köln*, "CPP") tem vindo a realizar uma investigação criminal desde agosto de 2017 no que diz respeito a dois antigos colaboradores do Deutsche Bank em relação a transações Cum-ex de alguns antigos clientes do banco. Em outubro de 2022, o CPP realizou uma busca nos escritórios do Deutsche Bank em Frankfurt e Eschborn. Com base no mandado de busca, o CPP alargou o âmbito da investigação. São abrangidos pela investigação atuais e antigos colaboradores do Deutsche Bank e sete antigos membros do Conselho de Administração. Esta investigação encontra-se ainda numa fase inicial e o âmbito da mesma pode ainda ser alargado. O Deutsche Bank é um potencial participante secundário nos termos do artigo 30.º da lei alemã sobre infrações administrativas no presente processo. Este processo poderá resultar numa redução dos lucros e em multas. O Deutsche Bank está a colaborar com o CPP.

Em maio de 2021, o Deutsche Bank tomou conhecimento através de um pedido de informação recebido pelo Deutsche Oppenheim Family Office AG (DOAG) como sucessor legal de Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA (Sal. Oppenheim) que o CPP em 2021 abriu um processo de investigação criminal em relação a transações cum-ex contra antigo pessoal desconhecido de Sal. Oppenheim. O DOAG forneceu as informações solicitadas.

Em 12 de julho de 2023, o Deutsche Bank, na qualidade de sucessor legal do Deutsche Postbank AG, foi informado pelo CPP de que este tinha aberto uma nova investigação criminal separada contra pessoal não identificado do antigo Deutsche Postbank AG.

O Deutsche Bank agiu na sua qualidade de participante e apresentou pedidos de reembolso de impostos através do procedimento de reembolso eletrónico (*Elektronisches Datenträgerverfahren*) em nome, inter alia, de dois antigos clientes de custódia em ligação com as respetivas transações Cum-ex. Em fevereiro de 2018, o Deutsche Bank recebeu da Administração Federal Alemã (*Bundeszentralamt für Steuern*, "FTO") um pedido de cerca de € 49.0 million para as restituições fiscais pagas a um cliente de custódia anterior. O Deutsche Bank espera receber um aviso formal no mesmo montante. Em dezembro de 2019, o Deutsche Bank recebeu uma notificação de incumprimento do FTO, solicitando o pagamento de € 2.1 million em relação a pedidos de reembolso de impostos que o Deutsche Bank tinha apresentado em nome de outro antigo cliente de custódia, que o Deutsche Bank pagou no início de 2020. Em julho de 2022, o Deutsche Bank apresentou uma ação contra este pagamento junto do Tribunal Fiscal de Colónia *(Finanzgericht Köln*).

Em 2018, o Banco de Nova Iorque Mellon SA/NV ("BNY") informou o Deutsche Bank da sua intenção de solicitar uma indemnização por potencial responsabilidade por impostos associados "cum-ex" incorridos pelo BHF Asset Service GmbH (BAS) e/ou pelo Frankfurter Service Kapitalanlage-GmbH ("Service KAG", agora designado BNY Mellon Service Kapitalanlage-Gesellschaft mbH). O Deutsche Bank tinha adquirido o BAS e o Service KAG no âmbito da aquisição da Sal. Oppenheim em 2010 e vendeu-as ao BNY no final desse ano. O BNY estimou o potencial passivo fiscal em até € 120.0 million (excluindo juros de 6 % ao ano). No final de 2020, o consultor do BNY informou o Deutsche Bank de que o BNY e/ou a Service KAG (entre outras) receberam avisos das autoridades fiscais no montante estimado no que diz respeito às negociações "cum-ex" relacionadas por determinados fundos de investimento em 2009 e 2010. A BNY apresentou objeções contra os avisos. Na sequência da receção de ordens de pagamento das autoridades fiscais no montante de € 118.3 million em relação aos fundos de investimento e após consulta do Deutsche Bank, o BNY pagou € 53.6 million às autoridades fiscais. Mais € 50.9 million foram originalmente pagos por terceiros. Além disso, o BNY recebeu da Repartição de Finanças de Frankfurt, relativamente a um dos fundos de investimento, uma notificação e um pedido de pagamento de juros de mora *(Hinterziehungszinsen*) no montante de € 11.6 million. O BNY, após consulta do Deutsche Bank, solicitou uma suspensão da execução *(Aussetzung der Vollziehung*) relativamente ao pedido de pagamento, que foi concedida pelo Tribunal Fiscal de Hesse *(Hessisches Finanzgericht*) a 31 de outubro de 2024. Em 2025, o BNY informou o Deutsche Bank de que tinha recebido um reembolso de € 2.5 million devido a um pagamento efetuado em 2024 por um outro terceiro em relação a um dos fundos de investimento.

Em dezembro de 2023 e abril de 2024, o Deutsche Bank recebeu cartas de audição do FTO relativamente a três fundos de investimento de terceiros que efetuaram operações "cum-ex" em 2009. O Deutsche Bank prestou serviços e financiamento aos investidores dos fundos. Os fundos receberam um total de € 147 million em reembolsos de impostos retidos na fonte em 2009. Em fevereiro de 2024, o Deutsche Bank respondeu às duas primeiras cartas de audição. Em junho e julho de 2024, o Deutsche Bank recebeu duas notificações de responsabilidade fiscal (*Haftungsbescheide*) do FTO num montante agregado de € 85 million relativamente a dois dos fundos. O Deutsche Bank apresentou objeções (*Einsprüche*) e requereu a suspensão da execução (*Aussetzung der Vollziehung*) relativamente às notificações. A suspensão da execução foi concedida em julho de 2024.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações e litígios sobre produtos derivados cambiais. Na sequência de uma investigação interna sobre as vendas históricas de determinados produtos cambiais derivados, o Deutsche Bank está a fornecer informações e a cooperar com as autoridades reguladoras. Em dezembro de 2023, a Comissão Nacional do Mercado de Valores Mobiliários espanhola (CNMV) anunciou que iria dar início a um processo contra o Deutsche Bank, S.A.E. por serviços de consultoria prestados a clientes espanhóis relativamente a produtos derivados cambiais. Em janeiro de 2025, a CNMV concluiu esses processos e aplicou uma coima de 10 milhões de euros ao DB S.A.E. e uma suspensão de um ano dos serviços de consultoria prestados pelo DB S.A.E. relativamente a transações complexas de derivados OTC com estruturas cambiais complexas incorporadas. O DB S.A.E. interpôs recurso junto dos tribunais espanhóis. Separadamente, em setembro de 2021, o Deutsche Bank foi notificado de uma ação intentada no Supremo Tribunal de Inglaterra e País de Gales por quatro empresas do Palladium Hotels Group (PHG). O PHG reclamou a restituição ou indemnização por alegadas perdas estimadas em € 500 million relativamente a transações de derivados cambiais celebradas com o Deutsche Bank entre 2013 e 2019. Alegaram que as transações foram indevidamente vendidas pelo Deutsche Bank e que um dos quatro demandantes do PHG não tinha capacidade jurídica para realizar algumas das transações. O Deutsche Bank apresentou uma defesa, contestando o pedido. Em janeiro de 2024, o PHG apresentou uma alteração às alegações para incluir alegações adicionais de declarações fraudulentas. O Deutsche Bank apresentou uma alteração à defesa em fevereiro de 2024, que contesta as novas alegações. O Deutsche Bank e o PHG chegaram a um acordo total e definitivo sobre a ação em termos confidenciais e o processo no Supremo Tribunal foi encerrado em julho de 2024.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações e litígios no mercado cambial. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que investigaram as transações e vários outros aspetos do mercado cambial.

O Deutsche Bank foi nomeado réu numa ação coletiva alterada e consolidada apresentada em Israel. Esta ação alega uma conspiração entre negociantes de 16 bancos para manipular as taxas de referência de câmbio e alargar os spreads dos pares de moedas de câmbio no período de 2003 a 2013 e pede indemnizações nos termos da lei antitrust israelita, bem como outras causas de ação. Esta ação está em fases preliminares.

Em maio de 2021, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão foi nomeado numa ação civil antitrust intentada no Tribunal Cível da Jurisdição Central de São Paulo pela Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB) contra certos corretores cambiais e instituições financeiras filiadas no Brasil. Esta ação afirma alegações factuais baseadas na conduta investigada pela autoridade brasileira da concorrência, o CADE, e procura obter uma indemnização nos termos da lei antitrust brasileira. Em fevereiro de 2022, o juiz presidente indeferiu a ação com base no facto de a ação não ser apropriada para um processo coletivo. A AEB interpôs recurso da decisão. O Deutsche Bank ainda não foi notificado.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Questões de taxas interbancárias e de negociantes. *Matérias reguladoras e de aplicação da lei.* O Deutsche Bank respondeu a pedidos de informação de, e cooperou com, diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias e/ou de negociantes oferecidas.

De 2013 a 2017, o Deutsche Bank celebrou acordos com a Comissão Europeia, o Departamento de Justiça dos EUA (DOJ), a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (CFTC), a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA), o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) e outras entidades reguladoras relativamente a questões de taxas interbancárias e de taxas oferecidas por corretores. Permanecem em curso outras investigações do Deutsche Bank relativamente à fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Processos civis. O Deutsche Bank é parte em três ações judiciais nos Estados Unidos relativas a alegadas manipulações relacionadas com a fixação da taxa LIBOR em dólares americanos, bem como em ações pendentes no Reino Unido, Argentina e Espanha. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

As ações judiciais nos Estados Unidos foram intentadas contra o Deutsche Bank e vários outros arguidos em nome de partes que alegam perdas resultantes de manipulação relacionada com a fixação da LIBOR em dólares americanos. Os pedidos de indemnização para as três ações judiciais americanas discutidas foram apresentados ao abrigo de várias teorias jurídicas, incluindo violações de leis federais e estatais antitrust e outras.

Duas das três ações judiciais dos Estados Unidos relativas à LIBOR em dólares americanos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (o "MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos") no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque (SDNY). No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e março de 2019 que reduziram as queixas, os queixosos estão atualmente a apresentar queixas antitrust no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, queixas ao abrigo das leis Commodity Exchange Act e Securities Exchange Act dos Estados Unidos e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição.

Em 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas antitrust e a permitir que outras avançassem. Vários queixosos interpuseram recurso dessa decisão. Em dezembro de 2021, o tribunal de segunda instância confirmou a decisão do tribunal distrital sobre os fundamentos da defesa da concorrência, mas inverteu a decisão do tribunal por motivos de jurisdição pessoal, e remeteu os casos para o tribunal distrital para novos procedimentos. Em março de 2022, os demandados (incluindo o Deutsche Bank) apresentaram uma petição para um mandado de certiorari ao Supremo Tribunal dos EUA para rever a decisão do Tribunal de Recurso. O Supremo Tribunal dos EUA negou a petição dos demandados em junho de 2022.

Em 4 de outubro de 2024, os arguidos, incluindo o Deutsche Bank, apresentaram uma moção para um julgamento sumário no âmbito do processo MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. A moção está agora completamente instruída e a aguardar decisão.

Em agosto de 2020, os queixosos apresentaram uma ação não coletiva no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Norte da Califórnia contra várias instituições financeiras, alegando que a LIBOR em dólares dos Estados Unidos foi suprimida através do presente. Em setembro de 2022, o tribunal deferiu a moção dos réus, mas concedeu aos queixosos autorização de alteração da sua queixa. Mais tarde, em 2022, os queixosos apresentaram uma queixa alterada e os réus apresentaram uma moção para rejeitar a queixa alterada, que o tribunal deferiu em outubro de 2023. Os queixosos apresentaram uma notificação de recurso ao Tribunal de Recurso dos Estados Unidos para a Nona Comarca e uma notificação de recurso alterada em novembro de 2023. Os queixosos apresentaram o seu relatório de recurso em 25 de janeiro de 2024, e os arguidos apresentaram o seu relatório de recurso em 25 de março de 2024. O Tribunal confirmou a decisão do tribunal distrital que rejeitou a queixa em 9 de dezembro de 2024. Em 23 de dezembro de 2024, os queixosos apresentaram uma petição de reapreciação. Em 22 de janeiro de 2025, o Tribunal negou a petição dos queixosos para nova audiência.

Existe uma outra ação civil no Reino Unido relativa à LIBOR em dólares americanos intentada pela U.S. Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), que atua como liquidatária de 19 instituições financeiras falidas sediadas nos EUA, na qual foi apresentado um pedido de indemnização nos termos da legislação da UE, do Reino Unido e dos EUA. Em fevereiro de 2022, na sequência de uma decisão do Tribunal de segunda instância dos EUA para o Segundo Circuito em relação às reivindicações antitrust USD LIBOR, o processo UK LIBOR foi suspenso até julho de 2022, para permitir o esclarecimento da posição em relação ao processo paralelo instaurado pelo FDIC contra o Deutsche Bank nos EUA. O FDIC apresentou um pedido de reinstauração do processo nos Estados Unidos em julho de 2022. Após o termo da estadia no Reino Unido, numa conferência de gestão de casos que teve lugar em dezembro de 2022, o Tribunal do Reino Unido ordenou um julgamento de uma amostra de três das instituições financeiras falidas. Este julgamento de "banco de amostras" foi inscrito numa lista para um julgamento de 19 semanas em fevereiro de 2026. Em dezembro de 2022, o SDNY deferiu o pedido do FDIC para restabelecer algumas das suas reivindicações contra o Deutsche Bank (e os outros réus estrangeiros) nos EUA, na medida em que estas reivindicações sobreviveram a uma moção de indeferimento sobre o mérito e sujeitas à reserva de direitos dos réus para contestar as reivindicações no futuro.

Na Argentina, foi apresentada uma nova ação coletiva relativa à LIBOR, solicitando indemnizações por perdas alegadamente sofridas pelos detentores de obrigações argentinas com taxas de juro baseadas na LIBOR. Em 16 de agosto de 2024, o tribunal aceitou que o queixoso desistisse das suas reivindicações contra o Deutsche Bank e alguns outros arguidos, mas a ação continua pendente contra um arguido.

Questões relacionadas com Jeffrey Epstein. Em dezembro de 2018, o Deutsche Bank iniciou o processo de cessação da sua relação de cliente com Jeffrey Epstein, que teve início em agosto de 2013. Desde a detenção de Epstein em julho de 2019, o Deutsche Bank forneceu informações e cooperou com várias agências reguladoras e de aplicação da lei relativamente à antiga relação de cliente do banco com Epstein (individualmente e através de partes e entidades relacionadas) e celebrou acordos para resolver determinadas questões regulamentares e contenciosas. Para além disso, tal como referido abaixo, um processo mais recente de Epstein contra o Deutsche Bank foi encerrado com prejuízo.

Em 23 de novembro de 2023, o Deutsche Bank AG, o Deutsche Bank AG New York Branch e o DBTCA foram indicados como réus numa queixa apresentada no Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque por uma alegada vítima de Epstein. A queixa, alterada em 31 de dezembro de 2023, continha as mesmas reivindicações da Lei de Proteção das Vítimas de Tráfico e da lei de Nova Iorque que tinham sido apresentadas contra o banco numa queixa de ação coletiva recentemente resolvida no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY. Em 8 de abril de 2024, o queixoso desistiu de todas as ações contra o Deutsche Bank com prejuízo.

Monte Dei Paschi. Em novembro de 2019, o Tribunal de Primeira Instância de Milão condenou cinco antigos colaboradores do Deutsche Bank e um colaborador da altura por cumplicidade na contabilidade falsa e na manipulação do mercado em relação a operações de reporte que o Deutsche Bank tinha celebrado com o Banca Monte dei Paschi di Siena (MPS) e uma filial do MPS em 2008. Os indivíduos foram condenados a penas de 3 anos e 6 meses ou 4 anos e 8 meses. O Deutsche Bank foi considerado responsável nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001 e o tribunal ordenou a apreensão de alegados lucros no valor de € 64.9 million e uma multa de € 3 million. O Tribunal também considerou que o Deutsche Bank tinha responsabilidade civil indireta por danos (a quantificar) enquanto empregador dos colaboradores que foram condenados. As sentenças e as multas não eram devidas até à conclusão de qualquer processo de recurso. Na sequência de recursos interpostos pelo Deutsche Bank e pelos seis indivíduos do Deutsche Bank, em 2022, o Tribunal de Recurso de Milão absolveu todos os arguidos do Deutsche Bank de todas as acusações. Em novembro de 2022, o Ministério Público interpôs um recurso contra os veredictos do Tribunal de Recurso de Milão junto do Supremo Tribunal. Em outubro de 2023, o Supremo Tribunal declarou o recurso do Ministério Público inadmissível e confirmou as decisões de absolvição do Tribunal de Recurso de Milão, que são, por conseguinte, definitivas.

Em maio de 2018, a CONSOB, a autoridade responsável pela regulação dos mercados financeiros italianos, aplicou coimas de € 100,000 a cada um dos seis indivíduos do Deutsche Bank que eram arguidos no processo penal. Os seis indivíduos foram igualmente proibidos de exercer funções de gestão em Itália e em instituições sediadas em Itália durante três a seis meses cada um. Não foi aplicada qualquer coima ou sanção separada ao Deutsche Bank, mas este é solidariamente responsável pelas coimas aplicadas aos seis indivíduos do Deutsche Bank. Em junho de 2018, o Deutsche Bank e os seis indivíduos apresentaram um recurso no Tribunal de Recurso de Milão, contestando a decisão da CONSOB. Em dezembro de 2020, o Tribunal de Recurso de Milão deu provimento aos recursos interpostos pelo Deutsche Bank e pelos seis indivíduos e anulou a resolução que os sancionava. Em junho de 2021, a CONSOB interpôs recurso para o Supremo Tribunal contra a decisão do Tribunal de Recurso, mas retirou o seu recurso em novembro de 2024, na sequência da absolvição total dos seis indivíduos das acusações criminais contra eles apresentadas. Por conseguinte, a decisão do Tribunal de Recurso de Milão é agora definitiva e vinculativa.

Finalmente, no segundo trimestre de 2024, um antigo colaborador do Deutsche Bank apresentou e notificou uma ação contra o banco nos tribunais alemães, pedindo aproximadamente € 152 million de indemnização por alegados danos causados à sua carreira pelo processo penal italiano e pela condenação em primeira instância. Os outros cinco indivíduos do Deutsche Bank que participaram no processo penal também ameaçaram apresentar as suas próprias queixas nos tribunais ingleses. O Deutsche Bank considera que todas estas alegações não têm qualquer mérito e defender-se-á delas com firmeza, incluindo a contestação de alegadas perdas inflacionadas e irrealistas, como as alegadas na Alemanha.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Títulos relacionados com hipotecas e garantidos por património - Emitente e tomador do processo civil. O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS) e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospetos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank é réu numa ação relacionada com ofertas de RMBS interposta pela FDIC dos EUA como recetador do Citizens National Bank e do Strategic Capital Bank (alegando um montante não especificado em indemnização contra todos os réus). Nesta ação, as queixas readmitidas do tribunal de recurso anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição e petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas. Em maio de 2022, o FDIC indeferiu voluntariamente a sua reclamação em relação a uma das ofertas do RMBS e o Deutsche Bank apresentou uma moção para julgamento sumário solicitando o indeferimento da restante reclamação. A moção do Deutsche Bank foi totalmente apresentada em julho de 2022. A descoberta fica suspensa enquanto se aguarda a resolução da moção do Deutsche Bank.

O Deutsche Bank foi constituído réu em casos relativos a dois trusts RMBS apresentados inicialmente por investidores do RMBS e posteriormente pelo HSBC, como mandatário, no tribunal do estado de Nova Iorque. Os processos alegam violações do alegado dever do Deutsche Bank de notificar o administrador de violações de declarações e garantias ao nível dos empréstimos nas ofertas do RMBS ACE Securities Corp. 2006-FM1 e ACE Securities Corp. 2007-ASAP1, respetivamente. Os processos apresentavam originalmente queixas contra o Deutsche Bank por violações de representações e garantias, mas essas queixas foram rejeitadas por serem intempestivas e o tribunal de recurso confirmou essa decisão em abril de 2019. A fase de instrução está a decorrer.

Em outubro de 2019, os queixosos apresentaram duas queixas (uma pelo HSBC como fiduciário e outra pelos titulares de certificados) procurando reavivar, ao abrigo da Secção 205(a) da Lei e Regras de Prática Civil de Nova Iorque, as queixas intempestivas de violação de representações e garantias às quais o indeferimento foi afirmado no processo relativo à ACE Securities Corp. 2006-FM1. O tribunal de primeira instância indeferiu a ação dos titulares de certificado e o Primeiro Departamento confirmou o indeferimento em 2022. Os titulares de certificados apresentaram um pedido de autorização para recorrer ao Tribunal de Recurso, que foi recusado em 20 de fevereiro de 2024. O tribunal também rejeitou a ação de recuperação do fiduciário intentada pelo HSBC. Em novembro de 2022, o HSBC interpôs um recurso, que acabou por retirar em 18 de março de 2024.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

Títulos relacionados com hipotecas e garantidos por património – Processos civis do mandatário. As subsidiárias norte-americanas do Deutsche Bank, Deutsche Bank National Trust Company (DBNTC) e DBTCA (coletivamente, os "Fiduciários"), são rés em dois processos civis distintos e a DBNTC é ré num terceiro processo civil, intentado por investidores relativamente ao papel dos Fiduciários como administradores fiduciários de determinados fundos fiduciários do RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos de 1939 (Trust Indenture Act), com base no alegado incumprimento por parte das Mandatárias de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de trusts.

Os três processos incluem ações intentadas (a) pelo National Credit Union Administration Board (NCUA), na qualidade de investidor em 18 fundos fiduciários que alegadamente sofreram perdas totais de garantias realizadas superiores a U.S. $ 3.7 billion; (b) pelo Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 fundos fiduciários do RMBS, alegando perdas de centenas de milhões de dólares; e (c) pela IKB International, S.A. em liquidação e pela IKB Deutsche Industriebank A.G. (coletivamente, "IKB"), na qualidade de investidor em 12 fundos fiduciários do RMBS, inicialmente com um pedido de indemnização superior a U.S. $ 268 million, antes de a IKB ter voluntariamente retirado os seus pedidos de indemnização relativos a determinados certificados do RMBS. No caso do NCUA, a moção da DBNTC para indeferir a queixa alterada foi parcialmente concedida e parcialmente recusada, indeferindo as queixas de responsabilidade delitual da NCUA mas mantendo as respetivas queixas de violação de contrato. Ambas as partes apresentaram moções para um julgamento sumário parcial e essas moções estão totalmente instruídas e pendentes no tribunal. Em fevereiro de 2022, o tribunal no processo Commerzbank concedeu parcialmente e recusou parcialmente a moção de julgamento sumário da DBNTC e da DBTCA, indeferindo todas as queixas de responsabilidade delitual e indeferindo as queixas de violação de contrato relativas a determinados trusts, e negou a moção de julgamento sumário do Commerzbank na sua totalidade. Em 23 de janeiro de 2025, foi concluída uma segunda ronda de instrução do julgamento sumário. Em janeiro de 2021, o tribunal no processo da IKB deferiu em parte e indeferiu em parte a moção de indeferimento dos Fiduciários, indeferindo algumas das reivindicações da IKB, mas permitindo que algumas das suas reivindicações de violação de contrato e delito avançassem; os Fiduciários recorreram de alguns aspetos dessa decisão

e a IKB recorreu de outros aspetos. Em agosto de 2022, o Supremo Tribunal de Nova Iorque, Secção de Recurso, Primeiro Departamento, afirmou em parte e inverteu em parte a ordem do tribunal sobre a moção de indeferimento. A DBNTC e a DBTCA recorreram de certos aspetos da decisão do Primeiro Departamento. Em junho de 2023, o Tribunal de Recurso de Nova Iorque modificou parcialmente a decisão do Primeiro Departamento, rejeitando algumas reivindicações contratuais adicionais e as restantes reivindicações de responsabilidade civil da IKB. A ordem de agendamento contempla que a instrução do julgamento sumário estará concluída até 20 de março de 2025.

O Grupo estabeleceu passivos contingentes relativamente a algumas destas questões, mas não divulgou o montante porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

Matérias hipotecárias polacas. A partir de 2016, alguns clientes do Deutsche Bank Polska S.A. contactaram o Deutsche Bank Polska S.A., alegando que os seus contratos de empréstimo hipotecário em moeda estrangeira incluíam cláusulas injustas e eram inválidos. Estes clientes exigiram o reembolso dos alegados pagamentos excessivos ao abrigo desses acordos, num total de mais de € 864 million, tendo sido intentadas mais de 6,645 ações cíveis nos tribunais polacos até 31 de dezembro de 2024. Estes casos são um problema que afeta todo o setor na Polónia e outros bancos enfrentam reclamações semelhantes. O Deutsche Bank Polska S.A. tomou e irá tomar as ações judiciais necessárias para se defender e contestar tais reclamações nos tribunais.

Durante o ano de 2023, verificou-se uma deterioração do perfil de risco no que respeita à carteira de empréstimos hipotecários polacos sobre divisas, especialmente na sequência de uma decisão desfavorável do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias em 15 de junho de 2023, que afetou o setor bancário polaco em geral. Além disso, o banco aperfeiçoou o seu modelo de estimativa da provisão no terceiro trimestre de 2023, tendo em conta a evolução esperada das decisões judiciais e outros parâmetros de mercado.

Durante o quarto trimestre de 2024, como parte da revisão anual do modelo e da revisão trimestral do provisionamento, o Banco refinou a estimativa baseada no modelo com pontos de dados adicionais (por exemplo, informações mais recentes sobre ações, rácio de perdas, acordos judiciais, bem como número esperado de ações), o que resultou num aumento da provisão de € 317 million no quarto trimestre de 2024. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a provisão aumentou em € 475 million, resultando numa provisão total da carteira para casos de hipotecas em CHF e EUR de € 895 million em 31 de dezembro de 2024, em comparação com € 534 million em 31 de dezembro de 2023.

Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank. Em setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG ("Postbank"). Em 7 de outubro de 2010, o Deutsche Bank publicou a sua oferta oficial de aquisição e ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de € 25 por cada ação do Postbank. Esta oferta foi aceite para um total de aproximadamente 48.2 million ações do Postbank.

Vários antigos acionistas do Postbank que tinham aceite a oferta de aquisição apresentaram queixas contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo. Os queixosos alegam que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Postbank, o mais tardar, em 2009. Com base nisso, os queixosos alegam que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank pelas ações do Postbank devia ser aumentada para € 57.25 ou mesmo € 64.25 por ação.

Os pedidos de pagamento contra o Deutsche Bank em relação a estas questões ascendiam inicialmente a cerca de € 700 million (excluindo os juros, que seriam significativos devido à longa duração dos processos).

No final de abril de 2024, o Tribunal Regional Superior de Colónia indicou, numa audiência, que poderia considerar estas reivindicações válidas numa decisão posterior. Consequentemente, o Deutsche Bank reconheceu uma provisão de € 1.3 billion no segundo trimestre de 2024 para fazer face ao montante de todos os créditos pendentes e juros acumulados.

No terceiro trimestre de 2024, o Deutsche Bank chegou a acordos de resolução no que diz respeito a mais de 60% das reivindicações dos queixosos por valor no litígio (calculado com base nas participações afirmadas), o que resultou numa libertação parcial da provisão original. Em 31 de dezembro de 2024, mantém-se em vigor uma provisão de € 550 million para as reivindicações pendentes dos queixosos em 31 de dezembro de 2024.

Em 23 de outubro de 2024, o Tribunal Regional Superior de Colónia proferiu o seu acórdão no processo principal remanescente e julgou totalmente procedentes os pedidos dos queixosos. O tribunal não concedeu uma nova licença para recorrer para o Tribunal Federal de Justiça (BGH). Em 19 de novembro de 2024, o Deutsche Bank apresentou uma queixa contra o indeferimento da autorização de recurso junto do BGH.

A questão jurídica que se prende com a obrigatoriedade de o Deutsche Bank ter feito uma oferta de aquisição obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua aquisição voluntária em 2010 pode influenciar dois processos de avaliação pendentes (*Spruchverfahren*). Estes processos foram iniciados por antigos acionistas do Postbank com o objetivo de aumentar a remuneração em numerário de € 35.05 paga no âmbito do afastamento de acionistas do Postbank em 2015 e a remuneração em numerário oferecida de € 25.18 e a remuneração anual de € 1.66 paga no âmbito da execução de um acordo de transferência de resultados e de domínio (*Beherrschungs- und Gewinnabführungsvertrag*) entre a DB Finanz-Holding AG (agora DB Beteiligungs-Holding GmbH) e o Postbank em 2012. A remuneração de € 25.18 no âmbito do acordo de domínio e de transferência de lucros e perdas foi aceite para cerca de 0.5 million de

ações do Postbank. A remuneração de € 35.05 paga no âmbito do afastamento de acionistas em 2015 foi relevante para cerca de 7 million ações do Postbank.

Os participantes nos processos de avaliação pretendem uma possível obrigação do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória ao Postbank a um preço de oferta de € 57.25 , no mínimo, ao determinar a remuneração em numerário adequado nos processos de avaliação. O tribunal regional de Colónia tinha inicialmente seguido este parecer jurídico dos requerentes em duas resoluções. Numa decisão datada de junho de 2019, o tribunal regional de Colónia abandonou expressamente este parecer jurídico no âmbito do processo de apreciação em relação à execução de um acordo de domínio e de transferência de lucros e perdas. De acordo com a presente decisão, a questão de saber se o Deutsche Bank foi obrigado a fazer uma oferta obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua oferta de aquisição voluntária em 2010 não será relevante para determinar a compensação pecuniária adequada. É provável que o tribunal regional de Colónia adote a mesma posição jurídica no processo de apreciação no âmbito do processo de liquidação.

Em 1 de outubro de 2020, o Tribunal Regional de Colónia proferiu uma decisão no processo de avaliação relativo ao acordo de dominação e transferência de lucros e perdas (datado de 5 de dezembro de 2012), segundo a qual a remuneração anual nos termos do artigo 304.º da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs *(jährliche Ausgleichszahlung)* será aumentado em € 0.12 a € 1.78 por ação do Postbank e o montante de liquidação nos termos do artigo 305.º da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs *(Abfindungsbetrag)* será aumentado de € 4.56 para € 29.74 por ação do Postbank. O aumento do montante de liquidação é relevante para cerca de 0,5 milhões de antigas ações do Postbank, ao passo que o aumento da remuneração anual é relevante para cerca de 7 million de ações antigas do Postbank. O Deutsche Bank, bem como os requerentes, interpelaram esta decisão.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente aos processos de avaliação, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Contencioso RusChemAlliance. Em junho de 2023, a RusChemAlliance LLC ("RCA"), uma joint venture russa da Gazprom PJSC e da RusGasDobycha JSC, apresentou uma queixa contra o Deutsche Bank num tribunal de comércio estadual em São Petersburgo, solicitando o pagamento de aproximadamente € 238 million mais juros ao abrigo de uma garantia de adiantamento ("APG") emitida pelo Deutsche Bank em 2021 a pedido de um dos seus clientes. O pedido de pagamento da RCA ao abrigo da APG foi rejeitado pelo Deutsche Bank devido à imposição de sanções da UE contra a Rússia. No final de maio de 2024, o tribunal russo deferiu na íntegra o pedido de pagamento da RCA e o pedido de medidas provisórias da RCA, através do qual foi congelado um montante correspondente na filial russa do Deutsche Bank, uma vez que os tribunais russos não reconhecem a aplicabilidade das sanções da UE. Os recursos do Deutsche Bank contra esta decisão foram indeferidos em setembro de 2024 e janeiro de 2025, respetivamente.

Em 23 de outubro de 2024, a pedido da RCA, o tribunal russo concedeu uma injunção anti-suit ("ASI") contra o Deutsche Bank, proibindo-o de prosseguir qualquer processo judicial fora da Rússia relacionado com esta questão ou de executar quaisquer sentenças ou ordens concedidas por um tribunal fora da Rússia, sob a ameaça de uma sanção judicial de € 240 million em caso de incumprimento da ASI. O Deutsche Bank deu cumprimento à ordem da ASI em novembro de 2024. O recurso do Deutsche Bank contra a decisão da ASI foi indeferido em janeiro de 2025.

O Deutsche Bank reconheceu inicialmente uma provisão no montante de € 260 million e um ativo de reembolso correspondente ao abrigo de um acordo de indemnização em 2023. O custo do reconhecimento da provisão foi compensado pelo rendimento do reconhecimento inicial do ativo de reembolso. Em 15 de novembro de 2024, a RCA executou o seu crédito de pagamento no montante de € 244 million incluindo juros a pagar contra ativos do Deutsche Bank mantidos na Rússia. Após a execução pela RCA, que estava coberta pela disposição, os desenvolvimentos subsequentes levaram ao desreconhecimento do ativo de indemnização, uma vez que o recebimento do pagamento já não pode ser considerado como virtualmente certo. O Deutsche Bank é de opinião que possui um pedido de indemnização válido e defenderá a sua posição em tribunal.

Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA). O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Em 24 de maio de 2023, a Autoridade da Concorrência e dos Mercados do Reino Unido (CMA) enviou uma comunicação de objeções ao Deutsche Bank relativamente a uma potencial violação das regras antitrust do Reino Unido no que se refere à venda, negociação no mercado secundário e leilões de recompra de obrigações governamentais do Reino Unido, incluindo Gilts e Gilt asset swaps, entre 2009 e 2013. O Deutsche Bank cooperou proativamente com a CMA nesta matéria, pelo que lhe foi concedida imunidade provisória total. Em 21 de fevereiro de 2025, a CMA emitiu as suas decisões finais contra o Deutsche Bank e quatro outros bancos no âmbito desta investigação, tendo constatado infrações às regras antitrust do Reino Unido em datas específicas no período de 2009 a 2013. Não foi aplicada qualquer coima ao Deutsche Bank, uma vez que a CMA confirmou que este beneficiava de imunidade total, uma vez que tinha alertado a CMA para esta questão.

Em 22 de novembro de 2023, a Comissão Europeia anunciou a sua decisão de que o Deutsche Bank e um outro banco violaram no passado as regras antitrust da UE em relação à negociação no mercado secundário de obrigações SSA denominadas em euros e, numa medida muito limitada, de obrigações garantidas pelo Estado. O Deutsche Bank cooperou proativamente com a Comissão Europeia neste assunto e, como resultado, recebeu imunidade total. De acordo com as diretrizes da Comissão Europeia, não foi aplicada qualquer sanção financeira ao Deutsche Bank. O período de tempo da alegada infração terminou em 2016.

O Deutsche Bank é réu numa ação coletiva putativa intentada em 16 de junho de 2023 no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY por alegados participantes diretos no mercado, que reivindicam uma violação da legislação antitrust relacionada com a alegada manipulação do mercado secundário de negociação de obrigações governamentais do Reino Unido. A queixa pede danos triplos e honorários advocatícios. Em 13 de setembro de 2024, o Tribunal deferiu a moção do Deutsche Bank para indeferir a queixa por falta de apresentação de uma queixa. O queixoso deve pedir autorização ao Tribunal para alterar a queixa ou o processo será arquivado com prejuízo.

O Deutsche Bank foi citado como réu numa ação coletiva putativa intentada em dezembro de 2022 no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY por alegados participantes diretos no mercado, que alegam uma violação da legislação antitrust relacionada com a alegada manipulação do mercado secundário de negociação de obrigações soberanas denominadas em euros. Em 26 de agosto de 2024, o Tribunal deferiu a moção do Deutsche Bank para indeferir a queixa por falta de apresentação de uma queixa. Em 11 de setembro de 2024, o Tribunal proferiu uma decisão de arquivamento do processo com prejuízo.

O Deutsche Bank é também réu em ações coletivas putativas intentadas em 2017 no Tribunal Superior de Justiça do Ontário e no Tribunal Federal do Canadá, respetivamente, alegando violações da legislação antitrust e do direito comum relacionadas com a alegada manipulação da negociação secundária de obrigações SSA. As queixas procuram indemnizações compensatórias e punitivas. A 20 de julho de 2022, o Deutsche Bank celebrou um acordo de liquidação nacional que resolveria o pedido de indemnização federal canadiano relativamente às SSA contra todos os réus do Deutsche Bank. O Tribunal Federal do Canadá aprovou a liquidação em 15 de novembro de 2024.

O Deutsche Bank foi citado como réu numa ação coletiva consolidada apresentada no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY, alegando violações da lei antitrust dos EUA e uma queixa por enriquecimento sem causa relacionada com a negociação de obrigações do governo mexicano. A moção dos réus para rejeitar a queixa alterada consolidada dos queixosos foi concedida sem prejuízo. Os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, nomeando apenas os arguidos sediados no México, que também foi rejeitada sem prejuízo. Os queixosos recorreram para a Segunda Instância e, a 9 de fevereiro de 2024, o indeferimento da queixa foi anulado. Os queixosos apresentaram uma outra alteração à queixa em 12 de junho de 2024. Os arguidos apresentaram uma moção de rejeição em 29 de julho de 2024 e os queixosos apresentaram a sua oposição em 13 de setembro de 2024. Em 15 de janeiro de 2025, o Tribunal negou a moção de rejeição dos arguidos. O processo irá agora prosseguir para a descoberta.

Para além do indicado acima, o Grupo não divulgou se estabeleceu provisões ou passivos contingentes relativamente às matérias acima referidas pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações sobre Títulos do Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank colaborou nas investigações.

A Deutsche Bank Securities Inc., a principal subsidiária de corretagem do banco nos Estados Unidos (DBSI), foi demandada em várias ações coletivas putativas que alegavam violações da legislação antitrust dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e do direito comum relacionadas com a alegada manipulação do mercado de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes casos foram consolidados no SDNY. Em 2017, o tribunal excluiu a DBSI da ação coletiva sem prejuízo. Os réus apresentaram uma moção para rejeitar uma segunda queixa alterada, que foi aceite. Em 28 de abril de 2022, os queixosos apresentaram uma notificação de recurso. Em 1 de fevereiro de 2024, o Segundo Circuito emitiu uma decisão confirmando a sentença do tribunal distrital que rejeitou a segunda queixa alterada.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Litígios de spoofing de tesouraria dos Estados Unidos. Cinco ações coletivas putativas distintas foram intentadas no Tribunal Distrital do Illinois contra o Deutsche Bank AG e a DBSI. Os casos alegam que o Deutsche Bank e outras entidades não denominadas participaram num esquema de janeiro a dezembro de 2013 para enganar o mercado de contratos de futuros e opções de tesouraria e contratos de futuros e opções de euro/dólares. Na sequência da instrução de uma moção de indeferimento, o juiz ordenou uma instrução suplementar sobre as questões da legitimidade e da instrução jurisdicional, que foi agora substancialmente concluída. Os queixosos apresentaram uma queixa alterada e depois uma segunda queixa alterada. O Deutsche Bank AG e a DBSI apresentaram uma moção de recusa em 12 de setembro de 2023 e uma resposta em 13 de dezembro de 2023. Em 30 de setembro de 2024, o tribunal solicitou informações adicionais sobre a legitimidade nos termos do Artigo III da Constituição dos Estados Unidos, que foram concluídas em 21 de outubro de 2024.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

28 - Compromissos de crédito e passivos contingentes

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de fronting, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de performance, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a gestão do risco de crédito fornecer provas suficientes sobre uma perda esperada de um crédito, é constituída uma provisão, que é registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito revogáveis, compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Os montantes correspondem à utilização potencial máxima exigida pelo Grupo no caso de todas estas responsabilidades assumidas terem de ser financiadas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados necessários para estas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Compromissos de crédito irrevogáveis	219.767	206.084
Compromissos de crédito revogáveis	49.932	49.325
Passivos contingentes	73.468	65.131
Total	**343.167**	320.540

Outros compromissos e outros passivos contingentes

Os outros compromissos irrevogáveis e outros passivos contingentes do Grupo, sem considerar garantias ou provisões, eram de € 77.0 million em 31 de dezembro de 2024 e de € 74.2 million em 31 de dezembro de 2023. O número considera a utilização máxima potencial do Grupo no caso de todas estas responsabilidades assumidas terem de ser financiadas. Por conseguinte, os montantes não contêm os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-Membros da OCDE) definem parâmetros de referência (benchmarks) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas para auxiliar os clientes no financiamento de bens e serviços exportados. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maioria dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes S.A., agindo em nome da República Federal da Alemanha, pela Atradius Credito y Caucion S.A. de Seguros y Reaseguros, agindo em nome do Reino de Espanha, ou pela Korea Trade Insurance Corporation, agindo em nome da República da Coreia.

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas e proteção de depósitos

Algumas entidades do Grupo são obrigadas a fazer contribuições para as autoridades nacionais de resolução ou para os sistemas de proteção de depósitos, como o Fundo Único de Resolução (FUR) do Conselho Único de Resolução. Uma parte dessas contribuições pode ser efetuada sob a forma de compromissos de pagamento irrevogáveis (IPC) apoiados por garantias em numerário e em títulos.

Os IPC relacionados com a taxa bancária de acordo com a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancárias (BRRD), o FUR e a proteção de depósitos fornecida pelo fundo alemão de proteção de depósitos ascendiam a € 1.5 billion em 31 de dezembro de 2024 (31 de dezembro de 2023: € 1.4 billion). Há € 1.0 billion de IPC relacionados ao FUR (31 de dezembro de 2023: € 1.0 billion) e € 0.5 billion para o fundo de proteção de depósitos alemão (31 de dezembro de 2023: € 0.5 billion).

Em 31 de dezembro de 2024, o total das garantias prestadas para a IPC consistia em € 1.0 billion de garantias em numerário e € 481 million de garantias em títulos (31 de dezembro de 2023: € 1.4 billion e € 81 million, respetivamente). Há € 1.0 billion de garantias em numerário relacionadas com o FUR (31 de dezembro de 2023: € 1.0 billion).

O Grupo contabiliza os IPC como passivos contingentes, uma vez que não se considera provável que os IPC venham a ser acionados. Além disso, o Grupo continua a ser o proprietário económico das garantias prestadas.

Em outubro de 2023, numa questão não relacionada com o Grupo, o Tribunal Geral da UE proferiu um acórdão que apoiava o CUR na sua opinião de que, no caso de uma entidade que já não esteja abrangida pelo âmbito de aplicação do Mecanismo Único de Resolução, os seus IPC são cancelados e as garantias que suportam estes compromissos só são devolvidas se a entidade pagar uma contribuição em numerário ao FUR no mesmo montante. O queixoso interpôs recurso contra este acórdão para o Tribunal de Justiça da UE em janeiro de 2024. O Grupo é de opinião que a sua análise contabilística dos IPC no que diz respeito ao FUR e à proteção dos depósitos permanece inalterada em 31 de dezembro de 2024, e continua a acompanhar os desenvolvimentos jurídicos e o seu potencial impacto contabilístico.

29 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	5.954	5.497
Outros	3.940	4.123
Total de outros empréstimos a curto prazo	**9.895**	9.620

30 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2025	Vencimento em 2026	Vencimento em 2027	Vencimento em 2028	Vencimento em 2029	Vencimento após 2029	Total 31 de dez. 2024	Total 31 de dez. 2023
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	14.134	13.514	12.286	9.531	10.493	11.456	71.414	72.656
Taxa variável	2.058	1.442	2.768	823	494	3.611	11.196	9.028
Outros	1.554	1.545	881	1.469	939	14.190	20.578	26.394
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	2.883	2.000	2.436	0	0	4.307	11.626	11.163
Taxa variável	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	42	20	0	0	22	85	149
Total de dívida a longo prazo	20.628	18.543	18.391	11.823	11.926	33.587	114.899	119.390

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2024 e 2023.

Títulos fiduciários preferenciais[1]

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Taxa fixa	0	0
Taxa variável	287	289
Total de títulos fiduciários preferenciais	**287**	289

[1] Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

31 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

					31 dez 2024
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	176.510	0	0	0	0
Depósitos remunerados	198.010	159.292	112.543	16.012	10.422
Passivos detidos para negociação[1]	43.498	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	276.395	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	30.224	35.024	5.943	13.767	8.373
Passivos por contratos de investimento[2]	0	0	454	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[3]	0	978	616	31	65
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.227	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	407	1.143	182	1.089	25
Títulos cedidos por empréstimo	2	0	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	1.487	5.767	2.862	0	0
Dívida a longo prazo	0	7.119	18.030	70.602	36.195
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	302	0	0
Passivos por locação	3	157	454	1.933	3.116
Outros passivos financeiros	72.780	1.076	1.059	1.829	87
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	212.990	0	0	0	0
Garantias financeiras	32.368	0	0	0	0
Total[4]	1.045.902	210.557	142.445	105.263	58.284

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.
[2] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.
[3] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.
[4] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

					31 dez 2023
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	183.692	0	0	0	0
Depósitos remunerados	162.585	150.427	107.907	13.432	10.627
Passivos detidos para negociação[1]	44.005	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	238.260	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	26.522	41.868	4.862	7.438	5.064
Passivos por contratos de investimento[2]	0	0	484	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[3]	0	132	24	26	70
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.057	1	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	373	659	317	790	48
Títulos cedidos por empréstimo	3	0	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	1.566	5.338	2.910	0	0
Dívida a longo prazo	26	17.475	18.342	69.773	30.692
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	307	0	0
Passivos por locação	16	230	589	1.816	3.331
Outros passivos financeiros	90.041	1.342	1.954	509	62
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	197.337	0	0	0	0
Garantias financeiras	29.113	0	0	0	0
Total[4]	974.594	217.471	137.696	93.783	49.894

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.
[2] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor.
[3] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.
[4] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Notas adicionais

32 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de € 2.56, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias, 1 de janeiro de 2023	**2.066.773.131**	**(28.931.618)**	**2.037.841.513**
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações ordinárias canceladas	(26.530.172)	26.530.172	0
Ações compradas para tesouraria	0	(81.868.366)	(81.868.366)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	36.074.703	36.074.703
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2023	**2.040.242.959**	**(48.195.109)**	**1.992.047.850**
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações ordinárias canceladas	(45.541.366)	45.541.366	0
Ações compradas para tesouraria	0	(86.796.707)	(86.796.707)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	39.874.612	39.874.612
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2024	**1.994.701.593**	**(49.575.838)**	**1.945.125.755**

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

O Grupo readquiriu ações nos termos das autorizações de recompra de ações pelas Assembleias Gerais Anuais. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. As ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas, bem como para futuras compensações com base em ações.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário. Em 31 de dezembro de 2024, o Deutsche Bank AG tinha autorizado, mas não emitido, capital no valor de € 2,560,000,000, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2026. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
512.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações e podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis	30.4.2026
2.048.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis.	30.4.2026

Capital condicional

O Deutsche Bank não tem capital condicional pendente em 31 de dezembro de 2024.

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respetivamente.

	2024 (proposto)	2023	2022
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	1.312.959.884	882.615.288	609.934.751
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,68	0,45	0,30

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

33 – Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do Deutsche Bank Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do Deutsche Bank Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o período de lançamento para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma. Os prémios em ações diferidas estão sujeitos a provisões de perda de direitos e condições de desempenho até à sua disponibilização.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do Deutsche Bank Equity Plan para a atribuição dos prémios e, para os colaboradores de determinadas entidades jurídicas, o capital diferido é substituído por ações restritas devido a requisitos regulamentares locais.

Note-se que este quadro não abrange os prémios atribuídos ao Conselho de Administração. Para os prémios concedidos ao abrigo do DWS Equity Plan, consulte a secção Planos de remuneração com base em ações do DWS.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações:

Ano(s) de atribuição	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2022-2024[4]	Prémio anual	1/4: 12 meses[1] 1/4: 24 meses[1] 1/4: 36 meses[1] 1/4: 48 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (CB/IB/CRU e colab. que correm riscos materiais no âmbito do InstVV)[2]
	Prémio anual	1/3: 12 meses[1] 1/3: 24 meses[1] 1/3: 36 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (não CB/IB/CRU)[2]
	Prémio anual	1/5: 12 meses[1] 1/5: 24 meses[1] 1/5: 36 meses[1] 1/5: 48 meses[1] 1/5: 60 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (Direção)
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessação de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão[3]	Colaboradores selecionados
2019-2021[4]	Prémio anual	1/4: 12 meses[1] 1/4: 24 meses[1] 1/4: 36 meses[1] 1/4: 48 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (CB/IB/CRU e colab. que correm riscos materiais no âmbito do InstVV)[2]
	Prémio anual	1/3: 12 meses[1] 1/3: 24 meses[1] 1/3: 36 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (não CB/IB/CRU)[2]
	Prémio anual	1/5: 12 meses[1] 1/5: 24 meses[1] 1/5: 36 meses[1] 1/5: 48 meses[1] 1/5: 60 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (Direção)
	Retenção/Nova contratação/Off-Cycle[5]	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessação de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão[3]	Colaboradores regulamentados
2017-2018[4]	Prémio anual	1/4: 12 meses[1] 1/4: 24 meses[1] 1/4: 36 meses[1] 1/4: 48 meses[1] Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual Membros do Quadro de Liderança Sénior
	Sessação de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Retenção/Nova contratação/Off-Cycle	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos

[1] No caso dos colaboradores regulamentados pelo InstVV (e da Direção) aplica-se um novo período de retenção de doze meses (seis meses para os prémios concedidos entre 2017 e 2018)
[2] Para o ano de concessão de 2019, as divisões foram denominadas CIB, pelo que, para os anos de concessão de 2020 e 2021, a CIB é dividida em CB/IB/CRU
[3] A entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses
[4] Os prémios anuais e de Retenção/Nova Contratação incluem subvenções concedidas ao abrigo do Plano de Ações Restritas de 2018-2024
[5] Prémios Off-Cycle concedidos até 2020.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan. O Global Share Purchase Plan oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o Grupo rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, 10,978 colaboradores de 20 países inscreveram-se no ciclo que teve início em novembro de 2024.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela que se segue define os movimentos em unidades de prémios em ações, incluindo subsídios no âmbito da variante em numerário do Deutsche Bank Equity Plan.

Ações (em milhares)	2024	2023
Saldo pendente a partir de 1 de janeiro	**128.627**	127.528
Concedidas	41.167	50.930
Libertadas	(50.015)	(44.963)
Caducadas	(3.491)	(4.565)
Outros movimentos	300	(302)
Saldo pendente em 31 de dezembro	**116.588**	128.627

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2024			2023		
	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DB Equity Plan	10,30 €	12,92 €	1,4	9,85 €	11,51 €	1,5

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de € 14 million e € 12 million para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente.

O volume de subsídios de prémios em ações em circulação foi de aproximadamente € 1.0 billion e € 1.1 billion em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente. Deste modo, aproximadamente € 0.8 billion e € 0.8 billion tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício de relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração diferida com base em ações ascendiam a aproximadamente € 0.2 billion e € 0.3 billion em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente.

Planos de remuneração baseados em ações da DWS

O DWS Group atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DWS Equity Plan. Este plano representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

Em setembro de 2018, foram concedidos prémios únicos relacionados com IPO ao abrigo do plano de direitos de valorização de ações da DWS (RAE) a todos os colaboradores da DWS. Ao abrigo do plano de capital da DWS, foi concedido a um número limitado de diretores da DWS um prémio único de ações de desempenho relacionadas com o IPO. No que respeita aos membros do Conselho Executivo, os prémios únicos relacionados com o IPO ao abrigo do plano de capital próprio da DWS foram concedidos em janeiro de 2019.

O plano de direitos de valorização de ações da DWS representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário igual a qualquer valorização (ou ganho) no valor de um determinado número de ações nocionais da DWS ao longo de um período de tempo fixo. Este prémio não confere qualquer direito a receber ações da DWS, direitos de votação ou dividendos associados.

O plano de equidade da DWS é um plano de ações "phantom" que representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

O beneficiário do prémio de qualquer plano de remuneração com base em ações não tem direito a receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Os prémios de ações concedidos nos termos e condições de qualquer plano de remuneração com base em ações podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o fim do período de retenção para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

O quadro seguinte apresenta as condições de base dos planos baseados em ações da DWS:

Ano(s) de atribuição	Tipo de prémio	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2023 - 2024	Prémios anuais	1/4: 12 meses[1] 1/4: 24 meses[1] 1/4: 36 meses[1] 1/4: 48 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT InstVV)
	Prémios anuais	1/3: 12 meses[1] 1/3: 24 meses[1] 1/3: 36 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses[1] 1/5: 24 meses[1] 1/5: 36 meses[1] 1/5: 48 meses[1] 1/5: 60 meses[1]	Membros do Conselho Executivo
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão[1]	Colaboradores regulamentados
	Retenção/Nova contratação[4]	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessação de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
2022	Prémios anuais	1/4: 12 meses[1] 1/4: 24 meses[1] 1/4: 36 meses[1] 1/4: 48 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT InstVV)
	Prémios anuais	1/3: 12 meses[1] 1/3: 24 meses[1] 1/3: 36 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses[1] 1/5: 24 meses[1] 1/5: 36 meses[1] 1/5: 48 meses[1] 1/5: 60 meses[1]	Membros do Conselho Executivo
	Retenção/Nova contratação[4]	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessação de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
2021	Prémios anuais	1/4: 12 meses[1] 1/4: 24 meses[1] 1/4: 36 meses[1] 1/4: 48 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT InstVV)
	Prémios anuais	1/3: 12 meses[1] 1/3: 24 meses[1] 1/3: 36 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses[1] 1/5: 24 meses[1] 1/5: 36 meses[1] 1/5: 48 meses[1] 1/5: 60 meses[1]	Membros do Conselho Executivo
	Retenção/Nova contratação/Off-Cycle[4]	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
2020	Prémios anuais	1/3: 12 meses[1] 1/3: 24 meses[1] 1/3: 36 meses[1]	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses[1] 1/5: 24 meses[1] 1/5: 36 meses[1] 1/5: 48 meses[1] 1/5: 60 meses[1]	Membros do Conselho Executivo
	Sessação de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
2019	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses[1] 1/5: 24 meses[1] 1/5: 36 meses[1] 1/5: 48 meses[1] 1/5: 60 meses[1]	Membros do Conselho Executivo
	Prémio de ações de desempenho (prémio único relacionado com a IPO concedido em 2019)	1/3: Março de 2022[1] 1/3: Março de 2023[1] 1/3: Março de 2024[1]	Membros do Conselho Executivo

Ano(s) de atribuição	Tipo de prémio	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2018	Prémio de ações de desempenho (prémio único relacionado com a IPO)[1]	1/3: Março de 2022[1] 1/3: Março de 2023[1] 1/3: Março de 2024[1]	Selecionar diretores
	Prémio SAR (prémio único relacionado com a IPO)	Para não MRT: 1 de junho de 2021[3] Para MRT: 1 de março de 2023[1,3]	todos os colaboradores da DWS[2]

[1] Dependendo do seu estatuto regulamentar individual, aplica-se um período de retenção de seis meses (MRT AIFMD/UCITS) ou um período de retenção de doze meses (MRT InstVV, ou IFD a partir de 2023) após a aquisição do direito
[2] Exceto se o colaborador tiver recebido o Prémio de ações de desempenho
[3] No caso de prémios pendentes, aplica-se um período de exercício de 4 anos após a aquisição/período de retenção
[4] Prémios Off-Cycle apenas para trabalhadores não abrangidos pela regulamentação do InstVV

O quadro seguinte define os movimentos em unidades de prémios em ações.

	DWS Equity Plan		Plano SAR da DWS			
	2024	2023	2024		2023	
Ações (em milhares)	Número de prémios	Número de prémios	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada
Pendentes no início do exercício	2.377	2.329	735	24,65 €	887	24,65 €
Concedidas	938	1.213	35	22,33 €	0	-
Emitidas ou exercidas	(1.342)	(1.101)	(369)	24,35 €	(122)	24,65 €
Caducadas	(41)	(86)	0	-	(10)	24,65 €
Expiradas	0	0	(18)	23,40 €	(18)	24,65 €
Outros movimentos	86	22	(16)	22,33 €	(1)	24,65 €
Pendentes no final do exercício	2.017	2.377	367	22,33 €	735	24,65 €
Das quais, exercíveis	0	0	367	22,33 €	695	24,65 €

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2024			2023		
	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DWS Equity Plan	31,59 €	35,79 €	1,4	25,40 €	31,33 €	1,4
Plano SAR da DWS	13,40 €	38,78 €	0,8	n/d	31,64 €	1,9

O justo valor de subsídios de prémios com base em ações em circulação era de aproximadamente € 74 million e € 72 million em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente. Destes prémios, aproximadamente € 63 million e € 62 million foram reconhecidos na demonstração de resultados até ao período findo em 2024 e 2023 respetivamente, dos quais € 40 million e € 42 million em 31 de dezembro de 2024 e 2023 dizem respeito a prémios totalmente adquiridos. O total de despesas não reconhecidas relacionadas com planos baseados em ações era de aproximadamente € 12 million e € 9 million em 31 de dezembro de 2024 e 2023 respetivamente, dependendo da evolução futura do preço das ações.

O justo valor do plano de direitos de valorização de ações da DWS foi medido utilizando o modelo generalizado de Black-Scholes. As responsabilidades incorridas são reajustadas no final de cada período de relato até à liquidação. Os principais inputs são o valor de mercado na data de relato, descontado em quaisquer dividendos que não tenham sido cobrados durante os períodos de detenção do prémio, e o ajustamento para os níveis esperados e efetivos de aquisição de direitos, o qual inclui a estimativa do número de colaboradores elegíveis que saem do grupo e o número de colaboradores elegíveis para reforma antecipada. Os dados utilizados na medição dos justos valores na data de atribuição e na data de medição foram os seguintes:

	Data de medição 31 de dezembro de 2024	Data de medição 31 de dezembro de 2023
Unidades (em milhares)	367	735
Justo valor	17,72 €	10,81 €
Cotação da ação	39,80 €	34,80 €
Cotação do exercício	22,33 €	24,65 €
Volatilidade esperada (média ponderada)	33%	32%
Vida útil esperada (média ponderada) em anos	0,8	1,9
Dividendos esperados (% do rendimento)	65%	88%

Dado que não existe um mercado líquido para a volatilidade implícita das ações da DWS, o cálculo da volatilidade do preço das ações da DWS baseia-se em dados históricos de 5 anos para a DWS e um grupo comparável de pares.

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

					31 dez 2024
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	3.084	272	229	715	4.300
Participantes em estado diferido	1.805	1.321	526	84	3.736
Participantes em estado de pagamento	5.075	1.210	461	229	6.975
Total da obrigação com benefícios definidos	9.964	2.803	1.216	1.028	15.011
Justo valor dos ativos dos planos	10.237	3.678	1.050	1.141	16.106
Rácio de financiamento (em %)	103%	131%	86%[1]	111%	107%

[1] A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (€ 120 million), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos nos EUA, excluindo o Medicare, é de 96 %

					31 dez 2023
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	3.301	300	215	661	4.477
Participantes em estado diferido	1.926	1.450	509	87	3.972
Participantes em estado de pagamento	5.277	1.276	448	231	7.232
Total da obrigação com benefícios definidos	10.504	3.026	1.172	979	15.681
Justo valor dos ativos dos planos	10.532	3.912	1.003	1.071	16.518
Rácio de financiamento (em %)	100%	129%	86%[1]	109%	105%

[1] A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (€ 119 million), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos nos EUA, excluindo o Medicare, é de 95 %

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores ou sindicatos do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas individuais com base na remuneração atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único, um número fixo de parcelas anuais ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade vitalícia. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego era de € 142 million e € 145 million a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam risco limitado para o Grupo, dada a natureza e dimensão do passivo dos planos de saúde pós-emprego face à dimensão do balanço do Grupo no final do exercício de 2024.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2024	539	113	85	62	799
Benefícios que deverão ser pagos 2025	565	128	89	76	858
Benefícios que deverão ser pagos 2026	568	135	92	67	862
Benefícios que deverão ser pagos 2027	587	146	91	70	894
Benefícios que deverão ser pagos 2028	600	156	96	73	925
Benefícios que deverão ser pagos 2029	615	168	95	72	950
Benefícios que deverão ser pagos 2030 - 2034	3.211	911	460	377	4.959
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	11	15	9	9	11

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV) juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro.

Governação e risco

O Grupo mantém um Comité de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se pelo menos trimestralmente e reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governação e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais.

Durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Quaisquer alterações ao plano seguem um processo que requer a aprovação dos Recursos humanos do Grupo e, acima de um determinado limiar, também do Comité de Pensões.

A gestão do risco das pensões está integrada na organização de gestão do risco do Grupo, com forte incidência nos riscos de mercado dada a importância da evolução do mercado de capitais (por exemplo, taxa de juro, spread do crédito, inflação dos preços) para o valor dos ativos e passivos do plano, daí as IFRS e o capital regulamentar. A gestão do risco engloba assim a medição, monitorização e comunicação regular de riscos através de métricas específicas, bem como um quadro de controlo de riscos, por exemplo, através do estabelecimento de limites ou limiares de risco, conforme aplicável. As atividades de gestão de riscos também incluem a contrapartida, revisão e medição de outros riscos financeiros, por exemplo, riscos demográficos e outros pressupostos atuariais (por exemplo, risco de longevidade), mas também a avaliação de modelos, avaliação e outros riscos não financeiros.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos spreads de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, que são parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. O princípio de financiamento do Grupo visa manter o financiamento da obrigação com benefícios definidos (*defined benefit obligation*) através de ativos dos planos, num intervalo de 90 % a 100 % da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para muitos dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência ao princípio de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Grupo acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta o nível de financiamento relativamente elevado e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência ao princípio de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

A fim de limitar a medida em que o Grupo violou o limite superior do seu rácio de financiamento pretendido na Alemanha, o Grupo reclamou cerca de € 520 million e € 490 million ao trust em 2024 e 2023, respetivamente, dos ativos do plano, o que representa os benefícios pagos a partir dos ativos do Banco em nome do trust.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação para assegurar a sua consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comité de Pensões do Grupo. A direção do Grupo é regularmente informada de movimentos e alterações nos principais pressupostos atuariais.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31 dez 2024				31 dez 2023			
	Alemanha	Reino Unido	EUA[1]	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA[1]	Outros
Taxa de desconto (em %)	3,52%	5,48%	5,51%	3,20%	3,33%	4,50%	5,01%	3,33%
Taxa de inflação dos preços (em %)	2,06%	3,46%	2,20%	1,60%	2,30%	3,42%	2,20%	1,84%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,25%	3,46%	2,30%	2,96%	2,48%	3,42%	2,30%	2,83%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	2,06%	3,18%	2,20%	0,59%	2,77%	3,15%	2,20%	0,69%
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	21,5	23,2	22,1	22,0	21,4	23,2	22,0	22,0
Mulher com 65 anos à data de medição	23,7	25,1	23,5	24,1	23,6	25,0	23,5	24,1
Homem com 45 anos à data de medição	22,8	24,4	23,5	23,6	22,7	24,4	23,4	23,5
Mulher com 45 anos à data de medição	24,8	26,4	24,9	25,6	24,7	26,3	24,8	25,6
Tabelas de mortalidade aplicadas	Richttafeln Heubeck 2018G modificado	SAPS (S3) Light/ Very Light com projeções CMI 2023	PRI-2012 com projeções MP-2021	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2018G modificado	SAPS (S3) Light\ Very Light com projeções CMI 2022	PRI-2012 com projeções MP-2021	Tabelas específicas do país

[1] Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rendibilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - que deriva de um universo de obrigações com origem em prestadores de dados de mercado de terceiros reputados - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano.

Em 2023, foi efetuado um refinamento da metodologia da curva de desconto da zona euro, a fim de a alinhar melhor com os dados de mercado a longo prazo, resultando num lucro reconhecido em Outro rendimento integral de € 70 million.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local. Em 2024, o Grupo introduziu um refinamento na metodologia de estimativa dos aumentos das pensões em pagamento para o seu principal plano de pensões alemão, a fim de melhor refletir os efeitos da recente inflação a curto prazo, o que resultou num benefício reconhecido em Outro Rendimento Integral de € 100 million.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com as melhores estimativas correntes nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

					2024
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	10.504	3.026	1.172	979	15.681
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	119	8	7	37	171
Custos com juros	343	137	58	32	570
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	14	1	0	0	15
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(549)	(398)	(13)	13	(947)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	10	0	3	13
Resultados atuariais decorrentes da experiência	71	(12)	(1)	11	69
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Benefícios pagos	(539)	(113)	(85)	(62)	(799)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	142	78	(1)	219
Outros	0	2	0	0	2
Saldo, fim do exercício	9.964	2.803	1.216	1.028	15.011
dos quais:					
Não financiadas	0	10	139	68	217
Financiadas	9.964	2.793	1.077	960	14.794
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10.532	3.912	1.003	1.071	16.518
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	350	177	50	34	611
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(148)	(479)	4	34	(589)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Contribuições pagas pelo empregador	41	0	0	36	77
Benefícios pagos[1]	(539)	(112)	(71)	(54)	(776)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	185	67	4	256
Outros	0	0	0	1	1
Custos de administração do plano	0	(5)	(3)	(1)	(9)
Saldo, fim do exercício	10.237	3.678	1.050	1.141	16.106
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	273	875	(166)	113	1.095
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	(102)	(102)
Custos com juros	0	0	0	(1)	(1)
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(9)	(9)
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	1	1
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(111)	(111)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	273	875	(166)	2	984[2]
Justo valor dos direitos de reembolso	0	0	0	3	3

[1] Apenas para planos com fundos constituídos
[2] Destes, € 1,301 million reconhecidos em outros ativos e € 317 million em outros passivos

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	2023 Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	**10.037**	**2.876**	**1.202**	**884**	**14.999**
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	115	9	7	33	164
Custos com juros	373	137	61	35	606
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	8	2	0	(1)	9
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	387	55	39	36	517
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	36	(59)	0	(1)	(24)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	45	55	(7)	9	102
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Benefícios pagos	(498)	(109)	(89)	(50)	(746)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	60	(41)	18	37
Outros	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	**10.504**	**3.026**	**1.172**	**979**	**15.681**
dos quais:					
Não financiadas	0	9	138	72	219
Financiadas	10.504	3.017	1.034	907	15.462
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	**10.351**	**3.768**	**996**	**962**	**16.077**
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	387	180	50	37	654
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	247	(5)	28	28	298
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Contribuições pagas pelo empregador	44	0	40	41	125
Benefícios pagos[1]	(498)	(108)	(74)	(41)	(721)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	83	(35)	29	77
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(6)	(2)	(1)	(9)
Saldo, fim do exercício	**10.532**	**3.912**	**1.003**	**1.071**	**16.518**
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	**28**	**886**	**(169)**	**92**	**837**
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	**0**	**0**	**0**	**(107)**	**(107)**
Custos com juros	0	0	0	(2)	(2)
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	13	13
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(6)	(6)
Saldo, fim do exercício	**0**	**0**	**0**	**(102)**	**(102)**
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	**28**	**886**	**(169)**	**(10)**	**735[2]**
Justo valor dos direitos de reembolso	0	0	0	3	3

[1] Apenas para planos com fundos constituídos
[2] Destes, € 1,087 million reconhecidos em outros ativos e € 353 million em outros passivos

Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo de impactos adversos dos seus planos de planos de benefícios definidos em métricas financeiras essenciais. O enfoque principal é proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS dos planos no caso de cenários de mercado adversos. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comités de investimento.

Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Grupo pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo. Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, spreads de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões.

Quando o nível de cobertura desejado para riscos de mercado não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, swaps de inflação de taxas de juro e swaps de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos que procuram retorno, tais como ações, imóveis, obrigações de alta rendibilidade ou obrigações de mercados emergentes para criar valor a longo prazo e alcançar benefícios de diversificação. Além disso, esta mudança na estratégia de investimento permite assumir ativamente as exposições ao risco de mercado das taxas de juro e dos spreads de crédito dentro de limites definidos regidos pelo Comité de Pensões. Como resultado, o risco de mercado dos ativos dos planos foi reduzido.

Em 2024, o Grupo firmou duas transações de recompra com uma seguradora terceira para reduzir o risco de € 1.1 billion de exposição aos planos de pensões de benefícios definidos do Reino Unido financiados a partir de ativos existentes, sem necessidade de contribuição patronal adicional. O reconhecimento da apólice de seguro como um ativo do plano de qualificação teve um impacto negativo em Outro rendimento integral da demonstração financeira do Grupo de aproximadamente € 120 million. Uma transação de recompra semelhante para reduzir o risco de exposição de € 515 million ocorreu em 2023, o que teve um impacto negativo em Outro rendimento integral da demonstração financeira do Grupo de aproximadamente € 33 million. No total, o Grupo celebrou cinco transações de recompra no Reino Unido com seguradoras terceiras que protegem o Grupo de movimentos nas obrigações de benefícios definidos de cerca de € 2.8 billion em 31 de dezembro de 2024.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos "cotados" (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como "outros" (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

	31 dez 2024					31 dez 2023				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	305	163	3	66	537	179	92	53	71	395
Instrumentos de capital[1]	1.060	0	111	256	1.427	1.213	0	109	215	1.537
Obrigações investment-grade[2]										
Governamentais	1.814	77	277	214	2.382	1.882	919	366	189	3.356
Obrigações não governamentais	4.090	531	474	358	5.453	4.081	915	369	347	5.712
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	86	0	4	4	94	103	1	1	4	109
Obrigações não governamentais	380	17	19	25	441	325	73	16	21	435
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	37	21	85	16	159	47	99	78	10	234
Seguros	0	2.756	0	16	2.772	0	1.807	0	15	1.822
Alternativos										
Imobiliário	719	0	0	99	818	727	0	0	97	824
Matérias-primas	54	0	0	2	56	39	0	0	4	43
Capital privado	0	0	0	4	4	0	0	0	3	3
Outros[3]	989	0	0	60	1.049	1.022	0	0	60	1.082
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	730	113	(49)	13	807	909	171	(3)	17	1.094
Crédito	(18)	0	57	0	39	(18)	(1)	16	0	(3)
Inflação	0	0	0	14	14	0	(5)	0	13	8
Divisas	(17)	0	0	(6)	(23)	21	0	0	5	26
Outros	8	0	69	0	77	2	(159)	(2)	0	(159)
Total do justo valor dos ativos dos planos	**10.237**	**3.678**	**1.050**	**1.141**	**16.106**	10.532	3.912	1.003	1.071	16.518

[1] A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World
[2] *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A
[3] Esta posição contém fundos mistos que não podem ser segregados para outras categorias de ativos

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

em milhões de euros	31 dez 2024					31 dez 2023				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	(118)	(56)	3	12	(159)	29	92	50	19	190
Instrumentos de capital[1]	757	0	110	45	912	933	0	109	39	1.081
Obrigações investment-grade[2]										
Governamentais	599	77	256	52	984	601	919	360	41	1.921
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	2	0	1	0	3	1	1	0	0	2
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	0	0	0	0	0	0	98	0	0	98
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	0	(57)	0	(57)	0	0	(16)	0	(16)
Crédito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inflação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	8	0	0	0	8	2	0	0	0	2
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	**1.248**	**21**	**313**	**109**	**1.691**	1.566	1.110	503	99	3.278

[1] A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World
[2] *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de “outros” definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

em milhões de euros	31 dez 2024						
	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(20)	172	30	311	20	24	537
Instrumentos de capital	29	30	818	345	150	55	1.427
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	376	77	300	980	207	442	2.382
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	2	0	1	0	0	91	94
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	500	632	1.843	2.021	392	65	5.453
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	26	27	22	359	3	4	441
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	23	21	83	15	17	0	159
Subtotal	936	959	3.097	4.031	789	681	10.493
Ação (em %)	9%	9%	30%	38%	8%	6%	100%
Outras categorias de ativos							5.613
Justo valor dos ativos dos planos							16.106

							31 dez 2023
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(20)	98	67	195	29	26	395
Instrumentos de capital	21	52	921	325	179	40	1.538
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	420	919	419	910	191	497	3.356
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	0	1	0	2	0	106	109
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	503	693	1.909	2.099	449	60	5.713
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	5	67	29	330	3	1	435
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	32	98	77	14	10	1	232
Subtotal	961	1.928	3.422	3.875	861	731	11.778
Ação (em %)	8%	16%	29%	33%	7%	6%	100%
Outras categorias de ativos							4.740
Justo valor dos ativos dos planos							16.518

Os ativos do plano incluem transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado positivo global de cerca de € 810 million em 31 de dezembro de 2024 e € 930 million em 31 de dezembro de 2023, respetivamente. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de juros deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de juros baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de juros. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensões de benefícios definidos, as alterações nas condições do mercado de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais (por exemplo, através da taxa de desconto e da taxa de inflação de preços), bem como no justo valor dos ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo ou tem segurada parte das obrigações como no Reino Unido, a exposição global ao risco do Grupo a tais alterações é reduzida. Para ajudar os leitores a compreender melhor a exposição ao risco do Grupo aos principais movimentos do mercado de capitais, é mostrado o impacto líquido da alteração das obrigações de benefícios definidos e dos ativos do plano devido a uma alteração do fator de risco de mercado relacionado ou do pressuposto atuarial subjacente. Quando as alterações nos pressupostos atuariais não afetam os ativos do plano, apenas é reportado o impacto nas obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

em milhões de euros	31 dez 2024				31 dez 2023			
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
Taxa de juros (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(525)	(210)	(25)	(45)	(575)	(230)	(25)	(40)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	465	225	20	15	355	150	20	15
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(60)**	**15**	**(5)**	**(30)**	(220)	(80)	(5)	(25)
Taxa de juros (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	500	195	25	40	545	215	25	40
Diminuição esperada nos ativos do plano[1]	(465)	(205)	(20)	(15)	(355)	(150)	(20)	(15)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**35**	**(10)**	**5**	**25**	190	65	5	25
Spreads de crédito (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(525)	(210)	(55)	(50)	(575)	(230)	(50)	(45)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	305	220	35	10	320	65	15	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(220)**	**10**	**(20)**	**(40)**	(255)	(165)	(35)	(35)
Spreads de crédito (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	500	195	50	45	545	215	50	45
Diminuição esperada nos ativos do plano[1]	(305)	(200)	(35)	(10)	(320)	(65)	(15)	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**195**	**(5)**	**15**	**35**	225	150	35	35
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):[2]								
Diminuição em DBO	165	150	5	10	300	150	10	10
Diminuição esperada nos ativos do plano[1]	(260)	(150)	0	(5)	(275)	(95)	0	(5)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(95)**	**0**	**5**	**5**	25	55	10	5
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):[2]								
(Aumento) em DBO	(280)	(160)	(5)	(10)	(310)	(160)	(5)	(10)
Aumento esperado nos ativos do plano[1]	260	160	0	5	275	95	0	5
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(20)**	**0**	**(5)**	**(5)**	(35)	(65)	(5)	(5)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	25	5	0	10	30	5	0	10
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(25)	(5)	0	(10)	(30)	(5)	0	(10)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:[3]								
(Aumento) em DBO	(205)	(60)	(20)	(10)	(225)	(60)	(20)	(10)
Aumento esperado nos ativos do plano	0	55	0	0	0	40	0	0
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(205)	(5)	(20)	(10)	(225)	(20)	(20)	(10)

[1] As alterações esperadas no justo valor dos ativos dos planos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 99 % do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação
[2] Incorpora a sensibilidade a alterações nos benefícios de pensão na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços
[3] Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2025, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2025 Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	85
BVV	60
Outros planos de contribuições definidas	280
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	30
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	455

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2.

em milhões de euros	2024	2023	2022
Encargos com planos de benefícios definidos:			
Custo do serviço[1]	171	164	229
Custos líquidos com juros (rendimento)	(40)	(45)	(10)
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	**131**	119	219
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	61	55	57
Outros planos de contribuições definidas	282	265	258
Total dos encargos com planos de contribuição definida	**343**	320	315
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	**474**	439	534
Contribuições patronais para planos de pensões com mandato estatal			
Pagamentos de pensões relacionados com a segurança social na Alemanha	**232**	218	214
Contribuições para o fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	**51**	57	58
Outros planos de benefícios estatais relacionados com pensões	**258**	248	216
Contribuições patronais totais para planos de benefícios com mandato estatal	**542**	523	488
Despesas com pagamentos baseado em ações:			
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio[2]	426	436	405
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário[2]	64	43	29
Encargos com planos de retenção de numerário[2]	471	448	418
Encargos com indemnizações por cessação de funções[3]	487	293	82

[1] Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções são reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções
[2] Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo
[3] Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados. Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções foram reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções

34 – Impostos sobre o rendimento

Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento

em milhões de euros	2024	2023	2022
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	1.330	1.284	919
Ajustamentos de anos anteriores	(16)	56	(132)
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	**1.314**	1.340	787
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Origem e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	463	442	424
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	23	7	(20)
Ajustamentos de anos anteriores	(13)	(1.002)	(1.256)
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	**473**	(553)	(852)
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	**1.786**	787	(64)

A despesa (lucro) total com impostos diferidos inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações e encargos anteriores decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos. A despesa (lucro) com impostos diferidos foi afetada positivamente em 16 milhões de euros em 2024, em 1,1 mil milhões de euros em 2023 e em 1,4 mil milhões de euros em 2022.

As regras de tributação mínima global ou regras do segundo pilar tornaram-se aplicáveis ao Deutsche Bank a partir de 2024, sendo o Deutsche Bank AG a empresa-mãe em última instância. O banco é obrigado a determinar anualmente o imposto mínimo global ou o passivo do segundo pilar para as entidades do grupo em cerca de 60 jurisdições. A isenção temporária dos cálculos pormenorizados do segundo pilar, que é determinada numa base jurisdição a jurisdição, pode estar disponível ao abrigo de disposições transitórias de "porto seguro". Estas disposições de "porto seguro", aplicáveis aos exercícios de 2024-2026, baseiam-se nos relatórios por país apresentados anualmente pelo banco às autoridades tributárias alemãs e noutros dados financeiros. Subsistem incertezas quanto à aplicação das regras do Pilar 2, esperam-se novos desenvolvimentos legislativos e orientações interpretativas em muitos países e estão em curso esforços de implementação. O banco estimou o impacto potencial na sua posição financeira para 2024 numa base de melhores esforços e reconheceu uma despesa de imposto corrente relacionada com o Pilar 2 de 3 milhões de euros. A avaliação considerou uma série de fatores qualitativos e quantitativos aplicáveis a 2024: (1) a taxa de imposto legal combinada do banco em todas as jurisdições aplicáveis ascendeu a 28%, o que é significativamente superior à taxa mínima de imposto de 15%; (2) apenas seis países aplicaram uma taxa de imposto legal inferior a 15% às operações do banco; e (3) com base numa análise dos dados mais recentes disponíveis por país, estima-se que o banco possa beneficiar de uma isenção ao abrigo das disposições transitórias de "porto seguro" na maioria das jurisdições em que opera.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2024	2023	2022
Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,3% em 2023 e 31,3% em 2022)	**1.656**	1.777	1.751
Diferenças cambiais	(185)	(89)	(117)
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(246)	(319)	(217)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(6)	(0)	(12)
Custos não dedutíveis	520	392	429
Imparidades de goodwill	0	55	(0)
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos[1]	(59)	(1.238)	(1.891)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	23	7	(20)
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	(1)	(0)	(5)
Outros[1]	84	202	18
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	**1.786**	787	(64)

[1] Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3% para 2024, 2023 e 2022.

Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos em 2023 incluíram principalmente o efeito do reconhecimento de ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos no Reino Unido e em 2022, principalmente nos EUA. Para determinar o montante de ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza a capacidade fiscal histórica e a informação de rentabilidade e, se relevante, os resultados operacionais previstos com base em planos de negócios aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de relato elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e outras considerações relevantes.

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. A rubrica "Outros" do quadro anterior inclui os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

Impostos sobre o rendimento creditados ou debitados ao capital (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2024	2023	2022
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	**(115)**	137	(642)
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**54**	18	(25)
Ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de outro rendimento integral:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	96	109	254
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados)	13	1	(61)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	73	(132)	229
Resultados líquidos reclassificados em resultados	(64)	(110)	(18)
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	141	151	192
Resultados líquidos reclassificados em resultados	5	0	0
Impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em outro rendimento integral	**203**	174	(71)
Outros impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em capital próprio	**104**	50	25

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	3.966	4.747
Créditos fiscais não utilizados	172	23
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	5.210	4.723
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	1.755	1.828
Gasto de juros acumulados	1.477	999
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	846	949
Locações	857	855
Ativos intangíveis	52	80
OCI de justo valor (IFRS 9)	496	332
Outros ativos	525	485
Outras provisões	237	88
Outros passivos	6	6
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	**15.599**	15.115
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	5.328	5.061
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	324	291
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	538	617
Locações	762	758
Ativos intangíveis	752	717
OCI de justo valor (IFRS 9)	45	43
Outros ativos	270	272
Outras provisões	292	89
Outros passivos	39	40
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	**8.350**	7.888

Os ativos por impostos diferidos sobre créditos fiscais não utilizados incluíam 151 milhões de euros e 10 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, relacionados com o imposto mínimo alternativo sobre as sociedades nos Estados Unidos.

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Apresentados como ativos por impostos diferidos	7.839	7.773
Apresentados como passivos por impostos diferidos	590	546
Ativos líquidos por impostos diferidos	**7.249**	7.227

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos pode não ser igual aos encargos (benefício) com impostos diferidos. De modo geral, isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 dez 2024[1]	31 dez 2023[1]
Diferenças temporárias dedutíveis	**(39)**	(36)
Não a expirar	(4.945)	(5.119)
A expirar no período subsequente	(2)	(28)
A expirar após o período subsequente	(77)	(55)
Perdas fiscais não utilizadas	**(5.024)**	(5.202)
A expirar após o período subsequente	0	0
Créditos fiscais não utilizados	**(1)**	(1)

[1] Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 3,9 mil milhões de euros e 6,0 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. Para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, agências e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 286 milhões de euros e 349 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

35 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas”, todos os derivados são contabilizados pelo justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (bid) ou de venda (offer) a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (spreads) e volumes.

Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivados cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas".

Numa relação de cobertura de justo valor, o Grupo utiliza sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos no justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado. Numa relação de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro. O Grupo efetua contratos cambiais a prazo e swaps cambiais o Grupo para coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas spot de fim do período.

Risco de taxa de juro

O Grupo utiliza swaps e opções de taxa de juro para gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro ao modificar as características de nova fixação de preços de ativos e passivos existentes e/ou previstos, incluindo atividades de financiamento e investimento. Os swaps e opções de taxa de juro são designados numa cobertura de justo valor ou numa cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas de fluxos de caixa, utilizamos swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos nossos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juros de referência.

O Grupo gere a sua exposição ao risco de taxa de juro com base numa carteira com alterações frequentes na carteira devido à geração de novos empréstimos e obrigações, repagamentos de empréstimos e obrigações existentes, emissão de novos passivos de financiamento e repagamento de passivos de financiamento existentes. Em conformidade, é adotada uma abordagem de contabilidade de cobertura dinâmica para a carteira, em que as relações de cobertura individuais são designadas e não designadas mais frequentemente (por ex., mensalmente).

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto. As potenciais fontes de ineficácia podem ser atribuídas a diferenças entre instrumentos de cobertura e rubricas cobertas:

– Desfasamentos em termos de rubricas cobertas e instrumentos de cobertura, por exemplo a frequência e altura em que as taxas de juros são repostas, frequência de funcionalidades de pagamento e opção de compra.
– Diferença na taxa de desconto aplicada à rubrica coberta e ao instrumento de cobertura, tendo em consideração diferenças na frequência de reposição da rubrica coberta e do instrumento de cobertura.
– Derivados usados como instrumento de cobertura com um justo valor diferente de zero na data de criação da relação de cobertura, resultando em desfasamento em termos com a rubrica coberta. Este aspeto é particularmente pertinente em períodos em que se registam movimentos de taxas de juro elevadas.

As relações de cobertura de justo valor da carteira do Grupo incluem coberturas de carteiras de hipotecas alemãs de taxa fixa bem garantidas, em que o Grupo mantém uma margem de manobra para evitar qualquer ineficácia de cobertura que possa resultar de um aumento do risco de incumprimento da carteira de hipotecas subjacente. O mesmo se aplica às relações de cobertura de justo valor da carteira do Grupo, que incluem depósitos sem prazo de vencimento que os clientes do Grupo podem levantar à vista. A natureza estável do volume de depósitos do Grupo (ver Nota 26), bem como a existência de margem de manobra, significa que o Grupo não observou qualquer ineficácia de cobertura decorrente da aplicação da contabilidade de cobertura. No ano em curso, o Grupo interrompeu parcialmente o seu programa de macro-fluxos de caixa, que incluía uma carteira de empréstimos de rendimento variável a empresas como rubrica coberta. Esta descontinuação foi desencadeada por um reequilíbrio das designações de contabilidade de cobertura do Grupo e o Grupo não registou qualquer ineficácia de cobertura devido a um aumento dos incumprimentos da contraparte ou de pré-pagamentos inesperados na carteira de empréstimos a empresas.

Risco cambial

O Grupo gere o seu risco de divisas estrangeiras (incluindo dólares dos Estados Unidos e libras esterlinas) de investimentos em operações estrangeiras através de coberturas de investimento líquido, utilizando uma estratégia de contratos a prazo cambiais. Além disso, o Grupo aplica a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa para fluxos de caixa específicos denominados em moeda estrangeira altamente prováveis, utilizando instrumentos cambiais a prazo como instrumentos de cobertura.

Como os investimentos em unidades operacionais estrangeiras apenas são cobertos na extensão do valor nocional do instrumento derivado de cobertura, o Grupo normalmente não espera incorrer em ineficácia significativa em coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras. As fontes potenciais de ineficácia limitam-se a situações em que os derivados com um justo valor não zero à data de início da relação de cobertura são utilizados como instrumento de cobertura, ou em que o risco cambial à vista foi designado como risco de cobertura, resultando em desfasamento em termos da rubrica de cobertura. Da mesma forma, para aplicações de contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, os instrumentos cambiais a prazo correspondem geralmente aos termos das transações subjacentes altamente prováveis, de tal forma que o Grupo não espera incorrer em ineficácia significativa em tais relações de cobertura.

Para além das coberturas do investimento líquido, o Grupo aplica também a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa (FX CFH) para as obrigações do Tesouro denominadas em USD (classificadas como HTC) detidas em entidades funcionais em EUR, utilizando contratos cambiais a prazo como instrumentos de cobertura.

O risco coberto é a variabilidade dos fluxos de caixa de cupões HTC altamente prováveis, impulsionada por movimentos no câmbio à vista. O Grupo não espera incorrer em ineficácia, uma vez que o montante nocional do instrumento de cobertura deverá ser equivalente à exposição dos fluxos de caixa das obrigações HTC. A cobertura é reequilibrada mensalmente para refletir a desvalorização dos fluxos de caixa das obrigações HTC, e o risco cambial a prazo não é uma componente do risco designado, pelo que se observa uma cobertura altamente eficaz.

Contabilidade de cobertura de justo valor

Derivados detidos como cobertura de justo valor

	31 dez 2024			2024	31 dez 2023			2023
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de justo valor	4.790	9.109	263.184	2.448	4.172	13.681	259.828	5.053

	2024	2023
em milhões de euros	Ineficácia da cobertura	Ineficácia da cobertura
Resultado das coberturas de justo valor	1.435	514

Instrumentos financeiros designados em coberturas de justo valor

					31 dez 2024		2024
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	21.559	0	(1.383)	0	1	0	(156)
Obrigações ao custo amortizado	1.949	0	(22)	0	(18)	0	(4)
Dívida a longo prazo	0	73.946	0	(3.816)	0	(101)	(194)
Depósitos	0	117.196	0	(1.251)	0	(350)	(644)
Empréstimos pelo custo amortizado	17.083	0	(4.976)	0	(1)	0	(15)

					31 dez 2023		2023
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	16.967	0	(1.314)	0	49	0	640
Obrigações ao custo amortizado	361	0	(12)	0	(23)	0	25
Dívida a longo prazo	0	71.769	0	(3.936)	0	(184)	(2.274)
Depósitos	0	125.702	0	(3.066)	0	(479)	(4.061)
Empréstimos pelo custo amortizado	15.135	0	(5.649)	0	0	0	1.131

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa

	31 dez 2024			2024	31 dez 2023			2023
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	58	183	109.671	(229)	416	228	111.462	537

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023	31 dez 2022
Reportados em capital[1]	36	44	(790)
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Resultados afetos ao capital no exercício findo	(242)	436	(819)
Resultados retirados do capital no exercício findo	234	398	71
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Alterações do valor utilizado para eficácia de cobertura das rubricas cobertas	(212)	434	(899)
Ineficácia registada nos resultados	13	101	16

[1] "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

De acordo com a IAS 39.96, os resultados declarados ao capital numa relação de cobertura de fluxos de caixa é o menor dos resultados cumulativos no instrumento de cobertura desde o início da cobertura e a variação cumulativa do justo valor dos fluxos de caixa futuros esperados na rubrica de cobertura desde o início da cobertura. Como resultado, as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura não são totalmente registadas em capital se excederem as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura. Consequentemente, a ineficácia da cobertura registada dentro da P&L nem sempre se concilia com a diferença entre as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura e as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura.

Durante o período em curso, os aumentos das taxas de juro de referência designadas resultaram em variações negativas do justo valor dos instrumentos de cobertura associados, principalmente relacionados com a relação de cobertura de fluxos de caixa de ativos financeiros denominados em USD. Além disso, o valor contabilístico destes derivados de cobertura transformou-se num passivo financeiro líquido que, por conseguinte, está alinhado com a variação do justo valor apresentada no quadro acima.

No CFH cambial, a ineficácia não é esperada, uma vez que o risco de ponto a prazo cambial não é uma componente do risco designado. A variação do justo valor do instrumento hipotético e do instrumento de cobertura utilizado para o teste de eficácia é determinada apenas pelo risco cambial à vista, e espera-se que seja compensada (sujeita a um resultado positivo no teste de capacidade).

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2036.

Em 31 de dezembro de 2024, o CFH cambial mais longo vence-se em 2032.

Os instrumentos financeiros designados como coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos como empréstimos pelo custo amortizado no Balanço consolidado do Grupo.

Os instrumentos financeiros designados no CFH cambial são reconhecidos como Títulos de dívida HTC ao custo amortizado no balanço consolidado do Grupo.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

	31 dez 2024			2024	31 dez 2023			2023
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	189	1.595	45.517	(2.442)	736	157	42.751	317

	2024		2023	
em milhões de euros	Alterações no justo valor reconhecidas no capital[1]	Ineficácia da cobertura	Alterações no justo valor reconhecidas no capital[1]	Ineficácia da cobertura
Resultado de coberturas de investimentos líquidos	(2.384)	(81)	(169)	(138)

[1] "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

Perfil dos derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	36.976	318	3	0
Montante nominal dos swaps cambiais	7.990	230	0	0
Total	44.966	548	3	0
Em 31 de dezembro de 2023				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	33.347	85	18	0
Montante nominal dos swaps cambiais	8.683	579	39	0
Total	42.030	664	57	0

O Grupo utiliza uma estratégia de contratos a prazo cambiais. Como indicado na tabela acima, a grande maioria dos contratos a prazo alcança a maturidade no ano. O Grupo não calculou uma taxa média em moeda estrangeira porque o montante de contratos que alcançam a maturidade após 1 ano não é material.

36 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

– pessoal-chave da gestão, incluindo membros íntimos da família e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias
– subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias
– planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2024	2023	2022
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	47	37	37
Benefícios pós-emprego	4	7	5
Outros benefícios de longo prazo	35	17	15
Benefícios por cessação do vínculo laboral	0	0	2
Pagamento baseado em ações	15	18	17
Total	**101**	79	76

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a € 1 million em 31 de dezembro de 2024, a € 1 million em 31 de dezembro de 2023 e a € 1 million em 31 de dezembro de 2022.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2024, contam-se créditos e compromissos no valor de € 2 million e depósitos no valor de € 17 million. Em 31 de dezembro de 2023, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de € 1 million e depósitos no valor de € 16 million.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respetivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

Empréstimos

em milhões de euros	2024	2023
Créditos pendentes, início do ano	**44**	119
Movimento líquido em empréstimos durante o período	70	(98)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	(41)	23
Créditos pendentes, fim do ano[1]	**73**	44
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	0	1
Provisão para perdas de crédito	1	0
Garantias e compromissos	3	1

[1] O montante de créditos vencidos era de € 0 million em 31 de dezembro de 2024 e de € 0 million em 31 de dezembro de 2023. Para o total de créditos, o Grupo recebeu uma garantia de € 0 million e de € 0 million em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, respetivamente

Depósitos

em milhões de euros	2024	2023
Depósitos pendentes, início do ano	**33**	31
Movimento líquido em depósitos durante o período	(4)	2
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0
Depósitos pendentes, fim do ano	**29**	33

Outras transações

Inclui obrigações emitidas por empresas associadas que o Grupo adquiriu e classificou como ativos de negociação. Estes ativos de negociação ascendiam a € 27 million em 31 de dezembro de 2024 e a € 11 million em 31 de dezembro de 2023.

Outros ativos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a € 2 million em 31 de dezembro de 2024 e a € 2 million em 31 de dezembro de 2023. Outros passivos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a € 0 million em 31 de dezembro de 2024 e a € 7 million em 31 de dezembro de 2023.

Transações com planos de pensões

Nos termos das IFRS, os planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2024	2023
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	0	0
Outros ativos	2	1
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	16	21
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	679	698
Valor nocional de derivados com uma contraparte do Grupo	9.730	8.146

37 – Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 521 (2023: 520) entidades consolidadas, das quais 229 (2023: 212) entidades estruturadas consolidadas. 328 (2023: 346) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100% das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 193 (2023: 174) das entidades consolidadas (participações minoritárias). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, uma subsidiária tinha participações minoritárias materiais. As participações minoritárias de todas as outras subsidiárias não são individualmente nem cumulativamente materiais para o Grupo.

Subsidiárias com participações minoritárias materiais

	31 dez 2024	31 dez 2023
DWS Group GmbH & Co. KGaA		
Proporção de participações de capital e direitos de voto detidos por participações minoritárias	20,51%	20,51%
Sede	A nível mundial	A nível mundial

em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	133	117
Participações minoritárias acumuladas da subsidiária	1.546	1.620
Dividendos pagos a participações minoritárias	250	84
Resumo das informações financeiras:		
Total do ativo	11.871	11.683
Total do passivo	4.379	3.852
Total de receitas líquidas	2.765	2.614
Resultado líquido	652	567
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	904	424

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

As seguintes restrições contratuais têm impacto na capacidade do Grupo de utilizar ativos e o quadro seguinte reflete o volume desses ativos restritos:

- O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC
- Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades

Ativos restritos

	31 dez 2024		31 dez 2023	
em milhões de euros	Total de ativos	Ativos restritos	Total de ativos	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	132.741	31	163.454	41
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	545.849	62.615	465.252	58.452
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	42.090	5.969	35.546	7.655
Empréstimos pelo custo amortizado	478.921	41.942	473.705	54.372
Outros	187.576	3.206	174.374	8.861
Total	**1.387.177**	**113.762**	1.312.331	129.381

Para além do acima referido e em conformidade com o regulamento relativo ao rácio de cobertura de liquidez (Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão), o Grupo identifica se os ativos detidos em países terceiros estão sujeitos a restrições à sua livre transferência. O Grupo identifica o volume de ativos líquidos de alta qualidade superior às saídas líquidas de caixa detidas em países terceiros que não são livremente transferíveis e exclui-os dos HQLA. O montante agregado de tais HQLA detidos em entidades em países terceiros e considerados restritos é de € 20.5 billion em 31 de dezembro de 2024 (€ 13.3 billion em 31 de dezembro de 2023).

38 – Entidades estruturadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas
- Um objetivo estreito e bem definido
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches)

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas”.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades.

Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o valor nocional dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de € 1.5 billion e € 1.1 billion, respetivamente.

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas consolidadas.

Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimentos do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

O Grupo pode transferir ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez. O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros. Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos patrocinados por terceiros ou o banco pode agir como gestor de fundos, depositário ou noutra qualidade e fornecer financiamento e facilidades de liquidez tanto a fundos patrocinados pelo banco como a fundos de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo banco detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em “Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos pelo justo valor através dos resultados”.

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o banco à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o banco adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o banco está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e compromissos extrapatrimoniais tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da IFRS 12, conforme interpretado pelo Deutsche Bank, é refletida pelos valores nocionais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2024, o valor nocional relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de € 220 billion, € 746 billion e € 29 billion, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2023, o valor nocional relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de € 117 billion, € 315 billion e € 26 billion, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o banco detém unidades de fundo e o valor nocional de derivados quando a participação do banco é composta por derivados
- Titularizações – Valor nocional de notas em emissão (excluindo apenas os juros e o excesso de títulos quando aplicável) quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nocional de derivados quando as participações do banco se encontram na forma de derivados
- Entidades de financiamento de terceiros –Total de ativos nas entidades
- Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento terceiras, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia recebida/garantida ou o valor nocional da exposição que o banco tem à entidade.

Com base nas definições acima, a dimensão total das entidades estruturadas é de € 3,156 billion, dos quais a maioria de € 1,828 billion provém de fundos. Em 2023, era de € 2,329 billion e € 1,223 billion, respetivamente.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

					31 dez 2024
em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titulari-zações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	0	0	2	3
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	1.009	382	4.532	5.923
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	321	4.314	4.652	71.818	81.105
Ativos detidos para negociação	152	2.489	3.773	4.075	10.490
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	169	386	38	6.044	6.636
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	1.439	841	61.699	63.978
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	1.212	479	194	1.885
Empréstimos pelo custo amortizado	188	63.015	34.260	21.540	119.003
Outros ativos	1	735	4.361	7.774	12.871
Total do ativo	**510**	**70.285**	**44.134**	**105.858**	**220.788**
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1	45	138	6.549	6.733
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	1	45	138	6.549	6.733
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0
Total do passivo	**1**	**45**	**138**	**6.549**	**6.733**
Exposições extrapatrimoniais	0	8.085	12.915	8.089	29.089
Total	**509**	**78.325**	**56.912**	**107.398**	**243.144**

					31 dez 2023
em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titulari-zações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	0	0	9	11
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	373	209	3.482	4.064
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	237	4.137	3.372	53.909	61.654
Ativos detidos para negociação	193	2.663	2.750	3.302	8.908
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	44	450	6	3.272	3.772
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	1.024	615	47.335	48.974
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	893	330	264	1.487
Empréstimos pelo custo amortizado	233	66.033	31.002	19.433	116.701
Outros ativos	1	677	3.406	10.581	14.665
Total do ativo	**472**	**72.112**	**38.319**	**87.679**	**198.582**
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	43	51	71	5.098	5.264
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	43	51	71	5.098	5.264
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0
Total do passivo	**43**	**51**	**71**	**5.098**	**5.264**
Exposições extrapatrimoniais	0	8.737	10.720	6.386	25.843
Total	429	80.798	48.967	88.967	219.162

O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 de € 10.5 billion e € 8.9 billion é composto principalmente por € 3.8 billion e € 2.8 billion em titularizações e € 4.1 billion e € 3.3 billion em fundos de entidades estruturadas, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Os ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados incluem os acordos de revenda para os fundos que compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Os empréstimos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 consistem em € 119.0 billion e € 116.7 billion de investimento em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento terceiras. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, no valor de € 12.9 billion e € 14.7 billion, respetivamente, consistem principalmente em saldos de margem.

Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

Entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Como patrocinador, o Deutsche Bank está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

- transferindo ativos para as entidades
- disponibilizando capital inicial às entidades
- fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
- fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O banco também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Deutsche Bank. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o banco agiu como patrocinador.

A receita bruta das entidades patrocinadas em que o banco não detinha qualquer participação em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 era, respetivamente, de € 581 million e € 38 million. As instâncias em que o banco não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram, em 2024, de € 3.7 billion para titularização e € 2.3 billion para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2023, eram de € 1.7 billion para titularização e € 1.9 billion para reagrupamento e entidades de investimento.

39 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2024

	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2024
Caixa e saldos do banco central	147.494	0	147.494
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.154	6	6.160
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	32.061	8.742	40.803
Títulos obtidos por empréstimo	32	11	44
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	538.650	7.200	545.849
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10.539	31.551	42.090
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1.028	1.028
Empréstimos pelo custo amortizado	126.187	352.733	478.921
Ativos fixos tangíveis	0	6.193	6.193
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	7.749	7.749
Outros ativos	77.218	23.989	101.207
Ativos por impostos correntes	1.287	514	1.801
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	**939.623**	**439.715**	**1.379.338**
Ativos por impostos diferidos			7.839
Total do ativo			**1.387.177**

Rubricas do passivo a 31 de dezembro de 2024

	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2024
Depósitos	640.982	25.279	666.261
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	2.710	1.030	3.740
Títulos cedidos por empréstimo	2	0	2
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	393.363	19.032	412.395
Outros empréstimos a curto prazo	9.895	0	9.895
Outros passivos	88.349	7.282	95.631
Provisões	3.326	0	3.326
Passivos por impostos correntes	492	228	720
Dívida a longo prazo	20.628	94.270	114.899
Títulos fiduciários preferenciais	287	0	287
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.160.033	147.122	1.307.155
Passivos por impostos diferidos			590
Total do passivo			1.307.745

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2023

	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2023
Caixa e saldos do banco central	178.416	0	178.416
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	5.535	606	6.140
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.263	6.462	14.725
Títulos obtidos por empréstimo	32	6	39
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	459.604	5.648	465.252
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.393	28.152	35.546
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1.013	1.013
Empréstimos pelo custo amortizado	127.483	346.222	473.705
Ativos fixos tangíveis	0	6.185	6.185
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	7.327	7.327
Outros ativos	93.090	21.607	114.697
Ativos por impostos correntes	1.084	429	1.513
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	880.900	423.657	1.304.557
Ativos por impostos diferidos			7.773
Total do ativo			1.312.331

Rubricas do passivo a 31 de dezembro de 2023

	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2023
Depósitos	598.941	23.095	622.035
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	2.215	823	3.038
Títulos cedidos por empréstimo	3	0	3
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	356.954	9.521	366.475
Outros empréstimos a curto prazo	9.620	0	9.620
Outros passivos	107.337	5.699	113.036
Provisões	2.448	0	2.448
Passivos por impostos correntes	369	262	631
Dívida a longo prazo	30.942	88.448	119.390
Títulos fiduciários preferenciais	289	0	289
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.109.119	127.848	1.236.967
Passivos por impostos diferidos			546
Total do passivo			1.237.513

40 - Acontecimentos após o período de referência

Após a data de relato, não ocorreram eventos materiais que tenham tido um impacto significativo nos resultados de operações, posição financeira e ativos líquidos do banco.

41 – Informação sobre o capital regulamentar

Definições gerais

O cálculo dos fundos próprios do Deutsche Bank inclui os requisitos de capital exigidos pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito" (CRR) e à "Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito" (CRD), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção refere-se à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz" ou "KWG"), que não inclui companhias de seguros e empresas fora do setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2024, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 e capital Tier 1 adicional.

O capital CET 1 consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a filtros prudenciais e ajustamentos regulamentares, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem ganhos de titularização sobre a venda, coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e ajustamentos de valor adicionais. Os ajustamentos regulamentares dos fundos próprios CET 1 incluem, por exemplo, ativos intangíveis (que excedem o seu valor prudencial), a adoção do tratamento temporário de ganhos e perdas não realizados medidos pelo justo valor através de OCI, em conformidade com o artigo 468.º do CRR, que se aplica até ao final do ano 2025, ativos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura, montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas, ativos líquidos de fundos de pensões de benefícios definidos, participações cruzadas recíprocas no capital de entidades do setor financeiro e investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, Tier 2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens que não são deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais, tais como perpétuos sem incentivos para resgate, e a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos.

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Instrumentos de capital

O Conselho de Administração foi autorizado pela Assembleia-Geral Anual de 2023 a comprar, até 30 de abril de 2028, ações até 10% do capital social no momento em que esta deliberação foi tomada ou, se inferior, do capital social no respetivo momento em que a autorização foi exercida. À data da Assembleia-Geral Anual de 2023, isto correspondia a um volume de até 204,0 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 102,0 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2023 e a Assembleia-Geral Anual de 2024, foram adquiridas 40,3 milhões de ações para efeitos de compensação em ações no mesmo período ou em períodos futuros. Destas, 22,9 milhões de ações foram adquiridas através do exercício de opções de compra. Além disso, foram adquiridas 16,1 milhões de novas opções de compra para efeitos de compensação de ações em períodos futuros. Além disso, no mesmo período, foram adquiridas 71,1 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. Desse modo, 45,5 milhões de ações adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações no valor de 450 milhões de euros em 2023 foram canceladas no início do ano de 2024. O número de ações detidas em Tesouraria, após a entrega de ações para compensação de ações e cancelamento de ações, ascendia a 31,6 milhões na Assembleia Geral Anual de 2024. Destas, 25,6 milhões de ações dizem respeito a ações recompradas para cancelamento no âmbito do programa de recompra de ações de 675 milhões de euros em 2024. O volume remanescente de 6,0 milhões de ações refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

A Assembleia Geral Anual de 16 de maio de 2024 concedeu ao Conselho de Administração a aprovação para comprar, até 30 de abril de 2029, ações até 10% do capital social no momento em que esta resolução foi tomada ou, se inferior, do capital social no respetivo momento em que a autorização foi exercida. Na Assembleia-Geral Anual de 2024, isto correspondia a 199,5 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 99,7 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituíram as autorizações do ano anterior. Entre a data da Assembleia Geral Anual de 2024 e 31 de dezembro de 2024, foram compradas 20,9 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. O número de ações detidas em Tesouraria resultantes de recompras era de 49,6 milhões a 31 de dezembro de 2024. Deste modo, 46,4 milhões de ações dizem respeito a ações recompradas para cancelamento no âmbito do programa de recompra de ações de 675 milhões de euros em 2024. O volume remanescente de 3,1 milhões de ações refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovado na Assembleia-Geral Anual de 2021, e a 31 de dezembro de 2024, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações).

Desde a Assembleia Geral Anual de 2022, o Conselho de Administração está autorizado a emitir obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumpram os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente a 9,0 mil milhões de euros até 30 de abril de 2027. O Deutsche Bank emitiu 4,25 mil milhões de euros de novos títulos AT1 ao abrigo desta autorização, dos quais 3,0 mil milhões de euros de novos títulos AT1 foram emitidos em 2024.

O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e Tier 2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Os instrumentos AT1 e Tier 2 emitidos através de entidades com fins especiais são de anterioridade até 31 de dezembro de 2021. Em 2024, só existem regimes transitórios para instrumentos AT1 e Tier 2 que continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025, mesmo que não satisfaçam certos novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019. O Deutsche Bank tinha um número imaterial de instrumentos que se qualificaram durante 2024.

Com base no atual CRR, o montante reconhecido como capital regulamentar AT1 ascendeu a 11,4 mil milhões de euros. O montante nominal correspondente dos instrumentos AT1 em circulação era de 11,6 mil milhões de euros em dezembro de 2024. Em 2024, o banco emitiu novos títulos AT1 com um montante nominal de 3,0 mil milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante reconhecido como Tier 2 regulamentar ascendia a 7,7 mil milhões de euros. O montante nominal correspondente dos instrumentos de Tier 2 em circulação era de 11,8 mil milhões de euros em dezembro de 2024. Em 2024, vencem os instrumentos de nível 2 com um valor nominal de 104,4 milhões de euros. Não se registaram novas emissões de instrumentos de Tier 2 em 2024.

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. O Deutsche Bank cumpre os requisitos mínimos de adequação de capital regulamentares em 2024.

Detalhes sobre capital regulamentar

Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2024 CRR/CRD	31 dez 2023 CRR/CRD
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas		
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	44.130	44.908
Lucros não distribuídos	19.978	16.509
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(1.229)	(1.760)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis[1]	801	3.493
Outros	1.020	973
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**64.700**	64.124
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares		
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.680)	(1.727)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	95	(126)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.277)	(5.014)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(3.463)	(4.207)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(3.037)	(2.386)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.173)	(920)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	0	(0)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10%/15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10%/15%) (montante negativo)	0	0
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos do artigo 468.º do CRR	1.012	0
Outros ajustamentos regulamentares[2]	(1.721)	(1.679)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**(15.244)**	(16.058)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**49.457**	48.066
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	11.508	8.578
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	0	0
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	**11.508**	8.578
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares		
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(130)	(250)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR		
Outros ajustamentos regulamentares	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	**(130)**	(250)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	**11.378**	8.328
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	**60.835**	56.395
Capital Tier 2 (T2)	**7.676**	8.610
Total do capital (TC = T1 + T2)	**68.511**	65.005
Total dos ativos ponderados pelo risco	**357.427**	349.742
Rácios de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,8	13,7
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,0	16,1
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	19,2	18,6

[1] Os lucros do exercício são reconhecidos nos termos da Decisão do BCE (UE) 2015/656, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); os lucros do exercício em curso de 3,4 mil milhões de euros, reduzidos por deduções relativas a cupões AT1 no valor de 475 milhões de euros e por deduções relativas à anunciada distribuição aos acionistas em relação ao exercício de 2024 no valor de 2,1 mil milhões de euros, que inclui um dividendo previsto de 1,3 mil milhões de euros (68 cêntimos por ação) e a recompra de ações aprovada pelo BCE no valor de 750 milhões de euros

[2] Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (dezembro de 2023: 1,4 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,3 mil milhões de euros (dezembro de 2023: 0,3 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial das exposições não produtivas

Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

		CRR/CRD
em milhões de euros	31 dez 2024	31 dez 2023
Total do capital acionista por balanço contabilístico	**66.276**	64.486
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(24)	(35)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	0
Lucros não distribuídos	(24)	(35)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	0
Total do capital acionista por balanço regulamentar	**66.252**	64.451
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	1.020	973
Dedução de cupões AT1 e de distribuição dos acionistas[1]	(2.565)	(1.279)
Instrumentos de capital não elegíveis para CET 1 nos termos do CRR 28(1)	(7)	(21)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	**64.700**	64.124
Filtros prudenciais	**(1.585)**	(1.853)
Dos quais:		
Ajustamentos de valor adicionais	(1.680)	(1.727)
Qualquer aumento em capital que resulte de ativos titularizados	0	(0)
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa e resultados de passivos designados ao justo valor, resultantes de alterações da própria situação de crédito	95	(126)
Ajustamentos regulamentares	(13.659)	(14.205)
Dos quais:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.277)	(5.014)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(3.463)	(4.207)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(3.037)	(2.386)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.173)	(920)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	0	0
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos do artigo 468.º do CRR	1.012	0
Outros[2]	(1.721)	(1.679)
Capital Common Equity Tier 1	**49.457**	48.066

[1] Os lucros do exercício são reconhecidos nos termos da Decisão do BCE (UE) 2015/656, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); as deduções do exercício em curso incluem deduções relativas a cupões AT1 no valor de 475 milhões de euros e deduções relativas à anunciada distribuição aos acionistas em relação ao exercício de 2024 no valor de 2,1 mil milhões de euros, que inclui um dividendo previsto de 1,3 mil milhões de euros (68 cêntimos por ação) e a recompra de ações aprovada pelo BCE no valor de 750 milhões de euros

[2] Os montantes negativos do défice de perdas esperadas foram divulgados separadamente no ano em curso, tendo sido apresentados como parte de "Outros Ajustamentos Regulamentares" no ano anterior e incluem deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (dezembro de 2023: 1,4 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,3 mil milhões de euros (dezembro de 2023: 0,3 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial das exposições não produtivas

Gestão de capital

A Tesouraria do Deutsche Bank gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a estratégia de capital do Deutsche Bank, desenvolvida pelo Comité de Risco do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. O banco está totalmente empenhado em manter a sólida capitalização do Deutsche Bank, tanto do ponto de vista económico como regulamentar, tendo em conta os fundos próprios contabilísticos baseados nas normas contabilísticas IFRS, o capital regulamentar e económico, bem como os requisitos específicos de capital das agências de notação. O banco controla e ajusta continuamente a procura e a oferta global de capital do Deutsche Bank, a fim de alcançar sempre um equilíbrio adequado.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as emissões do Deutsche Bank abaixo do par.

O Tesouro gere a sensibilidade do rácio CET 1 e do capital do Deutsche Bank em relação às oscilações das taxas de câmbio de divisas em relação ao euro. Para este efeito, a Tesouraria desenvolve e executa estratégias de cobertura adequadas dentro dos limites de uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração. O capital investido nas filiais e sucursais estrangeiras do Deutsche Bank não está coberto, está parcialmente coberto ou está totalmente coberto. Deste modo, a Tesouraria pretende equilibrar os efeitos das variações cambiais sobre o capital, as rubricas de dedução do capital e os ativos ponderados pelo risco em moeda estrangeira. Além disso, a Tesouraria contabiliza também os custos de cobertura associados e as implicações nos ativos ponderados pelo risco de mercado.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no plano estratégico anual do Deutsche Bank com as ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem do banco. Como parte do processo trimestral do Deutsche Bank, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura de capital (definido como a soma dos RWA e de determinados equivalentes de RWA de rubricas de dedução de capital e determinados equivalentes de RWA de rubricas de requisitos de amortecedor de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem) do Deutsche Bank, consoante o que represente a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill, outros ativos intangíveis e rubricas de dedução de capital regulamentar relacionados com o negócio incluídos na procura total de capital são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das subsidiárias do Deutsche Bank, bem como algumas agências do banco, estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Ao elaborar, implementar e testar a posição de capital e de liquidez do Deutsche Bank, o banco tem em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das agências e subsidiárias do Deutsche Bank em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimento do Grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria é membro do Comité de Pensões do Deutsche Bank e está representada nos Comités de Investimento relevantes que supervisionam a gestão dos ativos dos maiores fundos de pensões do Deutsche Bank na Alemanha. Estes comités de investimento definem a estratégia de investimento para estes fundos, em conformidade com o objetivo de investimento do banco de proteger a base de capital e a capacidade de distribuição do banco.

42 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 314.º do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2024	2023
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	9.836	9.235
Encargos de segurança social	1.896	1.896
dos quais: relacionados com pensões	1.016	962
Total	**11.731**	11.131

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2024 era de 90.149 (2023: 87.777) dos quais 40.341 (2023: 39.114) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial são incluídos nestes valores de forma proporcional. Uma média de 54.376 (2023: 51.732) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

De acordo com os requisitos da Norma Contabilística Alemã n.º 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2024, uma remuneração total de 50.394.830 euros (2023: 55.004.064 euros). Desse montante, 26.659.356 euros (2023: 27.243.063 euros) destinaram-se a remuneração fixa, 1.525.000 euros (2023: 1.191.666 euros) destinaram-se a subsídios fixos, 1.170.876 euros (2023: 854.238 euros) destinaram-se a benefícios marginais e 21.039.598 euros (2023: 25.715.098 euros) destinaram-se a componentes relacionadas com o desempenho. O número de prémios em ações concedidos ou comunicados pró-forma aos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2024 foi de 1.683.651 ações (2023: 1.622.508 ações). O valor correspondente, baseado no preço da ação relevante de 20.011 euros (2023: 12,20 euros) por ação, foi de 33.691.540 euros (2023: 19.794.598 euros). Pela primeira vez, isto inclui 392.848 ações virtuais que são predominantemente liquidadas em dinheiro, com um valor correspondente de 7.861.281 euros, bem como 1.281.418 ações pró-forma comunicadas, com um valor-alvo correspondente de 25.642.455 euros. Estas unidades serão determinadas com base no nível final de realização no final do período de desempenho 2024 - 2026 e legalmente concedidas em 2027. Para mais informações, consulte o Relatório de Remuneração no Relatório Anual.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobrevivos receberam 35.841.194 euros e 26.222.817 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respetivamente. As provisões para as obrigações em matéria de pensões dos antigos membros do Conselho de Administração e dos seus dependentes sobrevivos ascendiam a 142.890.863 euros e 157.816.164 euros em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente.

A remuneração do Conselho de Fiscalização está regulamentada na Secção 14 dos Estatutos do Deutsche Bank AG. As novas disposições relativas à compensação foram adotadas pela última vez por deliberação na Assembleia Geral Anual de 17 de maio de 2023. A remuneração total dos membros do Conselho de Fiscalização em 2024 foi de 7.775.000 euros (2023: 7.404.172 euros). O banco não concede aos membros do Conselho de Fiscalização quaisquer benefícios após a sua saída do Conselho de Fiscalização.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 52.119 euros e 28.429 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização, a 1.256.722 euros e 638.839 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente. Os membros do Conselho de Administração não reembolsaram quaisquer empréstimos em 2024 (2023: 196.810 euros) e os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram 67.238 euros de empréstimos em 2024 (2023: 62.058 euros).

Rentabilidade dos ativos

O artigo 26.º-A da lei bancária alemã define a rendibilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de 0,25% e 0,35% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respetivamente.

Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet (www.db.com/ir/en/reports.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Repartição dos honorários cobrados pela EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY GmbH & Co. KG") e outras empresas membros da EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2024	2023
Honorários por serviços de auditoria	69	66
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	55	52
Honorários relacionados com auditoria	10	12
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	7	9
Honorários por serviços de consultoria fiscal	0	0
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	0	0
Todas as outras comissões	1	0
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	0	0
Total de comissões	**80**	78

Os honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG e não incluem os honorários de auditoria da DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às iniciativas de planeamento fiscal e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

43 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26.º-A da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por localização geográfica. As informações apresentadas no quadro seguinte provêm das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. A tabela não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras deste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que incluem o requisito de apresentação da informação sobre as localizações geográficas antes da eliminação das transações transfronteiriças intragrupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intragrupo dentro do mesma localização geográfica. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para efeitos de relatórios de gestão internos sobre as respetivas localizações geográficas.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera a localização de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Para a denominação, natureza da atividade e domicílio das subsidiária e agências, consultar a Nota 44 "Participações acionistas". Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 dez 2024			
	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)[1]	Resultado antes de imposto sobre o rendimento	Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento
Austrália	238	284	102	(37)
Áustria	15	72	(18)	(0)
Bélgica	147	455	(18)	(1)
Brasil	110	202	(30)	13
Canadá	12	11	7	(1)
Ilhas Caimão	(1)	0	(2)	0
China	256	624	140	(34)
Colômbia	0	4	(0)	0
República Checa	28	44	14	(3)
França	127	213	26	(2)
Alemanha	12.843	35.160	1.997	(533)
Grã-Bretanha	4.552	7.563	699	(227)
Grécia	2	12	1	(0)
Hong Kong	668	797	188	(32)
Hungria	39	69	17	(3)
Índia	858	22.176	625	(239)
Indonésia	118	226	65	(20)
Irlanda	15	166	(1)	(1)
Israel	(2)	14	(6)	1
Itália	1.040	2.883	151	(58)
Japão	237	367	64	(20)
Jersey	5	0	9	(0)
Luxemburgo	1.515	452	821	(64)
Malásia	99	202	60	(14)
Maurícia	(31)	0	(29)	(1)
México	22	41	10	0
Países Baixos	269	448	88	(24)
Paquistão	25	84	19	(10)
Peru	1	0	0	0
Filipinas	46	1.369	19	(4)
Polónia	151	376	(445)	6
Portugal	14	45	3	(1)
Catar	(0)	4	(1)	(0)
Roménia	1	1.756	15	(3)
Federação da Rússia	115	169	78	(18)
Arábia Saudita	25	51	71	(10)
Singapura	828	1.813	187	(36)
África do Sul	6	36	(4)	(0)
Coreia do Sul	120	192	44	(10)
Espanha	650	2.274	149	(46)
Sri Lanka	24	49	8	(3)
Suécia	9	34	8	(2)
Suíça	321	608	30	(8)
Taiwan	45	144	18	(4)
Tailândia	57	107	20	(4)
Turquia	118	108	96	(29)
Emirados Árabes Unidos	28	198	13	(5)
Ucrânia	11	34	2	0
EUA	5.484	7.733	1.158	(304)
Vietname	46	86	30	(6)

[1] FTE (equivalentes a tempo inteiro) a partir de 31 de dezembro de 2024

44 – Participações

548 Subsidiárias
553 Entidades estruturadas consolidadas
557 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
558 Outras empresas em que a participação é superior a 20%
560 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código comercial alemão ("HGB").

Notas de rodapé:

1 Controlada.
2 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do HGB.
3 Parceria geral.
4 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
5 Joint venture
6 Não controlada.
7 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa
8 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
9 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
10 Fundos próprios preliminares no valor de 6.702,3 milhões de euros/Resultado no valor de 215,3 milhões de euros (Exercício de 2024).
11 Fundos próprios preliminares no valor de 6.659,5 milhões de euros/Resultado no valor de (169,9) milhões de euros (Exercício de 2024).
12 Fundos próprios de 37,0 milhões de euros/Resultado no valor de 4,6 milhões de euros (Exercício de 2023).
13 Não consolidado nem contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificado como ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.
14 Fundos próprios de 0,8 milhões de euros/Resultado no valor de 18,9 milhões de euros (Exercício de 2023).
15 Fundos próprios de 12,2 milhões de euros/Resultado no valor de 1,3 milhões de euros (Exercício de 2023).
16 Fundos próprios de 39,1 milhões de euros/Resultado no valor de 1,8 milhões de euros (Exercício de 2023).

Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		Instituição de crédito	
2	ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
3	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
4	Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
5	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH i.L.	Berlim		Outra empresa	100,0
6	Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
7	Baldur Mortgages Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
8	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
9	Better Financial Services GmbH	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
10	Better Payment Germany GmbH	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
11	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln		Instituição financeira	100,0
12	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		Instituição de crédito	100,0
13	BHW Holding GmbH	Hameln		Empresa de participação financeira	100,0
14	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		Outra empresa	100,0
15	Breaking Wave DB Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
16	BT Globenet Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
17	Cardea Real Estate S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
18	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
19	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	100,0
20	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		Instituição financeira	100,0
21	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène		Instituição financeira	67,6
22	China Recovery Fund, LLC	Wilmington		Instituição financeira	85,0
23	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1	Instituição financeira	10,0
24	Consumo Srl in Liquidazione	Milão		Instituição financeira	100,0
25	D B Investments (GB) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
26	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
27	DB (Barbados) SRL	Christ Church		Empresa de serviços auxiliares	100,0
28	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Empresa de serviços auxiliares	100,0
29	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		Empresa de serviços auxiliares	100,0
30	DB Advisory Services S.A.S.	Bogotá		Instituição financeira	100,0
31	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		Instituição financeira	100,0
32	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		Instituição de crédito	100,0
33	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt		Empresa de participação financeira	100,0
34	DB Boracay LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
35	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt		Empresa de participação financeira	100,0
36	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	100,0
37	DB Chestnut Holdings Limited (em dissolução voluntária pelas membros)	George Town		Empresa de serviços auxiliares	100,0
38	DB Commodity Financing Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
39	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Instituição financeira	100,0
40	DB Direkt GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
41	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
42	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
43	DB Global Technology SRL	Bucareste		Empresa de serviços auxiliares	100,0
44	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
45	DB Group Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
46	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
47	DB HR Solutions GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
48	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	2	Instituição financeira	100,0
49	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		Instituição financeira	100,0
50	DB Intermezzo LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
51	DB Internal Funding Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
52	DB International (Asia) Limited	Singapura		Instituição de crédito	100,0
53	DB International Investments Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
54	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		Outra empresa	100,0
55	DB Investment Partners Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
56	DB Investment Partners Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	100,0
57	DB Investment Services GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
58	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
59	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
60	DB Management Support GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
61	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Empresa de serviços auxiliares	100,0
62	DB Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
63	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
64	DB Omega Ltd.	George Town		Instituição financeira	100,0
65	DB Operaciones y Servicios Interactivos, S.L.U.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	100,0
66	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
67	DB Overseas Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
68	DB Print GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
69	DB Private Clients Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
70	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
71	DB Re S.A.	Luxemburgo		Empresa de resseguros	100,0
72	DB Service Centre Limited	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	100,0
73	DB Services (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	100,0
74	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
75	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
76	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		Empresa de serviços auxiliares	100,0
77	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
78	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
79	DB Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
80	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
81	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
82	DB UK Bank Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
83	DB UK Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
84	DB UK PCAM Holdings Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
85	DB USA Core Corporation	West Trenton		Empresa de serviços auxiliares	100,0
86	DB USA Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
87	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
88	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
89	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
90	DB Vita S.A.	Luxemburgo		Empresa de seguros	84,0
91	DBAH Capital, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
92	DBCIBZ1	George Town		Instituição financeira	100,0
93	DBFIC, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
94	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
95	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
96	DBR Investments Co. Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
97	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		Empresa de gestão de ativos	100,0
98	DBRMSGP1	George Town	2, 3	Instituição financeira	100,0
99	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
100	DBX Advisors LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
101	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
102	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
103	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
104	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
105	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
106	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
107	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		Instituição financeira	100,0
108	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
109	Deutsche Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
110	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		Outra empresa	100,0
111	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		Instituição de crédito	100,0
112	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		Instituição de crédito	100,0
113	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		Instituição de crédito	100,0
114	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		Instituição de crédito	100,0
115	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		Instituição de crédito	100,0
116	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
117	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt		Instituição de crédito	100,0
118	Deutsche Bank Financial Company	George Town		Instituição financeira	100,0
119	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
120	Deutsche Bank Immobilien GmbH	Hameln		Outra empresa	100,0
121	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Wilmington		Outra empresa	100,0
122	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
123	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
124	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		Instituição financeira	100,0
125	Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna	Varsóvia		Instituição de crédito	100,0
126	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		Empresa de serviços auxiliares	100,0
127	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		Instituição de crédito	100,0
128	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
129	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		Instituição financeira	100,0
130	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		Instituição de crédito	99,9
131	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
132	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
133	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
134	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
135	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española Unipersonal	Madrid		Instituição de crédito	100,0
136	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
137	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
138	Deutsche Cayman Ltd.	Camana Bay		Outra empresa	100,0
139	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão		Instituição financeira	100,0
140	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
141	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
142	Deutsche Finance No. 2 Limited (em liquidação voluntária)	George Town		Instituição financeira	100,0
143	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
144	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
145	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		Empresa de serviços auxiliares	100,0
146	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		Instituição financeira	100,0
147	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
148	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Outra empresa	99,8
149	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
150	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
151	Deutsche Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
152	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
153	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
154	Deutsche Holdings No. 4 Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
155	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
156	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
157	Deutsche India Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
158	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		Instituição financeira	100,0
159	Deutsche Investments (Netherlands) N.V. em liquidação	Amesterdão		Instituição financeira	100,0
160	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
161	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
162	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		Empresa de serviços auxiliares	100,0
163	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		Empresa de serviços auxiliares	100,0
164	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
165	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
166	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
167	Deutsche Nederland N.V.	Amesterdão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
168	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
169	Deutsche Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
170	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colónia		Instituição de crédito	100,0
171	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		Empresa de serviços auxiliares	100,0
172	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
173	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		Instituição financeira	100,0
174	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
175	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
176	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		Instituição financeira	100,0
177	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		Instituição financeira	100,0
178	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		Instituição financeira	100,0
179	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		Instituição financeira	100,0
180	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta)	Riade		Instituição financeira	100,0
181	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		Instituição financeira	100,0
182	Deutsche Services (CI) Limited	St. Helier		Instituição financeira	100,0
183	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		Empresa de serviços auxiliares	100,0
184	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
185	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
186	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		Outra empresa	100,0
187	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
188	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
189	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		Empresa de gestão de ativos	100,0
190	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		Outra empresa	78,0
191	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
192	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
193	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	98,0
194	DWS Alternatives France	Paris		Outra empresa	100,0
195	DWS Alternatives Global Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
196	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	100,0
197	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		Empresa de gestão de ativos	100,0
198	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	98,5

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
199	DWS CH AG	Zurique		Instituição financeira	100,0
200	DWS Consulting Shanghai Limited	Xangai		Outra empresa	100,0
201	DWS Corporate Management Shanghai Limited	Xangai		Outra empresa	100,0
202	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
203	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		Instituição financeira	60,0
204	DWS Global Business Services Inc.	Cidade de Taguig		Empresa de serviços auxiliares	99,9
205	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt	2	Sociedade gestora de participações de investimento	79,5
206	DWS Group Services UK Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
207	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	99,9
208	DWS India Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
209	DWS International GmbH	Frankfurt		Empresa de investimento	100,0
210	DWS Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	100,0
211	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
212	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de ativos	100,0
213	DWS Investments Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
214	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong		Instituição financeira	100,0
215	DWS Investments Japan Limited	Tóquio		Instituição financeira	100,0
216	DWS Investments Singapore Limited	Singapura		Instituição financeira	100,0
217	DWS Investments UK Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
218	DWS Management GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
219	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	99,9
220	DWS Service Company	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
221	DWS Trust Company	Concord		Instituição financeira	100,0
222	DWS USA Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
223	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo		Outra empresa	65,2
224	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		Instituição financeira	100,0
225	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão		Outra empresa	100,0
226	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
227	Fir (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
228	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
229	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl “Rimbachzentrum” KG	Bad Homburg		Outra empresa	74,9
230	German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
231	Greenheart (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
232	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
233	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	98,7
234	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	94,0
235	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf	2	Empresa de serviços auxiliares	100,0
236	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	78,7
237	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	90,0
238	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	99,0
239	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		Empresa de serviços auxiliares	100,0
240	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		Instituição de crédito	100,0
241	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
242	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
243	Kidson Pte Ltd	Singapura		Instituição financeira	100,0
244	Konsul Inkasso GmbH	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
245	LA Water Holdings Limited	George Town		Instituição financeira	75,0
246	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	100,0
247	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		Empresa de serviços auxiliares	100,0
248	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
249	MEF I Manager, S. à r.l.	Munsbach		Instituição financeira	100,0
250	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		Instituição financeira	100,0
251	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
252	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
253	norisbank GmbH	Bona		Instituição de crédito	100,0
254	Numis Corporation Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
255	Numis Europe Limited	Dublin		Empresa de investimento	100,0
256	Numis Nominees (Client) Limited	Londres		Outra empresa	100,0
257	Numis Nominees (NSI) Limited	Londres		Outra empresa	100,0
258	Numis Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
259	Numis Securities Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
260	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		Empresa de serviços auxiliares	100,0
261	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		Instituição de crédito	100,0
262	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
263	OPB-Oktava GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
264	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
265	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
266	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
267	PB Factoring GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
268	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
269	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		Outra empresa	100,0
270	Postbank Direkt GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
271	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		Instituição financeira	100,0
272	Postbank Finanzberatung AG	Hameln		Empresa de serviços auxiliares	100,0
273	Postbank Leasing GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
274	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jacarta		Instituição financeira	99,0
275	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
276	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
277	RREEF America L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
278	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
279	RREEF Fund Holding LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
280	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
281	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
282	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
283	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
284	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
285	Sharps SP I LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
286	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano		Outra empresa	100,0
287	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
288	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	100,0
289	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		Instituição financeira	100,0
290	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
291	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona		Instituição de pagamento	100,0
292	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0

Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
293	Al Mi'yar Capital SA	Luxemburgo	4	Outra empresa	
294	Alguer Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
295	Alixville Invest, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
296	Altersvorsorge Fonds Hamburg Alter Wall Dr. Juncker KG	Frankfurt		Outra empresa	
297	Atlas Investment Company 1 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
298	Atlas Investment Company 2 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
299	Atlas Investment Company 3 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
300	Atlas Investment Company 4 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
301	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		Instituição financeira	0,0
302	Atlas SICAV - FIS, en liquidation volontaire	Luxemburgo	4	Outra empresa	
303	Australian Secured Personal Loans Trust	Melbourne		Outra empresa	100,0
304	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	4	Outra empresa	
305	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
306	Cathay Capital Company Limited	Ebène	1	Instituição financeira	19,0
307	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong		Instituição financeira	100,0
308	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	
309	Ceto S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
310	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
311	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
312	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
313	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
314	City Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
315	CLASS Limited	St. Helier	4	Outra empresa	
316	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town		Instituição financeira	
317	Crofton Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
318	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
319	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	96,9
320	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	96,9
321	DB Aster II, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
322	DB Aster, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
323	DB Aster, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
324	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		Instituição financeira	90,0
325	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
326	DB Finance International GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
327	DB Holding Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior Crédito Privado	São Paulo		Instituição financeira	100,0
328	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
329	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
330	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8092 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
331	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8093 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
332	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8095 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
333	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8096 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
334	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8097 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
335	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8098 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
336	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8103 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
337	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8108 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
338	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8114 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
339	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8119 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	15,0
340	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8129 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	22,2
341	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8139 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	21,2
342	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8141 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	8,9
343	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8142 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	8,2
344	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8143 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	10,5
345	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8144 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	16,8
346	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8145 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	9,3
347	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8146 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	10,9
348	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8147 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	10,7
349	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8148 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	10,2
350	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8149 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	9,6
351	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8150 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	9,6
352	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8151 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	9,2
353	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8201 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
354	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8202 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
355	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8055 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
356	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8057 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
357	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8060 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
358	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8067 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
359	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8070 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
360	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8071 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
361	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8081 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
362	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8082 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
363	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8090 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
364	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8099 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
365	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8100 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
366	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8101 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
367	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8105 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
368	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8106 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
369	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8107 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
370	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8109 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
371	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8110 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
372	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8113 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
373	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8118 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
374	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8120 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
375	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8121 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
376	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8122 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
377	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8123 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
378	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8124 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
379	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8125 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
380	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8126 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
381	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8128 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
382	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8130 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
383	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8131 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
384	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8132 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
385	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8133 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
386	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8134 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,2
387	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8135 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
388	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8136 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,2
389	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8137 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
390	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8138 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
391	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8140 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
392	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8152 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
393	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8153 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
394	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8908 Trust	Newark		Empresa de serviços auxiliares	0,0
395	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8909 Trust	Newark		Empresa de serviços auxiliares	3,3
396	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
397	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
398	DBX ETF Trust	Wilmington	4	Outra empresa	
399	Deloraine Spain, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
400	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	4	Outra empresa	
401	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	4	Outra empresa	
402	Deutsche Colombia S.A.S. - em liquidação	Bogotá		Instituição financeira	100,0
403	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		Instituição financeira	100,0
404	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		Instituição financeira	100,0
405	Deutsche Postbank Funding Trust I	Newark		Instituição financeira	100,0
406	Deutsche Postbank Funding Trust III	Newark		Instituição financeira	100,0
407	DWS Alternatives (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
408	DWS Concept	Luxemburgo	4	Outra empresa	
409	DWS EREP Lux 1 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
410	DWS European Real Estate Partners S.C.A. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	99,9
411	DWS Funds	Luxemburgo	4	Outra empresa	
412	DWS Garant	Luxemburgo	4	Outra empresa	
413	DWS Invest	Luxemburgo	4	Outra empresa	
414	DWS Invest (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
415	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo		Outra empresa	
416	DWS-Fonds Treasury Liquidity (EUR)	Frankfurt		Outra empresa	100,0
417	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington		Instituição financeira	
418	Earls Eight Limited	George Town	4	Outra empresa	
419	Earls Four Limited	George Town	4	Outra empresa	
420	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à.r.l & Co. KG i.I.	Colónia		Outra empresa	
421	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
422	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	4	Outra empresa	
423	Emeris	George Town		Instituição financeira	
424	Erste Frankfurter Hoist GmbH i.L.	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
425	Fondo Privado de Titulización PYMES I Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
426	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-037	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
427	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-039	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
428	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-040	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
429	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-041	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
430	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-043	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
431	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-044	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
432	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
433	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
434	Galene S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	
435	Gladyr Spain, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
436	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		Instituição financeira	
437	Global Opportunities Co-Investment, LLC	George Town		Instituição financeira	
438	GWC-GAC Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
439	Havbell Designated Activity Company	Maynooth		Instituição financeira	
440	Histria Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
441	Infrastructure Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
442	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
443	Investor Solutions Limited	St. Helier	4	Outra empresa	
444	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
445	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	
446	Kelona Invest, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
447	Kelsey Street LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
448	KH Kitty Hall Holdings Limited	Dublin		Instituição financeira	
449	Kratus Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
450	Kronos Funding Ltd	Londres		Instituição financeira	
451	Kuiper Credit Opportunities - Kuiper Compartment 01 - Bel-Air	Paris		Outra empresa	99,9
452	Ledyard, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
453	87 Leonard Development LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
454	LES Essex Crossing Holdings Acquisition LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
455	LES Essex Crossing Parent LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
456	LES Essex Crossing Property Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
457	Life Mortgage S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
458	Lindsell Finance Limited (em dissolução)	St. Julian's		Empresa de serviços auxiliares	100,0
459	Lockwood Invest, S.L.	Madrid		Instituição financeira	
460	London Industrial Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
461	Lunashadow Limited	Dublin		Instituição financeira	
462	1800 M Chaperone Investor LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
463	Malabo Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
464	Merlin XI	George Town		Instituição financeira	
465	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
466	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt	2	Instituição financeira	100,0
467	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
468	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa		Empresa de serviços auxiliares	100,0
469	NCW Holding Inc.	Vancouver		Instituição financeira	100,0
470	New 87 Leonard, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
471	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1	Outra empresa	0,0
472	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
473	Palladium Global Investments S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
474	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
475	PARTS Funding, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
476	PEIF II SLP Feeder 2 LP	Edimburgo		Instituição financeira	100,0
477	PEIF III SLP Feeder GP, S.à r.l.	Senningerberg		Instituição financeira	
478	PEIF III SLP Feeder, SCSp	Senningerberg		Outra empresa	57,1
479	PEIF IV SLP DWS Feeder, SCSp	Senningerberg		Instituição financeira	100,0
480	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati		Instituição financeira	95,0
481	Property Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
482	PUTTERs/DRIVERs, Series 3004 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	14,5
483	PUTTERs/DRIVERs, Series 3005DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	13,6
484	PUTTERs/DRIVERs, Series 3007DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	16,9
485	QR Tower 2, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
486	Radical Properties Unlimited Company	Dublin		Instituição financeira	
487	Redstone Finance Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
488	Rhine Euro CLO I Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
489	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
490	ROCKY 2021-1 SPV S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
491	Romareda Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
492	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
493	Samburg Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
494	SCB Alpspitze UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Instituição financeira	
495	Seaconview Designated Activity Company	Maynooth		Instituição financeira	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
496	SGI SLP Feeder GP S.à.r.l.	Senningerberg		Instituição financeira	
497	SGI SLP Feeder SCSp	Senningerberg		Instituição financeira	57,6
498	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
499	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	100,0
500	SP Mortgage Trust	Wilmington		Outra empresa	100,0
501	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Instituição financeira	99,9
502	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Empresa de serviços auxiliares	99,8
503	Style City Limited	Dublin		Instituição financeira	
504	Sunrise Turnaround Partners G.K.	Tóquio		Instituição financeira	100,0
505	300 SW Parent LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
506	300 SW Property Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
507	Swabia 1 Designated Activity Company (em liquidação)	Dublin		Outra empresa	
508	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH i.L.	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
509	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		Outra empresa	100,0
510	Tasman NZ Residential Mortgage Trust	Auckland		Outra empresa	
511	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
512	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
513	Waltzfire Limited	Dublin		Instituição financeira	
514	Wedverville Spain, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
515	Wendelstein 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Outra empresa	
516	Wendelstein 2024-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Outra empresa	
517	5353 WHMR LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
518	Xtrackers	Luxemburgo	4	Outra empresa	
519	Xtrackers (IE) Public Limited Company	Dublin	4	Outra empresa	0,1
520	Xtrackers II	Luxemburgo	4	Outra empresa	0,1
521	Zumirez Drive LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0

Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
522	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
523	Angle Group Holdings Pty Ltd	Melbourne		Instituição financeira	19,5
524	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
525	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	49,0
526	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
527	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
528	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Colónia		Outra empresa	25,1
529	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
530	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Empresa de participação financeira	21,1
531	dwins GmbH	Frankfurt		Outra empresa	16,1
532	Elbe Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
533	Evroenergeiaki Anonymi Etaireia	Atenas	5	Outra empresa	40,0
534	FSDB Merchant Services GmbH	Frankfurt		Outra empresa	49,0
535	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. “Leipzig-Magdeburg” KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
536	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden “Louisenstraße” KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
537	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	15,7
538	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Outra empresa	36,7
539	Global Tokenization Holdings Limited	Dublin	5	Outra empresa	33,3
540	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	40,1
541	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	41,6
542	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2, 6	Outra empresa	62,1
543	Grundstücksgesellschaft Mietwohnhäuser Leipzig-Gohlis GbR	Troisdorf		Outra empresa	25,0
544	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	26,0
545	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Instituição financeira	30,0
546	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	40,7
547	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf	5	Instituição financeira	50,0
548	Immobilienfonds Büro Center Erfurt am Flughafen Bindersleben III GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	20,7
549	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	39,0
550	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	28,9
551	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II eGbR	Gelsenkirchen	2	Outra empresa	40,3
552	Ingrid S.à r.l.	Luxemburgo	5	Outra empresa	23,8
553	iSwap Limited	Londres		Instituição financeira	14,0
554	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	23,5
555	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft i.L.	Düsseldorf		Outra empresa	23,5
556	KVD Singapore Pte. Ltd. (em liquidação - dissolução voluntária dos membros)	Singapura		Instituição financeira	26,0
557	Latitude Group Holdings Limited	Melbourne		Instituição financeira	16,5
558	1800 M JV LLC	Wilmington	5	Empresa de serviços auxiliares	10,1
559	MorgenFund GmbH	Frankfurt		Empresa de investimento	30,0
560	North Coast Wind Energy Corp.	Port Moody	5	Outra empresa	50,0
561	Palma Topco Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	22,8
562	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
563	REDUS DTHG, LLC	Wilmington		Outra empresa	49,9
564	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
565	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Outra empresa	49,9
566	Syndicated Loan Consortium Holdings LLC	Wilmington		Outra empresa	7,3
567	Taurus SA	Genebra		Instituição financeira	4,2
568	Trade Information Network Limited	Londres	5	Outra empresa	18,6
569	TRAXPAY GmbH	Frankfurt		Outra empresa	2,4
570	Triton Beteiligungs S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Outra empresa	33,1
571	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	6	Outra empresa	99,9
572	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	7	Outra empresa	0,0
573	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	7	Outra empresa	0,0
574	Volbroker.com Limited	Rochford		Instituição financeira	22,5
575	Weser Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
576	zeitinvest-Service GmbH	Frankfurt		Outra empresa	25,0
577	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim	5	Instituição financeira	33,3
578	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		Instituição financeira	25,0

Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
579	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
580	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
581	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
582	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
583	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
584	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
585	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
586	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
587	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
588	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
589	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
590	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
591	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
592	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	8	Instituição financeira	50,0
593	Benefit Trust GmbH	Luetzen	9, 10	Instituição financeira	100,0
594	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
595	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	33,2
596	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	32,0
597	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	6, 9	Instituição financeira	98,2
598	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	100,0
599	DB Placement, LLC	Wilmington	6, 9	Outra empresa	100,0
600	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay	8	Instituição financeira	33,6
601	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo	8	Instituição financeira	49,0
602	DONARUM Holding GmbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
603	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
604	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
605	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
606	DWS Offshore Infrastructure Debt Opportunities Feeder LP	George Town	8, 12	Instituição financeira	26,3
607	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
608	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
609	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
610	Elm (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	6, 13	Instituição financeira	98,0
611	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
612	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
613	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	13	Outra empresa	29,5
614	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	13	Outra empresa	28,6
615	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.I.	Jork	13	Outra empresa	24,3
616	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	8	Outra empresa	49,0
617	Isaac Newton S.à r.l.	Capellen	6, 9, 14	Instituição financeira	98,2
618	Kinneil Leasing Company	Londres	8	Outra empresa	35,0
619	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	6, 13, 15	Instituição financeira	77,1
620	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt	13, 16	Instituição financeira	35,4
621	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG i.I.	Hamburgo	13	Outra empresa	39,0
622	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.I.	Hamburgo	13	Outra empresa	34,0
623	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	32,8
624	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	33,0
625	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
626	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
627	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
628	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
629	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia	1, 2, 8	Instituição financeira	27,7
630	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
631	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
632	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
633	PEIF IV SLP DWS Feeder 2, SCSp	Senningerberg	9	Instituição financeira	100,0
634	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
635	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
636	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
637	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
638	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
639	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
640	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
641	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
642	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
643	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
644	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
645	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
646	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
647	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
648	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
649	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
650	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
651	RREEF Core Plus Residential Fund LP	Wilmington	8	Outra empresa	26,9
652	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
653	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
654	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
655	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
656	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
657	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
658	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
659	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
660	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	33,2
661	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
662	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
663	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
664	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
665	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
666	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
667	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
668	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
669	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	6, 9	Instituição financeira	100,0
670	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
671	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
672	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
673	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
674	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
675	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
676	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
677	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
678	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
679	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
680	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
681	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
682	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
683	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
684	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
685	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
686	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
687	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
688	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
689	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
690	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
691	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
692	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
693	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
694	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
695	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	8	Instituição financeira	50,0
696	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
697	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
698	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
699	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
700	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
701	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
702	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
703	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
704	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
705	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
706	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
707	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
708	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	25,0
709	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
710	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
711	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
712	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
713	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
714	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
715	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
716	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
717	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
718	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
719	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
720	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
721	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
722	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
723	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
724	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	25,0

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de roda pé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
725	BÜRGSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		Instituição financeira	8,5
726	Bürgschaftsbank Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição financeira	8,7
727	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição financeira	8,4
728	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição financeira	6,3
729	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição financeira	8,2
730	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição financeira	5,6
731	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição financeira	8,7
732	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
733	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito	9,0
734	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	6,0
735	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrucken		Instituição de crédito	11,8
736	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Instituição financeira	7,8

Confirmações

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, e das respetivas subsidiárias (o Grupo), que inclui o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2024 e a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada de outros rendimentos integrais, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e as notas para as demonstrações financeiras, incluindo informações de políticas contabilísticas materiais. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que é combinado com o relatório de gestão do Banco, para o exercício de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. De acordo com os requisitos legais alemães, não auditámos o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno, o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do HGB, publicada no site indicado no relatório de gestão do grupo e que faz parte do relatório de gestão do grupo e do conteúdo da demonstração não financeira nos termos do artigo 289.º-B e 315.º-D do HGB na secção "Declaração de Sustentabilidade" do relatório de gestão do grupo.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras consolidadas anexas cumprem, em todos os aspetos relevantes, as Normas Contabilísticas IFRS, tal como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (Normas Contabilísticas IFRS) e adotadas pela UE, e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB e, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2024 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, e
- o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão do grupo está em consonância com as demonstrações financeiras consolidadas e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. Não expressámos uma opinião sobre o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco referida acima e o sistema de controlo interno referido acima, o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade referido acima ou a demonstração não financeira referida acima.

De acordo com o artigo 322.º, n.º 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Fundamentação dos pareceres

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas alemãs geralmente aceites para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção “Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo” do nosso relatório do auditor. Somos independentes das entidades do grupo em conformidade com os requisitos da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

1. Avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração utiliza técnicas de avaliação para estabelecer o justo valor de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos. O Grupo detinha ativos financeiros e passivos financeiros de nível 3 medidos pelo justo valor de 26.281 milhões de euros e 13.382 milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2024. Os instrumentos financeiros relevantes são relatados no âmbito de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os instrumentos financeiros e dados relacionados que não são cotados em mercados ativos incluem derivados estruturados avaliados com recurso a modelos complexos; derivados OTC mais complexos ou ilíquidos; dívida em incumprimento; obrigações extremamente estruturadas; empréstimos ilíquidos, incluindo os relativos a imóveis comerciais; spreads de crédito utilizados para determinar ajustamentos de avaliação; e outros dados significativos que não podem ser observados para instrumentos financeiros com prazos de vencimento mais longos.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos se baseia, em grande medida, em pressupostos e juízos de gestão devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados e à não observabilidade dos dados relevantes utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos sobre os processos de gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e a determinação de dados significativos não observáveis para os mesmos. Isto inclui controlos relacionados com a verificação independente dos preços; validação independente dos modelos de avaliação, incluindo avaliação das limitações dos modelos; monitorização da utilização do modelo de avaliação; e cálculo dos ajustamentos de valor justo.

Avaliámos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e testámos os dados significativos utilizados nesses modelos. Realizámos uma reavaliação independente de uma amostra de derivados e instrumentos financeiros pelo justo valor que não se encontram cotados em mercados ativos utilizando modelos e dados independentes. Avaliámos também, de forma independente, a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizados, comparando-os com fontes de dados do mercado e avaliando a sua relevância para os instrumentos financeiros relacionados.

Adicionalmente, avaliámos a metodologia e os dados utilizados pela gestão para determinar os ajustamentos de justo valor em relação aos requisitos da IFRS 13 e efetuámos novos cálculos para uma amostra destes ajustamentos de avaliação utilizando os nossos próprios dados e metodologia independentes.

Envolvemos especialistas em avaliação de instrumentos financeiros internos nos procedimentos relacionados com modelos de avaliação, reavaliação independente e ajustamentos de justo valor.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas notas 1 e 13 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu uma provisão para perdas de crédito de 6.198 milhões de euros, com 1.390 milhões de euros relativos às provisões da fase 1 e da fase 2.

As probabilidades de incumprimento (PD) estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros não em incumprimento (IFRS 9 fase 1 e fase 2) baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospetivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). São utilizadas técnicas estatísticas para transformar o cenário de base para futuros desenvolvimentos macroeconómicos em múltiplos cenários. Estes cenários são a base para obter curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, que são utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas.

Dadas as incertezas económicas relativas a variações pronunciadas nas taxas de juro, aos atuais conflitos geopolíticos e a outras fontes de volatilidade que afetam as variáveis macroeconómicas, a estimativa de informações prospetivas exige um julgamento significativo. Para refletir estas incertezas, a administração tem de avaliar se deve fazer ajustamentos ao seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas no modelo de perdas de créditos esperadas e métodos de previsão, quer através do ajustamento das variáveis macroeconómicas, quer através da inclusão de sobreposições de gestão.

Tendo em conta a detenção significativa de instrumentos financeiros não em incumprimento sujeitos a imparidade ao abrigo da IFRS 9, a incerteza económica e o uso significativo de juízos de valor, consideramos a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado em modelos das perdas de crédito esperadas e de quaisquer ajustamentos aos mesmos, uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento dos processos implementados pela administração, avaliámos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospetivas no que diz respeito aos requisitos da IFRS 9 e testámos a sua eficácia operacional.

Avaliámos a revisão da administração do seu modelo de perdas de crédito esperadas e os métodos de previsão conduzidos através do processo de validação do modelo. Além disso, avaliámos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e a derivação dos vários cenários.

Avaliámos as previsões macroeconómicas de base comparando-as com as previsões macroeconómicas publicadas por fontes externas.

Também avaliámos a metodologia aplicada pela administração para determinar se deve ajustar o seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas ou ajustar os resultados do modelo através de sobreposições de gestão. Ao fazê-lo, avaliámos os resultados da análise de sensibilidade da administração e comparámos as variáveis macroeconómicas utilizadas com a nossa própria análise de referência. Também avaliámos se os ajustamentos foram incluídos no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia da gestão.

Para avaliar a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos em modelação de risco de crédito.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas e dos respetivos ajustamentos para as fases 1 e 2 são fornecidas nas notas 1 e 19 nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Perdas de crédito esperadas para empréstimos imobiliários comerciais em situação de incumprimento

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu exposições a empréstimos no valor de 36.463 milhões de euros relacionadas com a atividade de empréstimos imobiliários comerciais sem recurso, com provisões correspondentes de 795 milhões de euros.

A identificação e o cálculo das perdas de crédito esperadas para as exposições a empréstimos em situação de incumprimento envolvem vários pressupostos e estimativas de dados, nomeadamente no que se refere à solvência do mutuário, às expectativas de fluxos de caixa futuros, aos preços de mercado observáveis e às receitas esperadas da realização de garantias.

Tendo em conta o aumento das exposições a empréstimos em situação de incumprimento relacionadas com a atividade imobiliária comercial, a incerteza económica e a utilização significativa de juízos de valor, consideramos as perdas de crédito esperadas (ECL) para os empréstimos imobiliários comerciais em situação de incumprimento como uma questão fundamental de auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão dos processos de identificação e cálculo das perdas de crédito esperadas para os mutuários na atividade de empréstimos imobiliários comerciais. Avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados com a notação do risco de crédito, a aplicação de critérios de incumprimento e a transferência para a fase 3, em conformidade com a IFRS 9, e o cálculo de perdas de crédito esperadas.

Avaliámos os critérios utilizados pela gestão para determinar os empréstimos em incumprimento de acordo com a IFRS 9.

Relativamente a uma amostra de empréstimos imobiliários comerciais, analisámos a aplicação dos critérios de incumprimento utilizados para a simulação de ECL. Para os empréstimos classificados na fase 3, avaliámos os pressupostos significativos relativos aos fluxos de caixa futuros estimados das exposições de empréstimos, avaliando o valor da garantia, a solvência do mutuário e as previsões do mercado e do setor publicamente disponíveis. Procurámos e avaliámos informações que corroboram ou contradizem os pressupostos previstos pela gestão. Testámos igualmente a exatidão aritmética das perdas de crédito esperadas calculadas para as posições em situação de incumprimento.

Envolvemos especialistas internos para aferirem, por amostragem, a avaliação das garantias de imóveis comerciais.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com as perdas de crédito esperadas para os empréstimos imobiliários comerciais em situação de incumprimento.

Referência a divulgações relacionadas

A informação sobre a atividade de crédito imobiliário comercial do Grupo encontra-se incluída na Nota 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, bem como na secção intitulada "Imobiliário Comercial" no capítulo "Exposição ao Risco de Crédito" ("Áreas de Incidência 2024") do Relatório de Risco (relatório de gestão combinado), que é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

4. Medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo registava um goodwill de 2.963 milhões de euros que foi exclusivamente atribuído à sua unidade geradora de caixa (UGC) Asset Management.

Para efeitos do teste de imparidade, o valor recuperável da unidade geradora de caixa de Asset Management é calculado utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Neste contexto, são assumidos pressupostos significativos no que respeita às projeções de resultados e aos parâmetros de entrada do modelo de avaliação dos ativos de capital, a partir dos quais é calculada a taxa de desconto

Dado que a mensuração do goodwill para a UGC Asset Management se baseia num elevado grau de juízo devido às projeções de resultados e à taxa de desconto contida no modelo de fluxos de caixa descontados, esta é uma questão fundamental de auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão do processo de preparação das projeções de ganhos e de cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa de Asset Management. A este respeito, obtivemos igualmente uma compreensão dos controlos da gestão relativos às projeções de resultados e à taxa de desconto, avaliámos a conceção desses controlos e testámos a sua eficácia operacional.

Analisámos os pressupostos significativos acima descritos, com destaque para alterações significativas em comparação com o ano anterior. A este respeito, avaliámos a coerência e a razoabilidade dos pressupostos significativos utilizados no modelo de fluxo de caixa descontado, comparando-os com as expetativas do mercado externo.

Ao analisar os fluxos de caixa futuros esperados da unidade geradora de caixa de Asset Management, comparámos as projeções de ganhos com as projeções do exercício anterior e com os resultados efetivos alcançados e avaliámos quaisquer desvios significativos, assim como o seu impacto para os fluxos de caixa. Além disso, avaliámos a taxa de desconto comparando-a com uma série de dados disponíveis externamente.

Para avaliar os pressupostos acima referidos feitos na capacidade de recuperação da unidade geradora de caixa de Asset Management, envolvemos especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a medição de goodwill são fornecidas nas notas 1 e 23 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

5. Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo relatou ativos líquidos por impostos diferidos de 7249 milhões de euros.

O reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos baseia-se na estimativa da capacidade de utilizar as perdas fiscais não utilizadas e as diferenças temporárias dedutíveis contra potenciais rendimentos tributáveis futuros. Esta estimativa baseia-se, entre outros, em pressupostos relativos aos resultados operacionais previstos com base no plano de negócios aprovado.

À luz do recurso a juízos na estimativa do rendimento futuro sujeito a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais, o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas fiscais não utilizadas são identificadas em diferentes jurisdições e medidas de acordo com as disposições da legislação fiscal e as regras de contabilidade dos impostos diferidos ao abrigo da IAS 12, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados.

Testámos os pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das empresas do grupo relevantes e grupos de impostos.

Além disso, avaliámos o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Avaliámos as estimativas feitas nos resultados operacionais previstos, comparando os pressupostos-chave subjacentes com os dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Comparámos as previsões históricas com os resultados reais. Além disso, avaliámos os ajustamentos fiscais estimados e realizámos análises de sensibilidade sobre os períodos de utilização dos respetivos ativos por impostos diferidos.

Para avaliar os pressupostos utilizados na capacidade de recuperação dos impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos são fornecidas nas notas 1 e 34 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

6. Provisões e passivos contingentes para processos civis e aplicação da regulamentação

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, as provisões do Grupo para processos civis e execução regulamentar ascendiam a 2,1 mil milhões de euros e os passivos contingentes a 0,7 mil milhões de euros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. As estimativas para o reconhecimento e a mensuração de provisões ou a divulgação de passivos contingentes baseiam-se em informações atualmente disponíveis e numa variedade de pressupostos e variáveis.

É necessário um julgamento significativo para avaliar a probabilidade e estimar o montante de uma saída de recursos económicos, dadas as incertezas inerentes aos processos civis e às questões de aplicação da regulamentação.

Devido à subjetividade significativa envolvida na estimativa da gestão da probabilidade e do montante de saída de recursos económicos para processos civis selecionados e questões de aplicação regulamentar, esta é uma matéria de auditoria fundamental.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos da gestão sobre o processo de reconhecimento e mensuração de provisões e de divulgação de passivos contingentes para processos civis e aplicação da regulamentação.

Para uma amostra de assuntos relevantes, avaliámos a avaliação da administração da probabilidade e do montante de saída de fundos, incluindo os pressupostos e as variáveis consideradas para cada assunto. Estes procedimentos incluíam a inspeção de análises jurídicas internas e externas que detalhavam os aspetos julgamentais sujeitos a interpretações jurídicas. Também lemos as atas das principais reuniões dos comités de gestão (incluindo o Conselho de Administração), bem como a correspondência relacionada, como processos judiciais, acordos de resolução de litígios, inquéritos regulamentares e relatórios de investigação. Obtivemos correspondência diretamente dos consultores jurídicos externos para avaliar as informações fornecidas pela administração e realizámos inquéritos junto dos consultores externos, conforme necessário.

Envolvemos especialistas internos em avaliação para avaliar a metodologia das matérias relevantes sobre as quais os montantes das provisões foram determinados, bem como especialistas internos em direito para avaliar, para as matérias aplicáveis, a probabilidade de uma saída e o montante da provisão reconhecida.

Os nossos procedimentos não suscitaram quaisquer reservas quanto à exaustividade e exatidão das provisões para processos civis e aplicação da regulamentação.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a medição de provisões legais são fornecidas nas Notas 1 e 27 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

7. Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do Grupo depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do Grupo como uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Avaliámos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro do Grupo. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano no atual ambiente de controlo de TI.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI de prevenção e deteção relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram ao aprovisionamento e à remoção de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores.

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações nas versões de produção foram testadas e aprovadas antes da implementação e se a capacidade de implementar alterações estava limitada aos utilizadores autorizados.

Para avaliar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro do Grupo, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do grupo.

Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão combinado, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Outras informações

O Conselho de Fiscalização é responsável pelo relatório do Conselho de Fiscalização. Os administradores executivos e o Conselho de Fiscalização são responsáveis pela declaração nos termos do artigo 161 da AktG ["Aktiengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações) sobre o Código de governo das sociedades alemão, que faz parte da Declaração de Governo da Sociedade combinada, bem como pelo Relatório de remuneração nos termos do artigo 162.º da AktG. Em todos os outros aspetos, os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- a demonstração não financeira acima referida,
- o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno referido acima,
- a declaração combinada sobre o governo da sociedade acima referida,

e as outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor, em particular:

- a Declaração de Responsabilidade nos termos do artigo 297.º, n.º 2, quarta frase do HGB em conjugação com o artigo 315.º, n.º 1, sexta frase do HGB,
- a secção "Deutsche Bank – Resumo Financeiro",
- a secção “O Grupo Deutsche Bank”,
- o Relatório de remuneração,
- a secção “Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial Alemão",
- a secção "Artigo 8.º Quadros" e
- a secção "Informação Complementar",

mas não as demonstrações financeiras consolidadas, não as divulgações do relatório de gestão do grupo cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo não abrangem a outra informação e, consequentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras consolidadas, com o relatório de gestão do grupo, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e pelo relatório de gestão do grupo

Os diretores executivos são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, as Normas Contabilísticas IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB e que as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com estes requisitos, conferem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do grupo. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que tenham determinado como necessários para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes (ou seja, relatos financeiros fraudulentos e apropriação indevida de ativos) ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade do grupo para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, exceto se houver uma intenção de liquidar o grupo ou de cessar operações, ou se não houver outra alternativa realista à liquidação.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão do grupo que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do grupo e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão do grupo que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão do grupo.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do grupo para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Responsabilidades do revisor oficial de contas pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do grupo e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas e neste relatório de gestão do grupo.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de não detetar uma distorção material resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão do grupo a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo e de tais acordos e medidas.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilistas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.
- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do grupo de manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão do grupo ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o grupo deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do grupo em conformidade com as Normas Contabilísticas IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB.
- Planear e realizar a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas para obter provas de auditoria adequadas suficientes relativas à informação financeira das entidades ou unidades empresariais dentro do grupo para expressar pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho realizado para a auditoria do grupo. Somos exclusivamente responsáveis pelos nossos pareceres.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão do grupo com as demonstrações financeiras consolidadas, a respetiva conformidade com a legislação [alemã], e com a perspetiva que proporciona da posição do grupo.
- Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão do grupo. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos órgãos de gestão como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Relatório de garantia sobre a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo elaborado para efeitos de publicação, em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB

Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB para obter uma garantia razoável sobre se a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo (a seguir "Documentos ESEF") constantes do ficheiro eletrónico Deutsche_Bank_AG_KA+KLB_ESEF-2024-12-31.zip e elaborados para efeitos de publicação cumprem, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, este trabalho de confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nestas apresentações nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro identificado acima.

Na nossa opinião, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão constantes do ficheiro identificado acima e elaborados para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Além deste parecer de garantia e dos nossos pareceres de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão relativo ao exercício de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 contidos no "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo" acima referido, não emitimos qualquer parecer de garantia sobre as informações contidas nestes documentos ou sobre as outras informações contidas no ficheiro acima identificado.

Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo contidos no ficheiro acima identificado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB e a Norma de Garantia IDW: Garantia sobre a Apresentação Eletrónica de Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão Elaborados para Efeitos de Publicação em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB (IDW AsS 410) (06.2022) e a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia 3000 (Revista). A nossa responsabilidade em conformidade com os mesmos é descrita em maior detalhe na secção "Responsabilidades do auditor do grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF". A nossa empresa de auditoria aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos de Gestão de Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QMS 1(09.2022)).

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 1 do HGB e para a marcação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 2 do HGB.

Além disso, os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico.

O conselho de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

Responsabilidades do auditor do Grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o trabalho de garantia. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, realizamos procedimentos de garantia adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, sobre a especificação técnica deste ficheiro.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma apresentação XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado.
- Avaliamos se a marcação dos documentos ESEF com tecnologia Inline XBRL (iXBRL) nos termos exigidos pelos artigos 4.º e 6.º do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2019/815, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, permite uma cópia adequada e completa em XBRL, legível por máquina, da apresentação em XHTML.

Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores do grupo pela Assembleia-Geral Anual de 16 de maio de 2024. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 30 de junho de 2024. Somos auditores do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft ininterruptamente desde o exercício de 2020.

Declaramos que os pareceres expressos no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Outro assunto - utilização do relatório do auditor

O nosso relatório de auditoria deve ser sempre lido conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e o relatório de gestão do grupo auditado, bem como os documentos ESEF garantidos. As demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo convertidos para o formato ESEF – incluindo as versões a serem publicadas no Unternehmensregister [Registo comercial alemão] – são meramente apresentações eletrónicas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado e não tomam o seu lugar. Em particular, o relatório ESEF e o nosso parecer de garantia nele contido devem ser utilizados exclusivamente em conjunto com os documentos ESEF garantidos disponibilizados em formato eletrónico.

Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Holger Lösken.

Eschborn/Frankfurt am Main, 10 de março de 2025

EY GmbH & Co. KG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken
Wirtschaftsprüfer
[Auditor público alemão]

Mai
Wirtschaftsprüfer
[Auditor público alemão]

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo, que foi combinado com o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 6 de março de 2025

Christian Sewing

James von Moltke

Fabrizio Campelli

Bernd Leukert

Alexander von zur Mühlen

Laura Padovani

Claudio de Sanctis

Rebecca Short

Stefan Simon

Olivier Vigneron

3-Relatório de remuneração

574 Introdução
574 Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização
574 Relatório de Remuneração dos colaboradores
575 Remuneração do Conselho de Administração
Sumário executivo – 575
Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração – 579
Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia corporativa – 580
Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração – 581
Componentes e estrutura da remuneração – 583
Limites de remuneração – 583
Diferimentos e períodos de carência – 583
585 Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro
Montantes-alvo e máximos do salário base e da remuneração variável – 585
Incentivo a Curto Prazo (STI) 2024– 585
Incentivo a Longo Prazo (LTI) 2024 a 2026 – 590
Benefícios após a rescisão regular do contrato – 594
Desvios do sistema de remuneração – 594
595 Remuneração do Conselho de Administração 2024
Membros atuais do Conselho de Administração – 595
Antigos membros do Conselho de Administração – 598
599 Perspetivas para o exercício financeiro de 2025
Remuneração total e remuneração máxima – 599
Estrutura e metas dos objetivos para 2025 – 599
601 Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios financeiros de 2024 e 2023 – 603
606 Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos
609 Relatório do auditor independente
Responsabilidades dos diretores executivos e do Conselho de Fiscalização – 609
Responsabilidade do auditor – 609
Parecer – 609
Outra questão - auditoria formal do relatório de remuneração – 610
611 Remuneração dos colaboradores (não auditada)
Contexto regulamentar – 611
Governo das remunerações – 612
Estratégia de Remuneração e Benefícios – 613
Quadro de remuneração do Grupo – 614
Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas – 615
Determinação da remuneração variável baseada no desempenho – 616
Estrutura de remuneração variável – 617
Ajustamento ex post de risco da remuneração variável – 618
Decisões de remuneração para 2024 – 619
Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais – 621

Introdução

O Relatório de Remuneração para o ano 2024 fornece informações detalhadas sobre a remuneração no Grupo Deutsche Bank.

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

O Relatório de Remuneração para o exercício financeiro de 2024 foi elaborado conjuntamente pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft (a seguir: Deutsche Bank AG ou o banco).

O Relatório de Remuneração cumpre os atuais requisitos legais e regulamentares, em particular o artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e da portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung*) e tem em conta as recomendações estabelecidas no código de governo das sociedades alemão. Está também em conformidade com os requisitos aplicáveis das regras contabilísticas das empresas orientadas para o mercado de capitais (código comercial alemão), normas internacionais de relato financeiro, bem como com as orientações emitidas pelo grupo de trabalho que se centra nas "Orientações para sistemas de remuneração sustentáveis do Conselho de Administração".

Relatório de Remuneração dos colaboradores

Esta parte do Relatório de Remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank. O relatório fornece detalhes sobre o enquadramento de remuneração do Grupo e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2024. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria relativa a remunerações para instituições.

Remuneração do Conselho de Administração

Sumário executivo

Ao longo dos últimos cinco anos e meio, o Deutsche Bank continuou a progredir na sua transformação numa instituição robusta, resistente e rentável, com uma estratégia clara centrada na obtenção dos melhores resultados para os seus clientes. Desde julho de 2019, foram feitos progressos para reformular fundamentalmente o banco. Em 2024, o Deutsche Bank avançou com a sua estratégia de Global Hausbank, alcançando um crescimento das receitas, eficiência operacional e de capital. O banco continuou a expandir a sua atividade, controlando os custos ajustados e investindo na sua plataforma. Resolveu também questões importantes de litígios herdados do passado e deixou para trás rubricas excecionais.

As receitas líquidas aumentaram para 30,1 mil milhões de euros em 2024, face a 28,9 mil milhões de euros, ou seja, 4%, em comparação com 2023, em conformidade com a orientação do banco de cerca de 30 mil milhões de euros para 2024. O crescimento anual composto das receitas desde 2021 foi de 5,8% até ao final de 2024, em comparação com 6,6% em 2023, em conformidade com o intervalo de objetivos do banco de 5,5% a 6,5%. Em 2025, o Deutsche Bank prevê um crescimento contínuo em todas as áreas de negócio, impulsionado pelas receitas líquidas de juros e não juros. O banco mantém o seu objetivo de receitas de cerca de 32 mil milhões de euros, com um potencial de aumento devido a efeitos de conversão cambial.

As despesas não relacionadas com juros em 2024 ascenderam a 23,0 mil milhões de euros, mais 6% do que no ano anterior, incluindo 2,6 mil milhões de euros de custos não operacionais relativos a litígios, reestruturação e indemnizações. Os custos ajustados diminuíram de 20,6 mil milhões de euros em 2023 para 20,4 mil milhões de euros. Em termos de eficiência operacional, o Deutsche Bank fez novos progressos no seu programa de eficiência operacional de 2,5 mil milhões de euros durante 2024. As medidas incluíram a otimização da plataforma do banco na Alemanha, a redução do número de efetivos, nomeadamente em funções não relacionadas com os clientes, a otimização das TI e da infraestrutura, bem como a automatização contínua dos processos "front-to-back". O banco espera que a grande maioria destas medidas tenha um impacto positivo na taxa de execução dos custos ajustados em 2025. No entanto, com a continuação dos investimentos, prevê-se que os custos globais ajustados em 2025 se mantenham essencialmente estáveis em comparação com o ano anterior. O banco prevê um rácio custo/rendimento inferior a 65% até ao final de 2025, redefinido de 62,5%. No entanto, a manutenção da disciplina de custos continua a ser uma prioridade máxima.

O programa de eficiência de capital reduziu os ativos ponderados pelo risco em 24 mil milhões de euros, próximo do objetivo de 25-30 mil milhões de euros até 2025. O rácio de capital Common Equity Tier 1 situou-se em 13,8%, o que inclui as recompras de ações de 750 milhões de euros autorizadas para 2025. O banco planeia manter os progressos em termos de eficiência de capital em 2025.

O Deutsche Bank anunciou 2,1 mil milhões de euros em distribuições aos acionistas para 2025, incluindo 750 milhões de euros em recompras de ações e 1,3 mil milhões de euros em dividendos (0,68 euros por ação), mais 50% do que 0,45 euros por ação para 2023. O total das distribuições aos acionistas desde 2022 atingiu 5,4 mil milhões de euros, ultrapassando o objetivo de 5 mil milhões de euros do programa de transformação do banco lançado em 2019. O banco pretende ultrapassar os 8 mil milhões de euros em distribuições totais para 2021-2025, pagas nos anos 2022 a 2026, e manter também um rácio de pagamento de 50% para além de 2025.

Relatório de Remuneração de 2023

O Relatório de Remuneração de 2023 para os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank, tal como publicado em 14 de março de 2024, foi submetido à Assembleia Geral a 16 de maio de 2024, para aprovação em conformidade com o artigo 120.º-A, n.º 4 da lei alemã relativa às sociedades por ações. A Assembleia Geral aprovou o Relatório de Remuneração com uma maioria de 86,81%.

Alterações no Conselho de Administração e decisões de remuneração em 2024

Com efeitos a partir de julho de 2024, o Conselho de Administração é composto por 10 membros. Espera-se que a função de Diretor de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira (AFC), criada pelo Conselho de Fiscalização, reforce ainda mais o ambiente de controlo do banco e coloque uma ênfase ainda maior nas atividades de correção para combater a criminalidade financeira. Com a nomeação de Laura Padovani para este cargo no Conselho de Administração, a percentagem de mulheres aumentou para 20%.

A partir de 2024, com um sistema simplificado de remuneração do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização considera a remuneração dos membros do Conselho de Administração de forma mais individualizada do que no passado, com base numa avaliação comparativa externa para a respetiva função e âmbito de responsabilidade, com o objetivo de alinhar os montantes da remuneração-alvo com as responsabilidades. Esta abordagem reflete consequentemente a sua filosofia de remuneração por desempenho.

Todas as decisões de remuneração estão sujeitas aos limites de múltiplos requisitos regulamentares. A este respeito, a remuneração do Conselho de Administração e os planos de pagamento das componentes variáveis da remuneração são limitados de várias formas. Devido aos requisitos da Secção 25-A, n.º 5 da Lei Bancária Alemã e de acordo com a decisão da Assembleia Geral de maio de 2014, o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável é geralmente limitado a 1:2 (regra do limite máximo). Para poder oferecer uma remuneração competitiva no setor bancário e conseguir atrair e reter os melhores líderes para o banco, a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank tende a ser mais elevada do que a de outras empresas do DAX que não estão sujeitas a regulamentação específica do setor bancário e que têm uma remuneração variável que pode ser um múltiplo mais elevado da remuneração fixa.

O Conselho de Fiscalização revê anualmente os níveis de remuneração dos membros do Conselho de Administração e contrata regularmente consultores de remuneração externos para apoiar essa revisão e obter informações sobre a prática do mercado, assegurando-se de que estes consultores são independentes do Conselho de Administração e do Deutsche Bank. O Conselho de Fiscalização considera crucial o ambiente internacional em que os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank têm de atuar. Por conseguinte, os bancos universais e de investimento são considerados o grupo de pares mais relevante. Assim, os níveis de remuneração-alvo devem estar alinhados com os melhores desempenhos neste mercado, de modo a encontrar candidatos adequados.

Ao tomar decisões sobre remunerações, o Conselho de Fiscalização considera cuidadosamente as opiniões das partes interessadas. Neste contexto, há que ter em conta aspetos extraordinários, tais como a necessidade de garantir a manutenção dos atuais membros do Conselho de Administração, os perfis complexos com responsabilidades duplas ou mesmo múltiplas, consideradas necessárias para o êxito contínuo do Deutsche Bank (acesso ao mercado, experiência, etc.), bem como o facto de, devido a requisitos regulamentares, o salário base fixo do Deutsche Bank ter de ser comparativamente mais elevado do que o dos bancos globais, uma vez que a remuneração variável do Banco tem um perfil de risco mais elevado, orientado para o horizonte de longo prazo, devido a uma ligação estrita ao desempenho do preço das ações e a um esquema de pagamento plurianual. Além disso, apenas alguns bancos internacionais têm estruturas explícitas de remuneração por objetivos, pelo que os parâmetros de referência do mercado se baseiam nos níveis de remuneração reais. Estes são comparáveis apenas numa medida limitada. Tendo em conta todos estes aspetos, o Conselho de Fiscalização tomou as seguintes decisões de remuneração em 2024:

Um estudo de benchmarking encomendado pelo Conselho de Fiscalização revelou que a diferenciação do nível de remuneração entre os membros ordinários do Conselho de Administração e o Diretor-Geral (CEO) é menor no Deutsche Bank do que nos seus pares. A fim de manter uma distância adequada do nível de remuneração dos membros ordinários do Conselho de Administração, bem como dos colaboradores ao nível abaixo do Conselho de Administração, e tendo em conta a **gestão bem-sucedida de Christian Sewing** durante o seu mandato desde 2015, o Conselho de Fiscalização decidiu aumentar a sua remuneração-alvo total para uma remuneração-alvo global de 9,8 milhões de euros por ano. Isto representa um aumento de 5,37% (aumento da remuneração fixa em 5,55%) com efeitos a partir de 1 de abril de 2024.

O Conselho de Fiscalização também analisou a remuneração dos outros membros do Conselho de Administração. Consequentemente, a remuneração de **Claudio de Sanctis** foi ajustada com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024, tendo em conta as suas responsabilidades e conhecimentos aprofundados sobre a dinâmica do mercado relevante e a dinâmica dos clientes. Desde a sua nomeação, tem conduzido a transformação do Private Bank para posicionar a empresa para o sucesso futuro. O Conselho de Fiscalização decidiu um aumento adequado, dentro de um intervalo internacionalmente comparável, para um objetivo global de remuneração de 8,4 milhões de euros por ano, o que representa um aumento de 6,32% (aumento da remuneração fixa em 6,66%).

Nos últimos anos, o Deutsche Bank investiu substancialmente no reforço do seu ambiente de controlo e em atividades de correção. Para melhorar ainda mais a resiliência dos controlos do banco e iniciar um maior alinhamento da primeira, segunda e terceira linhas de defesa, a fim de promover uma melhor apropriação, processos e eficiência, o Conselho de Fiscalização criou uma nova função ao nível do Conselho de Administração.

Laura Padovani foi nomeada para o Conselho de Administração como Diretora de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira (AFC) com efeitos a partir de 1 de julho de 2024. A remuneração global pretendida para Laura Padovani foi determinada pelo Conselho de Fiscalização após a realização de uma análise comparativa com o apoio de um consultor de remunerações externo e independente. A análise teve em conta os níveis de remuneração para esta função específica em empresas comparáveis (bancos mundiais e europeus, bem como empresas DAX-40). Com base nos resultados desta análise, a remuneração de Laura Padovani foi determinada em conformidade com as práticas do mercado e reflete a abordagem do Conselho de Fiscalização de fixar os níveis de remuneração de forma mais individualizada, tendo em conta o âmbito da função e da responsabilidade. Foi considerada adequada uma remuneração-alvo de 2,975 milhões de euros por ano, incluindo o salário base (1,750 milhões de euros por ano) e uma remuneração-alvo variável (1,225 milhões de euros por ano). O Conselho de Fiscalização analisará oportunamente a decisão de remuneração.

Novo sistema de remuneração de 2024

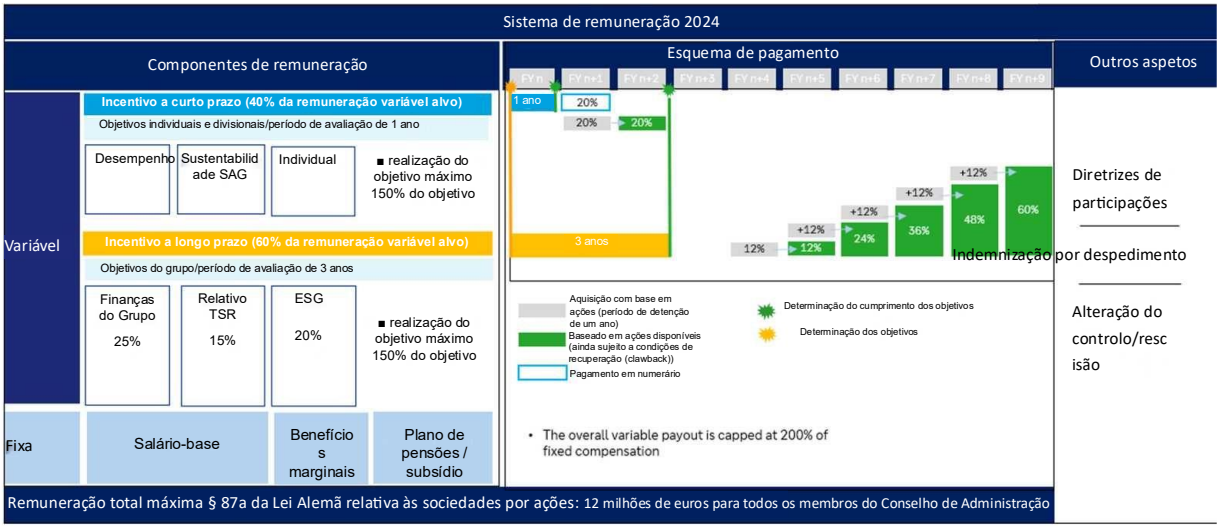
O novo sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração foi alterado pelo Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024. Foi submetida à aprovação da Assembleia Geral de 16 de maio de 2024, em conformidade com o artigo 120.º-A, n.º 1 da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs. A Assembleia Geral aprovou o sistema de remuneração com uma maioria de 97,32%.

Na sequência da aprovação do novo sistema de remuneração pela Assembleia Geral, o Conselho de Fiscalização implementou-o em conformidade nos novos contratos de prestação de serviços para todos os membros do Conselho de Administração atualmente nomeados. Os novos contratos aplicam-se a partir de 1 de janeiro de 2024, ou após a entrada no Conselho de Administração.

O novo sistema apresenta uma estrutura simplificada e uma maior transparência e assegura um maior alinhamento dos incentivos do Conselho de Administração com o desempenho em relação aos objetivos financeiros. As principais melhorias em relação ao anterior sistema de remuneração são as seguintes:

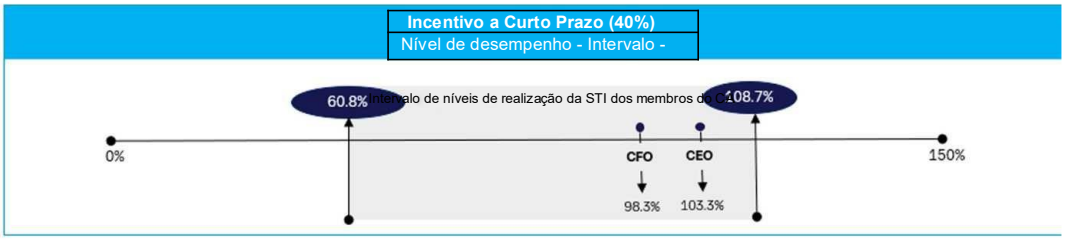
- Uma estrutura de remuneração simples que conduza a resultados adequados e proporcione transparência.
- Redução significativa do número de objetivos de 70 para cerca de 8 indicadores-chave de desempenho.
- Um período de avaliação prospetivo de três anos para a avaliação do desempenho do Incentivo a Longo Prazo (LTI), em vez da consideração do desempenho passado.
- Reforço do alinhamento entre a remuneração e o desempenho da remuneração do Deutsche Bank devido a uma curva de realização mais ambiciosa para um dos objetivos de Incentivo a Longo Prazo (LTI), o retorno total relativo dos acionistas: O Deutsche Bank deve ter um desempenho superior a 50% das empresas do grupo homólogo para poder receber um pagamento.
- Redução da complexidade do regime de diferimento e dos períodos de detenção.
- Maior alinhamento com o mercado e prática de remuneração relacionada com a função, bem como harmonização de outros acordos contratuais da remuneração do recém-nomeado membro do Conselho de Administração, por exemplo, plano de pensões, diretrizes de participação acionista e benefícios de cessação de funções.

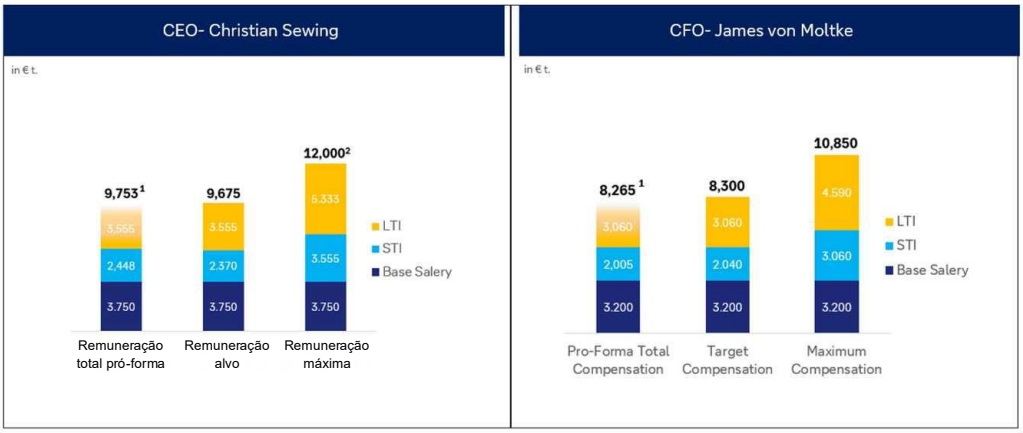
O quadro seguinte dá uma visão geral do novo sistema de remuneração, apresentando as métricas de Incentivo a Curto Prazo (STI) e Incentivo a Longo Prazo (LTI) com as respetivas ponderações, bem como o esquema de pagamento e disposições adicionais:



Resumo da remuneração para o ano 2024

O novo sistema de remuneração estipula que o Incentivo a Curto Prazo é determinado após um ano, enquanto o Incentivo a Longo Prazo só é determinado após um período de avaliação de três anos. Uma vez que este é o primeiro ano após a introdução, só é possível comunicar os níveis de realização dos objetivos a curto prazo. O gráfico seguinte apresenta uma panorâmica do conjunto das realizações dos membros do Conselho de Administração, destacando os resultados do Diretor-Geral (CEO) e do Diretor Financeiro (CFO).





1 A determinação do nível de realização final para o Plano LTI 2024 -2026 terá lugar após o final do período de desempenho de 3 anos em 2027
2 O limite máximo de acordo com a Secção 87a (1) frase 2 No. 1 da Lei Alemã relativa às sociedades por ações conduziria a um li mite máximo da compensação total de 12 milhões de euros.

Princípios que regem a determinação da remuneração

Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Fiscalização é responsável pelas decisões sobre a conceção do sistema de remuneração, bem como pela fixação dos montantes individuais de remuneração e dos procedimentos para a atribuição da remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização nas suas tarefas e prepara propostas de deliberação do Conselho de Fiscalização.

Com base no sistema de remuneração aprovado, o Conselho de Fiscalização estabelece o objetivo de remuneração total para cada membro do Conselho de Administração para o respetivo exercício financeiro, tendo em conta o âmbito e complexidade das responsabilidades funcionais do respetivo membro do Conselho de Administração, o tempo de serviço do membro do Conselho de Administração no Conselho de Administração, bem como a situação financeira da empresa. Neste processo, o Conselho de Fiscalização tem igualmente em conta a remuneração habitual no mercado, também baseada em comparações horizontais e verticais, e estabelece o limite máximo para a remuneração total (remuneração máxima).

Adequação horizontal da remuneração do Conselho de Administração

Através da comparação horizontal, o Conselho de Fiscalização assegura que a remuneração-alvo total é adequada em relação às tarefas e realizações do Conselho de Administração e à situação da empresa. A adequação horizontal é analisada anualmente pelo Conselho de Fiscalização, que contrata regularmente consultores de remuneração externos para esta análise, assegurando-se de que estes consultores são independentes do Conselho de Administração e do Deutsche Bank. O Conselho de Fiscalização tem em consideração os resultados da revisão ao estabelecer o objetivo de remuneração para os membros do Conselho de Administração. Neste contexto, o nível e a estrutura do montante da remuneração, em particular, são examinados em empresas comparáveis (grupos de pares). As empresas adequadas em consideração da posição de mercado do Deutsche Bank (em particular no que diz respeito ao setor empresarial, dimensão e país) são utilizadas como base para esta comparação. A avaliação da adequação horizontal tem lugar em comparação com os três grupos de pares seguintes:

Grupo de pares 1 – 10 bancos globais	Grupo de pares 2 – 15 bancos europeus	Grupo de pares 3 – DAX
As instituições com um modelo de negócios comparável e uma dimensão comparável (medida pelo total do balanço, número de colaboradores e capitalização de mercado)		Empresas cotadas no Índice Alemão de Ações DAX 40
Banco Santander Bank of America Barclays BNP Paribas Citigroup HSBC JP Morgan Chase Société Générale UBS Group UniCredit	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Banco Santander Barclays BNP Paribas BPCE Rabobank Credit Agricole Credit Mutuel HSBC ING Bank Intesa Sanpaolo Nordea Bank Société Générale UBS Group UniCredit	39 empresas cotadas no Índice Alemão de Ações Índice DAX 40

Adequação vertical

O Conselho de Fiscalização considera igualmente uma comparação vertical, que compara a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração dos trabalhadores. No âmbito da comparação vertical, o Conselho de Fiscalização considera em particular, de acordo com o código de governo das sociedades alemão, o desenvolvimento da remuneração ao longo do tempo. Isto envolve uma comparação entre a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração de dois grupos de colaboradores. São tidas em conta, por um lado, a remuneração da direção, que compreende o primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração e membros dos comités executivos de topo das divisões, bem como dos membros do Conselho de Administração de instituições significativas dentro do Grupo Deutsche Bank e dos correspondentes cargos de primeiro nível de gestão com responsabilidade de gestão. Por outro lado, a remuneração do Conselho de Administração é comparada com a remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial (colaboradores pautais e não pautais).

Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia corporativa

O Deutsche Bank dedica-se ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos seus clientes no país e no estrangeiro. O banco oferece soluções aos seus clientes e contribui ativamente para promover a criação de valor. O Deutsche Bank está empenhado numa cultura corporativa que alinha adequadamente os riscos e os rendimentos.

No interesse dos acionistas, o sistema de remuneração do Conselho de Administração está alinhado com a estratégia empresarial, bem como com o desenvolvimento sustentável e a longo prazo do Deutsche Bank e fornece incentivos adequados para uma realização consistente dos objetivos estabelecidos. Através da composição da remuneração total, que inclui componentes de remuneração fixas e variáveis, através da avaliação do desempenho ao longo de períodos de curto e longo prazo e através da consideração de parâmetros de desempenho relevantes e desafiantes, a implementação da estratégia do Grupo e o alinhamento com o desempenho sustentável e a longo prazo do Grupo são recompensados de uma forma clara e compreensível. A estrutura das metas e objetivos compreende portanto uma mistura equilibrada de parâmetros e indicadores financeiros e não financeiros.

No final de janeiro de 2025, o Deutsche Bank confirmou os seus objetivos estratégicos para o Grupo em 2025. A organização tem como objetivo provar o seu valor e lançar as bases para se tornar líder na Europa. Com uma visão clara, um modelo forte como Global Hausbank e uma equipa altamente qualificada, o Deutsche Bank está bem posicionado para alcançar o sucesso a longo prazo. Um fator-chave neste percurso é o alinhamento da remuneração dos Conselhos de Administração com as prioridades estratégicas da empresa.

Ao alinhar a remuneração do Conselho de Administração com estas prioridades estratégicas, a organização reforça o seu compromisso com o crescimento sustentável, a excelência operacional e o valor a longo prazo para as partes interessadas.

Através da estruturação do sistema de remuneração, a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração é estreitamente alinhada com as metas e objetivos associados à estratégia e prioridades do Deutsche Bank, ao trabalharem individualmente e em equipa de forma contínua para o desenvolvimento positivo a longo prazo do Deutsche Bank, sem assumir riscos desproporcionadamente elevados. O Conselho de Fiscalização assegura assim que existe sempre uma forte ligação entre a remuneração e o desempenho de acordo com os interesses dos acionistas ("remuneração pelo desempenho").

Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração alinhada com os princípios de remuneração

O sistema de remuneração consiste em componentes de remuneração fixa e variável. A remuneração fixa e a remuneração variável em conjunto formam a remuneração total para um membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização define os montantes alvo e máximos (limites) para todos os componentes da remuneração.

do Grupo	Princípio	Implementação
Remuneração fixa		
Salário-base	O salário-base remunera o membro do Conselho de Administração pelo desempenho das respetivas funções e responsabilidades. Este componente de remuneração fixa destina-se a assegurar um rendimento justo e orientado para o mercado e a garantir que se evitem riscos indevidos.	Pagamento mensal; salário-base anual entre 1,75 milhões de euros e 3,8 milhões de euros
Benefícios marginais	Aos membros do Conselho de Administração podem ser concedidos benefícios adicionais de acordo com a Diretriz relativa aos benefícios adicionais do Conselho de Administração, aprovada pelo Conselho de Fiscalização.	Serviço de motorista e automóvel da empresa, bem como, se for caso disso, despesas de mudança, subsídio de alojamento, prémios de seguros e reembolso de despesas de representação comercial.
Pensão/subsídio de pensão	Os membros do Conselho de Administração recebem contribuições para o regime de pensões da sua empresa, em conformidade com os regulamentos estabelecidos nos contratos de serviço dos membros do Conselho de Administração.	-Sistema de contribuições definidas: contribuição anual de 650.000 euros por ano; os juros acumulam a uma taxa média de 2% ao ano, 4% por ano para os direitos adquiridos -Novos membros do Conselho de Administração: subsídio de pensão em dinheiro; Diretor-Geral 650.000 euros por ano e outros membros do Conselho de Administração 450.000 euros por ano.
Remuneração variável		
Incentivo a Curto Prazo (STI)	O Incentivo de Curto Prazo (STI) recompensa a contribuição de valor individual de cada membro do Conselho de Administração para alcançar objetivos a curto e médio prazo, de acordo com a estratégia empresarial. Os objetivos de STI são adaptados à função e às responsabilidades do respetivo membro do Conselho de Administração e o nível de realização pode ser influenciado individualmente pelo membro do Conselho de Administração.	-Incentivo a Curto Prazo (STI) avaliado após um ano -Alcance do objetivo com base na avaliação anual do desempenho de um máximo de 5 objetivos com ponderações equilibradas entre objetivos financeiros, sustentabilidade e objetivos individuais. Nível máximo de realização: 150% -Pagamento: 50% em numerário após o período de avaliação de 1 ano e 50% com base em ações, esta parte também é paga em dinheiro após um período de detenção adicional de 1 ano
Incentivo a Longo Prazo (LTI)	O Incentivo a Longo Prazo (LTI) baseia-se em grande medida num aumento sustentável do valor do banco. O Retorno total relativo dos acionistas (RTSR) constitui uma métrica constante no quadro que promove a ligação entre os interesses dos acionistas e os dos membros do Conselho de Administração. Outros aspetos das partes interessadas são tidos em conta através da definição de indicadores-chave de desempenho (KPI) financeiros estrategicamente importantes, bem como de objetivos relevantes de sustentabilidade. A sua realização constitui a base para a revisão final no final do período de desempenho de 3 anos. O Conselho de Fiscalização colocou a tónica na componente de remuneração diferida, fixando o LTI em 60% do total da remuneração variável visada. A fim de refletir adequadamente a importância do desenvolvimento empresarial a longo prazo na remuneração do Conselho de Administração, 100% do LTI é baseado em ações.	-Incentivo a Longo Prazo (LTI) avaliado após 3 anos -A realização do objetivo baseia-se na avaliação do desempenho de 4 objetivos LTI com ponderações flexíveis: Finanças do grupo (por exemplo, rendibilidade dos capitais próprios tangíveis (RoTE), crescimento do valor contabilístico tangível por ação (TBVPS)), retorno total relativo dos acionistas (RTSR) e objetivos ambientais, sociais e de governação (ESG) durante um período de avaliação prospetivo de 3 anos. Nível máximo de realização: 150% -Inicialmente atribuído como um montante-alvo em dinheiro -Conversão em instrumentos baseados em ações (ações virtuais) após o primeiro ano do período de desempenho -Determinação final do número de unidades de participação no final do período de desempenho de três anos -Descarte total do LTI após 9 anos: entregue em cinco prestações iguais e consecutivas, com início um ano após o período de avaliação e cada uma com um período de detenção adicional de um ano
Outros aspetos		
Limites de remuneração	De acordo com o artigo 87.º-A da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs, o Conselho de Fiscalização fixa um limite máximo para o montante da remuneração. Se a remuneração de um exercício exceder este montante, o respeito do limite máximo é assegurado por uma redução correspondente no pagamento da remuneração variável.	-Remuneração máxima de 12 milhões de euros, de acordo com o artigo 87.º-A da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs, para cada membro do Conselho de Administração - Rácio máximo entre remuneração fixa e variável: 1:2
Backtesting, malus e clawback	Para garantir o desenvolvimento sustentável do banco e evitar a assunção de riscos inadequados, o pagamento da remuneração variável pode ser restringido ou anulado. O Conselho de Fiscalização tem a possibilidade de reter (malus) ou recuperar (clawback) a totalidade ou parte da remuneração variável de curto e longo prazo em caso de má conduta grave ou deturpação da informação financeira.	-Análise regular da sustentabilidade dos resultados obtidos no passado (backtesting) -A remuneração variável no período de diferimento pode ser (parcialmente) perdida em caso de resultados negativos do Grupo, caso não sejam cumpridas condições específicas de solvência ou liquidez, má conduta individual, despedimento por justa causa ou contribuições individuais negativas para o desempenho (malus)

do Grupo	Princípio	Implementação
		-A remuneração variável já paga pode ser reclamada nos termos dos artigos 18.º, n.º 5, e 20.º n.º 6, da Portaria sobre Remunerações das Instituições
Diretrizes de participações	Os membros do Conselho de Administração são obrigados a acumular uma participação em ações do Deutsche Bank no prazo de 4 anos. As ações devem ser detidas durante todo o período da nomeação. Se o salário base for aumentado, a obrigação de deter ações aumenta em conformidade.	-Período de acumulação de 4 anos -Diretor Executivo - 200% do salário base anual bruto e outros membros do Conselho de Administração - 100% do salário base anual bruto -Ações a deter durante o período de nomeação

Estão disponíveis informações detalhadas sobre o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG no website da empresa:https://agm.db.com/files/documents/2024/AGM-2024-Compensation-system.pdf.

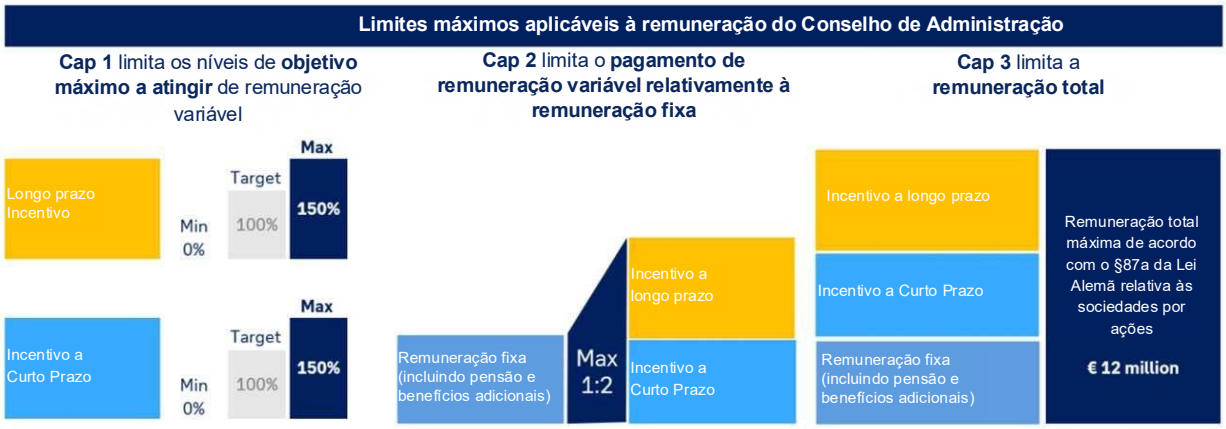
Componentes e estrutura da remuneração

O Conselho de Fiscalização fixa um objetivo de remuneração para cada membro do Conselho de Administração. De acordo com a recomendação do Código Alemão de Governação das Sociedades, o Conselho de Fiscalização também determina o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável, bem como o rácio entre a remuneração variável a curto e a longo prazo. Desta forma, o Conselho de Fiscalização garante que a remuneração baseada no desempenho, que está ligada à realização de objetivos a longo prazo, excede a parte dos objetivos a curto prazo.

Limites de remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é limitada (capped) de várias formas:

- Cap 1 - os níveis máximos de realização possíveis para os objetivos de Incentivo a Curto Prazo e os objetivos de Incentivo a Longo Prazo estão limitados a 150% dos respetivos valores-alvo
- Cap 2 - com base na Diretiva relativa aos requisitos de capital 4 e conforme aprovado pela Assembleia Geral em maio de 2014, o rácio máximo entre a remuneração fixa e a remuneração variável está limitado a 1:2
- Cap 3 - de acordo com o artigo 87.º-A, n.º 1, frase 2 n.º 1 da Lei das Sociedades Anónimas, o Conselho de Fiscalização estabelece um limite máximo (remuneração máxima) de 12 milhões de euros uniformemente para todos os membros do Conselho de Administração. Este limite inclui não só o salário base, o Incentivo a Curto Prazo (STI) e o Incentivo a Longo Prazo (LTI), mas também os custos do serviço de pensões para o plano de pensões da empresa ou os subsídios de pensão e benefícios adicionais.



Diferimentos e períodos de carência

A portaria relativa a remunerações para instituições estipula geralmente um período de avaliação de três anos para a determinação da remuneração variável dos membros do conselho de administração. O banco cumpre este requisito ao avaliar cada um dos objetivos do Incentivo de Longo Prazo (LTI) durante um período de três anos. Além disso, a remuneração variável é concedida predominantemente sob a forma de instrumentos baseados em ações, a fim de conseguir um alinhamento ainda mais forte da remuneração dos membros do Conselho de Administração com o desempenho do banco e o preço das suas ações. Após a aquisição, os instrumentos baseados em ações estão também sujeitos a um período de detenção adicional de um ano. Por conseguinte, os membros do Conselho de Administração não estão autorizados a alienar totalmente os instrumentos baseados em ações até que o respetivo período de detenção tenha terminado. Durante os períodos de diferimento e de detenção, o valor dos instrumentos baseados em ações está ligado ao desempenho das ações do Deutsche Bank e, por conseguinte, ao desempenho sustentado do banco.

Metade do Incentivo a Curto Prazo (STI) é pago diretamente em dinheiro após o período de avaliação de um ano e a outra metade é concedida sob a forma de instrumentos baseados em ações com um período de detenção adicional de um ano, após o qual é também paga em dinheiro.

O Incentivo a Longo Prazo (LTI) é inteiramente concedido sob a forma de instrumentos baseados em ações que são distribuídos, a partir de um ano após o período de avaliação de três anos, em cinco parcelas iguais e consecutivas, cada uma com um período de detenção adicional de um ano. No total, o montante total do pagamento do LTI está disponível para alienação após nove anos, mas continua sujeito a condições de recuperação (clawback) durante um período adicional de um ano. O gráfico seguinte ilustra os períodos de avaliação e de diferimento até ao final do período de recuperação (clawback).

FY = Exercício

Os detentores de funções específicas em determinadas entidades norte-americanas do Deutsche Bank são obrigados pela regulamentação aplicável a serem remunerados ao abrigo de planos diferentes. A remuneração restrita para estas pessoas consiste em concessões restritas de ações e concessões restritas em numerário. O destinatário torna-se proprietário beneficiário dos prémios a partir da Data de Concessão e os prémios serão detidos em nome do destinatário. Estes prémios são limitados por um período de tempo (sujeitos às regras do plano aplicáveis e às declarações do prémio, incluindo as condições de desempenho e perda de direitos). O período de restrição está em linha com os períodos de retenção aplicáveis aos prémios habitualmente diferidos do Deutsche Bank. No que diz respeito ao Conselho de Administração, estas regras aplicam-se apenas a Stefan Simon devido à sua função de CEO do Deutsche Bank USA Corp.

Se um membro do Conselho de Administração for identificado como titular de uma "Função de Gestão de Topo" (SMF) pela Prudential Regulation Authority no Reino Unido, aplicam-se, em princípio, disposições específicas de diferimento ao abrigo da regulamentação britânica. Fabrizio Campelli foi identificado como titular de SMF para efeitos de remuneração variável devido à sua responsabilidade de supervisão na região do Reino Unido. Foi acordado com a PRA que a proporção da remuneração variável que corresponde ao tempo despendido com esta responsabilidade de supervisão regional está sujeita às disposições de diferimento previstas na regulamentação do Reino Unido. Por conseguinte, 10% da sua remuneração variável para o Incentivo a Curto Prazo (STI) de 2024 é diferida em conformidade com a regulamentação do Reino Unido, ou seja, 4% do STI é concedido em dinheiro e 6% é concedido em Prémios Restritos em Ações (REA) e é adquirido em 5 parcelas iguais nos anos 3, 4, 5, 6 e 7 após a data de concessão. Após a aquisição do direito, cada fração está sujeita a um período de detenção adicional de um ano.

Na sua reunião de 25 de julho de 2024, o Conselho de Fiscalização decidiu conceder um montante correspondente ao dividendo distribuído aos acionistas de 0,45 euros por ação aos membros do Conselho de Administração com prémios de remuneração diferidos baseados em ações que se encontravam no período de detenção à data da Assembleia Geral de 2024. Os equivalentes a dividendos são pagamentos que refletem os pagamentos de dividendos aos acionistas e são frequentemente concedidos ao abrigo de programas de remuneração com base em ações. Os prémios de dividendos concedidos são calculados com base nos dividendos pagos por ação do Deutsche Bank multiplicados pelo número de unidades de participação do Deutsche Bank sujeitas ao requisito de detenção (um valor fixo em euros) e sujeitos às mesmas disposições que o prémio subjacente, incluindo, mas não se limitando a, suspensão, caducidade ou recuperação (clawback).

A decisão de conceder um equivalente a dividendos foi tomada pelo Conselho de Fiscalização, tendo em conta que as componentes da remuneração diferida já devem ser atribuídas aos membros do Conselho de Administração, em termos económicos, após o final do período de diferimento de cinco anos (vesting). Os membros do Conselho de Administração são os proprietários económicos da remuneração com base em ações com efeito a partir do diferimento. No entanto, a remuneração com base em ações adquiridas está sujeita a um período de detenção adicional de um ano, conforme exigido pelas orientações da Autoridade Bancária Europeia (EBA) (Orientações da EBA sobre Políticas de Remuneração Sólidas) aplicáveis às instituições financeiras. O Banco está autorizado a transferir ações para os membros do Conselho de Administração já após a aquisição, mas decidiu esperar até ao final do período adicional de detenção, uma vez que ainda estão sujeitas a disposições de suspensão e caducidade. Dado que este procedimento conduz a uma desvantagem económica para os membros do Conselho de Administração, as regras do plano de remuneração com base em ações e os contratos de prestação de serviços preveem a possibilidade de um pagamento equivalente por ação, se for pago um dividendo sobre as ações do Deutsche Bank durante o período de detenção. Esta prática está em conformidade com todos os requisitos regulamentares e com as práticas do mercado. De acordo com as Orientações da EBA acima especificadas, estes equivalentes a dividendos não são considerados uma remuneração variável, uma vez que o valor é determinado por referência às ações totalmente adquiridas e economicamente atribuíveis aos membros do Conselho de Administração. Por conseguinte, não é necessária a aprovação da Assembleia Geral para a sua concessão.

Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro

Montantes-alvo e máximos do salário base e da remuneração variável

				2024	2023
em euros	Salário--base	Incentivo a Curto Prazo	Incentivo a Longo Prazo	Remuneração total[2]	Remuneração total[3]
Diretor Geral[1]					
Valor-alvo	3.800.000	2.400.000	3.600.000	9.800.000	9.300.000
Valor máximo				12.000.000	9.850.000
Presidente, Diretor Financeiro e responsável pelo Asset Management					
Valor-alvo	3.200.000	2.040.000	3.060.000	8.300.000	8.300.000
Valor máximo				10.850.000	9.850.000
Diretor do Corporate e Investment Bank					
Valor-alvo	3.400.000	2.160.000	3.240.000	8.800.000	8.800.000
Valor máximo				11.500.000	9.850.000
Diretor do Private Bank[1]					
Valor-alvo	3.200.000	2.080.000	3.120.000	8.400.000	7.900.000
Valor máximo				11.000.000	9.850.000
Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Máximo				8.550.000	8.550.000
Diretor Geral Ásia-Pacífico, Europa, Médio Oriente e África e Alemanha					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Máximo				8.550.000	8.550.000
Diretor de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira[1]					
Valor-alvo	1.750.000	490.000	735.000	2.975.000	–
Valor máximo				3.500.000	–
Diretor de operações					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Máximo				8.550.000	8.550.000
Diretor Geral para as Américas e Diretor Jurídico					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Máximo				8.550.000	8.550.000
Diretor de Risco					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Máximo				8.550.000	8.550.000

[1] Para mais pormenores sobre a decisão de remuneração, consulte o "Resumo Executivo" do presente relatório.
[2] Limite máximo superior de acordo com o artigo 87.º-A, n.º 1, frase 2, n.º 1 da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs.
[3] Limite equivalente ao limite máximo fixado pelo Conselho de Fiscalização para o montante total máximo do salário base e da remuneração variável.

Incentivo a Curto Prazo (STI) 2024

No início do ano, o Conselho de Fiscalização estabelece objetivos a curto prazo para cada membro do Conselho de Administração, tanto a nível individual como a nível da divisão de negócios. São igualmente definidas as ponderações de cada um destes objetivos, bem como os critérios de desempenho relevantes, quantitativa ou qualitativamente mensuráveis, para a sua avaliação. Os objetivos foram escolhidos de modo a serem desafiantes, ambiciosos e suficientemente concretos para assegurar um alinhamento adequado entre desempenho e remuneração e para que o princípio de "remuneração por desempenho" seja considerado. Para cada objetivo quantitativo, o Conselho de Fiscalização definiu um limiar mínimo, uma meta e um nível máximo de desempenho. Se o limiar mínimo não for atingido, o nível de realização corresponde a 0%.

Para cada objetivo qualitativo e objetivo comportamental, o Conselho de Fiscalização especificou critérios de medição individuais que serão avaliados globalmente.

No que respeita a um dos objetivos centrais das instituições de crédito, ou seja, a correção das conclusões regulamentares e a melhoria dos controlos, que cada membro do Conselho de Administração recebeu como um objetivo alinhado com as suas responsabilidades individuais, a consecução do objetivo foi medida pela medida em que as questões no âmbito da área de responsabilidade foram consideradas prioritárias e os recursos necessários foram disponibilizados. Neste contexto, foram igualmente tidos em conta os êxitos quantitativamente mensuráveis, como a redução percentual das conclusões regulamentares em relação ao ano anterior.

Outro objetivo de grande importância e, por conseguinte, de importância universal para todos os membros do Conselho de Administração em 2024 foi a introdução do quadro "This is Deutsche Bank", que liga o objetivo, a visão, a estratégia, a cultura e a afirmação do Deutsche Bank. O critério de medição para determinar a realização individual dos subobjetivos deste objetivo central foi a medida em que houve esforços de ativação visíveis e, por conseguinte, mensuráveis por parte do respetivo membro do Conselho de Administração (número de workshops, câmaras municipais, reuniões, etc.) e, assim, a função de modelo para a nova cultura de aspiração foi ativamente concretizada pelo membro do Conselho de Administração. Além disso, os resultados dos inquéritos realizados regularmente aos colaboradores de cada uma das divisões do Conselho de Administração, que refletem o desempenho e a aceitação da nova cultura "This is Deutsche Bank" ao longo do tempo, constituíram um indicador importante do grau de cumprimento dos objetivos.

A visão geral que se segue mostra os objetivos e os níveis de concretização determinados pelo Conselho de Fiscalização para cada membro do Conselho de Administração.

Membro do Conselho de Administração	Ponderação (em %)	Incentivo a Curto Prazo	Nível de concretização (em %)
Christian Sewing	25,0%	Custos ajustados do grupo	
	25,0%	Receitas do grupo	
	15,0%	Continuar a desenvolver e a concretizar a estratégia do Grupo	103,30%
	15,0%	Conduzir a correção regulamentar e as melhorias de controlo	
	20,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	
James von Moltke	25,0%	Custos ajustados do grupo	
	25,0%	Receitas do grupo	
	15,0%	Conduzir as principais medidas subjacentes a uma maior evolução estratégica a nível do Grupo, com especial incidência nos temas relacionados com o capital, bem como nos investidores-âncora e nas histórias de ações; apoiar as prioridades estratégicas da DWS	98,30%
	15,0%	Conduzir a correção e transformação regulamentares	
	20,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	
Fabrizio Campelli	25,0%	Receitas do Corporate Bank (CB)/Investment Bank (IB)	
	10,0%	Custos ajustados do grupo	
	15,0%	Custos ajustados divisionais	
	15,0%	Executar a estratégia de BC/IB e liderar os clientes; promover as principais medidas subjacentes a uma maior evolução estratégica a nível do grupo	108,70%
	15,0%	Continuar a melhorar os controlos e demonstrar a sua eficácia às entidades reguladoras	
	20,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	
Claudio de Sanctis	25,0%	Receitas do Private Bank	
	10,0%	Custos ajustados do grupo Private Bank ACB	
	15,0%	Custo ajustado por divisão	
	15,0%	Executar a estratégia do Private Bank, o modelo operacional e a liderança do cliente	98,90%
	15,0%	Cumprir as medidas de correção regulamentares, especialmente no que respeita à correção dos restantes clientes do Private Bank Germany	
	20,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	
Bernd Leukert	10,0%	Custos ajustados do grupo	
	10,0%	Custos ajustados divisionais	
	20,0%	Alinhar o modelo de funcionamento da TDI com as capacidades de todo o grupo partilhadas entre a empresa e as TI, o que permitirá obter as eficiências de custos necessárias a médio/longo prazo, ao mesmo tempo que os sistemas do Deutsche Bank funcionam diariamente em segurança	90,80%
	20,0%	Cumprir o Programa de Trabalho sobre Tecnologia e Inovação do Deutsche Bank	
	20,0%	Cumprir os requisitos regulamentares do Deutsche Bank (especialmente em matéria de dados e pagamentos)	
	20,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	
Alexander von zur Mühlen	20,0%	Receitas na Alemanha, EMEA e APAC	
	20,0%	Custos ajustados do grupo	
	20,0%	Desenvolver e executar estratégias regionais na Alemanha, EMEA e APAC, e reforçar a orientação para o cliente	93,80%
	20,0%	Cumprir as medidas de correção regulamentares, especialmente no que respeita à correção dos restantes clientes do Private Bank Germany	
	20,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	
Laura Padovani	10,0%	Custos ajustados do grupo	96,50%

Membro do Conselho de Administração	Ponderação (em %)	Incentivo a Curto Prazo	Nível de concretização (em %)
(Membro desde 1 de julho de 2024)	10,0%	Custos ajustados divisionais	
	30,0%	Cumprir as medidas de correção regulamentar	
	30,0%	Continuar a desenvolver o modelo operacional de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira para reduzir os riscos, cumprir os requisitos regulamentares e gerar eficiências	
	20,0%	Liderar a implementação da estrutura "This is Deutsche Bank"	
Rebecca Short	15,0%	Custos ajustados do grupo	98,00%
	15,0%	Custos ajustados divisionais	
	15,0%	Incorporar o novo modelo operacional de objetivos	
	20,0%	Garantir a excelência dos RH e das aquisições	
	20,0%	Promover correções e melhorias de controlo	
	20,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	
Professor Dr. Stefan Simon	20,0%	Custos ajustados do grupo	60,80%
	20,0%	Cumprir as medidas de correção regulamentar e reduzir a carteira de litígios	
	20,0%	Liderança em franquias nas Américas	
	20,0%	Continuar a desenvolver o modelo operacional do CAO e reduzir a complexidade da governação	
	20,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	
Olivier Vigneron	10,0%	Custos ajustados do grupo	77,90%
	10,0%	Custos ajustados divisionais	
	20,0%	Salvaguardar os riscos de recessão do ciclo macroeconómico; gerir proativamente o perfil de risco, dando prioridade à estabilidade dos resultados	
	20,0%	Reforçar a organização e os quadros de risco fundamentais	
	20,0%	Cumprir as medidas de correção regulamentar	
	20,0%	Liderar a implementação da campanha "This is Deutsche Bank".	

Resumo da remuneração por desempenho do Diretor Geral e do Diretor Financeiro para o Incentivo a Curto Prazo

Membro do Conselho de Administração	Grau de realização (em %)	Incentivo a Curto Prazo	Resumo a remuneração por desempenho
Objetivos quantitativos Christian Sewing/ James von Moltke	79,0%	Custo ajustado do grupo	O KPI de custos diretos ajustados centra-se na evolução dos custos operacionais do Grupo Deutsche Bank, que é essencial para posicionar o banco para um desempenho sustentável em 2025 e nos anos seguintes. "Custos ajustados" significa que os custos com litígios, indemnizações e reestruturação e imparidade são excluídos em conformidade com os relatórios externos. Em 2024, a base de custos diretos ajustados era de 20,4 mil milhões de euros, o que representa 79% de realização do objetivo.
	100,0%	Receitas do grupo	O indicador-chave de desempenho "receitas excluindo V&T" incentiva a dinâmica e o crescimento sustentável da atividade. Mede o crescimento das receitas excluindo as diferenças de avaliação e as diferenças temporais (V&T) que surgem dos derivados utilizados para cobrir o balanço do Grupo. Estes são impactos contabilísticos, e espera-se que as perdas de avaliação sejam recuperadas ao longo do tempo, à medida que os instrumentos subjacentes se aproximam da maturidade. Em 2024, as receitas, excluindo as diferenças de avaliação e de calendário, ascenderam a 29,5 mil milhões de euros, o que representa uma realização de 100% do objetivo.
Objetivos qualitativos Christian Sewing	120,0%	Continuar a desenvolver e a concretizar a estratégia do Grupo	• Num ambiente difícil, o Grupo cumpriu a sua agenda de transformação sob a liderança de Christian Sewing • As empresas têm uma dinâmica clara, que é visível através da obtenção de receitas de 30,1 mil milhões de euros, da gestão disciplinada dos custos e do aumento da eficiência do capital. • Foi desenvolvido um caminho estratégico claro para além de 2025, que se baseia no desenvolvimento da oferta de serviços do Global Hausbank e no aumento sustentável dos retornos em 2025 e nos anos seguintes. • As relações com as principais partes interessadas, em particular com os reguladores, os investidores e os responsáveis políticos, foram reforçadas através do empenhamento específico de Christian Sewing.
	70,0%	Conduzir a correção regulamentar e as melhorias de controlo	• Durante este período, foi dada grande ênfase à correção da regulamentação e à melhoria dos controlos. Para o conseguir, Christian Sewing estabeleceu uma prioridade clara de correção regulamentar para todo o Conselho de Administração, juntamente com um forte envolvimento pessoal com os reguladores e tópicos regulamentares críticos. • Foram efetuados ajustamentos estruturais e de pessoal para acelerar os esforços de correção. • Além disso, a abordagem incluía um forte compromisso de resolver questões regulamentares de longa data em 2024, passando de soluções táticas a soluções estratégicas. Este esforço global sublinha a dedicação à excelência regulamentar e à criação de um quadro de conformidade sustentável. • Embora se possa reconhecer uma evolução positiva em 2024, os resultados globais ficaram aquém das expectativas do Conselho de Administração. As medidas de correção ainda têm de ser orientadas e integradas de forma mais eficaz nas rotinas empresariais.
	150,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	• Christian Sewing moldou claramente e conduziu com sucesso a implementação global da estrutura "This is Deutsche Bank", ligando o objetivo, a visão, a estratégia, a cultura e a afirmação. • Um forte envolvimento com o Conselho de Administração e os líderes seniores deu o mote para enfatizar "This is Deutsche Bank" em comités executivos e eventos de embaixadores, incentivando a liderança pelo exemplo. • A liderança na implementação foi ainda demonstrada através de um amplo envolvimento dos colaboradores, tais como eventos de embaixadores, chamadas telefónicas inter-divisionais para todo o pessoal/sessões "ask me anything", reuniões do comité executivo da divisão e reuniões municipais, encontros internacionais "This is Deutsche Bank" e iniciativas de liderança inter-divisionais. • Estabeleceu as bases para um enfoque contínuo nas pessoas e na cultura em todos os níveis hierárquicos, impulsionando a evolução da organização para uma organização orientada para um objetivo, com os clientes no centro do que o Deutsche Bank está a fazer.
Objetivos qualitativos James von Moltke	115,0%	Conduzir as principais medidas subjacentes a uma maior evolução estratégica a nível do Grupo, com especial incidência nos temas relacionados com o capital, bem como nos investidores-âncora e nas histórias de ações; apoiar as prioridades estratégicas da DWS	• James von Moltke conduziu com sucesso medidas fundamentais, incluindo o apoio à evolução estratégica do Grupo, com um enfoque específico em tópicos relacionados com o capital, entregando 22 mil milhões de euros em ações cumulativas de otimização de capital, posicionando a empresa para distribuições de capital bem-sucedidas em 2025. • O aperfeiçoamento contínuo da história das ações do Deutsche Bank e o envolvimento dos investidores atraíram com êxito investidores de longo prazo, o que beneficiou o registo de ações. • Após muitos anos de trabalho preparatório, foi implementado com êxito o quadro de Valor Acrescentado para o Acionista, com potencial para melhorar o planeamento estratégico, a afetação de recursos e o desempenho financeiro. • Criou ferramentas de informação e estabeleceu processos para melhorar o diálogo em toda a empresa sobre a utilização do Valor Acrescentado para o Acionista. • Apoiou as prioridades estratégicas da DWS para 2024, avaliando e

Membro do Conselho de Administração	Grau de realização (em %)	Incentivo a Curto Prazo	Resumo a remuneração por desempenho
			aconselhando sobre vários objetivos estratégicos para a DWS. Isto incluiu o cumprimento dos objetivos financeiros, nomeadamente a superação do plano em termos de lucros antes de impostos (PBT), o aumento da concentração na correção e encerramento de conclusões, incluindo as prioridades regulamentares dos Estados Unidos, a integração do novo Presidente e a contribuição para um diálogo reforçado com o Conselho de Fiscalização da DWS.
	75,0%	Conduzir a correção e transformação regulamentares	• Os principais marcos regulamentares incluíram o encerramento de conclusões significativas relacionadas com os requisitos do Banco Central Europeu em matéria de governação do risco, a abordagem dos aspetos de liquidez e a atenuação dos ventos contrários ao capital regulamentar. • Reduziu significativamente as conclusões abertas, conseguindo uma redução notável das conclusões graves (F4) e das conclusões em atraso. • As iniciativas de transformação financeira conduziram a melhorias substanciais, com destaque para a reengenharia de processos para aumentar o controlo e a eficiência dos custos. Isto incluiu análises pormenorizadas de processos de serviços granulares, a pilotagem de ferramentas inovadoras e a contribuição para grandes projetos tecnológicos, por exemplo, a implementação do SAP4/Hana e a migração para a nuvem. • Apesar dos progressos significativos registados em 2024 e dos sinais positivos das entidades reguladoras, o Conselho de Fiscalização também teve em consideração a natureza de longa data de alguns temas de correção na avaliação do desempenho do Conselho de Administração.
	125,0%	Liderar a implementação do quadro "Isto é o Deutsche Bank"	• Enfatizou a liderança cultural através do envolvimento contínuo na implementação da estrutura "This is Deutsche Bank". • Fomentou programas de envolvimento para alinhar comportamentos com a cultura aspiracional em toda a área financeira, com a liderança financeira a participar ativamente em iniciativas e programas de envolvimento para alinhar comportamentos com a cultura aspiracional. • Incentivou o envolvimento dos colaboradores do DB e apoiou ideias acionáveis para melhorias através de esforços inovadores, como a aplicação #MyOneThing e a iniciativa CFO Shark Tank.

Realização global do Incentivo de Curto Prazo

Para o exercício financeiro de 2024, o Conselho de Fiscalização determinou os seguintes níveis globais de realização para os membros do Conselho de Administração, com base nos níveis de realização dos objetivos individuais determinados para o Incentivo a Curto Prazo:

Realização global do Incentivo a Curto Prazo

Membro do Conselho de Administração	Montante-alvo (em euros)	Nível de concretização (em %)	Montante global do STI (em euros)
Christian Sewing	2.370.000	103,30	2.448.210
James von Moltke	2.040.000	98,30	2.005.320
Fabrizio Campelli	2.160.000	108,70	2.347.920
Claudio de Sanctis	2.080.000	98,90	2.057.120
Bernd Leukert	1.640.000	90,80	1.489.120
Alexander von zur Mühlen	1.640.000	93,80	1.538.320
Laura Padovani[1]	245.000	96,50	236.425
Rebecca Short	1.640.000	98,00	1.607.200
Professor Dr. Stefan Simon	1.640.000	60,80	997.120
Olivier Vigneron	1.640.000	77,90	1.277.560

[1] Membro desde 1 de julho de 2024

60.8%-108.7% Range of achievement levels of the Short-Term Incentive objectives for the Management Board Members in 2024

Membro do Conselho de Administração	Pagamento em numerário do STI em 2025 (em euros)	Subvenção com base em ações do STI em 2025 (em euros)	Número de instrumentos baseados em ações[1]
Christian Sewing[2]	1.200.642	1.200.642	59.999
James von Moltke	1.002.660	1.002.660	50.105
Fabrizio Campelli[3]	1.150.481	1.056.564	52.799
Claudio de Sanctis	1.028.560	1.028.560	51.400
Bernd Leukert	744.560	744.560	37.208
Alexander von zur Mühlen	769.160	769.160	38.437
Laura Padovani[4]	118.213	118.213	5.907
Rebecca Short	803.600	803.600	40.158
Professor Dr. Stefan Simon	498.560	498.560	24.914
Olivier Vigneron	638.780	638.780	31.921

[1] O cálculo do número de instrumentos baseados em ações baseia-se no preço médio de fecho da ação do Deutsche Bank na Xetra durante os últimos dez dias de negociação em fevereiro de 2025 (20,011 euros).
[2] Uma parte do STI com um montante de 46,926 euros (2.345 unidades) foi concedida como Prémios Restritos em Ações para cumprir os requisitos regulamentares.
[3] Uma parte do STI no valor de 140.875 euros (7.040 unidades) foi concedida como Prémios Restritos em Ações para cumprir os requisitos regulamentares do Reino Unido. Para mais informações, consulte o capítulo "Diferimentos e períodos de detenção".
[4] Membro desde 1 de julho de 2024

Incentivo a Longo Prazo (LTI) 2024 a 2026

Para a determinação da remuneração variável, é colocado um grande foco na consecução dos objetivos de longo prazo ligados à estratégia do banco. Para o Incentivo a Longo Prazo (LTI), o Conselho de Fiscalização especifica objetivos coletivos a longo prazo para os membros do Conselho de Administração, cada um deles avaliado ao longo de um período de três anos.

No início de 2024, o LTI foi inicialmente atribuído como um montante-alvo em dinheiro a cada um dos membros do Conselho de Administração. Uma vez que o período de avaliação de três anos para o LTI representa uma mudança de um período retrospetivo para um período prospetivo, a concessão da remuneração baseada em ações ocorre dois anos mais tarde em comparação com o anterior sistema de remuneração. A fim de alinhar a remuneração do Conselho de Administração com o desempenho das ações do Deutsche Bank e, por conseguinte, com os interesses dos acionistas, o Conselho de Fiscalização utilizou a possibilidade, já prevista no novo sistema de remuneração, de converter o montante-alvo em euros do LTI em unidades de ações virtuais após o primeiro ano de avaliação do desempenho (não constituindo, nesta fase, uma concessão de remuneração). Após o período de avaliação de desempenho de três anos, o número de unidades de ações virtuais será então aumentado ou reduzido de acordo com o nível de realização determinado para o LTI.

Esta abordagem reforça ainda mais o aspeto de sustentabilidade da remuneração variável a longo prazo, uma vez que está adicionalmente ligada ao desempenho do banco e à cotação das ações durante o período de avaliação. A conversão baseou-se no preço médio das ações durante os últimos 10 dias de negociação em fevereiro de 2025 de 20,011 euros. O número de ações virtuais que serão atribuídas no final do período de avaliação dependerá dos resultados da avaliação de desempenho e, por conseguinte, variará entre 0% e 150% do número inicialmente atribuído. Após os períodos de aquisição e de detenção, 20% das ações virtuais ficarão disponíveis anualmente, mas continuarão a estar sujeitas a condições de recuperação (clawback).

Instrumentos baseados em ações (ações virtuais)

Membros do Conselho de Administração	Objetivo de atribuição de LTI em euros	Preço médio da ação antes da conversão em euros [2]	Número de unidades baseadas em ações
Christian Sewing	3.555.000	20,011	177.652
James von Moltke	3.060.000		152.916
Fabrizio Campelli	3.240.000		161.911
Claudio de Sanctis	3.120.000		155.914
Bernd Leukert	2.460.000		122.932
Alexander von zur Mühlen	2.460.000		122.932
Laura Padovani[1]	367.500		18.365
Rebecca Short	2.460.000		122.932
Professor Dr. Stefan Simon	2.460.000		122.932
Olivier Vigneron	2.460.000		122.932

[1] Membro desde 1 de julho de 2024
[2] Preço médio de fecho da ação do Deutsche Bank no Xetra durante os últimos dez dias de negociação em fevereiro de 2025.

Para o plano de Incentivo a Longo Prazo (LTI) atribuído no início de 2024 (2024 - 2026 LTI), os objetivos a longo prazo definidos e publicados centram-se nos objetivos financeiros do Grupo, no retorno sobre o retorno total para o acionista e nos objetivos de sustentabilidade (ambientais, sociais e de governação (ESG)), tal como descrito mais adiante. Estes objetivos constituem medidas fundamentais para avaliar o êxito e o desempenho financeiro global do Deutsche Bank e servem como indicadores claros de desempenho que refletem os objetivos e estratégias empresariais do Deutsche Bank e estão alinhados com os interesses dos acionistas. Através destes objetivos, é criado um incentivo para agir de forma a maximizar o valor para os acionistas e apoiar o crescimento e a estabilidade a longo prazo da empresa.

Objetivos financeiros do grupo

- O **retorno sobre o capital próprio tangível (RoTE)** mede o lucro (ou prejuízo) atribuível aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio e incentiva a utilização eficiente do capital próprio. O capital próprio tangível dos acionistas é determinado pela dedução do goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas.
- O crescimento do **valor contabilístico tangível por ação (TBVPS)** complementa o RoTE ao considerar as variações patrimoniais para além do resultado líquido, que são igualmente relevantes para as distribuições de capital. A TBVPS representa o total do capital próprio do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis dividido pelas ações básicas em circulação no final do período. Mede o crescimento (em %) do capital próprio da empresa por ação.

O **retorno total relativo dos acionistas (RTSR)** reflete a criação de valor para o acionista sob a forma de crescimento do preço das ações e dos dividendos gerados. O Deutsche Bank quer ser um investimento atrativo para os seus investidores e, por isso, incentiva o desempenho superior das instituições financeiras relevantes. Além disso, o objetivo do RTSR serve para alinhar mais estreitamente os interesses do Conselho de Administração e dos acionistas.

Objetivos ambientais, sociais e de governação (ESG)

O Deutsche Bank esforça-se por contribuir para um panorama empresarial amigo do ambiente, socialmente inclusivo e bem governado, bem como por apoiar os seus clientes na respetiva transformação ecológica. Não só os serviços de consultoria e os produtos, mas também o ambiente de trabalho e a cultura do Deutsche Bank devem assentar neste compromisso. As políticas e procedimentos do Deutsche Bank estão em conformidade com as leis e regulamentos de todos os mercados em que opera, incluindo as leis antidiscriminação como a 2. Lei Alemã relativa às Quotas de Género (Zweites Führungspositionen-Gesetz – FüPoG II).

Para o plano do LTI 2024-2026, o Conselho de Fiscalização centra-se nos objetivos ESG:

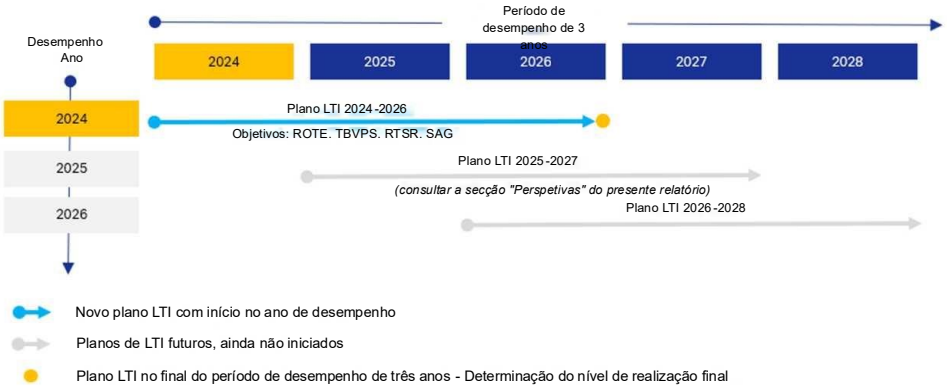
- **Objetivo ambiental**: o objetivo de impulsionar a gestão dos riscos climáticos está associado aos objetivos de redução de carbono divulgados para setores com elevada intensidade de carbono definidos, que foram publicados aquando da definição das trajetórias-alvo de redução de CO2 para as principais indústrias. Esta métrica mede o desempenho em relação à trajetória publicada, acrescido de um desvio permitido (apetência pelo risco).
- **Objetivo social**: O objetivo de aumentar a diversidade de géneros, em conformidade com a Lei Alemã relativa às Quotas de Género (Zweites Führungspositionen-Gesetz - FüPoG II) centra-se na representação feminina nos dois níveis abaixo dos cargos do Conselho de Administração (MB-1) e do Conselho de Administração (MB-2), o que combate a discriminação na sucessão do Conselho de Administração e promove a igualdade de oportunidades.
- **Governação:** o objetivo de governação da sociedade consiste no grau de gestão do risco de controlo (CRMG) e nos progressos realizados nas atividades de remediação em matéria de Combate ao Branqueamento de Capitais/"Conheça o Seu Cliente". A CRMG mede o ambiente de controlo com base no desempenho de cada uma das divisões, incluindo conclusões críticas e em atraso, mas também em questões culturais como a aceitação do risco autoidentificado. Globalmente, o objetivo sublinha a importância de o Deutsche Bank combater a criminalidade económica e prevenir as atividades de branqueamento de capitais, bem como de cumprir os requisitos regulamentares e de promover uma cultura empresarial saudável.

Os objetivos serão avaliados no final do período de avaliação, em 2026:

KPI* de incentivo a longo prazo	Ponderação	Limite inferior (0%)	Objetivo (100%)	Limite superior (150%)
Finanças do Grupo	*25%*			
RoTE	15%	<9% A 9%: 33% de concretização	11%	12%
TBVPS	10%	<6,5%	8,5%	9,5%
RTSR	*15%*			
RTSR	15%	< média Na média: 50% de concretização	Percentil 70	Percentil 90
SAG	*20%*			
Ambiental - Promover a gestão dos riscos dimáticos	8%	< 50% dos dados pré-definidos dos objetivos de redução estabelecidos para os setores industriais com elevada intensidade de carbono atingem o limiar	70%	85%
Social - Diversidade de género	4%	< 30%	32,5%	35%
Governação - Grau de Controlo-Gestão de Riscos e atividades de Remediação Anti-Branqueamento de Capitais/"Conheça o Seu Cliente"	8%	< 1,5 0%	3 100%	5 150%

O cálculo entre o limite inferior e o objetivo, bem como entre o objetivo e o limite superior, é linear

Visão geral do Incentivos a Longo Prazo (LTI) - Planos



Backtesting e aplicação de malus e clawback em 2024

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente e em tempo útil, antes das respetivas datas de libertação, a possibilidade de uma perda total ou parcial (malus) ou recuperação (clawback) dos componentes variáveis de remuneração dos membros do Conselho de Administração. Em 2024, não houve lugar a perda ou clawback de prémios.

Prémios em ações pendentes para os membros do Conselho de Administração

O quadro seguinte apresenta o número de prémios em ações em circulação detidos pelos membros em exercício do Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2024 e 7 de fevereiro de 2025, bem como o número de prémios de ações novamente concedidos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 9.2.2024	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 7.2.2025
Christian Sewing	1.121.379	214.469	–	–	1.335.848
James von Moltke	894.440	187.779	52.134	–	1.030.086
Fabrizio Campelli	557.589	194.514	29.705	–	722.397
Claudio de Sanctis	465.211	184.267	176.900	–	472.579
Bernd Leukert	458.204	156.324	3.037	–	611.491
Alexander von zur Mühlen	431.888	156.324	32.784	–	555.428
Laura Padovani[1]	–	–	–	–	16.436
Rebecca Short	310.690	156.324	14.273	–	452.741
Professor Dr. Stefan Simon	418.338	156.324[2]	86.280[3]	–	488.383[4]
Olivier Vigneron	206.890	156.114	28.957	–	334.048

[1] Membro desde 1 de julho de 2024

De acordo com as orientações relativas às participações aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, estes têm a obrigação de acumular uma participação em ações do Deutsche Bank no prazo de quatro anos. O CEO é obrigado a deter um equivalente a 200% do seu salário base bruto anual em ações e os outros membros do Conselho de Administração são obrigados a deter ações equivalentes a 100% do seu salário base bruto anual, a fim de cumprirem as orientações relativas às participações. As ações devem ser detidas durante todo o período da nomeação. Se o salário base for aumentado, a obrigação de deter ações aumenta em conformidade. O cumprimento da obrigação de participação no capital é revisto de seis em seis meses. Dependendo do nível de realização e do desempenho do preço das ações, as ações adicionais devem ser compradas ou podem ser vendidas se a obrigação for excedida.

Todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de participação em 2024 ou estão atualmente em fase de acumulação.

A tabela seguinte apresenta o número total de ações do Deutsche Bank detidas pelos membros em exercício do Conselho de Administração a 9 de fevereiro de 2024 e 7 de fevereiro de 2025, bem como o número de prémios baseados em ações e o nível de cumprimento da obrigação de participação.

		a 7 de fevereiro de 2025						
Membros do Conselho de Administração	Número de ações do Deutsche Bank (em unidades) em 9 de fevereiro de 2024	Número de ações do Deutsche Bank (em unidades)	Prémio(s) Restrito(s) em Ações Diferido(s)/ Unidades de Capital em Circulação (diferidos com período de retenção adicional) (em unidades)	dos quais 75% do(s) Prémio(s) Restrito(s) em Ações Diferido(s)/ Unidades de capital em circulação cobrados pela obrigação de participação (diferidos com período de retenção adicional) (em unidades)	Valor total das ações do Deutsche Bank e do(s) Prémio(s) Restrito(s) em Ações Diferido(s)/ Unidades de capital em circulação cobrados pela obrigação de participação (em unidades)	A obrigação de retenção de ações deve ser cumprida Sim/Não[1]	Nível de obrigação de participação exigida (em unidades)[2]	Taxa de cumprimento (em %)
Christian Sewing	222.171	222.171	1.335.848	1.001.886	1.224.057	Sim	408.778	299%
James von Moltke	74.753	102.272	1.030.086	772.564	874.836	Sim	172.117	508%
Fabrizio Campelli	185.509	201.291	722.397	541.798	743.089	Sim	182.874	406%
Claudio de Sanctis	105.665	262.244	472.579	354.434	616.678	Não	172.117	358%
Bernd Leukert	10.007	12.667	611.491	458.618	471.285	Sim	129.088	365%
Alexander von zur Mühlen	447.485	476.944	555.428	416.571	893.515	Sim	129.088	692%
Laura Padovani [3]	0	0	16.436	12.327	12.327	Não	94.127	13%
Rebecca Short	69.168	73.637	452.741	339.556	413.193	Não	129.088	320%
Prof. Dr. Stefan Simon	0	0	488.383	366.287	366.287	Sim	129.088	284%
Olivier Vigneron	21.841	37.139	334.048	250.536	287.675	Não	129.088	223%
Total	**1.136.599**	**1.388.365**	**6.019.437**	**4.514.577**	**5.902.942**		**1.675.453**	

[1] A obrigação de participação no capital deve ser cumprida no prazo de quatro anos após a primeira nomeação como membro do Conselho de Administração e deve ser mantida até ao final do mandato.
[2] O cálculo do valor total das ações do Deutsche Bank e dos prémios de ações/ações em circulação elegíveis para o requisito de participação baseia-se na cotação de 18.592 euros (cotação de fecho Xetra em 7 de fevereiro de 2025)
[3] Membro desde 1 de julho de 2024

Benefícios após a rescisão regular do contrato

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2024 e 2023, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2024 em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024. Os diferentes saldos são atribuíveis aos diferentes períodos de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores relacionados com a idade, e às diferentes taxas de contribuição.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício		Crédito em juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
em euros	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Christian Sewing	728.000	747.500	0	0	8.752.000	8.024.000	574.078	564.889	7.132.345	6.457.344
James von Moltke	715.000	812.500	0	0	6.519.500	5.846.750	577.371	667.237	5.561.609	4.948.283
Fabrizio Campelli	773.500	786.500	0	0	4.741.754	3.968.254	542.981	525.920	3.486.558	2.909.388
Claudio de Sanctis	760.500	386.750	0	0	1.147.250	386.750	542.293	272.499	823.356	278.217
Bernd Leukert	689.000	702.000	0	0	4.125.334	3.436.334	596.463	573.019	3.742.460	3.077.074
Alexander von zur Mühlen[1]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Laura Padovani[1,2]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rebecca Short	786.500	806.000	0	0	2.966.168	2.179.668	522.769	519.350	1.983.351	1.448.786
Prof. Dr. Stefan Simon[1]	0	473.959	0	0	3.483.460	3.483.460	0	373.627	2.944.486	2.896.341
Olivier Vigneron	747.500	760.500	0	0	2.152.584	1.405.084	548.749	543.072	1.633.309	1.053.069

[1] O membro do Conselho de Administração recebe um subsídio de pensão, que é apresentado na secção "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".
[2] Membro desde 1 de julho de 2024

Desvios do sistema de remuneração

Não houve desvios do sistema de remuneração no exercício financeiro de 2024.

Remuneração do Conselho de Administração 2024

Membros atuais do Conselho de Administração

Remuneração total 2024

O Conselho de Fiscalização determinou a seguinte remuneração numa base individual. Devido ao novo sistema de remuneração já descrito, registou-se uma mudança estrutural significativa em 2024 em comparação com 2023. O primeiro Plano de Incentivo a Longo Prazo (LTI) baseado no novo sistema foi estabelecido para o período de desempenho 2024-2026; após o final do período de desempenho de 3 anos, o Conselho de Fiscalização determina o nível de realização com base nos indicadores-chave de desempenho (KPI) predefinidos. Devido à mudança de um período de desempenho de três anos retrospetivo para um período de desempenho de três anos prospetivo, os dois primeiros anos após a aplicação do novo sistema (2024 e 2025) são anos de transição ("fase de transição"). O primeiro Plano de Incentivo a Longo Prazo (Plano LTI 2024-2026) será concedido pela primeira vez no início de 2027. Durante a "fase de transição", o LTI será apresentado com o montante-alvo para efeitos de cálculo e comparação. Para uma melhor comparabilidade com os valores do ano anterior, o quadro seguinte inclui uma coluna intitulada Remuneração Total Pró-Forma, que apresenta a soma do salário base, do STI efetivo e de um valor-alvo para o LTI.

Esta abordagem é refletida em conformidade no que se segue.

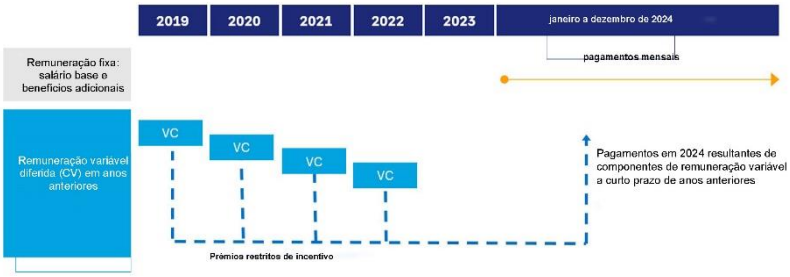
				2024	2023
em euros	Salário base[1]	Incentivo a Curto Prazo real	Objetivo de Incentivo a Longo Prazo[2]	Remuneração total pró-forma	Remuneração total
Christian Sewing	3.750.000	2.448.210	3.555.000	9.753.210	8.745.497
James von Moltke	3.200.000	2.005.320	3.060.000	8.265.320	7.605.057
Fabrizio Campelli	3.400.000	2.347.920	3.240.000	8.987.920	7.996.596
Claudio de Sanctis[3]	3.200.000	2.057.120	3.120.000	8.377.120	3.712.322
Bernd Leukert	2.400.000	1.489.120	2.460.000	6.349.120	6.012.121
Alexander von zur Mühlen	2.400.000	1.538.320	2.460.000	6.398.320	6.090.841
Laura Padovani[4]	875.000	236.425	367.500	1.478.925	–
Rebecca Short	2.400.000	1.607.200	2.460.000	6.467.200	6.115.108
Professor Dr. Stefan Simon	2.400.000	997.120	2.460.000	5.857.120	6.080.591
Olivier Vigneron	2.400.000	1.277.560	2.460.000	6.137.560	5.952.363
Total	**26.425.000**	**16.004.315**	**25.642.500**	**68.071.815**	58.310.496

[1] Na coluna "Salário base", os valores alvo fixados pelo Conselho de Fiscalização são apresentados em euros por motivos de comparabilidade. A entrada real difere deste valor-alvo para os membros do Conselho de Administração Alexander von zur Mühlen e Professor Dr. Stefan Simon devido a flutuações cambiais, e para Bernd Leukert devido à compensação da remuneração de mandatos. As entradas são apresentadas na secção "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".
[2] A determinação do nível de realização final para o Plano LTI 2024-2026 terá lugar após o final do período de desempenho de 3 anos em 2027
[3] Membro desde 1 de julho de 2023
[4] Membro desde 1 de julho de 2024

Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a remuneração paga e devida nos exercícios financeiros de 2024 e 2023 aos membros em exercício do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2024, nos termos do artigo 162.º , n.º 1, frase 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Isto envolve os componentes de remuneração que foram efetivamente pagos ou entregues aos membros individuais do Conselho de Administração durante o período abrangido pelo relatório ("pagos") ou que já eram legalmente devidos durante o período abrangido pelo relatório, mas ainda não entregues ("devidos").

Assim, exceto no que se refere ao salário base e aos benefícios complementares, o quadro ilustra a remuneração em dinheiro diferida (Prémios Restritos de Incentivo (RIA)) que resultou da atribuição de Prémios a Curto Prazo com base no anterior sistema de remuneração, tal como implementado em anos anteriores. Do mesmo modo, a remuneração variável baseada no novo sistema de remuneração só será ilustrada no próximo ano, ou seja, o pagamento em dinheiro do Incentivo a Curto Prazo pelo desempenho no exercício financeiro de 2024 será pago e, por conseguinte, considerado e divulgado como um influxo para o exercício de 2025.



Remuneração concedida e devida por membro do Conselho de Administração

	Christian Sewing				James von Moltke			
	2024		2023		2024		2023	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	3.750[1]	77%	3.600	72%	3.200	68%	3.150	77%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	113	2%	255	5%	107	2%	72	2%
Total de remuneração fixa	**3.863**	**79%**	3.855	77%	**3.307**	**70%**	3.222	79%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	232	5%	0	0%	169	4%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	43	1%	43	1%	43	1%	43	1%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	304	6%	304	6%	213	4%	213	5%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	0	0%	577	12%	0	0%	419	10%
2023 Prémio restrito de incentivo para 2022	667	14%	0	0%	522	11%	0	0%
dos quais prémios em ações:								
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	**1.013**	**21%**	1.155	23%	**1.433**	**30%**	843	21%
Remuneração total	**4.876**	**100%**	5.010	100%	**4.740**	**100%**	4.065	100%

[1] Para mais pormenores sobre a decisão de remuneração, consulte o capítulo "Resumo Executivo" do presente relatório

	Fabrizio Campelli				Claudio de Sanctis[1]			
	2024		2023		2024		2023	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	3.400	82%	3.250	83%	3.200[2]	99%	1.500	99%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	6	0%	33	1%	20	1%	9	1%
Total de remuneração fixa	**3.406**	**82%**	3.283	84%	**3.220**	**100%**	1.509	100%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	7	0%	7	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	213	5%	213	5%	0	0%	0	0%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	0	0%	406	10%	0	0%	0	0%
2023 Prémio restrito de incentivo para 2022	502	12%	0	0%	0	0%	0	0%
dos quais prémios em ações:	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	**722**	**17%**	626	16%	**0**	**0%**	0	0%
Remuneração total	**4.129**	**100%**	3.909	100%	**3.220**	**100%**	1.509	100%

[1] Membro desde 1 de julho de 2023
[2] Para mais pormenores sobre a decisão de remuneração, consulte o "Resumo Executivo" do presente relatório

	Bernd Leukert				Alexander von zur Mühlen			
	2024		2023		2024		2023	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.391[1]	78%	2.397[1]	80%	2.576[2]	62%	2.559[2]	68%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	650	16%	650	17%
Benefícios marginais	9	0%	6	0%	136	3%	88	2%
Total de remuneração fixa	**2.400**	**78%**	2.403	80%	**3.362**	**81%**	3.297	88%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	188	6%	188	6%	74	2%	74	2%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	0	0%	399	13%	0	0%	395	10%
2023 Prémio restrito de incentivo para 2022	477	16%	0	0%	473	11%	0	0%
dos quais prémios em ações:	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	219[3]	5%	0	0%
Total de remuneração variável	**666**	**22%**	587	20%	**766**	**19%**	470	12%
Remuneração total	**3.065**	**100%**	2.990	100%	**4.128**	**100%**	3.767	100%

[1] A remuneração fixa apresentada inclui a creditação da remuneração de mandatos
[2] Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a variações cambiais
[3] As prestações acessórias variáveis representam um subsídio de alojamento.

	Laura Padovani (membro desde 1 de julho de 2024)				Rebecca Short			
	2024		2023		2024		2023	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	875	79%	–	–	2.400	81%	2.400	90%
Subsídio de pensão	225	20%	–	–	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	12	1%	–	–	56	2%	33	1%
Total de remuneração fixa	**1.112**	**100%**	**–**	**–**	**2.456**	**83%**	2.433	91%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	–	–	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	–	–	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	0	0%	–	–	0	0%	0	0%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	0	0%	–	–	0	0%	241	9%
2023 Prémio restrito de incentivo para 2022	0	0%	–	–	491	17%	0	0%
dos quais prémios em ações:	0	0%	–	–	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	–	–	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	**0**	**0%**	**–**	**–**	**491**	**17%**	241	9%
Remuneração total	**1.112**	**100%**	**–**	**–**	**2.946**	**100%**	2.674	100%

	Professor Dr. Stefan Simon				Olivier Vigneron			
	2024		2023		2024		2023	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.468[1]	59%	2.429[1]	73%	2.400	90%	2.400	99%
Subsídio de pensão	650	16%	271	8%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	117	3%	55	2%	13	0%	33	1%
Total de remuneração fixa	**3.235**	**78%**	2.755	83%	**2.413**	**90%**	2.433	100%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	78	2%	78	2%	0	0%	0	0%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	0	0%	396	12%	0	0%	0	0%
2023 Prémio restrito de incentivo para 2022	475	11%	0	0%	266	10%	0	0%
dos quais prémios em ações:	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	363[2]	9%	91	3%	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	**916**	**22%**	564	17%	**266**	**10%**	0	0%
Remuneração total	**4.151**	**100%**	3.319	100%	**2.679**	**100%**	2.433	100%

[1] Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a variações cambiais
[2] As prestações acessórias variáveis representam principalmente um subsídio de alojamento.

Em relação aos componentes de remuneração diferida de anos anteriores aprovados no ano do relatório, o Conselho de Fiscalização confirmou que as respetivas condições de desempenho foram cumpridas.

Antigos membros do Conselho de Administração

Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a compensação paga e devida aos antigos membros do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2024, nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Isto envolve os componentes de remuneração que foram efetivamente entregues aos membros antigos do Conselho de Administração durante o período abrangido pelo relatório ("pagos") ou que já eram legalmente devidos durante o período abrangido pelo relatório, mas ainda não entregues ("devidos"). Nos termos do artigo 162.º, n.º 5, da lei alemã relativa às sociedades por ações, não são fornecidos dados pessoais sobre antigos membros do Conselho de Administração que terminaram as suas funções no Conselho de Administração antes do final do exercício de 2014. As componentes da remuneração diferida plurianual não são pagas antecipadamente após o termo do mandato.

	Karl von Rohr membro até 31 de outubro de 2023		Christiana Riley membro até 17 de maio de 2023		Stuart Lewis membro até 19 de maio de 2022		Frank Kuhnke membro até 30 de abril de 2021	
	2024		2024		2024		2024	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Pagamento por não concorrência	1.625	67%	0	0%	0	0%	0	0%
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo	800	33%	0	0%	388	100%	200	100%
Prémios em ações	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	2	100%	0	0%	0	0%
Benefícios de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Remuneração total	**2.425**	**100%**	**2**	**100%**	**388**	**100%**	**200**	**100%**

	Werner Steinmüller membro até 31 de julho de 2020		Sylvie Matherat membro até 31 de julho de 2019		Garth Ritchie membro até 31 de julho de 2019		Frank Strauß[1] membro até 31 de julho de 2019	
	2024		2024		2024		2024	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo	134	100%	2.333[2]	100%	1.790[2]	100%	2.668[2]	100%
Prémios em ações	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Remuneração total	**134**	**100%**	**2.333**	**100%**	**1.790**	**100%**	**2.668**	**100%**

[1] Frank Strauß faleceu em 2024, pelo que não haverá divulgação no quadro "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)" a partir do Relatório de Remunerações de 2025 e seguintes.
[2] Incluindo entradas de benefícios de cessação do vínculo laboral

			Nicolas Moreau membro até 31 de dezembro de 2018			John Cryan membro até 8 de abril de 2018	
					2024		2024
	DB AG	DWS Management GmbH	Em geral				
	em milhares de euros	em milhares de euros	em milhares de euros	em %		em milhares de euros	em milhares de euros
Remuneração variável diferida							
Prémios restritos de incentivo	404	2.190[1]	2.594	95%		0	0%
Prémios em ações	0	142[2]	142	5%		4.382[1]	100%
Benefícios marginais	0	0	0	0%		0	0%
Benefícios de pensão	0	0	0	0%		0	0%
Remuneração total	**404**	**2.332**	**2.736**	**100%**		**4.382**	**100%**

[1] Incluindo entradas de benefícios de cessação do vínculo laboral
[2] Os prémios em ações apresentados são instrumentos baseados em ações concedidos pela DWS Management GmbH. Poderá encontrar mais informações sobre estes instrumentos no Relatório Anual do DWS

Perspetivas para o exercício financeiro de 2025

Remuneração total e remuneração máxima

A remuneração-alvo total para 2025 permanecerá, em princípio, inalterada em relação à remuneração-alvo total em vigor ou ajustada em 2024.

Os limites de remuneração para os membros do Conselho de Administração permanecem inalterados em relação ao exercício financeiro de 2024. Isto significa que o nível máximo de realização possível para a remuneração variável ascende a 150%. Em conformidade com a Secção 87a (1), frase 2, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o limite fixado para a remuneração total é mantido inalterado num máximo de 12 milhões de euros uniformemente para todos os membros do Conselho de Administração como o limite máximo com base no exercício financeiro.

Estrutura e metas dos objetivos para 2025

O sistema de remuneração implementado em 2024 funciona bem e produz resultados adequados. Por conseguinte, a estrutura de objetivos continuará a estar em conformidade com o sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral em 2024.

Incentivo a Curto Prazo (STI)

Geralmente inalterado em relação a 2024, o montante do Incentivo de Curto Prazo (STI) para o exercício financeiro de 2025 continuará a ser de 40% da remuneração-alvo variável total e baseia-se no nível de concretização dos objetivos individuais e divisionais a curto e médio prazo.

Os objetivos individuais específicos do Incentivo a Curto Prazo (STI) para 2025 serão divulgados retrospetivamente no Relatório de Remuneração de 2025.

Incentivo a Longo Prazo (LTI)

O Incentivo a Longo Prazo (LTI) continuará a representar 60% do total da remuneração-alvo variável e consiste em objetivos coletivos a longo prazo associados à estratégia do Banco.

Para o período de desempenho trienal 2025 - 2027, o Plano de Incentivo a Longo Prazo é composto por quatro componentes de remuneração que se mantêm inalterados em relação ao período de desempenho anterior e ainda em curso 2024 - 2026 de quatro componentes de remuneração. As componentes "RoTE" (rendibilidade dos capitais próprios tangíveis), "TBVPS" (crescimento do valor contabilístico tangível por ação) e "RTSR" (retorno total relativo dos acionistas) permanecem inalteradas. No futuro, a medida RoTE é apoiada pelo rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1) para garantir uma abordagem equilibrada da rentabilidade, da adequação do capital e da gestão do risco. Se o rácio de fundos próprios CET1 no final do período de desempenho for inferior ao limiar vermelho CET 1 definido na declaração de apetência pelo risco, então a medida é avaliada como nula. O mesmo se aplica aos objetivos de RoTE para o STI.

De um modo geral, a componente "ESG" também se manterá inalterada, especialmente no que diz respeito aos objetivos ambientais e sociais. As políticas e procedimentos do Deutsche Bank estão em conformidade com as leis e regulamentos de todos os mercados em que opera, incluindo as leis antidiscriminação como a 2. Lei Alemã relativa às Quotas de Género (Zweites Führungspositionen-Gesetz – FüPoG II).

No que se refere ao objetivo "Governação", os critérios de avaliação foram alterados de modo a refletir não só uma avaliação interna, mas também a avaliação das partes interessadas externas sobre a evolução e as melhorias regulamentares do Deutsche Bank, tornando-o um critério de avaliação holístico. Para além do Grau de Gestão do Risco de Controlo (GGRC) anteriormente considerado, serão tidos em conta dois aspetos adicionais:

O Banco Central Europeu (BCE) conduz anualmente um Processo de Análise e Avaliação para fins de Fiscalização (SREP), no qual avalia os modelos de negócio, a governação interna, os riscos para o capital e os riscos para a liquidez de todas as instituições significativas sob a sua supervisão direta. O resultado, juntamente com os resultados da avaliação anual da Reserva Federal do banco central dos Estados Unidos, reflete-se no objetivo global "Classificações regulamentares e aplicação da lei".

Além disso, serão consideradas as ações de execução impostas pelos reguladores a um banco quando os requisitos regulamentares não são cumpridos. As ações de execução podem assumir várias formas, por exemplo, multas, restrições às operações comerciais ou medidas vinculativas para corrigir deficiências. O encerramento das ações de execução ainda em curso é o terceiro elemento do objetivo de governação do programa LTI.

Os objetivos do plano LTI 2025 - 2027 são apresentados a seguir:

KPI de incentivo a longo prazo	Definição	Ponderação	Limite inferior (0%)	Objetivo (100%)	Limite superior (150%)
Finanças do Grupo		25%	Método de cálculo: Linear, salvo indicação em contrário = 0% de concretização	= 100% de concretização	= 150% de concretização
RoTE	Rendibilidade do capital próprio tangível no final de 2027	15%	<10% a 10%:33% de concretização	12%	13%
TBVPS	Valor contabilístico tangível por ação - crescimento anual médio (excl. divisas) 2025-2027	10%	<= 6,5%	8,5%	9,5%
RTSR		*15%*			
RTSR	Posição do Deutsche Bank vs. Grupo de Pares no final de 2027	15%	< média Na média: 50% de concretização	Percentil 70	Percentil 90
SAG		*20%*			
Ambiental	Promover a gestão dos riscos climáticos - mede o CM em função de KPI acordados, associados a objetivos de redução para os setores com utilização intensiva de carbono divulgados, em conformidade com as trajetórias publicadas até ao nível líquido zero A realização é calculada como "Média de 2025-2027"	8%	>= 50%	70%	85% dos dados pré-definidos dos objetivos de redução estabelecidos para os setores industriais com elevada intensidade de carbono atingem o limiar
Social	Diversidade de género (CM - -1, CM -2) no final de 2027	4%	2 30%	32,5%	35%
Governação	Classificações regulamentares e ações de execução	8%	0%	100%	150%

Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

A remuneração do Conselho de Fiscalização está regulamentada na Secção 14 dos Estatutos e foi alterada pela última vez por deliberação da Assembleia Geral em 17 de maio de 2023.

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). O montante da remuneração base anual para cada membro do Conselho de Fiscalização é de 300.000 euros, para o Presidente do Conselho de Fiscalização de 950.000 euros e para cada Vice-Presidente de 475.000 euros.

Os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem montantes adicionais de remuneração anual fixa da seguinte forma:

Presidente de Comité em euros	
Comité de Auditoria	150.000
Comité de Risco	150.000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	150.000
Comité do Presidente	100.000
Comité de Nomeações	100.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000
Comité de Supervisão Regulamentar	100.000
Comité de Estratégia e Sustentabilidade	100.000
Comité de Mediação	0

Se um membro do Conselho de Fiscalização for presidente de mais do que um comité, a remuneração só é paga pelo comité que conferir o direito ao montante mais elevado. O Presidente do Conselho de Fiscalização não recebe qualquer remuneração adicional pela presidência dos comités. Os membros dos comités também não recebem qualquer remuneração adicional.

A remuneração determinada será paga ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização até, no máximo, dois meses após a apresentação das faturas e, em regra, nos primeiros três meses do ano seguinte. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo, na medida aplicável, imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização são pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização é devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação devido à sua função e reembolsado por custos com medidas de segurança necessárias com base na sua função.

No interesse da sociedade, os membros do Conselho de Fiscalização estão incluídos, num montante adequado, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira detida pela sociedade. Os prémios serão pagos pela empresa. Não é necessário especificar uma franquia para os membros do Conselho de Fiscalização.

Com a entrada em vigor do sistema de remuneração do Conselho de Fiscalização em 17 de maio de 2023, o Conselho de Fiscalização recomenda que os seus membros assumam o compromisso voluntário de investir um total de, pelo menos, 10% da remuneração anual bruta que lhes é paga em ações do Deutsche Bank AG e de manter essas ações durante o período do seu mandato. A anterior disposição estatutária relativa à remuneração com base em ações para os membros do Conselho de Fiscalização foi anulada.

O Conselho de Fiscalização concorda que quaisquer obrigações de transferência para os sindicatos serão tidas em conta na decisão pessoal sobre o investimento pessoal autoimposto. Os membros do Conselho de Fiscalização que já detenham, no dia em que se comprometem voluntariamente, um número de ações do Deutsche Bank com um contravalor de, pelo menos, 10% da remuneração do Conselho de Fiscalização que lhes é devida durante o seu atual mandato, não têm de adquirir mais ações.

Todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização e o membro que representa os quadros superiores no Conselho de Fiscalização apresentaram o compromisso voluntário ao Conselho de Fiscalização ou detinham, no momento da apresentação do compromisso voluntário, ações do Deutsche Bank com um contravalor equivalente a, pelo menos, 10% da remuneração do Conselho de Fiscalização que lhes é devida durante o seu atual mandato.

As participações individuais dos membros do Conselho de Fiscalização são divulgadas na Declaração/Relatório sobre o Governo da Sociedade.

No âmbito do novo regulamento de remuneração do Conselho de Fiscalização, a Assembleia Geral decidiu aprovar os seguintes regulamentos transitórios com efeitos a partir de 17 de maio de 2023:

- Se o montante da remuneração do Conselho de Fiscalização não exceder a remuneração do Conselho de Fiscalização anteriormente paga no caso individual (remuneração calculada para o exercício de 2023 com base no regulamento anterior dos Estatutos), um membro do Conselho de Fiscalização cujo mandato atual tenha começado antes de 17 de maio de 2023 receberá um pagamento compensatório sob a forma de um pagamento em dinheiro no montante da diferença entre a remuneração do Conselho de Fiscalização anteriormente concedida e a remuneração do Conselho de Fiscalização nos termos dos n.^{os} 1 e 2 da Secção 14 dos Estatutos. No caso de uma reeleição como membro do Conselho de Fiscalização, aplicam-se as disposições dos Estatutos na versão adotada em 17 de maio de 2023.
- Os membros do Conselho de Fiscalização cujo mandato atual tenha tido início antes de 17 de maio de 2023 receberão as ações virtuais acumuladas durante o mandato atual, pagas em fevereiro de 2024 com base no preço médio de fecho durante os últimos dez dias de negociação na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) do mês de janeiro anterior.

Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios financeiros de 2024 e 2023

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente aos exercícios de 2024 e 2023 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado). A tabela mostra a remuneração paga e devida aos membros do Conselho de Fiscalização nos exercícios de 2024 e 2023, nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 1, da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Em todos os casos, o cálculo é arredondado para cima ou para baixo para meses completos.

	Remuneração para o exercício de 2024				
Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração base		Remuneração pela presidência dos comités		Total
	em euros	em %	em euros	em %	em euros
Alexander Wynaendts	950.000	100%	0	0%	950.000
Frank Schulze	475.000	100%	0	0%	475.000
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	475.000	83%	100.000	17%	575.000
Susanne Bleidt	300.000	100%	0	0%	300.000
Mayree Clark	300.000	67%	150.000	33%	450.000
Jan Duscheck	300.000	100%	0	0%	300.000
Manja Eifert	300.000	100%	0	0%	300.000
Claudia Fieber	300.000	100%	0	0%	300.000
Sigmar Gabriel	300.000	100%	0	0%	300.000
Florian Haggenmiller[1]	275.000	100%	0	0%	275.000
Timo Heider	300.000	100%	0	0%	300.000
Birgit Laumen[2]	0	0%	0	0%	0
Gerlinde M. Siebert	300.000	100%	0	0%	300.000
Yngve Slyngstad	300.000	100%	0	0%	300.000
Stephan Szukalski	300.000	100%	0	0%	300.000
John Alexander Thain	300.000	75%	100.000	25%	400.000
Jürgen Tögel	300.000	100%	0	0%	300.000
Michele Trogni	300.000	67%	150.000	33%	450.000
Dr. Dagmar Valcárcel[3]	300.000	67%	150.000	33%	450.000
Dr. Theodor Weimer	300.000	100%	0	0%	300.000
Frank Witter	300.000	67%	150.000	33%	450.000
Total	6.975.000	90%	800.000	10%	7.775.000

[1] Membro do Conselho de Fiscalização desde 16 de janeiro de 2024.
[2] Membro do Conselho de Fiscalização até 12 de janeiro de 2024.
[3] Remuneração dos comités, incluindo o pagamento em dinheiro nos termos da Secção § 14, n.º 3, ponto 1 dos Estatutos.

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, com exceção de Jan Duscheck, Florian Haggenmiller (membro desde 16 de janeiro de 2024), Birgit Laumen (membro até 12 de janeiro de 2024) e Stephan Szukalski, são ou foram colaboradores do Grupo Deutsche Bank. No exercício de 2024, pagámos a esses membros um montante total de 1,27 milhões de euros (sob a forma de salários, pagamentos de reforma e pensão), além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos aos membros do Conselho de Fiscalização quaisquer benefícios após terem deixado o Conselho de Fiscalização, embora os membros que são ou foram empregados por nós tenham direito aos benefícios associados ao fim desse emprego (ou seja, não com base no seu trabalho no Conselho de Fiscalização). Em 2024, reservámos 0,12 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

	Remuneração para o exercício de 2023				
Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração base		Remuneração dos comités e/ou remuneração pela presidência dos comités		Total
	em euros	em %	em euros	em %	em euros
Alexander Wynaendts	637.500	69%	291.667	31%	929.167
Detlef Polaschek[1]	62.500	33%	125.000	67%	187.500
Frank Schulze[2]	277.083	100%	0	0%	277.083
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	339.583	60%	225.000	40%	564.583
Ludwig Blomeyer-Bartenstein[1]	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Susanne Bleidt[2]	175.000	100%	0	0%	175.000
Mayree Clark	216.667	50%	212.500	50%	429.167
Jan Duscheck	216.667	72%	83.333	28%	300.000
Manja Eifert	216.667	84%	41.667	16%	258.334
Claudia Fieber[2]	175.000	100%	0	0%	175.000
Sigmar Gabriel	216.667	84%	41.667	16%	258.334
Timo Heider	216.667	78%	62.500	22%	279.167
Martina Klee[1]	41.667	50%	41.667	50%	83.334
Birgit Laumen[2]	175.000	100%	0	0%	175.000
Gabriele Platscher[1]	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Bernd Rose[1]	41.667	29%	104.167	71%	145.834
Gerlinde M. Siebert[2]	175.000	100%	0	0%	175.000
Yngve Slyngstad	216.667	84%	41.667	16%	258.334
Stephan Szukalski[2]	175.000	100%	0	0%	175.000
John Alexander Thain	216.667	68%	100.000	32%	316.667
Jürgen Tögel[2]	175.000	100%	0	0%	175.000
Michele Trogni	216.667	48%	233.333	52%	450.000
Dr. Dagmar Valcárcel[3]	216.667	48%	233.333	52%	450.000
Stefan Viertel[1]	41.667	29%	104.167	71%	145.834
Dr. Theodor Weimer	216.667	84%	41.667	16%	258.334
Frank Werneke[1]	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Frank Witter	216.667	56%	170.833	44%	387.500
Total	5.000.005	68%	2.404.167	32%	7.404.172

[1] Membro do Conselho de Fiscalização até 17 de maio de 2023.
[2] Membro do Conselho de Fiscalização desde 17 de maio de 2023.
[3] Disposição sobre a transição nos termos da Secção § 14, n.º 3, ponto 1, dos Estatutos.

O quadro seguinte apresenta as unidades de participação virtuais pagas nesta base, de acordo com a Secção 14, n.º 3, ponto 2:

	Pagamento das unidades de ações virtuais	
Membros do Conselho de Fiscalização	Unidades de ações virtuais acumuladas durante o mandato até 17 de maio de 2023	Montante pago em fevereiro de 2024 em euros [1]
Alexander Wynaendts	10.287,340	123.534
Detlef Polaschek	54.246,220	651.410
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	36.164,150	434.274
Mayree Clark	48.753,550	585.452
Jan Duscheck	31.622,390	379.734
Manja Eifert	2.420,550	29.067
Sigmar Gabriel	13.123,540	157.593
Timo Heider	32.243,510	387.193
Martina Klee	19.567,670	234.976
Gabriele Platscher	36.164,150	434.274
Bernd Rose	34.436,160	413.523
Yngve Slyngstad	2.074,760	24.915
John Alexander Thain	24.109,430	289.516
Michele Trogni	43.315,860	520.154
Dr. Dagmar Valcárcel	36.257,850	435.399
Stefan Viertel	11.855,880	142.370
Dr. Theodor Weimer	11.488,660	137.960
Frank Werneke	6.403,560	76.897
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	49.368,980	592.842
Frank Witter	9.272,180	111.344
Total	**513.176,390**	**6.162.427**

[1] A um valor de 12.008 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2024.

Até à entrada em vigor das novas disposições a 17 de maio de 2023, aplicavam-se as seguintes disposições à remuneração do Conselho de Fiscalização:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebiam uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascendia a 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebia duas vezes esse montante e os Vice-presidentes recebiam uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebiam uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

	até 17 de maio de 2023	
Comité em euros	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200.000	100.000
Comité de Risco	200.000	100.000
Comité de Nomeações	100.000	50.000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Supervisão Regulamentar	200.000	100.000
Comité do Presidente	100.000	50.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000	50.000
Comité de Estratégia e Sustentabilidade	100.000	50.000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	200.000	100.000

75% da remuneração determinada era paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% eram convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações era pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saísse do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão (regulamento sobre perda de direitos).

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro era paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa era paga em dinheiro; aplicava-se um regulamento sobre perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsava os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que pudessem aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização eram pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização era devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação devido à sua função e reembolsado por custos com medidas de segurança necessárias com base na sua função.

No interesse da sociedade, os membros do Conselho de Fiscalização foram incluídos, num montante adequado, numa apólice de seguro de responsabilidade financeira detida pela sociedade. Os prémios para este efeito foram pagos pela sociedade.

Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos

A tabela seguinte mostra a apresentação comparativa da mudança de ano para ano na remuneração, nos ganhos da empresa e do Grupo, bem como na remuneração média dos colaboradores numa base de equivalente a tempo inteiro. As informações fornecidas nos termos da Secção 162 (1) ,frase 2, n.º 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações será sucessivamente expandida com a mudança de um exercício financeiro para o ano anterior até ser atingido um período de relatório de cinco anos. A partir do exercício financeiro de 2025, as mudanças de ano para ano serão mostradas para cada um dos últimos cinco anos.

As informações sobre a remuneração dos atuais e antigos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização refletem a declaração individualizada no Relatório de Remuneração da remuneração paga ou devida nos termos da Secção 162 (1), frase 2, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. A apresentação da evolução dos lucros da empresa deve refletir, de acordo com os requisitos legais, os da empresa autónoma cotada em bolsa, ou seja, o Deutsche Bank AG. Consequentemente, o resultado líquido do Deutsche Bank AG é utilizado para apresentar lucros na aceção do artigo 162.º (1), frase 2, n.º 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Uma vez que a remuneração do Conselho de Administração é mensurada com base nos números do Grupo, os números dos ganhos do Grupo são mostrados adicionalmente para a apresentação comparativa. Estes valores dos ganhos do Grupo são resultado líquido, rácio custo-rendimento e rendibilidade do capital próprio tangível (RoTE). Para o grupo de colaboradores para a comparação, os dados relevantes para o Grupo Deutsche Bank foram utilizados à luz dos colaboradores do Deutsche Bank a nível global. O grupo de colaboradores para a comparação inclui todos os colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial.

	2024	2023	2022	2021	2020	Mudança anual de 2024 para 2023 em %	Mudança anual de 2023 para 2022 em %	Mudança anual de 2022 para 2021 em %	Mudança anual de 2021 para 2020 em %
1. Evolução dos lucros da empresa									
Resultado líquido do Deutsche Bank AG (em milhões de euros)	2.883	4.999	5.506	1.919	(1.769)	(42)	(9)	187	N/S
Resultado líquido do Grupo Deutsche Bank (em milhões de euros)	3.366	4.772	5.525	2.365	495	(29)	(14)	134	N/S
Rácio custo/rendimento do Grupo Deutsche Bank (em %)	76,3%	75,1%	74,9%	84,6%	88,3%	2	0	(11)	(4)
Rendibilidade do capital tangível (RoTE) do Deutsche Bank	4,7%	7,4%	9,4%	3,8%	0,2%	(36)	(21)	147	N/S
2. Remuneração média dos colaboradores									
A nível mundial, numa base de equivalente a tempo inteiro	122.985	116.713	125.301	120.336	113.350	5	(7)	4	6
3. Remuneração do Conselho de Administração (em milhares de euros)									
Membros atuais do Conselho de Administração									
Christian Sewing (membro desde 1 de janeiro de 2015)	4.876	5.010	4.394	3.867	3.352	(3)	14	14	15
James von Moltke (membro desde 1 de julho de 2017)	4.740	4.065	3.783	4.009	3.635	17	7	(6)	10
Fabrizio Campelli (membro desde 1 de novembro de 2019)	4.129	3.909	2.744	2.420	2.222	6	42	13	9
Claudio de Sanctis (membro desde 1 de julho de 2023)	3.220	1.509	-	-	-	113	N/S	N/S	N/S
Bernd Leukert (Membro desde 1 de janeiro de 2020)	3.065	2.990	2.593	2.419	2.222	3	15	7	9
Alexander von zur Mühlen (membro desde 1 de agosto de 2020)	4.133	3.767	3.412	3.157	1.282	10	10	8	146
Laura Padovani (membro desde 1 de julho de 2024)	1.112	-	-	-	-	N/S	N/S	N/S	N/S
Rebecca Short (membro desde 1 de maio de 2021)	2.946	2.674	2.436	1.606	-	10	10	52	N/S
Prof. Dr. Stefan Simon (membro desde 1 de agosto de 2020)	4.118	3.319	2.488	2.446	1.007	24	33	2	143
Olivier Vigneron (membro desde 20 de maio de 2022)	2.679	2.433	1.508	-	-	10	61	N/S	N/S
Membros que saíram do Conselho de Administração antes do exercício									

	2024	2023	2022	2021	2020	Mudança anual de 2024 para 2023 em %	Mudança anual de 2023 para 2022 em %	Mudança anual de 2022 para 2021 em %	Mudança anual de 2021 para 2020 em %
Karl von Rohr (membro até 31 de outubro de 2023)	2.425[1]	3.727	3.444	3.235	2.930	(35)	8	6	10
Christiana Riley (membro até 17 de maio de 2023)	2	2.673	3.653	3.079	3.034	(100)	(27)	19	1
Stuart Lewis (membro até 19 de maio de 2023)	388	1.363	2.648	3.079	2.912	(72)	(49)	(14)	6
Frank Kuhnke (membro até 30 de abril de 2021)	200	348	1.626[1]	2.264[1]	2.207	(43)	(79)	(28)	3
Werner Steinmüller (membro até 31 de julho de 2020)	134	283	283	3.117	2.436	(53)	N/S	(91)	28
Sylvie Matherat (membro até 31 de julho de 2019)	2.335[1]	132	134	211	2.719 [1]	N/S	(1)	(36)	(92)
Garth Ritchie (membro até 31 de julho de 2019)	1.790[1]	268	268	2.071	4.185 [1]	N/S	N/S	(87)	(51)
Frank Strauß (membro até 31 de julho de 2019)	2.668[1]	326	326	326	2.168 [1]	N/S	N/S	N/S	(85)
Nicolas Moreau (membro até 31 de dezembro de 2018)	2.736[1]	286	317	299	1.826	N/S	(10)	6	(84)
Dr. Marcus Schenck (membro até 24 de maio de 2018)	-	65	65	65	65	N/S	N/S	N/S	N/S
John Cryan (membro até 8 de abril de 2018)	4.382[1]	3.312[1]	47	47	47	32	N/S	N/S	N/S
4. Remuneração do Conselho de Fiscalização (em milhares de euros)									
Membros atuais do Conselho de Fiscalização									
Alexander Wynaendts (membro desde 19 de maio de 2022)	950	929	496	-	-	2	87	N/S	N/S
Frank Schulze (membro desde 17 de maio de 2023)	475	277	-	-	-	71	N/S	N/S	N/S
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann (membro desde 1 de agosto de 2018)	575	565	521	496	450	2	8	5	10
Susanne Bleidt (membro desde 17 de maio de 2023)	300	175	-	-	-	71	N/S	N/S	N/S
Mayree Clark (membro desde 24 de maio de 2018)	450	429	429	450	425	5	N/S	(5)	6
Jan Duscheck (membro desde 2 de agosto de 2016)	300	300	300	271	250	N/S	N/S	11	8
Manja Eifert (membro desde 7 de abril de 2022)	300	258	117	-	-	16	121	N/S	N/S
Claudia Fieber (membro desde 17 de maio de 2023)	300	175	-	-	-	71	N/S	N/S	N/S
Sigmar Gabriel (membro desde 11 de março de 2020)	300	258	200	200	167	16	29	N/S	20
Florian Haggenmiller (membro desde 16 de janeiro de 2024)	275	-	-	-	-	N/S	N/S	N/S	N/S
Timo Heider (membro desde 23 de maio de 2013)	300	279	308	292	250	8	(9)	5	17
Gerlinde Siebert (membro desde 17 de maio de 2023)	300	175	-	-	-	71	N/S	N/S	N/S
Yngve Slyngstad (membro desde 19 de maio de 2022)	300	258	100	-	-	16	158	N/S	N/S
Stephan Szukalski (membro até 31 de dezembro de 2020; membro desde 17 de maio de 2023)	300	175	-	-	200	71	N/S	N/S	N/S
John Alexander Thain (membro desde 24 de maio de 2018)	400	317	200	200	200	26	59	N/S	N/S
Jürgen Tögel (membro desde 17 de maio de 2023)	300	175	-	-	-	71	N/S	N/S	N/S
Michele Trogni (membro desde 24 de maio de 2018)	450	450	450	392	350	N/S	N/S	15	12
Dr. Dagmar Valcárcel (membro desde 1 de agosto de 2019)	450	450	450	450	425	N/S	N/S	N/S	6
Dr. Theodor Weimer (membro desde 20 de maio de 2020)	300	258	200	200	108	16	29	N/S	85

	2024	2023	2022	2021	2020	Mudança anual de 2024 para 2023 em %	Mudança anual de 2023 para 2022 em %	Mudança anual de 2022 para 2021 em %	Mudança anual de 2021 para 2020 em %
Frank Witter (membro desde 27 de maio de 2021)	450	388	300	142	-	16	29	111	N/S
Antigos membros do Conselho de Fiscalização									
Ludwig Blomeyer-Bartenstein (membro até 17 de maio de 2023)	-	125	300	300	300	N/S	(58)	N/S	N/S
Detlef Polaschek (membro até 17 de maio de 2023)	-	188	450	450	450	N/S	(58)	N/S	N/S
Martina Klee (membro até 17 de maio de 2023)	-	83	200	171	150	N/S	(59)	17	14
Birgit Laumen (membro até 12 de janeiro de 2024)	-	175	-	-	-	N/S	N/S	N/S	N/S
Gabriele Platscher (membro até 17 de maio de 2023)	-	125	300	300	300	N/S	(58)	N/S	N/S
Bernd Rose (membro até 17 de maio de 2023)	-	146	350	321	275	N/S	(58)	9	17
Stefan Viertel (membro até 17 de maio de 2023)	-	146	321	242	-	N/S	(55)	33	N/S
Frank Werneke (membro até 17 de maio de 2023)	-	125	300	8	-	N/S	(58)	N/S	N/S
Dr. Paul Achleitner (membro até 19 de maio de 2022)	-	-	375	871	802	N/S	N/S	(57)	9
Dr. Gerhard Eschelbeck (membro até 19 de maio de 2022)	-	-	104	217	150	N/S	N/S	(52)	45
Henriette Mark (membro até 31 de março de 2022)	-	-	63	250	250	N/S	N/S	(75)	N/S
Frank Bsirske (membro até 27 de outubro de 2021)	-	-	-	250	300	N/S	N/S	N/S	(17)
Gerd Alexander Schütz (membro até 27 de maio de 2021)	-	-	-	50	175	N/S	N/S	N/S	(71)
Katherine Garrett-Cox (membro até 20 de maio de 2020)	-	-	-	-	100	N/S	N/S	N/S	N/S

[1] Incluindo benefícios por cessação de funções

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Auditámos o relatório de remuneração anexo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, preparado para estar em conformidade com a Sec. 162 da AktG ["Aktiengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações] para o exercício de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e as respetivas divulgações. Não auditámos o conteúdo das divulgações na secção "Remunerações dos empregados", uma vez que ultrapassam o âmbito do artigo 162.º da AktG.

Responsabilidades dos diretores executivos e do Conselho de Fiscalização

Os diretores executivos e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft são responsáveis pela preparação do relatório de remuneração e pelas respetivas divulgações, em conformidade com os requisitos do artigo 162.º da AktG. Além disso, os administradores executivos e o conselho de fiscalização são responsáveis pelo controlo interno que determinam ser necessário para permitir a elaboração de um relatório sobre remunerações e respetivas divulgações isento de distorções materiais, quer devido a fraude (ou seja, relatórios financeiros fraudulentos e apropriação indevida de ativos) ou a erro.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre este relatório de remuneração e as respetivas divulgações com base na nossa auditoria. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Contabilísticas Geralmente Aceites na Alemanha para auditorias das demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores de Contas na Alemanha] (IDW). Essas normas exigem que cumpramos os requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obtermos uma garantia razoável de que o relatório sobre remunerações e as respetivas divulgações não contêm distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos com vista a obter provas de auditoria sobre os montantes no relatório de remuneração e as respetivas divulgações. Os procedimentos selecionados dependem do juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materialmente relevantes do relatório de remuneração e das respetivas divulgações, devido a fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a elaboração do relatório de remuneração e as respetivas divulgações, a fim de planear e realizar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação das políticas contabilísticas utilizadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelos diretores executivos e pelo Conselho de Fiscalização, bem como a avaliação da apresentação geral do relatório de remuneração e das respetivas divulgações.

Acreditamos que as provas que obtivemos são uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer.

Parecer

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria, o relatório de remuneração para o exercício de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e as respetivas divulgações cumprem, em todos os aspetos materiais, as disposições de relato financeiro da Sec. 162.º da AktG. Não expressamos uma opinião sobre o conteúdo das divulgações supramencionadas do relatório sobre remunerações que ultrapassam o âmbito do artigo 162.º da AktG.

Outra questão - auditoria formal do relatório de remuneração

A auditoria ao conteúdo do relatório de remuneração descrito neste relatório do auditor inclui a auditoria formal do relatório de remuneração exigido pela Sec. 162 (3) da AktG e a emissão de um relatório sobre esta auditoria. Uma vez que estamos a emitir um parecer sem reservas sobre a auditoria do conteúdo do relatório de remuneração, este inclui também o parecer de que as divulgações nos termos da Sec. 162 (1) e (2) da AktG são realizadas no relatório de remuneração em todos os aspetos materialmente relevantes.

Eschborn/Frankfurt am Main, 10 de março de 2025

EY GmbH & Co. KG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken	Mai
Wirtschaftsprüfer	Wirtschaftsprüfer
[Auditor Público Alemão]	[Auditor Público Alemão]

Remuneração dos colaboradores (não auditada)

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2024 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no artigo 450.º n.º 1 (a) a (j) Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV).

O Relatório de Remuneração assume uma visão alargada do grupo e abrange todas as entidades consolidadas do Grupo Deutsche Bank. De acordo com os requisitos regulamentares, são preparados relatórios equivalentes para 2024 para a BHW Bausparkasse AG, classificada como Instituição Significativa na aceção da Lei Bancária Alemã, bem como para outras filiais do Grupo Deutsche Bank, de acordo com os requisitos regulamentares locais.

Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do Grupo do banco. O banco esforça-se por estar na linha da frente da implementação dos requisitos regulamentares no que se refere à remuneração e continuará a manter um intercâmbio estreito com o seu supervisor prudencial, o Banco Central Europeu ("BCE"), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está globalmente sujeito ao Regulamento e à Diretiva de Requisitos de Capital (CRR/CRD), conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. Estas normas são aplicadas a todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV. Enquanto instituição significativa, no âmbito da Lei bancária alemã, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (Colaboradores que assumem riscos materiais ou MRT), em conformidade com os critérios estipulados na Lei bancária alemã e no Regulamento Delegado 2021/923 da Comissão. A identificação de MRT é efetuada para o Grupo Deutsche Bank, bem como para as instituições da UE a nível institucional.

Tendo em conta a legislação setorial mais específica e de acordo com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank (em particular no Grupo DWS) enquadram-se nas normas de remuneração específicas do setor, como a diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD), a diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS) e a diretiva relativa às sociedades de investimento (IFD), incluindo as transposições locais aplicáveis. Os MRT são igualmente identificados nestas subsidiárias. Os colaboradores identificados estão sujeitos às disposições em matéria de remuneração definidas nas Orientações aplicáveis a políticas de remuneração sólidas publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

O Deutsche Bank tem em conta os regulamentos direcionados para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco, por exemplo, de acordo com as transposições locais da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II – MiFID II. Assim, são implementadas disposições específicas para os colaboradores considerados Pessoas Relevantes, com o objetivo de garantir que atuam no melhor interesse dos clientes do banco.

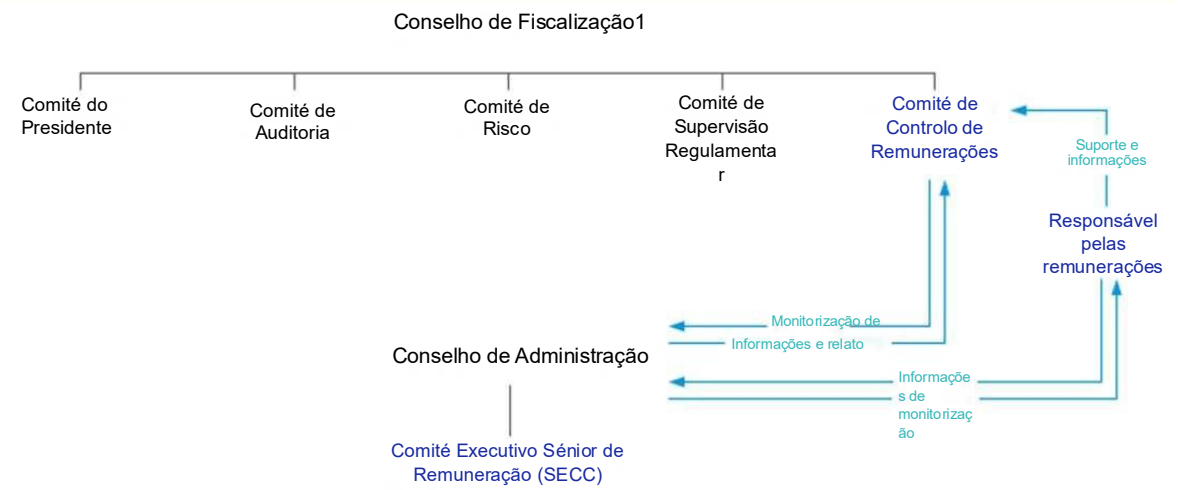
Sempre que aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Muitos destes requisitos estão em sintonia com o InstVV. Contudo, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com as entidades reguladoras permitiram ao banco cumprir a regulamentação local e, simultaneamente, assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do Quadro de Remuneração do Grupo geral do banco. Isto inclui, entre outros, as estruturas de compensação aplicadas aos Funcionários Abrangidos nos Estados Unidos ao abrigo dos requisitos do Conselho da Reserva Federal, bem como os requisitos relacionados com a recuperação da remuneração para os diretores executivos na eventualidade de uma reformulação contabilística, conforme exigido pela Comissão de Valores Mobiliários dos EUA. Em todo o caso, os requisitos do InstVV são aplicados como normas mínimas a nível global.

Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da sua estratégia e política de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC), O Responsável de Remuneração e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC).

De acordo com as suas responsabilidades, as funções de controlo do banco de acordo com o InstVV estão envolvidas na conceção e aplicação dos sistemas de remuneração, na identificação de colaboradores que assumem riscos materiais e na determinação do montante total de remuneração variável. Isto inclui a avaliação do impacto do comportamento dos colaboradores e dos riscos relacionados com o negócio, critérios de desempenho, concessão de remuneração e indemnizações, bem como ajustamento ex-post ao risco.

Estrutura de governo dos prémios



[1] Não inclui uma lista completa dos Comités do Conselho de Fiscalização.

Comité de Controlo de Remunerações (CCC)

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Além disso, o CCC monitoriza a adequação dos sistemas de remuneração para os colaboradores do Grupo Deutsche Bank, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e o SECC. O CCC analisa se o montante total da remuneração variável é acessível e fixado de acordo com a situação de risco, capital e liquidez, bem como em alinhamento com as estratégias empresariais e de risco. Além disso, o CCC apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento do processo de identificação dos riscos de crédito do banco.

Para mais pormenores, incluindo a composição e o número de reuniões realizadas, consulte o Relatório do Conselho de Fiscalização no presente Relatório Anual.

Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração do Grupo para apoiar os Conselhos de Fiscalização da Deutsche Bank AG e das instituições relevantes do banco, na Alemanha, no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores, na identificação de MRT e na divulgação da remuneração numa base contínua. O Responsável de Remuneração executa todas as obrigações de monitorização relevantes de forma independente, fornece uma avaliação da adequação da conceção e da estratégia dos sistemas de remuneração para colaboradores pelo menos anualmente e apoia e aconselha regularmente o CCC.

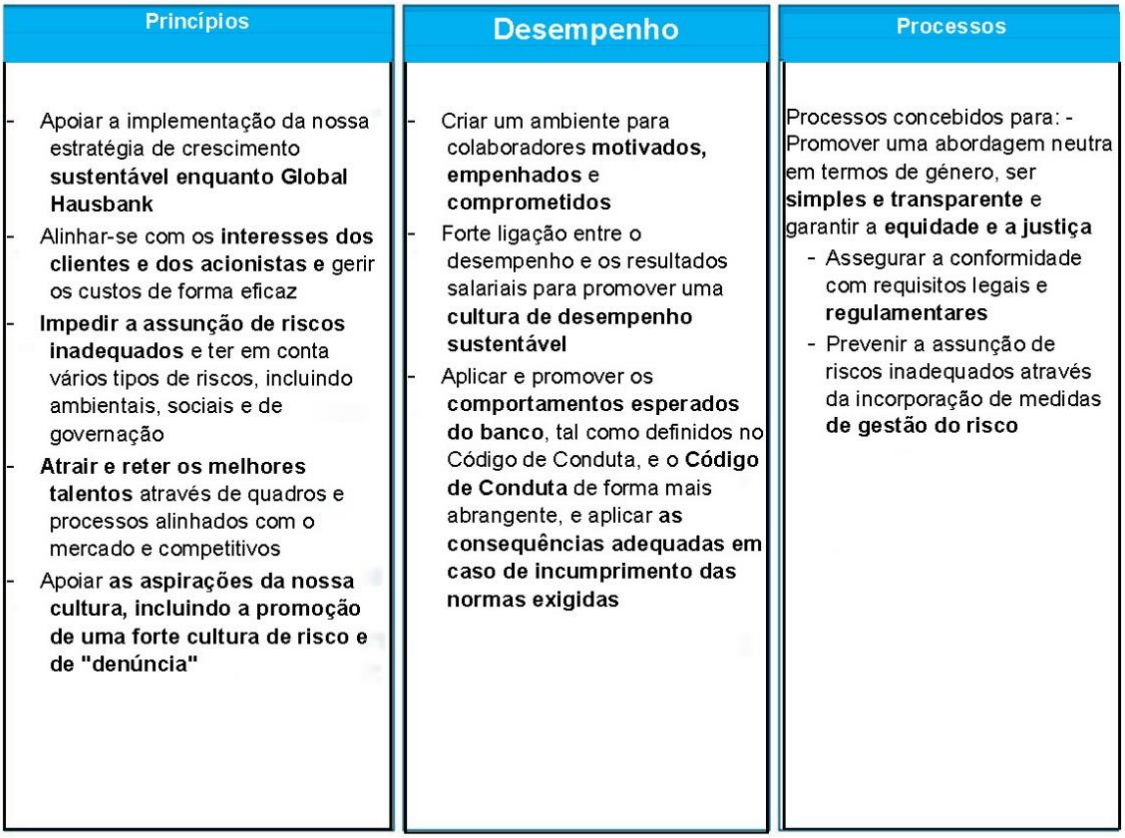
Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC)

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a Estratégia e a Política de Remuneração e Benefícios e os princípios orientadores correspondentes. Além disso, ao utilizar fatores quantitativos e qualitativos, SECC avalia o desempenho do Grupo e das divisões como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas e de controlo não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2024, o SECC era composto pelo membro do Conselho de Administração da DB AG responsável pelos Recursos Humanos e o Diretor Financeiro como Copresidentes, o Diretor de Conformidade, o Diretor dos Recursos Humanos, o Diretor de Desempenho e Recompensas, bem como um representante adicional dos departamentos Financeiro e de Risco como membros votantes. O Responsável de Remuneração e um representante adicional das Finanças participaram como membros sem direito de voto. Em geral, o SECC reúne-se mensalmente, mas com reuniões mais frequentes durante o processo de determinação da remuneração. Realizou, no total, 19 reuniões no que diz respeito ao processo de remuneração para o ano de desempenho de 2024.

Estratégia de Remuneração e Benefícios

O Deutsche Bank reconhece que a sua estrutura de remunerações desempenha um papel vital no apoio aos objetivos estratégicos. Permite ao banco atrair e fidelizar as pessoas necessárias para atingir os objetivos do banco. A Estratégia de Remuneração e Benefícios assenta em três pilares fundamentais (Princípios, Desempenho e Processos, conforme descrito abaixo) que apoiam a estratégia global de negócio e de risco do banco, centrada no cliente, reforçada por práticas de remuneração seguras e sólidas que operam no âmbito da rentabilidade, solvabilidade e posição de liquidez do banco.



Quadro de remuneração do Grupo

O quadro de remuneração, em geral aplicável globalmente em todas as regiões e linhas de negócio, enfatiza um equilíbrio adequado entre o Pagamento Fixo (PF) e a Remuneração Variável (RV), formando, em conjunto, a Remuneração Total (RT). Alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que assegura a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. Os princípios subjacentes à Estrutura de Remuneração do Deutsche Bank são aplicados a todos os colaboradores de forma igual e são apoiados pelo princípio-chave "salário igual para trabalho igual ou de igual valor" e pela necessidade de igualdade de oportunidades, independentemente das diferenças, por exemplo, de cargo, género ou etnia.

Nos termos do CRD e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio máximo de 1:1 no que se refere às componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 para uma população limitada, com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%, com base em votos válidos de 27,68% do capital social representado na Assembleia-Geral Anual. As Funções de Controlo, tal como definidas pelo InstVV, que incluem o Risco, a Compliance e o Combate à Criminalidade Financeira, a Auditoria do Grupo e o Responsável de Remuneração do Grupo e o seu Adjunto, estão sujeitas a um rácio máximo de 2:1. Os colaboradores em determinadas funções de infraestruturas devem continuar a estar sujeitos a um rácio máximo de 1:1.

Com efeitos a partir de 2024, o banco alterou e simplificou o seu quadro de remuneração, assegurando que todos os colaboradores são elegíveis para remuneração variável individual, incorporando a anterior componente de remuneração variável do Grupo na determinação global do conjunto de remuneração variável, e eliminando tanto a Remuneração Total de Referência como os Prémios de Reconhecimento. Para manter um equilíbrio adequado entre o pagamento fixo e a remuneração variável, o banco implementou um conceito mais padronizado de orientação para a remuneração variável com valores de orientação baseados na divisão, profissão e antiguidade que indicam a remuneração variável média esperada como um valor percentual do pagamento fixo.

O pagamento fixo é o elemento chave e primário de remuneração para a maioria dos colaboradores a nível mundial. Trata-se de um pagamento regular fixo baseado em condições transparentes e pré-determinadas. É entregue sob a forma de salário base e, se for caso disso, de subsídios fixos locais específicos. O pagamento fixo reflete o valor da função individual dentro da organização, as especificidades regionais e divisionais e recompensa os fatores que um colaborador traz para a organização, tais como a qualificação, as competências e a experiência necessárias para a função, em linha com os níveis de remuneração na localização geográfica específica e o nível de responsabilidade.

A remuneração variável é uma componente de remuneração discricionária que reflete o desempenho financeiro e não financeiro ajustado ao risco do Grupo e das Divisões, bem como as contribuições individuais. Reconhece que os colaboradores contribuem para o sucesso da sua Divisão e do Grupo como um todo. Ao mesmo tempo, a remuneração permite que o banco diferencie as contribuições individuais e impulsione o comportamento e a conduta através de um sistema de incentivos que pode influenciar positivamente a cultura e a realização dos objetivos estratégicos do banco e aplicar consequências para o incumprimento dos padrões de entrega, comportamento e conduta através da redução da remuneração variável.

No contexto do InstVV, os pagamentos por cessação de funções são considerados remuneração variável. O quadro de indemnizações do banco garante o total alinhamento com os respetivos requisitos do InstVV.

Os benefícios dos colaboradores são considerados pagamentos fixos do ponto de vista regulamentar, já que não estão diretamente ligados ao desempenho ou a critérios. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. As despesas com pensões representam o elemento principal da carteira de benefícios do banco, globalmente.

A remuneração total (TC) é composta por uma remuneração fixa definida, uma remuneração variável e é complementada por benefícios.

Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas

Em algumas áreas do banco, as estruturas de remuneração divergem em alguns aspetos do enquadramento de remuneração do Grupo acima descrito, mas dentro dos limites regulamentares.

Unidades do Postbank

Embora geralmente os colaboradores executivos do antigo Postbank sigam a estrutura de remuneração do Deutsche Bank, a remuneração para quaisquer outros colaboradores nas unidades Postbank baseia-se em quadros específicos acordados com os sindicatos ou com os respetivos conselhos de trabalhadores. Nos casos em que não exista acordo coletivo, a remuneração está sujeita a contratos individuais. Em geral, o pessoal não executivo e pautal nas unidades do Postbank recebe RV, mas a estrutura e a parte da RV podem diferir entre entidades jurídicas.

DWS

As entidades de gestão de ativos e os colaboradores da DWS estão abrangidos pela regulamentação AIFMD, UCITS ou IFD, sendo que apenas um número muito limitado de colaboradores permanece no âmbito dos requisitos InstVV do grupo do banco. A DWS estabeleceu o seu próprio governo, política e estruturas relativamente a remuneração, bem como um processo de identificação de colaboradores que correm riscos materiais de acordo com os requisitos regulamentares. Estas estruturas e processos estão de acordo com o InstVV quando necessário, mas são adaptados ao negócio de Asset Management. De acordo com as Orientações da ESMA/EBA, a estratégia de remuneração da DWS foi concebida de forma a assegurar uma relação adequada entre remuneração fixa e variável.

Geralmente, a DWS aplica regras de remuneração que são equivalentes à abordagem do Grupo Deutsche Bank, mas utiliza os parâmetros relacionados com o Grupo DWS, quando possível. Os desvios importantes em relação ao Quadro de remuneração do Grupo incluem a utilização de instrumentos baseados em ações ligados às ações da DWS e instrumentos ligados a fundos. Estes servem para melhorar o alinhamento da remuneração dos colaboradores com os juros dos acionistas e dos investidores da DWS.

Colaboradores pautais

O pessoal pautal está sujeito a um contrato coletivo*(Tarifvertrag für das private Bankgewerbe und die öffentlichen Banken*), tal como negociado entre sindicatos e associações patronais, ou sujeito a acordos tal como negociado diretamente com os respetivos sindicatos. A remuneração dos colaboradores pautais está incluída nas divulgações quantitativas deste Relatório.

Determinação da remuneração variável baseada no desempenho

O banco coloca um forte enfoque na sua governação relacionada com os processos de tomada de decisões em matéria de remuneração. Foi aplicado um conjunto robusto de princípios baseados em regras para as decisões relativas à remuneração, estreitamente ligadas ao desempenho tanto das empresas como dos indivíduos.

O montante total de RV para um determinado ano de desempenho resulta de uma avaliação da rentabilidade, da solvência e da posição de liquidez do banco (avaliação da acessibilidade), do desempenho do Grupo e do desempenho das divisões e das funções de infraestrutura de apoio à consecução dos objetivos estratégicos do banco.

Numa primeira fase, o Deutsche Bank avalia a capacidade financeira do banco, bem como outras limitações (tais como restrições de custos) para determinar o que o banco "pode" conceder em conformidade com os requisitos regulamentares e internos. Na próxima etapa, o banco avalia o desempenho ajustado ao risco da divisão, ou seja, o que o banco "deve" conceder a fim de proporcionar uma remuneração adequada pelas contribuições para o sucesso do banco. A proporção dos grupos de RV relacionada com o desempenho do Grupo, que tem uma ponderação de 25%, é determinada com base no desempenho de um número selecionado de indicadores-chave de desempenho (KPI) do Grupo, incluindo o rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1), o rácio custo/rendimento (CIR), o retorno pós-imposto sobre o capital próprio tangível (RoTE) e ESG: Ambiental - Financiamento Sustentável e Investimentos ESG, Social - Diversidade de Género e Governação - Grau de Gestão de Riscos de Controlo de Auditoria.

Ao avaliar o desempenho das divisões, são referenciadas uma série de considerações. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e - com base nas pontuações equilibradas - não financeiras. Para garantir que o desempenho é analisado na sua totalidade e que também são tidos em consideração os critérios que são difíceis de avaliar com uma abordagem exclusivamente estereotipada, o SECC efetua adicionalmente uma análise qualitativa. Na sequência do cálculo quantitativo do desempenho combinado avaliado pelos grupos de RV, o SECC analisará um conjunto de critérios qualitativos predefinidos relacionados com o desempenho financeiro e não financeiro e poderá decidir aplicar uma majoração ou minoração máxima de 10 pontos percentuais à avaliação do desempenho das divisões. As metas financeiras para as divisões de front-office estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestrutura, a avaliação do desempenho financeiro baseia-se principalmente na consecução de metas de custos. Embora a atribuição de RV a funções de infraestrutura e, em particular, a funções de controlo, dependa do desempenho global do Deutsche Bank e do seu próprio desempenho, a mesma não está dependente do desempenho da(s) divisão(ões) que estas funções supervisionam.

Ao nível do colaborador individual, encontram-se estabelecidos Princípios de Orientação da RV, os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que os gestores têm de ter em conta ao tomar decisões relativas à RV. Ao fazê-lo, têm de avaliar totalmente as atividades de risco das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV são equilibradas e que a assunção de riscos não é indevidamente incentivada. Os fatores e métricas a considerar incluem, mas não estão limitados a, (i) concretização de negócios ("O quê"), ou seja, métricas quantitativas e qualitativas de desempenho financeiro, ajustado ao risco e não financeiro, e (ii) comportamento ("Como"), ou seja, considerações de cultura, conduta e controlo, tais como contributos qualitativos de funções de controlo ou sanções disciplinares. As recomendações de definição de RV ajudam os gestores a traduzir o desempenho individual ("O quê" e "Como") em resultados salariais adequados. Geralmente, o desempenho é avaliado com base num período de um ano. No entanto, para os membros do Conselho de Administração de todas as instituições relevantes, é tido em conta o desempenho ao longo de três anos.

Estrutura de remuneração variável

As estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e apoia o desempenho a longo prazo dos colaboradores e do banco. Embora uma parcela de RV seja paga inicialmente, estas estruturas exigem que uma parcela adequada seja diferida para assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo. Para ambas as partes da RV, são usadas ações do Deutsche Bank como instrumentos e como forma eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas.

O banco continua a ir para além dos requisitos regulamentares no que diz respeito ao âmbito e ao montante de RV que é diferida e aos períodos mínimos de diferimento para certos grupos de colaboradores. A taxa e o período de diferimento são determinados com base na classificação de risco do colaborador e da unidade de negócio. Quando aplicável, o banco inicia o diferimento de partes da remuneração variável dos MRT nos casos em que a RV está definida num valor igual ou superior a 50.000 euros ou que a RV excede 1/3 da RT. Para não MRT, os diferimentos começam em níveis superiores de RV. Os MRT estão, em média, sujeitos a taxas de diferimento superiores a 40% (60% para a Direção), tal como requerido pelo InstVV. Para os MRT em Unidades de Negócio Importantes (MBU), o banco aplica uma taxa de diferimento de pelo menos 50%. O limiar de RV para MRT que necessitam de um diferimento de pelo menos 60% está definido num valor igual a 500 000 euros. Além disso, para todos os colaboradores cuja remuneração fixa exceda o montante de 500.000 euros, o montante total da remuneração variável é diferido.

Conforme detalhado na tabela abaixo, os períodos de diferimento variam entre três e cinco anos, dependendo do grupo de colaboradores.

Visão geral dos tipos de prémio em 2024 (excluindo o Grupo DWS)

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Porção
Inicial: RV em numerário	Pagamento em numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/A	N/A	100% da remuneração variável, exceto colaboradores com prémios diferidos
Inicial: Prémios iniciais em ações (EUA)	Parcela inicial em ações (indexada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de retenção)	MRT com RV ≥ 50.000 euros ou em que a RV excede 1/3 do RT Não MRT com prémios diferidos em que a RT de 2024 > 500.000 €	N/A	12 meses	50% de RV inicial
Diferido: Prémio restrito de incentivo (RIA)	Numerário diferido	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção[1]: 5 anos Não MRT: 3 anos	N/A	50% de RV diferida
Diferido: Prémio restrito de ações (REA)	Parcela em ações diferidas (indexada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção[1]: 5 anos Não MRT: 3 anos	12 meses para colaboradores que correm riscos materiais	50% de RV diferida

N/A – Não aplicável

[1] Para efeitos dos prémios anuais do Ano de Desempenho 2024, a Direção é definida como posições CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de posições CM-2 no IB e CB que reportam ao Diretor do CB e aos Codiretores do IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; Membros CM de Instituições Significativas na aceção da Lei Bancária Alemã; respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão; para as regras específicas de diferimento para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, consultar o Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

Os colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou ceder um prémio diferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. As funções de Recursos Humanos e Conformidade, supervisionadas pelo Responsável de Remuneração, trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os colaboradores cumprem este requisito.

Ajustamento ex post de risco da remuneração variável

Em conformidade com os requisitos regulamentares relativos ao ajustamento ex post de risco da remuneração variável, o banco acredita que uma visão a longo prazo sobre a conduta e o desempenho dos seus colaboradores é um elemento-chave da RV diferida. Como resultado, sob supervisão do Conselho de Administração, todos os prémios diferidos estão sujeitos a condições de desempenho e disposições de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho do Grupo Deutsche Bank e das disposições de renúncia da remuneração variável concedida para o Ano de Desempenho de 2024

Provision	Description	Forfeiture
Solvency and Liquidity	– If at the quarter end preceding vesting and release, any one of the following falls below a defined Risk Appetite threshold: CET1 Capital Ratio; Leverage Ratio; Economic Capital Adequacy Ratio; Liquidity Coverage Ratio; High Quality Liquid Assets (HQLA)	– Between 10% and 100% of the next tranche of deferred award due for delivery / of the Equity Upfront Award, depending on the Risk Appetite threshold and the extent the Group / Divisional PBT condition(s) is/ are met
Group PBT	– If for the financial year end preceding the vesting date adjusted Group PBT is negative[1]	– Between 10% and 100% of the next tranche of deferred award due for delivery, depending on the extent Solvency and Liquidity condition is met and whether Divisional PBT condition is met (if applicable)
Divisional PBT[2]	– If for the financial year end preceding the vesting date adjusted Divisional PBT is negative[1]	– Between 10% and 100% of the next tranche of deferred award due for delivery, depending on the extent Solvency and Liquidity condition is met and whether Group PBT condition is met
Forfeiture Provisions[3]	– In the event of an internal policy or procedure breach, breach of any applicable laws or regulations, or a Control Failure – If any award was based on performance measures or assumptions that are later deemed to be materially inaccurate – Where a Significant Adverse Event occurs, and the Participant is considered sufficiently proximate – If forfeiture is required to comply with prevailing regulatory requirements	– Up to 100% of undelivered awards
Clawback	– In the event an InstVV MRT participated in conduct that resulted in significant loss or regulatory sanction/supervisory measures; or failed to comply with relevant external or internal rules regarding appropriate standards of conduct – If clawback is required to comply with a competent regulatory authority or other legal requirements	– 100% of award which has been delivered, before the second anniversary of the last vesting date for the award

[1] Tendo em conta os ajustes claramente definidos e governados para itens relevantes de resultados (por exemplo, reestruturações de negócios; imparidades de goodwill ou intangíveis)
[2] Aplicável apenas a MRT do InstVV em divisões de front office
[3] Podem aplicar-se outras disposições, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

Decisões de remuneração para 2024

Considerações de final de ano e decisões para 2024

Todas as decisões de remuneração são tomadas dentro dos limites dos requisitos regulamentares. Estes requisitos formam o quadro delimitador para a determinação da remuneração no Deutsche Bank. Em particular, a administração tem de assegurar que as decisões de remuneração não são prejudiciais à manutenção de uma base sólida de capital e de reservas de liquidez.

Em 2024, o Deutsche Bank enfrentou com êxito um ambiente marcado por incertezas geopolíticas persistentes e desafios macroeconómicos. O banco demonstrou a sua solidez operacional ao apresentar um lucro antes de impostos de 5,3 mil milhões de euros, absorvendo simultaneamente custos não operacionais de 2,6 mil milhões de euros, constituídos principalmente por encargos com litígios relacionados, em grande parte, com questões antigas, reduzindo assim o perfil de risco do banco. O desempenho operacional resiliente do banco reflete a execução bem sucedida do seu modelo de negócio *Global Hausbank*.

Os colaboradores do banco registaram um crescimento sustentado da atividade, com receitas superiores a 30 mil milhões de euros, a par de um crescimento do volume e de ganhos de quota de mercado nos principais segmentos de negócio, enquanto os ativos sob gestão atingiram níveis recorde. Este facto, combinado com a disciplina dos custos operacionais, permitiu ao Deutsche Bank manter fortes níveis de capital e, simultaneamente, aumentar as distribuições de capital aos acionistas, incluindo um aumento de 50% no dividendo proposto para 2024. As decisões de remuneração do Deutsche Bank para 2024 refletem o seu compromisso de reconhecer adequadamente as contribuições dos seus colaboradores e de estabelecer níveis de remuneração justos e competitivos, mantendo simultaneamente a disciplina de custos, investindo mais no crescimento e controlo do negócio, sustentando a solidez do capital e do balanço e permitindo um crescimento contínuo do retorno para os acionistas. Ao longo do ano, o SECC acompanhou continuamente as potenciais concessões de capital de risco, tendo devidamente em conta estas prioridades.

Com a devida consideração de todos estes fatores, o Conselho de Administração determinou que o banco está em condições de conceder remuneração variável, incluindo um conjunto de RV baseada no desempenho no final do ano de 2,514 mil milhões de euros para 2024 (2023: 1,996 mil milhões de euros). O aumento da RV baseado no desempenho no final do ano, bem como a diminuição de outras RV, devem-se a uma combinação de fatores. A substituição dos Prémios de Reconhecimento por RV individual para um número significativo de colaboradores de níveis de antiguidade mais baixos, como parte do novo quadro de remuneração, é responsável por uma parte; o forte desempenho do Investment Bank também contribui para o aumento da RV baseado no desempenho no final do ano.

A RV para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG foi determinada, como sempre, pelo Conselho de Fiscalização num processo separado, mas está incluída nos quadros e gráficos abaixo.

Prémios de compensação para 2024 – todos os colaboradores

									2024	2023
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Conselho de Fiscalização[2]	Conselho de Administração[3]	CB[3]	IB[3]	PB[3]	AM[3]	Funções de Controlo[3]	Funções Corporativas[3]	Total Grupo	Total Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	21	10	16.032	7.998	24.879	4.575	7.052	29.208	89.753	90.130
Remuneração total	8	75	1.410	2.611	2.462	794	865	2.838	11.056	10.324
Salário-base e subsídios	8	27	1.031	1.320	1.876	486	689	2.177	7.606	7.421
Despesas com pensões	0	5	71	71	91	37	52	146	474	440
Pagamento fixo segundo a Secção 2 do InstVV	8	33	1.102	1.391	1.968	523	741	2.323	8.081	7.861
RV baseada no desempenho de fim de ano[4]	**0**	**42**	**261**	**1.181**	**314**	**235**	**92**	**390**	**2.514**	1.996
Outra RV[4]	0	1	1	7	25	17	1	4	55	133
Pagamentos por cessação de funções	0	0	47	32	156	19	31	121	405	334
RV baseada no desempenho segundo a Secção 2 do InstVV	0	42	308	1.219	495	271	124	516	2.975	2.463

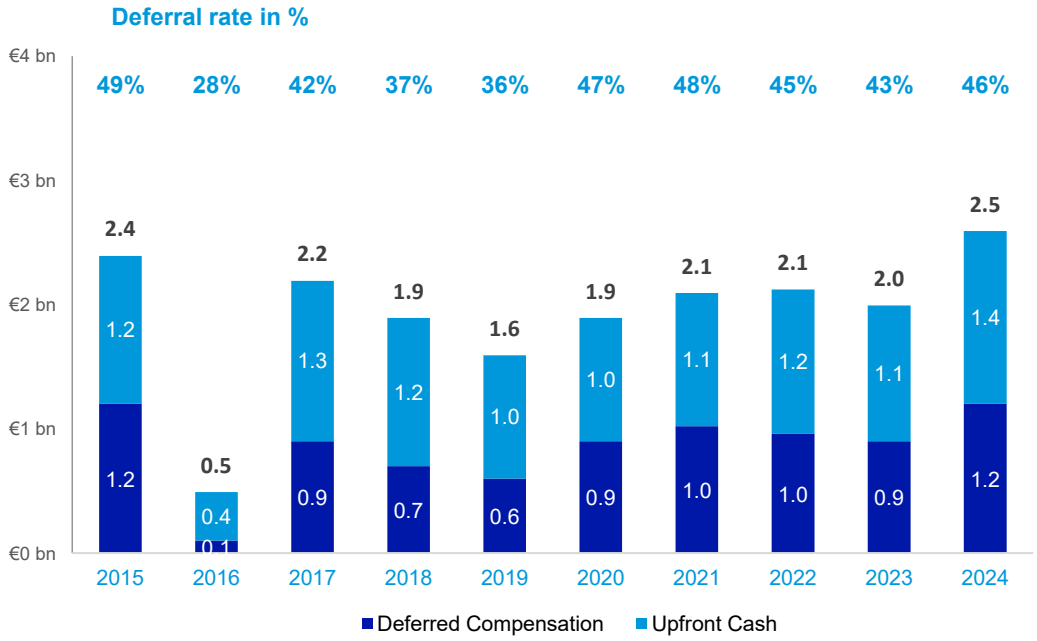
[1] O quadro pode conter diferenças marginais de arredondamento; ETI (equivalente a tempo inteiro) em 31 de dezembro de 2024; mostra a remuneração atribuída a todos os trabalhadores (incluindo os que saíram em 2024)

[2] O Conselho de Fiscalização representa os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (não são considerados para o número total de colaboradores do Grupo); os representantes dos colaboradores são considerados apenas com a sua remuneração para o cargo no Conselho de Fiscalização (a sua remuneração de colaborador está incluída na coluna divisional relevante); a remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG não está refletida no Total do Grupo

[3] O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG; IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank; PB = Private Bank; AM = Asset Management (DWS); as Funções de Controlo incluem o Departamento de Risco, a Auditoria do Grupo, a Compliance e o Combate à Criminalidade Financeira; as Funções Corporativas incluem qualquer função de Infraestrutura que não seja considerada uma Função de Controlo nem faça parte de qualquer divisão

[4] A RV baseada no desempenho no final do ano considera o recém-introduzido Plano LTI para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, estabelecido para o período de desempenho 2024-2026, que durante a "fase de transição" é apresentado com o montante-objetivo; A outra RV inclui outros compromissos contratuais de RV, tais como prémios de assinatura, prémios de retenção e elementos específicos de RV para o pessoal das tarifas e funcionários públicos; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG que devem ser classificados como remuneração variável; o quadro não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano) relatadas – todos os colaboradores



Due to rounding, numbers presented may not add up precisely to the totals.

O Deutsche Bank continua a aplicar estruturas de diferimento que vão além do mínimo regulamentar, resultando numa taxa de diferimento global (todos os colaboradores, incluindo a população não-MRT) de 46% em 2024 (comparativamente a 43% em 2023). Apenas para a população MRT, a taxa de adiamento é de 92% (contra 91% em 2023).

Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 1451 colaboradores foram identificados como MRT, de acordo com o CRD/InstVV, para o exercício de 2024, comparativamente a 1477 colaboradores em 2023. O número de MRT do Grupo em 2024 ascende a 1.213 indivíduos. Além disso, foram identificados 292 indivíduos a nível institucional (dos quais 54 MRT de grupo). Os elementos de remuneração para todos esses MRT numa base consolidada são pormenorizados nos quadros abaixo, em conformidade com o artigo 450.º do CRR. Quando aplicável, os quadros REM da UE apresentam as linhas de negócio prescritas de acordo com o anexo XXXIII do Regulamento n.º 575/2013.

No que diz respeito aos mecanismos de diferimento e aos instrumentos de reembolso, 86 MRT, cuja remuneração total ascende a 16,8 milhões de euros (dos quais 5,7 milhões de euros de remuneração variável, incluindo pagamentos por cessação de funções), beneficiam de uma derrogação prevista no artigo 94.º, n.º 3, alínea a), da CRD, e 63 MRT, cuja remuneração total ascende a 15,3 milhões de euros (dos quais 5,5 milhões de euros de remuneração variável, incluindo pagamentos por cessação de funções), beneficiam de uma derrogação prevista no artigo 94.º, n.º 3, alínea b) da CRD.

Remuneração para 2024 - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 1)

		2024				
	em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Conselho de Fiscalização[2]	Conselho de Administração[3]	Direção[4]	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Total Grupo
	Número de MRT[5]	21	10	224	1.020	1.275
	Remuneração fixa total	8	33	166	653	860
	dos quais: baseados em numerário	8	29	160	621	818
Pagamento fixo	das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes	0	0	0	0	0
	dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0
	dos quais: outros instrumentos	0	0	0	0	0
	das quais: outras formas	0	4	6	32	42
	Número de MRT[5]	0	10	223	984	1.217
	Pagamento variável total[6]	0	42	171	667	881
	dos quais: baseados em numerário	0	9	92	351	451
	do qual: diferido	0	0	75	269	344
	das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes	0	34	75	316	426
Pagamento variável	do qual: diferido	0	26	73	269	368
	dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	4	0	4
	do qual: diferido	0	0	3	0	3
	dos quais: outros instrumentos	0	0	1	0	1
	do qual: diferido	0	0	1	0	1
	das quais: outras formas	0	0	0	0	0
	do qual: diferido	0	0	0	0	0
	Pagamento total	**8**	**75**	**338**	**1.321**	**1.741**

[1] A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.
[2] O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG
[3] O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.
[4] A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de cargos CM-2 em IB e CB que reportam ao Diretor de CB e aos Codiretores de IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; membros CM de instituições que têm de identificar MRT a nível institucional individual e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão
[5] Apenas beneficiários em 31 de dezembro de 2024 (HC comunicados para o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, ETI comunicados para a parte restante); por conseguinte, os totais não somam as 1.451 pessoas identificadas como MRT; mostra a remuneração atribuída a todos os MRT (incluindo os que saíram em 2024)
[6] A remuneração variável inclui a remuneração variável baseada no desempenho do Deutsche Bank no final do ano para 2024, outras remunerações variáveis e indemnizações por despedimento; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, que devem ser classificados como remuneração variável, e considera o plano LTI recentemente introduzido para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, criado para o período de desempenho 2024-2026, que durante a "fase de transição" é apresentado com o montante-objetivo; o quadro não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

Remuneração variável garantida e pagamentos por cessação de funções - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 2)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Conselho de Fiscalização[2]	Conselho de Administração[3]	Direção[4]	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Total Grupo
					2024
Prémios de remuneração variável garantida					
Número de MRT[5]	0	0	4	2	6
Montante total	0	0	6	9	15
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bónus	0	0	3	8	10
Pagamentos por cessação de funções concedidos em períodos anteriores, pagos durante o exercício financeiro					
Número de MRT[5]	0	0	0	0	0
Montante total	0	0	0	0	0
Pagamentos por cessação de funções concedidos durante o exercício financeiro					
Número de MRT[5]	0	0	8	69	77
Montante total[6]	0	0	8	34	42
dos quais: pagos durante o exercício financeiro	0	0	8	32	40
do qual: diferido	0	0	0	2	2
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bónus	0	0	8	32	40
dos quais: o pagamento mais elevado que foi atribuído a uma única pessoa	0	0	2	3	3

[1] A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais
[2] O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG
[3] O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.
[4] A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de cargos CM-2 em IB e CB que reportam ao Diretor de CB e aos Codiretores de IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; membros CM de instituições que têm de identificar MRT a nível institucional individual e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão
[5] Beneficiários apenas (HC relatado para todas as categorias).

Remuneração diferida - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 3)

2024

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Montante total da remuneração diferida atribuída por períodos de desempenho anteriores	Do qual devido à aquisição de direitos durante o exercício financeiro	Do qual com aquisição de direitos nos exercícios financeiros seguintes	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos no exercício financeiro	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos nos exercícios de desempenho futuros	Montante total do ajustamento durante o exercício financeiro devido a ajustamentos ex post implícitos[5]	Montante total da remuneração diferida concedida antes do exercício financeiro efetivamente pago no exercício financeiro[6]	Total do montante da remuneração diferida concedida pelo período de desempenho anterior que tenha sido adquirido mas que esteja sujeito a períodos de retenção
Conselho de Fiscalização[2]	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Baseados em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho de Administração[3]	**124**	**18**	**106**	**0**	**0**	**26**	**18**	**11**
Baseados em numerário	55	7	48	0	0	0	7	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	69	11	58	0	0	26	11	11
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Direção[4]	**374**	**77**	**297**	**0**	**0**	**69**	**77**	**38**
Baseados em numerário	183	38	145	0	0	0	38	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	183	38	144	0	0	68	38	37
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	6	1	5	0	0	1	1	1
Outros instrumentos	2	0	2	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros colaboradores que correm riscos materiais	**1.472**	**369**	**1.102**	**0**	**1**	**256**	**366**	**141**
Baseados em numerário	725	180	545	0	1	0	179	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	746	189	557	0	1	256	187	141
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	1	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Montante total	**1.970**	**465**	**1.505**	**0**	**1**	**351**	**461**	**190**

[1] A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais
[2] O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG
[3] O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.
[4] A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de cargos CM-2 em IB e CB que reportam ao Diretor de CB e aos Codiretores de IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; membros CM de instituições que têm de identificar MRT a nível institucional individual e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão
[5] Alterações do valor da remuneração diferida devido às alterações de preços dos instrumentos
[6] Definida como a remuneração concedida antes do exercício financeiro que cujo direito foi adquirido no exercício financeiro (incluindo quando sujeita a um período de retenção).

Remuneração de colaboradores com rendimentos elevados - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 4)

em euros	2024 Número de pessoas	2023 Número de pessoas
Pagamento total[1]		
1 000 000 a 1 499 999	331	290
1 500 000 a 1 999 999	125	88
2 000 000 a 2 499 999	59	53
2 500 000 a 2 999 999	48	16
3 000 000 a 3 499 999	25	8
3 500 000 a 3 999 999	14	14
4 000 000 a 4 499 999	6	11
4 500 000 a 4 999 999	5	1
5 000 000 a 5 999 999	9	4
6 000 000 a 6 999 999	3	8
7 000 000 a 7 999 999	12	5
8 000 000 a 8 999 999	3	4
9 000 000 to 9 999 999	3	2
10 000 000 to 10 999 999	3	0
14.000.000 a 14.999.999	0	1
17.000.000 a 17.999.999	1	0
Total	**647**	505

[1] Inclui todas as componentes de pagamentos fixos e remunerações variáveis (incluindo indemnizações); buyouts não incluídos

No total, 647 MRT receberam um Pagamento Total igual ou superior a 1 milhão de euros em 2024. Este aumento deve-se principalmente a uma maior afetação da remuneração variável ao Investment Bank, em reconhecimento do seu bom desempenho.

Prémios de compensação para 2024 – Colaboradores que correm riscos materiais (REM 5)

	Remuneração do Órgão de gestão			Áreas de negócio					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	Conselho de Administração[2]	Conselho de Administração[2]	Total do Órgão de Gestão	Banca de investimento[2]	Banca de retalho[2]	Gestão de ativos[2]	Funções Corporativas[2]	Funções de Controlo[2]	Total
Número total de colaboradores que correm riscos materiais[3]									**1.275**
dos quais: Organismo de gestão	21	10	31	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
dos quais: Direção[4]	N/A	N/A	N/A	27	76	5	79	38	224
dos quais: Outros colaboradores que correm riscos materiais	N/A	N/A	N/A	582	224	0	130	84	1.020
Pagamento total aos colaboradores que correm riscos materiais	**8**	**75**	**83**	**1.095**	**295**	**15**	**177**	**77**	**1.741**
dos quais: pagamento variável[5]	0	42	42	588	143	7	76	23	881
dos quais: pagamento fixo	8	33	40	507	152	7	100	54	860

[1] A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais
[2] O Conselho de Fiscalização representa os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, o Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG; Banca de investimento = Investment Bank; Banca de retalho = Private Bank e Corporate Bank; Gestão de ativos = Asset Management (DWS); as Funções de Controlo incluem o Gabinete de Risco, a Auditoria do Grupo, a Compliance e o Combate à Criminalidade Financeira; as Funções Corporativas incluem qualquer função de Infraestrutura que não seja considerada uma Função de Controlo nem faça parte de qualquer divisão
[3] HC a 31 de dezembro de 2024 comunicados para o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, ETI a 31 de dezembro de 2024 comunicados para a parte restante; por conseguinte, os totais não somam as 1.451 pessoas identificadas como MRT; mostra a remuneração atribuída a todos os MRT (incluindo os que saíram em 2024)
[4] A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de cargos CM-2 em IB e CB que reportam ao Diretor de CB e aos Codiretores de IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; membros CM de instituições que têm de identificar MRT a nível institucional individual e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão
[5] A remuneração variável inclui a remuneração variável baseada no desempenho do Deutsche Bank no final do ano para 2024, outras remunerações variáveis e indemnizações por despedimento; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, que devem ser classificados como remuneração variável, e considera o plano LTI recentemente introduzido para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, criado para o período de desempenho 2024-2026, que durante a "fase de transição" é apresentado com o montante-objetivo; o quadro não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

4

Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

613 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão
615 Conselho de Administração
621 Conselho de Fiscalização
636 Operações com partes relacionadas
637 Honorários e serviços do auditor externo

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2024)

Ao atualizar a Declaração de Conformidade emitida pela última vez em 25 de outubro de 2023, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG publicaram a seguinte Declaração de Conformidade em 28 de outubro de 2024.

"O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft declaram nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG):

1. A última declaração de conformidade foi publicada em 25 de outubro de 2023. Desde então, o Deutsche Bank Aktiengesellschaft tem cumprido as recomendações da "Comissão Governamental do Código Alemão de Governo das Sociedades", na versão do Código datada de 28 de abril de 2022, publicada no Jornal Oficial Federal (Bundesanzeiger) em 27 de junho de 2022, e continuará a cumpri-las no futuro, com exceção do seguinte desvio:
   O desvio diz respeito à segunda frase da recomendação G.10, segundo a qual as componentes da remuneração variável a longo prazo só devem ser acessíveis a um membro do Conselho de Administração após um período de quatro anos, e refere-se exclusivamente à remuneração do Conselho de Administração para os exercícios de 2021 a 2023.

   O sistema de remuneração do Conselho de Administração, aplicável até 31 de dezembro de 2023, prevê que a componente de longo prazo da remuneração variável seja atribuída durante um período de diferimento de cinco anos. Uma vez que se trata de elementos de remuneração com base em ações, estão sujeitos a um período de detenção adicional de um ano após a sua aquisição. No que diz respeito à estrutura do período de diferimento, o Conselho de Fiscalização deliberou em fevereiro de 2022, fevereiro de 2023 e janeiro de 2024 que, para a componente de longo prazo da remuneração variável, em cada caso relativa ao exercício financeiro imediatamente anterior, os membros do Conselho de Administração poderão dispor de uma primeira parte da componente de longo prazo após apenas três anos e da última parte após seis anos. O Conselho de Fiscalização continuou, assim, a cumprir os requisitos aplicáveis às instituições financeiras, estabelecidos na lei relativa às remunerações das instituições (*Institutsvergütungsverordnung*). Não consideramos que um novo reforço dos requisitos regulamentares específicos dos bancos seja adequado no contexto do anterior sistema de remuneração. Tal como nos últimos dois anos, declaramos já hoje um desvio em relação à recomendação, embora os membros do Conselho de Administração não possam dispor da primeira parte dos componentes de longo prazo concedidos para os exercícios de 2021, 2022 e 2023 até 2025, 2026 e 2027.

   O sistema de remuneração aplicável a partir do exercício de 2024 - no que diz respeito à remuneração do Conselho de Administração para os exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2024 - evita o desvio do Código acima especificado.

2. O Código Alemão de Governo das Sociedades limita a aplicabilidade das recomendações do Código às instituições de crédito e às companhias de seguros, desde que as recomendações lhes sejam aplicáveis em exclusivo e que não existam disposições estatutárias em contrário. O Deutsche Bank Aktiengesellschaft informou pela última vez sobre os regulamentos estatutários e os efeitos para a Declaração de Conformidade na sua Declaração de Governo da Sociedade no Relatório Anual de 2023.

Frankfurt am Main, em outubro de 2024

O Conselho de Administração
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Fiscalização
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft"

Recomendações inaplicáveis do código devido à precedência das disposições estatutárias

De acordo com a recomendação do artigo F.4 do código de governo das sociedades alemão na versão de 28 de abril de 2022, as empresas sujeitas a regulamentos jurídicos especiais devem especificar na Declaração de Governo da Sociedade quais as recomendações do código que não eram aplicáveis devido a cláusulas legais preponderantes.

No que respeita ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft, isto aplica-se atualmente à recomendação do artigo D.5 do código de governo das sociedades alemão, na versão de 28 de abril de 2022, que estabelece que o Conselho de Fiscalização deve constituir um Comité de Nomeações composto exclusivamente por representantes dos acionistas.

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, enquanto Instituição de Crédito supervisionada, está sujeito aos regulamentos jurídicos especiais da Lei Bancária Alemã (KWG). O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft criou um Comité de Nomeações, de acordo com o nº 11 do artigo 25º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), cuja função é apoiar o Conselho de Fiscalização nas seguintes tarefas:

- Identificar candidatos a preencher uma posição no Conselho de Administração e preparar propostas para a eleição de membros do Conselho de Fiscalização;
- Elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para o conseguir;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações em relação a isso ao Conselho de Fiscalização;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente; e
- Analisar os princípios do Conselho de Administração para a seleção e nomeação de pessoas para o nível superior de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito.

O Comité de Nomeações a estabelecer em conformidade com a Lei Bancária Alemã (KWG) tem, por conseguinte, numerosas tarefas que vão além da preparação das propostas eleitorais para os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. A exclusão geral dos representantes dos colaboradores do Conselho de Fiscalização da composição num comité só é admissível, de acordo com o parecer prevalecente, se houver uma razão material para tal. Ainda que possa existir uma tal razão material para um comité que apenas lida com a preparação das propostas a apresentar à Assembleia-Geral para a eleição dos representantes dos acionistas, não existe uma justificação para a exclusão dos representantes dos colaboradores para um comité de nomeações com o leque de tarefas que lhe são atribuídas pela Lei Bancária Alemã (KWG). Devido ao leque de tarefas obrigatórias do Comité de Nomeações estipulado pela Lei Bancária Alemã (KWG) e à inadmissibilidade de discriminar representantes dos colaboradores na composição dos comités, a recomendação do artigo D.4 do código de governo das sociedades alemão não é aplicável ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft. Contudo, de modo a ter em conta esta recomendação, o nº 3 do artigo 2.º dos termos de referência do Comité de Nomeações prevê que as propostas de eleição para a Assembleia-Geral sejam elaboradas apenas pelos representantes dos acionistas do Comité de Nomeações.

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, são apresentadas em 7 de fevereiro de 2025.

Conselho de Administração

Procedimentos do Conselho de Administração

De acordo com a sua forma jurídica de sociedade anónima alemã, o Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização e a Assembleia de Acionistas são os órgãos sociais do Deutsche Bank Aktiengesellschaft. A informação sobre a composição do Conselho de Fiscalização é fornecida na secção "Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil dos requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação". A Assembleia de Acionistas elege os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização nomeia os membros do Conselho de Administração e supervisiona a gestão.

O Conselho de Administração do Deutsche Bank é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de Referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão da atividade do banco, incluindo os aspetos ambientais, sociais e de governação (ESG). O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, em particular, a gestão e a direção estratégicas do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e o relato financeiro, o controlo e a gestão de riscos, o bom funcionamento da organização empresarial, a identificação e a avaliação sistemáticas dos impactos ambientais e sociais das operações da empresa, bem como o controlo acionista. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração e, em particular, quanto à nomeação de titulares de funções-chave globais. Ao nomear pessoas para funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e esforça-se, em particular, por conseguir uma representação adequada de mulheres (podem ser encontradas informações mais pormenorizadas na Declaração de Sustentabilidade, no capítulo "Força de trabalho própria" do Relatório Anual 2024). O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Sustentabilidade

O Conselho de Administração exerce a supervisão do duplo processo de avaliação da materialidade para identificar tópicos materiais e gerir impactos, riscos e oportunidades materiais, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão, de 31 de julho de 2023, que complementa a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS). Para garantir uma supervisão adequada dos resultados da dupla avaliação da materialidade, o Deutsche Bank implementou um processo de aprovação abrangente que envolve os quadros superiores e os órgãos de governação estabelecidos. Inicialmente, os altos responsáveis pela certificação assinaram formalmente os resultados da avaliação dos tópicos materiais da sua competência. Posteriormente, o Comité de Sustentabilidade do Grupo do Banco, que é o principal órgão de governação e de tomada de decisões em matéria de sustentabilidade, aprovou o conjunto final de temas materiais. Por último, os resultados da dupla avaliação da materialidade foram apresentados ao Conselho de Administração para aprovação (para informações mais pormenorizadas, consultar a Declaração de Sustentabilidade no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" do Relatório Anual 2024).

Os resultados da dupla avaliação da materialidade foram também apresentados à Comissão de Auditoria do Conselho de Fiscalização e constam da Declaração de Sustentabilidade do Relatório de Gestão.

Plano de afetação de negócios

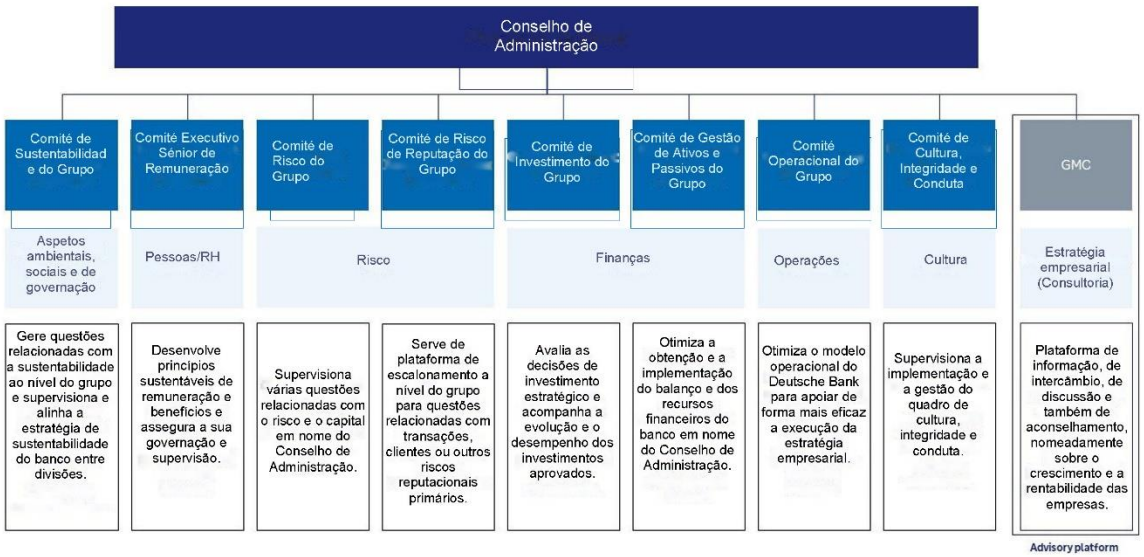
Não obstante o princípio da responsabilidade coletiva, o Plano de Atribuição de Funções do Conselho de Administração atribuiu a cada membro a responsabilidade por áreas funcionais específicas, assegurando assim uma separação de funções em toda a organização até ao Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração são responsáveis pela delegação das suas funções nos níveis hierárquicos subordinados e pela atribuição clara de responsabilidades no âmbito da(s) sua(s) área(s) de responsabilidade funcional. Essa delegação é necessária para o bom funcionamento da organização empresarial e não afeta a responsabilidade dos membros do Conselho de Administração de supervisionar adequadamente os deveres e tarefas delegados. Cada indivíduo com responsabilidades delegadas é responsável por fornecer informações adequadas ao Conselho de Administração para que este possa executar as suas responsabilidades coletivas.

Formação do Conselho de Administração

A fim de cumprir os requisitos de idoneidade profissional, o Conselho de Administração dispõe de um sistema de formação contínua ao longo do ano. Abrange também questões ambientais, sociais e de governação, bem como numerosas áreas temáticas relacionadas com a legislação, a conformidade, a luta contra a criminalidade financeira, a gestão de dados, a gestão de riscos e os recursos humanos.

Comités do Conselho de Administração

O Conselho de Administração prefere, sempre que possível, confiar em gestores de topo individualmente responsáveis em vez de recorrer a comités, pelo que, em geral, só cria comités para questões que exijam uma tomada de decisão conjunta. Para determinados temas abrangentes, o Conselho de Administração criou os seguintes comités e delegou-lhes determinados poderes de decisão para cada um dos temas seguintes:



Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank AG é composto por dez "Executivos". Todos os membros do Conselho de Administração têm um contrato de serviço (Dienstvertrag) com o Deutsche Bank AG.

O rácio de diversidade do Conselho de Administração pode ser consultado na Declaração de Sustentabilidade, no capítulo "Força de trabalho própria" do Relatório Anual 2024.

Foram nomeados, por um período de três anos, os seguintes membros do Conselho de Administração:

– Laura Padovani, com efeitos a partir de 1 de julho de 2024.
– Marcus Chromik com efeitos a partir de 1 de maio de 2025.

São fornecidas as seguintes informações relativas aos membros atuais do Conselho de Administração, nomeadamente, o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira, assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade, de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. São ainda especificados outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank, bem como todas as afiliações em conselhos de fiscalização legalmente previstos ou outros órgãos de supervisão nacionais ou estrangeiros comparáveis de empresas comerciais. As sociedades cotadas em bolsa estão assinaladas com um "*". Os Termos de Referência do Conselho de Administração especificam que os membros do nosso Conselho de Administração não devem, em geral, aceitar a presidência de conselhos de fiscalização de sociedades fora do Grupo Deutsche Bank.

Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970
Data da primeira nomeação: 2015
Data de termo do mandato: 2026

Christian Sewing tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2015 e Diretor Executivo em 8 de abril de 2018. No Conselho de Administração, é responsável pelos Assuntos Corporativos e Estratégia, bem como pela Sustentabilidade, Investigação e Auditoria do Grupo.

Antes de assumir o seu cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito (de 2010 a 2012) do Deutsche Bank.

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

James von Moltke

Ano de nascimento: 1969
Data da primeira nomeação: 2017
Data de termo do mandato: 2026

James von Moltke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2017 e Presidente em 25 de março de 2022. É o Diretor Financeiro e, nesta função, é responsável pelas áreas Financeira, de Fiscalidade do Grupo, Tesouraria e Relações com os Investidores. Em julho de 2023, assumiu a responsabilidade pela divisão de Asset Management (DWS).

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Von Moltke trabalhou como Tesoureiro do Citigroup. Iniciou a sua carreira no banco de investimento Credit Suisse First Boston em Londres, em 1992. Em 1995, ingressou na J.P. Morgan, trabalhando no banco durante 10 anos me Nova Iorque e Hong Kong. Trabalhou depois na Morgan Stanley, em Nova Iorque, durante quatro anos, onde liderou a equipa de consultoria em tecnologia financeira a nível mundial. O Sr. von Moltke entrou para o Citigroup como Diretor de Fusões e Aquisições Empresariais (M&A) em 2009 e três anos mais tarde tornou-se Diretor Global de Planeamento Financeiro.

Tem uma Licenciatura de Artes pelo New College, University of Oxford.

O Sr. von Moltke não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Fabrizio Campelli

Ano de nascimento: 1973
Data da primeira nomeação: 2019
Data de termo do mandato: 2025

Fabrizio Campelli tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2019. É responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank, bem como pela região do Reino Unido e da Irlanda.

De novembro de 2019 a abril de 2021, foi o membro do Conselho de Administração responsável pela transformação, na qualidade de Diretor de Transformação, e pelos Recursos Humanos. Anteriormente, Diretor Global da Deutsche Bank Wealth Management durante quatro anos. Antes disso, foi Diretor de Estratégia e Desenvolvimento Organizacional, bem como Vice-diretor de Operações do Grupo Deutsche Bank.

Ingressou no Deutsche Bank em 2004, após ter trabalhado na McKinsey & Company nos escritórios de Londres e Milão, especializados em atribuições estratégicas, principalmente para instituições financeiras globais.

Possui um MBA da MIT Sloan School of Management e um diploma de administração empresarial da Universidade de Bocconi, em Milão.

O Sr. Campelli foi membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. até junho de 2024.

Bernd Leukert

Ano de nascimento: 1967
Data da primeira nomeação: 2020
Data de termo do mandato: 2025

Bernd Leukert tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É o Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação e é responsável pelo Departamento de Informações, para as áreas de Infraestruturas e divisões, bem como pelo Departamento de Tecnologia, pelo Departamento de Segurança e pelo Departamento de Inovação. É também responsável pela governação de dados e pela transformação da nuvem.

Ingressou no Deutsche Bank em 1 de setembro de 2019. Trabalhou anteriormente durante muitos anos na SAP SE, a empresa de software global. Ingressou na SAP em 1994 e ocupou vários cargos de gestão. De 2014 a 2019, foi responsável pelo desenvolvimento de produtos e inovações, bem como pela divisão de serviços de negócio digital no Conselho Executivo.

O Sr. Leukert estudou Engenharia e Gestão Industrial na Universidade de Karlsruhe e na Trinity College Dublin, licenciando-se em 1994 com um mestrado em Administração de Empresas.

É membro do Conselho de Fiscalização do Bertelsmann SE & Co. KGaA.

Foi membro do Conselho de Fiscalização da DWS Group GmbH & Co. KGaA* até junho de 2024.

Alexander von zur Mühlen

Ano de nascimento: 1975
Data da primeira nomeação: 2020
Data de termo do mandato: 2026

Alexander von zur Mühlen tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. Desde julho de 2023, é CEO para a Ásia-Pacífico, Europa, Médio Oriente e África (EMEA) e a Alemanha.

O Sr. von zur Mühlen ingressou no Deutsche Bank em 1998 e, ao longo dos anos, desempenhou uma série de funções de gestão em Londres e Frankfurt, em nas divisões de infraestruturas e de negócio. De 2018 a 2020, foi responsável pelo desenvolvimento estratégico do Grupo e foi consultor do Diretor Geral (CEO). Antes disso, foi Codiretor da Global Capital Markets, com um enfoque regional na Ásia e Pacífico e na Europa, Médio Oriente e África (EMEA). De 2009 a 2017, foi Tesoureiro do Grupo.

Alexander von zur Mühlen é licenciado em Gestão de Empresas pela Escola de Economia e Direito de Berlim.

O Sr. von zur Mühlen não ocupa qualquer cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Laura Padovani

Ano de nascimento: 1966
Data da primeira nomeação: 2024

Data de termo do mandato: 2027

Laura Padovani tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2024. É Diretora de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira.

A Sra. Padovani entrou para o Deutsche Bank em abril de 2023 como Diretora-Geral de Compliance do Grupo e Diretora de Compliance. Antes de ingressar no banco, Padovani foi Diretora-Geral de Compliance do Grupo no Barclays e esteve 20 anos na American Express. Tem uma vasta experiência internacional e liderança comprovada de funções de Compliance globais, regionais e empresariais.

Laura Padovani tem um mestrado em Direito pela London School of Economics and Political Science e uma licenciatura em Direito pela Universidade de Buenos Aires.

A Sra. Padovani não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Claudio de Sanctis

Ano de nascimento: 1972
Data da primeira nomeação: 2023
Data de termo do mandato: 2026

Claudio de Sanctis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2023. É o responsável pelo Private Bank.

O Sr. de Sanctis era responsável pelo International Private Bank desde junho de 2020 e, ao mesmo tempo, era também Diretor Geral (CEO) da Europa, Médio Oriente e África (EMEA). Anteriormente, era Diretor Global do Deutsche Bank Wealth Management desde novembro de 2019, depois de ter entrado para o Deutsche Bank em dezembro de 2018 como Diretor do Deutsche Bank Wealth Management Europe. Além disso, foi também Diretor Geral (CEO) do Deutsche Bank (Switzerland) Ltd de fevereiro a dezembro de 2019.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank, foi Diretor de Private Banking, Europa, no Credit Suisse, onde começou em 2013 como Diretor da Área de Mercado do Sudeste Asiático para o Private Bank. Antes disso, esteve sete anos na UBS Wealth Management Europe, como Market Head Iberia and Nordics.

No início da sua carreira, trabalhou no Barclays como Diretor da Unidade de Clientes Principais da Europa na área de Private Banking, centrando-se nos clientes UHNW. Trabalhou também na Merrill Lynch Private Wealth Management na Europa, Médio Oriente e África (EMEA).

Licenciou-se em Filosofia na Universidade La Sapienza de Roma.

O Sr. de Sanctis não tem quaisquer cargos de direção externos sujeitos a divulgação.

Rebecca Short

Ano de nascimento: 1974
Data da primeira nomeação: 2021
Data de termo do mandato: 2027

Rebecca Short tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de maio de 2021 e Diretora de Operações em 1 de junho de 2023. As suas responsabilidades incluem os Recursos Humanos, bem como a transformação do Banco. Até maio de 2023, foi Diretora-Geral da Transformação.

Anteriormente, tinha passado quase seis anos na área de Finanças como Diretora de Planeamento e Gestão de Desempenho do Grupo.

Entrou no Deutsche Bank através do seu programa de pós-graduação em Auckland, em 1998. Em 2000, mudou-se para Londres, para a área de Gestão de Risco de Crédito, onde trabalhou durante 12 anos, tendo chegado a Diretora Europeia de Corporações. Criou então uma nova equipa de risco, Análise e Relato de Risco Estratégico, em 2012, antes de passar para uma função de gestão central superior na área de Auditoria do Grupo, em 2013, onde passou dois anos.

É licenciada em Finanças e Contabilidade pela Universidade de Otago, Dunedin, Nova Zelândia.

A Sra. Short não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Professor Dr. Stefan Simon

Ano de nascimento: 1969
Data da primeira nomeação: 2020
Data de termo do mandato: 2026

O Professor Dr. Stefan Simon tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. É responsável pela região das Américas, bem como pelas áreas jurídica e de governação. Até 30 de junho de 2024, foi Diretor Administrativo (CAO) e foi responsável pelos assuntos governamentais e regulamentares, bem como pelos assuntos jurídicos e de governação. Foi também responsável pelas áreas de Compliance, Anti-Financial-Crime (AFC) e Business Selection and Conflicts Office, bem como pelos Testes e Garantia de Controlos até 30 de junho de 2024. Assumiu a responsabilidade pela região das Américas em maio de 2023.

O Professor Dr. Simon ingressou no Deutsche Bank em 1 de agosto de 2019. Foi membro do Conselho de Fiscalização entre agosto de 2016 e julho de 2019 e foi presidente do seu Comité de Integridade. É advogado e consultor fiscal e, entre 1997 e 2016, trabalhou na firma de advogados Gocke Schaumburg, da qual se tornou sócio em 2002. Desde 2008, é também Professor Honorário da Universidade de Colónia.

Estudou Direito na Universidade de Colónia, onde se licenciou com um doutoramento em 1998.

O Professor Dr. Simon é membro do Conselho de Fiscalização da The Clearing House Payments Company LLC e Presidente do Conselho Consultivo da Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG.

Olivier Vigneron

Ano de nascimento: 1971
Data da primeira nomeação: 2022
Data de termo do mandato: 2025

Olivier Vigneron tornou-se membro do Conselho de Administração em 20 de maio de 2022. É o Diretor de Risco responsável pelas funções de gestão de Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de liquidez e Risco Não Financeiro.

O Sr. Vigneron voltou a juntar-se ao Deutsche Bank em 1 de março de 2022. De janeiro de 2020 até voltar a integrar o Deutsche Bank em 2022, Olivier Vigneron foi Diretor de Risco da Natixis, onde também fez parte do Comité de Direção. De 2008 a 2020, trabalhou na J.P. Morgan, onde desempenhou as funções de Diretor de Risco para a Europa, Médio Oriente e África (EMEA) e de Executivo de Risco em toda a Empresa para o Risco de Mercado. Anteriormente, trabalhou para o BNP Paribas, UniCredit e Goldman Sachs. Entre 2002 e 2005, trabalhou na área de Structured Credit Trading do Deutsche Bank em Londres.

Foi também membro do Conselho de Fiscalização da J.P. Morgan Germany e do Conselho de Administração da Natixis Assurances.

Olivier Vigneron estudou no Lycée Louis-le-Grand em Paris e possui um Diplôme d'Ingénieur (licenciatura em Engenharia) da École Polytechnique de França. Tem também um doutoramento em Economia pela Universidade de Chicago.

O Sr. Vigneron não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Participação no capital dos membros do Conselho de Administração

As informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração pode ser encontrada no Relatório de Remuneração do Relatório Anual 2024.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é composto por 20 membros - 10 membros do Conselho de Fiscalização são representantes dos acionistas eleitos pela Assembleia Geral e 10 membros do Conselho de Fiscalização são representantes dos colaboradores eleitos pelos delegados dos trabalhadores na Alemanha com direito a elegê-los. Todos os membros do Conselho de Fiscalização têm a mesma obrigação de atuar no interesse da empresa e de desempenhar o seu mandato no Conselho de Fiscalização no interesse do Deutsche Bank AG. A organização interna do Conselho de Fiscalização e dos seus comités, bem como os requisitos para os seus membros, estão sujeitos não só aos regulamentos da Lei Bancária Alemã (*Kreditwesengesetz* (KWG)) e às recomendações do Código Alemão de Governação Empresarial, mas também a requisitos de supervisão específicos. Estes requisitos podem ser encontrados, entre outros, na lei bancária alemã (KWG), na portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung* (InstitutsVergV)), nas orientações da Autoridade Bancária Europeia (ABE) e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e nas práticas administrativas do Banco Central Europeu como nossa autoridade de supervisão prudencial. Em casos individuais, os requisitos regulamentares podem divergir das recomendações do Código Alemão de Governação Empresarial (ver secção "Recomendações do Código não aplicáveis devido à precedência de disposições legais").

O Conselho de Fiscalização nomeia e exonera os membros do Conselho de Administração, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. A fiscalização e o aconselhamento incluem também, nomeadamente, questões de sustentabilidade. De acordo com os requisitos da Lei Bancária Alemã (KWG), o Conselho de Fiscalização supervisiona o Conselho de Administração, também no que diz respeito à sua adesão aos requisitos de fiscalização prudencial aplicáveis. O Conselho de Fiscalização trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da sociedade. As medidas a serem executadas pela direção não podem ser transferidas para o Conselho de Fiscalização.

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados na secção 13, n.º 1 dos Estatutos do Deutsche Bank AG. Estas incluem a concessão de procurações gerais, a aquisição ou alienação de bens imóveis (se o valor do objeto for superior a 500 milhões de euros), bem como a concessão de empréstimos, incluindo a aquisição de participações noutras empresas para as quais é necessária a aprovação do organismo de supervisão de uma instituição de crédito nos termos da lei bancária alemã (KWG) ou outras participações (se o valor do objeto for superior a mil milhões de euros). Além disso, o Conselho de Fiscalização pode especificar operações adicionais que requerem a sua aprovação. Dentro dos limites estatutários, o Conselho de Fiscalização pode igualmente delegar num comité as decisões relativas à emissão da sua aprovação, a fim de aumentar a eficiência.

Procedimentos do Conselho de Fiscalização e dos seus comités

Os procedimentos de trabalho do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG são apoiados pela competência dos seus membros, bem como por uma distribuição eficiente de tarefas e coordenação.

De entre os seus membros e de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis aos bancos, o Conselho de Fiscalização criou nove comités permanentes: o Comité do Presidente; o Comité de Nomeações; o Comité de Auditoria; o Comité de Risco; o Comité de Controlo de Remunerações; o Comité de Supervisão Regulamentar; o Comité de Estratégia e Sustentabilidade; o Comité de Tecnologia, Dados e Inovação; e o Comité de Mediação. As responsabilidades, tarefas e procedimentos dos comités do Conselho de Fiscalização são definidos nos respetivos termos de referência e resumidos aqui:

Comité do Presidente: O Comité do Presidente trata, em particular, dos preparativos para as reuniões do Conselho de Fiscalização, dos assuntos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como de temas relacionados com a governação empresarial. Apoia igualmente o Conselho de Fiscalização na preparação das decisões do Conselho de Fiscalização sobre a nomeação e demissão dos membros do Conselho de Administração, incluindo o planeamento da sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações.

Comité de Nomeações: O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização, em particular, na identificação de candidatos para preencher um cargo no Conselho de Administração e no Conselho de Fiscalização e na avaliação a efetuar regularmente da estrutura, dimensão, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Apoia a promoção do desenvolvimento de talentos e da diversidade, com especial destaque para o planeamento da sucessão do Conselho de Administração, e define um objetivo para promover o género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para o conseguir.

Comité de Auditoria: O Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização, nomeadamente no acompanhamento do processo de informação financeira, da eficácia do sistema de gestão do risco (sistema de controlo interno e auditoria interna), da auditoria das demonstrações financeiras, incluindo a independência do auditor e os serviços adicionais prestados pelo auditor, bem como no acompanhamento de outras matérias relevantes para a auditoria. Apoia igualmente o Conselho de Fiscalização no controlo da rápida correção, por parte do Conselho de Administração, através de medidas adequadas, das deficiências identificadas pelos auditores internos e externos.

Comité de Risco: O Comité de Risco aconselha o Conselho de Fiscalização em todas as questões relacionadas com a apetência e a estratégia global de risco, atual e futura, e apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da aplicação desta estratégia pelos quadros superiores. O Comité de Risco monitoriza se as condições do negócio baseado no cliente estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco da empresa. Analisa se os incentivos estabelecidos pelo sistema de remuneração têm em consideração a estrutura de risco, de capital e de liquidez do banco, bem como a probabilidade e a maturidade dos resultados, tendo em conta o risco de retenção.

Comité de Controlo de Remunerações: O Comité de Controlo de Remunerações trata das questões relativas à remuneração. Apoia o Conselho de Fiscalização, em particular, na estruturação adequada dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e monitoriza a estruturação adequada dos sistemas de remuneração dos colaboradores. Prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração e analisa a utilização e a eficácia das medidas disponíveis no sistema de remuneração para fazer face a infrações aos regulamentos legais, bem como às regras, políticas e procedimentos internos e externos.

Comité de Supervisão Regulamentar: O Comité de Supervisão Regulamentar apoia o Conselho de Fiscalização, em particular, no acompanhamento das medidas tomadas pelo Conselho de Administração para garantir a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as políticas internas do banco, bem como no acompanhamento dos processos judiciais com maiores riscos. Acompanha os contactos do Conselho de Administração com as autoridades reguladoras com uma relevância significativa para o banco (auditorias especiais, queixas substanciais).

Comité de Estratégia e Sustentabilidade: O Comité de Estratégia e Sustentabilidade apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento da sua função de monitorização da estratégia do banco, incluindo a estratégia ambiental, social e de governação (ESG) e as questões de sustentabilidade. Aconselha e monitoriza o Conselho de Administração no que diz respeito à definição de estratégias de negócio alinhadas com o desenvolvimento sustentável do banco e o estabelecimento de processos para o planeamento, a implementação, a avaliação e o ajustamento destas estratégias.

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação: O Comité de Tecnologia, Dados e Inovação apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão relacionadas com o ambiente tecnológico, de dados e de inovação do Banco. Aconselha e acompanha o Conselho de Administração no que respeita aos recursos técnicos e organizacionais adequados e à definição de um plano adequado para os sistemas informáticos do banco, à estratégia informática, à gestão da segurança da informação, aos riscos cibernéticos e informáticos, bem como à estratégia e à governação dos dados.

Comité de Mediação: O Comité de Mediação apresenta propostas ao Conselho de Fiscalização sobre a nomeação ou demissão de membros do Conselho de Administração nos casos em que o Conselho de Fiscalização não consegue chegar a uma decisão por maioria de dois terços. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário.

Todos os mandatos são revistos e atualizados pelo Conselho de Fiscalização numa base ad hoc (por exemplo, em caso de alterações da legislação ou dos requisitos regulamentares), mas pelo menos uma vez por ano. São publicados no website do Deutsche Bank AG (www.db.com/ir/en/documents.htm) nas versões atualmente em vigor.

O número de reuniões e a sua realização são especificados, juntamente com pormenores sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e dos seus comités, no Relatório do Conselho de Fiscalização, que faz parte do Relatório Anual.

Em conformidade com os requisitos regulamentares, o Conselho de Fiscalização elaborou e adotou descrições de funções com perfis de candidatos para os cargos de membro do Conselho de Fiscalização e de Presidente do Conselho de Fiscalização e para os presidentes dos seus comités. Emitiu também - em conformidade com os requisitos regulamentares - uma Diretriz de Idoneidade, que estabelece os princípios para a seleção, o planeamento da sucessão e a reeleição dos membros dos órgãos de gestão, bem como os critérios e o procedimento para avaliar a idoneidade individual e coletiva. As diretrizes de indução, formação e diversidade são partes integrantes das diretrizes de adequação, em conformidade com os requisitos regulamentares. Além disso, o Conselho de Fiscalização emitiu um Perfil de Requisitos (ver Secção: Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, Perfil de Requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação/Perfil de Requisitos para o Conselho de Fiscalização). Além disso, o Conselho de Fiscalização dispõe de diretrizes para a avaliação da independência dos seus membros e de diretrizes para o tratamento de conflitos de interesses. Estes documentos são igualmente revistos e atualizados pelo Conselho de Fiscalização numa base ad hoc, mas pelo menos uma vez por ano.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. Além disso, a Auditoria do Grupo informa o Comité de Auditoria de quaisquer deficiências identificadas regularmente, e no caso de deficiências graves, sem atrasos indevidos. Além disso, o Presidente do Conselho de Fiscalização é informado de factos graves relacionados com os membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração adotaram um Regime de Informação, um protocolo geral de compromisso (interação) e outro protocolo de compromisso (interação) especificamente para temas regulamentares. Estes regulam não só o relato ao Conselho de Fiscalização mas também, entre outras coisas, o relato de consultas e pedidos de informação dos colaboradores da empresa ao Conselho de Fiscalização, bem como a troca de informação relacionada com preparação para as reuniões e entre as reuniões.

O Conselho de Fiscalização também reúne regularmente sem o Conselho de Administração. O mesmo se aplica aos seus comités. Além disso, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, bem como um papel de liderança no mesmo. Pode emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, à coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e à interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. O presidente do Conselho de Administração participa em discussões com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização quando necessário e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos. Estes abrangem igualmente questões sociais, ambientais e de governação (ESG).

Entre reuniões, o Presidente do Conselho de Fiscalização e, caso seja oportuno, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização mantêm contacto regular com os membros do Conselho de Administração, especialmente com o presidente do Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo, entre outros assuntos, sobre questões relativas à estratégia, planeamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão do risco, controlo do risco, governação, conformidade, serviços de remuneração, TI, dados e digitalização, bem como casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo membro do Conselho de Administração respetivamente responsável sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. O Presidente do Comité de Fiscalização também discute regularmente com o auditor fora das reuniões.

Além disso, o Presidente do Conselho de Fiscalização e alguns dos presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização participam em discussões com as entidades reguladoras.

Eventos de integração e formação

Para cada membro recém-eleito ou nomeado do Conselho de Fiscalização, são organizadas sessões de integração e formação individualizadas com base nos seus conhecimentos e competências, tendo em consideração eventuais recomendações do Comité de Nomeações, a fim de o ajudar a iniciar o seu novo cargo. Os eventos de integração também servem de introdução ao banco, ao seu Conselho de Administração, a quadros superiores selecionados, ao auditor e à Auditoria do Grupo. Através de sessões de formação personalizadas, os conhecimentos individuais do novo membro são alargados e enriquecidos. O Comité de Nomeações recebe regularmente relatórios sobre a evolução e a participação nestas sessões de formação.

Além disso, são realizadas regularmente sessões de formação sobre temas atuais para todo o Conselho de Fiscalização. O Relatório do Conselho de Fiscalização contém informações pormenorizadas sobre este assunto.

Planeamento da sucessão e diversidade

Nos termos da lei bancária alemã (KWG), os membros do Conselho de Administração devem ser profissionalmente adequados e fiáveis e dedicar tempo suficiente às suas funções. O Conselho de Fiscalização avalia a qualificação dos indivíduos, bem como a qualificação do Conselho de Administração no seu conjunto (adequação coletiva). Neste contexto, a diversidade de origens e de mentalidades desempenha um papel importante, bem como o género, a nacionalidade e a idade. O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos internos e externos adequados para ocupar um cargo no Conselho de Administração do banco, tendo em conta os requisitos estatutários e regulamentares aplicáveis. Para o efeito, o Comité elaborou uma descrição do cargo com um perfil do candidato e uma declaração sobre o tempo de dedicação de um membro do Conselho de Administração, bem como questionários para avaliar os conhecimentos, a fiabilidade e a disponibilidade de tempo. O Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização recebem regularmente relatórios do Conselho de Administração sobre os candidatos internos para o planeamento de sucessão ("reserva de talentos") e o processo do ponto de vista do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Fiscalização têm a oportunidade de se encontrar com gestores de topo selecionados nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités, bem como em eventos internos do banco. Com vista a um planeamento da sucessão sustentável e idealmente diversificado, tendo também em consideração a diversidade de género, o Conselho de Fiscalização também trabalha em conjunto com prestadores de serviços externos.

Para a seleção dos candidatos adequados, externos e internos, o Comité de Nomeações tem em conta os objetivos estratégicos do banco, a área de responsabilidade funcional do Conselho de Administração, as qualificações, a fiabilidade e a disponibilidade de tempo dos candidatos, bem como o equilíbrio e a diversidade dos conhecimentos, das competências e da experiência de todos os membros do Conselho de Administração, tendo igualmente em conta os princípios da diversidade. A nomeação para um cargo no Conselho de Administração é sempre efetuada no interesse da empresa. No âmbito da recomendação do Comité de Nomeações, o Comité do Presidente apresenta uma recomendação para a resolução do Conselho de Fiscalização. Com base nisto, o Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação dos membros do Conselho de Administração. O primeiro período de nomeação tem uma duração máxima de três anos. Os membros do Conselho de Administração podem ser reconduzidos no cargo por um ou mais mandatos, que podem ter uma duração máxima de cinco anos, nos termos da lei, sendo que, no Deutsche Bank, essas reconduções devem, em regra, ter uma duração máxima de três anos.

Para cada membro recém-nomeado do Conselho de Administração, são organizadas sessões de integração e formação individualizadas com base nos seus conhecimentos e competências, tendo em consideração eventuais recomendações do Comité de Nomeações. O Comité de Nomeações recebe regularmente relatórios sobre a evolução e a participação nestas sessões de formação.

A Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) exige que uma empresa cotada em bolsa e com três ou mais membros do Conselho de Administração, como é o caso do Deutsche Bank, tenha pelo menos uma mulher e um homem como membros do seu Conselho de Administração, sem o que a nomeação fica sem efeito. Além disso, a promoção da diversidade no Conselho de Administração é muito importante para o Conselho de Fiscalização, que está a trabalhar ativamente na diversidade do Conselho de Administração, por exemplo, em termos de género, nacionalidade e idade, bem como de diferentes origens e mentalidades. O Conselho de Fiscalização tem em conta a participação mínima legalmente exigida de homens e mulheres no Conselho de Administração, nos termos do artigo 76.º, n.º 3, alínea a) da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs (AktG) e esforça-se por aumentar de forma sustentável e contínua a percentagem de mulheres no Conselho de Administração. Com a nomeação de Laura Padovani, uma candidata interna, para o Conselho de Administração, com efeitos a partir de 1 de julho de 2024, o Conselho de Fiscalização alargou o Conselho de Administração para dez membros e aumentou a percentagem de mulheres para 20%. A fim de aumentar ainda mais o número de candidatas internas adequadas, o Conselho de Fiscalização estabeleceu um objetivo correspondente para o Conselho de Administração para o exercício anterior, no sentido de nomear mulheres para cargos de gestão de topo diretamente abaixo do Conselho de Administração, e integrou este objetivo nos parâmetros de desempenho a longo prazo do novo sistema de remuneração do Conselho de Administração. Para atingir um nível de realização plena nesta categoria, a percentagem de mulheres representadas nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração tem de ser de, pelo menos, 32,5% até 2026. O Conselho de Fiscalização discute regularmente as medidas e os progressos em curso com o Conselho de Administração.

Tendo em conta as propostas do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração, e revê e delibera regularmente quanto ao sistema de remuneração do Conselho de Administração. O Relatório de Remunerações e o Relatório do Conselho de Fiscalização contêm informações pormenorizadas sobre esta matéria.

Autoavaliação

O Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização debruçam-se regularmente sobre a avaliação do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, bem como sobre o seu trabalho, que deve ser efetuado pelo menos uma vez por ano, tal como previsto na lei, nos termos do artigo 25.º-D da Lei Bancária Alemã (KWG). Esta é também a autoavaliação do Conselho de Fiscalização, em conformidade com a recomendação da Secção D.12 do Código Alemão de Governação Empresarial (GCGC).

Na sua reunião de 23 de julho de 2024, o Comité de Nomeações abordou o quadro e o calendário da avaliação. O Conselho decidiu que a avaliação do período de referência de 2024 será efetuada com assistência externa. O Comité de Nomeações informou regularmente o Conselho de Fiscalização sobre os trabalhos em curso relativos à avaliação. O consultor externo contratado para o efeito realizou um seminário para o Conselho de Fiscalização, que teve lugar em 23 de outubro de 2024. A avaliação foi efetuada essencialmente com base em questionários exaustivos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização, dos comités do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, bem como em entrevistas com os membros individuais do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. O debate final e a aprovação dos resultados da avaliação tiveram lugar na reunião plenária do Conselho de Fiscalização, em 13 de março de 2025, e os resultados foram apresentados num relatório final. O Conselho de Fiscalização continua a ser da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um padrão elevado e que não existem reservas, em particular, relativamente às habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e disponibilidade de tempo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.

Membros do Conselho de Fiscalização e dos seus comités

Em conformidade com os estatutos, os membros do Conselho de Fiscalização são eleitos pelo período até à conclusão da assembleia-geral que adota as resoluções relativas à ratificação dos atos de direção para o quarto exercício após o início do mandato. Para a eleição de representantes de acionistas, a assembleia-geral pode determinar que os mandatos de membros podem começar ou terminar em datas diferentes. De acordo com os Termos de Referência para o Conselho de Fiscalização desde julho de 2020, os representantes dos acionistas são propostos à Assembleia-Geral para eleição por um período máximo de aproximadamente quatro anos, ou seja, até à conclusão da Assembleia-Geral que adote as resoluções relativas à ratificação dos atos de gestão para o terceiro exercício financeiro seguinte ao início do mandato, sendo que não é tomado em consideração o exercício em que se inicia o mandato.

O quadro seguinte fornece informações pormenorizadas sobre os membros do Conselho de Fiscalização (em 7 de fevereiro de 2025).

Nome	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Alexander Wynaendts Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 19 de maio de 2022 Data de termo do mandato: 2026	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Air France-KLM Group S.A.[2] (Membro do Conselho de Administração); Uber Technologies, Inc.[2] (Membro do Conselho de Administração); Uber Payments B.V. (Administrador não-executivo, Presidente); Puissance Holding B.V. (Administrador não-executivo, Presidente)
Susanne Bleidt[1] Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	Postbank Filialvertrieb AG[3]; Postbeamtenkrankenkasse (Membro do Conselho Consultivo)
Mayree Clark Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2027	Membro do Conselho de Fiscalização	Ally Financial, Inc.[2] (Membro do Conselho de Administração), Allvue Systems Holdings, Inc. (Membro do Conselho de Administração)
Jan Duscheck[1] Ano de nascimento: 1984 Nomeado pelo tribunal: 2 de agosto de 2016 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2028	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional: Banking, ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft (União dos Serviços Unidos))	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Manja Eifert[1] Ano de nascimento: 1971 Nomeado pelo tribunal: 7.4.2022 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Claudia Fieber[1] Ano de nascimento: 1966 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Sigmar Gabriel Ano de nascimento: 1959 Nomeado pelo tribunal: 11 de março de 2020 Ano de eleição: 20 de maio de 2020 Data de termo do mandato: 2025	Ex-Ministro do Governo Federal alemão	Heristo AG; Siemens Energy AG[2]; Siemens Energy Management GmbH; ThyssenKrupp Steel Europe AG (Presidente) (até 15 de setembro de 2024)
Florian Haggenmiller[1] Ano de nascimento: 1982 Nomeado pelo tribunal: 16 de janeiro de 2024 Data de termo do mandato: 2028	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional: Tecnologias da Informação e Comunicações, ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft (União dos Serviços Unidos))	IBM Deutschland GmbH; IBM Central Holding GmbH
Timo Heider[1] Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 23 de maio de 2013	Membro da Comissão de Trabalhadores	BHW Bausparkasse AG[3] (Vice-Presidente); PCC Services GmbH der Deutschen Bank[3] (Vice-Presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse VVaG[3] (Vice-Presidente)

Nome	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Data de termo do mandato: 2028		
Frank Schulze[1] Ano de nascimento: 1968 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Gerlinde M. Siebert[1] Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Diretor Global de Governação, Deutsche Bank AG	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Yngve Slyngstad Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 19 de maio de 2022 Data de termo do mandato: 2026	Diretor Geral, Aker Asset Management AS	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Stephan Szukalski[1] Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 17 de maio de 2023[4] Data de termo do mandato: 2028	Presidente Federal da Deutscher Bankangestellten-Verband e.V. (DBV) (Associação Alemã dos Empregados do Setor Bancário) – Gewerkschaft der Finanzdienstleister (União dos Prestadores de Serviços Financeiros)	PCC Services GmbH der Deutschen Bank[3] (até 30 de agosto de 2024)
John Alexander Thain Ano de nascimento: 1955 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2027	Membro do Conselho de Fiscalização	Uber Technologies, Inc.[2] (Membro do Conselho de Administração); Aperture Investors LLC (Membro do Conselho de Administração); Pine Island Capital Partners LLC (Presidente)
Jürgen Tögel[1] Ano de nascimento: 1968 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.; BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.; BKK Deutsche Bank AG[3] (Membro do Conselho Consultivo)
Michele Trogni Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2027	Diretor Geral, Zinnia Corporate Holdings, LLC; Parceiro Operacional, Eldridge (até 31 de março de 2024)	Everly Life, LLC (Membro não executivo do Conselho de Administração); Zinnia Corporate Holdings, LLC (CEO e Presidente do Conselho de Administração)
Dr. Dagmar Valcárcel Ano de nascimento: 1966 Nomeado pelo tribunal: 1 de agosto de 2019 Ano de eleição: 20 de maio de 2020 Data de termo do mandato: 2025	Membro do Conselho de Fiscalização	amedes Holding GmbH; Antin Infrastructure Partners S.A.[2] (Membro do Conselho de Administração)
Dr. Theodor Weimer Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 20 de maio de 2020 Data de termo do mandato: 2025	Membro do Conselho de Fiscalização; Presidente do Conselho Executivo (até 30 de setembro de 2024), Copresidente do Conselho Executivo (1 de outubro de 2024 até 31 de dezembro de 2024), Deutsche Börse AG[2]	Knorr Bremse AG[2]
Professor Dr. Norbert Winkeljohann Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 1 de agosto de 2018 Data de termo do mandato: 2027	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; Consultor Corporativo Independente Norbert Winkeljohann Advisory & Investments	Bayer AG[2] (Presidente); Georgsmarienhütte Holding GmbH; Sievert SE (Presidente); Bohnenkamp AG (Presidente)
Frank Witter Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 27 de maio de 2021 Data de termo do mandato: 2025	Membro do Conselho de Fiscalização	Traton SE[2]; VfL Wolfsburg-Fußball GmbH (Presidente) (até 31 de julho de 2024); CGI Inc.[2] (Membro do Conselho de Administração)

1 Representante dos trabalhadores
2 Empresa cotada em bolsa
3 Mandato interno do Grupo
4 O Sr. Szukalski já foi membro do Conselho de Fiscalização de maio de 2013 a novembro de 2015 e de maio de 2018 a dezembro de 2020.

A panorâmica seguinte fornece informações mais pormenorizadas sobre os membros dos diferentes comités:

Comité do Presidente: Alexander Wynaendts, Presidente, Timo Heider, Frank Schulze, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Nomeações: Alexander Wynaendts, Presidente, Mayree Clark, Timo Heider, Frank Schulze, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Auditoria: Frank Witter, Presidente, Susanne Bleidt, Manja Eifert, Claudia Fieber (desde 31 de janeiro de 2024), Birgit Laumen (até 12 de janeiro de 2024), Gerlinde M. Siebert, Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Risco: Mayree Clark, Presidente, Jan Duscheck, Gerlinde M. Siebert, Stephan Szukalski, Michele Trogni, Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts

Comité de Controlo de Remunerações: Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente, Jan Duscheck, Timo Heider, Jürgen Tögel, Dr. Dagmar Valcárcel, Alexander Wynaendts

Comité de Supervisão Regulamentar: Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente, Jan Duscheck, Sigmar Gabriel, Timo Heider, Stephan Szukalski, Alexander Wynaendts

Comité de Estratégia e Sustentabilidade: John Alexander Thain, Presidente, Mayree Clark, Claudia Fieber, Florian Haggenmiller (desde 31 de janeiro de 2024), Birgit Laumen (até 12 de janeiro de 2024), Frank Schulze, Jürgen Tögel, Michele Trogni, Alexander Wynaendts

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação: Michele Trogni, Presidente, Susanne Bleidt, Manja Eifert, Claudia Fieber (até 31 de janeiro de 2024), Florian Haggenmiller (desde 31 de janeiro de 2024), Yngve Slyngstad, Alexander Wynaendts

Comité de Mediação: Alexander Wynaendts, Presidente, Timo Heider, Frank Schulze, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil dos requisitos

A composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar o controlo e aconselhamento eficazes e qualificados ao Conselho de Administração de um banco de funcionamento internacional, amplamente posicionado. A adequação de cada membro individual é avaliada, determinada e continuamente monitorizada, tanto internamente pelo Comité de Nomeação e pelo Conselho de Fiscalização, como externamente pelas autoridades reguladoras. Esta avaliação da adequação abrange a competência, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual (adequação individual). Adicionalmente, há uma avaliação do conhecimento, competências e experiência de todo o Conselho de Fiscalização que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva). A aprovação na avaliação de adequação do Banco Central Europeu (BCE) após a aceitação do mandato e a adequação contínua do membro do Conselho de Fiscalização durante todo o mandato no Deutsche Bank AG são pré-requisitos regulamentares obrigatórios para o desempenho das funções de membro do Conselho de Fiscalização.

Para aumentar a eficácia do trabalho do Conselho de Fiscalização e a transparência para as partes interessadas e os reguladores, o Conselho de Fiscalização adotou um Perfil de Requisitos em 2022. É revisto anualmente e atualizado, se necessário. O Perfil de Requisitos define as competências gerais e alargadas do Conselho de Fiscalização que são necessárias para o acompanhamento e aconselhamento do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. O Perfil de Requisitos é regularmente tido em conta na elaboração das propostas à Assembleia Geral para a eleição dos representantes dos acionistas e na determinação das necessidades individuais e coletivas de formação do Conselho de Fiscalização e dos seus membros.

Perfil de Requisitos para o Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização especificou domínios gerais de especialização e domínios alargados de especialização no seu perfil de requisitos.

Domínios gerais de especialização

Idealmente, todos os membros do Conselho de Fiscalização possuem estas qualificações individuais.

- Compreensão de questões comerciais
- Mentalidade analítica e estratégica
- Compreensão do sistema alemão de governo das sociedades e, consequentemente, das responsabilidades de um membro do Conselho de Fiscalização
- Compreensão do modelo empresarial e da estrutura do Deutsche Bank AG
- Conhecimentos básicos do setor dos serviços financeiros, por exemplo, (i) conhecimentos nas áreas da banca, serviços financeiros, mercados financeiros, indústria financeira, incluindo o mercado nacional do banco e os principais mercados do banco fora da Europa, e (ii) conhecimento dos clientes relevantes para o banco, das expetativas do mercado e do ambiente operacional.

O cumprimento destes domínios de especialização é indicado de forma resumida na matriz de qualificações, na rubrica "Domínios gerais de especialização".

Domínios alargados de especialização

Estes domínios de especialização referem-se ao Conselho de Fiscalização na sua totalidade (adequação coletiva). No seu todo, o Conselho de Fiscalização tem de ter um conhecimento dos domínios de especialização especificados abaixo apropriado à dimensão e complexidade do Deutsche Bank AG. Derivam do modelo de negócio do banco e de leis e regulamentos específicos que se aplicam ao banco. Os domínios de especialização são:

Contabilidade, incluindo relatórios de sustentabilidade

- Contabilidade (Normas internacionais de relato financeiro (IFRS) e o Código Comercial alemão (HGB)) e auditorias das demonstrações financeiras anuais
- Tributação

Quadro regulamentar e requisitos legais

- Compreensão das principais condições de enquadramento jurídico nos países em que a sociedade desenvolve as suas principais atividades
- Compreensão dos principais sistemas jurídicos relevantes para o banco
- Experiência na gestão executiva/conselho de fiscalização de grandes empresas
- Quadro regulamentar e requisitos legais, em particular, conhecimento dos sistemas legais relevantes para o banco
- Conhecimento das expetativas sociais, políticas e regulamentares no mercado nacional

Capital humano, remuneração e cultura corporativa

- Recursos humanos e gestão de pessoal
- Remuneração e sistemas de remuneração
- Procedimento de seleção para os membros do órgão de gestão e avaliação da sua adequabilidade
- Cultura corporativa

Gestão do risco

- Gestão do risco (investigação, avaliação, mitigação, gestão e controlo de riscos financeiros e não-financeiros, gestão de capital e liquidez, participações)
- Combate ao branqueamento de capitais e prevenção da criminalidade financeira e do financiamento do terrorismo

Tecnologias da informação, dados e digitalização

- Digitalização, incluindo a banca digital
- Dados, incluindo a governação de dados
- Tecnologias da informação (TI), sistemas informáticos e segurança informática, incluindo riscos cibernéticos

Estratégia, transformação e questões sociais, ambientais e de governação (ESG)

- Planeamento estratégico de modelos de negócio e estratégias de risco, bem como a sua implementação
- Clima e outros aspetos ambientais
- Conhecimento das expetativas sociais e políticas (em especial no mercado nacional) e do seu impacto na responsabilidade social corporativa
- Propósito da sociedade

Estrutura organizacional e controlo de uma instituição financeira

- Governação
- Gestão de uma empresa grande, internacional e regulamentada
- Organização interna do banco
- Auditoria interna
- Conformidade e controlos internos

A fim de refletir adequadamente o modelo de negócio do banco, o Conselho de Fiscalização deve demonstrar não só estas qualificações profissionais, mas também qualificações e experiência nos vários segmentos de clientes e nos diferentes mercados de vendas.

Segmentos de clientes

- Private Banking e Wealth Management
- Corporate Banking
- Investment Banking
- Asset Management

Conhecimentos regionais

- Alemanha
- Europa
- Américas
- Ásia-Pacífico (APAC)

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição e ao perfil de requisitos, conforme apresentado na seguinte matriz de qualificações. Todos os membros do Conselho de Fiscalização devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das suas funções.

Composição e competências

		Alexander Wynaendts	Susanne Bleidt	Mayree Clark	Jan Duscheck	Manja Eifert	Claudia Fieber	Sigmar Gabriel	Florian Haggenmiller	Timo Heider	Frank Schulze	Gerlinde Siebert	Yngve Slyngstad	Stephan Szukalski	John Thain	Jürgen Tögel	Michele Trogni	Dr. Dagmar Valcárcel	Dr. Theodor Weimer	Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	Frank Witter
Participação	Sem excesso de cargos de direção*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Independente **	✓	ER	✓	ER	ER	ER	✓	ER	ER	ER	ER	✓	ER	✓	ER	✓	✓	✓	✓	✓
Competências profissionais	Domínios gerais de especialização	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Contabilidade e relatórios, incluindo relatórios de sustentabilidade	✓	✓	✓								✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria ***																	◆	◆	◆	◆
	Conhecimentos especializados no domínio da contabilidade ***																	◆	◆	◆	◆
	Conhecimentos especializados no domínio da auditoria ***																	◆	◆	◆	◆
	Quadro regulamentar e requisitos legais	✓		✓				✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓
	Capital Humano, Remuneração e Cultura Corporativa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Especialistas de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações***	◆																◆		◆	
	Risk Management	✓		✓	✓		✓	✓				✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓
	Tecnologias da informação, dados e digitalização	✓	✓	✓	✓				✓		✓	✓	✓		✓		✓		✓		
	Estratégia, Transformação e ESG	✓		✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Estrutura organizacional e controlo de uma instituição financeira	✓	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Experiência do cliente/empresa	Private Banking e Wealth Management	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Corporate Banking	✓				✓	✓				✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Investment Banking	✓		✓								✓	✓		✓		✓	✓	✓		✓
	Asset Management	✓		✓									✓		✓			✓	✓		
Conhecimentos regionais	Alemanha		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓		✓	✓	✓	✓
	Europa	✓		✓				✓	✓			✓	✓		✓		✓	✓	✓	✓	✓
	Américas	✓		✓				✓				✓			✓		✓	✓		✓	✓
	APAC	✓		✓				✓				✓	✓		✓		✓	✓		✓	✓

✓ Conhecimentos profundos e profissionais/especialista

◆ Especialista em matéria de regulamentação/conhecimentos especializados exigidos por lei e/ou regulamentos de supervisão

ER Representante dos trabalhadores

* Definição de "sem excesso de cargos de direção": todos os membros do Conselho de Fiscalização têm um número admissível de cargos de direção em várias sociedades, para além do Deutsche Bank AG. O excesso de cargos de direção, ou seja, a detenção de um número inadmissível de cargos de administração em diferentes sociedades, é determinado com base no regulamento estatutário do § 25d (3) da Lei Bancária Alemã (KWG)

** Definição de independência: Um membro do Conselho de Fiscalização eleito ou a eleger pelos acionistas deve ser considerado independente quando não existem quaisquer relações ou filiações atuais ou passadas (i) comerciais, (ii) pessoais ou (iii) outras com o Deutsche Bank AG, os seus órgãos de gestão, um acionista ou uma empresa do Grupo Deutsche Bank que constituam um interesse pessoal do membro do Conselho de Fiscalização ou um interesse de terceiros que ele represente e que possam influenciar as suas ações no desempenho do seu mandato em detrimento do Deutsche Bank AG. A primeira metade da secção C.6 (1) do Código Alemão de Governo das Sociedades, segundo a qual os membros do Conselho de Fiscalização que representam os acionistas devem incluir o que estes consideram ser um número adequado de membros independentes, é respeitada em consequência. Atualmente, o banco não tem qualquer acionista de controlo.

*** Definição de peritos apresentada na secção "Peritos do Comité de Fiscalização" do presente relatório

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral ordinária que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subsequentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização.

No caso dos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização, a duração do mandato de membro do Conselho de Fiscalização não pode, em regra, exceder 12 anos.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade ao propor membros para nomeação. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank AG, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais ou vidas privadas de seis membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm muitos anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido, por exemplo, membro de Conselhos de Administração ou Diretor Geral, ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. O Conselho de Fiscalização considera que, destas duas formas, as atividades internacionais da sociedade são suficientemente tidas em conta. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Tem sido prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. no processo de seleção desde as eleições para o Conselho de Fiscalização em 2008. Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subsequentes para vagas no Conselho de Fiscalização, são incluídas mulheres qualificadas no processo. No final do exercício, o Conselho de Fiscalização era composto por quatro mulheres e seis homens, do lado dos representantes dos trabalhadores, e por três mulheres e sete homens, do lado dos representantes dos acionistas. Assim, a quota mínima estatutária de 30% tem vindo a ser cumprida há muitos anos.

A idade média dos membros do Conselho de Fiscalização era de 58,3 anos. A estrutura etária é diversificada, variando entre os 40 e os 69 anos de idade e abrangendo três gerações, de acordo com a definição geral do termo.

A duração da participação no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG variou entre menos de um ano e cerca de 12 anos no final do exercício financeiro. A duração média da participação no Conselho de Fiscalização em 31 de dezembro de 2024 era de 4,17 anos.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, auditoria, direito, estudos germânicos, ciência política, engenharia elétrica, sistemas de informação e cuidados de saúde. Os currículos dos membros do Conselho de Fiscalização estão publicados no website do Deutsche Bank AG (www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm).

Os membros do Conselho de Fiscalização não exercem funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestam serviços de consultoria aos mesmos. Os conflitos de interesses materiais envolvendo um membro do Conselho de Fiscalização que não sejam meramente temporários resultarão na cessação do mandato desse membro do Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização emitiu diretrizes correspondentes para a identificação, tratamento, atenuação e documentação de potenciais conflitos de interesses.

Os membros do Conselho de Fiscalização não podem, de acordo com o Artigo 25.º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), e não devem, de acordo com as recomendações dos pontos C.4 e C.5 do Código de governo das sociedades alemão (GCGC), deter mais do que o número permitido de mandatos no Conselho de Fiscalização ou mandatos em órgãos de fiscalização de sociedades que tenham requisitos semelhantes. Um membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG pode ser simultaneamente membro do órgão de fiscalização de um máximo de cinco sociedades (incluindo o Deutsche Bank AG). Se um membro do Conselho de Fiscalização for também administrador executivo de uma empresa, esse membro do Conselho de Fiscalização pode ser simultaneamente membro do órgão de fiscalização de um máximo de três empresas (incluindo o Deutsche Bank AG). Os fatores decisivos para determinar se é esse o caso são os requisitos regulamentares da autoridade de supervisão, tendo em conta a legislação local. O cumprimento deste regulamento estatutário é continuamente monitorizado pelas autoridades reguladoras. Em caso de excesso de cargos de direção, as autoridades de supervisão podem exigir que o Deutsche Bank AG revogue a nomeação de um membro do Conselho de Fiscalização e proíba esse membro de exercer as suas funções. No exercício anterior, foram cumpridos os requisitos relativos ao número admissível de mandatos do conselho de fiscalização exercidos em simultâneo.

No que respeita aos requisitos de divulgação de informações previstos nas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) 2 GOV-1 21. (e) e a definição aí especificada de "membros independentes do Conselho de Administração", 100% dos membros do Conselho de Fiscalização são independentes na aceção do ESRS. No exercício financeiro anterior, não havia antigos membros do Conselho de Administração no Conselho de Fiscalização.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank AG tem relações comerciais. As transações comerciais do Deutsche Bank AG com estas empresas foram realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Na opinião do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, estas transações não afetaram a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Peritos do Comité do Conselho de Fiscalização

Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que os seguintes membros do Comité de Auditoria são "Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria", conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002: Dr.ª Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Frank Witter. Estes Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos.

Além disso, o Conselho de Fiscalização determinou, de acordo com os artigos 107.º n.º 4 e 100.º, n.º 5 da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e com o artigo 25.º-D, n.º 9 da Lei Bancária Alemã (KWG), que a Dra. Dagmar Valcárcel, o Dr. Theodor Weimer, o Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Frank Witter possuem conhecimentos especializados em contabilidade financeira e auditoria de demonstrações financeiras.

A Dr.ª Dagmar Valcárcel possui conhecimentos especializados nas áreas da contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Presidente do Conselho de Administração da Andbank Asset Management Luxembourg S.A. e da Barclays Vida y Pensiones, S.A.U. e ao seu trabalho atual como membro do Conselho de Administração da Antin Infrastructure Partners S.A. O Dr. Theodor Weimer possui conhecimentos especializados nas áreas de contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Diretor Executivo da HypoVereinsbank/UniCredit AG e como antigo membro do Comité de Auditoria da ERGO Gruppe AG, bem como ao seu trabalho como Presidente do Conselho Executivo da Deutsche Börse AG. O Professor Dr. Norbert Winkeljohann possui conhecimentos especializados nos domínios da contabilidade e auditoria através das suas habilitações académicas e formação como auditor e dos seus muitos anos de experiência como auditor em várias sociedades de auditoria e como Presidente do Conselho de Administração da PwC Europe SE. Frank Witter possui conhecimentos especializados nos domínios da contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Diretor Financeiro da Volkswagen AG e como Presidente do Conselho de Administração da Volkswagen Financial Services AG.

Especialistas de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações

Nos termos do artigo 25.º-D, n.º 12 da Lei Bancária Alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comité de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. Com base na recomendação do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização decidiu nomear a Dr.ª Dagmar Valcárcel, Alexander Wynaendts e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann como especialistas em remunerações do Comité de Controlo de Remunerações. Todos possuem conhecimentos e experiência profissional no domínio da gestão e controlo dos riscos, nomeadamente no que se refere aos mecanismos de alinhamento dos sistemas de remuneração com a apetência e a estratégia global de risco da sociedade e com a sua base de capital. Por conseguinte, cumprem os requisitos do artigo 25.º-D, n.º 12 da Lei Bancária Alemã (KWG). A Dr.ª Valcárcel tem uma vasta experiência jurídica em matéria de quadros de remuneração, incluindo riscos de reputação, desde o seu tempo como, entre outras funções, Diretora do Departamento Jurídico do Barclays PLC para a Europa Ocidental. Com base nos seus anos de experiência como Presidente do Conselho de Administração e/ou Diretor Executivo, Alexander Wynaendts e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann possuem conhecimentos especializados e experiência profissional suficientes na área da gestão e controlo do risco.

Participação no capital dos membros do Conselho de Fiscalização

Os membros individuais do Conselho de Fiscalização detinham o seguinte número de ações (e prémios em ações ao abrigo de planos de ações para trabalhadores):

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prémios em ações
Alexander Wynaendts	6.866	0
Susanne Bleidt	0	0
Mayree Clark	109.444	0
Jan Duscheck	0	0
Manja Eifert	208	10
Claudia Fieber	401	10
Sigmar Gabriel	1.373	0
Florian Haggenmiller	0	0
Timo Heider	0	0
Frank Schulze	587	0
Gerlinde M. Siebert	5.478	7.097
Yngve Slyngstad	1.200	0
Stephan Szukalski	0	0
John Alexander Thain	100.000	0
Jürgen Tögel	1.161	10
Michele Trogni	15.000	0
Dr. Dagmar Valcárcel	1.602	0
Dr. Theodor Weimer	108.000	0
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	4.150	0
Frank Witter	1.853	0
Total	357.323	7.127

[1] A Sra. Siebert tem direito a 7.097 ações como parte da sua remuneração variável diferida como colaboradora. Estes prémios em ações deverão ser entregues nos anos de 2025 a 2027.

Em 7 de fevereiro de 2025, os membros do Conselho de Fiscalização detinham 357.323 ações, o que representa menos de 0,02% das ações emitidas nesse dia.

A coluna "Número de prémios em ações" no quadro indica os prémios em ações concedidos no âmbito do Global Share Purchase Plan aos membros do Conselho de Fiscalização que são colaboradores do Deutsche Bank ("Prémios Correspondentes"), que estão programados para lhes serem entregues em 1 de novembro de 2025, bem como os Prémios Restritos em Ações (prémios de ações diferidas), que são concedidos a colaboradores com remuneração variável diferida. Os Prémios Restritos em Ações são indicados com uma nota de rodapé no quadro e são fornecidos mais detalhes sobre os mesmos enquanto instrumento de remuneração no "Relatório de remuneração dos trabalhadores".

O Relatório de Remuneração relativo ao exercício anterior e o relatório do auditor, nos termos do artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o sistema de remuneração atualmente em vigor, nos termos do artigo 87.º-A, n.º 1 e n.º 2, frase 1, da AktG, bem como a última deliberação sobre a remuneração, nos termos do artigo 113.º, n.º 3, da AktG, estão disponíveis no website: www.db.com (nas rubricas "Relatórios e eventos" e "Relatórios anuais" da secção "Relações com investidores").

Conceito de diversidade

A Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) exige que uma empresa cotada em bolsa e com três ou mais membros do Conselho de Administração, como é o caso do Deutsche Bank, tenha pelo menos uma mulher e um homem como membros do seu Conselho de Administração, sem o que a nomeação fica sem efeito. Além disso, a promoção da diversidade no Conselho de Administração é muito importante para o Conselho de Fiscalização, que está a abordar intensamente este tema. Está a trabalhar ativamente na diversidade do Conselho de Administração, por exemplo, em termos de género, nacionalidade e idade, bem como de diferentes origens e mentalidades.

Além disso, a AktG exige que o Conselho de Administração de uma sociedade cotada estabeleça objetivos para a percentagem de mulheres nos dois níveis de gestão abaixo do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração empenham-se e devem ser um modelo a seguir pelo banco no que se refere à diversidade, equidade e inclusão. Em conformidade com os valores e convicções do banco especificados acima, a diversidade na composição do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração também facilita o correto desempenho das tarefas e deveres que lhes são atribuídos por lei, pelos Estatutos e pelos Termos de Referência.

A diversidade é um fator decisivo para o sucesso do Deutsche Bank, enquanto parte integrante da sua estratégia como banco europeu líder, com um alcance global e um forte mercado interno na Alemanha. A diversidade, a equidade e a inclusão ajudam o Deutsche Bank a estabelecer e a reforçar as relações com os seus clientes e parceiros nas sociedades onde o banco desenvolve a sua atividade.

A idade, o género e o percurso académico e profissional sempre foram considerados aspetos-chave do entendimento mais abrangente de diversidade no Deutsche Bank.

O banco está convicto de que a diversidade, a equidade e a inclusão estimulam a inovação, por exemplo, e ajudam o banco a tomar decisões mais equilibradas, desempenhando assim um papel decisivo no sucesso do Deutsche Bank. Assim, a diversidade e inclusão são componentes fundamentais dos valores e convicções do banco e do respetivo Código de Conduta.

Os objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão, a quota de género e a divulgação nos termos do artigo 96.º, n.º 2 da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs (AktG) estão descritos na "Declaração de Sustentabilidade", na secção "Força de trabalho própria"

Conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização

O conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização e a sua implementação são descritos na secção "Conselho de Fiscalização - Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação".

Conceito de diversidade e planeamento de sucessões para o Conselho de Administração

Através da composição do Conselho de Administração, é necessário assegurar que os membros têm, sempre, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar adequadamente as suas tarefas. Em conformidade, ao selecionar os membros para o Conselho de Administração, é necessário assegurar que estes têm coletivamente conhecimentos especializados e diversidade suficiente no âmbito dos objetivos acima indicados. Além disso, o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração devem assegurar o planeamento da sucessão a longo prazo.

A lei que complementa e altera os regulamentos sobre a igualdade de participação de mulheres e homens em cargos de gestão nos setores público e privado (Lei da Igualdade de Participação II (FüPoG II)) exige que pelo menos uma mulher e um homem sejam nomeados para um conselho de administração com mais de três membros, mas não devem ser estabelecidos objetivos adicionais. O banco cumpriu este requisito em 31 de dezembro de 2024, uma vez que tem duas mulheres no Conselho de Administração. Em geral, um membro do Conselho de Administração não deverá, no final do seu mandato, ter idade superior à idade normal de reforma, de acordo com as regras do regime de seguro de pensão obrigatório aplicável na Alemanha para o segurado de longa duração requerer uma pensão de reforma antecipada.

Implementação

De acordo com a legislação, os Estatutos e os Termos de referência, o Conselho de Fiscalização adotou um perfil de candidato para os membros do Conselho de Administração, com base numa proposta do Comité de Nomeações. Este perfil têm em consideração uma "Matriz de conhecimentos especializados e competências" que especifica, entre outros, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar as tarefas de membro do Conselho de Administração, a fim de desenvolver e implementar com sucesso a estratégia do banco no respetivo mercado ou na respetiva divisão e enquanto órgão de gestão coletivamente. O Conselho de Administração analisa planos de sucessão para posições do Conselho de Administração, tanto a nível individual como coletivo. Os planos de sucessão individuais são revistos e os candidatos à sucessão interna são discutidos em pormenor com base no potencial, nas competências de liderança e na experiência, bem como na adequação e idoneidade. Uma vez que a diversidade de género é um aspeto fundamental para o Deutsche Bank, no que respeita à sucessão, são aplicadas métricas e análises de dados para apoiar este processo. Após aprovação pelo Conselho de Administração, estes planos são submetidos ao Comité de Nomeações e ao Conselho de Fiscalização, em princípio, numa reunião para deliberação alargada.

Na identificação de candidatos para preencher uma vaga no Conselho de Administração do banco, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem em consideração o equilíbrio de diversidade apropriado de todos os membros do Conselho de Administração coletivamente. Além disso, também tem em consideração os objetivos definidos pelo Conselho de Fiscalização em conformidade com os requisitos estatutários para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Administração coletivamente.

Resultados alcançados no exercício financeiro de 2024

Em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração era composto por duas mulheres (20%) e oito homens.

A estrutura etária é diversificada, variando entre 49 e 58 anos de idade em 31 de dezembro de 2024, nove anos.

Tendo em conta a estratégia do banco como banco europeu líder com um alcance global e um forte mercado doméstico na Alemanha, cinco dos dez membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2024 são de origem alemã. Além disso, os membros do Conselho de Administração são provenientes de Itália, Reino Unido, França, Austrália, Nova Zelândia e Suíça. No entanto, a diversidade étnica do Conselho de Administração não reflete atualmente toda a diversidade dos mercados em que o banco exerce a sua atividade, nem a diversidade dos trabalhadores do Deutsche Bank.

A diversidade de percursos académicos e profissionais dos membros do Conselho de Administração inclui contabilidade, banca, administração de empresas, economia, engenharia financeira, literatura, direito e filosofia.

Para além das informações apresentadas na presente Declaração sobre o Governo da Sociedade, o banco presta informações transparentes sobre a diversidade do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial Alemão nas secções "Conselho de Administração" e "Conselho de Fiscalização", bem como no website do banco: www.db.com (Título: "Relações com os investidores", "Governo da sociedade", "Conselho de Administração").

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 36 “Operações com partes relacionadas”.

Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

Código de conduta e código de ética para responsáveis financeiros seniores do Grupo Deutsche Bank

O Código de Conduta do Grupo Deutsche Bank determina o propósito, os valores e as convicções do Deutsche Banks, bem como as normas mínimas de conduta que o banco espera que todos os membros do Conselho de Administração e os trabalhadores sigam. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores com os clientes, concorrentes, parceiros comerciais, autoridades governamentais e reguladoras e acionistas do banco, bem como com outros colaboradores. Além disso, o Código constitui a pedra angular das políticas do banco, que fornecem orientações sobre o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, o banco adotou um Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos "responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, o presidente do Conselho de Administração do Deutsche Bank e o diretor financeiro, bem como outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este Código de ética em 2024.

As versões atuais do código de conduta e do código de ética e para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: www.db.com/ir/en/documents.htm.

Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank criou uma função de Governação do Grupo para definir, implementar e monitorizar o quadro de governação corporativo do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank e para desempenhar esta função de governação em todo o Grupo. A função Governação do Grupo aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se principalmente em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os elementos-chave do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da sociedade em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios claros de governo da sociedade.

Todos os detalhes sobre o governo da sociedade estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

De acordo com a legislação alemã, o auditor principal do Deutsche Bank é nomeado na Assembleia Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização elabora essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft (EY) foi o auditor principal do banco para os exercícios de 2023 e 2024, respetivamente.

As tabelas abaixo apresentam o total dos honorários cobrados para cada um dos dois últimos exercícios pela EY em cada uma das seguintes categorias: (1) Os honorários de auditoria incluem os honorários por serviços profissionais de auditoria das demonstrações financeiras anuais e consolidadas do Deutsche Bank e não incluem os honorários de auditoria da DWS e das suas filiais que não são auditadas pela EY, (2) os honorários relacionados com a auditoria incluem os honorários por outros serviços de garantia exigidos por lei ou pelos regulamentos, em particular para a certificação específica de serviços financeiros, para revisões trimestrais, para auditorias de fusões e aquisições, bem como honorários por serviços de garantia voluntários, (3) os honorários relacionados com a fiscalidade incluem honorários por serviços relacionados com a preparação e revisão de declarações fiscais e assistência e aconselhamento em matéria de conformidade, consultoria e aconselhamento fiscal relacionados com iniciativas de planeamento fiscal e assistência na avaliação da conformidade com a regulamentação fiscal, e (4) todos os outros honorários, que são honorários por produtos e serviços que não os honorários de auditoria, os honorários relacionados com a auditoria e os honorários relacionados com a fiscalidade. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Honorários cobrados pela EY

Categoria de honorários em milhões de euros		2024	2023
Honorários por serviços de auditoria		69	66
Honorários relacionados com auditoria		10	12
Honorários por serviços de consultoria fiscal		0	0
Todas as outras comissões		1	0
Total de comissões	[1]	**80**	78

Nos termos dos regulamentos da SEC, os honorários do auditor externo devem ser apresentados da seguinte forma: os honorários de auditoria foram de 72 milhões de euros em 2024, em comparação com 68 milhões de euros em 2023, os honorários relacionados com auditoria foram de 7 milhões de euros em 2024, em comparação com 10 milhões de euros em 2023, os honorários relativos a impostos foram de 0 milhões de euros em 2024 e 2023, e todos os outros honorários foram de 1 milhão de euros em 2024, em comparação com 0 milhões de euros em 2023.

A legislação e a regulamentação dos Estados Unidos exigem, em geral, que todas as contratações do revisor oficial de contas principal do Deutsche Bank sejam previamente aprovadas pelo Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização do Banco, ou de acordo com as políticas e procedimentos por este adotados. O Comité de Auditoria elaborou uma lista de serviços de revisão de contas, de serviços relacionados com a revisão de contas e de serviços fiscais previamente aprovados, que autorizou o Departamento Financeiro a contratar ao revisor oficial de contas principal do Deutsche Bank, se os custos estimados forem iguais ou inferiores a 1 milhão de euros. O Comité de Auditoria também elaborou uma lista de serviços de auditoria pré-aprovados, que autorizou o Departamento Financeiro e Contabilístico Principal a contratar ao revisor oficial de contas principal do Deutsche Bank, com custos estimados superiores a 1 milhão de euros. Todos os pedidos de contratação de serviços de auditoria, serviços relacionados com a auditoria e serviços fiscais que não constem da lista pré-aprovada de serviços especificados têm de ser aprovados pelo Comité de Auditoria. O Departamento Financeiro e de Contabilidade informa periodicamente o Comité de Auditoria sobre os compromissos por si aprovados. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Adicionalmente, as leis e regulamentos dos Estados Unidos permitem que o requisito de pré-aprovação seja dispensado no que diz respeito a contratações de serviços que não sejam de auditoria, que não excedam cinco por cento do montante total das receitas pagas pelo banco ao auditor principal, se essas contratações não forem reconhecidas pelo banco no momento da contratação e forem prontamente levadas ao conhecimento do Comité de Auditoria do banco ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2023 e 2024, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao auditor principal do Deutsche Bank pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeito a tal isenção foi inferior a 5%.

5

Tabelas do Artigo 8.º

39 Divulgações tabulares em conformidade com o Artigo 8.º do Regulamento Taxonomia

40 Tabela 1.1: Ativos para o cálculo do GAR (KPI de volume de negócios)

44 Tabela 1.2: Ativos para o cálculo do GAR (KPI CapEx)

48 Tabela 2.1: Informações do setor GAR (KPI de volume de negócios)

56 Tabela 2.2: Informações do setor GAR (KPI CapEx)

64 Tabela 3.1: Stock KPI do GAR (Volume de negócios)

68 Tabela 3.2: Stock KPI do GAR (CapEx)

72 Tabela 4.1: Fluxo de KPI do GAR (KPI de volume de negócios)

76 Tabela 4.2: Fluxo de KPI do GAR (KPI CapEx)

80 Tabela 5.1: KPI de exposições extrapatrimoniais (stock de KPI de volume de negócios)

81 Tabela 5.2: KPI de exposições extrapatrimoniais (fluxo de KPI do volume de negócios)

82 Tabela 5.3: KPI de exposições extrapatrimoniais (stock de KPI CapEx)

83 Tabela 5.4: KPI de exposições extrapatrimoniais (fluxo de KPI CapEx)

84 Atividades relacionadas com a energia nuclear e os gases fósseis – KPI de volume de negócios

85 Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (denominador) – KPI de volume de negócios

90 Atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia mas não alinhadas com a taxonomia – KPI de volume de negócios

92 Taxonomia das atividades económicas não elegíveis – KPI de volume de negócios

Divulgações tabulares em conformidade com o Artigo 8.º do Regulamento Taxonomia

As tabelas 1.1 e 1.2 "Ativos para o cálculo do GAR" destacam a composição do numerador e do denominador do rácio. As posições em risco são apresentadas por tipo de contraparte, por exemplo, empresas financeiras, empresas não financeiras e famílias, e ainda divididas por tipo de produto, por exemplo, empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital. Os ativos que não são considerados no cálculo do GAR, ou seja, as posições em risco sobre as administrações centrais e os emitentes supranacionais, as posições em risco sobre os bancos centrais e a carteira de negociação, são também apresentados nestas tabelas. Por último, as tabelas incluem as posições em risco extrapatrimoniais relativas a garantias financeiras e ativos sob gestão com empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do NFRD. Os ativos sob gestão refletem o total das posições no âmbito do Private Bank e de Asset Management (DWS).

A elegibilidade e o alinhamento da taxonomia são avaliados para as exposições que são incluídas no numerador GAR. Para o final do ano de 2024, o Deutsche Bank está a comunicar a elegibilidade e o alinhamento da taxonomia para os objetivos de atenuação e adaptação às alterações climáticas, bem como a elegibilidade da taxonomia para os quatro restantes objetivos ambientais (recursos hídricos e marinhos, economia circular, prevenção e controlo da poluição, biodiversidade e ecossistemas).

As tabelas são duplicadas com base nos indicadores-chave de volume de negócios e de despesas de capital das contrapartes do banco para as posições em risco relativas a empréstimos para fins gerais, enquanto as posições em risco com utilização conhecida das receitas são apresentadas em ambas as tabelas da mesma forma.

As tabelas 2.1 e 2.2 "Informações setoriais GAR" apresentam as exposições da carteira bancária aos setores abrangidos pela bússola da taxonomia da UE no âmbito dos objetivos de atenuação e adaptação às alterações climáticas. Os códigos NACE devem ser apresentados no nível 4 e baseiam-se na atividade principal da contraparte. Para as contrapartes que sejam sociedades gestoras de participações sociais, o setor da NACE da atividade principal da contraparte específica controlada pela sociedade gestora de participações sociais é considerado para efeitos de reporte. As tabelas são duplicadas com base nos indicadores-chave de volume de negócios e de despesas de capital das contrapartes do banco para as posições em risco relativas a empréstimos para fins gerais.

As tabelas 3.1 e 3.2 "Stock KPI do GAR" apresentam os KPI do GAR com base nos dados divulgados nas tabelas 1.1 e 1.2, respetivamente. Os KPI do presente modelo refletem a proporção de posições em risco relacionadas com atividades elegíveis e alinhadas com a taxonomia, em comparação com os ativos cobertos. As tabelas são duplicadas com base nos indicadores-chave de volume de negócios e de despesas de capital das contrapartes do banco para as posições em risco relativas a empréstimos para fins gerais.

As tabelas 4.1 e 4.2 "Fluxo KPI do GAR" destacam os KPI do GAR sobre o fluxo de empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio elegíveis e alinhados com a nova taxonomia para as empresas e famílias relevantes para o NRFD em relação ao fluxo total de empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio para empresas financeiras e não financeiras e famílias. Os dados de fluxos são calculados utilizando o montante contabilístico bruto das posições em risco na origem (ou seja, novos empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida, instrumentos de capital) incorridos entre janeiro e dezembro de 2024. As tabelas são duplicadas com base nos indicadores-chave de volume de negócios e de despesas de capital das contrapartes do banco para as posições em risco relativas a empréstimos para fins gerais.

As tabelas 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 "KPI de posições em risco extrapatrimoniais" apresentam os KPI de exposições extrapatrimoniais, garantias financeiras e ativos sob gestão, em termos de existências e de fluxos, calculados com base nos dados divulgados nas tabelas 1.1 e 1.2, respetivamente. Os dados relativos aos ativos sob gestão refletem o total das posições no âmbito do Private Bank e de Asset Management (DWS). Uma vez que os Atos Delegados de Divulgação e os documentos de Perguntas Frequentes da Comissão Europeia não fornecem qualquer definição de fluxos para os ativos sob gestão, o Deutsche Bank avalia-os com base nos fluxos líquidos, em conformidade com a prática comum do setor em matéria de comunicação dos ativos sob gestão. Nos casos em que os fluxos líquidos foram negativos no período de referência, os KPI da taxonomia da UE daí resultantes são fixados em zero.

Por último, as tabelas relativas à energia nuclear e ao gás fóssil são utilizadas para comunicar o alinhamento taxonómico das posições em risco sobre contrapartes envolvidas em seis atividades de energia nuclear e de gás fóssil previstas no Ato Delegado Complementar em matéria de Clima da UE 2022/1214. São apresentadas tabelas para as exposições patrimoniais no âmbito do KPI do stock do GAR, bem como para as exposições extrapatrimoniais. As tabelas relativas ao KPI de fluxos do GAR não são apresentadas devido à imaterialidade das posições em risco. Todas as tabelas são duplicadas com base nos indicadores-chave de volume de negócios e de despesas de capital das contrapartes do banco para as posições em risco relativas a empréstimos para fins gerais.

Os números apresentados nas tabelas seguintes podem não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. As células em branco representam pontos de dados que não têm de ser comunicados com base nos modelos prescritos pelo Regulamento Taxonomia da UE e pelos Atos Delegados de Divulgação conexos.

Tabela 1.1: Ativos para o cálculo do GAR (KPI de volume de negócios)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
											31 dez 2024
						Atenuação das alterações climáticas (CCM)					Adaptação às alterações climáticas (CCA)
					Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)						Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)
				Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)						Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)	
	em milhões de euros	Valor contabilístico total [bruto]			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	234.124	172.994	6.079	4.986	57	561	294	18	0	7
2	Compromissos financeiros	22.212	4.507	367	0	28	93	10	4	0	4
3	Instituições de crédito	17.525	3.663	271	0	27	25	6	0	0	0
4	Empréstimos e adiantamentos	17.086	3.627	270	0	27	25	6	0	0	0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	438	36	1	0	0	0	0	0	0	0
6	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
7	Outras sociedades financeiras	4.688	844	96	0	1	67	4	4	0	4
8	dos quais empresas de investimento	2.970	622	69	0	0	62	4	4	0	4
9	Empréstimos e adiantamentos	2.970	622	69	0	0	62	4	4	0	4
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
12	dos quais sociedades de gestão	760	30	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Empréstimos e adiantamentos	760	30	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
16	dos quais empresas de seguros	958	193	27	0	1	5	0	0	0	0
17	Empréstimos e adiantamentos	958	193	27	0	1	5	0	0	0	0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
20	Compromissos não financeiros	12.313	2.980	742	16	28	469	284	14	0	3
21	Empréstimos e adiantamentos	12.094	2.902	742	16	28	469	284	14	0	3
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	220	78	0	0	0	0	0	0	0	0
23	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
24	Famílias	199.587	165.497	4.970	4.970	0	0	0	0	0	0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	159.075	159.071	4.970	4.970	0	0	0	0	0	0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	2.948	2.948	0	0	0	0	0	0	0	0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	3.478	3.478	0	0	0	0				
28	Financiamento das administrações locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	Financiamento da habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	Outros financiamentos da administração local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	11	11	0	0	0	0	0	0	0	0
32	Ativos excluídos do numerador para o cálculo do GAR (abrangidos no denominador)	381.248									
33	Compromissos financeiros e não financeiros	349.350									
34	PME e SNF (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do NFRD	125.585									
35	Empréstimos e adiantamentos	122.858									
36	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	21.540									
37	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	629									
38	Títulos de dívida	2.258									
39	Instrumentos de capital	469									
40	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do NFRD	223.765									
41	Empréstimos e adiantamentos	214.331									
42	Títulos de dívida	8.416									
43	Instrumentos de capital	1.018									
44	Derivados	1.151									
45	Empréstimos interbancários à vista	6.109									
46	Caixa e ativos relacionados com caixa	1.896									
47	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, mercadorias, etc.)	22.742									
48	Total de ativos GAR	615.372	172.994	6.079	4.986	57	561	294	18	0	7
49	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR	773.661									
50	Administrações centrais e emitentes supranacionais	152.482									
51	Exposição dos bancos centrais	155.851									
52	Carteira de negociação	465.328									
53	Total do ativo	1.389.033	172.994	6.079	4.986	57	561	294	18	0	7
	Posições em risco extrapatrimoniais - Empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do NFRD										
54	Garantias financeiras	32.780	1.433	781	0	7	665	58	2	0	2
55	Ativos sob gestão	1.206.884	84.162	16.673	0	864	9.222	3.895	413	0	187
56	Dos quais títulos de dívida	252.814	3	3	0	0	2	0	0	0	0
57	Dos quais instrumentos de capital próprio	590.595	7.933	3.299	0	37	2.489	294	14	0	5

		k	o	s	w	ab	ac	ad	ae	af
										31 dez 2024
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)				
		Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				
						Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)				
em milhões de euros								Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador	**0**	**0**	**0**	**0**					
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	2	118	48	0	173.456	6.097	4.986	57	568
2	Compromissos financeiros	0	13	0	0	4.530	371	0	28	96
3	Instituições de crédito	0	1	0	0	3.669	271	0	27	25
4	Empréstimos e adiantamentos	0	1	0	0	3.634	270	0	27	25
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	36	1	0	0	0
6	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
7	Outras sociedades financeiras	0	12	0	0	861	100	0	1	71
8	dos quais empresas de investimento	0	12	0	0	638	73	0	0	66
9	Empréstimos e adiantamentos	0	12	0	0	638	73	0	0	66
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
12	dos quais sociedades de gestão	0	0	0	0	30	0	0	0	0
13	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	30	0	0	0	0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
16	dos quais empresas de seguros	0	0	0	0	193	27	0	1	5
17	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	193	27	0	1	5
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
20	Compromissos não financeiros	2	105	48	0	3.419	756	16	28	471
21	Empréstimos e adiantamentos	2	105	48	0	3.341	756	16	28	471
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	78	0	0	0	0
23	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
24	Famílias	0	0	0	0	165.497	4.970	4.970	0	0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0	0	0	0	159.071	4.970	4.970	0	0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0	0	0	0	2.948	0	0	0	0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0	0	0	0	3.478	0	0	0	0
28	Financiamento das administrações locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	Financiamento da habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	Outros financiamentos da administração local	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0	0	0	0	11	0	0	0	0
32	Ativos excluídos do numerador para o cálculo do GAR (abrangidos no denominador)	0	0	0	0					
33	Compromissos financeiros e não financeiros	0	0	0	0					
34	PME e SNF (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do NFRD	0	0	0	0					
35	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0					
36	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	0	0	0	0					
37	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0	0	0	0					
38	Títulos de dívida	0	0	0	0					
39	Instrumentos de capital	0	0	0	0					
40	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do NFRD	0	0	0	0					
41	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0					
42	Títulos de dívida	0	0	0	0					
43	Instrumentos de capital	0	0	0	0					
44	Derivados	0	0	0	0					
45	Empréstimos interbancários à vista	0	0	0	0					
46	Caixa e ativos relacionados com caixa	0	0	0	0					
47	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, mercadorias, etc.)	0	0	0	0					
48	Total de ativos GAR	2	118	48	0	173.456	6.097	4.986	57	568
49	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR	0	0	0	0					
50	Administrações centrais e emitentes supranacionais	0	0	0	0					
51	Exposição dos bancos centrais	0	0	0	0					
52	Carteira de negociação	0	0	0	0					
53	Total do ativo	2	118	48	0	173.456	6.097	4.986	57	568
	Posições em risco extrapatrimoniais - Empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do NFRD									
54	Garantias financeiras	6	61	38	0	1.596	783	0	7	667
55	Ativos sob gestão	186	3078	3249	313	94.884	17.086	0	864	9.409
56	Dos quais títulos de dívida	0	0	0	0	4	3	0	0	2
57	Dos quais instrumentos de capital próprio	11	448	531	82	9.298	3.313	0	37	2.494

		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
											31 dez 2023
							Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
						Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)
						Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)					Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)
	em milhões de euros	Valor contabilístico total [bruto]			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	236.209	172.463	7.493	6.606	109	412	64	53	0	12
2	Compromissos financeiros	13.012	2.308	57	0	0	55	5	3	0	1
3	Instituições de crédito	10.102	1.582	0	0	0	0	0	0	0	0
4	Empréstimos e adiantamentos	9.244	1.581	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	858	1	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
7	Outras sociedades financeiras	2.910	726	57	0	0	55	5	3	0	1
8	dos quais empresas de investimento	924	617	56	0	0	54	5	3	0	1
9	Empréstimos e adiantamentos	924	617	56	0	0	54	5	3	0	1
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
12	dos quais sociedades de gestão	911	45	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Empréstimos e adiantamentos	911	45	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
16	dos quais empresas de seguros	1.074	64	0	0	0	0	0	0	0	0
17	Empréstimos e adiantamentos	1.074	64	0	0	0	0	0	0	0	0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
20	Compromissos não financeiros	12.394	3.188	831	0	109	358	60	49	0	12
21	Empréstimos e adiantamentos	12.278	3.076	830	0	109	357	60	49	0	12
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	114	111	0	0	0	0	0	0	0	0
23	Instrumentos de capital	2	1	1		0	0	0	0		0
24	Famílias	210.792	166.967	6.606	6.606	0	0	0	0	0	0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	161.427	161.427	6.606	6.606	0	0	0	0	0	0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	2.562	2.562	0	0	0	0	0	0	0	0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	2.978	2.978	0	0	0	0				
28	Financiamento das administrações locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	Financiamento da habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	Outros financiamentos da administração local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32	Ativos excluídos do numerador para o cálculo do GAR (abrangidos no denominador)	344.746									
33	Compromissos financeiros e não financeiros	310.689									
34	PME e SNF (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do NFRD	126.832									
35	Empréstimos e adiantamentos	123.016									
36	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	21.835									
37	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	125									
38	Títulos de dívida	3.424									
39	Instrumentos de capital	393									
40	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do NFRD	183.857									
41	Empréstimos e adiantamentos	175.400									
42	Títulos de dívida	7.561									
43	Instrumentos de capital	896									
44	Derivados	1.225									
45	Empréstimos interbancários à vista	6.048									
46	Caixa e ativos relacionados com caixa	1.774									
47	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, mercadorias, etc.)	25.010									
48	Total de ativos GAR	580.956	172.462	7.493	6.606	109	412	66	55	0	14
49	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR	733.277									
50	Administrações centrais e emitentes supranacionais	145.031									
51	Exposição dos bancos centrais	186.931									
52	Carteira de negociação	401.315									
53	Total do ativo	1.314.232	172.462	7.493	6.606	109	412	66	55	0	14
	Posições em risco extrapatrimoniais - Empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do NFRD										
54	Garantias financeiras	29.422	976	149	0	2	65	25	4	0	3
55	Ativos sob gestão	1.074.167	91.297	8.449	0	397	4.568	848	186	0	59
56	Dos quais títulos de dívida	176.915	1.592	189	0	4	72	21	3	0	3
57	Dos quais instrumentos de capital próprio	465.024	12.028	1.978	0	148	1.327	117	131	0	5

		k	o	s	w	ab	ac	ad	ae	af
										31 dez 2023
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)				
		Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				
						Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)				
em milhões de euros								Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador	**0**	**0**	**0**	**0**					
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0	0	0	0	172.527	7.546	6.606	109	424
2	Compromissos financeiros	0	0	0	0	2.312	60	0	0	55
3	Instituições de crédito	0	0	0	0	1.582	0	0	0	0
4	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	1.581	0	0	0	0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	1	0	0	0	0
6	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
7	Outras sociedades financeiras	0	0	0	0	730	60	0	0	55
8	dos quais empresas de investimento	0	0	0	0	621	60	0	0	55
9	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	621	60	0	0	55
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
12	dos quais sociedades de gestão	0	0	0	0	45	0	0	0	0
13	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	45	0	0	0	0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
16	dos quais empresas de seguros	0	0	0	0	64	0	0	0	0
17	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	64	0	0	0	0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
20	Compromissos não financeiros	0	0	0	0	3.248	880	0	109	369
21	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	3.135	879	0	109	369
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	111	0	0	0	0
23	Instrumentos de capital	0	0	0	0	1	1		0	0
24	Famílias	0	0	0	0	166.967	6.606	6.606	0	0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0	0	0	0	161.427	6.606	6.606	0	0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0	0	0	0	2.562	0	0	0	0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0	0	0	0	2.978	0	0	0	0
28	Financiamento das administrações locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	Financiamento da habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	Outros financiamentos da administração local	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32	Ativos excluídos do numerador para o cálculo do GAR (abrangidos no denominador)	0	0	0	0					
33	Compromissos financeiros e não financeiros	0	0	0	0					
34	PME e SNF (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do NFRD	0	0	0	0					
35	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0					
36	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	0	0	0	0					
37	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0	0	0	0					
38	Títulos de dívida	0	0	0	0					
39	Instrumentos de capital	0	0	0	0					
40	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do NFRD	0	0	0	0					
41	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0					
42	Títulos de dívida	0	0	0	0					
43	Instrumentos de capital	0	0	0	0					
44	Derivados	0	0	0	0					
45	Empréstimos interbancários à vista	0	0	0	0					
46	Caixa e ativos relacionados com caixa	0	0	0	0					
47	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, mercadorias, etc.)	0	0	0	0					
48	Total de ativos GAR	0	0	0	0	172.527	7.548	6.606	109	426
49	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR	0	0	0	0					
50	Administrações centrais e emitentes supranacionais	0	0	0	0					
51	Exposição dos bancos centrais	0	0	0	0					
52	Carteira de negociação	0	0	0	0					
53	Total do ativo	0	0	0	0	172.527	7.548	6.606	109	426
	Posições em risco extrapatrimoniais - Empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do NFRD									
54	Garantias financeiras	0	0	0	0	1.001	153	0	2	67
55	Ativos sob gestão	0	0	0	0	92.145	8.635	0	397	4.627
56	Dos quais títulos de dívida	0	0	0	0	1.613	193	0	4	74
57	Dos quais instrumentos de capital próprio	0	0	0	0	12.145	2.109	0	148	1.332

Tabela 1.2: Ativos para o cálculo do GAR (KPI CapEx)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
											31 dez 2024
							Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
							Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)
							Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)				Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)
	em milhões de euros	Valor contabilístico total [bruto]			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	234.124	174.312	7.158	4.986	145	1.065	551	150	0	30
2	Compromissos financeiros	22.212	4.590	532	0	39	167	33	17	0	15
3	Instituições de crédito	17.525	3.659	322	0	33	47	15	1	0	0
4	Empréstimos e adiantamentos	17.086	3.636	321	0	33	47	15	1	0	0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	438	23	2	0	0	0	0	0	0	0
6	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
7	Outras sociedades financeiras	4.688	931	210	0	6	120	18	16	0	15
8	dos quais empresas de investimento	2.970	698	174	0	4	111	15	15	0	15
9	Empréstimos e adiantamentos	2.970	698	174	0	4	111	15	15	0	15
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
12	dos quais sociedades de gestão	760	30	0	0	0	0	0	0	0	0
13	Empréstimos e adiantamentos	760	30	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
16	dos quais empresas de seguros	958	203	35	0	2	9	3	1	0	0
17	Empréstimos e adiantamentos	958	203	35	0	2	9	3	1	0	0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
20	Compromissos não financeiros	12.313	4.215	1.657	16	106	898	518	133	0	15
21	Empréstimos e adiantamentos	12.094	4.136	1.655	16	106	896	518	133	0	15
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	220	79	2	0	0	2	0	0	0	0
23	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
24	Famílias	199.587	165.497	4.970	4.970	0	0	0	0	0	0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	159.075	159.071	4.970	4.970	0	0	0	0	0	0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	2.948	2.948	0	0	0	0	0	0	0	0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	3.478	3.478	0	0	0	0				
28	Financiamento das administrações locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	Financiamento da habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	Outros financiamentos da administração local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	11	11	0	0	0	0	0	0	0	0
32	Ativos excluídos do numerador para o cálculo do GAR (abrangidos no denominador)	381.248									
33	Compromissos financeiros e não financeiros	349.350									
34	PME e SNF (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do NFRD	125.585									
35	Empréstimos e adiantamentos	122.858									
36	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	21.540									
37	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	629									
38	Títulos de dívida	2.258									
39	Instrumentos de capital	469									
40	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do NFRD	223.765									
41	Empréstimos e adiantamentos	214.331									
42	Títulos de dívida	8.416									
43	Instrumentos de capital	1.018									
44	Derivados	1.151									
45	Empréstimos interbancários à vista	6.109									
46	Caixa e ativos relacionados com caixa	1.896									
47	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, mercadorias, etc.)	22.742									
48	Total de ativos GAR	615.372	174.312	7.158	4.986	145	1.065	551	150	0	30
49	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR	773.661									
50	Administrações centrais e emitentes supranacionais	152.482									
51	Exposição dos bancos centrais	155.851									
52	Carteira de negociação	465.328									
53	Total do ativo	1.389.033	174.312	7.158	4.986	145	1.065	551	150	0	30
	Posições em risco extrapatrimoniais - Empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do NFRD										
54	Garantias financeiras	32.780	1.792	1.034	0	18	614	75	9	0	5
55	Ativos sob gestão	1.206.884	99.369	26.123	0	1.467	13.164	2.773	811	0	389
56	Dos quais títulos de dívida	252.814	5	5	0	0	3	0	0	0	0
57	Dos quais instrumentos de capital próprio	590.595	12.841	5.808	0	177	3.354	527	40	0	20

		k	o	s	w	ab	ac	ad	ae	af
										31 dez 2024
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
										Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)
										Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)
	em milhões de euros	Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	2	173	35	0	175.073	7.308	4.986	145	1.095
2	Compromissos financeiros	0	7	0	0	4.629	549	0	39	182
3	Instituições de crédito	0	0	0	0	3.674	323	0	33	47
4	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	3.651	322	0	33	47
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	24	2	0	0	0
6	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
7	Outras sociedades financeiras	0	7	0	0	955	225	0	6	135
8	dos quais empresas de investimento	0	7	0	0	719	189	0	4	126
9	Empréstimos e adiantamentos	0	7	0	0	719	189	0	4	126
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
12	dos quais sociedades de gestão	0	0	0	0	30	0	0	0	0
13	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	30	0	0	0	0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
16	dos quais empresas de seguros	0	0	0	0	206	36	0	2	9
17	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	206	36	0	2	9
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
20	Compromissos não financeiros	2	166	35	0	4.936	1.790	16	106	913
21	Empréstimos e adiantamentos	2	166	35	0	4.858	1.788	16	106	911
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	79	2	0	0	2
23	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
24	Famílias	0	0	0	0	165.497	4.970	4.970	0	0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0	0	0	0	159.071	4.970	4.970	0	0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0	0	0	0	2.948	0	0	0	0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0
28	Financiamento das administrações locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	Financiamento da habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	Outros financiamentos da administração local	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0	0	0	0	11	0	0	0	0
32	Ativos excluídos do numerador para o cálculo do GAR (abrangidos no denominador)									
33	Compromissos financeiros e não financeiros									
34	PME e SNF (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do NFRD									
35	Empréstimos e adiantamentos									
36	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais									
37	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios									
38	Títulos de dívida									
39	Instrumentos de capital									
40	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do NFRD									
41	Empréstimos e adiantamentos									
42	Títulos de dívida									
43	Instrumentos de capital									
44	Derivados									
45	Empréstimos interbancários à vista									
46	Caixa e ativos relacionados com caixa									
47	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, mercadorias, etc.)									
48	Total de ativos GAR	2	173	35	0	175.073	7.308	4.986	145	1.095
49	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR									
50	Administrações centrais e emitentes supranacionais									
51	Exposição dos bancos centrais									
52	Carteira de negociação									
53	Total do ativo	2	173	35	0	175.073	7.308	4.986	145	1.095
	Posições em risco extrapatrimoniais - Empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do NFRD									
54	Garantias financeiras	8	39	7	0	1.922	1.043	0	18	619
55	Ativos sob gestão	316	2.241	2.693	50	107.442	26.933	0	1.467	13.553
56	Dos quais títulos de dívida	0	0	0	0	5	5	0	0	3
57	Dos quais instrumentos de capital próprio	16	386	345	3	14.117	5.848	0	177	3.374

		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
											31 dez 2023
							Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
						Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)
						Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)					Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)
	em milhões de euros	Valor contabilístico total [bruto]			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	236.209	174.064	8.745	6.606	234	868	234	183	0	10
2	Compromissos financeiros	13.012	2.285	125	0	9	106	0	0	0	0
3	Instituições de crédito	10.102	1.534	0	0	0	0	0	0	0	0
4	Empréstimos e adiantamentos	9.244	1.533	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	858	1	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
7	Outras sociedades financeiras	2.910	751	125	0	9	106	0	0	0	0
8	dos quais empresas de investimento	924	635	122	0	9	105	0	0	0	0
9	Empréstimos e adiantamentos	924	635	122	0	9	105	0	0	0	0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
12	dos quais sociedades de gestão	911	51	1	0	0	0	0	0	0	0
13	Empréstimos e adiantamentos	911	51	1	0	0	0	0	0	0	0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
16	dos quais empresas de seguros	1.074	65	1	0	0	1	0	0	0	0
17	Empréstimos e adiantamentos	1.074	65	1	0	0	1	0	0	0	0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Instrumentos de capital	0	0	0		0	0	0	0		0
20	Compromissos não financeiros	12.394	4.812	2.015	0	226	762	234	183	0	10
21	Empréstimos e adiantamentos	12.278	4.697	2.011	0	226	759	234	183	0	10
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	114	114	3	0	0	3	0	0	0	0
23	Instrumentos de capital	2	1	1		0	0	0	0		0
24	Famílias	210.792	166.967	6.606	6.606	0	0	0	0	0	0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	161.427	161.427	6.606	6.606	0	0	0	0	0	0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	2.562	2.562	0	0	0	0	0	0	0	0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	2.978	2.978	0	0	0	0				
28	Financiamento das administrações locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	Financiamento da habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	Outros financiamentos da administração local	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32	Ativos excluídos do numerador para o cálculo do GAR (abrangidos no denominador)	344.746									
33	Compromissos financeiros e não financeiros	310.689									
34	PME e SNF (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do NFRD	126.832									
35	Empréstimos e adiantamentos	123.015									
36	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	21.835									
37	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	125									
38	Títulos de dívida	3.423									
39	Instrumentos de capital	393									
40	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do NFRD	183.857									
41	Empréstimos e adiantamentos	175.400									
42	Títulos de dívida	7.561									
43	Instrumentos de capital	896									
44	Derivados	1.225									
45	Empréstimos interbancários à vista	6.048									
46	Caixa e ativos relacionados com caixa	1.774									
47	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, mercadorias, etc.)	25.010									
48	Total de ativos GAR	580.955	174.061	8.745	6.606	234	868	237	187	0	14
49	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR	733.277									
50	Administrações centrais e emitentes supranacionais	145.031									
51	Exposição dos bancos centrais	186.930									
52	Carteira de negociação	401.315									
53	Total do ativo	1.314.232	174.061	8.745	6.606	234	868	237	187	0	14
	Posições em risco extrapatrimoniais - Empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do NFRD										
54	Garantias financeiras	29.422	1.417	365	0	4	175	22	10	0	9
55	Ativos sob gestão	1.074.167	49.029	16.648	0	933	8.548	1.011	209	0	26
56	Dos quais títulos de dívida	176.195	1.996	498	0	21	207	21	8	0	8
57	Dos quais instrumentos de capital próprio	465.024	16.275	4.573	0	303	2.826	134	143	0	12

		k	o	s	w	ab	ac	ad	ae	af
										31 dez 2023
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)				
						Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				
							Dos quais sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhados com a taxonomia)			
em milhões de euros		Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Dos quais para setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0	0	0	0	174.298	8.928	6.606	234	877
2	Compromissos financeiros	0	0	0	0	2.285	125	0	9	106
3	Instituições de crédito	0	0	0	0	1.534	0	0	0	0
4	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	1.533	0	0	0	0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	1	0	0	0	0
6	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
7	Outras sociedades financeiras	0	0	0	0	752	125	0	9	106
8	dos quais empresas de investimento	0	0	0	0	636	122	0	9	105
9	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	636	122	0	9	105
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
12	dos quais sociedades de gestão	0	0	0	0	51	2	0	0	0
13	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	51	2	0	0	0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
16	dos quais empresas de seguros	0	0	0	0	65	1	0	0	1
17	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	65	1	0	0	1
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	Instrumentos de capital	0	0	0	0	0	0		0	0
20	Compromissos não financeiros	0	0	0	0	5.046	2.198	0	226	772
21	Empréstimos e adiantamentos	0	0	0	0	4.931	2.194	0	226	769
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0	0	0	0	114	3	0	0	3
23	Instrumentos de capital	0	0	0	0	1	1		0	0
24	Famílias	0	0	0	0	166.967	6.606	6.606	0	0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0	0	0	0	161.427	6.606	6.606	0	0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0	0	0	0	2.562	0	0	0	0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0	0	0	0	2.978	0	0	0	0
28	Financiamento das administrações locais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29	Financiamento da habitação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30	Outros financiamentos da administração local	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
32	Ativos excluídos do numerador para o cálculo do GAR (abrangidos no denominador)									
33	Compromissos financeiros e não financeiros									
34	PME e SNF (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do NFRD									
35	Empréstimos e adiantamentos									
36	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais									
37	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios									
38	Títulos de dívida									
39	Instrumentos de capital									
40	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do NFRD									
41	Empréstimos e adiantamentos									
42	Títulos de dívida									
43	Instrumentos de capital									
44	Derivados									
45	Empréstimos interbancários à vista									
46	Caixa e ativos relacionados com caixa									
47	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, mercadorias, etc.)									
48	Total de ativos GAR	0	0	0	0	174.298	8.932	6.606	234	881
49	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR									
50	Administrações centrais e emitentes supranacionais									
51	Exposição dos bancos centrais									
52	Carteira de negociação									
53	Total do ativo	0	0	0	0	174.298	8.932	6.606	234	881
	Posições em risco extrapatrimoniais - Empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do NFRD									
54	Garantias financeiras	0	0	0	0	1.438	374	0	4	183
55	Ativos sob gestão	0	0	0	0	50.041	16.857	0	933	8.573
56	Dos quais títulos de dívida	0	0	0	0	2.018	506	0	21	215
57	Dos quais instrumentos de capital próprio	0	0	0	0	16.409	4.716	0	303	2.838

Tabela 2.1: Informações do setor GAR (KPI de volume de negócios)

		a	b	c	d	e	f	g	h
									31 dez 2024
		Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD	
		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]	
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)	em milhões de euros	Dos quais sustentáveis a nível ambiental (CCA)
1	A02.10 Silvicultura e outras atividades florestais	8	0			8	0		
2	C16.23 Fabricação de outras obras de carpintaria e de caixilharia para a construção	0	0			0	0		
3	C17.12 Fabricação de papel e cartão	25	4			25	0		
4	C17.21 Fabricação de papel e cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	3	0			3	0		
5	C17.22 Fabricação de artigos de uso doméstico e sanitário e de artigos de higiene	30	0			30	0		
6	C17.24 Fabricação de papel de parede	6	0			6	0		
7	C17.29 Fabricação de outros artigos de papel e cartão	15	0			15	0		
8	C20.11 Fabricação de gases industriais	0	0			0	0		
9	C20.13 Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base	3	0			3	0		
10	C20.14 Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base	16	0			16	0		
11	C20.15 Fabricação de adubos e compostos azotados	6	0			6	0		
12	C20.16 Fabricação de matérias plásticas em formas primárias	28	0			28	0		
13	C22.11 Fabricação de pneus de borracha e câmaras-de-ar, recauchutagem e reconstrução de pneus de borracha	138	26			138	0		
14	C22.19 Fabricação de outros artigos de borracha	3	0			3	0		
15	C22.21 Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico	2	0			2	0		
16	C22.22 Fabricação de artigos de plástico para embalagem	14	0			14	0		
17	C22.23 Fabricação de artigos de plástico para a construção	0	0			0	0		
18	C22.29 Fabricação de outros artigos de plástico	9	1			9	0		
19	C23.11 Fabricação de vidro plano	32	5			32	0		
20	C23.20 Fabricação de produtos refratários	0	0			0	0		
21	C23.51 Fabricação de cimento	0	0			0	0		
22	C23.61 Fabricação de produtos de betão para a construção	4	1			4	0		
23	C24.10 Fabricação de ferro e aço de base e de ferro-ligas	192	30			192	0		
24	C24.201 Fabricação de tubos de aço, exceto tubos de aço de precisão	7	0			7	0		
25	C24.202 Fabricação de tubos de aço de precisão	0	0			0	0		
26	C24.31 Trefilagem a frio de barras	3	1			3	0		
27	C24.42 Produção de alumínio	0	0			0	0		
28	C24.51 Fundição de ferro	1	0			1	0		
29	C24.52 Fundição de aço	4	1			4	0		
30	C24.53 Fundição de metais leves	0	0			0	0		
31	C25.11 Fabricação de estruturas metálicas e suas partes	2	0			2	0		
32	C25.12 Fabricação de portas e janelas de metal	1	0			1	0		
33	C25.93 Fabricação de artigos de arame, correntes e molas	91	21			91	0		
34	C27.32 Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrónicos	159	23			159	0		
35	C27.401 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e aparelhos de iluminação	6	0			6	0		
36	C27.402 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e lâmpadas de néon	0	0			0	0		
37	C27.51 Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico	323	16			323	0		
38	C28.1 Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático	31	0			31	0		
39	C28.11 Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motociclos	93	22			93	0		
40	C28.13 Fabricação de outras bombas e compressores	21	0			21	0		
41	C29.101 Fabricação de automóveis de passageiros e seus motores	454	36			454	5		
42	C29.102 Fabricação de veículos comerciais e seus motores	503	41			503	1		
43	C30.11 Construção de embarcações e estruturas flutuantes	0	0			0	0		
44	C30.20.1 Fabricação de locomotivas e outros veículos ferroviários	4	2			4	0		
45	C30.20.2 Fabricação de infraestruturas ferroviárias	0	0			0	0		
46	C30.91 Fabricação de motociclos	29	0			29	0		
47	C30.92 Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos	0	0			0	0		
48	C30.99 Fabricação de outro material de transporte, n.e.c.	40	3			40	0		
49	C33.17 Reparação e manutenção de outro material de transporte	0	0			0	0		
50	D35.11 Produção de eletricidade	332	46			332	0		

		a	b	c	d	e	f	g	h
									31 dez 2024
		Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD	
		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]	
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)	em milhões de euros	Dos quais sustentáveis a nível ambiental (CCA)
51	D35.13 Distribuição de eletricidade	135	12			135	0		
52	D35.21 Fabricação de gás	0	0			0	0		
53	D35.22 Distribuição de combustíveis gasosos através de condutas	76	6			76	0		
54	D35.30 Vapor e ar condicionado	0	0			0	0		
55	E36.001 Captação e tratamento de água, incluindo compras a outros fornecedores para distribuição	7	4			7	0		
56	E38.21 Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	65	0			65	0		
57	E38.32 Recuperação de materiais selecionados	0	0			0	0		
58	F41.103 Elaboração de projetos de construção de edifícios residenciais	18	6			18	0		
59	F41.20.1 Construção de edifícios residenciais e não residenciais (exceto construções pré-fabricadas)	5	1			5	1		
60	F42.11 Construção de estradas e autoestradas	0	0			0	0		
61	F42.13 Construção de pontes e túneis	0	0			0	0		
62	F42.91 Construção de projetos hídricos	86	21			86	0		
63	F43.21 Instalação elétrica	4	1			4	0		
64	F43.22 Instalação de canalizações, de aquecimento e de ar condicionado	0	0			0	0		
65	H49.10 Transporte ferroviário de passageiros, interurbano	0	0			0	0		
66	H50.20 Transportes marítimos e costeiros de mercadorias por água	62	1			62	0		
67	H52.21 Atividades dos serviços relacionados com os transportes terrestres	27	0			27	0		
68	H53.10 Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço universal	193	6			193	0		
69	H53.20 Outras atividades postais e de correio rápido	12	2			12	0		
70	J59.13 Atividades de distribuição de filmes, vídeos e programas de televisão	0	0			0	0		
71	J61.10 Atividades de telecomunicações por cabo	55	0			55	0		
72	J61.20 Atividades de telecomunicações sem fios	63	1			63	0		
73	J61.909 Outras atividades de telecomunicações, n.e.c.	155	0			155	0		
74	J62.019 Outro desenvolvimento de software	23	0			23	0		
75	J62.02 Atividades de consultoria informática	88	0			88	0		
76	J62.09 Outras atividades de tecnologias de informação e dos serviços informáticos	62	3			62	0		
77	J63.11 Tratamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	2	0			2	0		
78	K65.12 Seguros não vida	57	0			57	0		
79	K65.202 Resseguros - Resseguros para outras atividades de seguros	104	0			104	0		
80	L68.102 Compra e venda de bens imobiliários não residenciais próprios	469	7			469	0		
81	L68.201 Arrendamento e exploração de imóveis residenciais próprios ou arrendados	192	0			192	0		
82	L68.202 Arrendamento e exploração de bens imóveis não residenciais próprios ou arrendados	555	53			555	0		
83	L68.32 Gestão de bens imobiliários por conta de outrem	82	2			82	0		
84	M71.12 Atividades de engenharia e técnicas afins	85	6			85	0		
85	M71.20 Ensaios e análises técnicas	0	0			0	0		
86	M72.19 Outra investigação e desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia	3	0			3	0		
87	N77.11 Aluguer de automóveis e veículos automóveis ligeiros	132	8			132	0		
88	N77.12 Aluguer de camiões	8	0			8	0		
89	N77.34 Aluguer de material de transporte marítimo e fluvial	25	0			25	0		
90	N77.39 Aluguer e locação de outras máquinas, equipamentos e bens corpóreos, n.e.c.	22	0			22	0		
91	P85.59 Outro ensino, n.e.c.	0	0			0	0		

		y	z	aa	ab
					31 dez 2024
					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas a NFRD	
		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]	
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
1	A02.10 Silvicultura e outras atividades florestais	8	0		
2	C16.23 Fabricação de outras obras de carpintaria e de caixilharia para a construção	0	0		
3	C17.12 Fabricação de papel e cartão	25	4		
4	C17.21 Fabricação de papel e cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	3	0		
5	C17.22 Fabricação de artigos de uso doméstico e sanitário e de artigos de higiene	30	0		
6	C17.24 Fabricação de papel de parede	6	0		
7	C17.29 Fabricação de outros artigos de papel e cartão	15	0		
8	C20.11 Fabricação de gases industriais	0	0		
9	C20.13 Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base	3	0		
10	C20.14 Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base	16	0		
11	C20.15 Fabricação de adubos e compostos azotados	6	0		
12	C20.16 Fabricação de matérias plásticas em formas primárias	28	0		
13	C22.11 Fabricação de pneus de borracha e câmaras-de-ar, recauchutagem e reconstrução de pneus de borracha	138	26		
14	C22.19 Fabricação de outros artigos de borracha	3	0		
15	C22.21 Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico	2	0		
16	C22.22 Fabricação de artigos de plástico para embalagem	14	0		
17	C22.23 Fabricação de artigos de plástico para a construção	0	0		
18	C22.29 Fabricação de outros artigos de plástico	9	1		
19	C23.11 Fabricação de vidro plano	32	5		
20	C23.20 Fabricação de produtos refratários	0	0		
21	C23.51 Fabricação de cimento	0	0		
22	C23.61 Fabricação de produtos de betão para a construção	4	1		
23	C24.10 Fabricação de ferro e aço de base e de ferro-ligas	192	30		
24	C24.201 Fabricação de tubos de aço, exceto tubos de aço de precisão	7	0		
25	C24.202 Fabricação de tubos de aço de precisão	0	0		
26	C24.31 Trefilagem a frio de barras	3	1		
27	C24.42 Produção de alumínio	0	0		
28	C24.51 Fundição de ferro	1	0		
29	C24.52 Fundição de aço	4	1		
30	C24.53 Fundição de metais leves	0	0		
31	C25.11 Fabricação de estruturas metálicas e suas partes	2	0		
32	C25.12 Fabricação de portas e janelas de metal	1	0		
33	C25.93 Fabricação de artigos de arame, correntes e molas	91	21		
34	C27.32 Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrónicos	159	23		
35	C27.401 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e aparelhos de iluminação	6	0		
36	C27.402 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e lâmpadas de néon	0	0		
37	C27.51 Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico	323	16		
38	C28.1 Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático	31	0		
39	C28.11 Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motociclos	93	22		
40	C28.13 Fabricação de outras bombas e compressores	21	0		
41	C29.101 Fabricação de automóveis de passageiros e seus motores	454	40		
42	C29.102 Fabricação de veículos comerciais e seus motores	503	42		
43	C30.11 Construção de embarcações e estruturas flutuantes	0	0		
44	C30.20.1 Fabricação de locomotivas e outros veículos ferroviários	4	2		
45	C30.20.2 Fabricação de infraestruturas ferroviárias	0	0		
46	C30.91 Fabricação de motociclos	29	0		
47	C30.92 Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos	0	0		
48	C30.99 Fabricação de outro material de transporte, n.e.c.	40	3		
49	C33.17 Reparação e manutenção de outro material de transporte	0	0		
50	D35.11 Produção de eletricidade	332	46		

		y	z	aa	ab
					31 dez 2024
					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
			Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas a NFRD
			Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
51	D35.13 Distribuição de eletricidade	135	12		
52	D35.21 Fabricação de gás	0	0		
53	D35.22 Distribuição de combustíveis gasosos através de condutas	76	6		
54	D35.30 Vapor e ar condicionado	0	0		
55	E36.001 Captação e tratamento de água, incluindo compras a outros fornecedores para distribuição	7	4		
56	E38.21 Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	65	0		
57	E38.32 Recuperação de materiais selecionados	0	0		
58	F41.103 Elaboração de projetos de construção de edifícios residenciais	18	6		
59	F41.20.1 Construção de edifícios residenciais e não residenciais (exceto construções pré-fabricadas)	5	2		
60	F42.11 Construção de estradas e autoestradas	0	0		
61	F42.13 Construção de pontes e túneis	0	0		
62	F42.91 Construção de projetos hídricos	86	21		
63	F43.21 Instalação elétrica	4	1		
64	F43.22 Instalação de canalizações, de aquecimento e de ar condicionado	0	0		
65	H49.10 Transporte ferroviário de passageiros, interurbano	0	0		
66	H50.20 Transportes marítimos e costeiros de mercadorias por água	62	1		
67	H52.21 Atividades dos serviços relacionados com os transportes terrestres	27	0		
68	H53.10 Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço universal	193	6		
69	H53.20 Outras atividades postais e de correio rápido	12	2		
70	J59.13 Atividades de distribuição de filmes, vídeos e programas de televisão	0	0		
71	J61.10 Atividades de telecomunicações por fio	55	0		
72	J61.20 Atividades de telecomunicações sem fios	63	1		
73	J61.909 Outras atividades de telecomunicações, n.e.c.	155	0		
74	J62.019 Outro desenvolvimento de software	23	0		
75	J62.02 Atividades de consultoria informática	88	0		
76	J62.09 Outras atividades de tecnologias de informação e dos serviços informáticos	62	3		
77	J63.11 Tratamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	2	0		
78	K65.12 Seguros não vida	57	0		
79	K65.202 Resseguros - Resseguros para outras atividades de seguros	104	0		
80	L68.102 Compra e venda de bens imobiliários não residenciais próprios	469	7		
81	L68.201 Arrendamento e exploração de imóveis residenciais próprios ou arrendados	192	0		
82	L68.202 Arrendamento e exploração de bens imóveis não residenciais próprios ou arrendados	555	53		
83	L68.32 Gestão de bens imobiliários por conta de outrem	82	2		
84	M71.12 Atividades de engenharia e técnicas afins	85	6		
85	M71.20 Ensaios e análises técnicas	0	0		
86	M72.19 Outra investigação e desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia	3	0		
87	N77.11 Aluguer de automóveis e veículos automóveis ligeiros	132	8		
88	N77.12 Aluguer de camiões	8	0		
89	N77.34 Aluguer de material de transporte marítimo e fluvial	25	0		
90	N77.39 Aluguer e locação de outras máquinas, equipamentos e bens corpóreos, n.e.c.	22	0		
91	P85.59 Outro ensino, n.e.c.	0	0		

		a	b	c	d	e	f	g	h
									31 dez 2023
		Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD	
		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]	
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)
1	A02.10 Silvicultura e outras atividades florestais	6	0			6	0		
2	C16.23 Fabricação de outras obras de carpintaria e de caixilharia para a construção	8	0			8	0		
3	C17.12 Fabricação de papel e cartão	13	0			13	0		
4	C17.21 Fabricação de papel e cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	1	0			1	0		
5	C17.22 Fabricação de artigos de uso doméstico e sanitário e de artigos de higiene	46	0			46	0		
6	C17.24 Fabricação de papel de parede	7	0			7	0		
7	C17.29 Fabricação de outros artigos de papel e cartão	6	0			6	0		
8	C20.11 Fabricação de gases industriais	265	0			265	0		
9	C20.13 Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base	1	0			1	0		
10	C20.14 Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base	18	0			18	1		
11	C20.15 Fabricação de adubos e compostos azotados	2	0			2	0		
12	C20.16 Fabricação de matérias plásticas em formas primárias	33	1			33	0		
13	C22.11 Fabricação de pneus de borracha e câmaras-de-ar, recauchutagem e reconstrução de pneus de borracha	126	16			126	0		
14	C22.19 Fabricação de outros artigos de borracha	4	0			4	0		
15	C22.21 Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico	1	0			1	0		
16	C22.22 Fabricação de artigos de plástico para embalagem	0	0			0	0		
17	C22.23 Fabricação de artigos de plástico para a construção	0	0			0	0		
18	C22.29 Fabricação de outros artigos de plástico	31	0			31	0		
19	C23.11 Fabricação de vidro plano	8	1			8	1		
20	C23.20 Fabricação de produtos refratários	2	0			2	0		
21	C23.51 Fabricação de cimento	0	0			0	0		
22	C23.61 Fabricação de produtos de betão para a construção	0	0			0	0		
23	C24.10 Fabricação de ferro e aço de base e de ferro-ligas	140	13			140	4		
24	C24.201 Fabricação de tubos de aço, exceto tubos de aço de precisão	2	0			2	0		
25	C24.202 Fabricação de tubos de aço de precisão	0	0			0	0		
26	C24.31 Trefilagem a frio de barras	0	0			0	0		
27	C24.42 Produção de alumínio	0	0			0	0		
28	C24.51 Fundição de ferro	2	0			2	0		
29	C24.52 Fundição de aço	3	1			3	0		
30	C24.53 Fundição de metais leves	0	0			0	0		
31	C25.11 Fabricação de estruturas metálicas e suas partes	20	0			20	0		
32	C25.12 Fabricação de portas e janelas de metal	1	0			1	0		
33	C25.93 Fabricação de artigos de arame, correntes e molas	89	4			89	0		
34	C27.32 Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrónicos	160	0			160	0		
35	C27.401 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e aparelhos de iluminação	10	1			10	0		
36	C27.402 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e lâmpadas de néon	0	0			0	0		
37	C27.51 Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico	104	4			104	0		
38	C28.1 Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático	47	1			47	0		
39	C28.11 Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motociclos	138	56			138	0		
40	C28.13 Fabricação de outras bombas e compressores	27	3			27	0		
41	C29.101 Fabricação de automóveis de passageiros e seus motores	803	43			803	1		
42	C29.102 Fabricação de veículos comerciais e seus motores	825	62			825	2		
43	C30.11 Construção de embarcações e estruturas flutuantes	80	0			80	0		
44	C30.20.1 Fabricação de locomotivas e outros veículos ferroviários	2	1			2	0		
45	C30.20.2 Fabricação de infraestruturas ferroviárias	0	0			0	0		
46	C30.91 Fabricação de motociclos	3	0			3	0		
47	C30.92 Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos	0	0			0	0		
48	C30.99 Fabricação de outro material de transporte, n.e.c.	29	0			29	0		
49	C33.17 Reparação e manutenção de outro material de transporte	0	0			0	0		
50	D35.11 Produção de eletricidade	1.155	286			1.155	3		

		a	b	c	d	e	f	g	h
									31 dez 2023
		Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
			Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD
			Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)
51	D35.13 Distribuição de eletricidade	383	57			383	0		
52	D35.21 Fabricação de gás	15	2			15	0		
53	D35.22 Distribuição de combustíveis gasosos através de condutas	42	1			42	0		
54	D35.30 Vapor e ar condicionado	6	1			6	0		
55	E36.001 Captação e tratamento de água, incluindo compras a outros fornecedores para distribuição	6	0			6	0		
56	E38.21 Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	17	6			17	0		
57	E38.32 Recuperação de materiais selecionados	0	0			0	0		
58	F41.103 Elaboração de projetos de construção de edifícios residenciais	27	10			27	0		
59	F41.20.1 Construção de edifícios residenciais e não residenciais (exceto construções pré-fabricadas)	5	0			5	0		
60	F42.11 Construção de estradas e autoestradas	8	0			8	0		
61	F42.13 Construção de pontes e túneis	0	0			0	0		
62	F42.91 Construção de projetos hídricos	97	13			97	0		
63	F43.21 Instalação elétrica	5	1			5	0		
64	F43.22 Instalação de canalizações, de aquecimento e de ar condicionado	0	0			0	0		
65	H49.10 Transporte ferroviário de passageiros, interurbano	0	0			0	0		
66	H50.20 Transportes marítimos e costeiros de mercadorias por água	73	2			73	0		
67	H52.21 Atividades dos serviços relacionados com os transportes terrestres	61	0			61	0		
68	H53.10 Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço universal	267	9			267	0		
69	H53.20 Outras atividades postais e de correio rápido	13	2			13	0		
70	J59.13 Atividades de distribuição de filmes, vídeos e programas de televisão	0	0			0	0		
71	J61.10 Atividades de telecomunicações por fio	58	0			58	0		
72	J61.20 Atividades de telecomunicações sem fios	109	1			109	0		
73	J61.909 Outras atividades de telecomunicações, n.e.c.	222	0			222	2		
74	J62.019 Outro desenvolvimento de software	40	0			40	0		
75	J62.02 Atividades de consultoria informática	143	4			143	0		
76	J62.09 Outras atividades de tecnologias de informação e dos serviços informáticos	37	3			37	0		
77	J63.11 Tratamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	9	0			9	0		
78	K65.12 Seguros não vida	35	0			35	0		
79	K65.202 Resseguros - Resseguros para outras atividades de seguros	85	0			85	0		
80	L68.102 Compra e venda de bens imobiliários não residenciais próprios	164	2			164	0		
81	L68.201 Arrendamento e exploração de imóveis residenciais próprios ou arrendados	1	0			1	0		
82	L68.202 Arrendamento e exploração de bens imóveis não residenciais próprios ou arrendados	609	52			609	0		
83	L68.32 Gestão de bens imobiliários por conta de outrem	159	11			159	0		
84	M71.12 Atividades de engenharia e técnicas afins	56	5			56	0		
85	M71.20 Ensaios e análises técnicas	0	0			0	0		
86	M72.19 Outra investigação e desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia	5	0			5	0		
87	N77.11 Aluguer de automóveis e veículos automóveis ligeiros	101	1			101	0		
88	N77.12 Aluguer de camiões	11	0			11	0		
89	N77.34 Aluguer de material de transporte marítimo e fluvial	22	0			22	0		
90	N77.39 Aluguer e locação de outras máquinas, equipamentos e bens corpóreos, n.e.c.	31	0			31	0		
91	P85.59 Outro ensino, n.e.c.	0	0			0	0		

		y	z	aa	ab
					31 dez 2023
					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
			Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas a NFRD
			Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
1	A02.10 Silvicultura e outras atividades florestais	6	0		
2	C16.23 Fabricação de outras obras de carpintaria e de caixilharia para a construção	8	0		
3	C17.12 Fabricação de papel e cartão	13	0		
4	C17.21 Fabricação de papel e cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	1	0		
5	C17.22 Fabricação de artigos de uso doméstico e sanitário e de artigos de higiene	46	0		
6	C17.24 Fabricação de papel de parede	7	0		
7	C17.29 Fabricação de outros artigos de papel e cartão	6	0		
8	C20.11 Fabricação de gases industriais	265	0		
9	C20.13 Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base	1	0		
10	C20.14 Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base	18	1		
11	C20.15 Fabricação de adubos e compostos azotados	2	0		
12	C20.16 Fabricação de matérias plásticas em formas primárias	33	1		
13	C22.11 Fabricação de pneus de borracha e câmaras-de-ar, recauchutagem e reconstrução de pneus de borracha	126	16		
14	C22.19 Fabricação de outros artigos de borracha	4	0		
15	C22.21 Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico	1	0		
16	C22.22 Fabricação de artigos de plástico para embalagem	0	0		
17	C22.23 Fabricação de artigos de plástico para a construção	0	0		
18	C22.29 Fabricação de outros artigos de plástico	31	0		
19	C23.11 Fabricação de vidro plano	8	3		
20	C23.20 Fabricação de produtos refratários	2	0		
21	C23.51 Fabricação de cimento	0	0		
22	C23.61 Fabricação de produtos de betão para a construção	0	0		
23	C24.10 Fabricação de ferro e aço de base e de ferro-ligas	140	17		
24	C24.201 Fabricação de tubos de aço, exceto tubos de aço de precisão	2	0		
25	C24.202 Fabricação de tubos de aço de precisão	0	0		
26	C24.31 Trefilagem a frio de barras	0	0		
27	C24.42 Produção de alumínio	0	0		
28	C24.51 Fundição de ferro	2	0		
29	C24.52 Fundição de aço	3	1		
30	C24.53 Fundição de metais leves	0	0		
31	C25.11 Fabricação de estruturas metálicas e suas partes	20	0		
32	C25.12 Fabricação de portas e janelas de metal	1	0		
33	C25.93 Fabricação de artigos de arame, correntes e molas	89	4		
34	C27.32 Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrónicos	160	0		
35	C27.401 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e aparelhos de iluminação	10	1		
36	C27.402 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e lâmpadas de néon	0	0		
37	C27.51 Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico	104	4		
38	C28.1 Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático	47	1		
39	C28.11 Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motociclos	138	56		
40	C28.13 Fabricação de outras bombas e compressores	27	3		
41	C29.101 Fabricação de automóveis de passageiros e seus motores	803	44		
42	C29.102 Fabricação de veículos comerciais e seus motores	825	64		
43	C30.11 Construção de embarcações e estruturas flutuantes	80	0		
44	C30.20.1 Fabricação de locomotivas e outros veículos ferroviários	2	1		
45	C30.20.2 Fabricação de infraestruturas ferroviárias	0	0		
46	C30.91 Fabricação de motociclos	3	0		
47	C30.92 Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos	0	0		
48	C30.99 Fabricação de outro material de transporte, n.e.c.	29	0		
49	C33.17 Reparação e manutenção de outro material de transporte	0	0		
50	D35.11 Produção de eletricidade	1.155	289		

		y	z	aa	ab
					31 dez 2023
					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
			Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas a NFRD
			Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
51	D35.13 Distribuição de eletricidade	383	57		
52	D35.21 Fabricação de gás	15	2		
53	D35.22 Distribuição de combustíveis gasosos através de condutas	42	1		
54	D35.30 Vapor e ar condicionado	6	1		
55	E36.001 Captação e tratamento de água, incluindo compras a outros fornecedores para distribuição	6	0		
56	E38.21 Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	17	6		
57	E38.32 Recuperação de materiais selecionados	0	0		
58	F41.103 Elaboração de projetos de construção de edifícios residenciais	27	10		
59	F41.20.1 Construção de edifícios residenciais e não residenciais (exceto construções pré-fabricadas)	5	0		
60	F42.11 Construção de estradas e autoestradas	8	0		
61	F42.13 Construção de pontes e túneis	0	0		
62	F42.91 Construção de projetos hídricos	97	13		
63	F43.21 Instalação elétrica	5	1		
64	F43.22 Instalação de canalizações, de aquecimento e de ar condicionado	0	0		
65	H49.10 Transporte ferroviário de passageiros, interurbano	0	0		
66	H50.20 Transportes marítimos e costeiros de mercadorias por água	73	2		
67	H52.21 Atividades dos serviços relacionados com os transportes terrestres	61	0		
68	H53.10 Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço universal	267	9		
69	H53.20 Outras atividades postais e de correio rápido	13	2		
70	J59.13 Atividades de distribuição de filmes, vídeos e programas de televisão	0	0		
71	J61.10 Atividades de telecomunicações por fio	58	0		
72	J61.20 Atividades de telecomunicações sem fios	109	1		
73	J61.909 Outras atividades de telecomunicações, n.e.c.	222	2		
74	J62.019 Outro desenvolvimento de software	40	0		
75	J62.02 Atividades de consultoria informática	143	4		
76	J62.09 Outras atividades de tecnologias de informação e dos serviços informáticos	37	3		
77	J63.11 Tratamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	9	0		
78	K65.12 Seguros não vida	35	0		
79	K65.202 Resseguros - Resseguros para outras atividades de seguros	85	0		
80	L68.102 Compra e venda de bens imobiliários não residenciais próprios	164	2		
81	L68.201 Arrendamento e exploração de imóveis residenciais próprios ou arrendados	1	0		
82	L68.202 Arrendamento e exploração de bens imóveis não residenciais próprios ou arrendados	609	52		
83	L68.32 Gestão de bens imobiliários por conta de outrem	159	11		
84	M71.12 Atividades de engenharia e técnicas afins	56	5		
85	M71.20 Ensaios e análises técnicas	0	0		
86	M72.19 Outra investigação e desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia	5	0		
87	N77.11 Aluguer de automóveis e veículos automóveis ligeiros	101	1		
88	N77.12 Aluguer de camiões	11	0		
89	N77.34 Aluguer de material de transporte marítimo e fluvial	22	0		
90	N77.39 Aluguer e locação de outras máquinas, equipamentos e bens corpóreos, n.e.c.	31	0		
91	P85.59 Outro ensino, n.e.c.	0	0		

Tabela 2.2: Informações do setor GAR (KPI CapEx)

		a	b	c	d	e	f	g	h
									31 dez 2024
		Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD	
		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]	
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)
1	A02.10 Silvicultura e outras atividades florestais	8	0			8	0		
2	C16.23 Fabricação de outras obras de carpintaria e de caixilharia para a construção	0	0			0	0		
3	C17.12 Fabricação de papel e cartão	25	8			25	0		
4	C17.21 Fabricação de papel e cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	3	0			3	0		
5	C17.22 Fabricação de artigos de uso doméstico e sanitário e de artigos de higiene	30	0			30	0		
6	C17.24 Fabricação de papel de parede	6	0			6	0		
7	C17.29 Fabricação de outros artigos de papel e cartão	15	1			15	0		
8	C20.11 Fabricação de gases industriais	0	0			0	0		
9	C20.13 Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base	3	0			3	0		
10	C20.14 Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base	16	0			16	2		
11	C20.15 Fabricação de adubos e compostos azotados	6	4			6	0		
12	C20.16 Fabricação de matérias plásticas em formas primárias	28	0			28	0		
13	C22.11 Fabricação de pneus de borracha e câmaras-de-ar, recauchutagem e reconstrução de pneus de borracha	138	29			138	0		
14	C22.19 Fabricação de outros artigos de borracha	3	0			3	0		
15	C22.21 Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico	2	0			2	0		
16	C22.22 Fabricação de artigos de plástico para embalagem	14	0			14	0		
17	C22.23 Fabricação de artigos de plástico para a construção	0	0			0	0		
18	C22.29 Fabricação de outros artigos de plástico	9	1			9	0		
19	C23.11 Fabricação de vidro plano	32	7			32	0		
20	C23.20 Fabricação de produtos refratários	0	0			0	0		
21	C23.51 Fabricação de cimento	0	0			0	0		
22	C23.61 Fabricação de produtos de betão para a construção	4	1			4	0		
23	C24.10 Fabricação de ferro e aço de base e de ferro-ligas	192	39			192	0		
24	C24.201 Fabricação de tubos de aço, exceto tubos de aço de precisão	7	0			7	0		
25	C24.202 Fabricação de tubos de aço de precisão	0	0			0	0		
26	C24.31 Trefilagem a frio de barras	3	1			3	0		
27	C24.42 Produção de alumínio	0	0			0	0		
28	C24.51 Fundição de ferro	1	0			1	0		
29	C24.52 Fundição de aço	4	1			4	0		
30	C24.53 Fundição de metais leves	0	0			0	0		
31	C25.11 Fabricação de estruturas metálicas e suas partes	2	0			2	0		
32	C25.12 Fabricação de portas e janelas de metal	1	0			1	0		
33	C25.93 Fabricação de artigos de arame, correntes e molas	91	53			91	0		
34	C27.32 Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrónicos	159	52			159	0		
35	C27.401 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e aparelhos de iluminação	6	0			6	0		
36	C27.402 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e lâmpadas de néon	0	0			0	0		
37	C27.51 Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico	323	22			323	0		
38	C28.1 Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático	31	1			31	0		
39	C28.11 Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motociclos	93	45			93	0		
40	C28.13 Fabricação de outras bombas e compressores	21	0			21	0		
41	C29.101 Fabricação de automóveis de passageiros e seus motores	454	100			454	19		
42	C29.102 Fabricação de veículos comerciais e seus motores	503	95			503	5		
43	C30.11 Construção de embarcações e estruturas flutuantes	0	0			0	0		
44	C30.20.1 Fabricação de locomotivas e outros veículos ferroviários	4	2			4	0		
45	C30.20.2 Fabricação de infraestruturas ferroviárias	0	0			0	0		
46	C30.91 Fabricação de motociclos	29	0			29	0		
47	C30.92 Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos	0	0			0	0		
48	C30.99 Fabricação de outro material de transporte, n.e.c.	40	1			40	0		
49	C33.17 Reparação e manutenção de outro material de transporte	0	0			0	0		
50	D35.11 Produção de eletricidade	332	238			332	2		

		a	b	c	d	e	f	g	h
									31 dez 2024
		Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD	
		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]	
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)
51	D35.13 Distribuição de eletricidade	135	42			135	0		
52	D35.21 Fabricação de gás	0	0			0	0		
53	D35.22 Distribuição de combustíveis gasosos através de condutas	76	22			76	0		
54	D35.30 Vapor e ar condicionado	0	0			0	0		
55	E36.001 Captação e tratamento de água, incluindo compras a outros fornecedores para distribuição	7	7			7	0		
56	E38.21 Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	65	0			65	0		
57	E38.32 Recuperação de materiais selecionados	0	0			0	0		
58	F41.103 Elaboração de projetos de construção de edifícios residenciais	18	2			18	0		
59	F41.20.1 Construção de edifícios residenciais e não residenciais (exceto construções pré-fabricadas)	5	1			5	0		
60	F42.11 Construção de estradas e autoestradas	0	0			0	0		
61	F42.13 Construção de pontes e túneis	0	0			0	0		
62	F42.91 Construção de projetos hídricos	86	25			86	0		
63	F43.21 Instalação elétrica	4	1			4	0		
64	F43.22 Instalação de canalizações, de aquecimento e de ar condicionado	0	0			0	0		
65	H49.10 Transporte ferroviário de passageiros, interurbano	0	0			0	0		
66	H50.20 Transportes marítimos e costeiros de mercadorias por água	62	5			62	0		
67	H52.21 Atividades dos serviços relacionados com os transportes terrestres	27	0			27	0		
68	H53.10 Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço universal	193	17			193	0		
69	H53.20 Outras atividades postais e de correio rápido	12	4			12	0		
70	J59.13 Atividades de distribuição de filmes, vídeos e programas de televisão	0	0			0	0		
71	J61.10 Atividades de telecomunicações por fio	55	0			55	0		
72	J61.20 Atividades de telecomunicações sem fios	63	0			63	0		
73	J61.909 Outras atividades de telecomunicações, n.e.c.	155	1			155	1		
74	J62.019 Outro desenvolvimento de software	23	0			23	0		
75	J62.02 Atividades de consultoria informática	88	0			88	0		
76	J62.09 Outras atividades de tecnologias de informação e dos serviços informáticos	62	11			62	0		
77	J63.11 Tratamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	2	0			2	0		
78	K65.12 Seguros não vida	57	0			57	0		
79	K65.202 Resseguros - Resseguros para outras atividades de seguros	104	0			104	0		
80	L68.102 Compra e venda de bens imobiliários não residenciais próprios	469	41			469	0		
81	L68.201 Arrendamento e exploração de imóveis residenciais próprios ou arrendados	192	0			192	0		
82	L68.202 Arrendamento e exploração de bens imóveis não residenciais próprios ou arrendados	555	91			555	88		
83	L68.32 Gestão de bens imobiliários por conta de outrem	82	1			82	0		
84	M71.12 Atividades de engenharia e técnicas afins	85	5			85	0		
85	M71.20 Ensaios e análises técnicas	0	0			0	0		
86	M72.19 Outra investigação e desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia	3	0			3	0		
87	N77.11 Aluguer de automóveis e veículos automóveis ligeiros	132	13			132	0		
88	N77.12 Aluguer de camiões	8	0			8	0		
89	N77.34 Aluguer de material de transporte marítimo e fluvial	25	0			25	0		
90	N77.39 Aluguer e locação de outras máquinas, equipamentos e bens corpóreos, n.e.c.	22	3			22	0		
91	P85.59 Outro ensino, n.e.c.	0	0			0	0		

		y	z	aa	ab
					31 dez 2024
					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas a NFRD	
		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]	
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
1	A02.10 Silvicultura e outras atividades florestais	8	0		
2	C16.23 Fabricação de outras obras de carpintaria e de caixilharia para a construção	0	0		
3	C17.12 Fabricação de papel e cartão	25	8		
4	C17.21 Fabricação de papel e cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	3	0		
5	C17.22 Fabricação de artigos de uso doméstico e sanitário e de artigos de higiene	30	0		
6	C17.24 Fabricação de papel de parede	6	0		
7	C17.29 Fabricação de outros artigos de papel e cartão	15	1		
8	C20.11 Fabricação de gases industriais	0	0		
9	C20.13 Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base	3	0		
10	C20.14 Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base	16	2		
11	C20.15 Fabricação de adubos e compostos azotados	6	4		
12	C20.16 Fabricação de matérias plásticas em formas primárias	28	0		
13	C22.11 Fabricação de pneus de borracha e câmaras-de-ar, recauchutagem e reconstrução de pneus de borracha	138	29		
14	C22.19 Fabricação de outros artigos de borracha	3	0		
15	C22.21 Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico	2	0		
16	C22.22 Fabricação de artigos de plástico para embalagem	14	0		
17	C22.23 Fabricação de artigos de plástico para a construção	0	0		
18	C22.29 Fabricação de outros artigos de plástico	9	1		
19	C23.11 Fabricação de vidro plano	32	7		
20	C23.20 Fabricação de produtos refratários	0	0		
21	C23.51 Fabricação de cimento	0	0		
22	C23.61 Fabricação de produtos de betão para a construção	4	1		
23	C24.10 Fabricação de ferro e aço de base e de ferro-ligas	192	39		
24	C24.201 Fabricação de tubos de aço, exceto tubos de aço de precisão	7	0		
25	C24.202 Fabricação de tubos de aço de precisão	0	0		
26	C24.31 Trefilagem a frio de barras	3	1		
27	C24.42 Produção de alumínio	0	0		
28	C24.51 Fundição de ferro	1	0		
29	C24.52 Fundição de aço	4	1		
30	C24.53 Fundição de metais leves	0	0		
31	C25.11 Fabricação de estruturas metálicas e suas partes	2	0		
32	C25.12 Fabricação de portas e janelas de metal	1	0		
33	C25.93 Fabricação de artigos de arame, correntes e molas	91	53		
34	C27.32 Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrónicos	159	52		
35	C27.401 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e aparelhos de iluminação	6	0		
36	C27.402 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e lâmpadas de néon	0	0		
37	C27.51 Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico	323	22		
38	C28.1 Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático	31	1		
39	C28.11 Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motociclos	93	45		
40	C28.13 Fabricação de outras bombas e compressores	21	0		
41	C29.101 Fabricação de automóveis de passageiros e seus motores	454	119		
42	C29.102 Fabricação de veículos comerciais e seus motores	503	100		
43	C30.11 Construção de embarcações e estruturas flutuantes	0	0		
44	C30.20.1 Fabricação de locomotivas e outros veículos ferroviários	4	2		
45	C30.20.2 Fabricação de infraestruturas ferroviárias	0	0		
46	C30.91 Fabricação de motociclos	29	0		
47	C30.92 Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos	0	0		
48	C30.99 Fabricação de outro material de transporte, n.e.c.	40	1		
49	C33.17 Reparação e manutenção de outro material de transporte	0	0		
50	D35.11 Produção de eletricidade	332	240		

		y	z	aa	ab
					31 dez 2024
					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
			Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas a NFRD
			Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
51	D35.13 Distribuição de eletricidade	135	42		
52	D35.21 Fabricação de gás	0	0		
53	D35.22 Distribuição de combustíveis gasosos através de condutas	76	22		
54	D35.30 Vapor e ar condicionado	0	0		
55	E36.001 Captação e tratamento de água, incluindo compras a outros fornecedores para distribuição	7	7		
56	E38.21 Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	65	0		
57	E38.32 Recuperação de materiais selecionados	0	0		
58	F41.103 Elaboração de projetos de construção de edifícios residenciais	18	2		
59	F41.20.1 Construção de edifícios residenciais e não residenciais (exceto construções pré-fabricadas)	5	1		
60	F42.11 Construção de estradas e autoestradas	0	0		
61	F42.13 Construção de pontes e túneis	0	0		
62	F42.91 Construção de projetos hídricos	86	25		
63	F43.21 Instalação elétrica	4	1		
64	F43.22 Instalação de canalizações, de aquecimento e de ar condicionado	0	0		
65	H49.10 Transporte ferroviário de passageiros, interurbano	0	0		
66	H50.20 Transportes marítimos e costeiros de mercadorias por água	62	5		
67	H52.21 Atividades dos serviços relacionados com os transportes terrestres	27	0		
68	H53.10 Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço universal	193	17		
69	H53.20 Outras atividades postais e de correio rápido	12	4		
70	J59.13 Atividades de distribuição de filmes, vídeos e programas de televisão	0	0		
71	J61.10 Atividades de telecomunicações por fio	55	0		
72	J61.20 Atividades de telecomunicações sem fios	63	0		
73	J61.909 Outras atividades de telecomunicações, n.e.c.	155	3		
74	J62.019 Outro desenvolvimento de software	23	0		
75	J62.02 Atividades de consultoria informática	88	0		
76	J62.09 Outras atividades de tecnologias de informação e dos serviços informáticos	62	11		
77	J63.11 Tratamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	2	0		
78	K65.12 Seguros não vida	57	0		
79	K65.202 Resseguros - Resseguros para outras atividades de seguros	104	0		
80	L68.102 Compra e venda de bens imobiliários não residenciais próprios	469	41		
81	L68.201 Arrendamento e exploração de imóveis residenciais próprios ou arrendados	192	0		
82	L68.202 Arrendamento e exploração de bens imóveis não residenciais próprios ou arrendados	555	179		
83	L68.32 Gestão de bens imobiliários por conta de outrem	82	1		
84	M71.12 Atividades de engenharia e técnicas afins	85	5		
85	M71.20 Ensaios e análises técnicas	0	0		
86	M72.19 Outra investigação e desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia	3	0		
87	N77.11 Aluguer de automóveis e veículos automóveis ligeiros	132	13		
88	N77.12 Aluguer de camiões	8	0		
89	N77.34 Aluguer de material de transporte marítimo e fluvial	25	0		
90	N77.39 Aluguer e locação de outras máquinas, equipamentos e bens corpóreos, n.e.c.	22	3		
91	P85.59 Outro ensino, n.e.c.	0	0		

		a	b	c	d	e	f	g	h
									31 dez 2023
		Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD	
		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]	
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)
1	A02.10 Silvicultura e outras atividades florestais	6	0			6	0		
2	C16.23 Fabricação de outras obras de carpintaria e de caixilharia para a construção	8	0			8	0		
3	C17.12 Fabricação de papel e cartão	13	0			13	0		
4	C17.21 Fabricação de papel e cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	1	0			1	0		
5	C17.22 Fabricação de artigos de uso doméstico e sanitário e de artigos de higiene	46	0			46	0		
6	C17.24 Fabricação de papel de parede	7	0			7	0		
7	C17.29 Fabricação de outros artigos de papel e cartão	6	0			6	0		
8	C20.11 Fabricação de gases industriais	265	0			265	0		
9	C20.13 Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base	1	0			1	0		
10	C20.14 Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base	18	1			18	1		
11	C20.15 Fabricação de adubos e compostos azotados	2	0			2	0		
12	C20.16 Fabricação de matérias plásticas em formas primárias	33	1			33	0		
13	C22.11 Fabricação de pneus de borracha e câmaras-de-ar, recauchutagem e reconstrução de pneus de borracha	126	16			126	0		
14	C22.19 Fabricação de outros artigos de borracha	4	0			4	0		
15	C22.21 Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico	1	0			1	0		
16	C22.22 Fabricação de artigos de plástico para embalagem	0	0			0	0		
17	C22.23 Fabricação de artigos de plástico para a construção	0	0			0	0		
18	C22.29 Fabricação de outros artigos de plástico	31	0			31	0		
19	C23.11 Fabricação de vidro plano	8	3			8	3		
20	C23.20 Fabricação de produtos refratários	2	1			2	0		
21	C23.51 Fabricação de cimento	0	0			0	0		
22	C23.61 Fabricação de produtos de betão para a construção	0	0			0	0		
23	C24.10 Fabricação de ferro e aço de base e de ferro-ligas	140	14			140	4		
24	C24.201 Fabricação de tubos de aço, exceto tubos de aço de precisão	2	0			2	0		
25	C24.202 Fabricação de tubos de aço de precisão	0	0			0	0		
26	C24.31 Trefilagem a frio de barras	0	0			0	0		
27	C24.42 Produção de alumínio	0	0			0	0		
28	C24.51 Fundição de ferro	2	0			2	0		
29	C24.52 Fundição de aço	3	1			3	0		
30	C24.53 Fundição de metais leves	0	0			0	0		
31	C25.11 Fabricação de estruturas metálicas e suas partes	20	0			20	0		
32	C25.12 Fabricação de portas e janelas de metal	1	0			1	0		
33	C25.93 Fabricação de artigos de arame, correntes e molas	89	34			89	0		
34	C27.32 Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrónicos	160	0			160	0		
35	C27.401 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e aparelhos de iluminação	10	1			10	0		
36	C27.402 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e lâmpadas de néon	0	0			0	0		
37	C27.51 Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico	104	7			104	0		
38	C28.1 Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático	47	6			47	0		
39	C28.11 Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motociclos	138	53			138	0		
40	C28.13 Fabricação de outras bombas e compressores	27	2			27	0		
41	C29.101 Fabricação de automóveis de passageiros e seus motores	803	121			803	2		
42	C29.102 Fabricação de veículos comerciais e seus motores	825	156			825	7		
43	C30.11 Construção de embarcações e estruturas flutuantes	80	0			80	0		
44	C30.20.1 Fabricação de locomotivas e outros veículos ferroviários	2	1			2	0		
45	C30.20.2 Fabricação de infraestruturas ferroviárias	0	0			0	0		
46	C30.91 Fabricação de motociclos	3	0			3	0		
47	C30.92 Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos	0	0			0	0		
48	C30.99 Fabricação de outro material de transporte, n.e.c.	29	0			29	0		
49	C33.17 Reparação e manutenção de outro material de transporte	0	0			0	0		
50	D35.11 Produção de eletricidade	1.155	733			1.155	3		

		a	b	c	d	e	f	g	h
									31 dez 2023
		Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD		Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas ao NRFD	
		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]	
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCM)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)	em milhões de euros	Dos quais ambiental-mente sustentáveis (CCA)
51	D35.13 Distribuição de eletricidade	383	264			383	0		
52	D35.21 Fabricação de gás	15	12			15	0		
53	D35.22 Distribuição de combustíveis gasosos através de condutas	42	4			42	0		
54	D35.30 Vapor e ar condicionado	6	3			6	0		
55	E36.001 Captação e tratamento de água, incluindo compras a outros fornecedores para distribuição	6	0			6	0		
56	E38.21 Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	17	1			17	0		
57	E38.32 Recuperação de materiais selecionados	0	0			0	0		
58	F41.103 Elaboração de projetos de construção de edifícios residenciais	27	2			27	0		
59	F41.20.1 Construção de edifícios residenciais e não residenciais (exceto construções pré-fabricadas)	5	0			5	0		
60	F42.11 Construção de estradas e autoestradas	8	0			8	0		
61	F42.13 Construção de pontes e túneis	0	0			0	0		
62	F42.91 Construção de projetos hídricos	97	6			97	0		
63	F43.21 Instalação elétrica	5	1			5	0		
64	F43.22 Instalação de canalizações, de aquecimento e de ar condicionado	0	0			0	0		
65	H49.10 Transporte ferroviário de passageiros, interurbano	0	0			0	0		
66	H50.20 Transportes marítimos e costeiros de mercadorias por água	73	12			73	0		
67	H52.21 Atividades dos serviços relacionados com os transportes terrestres	61	0			61	0		
68	H53.10 Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço universal	267	26			267	0		
69	H53.20 Outras atividades postais e de correio rápido	13	3			13	0		
70	J59.13 Atividades de distribuição de filmes, vídeos e programas de televisão	0	0			0	0		
71	J61.10 Atividades de telecomunicações por fio	58	0			58	0		
72	J61.20 Atividades de telecomunicações sem fios	109	0			109	0		
73	J61.909 Outras atividades de telecomunicações, n.e.c.	222	0			222	0		
74	J62.019 Outro desenvolvimento de software	40	0			40	0		
75	J62.02 Atividades de consultoria informática	143	5			143	0		
76	J62.09 Outras atividades de tecnologias de informação e dos serviços informáticos	37	16			37	0		
77	J63.11 Tratamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	9	0			9	0		
78	K65.12 Seguros não vida	35	1			35	0		
79	K65.202 Resseguros - Resseguros para outras atividades de seguros	85	0			85	0		
80	L68.102 Compra e venda de bens imobiliários não residenciais próprios	164	0			164	0		
81	L68.201 Arrendamento e exploração de imóveis residenciais próprios ou arrendados	1	0			1	0		
82	L68.202 Arrendamento e exploração de bens imóveis não residenciais próprios ou arrendados	609	104			609	66		
83	L68.32 Gestão de bens imobiliários por conta de outrem	159	9			159	0		
84	M71.12 Atividades de engenharia e técnicas afins	56	4			56	0		
85	M71.20 Ensaios e análises técnicas	0	0			0	0		
86	M72.19 Outra investigação e desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia	5	0			5	0		
87	N77.11 Aluguer de automóveis e veículos automóveis ligeiros	101	3			101	0		
88	N77.12 Aluguer de camiões	11	0			11	0		
89	N77.34 Aluguer de material de transporte marítimo e fluvial	22	0			22	0		
90	N77.39 Aluguer e locação de outras máquinas, equipamentos e bens corpóreos, n.e.c.	31	2			31	0		
91	P85.59 Outro ensino, n.e.c.	0	0			0	0		

		y	z	aa	ab
					31 dez 2023
					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
			Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas a NFRD
			Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
1	A02.10 Silvicultura e outras atividades florestais	6	0		
2	C16.23 Fabricação de outras obras de carpintaria e de caixilharia para a construção	8	0		
3	C17.12 Fabricação de papel e cartão	13	0		
4	C17.21 Fabricação de papel e cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	1	0		
5	C17.22 Fabricação de artigos de uso doméstico e sanitário e de artigos de higiene	46	0		
6	C17.24 Fabricação de papel de parede	7	0		
7	C17.29 Fabricação de outros artigos de papel e cartão	6	0		
8	C20.11 Fabricação de gases industriais	265	0		
9	C20.13 Fabricação de outros produtos químicos inorgânicos de base	1	0		
10	C20.14 Fabricação de outros produtos químicos orgânicos de base	18	2		
11	C20.15 Fabricação de adubos e compostos azotados	2	0		
12	C20.16 Fabricação de matérias plásticas em formas primárias	33	1		
13	C22.11 Fabricação de pneus de borracha e câmaras-de-ar, recauchutagem e reconstrução de pneus de borracha	126	16		
14	C22.19 Fabricação de outros artigos de borracha	4	0		
15	C22.21 Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico	1	0		
16	C22.22 Fabricação de artigos de plástico para embalagem	0	0		
17	C22.23 Fabricação de artigos de plástico para a construção	0	0		
18	C22.29 Fabricação de outros artigos de plástico	31	0		
19	C23.11 Fabricação de vidro plano	8	6		
20	C23.20 Fabricação de produtos refratários	2	1		
21	C23.51 Fabricação de cimento	0	0		
22	C23.61 Fabricação de produtos de betão para a construção	0	0		
23	C24.10 Fabricação de ferro e aço de base e de ferro-ligas	140	18		
24	C24.201 Fabricação de tubos de aço, exceto tubos de aço de precisão	2	0		
25	C24.202 Fabricação de tubos de aço de precisão	0	0		
26	C24.31 Trefilagem a frio de barras	0	0		
27	C24.42 Produção de alumínio	0	0		
28	C24.51 Fundição de ferro	2	0		
29	C24.52 Fundição de aço	3	1		
30	C24.53 Fundição de metais leves	0	0		
31	C25.11 Fabricação de estruturas metálicas e suas partes	20	0		
32	C25.12 Fabricação de portas e janelas de metal	1	0		
33	C25.93 Fabricação de artigos de arame, correntes e molas	89	34		
34	C27.32 Fabricação de outros fios e cabos elétricos e eletrónicos	160	0		
35	C27.401 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e aparelhos de iluminação	10	1		
36	C27.402 Fabricação de material de iluminação elétrica - Lâmpadas e lâmpadas de néon	0	0		
37	C27.51 Fabricação de aparelhos elétricos para uso doméstico	104	7		
38	C28.1 Fabricação de equipamento hidráulico e pneumático	47	6		
39	C28.11 Fabricação de motores e turbinas, exceto motores para aeronaves, automóveis e motociclos	138	53		
40	C28.13 Fabricação de outras bombas e compressores	27	2		
41	C29.101 Fabricação de automóveis de passageiros e seus motores	803	123		
42	C29.102 Fabricação de veículos comerciais e seus motores	825	163		
43	C30.11 Construção de embarcações e estruturas flutuantes	80	0		
44	C30.20.1 Fabricação de locomotivas e outros veículos ferroviários	2	1		
45	C30.20.2 Fabricação de infraestruturas ferroviárias	0	0		
46	C30.91 Fabricação de motociclos	3	0		
47	C30.92 Fabricação de bicicletas e de veículos para inválidos	0	0		
48	C30.99 Fabricação de outro material de transporte, n.e.c.	29	0		
49	C33.17 Reparação e manutenção de outro material de transporte	0	0		
50	D35.11 Produção de eletricidade	1.155	736		

		y	z	aa	ab
					31 dez 2023
					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
			Sociedades não financeiras (Sujeito a NFRD)		PME e outras SNF não sujeitas a NFRD
			Valor contabilístico [bruto]		Valor contabilístico [bruto]
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)	em milhões de euros	Dos quais ambientalmente sustentáveis (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
51	D35.13 Distribuição de eletricidade	383	264		
52	D35.21 Fabricação de gás	15	12		
53	D35.22 Distribuição de combustíveis gasosos através de condutas	42	4		
54	D35.30 Vapor e ar condicionado	6	3		
55	E36.001 Captação e tratamento de água, incluindo compras a outros fornecedores para distribuição	6	0		
56	E38.21 Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	17	1		
57	E38.32 Recuperação de materiais selecionados	0	0		
58	F41.103 Elaboração de projetos de construção de edifícios residenciais	27	2		
59	F41.20.1 Construção de edifícios residenciais e não residenciais (exceto construções pré-fabricadas)	5	0		
60	F42.11 Construção de estradas e autoestradas	8	0		
61	F42.13 Construção de pontes e túneis	0	0		
62	F42.91 Construção de projetos hídricos	97	6		
63	F43.21 Instalação elétrica	5	1		
64	F43.22 Instalação de canalizações, de aquecimento e de ar condicionado	0	0		
65	H49.10 Transporte ferroviário de passageiros, interurbano	0	0		
66	H50.20 Transportes marítimos e costeiros de mercadorias por água	73	12		
67	H52.21 Atividades dos serviços relacionados com os transportes terrestres	61	0		
68	H53.10 Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço universal	267	26		
69	H53.20 Outras atividades postais e de correio rápido	13	3		
70	J59.13 Atividades de distribuição de filmes, vídeos e programas de televisão	0	0		
71	J61.10 Atividades de telecomunicações por fio	58	0		
72	J61.20 Atividades de telecomunicações sem fios	109	0		
73	J61.909 Outras atividades de telecomunicações, n.e.c.	222	0		
74	J62.019 Outro desenvolvimento de software	40	0		
75	J62.02 Atividades de consultoria informática	143	5		
76	J62.09 Outras atividades de tecnologias de informação e dos serviços informáticos	37	16		
77	J63.11 Tratamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas	9	0		
78	K65.12 Seguros não vida	35	1		
79	K65.202 Resseguros - Resseguros para outras atividades de seguros	85	0		
80	L68.102 Compra e venda de bens imobiliários não residenciais próprios	164	0		
81	L68.201 Arrendamento e exploração de imóveis residenciais próprios ou arrendados	1	0		
82	L68.202 Arrendamento e exploração de bens imóveis não residenciais próprios ou arrendados	609	170		
83	L68.32 Gestão de bens imobiliários por conta de outrem	159	9		
84	M71.12 Atividades de engenharia e técnicas afins	56	4		
85	M71.20 Ensaios e análises técnicas	0	0		
86	M72.19 Outra investigação e desenvolvimento experimental em ciências naturais e engenharia	5	0		
87	N77.11 Aluguer de automóveis e veículos automóveis ligeiros	101	3		
88	N77.12 Aluguer de camiões	11	0		
89	N77.34 Aluguer de material de transporte marítimo e fluvial	22	0		
90	N77.39 Aluguer e locação de outras máquinas, equipamentos e bens corpóreos, n.e.c.	31	2		
91	P85.59 Outro ensino, n.e.c.	0	0		

Tabela 3.1: Stock KPI do GAR (Volume de negócios)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 dez 2024
						Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)				Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	28,1	1,0	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
2	Compromissos financeiros	0,7	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
20	Compromissos não financeiros	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
24	Famílias	26,9	0,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	25,8	0,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0				
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	28,1	1,0	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae	af
											31 dez 2024
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)					
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)				
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis	Propor-ção dos ativos totais cobertos
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	28,2	1,0	0,8	0,0	0,1	16,9
2	Compromissos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,1	0,0	0,0	0,0	1,6
3	Instituições de crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
4	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
20	Compromissos não financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,1	0,0	0,0	0,1	0,9
21	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	0,9
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
24	Famílias	0,0	0,0	0,0	0,0	26,9	0,8	0,8	0,0	0,0	14,4
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	25,8	0,8	0,8	0,0	0,0	11,5
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	28,2	1,0	0,8	0,0	0,1	44,3

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 dez 2023
		Redução das alterações climáticas (CCM)					Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	29,7	1,3	1,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
2	Compromissos financeiros	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
20	Compromissos não financeiros	0,6	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
24	Famílias	28,7	1,1	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	27,8	1,1	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0				
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	29,7	1,3	1,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae	af
											31 dez 2023
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)					
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)				
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis	Propor-ção dos ativos totais cobertos
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	29,7	1,3	1,1	0,0	0,1	18,0
2	Compromissos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
3	Instituições de crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8
4	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
20	Compromissos não financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,2	0,0	0,0	0,1	0,9
21	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,2	0,0	0,0	0,1	0,9
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
24	Famílias	0,0	0,0	0,0	0,0	28,7	1,1	1,1	0,0	0,0	16,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	27,8	1,1	1,1	0,0	0,0	12,3
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	29,7	1,3	1,1	0,0	0,1	44,2

Tabela 3.2: Stock KPI do GAR (CapEx)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 dez 2024
		Redução das alterações climáticas (CCM)					Adaptação às alterações climáticas (CCA)			
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	28,3	1,2	0,8	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0
2	Compromissos financeiros	0,7	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
20	Compromissos não financeiros	0,7	0,3	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,7	0,3	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
24	Famílias	26,9	0,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	25,8	0,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0				
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	28,3	1,2	0,8	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae	af
											31 dez 2024
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)					
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)				
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis	Propor-ção dos ativos totais cobertos
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	28,4	1,2	0,8	0,0	0,2	16,9
2	Compromissos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,1	0,0	0,0	0,0	1,6
3	Instituições de crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	1,3
4	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	1,2
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
20	Compromissos não financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,3	0,0	0,0	0,1	0,9
21	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,3	0,0	0,0	0,1	0,9
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
24	Famílias	0,0	0,0	0,0	0,0	26,9	0,8	0,8	0,0	0,0	14,4
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	25,8	0,8	0,8	0,0	0,0	11,5
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	28,4	1,2	0,8	0,0	0,2	44,3

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 dez 2023
						Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	30,0	1,5	1,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
2	Compromissos financeiros	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
20	Compromissos não financeiros	0,8	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,8	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
24	Famílias	28,7	1,1	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	27,8	1,1	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0				
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	30,0	1,5	1,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae	af
											31 dez 2023
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)					
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)				
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis	Propor-ção dos ativos totais cobertos
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	30,0	1,5	1,1	0,0	0,2	18,0
2	Compromissos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0
3	Instituições de crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8
4	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
20	Compromissos não financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,4	0,0	0,0	0,1	0,9
21	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,4	0,0	0,0	0,1	0,9
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
24	Famílias	0,0	0,0	0,0	0,0	28,7	1,1	1,1	0,0	0,0	16,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	27,8	1,1	1,1	0,0	0,0	12,3
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	30,0	1,5	1,1	0,0	0,2	44,2

Tabela 4.1: Fluxo de KPI do GAR (KPI de volume de negócios)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 dez 2024
					Redução das alterações climáticas (CCM)					Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	4,7	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
2	Compromissos financeiros	2,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	2,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	2,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
20	Compromissos não financeiros	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
24	Famílias	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0				
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	4,7	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae	af
											31 dez 2024
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)					
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)				
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis	Propor-ção dos ativos totais cobertos
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
2	Compromissos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
20	Compromissos não financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
24	Famílias	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 dez 2023
						Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)						Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)	
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	4,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
2	Compromissos financeiros	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20	Compromissos não financeiros	0,7	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,7	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
24	Famílias	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	4,2	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae	af
											31 dez 2023
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)					
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)				
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis	Propor-ção dos ativos totais cobertos
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
2	Compromissos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
20	Compromissos não financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
24	Famílias	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0

Tabela 4.2: Fluxo de KPI do GAR (KPI CapEx)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 dez 2024
						Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	4,3	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
2	Compromissos financeiros	1,9	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	1,9	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	1,9	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
20	Compromissos não financeiros	0,5	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,5	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
24	Famílias	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0				
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	4,3	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae	af
											31 dez 2024
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)					
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)				
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis	Propor-ção dos ativos totais cobertos
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0
2	Compromissos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
20	Compromissos não financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
24	Famílias	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 dez 2023
					Redução das alterações climáticas (CCM)					Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador									
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	4,5	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
2	Compromissos financeiros	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
20	Compromissos não financeiros	1,0	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
21	Empréstimos e adiantamentos	1,0	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
24	Famílias	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0				
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	4,5	0,4	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae	af
											31 dez 2023
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)					
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)					
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)				
	% (em comparação com o total de ativos cobertos no denominador)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis	Propor-ção dos ativos totais cobertos
	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador										
1	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	0,4	0,0	0,0	0,1	0,5
2	Compromissos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3	Instituições de crédito	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
7	Outras sociedades financeiras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	dos quais empresas de investimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
9	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
10	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
12	dos quais sociedades de gestão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
13	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
14	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
16	dos quais empresas de seguros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
17	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
19	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
20	Compromissos não financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,4	0,0	0,0	0,1	0,5
21	Empréstimos e adiantamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,4	0,0	0,0	0,1	0,4
22	Títulos de dívida, incluindo a UoP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
23	Instrumentos de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
24	Famílias	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27	dos quais empréstimos para veículos automóveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
28	Financiamento das administrações locais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
29	Financiamento da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30	Outros financiamentos da administração local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
31	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
32	Total de ativos GAR	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	0,4	0,0	0,0	0,1	0,5

Tabela 5.1: KPI de exposições extrapatrimoniais (stock de KPI de volume de negócios)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i
									31 dez 2024
					Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
1 Garantias financeiras (FinGuar KPI)	4,4	2,4	0,0	0,0	2,0	0,2	0,0	0,0	0,0
2 Ativos sob gestão (AuM KPI)	7,0	1,4	0,0	0,1	0,8	0,3	0,0	0,0	0,0
3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae
									31 dez 2024
	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
						Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)			
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
1 Garantias financeiras (FinGuar KPI)	0,0	0,2	0,1	0,0	4,9	2,4	0,0	0,0	2,0
2 Ativos sob gestão (KPI AuM)	0,0	0,3	0,3	0,0	7,9	1,4	0,0	0,1	0,8
3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	a	b	c	d	e	f	g	h	i
									31 dez 2023
					Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
1 Garantias financeiras (FinGuar KPI)	3,3	0,5	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0
2 Ativos sob gestão (KPI AuM)	8,5	0,8	0,0	0,0	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0
3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae
									31 dez 2023
	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
						Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)			
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
1 Garantias financeiras (FinGuar KPI)	0,0	0,0	0,0	0,0	3,4	0,5	0,0	0,0	0,2
2 Ativos sob gestão (KPI AuM)	0,0	0,0	0,0	0,0	8,6	0,8	0,0	0,0	0,4
3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Tabela 5.2: KPI de exposições extrapatrimoniais (fluxo de KPI do volume de negócios)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 de dezembro. 2024
						Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI)	7,5	1,8	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0
3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae
										31 de dezembro. 2024
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)				
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)			
	% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI)	0,6	0,1	0,0	0,0	8,2	1,8	0,0	0,0	1,7
3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 de dezembro. 2023
						Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI)	7,2	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae
										31 de dezembro. 2023
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)				
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)			
	% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI)	0,0	0,0	0,0	0,0	7,2	0,3	0,0	0,0	0,1
3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Tabela 5.3: KPI de exposições extrapatrimoniais (stock de KPI CapEx)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i
									31 dez 2024
					Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
1 Garantias financeiras (FinGuar KPI)	5,5	3,2	0,0	0,1	1,9	0,2	0,0	0,0	0,0
2 Ativos sob gestão (KPI AuM)	8,2	2,2	0,0	0,1	1,1	0,2	0,1	0,0	0,0
3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae
									31 de dezembro. 2024
	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				
						Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)			
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
1 Garantias financeiras (FinGuar KPI)	0,0	0,1	0,0	0,0	5,9	3,2	0,0	0,1	1,9
2 Ativos sob gestão (KPI AuM)	0,0	0,2	0,2	0,0	8,9	2,2	0,0	0,1	1,1
3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	a	b	c	d	e	f	g	h	i
									31 dez 2023
					Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
1 Garantias financeiras (FinGuar KPI)	4,8	1,2	0,0	0,0	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0
2 Ativos sob gestão (KPI AuM)	4,6	1,6	0,0	0,1	0,8	0,1	0,0	0,0	0,0
3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

	j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae
									31 dez 2023
	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)					TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)
					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				
						Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)			
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
1 Garantias financeiras (FinGuar KPI)	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9	1,3	0,0	0,0	0,6
2 Ativos sob gestão (KPI AuM)	0,0	0,0	0,0	0,0	4,7	1,6	0,0	0,1	0,8
3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Tabela 5.4: KPI de exposições extrapatrimoniais (fluxo de KPI CapEx)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 de dezembro. 2024
						Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI)	7,3	0,6	0,0	0,0	0,3	1,5	1,1	0,0	0,0
3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae
										31 de dezembro. 2024
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)				
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)			
	% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI)	0,0	0,0	0,0	0,0	8,9	1,6	0,0	0,0	0,3
3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

		a	b	c	d	e	f	g	h	i
										31 de dezembro. 2023
						Redução das alterações climáticas (CCM)				Adaptação às alterações climáticas (CCA)
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)			
			Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)					Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)		
	% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis			Dos quais Utilização das receitas	Dos quais favoráveis
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI)	13,0	0,8	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

		j	n	r	v	aa	ab	ac	ad	ae
										31 de dezembro. 2023
		Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (EC)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	TOTAL (CCM + CCA + WTR + CE + PPC + BIO)				
		Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)	Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (elegíveis para a taxonomia)				
							Proporção do total dos ativos cobertos que financiam setores relevantes para a taxonomia (alinhados com a taxonomia)			
	% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais elegíveis)							Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transi-tórias	Dos quais favoráveis
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI)	0,0	0,0	0,0	0,0	13,0	0,8	0,0	0,0	0,2
3		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
4		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
5		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Atividades relacionadas com a energia nuclear e os gases fósseis - KPI de volume de negócios

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2024
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2024
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2023
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2023
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil - KPI CapEx

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2024
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2024
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2023
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2023
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Atividades relacionadas com a energia nuclear e os gases fósseis - Garantias financeiras KPI de volume de negócios

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2024
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2024
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2023
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2023
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil - Garantias financeiras KPI CapEx

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2024
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2024
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2023
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2023
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Atividades nucleares e relacionadas com o gás fóssil - Ativos sob gestão (AuM) KPI de volume de negócios

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2024
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2024
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Atividades nucleares e relacionadas com o gás fóssil - KPI CapEx dos ativos sob gestão (AuM)

Fila	Atividades relacionadas com a energia nuclear	31 dez 2024
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	não
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	sim
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como à sua modernização em termos de segurança	sim

	Atividades relacionadas com o gás fóssil	31 dez 2024
4	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	sim
5	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, remodelação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	sim
6	A empresa realiza, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis.	sim

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (denominador) - KPI de volume de negócios

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	2	0,0	2	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	6.094	1,0	6.076	1,0	18	0,0
8	**Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis**	**6.097**	**1,0**	**6.079**	**1,0**	**18**	**0,0**

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	79	0,0	79	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	7.467	1,3	7.414	1,3	55	0,0
8	**Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis**	**7.546**	**1,3**	**7.493**	**1,3**	**55**	**0,0**

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (denominador) - KPI CapEx

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	2	0,0	2	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	7.302	1,2	7.152	1,2	150	0,0
8	**Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis**	**7.308**	**1,2**	**7.158**	**1,2**	**150**	**0,0**

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	15	0,0	15	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	121	0,0	121	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	8.791	1,5	8.608	1,5	183	0,0
8	**Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis**	**8.928**	**1,5**	**8.745**	**1,5**	**183**	**0,0**

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (denominador) - Garantias financeiras KPI de volume de negócios

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	9	0,0	9	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	772	2,4	770	2,3	2	0,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**783**	**2,4**	**781**	**2,4**	**2**	**0,0**

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,1	0	0,1	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	152	99,9	148	99,9	4	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**153**	**100,0**	**149**	**100,0**	**4**	**100,0**

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (denominador) - Garantias financeiras KPI CapEx

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	4	0,0	4	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	3	0,0	3	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	1.035	3,2	1.026	3,1	9	0,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**1.043**	**3,2**	**1.034**	**3,1**	**9**	**0,0**

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,1	0	0,1	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	374	99,9	364	99,9	10	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**374**	**100,0**	**364**	**100,0**	**10**	**100,0**

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (denominador) - Ativos sob gestão (AuM) KPI de volume de negócios

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	28	0,0	28	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	277	0,0	277	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	4	0,0	4	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	28	0,0	21	0,0	7	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	5	0,0	5	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia, mas não alinhadas com a taxonomia, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	16.743	1,4	16.337	1,4	407	0,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas elegíveis mas não alinhadas com a taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**17.086**	**1,4**	**16.673**	**1,4**	**413**	**0,0**

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (denominador) Ativos sob gestão (AuM) KPI CapEx

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	113	0,0	113	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	163	0,0	163	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	44	0,0	44	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	26	0,0	26	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	35	0,0	35	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia, mas não alinhadas com a taxonomia, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	26.551	2,2	25.741	2,1	811	0,1
8	**Montante total e proporção de atividades económicas elegíveis mas não alinhadas com a taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**26.933**	**2,2**	**26.123**	**2,2**	**811**	**0,1**

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (numerador) - KPI de volume de negócios

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	2	0,0	2	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	6.094	100,0	6.077	100,0	18	100,0
8	Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis	6.097	100,0	6.079	100,0	18	100,0

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	197	2,6	197	2,6	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	7.348	97,4	7.296	97,4	53	100,0
8	Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis	7.546	100,0	7.493	100,0	53	100,0

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (numerador) - KPI CapEx

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	2	0,0	2	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	7.303	100,0	7.153	100,0	150	100,0
8	Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis	7.308	100,0	7.158	100,0	150	100,0

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	26	0,3	26	0,3	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	183	2,1	183	2,1	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	14	0,2	14	0,2	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	8.717	97,6	8.534	97,6	183	100,0
8	Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis	8.928	100,0	8.745	100,0	183	100,0

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (numerador) - Garantias financeiras KPI de volume de negócios

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	9	1,2	9	1,2	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	1	1,0	1	1,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	772	98,6	770	98,6	2	100,0
8	Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável	783	100,0	781	100,0	2	100,0

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	1	0,9	1	0,9	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,1	0	0,1	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	151	99,1	151	99,0	4	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**153**	**100,0**	**153**	**100,0**	**4**	**100,0**

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (numerador) - Garantias financeiras KPI CapEx

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	4	0,4	4	0,4	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	3	0,3	3	0,3	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	1.035	98,3	1.026	98,3	9	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**1.043**	**100,0**	**1.034**	**100,0**	**9**	**100,0**

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	1	0,1	1	0,1	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,1	0	0,1	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	374	99,9	364	99,9	10	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**374**	**100,0**	**364**	**100,0**	**10**	**100,0**

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (numerador) Ativos sob gestão (AuM) KPI de volume de negócios

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	28	0,2	28	0,2	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	277	1,6	277	1,7	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	4	0,0	4	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	28	0,2	21	0,1	7	1,6
6	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	5	0,0	5	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia, mas não alinhadas com a taxonomia, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	16.743	98,0	16.337	98,0	407	98,4
8	**Montante total e proporção de atividades económicas elegíveis mas não alinhadas com a taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**17.086**	**100,0**	**16.673**	**100,0**	**413**	**100,0**

Atividades económicas alinhadas com a taxonomia (numerador) Ativos sob gestão (AuM) KPI CapEx

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	113	0,4	113	0,4	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	163	0,6	163	0,6	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	44	0,2	44	0,2	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	26	0,1	26	0,1	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	35	0,1	35	0,1	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia, mas não alinhadas com a taxonomia, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	26.551	98,6	25.741	98,5	811	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas elegíveis mas não alinhadas com a taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**26.933**	**100,0**	**26.123**	**100,0**	**811**	**100,0**

Atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia mas não alinhadas com a taxonomia - KPI de volume de negócios

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	14	0,0	14	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	119	0,0	119	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	20	0,0	20	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	167.038	27,1	166.762	27,1	276	0,0
8	**Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis**	**167.192**	**27,2**	**166.915**	**27,1**	**276**	**0,0**

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Mont	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	156	0,0	156	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	64	0,0	64	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	41	0,0	41	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	164.721	28,4	164.709	28,4	12	0,0
8	**Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis**	**164.981**	**28,4**	**164.970**	**28,4**	**12**	**0,0**

Atividades económicas elegíveis para a taxonomia mas não alinhadas com a taxonomia - KPI CapEx

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	116	0,0	116	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	137	0,0	137	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	167.301	27,2	166.900	27,1	401	0,1
8	**Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis**	**167.555**	**27,2**	**167.154**	**27,2**	**401**	**0,1**

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	74	0,0	74	0,0	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	109	0,0	109	0,0	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	10	0,0	10	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no denominador do KPI aplicável	165.176	28,4	165.125	28,4	51	0,0
8	**Total de indicadores-chave de desempenho aplicáveis**	**165.370**	**28,5**	**165.319**	**28,5**	**51**	**0,0**

Atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia mas não alinhadas com a taxonomia - Garantias financeiras KPI de volume de negócios

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	95	0,3	95	0,3	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	20	0,1	20	0,1	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	4	0,0	4	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	588	1,8	532	1,6	56	0,2
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**707**	**2,2**	**652**	**2,0**	**56**	**0,2**

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	63	7,4	63	7,6	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	6	0,7	6	0,7	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	8	0,9	8	0,9	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	772	91,1	751	91,1	21	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**849**	**100,0**	**828**	**100,0**	**21**	**100,0**

Atividades económicas elegíveis para a taxonomia mas não alinhadas com a taxonomia - Garantias financeiras KPI CapEx

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	53	0,2	53	0,2	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	65	0,2	65	0,2	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	7	0,0	7	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	700	2,1	633	1,9	67	0,2
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**825**	**2,5**	**758**	**2,3**	**67**	**0,2**

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	14	1,3	14	1,3	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	50	4,7	50	4,7	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	9	0,8	9	0,8	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica alinhada com a taxonomia referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no numerador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas alinhadas com a taxonomia não referidas nas linhas 1 a 6 supra no numerador do KPI aplicável	991	93,2	979	93,1	12	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas alinhadas com a taxonomia no numerador do KPI aplicável**	**1.064**	**100,0**	**1.052**	**100,0**	**12**	**100,0**

Atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia mas não alinhadas com a taxonomia - KPI de volume de negócios dos ativos sob gestão (AuM)

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	6	0,0	6	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	73	0,0	73	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	1.165	0,1	1.165	0,1	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	555	0,1	548	0,1	7	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	191	0,0	191	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia, mas não alinhadas com a taxonomia, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	68.980	5,7	65.505	5,4	3.050	0,3
8	**Montante total e proporção de atividades económicas elegíveis mas não alinhadas com a taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**70.971**	**5,9**	**67.489**	**5,6**	**3.056**	**0,3**

Atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia mas não alinhadas com a taxonomia - KPI CapEx dos ativos sob gestão (AuM)

		Montante e proporção (a informação deve ser apresentada em montantes monetários e em percentagens)					
			CCM + CCA	Atenuação das alterações climáticas (CCM)		Adaptação às alterações climáticas (CCA)	
Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%	Montante	%	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	1	0,0	1	0,0	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	20	0,0	20	0,0	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	758	0,1	757	0,1	11	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	959	0,1	959	0,1	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia, referida na secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139, no denominador do KPI aplicável	351	0,0	351	0,0	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia, mas não alinhadas com a taxonomia, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	73.121	6,1	71.159	5,9	1.952	0,2
8	**Montante total e proporção de atividades económicas elegíveis mas não alinhadas com a taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**75.209**	**6,2**	**73.246**	**6,1**	**1.963**	**0,2**

Taxonomia das atividades económicas não elegíveis - KPI de volume de negócios

Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	3	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	442.080	71,8
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**442.083**	**71,8**

Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	408.428	70,3
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**408.428**	**70,3**

Taxonomia das atividades económicas não elegíveis - KPI CapEx

Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	5	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	440.503	71,6
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**440.509**	**71,6**

Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	406.657	70,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**406.657**	**70,0**

Taxonomia atividades económicas não elegíveis - Garantias financeiras KPI de volume de negócios

Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	7	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	31.282	95,4
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**31.289**	**95,5**

Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	54	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**54**	**100,0**

Taxonomia das atividades económicas não elegíveis - Garantias financeiras KPI CapEx

Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	9	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	6	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	30.897	94,3
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**30.912**	**94,3**

Filas	Atividades económicas em 31 de dezembro de 2023	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	54	100,0
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**54**	**100,0**

Taxonomia das atividades económicas não elegíveis - Ativos sob gestão (AuM) KPI de volume de negócios

Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	.
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	13	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	151	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	117	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	10	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	118	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	18	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	429.347	35,6
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**429.774**	**35,6**

Taxonomia das atividades económicas não elegíveis - Ativos sob gestão (AuM) KPI CapEx

Filas	Atividades económicas a partir de 31 de dezembro de 2024	Montante	%
1	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 1 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	0	0,0
2	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 2 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	153	0,0
3	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 3 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	92	0,0
4	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 4 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	8	0,0
5	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 5 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	119	0,0
6	Montante e proporção da atividade económica referida na linha 6 do modelo 1 que é taxonomicamente não elegível em conformidade com a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 no denominador do KPI aplicável	1	0,0
7	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis do ponto de vista taxonómico, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do KPI aplicável	418.407	34,7
8	**Montante total e proporção de atividades económicas não elegíveis do ponto de vista da taxonomia no denominador do KPI aplicável**	**418.780**	**34,7**

6

Informações adicionais (não-auditadas)

695 Medidas financeiras não-GAAP
702 Declaração de aval
703 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
704 Impressão/Publicações

Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

Rácios de rendibilidade do capital próprio

O Grupo comunica uma rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo que cada um corresponde a uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível são calculadas como lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais (cupão AT1) como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio tangível dos acionistas, respetivamente.

O lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas do Deutsche Bank após lucro (prejuízo) atribuível a componentes adicionais de capital próprio (cupão AT1) para os segmentos é um indicador financeiro não GAAP e é definido como lucro (prejuízo) excluindo lucro (prejuízo) após impostos atribuível a participações minoritárias e após lucro (prejuízo) atribuível a componentes adicionais de capital próprio (cupão AT1), que são atribuídos aos segmentos com base no seu capital próprio tangível médio atribuído. Para o Grupo, reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de 34% no exercício de 2024, 14% para 2023 e (1)% para 2022. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 28% para todos os períodos de relato em 2024, 2023 e 2022.

A nível do Grupo, o capital próprio dos acionistas tangível é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio tangível dos acionistas para os segmentos é calculado deduzindo o goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas como atribuído aos segmentos. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são apresentados sob a forma de média.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida nos rácios de rendibilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

						2024
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.075	3.343	1.231	632	(1.989)	5.291
Lucros (prejuízos)	1.494	2.407	886	455	(1.737)	3.505
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	139	139
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	**1.494**	**2.407**	**886**	**455**	**(1.876)**	**3.366**
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	125	264	159	27	93	668
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.369	2.143	727	428	(1.969)	2.698
Capital próprio médio atribuído[1]	11.682	23.672	13.990	5.329	10.089	64.763
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis[1,2]	776	804	101	2.957	2.112	6.750
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído[1]	**10.906**	**22.868**	**13.889**	**2.372**	**7.977**	**58.013**
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[1]	11,7%	9,1%	5,2%	8,0%	N/S	4,2%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[1]	12,6%	9,4%	5,2%	18,0%	N/S	4,7%

N/S – Não significativo

[1] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

[2] O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a participação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	2023 Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.804	1.879	1.058	396	(459)	5.678
Lucros (prejuízos)	2.019	1.353	761	285	473	4.892
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	119	119
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	**2.019**	**1.353**	**761**	**285**	**353**	**4.772**
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	107	226	123	22	83	560
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.912	1.127	639	264	271	4.212
Capital próprio médio atribuído[1]	11.547	23.544	13.219	5.157	9.543	63.011
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis[1,2]	812	736	826	2.959	1.101	6.434
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído[1]	**10.735**	**22.808**	**12.393**	**2.199**	**8.443**	**56.577**
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[1]	16,6%	4,8%	4,8%	5,1%	N/S	6,7%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[1]	17,8%	4,9%	5,2%	12,0%	N/S	7,4%

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.
[1] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório
[2] O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a participação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	2022 Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.816	3.228	1.705	585	(1.739)	5.594
Lucros (prejuízos)	1.307	2.324	1.228	421	379	5.659
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	134	134
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	**1.307**	**2.324**	**1.228**	**421**	**245**	**5.525**
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	104	234	115	22	26	500
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.203	2.090	1.112	399	219	5.025
Capital próprio médio atribuído[1]	11.668	22.478	12.945	5.437	7.465	59.994
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis[1,2]	779	681	850	3.093	925	6.328
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído[1]	**10.889**	**21.797**	**12.095**	**2.344**	**6.540**	**53.666**
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)[1]	10,3%	9,3%	8,6%	7,3%	N/S	8,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)[1]	11,1%	9,6%	9,2%	17,0%	N/S	9,4%

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.
[1] A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 4 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório
[2] O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a participação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

Receitas excluindo rubricas específicas

As receitas excluindo rubricas específicas são um indicador de desempenho que é uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável às receitas líquidas da medida financeira das IFRS. As receitas excluindo rubricas específicas são calculadas ajustando as receitas líquidas nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas que, em geral, não se enquadram na natureza ou no âmbito de atividade habituais e que são suscetíveis de falsear uma avaliação exata do desempenho operacional das divisões. Os elementos excluídos são o ajustamento da avaliação de dívida (AAD) e transações ou eventos significativos que sejam de natureza única ou pertençam a uma carteira de transações ou eventos relacionados, em que o impacto P&L se limite a um período específico de tempo. O Grupo acredita que a apresentação de receitas líquidas, excluindo o impacto destas rubricas, proporciona uma descrição mais significativa das receitas associadas aos negócios.

em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	2024 Total consolidado
Proveitos	**7.506**	**10.558**	**9.386**	**2.649**	**(6)**	**30.092**
AAD	0	30	0	0	6	37
Sal. Negociação de Oppenheim – International Private Bank	0	0	0	0	0	0
Ganho na venda da atividade de Financial Advisors Italy – International Private Bank	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	0	30	0	0	6	37
Receitas excluindo rubricas específicas	**7.506**	**10.588**	**9.386**	**2.649**	**0**	**30.129**

em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	2023 Total consolidado
Proveitos	**7.718**	**9.160**	**9.571**	**2.383**	**47**	**28.879**
AAD	0	47	0	0	(5)	42
Sal. Negociação de Oppenheim – International Private Bank	0	0	0	0	0	0
Ganho na venda da atividade de Financial Advisors Italy – International Private Bank	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	0	47	0	0	(5)	42
Receitas excluindo rubricas específicas	**7.718**	**9.207**	**9.571**	**2.383**	**43**	**28.921**

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	2022 Total consolidado
Proveitos	**6.337**	**10.016**	**9.152**	**2.608**	**(902)**	**27.210**
AAD	0	(49)	0	0	6	(43)
Sal. Negociação de Oppenheim – International Private Bank	0	0	(125)	0	0	(125)
Ganho na venda da atividade de Financial Advisors Italy – International Private Bank[1]	0	0	(305)	0	0	(305)
Total de rubricas de receitas específicas	0	(49)	(430)	0	6	(473)
Receitas excluindo rubricas específicas	**6.337**	**9.968**	**8.721**	**2.608**	**(897)**	**26.737**

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.
[1] Ganho na venda de 312 milhões de euros, líquidos de comissões relacionadas com a transação no valor de 6 milhões de euros

Rendimento de juros líquido nos principais segmentos da carteira bancária

O rendimento de juros líquido nos principais segmentos da carteira bancária é uma medida financeira não-GAAP para a qual a medida financeira IFRS mais diretamente comparável é o rendimento de juros líquido. Os principais segmentos da carteira bancária são definidos como os segmentos de atividade do Grupo para os quais o rendimento de juros líquido das atividades da carteira bancária representam uma parte significativa do rendimento global. O rendimento de juros líquido nos principais segmentos da carteira bancária é calculado como o total do rendimento de juros líquido do Grupo, excluindo outros efeitos de financiamento (por exemplo, custos de financiamento detidos centralmente) e impactos resultantes da assimetria contabilística no reconhecimento da carteira de negociação do Grupo e das atividades de cobertura relacionadas. O Grupo considera que a apresentação do rendimento de juros líquido nos principais segmentos da carteira bancária proporciona uma imagem mais significativa do rendimento de juros líquido associado às atividades operacionais do Grupo.

O quadro seguinte apresenta uma reconciliação do rendimento de juros líquido do Grupo com o rendimento de juros líquido dos principais segmentos da carteira bancária.

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022
Grupo			
Rendimento de juros líquido	**13.065**	**13.602**	**13.650**
Principais segmentos da carteira bancária e outros efeitos de financiamento[1]	**13.255**	13.138	10.962
Principais segmentos da carteira bancária	13.471	**13.875**	**11.455**
Outros efeitos de financiamento[1]	(216)	(737)	(493)
Assimetria contabilística[2]	**(190)**	464	2.688
Ativos remunerados médios[3] (em mil milhões de euros)	996	971	983
Margem da taxa de juro líquida[4]	1,3%	1,4%	1,4%
Principais segmentos da carteira bancária			
Corporate Bank			
Rendimento de juros líquido	4.960	5.115	3.628
Ativos remunerados médios[3] (em mil milhões de euros)	126	125	133
Margem da taxa de juro líquida[4]	3,9%	4,1%	2,7%
Fixed Income and Currencies do Investment Bank: Financiamento			
Rendimento de juros líquido	2.724	2.604	2.606
Ativos remunerados médios[3] (em mil milhões de euros)	96	93	94
Margem da taxa de juro líquida[4]	2,8%	2,8%	2,8%
Private Bank			
Rendimento de juros líquido	5.786	6.156	5.222
Ativos remunerados médios[3] (em mil milhões de euros)	262	265	266
Margem da taxa de juro líquida[4]	2,2%	2,3%	2,0%
Total Principais segmentos da carteira bancária			
Rendimento de juros líquido	**13.471**	**13.875**	**11.455**
Ativos remunerados médios[3] (em mil milhões de euros)	484	483	492
Margem da taxa de juro líquida[4]	2,8%	2,9%	2,3%

[1] Outros efeitos de financiamento representa o rendimento de juros líquido da carteira bancária resultante principalmente das atividades de financiamento da tesouraria que não são afetadas aos principais segmentos da carteira bancária, mas que são afetadas a outros segmentos ou detidas centralmente em Corporate & Other

[2] A assimetria contabilística no reconhecimento da carteira de negociação do Grupo e das atividades de cobertura conexas decorre principalmente dos custos de financiamento associados às posições da carteira de negociação, em que o custo de financiamento é registado na margem financeira, mas é compensado pelas receitas das posições subjacentes registadas na margem não remunerada. Inversamente, pode também resultar da utilização de instrumentos avaliados pelo justo valor para cobrir posições em segmentos-chave da carteira bancária, em que o custo ou o rendimento da posição subjacente é registado como juros e proveitos equiparados, mas o impacto da cobertura é registado como uma receita não relacionada com juros. Estes efeitos da carteira de negociação e das atividades de cobertura conexas ocorrem principalmente nos segmentos Investment Bank (ex FIC Financing), Asset Management e Corporate & Other, incluindo a Tesouraria não incluída nos principais segmentos da carteira bancária

[3] Os ativos geradores de juros são instrumentos financeiros ou investimentos que geram rendimentos de juros sob a forma de pagamentos de juros. A média dos ativos geradores de juros é calculada numa base mensal e entre trimestres e para o ano inteiro

[4] Para o Grupo e para os segmentos, rendimento de juros líquido (antes de provisão para perdas de crédito) em percentagem do total médio dos ativos geradores de juros. As margens de juro líquidas por segmento baseiam-se na sua contribuição para os resultados do Grupo

Custos ajustados/custos não operacionais

Os custos ajustados são um dos indicadores-chave de desempenho do Grupo e são uma medida financeira não-GAAP para a qual a medida financeira das IFRS mais diretamente comparável são os gastos operacionais. Os custos ajustados são calculados através da dedução (i) da imparidade do goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) de encargos líquidos com litígios, e (iii) reestruturação e separação de gastos operacionais (no total referidas como custos não operacionais) excl. juros, ao abrigo das IFRS. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos negócios operacionais.

						2024
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	5.084	6.661	7.304	1.823	2.099	22.971
Custos não operacionais:						
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0
Encargos com litígios, valor líquido	376	126	28	13	1.491	2.035
Reestruturação e indemnização	103	101	301	24	1	529
Total de custos não operacionais	479	227	330	37	1.491	2.564
Custos ajustados	4.605	6.434	6.974	1.786	608	20.407

						2023
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.648	6.847	7.730	1.825	646	21.695
Custos não operacionais:						
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	0	0	0	233
Encargos com litígios, valor líquido	53	147	123	26	(37)	311
Reestruturação e indemnização	76	87	346	34	23	566
Total de custos não operacionais	129	468	468	59	(14)	1.110
Custos ajustados	4.519	6.379	7.261	1.765	661	20.585

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

						2022
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.187	6.455	6.863	1.850	1.035	20.390
Custos não operacionais:						
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	68
Encargos com litígios, valor líquido	23	166	(60)	24	261	413
Reestruturação e indemnização	(7)	43	(87)	37	6	(8)
Total de custos não operacionais	16	209	(147)	129	267	474
Custos ajustados	4.170	6.246	7.011	1.722	767	19.916

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Receitas e custos numa base ajustada à moeda

As receitas e custos numa base ajustada à moeda são calculados através da conversão em euros das receitas e custos de períodos anteriores que foram gerados ou incorridos em moedas não euro às taxas de câmbio que prevaleceram durante o período do ano corrente. Estes números ajustados e as respetivas alterações percentuais período a período destinam-se a fornecer informações sobre o desenvolvimento dos volumes e custos de negócio subjacentes.

Ativos líquidos (ajustados)

Os ativos líquidos (ajustados) são definidos como ativos totais IFRS ajustados de modo a refletir o reconhecimento dos acordos jurídicos de compensação, a liquidação de garantias em numerário recebidas e pagas e a compensação dos saldos de liquidações pendentes. O Grupo considera que a apresentação dos ativos líquidos (ajustados) torna mais fácil a comparação com os seus concorrentes.

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2024	2023	2022
Total do ativo	**1.387**	1.312	1.337
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de instrumentos derivados (incl. derivados de cobertura)	230	196	228
Deduzir: Garantia em numerário de derivados recebida/paga	59	56	70
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de transações de financiamento de títulos	2	2	2
Deduzir: Compensação de liquidações pendentes	13	29	17
Ativos líquidos (ajustados)	**1.083**	1.029	1.019

Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Total do capital acionista (valor contabilístico)	**66.276**	64.486	61.959	1.790	3	2.527	4
Goodwill e outros ativos intangíveis[1]	(6.962)	(6.573)	(6.327)	(389)	6	(246)	4
Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)	**59.314**	57.913	55.632	1.401	2	2.281	4

[1] Exclui goodwill e outros ativos intangíveis atribuíveis à venda parcial da DWS.

Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2024	2023	2022	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023 em %	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em milhões de euros	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022 em %
Número de ações	**1.994,7**	2.040,2	2.066,8	(45,5)	(2,2)	(26,5)	(1,3)
Ações em circulação:							
Ações em tesouraria	(49,6)	(48,2)	(28,9)	(1,4)	2,9	(19,3)	66,6
Prémios em ações com direitos adquiridos	38,5	46,3	45,6	(7,8)	(16,9)	0,8	1,7
Ações básicas em circulação	**1.983,6**	2.038,4	2.083,4	(54,8)	(2,7)	(45,0)	(2,2)
Valor contabilístico por ação básica em circulação em €	**33,41**	31,64	29,74	1,77	5,6	1,90	6,4
Valor contabilístico tangível por ação básica em circulação em €	**29,90**	28,41	26,70	1,49	5,2	1,71	6,4

Medidas regulamentares do CRR/CRD

Os ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do Grupo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD, como atualmente aplicável.

Para os períodos comparativos até ao fim de 2021, determinados valores com base na definição do CRR de fundos próprios (aplicáveis ao capital Tier 1 (AT1) adicional e ao capital Tier 2 adicional e em números baseados nos mesmos, incluindo o capital Tier 1, o capital total e o rácio de alavancagem) são apresentados numa base "fully loaded". Esses valores "fully loaded" são calculados excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD atualmente aplicável. O Deutsche Bank tinha montantes imateriais desses instrumentos em circulação no final de 2022 e 2023. As medidas calculadas de acordo com a metodologia "fully loaded" do Grupo são medidas financeiras não GAAP.

A partir do terceiro trimestre de 2024, o Deutsche Bank adotou as disposições transitórias relativas ao tratamento temporário dos ganhos e perdas não realizados mensurados ao justo valor através do OCI, em conformidade com o artigo 468.º do CRR. De acordo com o CRR, a regra de transição prevista no artigo 468.º do CRR aplica-se até ao final do ano de 2025. O impacto desta implementação é apresentado na secção "Principais indicadores de risco".

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London

DB International (Asia) Limited, Singapura

Deutsche Australia Limited, Sydney

DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul

Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington

Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim

Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo

Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur

Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo

Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid

Deutsche Bank Società per Azioni, Milão

Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra

Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque

Deutsche Holdings (Grand Duchy), Luxembourg

Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf

Deutsche Morgan Grenfell Group Limited i. L., Londres

Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa, México

Deutsche Securities Inc., Tóquio

Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong

Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade

norisbank GmbH, Bona

Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev

OOO “Deutsche Bank”, Moscovo

Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia

BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln

PB Factoring GmbH, Bona

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

em milhões de euros	2024	2023	2022	2021	2020
Rendimento de juros líquido	**13.065**	13.602	13.650	11.155	11.526
Provisão para perdas de crédito	1.830	1.505	1.226	515	1.792
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	**11.235**	12.097	12.425	10.640	9.734
Resultado líquido de serviços e comissões	10.372	9.206	9.838	10.934	9.424
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.987	4.947	2.999	3.045	2.465
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	668	1.125	723	277	614
Total de receitas líquidas	**30.092**	28.879	27.210	25.410	24.028
Remunerações e benefícios	11.731	11.131	10.712	10.418	10.471
Despesas gerais e administrativas	11.243	10.112	9.728	10.821	10.259
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	0
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	68	5	0
Atividades de reestruturação	(3)	220	(118)	261	485
Despesas totais (excluindo juros)	**22.971**	21.695	20.390	21.505	21.216
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	**5.291**	5.678	5.594	3.390	1.021
Despesa de imposto sobre o rendimento	1.786	787	(64)	880	397
Resultado líquido	**3.505**	4.892	5.659	2.510	624
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	139	119	134	144	129
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	3.366	4.772	5.525	2.365	495
em euros (exceto se indicado em contrário)					
Resultados por ação básicos [1]	1,40	2,07	2,42	0,96	0,07
Resultados por ação diluídos [2]	1,37	2,03	2,37	0,93	0,07
Dividendos pagos por ação [3]	0,45	0,30	0,20	0,00	0,00
Dividendos pagos por ação em dólares dos Estados Unidos [4]	0,49	0,32	0,21	0,00	0,00

[1] Os resultados básicos por ação para cada período são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação; os resultados foram ajustados em 574 milhões de euros, 498 milhões de euros, 479 milhões de euros, 363 milhões de euros e 349 milhões de euros antes de impostos para os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais em abril de 2024, maio de 2023, maio de 2022, abril de 2021 e abril de 2020, respetivamente

[2] Os resultados por ação diluídos para cada período são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação, ambos após as conversões assumidas; os resultados foram ajustados em 574 milhões de euros, 498 milhões de euros, 479 milhões de euros, 363 milhões de euros e 349 milhões de euros antes de impostos para os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais em abril de 2024, maio de 2023, maio de 2022, abril de 2021 e abril de 2020, respetivamente

[3] Dividendos declarados e pagos no exercício.

[4] Os dividendos declarados e pagos em dólares dos Estados Unidos foram convertidos de euros para dólares dos Estados Unidos, com base nas taxas de câmbio em vigor nos respetivos dias de pagamento.

em milhões de euros	2024	2023	2022	2021	2020
Total do ativo	1.387.177	1.312.331	1.336.788	1.323.993	1.325.259
Empréstimos pelo custo amortizado	478.921	473.705	483.700	471.319	426.995
Depósitos	666.261	622.035	621.456	603.750	568.031
Dívida a longo prazo	114.899	119.390	131.525	144.485	149.163
Ações ordinárias	5.106	5.223	5.291	5.291	5.291
Total do capital acionista	66.276	64.486	61.959	58.027	54.786
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV relatado/ integração progressiva) [1]	49.457	48.066	48.097	46.506	44.885
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) [1,2]	N/A	N/A	N/A	46.506	44.885
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) [1]	60.835	56.395	56.616	55.375	51.734
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) [1,2]	N/A	N/A	N/A	54.775	50.634
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) [1]	68.511	65.005	66.146	62.732	58.677
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV fully-loaded) [1,2]	N/A	N/A	N/A	62.102	57.257

N/A – não aplicável

[1] Os valores apresentados baseiam-se nas regras transitórias ("CRR/CRD IV") e na aplicação integral ("CRR/CRD IV fully-loaded") do quadro CRR/CRD IV.

[2] A partir do primeiro trimestre de 2022, a informação é apresentada como reportada, uma vez que a definição fully loaded foi eliminada por resultar apenas numa diferença imaterial; a informação comparativa para períodos anteriores mantém-se inalterada e baseia-se na anterior definição fully loaded do Deutsche Bank; a partir do terceiro trimestre de 2024, o Deutsche Bank adotou as disposições transitórias em relação ao tratamento temporário dos ganhos e perdas não realizados mensurados pelo justo valor através do OCI, em conformidade com o artigo 468.º do CRR, de acordo com o CRR, a regra transitória de acordo com o artigo 468.º do CRR aplica-se até ao final do ano de 2025

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Impressão/Publicações

Deutsche Bank
Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60325 Frankfurt am Main

(para cartas e postais: 60262)
Alemanha
Telefone: +49 69 910-00
deutsche.bank@db.com

Contacto para os acionistas
+49 800 910-8000
db.ir@db.com

Hotline AGM
+49 6196 8870704

Online

Todas as publicações relativas aos nossos

relatos financeiros estão disponíveis em:
www.db.com/reports

Publicação
Publicado em 13 de março de 2025

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro.
As declarações relativas ao futuro são declarações que não são factos históricos; estas incluem declarações sobre as nossas opiniões e expetativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão
atualmente disponíveis para a administração do Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro
por conseguinte, referem-se apenas à data em que são efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de atualizar
publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou
de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro
envolvem riscos e incertezas. Uma série de
importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros
resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em
qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e
em outras regiões que são a principal
fonte de receitas do banco e onde detemos a
maior parte dos seus ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais
incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações,
a implementação do plano de gestão do Grupo,
a fiabilidade das suas políticas,
procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos
contidos nos registos da Securities
and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no formulário SEC 20-F do banco de
13 de março de 2025, sob o título "Fatores de risco".
Cópias deste documento estão já disponíveis
a pedido ou podem ser transferidas em
www.db.com/ir.

2025
Calendário Financeiro

30 de janeiro de 2025
Resultados preliminares referentes ao exercício de 2024

13 de março de 2025
Relatório Anual de 2024 e Formulário 20-F

29 de abril de 2025
Relatório de lucros a 31 de março de 2025

22 de maio de 2025
Assembleia-Geral Anual

24 de julho de 2025
Relatório intercalar a 30 de junho de 2025

29 de outubro de 2025
Relatório de lucros a 30 de setembro de 2025

2026
Calendário Financeiro

29 de janeiro de 2026
Resultados preliminares referentes ao exercício de 2025

12 de março de 2026
Relatório Anual de 2025 e Formulário 20-F

29 de abril de 2026
Relatório de lucros a 31 de março de 2026

21 de maio de 2026
Assembleia-Geral Anual

29 de julho de 2026
Relatório intercalar a 30 de junho de 2026

28 de outubro de 2026
Relatório de lucros a 30 de setembro de 2026

Contacto para questões
Deutsche Bank AG
Frankfurt, Alemanha
Telefone +49 69 910-
deutsche.bank@db.c

Em caso de conflito prevalecerá e versão inglesa publicada em:

https://investor-relations.db.com/files/documents/other-presentations-and-events/2024/Annual-Report-2024.pdf